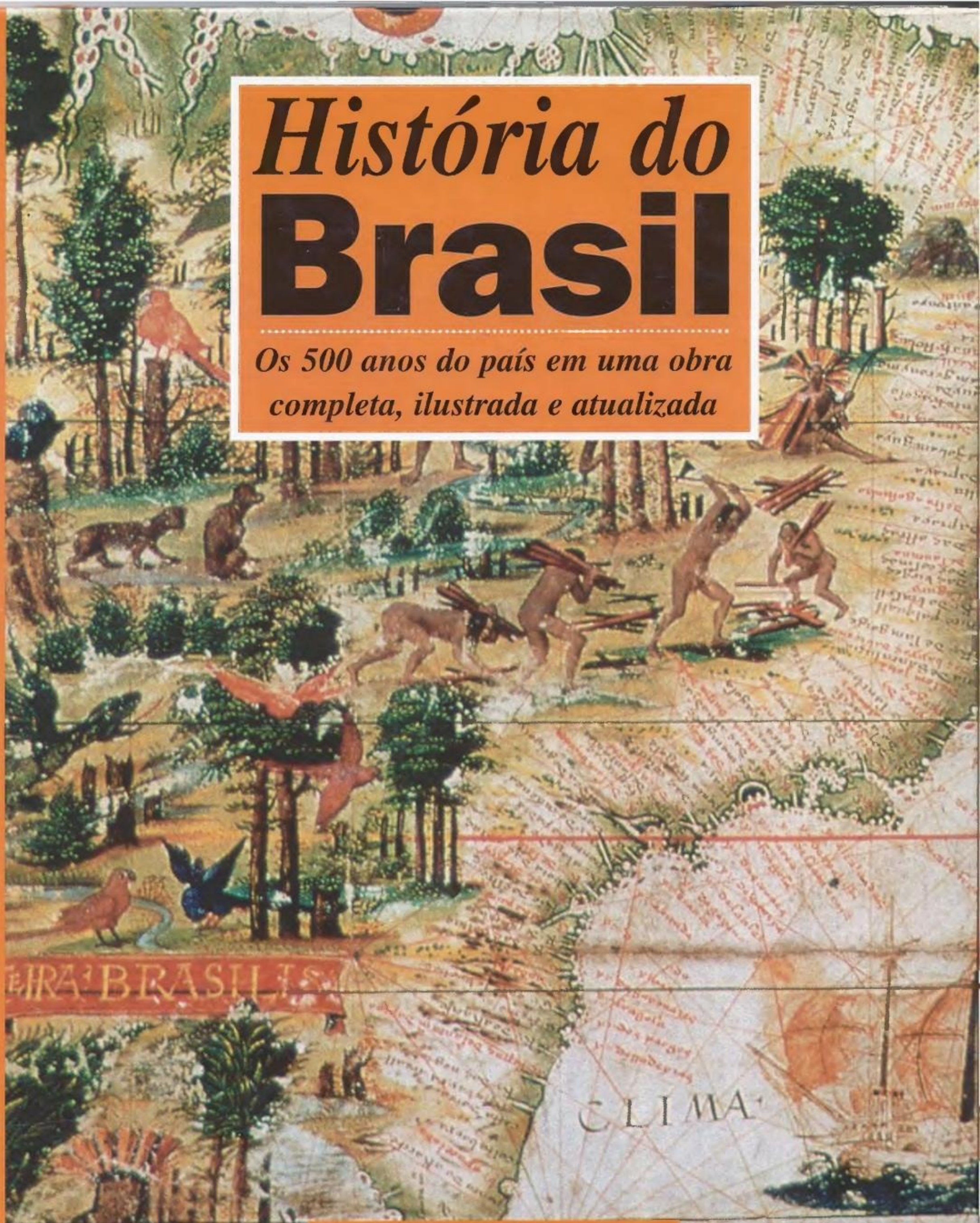
História do
Brasil

Os 500 anos do país em uma obra completa, ilustrada e atualizada



FOLHA DE S.PAULO

História do **Brasil**

Edição exclusiva para o assinante da **Folha de S.Paulo**

© 1997 Empresa Folha da Manhã e Zero Hora/RBS Jornal
2ª edição

História do Brasil

Esta obra é um projeto editorial da Publifolha com a Zero Hora/RBS Jornal, escrita e editada pelo jornalista Eduardo Bueno. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte de **História do Brasil** pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida de nenhuma forma ou por nenhum meio sem permissão expressa e por escrito da Empresa Folha da Manhã S.A. e da Zero Hora/RBS Jornal.

ISBN 85-86103-01-2

Esta edição de **História do Brasil** se baseia integralmente no texto de Eduardo Bueno e no projeto gráfico original da Adams Design para a obra do mesmo nome produzida pela Zero Hora/RBS Jornal.
Trabalharam na edição da Publifolha:

Redação
Editor: Carlos Mendes Rosa
Editora Assistente: Roberta De Lucca
Consultora: Mary Lucy Murray del Priore
Revisão: Carla Cristina C. S. Moreira, Élvio Svergnini, Magna Reimberg Teobaldo e Paulo Sá
Produção Gráfica
Realização: Adesign
Coordenação: Carin Ades
Equipe: Flávio Cordeiro, Marianne Lépine e Rodrigo Lavieri Mendes

Fotolitos produzidos na Empresa Folha da Manhã S.A. e na Graphbox, São Paulo, SP. Impressão da capa dura na Gráfica Círculo, São Paulo, SP. Impressão das páginas internas na Posigraf, Curitiba, PR.

ZERO HORA
Projeto Editorial, Texto, Pesquisa e Captação de Imagens: Eduardo Bueno
Projeto Gráfico: Adams Design
Design e Direção de Arte: Ana Adams
Editoração Eletrônica: Luiz Brandmiller e Rafael Gallina
Produção: Rafael Gallina

Publifolha
Divisão de Publicações do Grupo Folha
Diretor Adjunto: Ricardo Gandour
Gerente Comercial: Eduardo Notrispe
Gerente Editorial: Ana Astiz
Assistente Editorial: Claudia Morales
Produção Gráfica da Capa: Yara Penteado Espírito Santo
Coordenação de Contratos: Lilian Teixeira

PUBLIFOLHA
Divisão de Publicações do Grupo Folha

Al. Barão de Limeira, 401, 5° andar
CEP 01202-900, São Paulo, SP
Telefone: (011) 224-3617 e 224-4670
E-mail: publifolha@uol.com.br

Empresa Folha da Manhã S.A.
Administração, Publicidade, Oficinas e Redações
Al. Barão de Limeira, 387, 401, 425, 458
São Paulo, SP, Brasil
CEP 01202-900
Telefone Central: (011) 224-3222
Atendimento ao Assinante: (011) 224-3090
Assinaturas: (011) 224-3000 (de São Paulo) ou 0800-15-8000 (de outras cidades)

APRESENTAÇÃO

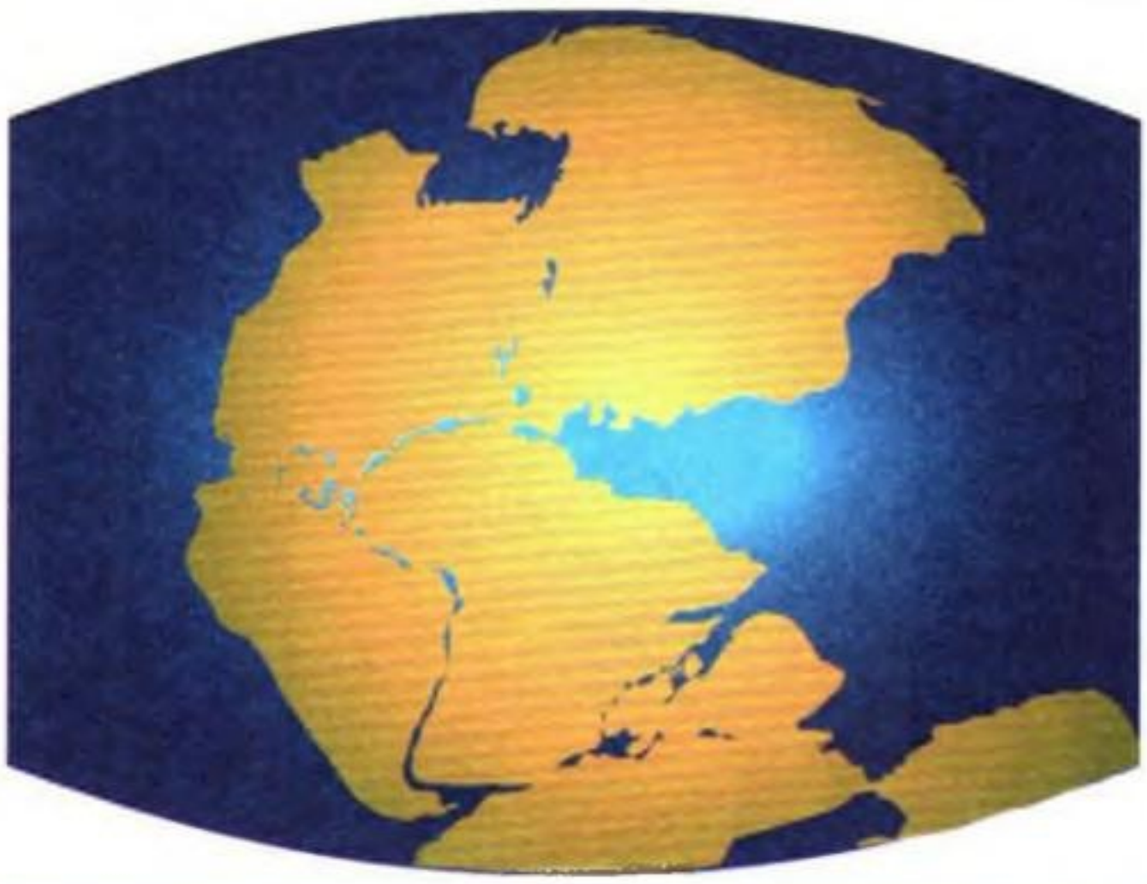
Esta nova coleção de fascículos publicada pela **Folha de S.Paulo** acrescenta mais um título de referência imprescindível à biblioteca do leitor. **História do Brasil** é uma obra atualizada e ilustrada que conta a história do país de uma maneira clara, objetiva, dinâmica e até bem-humorada. O enfoque dos temas, apresentados em ordem cronológica, vai além da abordagem política e econômica e explora também o campo social e cultural.

Abrangendo desde a Pré-História até a atualidade, a obra está organizada cronologicamente, com o objetivo de facilitar o estudo e a consulta. Em cada página se desenvolve um assunto completo, em uma análise que procura estabelecer sempre a conexão entre passado, presente e futuro nos fatos apresentados.

As mais de 700 imagens que ilustram estas 320 páginas foram captadas nos principais museus do país. Os textos são complementados ainda por gráficos, mapas, fotos de satélite e ilustrações especialmente produzidas para este projeto.

História do Brasil atende as necessidades de consulta e pesquisa de estudantes e vestibulandos e é uma leitura interessante também para todos os que quiserem rever os principais conceitos e episódios da história do Brasil em busca de um melhor entendimento do momento presente.

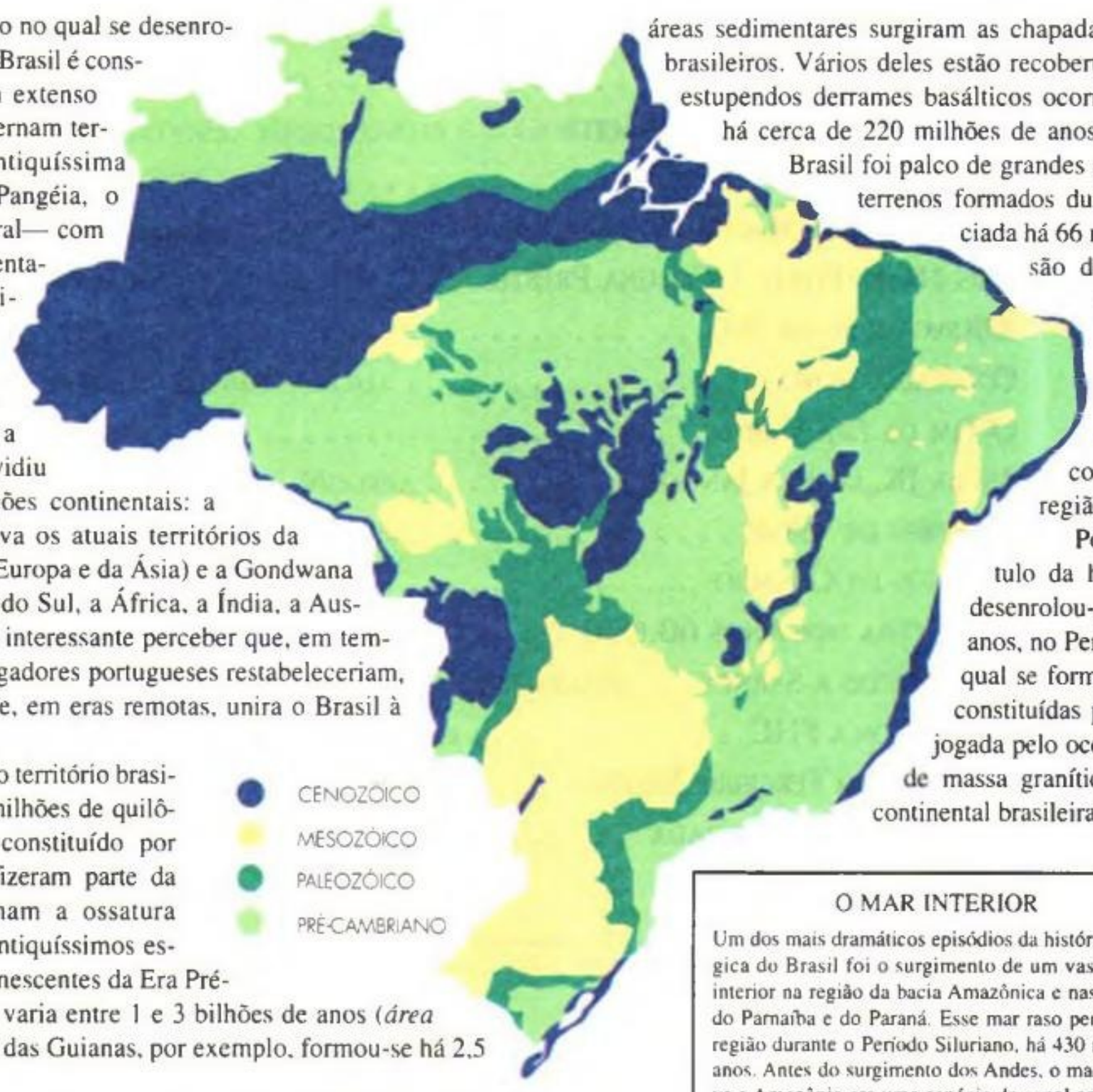
Formação Geológica



200 Milhões de Anos Atrás: Pangéia ainda está unida

135 Milhões de Anos Atrás: os continentes iniciam sua marcha

O palco geológico no qual se desenrola a história do Brasil é constituído por um extenso mosaico no qual se alternam terrenos de origem antiquíssima —remanescentes da Pangéia, o supercontinente ancestral— com amplas bacias sedimentares cuja origem é muito mais recente. Quando a Pangéia começou a se partir, há cerca de 180 milhões de anos, a massa terrestre se dividiu em duas grandes porções continentais: a Laurásia (que englobava os atuais territórios da América do Norte, a Europa e da Ásia) e a Gondwana (que reunia a América do Sul, a África, a Índia, a Austrália e a Antártida). É interessante perceber que, em tempos históricos, os navegadores portugueses restabeleceriam, por mar, a conexão que, em eras remotas, unira o Brasil à África e à Índia.



Em torno de 36% do território brasileiro (algo perto de 3 milhões de quilômetros quadrados) é constituído por maciços antigos que fizeram parte da Gondwana. Eles formam a ossatura rochosa do país. São antiquíssimos escudos cristalinos, remanescentes da Era Pré-Cambriana, cuja idade varia entre 1 e 3 bilhões de anos (*área verde-clara*). O escudo das Guianas, por exemplo, formou-se há 2,5 bilhões de anos.

Os outros 64% do território brasileiro (cerca de 6 milhões de quilômetros quadrados) estão recobertos pelos sedimentos e detritos resultantes da ação erosiva das águas e dos ventos sobre as antigas e suntuosas montanhas graníticas da Gondwana: vento rápido e água mole se chocando sem cessar contra pedra dura ao longo de 2 bilhões de anos. Nessas áreas sedimentares surgiram as chapadas e chapadões tipicamente brasileiros. Vários deles estão recobertos pela lava resultante dos estupendos derrames basálticos ocorridos no Período Triássico, há cerca de 220 milhões de anos (*área amarela*), quando o Brasil foi palco de grandes atividades vulcânicas. Já os terrenos formados durante a Era Cenozóica, iniciada há 66 milhões de anos (*área roxa*), são de pequena espessura, mas possuem ampla distribuição horizontal. São áreas que estiveram anteriormente cobertas pelo mar (*leia o quadro abaixo*) e se concentraram basicamente na região amazônica e no Pantanal.

Por fim, o mais recente capítulo da história geológica brasileira desenrolou-se há cerca de 1 milhão de anos, no Período Quaternário, durante o qual se formaram as planícies costeiras, constituídas pelo lento depósito da areia jogada pelo oceano Atlântico sobre a grande massa granítica que forma a plataforma continental brasileira, ao longo de todo o litoral.

O MAR INTERIOR

Um dos mais dramáticos episódios da história geológica do Brasil foi o surgimento de um vasto mar interior na região da bacia Amazônica e nas bacias do Parnaíba e do Paraná. Esse mar raso penetrou na região durante o Período Siluriano, há 430 milhões de anos. Antes do surgimento dos Andes, o mar que ocupava a Amazônia era uma espécie de canal entre os atuais oceanos Atlântico e Pacífico. Já a união entre as bacias do Paraná e do Parnaíba se estabeleceu através de um braço de mar que ocupava a região dos atuais rios Araguaia e Tocantins. Um quarto da superfície do Brasil esteve ocupada pelo mar (*área azul*).

PRÉ-HISTÓRIA

Continua sendo quase impossível estabelecer um quadro global e coerente da pré-história brasileira. O desafio tem-se revelado frustrante para os pesquisadores porque, além de compreender um período de tempo que, talvez, seja de cerca de 500 séculos, a área de pesquisa —da Amazônia ao pampa, do Nordeste ao Pantanal— possui vastidão continental. Como se não bastasse a amplitude do tempo e do espaço —e as enormes modificações climáticas ocorridas na região—, pouquíssimas pesquisas foram realizadas no Brasil antes de 1965. E nessa época, como acontece ainda hoje, milhares de sítios arqueológicos já haviam sido destruídos.

Não se sabe com certeza desde quando o homem está na América, embora a estimativa e a via de penetração oficialmente aceitas —12 mil anos atrás, através do estreito que em épocas glaciais unia a Ásia ao Alasca— estejam sob o ataque constante de novas datações e novas teorias. Há indícios (ainda não inteiramente comprovados) de que os primeiros paleoíndios chegaram ao Brasil há pelo menos 50 mil anos e teriam vindo por via marítima, depois de cruzar o Pacífico. Seja como for, é certo que por volta de 12 mil anos antes do presente (AP) —como dizem os arqueólogos—, durante a transição entre os períodos Pleistoceno e Holoceno, todo o território brasileiro já estava ocupado por grupos de caçadores e coletores pré-históricos. Tais grupos são divididos pelos arqueólogos em tradições, estabelecidas de acordo com os resquícios de sua cultura material —essencialmente instrumentos de pedra e pinturas rupestres. Grande parte do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil era ocupada por membros da chamada tradição Nordeste, que possuía indústria lítica refinada e fazia belas pinturas rupestres. Ao redor de 7.000 anos atrás, esse grupo foi substituído pelas tribos da tradição Agreste, que não dominava as artes, exceto a da guerra. No Sul, a tradição mais antiga é a Ibicuí, estabelecida na bacia do rio Uruguai há cerca de 13 mil anos. Eram caçadores que enfrentavam os animais da megafauna, como a preguiça gigante megatério *(na gravura ao lado)*. Entre 6500 e 2000 AP surgiu, de São Paulo para o Sul, a tradição Humaitá. A agricultura desenvolveu-se a partir de 3500 AP e a cerâmica pouco depois. É difícil estabelecer um vínculo entre as tribos pré-históricas e as encontradas pelos portugueses. O certo é que, quanto mais se iluminarem as trevas do passado, mais o Brasil conhecerá o próprio futuro.

O SENHOR DAS OSSADAS

Foi um encontro fortuito e desconcertante, mas, acima de tudo, foi uma coincidência decisiva. Em outubro de 1834, Peter Lund, naturalista dinamarquês —homem refinado, culto e rico, amigo pessoal do filósofo Sören Kierkegaard—, cavalgava pelo mar de morros areentos e chapadões requentados do cerrado de Minas Gerais. No vilarejo de Curvelo, parou para descansar numa taberna imunda à beira da estrada. Lá, acabou deparando com o também dinamarquês Peter Claussen, um sujeito em tudo diferente dele: brutal, ganancioso e rústico. Ainda assim, aquele seria um momento fundamental não só para o próprio dr. Lund, mas para a história da ciência. Foi Claussen quem conduziu Lund às grutas repletas de ossadas de animais antediluvianos dispersas por todo o vale do rio das Velhas. Aqueles eram os primeiros fósseis encontrados no trópico, e a eles Peter Lund dedicaria o resto de sua vida. Durante meio século, passados nas mais árduas condições, Lund se entregou às páginas de pedra do grande livro que, ao longo dos milênios, a natureza havia composto nas reentrâncias encantadas das grutas calcárias de Minas Gerais. Penetrou em mais de 200 cavernas e identificou as ossadas de 115 mamíferos pré-históricos. Em 1843, depois de descobrir fósseis como os do megatério e de visitar inúmeras vezes a soberba gruta de Maquiné, Lund fez a mais espantosa de suas descobertas: os ossos do Homem da Lagoa Santa —os mais antigos vestígios humanos até então encontrados no Novo Mundo. Apesar de nunca mais ter saído de Minas Gerais, Lund —cujo trabalho era financiado pela Sociedade de Ciências de Copenhague— tornou-se famoso na Europa, sendo citado por Charles Darwin (de quem discordava), no clássico "A Origem das Espécies". Lund escreveu mais de 40 livros sobre a fauna e a flora pré-históricas do Brasil, a maior parte deles ainda inédita em português. Morreu em maio de 1880 e está enterrado na sua amada Lagoa Santa.

Os Senhores do Litoral

Dos baixios lamacentos do Maranhão às longas extensões arenosas da costa do Rio Grande do Sul, praticamente todo o litoral brasileiro estava ocupado por tribos do grupo tupi-guarani quando, em abril de 1500, Pedro Álvares Cabral desembarcou nas areias faiscantes de Porto Seguro. Havia cerca de 500 anos, tupinambás e tupiniquins tinham assegurado a posse dessa longa e recortada costa, expulsando para os rigores do agreste as tribos "bárbaras", que chamavam de tapuias.

O que os conduzira até lá não fora apenas um impulso nômade: partindo do atual território do Paraguai, na bacia do rio Paraná (ainda que alguns estudiosos acreditem que o movimento talvez tenha começado na Amazônia), os tupis-guaranis deram início, ao redor do ano 1000 da Era Cristã, a uma ampla migração religiosa, em busca da Terra Sem Males. Ao invés do paraíso, depararam, cinco séculos depois, com estranhos homens barbudos e pálidos, vindos do Leste. A história desse encontro é a história de um genocídio. As seguintes tribos ocupavam as praias brasileiras, de norte a sul:

Potiguar: Senhoreavam a costa desde São Luís até as margens do Parnaíba, e das margens do rio Acaraú, no Ceará, até a cidade de João Pessoa, na Paraíba. Exímios canoeiros, inimigos dos portugueses, seriam uns 90 mil.

Tremembé: Grupo não-tupi, que vivia do sul do Maranhão ao norte do Ceará, entre os dois territórios potiguares. Grandes nadadores e mergulhadores, foram, alternadamente, inimigos e aliados dos portugueses. Eram cerca de 20 mil.

Tabajara: Viviam entre a foz do rio Paraíba e a ilha de Itamaracá. Aliaram-se aos portugueses. Deviam ser uns 40 mil.

Caeté: Os deglutidores do bispo Sardinha viviam desde a ilha de Itamaracá até as margens do rio São Francisco. Depois de comerem o bispo, foram considerados "inimigos da civilização". Em 1562, Mem de Sá determinou que fossem "escravizados todos, sem exceção". Assim se fez. Seriam 75 mil.

Tupinambá: *veja o texto abaixo.*

Aimoré: Grupo não-tupi, também chamado de botocudo, vivia do sul da Bahia ao norte do Espírito Santo. Grandes corredores e guerreiros temíveis, foram os responsáveis pelo fracasso das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Só foram vencidos no início do século 20. Eram apenas 30 mil.

Tupiniquim: Foram os índios vistos por Cabral. Viviam no sul da Bahia e em São Paulo, entre Santos e Bertioga. Eram 85 mil.

Temiminó: Ocupavam a ilha do Governador, na baía de Guanabara, e o sul do Espírito Santo. Inimigos dos tamoios, aliaram-se aos portugueses. Sob a liderança de Araribóia, foram decisivos na conquista do Rio. Eram 8.000 na ilha e 10 mil no Espírito Santo.

Goitacá: Ocupavam a foz do rio Paraíba. Tidos como os índios mais selvagens e cruéis do Brasil, encheram os portugueses de terror. Grandes canibais e intrépidos pescadores de tubarão, eram cerca de 12 mil.

Tamoio: Os verdadeiros senhores da baía de Guanabara, aliados dos franceses e liderados pelos caciques Cunhambebe e Aimberê, lutaram até o último homem. Eram 70 mil.

Carijó: Seu território ia de Cananéia (SP) até a lagoa dos Patos (RS). Vistos como "o melhor gentio da costa", foram receptivos à catequese. Isso não impediu sua escravização em massa por parte dos colonos de São Vicente. Em 1554, participaram do ataque a São Paulo. Eram cerca de 100 mil.

OS TUPINAMBÁS

Os tupinambás constituíam o povo tupi por excelência —o pai de todos, por assim dizer. As demais tribos tupis eram, de certa forma, suas descendentes, embora o que de fato as unisse fosse a teia de uma inimizade crônica. Os tupinambás propriamente ditos ocupavam da margem direita do rio São Francisco até o Recôncavo Baiano. Seriam mais de 100 mil. De todos os povos indígenas litorâneos, é o mais conhecido. A gravura ao lado mostra dois guerreiros tupinambás ("muito belicosos, amigos de novidades e demasiadamente luxuriosos") ladeando um dos seis índios que, em 1612, capuchinhos franceses levaram do Maranhão para Paris.

O Banquete Antropofágico

De todos os "costumes bárbaros" que professavam os índios brasileiros quando da chegada dos colonizadores ao Novo Mundo, nenhum se revelou mais espantoso aos olhares europeus do que a antropofagia. Ainda que o canibalismo não fosse prerrogativa dos indígenas e já houvesse, em plena Europa, o registro de casos ocorridos em épocas de crise, nada conhecido até então se comparava aos requintes tétricos do banquete antropofágico tal como realizado por quase todos os tupis e tapuias.

A morte ritualizada e a deglutição eucarística dos cativos representavam o ponto culminante de uma cerimônia cujo sacramento maior, e o objetivo quase único, era a vingança. O festim canibal foi minuciosamente descrito por cronistas coloniais, entre os quais os padres franceses Jean de Léry, André Thevet e Claude d'Abbeville. A narrativa mais impressionante, porém, foi feita pelo mercenário alemão Hans Staden, prisioneiro dos tupinambás entre 1554 e 1557. Graças a eles é possível reconstituir, passo a passo, as etapas do banquete.

A vítima era capturada no campo de batalha e pertencia àquele que primeiro a houvesse tocado. Triunfalmente conduzido à aldeia do inimigo, era insultado e maltratado por mulheres e crianças. Tinha de gritar: "Eu, vossa comida, cheguei". Após essas agressões, porém, era bem tratado, recebia como companheira uma irmã ou filha de seu captor e podia andar livremente —fugir era uma ignomínia impensável. O cativo passava a usar uma corda presa ao pescoço: era o calendário que indicava o dia de sua execução, o qual podia prolongar-se por muitas luas (e até por vários anos). Quando a data fatídica se aproximava, os guerreiros preparavam ritualmente a clava com a qual a vítima seria abatida. A seguir, começava o ritual, que se estendia por quase uma semana e do qual participava toda a tribo, das mulheres aos guerreiros, dos mais velhos aos recém-nascidos.

Na véspera da execução, ao amanhecer, o prisioneiro era banhado e depilado. Depois, deixavam-no "fugir", apenas para recapturá-lo em seguida. Mais tarde, o corpo da vítima era pintado de preto, untado de mel e recoberto por plumas e cascas de ovos. Ao pôr-do-sol iniciava-se uma grande beberagem de cauim —um fermentado de mandioca.

No dia seguinte, pela manhã, o carrasco avançava pelo pátio, dançando e revirando os olhos. Parava em frente ao prisioneiro e perguntava: "Não pertences à nação... [*tal ou qual*], nossa inimiga? Não mataste e devoraste, tu mesmo, nossos parentes?" Altiva, a vítima respondia: "Sim, sou muito valente, matei e devorei muitos..." Replicava então o executor: "Agora estás em nosso poder; logo serás morto por mim e devorado por todos".

Para a vítima, aquele era um momento glorioso, já que os índios brasileiros consideravam o estômago do inimigo a sepultura ideal. O carrasco desferia então um golpe de tacape na nuca da vítima. Velhas recolhiam, numa cuia, o sangue e os miolos: o sangue devia ser bebido ainda quente. A seguir, o cadáver era assado e escaldado, para permitir a raspagem da pele. Introduzia-se um bastão no ânus, para impedir a excreção. Os membros eram esquartejados e, depois de feita uma incisão na barriga do cadáver, as crianças eram convidadas a devorar os intestinos. A seguir, retalhava-se o tronco, pelo dorso. Língua e miolos eram destinados aos jovens. Os adultos ficavam com a pele do crânio e as mulheres com os órgãos sexuais. As mães embebiam o bico dos seios em sangue e amamentavam os bebês. As crianças eram encorajadas a besuntar as mãos no sangue vertente e celebrar a consumação da vingança. Os ossos do morto eram preservados: o crânio, fincado numa estaca, ficava exposto em frente da casa do vencedor; os dentes eram usados como colar e as tíbias transformavam-se em flautas e apitos.

Uma Festa Brasileira na França

O profundo impacto que os índios brasileiros provocaram nos viajantes europeus ao serem vistos —desnudos pintados, dançando (e eventualmente comendo uns aos outros)— nas praias do Novo Mundo, seria largamente amplificado assim que alguns deles foram levados para a Europa e exibidos na corte. O primeiro embarcaria já na caravela que Cabral fez retornar a Portugal com a notícia da descoberta do Brasil. "E foi recebido com alegria do Rei e do Reino. Não se fartavam os grandes e pequenos de ver e ouvir o gesto, a falla, os meneios daquelle novo individuo da geração humana. Huns o vinhão a ter por um Semicapro, outros por um Fauno, ou por alguns daquelles monstros antiguos, entre poetas celebrados", escreveu o padre Simão de Vasconcellos em 1658.

A surpresa não foi exclusividade portuguesa: já em 1504, o francês Paulmier de Goneville levou para a França o filho de um cacique carijó, chamado Essomeriq. Seria apenas o primeiro de uma longa série de nativos conduzidos a Paris, Rouen e Lyon durante as seis décadas em que os franceses frequentaram as costas brasileiras, traficando pau-brasil e permanentemente dispostos a estabelecer uma colônia em pleno coração do território luso, fosse no Rio, fosse no Maranhão.

Mas nenhuma iniciativa dos franceses envolvendo os índios brasileiros pode ser comparada, em assombro e magnificência, à chamada Festa Brasileira em Rouen. Dispostos a impressionar o rei Henrique 2º e a rainha Catarina de Medici —e convencê-los a investir mais nas expedições ao Brasil—, os armadores e comerciantes de Rouen prepararam uma impressionante celebração quando da visita real à cidade, no dia 1º de outubro de 1550.

Em uma área às margens do rio Sena, montaram uma autêntica maquete das terras brasileiras: as árvores foram enfeitadas com flores e frutos trazidos do Brasil, as matas repletas de micos, saguis e papagaios. Entre as malocas indígenas, desnudos e bronzeados, andavam 300 homens e mulheres. Pelo menos 50 eram tupinambás genuínos, trazidos da Bahia ou do Maranhão especialmente para a comemoração. Os demais eram marinheiros normandos que conheciam bem o Brasil, fluentes em tupi e no trato com os índios. As mulheres foram recrutadas entre as prostitutas locais.

Era mais do que uma exibição: era um quadro vivo. E, desde o início, havia ação: indígenas e figurantes caçavam, pescavam, namoravam nas redes, colhiam frutas e carregavam o pau-brasil. E então, subitamente, no clímax do espetáculo, a aldeia tupinambá foi assaltada por um bando de tabajaras —índios que, no Brasil, eram aliados dos portugueses. Ocas foram incendiadas, canoas viradas, árvores derrubadas. Houve um combate simulado, ainda que feroz, ao fim do qual os tabajaras haviam sido amplamente derrotados. Na platéia, além do rei e da rainha franceses, estavam também a rainha Mary Stuart, da Escócia, duques, condes e barões, os embaixadores da Espanha, da Alemanha, de Portugal e da Inglaterra, bispos, prelados, cardeais e inúmeros príncipes, além de Nicolas Villegaignon —todos assombrados com aquela espetaculosa representação da vida nos trópicos: o primeiro show brasileiro na Europa.

Durante anos os índios brasileiros continuariam causando sensação na França. Em 1613 três deles tocaram maracas na composição que Gautier, um músico da corte, fez para homenagear os tupinambás (*gravura ao lado*). Mais tarde, acabariam sendo usados num outro tipo de homenagem —desta vez, filosófica.

O Mito do Bom Selvagem

O principal legado da tumultuada relação entre Brasil e França durante o período colonial não foi político nem econômico: foi no campo das idéias. É provável que tenha sido a frequente presença de índios brasileiros na corte francesa a principal responsável pelo surgimento do mito do bom selvagem —tese que, dois séculos depois de seu aparecimento, adquiriria contornos revolucionários e se transformaria num dos motores da Revolução Francesa.

Tudo começou com Michel de Montaigne (1533-1592), que não apenas tinha um criado que convivera com os índios do Brasil durante a malfadada experiência da França Antártica entre 1556 e 1558, no Rio, como manteve contato pessoal com três tupinambás, na França, em 1562. A partir desses dois episódios, e da leitura atenta que fez dos livros de André Thevet e Jean de Léry, Montaigne compôs seu clássico ensaio "Os Canibais" —texto que está na origem do mito do bom selvagem e cujos efeitos seriam duradouros.

Com o fulgor e radicalismo típicos, Montaigne traça um painel idílico e vigoroso da vida selvagem, da qual se serve, como num espelho convexo, para atacar os "malefícios da civilização". Ainda assim, ao final do texto, não esquece de ironizar os índios que idealizou: "Está tudo muito bem, mas, bom Deus, eles não usam cuecas!"

"Des Caniballes" teria profunda e duradoura influência entre filósofos do século 17, como Locke e Spinoza, e, mais especialmente, entre os humanistas do século 18. Em "O Espírito das Leis", que redigiu em 1748, Montesquieu louva o amor à liberdade e o igualitarismo entre os índios. No verbete "Selvagens" de sua monumental "Enciclopédia", publicada em 1761, Diderot também apresenta uma versão idealista e altamente elogiosa dos povos indígenas. Nada se compara, porém, é claro, ao clamor revolucionário e à paixão incandescente com a qual Jean-Jacques Rousseau escreveu, entre 1753 e 1760, "Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens" e "O Contrato Social".

Ambos os textos foram meditados em seus devaneios de caminhante solitário pela floresta, em Saint-Germain. Ambos defendem a idéia da bondade natural do homem e de sua corrupção pela civilização. Ambos serviram para estimular os revoltosos de julho de 1789.

Voltaire, uma espécie de versão bizarra de Rousseau, também abordaria o tema. Como lhe convinha, porém, o fez com escárnio e escracho no romance "Candide", de 1759. Além do ataque frontal aos jesuítas, o herói de Voltaire, que viaja, em companhia de sua amante, pelo Paraguai, Brasil e Guianas, deplora os costumes canibais. Nesse sentido, Voltaire ecoa o ceticismo cínico de Shakespeare que, dois séculos antes, zombara do idealismo de Montaigne ao criar, na peça "The Tempest", o personagem Caliban —um selvagem rude e cruel.

Ainda assim, as idéias defendidas por Montaigne em "Os Canibais" prevaleceram, e até hoje são elas que parecem pautar —para o bem e para o mal— a visão dos europeus sobre os nativos americanos.

TRISTES TRÓPICOS

O etnólogo Claude Lévi-Strauss perpetuou, no século 20, a ligação que desde o século 17 uniu intelectuais franceses aos índios brasileiros. Pai do estruturalismo e um dos maiores antropólogos de todos os tempos, Lévi-Strauss veio para o Brasil em 1935, para se juntar ao grupo de professores franceses que lecionava na recém-inaugurada USP. Disposto a ultrapassar os limites da vida acadêmica, Lévi-Strauss logo partiu para uma grande viagem pelo interior do Brasil. Nela, manteve contato, estudou e apaixonou-se pelos cadiueus e bororos de Mato Grosso e pelos nhambiquaras, de Rondônia. A pesquisa profunda que fez de suas estruturas de parentesco, de suas tatuagens e de sua riqueza linguística ajudou a romper com o evolucionismo linear e a dar uma nova dimensão para a etnologia. Apesar de dizer-se avesso aos livros de viagem, Lévi-Strauss narrou sua jornada —que incluiu incursões ao Paraná, Santa Catarina e Goiás— no clássico "Tristes Trópicos", no qual descreve o Brasil urbano por uma ótica crítica e ferina, lamentando a forma como o país tratava suas florestas e seus indígenas. A profecia de Lévi-Strauss se tornou uma realidade brutal, e as tribos que ele conheceu são indigentes à beira da estrada.

Voltaire, Montaigne e Rousseau: *Os três grandes filósofos franceses que idealizaram o mito do bom selvagem*

Os Brancos de Alma Indígena

Não foi apenas uma árdua jornada de dez anos por territórios jamais percorridos por gente civilizada. Não foi só uma expedição científica irretocável, na qual astrônomos, etnólogos, botânicos, zoólogos e geólogos realizaram um trabalho exemplar. Foi, acima de tudo, uma missão humanitária e uma viagem de autodescobrimento.

Durante dez anos, de 1907 a 1917, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas construiu 2.000 quilômetros de linhas telegráficas unindo Mato Grosso ao Acre, percorreu cerca de 10 mil quilômetros e botou no mapa mais 15 rios até então desconhecidos.

Muito mais importante que a obra geográfica e científica, no entanto, foi seu legado humanista. Comandada pelo então tenente Cândido Mariano da Silva Rondon, a missão contatou e pacificou as mais hostis e temidas tribos do Brasil Central e da Amazônia. Numa época em que os índios eram abatidos a tiros ao primeiro encontro, a Comissão Rondon abriu novas perspectivas para a dramática relação entre os dois povos.

Ao substituir o ódio pela ternura, a suspeita pela confiança e as carabinas por miçangas, Rondon se tornou o maior dos humanistas brasileiros e o mais respeitado defensor dos índios em todo o continente. Méritos que as tragédias que se seguiram não puderam apagar.

Descendente de índios terenas, o marechal Rondon nasceu em Mato Grosso em 1865. Sua carreira indigenista teve início em 1900, quando, formado pela Academia Militar do Rio, voltou a Mato Grosso para ajudar na construção da linha telegráfica que ligaria Cuiabá ao Araguaia. Participou então do processo de pacificação dos bororos. Em 1907, foi incumbido de estender a linha telegráfica até o Acre, cruzando 3.000 quilômetros de selvas e sertões desconhecidos. Durante essa jornada épica, Rondon cunharia a frase que se tornou o símbolo de sua relação com os índios, a marca de sua vida e obra: "Morrer se preciso for, matar nunca". Em 1910, Rondon fundou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), primeiro órgão do governo a tratar da questão indígena, criado quatro séculos após o descobrimento do Brasil.

CURT NIMUENDAJU

Nimuendaju, em tupi-guarani, quer dizer "aquele que fez seu próprio lar". Era uma definição tão perfeita que, em 1906, Curt Unkel decidiu adotá-la como nome. Fazia apenas três anos, ele desembarcara no porto de Santos, vindo de Jena, Alemanha, onde nasceu em 1883. Ao contrário de seus companheiros de viagem, que seguiram para o sul, decidiu embrenhar-se nas matas do Oeste de São Paulo. Lá, encontrou os guaranis-apinacauás, foi adotado pela tribo e trocou de nome. Estava começando a carreira do maior etnólogo brasileiro de todos os tempos. Durante os 40 anos seguintes, Curt Nimuendaju percorreria o Brasil de norte a sul, estudando e vivendo com os caingangues, terenas, xavantes, caiapós, xetas, txucarramães, araras, parintintins, macus e várias outras tribos. Deixou mais de 50 livros, quase nenhum traduzido para o português. Morreu em 1945, às margens do Amazonas, sem jamais ter retornado ao convívio com os brancos. Foi enterrado como o índio que de fato havia se tornado.

IRMÃOS VILLAS BOAS

Orlando, Cláudio e Leonardo, os irmãos Villas Boas, foram os continuadores naturais da obra de Rondon, com quem começaram a trabalhar durante a expedição Roncador–Xingu, em 1945, feita sob a supervisão do SPI. Quando essa expedição partiu em direção ao centro geográfico do país, os sertões do Brasil Central eram praticamente "terra incógnita". Apesar das viagens de reconhecimento feitas por Von Spix e Von Martius (1875), Carl von Steiden (1884) e pelo próprio Rondon, em companhia do então presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, a região nunca fora explorada.

Fartos da vida de escriturários que levavam na cidade grande, os irmãos Villas Boas partiram de São Paulo dispostos a se engajar na aventura. Planejada pela Fundação Brasil Central para impedir que as vastas extensões desabitadas do país fossem ocupadas "por potências estrangeiras", a expedição só recrutava mateiros experientes. Como jamais haviam estado na selva, Orlando, Cláudio e Leonardo foram vetados.

De tanto insistir, acabaram sendo aceitos e, no dia 12 de junho de 1945, faziam parte do grupo que cruzava o rio das Mortes, entrando no território ainda intocado dos índios xavantes. Depois de três anos de marcha, Orlando foi nomeado chefe da expedição por determinação do próprio Rondon (que não participou da jornada). Nos dois anos seguintes, construiu 18 campos de pouso e pacificou os xavantes, os jurunas e os caiabis. Em 1951, terminada a expedição, Orlando iniciou uma campanha pela criação de um parque nacional no Xingu, no qual a vida selvagem —e especialmente as tribos indígenas— pudesse sobreviver. Dez anos mais tarde, quando o parque, enfim, foi criado, Orlando Villas Boas tornou-se seu primeiro diretor. O Xingu se transformaria então no modelo idílico para todas as reservas indígenas do planeta. Apesar das constantes ameaças, o Xingu —fruto da dedicação e do esforço de Orlando, Cláudio e Leonardo— segue como um refúgio e um santuário encravado no coração do Brasil.

História do **Brasil**

Edição exclusiva para o assinante da **Folha de S.Paulo**

© 1997 Empresa Folha da Manhã e Zero Hora/RBS Jornal
2ª edição

História do **Brasil**

Esta obra é um projeto editorial da Publifolha com a Zero Hora/RBS Jornal, escrita e editada pelo jornalista Eduardo Bueno. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte de **História do Brasil** pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida de nenhuma forma ou por nenhum meio sem permissão expressa e por escrito da Empresa Folha da Manhã S.A. e da Zero Hora/RBS Jornal.

ISBN 85-86103-01-2

Esta edição de **História do Brasil** se baseia integralmente no texto de Eduardo Bueno e no projeto gráfico original da Adams Design para a obra do mesmo nome produzida pela Zero Hora/RBS Jornal.
Trabalharam na edição da Publifolha:

Redação
Editor: Carlos Mendes Rosa
Editora Assistente: Roberta De Lucca
Consultora: Mary Lucy Murray del Priore
Revisão: Carla Cristina C. S. Moreira, Élvio Svergnini, Magna Reimberg Teobaldo e Paulo Sá
Produção Gráfica
Realização: Adesign
Coordenação: Carin Ades
Equipe: Flávio Cordeiro, Marianne Lépine e Rodrigo Lavieri Mendes

Fotolitos produzidos na Empresa Folha da Manhã S.A. e na Graphbox, São Paulo, SP. Impressão da capa dura na Gráfica Círculo, São Paulo, SP. Impressão das páginas internas na Posigraf, Curitiba, PR.

ZERO HORA
Projeto Editorial, Texto, Pesquisa e Captação de Imagens: Eduardo Bueno
Projeto Gráfico: Adams Design
Design e Direção de Arte: Ana Adams
Editoração Eletrônica: Luiz Brandmiller e Rafael Gallina
Produção: Rafael Gallina

Publifolha
Divisão de Publicações do Grupo Folha
Diretor Adjunto: Ricardo Gandour
Gerente Comercial: Eduardo Notrispe
Gerente Editorial: Ana Astiz
Assistente Editorial: Claudia Morales
Produção Gráfica da Capa: Yara Penteado Espírito Santo
Coordenação de Contratos: Lilian Teixeira

PUBLIFOLHA
Divisão de Publicações do Grupo Folha

Al. Barão de Limeira, 401, 5º andar
CEP 01202-900, São Paulo, SP
Telefone: (011) 224-3617 e 224-4670
E-mail: publifolha@uol.com.br

Empresa Folha da Manhã S.A.
Administração, Publicidade, Oficinas e Redações
Al. Barão de Limeira, 387, 401, 425, 458
São Paulo, SP, Brasil
CEP 01202-900
Telefone Central: (011) 224-3222
Atendimento ao Assinante: (011) 224-3090
Assinaturas: (011) 224-3000 (de São Paulo) ou 0800-15-8000 (de outras cidades)

APRESENTAÇÃO

Esta nova coleção de fascículos publicada pela **Folha de S.Paulo** acrescenta mais um título de referência imprescindível à biblioteca do leitor. **História do Brasil** é uma obra atualizada e ilustrada que conta a história do país de uma maneira clara, objetiva, dinâmica e até bem-humorada. O enfoque dos temas, apresentados em ordem cronológica, vai além da abordagem política e econômica e explora também o campo social e cultural.

Abrangendo desde a Pré-História até a atualidade, a obra está organizada cronologicamente, com o objetivo de facilitar o estudo e a consulta. Em cada página se desenvolve um assunto completo, em uma análise que procura estabelecer sempre a conexão entre passado, presente e futuro nos fatos apresentados.

As mais de 700 imagens que ilustram estas 320 páginas foram captadas nos principais museus do país. Os textos são complementados ainda por gráficos, mapas, fotos de satélite e ilustrações especialmente produzidas para este projeto.

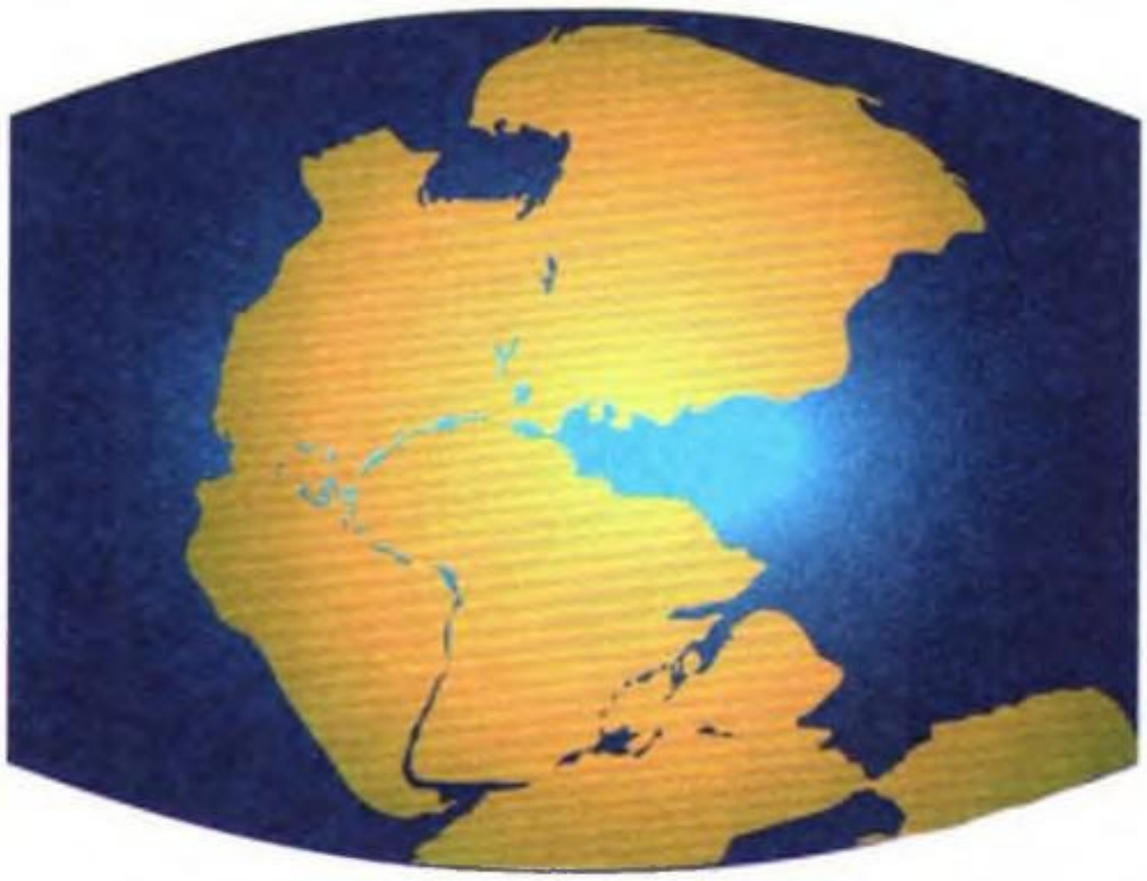
História do Brasil atende as necessidades de consulta e pesquisa de estudantes e vestibulandos e é uma leitura interessante também para todos os que quiserem rever os principais conceitos e episódios da história do Brasil em busca de um melhor entendimento do momento presente.

SUMÁRIO

GEOLOGIA E PRÉ-HISTÓRIA 6
O BRASIL INDÍGENA 9
O DESCOBRIMENTO 17
AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E O GOVERNO GERAL 28
OS JESUÍTAS 33
OS BANDEIRANTES 41
A AMEAÇA EXTERNA 49
O BRASIL HOLANDÊS 57
O CICLO DA MINERAÇÃO 65
A ESCRAVIDÃO 73
A INCONFIDÊNCIA MINEIRA 81
A FAMÍLIA REAL NO BRASIL 89
O BRASIL DOS VIAJANTES 97
A AMAZÔNIA 105
A INDEPENDÊNCIA E O PRIMEIRO REINADO 113
A REGÊNCIA E AS REVOLUÇÕES 121
O SEGUNDO REINADO 129
A GUERRA DO PARAGUAI 137
A ABOLIÇÃO 145
A REPÚBLICA 153

A República de 10 Anos 161
Sangue no Pampa e no Sertão 169
O Brasil dos Imigrantes 177
O Reinado do Café com Leite 185
A 1ª Guerra e os Anos 20 193
A Cultura: de Machado ao Pau-Brasil 201
Dos 18 do Forte à Coluna Prestes 209
A Revolução de 30 217
O Estado Novo 225
O Fim da Era Vargas 233
A Era JK, Jânio e Jango 241
O Golpe de 1964 249
Os Anos de Chumbo 257
A Cultura nos Anos 60 e 70 265
Das Diretas a Sarney 273
De Collor a FHC 281
O Brasil do Terceiro Milênio 289
Iconografia Comentada 297
Bibliografia Crítica 305
Cronologia 313

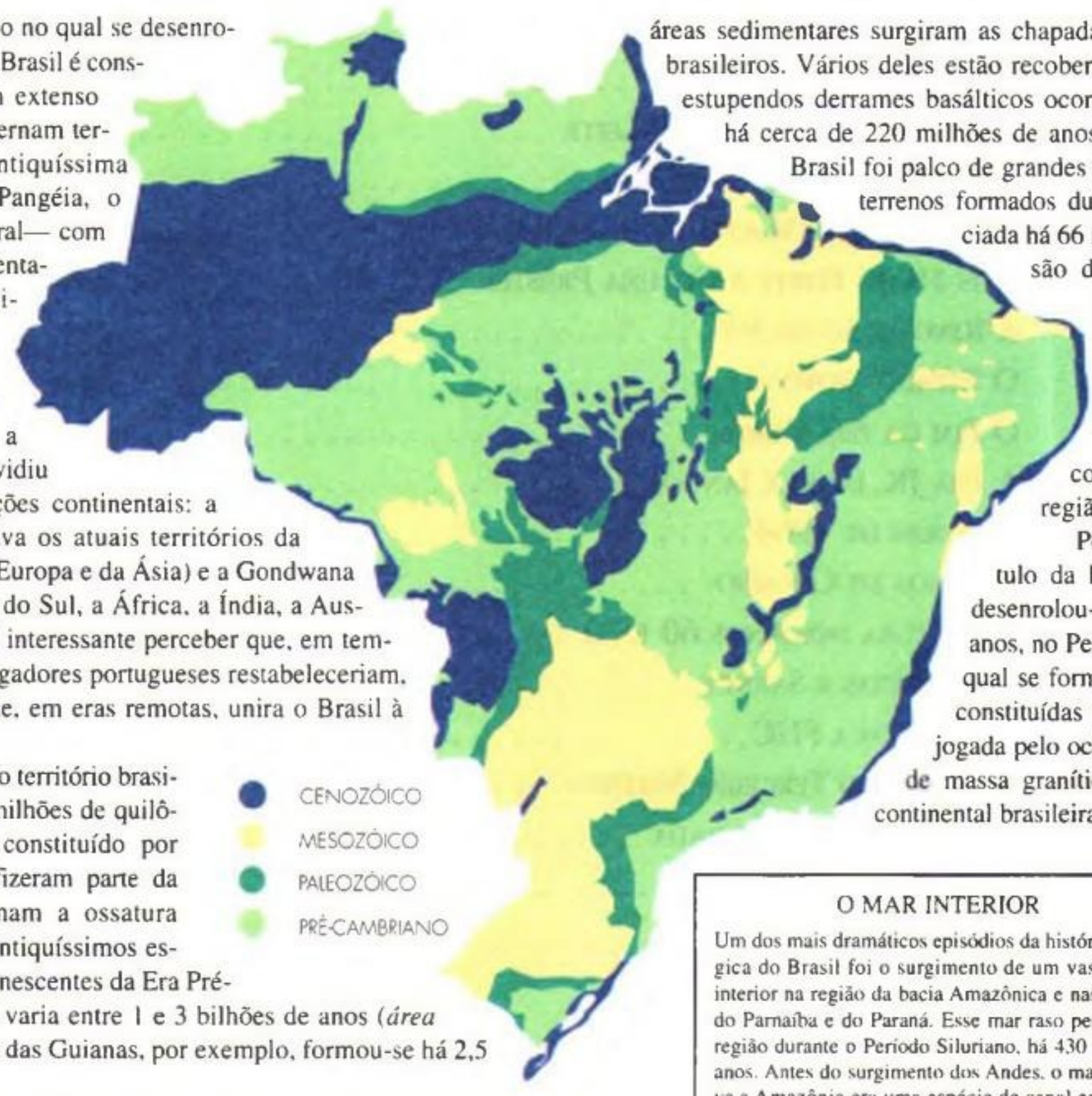
Formação Geológica



200 Milhões de Anos Atrás: Pangéia ainda está unida

135 Milhões de Anos Atrás: os continentes iniciam sua marcha

O palco geológico no qual se desenrola a história do Brasil é constituído por um extenso mosaico no qual se alternam terrenos de origem antiquíssima —remanescentes da Pangéia, o supercontinente ancestral— com amplas bacias sedimentares cuja origem é muito mais recente. Quando a Pangéia começou a se partir, há cerca de 180 milhões de anos, a massa terrestre se dividiu em duas grandes porções continentais: a Laurásia (que englobava os atuais territórios da América do Norte, a Europa e da Ásia) e a Gondwana (que reunia a América do Sul, a África, a Índia, a Austrália e a Antártida). É interessante perceber que, em tempos históricos, os navegadores portugueses restabeleceriam, por mar, a conexão que, em eras remotas, unira o Brasil à África e à Índia.



Em torno de 36% do território brasileiro (algo perto de 3 milhões de quilômetros quadrados) é constituído por maciços antigos que fizeram parte da Gondwana. Eles formam a ossatura rochosa do país. São antiquíssimos escudos cristalinos, remanescentes da Era Pré-Cambriana, cuja idade varia entre 1 e 3 bilhões de anos (*área verde-clara*). O escudo das Guianas, por exemplo, formou-se há 2,5 bilhões de anos.

Os outros 64% do território brasileiro (cerca de 6 milhões de quilômetros quadrados) estão recobertos pelos sedimentos e detritos resultantes da ação erosiva das águas e dos ventos sobre as antigas e suntuosas montanhas graníticas da Gondwana: vento rápido e água mole se chocando sem cessar contra pedra dura ao longo de 2 bilhões de anos. Nessas áreas sedimentares surgiram as chapadas e chapadões tipicamente brasileiros. Vários deles estão recobertos pela lava resultante dos estupendos derrames basálticos ocorridos no Período Triássico, há cerca de 220 milhões de anos (*área amarela*), quando o Brasil foi palco de grandes atividades vulcânicas. Já os terrenos formados durante a Era Cenozóica, iniciada há 66 milhões de anos (*área roxa*), são de pequena espessura, mas possuem ampla distribuição horizontal. São áreas que estiveram anteriormente cobertas pelo mar (*leia o quadro abaixo*) e se concentraram basicamente na região amazônica e no Pantanal.

Por fim, o mais recente capítulo da história geológica brasileira desenrolou-se há cerca de 1 milhão de anos, no Período Quaternário, durante o qual se formaram as planícies costeiras, constituídas pelo lento depósito da areia jogada pelo oceano Atlântico sobre a grande massa granítica que forma a plataforma continental brasileira, ao longo de todo o litoral.

O MAR INTERIOR

Um dos mais dramáticos episódios da história geológica do Brasil foi o surgimento de um vasto mar interior na região da bacia Amazônica e nas bacias do Parnaíba e do Paraná. Esse mar raso penetrou na região durante o Período Siluriano, há 430 milhões de anos. Antes do surgimento dos Andes, o mar que ocupava a Amazônia era uma espécie de canal entre os atuais oceanos Atlântico e Pacífico. Já a união entre as bacias do Paraná e do Parnaíba se estabeleceu através de um braço de mar que ocupava a região dos atuais rios Araguaia e Tocantins. Um quarto da superfície do Brasil esteve ocupada pelo mar (*área azul*).

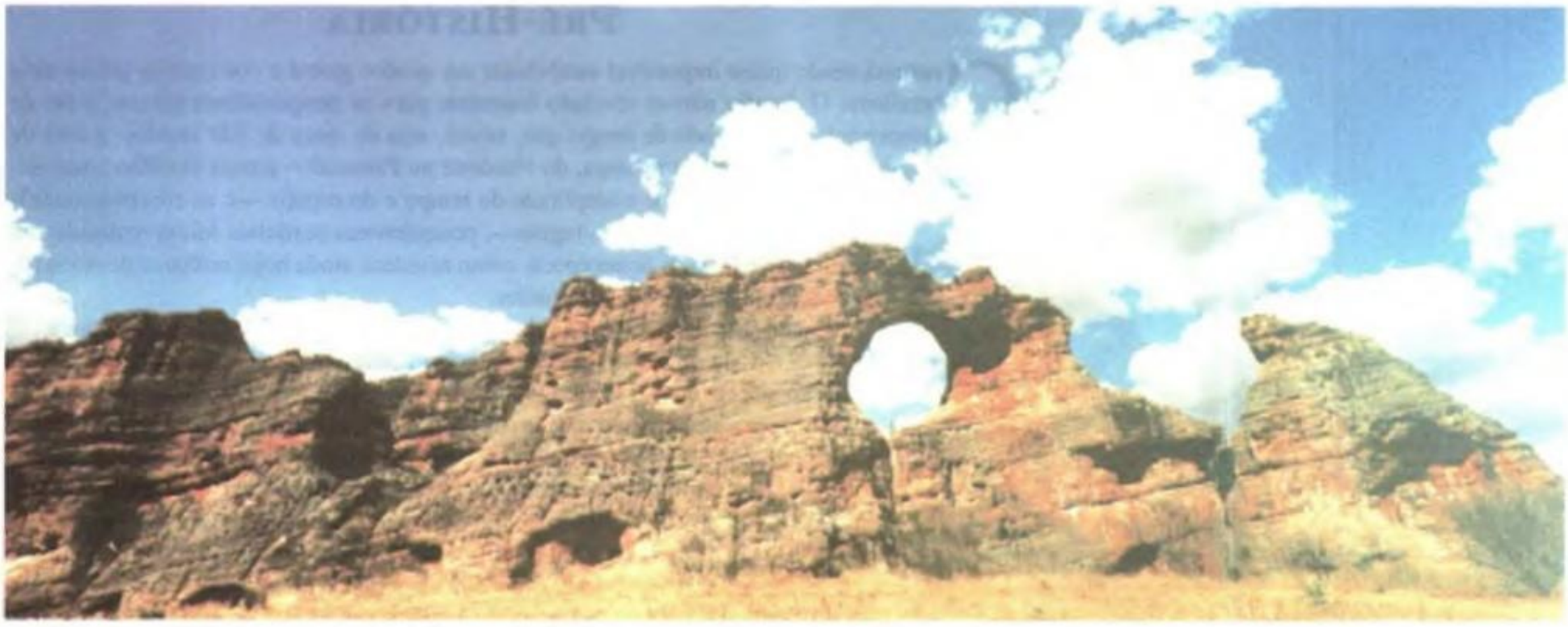
PRÉ-HISTÓRIA

Continua sendo quase impossível estabelecer um quadro global e coerente da pré-história brasileira. O desafio tem-se revelado frustrante para os pesquisadores porque, além de compreender um período de tempo que, talvez, seja de cerca de 500 séculos, a área de pesquisa —da Amazônia ao pampa, do Nordeste ao Pantanal— possui vastidão continental. Como se não bastasse a amplitude do tempo e do espaço —e as enormes modificações climáticas ocorridas na região—, pouquíssimas pesquisas foram realizadas no Brasil antes de 1965. E nessa época, como acontece ainda hoje, milhares de sítios arqueológicos já haviam sido destruídos.

Não se sabe com certeza desde quando o homem está na América, embora a estimativa e a via de penetração oficialmente aceitas —12 mil anos atrás, através do estreito que em épocas glaciais unia a Ásia ao Alasca— estejam sob o ataque constante de novas datações e novas teorias. Há indícios (ainda não inteiramente comprovados) de que os primeiros paleoíndios chegaram ao Brasil há pelo menos 50 mil anos e teriam vindo por via marítima, depois de cruzar o Pacífico. Seja como for, é certo que por volta de 12 mil anos antes do presente (AP) —como dizem os arqueólogos—, durante a transição entre os períodos Pleistoceno e Holoceno, todo o território brasileiro já estava ocupado por grupos de caçadores e coletores pré-históricos. Tais grupos são divididos pelos arqueólogos em tradições, estabelecidas de acordo com os resquícios de sua cultura material —essencialmente instrumentos de pedra e pinturas rupestres. Grande parte do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil era ocupada por membros da chamada tradição Nordeste, que possuía indústria lítica refinada e fazia belas pinturas rupestres. Ao redor de 7.000 anos atrás, esse grupo foi substituído pelas tribos da tradição Agreste, que não dominava as artes, exceto a da guerra. No Sul, a tradição mais antiga é a Ibicuí, estabelecida na bacia do rio Uruguai há cerca de 13 mil anos. Eram caçadores que enfrentavam os animais da megafauna, como a preguiça gigante megatério *(na gravura ao lado)*. Entre 6500 e 2000 AP surgiu, de São Paulo para o Sul, a tradição Humaitá. A agricultura desenvolveu-se a partir de 3500 AP e a cerâmica pouco depois. É difícil estabelecer um vínculo entre as tribos pré-históricas e as encontradas pelos portugueses. O certo é que, quanto mais se iluminarem as trevas do passado, mais o Brasil conhecerá o próprio futuro.

O SENHOR DAS OSSADAS

Foi um encontro fortuito e desconcertante, mas, acima de tudo, foi uma coincidência decisiva. Em outubro de 1834, Peter Lund, naturalista dinamarquês —homem refinado, culto e rico, amigo pessoal do filósofo Sören Kierkegaard—, cavalgava pelo mar de morros areentos e chapadões requentados do cerrado de Minas Gerais. No vilarejo de Curvelo, parou para descansar numa taberna imunda à beira da estrada. Lá, acabou deparando com o também dinamarquês Peter Claussen, um sujeito em tudo diferente dele: brutal, ganancioso e rústico. Ainda assim, aquele seria um momento fundamental não só para o próprio dr. Lund, mas para a história da ciência. Foi Claussen quem conduziu Lund às grutas repletas de ossadas de animais antediluvianos dispersas por todo o vale do rio das Velhas. Aqueles eram os primeiros fósseis encontrados no trópico, e a eles Peter Lund dedicaria o resto de sua vida. Durante meio século, passados nas mais árduas condições, Lund se entregou às páginas de pedra do grande livro que, ao longo dos milênios, a natureza havia composto nas reentrâncias encantadas das grutas calcárias de Minas Gerais. Penetrou em mais de 200 cavernas e identificou as ossadas de 115 mamíferos pré-históricos. Em 1843, depois de descobrir fósseis como os do megatério e de visitar inúmeras vezes a soberba gruta de Maquiné, Lund fez a mais espantosa de suas descobertas: os ossos do Homem da Lagoa Santa —os mais antigos vestígios humanos até então encontrados no Novo Mundo. Apesar de nunca mais ter saído de Minas Gerais, Lund —cujo trabalho era financiado pela Sociedade de Ciências de Copenhague— tornou-se famoso na Europa, sendo citado por Charles Darwin (de quem discordava), no clássico "A Origem das Espécies". Lund escreveu mais de 40 livros sobre a fauna e a flora pré-históricas do Brasil, a maior parte deles ainda inédita em português. Morreu em maio de 1880 e está enterrado na sua amada Lagoa Santa.



Os Primeiros Brasileiros

Trata-se do sítio arqueológico mais polêmico do mundo, e um dos mais agrestes e deslumbrantes também. A Pedra Furada é um bloco rochoso avermelhado de 150 metros de altura que se ergue em meio à vastidão desolada da caatinga, no município de São Raimundo Nonato, sudoeste do Piauí. Foi ao pé desse paredão arenítico, numa gruta adornada por centenas de pinturas rupestres chamada de Toca do Boqueirão, que a pesquisadora Niéde Guidon encontrou os vestígios arqueológicos mais controversos deste final de século. São apenas pedaços de carvão, como tantos outros achados em cavernas pré-históricas. A diferença é que as cinzas desenterradas da Toca do Boqueirão podem pertencer a fogueiras acesas há mais de 50 mil anos.

De acordo com a teoria mais plausível e mais aceita, a América teria sido povoada por caçadores nômades que migraram da Ásia, cruzando pela ponte de gelo que, durante as eras glaciais, unia a Sibéria ao Alasca, através do estreito de Bering. Esse movimento migratório teria começado há cerca de 11 mil anos, data dos vestígios mais antigos descobertos até agora. Se os carvões encontrados por Niéde Guidon de fato forem indícios de fogueiras acesas por seres humanos, toda a teoria da ocupação da América terá de ser revista —e, com ela, vários conceitos nos quais se fundamentam a arqueologia e a antropologia dos povos do Novo Mundo.

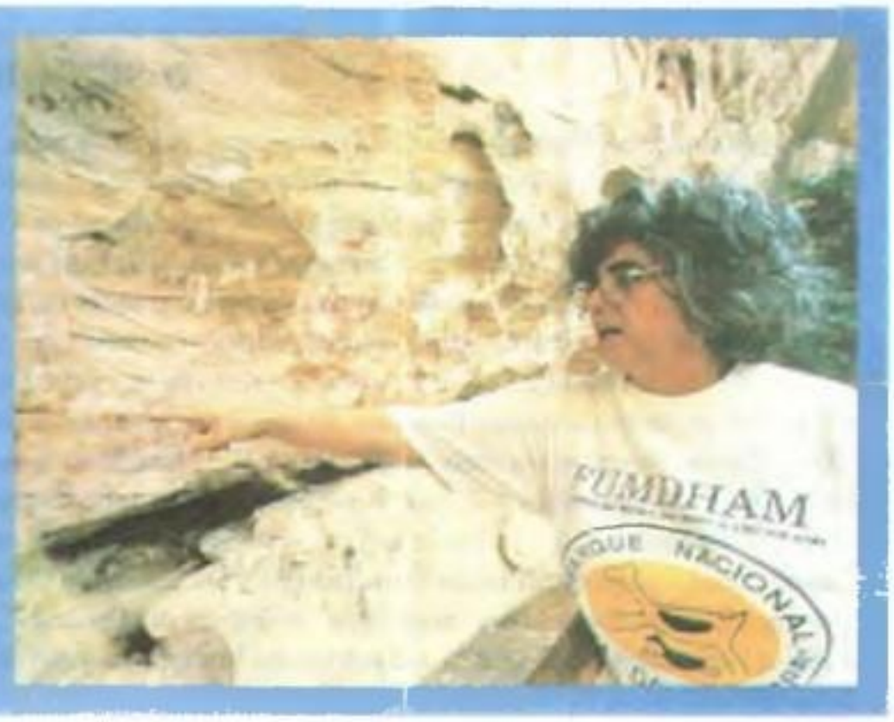
É natural, portanto, que exista grande resistência por parte da comunidade científica internacional em aceitar as datações obtidas por Guidon. Quem lidera a oposição é Betty Meggers, do Smithsonian Institute, de Washington, uma das arqueólogas mais respeitadas do mundo. A datação dos pedaços de carvão recolhidos por Guidon foi feita na França pela técnica do carbono 14, em 1981. Ninguém duvida de que os carvões da Toca do Boqueirão tenham, de fato, 48 mil anos —a questão é que, segundo Meggers e seus aliados, eles são fruto de queimadas naturais, e não de fogueiras feitas por caçadores primitivos.

De todo o modo, para além de qualquer polêmica, a Pedra Furada, a Toca do Boqueirão e a região adjacente formam um deslumbrante conjunto natural. Toda a área faz parte do Parque Nacional da Serra da Capivara, criado em junho de 1995 e desde 1986 tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. No parque, de mais de 1.300 km², há 400 sítios arqueológicos, dos quais 260 com pinturas rupestres. Só na Pedra Furada, são mais de mil. Pintadas com uma mistura de óxido de ferro, cera de ouvido e esperma diluídos em água, elas registram, com requinte visual e vigor narrativo, o cotidiano, o mundo natural e o universo espiritual do povo que as concebeu e realizou. Tais pinturas, porém, foram feitas há cerca de 12 mil anos —quase 30 mil anos depois de terem ardido as fogueiras da discórdia.

A MULHER DAS CAVERNAS

Ela percorre trilhas pedregosas em meio às asperezas da caatinga como se estivesse nas calçadas da avenida Paulista ou nos corredores da Sorbonne. Dirige jipes e furgões, mas poderia estar numa limusine. Enfrentou uma avalanche de críticas da comunidade científica internacional, mas, para quem já sobreviveu à fúria assassina de um enxame de abelhas, não foi difícil escapar ilesa. Niéde Guidon, nascida em 1933, é um "cabra-macho". Pelo menos é o que dizem dela os caboclos e matutos de São Raimundo Nonato, onde essa arqueóloga formada na França é mais conhecida que o prefeito ou o padre.

Guidon é a principal responsável pela existência do Parque Nacional da Serra da Capivara, onde chegou em 1970 e de onde praticamente não saiu mais. Hoje, sonha em criar tatus e tamanduás e ver um espetáculo de som e luz montado na Pedra Furada, com um coral cantando as "Bachianas Brasileiras", de Villa-Lobos, em pleno sertão. Segue firme em suas pesquisas e acha que a recusa dos arqueólogos americanos em aceitar suas descobertas é fruto do "colonialismo, da intolerância e do provincianismo científico". "A turma de Washington vai ter que acabar aceitando que o modelo convencional para a ocupação da América —proposto por eles— precisa mudar", diz.



O Brasil Indígena

Quem são, de onde vieram, para onde vão? Cinco séculos depois do primeiro encontro, os índios brasileiros permanecem um mistério para o homem branco. Não se pode afirmar com certeza de onde vieram, embora a teoria da migração via estreito de Bering continue sendo a mais provável —mesmo tendo perdido a primazia e, principalmente, a exclusividade. Quando teriam chegado à América também é assunto ainda polêmico: 12 mil, 38 mil ou 53 mil anos atrás? Ninguém sabe ao certo. Sabe-se apenas que aqui estavam.

De qualquer forma, sua simples presença já era um enigma. Quem seriam aqueles homens "nus, pardos, de bons narizes e bons corpos", que negros não eram, nem mouros, nem hindus? Descenderiam de qual das dez tribos de Israel? Ou de qual dos três filhos de Noé? Teriam alma? Em caso afirmativo, como poderiam ter vivido tanto tempo à margem de Deus?

Cristóvão Colombo decidira chamá-los de índios —mas índios os portugueses sabiam que não eram. O que seriam então esses "negros da terra"? Bons selvagens, como sugeriu Pero Vaz de Caminha (e os filósofos Rousseau, Montaigne e Diderot ecoaram), ou antropófagos bestiais, como quiseram outros cronistas? Defini-los de que forma se alguns eram brutais e intratáveis, como os aimorés —que comiam carne humana "por mantimento e não por vingança ou pela antiguidade de seus ódios"—, e outros tão mansos e pacíficos, como os carijós, "o melhor gentio da costa"?

Passados 500 anos de convivência sempre conflituada, o índio continua sendo pouco mais do que um mito brasileiro. Afinal, são defensores da ecologia, como o caiapó Paulinho Paiakan, ou apenas selvagens e "estupradores"... como Paulinho Paiakan? São pessimistas incuráveis, que se suicidam por puro desespero, como os guaranis-caiovás, ou empresários bem-sucedidos, como os caiapós? Podem ser três, como os xetás, ou 23 mil, como os ticunas. Para onde vão? A resposta não depende deles.

A história brasileira não registra um único herói indígena —nem aqueles que ajudaram os portugueses a conquistar a terra, como Tibiriçá, que salvou São Paulo; Araribóia, que venceu os franceses, ou Felipe Camarão, que bateu os holandeses. Não há um só atleta ou escritor nativo. Houve um político indígena, o cacique Mário Juruna, mas ele foi abandonado em Brasília. Raoni é um herói, mas não no Brasil —é um herói de Sting, o "pop-star" cheio de boas intenções e má consciência. Raoni se tornou só uma imagem. Uma imagem tão incongruente quanto a do quadro "O Último Tamoio", reproduzido nesta página. Nenhum jesuíta jamais chorou a morte do último tamoio, que eram aliados dos franceses e foram traídos pelos padres. Haverá alguém para chorar pelo último ianomâmi?

A POPULAÇÃO NATIVA

Jamais se saberá com certeza, mas quando os portugueses chegaram à Bahia os índios brasileiros somavam mais de 2 milhões —quase três, segundo alguns autores. Agora, dizimados por gripe, sarampo e varíola, escravizados aos milhares e exterminados pelas guerras tribais e pelo avanço da civilização, não passam de 325.652 —menos do que dois Maracanãs lotados. Ainda assim, são 215 nações e 170 línguas diferentes. As tribos mais ameaçadas de extinção são os xetás, do Paraná (restam apenas três indivíduos), os junas, do Amazonas (sete) e os avás-canoeiros (14, dos quais só seis contatados). As tribos mais numerosas são os ticunas (23 mil índios), os xavantes e os caiapós. A idade média dos índios brasileiros é 17,5 anos, porque mais da metade da população tem menos de 15 anos. A expectativa de vida é de 45,6 anos, e a mortalidade infantil é de 150 para cada mil nascidos. Existem pelo menos 50 grupos que jamais mantiveram contato com o homem branco, 41 dos quais nem sequer se sabe onde vivem, embora seu destino já pareça traçado: a extinção os persegue e ameaça.

Os Senhores do Litoral

Dos baixios lamacentos do Maranhão às longas extensões arenosas da costa do Rio Grande do Sul, praticamente todo o litoral brasileiro estava ocupado por tribos do grupo tupi-guarani quando, em abril de 1500, Pedro Álvares Cabral desembarcou nas areias faiscantes de Porto Seguro. Havia cerca de 500 anos, tupinambás e tupiniquins tinham assegurado a posse dessa longa e recortada costa, expulsando para os rigores do agreste as tribos "bárbaras", que chamavam de tapuias.

O que os conduzira até lá não fora apenas um impulso nômade: partindo do atual território do Paraguai, na bacia do rio Paraná (ainda que alguns estudiosos acreditem que o movimento talvez tenha começado na Amazônia), os tupis-guaranis deram início, ao redor do ano 1000 da Era Cristã, a uma ampla migração religiosa, em busca da Terra Sem Males. Ao invés do paraíso, depararam, cinco séculos depois, com estranhos homens barbudos e pálidos, vindos do Leste. A história desse encontro é a história de um genocídio. As seguintes tribos ocupavam as praias brasileiras, de norte a sul:

Potiguar: Senhoreavam a costa desde São Luís até as margens do Parnaíba, e das margens do rio Acaraú, no Ceará, até a cidade de João Pessoa, na Paraíba. Exímios canoeiros, inimigos dos portugueses, seriam uns 90 mil.

Tremembé: Grupo não-tupi, que vivia do sul do Maranhão ao norte do Ceará, entre os dois territórios potiguares. Grandes nadadores e mergulhadores, foram, alternadamente, inimigos e aliados dos portugueses. Eram cerca de 20 mil.

Tabajara: Viviam entre a foz do rio Paraíba e a ilha de Itamaracá. Aliaram-se aos portugueses. Deviam ser uns 40 mil.

Caeté: Os deglutidores do bispo Sardinha viviam desde a ilha de Itamaracá até as margens do rio São Francisco. Depois de comerem o bispo, foram considerados "inimigos da civilização". Em 1562, Mem de Sá determinou que fossem "escravizados todos, sem exceção". Assim se fez. Seriam 75 mil.

Tupinambá: *veja o texto abaixo.*

Aimoré: Grupo não-tupi, também chamado de botocudo, vivia do sul da Bahia ao norte do Espírito Santo. Grandes corredores e guerreiros temíveis, foram os responsáveis pelo fracasso das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Só foram vencidos no início do século 20. Eram apenas 30 mil.

Tupiniquim: Foram os índios vistos por Cabral. Viviam no sul da Bahia e em São Paulo, entre Santos e Bertioga. Eram 85 mil.

Temiminó: Ocupavam a ilha do Governador, na baía de Guanabara, e o sul do Espírito Santo. Inimigos dos tamoios, aliaram-se aos portugueses. Sob a liderança de Araribóia, foram decisivos na conquista do Rio. Eram 8.000 na ilha e 10 mil no Espírito Santo.

Goitacá: Ocupavam a foz do rio Paraíba. Tidos como os índios mais selvagens e cruéis do Brasil, encheram os portugueses de terror. Grandes canibais e intrépidos pescadores de tubarão, eram cerca de 12 mil.

Tamoio: Os verdadeiros senhores da baía de Guanabara, aliados dos franceses e liderados pelos caciques Cunhambebe e Aimberê, lutaram até o último homem. Eram 70 mil.

Carijó: Seu território ia de Cananéia (SP) até a lagoa dos Patos (RS). Vistos como "o melhor gentio da costa", foram receptivos à catequese. Isso não impediu sua escravização em massa por parte dos colonos de São Vicente. Em 1554, participaram do ataque a São Paulo. Eram cerca de 100 mil.

OS TUPINAMBÁS

Os tupinambás constituíam o povo tupi por excelência —o pai de todos, por assim dizer. As demais tribos tupis eram, de certa forma, suas descendentes, embora o que de fato as unisse fosse a teia de uma inimizade crônica. Os tupinambás propriamente ditos ocupavam da margem direita do rio São Francisco até o Recôncavo Baiano. Seriam mais de 100 mil. De todos os povos indígenas litorâneos, é o mais conhecido. A gravura ao lado mostra dois guerreiros tupinambás ("muito belicosos, amigos de novidades e demasiadamente luxuriosos") ladeando um dos seis índios que, em 1612, capuchinhos franceses levaram do Maranhão para Paris.

O Banquete Antropofágico

De todos os "costumes bárbaros" que professavam os índios brasileiros quando da chegada dos colonizadores ao Novo Mundo, nenhum se revelou mais espantoso aos olhares europeus do que a antropofagia. Ainda que o canibalismo não fosse prerrogativa dos indígenas e já houvesse, em plena Europa, o registro de casos ocorridos em épocas de crise, nada conhecido até então se comparava aos requintes tétricos do banquete antropofágico tal como realizado por quase todos os tupis e tapuias.

A morte ritualizada e a deglutição eucarística dos cativos representavam o ponto culminante de uma cerimônia cujo sacramento maior, e o objetivo quase único, era a vingança. O festim canibal foi minuciosamente descrito por cronistas coloniais, entre os quais os padres franceses Jean de Léry, André Thevet e Claude d'Abbeville. A narrativa mais impressionante, porém, foi feita pelo mercenário alemão Hans Staden, prisioneiro dos tupinambás entre 1554 e 1557. Graças a eles é possível reconstituir, passo a passo, as etapas do banquete.

A vítima era capturada no campo de batalha e pertencia àquele que primeiro a houvesse tocado. Triunfalmente conduzido à aldeia do inimigo, era insultado e maltratado por mulheres e crianças. Tinha de gritar: "Eu, vossa comida, cheguei". Após essas agressões, porém, era bem tratado, recebia como companheira uma irmã ou filha de seu captor e podia andar livremente —fugir era uma ignomínia impensável. O cativo passava a usar uma corda presa ao pescoço: era o calendário que indicava o dia de sua execução, o qual podia prolongar-se por muitas luas (e até por vários anos). Quando a data fatídica se aproximava, os guerreiros preparavam ritualmente a clava com a qual a vítima seria abatida. A seguir, começava o ritual, que se estendia por quase uma semana e do qual participava toda a tribo, das mulheres aos guerreiros, dos mais velhos aos recém-nascidos.

Na véspera da execução, ao amanhecer, o prisioneiro era banhado e depilado. Depois, deixavam-no "fugir", apenas para recapturá-lo em seguida. Mais tarde, o corpo da vítima era pintado de preto, untado de mel e recoberto por plumas e cascas de ovos. Ao pôr-do-sol iniciava-se uma grande beberagem de cauim —um fermentado de mandioca.

No dia seguinte, pela manhã, o carrasco avançava pelo pátio, dançando e revirando os olhos. Parava em frente ao prisioneiro e perguntava: "Não pertences à nação... [*tal ou qual*], nossa inimiga? Não mataste e devoraste, tu mesmo, nossos parentes?" Altiva, a vítima respondia: "Sim, sou muito valente, matei e devorei muitos..." Replicava então o executor: "Agora estás em nosso poder; logo serás morto por mim e devorado por todos".

Para a vítima, aquele era um momento glorioso, já que os índios brasileiros consideravam o estômago do inimigo a sepultura ideal. O carrasco desferia então um golpe de tacape na nuca da vítima. Velhas recolhiam, numa cuia, o sangue e os miolos: o sangue devia ser bebido ainda quente. A seguir, o cadáver era assado e escaldado, para permitir a raspagem da pele. Introduzia-se um bastão no ânus, para impedir a excreção. Os membros eram esquartejados e, depois de feita uma incisão na barriga do cadáver, as crianças eram convidadas a devorar os intestinos. A seguir, retalhava-se o tronco, pelo dorso. Língua e miolos eram destinados aos jovens. Os adultos ficavam com a pele do crânio e as mulheres com os órgãos sexuais. As mães embebiam o bico dos seios em sangue e amamentavam os bebês. As crianças eram encorajadas a besuntar as mãos no sangue vertente e celebrar a consumação da vingança. Os ossos do morto eram preservados: o crânio, fincado numa estaca, ficava exposto em frente da casa do vencedor; os dentes eram usados como colar e as tíbias transformavam-se em flautas e apitos.

Uma Festa Brasileira na França

O profundo impacto que os índios brasileiros provocaram nos viajantes europeus ao serem vistos —desnudos pintados, dançando (e eventualmente comendo uns aos outros)— nas praias do Novo Mundo, seria largamente amplificado assim que alguns deles foram levados para a Europa e exibidos na corte. O primeiro embarcaria já na caravela que Cabral fez retornar a Portugal com a notícia da descoberta do Brasil. "E foi recebido com alegria do Rei e do Reino. Não se fartavam os grandes e pequenos de ver e ouvir o gesto, a falla, os meneios daquelle novo individuo da geração humana. Huns o vinhão a ter por um Semicapro, outros por um Fauno, ou por alguns daquelles monstros antiguos, entre poetas celebrados", escreveu o padre Simão de Vasconcellos em 1658.

A surpresa não foi exclusividade portuguesa: já em 1504, o francês Paulmier de Goneville levou para a França o filho de um cacique carijó, chamado Essomeriq. Seria apenas o primeiro de uma longa série de nativos conduzidos a Paris, Rouen e Lyon durante as seis décadas em que os franceses frequentaram as costas brasileiras, traficando pau-brasil e permanentemente dispostos a estabelecer uma colônia em pleno coração do território luso, fosse no Rio, fosse no Maranhão.

Mas nenhuma iniciativa dos franceses envolvendo os índios brasileiros pode ser comparada, em assombro e magnificência, à chamada Festa Brasileira em Rouen. Dispostos a impressionar o rei Henrique 2º e a rainha Catarina de Medici —e convencê-los a investir mais nas expedições ao Brasil—, os armadores e comerciantes de Rouen prepararam uma impressionante celebração quando da visita real à cidade, no dia 1º de outubro de 1550.

Em uma área às margens do rio Sena, montaram uma autêntica maquete das terras brasileiras: as árvores foram enfeitadas com flores e frutos trazidos do Brasil, as matas repletas de micos, saguis e papagaios. Entre as malocas indígenas, desnudos e bronzeados, andavam 300 homens e mulheres. Pelo menos 50 eram tupinambás genuínos, trazidos da Bahia ou do Maranhão especialmente para a comemoração. Os demais eram marinheiros normandos que conheciam bem o Brasil, fluentes em tupi e no trato com os índios. As mulheres foram recrutadas entre as prostitutas locais.

Era mais do que uma exibição: era um quadro vivo. E, desde o início, havia ação: indígenas e figurantes caçavam, pescavam, namoravam nas redes, colhiam frutas e carregavam o pau-brasil. E então, subitamente, no clímax do espetáculo, a aldeia tupinambá foi assaltada por um bando de tabajaras —índios que, no Brasil, eram aliados dos portugueses. Ocas foram incendiadas, canoas viradas, árvores derrubadas. Houve um combate simulado, ainda que feroz, ao fim do qual os tabajaras haviam sido amplamente derrotados. Na platéia, além do rei e da rainha franceses, estavam também a rainha Mary Stuart, da Escócia, duques, condes e barões, os embaixadores da Espanha, da Alemanha, de Portugal e da Inglaterra, bispos, prelados, cardeais e inúmeros príncipes, além de Nicolas Villegaignon —todos assombrados com aquela espetaculosa representação da vida nos trópicos: o primeiro show brasileiro na Europa.

Durante anos os índios brasileiros continuariam causando sensação na França. Em 1613 três deles tocaram maracas na composição que Gautier, um músico da corte, fez para homenagear os tupinambás (*gravura ao lado*). Mais tarde, acabariam sendo usados num outro tipo de homenagem —desta vez, filosófica.

O Mito do Bom Selvagem

O principal legado da tumultuada relação entre Brasil e França durante o período colonial não foi político nem econômico: foi no campo das idéias. É provável que tenha sido a frequente presença de índios brasileiros na corte francesa a principal responsável pelo surgimento do mito do bom selvagem —tese que, dois séculos depois de seu aparecimento, adquiriria contornos revolucionários e se transformaria num dos motores da Revolução Francesa.

Tudo começou com Michel de Montaigne (1533-1592), que não apenas tinha um criado que convivera com os índios do Brasil durante a malfadada experiência da França Antártica entre 1556 e 1558, no Rio, como manteve contato pessoal com três tupinambás, na França, em 1562. A partir desses dois episódios, e da leitura atenta que fez dos livros de André Thevet e Jean de Léry, Montaigne compôs seu clássico ensaio "Os Canibais" —texto que está na origem do mito do bom selvagem e cujos efeitos seriam duradouros.

Com o fulgor e radicalismo típicos, Montaigne traça um painel idílico e vigoroso da vida selvagem, da qual se serve, como num espelho convexo, para atacar os "malefícios da civilização". Ainda assim, ao final do texto, não esquece de ironizar os índios que idealizou: "Está tudo muito bem, mas, bom Deus, eles não usam cuecas!"

"Des Caniballes" teria profunda e duradoura influência entre filósofos do século 17, como Locke e Spinoza, e, mais especialmente, entre os humanistas do século 18. Em "O Espírito das Leis", que redigiu em 1748, Montesquieu louva o amor à liberdade e o igualitarismo entre os índios. No verbete "Selvagens" de sua monumental "Enciclopédia", publicada em 1761, Diderot também apresenta uma versão idealista e altamente elogiosa dos povos indígenas. Nada se compara, porém, é claro, ao clamor revolucionário e à paixão incandescente com a qual Jean-Jacques Rousseau escreveu, entre 1753 e 1760, "Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens" e "O Contrato Social".

Ambos os textos foram meditados em seus devaneios de caminhante solitário pela floresta, em Saint-Germain. Ambos defendem a idéia da bondade natural do homem e de sua corrupção pela civilização. Ambos serviram para estimular os revoltosos de julho de 1789.

Voltaire, uma espécie de versão bizarra de Rousseau, também abordaria o tema. Como lhe convinha, porém, o fez com escárnio e escracho no romance "Candide", de 1759. Além do ataque frontal aos jesuítas, o herói de Voltaire, que viaja, em companhia de sua amante, pelo Paraguai, Brasil e Guianas, deplora os costumes canibais. Nesse sentido, Voltaire ecoa o ceticismo cínico de Shakespeare que, dois séculos antes, zombara do idealismo de Montaigne ao criar, na peça "The Tempest", o personagem Caliban —um selvagem rude e cruel.

Ainda assim, as idéias defendidas por Montaigne em "Os Canibais" prevaleceram, e até hoje são elas que parecem pautar —para o bem e para o mal— a visão dos europeus sobre os nativos americanos.

Voltaire, Montaigne e Rousseau: *Os três grandes filósofos franceses que idealizaram o mito do bom selvagem*

TRISTES TRÓPICOS

O etnólogo Claude Lévi-Strauss perpetuou, no século 20, a ligação que desde o século 17 uniu intelectuais franceses aos índios brasileiros. Pai do estruturalismo e um dos maiores antropólogos de todos os tempos, Lévi-Strauss veio para o Brasil em 1935, para se juntar ao grupo de professores franceses que lecionava na recém-inaugurada USP. Disposto a ultrapassar os limites da vida acadêmica, Lévi-Strauss logo partiu para uma grande viagem pelo interior do Brasil. Nela, manteve contato, estudou e apaixonou-se pelos cadiueus e bororos de Mato Grosso e pelos nhambiquaras, de Rondônia. A pesquisa profunda que fez de suas estruturas de parentesco, de suas tatuagens e de sua riqueza linguística ajudou a romper com o evolucionismo linear e a dar uma nova dimensão para a etnologia. Apesar de dizer-se avesso aos livros de viagem, Lévi-Strauss narrou sua jornada —que incluiu incursões ao Paraná, Santa Catarina e Goiás— no clássico "Tristes Trópicos", no qual descreve o Brasil urbano por uma ótica crítica e ferina, lamentando a forma como o país tratava suas florestas e seus indígenas. A profecia de Lévi-Strauss se tornou uma realidade brutal, e as tribos que ele conheceu são indigentes à beira da estrada.

Os Brancos de Alma Indígena

Não foi apenas uma árdua jornada de dez anos por territórios jamais percorridos por gente civilizada. Não foi só uma expedição científica irretocável, na qual astrônomos, etnólogos, botânicos, zoólogos e geólogos realizaram um trabalho exemplar. Foi, acima de tudo, uma missão humanitária e uma viagem de autodescobrimento.

Durante dez anos, de 1907 a 1917, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas construiu 2.000 quilômetros de linhas telegráficas unindo Mato Grosso ao Acre, percorreu cerca de 10 mil quilômetros e botou no mapa mais 15 rios até então desconhecidos.

Muito mais importante que a obra geográfica e científica, no entanto, foi seu legado humanista. Comandada pelo então tenente Cândido Mariano da Silva Rondon, a missão contatou e pacificou as mais hostis e temidas tribos do Brasil Central e da Amazônia. Numa época em que os índios eram abatidos a tiros ao primeiro encontro, a Comissão Rondon abriu novas perspectivas para a dramática relação entre os dois povos.

Ao substituir o ódio pela ternura, a suspeita pela confiança e as carabinas por miçangas, Rondon se tornou o maior dos humanistas brasileiros e o mais respeitado defensor dos índios em todo o continente. Méritos que as tragédias que se seguiram não puderam apagar.

Descendente de índios terenas, o marechal Rondon nasceu em Mato Grosso em 1865. Sua carreira indigenista teve início em 1900, quando, formado pela Academia Militar do Rio, voltou a Mato Grosso para ajudar na construção da linha telegráfica que ligaria Cuiabá ao Araguaia. Participou então do processo de pacificação dos bororos. Em 1907, foi incumbido de estender a linha telegráfica até o Acre, cruzando 3.000 quilômetros de selvas e sertões desconhecidos. Durante essa jornada épica, Rondon cunharia a frase que se tornou o símbolo de sua relação com os índios, a marca de sua vida e obra: "Morrer se preciso for, matar nunca". Em 1910, Rondon fundou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), primeiro órgão do governo a tratar da questão indígena, criado quatro séculos após o descobrimento do Brasil.

CURT NIMUENDAJU

Nimuendaju, em tupi-guarani, quer dizer "aquele que fez seu próprio lar". Era uma definição tão perfeita que, em 1906, Curt Unkel decidiu adotá-la como nome. Fazia apenas três anos, ele desembarcara no porto de Santos, vindo de Jena, Alemanha, onde nasceu em 1883. Ao contrário de seus companheiros de viagem, que seguiram para o sul, decidiu embrenhar-se nas matas do Oeste de São Paulo. Lá, encontrou os guaranis-apinacauás, foi adotado pela tribo e trocou de nome. Estava começando a carreira do maior etnólogo brasileiro de todos os tempos. Durante os 40 anos seguintes, Curt Nimuendaju percorreria o Brasil de norte a sul, estudando e vivendo com os caingangues, terenas, xavantes, caiapós, xetas, txucarramães, araras, parintintins, macus e várias outras tribos. Deixou mais de 50 livros, quase nenhum traduzido para o português. Morreu em 1945, às margens do Amazonas, sem jamais ter retornado ao convívio com os brancos. Foi enterrado como o índio que de fato havia se tornado.

IRMÃOS VILLAS BOAS

Orlando, Cláudio e Leonardo, os irmãos Villas Boas, foram os continuadores naturais da obra de Rondon, com quem começaram a trabalhar durante a expedição Roncador–Xingu, em 1945, feita sob a supervisão do SPI. Quando essa expedição partiu em direção ao centro geográfico do país, os sertões do Brasil Central eram praticamente "terra incógnita". Apesar das viagens de reconhecimento feitas por Von Spix e Von Martius (1875), Carl von Steiden (1884) e pelo próprio Rondon, em companhia do então presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, a região nunca fora explorada.

Fartos da vida de escriturários que levavam na cidade grande, os irmãos Villas Boas partiram de São Paulo dispostos a se engajar na aventura. Planejada pela Fundação Brasil Central para impedir que as vastas extensões desabitadas do país fossem ocupadas "por potências estrangeiras", a expedição só recrutava mateiros experientes. Como jamais haviam estado na selva, Orlando, Cláudio e Leonardo foram vetados.

De tanto insistir, acabaram sendo aceitos e, no dia 12 de junho de 1945, faziam parte do grupo que cruzava o rio das Mortes, entrando no território ainda intocado dos índios xavantes. Depois de três anos de marcha, Orlando foi nomeado chefe da expedição por determinação do próprio Rondon (que não participou da jornada). Nos dois anos seguintes, construiu 18 campos de pouso e pacificou os xavantes, os jurunas e os caiabis. Em 1951, terminada a expedição, Orlando iniciou uma campanha pela criação de um parque nacional no Xingu, no qual a vida selvagem —e especialmente as tribos indígenas— pudesse sobreviver. Dez anos mais tarde, quando o parque, enfim, foi criado, Orlando Villas Boas tornou-se seu primeiro diretor. O Xingu se transformaria então no modelo idílico para todas as reservas indígenas do planeta. Apesar das constantes ameaças, o Xingu —fruto da dedicação e do esforço de Orlando, Cláudio e Leonardo— segue como um refúgio e um santuário encravado no coração do Brasil.

Os Ianomâmis

A tragédia dos ianomâmis é o primeiro genocídio anunciado e documentado do Brasil. Desde o início dos anos 70, antropólogos e missionários vêm alertando para o extermínio daquele que, talvez, seja o mais primitivo dos povos americanos. Restam hoje apenas 8.000 ianomâmis no Brasil (e 12 mil na Venezuela). São 20% a menos do que em 1975 —ano em que o Projeto Radam revelou que, sob o solo ocupado havia séculos pela tribo, existiam bilhões de dólares em diamantes, bauxita, ouro, cassiterita, nióbio, tório, tântalo.

Em 1992, o então presidente Collor regulamentou os 9,4 milhões de hectares da reserva ianomâmi —área maior do que a Holanda. Mas invasões e garimpos ilegais prosseguiram e, em 13 de agosto de 1993, pelo menos 20 índios foram massacrados por invasores. Os culpados nunca foram punidos. Os ianomâmis, vivendo há pelo menos mil anos na região, se consideram o primeiro povo criado por Deus. Segundo suas lendas imemoriais, quando o último pajé ianomâmi morrer, o mundo também morrerá.

Pobres índios ricos: os ianomâmis estão entre os povos mais primitivos do planeta

O cacique da grana: o caiapó Paulinho Paiakan com seu bimotor, no Pará

Os Caiapós

Eles se transformaram nos índios mais polêmicos do Brasil. Explorando a riqueza existente nos 3,3 milhões de hectares de sua reserva no sul do Pará —especialmente o mogno e o ouro—, os caiapós viraram os índios mais ricos do Brasil. Movimentam cerca de US$ 15 milhões por ano, derrubando, em média, 20 árvores de mogno por dia e extraindo 6.000 litros anuais de óleo de castanha. Quem iniciou a expansão capitalista dos caiapós foi o controvertido cacique Tutu Pompo (morto em 1994). Para isso, destituiu o lendário Raoni e enfrentou a oposição de outro caiapó famoso, Paulinho Paiakan. Ganhador do Prêmio Global 500 da ONU, espécie de Oscar ecológico, admirado pelo príncipe Charles e por Jimmy Carter, Paiakan foi acusado do estupro de uma jovem estudante branca, em junho de 1992. A absolvição, em novembro de 94, não parece tê-lo livrado do peso da suspeita. Paiakan —mitificado na Europa, criminoso no Brasil— é uma contradição viva e um símbolo da relação entre brancos e índios.

Juruna e Raoni

Dois caciques, dois destinos. O xavante Juruna e o txucarramãe Raoni são os dois índios mais conhecidos do Brasil. De certa forma, vivem vidas opostas, embora ambos tenham recorrido ao mundo dos brancos para resolver os problemas de suas tribos. Mário Juruna, filho do cacique xavante Apoenã, nasceu na aldeia próxima a Barra do Garças (MT) em 1942. Seis anos depois, sua tribo foi contatada pela primeira vez, pela expedição do sertanista Chico Meirelles. Dez anos mais tarde, em 1959, Juruna resolveu deixar a aldeia e conhecer de perto a vida dos brancos. Trabalhou em fazendas, viajou de carona, passou fome e, anos depois, voltou para casa. Não ficou muito tempo lá: na década de 70, passou a percorrer os gabinetes da Funai, em Brasília, lutando pela demarcação da terra xavante. Foi então que se tornou famoso: jamais era visto sem seu gravador, "pra registrar tudo o que o branco diz". Em 1981, Juruna foi eleito deputado federal pelo PDT. Findo o mandato, e abandonado pela tribo, ficou na miséria, em Brasília.

Raoni também perdeu uma eleição: foi destituído do cargo de cacique dos caiapós-txucarramães por Tutu Pompo. Perdeu em casa, mas ganhou o mundo. Acompanhando o cantor Sting, Raoni percorreu o planeta, foi recebido por alguns dos mais poderosos políticos do planeta e conseguiu atenção e dinheiro para a causa indígena no Xingu e na Amazônia. Raoni nasceu em 1942. Ficou famoso em 1976, quando o francês Jean-Pierre Dieleux dirigiu um documentário sobre sua vida. Raoni encarna o mito do bom selvagem.

O Futuro dos Índios no Brasil

Como na história bíblica de Ló —o sobrinho de Abraão que sobreviveu à destruição de Sodoma e Gomorra e teve de praticar o incesto com as duas filhas para evitar o fim da própria tribo—, apenas uma relação incestuosa poderá salvar os índios avás-canoeiros da extinção. Outrora temidos e numerosos —eram mais de 3.000 em 1750—, os avás-canoeiros não são agora mais do que dez. Entre essa única e última dezena de sobreviventes, apenas o garoto Trumack (nascido em 1987) e a menina Potdjawa (de 1989) podem ter filhos. Só que Potdjawa e Trumack (*na foto, banhando-se no rio Tocantins*) são irmãos. Como entre muitos outros povos do mundo, entre os avás-canoeiros a pena para o incesto é a morte. O dilema dessa tribo é exemplar: haverá para os índios do Brasil futuro que não seja perverso?

Mais desesperador do que o caso dos avás-canoeiros é o dos xetás, do Paraná, tribo da qual só restam três membros. Do descobrimento até hoje, mais de mil grupos étnicos já foram extintos no Brasil. Sobram 200 tribos e pouco mais de 300 mil índios. Suas reservas (*veja o mapa*) ocupam 850 mil quilômetros quadrados, ou cerca de 10% do território nacional —área sob ameaça de invasores e posseiros. Às vésperas do terceiro milênio, o Brasil ainda trata seus nativos como mero entrave ao avanço da civilização. Na aurora do século 21, não é possível dizer ainda se haverá salvação para os habitantes originais de Pindorama, a Terra das Palmeiras.

De todos os dramas vividos pelas tribos brasileiras, o mais rumoroso tem sido o do suicídio coletivo dos guaranis-caiovás, de Mato Grosso do Sul. Agrupados em reservas improdutivas, submetidos a um regime de trabalho semi-escravo e despojados de suas tradições, 236 caiovás (ou caiuás) se mataram em menos de uma década. Só em 1995, foram 54 os que cometeram o *deduí*, o suicídio ritual —ou rito de "apagar o sol", como os próprios índios, trágica e poeticamente, o denominam.

Em dezembro de 1995, o então ministro da Justiça Nélson Jobim foi a Mato Grosso e aumentou a área de uma das menores reservas dos caiovás. No mesmo dia, porém, o jovem Odair Lescano, de 17 anos, enforcou-se no abacateiro em frente da sua choupana *(na foto à esquerda, a irmã mostra onde o encontrou: a árvore foi derrubada pela família)*. Poucas semanas antes da morte de Lescano, antropólogos da Funai haviam contatado,em Rondônia, um casal de índios (*à direita*) de um grupo desconhecido até então. De acordo com os dois sobreviventes, o restante da tribo já fora exterminado por fazendeiros. No Brasil, a Idade da Pedra ainda não acabou.

O Descobrimento

Na terça-feira à tarde, foram os grandes emaranhados de "ervas compridas a que os mareantes dão o nome de rabo-de-asno". Surgiram flutuando ao lado das naus e sumiram no horizonte. Na quarta-feira pela manhã, o vôo dos fura-buchos —uma espécie de gaivota— rompeu o silêncio dos mares e dos céus, reafirmando a certeza de que a terra se encontrava próxima. Ao entardecer, silhuetados contra o fulgor do crepúsculo, delinearam-se os contornos arredondados de "um grande monte", cercado por terras planas, vestidas de um arvoredo denso e majestoso.

Era 22 de abril de 1500. Depois de 44 dias de viagem, a frota de Pedro Álvares Cabral vislumbrava terra —mais com alívio e prazer do que com surpresa ou espanto. Nos nove dias seguintes, nas enseadas generosas do sul da Bahia, os 13 navios da maior armada já enviada às Índias pela rota descoberta por Vasco da Gama permaneceriam reconhecendo a nova terra e seus habitantes.

O primeiro contato, amistoso como os demais, deu-se já no dia seguinte, quinta-feira, 23 de abril. O capitão Nicolau Coelho, veterano das Índias e companheiro de Gama, foi a terra, em um batel, e deparou com 18 homens "pardos, nus, com arcos e setas nas mãos". Coelho deu-lhes um gorro vermelho, uma carapuça de linho e um sombreiro preto. Em troca, recebeu um cocar de plumas e um colar de contas brancas. O Brasil, batizado Ilha de Vera Cruz, entrava, naquele instante, no curso da História.

O descobrimento oficial do país está registrado com minúcia. Poucas são as nações que possuem uma "certidão de nascimento" tão precisa e fluente quanto a carta que Pero Vaz de Caminha enviou ao rei de Portugal, dom Manuel, relatando o "achamento" da nova terra. Ainda assim, uma dúvida paira sobre o amplo desvio de rota que conduziu a armada de Cabral muito mais para oeste do que o necessário para chegar à Índia. Teria sido o descobrimento do Brasil um mero acaso?

É provável que a questão jamais venha a ser esclarecida. No entanto, a assinatura do Tratado de Tordesilhas, que, seis anos antes, dera a Portugal a posse das terras que ficassem a 370 léguas (em torno de 2.000 quilômetros) a oeste de Cabo Verde, naturalidade com que a nova terra foi avistada, o conhecimento preciso das correntes e das rotas, as condições climáticas durante a viagem e a alta probabilidade de que o país já tivesse sido avistado anteriormente parecem ser a garantia de que o desembarque, naquela manhã de abril de 1500, foi mera formalidade: Cabral poderia estar apenas tomando posse de uma terra que os portugueses já conheciam, embora superficialmente. Uma terra pela qual ainda demorariam cerca de meio século para se interessarem de fato.

OS TUPINIQUINS

Ao longo dos dez dias que passou no Brasil, a armada de Cabral tomou contato com cerca de 500 nativos. Eram, se saberia depois, tupiniquins —uma das tribos do grupo tupi-guarani que, no início do século 16, ocupava quase todo o litoral do Brasil. Os tupis-guaranis tinham chegado à região numa série de migrações de fundo religioso (em busca da "Terra sem Males"), no começo da Era Cristã. Os tupiniquins viviam no sul da Bahia e nas cercanias de Santos e Bertioga, em São Paulo. Eram uns 85 mil. Por volta de 1530, uniram-se aos portugueses na guerra contra os tupinambás-tamoios, aliados dos franceses. Foi uma aliança inútil: em 1570 já estavam praticamente extintos, massacrados por Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil.

Um Império Ultramarino

O grande impulso que conduziu a frota de Pedro Álvares Cabral de Lisboa a Calicute, na Índia —e o levou a descobrir o Brasil no meio do caminho— foi apenas um pequeno, ainda que reluzente, movimento na grande sinfonia que configura o processo de expansão ultramarina dos portugueses ao redor do planeta. Para muitos historiadores, é justamente a "abertura" do mundo desencadeada pelos navegadores de Portugal que estabelece, mais que o advento da imprensa ou a queda de Constantinopla, o legítimo início da Era Moderna. Ao se aventurarem "por mares nunca dantes navegados", os portugueses derrubaram os mitos da geografia arcaica e provaram, com adorável arrogância, que o ciclo do saber não estava fechado a sete selos. Sua aventura marítima foi o primeiro processo humano de dimensões planetárias.

Simples pescadores até o crepúsculo do século 13, os portugueses começaram a constituir sua Marinha no alvorecer do século 14, tendo por mestres os genoveses. Em 1415, sob o comando de d. João 1°, a frota portuguesa alçou-se em sua primeira investida militarista e conquistou Ceuta, no Marrocos. Seria o marco inicial de uma aventura expansionista que, pelos dois séculos seguintes, estendeu o domínio português pelos sete mares e pelos cinco continentes. A obra de d. João 1° teve continuidade com seu filho, o infante d. Henrique, que vislumbrou nos oceanos o futuro de Portugal.

Em 1420, navegadores formados na escola de d. Henrique (re)descobriram a ilha da Madeira. Em 1434, Gil Eanes venceu o cabo Bojador, no Saara espanhol. Em 1455, foi descoberto o Cabo Verde e, em 1488, Bartolomeu Dias atingiu o limite da África, dobrando o cabo das Tormentas, rebatizado da Boa Esperança. Em 1498, Vasco da Gama, enfim, desvendou a rota da Índia. Mais tarde os portugueses chegariam à China e ao Japão. Lisboa se tornou, então, uma cidade cosmopolita, cujos estaleiros viviam em febril atividade e as ruas eram percorridas por astrônomos judeus, banqueiros genoveses, cartógrafos catalães, marinheiros italianos e mercadores holandeses. A capital de Portugal se tornava também a capital do mundo.

O PRÍNCIPE DAS MARÉS

Apesar de os historiadores terem cada vez mais dúvidas sobre a real existência da Escola de Sagres —que o infante d. Henrique (1394-1460) teria fundado no promontório mais ocidental da Europa—, é inegável o fato de que o príncipe, filho de d. João 1° e membro da Ordem de Cristo, foi o maior responsável pelo avanço dos lusitanos em direção ao oceano Atlântico, o Mar Tenebroso cujo horizonte sombrio a obra de seus nautas ousou desvendar. O infante é o patrono do Novo Mundo.

Porto de Partida: Lisboa se tornou a capital do expansionismo europeu no século 16

O POETA DOS DESCOBRIMENTOS

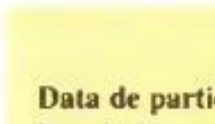
A odisséia dos navegadores portugueses pelos mares da Terra encontrou seu Homero na figura de um marujo caolho e temperamental de nome Luís Vaz de Camões —o maior poeta da língua portuguesa de todos os tempos. Em 1569, depois de viajar pela Índia e pela China, Camões chegou a Lisboa trazendo a versão original de "Os Lusíadas", o grande poema épico que concedeu aos descobrimentos portugueses a imortalidade só referendada pelas obras-primas.

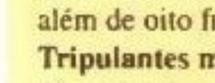
A Viagem de Cabral

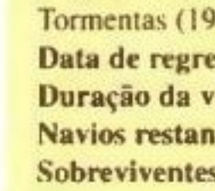
Pero de Ataíde

Vasco de Ataíde

Nuno Leitão


Luís Pires


Simão de Pina


Sancho Tovar

Era domingo, e Lisboa, capital ultramarina da Europa, estava em festa. Os 13 navios da frota mais poderosa já armada por Portugal balouçavam nas águas reluzentes do Tejo. "E muitos batéis rodeavam as naus e ferviam todos com suas librés de cores diversas, que não parecia mar, mas um campo de flores, e o que mais elevava o espírito eram as trombetas, atabaques, tambores e gaitas", registrou uma testemunha do dia memorável. Oito meses antes, chegara àquele mesmo porto a diminuta frota de Vasco da Gama. Trazia a notícia que durante quase um século fora a obsessão portuguesa: desvendara, enfim, a rota marítima que conduzia à Índia. Agora, o rei d. Manuel queria que todos, especialmente os espiões espanhóis, italianos e franceses, vislumbrassem a gloriosa partida de sua nova missão —comercial e guerreira— ao reino das especiarias.

Celebrava-se a missa. No altar estava d. Diogo Ortiz, um dos três homens que, uma década antes, vetara financiamento português ao projeto de Colombo de chegar à Índia pelo rumo do oeste. Junto a ele, Pedro Álvares Cabral, filho, neto e bisneto de conquistadores, mais militar do que navegador, rezava, silente. Aos 32 anos, estava pronto para sua primeira missão em além-mar.

Cabral

Os navios partiram na segunda-feira, 9 de março de 1500. Cabral e Gama haviam conversado longamente. Dois anos antes, ao fazer um grande arco no rumo do oeste, para aproveitar melhor as correntes do Atlântico, Gama passara tão perto do Brasil que talvez tenha mesmo pressentido a presença de terra. Cabral se aventurou ainda mais em direção ao poente (tanto que, segundo seus cálculos, julgava estar no local onde hoje é Brasília). Descobriu a Terra dos Papagaios —a escala ideal para as Índias.

Dez dias depois, ao zarpar de Porto Seguro, Cabral parece ter deixado ali, além de dois degredados e dois grumetes desertores, a porção que lhe restava de sorte. Na terceira semana de maio, nas proximidades do cabo das Tormentas, depois de um cometa ter luzido no céu por dez noites, uma gigantesca tempestade se abateu sobre a frota. Quatro naus, entre as quais a de Bartolomeu Dias, foram tragadas pelo mar. Não houve sobreviventes. Reduzida a sete embarcações (uma havia naufragado logo após a partida e o navio de mantimentos seguira de volta a Portugal com a notícia da descoberta), a armada chegou à Índia em fins de agosto. Obteve permissão para fundar uma feitoria, mas, em 16 de dezembro, o estabelecimento foi atacado. Cabral reagiu e bombardeou Calicute por dois dias, provocando grandes estragos. Com seis navios restantes repletos de especiarias, iniciou a viagem de volta. Foi bem recebido pelo rei. A seguir, porém, caiu em desgraça na corte. Retirou-se para Santarém. Lá morreu em 1520, quase na obscuridade —virtualmente sem saber que revelara ao mundo um país que era quase um continente.

Nicolau Coelho

Gaspar de Lemos

Simão Miranda

Aires da Silva

Diogo Dias

Bartolomeu Dias

DIÁRIO DE BORDO

Data de partida: 9 de março de 1500.
Local: do porto no rio Tejo, na praia do Restelo, em Lisboa.
Número de embarcações: 10 naus (cerca de 500 toneladas cada) e três caravelas
Tripulação: aproximadamente 1.500 homens, entre os quais 1.200 homens de armas, pilotos portugueses, árabes e indianos, intérpretes, degredados, marujos, grumetes, além de oito frades e oito clérigos franciscanos.
Tripulantes mais conhecidos: Bartolomeu Dias (o primeiro a dobrar o cabo das Tormentas), seu irmão Diogo (escrivão da armada de Vasco da Gama), Nicolau Coelho (um dos pilotos de Gama e personagem dos "Lusíadas"), Duarte Pacheco (autor do célebre guia de navegação "Esmeraldo de Situ Orbe").
Itinerário de ida: Lisboa — ilhas Canárias (14/3/1500) — Cabo Verde (22/3) — Porto Seguro (22/4) — cabo das Tormentas (24/5) — Sofala, em Moçambique (16/6) — Melinde, no Quênia (6/7) — Goa, Índia (22/8) — Calicute, Índia (13/9).
Itinerário de volta: Cananor, Índia (16/1/1501) — Moçambique (12/2) — cabo das Tormentas (19/4) — Cabo Verde (15/7).
Data de regresso: 23 de julho de 1501, novamente na praia do Restelo, em Lisboa.
Duração da viagem: 500 dias.
Navios restantes: seis.
Sobreviventes: em torno de 500 homens.

A Semana de Vera Cruz

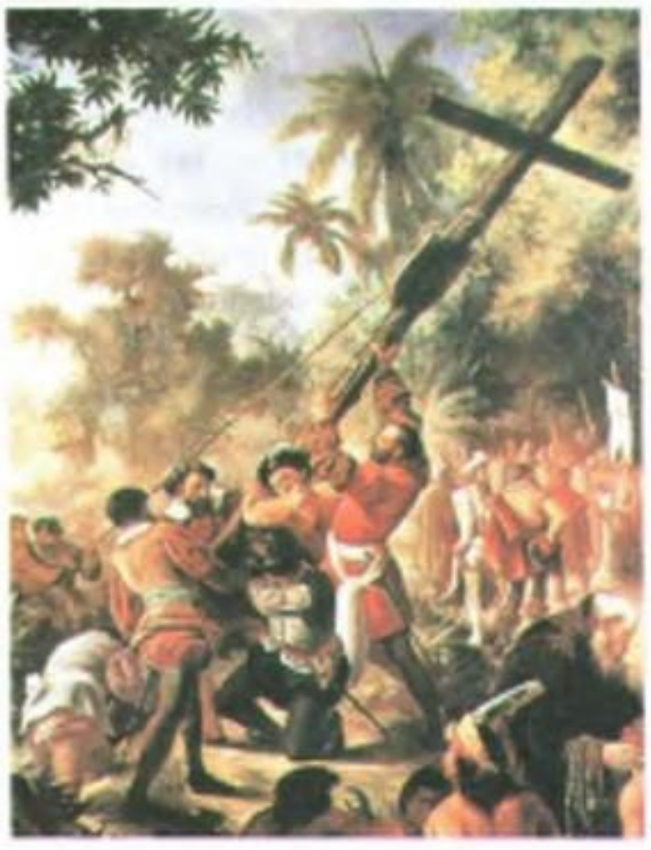
As ordens eram claras: a portentosa esquadra de Pedro Álvares Cabral estava em missão rumo à Índia. Deveria seguir pela rota descoberta por Vasco da Gama, estabelecer relações comerciais e diplomáticas com o samorim de Calicute e, de imediato, fundar uma feitoria em pleno coração do reino das especiarias. Por isso, apesar da exuberância da paisagem, da complacência dos nativos e das benesses do clima, os portugueses permaneceram apenas dez dias nas paragens paradisíacas da Ilha de Vera Cruz.

No dia 2 de maio de 1500, 11 navios partiram rumo à malagueta, à canela e ao gengibre. O décimo segundo, sob o comando de Gaspar de Lemos, zarpou na direção oposta, levando ao reino as cartas que anunciavam o achamento da nova terra. Quantas foram as missivas que a nau dos mantimentos conduziu em seu bojo é questão que jamais se elucidará. O certo é que tanto Cabral como os demais capitães enviaram relatos ao rei. Ainda assim, apenas três cartas sobreviveram. De longe, a melhor e mais detalhista é a redigida pelo escrivão Pero Vaz de Caminha. Graças a ela, é possível reconstituir, passados cinco séculos, o período que alguns historiadores chamam de "Semana de Vera Cruz". Assim foram os dias inaugurais do Brasil:

Quarta-feira, 22 de abril de 1500 — No fim da tarde, a frota de Cabral avistou o cume do monte Pascoal. Ao crepúsculo, a 24 quilômetros da praia e a uma profundidade de 34 metros, os navios lançaram âncoras.

Quinta-feira, 23 de abril — Às 10 horas da manhã, os navios ancoraram defronte da foz do rio Caí. Nicolau Coelho, veterano das Índias, foi até a praia, num bote, e lá fez o primeiro contato com 18 nativos.

Sexta-feira, 24 de abril — Por conselho dos pilotos, a armada levantou âncora e partiu em busca de melhor porto. Encontraram-no, seguro, 70 quilômetros mais ao norte. Ali, dois nativos subiram a bordo. Pouco falaram e logo dormiram no tombadilho da nave de Cabral.



"Saímos em terra com a bandeira e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o capitão o sítio (onde) haviam de fazer a cova para a fincar."

Sábado, 25 de abril — Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e Pero Vaz de Caminha foram à praia e encontraram cerca de 200 indígenas. Houve troca de presentes de pouco valor.

Domingo, 26 de abril — Frei Henrique, franciscano que seria inquisidor, rezou a primeira missa em solo brasileiro, na Coroa Vermelha. Houve grande confraternização entre nativos e estrangeiros ao longo de todo o domingo.

Segunda-feira, 27 de abril — Diogo Dias e dois degredados visitaram a aldeia dos tupiniquins, erguida a uns 10 quilômetros da praia. Não lhes foi permitido dormir lá.

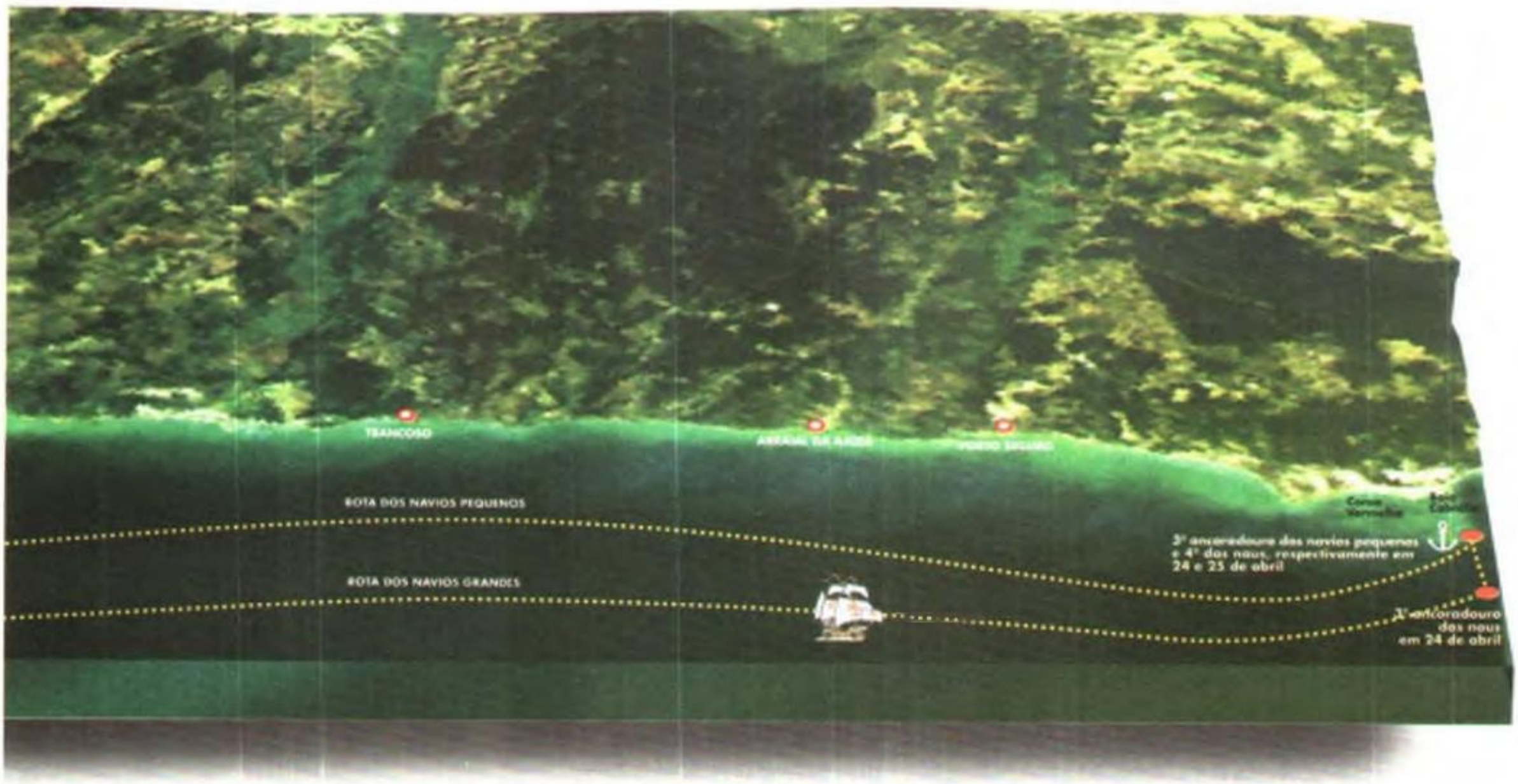
Terça-feira, 28 de abril — Os portugueses fizeram lenha, lavaram roupa e prepararam uma grande cruz.

Quarta-feira, 29 de abril — Ao longo de todo o dia, o navio dos mantimentos, que seria enviado de volta a Portugal, foi esvaziado de sua carga.

Quinta-feira, 30 de abril — Cabral e os capitães desembarcaram. Na praia, havia uns 400 nativos, com os quais eles passaram o dia dançando e cantando.

Sexta-feira, 1º de maio — A tripulação deixou os navios e seguiu em procissão para o erguimento da cruz.

Sábado, 2 de maio — A esquadra partiu para Calicute, o navio dos mantimentos foi para Portugal. Dois grumetes desertaram da nau capitânia. Na praia, aos prantos, foram deixados dois degredados.



A Carta de Nascimento

Por mais de três séculos, o principal e mais esplendoroso documento da descoberta do Brasil permaneceu desconhecido —"praticamente sequestrado", de acordo com o historiador português Jaime Cortesão— no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. Foi redescoberto em fevereiro de 1773 pelo guarda-mor do arquivo, José Seabra da Silva. Ainda assim, quase meio século se passaria antes de a carta de Pero Vaz de Caminha ser publicada pela primeira vez, pelo padre Manuel Aires do Casal, em sua "Corografia Brasílica", editada em 1817.

Somente em 1900, porém, quando da comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil, a carta voltaria a receber a atenção dos eruditos. Oito anos mais tarde, Capistrano de Abreu lançou seu extraordinário estudo "Vaz de Caminha e sua Carta". Só então se revelou plenamente a agudeza das observações, a fragrância dos retratos, a vivacidade descritiva, a precisão etnológica e a acuidade histórica daquela que pode ser considerada a autêntica certidão de nascimento do Brasil.

No instante em que Caminha escrevia a sua carta em Porto Seguro, havia mais de meio século que os escrivães portugueses exercitavam e afinavam a arte de registrar os fatos de maior relevo ocorridos em suas viagens marítimas. Praticamente nenhum desses relatos, no entanto, foi redigido por escrivães de ofício. Caminha seguia na frota de Cabral com a missão de tornar-se o escrivão da futura feitoria de Calicute. Mas era mais do que isso: era um escritor feito, homem de letras, requintado e perspicaz, em pleno domínio de sua arte. O texto que Caminha legou à posteridade não apenas captura, com minúcia e fluência, o alvorecer de uma nação como constitui sua primeira obra-prima.

"Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, e ali estiveram conosco, assistindo a ela, perto de 50 ou 60 deles (índios), assentados todos de joelhos assim como nós."

Ainda assim, a carta do mestre João —físico-mor da armada de Cabral— e a chamada "Relação do Piloto Anônimo" (publicada já em 1507) ficaram, de início, muito mais famosas que o relato de Caminha. Todos os documentos relativos à primeira viagem ao Brasil submergiram, porém, no mesmo ostracismo ao qual Cabral foi relegado, depois de se recusar a assumir a subchefia de uma nova esquadra que seria enviada para a Índia. Após seu desempenho na viagem de 1500, ele se julgava em condições de ser comandante de qualquer missão.

O terremoto que em 1755 abalou Lisboa também colaborou para o sumiço momentâneo da documentação. Por caminhos ainda misteriosos, a carta de Pero Vaz chegaria até o Arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro, provavelmente quando da vinda da família real para o Brasil, em 1808. Dez anos mais tarde, seria enfim publicada pelo padre Aires do Casal.

Pero Vaz de Caminha nasceu na cidade do Porto na quinta década do século 15. Filho de família relativamente nobre, fora cavaleiro das casas de d. Afonso 5º, de d. João 2º e de d. Manuel. Deveria ter cerca de 50 anos quando se juntou à frota de Cabral. A carta que o imortalizou viria a ser um de seus últimos atos: quando a feitoria lusitana em Calicute foi atacada, em 16 de dezembro de 1500, entre os mortos em combate estava o profético cronista do nascimento do Brasil.

O Reino do Pau-Brasil

Em plena vertigem da Índia, com a malagueta inflamando as imaginações, a notícia da descoberta de Cabral seria recebida, em Lisboa, com decepção e fastio. A nova terra não possuía metais preciosos nem especiarias. O tédio e a desilusão, porém, não teriam sido imediatos à chegada da nave de Gaspar de Lemos, que levava as cartas confirmando o "achamento" do Brasil (e, talvez, levasse também algumas toras de pau-brasil). Mas a expedição seguinte, feita em 1501 para reconhecer o país, da qual participou, como cosmógrafo, o florentino Amerigo Vespucci (ou Américo Vespúcio), traçaria o destino do novo território, reduzindo-o, por quase meio século, à condição de mero coadjuvante no grande painel das descobertas portuguesas.

"(...) nessa costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil (...) e já tendo estado na viagem bem dez meses, e visto que nessa terra não encontrávamos coisa de minério algum, acordamos nos despedirmos dela", escreveu Vespúcio, em setembro de 1504, ao magistrado de Florença Piero Soderini, repetindo o que já dissera ao rei de Portugal, d. Manuel.

Durante as duas primeiras décadas, desinteressada de colonizar a terra descoberta por Cabral, a Coroa portuguesa acabou por transformá-la numa imensa fazenda de pau-brasil, logo arrendada à iniciativa privada. Dessa forma, a árvore que ajudou a dar nome ao país começaria a se tornar também a mais perfeita metáfora vegetal do Brasil —mais do que a borracha, o açúcar ou o café.

O pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) tingia linhos, sedas e algodões, concedendo-lhes um "suntuoso tom carmesim ou purpúreo": a cor dos reis e dos nobres. Uma espécie semelhante, a *Caesalpinia sappan*, nativa de Sumatr já era conhecida na Europa desde os primórdios da Idade Média. A partir do século 17, porém, praticamente todos os tecidos produzidos em Flandres e na Inglaterra passaram a ser coloridos pelo "pau-de-tinta" brasileiro.

Nessa época, a indústria têxtil já começara a se tornar o motor da economia européia. Depois de anos de contrição ou andrajos, as mulheres do continente descobriam, enfim, o requintes da moda. Abria-se, assim, enorme mercado para as roupas realçadas pela polpa da árvore extraída aos milhões do litoral da Bahia e Pernambuco. A operação era realizada por centenas de traficantes espanhóis, ingleses e, sobretudo, franceses. Eles foram os primeiros e genuínos "brasileiros" —e os únicos de fato merecedores desse nome.

O DONO DO PAÍS

Durante dez anos o Brasil teve um dono. Ao fechar um contrato de exclusividade para a exploração do pau-brasil, em 1502, o cristão-novo Fernão de Noronha arrendou o país por três anos, à frente de um consórcio de judeus conversos. O acordo teria sido renovado em três ocasiões. As obrigações do cartel eram: explorar o pau-brasil, defender a terra contra a cobiça de espanhóis e franceses, estabelecer uma feitoria, explorar 900 léguas (5.900 quilômetros) de litoral e pagar um quinto dos lucros à Coroa.

Em 1503, Noronha armou sua primeira expedição, descobriu a ilha que hoje tem seu nome e iniciou a exploração do "pau-de-tinta". Noronha, ou Loronha, agente dos judeus alemães Fugger (monopolistas do cobre), era um rico armador nascido em Astúrias, na Espanha, que enviava frotas à Índia e possuía uma rede internacional de negócios, com sede em Londres. Durante uma década, foi o proprietário do Brasil.

"Quanto ao meio de carregar essa mercadoria [o pau-brasil], direi que tanto por causa da dureza, e consequente dificuldade em derrubá-la, como por não existirem (...) animais para transportá-la, é ela arrastada por meio de muitos homens; e se os estrangeiros que por aí viajam não fossem ajudados pelos selvagens não poderiam sequer em um ano carregar um navio de tamanho médio. Os selvagens, em troca de algumas roupas, chapéus, facas, machados (...) cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil, transportando-o nos ombros nus às vezes de duas a três léguas [de 13 a 20 quilômetros] por sítios escabrosos, até a costa junto aos navios ancorados, onde os marinheiros o recebem."

Jean de Léry, "Viagem à Terra do Brasil", 1557

PAUS E JUROS

O pau-brasil foi o primeiro monopólio estatal do Brasil: só a metrópole podia explorá-lo (ou terceirizar o empreendimento). Seria, também, o mais duradouro dos cartéis: a exploração só foi aberta à iniciativa privada em 1872, quando as reservas já haviam escasseado brutalmente. Exploração não é o termo: o que houve foi uma devastação, com a derrubada de 70 milhões de árvores. Como que confirmando a vocação simbólica, o pau-brasil seria usado, em setembro de 1826, para o pagamento dos juros do primeiro empréstimo externo tomado pelo Brasil. Ao deparar com o Tesouro Nacional desprovido de ouro, d. Pedro I° enviou à Inglaterra 50 quintais (3t) de toras de pau-brasil para leiloá-las em Londres. A esperança do imperador de saldar a dívida com o "pau-de-tinta" esbarrou numa inovação tecnológica: o advento da indústria de anilinas reduzira em muito o valor da árvore-símbolo do Brasil. Os juros foram pagos com atraso. Em dinheiro, não em paus.

A Terra da Bem-Aventurança

O Brasil se chama assim por causa do pau-brasil, certo? Em parte. Apesar de os livros didáticos e o senso comum estabelecerem uma relação direta entre o nome do país e o da árvore, abundante no território descoberto por Cabral, a origem etimológica da palavra "brasil" é misteriosa e repleta de ressonâncias. Há mais de 20 interpretações sobre a origem do étimo e as discussões parecem longe do fim. O certo é que a palavra é muito mais antiga do que o costume de se utilizar o "pau-de-tinta" para colorir os tecidos. Mais certo ainda é que a lenda e a cartografia antigas assinalavam, em meio às névoas do Mar Tenebroso (o Atlântico), a existência de uma ilha mítica chamada Hy Brazil.

Por um lado, "brasil" vem do francês "brésil", que, por sua vez, é originário do toscano "verzino", como era denominada, na Itália, a madeira usada na tinturaria. Por outro, também é correto afirmar que "brasil" advém do celta "bress", origem do inglês "to bless" (abençoar), expressão que batizou a ilha da Bem-Aventurança, Hy Brazil.

Foi a incrível coincidência entre o vocábulo "bresail" (terra abençoada) e a palavra "brasil" que fez com que surgisse a confusão da qual resultou a certeza de que do nome da madeira nascera o nome do país. Segundo "O Brasil na Lenda e na Cartografia Antigas", estudo de Gustavo Barroso lançado em 1941, os homens letrados do século 16 não duvidavam que o nome Brasil provinha da ilha lendária. "Prevaleceu, porém, a opinião do vulgo, já que eram simples marinheiros aqueles que traficavam a madeira rubra."

O pau-brasil pode não ter dado seu nome ao país. Mas foi com certeza ele que batizou seu povo: eram chamados de "brasileiros" aqueles que traficavam o "pau-de-tinta". Se prevalecessem as regras gramaticais, os nativos do Brasil deveriam se chamar brasilienses.

A ILHA PROMETIDA

A ilha do Brasil, ou ilha de São Brandão, ou ainda Brasil de São Brandão, povoava a imaginação e a cartografia européias desde o alvorecer do século 9º. Segundo a lenda, Hy Brazil era uma das ilhas "movediças", "ressoante de sinos sobre o velho mar", que sumia maliciosamente no horizonte esfumado sempre que os nautas se aproximavam dela. Foi palco da lenda celta "Peregrinatio Sancti Brandani", escrita em latim no século 9º. Brandão, nascido na Irlanda no ano de 460, partira para o oceano, na companhia de 14 monges, em 565 (aos 105 anos, portanto) para evangelizar terras e povos ignotos. Depois de inúmeras peripécias, que as lendas ecoam, teria chegado a Hy Brazil, ou Terra da Promissão, onde morreu aos 181 anos de idade. Desde 1351 até pelo menos 1721, o nome Hy Brazil podia ser visto em mapas e globos. Até 1624, expedições ainda eram enviadas à sua procura.

Mapa do Brasil, Terra dos Papagaios, feito por Cantino,1502

OS NOMES DO BRASIL

Pindorama (nome indígena)
Ilha de Vera Cruz (1500)
Terra Nova (1501)
Terra dos Papagaios (1501)
Terra da Vera Cruz (1503)
Terra de Santa Cruz (1503)
Terra Santa Cruz do Brasil (1505)
Terra do Brasil (1505)
Brasil (a partir de 1527)

RAÍZES

NOME: *Caesalpinia echinata* (família *leguminosae*)
NOMES INDÍGENAS: ibirapitanga e arabutã
DISTRIBUIÇÃO: do RJ até o RN
ALTURA MÉDIA DE CADA ÁRVORE: entre 10m e 15m.
TAMANHO E PESO DAS TORAS: 1,5m e 30kg. Cada navio levava em média 5.000 toras para a Europa.
PARA DERRUBAR E PARTIR CADA ÁRVORE: em torno de quatro horas, com machado de pedra.
DISTÂNCIA DE ONDE ERAM TRAZIDAS: em 1558, de 18km da costa. Em 1890, a mais de 150km.
ÁRVORES DERRUBADAS: 70 milhões de pés. Foram mais de 3.000 toneladas por ano durante três séculos.
QUANTO VALIA O PAU-BRASIL: um navio carregado com a madeira valia sete vezes menos do que um navio cheio de especiarias. Ainda assim, dava um lucro de 300%.

Porto Seguro Hoje

Durante mais de quatro séculos, os encantos tropicais do litoral sul da Bahia se mantiveram virtualmente intocados. A exuberância e o frescor das praias, matas e mangues ainda eram, no alvorecer da sétima década do século 20, os mesmos da paisagem vislumbrada por Cabral e irretocavelmente descrita por Caminha. Inacessíveis por terra, Porto Seguro, Prado, Trancoso e Arraial da Ajuda pareciam imunes aos vírus da civilização.

Durante os anos do deslumbre, os hippies redescobriram a região. Mas foi a construção da BR-101, no final da década de 70, que levou ao palco do descobrimento horrores que o restante do Brasil já conhecia. A devastação das florestas, a extinção das espécies nativas, a marginalização das culturas indígenas, o crescimento populacional desordenado, a favelização, a precariedade da infra-estrutura urbana, o aumento e o fluxo incontrolável de veículos, o desmatamento de parques e reservas, o turismo predatório e a especulação imobiliária desenfreada abateram-se como uma nuvem funesta sobre os céus outrora límpidos de Porto Seguro.

A cidade onde o Brasil nasceu tornou-se um dos pólos turísticos mais procurados do país, recebendo meio milhão de visitantes por ano. Algumas das mais graves devastações da mata atlântica foram perpetradas justamente nessa região. Não apenas o patrimônio ambiental, mas também o patrimônio histórico de Porto Seguro foram duramente atingidos.

Nos anos 70, o prefeito Valdívio Costa mandou derrubar alguns dos mais antigos prédios da cidade e ergueu monumentos hediondos no lugar (*abaixo*). O Parque Nacional de Monte Pascoal (*ao lado*) permanece abandonado e a ação dos carvoeiros arrasou as matas ao seu redor. Só o projeto Museu Aberto do Descobrimento pode salvar Porto Seguro.

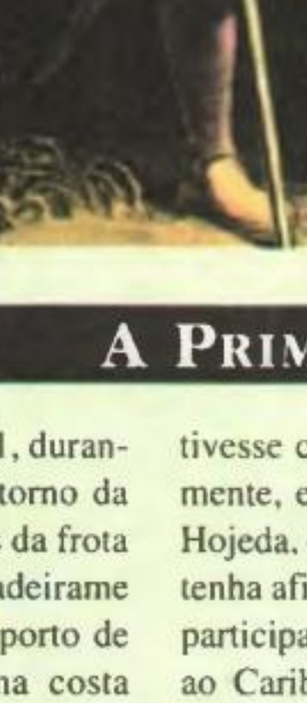
Apesar do avanço permanente da devastação, o cenário original da descoberta do Brasil se mantém relativamente imaculado. Os locais que a esquadra de Pedro Álvares Cabral visitou compõem um quadro de tal forma impactante que o conjunto da obra sugere a idéia de um museu a céu aberto. Em vez de pinturas, praias, mangues e florestas. Falésias e morretes no lugar de esculturas. Páginas vivas substituindo letras mortas. O projeto já existe. O Museu Aberto do Descobrimento, idealizado pela Fundação Quadrilátero do Descobrimento, é uma área de mil quilômetros quadrados que abrange todo o território onde o Brasil nasceu. Toda essa porção de terra seria tombada como "paisagem cultural". Os principais atrativos do parque seriam:

Marco Oceânico do Avistamento — Uma escultura em pleno oceano, encravada a 36km da costa.
Espaço do Primeiro Encontro — Na foz do rio Caí, onde nativos e portugueses se viram pela primeira vez.
Parque Nacional do Monte Pascoal — Criado em 1963, tem 22.500 hectares, mas está abandonado.
Pólo Ecológico da Mata Atlântica — Área de preservação, às margens do rio Caraíva.
Memorial da Primeira Missa — Na Coroa Vermelha, atualmente o espaço mais deteriorado do parque.

O projeto é utópico. Mas talvez seja justamente de utopia que o Brasil precise para renascer onde nasceu.

A Primeira Expedição

Em 2 de junho de 1501, durante sua viagem de retorno da Índia, duas caravelas da frota de Cabral —velas rotas, madeirame desgastado— chegaram ao porto de Bezeguiche, hoje Dacar, na costa africana. Ali, depararam com três navios da expedição de Gonçalo Coelho, que partira de Lisboa havia duas semanas para explorar a terra que, um ano antes, aquelas mesmas caravelas de Cabral tinham descoberto. Foi um encontro histórico: nesse dia, os portugueses concluíram que as terras recém-achadas não eram uma ilha, mas parte de um novo continente. A bordo de um dos navios da frota de Coelho estava Américo Vespúcio, um dos personagens mais controversos dos descobrimentos, que acabaria se tornando padrinho daquela nova terra.



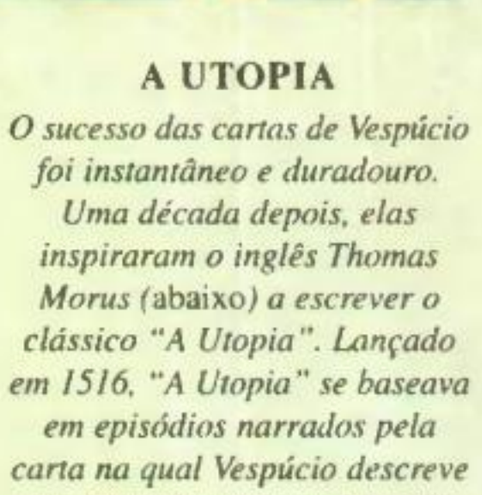
É provável que Vespúcio já tivesse cruzado o Atlântico anteriormente, em companhia de Alonso de Hojeda, em 1499, embora ele próprio tenha afirmado, mais tarde, que havia participado também de uma viagem ao Caribe em 1497, com o capitão Juan Díaz de Solis. Foi justamente essa viagem —jamais confirmada— que fez Vespúcio adquirir a fama de mentiroso e charlatão. Nascido em berço de ouro em Florença, em 1454, numa família bem-relacionada com os poderosos Medici, Vespúcio mudou-se para a Espanha em 1491. Chegou a ajudar nos preparativos da terceira viagem de Colombo, em 1498, antes de ele próprio partir para o mar. Mas, ao contrário de Colombo, teve certeza de que não estava na Índia, mas em um novo mundo.

A descrição detalhista que Vespúcio fez de sua viagem ao Brasil em 1501, na carta chamada "Mundus Novus", virou um dos maiores best sellers de sua época. Teve mais de 40 edições em seis línguas, todas ilustradas (*veja as gravuras nesta página*), e transformou o autor num homem famoso nos círculos cultos da Europa. Em 1507, quando revia as obras de Ptolomeu e produzia um novo mapa-múndi, o geógrafo alemão Martin Waldssemüller decidiu batizar *a quarta parte do mundo com o nome de seu descobridor, Américo*. Apesar do equívoco, o nome pegou.

Em 1513, pressionado por espanhóis, Waldssemüller retirou a proposta. Mas era tarde: a descrição que Vespúcio deixou da terra, dos animais, das plantas e dos índios do Brasil caiu tanto no gosto do público que, apesar dos méritos de Colombo, o Novo Mundo passou a ser definitivamente chamado de América.

A UTOPIA

O sucesso das cartas de Vespúcio foi instantâneo e duradouro. Uma década depois, elas inspiraram o inglês Thomas Morus (abaixo) *a escrever o clássico "A Utopia". Lançado em 1516, "A Utopia" se baseava em episódios narrados pela carta na qual Vespúcio descreve sua segunda viagem ao Brasil, em 1503, quando deixou 24 homens numa feitoria em Cabo Frio. Morus transportou a ação para uma ilha (talvez Fernando de Noronha) e imaginou que os exilados dariam início a uma sociedade perfeita. Na vida real, os homens de Vespúcio foram trucidados pelos índios.*



O Reconhecimento da Nova Terra

As duas viagens ao Brasil realizadas por Américo Vespúcio, ambas provavelmente comandadas por Gonçalo Coelho —a primeira, de 10 de maio de 1501 a 7 de setembro de 1502, e a segunda, de 10 de maio de 1503 a 28 de junho de 1504—, foram também as duas primeiras grandes missões de reconhecimento à terra descoberta por Cabral. E, por meio século, traçaram-lhe um destino inglório: não havia ouro à flor da terra, nem impérios a serem conquistados na região. A Coroa portuguesa desinteressou-se de colonizar o Brasil, embora não deixasse de enviar frequentes expedições ao país, mesmo porque, já em 1504, os franceses chegavam a Santa Catarina, logo seguidos pelos espanhóis. Durante a primeira década pós-descobrimento, o Brasil praticamente pertenceu ao consórcio formado para explorar o monopólio do pau-brasil, o qual a cada ano enviava pelo menos três expedições ao país. Graças ao diário de bordo de uma delas, a nau Bretoa, sabe-se muito sobre essas viagens: a Bretoa esteve no Brasil de 6 de abril a 27 de julho de 1511 e retornou a Portugal com 5.008 toras de pau-brasil, 3.000 peles de onça, 600 araras e 35 escravos a bordo. Na segunda década do século 16, os franceses também passaram a explorar o pau-brasil em grande escala ao longo da costa brasileira. Para vigiá-los e puni-los foram enviadas três grandes expedições guarda-costas, todas chefiadas por Cristóvão Jacques (em 1516, 1521 e 1527). Na primeira delas, Jacques provocou um grande incidente diplomático entre Portugal e França ao enterrar vivos 20 traficantes franceses. Ao final dessas expedições, o Brasil não ficou livre dos franceses, mas seu extenso e esplêndido litoral estava inteiramente cartografado e reconhecido. Embora até hoje esse seja um assunto controverso, pelo menos duas expedições podem ter visitado o litoral brasileiro antes de Cabral, ambas capitaneadas por espanhóis. A primeira delas teve o comando de Alonso de Hojeda e teria chegado ao cabo São Roque, no Rio Grande do Norte, em fins de 1499. Américo Vespúcio afirmava ter participado dessa expedição, mas isso jamais foi comprovado. A segunda expedição a preceder Cabral é menos nebulosa e parece, de fato, ter levado o espanhol Vicente Yáñez Pinzón (que fora capitão da Niña, caravela da primeira frota de Colombo) não apenas a descobrir o rio Amazonas, mas a navegar pelo cabo Santo Agostinho, em Pernambuco. Isso teria acontecido em janeiro de 1500 —três meses, portanto, antes da chegada de Cabral.

Rotas das primeiras expedições ao Brasil

- *Vincente Yáñez Pinzón – janeiro de 1500*
- *Pedro Álvares Cabral – abril de 1500*
- *Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio – agosto de 1501*
- *Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio – novembro de 1503*
- *Martim Afonso de Sousa – janeiro de 1531*

A Expedição de Martim Afonso de Sousa

No instante em que a cobiça dos navegadores e traficantes franceses pelo território brasileiro tornou-se ostensiva, e seu conhecimento do litoral e a aliança com várias tribos indígenas, evidente, a Coroa portuguesa abandonou a inércia e decidiu enviar ao Brasil uma poderosa expedição —desta vez, não apenas uma missão militar, mas também colonizadora. Para comandá-la foi escolhido o fidalgo Martim Afonso de Sousa, de 30 anos, amigo de infância do rei d. João 3°, que, além de ser guerreiro, era também homem de letras e de ciência.

A frota com cinco embarcações —um galeão, duas naus e duas caravelas— partiu de Lisboa a 3 de dezembro de 1530 levando mais de 400 pessoas a bordo. Além do combate aos navios franceses —dos quais encontrou e capturou três já nos seus primeiros dias em águas brasileiras—, Martim Afonso vinha também com a missão de explorar o fabuloso rio da Prata, e esse provavelmente era o seu maior e mais importante objetivo. Descoberto cerca de 15 anos antes, o grande rio seria a porta de entrada para um reino indígena extraordinariamente rico —ainda que, naquela época, os portugueses não pudessem supor que se tratasse do Peru.

Capitão-mor do Brasil, Martim Afonso de Sousa era de linhagem nobre e amigo do rei. Foi governador da Índia de 1541 a 1545 e aparece nos "Lusíadas", de Camões. Sempre preferiu a Ásia ao Brasil, país ao qual jamais se afeiçoou.

A expedição de Martim Afonso trouxe a lei e a ordem para o amplo território brasileiro, onde apenas um punhado de portugueses —degredados, náufragos ou desertores— vivia de acordo com "a lei natural, contentando-se com quatro mancebas e os mantimentos da terra". Martim Afonso chegou com plenos poderes, inclusive sobre a vida e a morte daqueles que o acompanhavam e dos que viesse a encontrar, com exceção dos fidalgos. Poderia também distribuir terras em sesmarias, criar e nomear tabeliães e demais oficiais de justiça. Junto com o irmão, Pero Lopes, Martim Afonso seguiu navegando até o Chuí, no Rio Grande do Sul, onde naufragou. Seu irmão prosseguiu até o rio da Prata, mas lá as medições astronômicas revelaram tratar-se de território espanhol. Durante a viagem de regresso, Martim Afonso fundou São Vicente *(acima)* em janeiro de 1532 —o primeiro núcleo efetivo dos portugueses no Brasil. Partiu de volta para Lisboa e daí para a Índia. Jamais retornou ao Brasil. Nas memórias que redigiu para a rainha Catarina, pedindo melhor recompensa por seus serviços, citou o nome do Brasil uma única vez —e apenas para dizer que, aqui, gastara "perto de três anos, passando muitos trabalhos, muitas fomes e muitas tormentas".

As Capitanias Hereditárias

Foi em março de 1532, quando Martim Afonso de Sousa ainda estava em São Vicente, que o rei d. João 3º decidiu empregar no Brasil o mesmo sistema de colonização que já havia dado certo nos Açores, na ilha da Madeira e nas Canárias. A sugestão foi-lhe dada por Diogo de Gouveia, ilustre humanista português, residente em Paris, onde dirigia o respeitado colégio Santa Bárbara. Apesar da experiência bem-sucedida nas ilhas, o império ultramarino português estava mais preparado —e interessado— em descobrir, conquistar, comercializar e, eventualmente, em pilhar do que em colonizar. Mas a ameaça francesa persistia e d. João 3º compreendeu que a única maneira de preservar o Brasil era dando início a sua povoação. Como a Coroa já despendera fortunas na conquista da Índia, o rei optou por dividir as terras brasileiras em 14 capitanias hereditárias, totalizando 15 lotes, doadas a figuras importantes da corte, que seriam responsáveis por sua colonização.

Pela absoluta falta de interesse da alta nobreza lusitana, as capitanias brasileiras acabaram sendo concedidas a membros da burocracia estatal e a militares e navegadores ligados à conquista da Índia. Além das vastas porções de terra (cada lote tinha, em média, 250 quilômetros de largura, estendendo-se até o limite ainda não demarcado de Tordesilhas, em algum lugar no interior do continente misterioso), os donatários receberam também poderes verdadeiramente majestáticos. Podiam legislar e controlar tudo em suas terras, menos a arrecadação de impostos reais. Em compensação, deveriam arcar com todas as despesas da colonização. Os lotes foram repartidos aleatoriamente, levando em conta apenas acidentes geográficos da costa, mas ignorando por completo a divisão territorial estabelecida há séculos pelas tribos indígenas —e, acima de tudo, ignorando também se eram tribos aliadas ou hostis aos portugueses. Tamanho descuido custaria caro aos portugueses.

Dos 12 donatários, quatro jamais estiveram no Brasil. Dos oito que vieram, três morreram em circunstâncias dramáticas; um outro (Pero de Campos Tourinho) foi acusado de heresia, preso e enviado aos tribunais da Inquisição em Portugal; três pouco se interessaram por suas propriedades e apenas Duarte Coelho —que fora o primeiro navegador europeu a chegar à China— realizou uma administração brilhante, em Pernambuco. Dos 15 lotes, quatro nunca foram ocupados (Rio de Janeiro, Ceará, Ilhéus e Santana); em quatro, as tentativas de colonização falharam (Rio Grande, São Tomé e os dois do Maranhão); em cinco, a precariedade dos estabelecimentos facilitou sua destruição por índios hostis (Bahia, Porto Seguro, Espírito Santo, Itamaracá e Santo Amaro), e em apenas dois, São Vicente e Pernambuco, a colonização vingou desde os primeiros anos. Apesar do balanço aparentemente desfavorável — e de todos os vícios que legaram à estrutura fundiária do Brasil —, as capitanias representam a primeira e decisiva incursão dos portugueses no trópico e definem o embrião da futura ocupação do Brasil. Ainda assim, numa perspectiva eminentemente pessoal, a saga dos donatários foi-lhes terrivelmente pesada. Tanto é que Duarte Coelho, o mais bem-sucedido dos colonizadores, escreveu para o rei: "Somos obrigados a conquistar por polegadas as terras que Vossa Majestade nos fez mercê por léguas". Aparentemente, porém, os problemas esmagadores enfrentados pelos donatários não comoveram os burocratas da corte, a ponto de um deles ter, em 1544, anotado secamente em um relatório destinado ao rei: "O Brasil não somente não rendeu nada de 20 anos até agora o que soía, mas tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados". (*À esquerda, mapa das capitanias, Códice 51/IV/38, Biblioteca da Ajuda, Lisboa, 1595; abaixo, brasões dos donatários.*)

Os Donatários

Das reentrâncias maranhenses aos baixios arenosos da costa sulista, o litoral brasileiro foi repartido em 14 capitanias, perfazendo 15 lotes, distribuídos a 12 donatários. Do norte para o sul, eram as seguintes as capitanias, seus donatários, seus limites e sua breve história:

1) **Primeira Capitania do Maranhão**: Foi doada ao historiador e burocrata João de Barros e ao navegador e cavaleiro-fidalgo Aires da Cunha. Tinha 50 léguas (ou 330 quilômetros de extensão), desde a Abra de Diogo Leite (nas alturas do rio Gurupi, fronteira do Pará e Maranhão) até o cabo de Todos os Santos (hoje baía de Cumã, MA).

2) **Segunda Capitania do Maranhão**: Pertencia ao tesoureiro-mor do reino, Fernando Álvares de Andrade, e possuía 75 léguas, desde o cabo até a foz do rio Paraíba. João de Barros (um gênio da língua, autor do clássico "Décadas da Ásia"), o rico Álvares de Andrade e o intrépido Aires da Cunha juntaram fortunas e esforços, enviando uma frota de dez navios com 900 pessoas e cem cavalos para colonizar o Maranhão, em 1535. A aventura terminou em desgraça: Aires da Cunha morreu num naufrágio e, depois de três anos de lutas contra os índios, só 200 sobreviventes retornaram a Portugal.

3) **Ceará**: Doada ao cavaleiro-fidalgo Antônio Cardoso de Barros. Tinha 40 léguas, da foz do Paraíba à ponta do Mucuripe (próxima de Fortaleza). Não houve ali tentativa de ocupação.

4) **Rio Grande**: Possuía 100 léguas, desde Mucuripe até a baía da Traição, na Paraíba (uns 50 quilômetros ao norte de João Pessoa). Era o segundo lote de João de Barros e Aires da Cunha e, logicamente, permaneceu inteiramente despovoado.

5) **Itamaracá**: Com 30 léguas de costa, ia desde a baía da Traição até a foz do rio Igaraçu, na ponta sul da ilha de Itamaracá. Era o terceiro lote de Pero Lopes de Sousa, dado a ele pelo rei d. João 3º como prêmio por sua luta contra os franceses. Como nas suas duas capitanias no Sul, também em Itamacará, Pero Lopes pouco fez. Chegou a haver ocupação na ilha, mas os índios destruíram tudo.

6) **Pernambuco** ou **Nova Lusitânia**: A mais bem-sucedida das capitanias tinha 60 léguas de extensão, desde o rio Iguaraçu até a foz do São Francisco. Pertencia a Duarte Coelho, navegador e soldado da Ásia. Filho do navegador Gonçalo Coelho, Duarte realizou uma obra brilhante e eficiente em Pernambuco por mais de uma década.

7) **Bahia de Todos os Santos**: Com 50 léguas de litoral, ia da foz do São Francisco à foz do Jaguaripe, na ponta sul da ilha de Itaparica. Pertencia a Francisco Pereira Coutinho, que depois de lutar na Índia vendeu o que tinha em Portugal e tudo perdeu no Brasil —inclusive a vida: depois de um naufrágio, foi morto ritualmente por um tupinambá de 5 anos e devorado pela tribo.

8) **Ilhéus**: Doada ao escrivão da fazenda Jorge de Figueiredo Correia, tinha 50 léguas, desde o rio Jaguaripe até a foz do rio Coxim (hoje Poxim), 20 quilômetros ao sul de Comandatuba. O milionário Correia nunca veio ao Brasil, mas sua capitania foi devastada pelos aimorés, inimigos dos portugueses.

9) **Porto Seguro**: Estabelecida onde o Brasil fora descoberto, a capitania do latifundiário e navegador Pero de Campos Tourinho tinha 50 léguas, desde a foz do Poxim até a foz do Mucuri, na fronteira com o Espírito Santo. Foi destruída pelos aimorés, e Tourinho acabou preso pela Inquisição.

Das 15 capitanias, apenas duas foram bem-sucedidas. Três nunca foram ocupadas e houve tragédia nas outras dez.

10) **Espírito Santo**: Ia da foz do Mucuri à foz do Itapemirim, com 50 léguas de litoral. Pertencia ao militar Fernando Coutinho. Destruída pelos índios.

11) **São Tomé**: Ia do Itapemirim à foz do Macaé, no atual Estado do Rio. Tinha 30 léguas e pertencia a Pero de Góis, que acompanhara Martim Afonso na expedição de 1530. Devastada pelos goitacás.

12) **Capitania do Rio de Janeiro**: O segundo lote de Martim Afonso de Sousa tinha 55 léguas e ia desde a foz do Macaé até a foz do rio Juquerique-rê, que nasce na serra do mesmo nome e deságua na baía de Caraguatatuba. Ficou abandonada, praticamente entregue aos franceses.

13) **Santo Amaro**: O primeiro lote de Pero Lopes de Sousa tinha 55 léguas e ia do Juqueriquerê até Bertioga. Apesar da proximidade de São Vicente, Pero Lopes fez muito pouco por sua colonização.

14) **São Vicente**: O primeiro lote de Martim Afonso tinha 45 léguas de costa e ia desde Bertioga até a ilha do Mel (PR). Foi o primeiro núcleo efetivo e oficial da colonização portuguesa não apenas no Brasil, mas no mundo. Apesar de o donatário jamais ter retornado a suas terras, a capitania floresceu e expandiu-se, determinando, nos dois séculos seguintes, a conquista de todo o Sul do Brasil, rompendo a barreira de Tordesilhas.

15) **Santana**: O segundo lote de Pero Lopes ia da ilha do Mel até Laguna (SC), com 40 léguas de litoral. Permaneceu abandonado até o século 17. Sua posse retornou à Coroa.

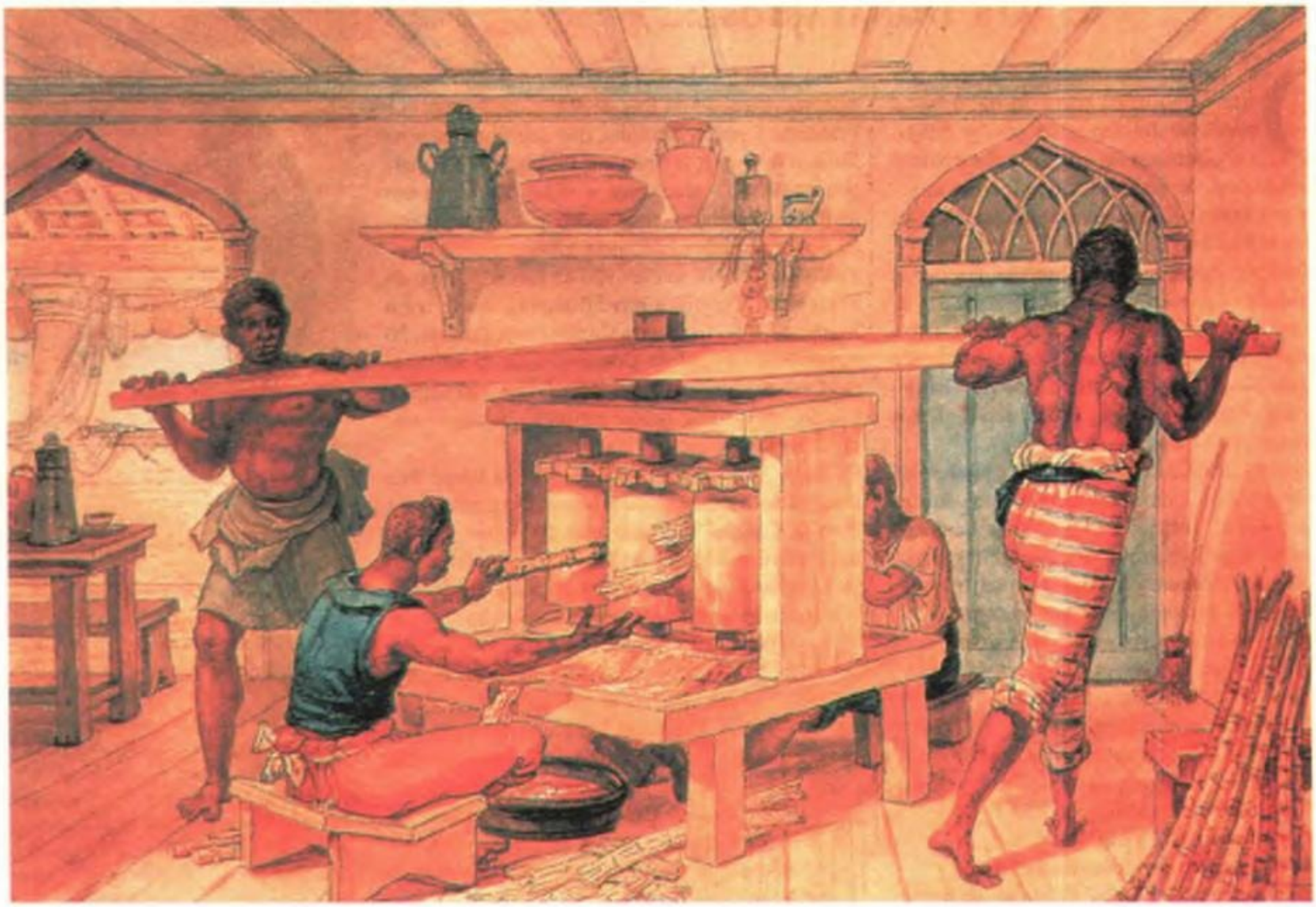
GENROS DA TERRA

O CARAMURU

Ao desembarcar na Bahia, em 1532, Martim Afonso de Sousa deparou com o náufrago Diogo Álvares Correia, o Caramuru, vivendo havia 22 anos entre os índios. Historiadores debatem sua origem, o significado de seu nome e a data do naufrágio de Caramuru. Diogo Álvares era natural de Viana, Portugal, e deve ter naufragado na Bahia em 1510. Em tupi, seu nome significa moréia, pois, como o peixe, foi achado entre as pedras. A lenda diz que era chamado de Homem de Fogo porque, ao ser visto pelos índios, teria disparado o mosquete. Casou-se com Paraguaçu, filha de um cacique, e virou líder dos tupinambás. Responsável pela fundação de Salvador, ajudou o donatário Francisco Pereira e o governador Tomé de Sousa.

JOÃO RAMALHO

Semanas após o encontro com Caramuru, Martim Afonso chegou ao que viria a ser São Vicente e deparou com outro náufrago (ou desertor, ou degredado), chamado João Ramalho. Como Caramuru, este também estava casado com a filha de um cacique (Bartira, filha de Tibiriçá). Nascido em Coimbra, teria naufragado em 1508. Ao retornar do Chuí, Martim Afonso parece ter fundado sua vila em São Vicente e não em Cananéia por causa da presença de Ramalho, que vivia em Piratininga, no planalto, traficando escravos para o litoral. Ramalho morreu poderoso e nonagenário em 1581.

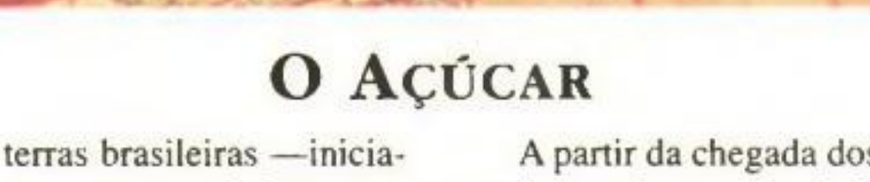


O Açúcar

O longo e rendoso reinado do açúcar em terras brasileiras —iniciado em 1532 e ainda sem data para acabar— trouxe também consequências amargas para o país. Plantada com avidez e impaciência no luxuriante solo de aluvião do litoral nordestino, a cana-de-açúcar deu luz ao Brasil, colocando-o no mapa do comércio planetário. Tornou-se "o principal nervo e substância da riqueza da terra", segundo um antigo cronista. Junto com os dividendos —de qualquer forma logo emigrados para Portugal e Holanda—, seguiu-se a devastação das matas, a escravização indígena em larga escala, os desatinos do monopólio e da monocultura, a infâmia inominável do tráfico negreiro, a vertigem do lucro fácil, o latifúndio, a pirâmide social exclusivista, a ganância desenfreada —vícios que o Brasil, ao invés de sanar, incorporou.

Introduzido na Europa por árabes e cruzados, o açúcar —originário da Ásia— fora, de início, um artigo caríssimo, usado para presentear reis e registrado em testamentos monárquicos. Na Idade Média, era vendido apenas em farmácias, como artigo medicinal. E literalmente a peso de ouro: em 1440, uma arroba (15 quilos) de açúcar valia 18,3 gramas do metal. Ainda que, em 1501, esse preço tivesse despencado para dois gramas por arroba, o plantio e especialmente o comércio do açúcar eram ótimos negócios. Negócio que, desde a descoberta dos Açores e da Madeira, no século 15, passou a interessar aos portugueses, principalmente depois que d. Henrique importou as primeiras mudas da Sicília e mandou plantá-las nas ilhas.

No Brasil, a cana foi introduzida por Martim Afonso de Sousa, também dono do primeiro engenho erguido no país, em associação com o holandês Johann van Hielst (chamado de João Vaniste), representante dos Schetz, ricos armadores, comerciantes e banqueiros de Amsterdã.



A partir da chegada dos donatários, a cultura açucareira adquiriu estupendo impulso no Brasil. Impossibilitados por lei de explorar o pau-brasil (um monopólio da Coroa), os donatários —Duarte Coelho à frente— trouxeram consigo colonos da ilha da Madeira, deram início à derrubada das matas litorâneas e instalaram seus primeiros engenhos. O aumento da população na Europa, a relativa queda do preço dfo produto, a fertilidade do massapé nordestino —tudo contribuiu para tornar o açúcar um produto cada vez mais consumido nas cidades e disputado no mercado.

Em 1628, havia já em torno de 235 engenhos instalados no Nordeste brasileiro —"antes mais do que menos", segundo frei Luís de Sousa. Em 1637, época do Brasil holandês, a produção de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte ultrapassou 1 milhão de arrobas.

Mas a pujança e grande lucratividade da lavoura de cana parecem ter passado longe da casa grande que abrigava os senhores de engenho. O verdadeiro lucro ia para os que embarcavam o acúcar para a Europa. Lucros estes que eram utilizados para fazer novos empréstimos aos senhores de engenho, que viviam assim "em perpétua dívida, da qual periodicamente clamavam por perdão". De qualquer maneira, após uma ou duas boas colheitas, vários proprietários vendiam tudo que tinham e regressavam a Portugal.

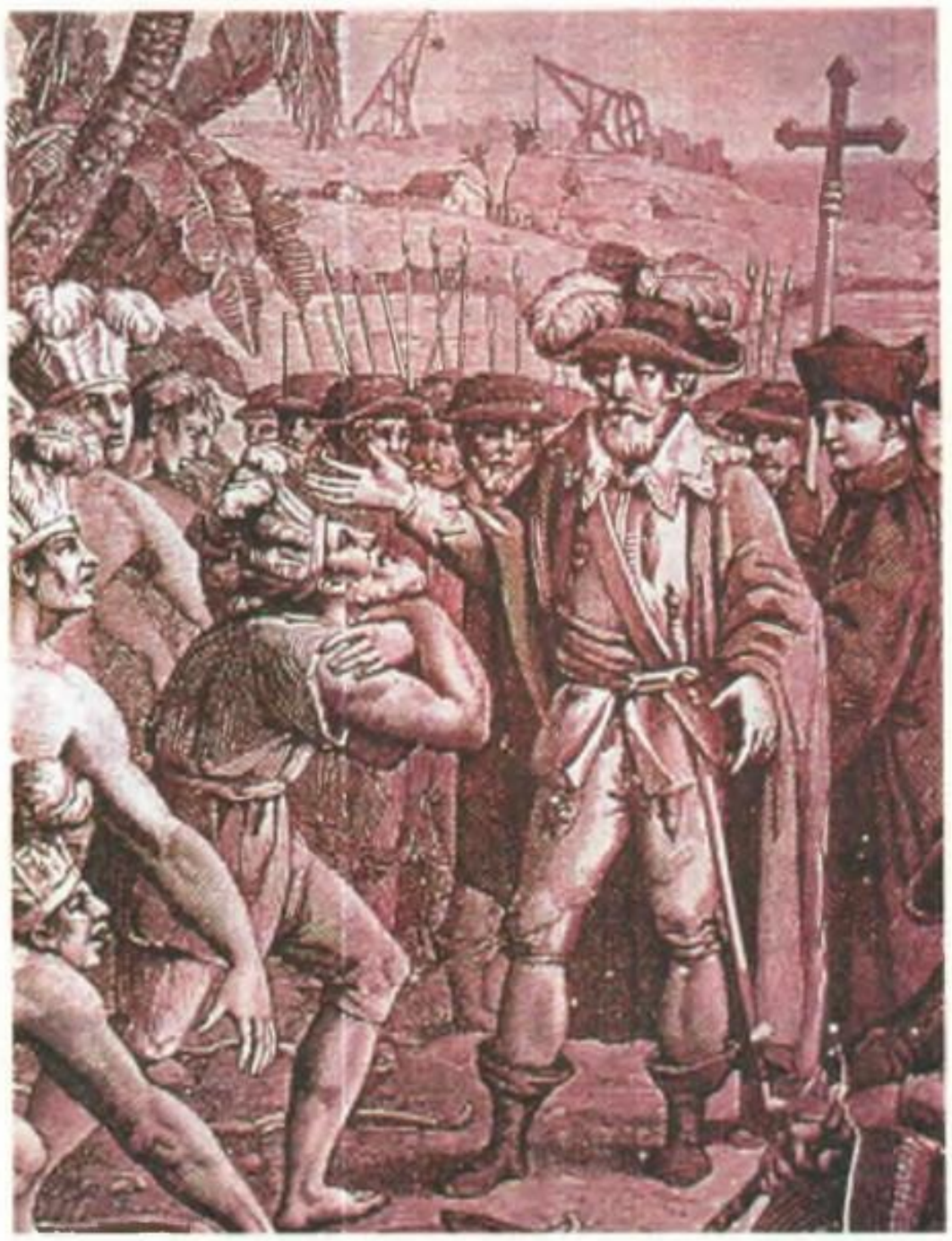
Para os que ficavam, o quadro no Brasil seguia igual, e muito similar ao descrito pelo padre Antônio Vieira: "Quem via na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes (...) o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda de cor da mesma noite, e gemendo tudo, sem trégua nem descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança do inferno".

O Governo de Tomé de Sousa

Em 12 de maio de 1548, o colonizador Luís de Góis, irmão do donatário de São Tomé, Pero de Góis, escreveu, de Santos, uma carta desesperada ao rei d. João 3°. Nela, dizia: "(...) se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorre a estas capitanias e costa do Brasil, ainda que nós percamos as vidas e fazendas, Vossa Alteza perderá a terra (...) porque não está em mais de serem os franceses senhores dela".

A mensagem parece ter sido entendida, já que, em 7 de janeiro de 1549, o fidalgo Tomé de Sousa, veterano da África e da Índia, foi nomeado governador-geral do Brasil. Menos de um mês depois, em 1° de fevereiro, uma poderosa frota, com três naus, duas caravelas e um bergatim, transportando mais de mil passageiros (cerca de 120 burocratas e funcionários públicos, 200 soldados, 300 colonos e 400 degredados), partia de Lisboa rumo ao Brasil, sob o comando do austero governador.

Junto com Tomé de Sousa vinha também um consistente corpo administrativo (um provedor-mor, um ouvidor-geral, um capitão-mor e muitos funcionários do segundo escalão) para estabelecer a lei e a ordem na colônia. A esquadra chegou à Bahia em 29 de março de 1549. Foi recebida por Caramuru e pelos índios que ele arregimentara. Já a partir de 1° de maio, Tomé de Sousa deu início à construção da vila que seria o embrião de Salvador —com ele próprio metendo a mão na massa e na cal. Em meados de dezembro, a primeira capital do Brasil se erguia numa colina à beira-mar, em frente da baía de Todos os Santos.



Chegada de Tomé de Sousa à baía de Todos os Santos, em 29 de março de 1549

Apesar de ser filho bastardo e ter tido uma infância difícil, Tomé de Sousa possuía importantes relações de parentesco que lhe asseguraram um lugar na corte. Nascido em 1503, era neto do fidalgo Pedro de Sousa de Seabra e filho de João de Sousa, prior de Rates. Também era primo não só de Martim Afonso e de Pero Lopes de Sousa, mas do conde de Castanheira, o principal conselheiro do rei d. João 3°. Por volta de 1540, em carta a Martim Afonso, o conde mencionou o primo comum: "Cada vez lhe vou achando mais qualidades boas, sobretudo a de ser sisudo". Apesar do parentesco bom, Tomé de Sousa fez a si mesmo —especialmente nos campos de batalha do Marrocos e nos mares da Índia, como soldado e navegador. Tornou-se fidalgo em julho de 1537. Enviado ao Brasil dez anos depois (sem a mulher e a filha), recebia o ótimo ordenado de 400 mil-réis anuais. Ainda assim, preferiu abandonar o país, por achar que fundar uma nação com degredados equivalia a "jogar na terra a má semente".

A missão que Tomé de Sousa vinha cumprir no Brasil fora detalhadamente definida pelos 41 artigos do regimento real assinado em 17 de dezembro de 1548 —espécie de "carta magna" do Estado brasileiro. Além de centralizar o poder, construir uma fortaleza, visitar e proteger as demais capitanias, redistribuir terras, regulamentar a relação entre colonos e índios e incentivar incursões ao interior, Tomé de Sousa deveria também atacar e punir indígenas hostis —especialmente os tupinambás de Ilhéus, que haviam matado o ex-donatário da Bahia, Francisco Pereira. Depois de destruir o maior número possível de aldeias tupinambás, o governador-geral poderia, de acordo com o regimento, conceder perdão aos índios que concordassem em se sujeitar ao domínio português, não sem antes "aprisionar alguns caciques e enforcá-los diante dos habitantes de suas aldeias".

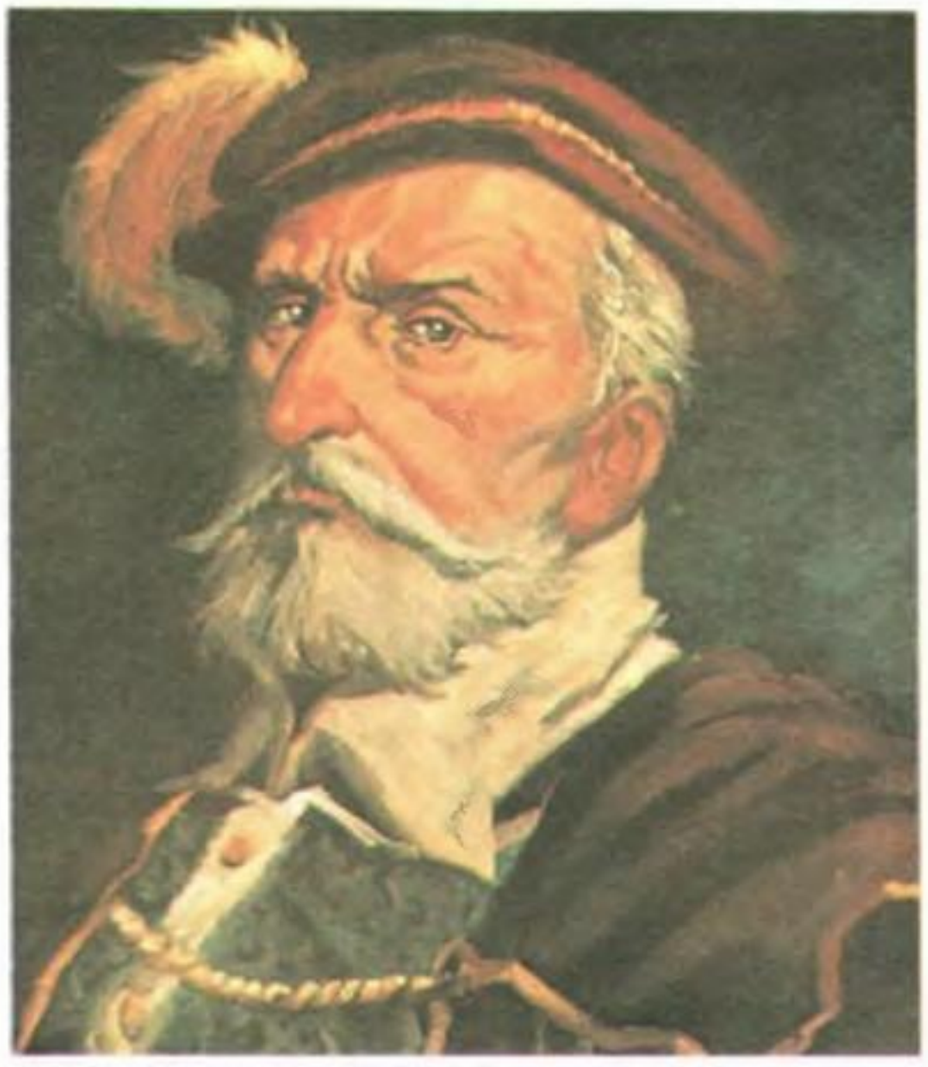
Junto com Tomé de Sousa vieram os primeiros jesuítas a desembarcar no Brasil, entre eles o padre Manuel da Nóbrega. O governador trouxe também as primeiras cabeças de gado, direto de Cabo Verde. No ano seguinte, chegavam as primeiras mulheres "de boa qualidade" a colocar os pés no Brasil —eram órfãs recolhidas pela rainha d. Catarina, que deveriam casar com os colonos, resolvendo o mais grave problema da cidade-capital: a anarquia sexual.

Em julho de 1553, desiludido com o comportamento dos degredados e depois de dois anos pedindo ao rei para retornar à pátria, Tomé de Sousa enfim foi substituído por Duarte da Costa. Ao exportar para os trópicos o absolutismo da corte, lançara as bases da América lusitana.

HANS STADEN

O arcabuzeiro alemão Hans Staden é um dos personagens mais cativantes do Brasil colonial. Disposto a conhecer os mistérios de além-mar, partiu de Hesse, na Alemanha, para Portugal, com intenção de visitar a Índia. Uma vez em Lisboa, acabou por engajar-se, como artilheiro, num navio com destino a Pernambuco. Lá chegou em 1547, logo se envolvendo na luta contra os indígenas. Em 1548, de volta à Europa, alistou-se numa expedição espanhola ao rio da Prata. Depois de várias peripécias e naufrágios, foi parar em Bertioga na mesma época em que lá estava Tomé de Sousa. Empregou-se como arcabuzeiro na fortaleza que o governador mandara erguer na ilha de Santo Amaro. Em janeiro de 1554, Staden caiu prisioneiro dos tupinambás e foi levado para Ubatuba. Lá, viveu como cativo por nove meses e meio. Escapou de ser devorado porque, além de se fazer passar por francês (aliados dos tupinambás), chorava e gemia cada vez que se via ameaçado. Os índios o consideraram indigno de ser abatido. Em 1555, de volta à Europa, decidiu narrar suas aventuras em livro. Intitulado "Descrição Verdadeira de um País de Selvagens Nus, Ferozes e Canibais, Situado no Novo Mundo América, Desconhecido na Terra de Hessen, Antes e Depois do Nascimento de Cristo", o livro virou best seller desde sua primeira edição, em Marburg, em 1557. Em 1925, foi traduzido para o português por Monteiro Lobato.

O Governo de Mem de Sá



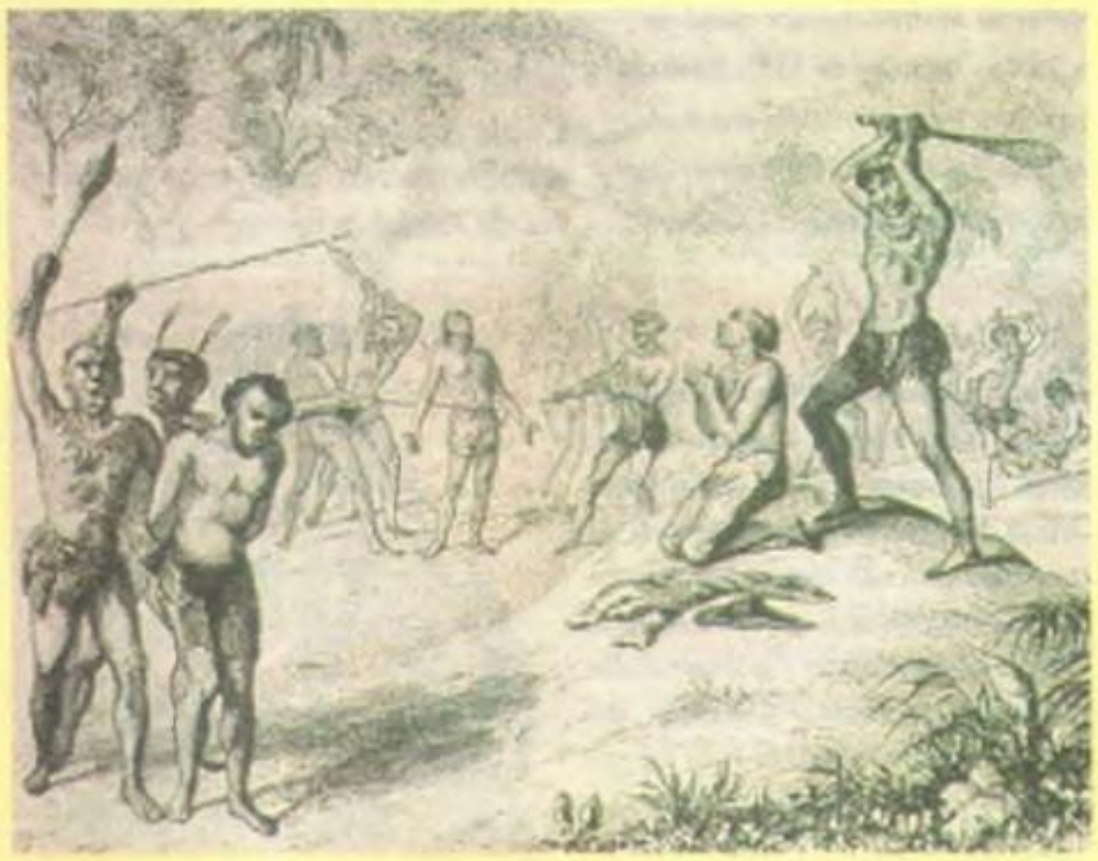
Em 1568, aos quase 70 anos e havia mais de uma década governador-geral do Brasil, Mem de Sá escreveu para o rei de Portugal, d. Sebastião (segundo monarca ao qual servia, sem contar dois regentes). Disse: "Peço a Vossa Alteza que em paga de meus serviços me mande ir para o reino, e mande vir outro governador, porque afianço a Vossa Alteza que não sou para esta terra. Eu nela gasto muito mais do que tenho de ordenado, e não me parece justo que, por servir bem, a paga seja terem me degredado em terra de que tão pouco fundamento fazem. Quanto tenho feito em todo o tempo que estou no Brasil desfaz um filho da terra em uma hora".

Em dez anos, Mem de Sá fizera muito pelo Brasil —e tirara muito dele. Cuidadosamente escolhido pelo rei d. João 3º, de quem era amigo, para substituir o desastrado Duarte da Costa, o fidalgo, membro do conselho real, desembargador e poeta diletante Mem de Sá desembarcara em 28 de dezembro de 1557 num país conflagrado, à beira da guerra civil e da invasão. Experimentado nas artes da guerra e da paz, letrado corajoso e cruel, Mem de Sá aplicou de imediato uma política de ferro e fogo, exterminando milhares de indígenas, dizimando centenas de aldeias, combatendo os franceses onde quer que os encontrasse e submetendo os colonos portugueses aos rigores da lei e da ordem. Jurista calejado, solucionou inúmeras pendengas entre colonos, proibiu o jogo, a vadiagem e a embriaguez, instalou vários engenhos e botou outros a funcionar. Criou uma legislação protetora dos índios cristianizados e estimulou o início do tráfico de escravos africanos. Ao mesmo tempo, amealhou a maior fortuna pessoal do Brasil, em função do próprio tráfico de escravos, de suas fazendas de gado, de seus engenhos de açúcar e da exportação de pau-brasil.

Por quase 15 anos, o desembargador Mem de Sá governou o Brasil com mão de ferro.

Mem de Sá ganhou muito, mas por um preço terrivelmente alto. Numa expedição enviada ao Espírito Santo, em abril de 1558, para combater os aimorés, foi morto seu filho Fernão. Nove anos mais tarde, também vítima de uma flecha, morreria o sobrinho Estácio de Sá, na luta contra franceses e tamoios pela conquista definitiva do Rio de Janeiro. A filha de 12 anos, Beatriz, e a mulher, Guiomar, já estavam mortas. É compreensível, portanto, que em 1569, depois de redigir seu testamento, Mem de Sá enviasse nova carta ao rei se lamuriando: "Sou um homem só".

Em 6 de fevereiro de 1570, o jovem rei d. Sebastião enfim nomeou um novo governador-geral para o Brasil. Mas a frota que trazia d. Luís Fernandes de Vasconcelos foi atacada e destruída pelos franceses. Assim, Mem de Sá viu-se forçado a permanecer no cargo e no Brasil, onde temia acabar enterrado. Por fim, em 2 de março de 1572, num domingo, às 10 horas da manhã, Mem de Sá, homem-forte do Brasil havia 15 anos, morria em Salvador, milionário, mas fatigado e esquecido. Sua vida inspiraria o poema épico de 2.000 versos escrito por José de Anchieta, no qual o jesuíta achou louvável cantar "os gestos heróicos do Chefe / à frente dos soldados, na imensa mata / cento e sessenta as aldeias incendiadas / mil casas arruinadas pela chama devoradora / assolados os campos / passado tudo a fio de espada".



Entre os dois governos rígidos e austeros impostos por Tomé de Sousa e Mem de Sá, o Brasil esteve entregue à incompetência, à anarquia e aos desmandos de Duarte da Costa, o segundo governador-geral. Principal figura do Senado de Lisboa, d. Duarte chegou ao Brasil em maio de 1553 para substituir Tomé de Sousa. Veio com seu filho, d. Álvaro, e mais 260 pessoas, entre elas o noviço José de Anchieta. Um conflito entre d. Álvaro e o primeiro bispo do Brasil, d. Pero Fernandes Sardinha, está na origem de toda a desordem que pelos cinco anos seguintes marcou o governo de d. Duarte. Disposto a apresentar suas queixas ao rei, o bispo Sardinha partiu para Portugal em maio de 1556. O navio em que viajava naufragou em Alagoas e o bispo mais 91 náufragos foram devorados pelos caetés (*gravura à esquerda*), mais tarde exterminados por Mem de Sá.

O conflito de d. Duarte com os jesuítas remanescentes era provocado pela oposição dos padres à escravização indiscriminada dos índios —especialmente os cristianizados. A uma administração nefasta e corrupta veio somar-se o dilema originado pela chegada de Nicolas Durand de Villegaignon e 80 franceses ao Rio de Janeiro. Duarte da Costa preferiu a omissão ao confronto. Em 1556, em carta enviada ao rei, a Câmara da Bahia implorava por sua substituição. Ela não tardou. De volta ao reino, d. Duarte não foi punido nem sequer criticado.

Depois dos três primeiros governos gerais, a corte concluiu que a tarefa de comandar o Brasil era pesada demais para um homem só e dividiu o país em dois. Com sede no Rio de Janeiro, o governo do Sul administraria o território abaixo de Porto Seguro. O governo do Norte continuou com sede em Salvador. Em 1578, o governo foi novamente unificado e assim continuou até 1719.

Os Jesuítas

Despojados ou argentários? Escravocratas ou liberais; libertinos ou libertários? Santos ou santarrões? Passados quase cinco séculos, o papel desempenhado pelos jesuítas no Brasil-colônia permanece imerso em polêmica. De 1549, quando desembarcaram na Bahia, até 1759, quando, através das artimanhas do marquês de Pombal, foram expulsos de Portugal e de suas colônias, os jesuítas se revelaram uma das forças mais ativas na conquista e civilização do Brasil. Sem eles, a empresa colonial teria outros rumos e outros destinos —quais, é quase impossível supor. Julgar a obra jesuítica à luz de conceitos atuais, porém, é incorrer num erro tão gritante quanto o dos próprios padres quinhentistas em sua pretensão de avaliar a mentalidade e os costumes indígenas de acordo com as crenças e os dogmas da Europa do século 16 —uma época marcada pela intolerância religiosa, pela reconquista e o etnocentrismo.

Desde o início, a controvérsia esteve no âmago da ação jesuítica, já que, embora antagônicos, catequese e colonialismo andaram sempre juntos. Os jesuítas lutaram contra a escravização dos indígenas, mas o plano de catequização que puseram em prática —e a consequente concentração dos índios em aldeamentos ou "missões"— não apenas resultou em tragédia como facilitou a ação dos escravagistas. Os próprios jesuítas, Nóbrega à frente, tinham escravos e acreditavam na doutrina aristotélica da servidão natural de povos "inferiores". Para defender os índios, estimularam o tráfico de africanos. Mas, quando a paz que tinham firmado com os tamoios foi rompida pelos colonos, os padres nada fizeram.

Os jesuítas se empenharam em submeter os índios aos rigores do trabalho metódico, aos horários rijos, ao latim e à monogamia. Combateram o canibalismo, a poligamia e o nomadismo e acabaram responsáveis pela extinção de várias tribos. No entanto, graças à ação evangélica, a língua e a gramática tupi foram preservadas. Na verdade, nada reflete melhor a incongruência que marcou a obra dos jesuítas no Brasil do que a fundação de São Paulo (*gravura acima*). Disposto a catequizar os guaranis do Paraguai, o padre Nóbrega autorizou o estabelecimento de um posto avançado no planalto. Mas São Paulo acabou virando um pólo escravagista, e dali os jesuítas cedo foram expulsos. Nóbrega jamais recebeu autorização para enviar uma missão ao Paraguai, onde a obra de catequese seria levada a cabo pelos jesuítas espanhóis e, a seguir, destroçada pelos bandeirantes paulistas.

O que mais impressiona no inventário dos feitos dos jesuítas no Brasil, entretanto, é o número extraordinariamente pequeno de homens responsáveis por eles: de 1549 a 1604, apenas 174 padres estiveram no país. Entre eles, personagens complexos como Manuel da Nóbrega, mitológicos como José de Anchieta, incansáveis como Leonardo Nunes, o "Padre Voador", e misteriosos como Pero Correa (rico escravocrata que largou tudo para se dedicar à ordem). Acima de todos, porém, paira a figura majestosa de Antônio Vieira, o maior dos oradores da língua portuguesa. Não fossem as cartas e relatórios minuciosos desses homens —os jesuítas praticamente não davam um passo sem registrá-lo—, seria praticamente impossível reconstituir a história do Brasil-colônia.

IGNACIO DE LOYOLA

Soldado por herança e vocação, o espanhol Ignacio de Loyola, nascido em 1491, abandonou a carreira das armas quando, convalescendo de um ferimento recebido na guerra entre Espanha e França, leu uma "Vida de Cristo". Apesar de manco, tornou-se um peregrino incansável. Em 1539, depois de ter ido à Terra Santa e ser duas vezes preso pela Inquisição, decidiu fundar a Companhia de Jesus. Estabeleceu um modelo militarizado para a ordem, imaginado como um grupo de combate à Reforma. O Brasil foi a primeira província além-mar da companhia. Morto em 1556, Loyola foi canonizado em 1622.

A Evangelização do Brasil

Uma década depois da fundação da Companhia de Jesus, em Roma, e quase meio século após a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei d. Manuel, na qual o cronista ressaltava que o melhor fruto que dessa terra se poderia tirar era "a salvação dos índios", os seis primeiros jesuítas desembarcavam no Brasil junto com o governador-geral Tomé de Sousa, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega. Praticamente desde o primeiro dia, 29 de março de 1549, padres e colonos entraram em choque, como pastores lutando por uma manada arredia. Para os colonos, os índios eram mão-de-obra indispensável, barata e servil —mero gado humano. Para os jesuítas, eram um rebanho desgarrado que precisava ser conduzido ao seio da cristandade. Tanto jesuítas como colonos, porém, exigiam dos índios o cumprimento da mesma tarefa: o cultivo da terra. Os colonos o faziam de forma brutal, imediatista e escravocrata. Os jesuítas, em troca do catequismo, esperavam trabalho organizado e metódico em suas plantações. O excedente da produção agrícola seria fornecido aos colonos no regime de escambo, supervisionado pelos próprios padres.

Entre 1557 e 1561, no governo de Mem de Sá, os jesuítas agruparam 34 mil índios em 11 aldeamentos ao redor de Salvador. Mas, em 1562, quando Mem de Sá decretou "guerra justa" aos caetés —que, anos antes, haviam devorado d. Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil—, os colonos, sob pretexto de capturar caetés catequizados, atacaram os aldeamentos e escravizaram 15 mil índios. O pior estava por vir: em fins de 1562 iniciou-se uma epidemia de varíola que matou outros 15 mil aldeados. Muitos dos 4.000 índios restantes entregaram-se deliberadamente aos colonos para não morrer de fome. Foi o fracasso definitivo das "missões" em terras brasileiras. A experiência se repetiria, anos depois, no Paraguai, no Tape, no Itatim e no Guairá, trazendo consequências ainda mais funestas.

A tragédia da Bahia não impediu que Nóbrega continuasse mantendo excelentes relações com Mem de Sá, nem que seu fiel companheiro, Anchieta, dedicasse um longo poema épico ao governador. Embora praticamente autônomos, já que precisavam se reportar apenas a Roma, os jesuítas procuravam proximidade com o poder colonial, especialmente porque, no Brasil, a ordem era sustentada com fundos enviados pelo rei de Portugal. Quando os colonos descobriram que os jesuítas eram financiados pelos impostos que eles pagavam —e que, além de possuir escravos e vastas extensões de terra, a Companhia de Jesus ainda especulava no mercado de açúcar—, a revolta contra os padres explodiu de vez. De todo o modo, a obra dos jesuítas —seus colégios e missões— abriria novos territórios para a colonização (*mapa à direita*). Além disso, não fosse a atuação dos padres, especialmente Nóbrega e Anchieta, no episódio de Iperoig, a civilização lusa talvez tivesse sido varrida de vez do país, abrindo definitivamente as portas para um Brasil francês.

Nóbrega e Anchieta

No instante em que entrou em sua cabana, na praia de Iperoig (hoje Ubatuba, litoral norte de São Paulo), o cacique Pindobuçu deparou com o próprio filho, Paranapuçu, e cinco guerreiros tamoios olhando, atônitos, para os dois homens de preto à frente deles. Um rezava, ajoelhado e trêmulo. O outro discursava, nervoso e veemente, em claro e bom tupi. Pindobuçu não precisou impedir que o filho matasse os dois reféns: o comportamento de Nóbrega e Anchieta já tinha convencido os tamoios a desistir do seu intento. Anchieta e Nóbrega, os dois líderes dos jesuítas no Brasil, eram "hóspedes" de Pindobuçu desde 23 de abril de 1563. Tinham vindo de São Vicente tentar um acordo de paz com os tamoios que, meses antes, quase haviam destruído São Paulo. Aliados com os franceses, os tamoios tinham agora mais de 200 canoas e 5.000 guerreiros e talvez pudessem até expulsar os portugueses do Brasil. De início, Pindobuçu fora contra a presença de Nóbrega e Anchieta em sua aldeia. Depois, decidiu aceitá-los, pois concluiu que "deviam mesmo ser santos, e mais poderosos que nossos pajés, pois nos fazem cuspir sangue, ter tosse, dor de cabeça, febre e outras calamidades". Enquanto emissários indígenas negociavam a paz em São Vicente, Anchieta e Nóbrega permaneceram em Iperoig. Certo dia, quando caminhavam pela praia, os dois jesuítas foram perseguidos pela canoa do filho de Pindobuçu, que voltava do Rio de Janeiro. Nóbrega, de 46 anos, tentou correr, mas como costumava se açoitar e sempre ou jejuava ou só comia abóboras, não conseguiu. Anchieta quis carregá-lo, mas era corcunda e não pôde fazê-lo. Ainda assim, ambos chegaram até a cabana de Pindobuçu —só que o cacique que jurara protegê-los estava fora. Quando os inimigos os alcançaram, ficaram surpresos com as rezas e prantos e desistiram de matá-los, pelo menos no ato. Impossível imaginar o que teria acontecido se Pindobuçu não tivesse chegado —e mais inviável ainda supor que rumos tomaria a história do Brasil se Anchieta e Nóbrega tivessem sido mortos. Naquele 28 de maio de 1563, os tamoios —coligados com os carijós e com as tribos do Vale do Paraíba e tendo ainda o apoio dos franceses— estavam com todas as vantagens. Poderiam esmagar a resistência dos portugueses. Mas os caciques optaram pela paz, soltaram Nóbrega (Anchieta permaneceu como refém até 14 de setembro de 63) e, embora não soubessem, decretaram o fim de sua tribo. Assim que fortificaram suas defesas e expulsaram os franceses do Rio, os portugueses romperam a trégua e atacaram os tamoios de Iperoig, escravizando os que não foram mortos. Anchieta e Nóbrega não disseram uma única palavra em defesa da tribo de Pindobuçu. Ambos consideravam aquela uma guerra justa e, tanto para Nóbrega e Anchieta como para os demais jesuítas, quanto mais índios hostis fossem escravizados tanto mais almas para salvar.

O POEMA NA AREIA

Embora seu legado não possa ser comparado em ressonância e estilo ao do padre Antônio Vieira, a obra de José de Anchieta (1534-1597) marca o início da criação literária no Brasil. Ao longo de quase meio século, Anchieta escreveu e versejou em latim, português, espanhol e tupi. Fez canções, hinos, monólogos, diálogos, sermões, poemas épicos e religiosos, autos e peças teatrais. Nascido nas Canárias, filho de pai basco, teria aprendido o tupi rapidamente pela semelhança entre a sintaxe das duas línguas. Escreveu uma "Gramática Tupi", utilizada anos a fio. Anchieta não usou apenas vários idiomas: usou duas linguagens. Ao fazer das letras um instrumento de catequese, submeteu seu estilo aos desígnios religiosos —rígidos, autoritários e didáticos. Ainda assim, eventualmente, deixou-se levar pelo discurso subjetivo e místico, cujo valor literário começa a ser redescoberto. Desses poemas religiosos, o mais famoso é "De Beata Virgine Dei Matre Maria" (Poema da Bem-Aventurada Virgem Mãe de Deus Maria), de 5.786 versos, que Anchieta escreveu na areia da praia de Ubatuba, quando era refém dos tamoios e que "fez voto de consagrar à Virgem se conseguisse suplantar incólume as tentações da carne". A lenda, preservada pelo padre Simão de Vasconcelos —biógrafo que mitificou episódios da vida de Anchieta—, diz que o jesuíta "saía-se à praia do mar, e ali, junto ao brando murmurar das águas, passeando com os olhos no céu, compunha os versos, e logo, virando-se à praia, fazia dela branco papel em que os escrevia com uma vara, para melhor metê-los na memória, pois que não tinha nem papel, nem tinta, nem pena". Já Manuel da Nóbrega foi mais um político do que um literato, embora tenha escrito muitas cartas e um ríspido "Diálogo sobre a Conversão do Gentio".

OS APÓSTOLOS DO BRASIL

"Deus me preparou para carregar fardos", escreveu Anchieta ao chegar ao Brasil em 1553. Não era figura de linguagem: ele era corcunda. O fato de ter as costas "desencadernadas" não o impediu de manter um ritmo incansável por mais de 40 anos. Falava tupi com fluência e, embora tido por santo, dos índios disse: "Para esse gênero de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro".

Um desgosto levou Manuel da Nóbrega (1517-1570) a se filiar à Companhia de Jesus. Filho da pequena nobreza e bacharel em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra, não foi aceito no corpo docente por ser gago. "Vendo que o mundo o desprezava, fez propósito de o desprezar a ele", disse um contemporâneo. Diplomático e comedido, embora também "trôpego e rude", Nóbrega foi o grande líder dos jesuítas no Brasil.

6)

As Missões

Além da aptidão musical, cujo legado se perdeu, os guaranis das missões revelaram, em mais de 2.000 obras, um evidente talento para a escultura. Embora a maior parte das peças, talhadas em cedro, tenha sido destruída, roubada ou perdida, as três centenas de estátuas restantes são o testemunho eloquente do estilo que tem sido chamado de "barroco-jesuítico-guarani", desenvolvido pelos índios missioneiros sob a rígida batuta dos jesuítas.

Eram cerca de 60 povoados, alguns com mais de 5.000 habitantes, dispersos numa área de 450 mil km², cercados por ervais frondosos e imensos rebanhos. Atacados implacavelmente por mais de uma década, de 1628 a 1641, renasceram das cinzas com viço e vigor redobrados. Por volta de 1700, restavam apenas os Trinta Povos, mas lá viviam cerca de 150 mil almas. No auge de seu poderio urbano, econômico e artístico, porém, as fabulosas reduções voltaram a ser arrasadas —e, então, para sempre.

Passados dois séculos e meio, a experiência que, durante 150 anos, os jesuítas realizaram com os guaranis, no Paraguai, Paraná, Mato Grosso, norte da Argentina e oeste do Rio Grande do Sul, ainda desperta assombro e inflama a polêmica. Foi assim desde o início: os filósofos Voltaire, Diderot, Montesquieu e Bacon deram opiniões sobre o projeto missioneiro. Reis, papas e generais o discutiram. Por fim, dois impérios se uniram para derrotá-lo.

Qual, afinal, o significado das missões jesuíticas do Paraguai? Foram de fato um projeto comunista? Sua criação baseou-se na "Utopia", de Thomas Morus? Ou o modelo literário que inspirou os jesuítas teria sido a "República", de Platão, ou a "Cidade do Sol", de Campanela? Até que ponto a obra dos padres foi humanitária? Não teria sido antes o caminho mais curto para o genocídio guarani?

Milhares de páginas já foram escritas, mas as missões se mantêm um enigma —senão histórico, pelo menos ideológico. Lajes escarlates e muros hirtos, suas ruínas, carcomidas pelo tempo e pelos cipós, ainda hoje visitadas por guaranis, apenas acentuam os tons do mistério.

As primeiras reduções —Loreto e San Ignacio, ambas às margens do rio Paranapanema— foram fundadas em 1609. Marcam o início da primeira fase das missões guaraníticas, que se estenderia até 1641, quando os índios foram autorizados pelos padres a enfrentar os bandeirantes paulistas, vencendo-os na batalha de M'bororé. Ao longo dessas cinco primeiras décadas, os jesuítas fundaram mais de 50 reduções, no Guairá (entre os rios Paranapanema e Iguaçu), no Itatim (à margem esquerda do rio Paraguai), no Tape (oeste do Rio Grande do Sul) e entre os rios Uruguai e Paraná (no Rio Grande do Sul e na Argentina)

Das reduções criadas no alvorecer do século 17 não restam vestígios —elas eram como a de San Francisco Xavier, que o padre alemão Paucke descreveu em 1650: "As cabanas de palha dos índios, de dois metros e meio de altura, são separadas por um trilho de lama fedorenta. A igreja e as habitações dos padres são de couro e parecem tendas de ciganos. A igreja tem teto de palha, o sino é preso num poste e o altar é de tijolos de barro cozidos ao sol".

Essa fase inicial das missões encontrou na figura dos padres Roque González e Ruiz de Montoya seus dois heróis épicos. González, desbravador do Tape, "pajé branco", agricultor, arquiteto, polemista e orador, foi morto numa conspiração urdida pelo pajé destronado Nessu. Ruiz de Montoya, o apóstolo por excelência, realizador incansável, foi o articulador do grande êxodo de 1630, quando conduziu 10 mil índios em 700 barcos e balsas por 300 quilômetros, rio e selva abaixo, para além das cataratas do Iguaçu e para longe da ameaça dos "terríveis paulistas".

A marcha épica de 10 mil índios pelas florestas e corredeiras selvagens do Paraná e do Iguaçu —que cobraram pelo menos 2.000 vidas, além dos 4.000 fugitivos que preferiram se embrenhar na mata a continuar naquela jornada desesperada— não foi o único preço que os jesuítas tiveram de pagar por um século de paz. Haveria ainda outro custo, embora este viesse a ter o doce sabor da vingança. Em 11 de março de 1641, no arroio M'bororé, um afluente da margem direita do Uruguai (hoje em território argentino, mas nunca plenamente identificado), os guaranis depararam com mais uma bandeira de paulistas. Desta vez, porém, armados com canhões de bambu e com o apoio dos padres, venceram o confronto, matando mais de 200 mamelucos (*leia em "Os Bandeirantes", pág. 43*). Aquele viria a ser o último ataque dos temíveis caçadores de homens.

Reagrupados na mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, os jesuítas, então, deram início ao restabelecimento das missões. Em 11 décadas de paz, o projeto atingiria seu ápice, e amplas cidadelas de basalto e madeira nobre, basicamente araucária, foram erguidas na verdejante planície sulista. Em cada um dos chamados Trinta Povos Guaranis viviam de 1.500 a 12 mil índios. Havia apenas dois jesuítas em cada redução: o cura e seu vigário. Ainda assim, ali a vida cotidiana se assemelhava à de um quartel: o sino tocava antes de o sol raiar e a missa era celebrada para todos. Depois da distribuição de papa de milho, as crianças a partir de 7 anos iam à escola. Ao redor do colégio se erguiam as oficinas dos artesãos. Os trabalhos começavam por volta das 7 da manhã —mesmo horário no qual, cantando e portando piedosos estandartes, os lavradores partiam para a faina nos campos comunais, os *Tupa'mbê* (ou Terras de Deus). Por volta das 11 horas, descanso para o almoço. As tardes, em geral, eram dedicadas ao cultivo na terra da família, às aulas de música e latim e, é claro, à catequese. Ao pôr-do-sol, todos se recolhiam.

O projeto arquitetônico refletia claramente esse ambiente monástico e militante: eram duas centenas de alojamentos dispostos num plano rigidamente geométrico ao redor de uma igreja imponente. Não eram alojamentos coletivos: dentro deles, cada família tinha sua cela individual, já que uma das principais lutas dos padres era contra a poligamia. O campanário, o cemitério e roças completavam o quadro (*como na maquete de São Miguel, abaixo*) —"quem viu uma viu todas", diria um visitante, em 1789. O projeto era uma reinvenção autoritária da paisagem e do espaço. Na própria escolha do nome que batizou a empresa, o plano dos jesuítas se esclarecia: em latim e em espanhol, "redução" significa reagrupar o que se encontra disperso. A idéia, portanto, era "reduzir [*ou reunir*] os guaranis à vida cívica e à Igreja".

A experiência não foi pioneira: além da desastrada tentativa de Nóbrega e Anchieta na Bahia, os jesuítas espanhóis já haviam "reduzido" os mojos e chiquitos do Peru (para alguns autores, o "comunismo" agrário e teocrático das missões se baseou no modelo inca). A questão que mais diferenciou os Trinta Povos Guaranis —acentuando suas contradições e precipitando seu trágico desfecho— foi o fato de eles se localizarem na fronteira entre dois impérios em expansão. Eram quase um Estado-tampão. Sua história está resumida nos mapas à direita: em 1750, época da expansão máxima do espaço missioneiro (*mapa 1, área laranja*), Portugal e Espanha assinaram um acordo trocando a Colônia de Sacramento pelos Sete Povos que ficavam na margem esquerda do rio Uruguai (*mapa 2*). Padres e índios receberam um ultimato: deveriam cruzar o rio e abandonar suas terras em seis meses. Como houve resistência, logo estourou uma guerra guaranítica. Em 2 de fevereiro de 1756, os exércitos de Portugal (comandado por Gomes Freire de Andrada) e Espanha, unidos e com cerca de 3.000 homens, massacraram 1.511 guaranis mal armados, na coxilha de Caiboaté (RS). Três dias antes fora morto, numa emboscada, Sepé Tiaraju, líder e mártir guarani.

Os Sete Povos foram abandonados, mas os açorianos trazidos para ocupá-los não puderam fazê-lo, já que em 1761 e 1777 haveria mais guerras e novos tratados (*mapas 3 e 4*). Depois da guerra de 1801, os limites ficaram próximos dos atuais (*mapa 5*). Mas os jesuítas já tinham sido expulsos da América, e dos Trinta Povos só restavam escombros chamuscados.

PERSEGUIDORES E PERSEGUIDOS

O SANTO OFÍCIO NO BRASIL

Embora para algumas almas mais crédulas os trópicos estivessem de tal forma impregnados pelo mal que "por obra do próprio demônio o nome de Santa Cruz foi substituído pela voz bárbara de Brasil", a maioria dos degredados e colonos comungava da crença segundo a qual "não existia pecado ao sul do Equador". De acordo com o relato estupefato do padre Nóbrega, feito dez anos depois da chegada à Bahia, "se contarem todas as casas desta terra, todas acharão cheias de pecados mortais, adultérios, fornicações, incestos e abominações (...) não há obediências, nem se guarda um só mandamento de Deus e muito menos os da Igreja".

A libertinagem e a anarquia sexual sofreriam, porém, um duro golpe em junho de 1591. Foi quando chegou ao país o desembargador Heitor Furtado Mendonça, o primeiro visitador do Santo Ofício. Uma das mais famigeradas instituições da humanidade, a Inquisição se instalara em Portugal em 1536, por exigência pessoal do rei d. João 3°. O primeiro auto-de-fé e o primeiro herege queimado em praça pública vieram em seguida. Em breve, a paranóia, as delações e as torturas seriam exportadas para as colônias portuguesas de além-mar. Ainda que o Brasil tenha assistido a manifestações de histeria —como a do padre Luís da Grã, que, em 1591, denunciou um certo Fernão Rodrigues por ter, numa procissão, dado "consolações e cousas doces" aos figurantes que representavam os fariseus "e nada ao que representava o Cristo"—, o Santo Ofício agiu com brandura no país.

Ao contrário do que houve no Peru, o tribunal nunca chegou a ser instalado no Brasil, onde houve só "visitações". Em sua permanência de quatro anos no país, Furtado percorreu as capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Ao desembarcar, ele instaurava o "Édito da Graça": um período de 30 dias durante o qual os fiéis podiam confessar espontaneamente suas culpas, escapando dos castigos corporais ou do confisco de bens. A seguir, vinham as "denunciações". Na Bahia, em dois anos, houve 133 "culpas, confessadas ou denunciadas". Entre elas, 29 blasfêmias, 19 sodomias, quatro "pactos com o diabo", uma "defesa pública da fornicação" e um "fornecimento de armas a índios inimigos".

A frouxidão que caracterizou a ação do Santo Ofício no Brasil, muito mais do que a "benevolência" da instituição, pode ser atribuída às circunstâncias com as quais o tribunal deparou: a terra era vasta e inculta; o povo, analfabeto e mestiço. As sutilezas teológicas criadas pelo Conselho de Trento eram ignoradas no trópico.

Na verdade, o principal motivo para o desembarque dos horrores persecutórios da Inquisição num lugar onde "não existia pecado" esteve diretamente ligado ao aumento da população de cristãos-novos no país. A maioria deles mantinha relações com a Holanda, em guerra contra a Espanha, cuja Coroa havia absorvido a de Portugal. Por isso, em 1592, o maior crime que se podia cometer no Brasil seria praticado por aquele que, aos sábados, ousasse trajar "o melhor vestido que tinha".

MARQUÊS DE POMBAL

No dia 26 de fevereiro de 1759, um panfleto chamado "Notícias Interessantes", publicado em Lisboa, anunciava: "Os jesuítas estão prestes a ser todos expulsos deste reino. As outras potências poderiam bem imitar Portugal. Esses senhores levaram muito longe sua ambição e seu espírito subversivo. Eles pretendiam dominar todas as consciências, e invadir o Império do Universo". Seis meses mais tarde, a "profecia" se realizava: 432 jesuítas eram deportados para Roma, onde foram relutantemente acolhidos pelo papa Clemente 13.

O fato de "Notícias Interessantes" ter antecipado a informação não causou surpresa: a população sabia que, embora redigidos por um abade que abandonara a batina, os libelos eram obra de Sebastião José de Carvalho e Melo. E ninguém desconhecia que, além de ser a figura mais influente do reino, o futuro marquês de Pombal era também o mais ferrenho inimigo dos jesuítas. Filho da pequena nobreza, Pombal subira na vida depois de raptar e se casar com uma viúva rica. Em 1750, após anos como diplomata em Londres, virou ministro do rei d. José 1°. Embora despótico e cruel, logo assumiu o controle da nação e, mesmo empregando parentes e distribuindo propinas, foi um administrador ativo. Incentivou a agricultura e a viticultura, endureceu a política fiscal, criou monopólios, combateu os nobres e favoreceu os comerciantes e pôs no poder tecnocratas "estrangeirados". Reconstruiu Lisboa após o terremoto de 1755 —com o ouro brasileiro. No Brasil, estabeleceu limites, emancipou os índios (para afastá-los do controle dos jesuítas) e criou companhias de comércio. Acima de tudo, porém, manteve seu "propósito obsessor": destruir a Companhia de Jesus.

Dois foram os pretextos encontrados por Pombal para concretizar suas intenções: primeiro, o suposto estímulo dos jesuítas à resistência dos índios no episódio dos Sete Povos das Missões. Depois, um atentado ao rei d. José, no qual Pombal vislumbrou a influência dos jesuítas. No dia 16 de setembro de 1759, os inacianos foram expulsos de Portugal. Em 14 de março de 1760, os primeiros 119 dos 550 padres que estavam no Brasil também eram deportados. Uma vez em Lisboa, foram jogados nos calabouços mais insalubres, juntando-se aos ex-confessores da família real e aos padres que tinham ocupado cargos públicos —presos sem julgamento nem acusação formal. Em 1767, os jesuítas seriam expulsos também da França e da Espanha e, em julho de 1773, o papa Clemente 14 extinguiria a Companhia de Jesus. Era a vitória definitiva de Pombal. Mas ele teria apenas quatro anos para festejá-la: em 1777, com a morte de d. José 1°, subiu ao trono d. Maria 1ª, a rainha louca. Pombal caiu em desgraça. Morto em 1782, só foi enterrado em Lisboa em 1836: seu corpo ficou mais de meio século abandonado na cripta da quinta onde vivera seu exílio. Em 1814, a Companhia de Jesus renasceria.

As Outras Ordens

Apesar de terem sido os missionários mais ativos e influentes da história do Brasil, os jesuítas não foram os primeiros nem os únicos a atuar no país. Na frota de Cabral vieram oito franciscanos, entre os quais frei d. Henrique, que rezou a primeira missa em terras brasileiras. Ao longo dos primeiros séculos, os franciscanos continuaram sua obra no Brasil. Mas, como sempre se mantiveram ao lado do poder colonial, não se envolveram em polêmicas como os jesuítas. Benzendo engenhos e senzalas, perdoando, justificando e até promovendo a escravidão e o ataque aos índios "hostis", fornecendo capelães que acompanhavam os bandeirantes ao sertão, os franciscanos acabaram por constituir a ordem religiosa mais afinada com os desígnios do colonialismo.

Não se pode dizer o mesmo dos capuchinhos —a dissidência radical dos franciscanos que estabeleceu sua própria ordem em 1584. Os dois capuchinhos mais atuantes na história colonial do Brasil foram os franceses Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux. Ambos chegaram ao Brasil em 1612, na trilha aberta por André Thevet —o padre-cosmógrafo que acompanhou Villegaignon ao Brasil, em 1555, e celebrou a primeira missa no Rio de Janeiro (*representada na gravura ao lado. Leia mais sobre Thevet abaixo*). No Maranhão, meio século mais tarde, D'Abbeville desempenhou o mesmo papel de Thevet: foi o cronista de uma ousadia fracassada, a fundação da França Equinocinal (*veja o capítulo "A Ameaça Externa", pág. 49*).

Além de jesuítas e franciscanos, as duas outras ordens religiosas clássicas também atuaram no Brasil: os carmelitas e os beneditinos. Vieram a pedido dos próprios colonos, que traziam de Portugal as devoções predominantes em suas regiões de origem.

Os carmelitas se estabeleceram oficialmente no Brasil em 1580: chegaram acompanhando a expedição de Frutuoso Barbosa, que conquistou a Paraíba. Os beneditinos vieram no ano seguinte e fundaram uma abadia na Bahia em 1584. Porém, a ordem nunca se interessou pela obra missionária e seus integrantes em geral se dedicavam à vida contemplativa, vivendo em mosteiros opulentos.

Um levantamento feito em 1871 mostrou que, além de muitos prédios urbanos e imensas fazendas, os beneditinos possuíam também 4.000 escravos. Não eram os únicos: a prática fora inaugurada pelos próprios jesuítas já em 1549.

Não é nenhuma surpresa, portanto, que em 1883 Joaquim Nabuco tenha escrito, em seu livro clássico "O Abolicionismo":

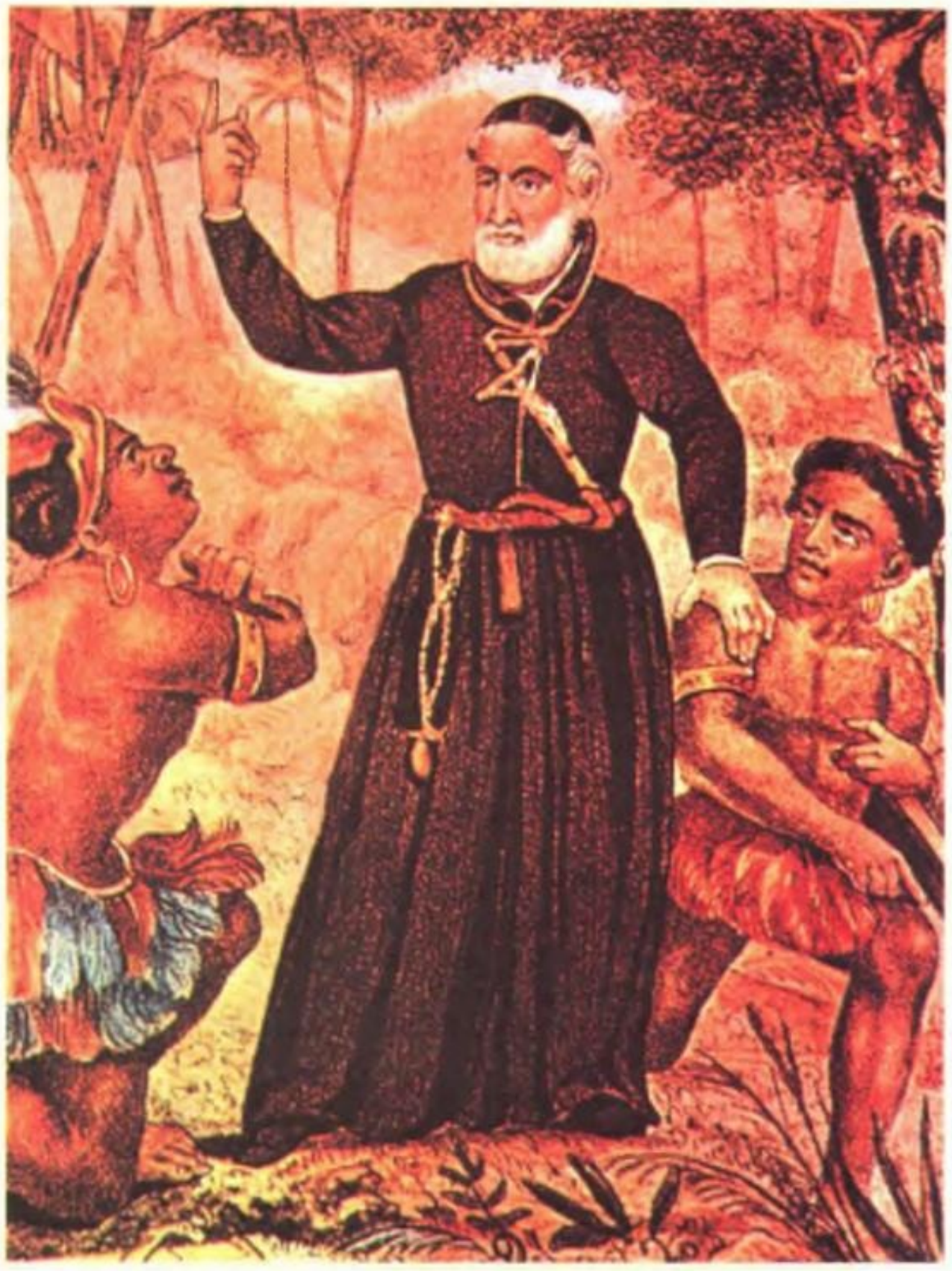
"Grande número de padres possuem escravos sem que o celibato clerical o proíba. Esse contato, ou antes contágio, de escravidão deu à religião, entre nós, o caráter materialista que ela possui, destruiu-lhe a face ideal e tirou-lhe toda a possibilidade de desempenhar na vida social do país o papel de uma força consciente. Nenhum padre nunca tentou impedir um leilão de escravos nem condenou o regime religioso das senzalas".

As marteladas com as quais Martinho Lutero pregou, na porta da capela do castelo de Wittenberg, Alemanha, as "95 Teses", que, em 1517, rachariam para sempre a unidade do cristianismo, ecoaram, 50 anos depois, no esplendoroso anfiteatro da baía de Guanabara no confronto entre o franciscano André Thevet e o calvinista Jean de Léry. Thevet e Léry foram os dois maiores cronistas da França Antártica, a desastrada aventura francesa de Villegaignon no Rio de Janeiro. Embora se tornassem inimigos eternos, ambos escreveram livros extraordinários e permanecerão unidos para sempre, num posto de absoluto destaque, na historiografia brasileira. Esses dois irreconciliáveis inimigos de fé não se conheceram pessoalmente; desencontraram-se por apenas 13 meses. Thevet, cosmógrafo e religioso de origem humilde, nasceu em cerca de 1502 e chegou ao Rio em outubro de 1555, como cronista oficial da expedição de Villegaignon. No dia 31 de janeiro de 1556, desiludido com os rumos religiosos da colônia, retornou à França. Com sua mente minuciosa e detalhista, decidiu registrar os três meses de permanência no Brasil escrevendo um texto maravilhoso, que batizou de "As Singularidades da França Antártica".

Publicado em 1557, o livro de Thevet foi o segundo a trazer ilustrações, feitas pelo próprio autor, representando índios, animais e plantas do Brasil. O sucesso da obra ajudou Thevet a ficar famoso. Além de confessor da rainha Catarina, tornou-se também "guardião das curiosidades do rei". Mas sua obra científica seria turvada por uma grave acusação: ter incentivado, em agosto de 1572, o massacre dos protestantes, na Noite de São Bartolomeu.

Jean de Léry, simples sapateiro, nascido em 1534, tornou-se um dos discípulos de Calvino e, em novembro de 1556, embarcou para o Rio na missão comandada pelo sobrinho de Villegaignon, Bois-le-Comte. Chegou ao Brasil em 16 de março de 1557. Ficou um ano no país e interessou-se vivamente pelos tupinambás, que descreveu e retratou (*desenho à direita*) no seu "Viagem à Terra do Brasil", lançado em 1578. No livro, que só saiu 20 anos depois da viagem (porque o original, perdido duas vezes, foi refeito de memória), Léry acusa duramente Thevet. O problema é que Léry só o fez depois que todos os personagens citados estavam mortos. Muitos acusam Léry de plagiar Thevet, o que ele talvez tenha feito. Mas não há dúvida de que fez também uma obra primorosa.

Antônio Vieira



De todas as vozes que se ergueram não apenas em defesa dos índios do Brasil, mas também contra os desatinos e os descaminhos da política brasileira, nenhuma foi mais fluente, majestosa e exata que a do padre Antônio Vieira. Embora tenha sido o maior orador da língua portuguesa e dedicasse boa parte de sua vida à obra missionária, Vieira foi muito além da retórica e da mera caridade. Foi pastor, foi político, foi diplomata. Pregou nas lonjuras do sertão, pregou no requinte dos salões. Pregou no Vaticano, pregou no deserto. Foi afrontado pelos colonos boçais do Maranhão, foi vítima dos juízes corruptos da Inquisição. Safou-se redigindo a primorosa autodefesa. Foi missionário nas selvas amazônicas, foi ministro d'el rei em Paris, Haia e Roma. Compôs catecismo em línguas indígenas e sermões reais de admirável formosura. "Como pregoeiro da palavra divina, anunciador do futuro, conselheiro dos negócios humanos, missionário dos gentios bárbaros, consolador dos negros cativos, defensor dos judeus oprimidos", Vieira foi louvado e desprezado, desdenhado e aplaudido. Sua voz e seus conselhos encheram o reino, e Vieira se tornou uma das principais figuras da política portuguesa, que ajudou a formular e a executar. Depois do golpe palaciano que derrubou seu protetor, d. João 4°, de quem fora conselheiro, Vieira caiu em desgraça na corte, foi preso pela Inquisição (1665-1668) e, depois de seis anos em Roma, retornou ao Brasil, praticamente exilado. Foi na Bahia que viveu os 16 anos finais de sua vida e onde deu o passo que lhe asseguraria a imortalidade: tratou de editar seus 207 sermões —um dos tesouros da língua portuguesa.

Nascido em Lisboa, em 1608, Vieira veio com a família para o Brasil aos 6 anos, em 1614. Aos 15, entrou para a Companhia de Jesus. Fez sua estréia na vida pública em 1626, aos 18 anos, redigindo uma carta ânua na qual criticava frontalmente a ingenuidade (comprometida e comprometedora) dos jesuítas ante a voracidade da empresa colonial. Em 1641, já ordenado sacerdote, viajou a Lisboa para prestar fidelidade ao rei d. João 4°. Iniciou-se aí uma longa e frutuosa relação. Vieira logo entrou em choque com os dominicanos que dirigiam a Inquisição, atacando "a cegueira de delírio e o desatino intolerável" de seu tribunal. Saiu em defesa dos judeus, propondo que Portugal atraísse para o reino os que estavam dispersos pela Europa. Era a favor da liberdade de comércio e contra o protecionismo. Louvava as virtudes do trabalho e atacava o pecado da ociosidade. Quis ser o profeta do mercantilismo luso e criou uma Companhia das Índias Ocidentais, assentada em capitais judaicos e com o mesmo perfil de sua similar holandesa. Mas a sociedade ibérica não estava preparada para a hegemonia do pensamento burguês, e Vieira pregava em clima hostil ou suspeitoso. Seus projetos políticos também falharam: ele não conseguiu uma aliança militar com a França, não conseguiu comprar Pernambuco dos invasores holandeses nem um acordo com o invasor. Por fim, não conseguiu casar a única filha do rei de Castela com o príncipe-herdeiro do trono de Portugal, um plano ambicioso que uniria de novo as duas coroas. O reino de Vieira não era o deste mundo. Mas o malogro de seus projetos proféticos abriu caminho para o pleno florescimento do homem de letras.

Em 1681, ao retornar para a Bahia, depois do apogeu e da queda de sua carreira em Portugal, Antônio Vieira descobriu que estava ficando cego. Parecia a derrota final: conselheiro do rei, confessor de rainhas, preceptor de príncipes, agora se via alijado dos jogos políticos do reino, esquecido e desprezado. Seus projetos haviam todos fracassado, e a volta ao Brasil podia ser entendida como um melancólico auto-exílio. No entanto, embora a cegueira continuasse avançando até se tornar total, Vieira —austero e longevo— ainda teria 16 anos de vida pela frente. E seria justamente esse o período que ele usou para dar forma final e editar os 15 volumes com seus 207 sermões. O projeto lhe asseguraria imortalidade literária e fama internacional ainda em vida. Mesmo que relutasse em separar palavra e ação, vida e obra, a verdade é que Vieira era, acima de tudo, um homem de letras. Seu principal legado é literário e, por isso mesmo, transcende as mazelas da política, despreza os descaminhos da história e ignora as vilezas do dinheiro.

Os dois primeiros volumes dos "Sermões" de Vieira foram publicados em Madri em 1644. Mas era uma edição tão mutilada e cheia de erros que o autor a renegou. "Não são meus", disse ele, "senão de quem os quis imprimir debaixo do meu nome, para me afrontar ou para ganhar dinheiro". O primeiro volume sob sua supervisão foi lançado em Lisboa em 1679. Todos os demais foram preparados no Brasil. Traduzidos para o holandês, o italiano e o francês, tornaram Vieira um autor mundialmente famoso. Nada mais justo: repletos de neologismos, impecáveis na forma e no conteúdo, ressoantes de citações das Escrituras e com abrangência prodigiosa no tema e no estilo, seus sermões configuram o apogeu da língua portuguesa. Vieira morreu em 18 de julho de 1697. Com os "óculos do espírito", sabia "como o mundo e sua glória é uma farsa de comédia, que passa; um entremez, que se acaba com o riso; uma sombra, que desaparece; um vapor, que se desfaz; uma flor, que se murchou; um sonho, que não tem verdade".

Os Bandeirantes

Eles foram os piratas do sertão. Perambulavam pelos atalhos, pelos planaltos e pelas planícies armados até os dentes, com seus sons de guerra e suas bandeiras desfraldadas. Eram grupos paramilitares rasgando a mata e caçando homens —para além da lei e das fronteiras; para aquém da ética. À sua passagem, restava apenas um rastro de cidades devastadas; velhos, mulheres e crianças passados a fio de espada; altares profanados, sangue, lágrimas e chamas. Incendiados pela ganância e em nome do avanço da civilização, escravizaram índios aos milhares. Foram chamados de "raça de gigantes" —e, com certeza, eram sujeitos intrépidos e indomáveis. São tidos como os principais responsáveis pela expansão territorial do Brasil —e não há dúvida que foram. Embora tenham sido heróis brasileiros, se tornaram também os maiores criminosos de seu tempo.

Em apenas três décadas —as primeiras do século 17— os bandeirantes e seus mamelucos mataram ou escravizaram cerca de 500 mil índios, destruindo mais de 50 reduções jesuíticas nas regiões do Guairá, do Itatim e do Tape. Desafiaram as leis e os reis de Portugal e da Espanha. Blasfema-

ram contra Roma, foram excomungados pelo papa. Ainda assim, ignoraram as ameaças e só foram contidos pela força das armas. Transformaram sua capital, São Paulo, num dos maiores centros do escravagismo indígena de todo o continente. Mais: fizeram dela uma cidade sem lei —reino de terror, ganância e miséria. E também o pólo a partir do qual todo o Sul do Brasil pôde, enfim, crescer, desenvolver-se e se endinheirar.

Por que justamente São Paulo? Porque a cidade fundada pelos jesuítas estava no centro das rotas para o sertão, porque os carijós do litoral e os guaranis do Paraguai estavam próximos e eram presa fácil e, acima de tudo, porque São Paulo nascera pobre. "Buscar o remédio para sua pobreza" —assim os paulistas explicavam o motivo que os impelia aos rigores do sertão em busca de "peças".

Nos anos 1940, dois devotados historiadores, Afonso Taunay e Alfredo Ellis Jr., deram início à fabricação do mito bandeirante. Os documentos que acharam e publicaram revelam uma saga de horrores. Ainda assim, Taunay e Ellis Jr. preferiram forjar a imagem do bandeirante altivo e galhardo, como se esses caçadores de homens fossem os "Três Mosqueteiros". Mas ambos sabiam que muitos dos bandeirantes andavam descalços, mal falavam português e estavam treinados para escravizar e matar.

AS BANDEIRAS

O nome: *nasceu do costume tupiniquim de levantar uma bandeira em sinal de guerra.*
Formação: *um capitão-mor, com poder de vida e morte sobre os comandados, duas a seis dezenas de brancos, duas a quatro centenas de mamelucos e alguns milhares de índios, domésticos e escravos.*
Armas: *índios e mamelucos, só de arco e flecha. Os brancos usavam mosquetes, pistolas e facas.*
Roupas: *índios e mamelucos marchavam nus ou de tanga. Os brancos iam descalços, de chapéu, calças largas e "coira de anta" —um colete acolchoado.*
Ritmo da marcha: *de 10 a 12 quilômetros por dia. As jornadas podiam durar de seis meses a três anos.*
Alimentação: *farinha, mel, palmito, caça e pesca.*
Entradas: *eram as expedições oficiais de exploração do sertão.*
Armações: *eram as bandeiras financiadas por um investidor, o armador, que não ia ao sertão.*
Índios escravizados: *356.720 "peças" em 150 anos, segundo cálculos de Alfredo Ellis Jr.*
Valor das "peças": *em 1628, 20 mil-réis, ou um quinto de um africano.*

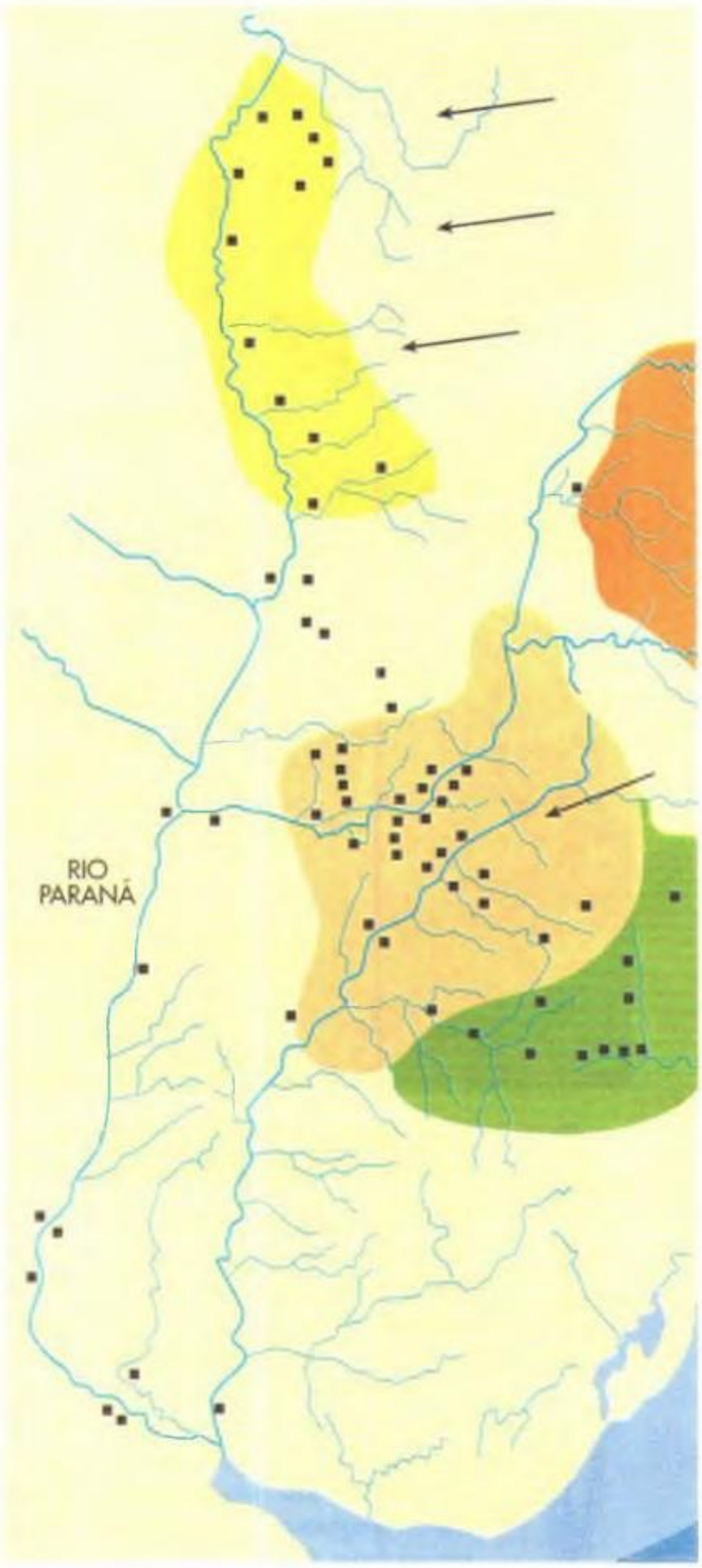
Os Caçadores de Homens

Embora o auge das bandeiras tenha coincidido com o alvorecer do século 17 e se prolongado por todo ele, o apresamento de índios sempre fez parte da história de São Paulo —na verdade, constituiu sua própria essência. Antes de Martim Afonso fundar São Vicente, em 1532, o lugar já era conhecido como "porto dos escravos", devido ao tráfico promovido por João Ramalho e pelo misterioso Bacharel de Cananéia —um degredado que teria sido o primeiro português a viver no Sul do Brasil.

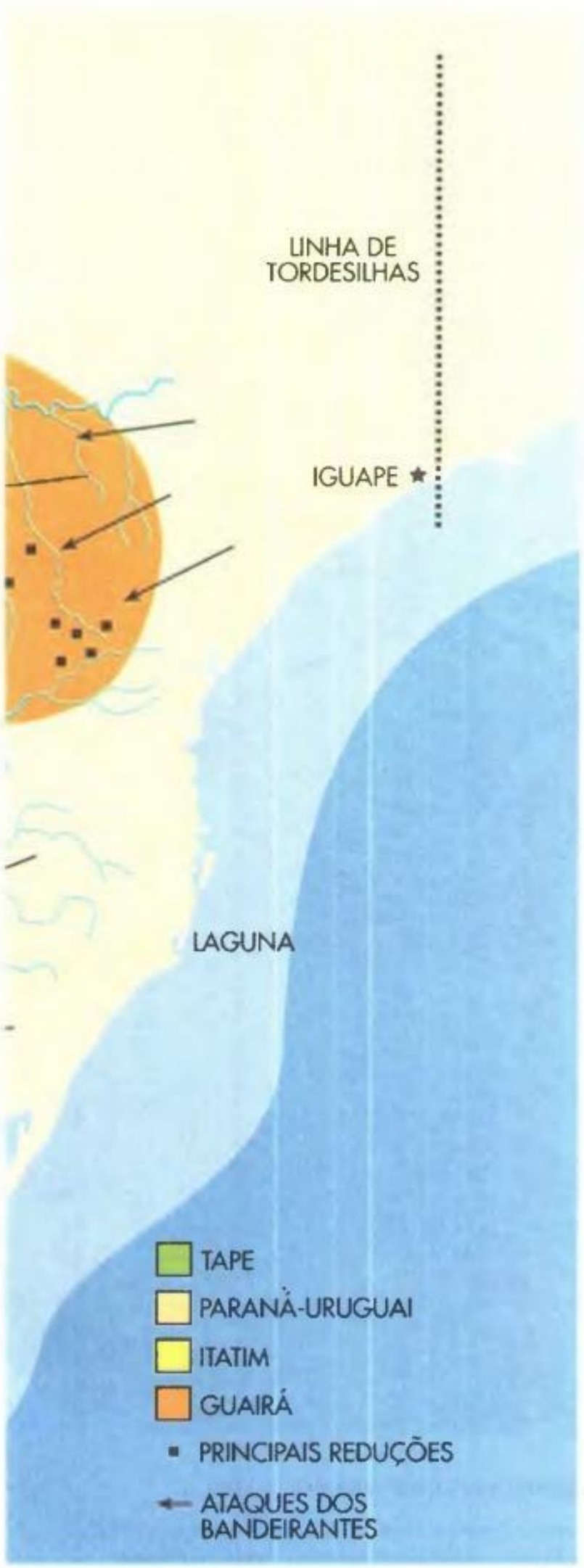
A captura de índios do sertão, porém, só se tornou negócio em alta escala —o maior e quase único a sustentar as 370 famílias de Piratininga— a partir de 1571, graças às iniciativas do capitão-mor de São Vicente, Jerônimo Leitão. Com algum cinismo, ou deliberada ingenuidade, certos estudiosos chamam esse período inicial de "bandeirismo defensivo", já que foi quando os paulistas despovoaram os vales do Tietê e do Paraíba para "garantir a segurança da cidade". Em 1591, com a chegada do sétimo governador-geral do Brasil, Francisco de Sousa, iniciase o ciclo chamado de "bandeirismo ofensivo". Sousa militarizou as incursões ao sertão, dando-lhes roteiros fixos, hierarquia rígida e até escrivães e capelães. Ao partir, em 1602, o governador tinha ajudado a criar milícias paramilitares que em breve desafiariam o poder colonial. Pouco depois, quando os jesuítas espanhóis fundaram as reduções do Guairá, os paulistas viram nelas o alvo ideal para seus "saltos". Afinal, "por que aventurar-se entre gente boçal e rara, falando línguas travadas e incompreensíveis, se perto demoravam aldeamentos numerosos, iniciados na arte da paz, afeitos ao jugo da autoridade?"

A escravização dos índios "reduzidos" era rigorosamente ilegal. Mas, vivendo no topo do planalto, longe do Brasil litorâneo e das capitanias bem-sucedidas de Pernambuco e da Bahia, os paulistas logo adquiriram uma mentalidade independente e anarquista. Julgando-se abandonados pela metrópole e se sentindo o refugo da colônia, criaram uma civilização própria, fundamentada em temeridade e cobiça vertiginosas. São Paulo forjou sua própria lei e transformou as demais em letra morta.

Por mais de um século, a maioria da população de São Paulo (6.000 brancos em 1700) dedicou-se à captura de índios. O bandeirismo tornou-se um negócio cuja técnica era passada de pai para filho —inúmeros adolescentes iam para o sertão e muitas bandeiras eram empresas familiares unindo pais, filhos, tios, cunhados e genros. Embora promovidas por brancos, as bandeiras não teriam sobrevivido no sertão não fossem as técnicas indígenas. Na verdade, mais pareciam tropa tupiniquim do que patrulha européia: avançavam em fila indiana, utilizavam canoas de tronco, sobreviviam à base de mel e palmito (quase extinguindo colméias e palmiteiros). O grosso da tropa era de índios, escravos ou não. As bandeiras se constituíram, assim, uma cruel perversão dos costumes guerreiros dos tupis-guaranis, cujos conflitos constantes não tinham por objetivo mais do que a captura de algumas vítimas para a consumação do rito antropofágico. Outro aspecto psicológico perturbador das bandeiras se refere aos mamelucos (nome vindo dos soldados de uma milícia turco-egípcia formada por escravos): filhos de pais brancos e de mães indígenas, eles atacavam os índios com ódio redobrado.



Entre 1610 e 1750, os jesuítas estabeleceram uma vasta rede de reduções na região dos rios Paraná, Uruguai, Iguaçu e Paranapanema. Elas acabariam se tornando uma espécie de curral escravagista para as bandeiras paulistas. O mapa acima identifica a localização dos 64 aldeamentos originais. Guairá *(área laranja): A "florida cristandade", formada por 13 reduções, criadas por Ruiz de Montoya a partir de 1610. Ficavam no atual Paraná, sendo facilmente alcançáveis a partir de São Paulo (40 a 60 dias de marcha). A destruição começou em 1628 e continuou com as expedições de 1629, 30, 31 e 32. Mais de 100 mil índios foram escravizados.* Tape *(área verde): A maioria das 18 reduções foi obra de Roque González. Erguidas no atual Rio Grande do Sul, foram destruídas a partir de 1636, por iniciativa de Raposo Tavares. Cerca de 60 mil guaranis foram levados para São Paulo.*



Paraná-Uruguai *(área bege): As reduções por excelência, também chamadas de Trinta Povos Guaranis. Erguidas após a devastação do Guairá, na mesopotâmia dos rios Uruguai e Paraná, floresceram em paz até serem bruscamente abandonadas com a expulsão dos jesuítas, em 1759. Enquanto das primeiras reduções nada sobrou, de Trinta Povos restam hoje ruínas monumentais* Itatim *(área amarela): As 13 reduções, localizadas na margem esquerda do Paraguai, no sul de Mato Grosso, foram erguidas em 1631. Atacadas no início de 1633, "con impiedad y crueldad nunca oída", cinco reduções foram destruídas e as demais abandonadas. O ataque rendeu aos bandeirantes 15 mil novos escravos.*

A máquina escravagista aperfeiçoada pelos bandeirantes começou a operar em larga escala a partir de agosto de 1627, quando Manuel Preto e Raposo Tavares partiram rumo ao Guairá. Com sua espantosa tropa de 2.000 índios —talvez temiminós—, 900 mamelucos e 69 paulistas, o jovem Raposo e o septuagenário Preto chegaram ao rio Tibagi no dia 8 de setembro. De início, agiram com cautela já que, embora estivessem acostumados a prear índios na região, aquele seria o primeiro ataque a uma redução.

Um pretexto fútil foi a senha para invasão de San Antonio, em 30 de janeiro de 1629. Ali, 2.000 índios foram escravizados. Em março, caíram San Miguel e Jesús María. Em maio, quando a bandeira retornou a São Paulo, nove outras reduções jaziam em cinzas. Os ataques foram em tudo similares à invasão de San Francisco Xavier, no Tape, em 1637. Lá, depois de atearem fogo por três vezes à igreja, os bandeirantes abriram uma fenda na parede. Quando os índios tentaram escapar por ela "a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral", os paulistas "com espadas, machetes e alfanjes lhes derribavam as cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes a cabeça e despedaçar-lhes os membros".

A caminhada de volta a São Paulo reservava mais horrores, como "matar enfermos, velhos, aleijados e crianças que impediam os parentes de seguirem viagem". E com tanta crueldade que não pareciam "cristãos, matando crianças e velhos, dando-os de comer a seus cachorros", revelaram dois padres. Os cativos marchavam presos a grossas correntes de quatro metros, com 30 colares cada uma. Junto com o chumbo e a pólvora, esse era o artigo mais caro despendido pela bandeira —em geral, todos eram pagos pelo armador que financiava a expedição.

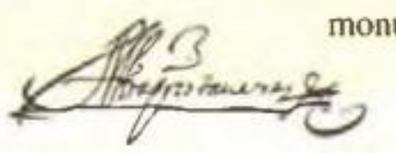
Na chegada a São Paulo, os índios eram repartidos entre os bandeirantes e seus financistas. Ao contrário do que afirma a história oficial, poucos cativos seguiam para o Nordeste. A maioria ficava em São Paulo —Preto chegou a ter mil escravos em sua fazenda na Freguesia de Nossa Senhora do Ó. No que eram usados esses homens? No transporte de "harinas y comidas al puerto de Santos y asi con este trabajo en que se sirven dellos como de caballos, se mueren infinitos". A ração dos escravos consistia numa espiga de milho por dia. Quanto às mulheres "de bueno parecer, casadas, solteras o gentiles, el dueño las encerra consigo en un aposento, con quien passa las noches al modo que un cabron en un curral de cabras".

Esse estado de coisas se reverteu parcialmente quando os jesuítas espanhóis foram autorizados a armar os índios das reduções. Em 1638, a bandeira de Leite Pais seria derrotada em Caazapa-Guaçu. A grande vitória, porém, veio no dia 11 de março de 1641, quando, às margens do M'bororé, afluente do rio Uruguai, 3.000 guaranis, chefiados pelo cacique Ignacio Abiaru, sob a orientação dos padres Pedro Romero e Pedro de Mola e com a ajuda de canhões feitos de bambu, desbarataram a bandeira de Jerônimo de Barros, formada por 130 canoas com 300 paulistas e 600 tupis. Ao cabo de mais de dez horas de feroz batalha aquática e terrestre, boa parte dos invasores —que por três vezes pediram trégua— estava morta. Os sobreviventes embrenharam-se na mata, onde a fome e as doenças acabariam por dizimá-los. Apenas 20 retornaram a São Paulo.

O "desastre" de M'bororé marcou o fim de uma época. O ciclo da caça ao índio seria gradualmente substituído pelo ciclo da caça ao ouro. A aventura tinha acrescentado vários milhares de quilômetros quadrados ao Brasil. Seu preço pode ser avaliado em meio milhão de vidas.

Raposo Tavares

Antônio Raposo Tavares foi o bandeirante por excelência. Em torno dele se revolve o mar de celeuma e controvérsia que sempre marcou a vida e a obra dos sertanistas de São Paulo. Apesar de ocupar os mais altos cargos públicos de sua capitania, Raposo Tavares passou boa parte da vida fora da lei, driblando mandados de prisão. Dizia-se cristão, mas foi excomungado. Desprezava os índios, embora a eles devesse seus conhecimentos do sertão. Foi o maior caçador de escravos de seu tempo, mas não teve mais do que 117 cativos, enquanto outros possuíam mais de mil. Tido como o mais audaz dos combatentes, fracassou na única guerra convencional da qual participou: a luta contra os holandeses, no Nordeste. Ampliou os limites do país e serviu devotadamente à Coroa, mas morreu praticamente abandonado, talvez até pobre, em seu sítio perto de São Paulo. Ao longo de 60 anos, Raposo Tavares viveu tudo que se pode esperar de um bandeirante.



Nascido no Alentejo, em Portugal, em 1598, chegou ao Brasil aos 20 anos, em companhia do pai, Fernão Vieira, que, embora acusado de ter "fugido do reino com dinheiro de Vossa Majestade", assumiu o governo da capitania de São Vicente, em nome do donatário, conde de Monsanto. Por toda a vida Raposo também seria vassalo fiel de Monsanto. Alguns historiadores chegam a afirmar que ele destruiu as reduções do Guairá e do Tape por julgar que estariam dentro da área que pertencia ao donatário.

Em 1627, Raposo Tavares organizou a primeira bandeira contra o Guairá. Aos padres, disse que agia assim pois tinha de expulsá-los "duma terra que é nossa, não de Castela". Na volta a São Paulo, Monsanto o nomeou juiz ordinário da vila de São Paulo e ouvidor da capitania de São Vicente.

Em 1633, porém, Raposo abusou de seus poderes e, ao invadir a fazenda dos jesuítas em Barueri, teve o mandato cassado. Em 35, um recurso lhe restituiu o cargo, mas o acusado não se interessou: estava preparando a lucrativa invasão ao Tape. Em 1639, quando o governo ofereceu perdão aos bandeirantes que lutassem contra os holandeses, Raposo se alistou e partiu para o Nordeste. Lá, teria participado da refrega imposta pelos batavos à esquadra do conde da Torre, governador-geral do Brasil. Junto com mais de mil homens, Raposo, então, tomou parte na grande marcha dos derrotados, a pé do cabo São Roque, no Rio Grande do Norte, até a Bahia: 2.700 quilômetros em quatro meses. Nada que se possa comparar à derradeira e monumental aventura do maior dos bandeirantes: em fins de 1648, com 1.142 homens —brancos, mamelucos e índios—, Raposo Tavares partiu de São Paulo para atacar o Itatim. Embora duas reduções tenham sido destruídas, a empresa fracassou. Em abril de 1649, porém, em vez de ordenar o retorno, Raposo marchou rumo ao desconhecido. Em fevereiro de 1651, 58 homens que "pareciam mais desenterrados do que vivos" chegaram ao forte de Gurupá, próximo a Bélem, no Pará. Por dois anos, tinham feito um "grande rodeio" por terras jamais percorridas: do Itatim (sul de Mato Grosso), a tropa chegara às cercanias dos Andes, na Bolívia. E então, descendo os rios Guaropé, Madeira e Mamoré, seguiram o Amazonas até Belém. Ao chegar a São Paulo, em fins do mesmo ano, Raposo Tavares estava tão desfigurado que nem mesmo parentes e amigos puderam reconhecê-lo.

O CONQUISTADOR ABANDONADO

Do alquebrado retorno a São Paulo, em 1651, à morte solitária em 1658, o nome de Raposo Tavares virtualmente sumiu dos registros oficiais da vila de São Paulo —indicação clara de que o antigo "cabeça das bandeiras" se tornara carta fora do baralho. O obscurecimento foi secular: até as primeiras décadas do século 20, praticamente nada se falou sobre o mais temerário dos sertanistas. Somente com os trabalhos de Basílio da Gama, em 1917, e de Afonso Taunay, em 26, é que os feitos de Raposo Tavares entraram para os livros de história. Da grande jornada de 1648, porém, pouco se sabe. Embora tenha sido descrita numa carta do jesuíta Antônio Vieira, seu roteiro ainda é confuso. Raposo Tavares (à esquerda, num quadro que representa o momento em que partia para sua longa marcha e, ao lado, numa visão hipotética de seu rosto) apropriadamente não virou nome de rua: batizou uma estrada.

Fernão Dias

A trágica jornada de Fernão Dias rumo à miragem de Sabarabuçu reprisou, em terras brasileiras, as patéticas viagens dos espanhóis em busca do Eldorado. Ao longo dos sete anos em que permaneceu no sertão à cata de esmeraldas que não estavam lá, a expedição se defrontou com todas as turbulências: fome, peste, traição, assassinato, delações, miséria e filicídio. A única concessão de um destino de resto inclemente foi permitir que, ao morrer, num delírio febril, Fernão Dias tivesse certeza de que eram esmeraldas as turmalinas que arrancara da terra.

Em 1672, quando o rei de Portugal o conclamou para ajudar na caça às pedras verdes, Fernão Dias Pais era um dos mais experientes e bem-sucedidos sertanistas de São Paulo —e um dos mais idosos. Aos 64 anos, já participara dos "saltos" às reduções do Tape, já investira contra o Itatim e caçara índios por todos os arredores de São Paulo. De uma só vez trouxe, de Apucarana (PR), 5.000 guaianás cativos. Possuía duas enormes fazendas, uma em Parnaíba, outra em Pinheiros (SP), nas quais seus escravos plantavam o trigo que o governo comprava para alimentar as tropas em luta contra os holandeses no Nordeste. Nascido dos "mais velhos clãs vicentinos", filho e neto de pioneiros ilustres, Fernão Dias Pais Leme era um dos homens mais ricos e famosos da São Paulo seiscentista. E um dos mais "piedosos" também: os padres não cansavam de elogiá-lo por ter erguido, à própria custa, o mosteiro de São Bento.

Em 1674, porém, Fernão Dias largou tudo —a mulher enferma, as seis filhas, as fazendas—, vendeu sua prata, seu ouro e seu gado e partiu em busca das "recônditas pedras verdes". Tinha 66 anos.

A lenda indígena de Sabarabuçu, a serra resplandescente, há muitos anos fazia parte da geografia fantástica que, desde sempre, assombrara os colonos e fizera brotar uma coletânea de notícias fabulosas sobre tesouros opulentos escondidos no sertão. Foi em demanda dela que, orientado "pellas informaçõens dos antigos", o velho Fernão Dias deixou São Paulo, a 21 de julho de 1674. Partiu com 40 paulistas e 200 índios. Foi uma viagem de danação.

Por sete longos anos, a bandeira vagou pelos ermos do rio Jequitinhonha e do rio das Velhas. Os meses passavam, as pedras não apareciam, o descontentamento crescia. Endividado com os comerciantes de São Paulo e Parnaíba, Fernão Dias não hesitou em deixar a família na miséria —e mandou vender até "as jóias do adorno de suas próprias filhas". Quando as deserções começaram, o velho bandeirante reuniu os remanescentes da tropa e anunciou que iria "prosseguir a jornada até morrer e que em seu testamento havia de deixar ordem ao filho que, sob pena de sua maldição, prosseguisse a busca, ainda que fosse só com os seus índios e que nem trouxessem nem mandassem seus ossos a enterrar a povoado, sem que primeiro se descobrissem as esmeraldas". Quando um motim estourou e Fernão Dias soube que era liderado por José Dias Pais, seu filho bastardo, não hesitou em mandar enforcar o mameluco, para espanto e terror do arraial.

Em abril de 1681, pedras verdes surgem da lagoa de Vupabuçu. Aos 73 anos, o velho sertanista se sente aliviado. Envia 147 pedras para serem examinadas em São Paulo. Em maio, devastado pela malária, Fernão Dias morre no sertão do rio das Velhas sem saber que só achara turmalinas.

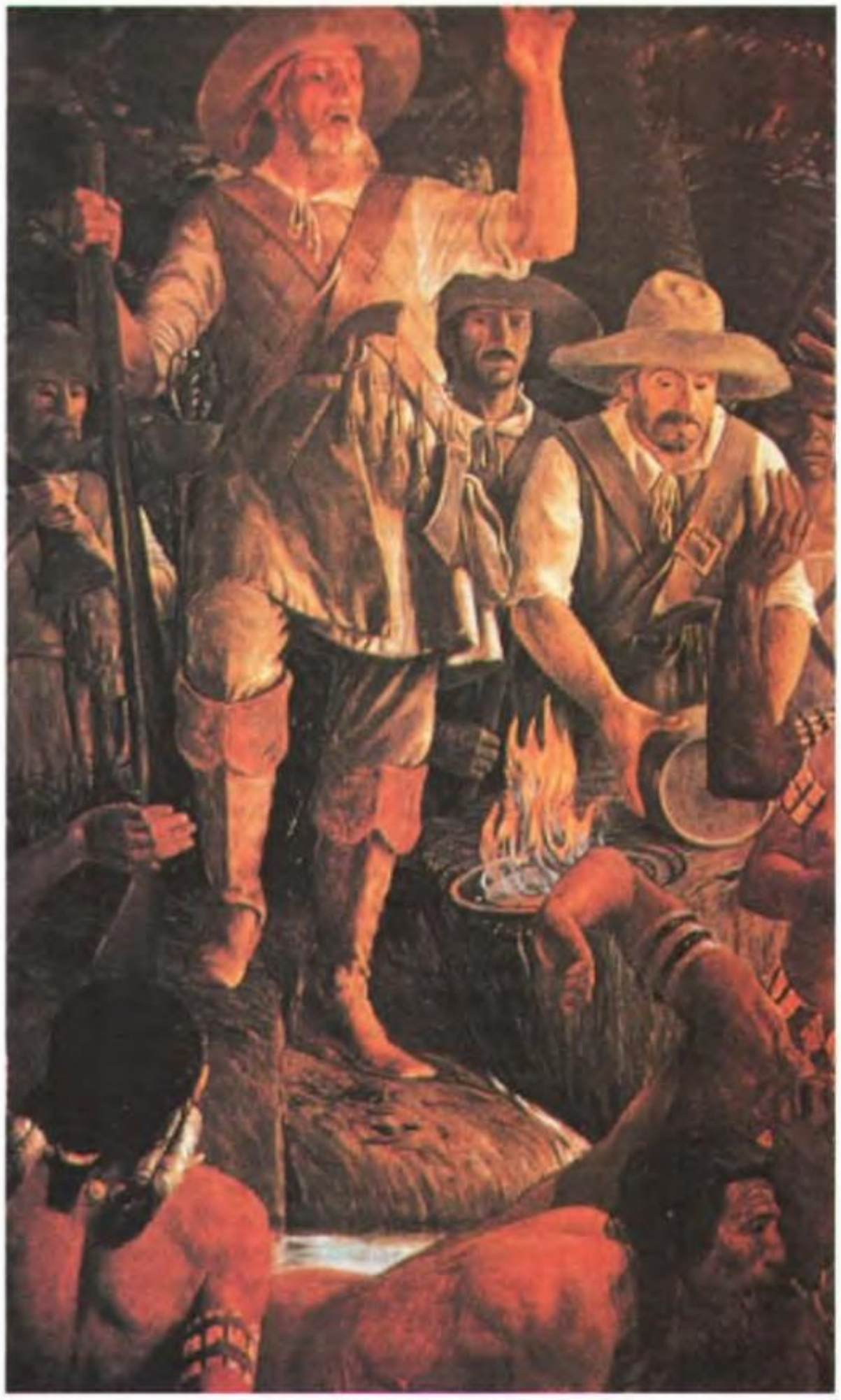
O GOVERNADOR DAS ESMERALDAS

Embora tenha sido tema de uma peça de teatro e de um famoso poema de Olavo Bilac, o nome de Fernão Dias, assim como o de seu companheiro Raposo Tavares, permaneceu no obscurantismo por quase dois séculos após a morte inglória no sertão. Embora Pedro Taques, o primeiro historiador de São Paulo, fosse seu sobrinho-neto, da biografia de Fernão Dias restaram muitas lacunas. Nem sequer se sabe com certeza onde e quando ele nasceu (embora São Paulo e o ano de 1608 sejam a data e o local prováveis). As circunstâncias de sua morte são mais conhecidas. Vitimado pela malária, seu corpo foi "embalsamado" à moda bandeirante: sobre a sepultura de dois palmos da terra, acenderam-se fogueiras que arderam por 20 dias. Então, os ossos de Fernão Dias foram trazidos pelo filho para São Paulo —não sem antes terem afundado num naufrágio no rio das Velhas. Os ossos foram enterrados no mosteiro de São Bento e lá redescobertos em 1922.

O Anhanguera

Trata-se de uma das mais mitológicas cenas do bandeirismo, só comparada com a volta para casa de Raposo Tavares, quando ninguém foi capaz de reconhecê-lo, ou com o delírio que antecedeu a morte de Fernão Dias. A coisa se passou em 1682, em Goiás, e, diz a lenda, teria sido assim: Bartolomeu Bueno da Silva, sertanista de terceira geração, partira de Paranaíba (SP) à caça de índios pelos sertões do Araguaia. Nas proximidades do rio Vermelho, chegou a uma aldeia dos pacíficos índios goiás. Ao reparar que algumas mulheres usavam peças de ouro, quis saber de onde vinha o minério. Como o segredo não lhe foi revelado, o bandeirante, então, ateou fogo na aguardente que depositara numa cabaça. Ameaçou fazer o mesmo com todos os rios e lagoas da região. Apavorados, os goiás o apelidaram de Anhanguera —o Diabo Velho (ou Espírito do Mal).

A lenda jamais foi plenamente comprovada, e há estudiosos que preferem atribuir a origem do apelido à tribo dos inhangueras, habitantes do Tocantins que teriam sido escravizados por Bartolomeu Bueno. Mesmo que o golpe de "pôr fogo na água" não tenha sido aplicado por Bueno, parece não haver dúvida de que, anos antes, o truque foi de fato utilizado, em Minas, por Bento Pires, um dos primeiros descobridores do ouro das Gerais e uma das primeiras vítimas da Guerra dos Emboabas.



Embora o caso da água ardente tenha tornado o Anhanguera um dos bandeirantes mais famosos, seu filho homônimo, conhecido como o segundo Anhanguera, foi um personagem mais ativo e decisivo na história das bandeiras. Aos 15 anos, já estava no sertão em companhia do pai —e, se o teatro da água incendiada de fato ocorreu, o jovem "Diabo Velho" o teria presenciado. Naquela expedição, porém, os Bueno, mais do que em minério, estavam interessados no "ouro vermelho" ("seu propósito real era capturar índios e sugar de suas veias o ouro vermelho que sempre foi a mina dessa província", escreveu o padre Vieira em 1656, referindo-se às bandeiras).

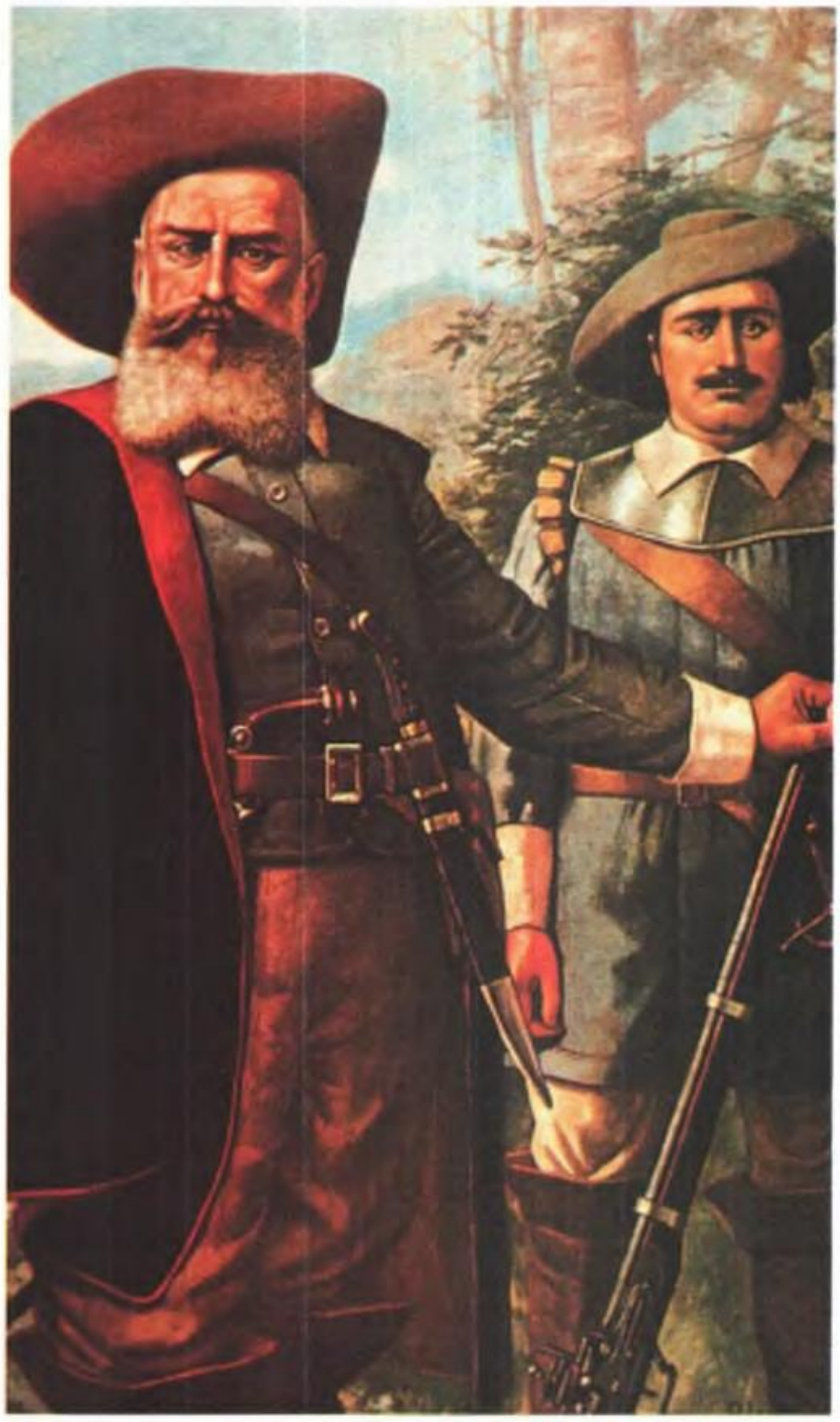
Nos anos seguintes, logo depois da morte do pai, o segundo Anhanguera voltou ao sertão em busca de ouro e se tornou o primeiro descobridor e minerador de Goiás, cuja cidade fundou. Embora tenha achado o minério e requerido "direito de passagem" sobre os rios que conduziam à região, o segundo Anhanguera não só morreu na miséria como nunca encontrou a fabulosa serra dos Martírios, "pedernais de cristal que, por obra da natureza, tinham umas semelhanças da coroa e cravos da paixão de Cristo" —miragem que o jovem Anhanguera julgava ter visto durante as andanças com o pai e que, como Sabarabuçu, se tornou uma das vertigens cuja busca arruinou muitas vidas e fortunas.

O CRIME SEM CASTIGO DE BORBA GATO

O caso de Manuel de Borba Gato, "tenente-general do matto" e genro de Fernão Dias, é exemplar da relação legal entre o governo e os bandeirantes. Em 1681, logo após a morte do sogro, Gato matou Rodrigo Castelo Branco, administrador-geral das minas, enviado ao sertão a fim de averiguar as descobertas de Fernão Dias. Apesar de ser um crime de lesa-majestade, que forçou Gato a permanecer por 18 anos refugiado no sertão (onde viveu com uma tribo, no vale do rio Doce, da qual se tornou o grande líder), em 1700, o governador Arthur de Sá não apenas decidiu perdoá-lo como o promoveu a guarda-mor das minas. Em troca, Gato só precisou revelar a localização das minas de ouro que descobrira e deram origem a Sabará (à esquerda). *Em 1962, Borba Gato foi homenageado com uma estátua revestida por ladrilhos, posta numa avenida de São Paulo. Feita por Júlio Guerra, a obra é tida como "um monstrumento ao kitsch".*

Domingos Jorge Velho

Foi um encontro breve, mas suficiente para que o bispo de Pernambuco, Francisco de Lima, concluísse: "Trata-se de um dos maiores selvagens com quem tenho topado", disse ele. Estava se referindo ao sertanista Domingos Jorge Velho —um dos mais famosos bandeirantes de seu tempo. O diálogo entre ambos, travado em março de 1687, foi acompanhado por um intérprete: Domingos Jorge Velho praticamente não falava português; era fluente apenas em tupi-guarani, a "língua geral". E aquela era uma das raras ocasiões nas quais Velho travava contato com a civilização: acostumado às lonjuras do sertão, estava na cidade para tratar de negócios. Contratado pelo governo para destruir o quilombo dos Palmares, foi combinar qual seria sua parte no butim. Um contrato foi assinado em 3 de março de 1687, ratificado em 3 de dezembro de 1691 e confirmado por carta régia de 7 de abril de 1693. A campanha só começou no início de 1694, e a luta contra os negros levou quase um ano exato. Foi "a mais trabalhosa, faminta, sequiosa e desamparada que até hoje houve no dito sertão, ou quiçá haverá", conforme diria o próprio Jorge Velho. Embora o quilombo tenha sido devastado, e a cabeça de Zumbi, cortada, o Conselho Ultramarino diria que "os paulistas são piores que os mesmos negros dos Palmares". O governador Melo e Castro concordou: "É gente bárbara, que vive do que rouba".



Não se pode dizer que Melo e Castro exagerasse. Nascido em São Paulo em 1644, Jorge Velho era senhor de enormes latifúndios nos sertões do Piauí e do São Francisco, tomados à força. O bandeirante possuía um temível exército particular: mais de mil índios oruazes, tabajaras e copinharaéns armados de arco e flecha, e outros 200 com espingardas. Com eles, não apenas conquistou toda a região e venceu a resistência dos Palmares como teria participação decisiva na terrível Guerra dos Bárbaros (*leia no quadro abaixo*).

Não se sabe como eram as feições de Domingos Jorge Velho, assim como não se conhece o rosto de Raposo Tavares, de Fernão Dias e do Anhanguera. Pintado por Benedito Calixto, o óleo que ilustra esta página é exemplar: feito nos anos 30 do século 20, fez parte da série de quadros que Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista, encomendou para assegurar a "ornamentação" da casa. Tais quadros constituíram o braço pictórico da fabricação do mito bandeirante. Na vida real, os piratas do sertão não se pareciam nem um pouco com os heróis de Alexandre Dumas. Ainda assim, basta uma visita ao próprio Museu Paulista para que fique claro o papel desses homens na expansão territorial do Brasil: na "escadaria monumental", seis estátuas representam seis bandeirantes e as seis "unidades da Federação" que eles conquistaram: Minas, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Paraná e o Rio Grande do Sul.

A GUERRA DOS BÁRBAROS

Em novembro de 1688, quando seu exército já estava próximo dos Palmares —depois de tenebrosa marcha de 2.000 quilômetros, que matou 196 pessoas de fome—, Domingos Jorge Velho recebeu ordens do governador-geral Matias da Cunha para "torcer o caminho". Deveria se dirigir a toda a pressa ao Rio Grande do Norte para combater a rebelião dos índios janduins. Em luta contra a expansão das fazendas, os janduins tinham trucidado mais de cem colonos e cerca de 30 mil cabeças de gado. Era o início da Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariri (já que a ela se juntaram os paiacus, caripus, icós, caratiús e cariris) —um dos mais terríveis conflitos da história do Brasil e um dos menos estudados. Velho, que já exterminara os sucurus, os calabaças, os pimenteiras e os coremas, foi à luta. E não fez prisioneiros: em 1688, Matias da Cunha lhe concedia "todas as glórias de degolar os bárbaros". Ainda assim, ele não conseguiu terminar com o conflito, que durou até 1713. É que Jorge Velho tinha outra missão: acabar com o Zumbi (*à esquerda*). E essa ele cumpriu (*leia "O Quilombo de Palmares", na página 80*).

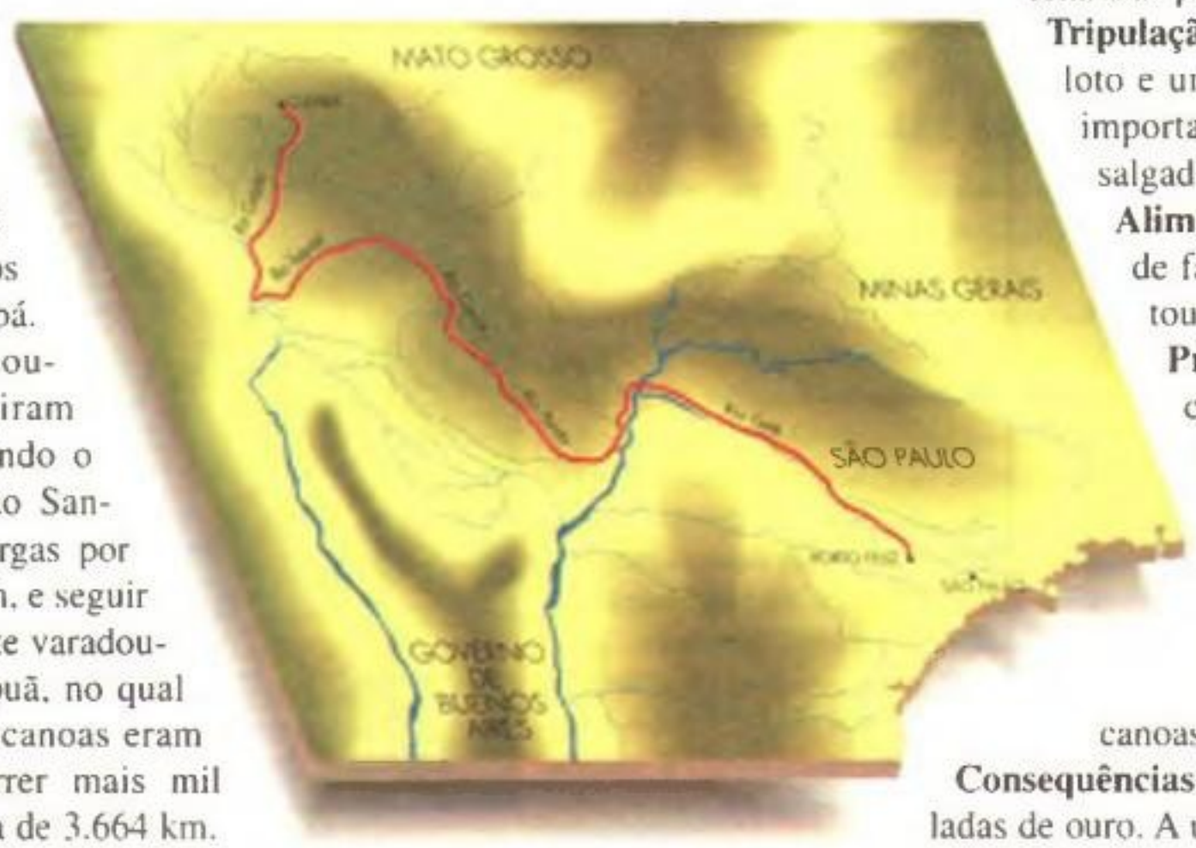
As Monções

Mais do que uma mera versão fluvial das marchas sertanistas, as monções foram um desdobramento —de certa forma uma evolução— da expansão bandeirante. Suas principais características e peculiaridades mais intrigantes estão resumidas a seguir:

O que eram: As monções eram grandes caravanas fluviais que partiam do vilarejo de Araritaguaba —hoje cidade de Porto Feliz—, na margem esquerda do rio Tietê, a 155 quilômetros de São Paulo, e, por uma estrada aquática "de mais de mil léguas de comprido", seguiam até Cuiabá (MT).

O nome: Palavra originária do árabe *mauasin* ("época do ano em que se dá determinado fato"). Entre os marinheiros de Portugal, passou a designar as estações com ventos propícios para as grandes viagens marítimas.

Roteiro: De início, as monções se faziam sem roteiro fixo e sem época determinada. A partir de 1720, as canoas seguiam o Tietê até a foz, desciam o Paraná até a embocadura do Pardo, subiam o Pardo até o rio Anhanduí, que as levava até o rio Miranda, afluente do Paraguai. O Paraguai conduzia o comboio até as minas de Cuiabá, através dos afluentes São Lourenço e Cuiabá. A partir de 1725, os irmãos Lourenço e João Leme descobriram que era melhor continuar subindo o Pardo e, nas alturas do ribeirão Sanguessuga, levar as canoas e cargas por terra, por uma distância de 15 km, e seguir pelos rios Coxim e Taquari. Neste varadouro se fundou um pouso, Camapuã, no qual os viajantes descansavam e as canoas eram reabastecidas, antes de percorrer mais mil quilômetros. O percurso total era de 3.664 km.



Origem do movimento: A descoberta do ouro em Bom Jesus do Cuiabá, em outubro de 1722, pelo sertanista Miguel Sutil, provocou uma louca corrida às novas minas. Dizia-se que, ali, o ouro estava à flor da terra.

Duração do percurso: Na ida, com canoas carregadas e correntes contrárias, a jornada durava cinco meses —o mesmo que de Lisboa à Índia. Na volta, cerca de dois meses —o mesmo que do Rio a Portugal.

Época da partida: Entre março e abril, quando os rios estavam cheios.

Tamanho dos comboios: Cada expedição tinha entre 300 e 400 canoas. Em geral, partia um só comboio por ano, com até 3.000 pessoas.

As canoas: Eram feitas à moda indígena, escavadas num tronco de árvore (peroba ou timbaúva). Tinham em média entre 12 e 13 metros de comprimento e 1,5m de largura, embora houvesse uma com 17,5m por 2,8m. Levavam até quatro toneladas de carga e 30 pessoas. Cargas cobertas por lona e as pessoas com mosquiteiro.

Tripulação: Seis remeiros (sempre em pé), um piloto e um proeiro. O proeiro era a figura mais importante; tinha a chave do caixão de carnes salgadas e determinava o ritmo das remadas.

Alimentação durante a jornada: Um quilo de farinha, meio de feijão e cem gramas de toucinho por dia por pessoa.

Principais dificuldades: Além das 113 cachoeiras, saltos ou corredeiras, as expedições tinham de enfrentar os caiapós das margens do Paraná, os índios guaicurus, que eram cavaleiros, e os terríveis paiaguás, canoeiros que viraram piratas do rio Paraguai.

Perigos lendários: Iaras, pitões e as canoas fantasmas dos monçoneiros mortos.

Consequências: A povoação de Mato Grosso e 75 toneladas de ouro. A última monção partiu em 1838.

A Ameaça Externa

Ao longo das duas primeiras décadas do século 16, ninguém poderia afirmar com certeza se o Brasil ficaria nas mãos dos portugueses ou nas dos franceses. Um século mais tarde, durante 24 anos, o Brasil —ou pelo menos parte dele, a melhor de então— pertenceu à Holanda. Por 60 anos, de 1580 a 1640, o Brasil também foi espanhol, ou quase: Portugal e Espanha formavam uma só coroa, sob o comando de Filipe 2°. O Brasil nunca correu o risco de se tornar inglês, mas, por anos a fio, foi assolado por piratas e corsários britânicos. Ao longo de mais de 200 anos, esta foi uma das terras mais cobiçadas do mundo.

Tendo chegado atrasadas à corrida ultramarina, iniciada e liderada por Portugal e pela Espanha, as altivas França e Inglaterra voltaram-se para os mares com uma desvantagem de 50 anos —e com a determinação do mendigo que vasculha as migalhas de um banquete. Ainda assim, a alguns de seus monarcas jamais faltou arrogância. "O sol nasceu para mim como para todos. Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me exclui da partilha do mundo", disse, certa vez, Francisco 1°, da França.

O monarca francês evidentemente se referia ao Tratado de Tordesilhas, o reparte planetário feito com bênção papal, em 1494, que não apenas dividiu o mundo entre Portugal e Espanha como tornou o Atlântico *mare clausum* —um oceano vetado aos demais países. França e Inglaterra nunca reconheceram a validade legal do tratado. Assim, o ataque às possessões lusas e espanholas ao redor do globo, ainda que eventualmente feito por contrabandistas, piratas e aventureiros inescrupulosos, em geral tinha apoio oficial de seus reis.

De todas as colônias portuguesas, nenhuma atraiu mais os franceses do que o Brasil. Com seu imenso litoral repleto de portos naturais, despovoado de europeus e sem vigilância, o país passou a ser frequentado por franceses praticamente desde sua descoberta. Já em 1504, o normando Paulmier de Goneville aportou em Santa Catarina, onde permaneceu por seis meses entre os carijós, levando, ao regressar para a França, o jovem Essomeriq, filho de um cacique. A relação dos franceses com os índios sempre foi mais equilibrada do que a dos portugueses, e essa vantagem seria amplamente explorada.

Apesar dos acordos que d. João 3° fez com Francisco 1°, em 1526, para afastar os franceses do Brasil, menos de meio século depois eles voltariam a investir contra o país —e dessa vez oficialmente, com a fundação da França Antártica, no Rio, em 1555. Ocorreriam outros ataques franceses ao país, entre eles o que resultou na fundação da França Equinocial, no Maranhão, em 1612, e as incursões corsárias ao Rio, em 1711.

Embora tivesse problemas com os franceses e possuísse um império mais vasto que o da Espanha, Portugal, graças a uma diplomacia eficiente, conseguiu manter-se afastado dos grandes conflitos internacionais do século 16. Porém, ao ser anexado pela Espanha, em 1580, o país virou inimigo da Holanda, da Inglaterra e da França —todas em luta contra o imperialismo agressivo de Filipe 2°. Apesar de o período chamado de "união ibérica" ter sido favorável ao Brasil, o país foi atacado por corsários ingleses e aventureiros franceses e invadido por negociantes holandeses (*veja "O Brasil Holandês", pág. 57*). Foi a época em que o Brasil quase se tornou uma terra de todos, o que equivale a dizer que por pouco não se transformou numa terra de ninguém.

A CIDADE DOS SONHOS

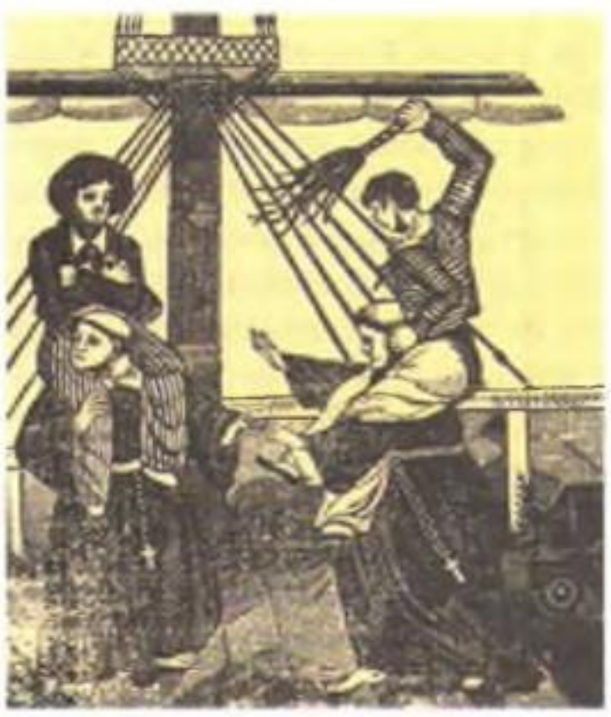
O Rio de Janeiro (*abaixo, em mapa do século 16*) nunca fez parte das pretensões dos piratas ingleses e dos exércitos holandeses que invadiram o Brasil em 1624. A mais bela das baías brasileiras, no entanto, atraía os franceses com a força de uma obsessão. Em 1555, liderados por Villegaignon, calvinistas franceses fundaram o forte Coligny numa ilhota onde hoje se ergue o aeroporto Santos Dumont. Foi o início da França Antártica. No dia 20 de janeiro de 1567, porém, tropas portuguesas lideradas por Mem de Sá, com o apoio dos temiminós, enfrentaram e venceram os franceses e seus aliados tamoios num combate definitivo travado na praia do Flamengo (*gravura acima*).

Piratas e Corsários Ingleses

Por mais de duas décadas, a apavorante bandeira negra com o crânio e as duas tíbias tremulou, pressaga e amedrontadoramente, diante de várias cidades da costa brasileira. Embora a presença do sinistro pavilhão do Rei Morte —"the King Death Banner", como seus sórdidos súditos o chamavam— jamais viesse a ser tão frequente e devastadora no Brasil quanto no Caribe, a pirataria inglesa provocou prejuízo, devastação e morte na Bahia, no Rio e em São Paulo.

O ataque mais famoso foi o de Thomas Cavendish a Santos, no dia de Natal de 1591. Os 300 moradores da vila estavam na igreja no instante em que três dos cinco navios de Cavendish abriram fogo. Pouco depois, entre gritos e tiros, os piratas tomaram o lugarejo, no qual permaneceram por dois meses —até não haver mais o que saquear. Cavendish, marinheiro ousado, o terceiro a circunavegar o globo, não era exatamente um pirata, mas um corsário agindo sob as ordens da rainha Elizabeth. Depois de uma dramática viagem até o estreito de Magalhães, ele voltou ao Brasil e atacou o Espírito Santo. Foi vencido, 80 ingleses morreram no combate e a vila que o bateu passou a se chamar Vitória.

Cair nas mãos de piratas sempre foi considerado um destino pior do que morrer durante o ataque. Elevando o sadismo a uma espécie de arte meticulosamente tétrica, esses facínoras dos mares inventaram mais modalidades de tortura do que os inquisidores espanhóis. A gravura abaixo mostra dois padres, capturados num navio que partira da Bahia em 1718, sendo obrigados a carregar seus captores nas costas, antes de serem forçados a andar na prancha e jogados ao mar.



O corsário pioneiro em águas brasileiras foi William Hawkins, notório traficante de escravos, membro do Parlamento e amigo do rei Henrique 8º. Entre 1530 e 1532, ele fez três lucrativas viagens ao Brasil, levando numa delas, para Londres, um cacique —"um autêntico rei brasileiro". Seu filho, John Hawkins, e seu neto, Richard, seguiram a tradição e também fizeram vantajosas incursões nos mercados negreiros da Guiné e do Brasil.

O primeiro ataque pirata ao litoral brasileiro foi comandado pelos flibusteiros Robert Withrington e Christopher Lister. Por seis semanas, de abril a junho de 1587, eles assolaram o Recôncavo Baiano. Só foram rechaçados porque o governador Cristóvão de Barros teve ajuda de "índios flecheiros". Em 29 de março de 1595, James Lancaster tomou o porto de Recife e lá permaneceu por 31 dias, carregando seus três navios —e outros 12 que "alugou" de franceses e holandeses que ali encontrou— com tudo que pôde saquear. Foi a mais lucrativa das pilhagens ao Brasil, superando até o butim que o infame capitão Bartholomew Roberts colheu em 1711 do galeão português que zarpara da Bahia abarrotado de jóias, ouro e açúcar.

A França Antártica

Por volta de 1550, depois de meio século percorrendo o litoral brasileiro —o que os levara a conhecer os melhores portos e estabelecer com os índios uma relação mais harmônica e rentável do que os portugueses—, aos franceses faltava apenas o homem certo para liderar uma expedição colonizadora às terras do Brasil. Quem poderia supor que Nicolas Durand de Villegaignon era o homem errado?

Cavaleiro da Ordem de Malta, "homem de toga e espada", universitário de formação e militar por temperamento, soldado, navegador, diplomata, historiador, agricultor, erudito e até filólogo, Villegaignon tivera uma carreira brilhante. Nascido em 1510, fora colega de Calvino, formara-se em Direito, participara da tomada de Trípoli, na África, junto com o imperador Carlos 5º e, acima de tudo, quando a rainha Mary Stuart foi da Escócia à França para noivar com Francisco 2º, Villegaignon a conduzira, ludibriando os ingleses.

Nomeado vice-almirante da Bretanha, o cavaleiro de Malta se indispôs com o governador local no início de 1555. Injuriado com a posição do rei Henrique 2º, que apoiou seu desafeto, e disposto a provar seu valor, Villegaignon idealizou um plano ousado: a fundação, no Rio de Janeiro, de uma colônia que lançasse os alicerces de um futuro império ultramarino francês. Para concretizá-lo, buscou o apoio do almirante Gaspard de Coligny, líder dos huguenotes —calvinistas franceses—, que já começavam a ser perseguidos.

Villegaignon, porém, quis contar também com a ajuda do cardeal de Lorena, o mais influente católico da França. A ambos prometeu que a liberdade religiosa na nova colônia seria total. Graças a eles, conseguiu que o rei liberasse mais de 10 mil francos e armasse dois navios para a aventura brasileira. Seiscentos homens —e nenhuma mulher— foram recrutados para embarcar na grande viagem. Desde o início, porém, tudo saiu errado.

Em 12 de julho de 1555 a expedição partiu do Havre, mas, colhida por medonha tempestade, foi forçada a ancorar em Dieppe. Lá, quase todos os tripulantes desertaram —sobraram apenas os degredados. Pelas ruas de Dieppe, entre "desclassificados, vagabundos e mercenários", recrutaram-se outros 80 homens. No dia 10 de novembro, após uma viagem ruim, os navios chegaram à baía de Guanabara. O pior estava por vir.

Villegaignon decidiu se instalar na ilhota de 1,5 quilômetro de circunferência, chamada de Serigipe pelos índios. Ali, ergueu um baluarte de madeira, que batizou de forte Coligny. Na praia, em frente, pensava em construir, no futuro, a cidade de Henriville. Os problemas começaram com a escassez de víveres —raízes em vez de pão; água, em lugar de vinho— e a falta de mulheres. À cizânia instaurada na ilha, Villegaignon reagiu com despotismo e arrogância. Ao fazê-lo, apenas precipitou o trágico desfecho da França Antártica.

O PATROCINADOR

Gaspard 2º de Coligny, seigneur de Châtillon, era cavaleiro da Ordem do Rei, foi governador de Paris e almirante da Marinha francesa. Nascido em 1519, converteu-se ao calvinismo e tornou-se líder dos huguenotes, como eram chamados os protestantes franceses. Coligny era amigo pessoal de Henrique 2º, que, por sua insistência, apoiou o projeto de Villegaignon. Coligny investiu muito de sua fortuna na fundação da França Antártica. Foi morto em 24 de agosto de 1572, no massacre da Noite de São Bartomoleu, planejado pela rainha Catarina de Medici, no qual morreram muitos huguenotes.

A Expulsão dos Franceses

Quando a frota armada pelo terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá, chegou à Guanabara, na madrugada de 21 de fevereiro de 1560, para dar início à luta contra os franceses, deparou, segundo o próprio Sá, "com uma das mais fortes fortalezas da cristandade", virtualmente "insuperável às forças humanas". Os conflitos internos que grassavam na cidadela de Coligny, porém, eram tais que a luta entre lusos e franceses se prolongaria por apenas dois dias.

Já apelidado de Caim da América, Villegaignon partira do Rio em outubro de 1558. Em seu lugar ficara seu sobrinho, Bois-le-Comte, que tinha vindo da França em março de 1557, com três navios e 290 homens, entre os quais 14 pastores enviados pelo reformista Calvino. No instante em que Le-Comte chegou, a situação era caótica na fortaleza. Os conflitos tinham começado já em fevereiro de 1556, quando Villegaignon exigiu de um marinheiro normando que se casasse com a índia com quem vivia ou a abandonasse. Injuriado, o marujo armou uma conspiração para matá-lo. O plano foi descoberto, cinco homens foram executados e Villegaignon tornou-se paranóico e despótico.

Após a chegada dos pastores de Calvino, tudo piorou. O confronto entre católicos e calvinistas explodiu de vez, com Villegaignon assumindo posições cada vez mais ambíguas. Depois de dezenas de deserções, torturas, prisões e conspirações, o autointitulado Rei do Brasil foi embora.

Ao receber um ultimato de Mem de Sá, Bois-le-Comte recusou a rendição. Apesar do apoio de mil índios tamoios para enfrentar apenas 120 portugueses e 140 nativos, os 74 franceses restantes na ilha estavam tão desmoralizados que, quando Sá enfim os atacou, na manhã de 15 de março de 1560 (após 20 dias de cerco), os combates duraram menos de 48 horas. Depois que um marujo luso conseguiu nadar até a ilha e explodir seu paiol, os franceses desistiram da luta e fugiram, a maioria para a França, uns 20 para o continente. A vitória veio quando os portugueses também já pensavam em desistir. Por isso, Mem de Sá, Nóbrega e outros cronistas da batalha a atribuíram ao "poder divino", que "não quis que nessa terra se plantasse gente de tão maus pensamentos". Porém, aliados aos tamoios, os franceses restantes ainda resistiriam. O Rio só seria definitivamente conquistado em 1567.

ARARIBÓIA

Antigo senhor da ilha de Paranapuã, o temiminó Araribóia era tão fiel aos portugueses que se batizou com o nome de Martim Afonso de Sousa. Por sua participação decisiva na conquista do Rio, foi feito cavaleiro da Ordem de Cristo e ganhou uma vasta sesmaria em Niterói. Mas, em 1574, repreendido pelo governador Antônio Salema por cruzar as pernas na presença dele, Araribóia se ofendeu, voltou para Niterói e não saiu mais de lá, até morrer, esquecido.

A Segunda Invasão

DUGUAY-TROUIN

O corsário (*à direita*), que precisou de apenas uma semana para tomar o Rio e cobrou um resgate milionário para devolvê-lo, não pôde desfrutar do butim: ao retornar para a França, sua frota (*acima*) foi atingida por uma tormenta, na altura dos Açores. Duguay-Trouin perdeu seus dois melhores navios, 1.200 homens e muito ouro e prata. Ainda assim, os nobres que financiaram a expedição obtiveram um lucro de 92% sobre o capital investido. O próprio Trouin, vingador de Villegaignon, foi promovido pelo rei Luís 14 a chefe de esquadra.

A FRANÇA EQUINOCIAL

A mais bem-sucedida tentativa francesa de estabelecer uma colônia no Brasil se deu no Maranhão, no início do século 17. A aventura começou em 1604, quando um náufrago francês, Charles des Vaux, retornou à França informando que os tupinambás do Maranhão queriam converter-se ao cristianismo e se aliar aos franceses. Por isso, em março de 1612, três navios e 500 homens, comandados por Daniel de la Touche, partiram da França em expedição colonizadora. Em 26 de julho, chegaram à baía do Maranhão e logo ergueram a fortaleza que daria origem à cidade de São Luís (à esquerda). *Da expedição faziam parte os capuchinhos Yves d'Evreux e Claude d'Abeville, autores de dois livros memoráveis. Assim que a notícia da invasão se propagou, o rei Filipe 3º, da Espanha e de Portugal —então unidos sob a mesma coroa—, determinou o ataque às posições francesas. Em novembro de 1614, o exército luso-brasileiro, comandado pelo mameluco Jerônimo de Albuquerque, venceu os franceses, que capitularam. Mas Filipe 3º exigiu rendição incondicional e, em novembro de 1615, De la Touche entregou São Luís e partiu para Lisboa, a ferros e sem direito a indenização. Por três anos, permaneceria encarcerado na Torre de Belém. Foi o amargo fim da França Equinocial.*

A o partir do Rio, em fins de março de 1560, Mem de Sá deixou arruinado o forte Coligny. Mas, com poucos homens e os navios avariados, não pôde se estabelecer na Guanabara. Pagou caro por isso. Em 9 de fevereiro de 1565, quando seu sobrinho Estácio de Sá chegou ao Rio, com 200 homens e nove navios, os tamoios, orientados pelos franceses, já haviam construído três paliçadas e estavam preparados para um novo confronto. Em 1º de março de 1565, Estácio estabeleceu um arraial no sopé do Pão de Açúcar —núcleo da cidade do Rio de Janeiro— e ali permaneceu por dois anos, combatendo o inimigo esporadicamente.

Mem de Sá chegou ao Rio com reforços em 18 de janeiro de 1566. Dois dias depois comandou o ataque final às posições inimigas. Com a ajuda dos temiminós de Araribóia, os lusos atacaram Uruçumirim (hoje morro da Glória). A luta durou o dia todo. Ao entardecer, cerca de 600 tamoios e cinco franceses estavam mortos. No dia seguinte, dez franceses presos foram executados e, então, os portugueses atacaram a ilha de Paranapuã (hoje do Governador), escravizando os quase mil tamoios que se renderam. O Rio estava conquistado. A vitória seria completa se, um mês depois, não morresse Estácio de Sá. Fora atingido por uma seta envenenada.

Porém, o Rio parecia ser uma obsessão francesa. Meio século mais tarde, em 1710, haveria nova investida, desta vez capitaneada pelo corsário Jean-François Duclerc. Com o apoio do rei Luís 14, Duclerc chegou ao Rio com cinco navios e mil homens, no dia 6 de agosto de 1710. Depois de várias escaramuças, desembarcou na Barra da Tijuca e, entrando pela zona rural, atacou a cidade no dia 11. Auxiliado por estudantes, o governador Castro Morais resistiu. Mais de 300 franceses foram mortos e os demais, inclusive Duclerc e 41 oficiais, presos. Confinado numa das melhores casas do Rio, Duclerc foi assassinado em abril de 1711, "por dois homens embuçados", supostamente um filho e um sobrinho do governador.

Menos de seis meses depois, sob pretexto de vingar Duclerc, o corsário René Duguay-Trouin, com 18 navios, 740 peças, dez morteiros e 5.764 homens, atacou o Rio. Em 20 de setembro de 1711, Castro Morais ordenou a evacuação da cidade. Duguay-Trouin pediu 600 mil cruzados, cem caixas de açúcar e 200 bois para não destruí-la. Em 4 de novembro, o governador pagou o resgate; perdeu o cargo e ganhou um apelido: "Vaca". Dez dias depois, Duguay-Trouin partiu, vingado e vitorioso.

A União Ibérica

O poderoso Filipe 2º ainda estava em Badajoz, aguardando a completa ocupação de Portugal por suas tropas, comandadas pelo duque de Alba —capítulo final das ações que o levaram a se apoderar do trono luso e uni-lo ao da Espanha—, quando, em 25 de setembro de 1580, alguém lhe sugeriu que seria prudente enviar um emissário ao Brasil para saber a posição da colônia ante a iminente vitória espanhola.

Por séculos, Portugal não fora mais do que uma extensão do reino de Castela. Em 1385, porém, d. João 1º, fundador da dinastia de Avis, deu início ao combate contra os castelhanos e em 1411 obteve a independência portuguesa. Ao longo dos dois séculos seguintes, a dinastia de Avis tornaria Portugal o maior império do mundo e o primeiro a se expandir ao redor de todo o globo. Uma batalha fracassada, porém, travada em 1578 e na qual morreu o rei d. Sebastião, faria sucumbir, em poucas horas, esforços de 200 anos (*veja o quadro abaixo*). Após a morte de d. Sebastião, seu tio-avô, o cardeal d. Henrique, assumiu o trono. Mas 17 meses depois, quando ele morreu sem herdeiros, a luta pelo poder tornou-se feroz. Havia cinco candidatos ao trono. O ambicioso Filipe 2º (*à direita*) era o mais armado e o mais eficaz e logo suplantou seus adversários.

A notícia levou quase um ano para chegar à Bahia, mas o Brasil, como Portugal, acabou se sujeitando em relativa paz ao regime de Filipe 2º. Foi uma decisão acertada: durante os 60 anos da união ibérica, o Brasil teria suas vantagens.

O BRASIL FOI OFERECIDO DE PRESENTE À FRANÇA?

O principal rival de Filipe 2º na luta pelo trono de Portugal era d. Antônio, prior do Crato, neto bastardo do rei d. Manuel. Em novembro de 1580, quando se tornou clara a vitória militar e política do rei da Espanha (que comprara a peso de ouro o apoio de boa parte da nobreza lusa), o prior do Crato (abaixo) *teve de se refugiar no interior do país. Em julho de 1581, conseguiu exilar-se na Inglaterra e, pouco depois, chegou à França, em busca do apoio da rainha Catarina de Medici, inimiga de Filipe 2º. Bem recebido pela rainha-mãe, o prior do Crato iniciou seu contra-ataque. Como os Açores eram a única possessão que ainda não abraçara a realeza de Filipe, as ilhas estavam cercadas. Para lá, o prior conseguiu enviar, junto com poucos navios da Marinha lusa que ainda se mantinham fiéis a ele, uma frota armada por Catarina.*

Documentos publicados em 1608 revelam que, para obter o apoio da ardilosa rainha, o prior do Crato teria oferecido o Brasil de presente a Catarina. Embora para alguns historiadores os documentos pareçam ser insuficientes para comprovar que d. Antônio tivesse plena consciência das intenções da rainha, o fato é que, depois de vencer a frota espanhola, a armada francesa, chefiada pelo almirante Philippe Strozzi, deveria seguir para o Brasil e tomar posse do país. Em 25 de julho de 1582, porém, Strozzi foi vencido nos Açores, e a França perdeu, outra vez, a chance de conquistar o Brasil. Em 1595, só e derrotado, d. Antônio morreu na França.

O TRÁGICO DESTINO DE D. SEBASTIÃO

No dia 4 de agosto de 1578, no mesmo deserto, no mesmo país e a poucos quilômetros do local onde, 163 anos antes, Portugal dera início à sua expansão planetária, o império luso começava a ruir. Em 1415, d. João 1º, que garantira anos antes a independência de seu país, ordenou a conquista de Ceuta, no Marrocos. A vitória marcaria o início glorioso do império luso. Quase dois séculos depois, o rei d. Sebastião (*à esquerda*), 24 anos, contrariando todos os conselhos que recebera na corte, armou uma esquadra com 800 embarcações e partiu para aquela que seria a última aventura cruzadista da Europa na África. Seria também uma das derrotas mais trágicas da cristandade: naquele dia de agosto, nas planícies de Alcácer-Quibir, o exército de d. Sebastião foi destroçado pela cavalaria muçulmana. O rei morreu na linha de frente, depois de perder o cavalo. Seu corpo jamais foi encontrado. Com d. Sebastião sucumbiu a fina flor da nobreza portuguesa, incluindo um filho de Martim Afonso de Sousa. O império luso desmoronaria em menos de dois anos. O cardeal d. Henrique sucedeu a seu sobrinho-neto. Tinha 66 anos e governou por apenas 17 meses. Morreu sem que Roma o liberasse do celibato. Com ele acabou-se a dinastia de Avis e se iniciou a dominação espanhola. O sumiço do corpo do jovem rei daria início ao culto chamado de sebastianismo —crença messiânica cujos reflexos se prolongariam até o trágico episódio de Canudos, na Bahia, em 1896.

A União Ibérica

Filipe 2°, filho da infanta portuguesa d. Isabel e do altivo Carlos 5°, líder da casa dos Habsburgos, foi um dos mais ambiciosos imperadores da Espanha. Ainda assim, depois de conquistar Portugal, preferiu adotar uma política generosa e conciliatória: em vez de dominar o país, manteve sua autonomia, suas leis, sua língua e sua estrutura administrativa. Assegurou grandes vantagens à alta nobreza lusitana, que o apoiara desde o início: deu-lhes o "asiento" (o direito de transportar os escravos da África para a América) e continuou comprando-lhes os navios que, já antes da "conquista", faziam a grandeza da armada espanhola.

Sob Filipe 2° —e, depois, no reinado de seu sucessor, Filipe 3° (*à direita*)—, o Brasil pôde sair de uma posição "regional", a de mero coadjuvante no jogo das trocas comerciais, para adquirir um novo e mais honroso papel geopolítico, integrando-se à trama do império "atlântico" concebido por Filipe 2°. De 1580 a 1615, o Brasil também se expandiria internamente: a Paraíba e o Maranhão foram definitivamente conquistados, fundaram-se duas dezenas de povoados, abriram-se novas linhas de comércio, criaram-se novos cargos públicos, estabeleceu-se definitivamente a ligação entre o Sul do Brasil e a região do Prata. Além disso, o foco da atividade econômica desviou-se da agricultura e do extrativismo para voltar-se à busca de riquezas minerais —e isso provocaria uma profunda guinada nos rumos e nos destinos da futura nação.

Foi também durante a época dos Filipes que os bandeirantes paulistas agiram com desenvoltura dificilmente concebível fora de um período no qual os limites das possessões da Espanha e de Portugal não estivessem tão "misturados".

Quando a união ibérica se encerrou, com o frágil reinado de Filipe 4° e a restauração portuguesa, o imenso território tomado (e devastado) pelos bandeirantes passou a pertencer ao Brasil. Embora fundamental na história do país, o período dos Filipes continua sendo um dos menos estudados no Brasil. Volumosa documentação inédita segue esquecida no Arquivo Geral de Simancas, na Espanha.

A Restauração Portuguesa

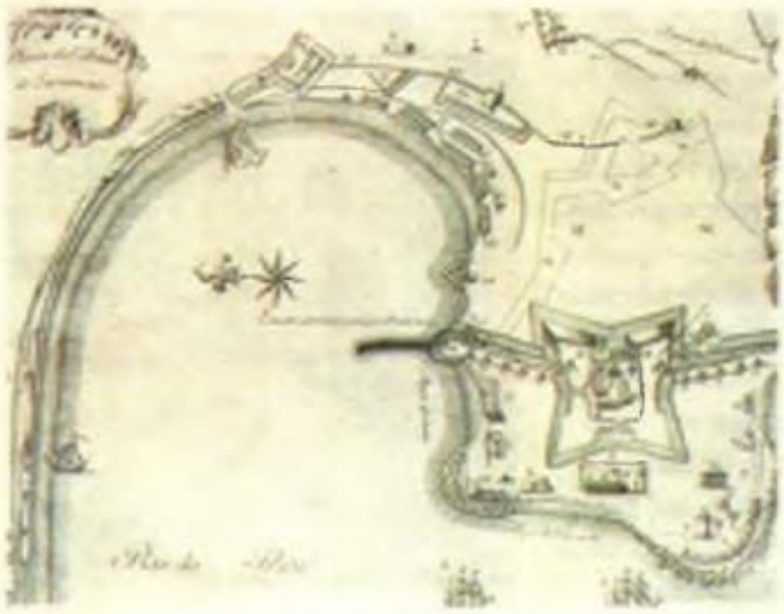
Rei morto, rei posto, viva o rei. Assim reagiram as autoridades coloniais do Brasil no instante em que souberam que o duque de Bragança, descendente dos antigos reis portugueses, reconquistara a independência de Portugal, comandando a revolução de 1° de dezembro de 1640 e logo sendo aclamado como d. João 4°, fundador da casa de Bragança. Bancarrota financeira, equívocos políticos e a Guerra dos 30 Anos (travada contra França e Suécia) haviam enfraquecido o grande império espanhol, debilmente conduzido por Filipe 4° (*à direita*). As circunstâncias se revelaram favoráveis e a revolução desencadeada por d. João 4° foi rápida e incruenta. A notícia da restauração portuguesa chegou ao Brasil dois meses e meio depois, em 15 de fevereiro de 1641. O vice-rei do Brasil era o marquês de Montalvão —herói lusitano das guerras contra a Holanda, que, no entanto, havia sido escolhido para o cargo e nele empossado por Filipe 4°.

Quando comunicaram a Montalvão as transformações políticas na corte, ele se reuniu com seus vereadores e, depois de breve votação, d. João 4° foi aclamado também no Brasil. As autoridades castelhanas (algumas vivendo havia mais de 30 anos no Brasil) foram encarceradas de imediato. No Rio, vivia aquele que talvez fosse o homem mais importante do país: o governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Filho de mãe espanhola e casado com uma castelhana, também ele acabaria aderindo ao novo regime, após alguma hesitação. As maiores complexidades ocorreram em São Paulo: como na cidade viviam milhares de espanhóis, parte da população decidiu rebelar-se contra o novo governo português e proclamou a soberania de São Paulo, aclamando como seu líder o paulista Amador Bueno, que passaria à história como o homem que não quis ser rei. Bueno jurou fidelidade a d. João 4° e mandou prender os conspiradores.

A Colônia do Sacramento

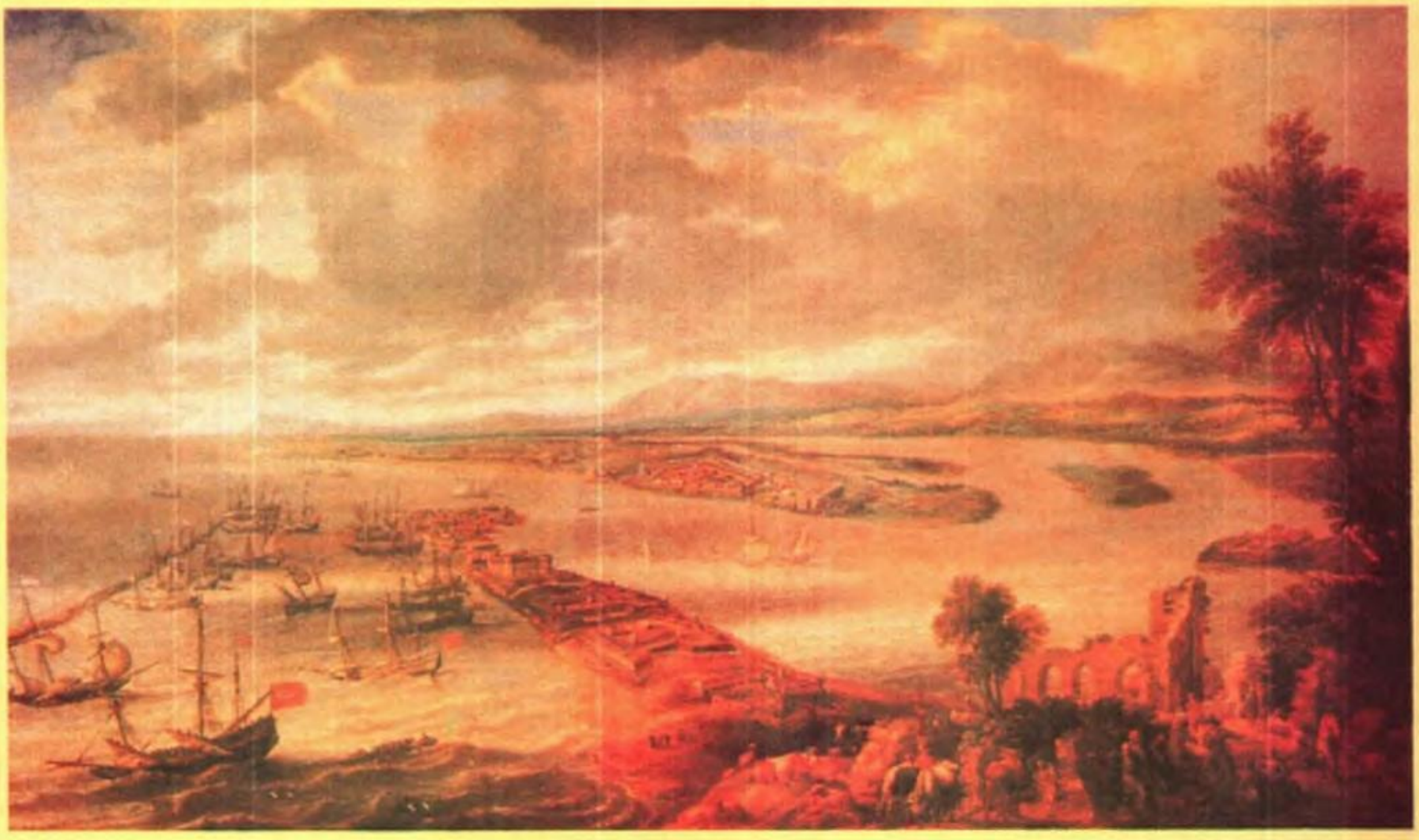
Em nenhum outro lugar de seus imensos impérios mundiais Portugal e Espanha travaram tão longos e sangrentos combates por questões de limites quanto na pequena Colônia do Sacramento, plantada às margens do rio da Prata, bem defronte de Buenos Aires. Descoberto pelo português Nuno Manuel em 1514, mas conquistado por Juan Díaz de Solis em 1516, o rio da Prata sempre foi tido como a porta de entrada para as riquezas do Peru —e, por isso mesmo, visto como o ponto mais importante da costa meridional da América do Sul. Embora, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, a região ficasse dentro de território espanhol, os diplomatas lusos lutavam para impor, em cortes internacionais, a teoria da "ilha Brasil": a possessão portuguesa na América deveria ser delimitada, ao norte, pela foz do Amazonas e, ao sul, pela do Prata (rios que, segundo a geografia mitológica da época, teriam sua nascente comum num lago localizado algures, no interior do continente). Durante os anos da união ibérica, intensas ligações e fortes interesses comerciais haviam aproximado o Sul do Brasil da região do Prata.

Quando Portugal recuperou a independência, os paulistas e demais habitantes das "capitanias de baixo" do Brasil não se sentiram dispostos a abrir mão de suas lucrativas conexões platinas: o contrabando de couro trocado pelo contrabando de prata. A cena conflitante estava armada. Em 1679, partiu de Santos uma expedição comandada por Manuel Lobo com ordens para fundar um povoamento português às margens do grande rio. No dia 20 de janeiro de 1680, numa pequena ilhota chamada São Gabriel, surgia a pequena colônia batizada do Sacramento. Os espanhóis não precisaram mais que sete meses para obter permissão judicial a fim de atacar o estabelecimento. Em 8 de agosto, depois de um terrível combate, conhecido como Noite Trágica, um exército hispano-guarani tomou de assalto a praça, prendeu ou matou cerca de 80 portugueses e devastou a nascente povoação. Mas esse seria apenas o primeiro dos sangrentos episódios que marcariam a história da colônia: por cerca de cem anos, espanhóis e lusos lutariam —nos tribunais e nos campos de batalha— pela posse da primeira "zona franca" da América do Sul.



A CAPITAL DO MERCOSUL

Com seus azulejos portugueses, suas silenciosas ruas de pedra, suas torres, suas igrejas e suas palmeiras, a diminuta Colônia do Sacramento é hoje uma sonolenta cidadezinha histórica erguida entre as muralhas que presenciaram inúmeras batalhas. Sitiada em 1704-5, em 1735-37, em 1763, em 1772-76, só passou definitivamente à Espanha depois do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777 —trocada pelos Sete Povos Orientais (as missões da margem esquerda do rio Uruguai). Ligada à história da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Sul do Brasil, a Colônia do Sacramento é a capital histórica do Mercosul.



O Brasil Holandês

Certa noite de março de 1644, o conde Johann Mauritius van Nassau (ou João Maurício de Nassau) —governador e mecenas do Brasil holandês— conclamou o povo de Recife a assistir a uma grande festa durante a qual, garantiu ele, um boi iria voar. Houve quem logo duvidasse, é claro. Até os mais céticos, porém, devem ter pensado duas vezes antes de rir na cara do conde. Afinal, não estavam eles na cidade mais cosmopolita e avançada da América? Um jardim não floria onde antes fora charco? O porto não fervilhava repleto de navios e de mercadorias de todo o mundo? Não produziam a pleno os engenhos? Oficiais ingleses e investidores judeus, aventureiros suecos, mascates escoceses, negociantes alemães e franceses às centenas não percorriam ruas impecavelmente pavimentadas? Além disso, naquela mesma tarde não fora inaugurada a maior ponte da América, um prodígio arquitetônico de 318 metros de comprimento? Desde que assumira como "governador, capitão e almirante-general das terras conquistadas ou por conquistar pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil", Nassau tinha tirado o país do chão. No dia da inauguração da ponte e da festa do boi voador, porém, ao "príncipe" só restavam dois meses de Brasil. Mesmo que um boi voasse, a obra de Nassau logo iria por água abaixo.

O conde Johann Mauritius van Nassau talvez tenha sido o melhor administrador e o político mais competente de toda a história do Brasil

Por 24 anos, os holandeses foram senhores de sete das 19 capitanias em que se dividia o Brasil do século 17. Velhos parceiros comerciais de Portugal, só atacaram a maior das colônias lusas porque travavam com a Espanha a guerra por sua independência. Invadir o Brasil era unir o útil do lucro açucareiro ao agradável da vingança contra um inimigo ancestral. A tomada da zona produtora de açúcar do Brasil foi plano minuciosamente articulado pela Companhia das Índias Ocidentais —empresa de capital privado que obteve do governo holandês o monopólio do comércio com a América e a África. A invasão de Salvador, em 1624, durou apenas um ano e deu prejuízo à companhia. Mas, em março de 1630, os holandeses tomaram Recife, e lá ficaram até a sua expulsão, em janeiro de 1654.

Ao longo desse quarto de século, os sete anos chamados "tempo de Nassau" (1637 a 1644) marcaram o apogeu do domínio holandês no Brasil, originando a crença segundo a qual o destino do país seria mais nobre caso o projeto colonial da Companhia das Índias Ocidentais fosse mantido. No entanto, o fato é que, como o próprio Nassau previra, menos de um ano depois de sua partida —antes da qual o conde fez voar "um couro de boi cheio de palha preso por fios que a noite escondia"—, azedou-se de vez o doce Brasil holandês.

A Invasão da Bahia

No instante em que as primeiras velas holandesas apontaram em frente de Salvador, na manhã de 8 de maio de 1624, o que estava a ponto de se consumar era uma invasão anunciada. Meses antes, espiões a serviço da Espanha sabiam que os holandeses estavam armando uma esquadra para atacar a Bahia. Ainda assim, o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado não pôde convencer a corte a fortificar a cidade. O bispo d. Marcos Teixeira persuadira o rei a investir na construção da Sé, e não de um forte. Salvador, "tesouro rico porém mal seguro", continuou "uma cidade aberta, defendida por 80 soldados pagos". Não foi, portanto, nada difícil para a esquadra de 26 navios, 3.300 homens e 450 bocas-de-fogo, chefiada por Jacob Willekens, tomar Salvador (*gravura acima*). Na verdade, bastaram 24 horas: o bombardeio iniciou na manhã de 9 de maio. Na noite do mesmo dia, o povo abandonava a cidade às pressas. Na manhã do dia 10, ao entrarem na praça deserta, os holandeses depararam apenas com o governador, "disposto a morrer de espada em punho". Furtado foi preso e enviado para a Holanda, junto com o butim da vitória: 3.900 caixas de açúcar e muito pau-brasil. E mais: a pilhagem foi tal que um oficial holandês afirmou que os soldados "mediam prata e ouro nos chapéus cheios e apostavam 400 florins num lance de dados". A orgia da soldadesca durou dois dias. O domínio holandês, um ano.

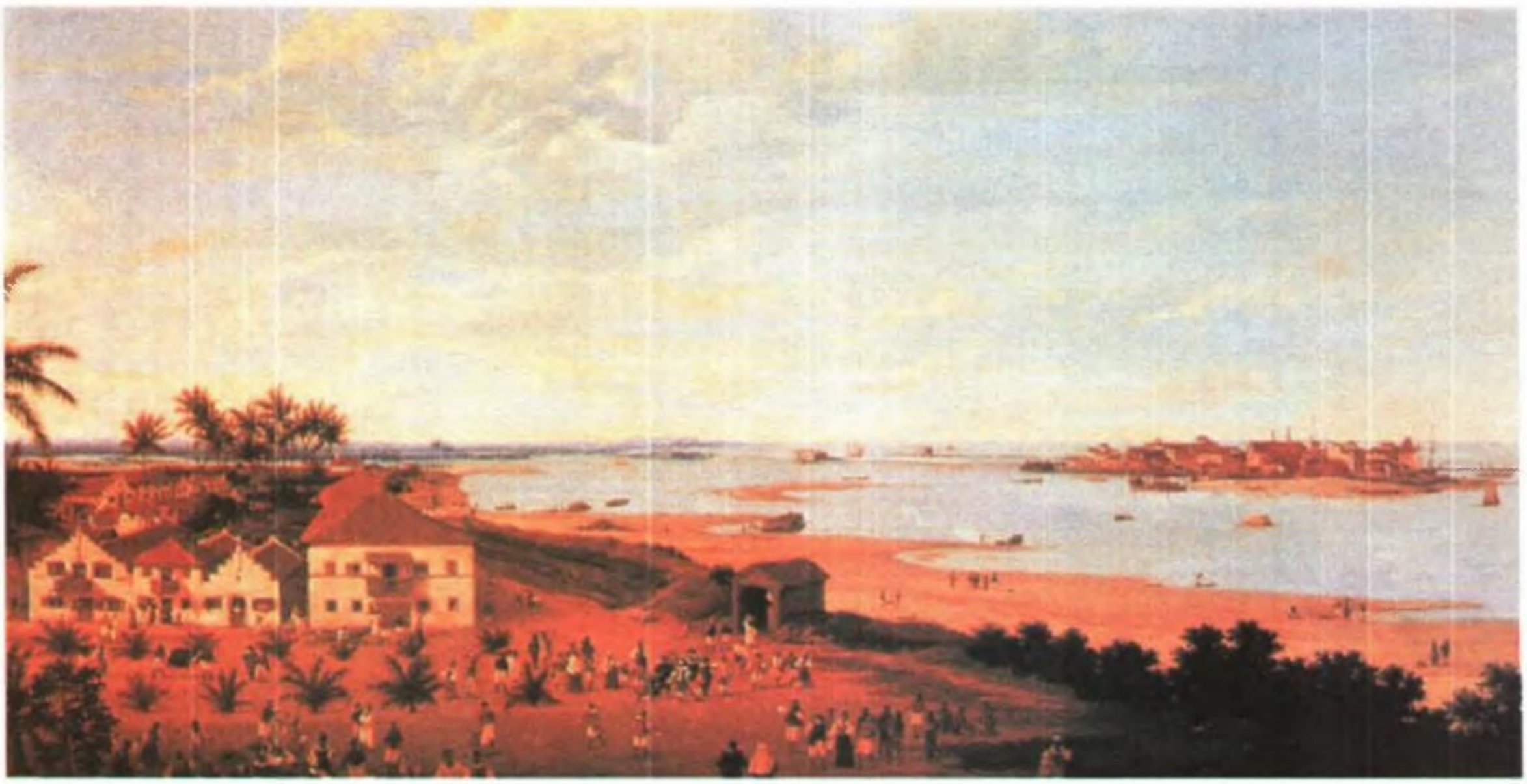
Ao invadir a Bahia, os holandeses estavam concretizando o plano minuciosamente estabelecido por um documento chamado "Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil e a Lista do que o Brasil pode produzir". Estavam também atacando velhos parceiros comerciais.

Antes da União Ibérica, Portugal e Holanda mantinham intenso comércio. Em Lisboa, os batavos adquiriam vinho, sal e drogas do Oriente. Em troca, deixavam trigo, peixe, queijo, aparelhos náuticos, metais e tecidos. Com o início da lavoura de açúcar no Brasil, esses laços comerciais se estreitaram ainda mais: todo, ou quase, o açúcar feito no Brasil era refinado na Holanda e dali distribuído para o resto da Europa. O primeiro engenho do Brasil fora de um banqueiro holandês —e a maioria dos que vieram a seguir, financiada por eles. Por volta de 1621, só em Amsterdã havia 25 refinarias de açúcar. Desde 1568 a Holanda estava em guerra com a Espanha e obteve a independência nas sete colônias do Norte só em 1579, um ano antes de Portugal ser absorvido pelos espanhóis (a independência total só viria em 1648). Ao capturar muitos navios holandeses em Lisboa, Filipe 2º acabou com as trocas entre lusos e batavos. Em 1609, espanhóis e holandeses firmaram uma trégua de 12 anos. Só nesse período, 50 mil caixas de açúcar saíram do Brasil para a Holanda —cada caixa tinha 525 quilos. Finda a trégua em 1621, os holandeses se recusaram a abrir mão dessa fonte de renda. O ataque ao Brasil foi, então, proposto pela recém-fundada Companhia das Índias Ocidentais. Mas o tiro saiu pela culatra.

Embora Salvador fosse tomada em 24 horas, os holandeses não puderam conquistar o interior da Bahia. A resistência de lusos e brasileiros —liderada por Matias de Albuquerque (*retrato oval*)— foi feroz na zona rural e se baseou nas táticas da "guerra brasílica", ou guerra de guerrilhas. Em 22 de março de 1625, os espanhóis enviaram a Salvador a maior frota que já cruzara o Equador (52 navios com 12 mil homens). Em 1º de maio, os holandeses capitularam. Mas logo retornariam.

Companhia das Índias Ocidentais

A invasão do Brasil foi um plano articulado pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC, West Indische Compagnie), fundada em junho de 1621 nos moldes de sua congênere, a Companhia das Índias Orientais (criada em 1602). Com capital inicial de 7 milhões de florins, a WIC era uma sociedade de capital aberto que obteve o monopólio, por 24 anos, da exploração da América e da África. A maior parte dos acionistas eram pequenos investidores —calvinistas convictos fugidos do Sul dos Países Baixos para Amsterdã. O conselho administrativo da WIC era composto por 19 diretores: 18 escolhidos por conselhos regionais e um pelo governo central. Ao contrário de sua antecessora, a WIC deu poucos lucros: só em 1628, com a captura da frota anual da prata da Espanha pelo corsário Pieter Heyn, a companhia pôde pagar dividendos aos acionistas. Foi esse o capital que permitiu a invasão de Pernambuco, depois que os holandeses foram expulsos da Bahia. Embora tenha conquistado em Angola os portos de onde vinham os escravos e levado o açúcar para as Antilhas, a WIC foi deficitária. Tanto que, em 1674, decidiu vender para os ingleses uma ilha chamada Manhattan.



O Tempo de Nassau

A invasão da Bahia só trouxe prejuízos para a jovem Companhia das Índias Ocidentais. Em 1628, porém, a companhia capturou, ao largo de Cuba, a frota anual da prata espanhola e obteve um butim de 14 milhões de florins (o dobro de seu capital inicial). Enriquecida, a WIC planejou nova invasão ao Brasil. O alvo escolhido desta vez foi a maior e mais rica região produtora de açúcar do mundo. Além de possuir 130 engenhos (responsáveis por mil toneladas de açúcar/ano), Pernambuco era uma capitania particular, e não real, sendo, portanto, mal-aparelhada na sua defesa. No dia 15 de fevereiro de 1630, uma armada com 77 navios, 7.000 homens e 170 peças de artilharia surgiu diante de Marim —mais tarde chamada Olinda. Embora a resistência do governador Matias de Albuquerque (neto do velho donatário Duarte Coelho) fosse, mais uma vez, heróica —e, antes de partir, ele ainda conseguisse incendiar 24 navios fundeados no porto—, Recife foi tomada em março. Dessa vez, a ocupação duraria mais de 20 anos.

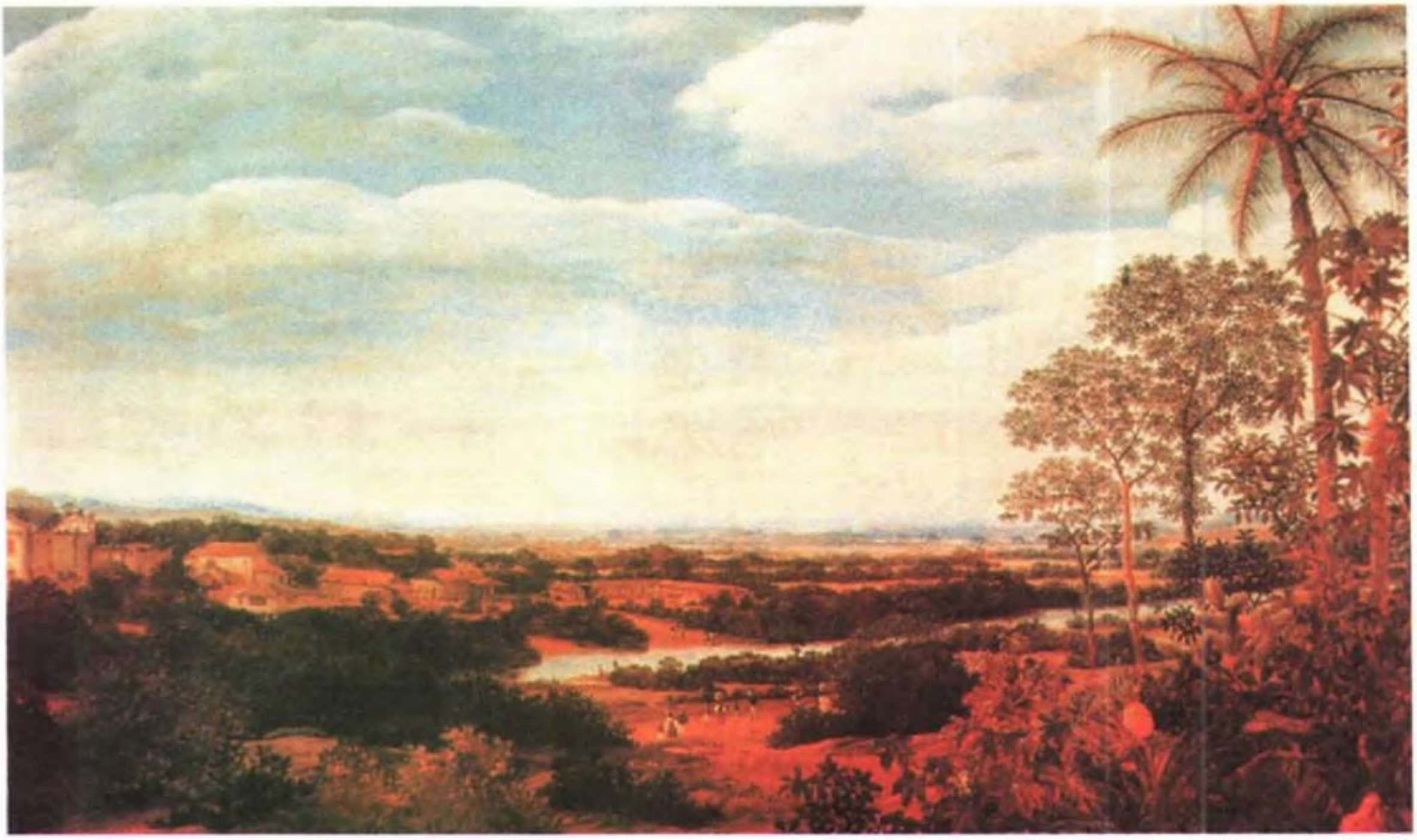
O domínio holandês em Pernambuco (de onde se estendeu para sete das então 19 capitanias que constituíam o Brasil) divide-se em três fases. A primeira, de 1630 a 1637, seria marcada pela valorosa resistência lusa no interior. De 1637 a 1644, o Brasil holandês floresce em relativa paz: é o chamado "período nassoviano". De 1645 a 1654, trava-se a guerra que resultaria na expulsão dos invasores. Três séculos e meio depois, a experiência holandesa no Brasil continua associada ao tempo de Nassau.

Johann Mauritius van Nassau-Siegen nasceu em 17 de agosto de 1604, em Dillenburg, na Alemanha. Foi neto do conde João 6º, que era irmão do príncipe Guilherme de Orange, fundador dos Países Baixos. Pelo lado da mãe, seu bisavô foi Cristiano 3º, rei da Dinamarca. Embora ingressasse aos 14 anos na carreira militar, Nassau teve formação humanista: na Universidade da Basiléia, estudou teologia, filosofia, matemática, música, ciências de guerra, boas maneiras, esgrima e equitação. Tornou-se coronel aos 25 anos, lutou contra a Espanha, encomendou quadros de Rembrandt e iniciou a construção de uma mansão em Haia. Em agosto de 1636, foi convidado pela WIC para ser governador-geral do Brasil holandês. Como o salário de 1.500 florins mensais (mais um adiantamento de 15 mil florins e 2% sobre o total das presas de guerra) fosse atraente —e os gastos com a nova casa, grandes—, Nassau aceitou. Em 23 de janeiro de 1637, chegou a Recife com 3.000 soldados, 800 marinheiros e 600 índios e negros.

Tolerante, competente, dedicado e ágil, Nassau fez um governo brilhante. Primeiro, tomou Porto Calvo, último foco da resistência lusa. Depois, atraiu os plantadores luso-brasileiros concedendo-lhes empréstimos para reerguer seus engenhos —e os defendeu da agiotagem dos negociantes holandeses e judeus, limitando os juros a 18% ao ano. Concedeu liberdade de culto, tratou bem os índios, aumentou a produção de açúcar, urbanizou Recife, protegeu os artistas, apaziguou o país. Foi um príncipe.

Foi nas terras baixas localizadas na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe (zona alagadiça que lembrava a Holanda) que Nassau ergueu a Cidade Maurícia, símbolo de sua administração. Ali, na ilha de Antônio Vaz (hoje bairro de Santo Antônio), construiu, à própria custa, o Vrijburg, sua residência oficial, também chamada Palácio Friburgo ou das Torres (*à direita*). "No meio daquele areal infrutuoso, plantou um jardim e todas as castas de árvores de fruto que dão no Brasil", escreveu frei Calado, padre luso que conheceu o lugar. Entre milhares de flores e frutos, Nassau plantou também 2.000 coqueiros. Fez um zoológico com todos os tipos de animais encontráveis no país. O conde adorava "que todos fossem ver suas curiosidades".

Nassau não agiu apenas em benefício próprio. Deu ao povo pão e circo: contrário à monocultura, obrigou senhores de engenho a plantar mandioca, "o pão do Brasil". Por decreto, proibiu a derrubada dos cajueiros, já quase em extinção. Ladeou as ruas com mamoeiros, jenipapeiros e mangueiras. Proibiu, por edital, "o lançamento do bagaço de cana nos rios e açudes", evitando mortandade de peixes que alimentavam os pobres. Promoveu cavalhadas, peças de teatro e a famosa farsa do boi voador. Convocou a primeira assembléia legislativa democrática do continente. Permitiu a construção de sinagogas, aproximou calvinistas e católicos —só não fez concessões a jesuítas. O povo o comparava a Santo Antônio, "a quem ninguém recorria sem se ver atendido".



FRANS POST

Primeiro europeu a pintar os esplendores naturais do trópico, Frans Post (1608-1669) foi um paisagista brilhante, cuja obra, requintada e minuciosa, ilustra esta e as páginas 57 e 59. As três pinturas mostradas aqui fazem parte das 18 únicas que Post produziu a partir da observação direta da paisagem do Novo Mundo. Todas foram doadas por Nassau ao rei Luís 14, da França, em 1678. Onze estão desaparecidas. Mas a obra de Post, que permaneceu no Brasil de 1637 a 1644, soma duas centenas de quadros: são paisagens imaginárias feitas na Holanda a partir do que ele vislumbrara no Brasil.

Um Tesouro Humanista

As evidências de que o conde João Maurício de Nassau era um príncipe renascentista que se materializou no Brasil do século 17 estão preservadas no amplo legado artístico e cultural produzido ao longo de sua permanência de sete anos no país. Ao desembarcar em Recife, Nassau trouxe em sua comitiva 46 artistas, cientistas, artífices e sábios. Deslumbrado com o viço e o vigor da natureza tropical, encarregou seus protegidos de catalogar, pintar, estudar e preservar plantas e animais do Brasil. Transformou o abacaxi e o caju em símbolos desse "belo país do Brasil, que não tem igual sob o céu". Tanto quanto a obra artística feita sob seu mecenato, destaca-se o trabalho científico realizado em menos de uma década. Entre os letrados ilustres da corte tropical de Nassau incluíam-se Johann Benning, professor de ética e física da Universidade de Leiden; Elias Heckman, botânico; Constantin l'Empereur, especialista no Talmud; e o médico Servaes Carpentier. Nassau queria fundar em Recife uma universidade aberta. Partiu antes de consegui-lo.

Ainda assim, a obra de dois cientistas trazidos por Nassau não encontra, até hoje, paralelo nos anais da erudição brasileira. Em 1648, Georg Marcgraf e Willem Piso publicaram, em Leiden, na Alemanha, sua soberba "Historia Naturalis Brasiliæ". Piso, médico de Nassau, realizou estudos sobre doenças tropicais e ervas medicinais brasileiras. Marcgraf, nascido em Liebstad, na Alemanha, em 1610, e morto em Angola, em 1644, estudou o clima e classificou centenas de espécies da fauna e da flora brasileiras. Naturalista, astrônomo, matemático, agrimensor e cartógrafo, Marcgraf deixou muitos trabalhos inacabados. Cientistas modernos acreditam que, se tivesse vivido bastante, teria sido um dos maiores naturalistas de todos os tempos —talvez o maior desde Aristóteles. Na casa onde morou em Recife, de 1637 a 1642, Marcgraf dispunha de um observatório astronômico que o próprio Nassau mandara vir da Holanda. Ao ver a obra de Marcgraf, o padre Antônio Vieira deixou-se tomar pela inveja e observou que ela despertaria cobiça sobre "as terras que tão pouco sabemos estimar".

Os Pintores de Nassau

Não foi exatamente como se Rembrandt ou Rubens tivessem desembarcado nos trópicos. Mas foi quase. Seis pintores faziam parte da comitiva que Maurício de Nassau trouxe para Recife. Todos tinham casa e comida, salário fixo e muito trabalho pela frente: seriam os primeiros pintores a registrar a exuberante natureza do Novo Mundo. A obra e mesmo o nome de um deles se perderam na história. Pierre de Gondreville produziu pouco e Cornelis Golijath era mais cartógrafo do que propriamente um artista. Zacharias Wagener, mero soldado raso a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, não constava da lista oficial. Mas, desde sua chegada ao Brasil, em 1634, esse alemão de Dresden demonstrou muita habilidade e um interesse permanente pela natureza do país. Promovido a "despenseiro-escrevente" e a escrivão particular de Nassau, Wagener, simples "pintor de domingo", acabou produzindo centenas de aquarelas e litogravuras dos animais brasileiros. Ao retornar para a Europa, em 1643, levava consigo os originais do "Tierebuch", ou "Livro dos Animais", uma espécie de versão popular da "Historia Naturalis Brasiliæ", de Marcgraf. Mais do que isso: a obra de Wagener teve grande influência sobre Albert Eckhout. E, junto com Frans Post, Eckhout foi um gênio da arte no Brasil.

Albert Eckhout nasceu em Groningen, na Holanda, em 1610. Viveu no Brasil dos 27 aos 34 anos de idade. Sentava-se à mesa do jovem conde, que chegou ao país com 33 anos, em companhia de Frans Post, dois anos mais moço do que Nassau. Eckhout foi um pintor naturalista com excepcional domínio do desenho de modelos vivos, dono de um estilo altamente individual e detalhista, disposto a documentar tipos humanos, plantas e animais que os europeus jamais haviam visto —e, portanto, nunca haviam retratado (*veja as pinturas nesta página*). Eckhout (*assinatura à esquerda*) era fascinado pelo exótico. Seus retratos em tamanho natural de índios, mamelucos e negros, porém, lhes concedem, além de rigor antropológico e etnográfico, uma grande dose de altivez e dignidade: Eckhout pintou indivíduos, não meros exotismos tropicais. Sua obra foi magnificamente complementada pela de Frans Jansz Post, cultor das paisagens brasileiras que se deixou fascinar pela luminosidade e pelo viço dos trópicos —elementos que tão bem soube capturar em suas telas. Ao retornar para a Europa, Nassau doou os quadros de Post ao rei Luís 14, da França, e os de Eckhout a Frederico 3º, da Dinamarca. O encanto que eles despertaram então permanece inalterado mais de 350 anos depois.

A Expulsão dos Holandeses

Em 6 de maio de 1644, depois de vários meses em choque com os dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais, João Maurício de Nassau renunciou ao governo do Brasil holandês. Sua decisão causou comoção em Recife e demais zonas sob o domínio batavo (na época, mil quilômetros de costa, desde São Luís do Maranhão até Sergipe). Numa última tentativa conciliatória, alguns dos mais proeminentes luso-brasileiros de Recife —entre os quais João Fernandes Vieira, o mais rico de todos e, mais tarde, um dos grandes líderes da Insurreição de 1645— enviaram uma carta profética à WIC, na qual diziam: "Se ele (Nassau) se ausenta deste Estado, muito em breve se há de tornar a aniquilar tudo o que com sua presença floresceu e se alcançou". Pois foi justamente o que aconteceu. Antes do fim de maio, pranteado por índios, negros e europeus de muitos países, Nassau partiu. Em menos de um ano, a guerra rebentou.

Desde junho de 1641, lusos e holandeses viviam uma trégua, assinada logo depois que Portugal recuperou sua independência, separando-se da Espanha. Ainda assim, sem a presença de Nassau, grandes senhores de engenho decidiram rebelar-se: muitos deles estavam atolados em dívidas com a Companhia das Índias Ocidentais. Libertar o Brasil implicava libertar-se também das dívidas. As últimas safras haviam sido ruins (houve inundações, seca, incêndios e epidemias entre 1641 e 1644), o preço internacional do açúcar desabara, a tolerância religiosa dos tempos de Nassau acabara. Tudo isso levou à eclosão do primeiro combate: no dia 3 de agosto de 1645 foi travada a batalha de Tabocas. Embora no exército luso-brasileiro muitos lutassem com foices e paus, os holandeses foram batidos. Em breve, estariam completamente encurralados em Recife. Ainda assim, a guerra logo entraria num longo impasse: os luso-brasileiros dominavam o interior, mas Recife permanecia inabalável. Essa situação permaneceria por três anos.

O Exército holandês que lutou no Brasil era formado por muitos mercenários escoceses, napolitanos e alemães (acima, um soldado holandês)

No dia 19 de abril de 1648, os rivais se defrontaram nos montes Guararapes, nos arredores de Recife. Mais de 5.000 holandeses, comandados pelo general alemão Siegmundt von Schokoppe, foram vencidos por cerca de 2.500 luso-brasileiros, chefiados por Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias. O combate, conhecido como primeira batalha dos Guararapes, aumentou muito o moral dos insurretos. Quase um ano depois, e no mesmo lugar, os dois exércitos voltaram a se enfrentar. Chefiados por Johann van den Brincken, os holandeses perderam mil homens. Entre os brasileiros, morreram 47 brancos e 60 índios e negros, entre os quais Henrique Dias. O cronista alemão Johann Nieuhoff escreveu: "O dia 19 de fevereiro de 1649 foi o pior de quantos no Brasil experimentamos em muitos anos, pois, apesar da bravura com que o nosso exército atacou (...), o adversário, animado pelos últimos sucessos e confiante na sua superioridade numérica, conseguiu (...) [*fazer*] o Exército holandês bater em retirada". Os comandantes holandeses acabaram todos mortos. A segunda batalha dos Guararapes (*acima*) foi um confronto decisivo. Mesmo assim, a capitulação dos holandeses levaria cinco anos. Sitiados em Recife, eles resistiram até 26 de janeiro de 1654. Mas, então, em guerra com a Inglaterra, em permanente conflito interno com a Zelândia e precisando do sal de Setúbal para salgar seus peixes, a Holanda desistiu da Guerra do Açúcar e abandonou o Brasil. Em 1661, depois de receber dos portugueses uma compensação de 4 milhões de cruzados, a Holanda abdicou oficialmente de suas pretensões no Brasil. A essa altura, os palácios e jardins de Nassau já haviam sido "consumidos na voragem de fogo e sangue dos anos de guerra". E o conde era governador da província de Kleve, na Alemanha, onde, em 1679, morreu aos 75 anos, empobrecido, com sua monumental "Brasiliana" dispersa por vários palácios da Europa.

Personagens da Guerra Brasílica

Apesar de articulada e em parte conduzida por membros da alta burguesia luso-brasileira, a guerra contra os holandeses passou à história como o confronto que lançou as bases do nacionalismo brasileiro porque o exército que enfrentou o invasor era "o amálgama das três raças". De fato, além dos pelotões chefiados por Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, a vitória brasileira só se tornou possível graças ao batalhão de índios comandado pelo potiguar Felipe Camarão e ao batalhão de negros chefiado por Henrique Dias. Os holandeses também tiveram aliados nativos: os índios potis, paraupabas e janduís mais o mulato trânsfuga Domingos Calabar. A seguir, a biografia sucinta de algumas figuras da Guerra do Açúcar:

Matias de Albuquerque: O principal opositor dos holandeses não participou das lutas decisivas —estava injustamente preso em Lisboa. Depois, foi anistiado.
João Fernandes Vieira: Negociante no Recife, foi preso em 1635. Logo se aliou aos holandeses e adquiriu "a maior fortuna da terra". Em dívida com a WIC, liderou a revolta após a saída de Nassau.
André Vidal de Negreiros: Rico senhor de engenho, virou chefe das guerrilhas. Tomou Recife em 1654 e foi governador de Pernambuco e de Angola até 1666.

A maior contribuição nacional à história militar mundial foi dada nos quase 30 anos durante os quais os exércitos luso-brasileiros combateram o invasor holandês: nas colinas e alagadiços, nas matas e nos areais de Pernambuco, o Brasil pode ter inventado a guerra de guerrilhas. Conhecedores profundos do terreno e bem-adaptados à natureza tropical, portugueses como Matias de Albuquerque, índios como Felipe Camarão e negros como Henrique Dias idealizaram uma tática de luta que, segundo o historiador Gonsalves de Mello, foi "uma antecipação do estilo brasileiro de jogar futebol". Para Gilberto Freyre, a guerra brasílica era "um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de brilho e de espontaneidade individual... alguma coisa de dança e de capoeira". Os adversários, mesmo derrotados, souberam reconhecer a excelência das táticas nativas. Testemunha ocular da segunda batalha dos Guararapes, o holandês Michiel von Goch escreveu que as tropas brasileiras eram "ligeiras e ágeis por natureza, de modo que cruzam matos e brejos, sobem morros aqui tão numerosos e descem-nos tudo com rapidez e agilidade notáveis".

Felipe Camarão: Potiguar nascido em 1591, Antônio Poti ("camarão", em tupi) se converteu ao cristianismo, tornou-se um dos mais fiéis aliados dos portugueses e o indígena mais respeitado do Brasil. Chefe de um batalhão com apenas 170 índios, obteve grandes vitórias. Em 1633, o rei Filipe 3º lhe deu brasão de armas e pensão de 40 mil-réis. Antônio Poti virou dom Felipe Camarão. Em 1635 ganhou comenda da Ordem de Cristo. Combatia ao lado da mulher, Clara. Depois da primeira batalha dos Guararapes, Camarão adoeceu e morreu em 24-8-1648.
Henrique Dias: Filho de negros libertos, se apresentou a Matias de Albuquerque à frente de um batalhão de negros "de quatro nações: Minas, Ardas, Angolas e Crioulos". Ferido na batalha de Camandituba, teve amputada metade do braço (*acima*). Tornou-se governador dos Crioulos, Negros e Mulatos.
Domingos Calabar: Guerrilheiro mulato, lutou ao lado de Matias de Albuquerque, mas se passou aos holandeses em abril de 1632. Deu muito trabalho aos brasileiros. Capturado em julho de 1634, foi torturado, enforcado e esquartejado. Destino similar ao dos caciques janduí, poti e paraupaba. À esquerda, estão os retratos de Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Vidal de Negreiros.

Brasil Holandês: Futuro do Pretérito

Sempre tão pródigo e eficiente na autodepreciação —cujo reflexo mais perverso e ambíguo talvez se manifeste numa auto-indulgência tão nefasta e enganosa quanto o desprezo que devota à própria imagem—, o Brasil enraizou em seu imaginário historiográfico a idéia de que poderia ter-se transformado num paraíso eficiente e produtivo, luzindo ao sol do trópico, caso tivesse permanecido sob o domínio holandês, livrando-se da indolente herança lusitana. Além do quadro psicológico tão revelador, que verdades históricas poderiam se esconder por trás desse anseio tão frequentemente apresentado como fato? Um suposto Brasil holandês seria realmente uma alternativa melhor do que o real Brasil português? Nada permite supor que sim —pelo contrário.

Em 1971, o historiador Mário Neme debruçou-se sobre a questão e, no seu admiravelmente bem documentado "Fórmulas Políticas do Brasil Holandês", concluiu que a tese de que os holandeses estavam dispostos a fazer do Brasil uma nação democrática, igualitária e eficiente nasceu nos textos do frade português Manuel Calado, "comensal confesso do conde de Nassau".

Em sua monumental "História do Brasil", lançada em 1854, Francisco Varnhagen ecoou Calado. Mas, conforme Neme, Varnhagen escreveu numa época em que "a inteligência nacional está por inteiro predisposta contra Portugal (...) momento em que a reação da antiga colônia —tomando consciência plena das oportunidades perdidas— entra na fase emocional de racionalização de todos os ressentimentos, insuflados pelas lutas da independência, da abolição e da república". Nada permite supor, segundo Neme, que um Brasil holandês seria melhor.

Não se trata de opinião solitária. "A idéia de que a colonização holandesa teria sido superior à portuguesa, pelo senso de organização, nível cultural e grau de liberdade, se baseia num preconceito, numa ilusão de ótica e num erro de informação", escreveram os historiadores Arno e Maria José Wehling em "Formação do Brasil Colonial". "A ilusão de ótica (...) é admitir a existência de colonizações 'melhores' ou 'piores', quando a natureza da instituição colonial faz com que ela seja *objeto* —de lucro, em geral, mas também de populações excedentes— e não *sujeito* da relação."

O mito de um esplêndido Brasil holandês surgiu graças ao governo de Nassau, muito superior à rudeza lusa de até então. Porém, como notou o historiador Bóris Fausto, "Nassau representava apenas uma tendência e a Companhia das Índias Ocidentais outra, mais próxima do estilo do empreendimento colonial luso". Na verdade, basta analisar o que se passou nas demais colônias holandesas —no Caribe, nas Guianas e na Ásia (*como em Java, mostrada na gravura acima no tempo do domínio batavo*)— para concluir que, sem Nassau, o Brasil holandês dificilmente teria um destino fulgurante. Além do mais, como observou o professor Gonsalves de Mello, "os holandeses não se tinham apoderado do Brasil com a intenção de o colonizar (...) de para aqui se transferir com as famílias e estabelecer um renovo da pátria: movia-os sobretudo o interesse mercantil". Quando os grandes lucros prometidos pelo açúcar minguaram, os holandeses preferiram abrir mão de suas conquistas. Ao fazê-lo, abandonaram inapelavelmente tapuias e potiguares, seus aliados indígenas de mais de 20 anos, e jamais moveram uma palha para defendê-los.

Os dois aspectos mais conflitantes entre os modelos colonialistas estabelecidos por Holanda e Portugal foram longamente estudados no Brasil. Já em 1907, Capistrano de Abreu observava que o fato de os holandeses dominarem facilmente as cidades do Nordeste e nunca terem conquistado o interior —e a ação inversa posterior: os lusos reconquistavam as zonas rurais, mas eram incapazes de tomar as cidades— revelava que os primeiros eram homens urbanos e os lusos tinham vocação rural. Natural, portanto, que ao longo do período holandês, estourasse um conflito entre os senhores de engenho luso-brasileiros e os comerciantes holandeses (acima) e judeus. Na colônia portuguesa, predominavam os interesses dos plantadores; na holandesa, o dos negociantes.

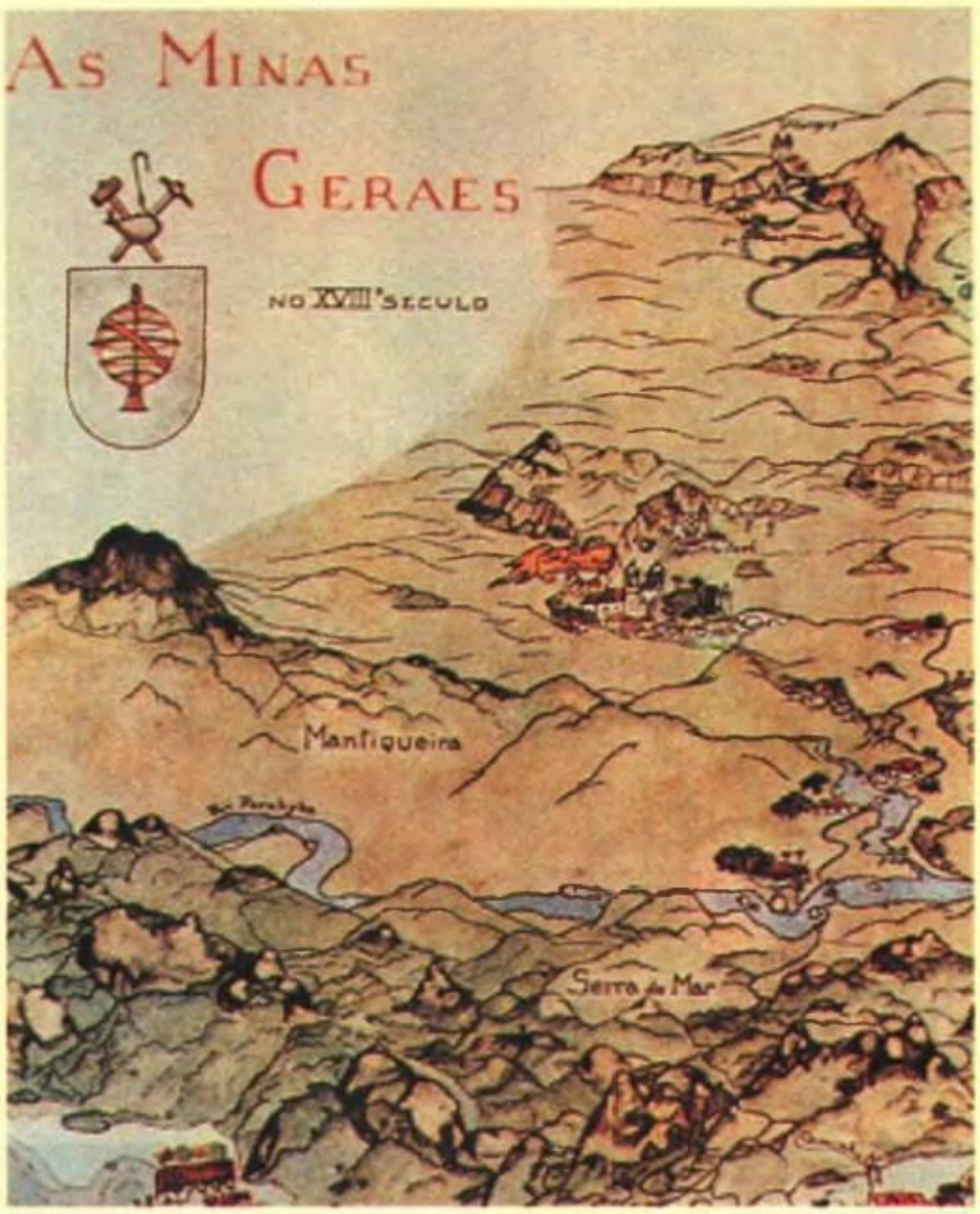
O Ciclo da Mineração

Embora não tenha havido um Jack London para eternizá-la em meia dúzia de obras-primas da literatura, nem uma indústria como a de Hollywood para transformá-la num mito universal, o fato é que o Brasil não apenas teve a sua corrida do ouro como ela foi, no mínimo, tão dramática, vertiginosa e rentável quanto aquela que, em 1848, determinou a ocupação da Califórnia e a que, meio século depois, exportou para as lonjuras geladas do Alasca todos os horrores da civilização. Como em suas equivalentes norte-americanas, a febre do ouro que tomou conta do Brasil, no crepúsculo do século 17, revolucionou o país de todas as formas concebíveis: provocou um imenso e desordenado êxodo populacional que esvaziou as cidades (*gravura acima*); causou enlouquecido aumento no preço dos escravos, dos rebanhos e dos víveres; forçou reformas políticas de vulto; levou milhares de índios à extinção; e abriu novos caminhos de penetração, incorporando regiões até então ermas e inexploradas. Fez mais: ajudou a estabelecer a derrocada do ciclo do açúcar, deixando plantações entregues às ervas daninhas. Embora sua ressonância internacional seja, hoje, praticamente nula, em seu auge a corrida do ouro brasileira revolucionou o mundo. Quase todo o metal arrancado das entranhas das Minas Gerais cruzou Lisboa apenas de passagem: as artimanhas do Tratado de Methuen, assinado em 1703, fizeram com que o minério brasileiro fosse parar na Inglaterra —e lá financiasse a Revolução Industrial da mesma forma como, um século antes, o ouro e a prata saqueados aos astecas e incas ajudaram a incrementar a revolução mercantilista.

É impossível quantificar os números da corrida do ouro de Minas Gerais: o contrabando foi, desde o início, uma regra mais constante e eficiente do que as normas para impedi-lo. Ainda assim, sabe-se com certeza que as descobertas de 1693-94 de imediato tornaram o Brasil o maior produtor mundial de ouro da época. As estatísticas são muito variáveis, mas calcula-se que se extraíram cerca de 840 toneladas do metal —sem auxílio mecânico— entre 1700 e 1799 (foram 270 toneladas entre 1752 e 1787; para fins comparativos: na década de 80, Serra Pelada produziu 350 toneladas). A massa humana que se dirigiu às minas entre 1700 e 1720 foi superior a 150 mil pessoas, das quais mais de cem mil eram escravos. Ao longo do século 18, cerca de 430 mil paulistas, cariocas, baianos, portugueses, índios e negros da Guiné ou de Angola percorreram as trilhas escabrosas que separavam o litoral do Sudeste do Brasil das serras da fortuna e da danação.

"Todos os vícios tiveram morada na região das minas. Todas as paixões desencadearam-se ali; ali se cometeram todos os crimes", escreveu o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, para quem os que lá estavam eram "a escória do Brasil e de Portugal". Nas minas, matava-se por tudo e por nada. Nas minas travou-se a terrível Guerra dos Emboabas. Nas minas, mais tarde, quando o ouro ainda reinava, se descobririam diamantes —e o ciclo reiniciou, tão alucinado e voraz quanto antes. Nas minas, nasceu um gênio cuja arte eternizou —em altares, estátuas e capitéis— o esplendor de uma época de excessos e esperança. A obra do Aleijadinho é tudo que restou dos áureos dias do Brasil.

O Mapa da Mina



Por 200 anos, mais do que uma obsessão, o ouro —ou a ausência dele— fora uma maldição para os portugueses que viviam no Brasil. Ao contrário do que acontecia nos territórios conquistados pela Espanha, não havia, na terra do pau-brasil, "coisa de metal algum", como diagnosticara Américo Vespúcio já em 1502. O padrinho do Novo Mundo fora mais cético do que o primeiro cronista do Brasil. Em abril de 1500, ao redigir sua carta para o rei d. Manuel, Pero Vaz de Caminha revelava toda a esperança dos descobridores em achar o "fulvo metal" na terra nova: o simples fato de um indígena ter olhado para o colar de ouro que ornamentava o peito de Cabral e, em seguida, apontar para as montanhas foi tomado como sinal inequívoco de que, naquelas serrarias, deveria haver ouro, muito ouro. A ilusão perduraria por dois séculos —e reclamaria muitas vidas antes de se tornar uma espantosa realidade.

Embora algumas pepitas tenham sido encontradas no sopé do pico do Jaraguá, em São Paulo, em 1590, e certos ribeiros do litoral do Paraná revelassem areia aurífera, é fato que, até 1693, no Brasil quase nada do que refulgia era ouro —com exceção, é claro, da pedra conhecida como "ouro dos tolos", a pirita. No entardecer do século 17, porém, Portugal e Brasil se encontravam numa crise financeira tão profunda que, em 1674, o próprio regente Pedro 2º (coroado rei em 1683) escrevera aos "homens bons" da vila de São Paulo encorajando-os a partir para o sertão em busca de metais. Não dissera, em 1519, o capitão Hernán Cortez ao imperador asteca Montezuma que os espanhóis sofriam de uma "doença do coração que só o ouro pode curar"? Um século e meio mais tarde, Portugal e o Brasil estavam de tal forma enfermos que só um Eldorado poderia salvá-los. Pois ele existia e logo seria achado, embora trouxesse outras moléstias.

Alguns historiadores acham que não se devem desconsiderar "os efeitos psicológicos" que as missivas reais teriam exercido sobre os 11 sertanistas que as receberam. Mas o fato é que aos bandeirantes de São Paulo não restava outra forma de manter suas vidas nômades senão caçando ouro: seus currais indígenas estavam esgotados. Ao rei também não sobrava outra opção: anos antes, enquanto perdurava a União Ibérica, foram enviados da corte especialistas em minas para estudar as potencialidades minerais do Brasil. O único deles que resistiu às agruras do sertão —o espanhol Rodrigo Castelo Branco— foi assassinado por Borba Gato, genro de Fernão Dias, assim que chegou à mina que o "caçador de esmeraldas" acabara de descobrir. Depois desse crime sem castigo, quem não fosse bandeirante e paulista não se arriscaria a percorrer os ermos do Brasil. Aos paulistas caberia a façanha de encontrar a maior jazida de ouro já descoberta no mundo. Mas não seriam eles que lucrariam com ela.

Ouro branco!
Ouro preto! Ouro pobre!
De cada ribeirão trepidante
e de cada recosto da montanha, o
metal rolou na cascalhada
para fausto d'El-Rei,
para a glória do
imposto.

Manuel Bandeira

A discussão acadêmica sobre qual o primeiro ouro descoberto nas Gerais é tamanha que não restam dúvidas de que os achados foram simultâneos, o que indica também que havia várias expedições percorrendo a serra da Mantiqueira e os vales dos rios das Velhas e das Mortes em busca do metal. Borba Gato teria sido o primeiro a achar ouro, mas, depois do crime de lesa-majestade que cometera, fora obrigado a se esconder em matos remotos. Em 1693, por sua vez, chegava ao Espírito Santo o paulista Antônio Ruiz de Arzão "com 50 e tantas pessoas, entre brancos e carijós domésticos de sua administração, todos nus e esfarrapados, sem pólvora ou chumbo": vinham do sertão de Minas, onde, durante a caça aos escravos, haviam sido duramente atacados por ferozes cataguás. A expedição, porém, fora vitoriosa: entre os trapos que o cobriam, Arzão trazia dez gramas de ouro. Impossibilitado de voltar ao sertão, deu o mapa da mina ao concunhado, Bartolomeu Bueno de Siqueira, que, pouco antes, perdera toda sua herança no jogo. Siqueira partiu no rumo indicado e em janeiro de 1695 se viu obrigado a informar ao governador do Rio de Janeiro, Castro Caldas, que o ouro não era mais uma miragem: a "grandeza das lavras" e a "fertilidade das minas" eram evidentes. Em fins de 1696, já se contavam aos milhares os paulistas que saíam de Taubaté (ponto de partida de Arzão e Siqueira) rumo ao "sertão dos cataguases", do outro lado da Mantiqueira. A jornada até as minas durava cerca de dois meses e meio e o roteiro conduzia de Taubaté a Lorena (via Guaratinguetá). Do vale do rio Paraíba, cruzava-se a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú atingindo-se, então, os três principais pólos mineradores: nas nascentes do rio das Mortes, tendo por centro São João del Rei; na região de Ouro Preto e Mariana, na serra do Tripuí; e em Sabará e sua vizinha Caeté. Em 1699, Garcia Pais (filho de Fernão Dias) abriu um caminho bem mais curto, que conduzia do Rio de Janeiro às minas em 14 dias.

Nessa época, a região já populava com toda a espécie de aventureiros: levas de peregrinos que partiam de todos os cantos do Brasil, "os mais pobres deles só com suas pessoas e o seu limitado trem às costas". De acordo com um cronista, eram "indivíduos tão alucinados que, vindos de distância de 30 ou 40 dias de jornada, partiam sem provimento algum —assim, pelo caminho, muitos acabaram de irremediável inanição e houve quem matasse o companheiro para lhe tomar uma pipoca de milho". Um grande surto de fome assolou as minas em 1697-98. Muitos mineiros, com os alforjes cheios de ouro, morreram sem encontrar um pedaço de mandioca, pelo qual dariam uma pepita. Mas os horrores da fome seriam apenas os primeiros a acometer o efervescente "sertão dos cataguás" e as fulgurantes "minas de Taubaté". Novas desgraças estavam sendo fermentadas.

A Guerra dos Emboabas

Apesar da fome que assolou as minas em 1697-98 ter sido terrível, uma crise de desabastecimento ainda mais devastadora se abateria sobre a região em 1700. Três anos depois da descoberta das primeiras jazidas, cerca de 6.000 pessoas tinham chegado às minas. Na virada do século 18, esse número quintuplicara: 30 mil mineiros já perambulavam pela área. Simplesmente não havia o que comer: qualquer animal ou vegetal que pudesse ser consumido já o fora. "Chegou a necessidade a tal extremo que se aproveitavam dos mais imundos animais, e, faltando-lhes esses para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos para comerem cascas e raízes", relatou o governador Artur de Sá à corte, em 1701. Foram devorados cobras, içás, sapos e "bichos mui alvos criados em paus podres", cuja ingestão às vezes era fatal aos famintos. Formigas tostadas viraram uma iguaria comparada à "melhor manteiga de Flandres". Os preços de qualquer comestível que chegava à região se tornaram exorbitantes: quando os baianos abriram o caminho que, pelas margens do São Francisco, conduzia ao pólo minerador, um boi, que em Salvador valia 4 mil-réis, era ali revendido por 96 mil-réis. Em Caeté, uma galinha valia 14 gramas de ouro.

O pior estava por vir. "Morreu muita gente naquele tempo, de doença e necessidades e outros que matavam para os roubar, na volta, que levavam ouro (...) matavam uns aos outros pela ambição de ficarem com ele, como aconteceu em muitos casos", relatou um contemporâneo. Em 1707, o previsível aconteceu: rebentou a guerra nas Minas Gerais. De um lado, os paulistas; de outro, os "forasteiros", chamados de emboabas.

A Guerra dos Emboabas prolongou-se por quase três anos e deixou duas centenas de mortos. Seus episódios são confusos e contraditórios, e os relatos da época foram redigidos por partidários ou inimigos de uma facção ou de outra. A seguir, o resumo do conflito e seus desdobramentos:

O que foi: A Guerra dos Emboabas foi o confronto entre os paulistas —descobridores das minas e dos caminhos que levavam até elas— e os "forasteiros" (especialmente portugueses), que chegaram depois e se apoderaram (pela força das armas ou do dinheiro) de algumas das melhores lavras. Os paulistas queriam exclusividade na mineração.

Quanto durou: O primeiro confronto deu-se em maio de 1707, quando um paulista matou o português dono de uma estalagem em Ponta do Morro (vilarejo próximo a São João del Rei). O último combate ocorreu a 22 de novembro de 1709, quando, depois de oito dias de luta, os paulistas desistiram de tentar tomar o arraial onde os emboabas estavam entrincheirados.

Como começou: Depois do incidente em Ponta do Morro, três episódios semelhantes ocorreram em menos de um semestre. Em todos eles, um paulista matou um "emboaba" por motivo fútil. Sob a liderança de Manuel Nunes Viana, os emboabas reagiram, incendiaram Sabará e expulsaram boa parte dos paulistas das minas. Viana se tornou "governador" da região, no lugar do paulista Borba Gato. Diz a lenda que, ao chegarem em casa derrotados, os paulistas foram forçados por suas mulheres a retornar ao campo de batalha. Apesar de matarem 80 emboadas, durante o sítio ao Arraial Novo, não conseguiram a vitória.

A palavra emboaba: Vem do tupi "amô-abá" e significa "estrangeiro".

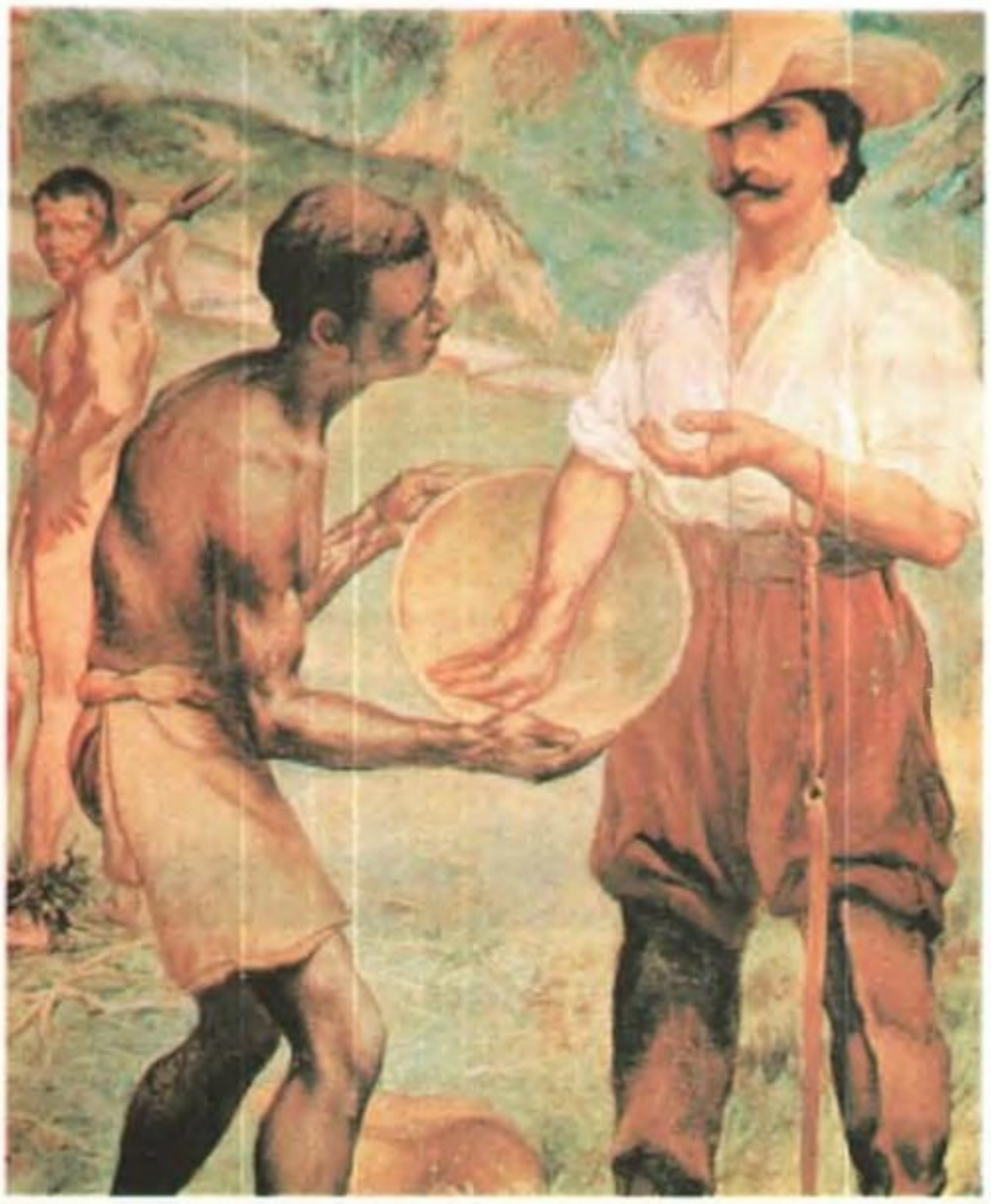
Consequências: Na prática, os paulistas perderam o controle das minas, mas, em 1710, São Paulo acabou se tornando uma capitania independente.

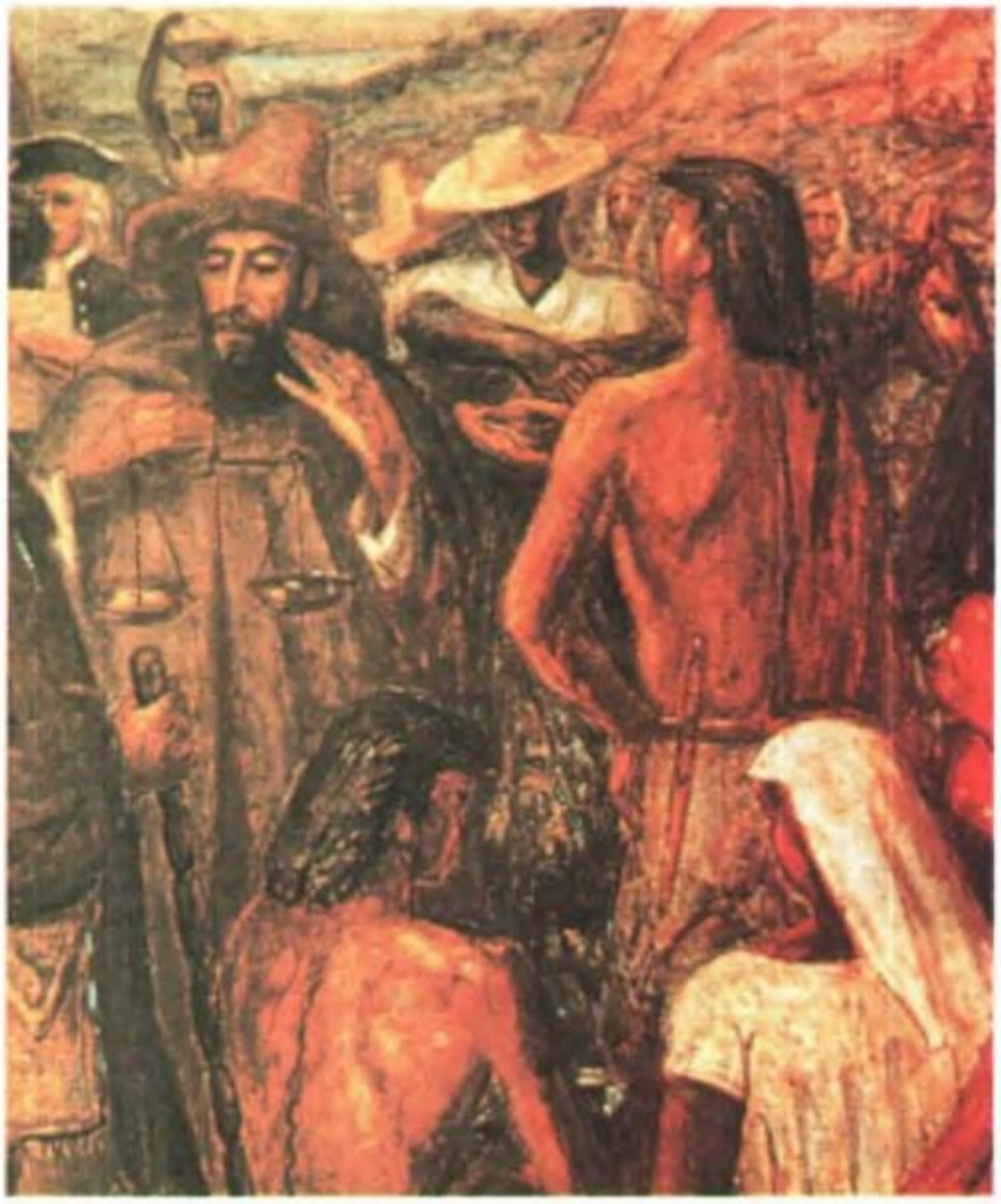
A Febre do Ouro

Ainda que a literatura e o cinema brasileiros pouco tenham utilizado a corrida do ouro de Minas Gerais como matéria-prima para um romance ou filme, a "auri sacra fames" que inflamou os espíritos foi admiravelmente descrita pelo jesuíta italiano João Antônio Andreoni em seu extraordinário "Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas", escrito sob o pseudônimo de André João Antonil. Embora não tratasse apenas das minas (que só ocupam um quarto do livro e onde Antonil nunca esteve), o livro faz a mais vívida descrição delas. Lançado em 6 de março de 1711, foi proibido dez dias depois e teve sua primeira edição destruída. O livro só voltou a ser publicado em 1898, depois de Capistrano de Abreu ter descoberto que Antonil e Andreoni (nascido em Luca em 1649 e morto em 1716) eram a mesma pessoa. Quando "Cultura e Opulência do Brasil" foi lançado, as autoridades perceberam que o texto aumentaria o já incontrolável fluxo de migrantes. Pelo que escreveu, Andreoni sabia disso: "A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do mínimo das pessoas que atualmente lá estão. (...) Dizem que mais de 30 mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para regalo, mais que nos portos de mar. Cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e estrangeiros. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, padres e clérigos".

Graças ao relato minucioso de Andreoni/Antonil, sabe-se também como eram exploradas e distribuídas as minas. O ouro descoberto estava, de fato, quase que à flor da terra —em sua maior parte, foi explorado em aluviões, nas areias e cascalhos dos rios, "numa autêntica catagem, que só necessitava braço humano, sem jeito especial ou inteligência amestrada". A legislação real estabelecia que aos descobridores de cada jazida cabiam duas datas (pequenas extensões de terra aurífera à beira dos rios) de 900 braças (4.356m²). Uma data do mesmo tamanho seria reservada à Coroa. Cada uma das demais datas, de dimensão igual àquela, seria repartida entre os mineradores que possuíssem pelo menos 12 escravos. Aos mineiros com menor número de escravos eram entregues datas de 25 braças por escravo. Dispositivos legais posteriores dispunham sobre o direito dos mineradores ao corte de madeira e à repartição das águas. Quando a exploração se iniciava, os cursos dos rios eram desviados, separando-se trechos de seus leitos por uma ensecadeira *(veja a gravura de Rugendas)*. Cavadeira e almocafre eram os utensílios mais utilizados no desprendimento do cascalho, mas eram as bateias, as gamelas e os pratos os instrumentos finais para a "apuração" do ouro. De início, o grosso dos escravos levados às minas era de índios "domésticos" capturados pelos paulistas. Eles logo se finaram. Em março de 1709, d. João 5º assinou um alvará "franqueando" o tráfico de africanos aos paulistas (até então limitado a 200 por ano). Em 1738, já 101.477 escravos labutavam nas minas.

"O trabalho da bateia e do carumbé, do almocafre e da pá foram operações que converteram o Brasil das minas em um superinferno de negros, perto do qual o dos engenhos e fornalhas de açúcar, por Antonil apontado, não passou de indulgente purgatório", escreveu Afonso Taunay.





Cobiça e Contrabando

Como aconteceria um século mais tarde na Califórnia e, em seguida, no Alasca e na África do Sul, a região das Minas Gerais, logo após a descoberta do ouro, "constituía uma república onde o atrevimento imperava armado e o direito vivia inerme". A lei e a ordem levaram seis anos para se estabelecer no reino da cobiça. Nesse período —de 1694 a 1700—, as fronteiras da civilização no Brasil eram percorridas "por homens de toda a casta e de todas as partes, gente de cabedais e aventureiros sem vintém, em número enorme: os primeiros, arrogantes e prepotentes, acompanhados por espingardeiros, violentos, vingativos, jogadores e devassos; os demais, em geral, vadios e ladrões inveterados, traidores e assassinos". Quando o poder constituído enfim se estabeleceu nas "minas de Taubaté", a figura escolhida para representá-lo não poderia ser pior. Artur de Sá e Meneses, ex-capitão-general do Maranhão, fora empossado como governador do Rio em abril de 1697. Em outubro do mesmo ano, foi a São Paulo (inflamada por uma guerra civil entre dois clãs rivais). Lá, além de perdoar Manuel de Borba Gato do assassinato de Rodrigo Castelo Branco, nomeou-o guarda-mor dos sertões mineiros (a nomeação só se tornou oficial três anos depois) e instigou os demais habitantes da cidade a "dar todo o calor à laboração das minas". Entusiasmado pelo ouro que teria recebido de Borba Gato, Artur de Sá decidiu partir para Minas em agosto de 1700 e lá ficou até junho do ano seguinte. Em setembro de 1701, resolveu passar mais dez meses na região. Quando retornou ao Rio, em 12 de julho de 1702, trazia consigo 40 arrobas de ouro (cerca de 580kg) "oferecidas" pelos mineradores. Ao embarcar para Portugal, em 1705, "arqui-satisfeito com o resultado das jornadas a que se abalançara", o ex-capitão de infantaria tinha se tornado "um dos sujeitos mais opulentos da monarquia". As duas jornadas às minas, porém, haviam lhe debilitado de tal modo a saúde que, quatro anos mais tarde, Artur de Sá —chorado publicamente como uma "indeslembrável figura"— morria em Lisboa, sem deixar herdeiros.

A herança de Artur de Sá e Meneses fora a primeira legislação mineira aplicada aos fabulosos achados auríferos das Minas Gerais. Antes da descoberta, a disposição legal sobre a tributação do ouro se resumia às Ordenações Manuelinas, de 1532, estipulando que um quinto do minério extraído pertenceria à Coroa. Com a riqueza aflorando da terra e a dívida externa de Portugal sendo duas vezes superior a sua renda, as Minas seriam vitimadas por uma das mais absurdas e rigorosas taxas de tributação criadas até então. Aos mineradores não eram cobrados apenas os quintos, mas também "direitos de entradas" (sobre todos os produtos vindos de fora, em alguns casos até 75% do valor da mesma mercadoria no porto do Rio), "direitos de passagem" (espécie de pedágio cobrado nos rios), dízimos para a Igreja e o "subsídio voluntário" (criado pelo marquês de Pombal para ajudar na reconstrução de Lisboa depois do terremoto de 1755). Dos dízimos pagos pelos mineiros ao receberem suas datas provinham os ordenados dos superintendentes, guardas-mores, guardas-menores, oficiais e policiais que patrulhavam furiosamente a região das Minas. Todas as estradas, rios e passagens possuíam casas de registro e o ouro só podia circular em barras ou com uma guia. Ainda assim, calcula-se que pelo menos 35% do metal (cerca de 300 toneladas) extraído da terra foi contrabandeado. A legislação mudou várias vezes (em 1701, 1713, 1715, 1718, 1719, 1725, 1730 e 1750). Em 1713, os mineradores ofereceram, em troca da suspensão do quinto, uma finta de 30 arrobas anuais à Coroa (baixada para 25 arrobas em 1718 e aumentada para 37 arrobas anuais em 1719). Mas em 1735, quando o governador Gomes de Freire quis estabelecer um imposto de 17 gramas por ano por escravo, os mineradores ofereceram uma finta de cem arrobas anuais para a Coroa. Mais do que o esgotamento dos veios, foi a tributação abusiva que provocou a decadência das minas, não sem antes ter feito eclodir, em Vila Rica, a Inconfidência Mineira (*págs. 81 a 88*).

Aleijadinho e o Esplendor do Barroco

Vila Rica não é Florença, pedra-sabão não é mármore e Aleijadinho não foi Michelangelo. Ainda assim, o esplendor e o requinte, as sutilezas e a suntuosidade das dezenas de estátuas, pias batismais, púlpitos, brasões, portais, fontes e crucifixos permitem supor que o Brasil teve um gênio renascentista desgarrado em plena efervescência de Minas colonial, esculpindo e talhando com o espírito, o fulgor e a grandiosidade dos artistas iluminados. O legado do Aleijadinho —eternizado no interior e nas fachadas de meia dúzia de igrejas de Minas Gerais— refulge mais que os minérios que saíram dali para fazer o fausto de nações além-mar. Na prática, foram elas —estátuas, lavabos e esculturas— a herança que restou para recordar o Brasil de seus tempos áureos. A obra monumental do Aleijadinho é um patrimônio superior a qualquer conforto que o ouro possa comprar.

Embora tenha sido um dos maiores artistas do Brasil, da vida do Aleijadinho restam apenas fragmentos biográficos dispersos, a maioria deles envolta na sombra mitificadora das lendas baratas. Sabe-se que se chamava Antônio Francisco Lisboa e era filho bastardo do "juiz do ofício de carpinteiro" Manuel Francisco Lisboa com a escrava de nome Isabel (embora documento algum o comprove). Quando nasceu? Em 1738, talvez, embora a "data oficial" seja 29 de agosto de 1730. Quem foram seus mestres? O pai e o tio, Antônio Francisco Pombal, embora alguns prefiram filiá-lo à escola do desenhista João Gomes Batista e à do entalhador José Coelho de Noronha, portugueses com "oficinas" em Vila Rica. Quais suas fontes de inspiração? Os livros da biblioteca do poeta Cláudio Manuel da Costa e "gravuras bíblicas góticas e bizantinas" da "Biblia Pauperum".

As dúvidas são muitas porque quase tudo que se sabe sobre Aleijadinho provém dos "Traços Biográficos Relativos ao Finado Antônio Francisco Lisboa", publicados por Rodrigo Bretas em 1858. Embora os tenha escrito apenas 44 anos depois da morte do artista, os esboços de Bretas estão repletos de impropriedades. Apesar de a bibliografia referente ao Aleijadinho superar, atualmente, mil títulos (entre livros e artigos), o estofo da lenda nasceu dos mitos forjados por Bretas. De qualquer forma, parece certo que, antes da misteriosa doença que o acometeu, em 1777, Antônio Francisco, além de artista maduro —cujo primeiro projeto fora a igreja da Ordem Terceira de São Francisco—, era também "grandemente dado aos vinhos, às mulheres e aos folguedos". Seu biógrafo sugere que a enfermidade surgiu dos "excessos venéreos".

Em fins de 77, o escultor já perdera os dedos dos pés, "do que resultou não poder andar senão de joelhos", e os dedos das mãos se atrofiaram de tal forma que o artista teria decidido "cortá-los, servindo-se do formão com que trabalhava". Não foi só: "perdeu quase todos os dentes e a boca entortou-se como sucede ao estuporado; o queixo e o lábio inferior abateram-se e o olhar do infeliz adquiriu a expressão sinistra de ferocidade (...) que o deixou de um aspecto asqueroso e medonho".

O Aleijadinho passou a evitar o contato público: ia para o trabalho de madrugada e só voltava para casa com a noite alta. "Ia sempre a cavalo, embuçado em ampla capa, chapéu desabatado, fugindo a encontros e saudações", escreveu Manuel Bandeira. "No próprio sítio da obra, ficava a coberto de uma espécie de tenda, e não gostava de mirones."

Não se conhecem as feições verdadeiras do homem que criou os mais expressivos rostos da estatuária brasileira. Apesar de uma absurda lei municipal ter decretado, em julho de 1971, que o quadro à esquerda é o "retrato oficial" do Aleijadinho, não existem provas concretas de que a obra seja autêntica. Achado em 1916, o retrato não condiz com descrições feitas muito anteriormente.

Passados mais de 150 anos da morte do Aleijadinho, pesquisadores ainda discutem qual a doença que acabou com a saúde e o humor do maior dos escultores brasileiros. Nenhum, porém, teve iniciativa, disposição ou verba para empreender uma investigação que incluísse a única possibilidade definitiva: a exumação do cadáver do Aleijadinho. Por enquanto, existem apenas hipóteses sobre a terrível enfermidade deformante que, a partir de 1777, foi carcomendo pés e mãos do gênio do barroco brasileiro. Em 1929, o médico René Laclette optou por "lepra nervosa" como diagnóstico "menos improvável", visto que no quadro clínico de Antônio Francisco se encontravam vários sintomas do mal de Hansen (atrofia dos músculos das mãos, nevralgias, atrofia do orbicular das pálpebras, paralisia facial, queda dos dentes). Outra hipótese citada com frequência é a da zamparina (doença advinda de um surto gripal que irrompeu no Rio em 1780, responsável por alterações no sistema nervoso). As demais especulações, citadas em mais de 30 estudos, incluem escorbuto, encefalite e sífilis. O fato é que, além da dor, a doença tornou o Aleijadinho quase um monstro. Diz a lenda que, depois de ser chamado de "homem feio" por José Romão, ajudante-de-ordens do governador Bernardo Lorena, o artista se vingou esculpindo uma estátua de são Jorge com a cara "bestificada" de seu desafeto (*à direita*).

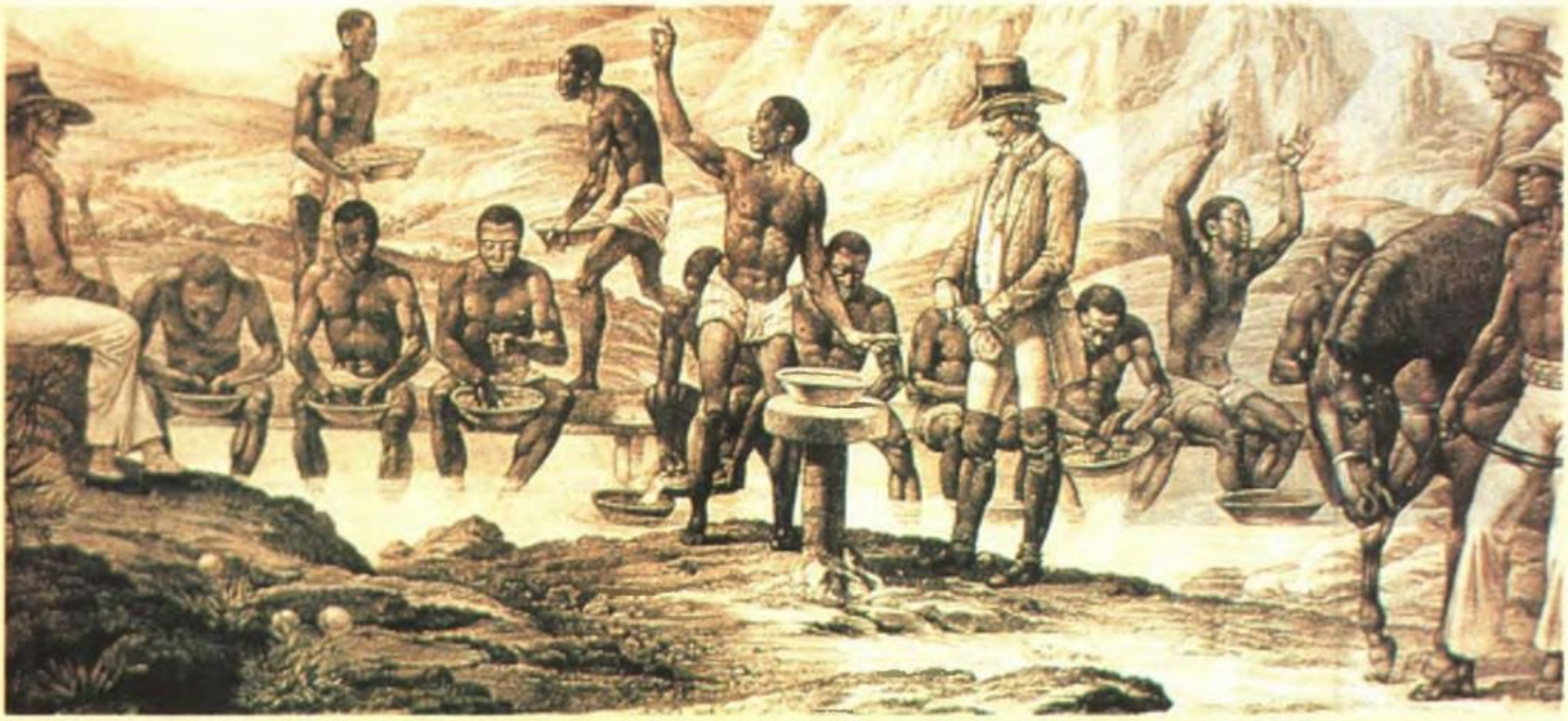
O OURO NA BALANÇA

Total de ouro extraído de Minas: 874 toneladas em 80 anos (1700 a 1780).
Outras descobertas: Em Goiás, em 1727, pelo Anhanguera —essas minas renderam 160 toneladas— e em Mato Grosso, por Moreira Cabral, em 1729 —renderam 60 toneladas.
Consequências no Brasil: A mudança da capital de Salvador para o Rio, a ocupação de Minas, Goiás e Mato Grosso e a fermentação da independência.
Consequências em Portugal: A Coroa deixou de depender dos favores da corte, aumentando seu poder e independência internos. Externamente, após o Tratado de Methuen (1703), Portugal se tornou totalmente dependente da Inglaterra. Proibido de ter indústrias, o país cederia todo seu ouro em troca de bens manufaturados.
Quem mais lucrou no Brasil: O padre Guilherme Pompeu, "que às minas jamais foi ter", virou magnata ao se tornar fornecedor e banqueiro dos bandeirantes.
Quem mais lucrou em Portugal: Embora a riqueza das minas fizesse com que d. João 5º fosse chamado de "Rei-Sol português", foi depois da morte dele, em 1750, e a consequente ascensão de d. José 1º, que chegou ao poder o homem que, politicamente, mais se beneficiou com o ouro brasileiro: o todo-poderoso marquês de Pombal.

Grandes artistas brasileiros escreveram sobre o maior dos escultores do país. Mário de Andrade foi dos primeiros a notar que a "doença dividiu em duas fases nítidas a obra do Aleijadinho. A fase sã, de Ouro Preto, se caracteriza pela serenidade equilibrada e pela clareza magistral. Na fase do enfermo, desaparece aquele sentimento renascente da fase sã, surge um sentimento muito mais gótico e expressionista". De fato, foi em Congonhas, no santuário de Bom Jesus de Matosinhos, já doente e a partir de 1796, que o Aleijadinho consagraria dez anos àquela que seria a maior obra de sua vida: os "Passos da Paixão" (66 monumentais estátuas de cedro representando a paixão de Cristo) e os 12 Profetas, que "monumentalizam a paisagem" e são uma "Bíblia de pedra-sabão, banhada no ouro das Minas", conforme Oswald de Andrade.

Essas inigualáveis obras-primas do barroco teriam sido esculpidas com os formões atados às mãos sem dedos do Aleijadinho, com a ajuda de seus auxiliares e de seus três escravos (os fiéis Maurício, Januário e Agostinho, que, em crises de dor e fúria, o artista espancava frequentemente). Embora seus clientes fossem ricos, o Aleijadinho jamais ganhou muito: seu salário era de 1,2 grama de ouro por dia e ele o dividia com sua equipe, além de ser pródigo em esmolas. Sua revolta contra os poderosos —a obra de Congonhas foi iniciada quatro anos após o martírio de Tiradentes— parece evidente. As razões dela, porém, não eram pessoais. "No Aleijadinho, o ressentimento tomou a expressão de revolta social, de vingança de sub-raça oprimida", escreveu, em 1936, o sociólogo Gilberto Freyre. "Em sua escultura, as figuras de 'brancos', 'senhores' e 'capitães romanos' parecem deformadas, menos por devoção a Jesus Cristo e sua raiva de ser mulato e doente [*mais*] por sua revolta contra os dominadores da colônia".

Já houve quem diagnosticasse no orgulho despertado pela suntuosidade das obras do Aleijadinho as raízes da revolta da colônia contra a exploração da metrópole. O gênio cuja obra ainda inspira tantas interpretações, porém, nunca veria um Brasil independente. Depois de dois anos rolando, aos gritos, sobre um estrado de madeira, com um dos lados do corpo "horrivelmente chagado", o Aleijadinho foi, enfim, poupado da agonia no dia 18 de novembro de 1814.



O Distrito Diamantino

Como se todo o fausto e os favores que o ouro trouxera para a corte não fossem o bastante, em 1727 chegava a Portugal a notícia de que, nas fraldas do Serro Frio, num lugarejo conhecido por Arraial do Tijuco (hoje Diamantina), surgira uma grande lavra com os mais reluzentes diamantes. Dom João 5º exultou. Pelo reino todo se celebraram "festas esplêndidas, e te-déuns e procissões inumeráveis que extasiaram o povo português, por quadrarem à sua religiosidade. Para Roma remeteu o governo as primeiras amostras. Ações de graças solenes se deram ao Todo-Poderoso na capital do mundo católico. O santo papa, os cardeais e todos os monarcas da Europa felicitaram d. João 5º. Não se ocuparam os povos da terra com outro objeto e notícia. Dir-se-ia que se descobrira coisa que devia regenerar e felicitar o universo".

No Tijuco, porém, a alegria duraria pouco. A política que Portugal instaurou no distrito diamantino seria das mais repressivas e opressoras da colonização européia na América.

A notícia oficial da descoberta dos diamantes foi feita uns dez anos após os primeiros achados. O lusitano Bernardo da Fonseca Lobo, que achou uma "faisqueira" em 1723, é tido como o primeiro descobridor, mas desde 1714 havia notícias do surgimento de diamantes e topázios. Assim que a riqueza do veio ficou evidente, Lisboa anulou todas as cartas de datas concedidas na região e declarou a extração de diamantes o mais absoluto monopólio da Coroa, constituindo o Distrito Diamantino, com sede no Tijuco.

Por quase cem anos, a Coroa manteve a zona diamantina na mais absoluta clausura, proibindo a presença de "negros e pardos livres, de desocupados ou pedintes". Vendas e tabernas foram fechadas, comerciantes expulsos. Um estado policial se instalou na região. A situação permaneceu igual mesmo depois de 1740, quando a Coroa decidiu "vender" o direito de exploração a um contratante. O sistema perdurou por 30 anos e revelou-se mais eficiente: extraíram-se, então, 1.666.569 quilates das minas.

O Brasil jogou tantos diamantes no mercado europeu que o preço do quilate caiu 75%. Dos seis contratantes que detiveram o poder de explorar os diamantes, quatro caíram em desgraça depois que o marquês de Pombal assumiu o comando da corte em Lisboa. Ao longo de sete décadas (de 1740 a 1810), o Brasil produziu cerca de 3 milhões de quilates. Mais de 10 mil escravos trabalharam nas minas —muitos deles, bem como vários "vadios" capturados na região, foram torturados até a morte sob a acusação (às vezes irreal) de roubo de diamantes.

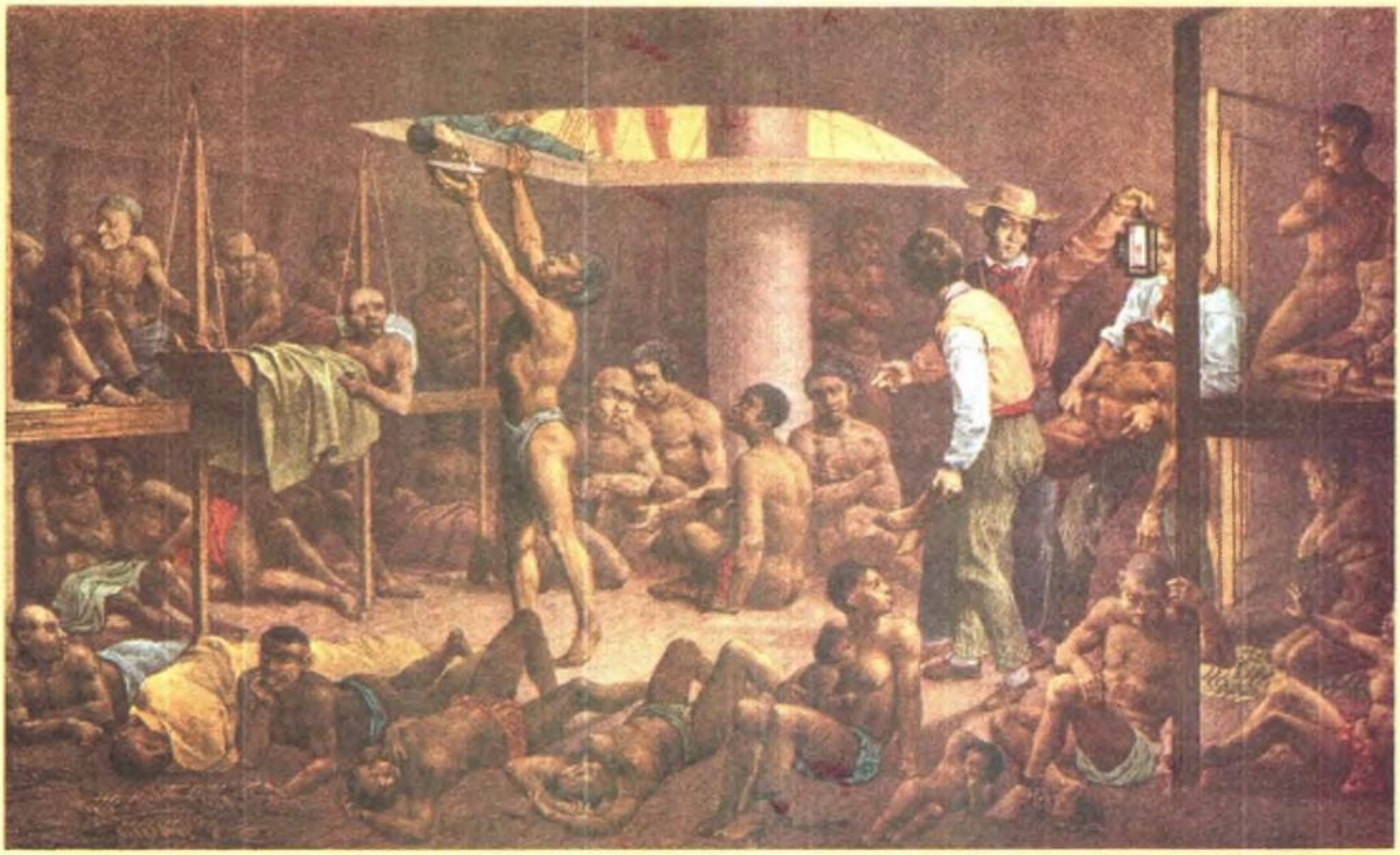
Apesar da clausura medieval imposta às minas, em 1809 o viajante inglês John Mawe —geólogo diletante mas competente— obteve permissão para visitar o Arraial do Tijuco. Fez um relato detalhista e fluente. Junto com o clássico "Memórias do Distrito Diamantino", escrito em 1868 por Joaquim Felício dos Santos, a "Viagem ao Interior do Brasil", de Mawe, permanece como fonte fundamental para o estudo do reluzente e trágico período dos diamantes.

XICA DOS DIAMANTES

De todos os incríveis personagens forjados pela opulência diamantina, talvez nenhum tenha sido mais extraordinário do que a ex-escrava Xica da Silva, também conhecida como Xica que manda. Amante do desembargador João Fernandes de Oliveira, sexto contratador dos diamantes —homem "rico como um nababo, poderoso como um príncipe e soberano do Tijuco"—, Francisca da Silva era filha de um português com uma africana e fora escrava de José Silva Oliveira (pai do inconfidente José Oliveira Rolim). Assim que foi libertada e se tornou amante do desembargador, Xica da Silva virou a pessoa mais influente do Tijuco. O marido mandava na cidade, e ela mandava no marido.

Xica da Silva ia à missa coberta de diamantes, acompanhada por 12 mulatas esplendidamente trajadas. "O lugar mais distinto do templo era-lhe reservado", diz Joaquim Felício dos Santos, segundo o qual Xica era "alta, corpulenta, de feições grosseiras e cabeça raspada: não possuía graças, não possuía beleza, não possuía espírito". O historiador nasceu 12 anos depois da morte de Xica (ocorrida em 1796). Felício descreve também o "magnífico edifício em forma de castelo, com teatro particular, delicioso jardim de plantas exóticas, cascatas artificiais e um vasto tanque, com um navio em miniatura para oito ou dez pessoas" que João Fernandes —logo derrubado por Pombal— fez construir para a amada.

Xica da Silva, interpretada por Zezé Motta, no filme de Cacá Diegues (1976)



A Escravidão

Terá sido o pior lugar do mundo, o ventre da besta e o bojo da fera, embora para aqueles que eram responsáveis por ele, e não estavam lá, fosse também o mais lucrativo dos depósitos e o mais vendável dos estoques. No porão dos navios negreiros que por mais de 300 anos cruzaram o Atlântico, desde a costa oeste da África até a costa nordeste do Brasil, mais de 3 milhões de africanos fizeram uma viagem sem volta, cujos horrores geraram fortunas fabulosas, ergueram impérios familiares e construíram uma nação. O bojo dos navios da danação e da morte foi o ventre da besta mercantilista: uma máquina de moer carne humana, funcionando incessantemente para alimentar as plantações e os engenhos, as minas e as mesas, a casa e a cama dos senhores —e, mais do que tudo, os cofres dos traficantes de homens.

A cena foi minuciosamente descrita por centenas de observadores. Quantos mais são os depoimentos confrontados, mais difícil é crer que tamanhos horrores possam ter se prolongado por três séculos —e que tantos sobrenomes famosos tenham seu fausto e suas glórias vinculados a tantas desgraças. Mas assim foi, e assim teria sido por mais tempo se, por circunstâncias meramente econômicas, a escravidão não deixasse de ser um negócio tão lucrativo.

Castro Alves compôs versos repletos de fulgor e fúria. Rugendas usou cores fortes e criou um retrato com rigor antropológico. Ainda assim, ambos, poeta e ilustrador, talvez tenham transmitido uma versão branda do espetáculo hediondo que de fato se desenrolava no porão dos negreiros. Os registros escritos por observadores —a maioria deles britânicos— revela um quadro ainda mais assustador do que aquele que as rimas e as tintas puderam pintar.

"Era um sonho dantesco!... O tombadilho,
Que das luzernas avermelha o brilho,
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar do açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar... (...)
Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?"

Castro Alves

Um só exemplo. Em 1841, a belonave inglesa Fawn capturou, na costa brasileira, o navio Dois de Fevereiro. Desde 7 de novembro de 1831 o tráfico era ilegal no Brasil e navios de guerra britânicos patrulhavam o litoral. Após a apreensão do negreiro, o capitão do Fawn anotou, no diário de bordo, o que viu nos porões: "Os vivos, os moribundos e os mortos amontoados numa única massa. Alguns desafortunados no mais lamentável estado de varíola, doentes com oftalmia, alguns completamente cegos; outros, esqueletos vivos, arrastando-se com dificuldade, incapazes de suportar o peso de seus corpos miseráveis. Mães com crianças pequenas penduradas em seus peitos, incapazes de dar a elas uma gota de alimento. Como os tinham trazido até aquele ponto era surpreendente: todos estavam completamente nus. Seus membros tinham escoriações por terem estado deitados sobre o assoalho durante tanto tempo. No compartimento inferior o mau cheiro era insuportável. Parecia inacreditável que seres humanos sobrevivessem naquela atmosfera".

Na verdade, um dentre cinco escravos embarcados na África não sobrevivia à viagem ao Brasil. Os demais não viviam mais do que sete anos, em média. Mas eram baratos e substituíveis. Esse é um país erguido sobre 3 milhões de cadáveres.

O Tráfico Negreiro

A IMAGEM DO MEDO

Esta figura de bronze do Benin (África Ocidental), mostra como os artistas nativos temiam os soldados portugueses: o arcabuz e a armadura aparecem com todos os detalhes; o rosto se resume a uma máscara. Os edos, povo do Benin, tinham um reino poderoso no delta do Níger quando foram descobertos pelos traficantes de escravos, por volta de 1600. No início do século 18, do império dos edos restavam apenas seus bronzes soberbos.

Embora a escravidão seja uma instituição quase tão velha quanto a humanidade, jamais o tráfico de escravos fora um negócio tão organizado, permanente e vultoso quanto se tornou depois que os portugueses estabeleceram, no início do século 16, uma vasta rota triangular que uniu a Europa, a África e a América e transformou milhões de negros em lucrativa moeda de troca. Manufaturas européias eram levadas para a Guiné e cambiadas por escravos em entrepostos costeiros. Os mesmos navios partiam em seguida conduzindo em seus porões aldeias inteiras para trabalhar até a morte nas plantações do Brasil. Uma vez no Novo Mundo, esses escravos em geral não eram vendidos, mas trocados por açúcar —revendido, a seguir, com grande lucro na Europa. A fórmula cedo pôde incluir a Ásia, já que os panos coloridos feitos em Goa, na Índia, passaram a ser a mercadoria oferecida nas feitorias da Guiné. Mas o pioneirismo luso foi logo ameaçado pela concorrência de holandeses, ingleses e espanhóis. No século 17, se já não eram os maiores traficantes de escravos, britânicos e holandeses eram os que mais lucravam com ele.

No século seguinte, porém, brasileiros e lusos radicados no Brasil se tornariam os maiores e mais eficientes traficantes de escravos da história. Utilizando-se da cachaça e do tabaco de terceira —baratos e abundantes no Brasil e apreciadíssimos na África—, criaram um circuito comercial espantosamente eficiente e rendoso. Embora capturados cada vez mais no interior do continente africano, os escravos iam ficando mais baratos à medida que aumentava o interesse pelo fumo e pela aguardente. Os postos de captura e troca de escravos logo se espalhavam por quase toda a África negra, incluindo Moçambique e outros portos do Índico. O mercado de carne humana floresceu plenamente até 1815, quando, sentindo-se prejudicada pelo tráfico, a Inglaterra decidiu proibi-lo.

A quem se deve o pioneirismo do tráfico na Europa do início da Era Moderna? Os historiadores ainda discutem o tema, embora muitos deles atribuam ao longo período de dominação moura na Península Ibérica o hábito de escravizar outros povos e raças, logo adotado por lusos e castelhanos. Os primeiros escravos negros parecem ter chegado a Portugal em 1441, a bordo da nau com a qual Antão Gonçalves retornou da Guiné. De início, houve restrição real à escravização de africanos —utilizados apenas em serviços domésticos, e com moderação. Com o início da lavoura canavieira nos Açores e em Cabo Verde, a escravidão, mais que tolerada, passou a ser incentivada. E não apenas além-mar: "Os escravos pululam por toda parte", escreveu o cronista Nicolau Clenardo, em 1502. "Tanto que, quero crer, são, em Lisboa, mais que os portugueses de condição livre."

A mais antiga referência à importação de africanos para o Brasil é encontrada num documento escrito em São Vicente, em 3 de março de 1533, no qual Pero de Góis pede ao rei "17 peças de escravos, forros de todos os direitos e frete que soem pagar". Em 1539, Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, repete o pedido, insistindo também na isenção de impostos. Pelo alvará de 29 de março de 1559, o rei d. Sebastião decidiu, enfim, "fazer mercê àqueles que tinham construído engenhos no Brasil", permitindo-lhes "mandar resgatar ao rio e resgates do Congo e trazer de lá para cada um dos ditos engenhos até 120 peças de escravos resgatadas à sua custa".

Estava iniciado o tráfico em grande escala. Em breve se encerraria o chamado ciclo da Guiné, iniciando-se o de Angola. Em 1585, segundo uma informação do padre José de Anchieta, hoje considerada um exagero, já eram 120 mil os escravos africanos vivendo —e cedo morrendo— em Pernambuco. De qualquer modo, era apenas o início.

Dos 12 milhões de africanos escravizados durante três séculos e meio (veja as rotas do tráfico no mapa à esquerda), cerca de 4,5 milhões foram trazidos para cidades, minas e engenhos do Brasil. Camponeses eram aprisionados na África (acima) e vendidos no Rio e em Salvador

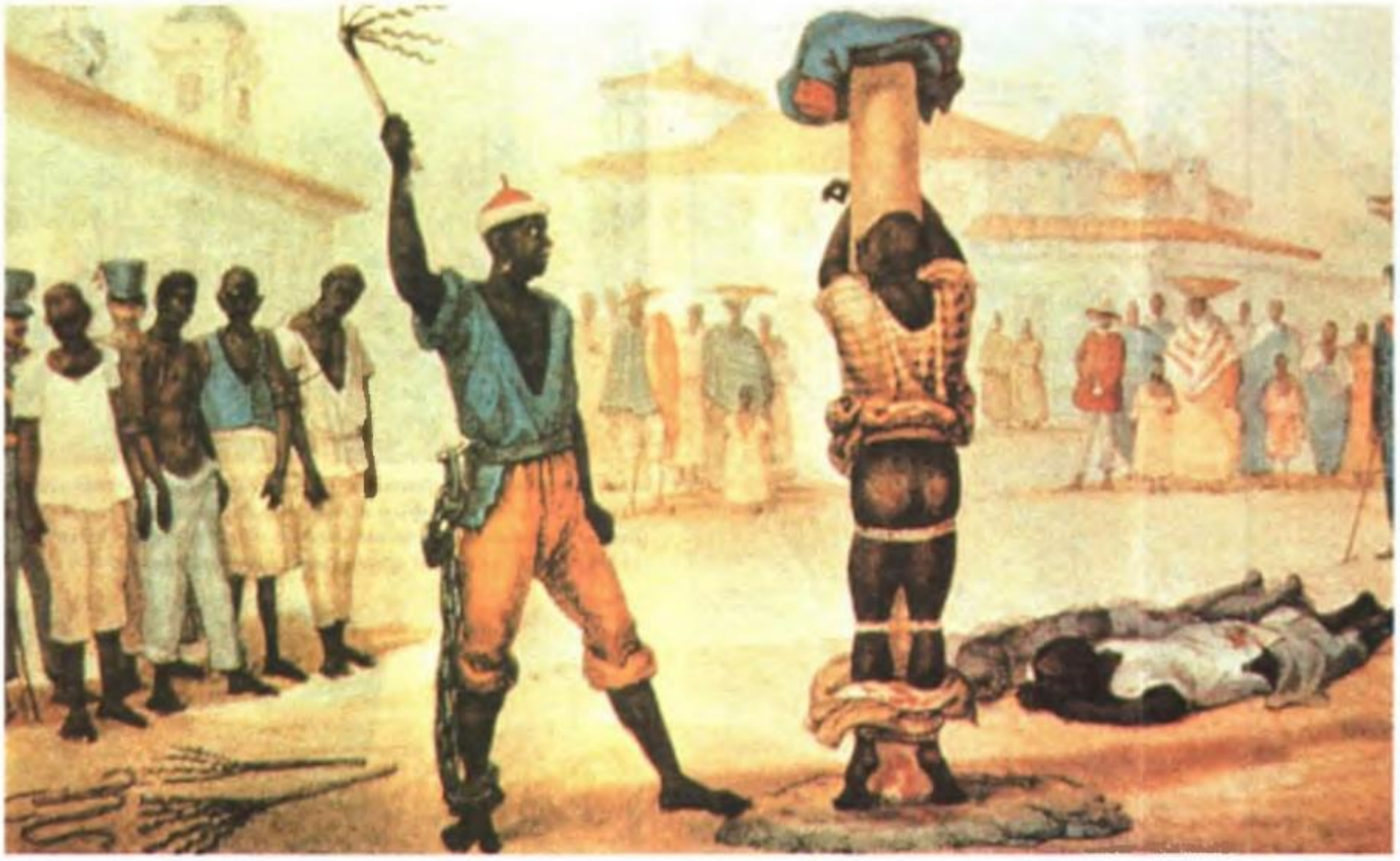
Preocupados com os índios, que morriam como moscas não apenas por sua absoluta impossibilidade de adaptação ao regime de trabalho forçado como também pelos surtos epidêmicos que grassavam nos aldeamentos, os jesuítas foram os primeiros a incentivar o tráfico de africanos para o Brasil. Mais bem adaptados ao modo de produção agrícola e ao trabalho organizado, os negros se revelaram, de início, uma opção superior para os senhores de engenho. O negócio, porém, cedo se mostrou muito melhor para os traficantes: trocados por fumo e cachaça, os escravos eram baratos na África. Como o açúcar feito no Nordeste era levado para a Europa nos mesmos navios que traziam escravos da África, os negreiros forçavam os engenhos a adquirir novos escravos sob pena de não comprarem seu açúcar. Assim, os senhores de engenho logo se endividaram.

De qualquer forma, um escravo se "pagava" em cinco anos. Melhor para seus senhores: devido aos maus-tratos frequentes, à jornada de trabalho nunca inferior a 18 horas diárias, às péssimas condições de alojamento e às rações criminosamente exíguas, os escravos, em média, não sobreviviam mais do que sete anos no Brasil. Mas como uma "peça da África" custava cerca de 50 mil réis, até mesmo portugueses pobres podiam ter pelo menos uma. E de fato tinham: não ter escravos no Brasil era considerado algo tão humilhante que, dentre os raros adventícios que não conseguiam adquirir o seu, muitos preferiam voltar para o reino.

O preço baixo e a facilidade de substituir as "peças" explicam por que, entre as duas opções que dividiam os senhores de escravos —"deve-se criá-los ou comprá-los?"—, os brasileiros sempre optaram pela segunda. A mortalidade infantil também era assustadoramente alta entre os escravos —isso quando eles conseguiam "reproduzir em cativeiro", já que o número de mulheres trazidas da África foi cinco vezes menor do que o dos homens. A máquina escravocrata que se estabeleceu primeiro nos engenhos (que "gastavam" cerca de 200 escravos por ano, cada) e depois nas minas das Gerais, associada ao costume de substituir o escravo morto pelo moribundo seguinte, transformou o Brasil na maior nação escravagista do Novo Mundo —e a mais dependente de escravos. As consequências econômicas, políticas, morais e sociais foram enormes.

Na África, lavradores e aldeões eram capturados aos milhares por caçadores de homens, que, em geral, utilizavam os mesmos métodos empregados pelos traficantes berberes (*alto da página, à direita*). Os cativos eram então conduzidos às feitorias à beira-mar e, a seguir, embarcados para o Novo Mundo. No século 17, encerrado o ciclo da Guiné, começa o ciclo de Angola, durante o qual cerca de 600 mil escravos foram trazidos para o Brasil. Eram bantos: congos (ou cabindas), benguelas e ovambos (*acima*) e foram introduzidos em Pernambuco e no Rio de Janeiro, de onde partiram para Minas Gerais e São Paulo. No alvorecer do século 18, inicia-se o ciclo da Costa da Mina (hoje Benin e Daomé), durante o qual cerca de 1,3 milhão de escravos foram trazidos para o Brasil. Nesse período, os povos escravizados eram sudaneses: iorubas (ou nagôs), geges (ou daomeanos), minas, hauçás, tapas e bornus (*página anterior*). Nessa época, os traficantes lusos, holandeses, espanhóis e ingleses já haviam sido amplamente superados pelos brasileiros. O ciclo da Costa da Mina perdurou até 1815, quando o tráfico de escravos no Atlântico passou a ser duramente reprimido pela Inglaterra. De 1815 até 1851, mesmo ilegal, o tráfico persistiu e, de acordo com alguns estudiosos, em quantidades e condições ainda mais amedrontadoras que antes (*veja em "A Abolição", pág. 145*).

Na terceira e quarta fases do tráfico, era o Rio e não mais Salvador o grande centro escravagista brasileiro. Os escravos eram desembarcados no porto (*página anterior, no alto*), pagavam imposto como qualquer mercadoria (cerca de 3 mil-réis, ou 5% de seu valor) e eram postos à venda nos mercados na rua do Valongo (hoje Camerino, no centro da cidade). Lá permaneciam "nus, cabelos raspados, parecendo objetos medonhos (...) marcados com ferro quente no peito (...) cobertos de feridas extensas e corrosivas (...) com fisionomias estúpidas e pasmas", esperando comprador. Até mulheres "iam às compras": "Vão enfeitadas", escreveu o inglês Robert Walsh, em 1828, "sentam-se, manipulam e examinam suas compras, e levam-nas embora com a mais perfeita indiferença, como se estivessem comprando um cão ou uma mula". A preferência recaía nos negros "minas": os bantos eram considerados mais fracos e suscetíveis a doenças. Poucos, porém, completariam uma década trabalhando no Brasil.



Os Requintes de Crueldade

Como em todas as sociedades escravocratas, também no Brasil a variedade de suplícios e castigos estipulados pelos senhores para punir seus servos foi ampla, geral e irrestrita. A punição mais comum era o açoite em praça pública, regulada pelo Código Penal. Num de seus desenhos mais conhecidos, o francês Jean-Baptiste Debret, que esteve no Brasil de 1816 a 1831, retratou esse suplício e escreveu sobre ele: "O povo admira a habilidade do carrasco que, ao levantar o braço para aplicar o golpe, arranha de leve a epiderme, deixando-a em carne viva depois da terceira chicotada. Conserva ele o braço levantado durante o intervalo de alguns segundos entre cada golpe, tanto para contá-los em voz alta como para economizar forças até o final da execução. O chicote, que ele mesmo fabrica, tem sete ou oito tiras de couro bastante espessas e bem retorcidas. Esse instrumento contundente nunca deixa de produzir efeito quando bem seco, mas, ao amolecer, pelo sangue, precisa o carrasco trocá-lo, mantendo para isso cinco ou seis a seu lado, no chão (...). Embora fortemente amarrado ao 'pau de paciência', como se chama o pelourinho, a dor dá-lhe tanta energia que a vítima encontra forças para se erguer nas pontas dos pés a cada chicotada, movimento convulsivo tantas vezes repetido que o suor da fricção do ventre e das coxas da vítima acaba polindo o pelourinho. Essa marca sinistra se encontra em todos os pelourinhos das praças públicas. Entretanto, alguns condenados (e esses são temíveis) demonstram grande força de caráter, sofrendo em silêncio até a última chicotada. De volta à prisão, a vítima é submetida a uma segunda prova, não menos dolorosa: a lavagem das chagas com vinagre e pimenta e grande quantidade de sal.

A palmatória, o tronco e os colares de ferro (unindo dois ou mais escravos por correntes) eram três dos instrumentos de castigo usados no Brasil

"Essas penas, de 50 a 200 chibatadas, são rigorosas, mas há outras bárbaras, como a que condena à morte o chefe de quilombo: são 300 chibatadas ao longo de vários dias. No primeiro, ele recebe cem, à razão de 30 por vez. A última execução abre chagas já profundas e ataca as veias mais importantes, provocando uma tal hemorragia que o negro sucumbe."

Faltas "menos graves" eram punidas com a palmatória (*esquerda*), cujas pancadas podiam chegar a 200; com o tronco (*esquerda, no centro*), que, segundo Debret, provocava "mais tédio do que dor"; ou com a gargalheira, colar de ferro com vários ganchos que facilitava a captura de escravos fujões. A primeira fuga era punida com a marcação, por ferro em brasa, de um F no rosto ou no ombro do escravo. Na segunda tentativa, o fugitivo tinha uma orelha cortada e, na terceira, era chicoteado até a morte. Outras "faltas graves", além da fuga, podiam ser punidas com a castração, a quebra dos dentes a martelo, a amputação dos seios, o vazamento dos olhos ou a queimadura com lacre ardente. Houve casos de escravos lançados vivos nas caldeiras ou passados na moenda, além daqueles que, besuntados de mel, foram atirados em grandes formigueiros. O estudo mais aprofundado dos castigos revela que não eram aplicados para "corrigir" o escravo (mesmo porque, muitas vezes, não se sobrevivia a eles), mas para semear o terror entre os que eram forçados a assistir aos suplícios. As punições eram, em geral, aplicadas por outros escravos —atrás deles, porém, ficava o feitor, sempre pronto a punir qualquer brandura ou esmorecimento por parte do carrasco. Durante 300 anos, o castigo foi uma peça básica para a manutenção da engrenagem escravocrata.

O Trabalho e os Dias

Eles eram plantadores e moedores de cana, derrubadores de mata e semeadores de mudas; eram vaqueiros, remeiros, pescadores, mineiros e lavradores; eram artífices, caldeireiros, marceneiros, ferreiros, pedreiros e oleiros; eram domésticos e pajens, guarda-costas, capangas e capitães-do-mato; feitores, capatazes e até carrascos de outros negros. Estavam em todos os lugares: nas cidades, nas lavouras, nas vilas, na mata, nas senzalas, nos portos, nos mercados, nos palácios. Carregavam baús, caixas, cestas, caixotes, lenha, cana, quitutes, ouro e pedras, terra e dejetos. Também transportavam cadeirinhas, redes e liteiras onde, sentados ou deitados, seus senhores passeavam (ou até viajavam). Eles eram, de acordo com o jesuíta Antonil, "as mãos e os pés do senhor de engenho".

Mas, no Brasil, os escravos foram ainda mais do que isso: foram os olhos e os braços dos donos de minas; foram os pastores dos rebanhos e as bestas de carga; foram os ombros, as costas e as pernas que fizeram o país andar. Foram o ventre que gerou imensa população mestiça e o seio que amamentou os filhos dos senhores. Deixaram uma herança profunda: em 500 anos de história, o Brasil teve três séculos e meio de regime escravocrata contra apenas um de trabalho livre.

Que consequências teve esse legado? Onde começa e para onde conduz? Quais suas origens? Já houve quem arriscasse uma explicação: "Se há um povo dado à preguiça, sem ser o português, então não sei eu onde ele exista... Esta gente tudo prefere suportar a aprender uma profissão qualquer", escreveu Nicolau Clenardo em 1502. É elucidativo que, em Portugal, o verbo "mourejar" tivesse se tornado sinônimo de "trabalhar". Se no reino era assim, pior ficou no trópico.

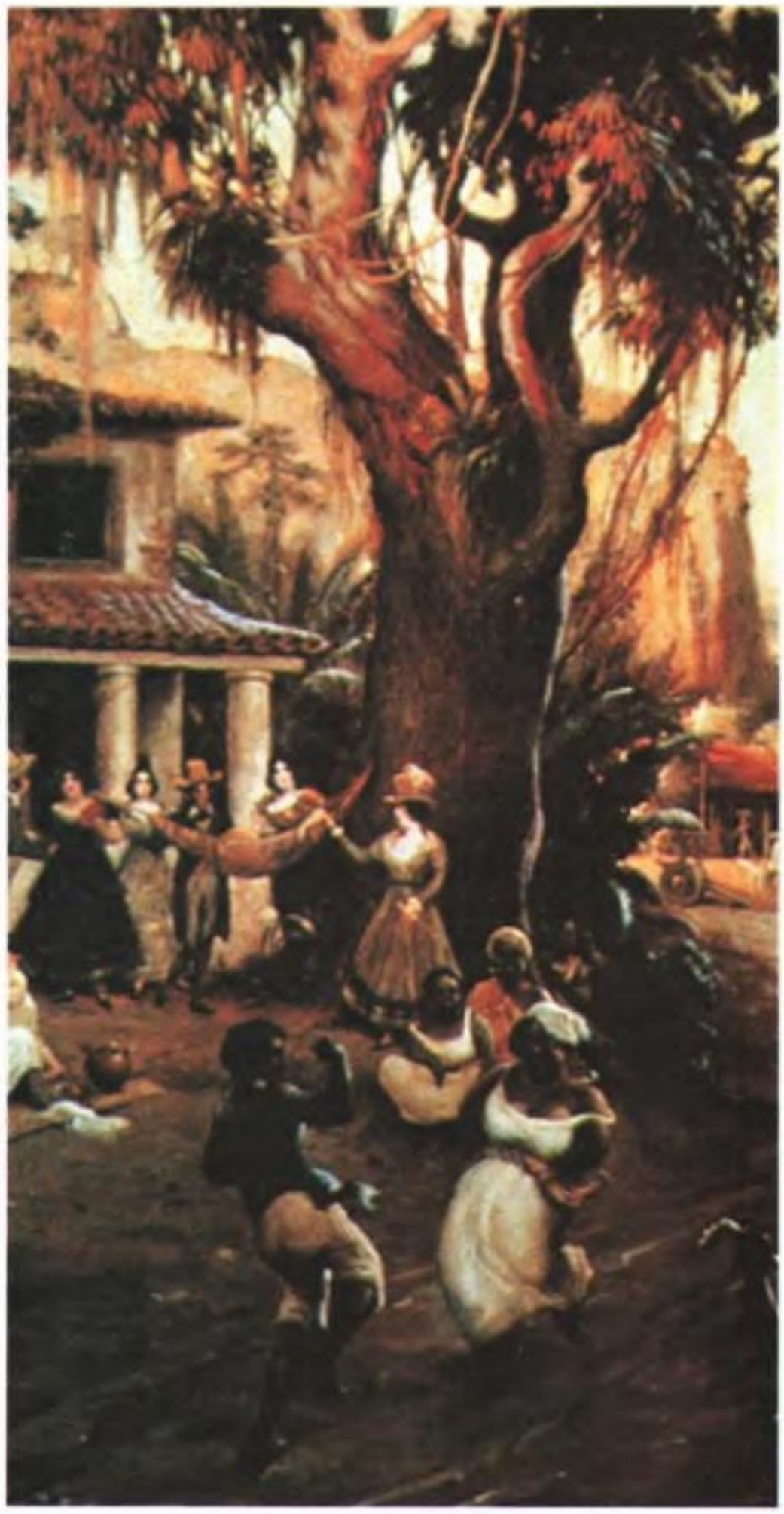
Em 1808, ao visitar o Brasil, John Luccock, um inglês, comentou que, no país, os brancos se sentiam "fidalgos demais para trabalhar em público". Meio século depois, Thomas Ewbank, também britânico, dizia que, na colônia, "um jovem preferiria morrer de fome a abraçar uma profissão manual". Segundo ele, a escravidão tornara "o trabalho desonroso —resultado superlativamente mau, pois inverte a ordem natural e destrói a harmonia da civilização". As críticas não eram fleuma britânica: para Luís Vilhena, luso que ensinava grego na Bahia, o país era o "berço da preguiça".

Em pleno alvorecer do segundo milênio, o Brasil ainda parece comungar da tese segundo a qual trabalho é escravidão. Por quanto tempo, nestes tristes trópicos, liberdade será sinônimo de ócio e inatividade?

Mama África

Um dos maiores países mestiços do mundo, o Brasil foi gerado em ventre escravo. Raras foram as sociedades coloniais nas quais terá havido tamanho intercurso sexual entre senhores e escravas como o que aconteceu na lascívia dos trópicos brasileiros. A partir do instante em que o número de "fêmeas" vindas da África aumentou, e o trabalho forçado adquiriu feições também domésticas, muitas escravas foram transferidas da senzala para o seio da casa-grande. Eram amas-de-leite e mucamas, "escolhidas dentre as mais limpas, as mais bonitas, as mais fortes", como observou Gilberto Freyre em "Casa-Grande & Senzala", clássico da historiografia brasileira quase inteiramente dedicado ao assunto. No Brasil, como em Portugal, mãe que se prezasse jamais amamentava o bebê. Por isso, inúmeros foram os filhos de senhores criados por mães pretas. O próprio Freyre, no mesmo livro, atribui à amamentação em seio negro a paixão sexual desenvolvida pelos herdeiros da casa-grande por "mulheres de cor".

Não parece ser apenas esse aspecto psicológico que explicaria o assédio às fêmeas da senzala. Afinal, como observa Freyre, "não existe escravidão sem depravação sexual. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico a favorece, criando nos proprietários imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias (...). Joaquim Nabuco colheu num manifesto escravocrata de fazendeiro as seguintes palavras, tão ricas de significação: 'a parte mais produtiva da propriedade escrava ainda é o ventre gerador'".



Não era apenas o desejo, consciente ou não, de fazer a escrava reproduzir um novo servo o que empurrava muitos senhores ao relacionamento com as mulheres da senzala. A perversão pura e simples foi um componente constante nessa relação. O que mais poderia explicar o fato de ter surgido no Brasil a crença de que "para o sifilítico não há melhor depurativo do que uma negrinha virgem", defendida, ainda em 1869, pelo dr. João de Azevedo Macedo Jr.? Ou a confissão que um "sacerdote de missa" fez ao visitador inquisitorial, na Bahia, em 1591, revelando que, certa noite, levara para sua casa "uma negra, que seria da idade de 6 ou 7 anos", e "a penetrou pelo vaso traseiro"? O que mais explicaria o fato de algumas senhoras, ciumentas com a relação, real ou suposta, de seus maridos com certas mucamas, terem mandado arrancar os olhos de tais moças "e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, boiando dentro de uma compoteira"? Ou o fato de que qualquer escravo que porventura caísse no erro de se deixar seduzir por sua senhora estivesse condenado a ser "castrado com uma faca mal-afiada, ter a ferida salgada e, aí, ser enterrado vivo"?

Desnecessário prolongar a lista. O panorama de desregramento sexual no Brasil-colônia era tal que, na aurora do século 18, o bispo do Pará escreveu: "A miséria dos costumes neste país me faz lembrar o fim das cinco cidades por me parecer que moro nos subúrbios de Gomorra, mui próximo, e na vizinhança de Sodoma". O pecado chegara ao sul do Equador.

O BRASIL NEGRO

Capoeira, samba, feijoada, candomblé, vatapá. Que país seria o Brasil sem o legado da cultura africana? Certamente não o mesmo que hoje é —e dificilmente mais colorido, dinâmico, múltiplo e ruidoso. Falar na "influência cultural" que os negros tiveram no Brasil é quase um deboche: o que parece ter havido, em certas áreas do país, é quase tão-somente uma adaptação dos padrões de comportamento dos escravos às novas condições de vida a que foram submetidos. Depois que eles se estabeleceram e se expandiram, os demais povos é que absorveram e adotaram inúmeras tradições africanas. O Brasil não comeria o que come, não rezaria como reza, não dançaria e cantaria como agora canta, dança, reza e come não fosse a riquíssima herança deixada pelos 4,5 milhões de escravos trazidos da África sob as mais árduas condições e, por mais de três séculos, jogados nas praias, florestas, morros e cidades do Novo Mundo. Embora o Nordeste tenha sido a área que recebeu maior influência dos povos africanos, não há um só lugar do Brasil —nem mesmo os predominantemente europeus Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul— que não tenha sido transformado pelo legado do negro.

A Resistência Negra

A historiografia brasileira, até cerca de 25 anos atrás, preferiu adotar a tese segundo a qual os escravos "se adaptaram bem" ao regime tirânico que lhes foi imposto no Brasil e que, neste país, a escravidão teria sido relativamente branda. O mito do "bom senhor" quase adquiriu força de lei depois do lançamento, em 1933, de "Casa-Grande & Senzala", de Gilberto Freyre. No início dos anos 60, surgiram os textos revisionistas da chamada "escola paulista" —liderada por Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Apesar de avessos à tese de Freyre, esses estudiosos —de formação esquerdista— preferiam estudar a questão pelo lado da "coisificação" do escravo, quase ignorando as rebeliões da senzala. Cardoso chegou a escrever que os escravos foram "testemunhos mudos de uma história para a qual não existem a não ser como (...) instrumento passivo".

Estudos mais recentes e mais profundos, porém, revelam que a resistência dos escravos foi feroz e constante: milhares de negros lutaram de todas as formas contra os horrores que o destino lhes reservava. A fuga, solitária ou coletiva, não era a única forma de rebelião: houve incontáveis casos de escravos que quebraram ferramentas, incendiaram senzalas, dispersaram os rebanhos ou atacaram seus feitores. Muitos outros optaram pelo suicídio (em geral provocado pela ingestão de terra), ou então se deixaram acometer pelo banzo, o torpor mortal que levava à morte por inanição. Onde houve escravidão, houve resistência.

Evidentemente, a forma mais comum de protesto contra a escravidão era a fuga. Apesar do rigor das punições (que incluíam a marcação com ferro em brasa, o açoitamento e até o corte do tendão de Aquiles), milhares de negros tentaram escapar da senzala —e muitos conseguiram. Ainda que grande parte fosse recapturada pelos capitães-do-mato, terríveis caçadores de homens quase infalíveis (negros na maioria), sempre houve aqueles que, "estimando mais a liberdade entre as feras do que a sujeição entre os homens", lograram se meter na mata e lá fundar seus mocambos e quilombos (respectivamente "esconderijo" e "povoação", em banto).

Quantos foram os quilombos e quantos negros neles viveram é algo impossível de calcular. Em 1930, o "Guia Postal do Brasil" registrava, segundo um pesquisador, 168 agências cujo nome derivava de quilombo ou mocambo. Eles se espalhavam da Amazônia ao Rio Grande do Sul, e alguns chegaram a ter cerca de 10 mil habitantes, como o quilombo do Ambrósio, em Minas. Não eram só negros de todas as tribos e línguas que viviam nos quilombos: também índios e brancos desajustados ou fora-da-lei podiam ser encontrados neles.

Embora as autoridades e os senhores de escravos constantemente se unissem para articular expedições repressivas, enviadas a todo e qualquer quilombo, onde quer que se encontrassem, muitos desses núcleos resistiram por anos a fio. O maior e mais importante deles —Palmares, o berço de Zumbi— foi capaz de sobreviver por quase um século.

A Escravidão Indígena

Do descobrimento ao início efetivo da colonização, por volta de 1532, não houve escravidão indígena no Brasil: os portugueses conseguiam o que queriam —mantimentos e pau-brasil— através do escambo. Com a chegada da lavoura açucareira, a escravização começou e não poupou nem mesmo antigos aliados dos lusos. A partir da metade do século 16, porém, escravos africanos começaram a substituir os indígenas. Supostamente a troca se deu por causa da absoluta inadaptabilidade dos nativos ao trabalho agrícola. Mas a verdade é que, enquanto a captura dos índios só trazia lucros para os colonos, a escravidão negra logo se tornaria um negócio complexo e altamente rentável, gerando fortunas e trocas entre três continentes. Além disso, não apenas a Coroa como também os jesuítas eram radicalmente contra a escravização dos índios —e grandes incentivadores do tráfico negreiro. Dezenas de leis foram feitas para proteger os nativos do Brasil —os colonos, de todo o modo, logo trataram de transformá-las em letra morta. Protegidos ou não, aos índios restou um destino ainda mais cruel do que aquele reservado aos africanos: a maior parte das tribos foi extinta. De qualquer forma, índios e negros raramente se aproximaram, nunca se uniram e jamais procuraram ver o português como inimigo comum. Odiavam-se mutuamente.

O Quilombo dos Palmares

Palmares foi o mais significativo e o mais simbólico dos quilombos não apenas do Brasil, mas das Américas. Em nenhum outro lugar a resistência dos escravos fugidos foi tão bem-sucedida, organizada e longa como nos doze mocambos erguidos na serra da Barriga, no sertão das Alagoas, a 90 quilômetros de Maceió. Ainda assim, sua história permanece envolta em penumbra e mitificações e repleta de lacunas. Seu próprio líder, Zumbi, virou figura mais mitológica do que histórica.

Desde 1991, porém, um programa de escavações arqueológicas —financiado por entidades internacionais, como a "National Geographic"— está sendo desenvolvido no mocambo do Macaco, a capital dos Palmares, e poderá elucidar muito de um episódio interpretado de várias formas. Por ironia, Palmares entrou para a história pelas mãos de um rico senhor de engenho, Sebastião da Rocha Pita, que, em 1724, em sua "História da América Portuguesa", celebrou "o fim tão útil como glorioso [*da*] guerra que fizemos aos negros dos Palmares". As poucas fontes originais relatando a resistência épica e a trágica derrocada do quilombo foram redigidas pelas mesmas mãos que o destruíram.

A partir da década de 50 do século 20, a história dos Palmares seria lida por uma ótica "esquerdista". Embora historiadores como Edison Carneiro e Décio Freitas tenham publicado documentos inéditos, o velho quilombo de Zumbi continuou sendo utilizado como símbolo e metáfora. A realidade —menos emblemática e glamourosa, mais efetiva e complexa— começa agora a emergir das covas abertas na terra. Três séculos após sua destruição, Palmares está renascendo.

O quê: Palmares não era apenas um, mas 12 quilombos, unidos por uma rede de trilhas na mata. No quilombo do Macaco, de 2.000 habitantes, viveram o "rei" Ganga Zumba e seu sobrinho Zumbi. Palmares pode ter tido 20 mil habitantes e 6.000 casas.

Quando: O quilombo começou a ser erguido em 1602 por 40 escravos fugidos de engenhos em Pernambuco. Tendo sido destruído em fevereiro de 1694, durou quase um século.

Onde: A serra da Barriga fica a cerca de 90 quilômetros a noroeste de Maceió, mas a área de influência do quilombo era muito maior: cerca de 200 quilômetros quadrados, em Pernambuco e Alagoas.

Quem viveu lá: Negros de todas as raças, mas também índios e até brancos fora-da-lei. Não se sabe que língua se falava no quilombo. De 1656 a 1678, o líder do quilombo foi Ganga Zumba (grande senhor). Em novembro de 1678, Zumba foi a Recife e firmou tratado de paz com o governador Sousa Castro: seriam livres os negros nascidos em Palmares, os outros habitantes do quilombo deveriam ser entregues às autoridades. Zumbi discordou, destituiu Ganga Zumba e liderou a resistência dos Palmares.

Como o quilombo foi destruído: Ao longo de sua luta secular, Palmares foi atacado 25 vezes. As primeiras expedições foram as dos holandeses, em 1644 e 1645. Em 1692, Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, foi contratado para atacar o quilombo. Palmares caiu em 6 de fevereiro de 1694, mas Zumbi escapou. Foi morto por André Furtado Mendonça quase dois anos depois. Sua cabeça ficou exposta em praça pública "para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e aterrorizar os negros, que o julgavam imortal".

O GUERRILHEIRO NEGRO

Zumbi, cujo nome quer dizer "deus da guerra", era sobrinho-neto da princesa Aqualtune. Envenenou seu tio, Ganga Zumba, "rei" de Palmares, e tomou o poder. Zumbi era casado com uma branca. Zumbi preferiu o suicídio à rendição: jogou-se dum penhasco para não ser capturado pelos que atacaram seu quilombo. Zumbi era homossexual. Todas as afirmativas acima estão erradas ou são improváveis. Pouco se sabe sobre o guerreiro dos Palmares. Documentos comprovam que, de 1676 a 1695, de fato existiu um "general" negro de nome Zumbi. Ele era baixo, coxo e valente: "negro de singular valor, grande ânimo e constância rara; aos nossos serve de embaraço, aos seus de exemplo", disse um cronista. Contrário à paz firmada por Ganga Zumba, Zumbi liderou a resistência final de Palmares. Delatado, foi morto em 20 de novembro de 1695. Sua cabeça ficou exposta na praça central de Recife, até se decompor por completo.

A Inconfidência Mineira

Encarcerado havia três anos, o prisioneiro andava com dificuldade e mal conseguia abrir os olhos. A alva (o tosco roupão vestido pelos condenados) roçava-lhe os tornozelos. O baraço (a grossa corda da forca) rodeava-lhe o pescoço e se estirava até as mãos do carrasco que o conduzia. Nas janelas, nas portas, nos beirais, pelas árvores, o povo acompanhava cada gesto do padecente. À frente ia a cavalaria, com suas fanfarras. Depois, o clero —os franciscanos e a Irmandade da Misericórdia, rezando salmos. A seguir, acorrentado e monologando com o crucifixo que trazia à altura dos olhos, ia o condenado. Às vezes, a procissão parava. O escrivão, então, lia o mandado: "Justiça que a rainha manda fazer a este infame, réu Joaquim José da Silva Xavier, pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constituiu chefe e cabeça na capitania de Minas Gerais..." Às 11 da manhã, sob um sol abrasador, o séquito chegou ao Campo de São Domingos, no Rio de Janeiro, local do patíbulo.

Três horas antes, partira do presídio. Lá, quando o carrasco, o negro Capitania, se aproximou, com o baraço e a alva, o condenado adiantou-se e beijou-lhe as mãos e os pés. A seguir, quando lhe ordenaram que se despisse para vestir a alva, ele tirou a camisa e disse: "Meu Salvador morreu também assim, nu, por meus pecados". Agora, a vítima subia os degraus do patíbulo. Era sábado, 21 de abril de 1792.

O édito da rainha conclamara o povo do Rio a assistir à execução, e a praça estava repleta. À sombra da forca, o prisioneiro pediu ao carrasco que "acabasse logo" com aquilo. Mas faltavam os sermões. O frade Raimundo de Penaforte citou o Eclesiastes: "Nem por pensamento detraias do teu rei, porque as mesmas aves levarão a tua voz e manifestarão teus juízos". Em seguida, quando o povo e o padecente rezavam o credo, de súbito, em meio a uma frase, houve um baque surdo, e o corpo do condenado balançava no ar. Para apressar a morte, o carrasco pulou sobre os ombros do enforcado. Ambos dançaram um bailado tétrico. Morria o Tiradentes.

Mas a condenação ainda não estava completa: a sentença determinava que o corpo fosse "espostejado" —e o esquartejamento começou em seguida. Dividido em quatro pedaços, bem salgados e postos dentro de grandes sacos de couro, o corpo de Tiradentes partiu para sua última viagem. O quarto superior esquerdo foi pendurado num poste em Paraíba do Sul. O quarto superior direito foi amarrado numa encruzilhada na saída de Barbacena. O quarto inferior direito ficou na frente da estalagem de Varginha; o último foi espetado perto de Vila Rica, cidade à qual a cabeça de Tiradentes chegou em 20 de maio de 1792. Ficou enfiada num poste, defronte da sede do governo. Tiradentes saía da vida para entrar na história.

A terrível sentença contra o alferes Joaquim José da Silva Xavier incluía ainda a difamação de seus descendentes até a terceira geração, a destruição de sua casa, em Vila Rica, o salgamento do chão e o erguimento de um marco no local, para preservar a memória infame do abominável réu. Conhecido por Tiradentes —devido à profissão que eventualmente exercia—, o alferes havia sido considerado líder da Conjuração (ou Inconfidência) Mineira e era o único dos implicados condenado à morte. A sentença, lida às 2 da manhã de 19 de abril de 1792, foi pronunciada em nome da rainha de Portugal, d. Maria 1ª. Mas ela, com certeza, nada soube do caso: estava louca desde o início de 1792.

A RAINHA LOUCA

Dona Maria era casada com seu tio, o rei-consorte d. Pedro 3º. Em 1786, o rei morreu, vítima de embolia cerebral. Dois anos depois, a varíola levou-lhe o filho mais velho, José. Outro ano, estourou a Revolução Francesa. Esse parece ter sido o golpe fatal para d. Maria: ela passou a acreditar que seria decapitada e, depois de morta, iria para o inferno. Alguns historiadores acham que foi o bispo José Maria de Melo, seu confessor, quem lhe despertou a paranóia e a carolice ensandecida. Em 1792, d. João, segundo filho de Maria 1ª, tornou-se regente e em 1799 os médicos consideraram a rainha incurável. Dona Maria vivia trancada no palácio, gritando e quebrando o que visse pela frente. Morreu em 1816, no Brasil, para onde viera em 1808.

As Revoltas Econômicas

Os desmandos do sistema colonial —suas tributações, seus impostos, sua própria natureza espoliadora— foram responsáveis pela eclosão de uma série de revoltas contra a metrópole. Eventualmente, esses conflitos acabavam se tornando ainda lutas em prol da autonomia, unidade e independência do Brasil e, com frequência, se voltaram também contra os reinóis ou "marinheiros", como os nativos ironicamente chamavam os portugueses (*abaixo, as tropas que enfrentavam os rebeldes*).

A primeira dessas insurreições foi a chamada Revolta de Beckman, ocorrida em 1684 no Maranhão. As causas do protesto armado que o senhor de engenho Manuel Beckman, o Bequimão, liderou estão claras num trecho do manifesto que ele mesmo leu para seus companheiros: "A duas coisas devemos pôr termo —aos jesuítas e ao monopólio—, a fim de que tenhamos as mãos livres quanto ao comércio e quanto aos índios". O monopólio a que Beckman se referia era exercido, então, pela Companhia de Comércio do Maranhão.

Fundada em 1682, a companhia detinha direitos de importação e exportação na região. Ao mesmo tempo, estava obrigada a introduzir 500 escravos negros por ano na província, já que os jesuítas tinham conseguido proibir a escravização dos índios. Quando a companhia não só aumentou os preços dos importados (trigo, vinho, azeite e bacalhau) como deixou de trazer os africanos, a revolta eclodiu. Em fevereiro de 1684, o grupo de Beckman formou um governo provisório, expulsou os jesuítas, fechou a companhia e escravizou índios em massa. Em 15 de maio de 1685, aproveitando-se de brigas entre os rebeldes, o governador Gomes Freire de Andrade desferiu o ataque a São Luís. Apesar de refugiar-se no mato (*gravura acima*), Beckman foi preso e enforcado. Mas a Companhia de Comércio do Maranhão acabou sendo extinta um ano depois e a própria Companhia de Jesus seria expulsa do Brasil em 1759. Aos índios restou a escravização.

Outra rebelião econômica, a chamada Revolta de Vila Rica, estourou em 1720. Foi uma antecipação da Inconfidência Mineira, de 1789. Na noite de 27 de junho de 1720, sete homens, acompanhados por seus escravos armados, saíram às ruas de Vila Rica conclamando o povo a rebelar-se contra as medidas absurdas impostas pela Coroa. A criação das casas de fundição, que facilitariam a cobrança do quinto sobre o ouro, a proibição da circulação do ouro em pó, os desmandos do ouvidor Martinho Vieira e do governador, conde de Assumar, eram motivos mais do que suficientes para a revolta. E ela explodiu, embora desorganizada demais para sobreviver. De início, o conde de Assumar recebeu os rebeldes e até assinou um documento em que se comprometia a cumprir os 18 tópicos propostos pelos revolucionários. Era só uma manobra diversionista: assim que conseguiu reunir tropas fiéis, Assumar prendeu os revoltosos. Apenas um, Felipe dos Santos —foragido da justiça portuguesa por "abandono do lar" e figura menor no levante—, foi condenado e, após julgamento sumário, executado com requintes de crueldade. Não seria uma morte inútil: em fins de 1720, Minas se tornou capitania independente da de São Paulo.

A Guerra dos Mascates

Um dos mais violentos conflitos internos do Brasil eclodiu dez anos antes da Revolta de Vila Rica e 79 anos antes da Inconfidência Mineira. Foi a Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco, entre Olinda e Recife. Encarapitada no topo duma colina em frente do mar, Olinda era uma cidade de origem portuguesa. Durante a ocupação holandesa, porém, os invasores ergueram, nos baixios da colina, a cidade de Recife (*gravura acima*) —construída num local que lembrava os alagadiços da Holanda. Depois da Insurreição Pernambucana, em 1645, Recife se manteve mais ativa do que Olinda. Porto movimentado, local de grandes transações comerciais, Recife, no entanto, era tida como mero bairro comercial de Olinda, onde a aristocracia rural —constituída basicamente por senhores de engenho endividados— continuava vivendo em suas mansões. Os comerciantes e burgueses recifenses, pejorativamente chamados de "mascates" pelos olindenses, queriam se livrar da tutela de Olinda e ver seu "bairro" elevado à condição de vila. Os falidos olindenses, em meio à crescente crise das exportações de açúcar, lutavam pela manutenção de seus privilégios, cargos civis e eclesiásticos e não abriam mão de sua supremacia sobre Recife. No dia 19 de novembro de 1709, porém, o governador Sebastião de Castro e Caldas decidiu apoiar as reivindicações dos mascates e transformou Recife em vila. Na noite de 14 de fevereiro de 1710, ergueu o pelourinho na praça central.

Menos de um ano depois, em 10 de outubro, quando caminhava pela rua das Águas Verdes, Castro e Caldas foi baleado por um grupo de encapuzados que nunca chegou a ser identificado. Mesmo sem provas, o governador ordenou a prisão de vários senhores de engenho e do próprio ouvidor de Olinda. Indignada, a elite olindense se insurgiu, atacou Recife, destruiu o pelourinho e rasgou o foral da criação da vila. A ação foi feita por homens vestidos de penas e plumas, para simular um "ataque de índios". O governador fugiu, mas os recifenses reagiram e os combates se prolongaram por três meses. Na tentativa de apaziguar o conflito, o rei de Portugal, d. João 5° (*à esquerda*), nomeou um novo governador para Pernambuco, Félix José Machado, em outubro de 1711. A "nobreza de Pernambuco" (como se auto-intitulavam os olindenses) desarmou-se, fatigada; os mascates depuseram as armas, confiantes. Feitas as pazes, porém, Machado revelou-se partidário da causa de Recife e, alegando nova conspiração dos olindenses, prendeu 150 supostos implicados, inclusive Bernardo Vieira de Melo, ex-governador do Rio Grande do Norte e líder do movimento, favorável à independência de Pernambuco e à proclamação da república. Muitos acusados foram executados em Lisboa. Em Pernambuco, vários nobres fugiram para o sertão. Em 7 de abril de 1714, d. João 5° assinou ato régio anistiando os envolvidos. Recife e Olinda passaram a dividir a honra de sediar a casa do governador.

A Vila Rica dos Poetas

Em 1780, um século após a descoberta das minas, Vila Rica já havia muito deixara de ser um acampamento mineiro embarrado e sem atrativos. Situada no sopé do grandioso penedo do Itacolomi, a cidade se constituía uma teia de ruas pavimentadas percorrendo ladeiras íngremes, ladeadas por graciosas construções de dois pisos, muitas das quais possuíam terraços ajardinados e floridos. No topo das colinas, ou em frente de praças amplas e arejadas, havia inúmeras igrejas barrocas, com altares reluzindo de ouro e paredes repletas de ornamentações suntuosas. Não era uma cidade: era uma obra de arte urbana. Vila Rica, disse um poeta, era "a pérola preciosa do Brasil". Mas a riqueza da cidade —seu ouro preto, seus diamantes reluzentes, suas minas opulentas— era também a fonte de suas desgraças. Submetida a uma sangria feroz, que se manifestava na forma de impostos de entrada e impostos de saída (qualquer produto levado às minas era duramente taxado; cada grama de ouro que saía pagava um tributo oneroso), Vila Rica via sua fortuna se esvair. Levado para além-mar, o ouro de Minas permitira a d. João 5° reinar numa luxuosa ostentação, a ponto de se tornar conhecido como o "Roi-Soleil" português. O mais grave é que o "fulvo metal" nem sequer servia para enriquecer a metrópole: era apenas o ouro "que Portugal distribuía tão liberalmente para a Europa", como observou o viajante inglês Henry Fielding. Nada mais natural, portanto, que a jovem sociedade mineira —tão diferenciada da elite rural e latifundiária do Nordeste— alimentasse um profundo estado de indignação e revolta. E essa revolta não demoraria muito para eclodir.

Enfim
serás cantada,
Vila Rica, / Teu nome
impresso nas memórias fica; / Terás
a gloria de ter dado o berço /
A quem te faz girar pelo
Universo

Cláudio Manuel da Costa

Pelo menos algumas vantagens Vila Rica (*acima, desenhada por Rugendas*) conseguia auferir de sua opulência. Além de constituir uma sociedade essencialmente urbana, possuía uma estrutura bem mais complexa do que aquela que se reduzia a senhores e escravos. Havia uma "classe média": comerciantes, mercadores, ourives, artistas e, é claro, poetas. Outra possibilidade aberta pelo ouro foi a chance concedida a alguns filhos da elite local de realizar seus estudos na Europa. Muitos herdeiros de mineradores bem-sucedidos foram enviados para a Universidade de Coimbra, em Portugal. Lá, vários deles tomaram contato com idéias liberais e republicanas, acompanhando o furor provocado pela Revolução Francesa e pela independência dos Estados Unidos. Um desses estudantes, José da Maia e Barbalho, chegou a se encontrar com Thomas Jefferson, embaixador dos EUA na França, sondando-o sobre um possível apoio norte-americano à independência do Brasil. Enquanto isso, em Vila Rica, mudanças políticas tornaram insustentável o que já era ruim. Em outubro de 1783, o governador Rodrigo José de Meneses, homem de grande cultura, amigo do poeta Cláudio Manuel da Costa e liberal com os contrabandistas, foi substituído por Luís da Cunha Meneses, um sujeito em tudo diferente dele. Para atacar a elite descontente, Cunha fez uma aliança populista com as classes inferiores de Vila Rica. Mas era um corrupto que saqueava os cofres públicos e desfilava ostensivamente pelas ruas de Vila Rica com suas muitas concubinas. Foi satirizado nas "Cartas Chilenas", obra provavelmente escrita por Tomás Antônio Gonzaga, na qual era chamado de "Fanfarrão Minésio".

Nesta casa os inconfidentes se reuniram em 26 de dezembro de 1788

Na Casa dos Contos morreu o poeta Cláudio Manuel da Costa

O Romance da Inconfidência

Publicadas entre julho de 1788 e fevereiro de 1789, as "Cartas Chilenas" marcam o início da luta dos poetas de Vila Rica contra os desmandos da colônia. Agrupados sob a denominação geral de Escola Mineira, os poetas inconfidentes eram três —todos membros da elite local e homens que tinham lucrado muito com o ouro e com a ordem estabelecida, a qual só passaram a contestar a partir do instante em que deixaram de ser favorecidos por ela. Aos três poetas que mais tarde seriam presos devem-se juntar ainda Silva Alvarenga (autor de "Glaura", de 1799), Basílio da Gama (autor do poema épico "O Uraguai", de 1769) e Santa Rita Durão (autor de "Caramuru", de 1781). Dentre os poetas inconfidentes, o menos fulgurante foi o coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto. Nascido no Rio, em 1744, Alvarenga Peixoto era um advogado que virou minerador. Foi autor de apenas 30 poemas e não deixou livro publicado. Partiu dele a sugestão de incluir na bandeira da Inconfidência um trecho de uma écloga de Virgílio: "Libertas quæ sera tamen" ("Liberdade, ainda que tardia"). Os dois outros poetas inconfidentes eram homens de gênio, autores de obras profícuas e densas. Como Silva Alvarenga, Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga faziam uma poesia influenciada pelo bucolismo: uma exaltação da vida campesina, com sua paisagem, seus pastores e seus rebanhos, de acordo com as normas ditadas pelos modelos greco-romanos. Era um arcadismo peculiar, no qual surgiam também certos traços do rococó e do pré-romantismo, matizados por dimensões nativistas e sátiras sociais. Porém, nos melhores momentos de sua obra —e são muitos—, Cláudio Manuel da Costa e especialmente Tomás Antônio Gonzaga, sem romper com os modelos neoclássicos, inovam e revelam um estilo luminoso, um lirismo comovente e o domínio pleno do soneto camoniano. Ambos podem ter sido revolucionários fracassados, mas foram também poetas maiores.

"Liberdade –
essa palavra que
o sonho humano alimenta
que não há ninguém que explique
e ninguem que não
entenda"

Cecília Meireles

Cláudio Manuel da Costa nasceu em Mariana em 1729. Estudou no Colégio dos Jesuítas, no Rio, e se formou em leis, em Coimbra. Advogado, minerador e fazendeiro de gado bovino e suíno, senhor de muitos escravos, logo se tornou um dos homens mais ricos de Minas. Membro da Ordem de Cristo, seu prestígio era tal que foi secretário do governo entre 1762 e 1765, sendo depois reeleito, para o período de 1769 a 1773. Rico, influente, solteiro, dono de uma bela mansão, era figura respeitada e popular, que costumava reunir amigos e intelectuais em movimentados saraus. Como poeta, dominava a écloga (poesia de tema pastoral), a epístola (poema em forma de carta) e os poemas épicos.

Tomás Antônio Gonzaga, ou Dirceu, nasceu no Porto, em 1744, mas veio com os pais para o Brasil aos 8 anos. Estudou no Colégio dos Jesuítas, na Bahia. Aos 16 anos, voltou para Portugal, onde, em 1768, se formou em leis na Universidade de Coimbra. Ao retornar para o Brasil, foi nomeado ouvidor de Vila Rica e, como Cláudio Manuel da Costa, lucrou bastante com a política de vistas grossas do governador Rodrigo José de Meneses ao contrabando de ouro e diamantes. Tomás Antônio Gonzaga era discípulo poético de Cláudio Manuel da Costa e ambos eram centro de um grupo que reunia também o intendente de Vila Rica, Francisco Pires Bandeira, o contratante João Rodrigues de Macedo, o ex-ouvidor de São João del Rei, Alvarenga Peixoto, o comandante militar da capitania, Francisco Freire de Andrade, o cônego Luís Vieira da Silva, dono de uma das mais notáveis bibliotecas da colônia (cheia de livros "subversivos") e os clérigos radicais Carlos Correia de Toledo, José da Silva e Oliveira Rolim. Foram esses advogados, juízes, magistrados, comerciantes, fazendeiros, emprestadores de dinheiro, padres, cônegos e membros de sociedades secretas e irmandades leigas que decidiram desafiar o poder colonial.

MARÍLIA DE DIRCEU

Escrito por Tomás Antônio Gonzaga durante sua prisão no Rio, em 1789, "Marília de Dirceu" é um dos mais belos poemas de amor da língua portuguesa. Foi dedicado à jovem Maria Doroteia de Seixas Brandão, de 16 anos (abaixo), *por quem o poeta, de 43 anos, se apaixonou e com quem se casaria se não tivesse sido preso. Enviado para dez anos de degredo na África, em 1792, Tomás Antônio Gonzaga nunca mais veria sua amada. Mas parece não ter sofrido com a ausência dela: casou-se com Juliana de Sousa Mascarenhas, mulher "de muitas posses e poucas letras", da família mais opulenta de Moçambique, enriquecida pelo tráfico de escravos, ao qual o poeta passou a se dedicar, integrando-se à "melhor sociedade" local. Rico e ocioso, Tomás Antônio Gonzaga ficou em Moçambique até morrer, em 1810. "Marília de Dirceu" foi publicado em Lisboa, com grande sucesso, em 1799.*

O Fim da Conjuração

Em 1788, sempre zelosa de sua mais opulenta capitania, a Coroa substituiu o corrupto governador Luís da Cunha Meneses por Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena e sobrinho do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. O visconde chegou a Vila Rica com ordens expressas de aplicar o alvará de dezembro de 1750, segundo o qual Minas precisava pagar cem arrobas (ou 1.500kg) de ouro por ano para a Coroa. Caso a arrecadação não atingisse essa cota, seria, então, cobrada a derrama —imposto extra tirado de toda a população até completar as cem arrobas. O visconde anunciou: a derrama, por mais odiada e temida, seria cobrada em fevereiro de 1789.

No dia 26 de dezembro de 1788, na casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, chefe do Regimento dos Dragões, alguns dos sujeitos mais importantes de Minas se encontraram para uma reunião conspiratória. Três tipos de homens estavam na reunião: ideólogos, como o filho do capitão-mor de Vila Rica, José Álvares Maciel; ativistas revolucionários, como o alferes Joaquim José da Silva Xavier (que fora atraído pelas idéias emancipacionistas de Maciel) e, em maior número e muito mais voz de comando, mineradores e magnatas endividados, como Alvarenga Peixoto e o padre Oliveira Rolim, notório traficante de diamantes e escravos. Mais tarde, na segunda reunião, no mesmo local, se juntaria ao grupo o negociante Joaquim Silvério dos Reis, talvez o homem mais endividado da capitania, com um passivo oito vezes superior aos ativos. Todos decidiram se rebelar contra a Coroa.

Por lei de dezembro de 1965, aprovada durante o governo militar, o alferes Joaquim José da Silva Xavier (acima, envergando uniforme de sua patente, no quadro feito em 1940 pelo pintor positivista José Wasth Rodrigues) *foi convertido em Patrono Cívico da Nação Brasileira, título que mantém após a redemocratização do país.*

Ficou resolvido que, no dia em que fosse decretada a derrama, a revolução eclodiria. Os planos para o golpe eram tão vagos quanto os projetos do futuro governo. Em tese, a revolta levaria à fundação, em Minas, de uma república independente, cuja capital seria São João del Rei. O Distrito Diamantino seria liberado, assim como a exploração do ferro e a industrialização. Seriam construídos hospitais, criada uma universidade e abolida a escravidão. O governo seria entregue a Tomás Antônio Gonzaga, por três anos —a seguir, viriam eleições livres. Em suma, Minas seria o paraíso na Terra.

Embora a historiografia oficial considere a Inconfidência Mineira uma grande luta pela liberdade no Brasil, para o historiador Kenneth Maxwell, autor americano de "A Devassa da Devassa" —o melhor livro atual sobre o assunto—, "a conspiração dos mineiros era, basicamente, um movimento de oligarcas, no interesse da oligarquia, sendo o nome do povo invocado apenas como justificativa. (...) A derrama proporcionava aos magnatas locais um subterfúgio pré-fabricado para alcançarem seus objetivos egoístas sob o disfarce de um levante popular". Mas o plano gorou: em fevereiro de 1789, Barbacena suspendeu a derrama. Os inconfidentes se desarticularam. De acordo com Maxwell, só *depois* da suspensão da derrama Silvério dos Reis denunciou a trama, para obter o perdão de suas dívidas. Em maio, os acusados começaram a ser presos. Em seguida, foram enviados para julgamento no Rio (*gravura na página ao lado*). Na capital, ficariam três anos aguardando as sentenças, acusando-se mutuamente e clamando por perdão.

O Destino dos Conspiradores

A cena foi meticulosamente preparada, de modo a ter o mais teatral dos efeitos. A leitura da sentença, iniciada no dia 18 de abril de 1792, na sala do tribunal do Rio, teve a incrível duração de 18 horas, prolongando-se das 8 da manhã às 2 da madrugada seguinte. E ocorreu em meio a grande confusão, com a presença dos 18 acusados acorrentados, dos 18 padres que os assistiam, dos nove juízes de alçada, do vice-rei e de guardas com as armas carregadas. Pela cidade, todos os prédios públicos estavam guarnecidos. Depois de imensa tensão, com os réus tresnoitados, em ferros e ansiosos, o escrivão passou a ler as sentenças: sete inconfidentes foram condenados ao degredo e 11 condenados à morte.

Vestidos em panos de algodão ordinário, barbudos, grisalhos, com os olhos sensíveis à luz depois de três anos de cárcere, os condenados passaram a se acusar mutuamente ("Cada um fazia por imputar a sua infelicidade ao excessivo depoimento do outro", escreveu uma testemunha ocular). O acusado Vidal Barbosa ria como louco, urrando que não seria enforcado. Apenas Tiradentes permaneceu calado e altivo. Então, dramaticamente como planejada, iniciou-se a leitura da carta de clemência enviada, vários dias antes, pela rainha d. Maria 1ª. Os prisioneiros, que já haviam "sido lavados pelo mortal suor e tragado a última gota de fel", ergueram-se em louca alegria e, entre o retinir de seus ferros, começaram a dar vivas e hurras à rainha, que passou a ser chamada de "clementíssima".

Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, Luís Vaz de Toledo Pisa, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Francisco de Paula Freire de Andrade e Domingos de Abreu Vieira partiram para o exílio em Angola no dia 5 de maio. No dia 23, zarpou o navio que levou para Moçambique Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, José Aires Gomes, João da Costa Rodrigues, Vitoriano Gonçalves e Salvador do Amaral Gurgel. Os padres implicados foram julgados secretamente em Lisboa. Cláudio Manuel da Costa fora encontrado morto na Casa dos Contos, em Vila Rica, no dia 4 de julho de 1789. A informação oficial foi de que ele se suicidara, mas muitos historiadores acham que, na verdade, o poeta foi morto —durante uma sessão de tortura ou, então, pelos próprios inconfidentes.

De todas as sentenças originais, só uma foi mantida: aquela que condenava à morte e à infâmia o alferes Joaquim José da Silva Xavier. Tiradentes, órfão de pai e mãe desde os 10 anos, fracassara em tudo na vida: fora tropeiro, minerador e dentista. Em dezembro de 1755, alistou-se na Companhia dos Dragões e passou a patrulhar as estradas de Minas Gerais. Em 14 anos de carreira, recebeu apenas uma promoção, estacionando no posto de alferes (equivalente, hoje, ao de tenente). Em 1787, desgostoso com sua situação, pediu licença da tropa e mudou-se para o Rio, onde voltou a trabalhar como dentista e onde conheceu José Álvares Maciel, que o influenciou com idéias republicanas e separatistas.

De volta a Minas, Tiradentes tornou-se o mais entusiástico e temerário propagandista do golpe. Mas não há dúvida de que seu papel na trama foi, e seria, menor. Ainda assim, era o bode expiatório ideal —e a Coroa o escolheu para servir de exemplo. Tiradentes cumpriu o papel com altivez espantosa. Desde a prisão no Rio, em maio de 1789 (*gravura na página ao lado*) até o momento em que ouviu a leitura da sentença, Tiradentes não vacilou, blasfemou ou traiu. E era uma sentença terrível: "Pelo abominável intento de conduzir os povos da capitania de Minas a uma rebelião, os juízes deste tribunal condenam o citado réu a que, com baraço e pregão, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca e nela morra a morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde em o lugar mais público dela será pregada, em poste alto até que o tempo a consuma; e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas, onde o réu teve suas infames práticas, até que o tempo também os consuma; e declaram o réu infame, e seus filhos e netos, e os seus bens aplicam para o Fisco, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e no mesmo chão se erguerá um padrão, pelo qual se conserve a memória desse abominável réu". E assim se fez. O Brasil ganhou seu Cristo cívico. E um Judas: o traidor Silvério dos Reis, escorraçado pelo resto da vida.

O Mito do Tiradentes

Tiradentes pode ter sido mero bode expiatório no trágico desfecho da Inconfidência Mineira. Mas a decência com que se comportou ao longo do lento e tortuoso processo judicial e, acima de tudo, a altivez com que enfrentou a morte, o tornaram, no ato, não apenas a maior figura do movimento, mas um dos grandes heróis da história do Brasil. Enquanto a maioria dos conjurados chorava, balbuciava e se maldizia —trocando acusações e blasfêmias diante dos jurados—, Tiradentes manteve a dignidade, o senso de camaradagem e uma tranquilidade despojada que, da mera leitura dos autos, sua presença refulge imponente e quase majestosa. Desde o início ele tentou atrair toda a culpa sobre si, praticamente se apresentando para o martírio ao proclamar responsabilidade exclusiva pela Inconfidência. Ao saber que, além dele, outros conjurados tinham sido condenados à morte, Tiradentes declarou: "Se dez vidas eu tivesse, dez vidas daria para salvá-los".

Não houve, por parte dos acusados, espécie alguma de retribuição. Com toda a confusão de seus depoimentos, nenhum negara a participação de Tiradentes nem seu entusiasmo fanático e às vezes imprudente pela revolução.

Para a Coroa, o alferes também despontava como a vítima ideal: primeiro, era alguém com todos os ressentimentos de um típico "revolucionário francês". Depois, não era ninguém: "Quem é ele?", perguntara uma carta régia enviada de Lisboa ao desembargador Torres, juiz do processo. "Não é pessoa que tenha figura, nem valimento, nem riqueza". Além do mais, quem levaria a sério um movimento chefiado por um simples Tiradentes? Enforcá-lo, portanto, teria o efeito máximo como advertência e o mínimo como repercussão.

Mas os caminhos da história escolheram outras vias e, um século depois, Tiradentes seria transformado no grande símbolo da República —independentemente do papel que tivesse desempenhado na Inconfidência. Por anos a fio, a história da revolta subsistira apenas na memória popular. A partir de 1873, e até 1893, a literatura e a historiografia começaram a transformar Tiradentes numa espécie de Cristo cívico. Ele renascera antes, no livro "Brasil Pitoresco", escrito em 1859 pelo francês Charles Ribeyrolles, na figura de um herói republicano "que se sacrificava por uma idéia". Em 1873, porém, Joaquim Norberto de Souza lançou sua "História da Conjuração Mineira". Descobridor dos "Autos da Devassa", ele foi o primeiro a consultá-los. Após 13 anos de pesquisa, concluiu que o papel do Tiradentes fora secundário e que, devido à lavagem cerebral a que o submeteram na prisão os frades franciscanos, substituíra o ardor patriótico pelo fervor religioso. "Prenderam um patriota, executaram um frade." Os republicanos, já tentando alçar Tiradentes ao papel de símbolo do regime que estava para nascer, protestaram. Negavam ter Tiradentes beijado as mãos e os pés do carrasco; não aceitavam a versão de que ele se dirigira à forca com um crucifixo; não acreditavam que tivesse dito que, como Cristo, também morreria nu. Mas o fato é que semelhanças entre a paixão de Cristo e o martírio de Tiradentes eram tão evidentes (não faltavam nem Judas nem Pedros —e, agora, nem a ressurreição) que, depois de estabelecida a República, até mesmo os pintores ligados ou contratados por ela passaram a representar Tiradentes como se fosse Jesus no patíbulo. Com a passagem dos anos, a memória e as imagens de Tiradentes continuariam sendo esquartejadas.

UM SÍMBOLO BRASILEIRO

Não se sabe como eram as verdadeiras feições de Joaquim José da Silva Xavier. Todos os retratos são fictícios —embora nenhum tenha seguido duas informações vindas de fonte segura. Durante o julgamento dos inconfidentes, Alvarenga Peixoto descrevera Tiradentes como "feio e espantado". O depoimento de frei Penaforte indicava também que, ao ser conduzido ao patíbulo, o réu estava "com a barba e a cabeça raspadas". Tais fatos eram adversos ao processo de mitificação do Tiradentes —foram, portanto, solenemente ignorados. Na mais brilhante e definitiva análise da fabricação do mito de Tiradentes, feita por José Murilo de Carvalho no livro "A Formação das Almas — O Imaginário da República no Brasil" (no qual se baseiam as idéias discutidas nesta página), são analisadas todas as imagens de Tiradentes e de seu martírio (em especial os quadros "Tiradentes Esquartejado", feito em 1893 por Pedro Américo e reproduzido na página 81, e "Martírio de Tiradentes", de Aurélio de Figueiredo, reproduzido acima). Neles, como em quase todos os demais, Tiradentes surge como "o mártir ideal e imaculado na brancura de sua túnica de condenado". Foi assim que ele se tornou aceito como símbolo nacional tanto por monarquistas e abolicionistas como pelos republicanos. O fenômeno se repetiria nos anos 60 do século 20, quando tanto os militares como grupos revolucionários de esquerda —e até mesmo o dinâmico e rebelde Teatro de Arena— o usaram como símbolo de liberdade e luta. Após dois séculos, Tiradentes vive.

A Chegada da Família Real

O dia nasceu radiante. Desde a madrugada, a multidão se aglomerava no cais do largo do Paço, fitando a esquadra fundeada na baía de Guanabara. O desembarque, porém, só começou por volta das 11 horas. Descontando-se os 45 dias passados na Bahia, a armada real estava em alto-mar havia dois meses. Ao longo dos 64 dias durante os quais aquelas oito naus, cinco fragatas, três brigues e 30 navios mercantes cruzaram o Atlântico, se uma tormenta porventura fizesse a frota ir a pique, submergiria não apenas toda a dinastia de Bragança, mas boa parte da nobreza, do clero e da corte de um reino que partira para o exílio. Mas, singrando a mesma rota que Cabral seguira 300 anos antes —e sob a escolta de quatro navios de guerra britânicos—, aquele pedaço flutuante de Portugal desfrutou de uma viagem relativamente tranquila. Agora, na luminosa manhã de 8 de março de 1808, mais de 10 mil nobres exilados se preparavam para pôr novamente os pés em terra e iniciar não só um novo período para a história de Portugal como, principalmente, uma nova era para o Brasil. Pelos 13 anos que se seguiriam, d. João e sua corte viveram no Rio de Janeiro —de início, fugindo da iconoclastia incontida de Napoleão; depois, tentando se esquivar do jugo britânico. Dias antes do desembarque no Rio de Janeiro, o Brasil já começara a se livrar dos grilhões coloniais. Em breve, seria um reino unido a Portugal. A seguir, um país independente.

O júbilo com que o povo do Rio se preparara para receber a família real não era, portanto, apenas fruto de devoção monárquica, mas uma antecipação genuína pelas benesses que estavam por vir. E assim, no instante em que o futuro rei, sua mulher, Carlota Joaquina, príncipes, nobres, cortesãos e até a rainha louca, d. Maria, pisaram em solo carioca, o som dos clarins, o espocar dos rojões, o alarido do povaréu, o troar dos aplausos e dos hurras e o clamor dos sinos ecoaram pela Guanabara.

A procissão real seguiu por ruas cobertas de areia branca, juncadas de folhas de mangueira e de canela, por entre as filas da soldadesca perfilada, com uniformes de gala refulgindo ao sol, diante das casas enfestoadas de panos multicoloridos. A marcha a conduziu da rua Direita à do Ouvidor e dali à remodelada igreja do Rosário, onde se rezou a missa para dar graças pela chegada à nova sede do reino de Portugal. Embora satisfeita com o desembarque, a família real não pôde deixar de notar que, além de despojada, a cidade do Rio de Janeiro exalava "os odores mais pútridos". A população, ainda extasiada com a visão de tanto fausto, também não foi capaz de ignorar a feiúra gritante de d. João 6º e d. Carlota, nem os gritos alucinados de d. Maria 1ª e as cabeças raspadas das cortesãs (devido à epidemia de piolhos ocorrida a bordo). Em poucos anos, o Brasil e a realeza se acostumariam com os próprios defeitos —embora só o país de fato se modificasse.

O VELHO LIBERAL

Seis dias depois de desembarcar na Bahia, d. João 6º assinou um decreto, em 28 de janeiro de 1808, abrindo os portos do Brasil "a todas as nações amigas". O decreto foi uma sugestão de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, discípulo baiano das idéias de Adam Smith, que "adaptara" o liberalismo econômico aos moldes de uma sociedade escravocrata, substituindo "liberdade de mercado" por "liberdade de câmbio". Autor de mais de 70 livros, Cairu defendia o liberalismo econômico, mas não o político. "Opinião pública? Não conheço essa senhora", disse ele, ao saber que era criticado.

A Fuga de Portugal

O dia nasceu chuvoso e frio. Desde a madrugada, a multidão se aglomerava no porto do Tejo, fitando a frota que balouçava nas águas barrentas do rio e as enormes pilhas de baús amontoados no cais. A chuva caía sobre móveis rebuscados e objetos de arte, sobre mais de 60 mil livros e manuscritos de bibliotecas reais, sobre quadros, pratarias e arquivos. A mesma chuva transformara as ruas estreitas que serpenteavam das sete colinas de Lisboa até o porto em riachos ou atoleiros. Por elas, engarrafavam-se mais de 700 carruagens e carroças.

Quando os pertences da família real começaram a ser embarcados, um engalfinhamento enlouquecido de cortesãos dispostos a obter permissão para subir a bordo varreu o cais. Calado e ressentido, o povo lisboeta percebia que estava prestes a ser abandonado pela monarquia. Era 27 de novembro de 1807.

Por meses a fio, através de um intrincado jogo diplomático e à custa de muitas humilhações, d. João 6º havia conseguido manter uma aparente neutralidade na luta travada por Napoleão para submeter a Inglaterra à sua coroa imperial. No dia 12 de agosto de 1807, a França e sua aliada, a Espanha, deram um ultimato a Portugal: se até o dia 1º de setembro d. João não fechasse seus portos a navios ingleses, confiscasse propriedades e prendesse todos os súditos britânicos residentes no país, a aliança franco-espanhola declararia guerra a Portugal.

Encurralado entre duas hipóteses desastrosas —romper com um antigo e poderoso aliado ou desafiar seus aguerridos vizinhos—, d. João 6º, com o auxílio e simulação dos ingleses, postergou a decisão até 20 de outubro, quando fingiu ter bloqueado seus portos aos britânicos. Não foi bastante: em novembro, o general Junot deu início à invasão de Portugal.

Andoche Junot era um velho conhecido de d. João 6º: fora embaixador da França em Lisboa. Agora, porém, à frente de um exército de 23 mil soldados, ele marchava para tomar a capital. Embora mal-armada, maltreinada, faminta e fatigada, a tropa de Junot era identificada com a máquina de guerra que esmagara os exércitos da Áustria e da Rússia. Por isso, entrou em Portugal sem encontrar resistência e, em 25 de novembro, já estava nos arredores de Lisboa.

Desde o dia 20, chovia sem parar e a família real estava embarcada já na tarde de 27. Só no dia 29, porém, o tempo mudou. O dia nasceu radioso, e o vento soprou do nordeste. O chamado "vento espanhol" empurrou a esquadra real para a segurança do Brasil no instante em que Junot tomava Lisboa e, da Torre de Belém, bombardeava os navios em fuga, atingindo apenas um e caindo em desgraça com Napoleão.

O REI DO MUNDO

Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi um dos maiores generais da história. Assumiu o poder depois de liderar uma brilhante campanha militar no Egito. Seu regime autocrático foi bem aceito após o caos provocado pela Revolução Francesa. Em 1804, Napoleão proclamou-se imperador —e ele próprio se coroou. Entre 1805 e 1810, conquistou praticamente toda a Europa: só não venceu a Inglaterra, que bloqueou. Em 1807, enviou a d. João 6º um ultimato, forçando-o a declarar guerra aos britânicos. O Brasil lucraria duplamente com Napoleão: deve a ele, além da vinda da família real, o envio da missão artística francesa, em 1816.

O Rio Remodelado

Embora desde o dia de sua descoberta o cenário geográfico monumental que envolve a baía de Guanabara tenha encantado a navegadores, viajantes e poetas, o fato é que, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro era precária e malcheirosa, provinciana, suja e descuidada. Os membros da corte e da família real não precisaram mais do que dez minutos para percebê-lo. "Que horror. Antes Luanda, Moçambique ou Timor", teria dito a princesa Carlota Joaquina. A viagem fora incômoda: na pressa, os pertences de cada grupo foram postos em navios diferentes. Velas foram cortadas para virar camisas; a comida não era suficiente, a água era pouca e ruim. Nos primeiros dias no Rio de Janeiro, porém, a situação não melhorou muito.

A família real e seus 350 lacaios ficaram, de início, instalados no paço do Vice-Rei, "moradia miserável para a realeza", apenas "dignificada com o nome de palácio". Para alojar milhares de nobres e cortesãos, cerca de 2.000 casas foram requisitadas —e seus moradores simplesmente desalojados. De início, muitos cariocas ficaram felizes em ceder seus lares, mas, ao perceber que a espoliação era feita sem rodeios e parecia ser permanente, muitos se revoltaram. Casas confiscadas eram marcadas com as letras P. R. (de "Príncipe Regente"). O povo logo passou a traduzi-las por "Ponha-se na rua" ou "Propriedade roubada". Ainda assim, a cidade ganharia, em breve, tantos melhoramentos que poucos foram os que saíram perdendo.

Aceitando a oferta de Elias Antônio Lopes, um rico comerciante, d. João 6º se mudou para a Quinta da Boa Vista (*abaixo*). A seguir, determinou o início das obras de remodelamento do Rio: charcos foram drenados, ruas ampliadas e calçadas, novos e suntuosos bairros, como Glória, Flamengo e Botafogo, praticamente criados, e a rua Direita (*acima*), toda modernizada. Antes disso, porém, horrorizado com o aspecto "bárbaro" conferido à cidade pelos muxarabis —grades de madeira ripada que cobriam as janelas—, d. João baixou um decreto, em junho de 1809, obrigando todos os moradores a retirá-los. Em menos de cinco anos, o Rio já estava bastante modificado. Com a chegada da missão francesa, em 1816, a cidade adquiriria ares imperiais.

A Missão Francesa

Foi uma missão civilizatória —e, como todas as demais, incompreendida pelos nativos. Disposto a declarar o Brasil um reino e a fazer do Rio de Janeiro uma cidade digna de um rei, d. João 6º decidiu trazer ao país um grupo de pintores, escultores, gravadores e arquitetos franceses. A obra deles daria à cidade um verniz de civilização. Quem se encarregou de selecionar os artistas foi Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, intelectual francófilo. Quem contratou a missão foi o marquês de Marialva, embaixador de Portugal em Paris. Marialva e Barca não tiveram dificuldade em encontrar mestres dispostos a trocar Paris pelo Rio: a missão francesa seria formada por artistas que apoiaram Napoleão e, com a derrota do autoproclamado imperador, tinham caído em desgraça na França. Era um time de primeira, indicado pelo barão de Humboldt:

Joachim Lebreton (1760-1820) era o chefe da missão. Fora um dos organizadores do Louvre e, ao se recusar a devolver obras pilhadas nas campanhas de Napoleão, caiu no ostracismo. Trouxe 54 telas do Louvre. Elas apodreceram.

Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830), pintor histórico e subchefe da missão, veio ao Brasil com os quatro filhos, entre os quais os pintores Félix-Émile e Aimé Adrien, mais o irmão.

Auguste-Marie Taunay (1768-1824), escultor que fez vários bustos de bronze e lecionou escultura na Academia de Belas-Artes.

Grandjean de Montigny (1766-1850), grande arquiteto, foi escolhido para fazer o prédio que abrigaria a Escola de Belas-Artes. Poucos de seus projetos saíram do papel. Os que tiveram tal sorte foram derrubados mais tarde.

Charles Pradier (1768-1848), pintor, fez um dos melhores retratos oficiais de d. João 6º.

Marc e Zéphyrin Ferrez, irmãos escultores, gravaram a primeira moeda brasileira.

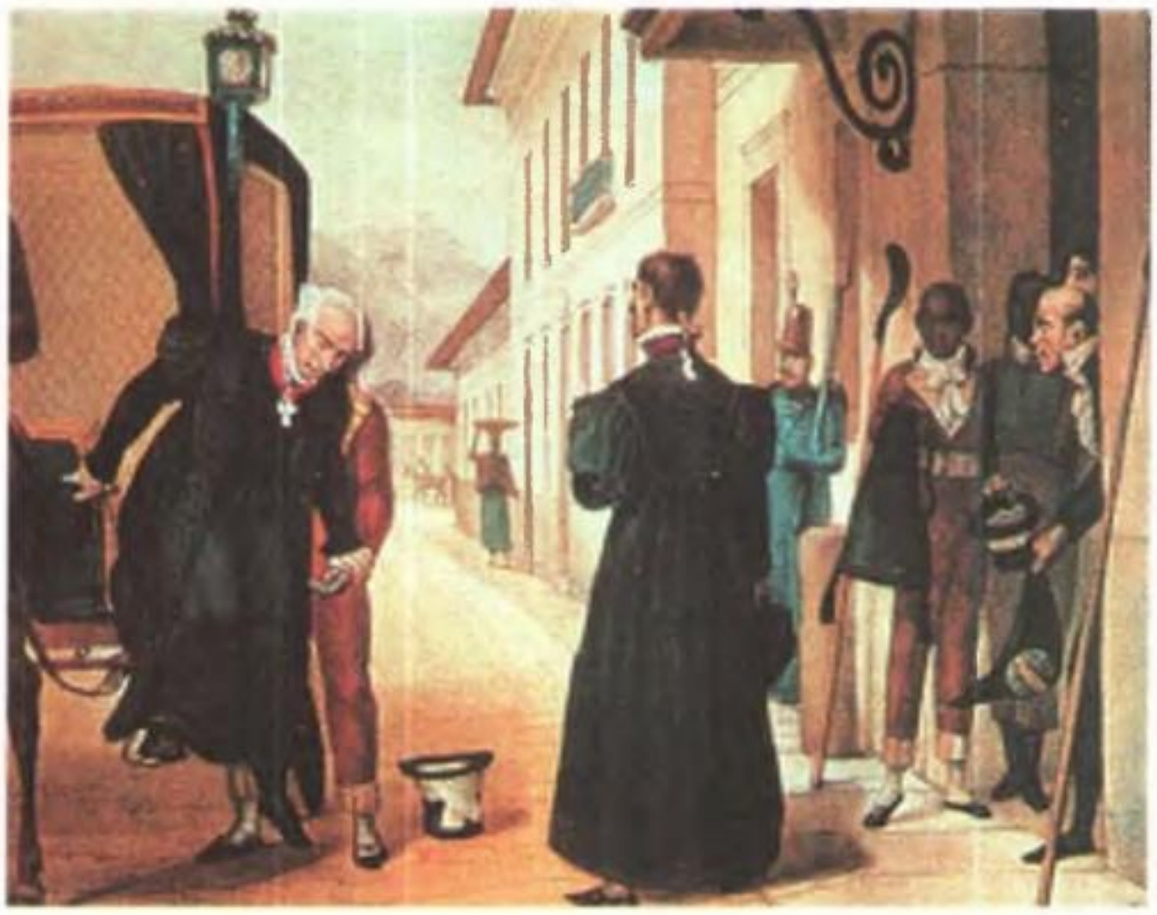
Ao todo, eram 46 pessoas (algumas vieram com família e criados), entre as quais se incluíam mestres artífices, como o serralheiro Nicolas Enout, o carpinteiro Louis Roy, os curtidores de peles Fabre e Pilite, o ferreiro Level e o maior de todos, o pintor Jean-Baptiste Debret. Apesar dos problemas que enfrentaram, esses homens conseguiram mudar a face do Rio de Janeiro.

O projeto do palácio do Comércio (acima) foi um dos únicos do arquiteto Montigny que saiu do papel

O conde da Barca e o marquês de Marialva (acima) trouxeram a missão subchefiada por Nicolas Taunay

O projeto inicial do marquês de Marialva propunha a instalação no Brasil de uma Escola de Ciências, Artes e Ofícios, na qual "as artes liberais e de luxo deviam ceder o passo às úteis e necessárias". Ao embarcar na fragata Calpe, em 22 de fevereiro de 1816, Lebreton já se decidira a criar uma Academia de Belas-Artes. A chegada ao Rio se deu em 26 de março. De início, o conde da Barca conseguiu contornar o conflito entre os políticos favoráveis às "artes úteis" e os defensores das "artes liberais". Mas o protetor da missão morreu no início de 1817. Então, vitimada por campanhas difamatórias, inveja de artistas luso-brasileiros e brigas internas, a missão quase gorou. Vários artistas já chegaram ao Brasil brigados entre si. No Rio, foram duramente atacados pelo cônsul francês Maler, que os considerava subversivos. Depois, revoltaram-se os artistas locais que, com "empeçonhada rivalidade contra os que julgavam intrusos protegidos por injustos e inadmissíveis privilégios", atacaram a missão.

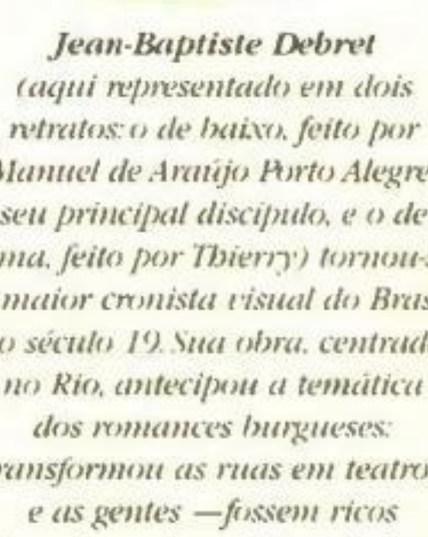
Quando, amargurado e desgostoso, Joachim Lebreton morreu, em 1820, o mundo ruiu para os artistas franceses. Embora continuassem a receber seu salário de 800 mil-réis anuais, mais as refeições, depois que Henrique José da Silva assumiu o comando da escola real de Ciências, Artes e Ofícios, os missionários passaram a comer o pão que o diabo amassou. Pintor medíocre, pai de 12 filhos que mal podia sustentar, mas com amizades entre os políticos, Silva armou todos os entraves burocráticos para dificultar o trabalho dos franceses. Determinou que, antes de qualquer outro curso, todos os alunos da escola real deveriam fazer, por três anos, a cadeira de desenho. Quem era o professor de desenho? Ele próprio. Impedidos de lecionar na escola fundada para eles, alguns missionários retornaram à França. Outros alugaram casas nos arredores da cidade e passaram a viver de aulas particulares. Ainda assim —e embora ainda hoje sejam acusados de ter destroçado o barroco brasileiro e retardado a chegada do modernismo ao Brasil—, o legado da missão francesa se impôs em obras e quadros do Rio de Janeiro e permanece mais do que vivo nos traços de Jean-Baptiste Debret.



A Obra de Debret

Acima de tudo, era um "flaneur". Percorria, atento e deslumbrado, calçadas e cascatas, matas e morros, o cais e os caminhos que dali partiam. Entrava em fazendas e favelas, frequentava palácios e paços. Não dava um passo sem o bloco no qual rabiscava esboços minuciosos que, a seguir, no silêncio laborioso de seu ateliê, transformava em quadros e pranchas. Sem as cerca de 200 gravuras que Jean-Baptiste Debret realizou do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul —seus nobres e seus escravos; seus costumes e seus animais; suas ruas e suas casas—, é quase impossível supor que imagem faríamos do Brasil de 1820. É provável que não fizéssemos imagem nenhuma —pelo menos não uma confiável. Debret registrou os avanços e as mazelas, os horrores e os maravilhamentos, a rudeza e os encantos do país com o rigor de um historiador preciso e a finesse de um artista inspirado. Não fossem seus quadros, a maior parte dos livros didáticos sobre a história do Brasil seria mais maçante do que já é. Um único quadro de Debret vale por um tratado. Sua obra nos revela como era —e por que viria a ficar como está— um país que é quase um continente. Irônico e eventualmente árduo, libertário e conservador numa só pincelada, Debret foi o profeta visual dos tristes trópicos.

Jean-Baptiste Debret nasceu em Paris em 18 de abril de 1768, filho de funcionário público graduado e primo do pintor Jacques-Louis David, seu primeiro mestre. Em 1791, ao eclodir a Revolução Francesa, teve de abandonar a Escola de Belas-Artes. Formou-se, então, engenheiro na Escola Politécnica. Voltou a pintar em 1798 e foi premiado no Salão de Paris com obras sobre as campanhas de Napoleão, de quem era admirador. Em 1814, a derrota do imperador não abalou Debret apenas moralmente: acabou com sua carreira na França, além de surpreendê-lo num momento de crise financeira. Foi, portanto, com alívio e alegria que recebeu o convite de Lebreton para juntar-se à missão francesa que iria para o Brasil. Só não podia imaginar que permaneceria aqui por 15 anos.



Jean-Baptiste Debret *(aqui representado em dois retratos: o de baixo, feito por Manuel de Araújo Porto Alegre, seu principal discípulo, e o de cima, feito por Thierry) tornou-se o maior cronista visual do Brasil do século 19. Sua obra, centrada no Rio, antecipou a temática dos romances burgueses: transformou as ruas em teatros e as gentes —fossem ricos desembargadores, fossem pobres escravas— em atores sociais. Debret pintou uma história da vida privada no Brasil.*

Ao longo da década e meia durante a qual esteve no Brasil, Jean-Baptiste Debret jamais obteve as condições ideais para a realização de seu trabalho. Ainda assim, deixou uma obra extraordinária que, mais de um século e meio após sua publicação, não encontra paralelo na iconografia brasileira. Ao desembarcar no Rio, em março de 1816, Debret já se envolvera nas polêmicas internas que abalavam a missão. Mas o ambiente com o qual deparou transformaria aquelas meras discussões acadêmicas em mexericos de comadres. Embora tenha sido nomeado pintor da Casa Imperial e tenha ajudado a decorar o Rio para a festa de aclamação de d. João 6º (quando teve a idéia de iluminar com lâmpadas de zinco e lustres de cristal os monumentos de Montigny, transformando o Rio numa cidade-luz tropical), Debret esbarrou na muralha de ignorância e inveja erguida por artistas e políticos locais. Decidido a não voltar para a França, alugou uma casa no Catumbi e passou a viver de aulas particulares. Conseguiu fazer alguns retratos da família real, mas os "nobres" cariocas, acostumados a viver em casas de paredes nuas, jamais lhe encomendaram um só quadro. Debret tinha, assim, tempo de sobra para flanar pelo Rio, que se transformava rapidamente.

Em 1827, tomou a sua grande decisão e partiu rumo ao Rio Grande do Sul, acompanhando um grupo de tropeiros. Praticamente refez a trilha de Auguste de Saint-Hilaire. Ao retornar para o Rio, depois de passar por Rio Grande, Desterro, Curitiba, Sorocaba e São Paulo, trazia o material para sua obra definitiva. Em 1831, voltou para a França e deu início à edição da "Voyage Pittoresque et Historique au Brésil", obra monumental, lançada em três volumes, entre 1834 e 1839, na qual, em 151 pranchas, captou um país efervescente, que se civilizava com rapidez e brutalidade. O livro segue o "traçado lógico da civilização no Brasil": o primeiro volume é dedicado aos índios e às florestas; no segundo, surgem escravos e artesãos; o terceiro investiga os usos e costumes urbanos e os acontecimentos políticos. Constituem uma aula inesquecível, repleta de cores, sons e odores preservados no tempo e no espaço.

O Império da Burocracia

Ao trazer cerca de 12 mil acompanhantes na sua transmigração para o Brasil, d. João, ao chegar ao Rio de Janeiro, não se viu forçado apenas a achar lugar para toda aquela gente morar. Também foi preciso dar-lhes um emprego —e um emprego público, é claro. Logo nos primeiros dias, d. João montou seu ministério, formado por três secretarias: a dos Negócios do Reino, a da Guerra e dos Estrangeiros e a da Marinha e Ultramar. A primeira, e mais importante delas, ficou sob o comando de Fernando José Portugal, marquês de Aguiar. "Minguado de faculdades criadoras para sacar da própria mente e da meditação fecunda as providências que as necessidades do país fossem ditando, o marquês de Aguiar parece ter começado por consultar o almanaque de Lisboa e, à vista dele, ter-se proposto a satisfazer a grande comissão que o príncipe lhe delegara, transplantando para o Brasil, com seus próprios nomes e empregados (para não falar de vícios e abusos), todas as instituições que lá havia, as quais se reduziam a muitas juntas e tribunais, que mais serviam de peia do que de auxílio à administração, sem meter em conta o muito que aumentou as despesas públicas, e o ter-se visto obrigado a empregar um sem-número de nulidades, pelas exigências da chusma de fidalgos que haviam emigrado da metrópole e que, não recebendo dali recursos, não tinham o que comer", escreveu, em 1854, Francisco Adolfo Varnhagen.

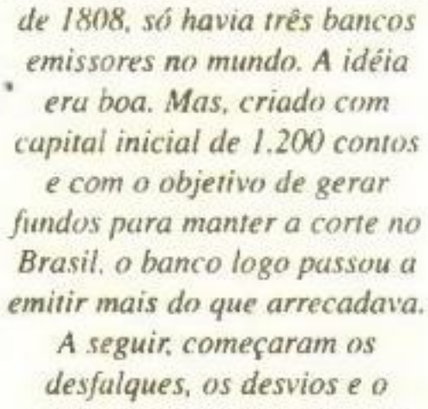
O pior para d. João 6º foi que, ao abrir os portos "às nações amigas" (que, ele sabia, era apenas e exclusivamente a Inglaterra), privou o Estado de sua única fonte de renda: os impostos extorsivos. A tributação dos produtos ingleses, os únicos disponíveis, baixou para 24% já em 1808. Dois anos mais tarde, caiu para apenas 15%. Dessa forma, a única maneira que d. João encontrou para obter dinheiro foi fabricá-lo. Por isso criou o Banco do Brasil (*leia o quadro à direita*). Ao imprimir papel-moeda sem lastro, mergulhou o país no poço sem fundo da inflação.

Embora desprezasse os traficantes de escravos, que eram os verdadeiros senhores do Rio da época (homens como Fernando Carneiro Leão, o maior deles e um dos supostos amantes de Carlota Joaquina, e João Rodrigues Pereira de Almeida), d. João aproximou-se deles e obteve empréstimos em troca de comendas e de terras. Tais prêmios asseguraram a esses ricos párias rápida ascensão social.

A vida social do Rio tornou-se intensa e as malcuidadas e quase insalubres casas dos ricos locais tiveram de ser remodeladas —não só elas como seus guarda-roupas. Já os cortesãos circulavam pelas ruas recém-abertas esforçando-se o máximo para exibir trajes e modos em tudo superiores aos dos nativos. A cena não passou despercebida a Debret, que a imortalizou na prancha "Um Funcionário a Passeio com sua Família" (*reproduzida nesta página*), na qual "uma família de fortuna média, cujo chefe é funcionário", sai de casa para visitar a rua do Ouvidor, "repleta de lojas de moda francesa".

O Banco do Brasil

Quando d. João fundou o Banco do Brasil, em 12 outubro de 1808, só havia três bancos emissores no mundo. A idéia era boa. Mas, criado com capital inicial de 1.200 contos e com o objetivo de gerar fundos para manter a corte no Brasil, o banco logo passou a emitir mais do que arrecadava. A seguir, começaram os desfalques, os desvios e o "extravio" do dinheiro. Em vez de "proceder a rigoroso inquérito, como aconselhava a salvação da instituição", o governo "impôs o silêncio pela violência aos que davam curso àqueles boatos". Em dezembro de 1829, o banco foi fechado. "Belas moedas de ouro tinham sido substituídas por pobres tiras de papel" (abaixo, a primeira delas).



Carlota Joaquina

Na madrugada de 25 de abril de 1821, antes de o dia raiar, a rainha Carlota Joaquina —acompanhada de seu marido, o rei d. João 6°, do filho d. Miguel, das seis princesas e de 4.000 cortesãos (e de boa parte do Tesouro Real, mais 50 milhões de cruzados sacados sorrateiramente do Banco do Brasil)— embarcou na nau que, enfim, a levaria junto com a corte de volta à Europa. Reza a lenda que, ao pôr os pés no navio, Carlota bateu um sapato contra o outro e disse: "Nem nos calçados quero como lembrança a terra do maldito Brasil".

A rainha de fato odiava o país —e os quase 5.000 dias em que nele viveu não foram suficientes para fazê-la mudar de opinião. Mais do que ao Brasil, d. Carlota só odiava uma coisa: o marido d. João, com o qual estava casada havia 36 anos, mas com quem não convivia há 20. Ainda assim, tivera nove filhos. Prole tão numerosa num casal que mal podia se olhar logo gerou suspeitas: dizia-se que pelo menos cinco dos nove rebentos não seriam fruto de d. João. De fato, talvez não fossem, embora nem o rei nem a rainha dessem a menor importância para isso. Além desse desinteresse mútuo, uma outra coisa d. João e d. Carlota tinham em comum: eram ambos feíssimos.

Carlota Joaquina de Bourbon, infanta de Espanha, rainha de Portugal e imperatriz honorária do Brasil, nascera nos arredores de Madri em 22 de abril de 1775. Aos 10 anos de idade, casou-se por procuração com d. João. Realizada por uma questão de Estado, a união foi vexatória desde o início: num dos primeiros encontros, a noiva mordeu selvagemente a orelha do noivo e jogou-lhe um castiçal no rosto. O casal só iniciou sua vida conjugal cinco anos depois do casamento, logo após a primeira menstruação da princesa. A chegada dos filhos não mudou em nada o relacionamento entre ambos. Na prática, comportavam-se como monarcas inimigos.

Carlota Joaquina era uma amazona audaz que gostava de se vestir com roupas chamativas. Quando criança, não era tão feia quanto se tornaria depois dos 15 anos. Ao deixar o país (abaixo), *bateu os sapatos para "não levar nem o pó do maldito Brasil".*

De certa forma, Carlota Joaquina e d. João eram mesmo inimigos. Fiel às origens espanholas, a rainha conspirou com frequência contra o trono português. Por isso, os historiadores luso-brasileiros gostam de descrevê-la como uma bruxa: "A mulher era quase horrenda, ossuda, com uma espádua acentuadamente mais alta do que a outra, uns olhos miúdos, a pele grossa que as marcas da bexiga ainda faziam mais áspera, o nariz avermelhado. E pequena, quase anã, claudicante (...) uma alma ardente, ambiciosa, inquieta, sulcada de paixões, sem escrúpulos, com os impulsos do sexo alvoroçados", escreveu Tarquínio de Sousa.

Uma das mais cruéis descrições de Carlota, no entanto, foi feita pelo genial escritor inglês William Beckford, que a conheceu e deplorava "suas incessantes intrigas de todos os matizes, seus caprichos extravagantes, seus atos desumanos de crueldade".

A verdade é que a feia Carlota lutava pelos interesses da Espanha —em especial quando estes a favoreciam. Quando Napoleão rompeu com Madri e entronou seu irmão no lugar de Carlos 4°, pai de Carlota, ela quis ser rainha do Prata. Dom João bloqueou os planos. Carlota, então, fixou-se na casa da praia de Botafogo, onde se banhava nua. Continuou colecionando amantes (mandando matar a mulher de um deles) e deu para fumar a erva diamba (hoje chamada maconha).

Amazona audaz, montava como homem. Cantava e dançava o flamenco. Foi má mãe, especialmente depois que seu primogênito, Antônio, morreu aos 6 anos. Seu outro favorito era d. Miguel, tido como filho do marquês de Marialva. Carlota nunca deu atenção para o príncipe herdeiro, d. Pedro. Ao sair pelas ruas do Rio, era precedida por um séquito de seguranças que forçavam todos os súditos a se ajoelhar. Carlota morreu em Lisboa, aos 54 anos, sem jamais ter retornado à sua amada Espanha.

Perfil e Legado de D. João 6º

Dom João 6° passou à história vitimado pela própria aparência e por uma série de características caricaturais. Cabeça enorme, corpo roliço, pernas curtas, mãos e pés minúsculos, rosto avermelhado surgindo de um conflito de volteios e papadas, o rei não apenas era muito feio ("fealdade que se reputa das maiores ocorridas em pessoas de casa real de qualquer país da Europa", disse um cronista), como também um glutão inveterado que ignorava as mais primárias normas de higiene e asseio. É fato histórico que ele enfiava frangos assados inteiros nos bolsos de casacas engorduradas, sujas e puídas, que se recusava a trocar. Também é verdade que odiava o contato com a água. "Não havia memória na casa real, em Lisboa ou no Rio, de d. João ter tomado banho de corpo inteiro", escreveu o historiador Tobias Barreto em 1927.

Não é de estranhar, portanto, que o rei tivesse erupções e doenças de pele constantes e coçeiras permanentes. "Coçava-se por detrás e por diante, sendo que com essa mão dava assim mesmo a beijar", anotou um cortesão. Não bastasse, d. João 6° ainda era traído publicamente pela mulher, Carlota Joaquina, e, dizia-se, mantinha um caso com seu camareiro.

Nascido em 13 de maio de 1767, d. João 6° era o segundo filho de d. Pedro 3° e d. Maria 1ª. Não fora criado para ser rei, nem o pretendia. Mas em 1788 a varíola matou seu irmão mais velho, o herdeiro d. José, e d. João tornou-se o primeiro na linha sucessória. Dom Pedro 3° (tio e marido de d. Maria 1ª) morrera em 1786, de embolia cerebral. Em 1792, d. Maria enlouqueceu e d. João assumiu o governo, mas só aceitou o cargo de regente em 99, quando sua mãe foi declarada incurável. No trono, revelou-se tímido, distante, fleumático, bucólico, calado, omisso e indeciso.

Detestado por muitos de seus biógrafos, atacado por vários de seus contemporâneos —não só estadistas estrangeiros, mas políticos lusos—, d. João 6° surge, em muitos livros, como um monarca preguiçoso e bobalhão, vítima de um bucolismo inconsequente. Afinal, reunia-se regular e longamente com seus ministros e conselheiros, sopesava cuidadosamente todas as questões e, sempre que possível, não tomava decisão alguma. Mas o que era tomado por covardia talvez devesse ser interpretado como astúcia. Espremido entre um continente dominado pelo Exército francês e um oceano controlado pela Marinha britânica, d. João 6° adotou o estilo mais apropriado para Portugal numa época em que qualquer ação ousada poderia levar o reino à ruína. Tornou-se um radical da cautela.

De qualquer forma, o d. João imundo e glutão que chegou ao Brasil revelou-se um governante com frequentes rasgos de bondade e muitas ações práticas. Além de abrir os portos, declarar o Brasil um reino e remodelar o Rio, ele permitiu a instalação de indústrias no país e aparelhou as Forças Armadas, criando a Academia de Marinha, a Academia Militar e uma fábrica de pólvora (assim como outras obras, essa foi paga pelos traficantes de escravos do Rio). Construiu o Jardim Botânico, um observatório astronômico e um museu mineralógico. Fez o teatro, a biblioteca pública e a tipografia real, cuja primeira publicação foi "A Riqueza das Nações", de Adam Smith.

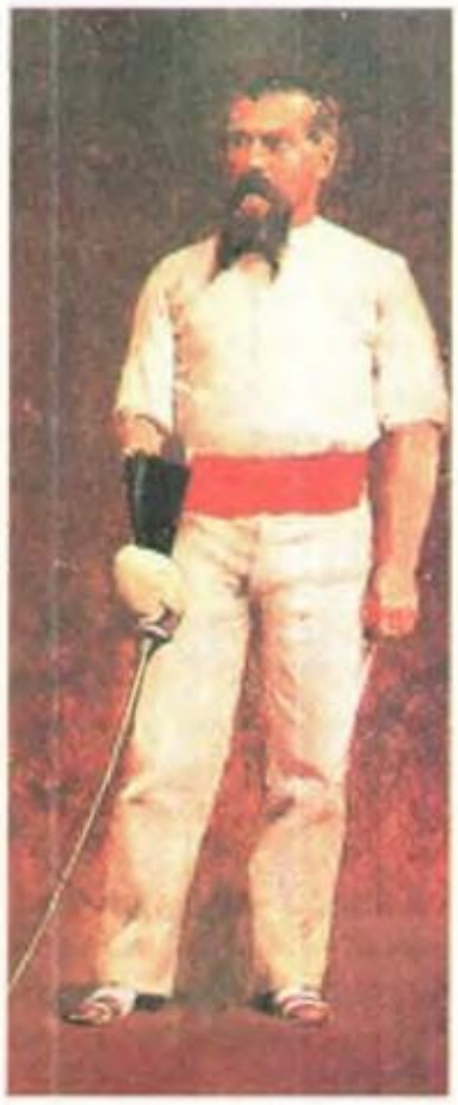
No Brasil, d. João não precisava ser pouco mais que um súdito da Inglaterra e só partiu porque era inevitável. Ao fazê-lo, disse ao filho Pedro: "Se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros". Mais do que um conselho, foi uma profecia.

Ao longo dos 13 anos em que ficou no Brasil, d. João 6° envolveu-se em três conflitos armados. O primeiro foi a invasão da Guiana Francesa, colônia que o país de Napoleão mantinha na América do Sul. Foi uma ação rápida e tranquila: com 700 homens e a ajuda naval inglesa, Caiena foi tomada em janeiro de 1809. O território seria devolvido à França em 1817. Em julho de 1821, depois de anos de escaramuças na fronteira sulista, d. João incorporou ao Brasil a Banda Oriental do Uruguai, que seu exército havia tomado em 1817. Rebatizado de Província Cisplatina, o novo território permaneceria sob controle do Brasil até 1825.

O conflito interno mais grave ocorrido durante o período de d. João 6° no Brasil foi a chamada Revolução Pernambucana de 1817. Movimento autonomista de inspiração republicana e maçônica, foi fruto do forte sentimento nativista e separatista que grassava em Pernambuco desde a expulsão dos holandeses em 1654. Em março de 1817, um grupo de revolucionários assumiu o poder na Província, declarando-a república separada do resto do Brasil. O novo regime só durou até maio, quando tropas portuguesas invadiram Recife e debelaram o movimento. Seus três principais líderes (entre eles o padre Miguelinho) foram fuzilados.

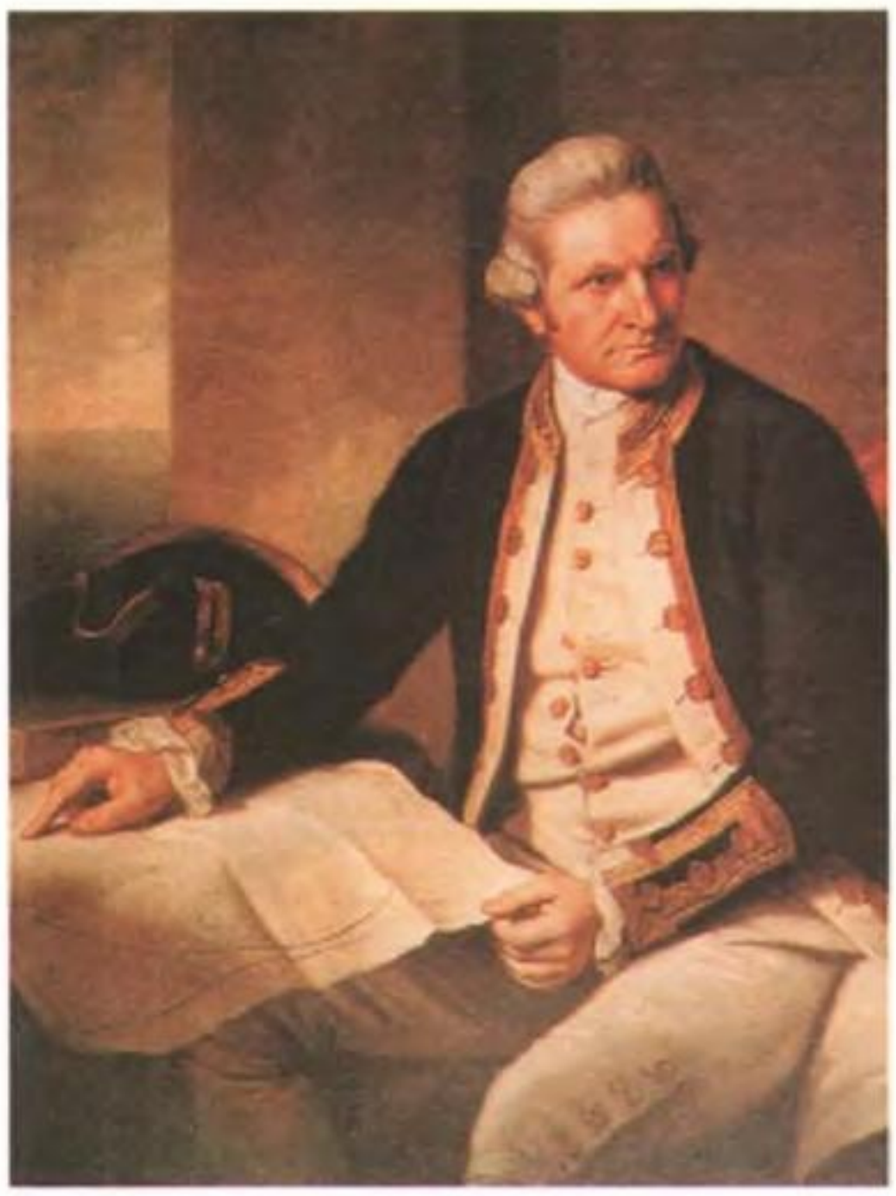
O Brasil dos Viajantes

Decididos a impedir que a exuberância dos recursos e da natureza brasileira despertasse a cobiça dos demais europeus, por três séculos os portugueses mantiveram o Brasil completamente fechado aos olhos estrangeiros. A clausura colonial só era rompida eventualmente por traficantes, piratas e corsários franceses e ingleses. Nesse caso, o bloqueio não apenas se justificava como permitia a Portugal assegurar as vantagens da posse sobre território tão vasto e rico. Uma pequena exceção foi aberta a James Cook, que, durante sua viagem de circunavegação, pôde aportar no Rio de Janeiro para reabastecimento. Mas não houve permissão para que os cientistas que o acompanhavam desembarcassem. Mais grave ainda foi o fato de as autoridades portuguesas terem impedido a entrada no país, em 1800, do maior de todos os sábios naturalistas, o barão alemão Alexander von Humboldt, que estava na Venezuela. A partir de então, vários outros estudiosos seriam barrados nos portos do país. Os prejuízos para o desenvolvimento da ciência no Brasil foram imensos —e irremediáveis. A situação começou a mudar em 1808, com a chegada da família real ao Brasil e a abertura dos portos. A partir daí, um ávido enxame de sábios, cientistas e naturalistas desembarcou no país. E houve um efeito-cascata: cada trabalho publicado na Europa atraía novas levas de estudiosos.

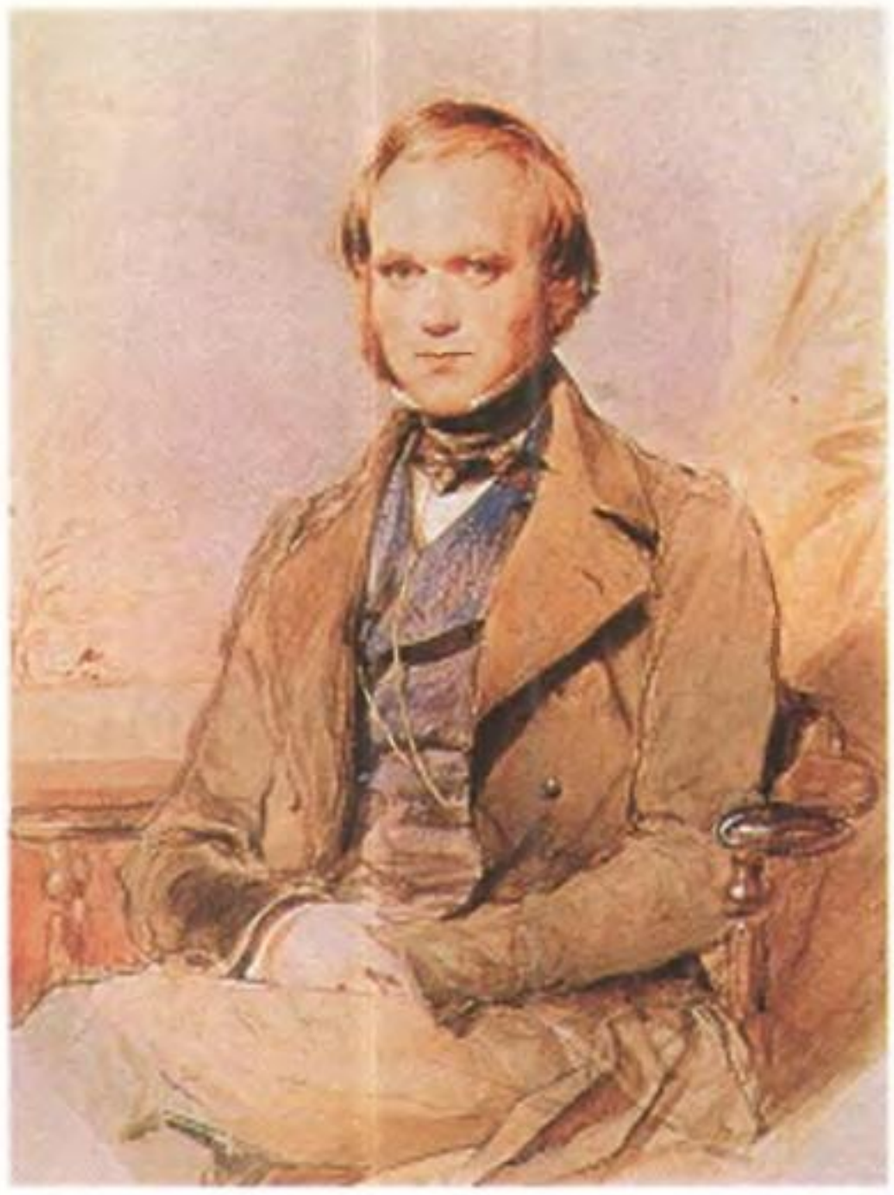


Ainda que a "abertura" oficial do Brasil ao olhar estrangeiro se desse em 1808, pouco antes Portugal já baixara a guarda, e em favor dos ingleses. É só o que explica a entrada no país, em 1802, do viajante Thomas Lindsey. Mais surpreendente ainda foi a permissão que seu compatriota John Mawe obteve para visitar a fechadíssima região das minas em 1807 —e escrever minuciosamente sobre elas. Três outros ingleses logo viriam ao país: John Luccock, em 1808, e Henry Koster, no ano seguinte, ambos autores de relatos preciosos. O terceiro viajante era Richard Francis Burton (*à esquerda*), príncipe dos exploradores britânicos, tradutor de "As Mil e Uma Noites" e do "Kama-Sutra", descobridor das nascentes do Nilo e primeiro ocidental a entrar em Meca. Burton foi cônsul britânico em Santos (SP) e redigiu dois livros sobre o Brasil, um deles perdido para sempre.

Na esteira dos ingleses —e muito influenciados pela obra de Humboldt— chegaram alemães e austríacos como o príncipe Maximiliano, Langsdorff, Spix e Martius. Todos trouxeram grandes artistas consigo e, assim, além de publicarem textos preciosos sobre o Brasil, foram responsáveis pela produção de belas obras de arte, como o quadro "Cachoeira de Paulo Afonso", feito por E.F. Schute em 1850. Brilhantes e intrépidos, esses homens transformaram a paisagem brasileira numa tese e num poema.



James Cook, Pigafetta, Darwin e Magalhães (sentido horário, a partir da esquerda)



Os Circunavegadores

Durante os anos de clausura, as autoridades portuguesas só permitiam que ancorassem no Brasil expedições de circunavegação —e apenas para reequiparem seus navios com a maior brevidade possível. Desde a primeira viagem ao redor do globo, realizada, sob bandeira espanhola, pelo navegador lusitano Fernão de Magalhães, o Rio de Janeiro serviu de ponto de escala. Magalhães partiu da Espanha em 20 de setembro de 1519, com cinco navios e 250 tripulantes, e chegou ao Rio em 13 de dezembro. Sua viagem foi narrada pelo italiano Francesco de Pigafetta, um nobre que conseguiu embarcar na nau Trinidad e seria um dos únicos 18 sobreviventes a retornar, três anos depois, ao ponto de partida.

Pigafetta não se surpreendeu apenas com a beleza da baía de Guanabara: também as frutas, como o abacaxi, os animais, como a preguiça, e especialmente a franqueza sexual das nativas o espantaram. Os primeiros homens a navegar em torno do globo partiram da "Terra do Verzino" no dia 27 de dezembro de 1519. Cerca de um ano depois, acharam o estreito que unia o Atlântico ao Pacífico e levou o nome de seu descobridor. O feito abriu caminho para os corsários Drake e Cavendish, os circunavegadores seguintes.

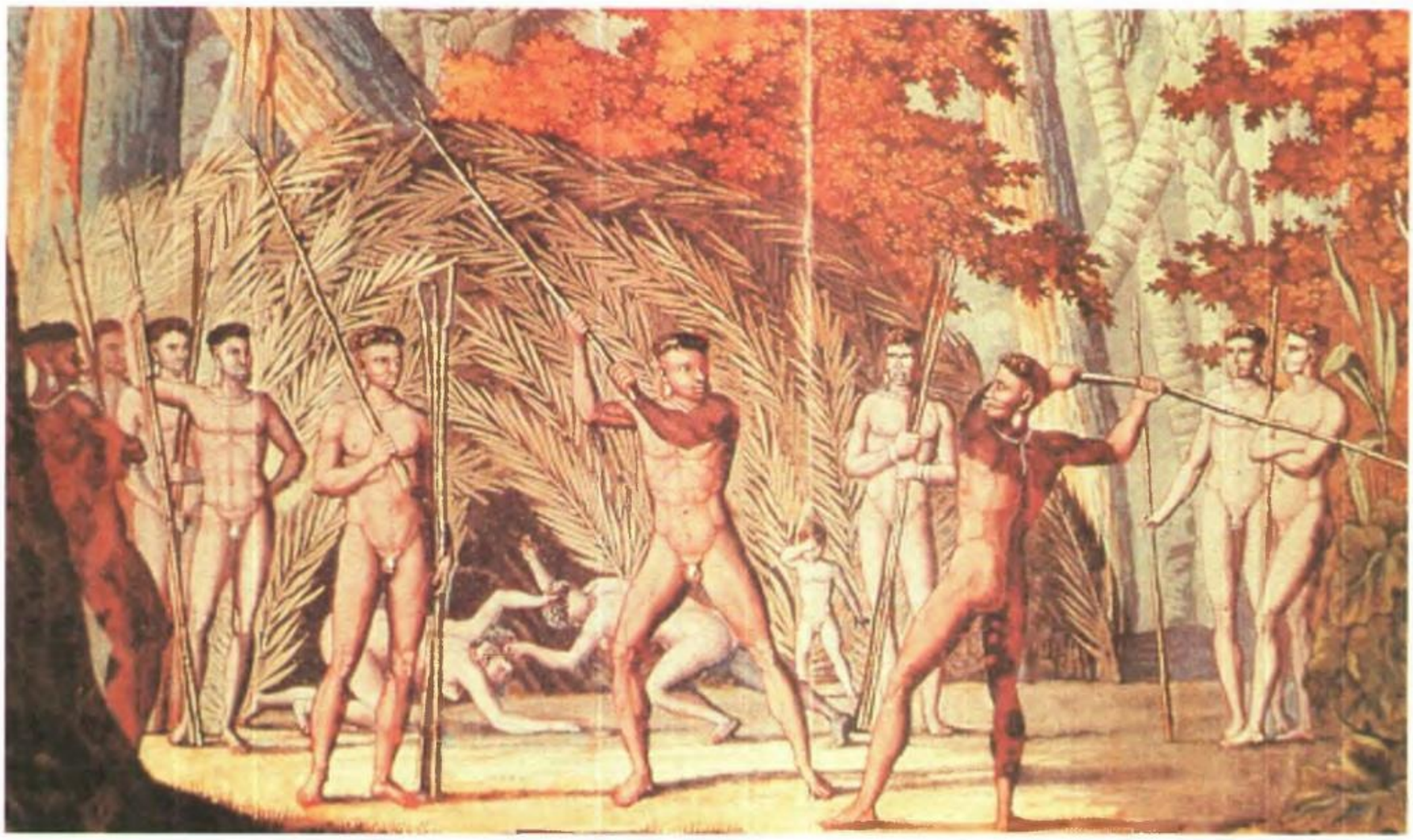
O temível Francis Drake passou ao largo do Brasil antes de atacar o Peru em 1578. Treze anos depois, o país não teve a mesma sorte: no dia de Natal de 1591, Thomas Cavendish atacou Santos, antes de se arriscar pelo estreito de Magalhães. Impedidos de atracar no Rio, os holandeses Olivier van Noort, em 1598, e Joris van Spilbergen, em 1614, usaram Ilhabela, em São Paulo, como porto de reabastecimento antes de cruzar o amedrontador estreito e completar a volta ao mundo.

As viagens ao redor do globo adquiririam nova dimensão depois que o capitão James Cook partiu de Plymouth, Inglaterra, em agosto de 1768. Levando consigo botânicos, zoólogos e astrônomos —e financiado pela Royal Society—, Cook estava inaugurando a era das grandes expedições científicas. Embora seu navio tenha obtido permissão para abastecer-se de água no Rio de Janeiro, seus tripulantes não puderam desembarcar. O botânico Joseph Banks —um cientista genial— ficou desolado. Teve de se contentar com uma breve excursão pela quase deserta ilha Rasa, onde, ainda assim, foi capaz de recolher 320 espécies, entre as quais orquídeas e bromélias lindíssimas, logo retratadas pelo artista Sidney Parkinson e depois levadas para Londres.

As viagens de Cook abriram caminho para o jovem cientista Charles Darwin, cuja obra estava destinada a mudar os rumos da história natural. Em 27 de dezembro de 1830, a bordo do Beagle, Darwin partiu da Inglaterra para uma viagem de cinco anos ao redor do globo. Os estudos que realizou da fauna e flora de diversas partes do mundo lhe permitiram elaborar a inovadora teoria da evolução das espécies. Embora as ilhas Galápagos tenham tido papel mais importante na elaboração da teoria, Darwin esteve duas vezes no Brasil – em Fernando de Noronha, em Salvador e no Rio –, na ida e na volta da viagem, e impressionou-se profundamente com o país. Em 28 de fevereiro de 1831, vindo de Noronha, Darwin desembarcou na Bahia. No dia seguinte, ele anotaria no diário: "O dia passou-se deliciosamente. Mas 'delícia' é termo insuficiente para exprimir as emoções sentidas por um naturalista que, pela primeira vez, se viu a sós com a natureza no seio de uma floresta brasileira. A elegância da relva, a novidade dos parasitas, a beleza das flores, o verde luzidio das ramagens e, acima de tudo, a exuberância da vegetação em geral, foram para mim motivos para uma contemplação maravilhada. Jamais poderei experimentar tanto prazer".

A BUGANVÍLIA

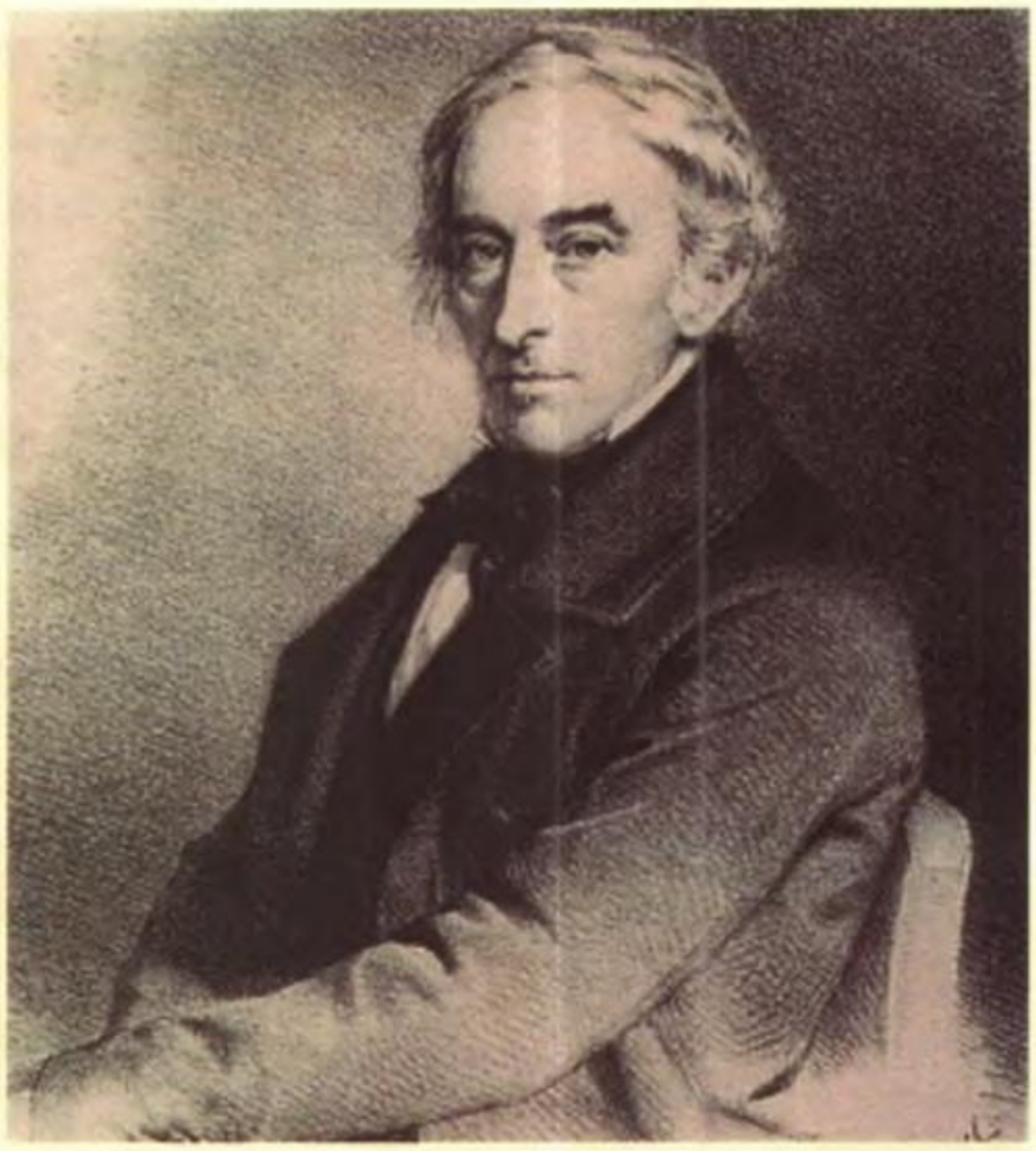
Em junho de 1767, o conde Louis Antoine de Bougainville aportou na ilha de Santa Catarina, onde passaria 15 dias reabastecendo os dois navios com os quais se tornaria o primeiro francês a dar a volta ao mundo. Em suas incursões às florestas da ilha, o conde —autêntico iluminista do século 18, aristocrata, militar, filósofo e amigo de Diderot— descobriu a belíssima trepadeira que leva seu nome: a Bougainvillea spectabilis, *também chamada de primavera ou três-marias. Alguns meses depois, a planta seria coletada no Rio de Janeiro pelo botânico Joseph Banks, que acompanhava a expedição de James Cook, e então desenhada* (gravura abaixo) *por Sidney Parkinson, brilhante artista que o assessorava.*



A Viagem do Príncipe Maximiliano

Oficial hussardo mais afeito às plantas e aos animais do que às armas, o príncipe alemão Maximilian von Wied esteve no Brasil de junho de 1815 a maio de 1817. Embora sua jornada do Rio de Janeiro à Bahia, terrestre e fluvial, não tenha sido tão duradoura nem tão ampla, comparada à de outros viajantes, a quantidade de informações que o príncipe conseguiu coletar é impressionante. Melhor ainda é que seu livro, "Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817" ("Viagem ao Brasil nos Anos de 1815 a 1817"), publicado em dois volumes em 1820, em Frankfurt, foi escrito em estilo denso e direto, sem as divagações frequentes em muitos viajantes. O príncipe viajou com o botânico Friedrich Sellow e o ornitologista Freyreiss —juntos, fizeram a primeira expedição realmente científica ao Brasil, realizada sob a influência do barão Von Humboldt —o maior de todos os naturalistas, que, em junho de 1800, fora impedido de entrar no Brasil pelas autoridades lusas. Dedicado, austero, sereno e incansável, como era de esperar de um oficial hussardo, Maximiliano realizou um trabalho exemplar no Brasil.

Maximilian Alexander Philip von Wied-Neuwied era filho, neto, bisneto, tio e irmão de soldados. General-de-divisão do Exército alemão, ganhou a Cruz de Ferro em campo de batalha e entrou em Paris, depois da derrota de Napoleão, em companhia de Frederico Guilherme 3°, da Prússia. Tão logo pôde, trocou as batalhas pelas viagens científicas. No Brasil, sob o pseudônimo de Max von Braunsberg, percorreu a mata costeira do litoral leste do Rio de Janeiro, Espírito Santo, norte de Minas e sul da Bahia. Embora o legado zoológico, botânico e linguístico da expedição de Maximiliano seja grandioso, sua maior contribuição foi etnográfica. Os estudos que o príncipe fez dos puris, botocudos e pataxós foram pioneiros e inovadores. Maximiliano ligou-se aos botocudos, que eternizou na aquarela "Luta entre Botocudos" (*acima*). Virou grande amigo do botocudo Quack e o levou para a Europa (*ambos na gravura ao lado*). Maximiliano morreu em 1867, em Neuwied, aos 85 anos, tão enamorado de borboletas, índios, árvores e plumas, fósseis e crânios como nas primeiras décadas de sua existência movimentada e intensa.



A Viagem de Spix e Martius

Quando a arquiduquesa Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo veio de Viena para o Rio, em novembro de 1817, já casada por procuração com d. Pedro 1°, trouxe consigo um grupo de 15 cientistas. Eram os integrantes da chamada missão austríaca. Dona Leopoldina ouvira dizer que d. Pedro era um amante das ciências naturais e imaginou que ele adoraria a idéia. Embora entre as várias paixões de d. Pedro não se incluíssem rochas, plantas e aves, a missão austríaca foi um marco na história da ciência no Brasil —especialmente porque, entre seus membros, estavam o zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich Phillip von Martius. A marcha de Spix e Martius pelo interior do Brasil se tornaria não só uma das mais longas já realizadas no país como também uma das mais produtivas.

Homens de formação humanista, herdeiros intelectuais de Humboldt, dedicados e destemidos, Spix e Martius devotaram os melhores anos de sua vida ao Brasil. Chegaram ao Rio em 15 de julho de 1817. Depois de quatros meses de deslumbramento e descobertas numa das mais belas cidades do mundo (*leia na próxima página*), partiram para São Paulo no dia 8 de dezembro, dando início à jornada que os levaria a percorrer mais de 20 mil quilômetros ao longo de três anos. De São Paulo, foram para Minas (Mariana, Sabará e Vila Rica, onde realizaram várias pesquisas geológicas), cruzaram o sudoeste da Bahia até Goiás e daí, pelo vale do rio São Francisco, seguiram até Salvador. Depois de uma excursão a Ilhéus, voltaram a Salvador, de onde partiram para Juazeiro, cruzando os sertões de Pernambuco, Piauí e Maranhão. De São Luís, continuaram por mar até Belém e daí subiram o Amazonas até Manaus, onde se separaram: Spix seguiu pelo Solimões até o Peru e Martius foi pelo Japurá até os Andes. Em março de 1820, os dois se reencontraram em Manaus. Três meses depois, partiram do Rio para a Europa com um dos maiores acervos já reunidos no país. O material botânico, zoológico e etnográfico que coletaram daria trabalho para uma vida inteira. E a ele ambos se dedicaram até a morte, sem poder encerrá-lo.

Em 1826, Spix (*acima, à esquerda*) morreu prematuramente, aos 46 anos, participando apenas da redação do primeiro dos três volumes da portentosa "Reise nach Brasilien" ("Viagem ao Brasil"), concluída por Martius. Ainda que inacabado, seu estudo sobre a fauna brasileira —especialmente os primatas— é exemplar. Nada, porém, que se possa comparar à monumental "Flora Brasiliensis", à qual Martius se dedicou pelo resto da vida. Durante meio século, de 1821 até sua morte, em 1868, Martius entregou-se de corpo e alma à tarefa de catalogar, classificar e desenhar magníficos exemplares da vegetação brasileira. Concluída em 1906, com o apoio de três monarcas, entre os quais d. Pedro 2°, "Flora Brasiliensis" tem 15 volumes, 20.773 páginas e 3.811 gravuras, classificando 8.000 espécies de plantas.

Acima, uma menina da tribo dos miranhas e, abaixo, o filho do cacique dos juris, dois índios que Spix e Martius levaram para a Europa

O livro "Viagem ao Brasil", de Spix e Martius, foi lançado em Munique, entre 1823 e 1831, em três volumes. A seguir, o leitor encontrará o trecho no qual os dois viajantes narram sua ascensão ao Corcovado e, depois, a conclusão relativamente sombria do livro:

"Cortamos a rua principal que vai do bairro de Mata-Porcos às quintas de São Cristóvão e subimos (...). Mal deixamos atrás de nós o rumor das ruas e da gente, achamo-nos como que enfeitiçados no meio da pujante natureza estranha. Ora passarinhos de diversas cores, ora deslumbrantes borboletas, ora insetos de maravilhosas formas, ora plantas do mais lindo aspecto, espalhadas pelo estreito vale e pela rampa suave do morro, seduziam a nossa vista. Circundados por altas cássias, cecrópias de folhas largas, de troncos brancos, murtas de folhagem densa, begônias de grandes flores, moitas enredadas de paulínias com cheiro de mel, sarmentos de maracujá e as flores-da-paixão, trepadeiras de rica floração por entre as quais sobressaem as copas ondeantes da palmeira macaúba, parecíamos levados ao Jardim das Hespérides. Passando por diversos regatos (...) desenrolou-se sob os nossos olhares uma vista maravilhosa da baía, as ilhas verdes, flutuantes, do porto com mastros e bandeiras sem número, e da cidade estendida ao pé da mais garbosa montanha, cujas casas e torres reluziam ao sol. Longamente nos reteve presos o mágico espetáculo de uma grande cidade européia, surgida no meio de rica natureza tropical".

Embora fossem humanistas, discípulos de Humboldt e Goethe, Martius e Spix não revelam, ao final de seu livro, uma visão romântica dos índios brasileiros, que tão bem conheceram e tão bem documentaram:

"Há algo de consolador na idéia de que, apesar de toda a miséria, o que o europeu trouxe de além do vasto oceano torna aqui possível certo bem-estar neste estado primitivo da raça humana, nesta vida de natureza, da qual nós, na velha Europa histórica e requintada, não temos mais vestígio, nem noção. Estes índios e mestiços fazem lembrar o provérbio da antiga índia, de que 'a vida entre os homens é um fogo que queima, se dele tomarmos muito; mas, se tomarmos pouco, ele nos alumia'. Neste caminho dos ditames patriarcais, o gênio da raça humana não conduziu os povos que precisarão ser levados à humanidade pela civilização; por isso não encontramos paz nas cabanas, nem simplicidade e contentamento na senda das tribos, mas sangue e conflagração, pavorosas expiações que à dupla natureza do gênero humano atraem a maldição ou a bênção de sua origem".

Embora sua grande contribuição para a ciência brasileira tenha sido dada com a publicação dos 15 volumes da "Flora Brasiliensis", Martius também foi um etnólogo dedicado, que não apenas propôs uma nova classificação das tribos do Brasil, baseada em famílias linguísticas, como também estudou as leis e a medicina indígenas, em livros como "O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil" e "Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros". Martius também desenhou muitos dos índios que conheceu e, antes da "Flora", redigiu uma magnífica "História Natural das Palmeiras do Brasil", livro que encantou o poeta Goethe. Martius (abaixo) *morreu em Munique, aos 74 anos.*

A Viagem de Langsdorff

A imaginação mais rica, mais feliz e perfeita nem de longe pode dar conta dos tesouros dessa natureza. Quem quer que anseie por motivos poéticos, que vá ao Brasil, pois ali a natureza responde a seus pendores. Qualquer pessoa, inclusive a menos sentimental, se deseja descrever as coisas como são, ali se transforma num poeta."

O barão Georg Heinrich von Langsdorff era um apaixonado pelo Brasil e sua natureza exuberante. Ao descrevê-la fervorosamente, em diários e cartas, tornou-se um poeta, mas enlouqueceu. A expedição que ele convencera o czar de todas as Rússias, Alexandre 1°, a financiar estava destinada a ser uma das mais ambiciosas que já percorrera o desconhecido interior do Brasil. Três anos e meio mais tarde, ao retornar ao Rio de Janeiro, de onde partira, com apenas 12 de seus 34 integrantes, ela se tornara a mais trágica das muitas missões científicas a penetrar nas florestas e rios brasileiros. Ainda assim e embora o barão nunca mais recuperasse as faculdades mentais, o legado etnológico, botânico e iconográfico da expedição Langsdorff é um dos maiores tesouros científicos do Brasil.

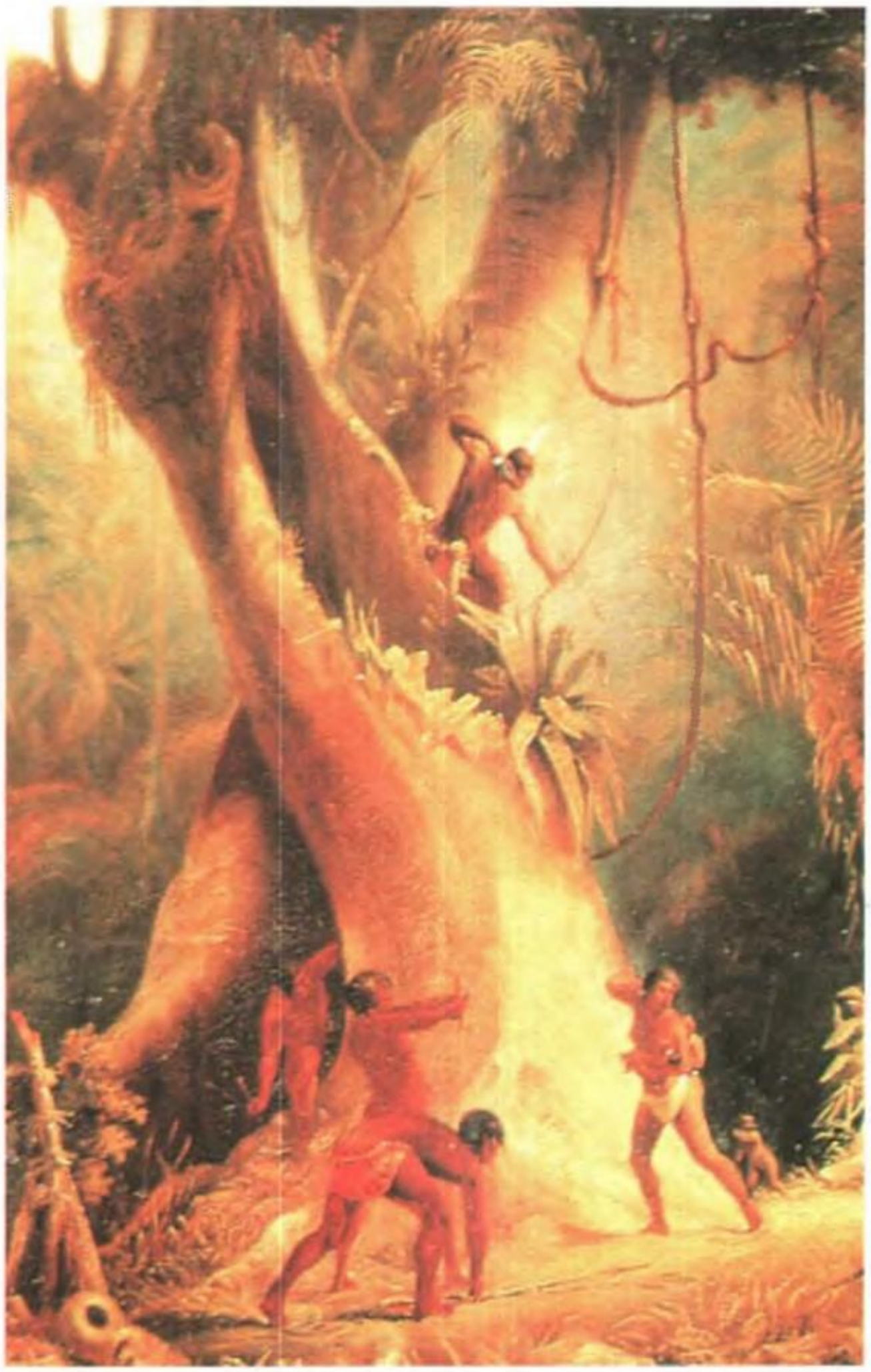
Georg Heinrich von Langsdorff (esquerda) *nasceu na Alemanha em 1774. Em 1803 entrou para a Academia de Ciências da Rússia. Desenvolveu projetos de agricultura sustentável em sua fazenda, no Rio. Vitimado por uma febre tropical, ficou louco em 1828, vivendo isolado até a morte em Freiburg, em 1852.*

Alemão, Langsdorff era cônsul da Rússia no Brasil, onde esteve pela primeira vez em 1803, apaixonando-se pela ilha de Santa Catarina. Voltou ao país em 1820, para fixar residência no Rio, onde adquiriu a fazenda da Mandioca, que logo se tornou reduto de pesquisas agrícolas. Em pleno regime escravocrata, o barão contratou colonos alemães, e os pagava bem. Três anos depois de voltar da Europa, Langsdorff partiu em setembro de 1825 para sua grande expedição científica pelo interior do Brasil: a aventura custaria 350 mil rublos ao czar e estava fadada ao fracasso. Ao longo de dois anos e 16 mil quilômetros, os 34 homens de Langsdorff —entre eles, os pintores Hercule Florence, autor do quadro acima, e Adrien Taunay, autor de "Buritis" (*ao lado*)— percorreram a rota das monções, coletando 100 mil amostras de plantas. A marcha foi marcada por doenças, febres, suicídio, paixões e lutas ardentes, delírios e descaminhos. Em abril de 1828, o barão enlouqueceu e, em outubro, 12 debilitados expedicionários retornavam ao Rio. Por anos a fio, o esplendoroso legado científico da missão ficaria jogado nos porões do museu de São Petersburgo, na Rússia.

A Obra de Rugendas

A magnitude do trabalho de Johann Moritz Rugendas só encontra paralelo, no Brasil, na obra de Jean-Baptiste Debret. As semelhanças não são apenas históricas, mas estéticas: há grande similaridade estilística e conceitual entre o suntuoso registro visual que Rugendas e Debret legaram ao Brasil. Eles estiveram no país na mesma época, conheceram-se e trocaram idéias e desenhos. Rugendas (*abaixo*), filho de artistas, nasceu na Alemanha em 20 de março de 1802. Veio para o Brasil com Langsdorff, em 1822. Brigou com o barão, desligou-se da expedição e foi substituído por Adrien Taunay e por Hercule Florence. Rugendas ficou no Brasil até 1825, quando encontrou Debret.

Seu esplêndido livro, "Voyage Pittoresque dans le Brésil", ou "Malerisch Reise in Brasilien", foi lançado em francês e alemão entre 1827 e 1835. Não era um livro como os dos demais viajantes: o texto (que não foi escrito por Rugendas, mas pelo jornalista V.H. Huber) é mero comentário sobre cem pranchas selecionadas. Os desenhos de Rugendas (*à direita*, "Índio Flechando uma Onça") falam por si: sua visão da natureza do Brasil, seus índios e suas cidades compõem um conjunto orgânico, cosmogônico e transcendente que revela um país na sua infância. Rugendas voltou à América do Sul entre 1831 e 1847, visitando de novo o Brasil. Morreu na Baviera, em maio de 1858.



ADRIEN TAUNAY

De todas as tragédias ocorridas durante a expedição Langsdorff, nenhuma foi mais marcante do que a morte do jovem e talentoso pintor Aimé-Adrien Taunay. Filho do subchefe da missão francesa, Nicolas-Antoine, Adrien chegou ao Brasil com o pai. Em 1818, com apenas 15 anos, embarcou numa longa viagem com Louis Freycinet, visitando a África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, onde fez muitos desenhos. Depois de um naufrágio no cabo Horn, voltou ao Rio e foi contratado por Langsdorff. Em agosto de 1827, o barão dividiu seu grupo em dois. Taunay fazia parte da equipe que deveria ir de Cuiabá ao Amazonas pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. No dia 5 de janeiro de 1828, o jovem aventureiro, confiando na sua perícia de nadador, jogou-se afoitamente às águas do revolto rio Guaporé. Morreu afogado e foi enterrado em Vila Bela (MT).

HERCULE FLORENCE

"Naturalista preparando-se para viagem através do Brasil procura um pintor. Às pessoas que preencham as condições necessárias, roga-se que se dirijam ao consulado da Rússia." Esse anúncio, publicado num jornal do Rio de Janeiro, em 1825, foi o passaporte para o aventureiro, naturalista e pintor Hercule Florence assegurar sua entrada na história da iconografia brasileira. Nascido em Nice, em 1804, chegou ao Rio em maio de 1824. O anúncio de Langsdorff mudaria sua vida.

Florence não apenas produziu mais de 200 gravuras sobre a malfadada expedição como também publicou o seu diário, com o título de "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas", e organizou a obra do finado Taunay. Ao retornar da viagem, em 1829, Antoine Hercule Romuald Florence se estabeleceu em Campinas, onde abriu uma loja de tecidos, casou-se e dedicou-se a pesquisas sobre a "poligrafia" e o "papel inimitável", que o tornaram o precursor mundial da fotografia. Morreu em 1879.

A Viagem de Saint-Hilaire

Para muitos estudiosos da história das expedições científicas ao Brasil, o maior dos viajantes a percorrer este país foi o francês Augustin François César Provençal de Saint-Hilaire (1774-1853). Apesar de a obra científica de Saint-Hilaire ter sido grandiosa, não foram seus estudos sobre a flora brasileira que o transformaram no mais cultuado entre todos os viajantes que estiveram no Brasil no século 19. Observador minucioso, crítico feroz dos costumes, generoso e ferino em uma só frase, iracundo e conformado na seguinte, Saint-Hilaire traçou um retrato tão vívido, tão dinâmico, tão humano do Brasil que, passado mais de um século e meio desde a publicação, os nove volumes nos quais ele narra sua ampla jornada pelo país continuam sendo uma leitura apaixonante —e deveras elucidativa.

Saint-Hilaire percorreu mais de 12 mil quilômetros em lombo de mula, a pé ou em frágeis pirogas indígenas, coletando plantas e observando a inexorável marcha do progresso que transformava florestas em descampados, índios em indigentes e negociantes desonestos em poderosos oligarcas. Como seu conterrâneo Lévi-Strauss concluiria um século mais tarde, Saint-Hilaire percebeu que estes eram os tristes trópicos. Em seu único retrato conhecido (*à direita*), Saint-Hilaire exibe um sorriso à Gioconda —misterioso, debochado, gentil e melancólico. Foi com esse espírito que ele nos legou uma das mais profundas análises da alma desta nação.

Saint-Hilaire nasceu em Orleans, na França, em outubro de 1774. Filho da pequena nobreza rural, durante a revolução de 1789 foi levado para a Alemanha. Lá, conheceu Aimé Bonpland, amigo e colaborador de Humboldt, um apaixonado pelo Brasil. Convencido por ele, Saint-Hilaire juntou-se à missão francesa que veio ao Brasil com o duque de Luxemburgo, saindo de Brest em abril de 1816.

Depois de alguns meses no Rio, Saint-Hilaire iniciou seu périplo pelo Brasil: primeiro, percorreu a região de Minas Gerais (descrita nos dois primeiros volumes do seu "Voyages dans l'Intérieur du Brésil"). A seguir, penetrou no Distrito Diamantino (3° vol.), passando para o Espírito Santo (4° vol.), onde ficou até fins de 1818. Em janeiro de 1819, partiu do Rio rumo a Goiás (5° vol.), retornando para São Paulo pelo caminho dos boiadeiros (6° vol.). Percorreu essa província, mais Paraná e Santa Catarina (7° vol.), entrando no Rio Grande do Sul em junho de 1820 (8° vol.), seguindo pelas Missões até Montevidéu, daí retornando ao Rio e, a seguir, para Paris. Saint-Hilaire levou dez anos para publicar sua obra —e o fez meticulosamente, enquanto preparava a esplêndida "Flora Brasiliæ Meridionalis" (inédita no Brasil).

Em fevereiro de 1821, Saint-Hilaire fora envenenado pelo mel da abelha lechiguana. Os sintomas da doença o infernizaram pelo resto da vida, em 1853. Os dois últimos volumes de sua viagem, inclusive o texto sobre o Rio Grande do Sul (*abaixo*), só foram publicados postumamente, completando um precioso legado.

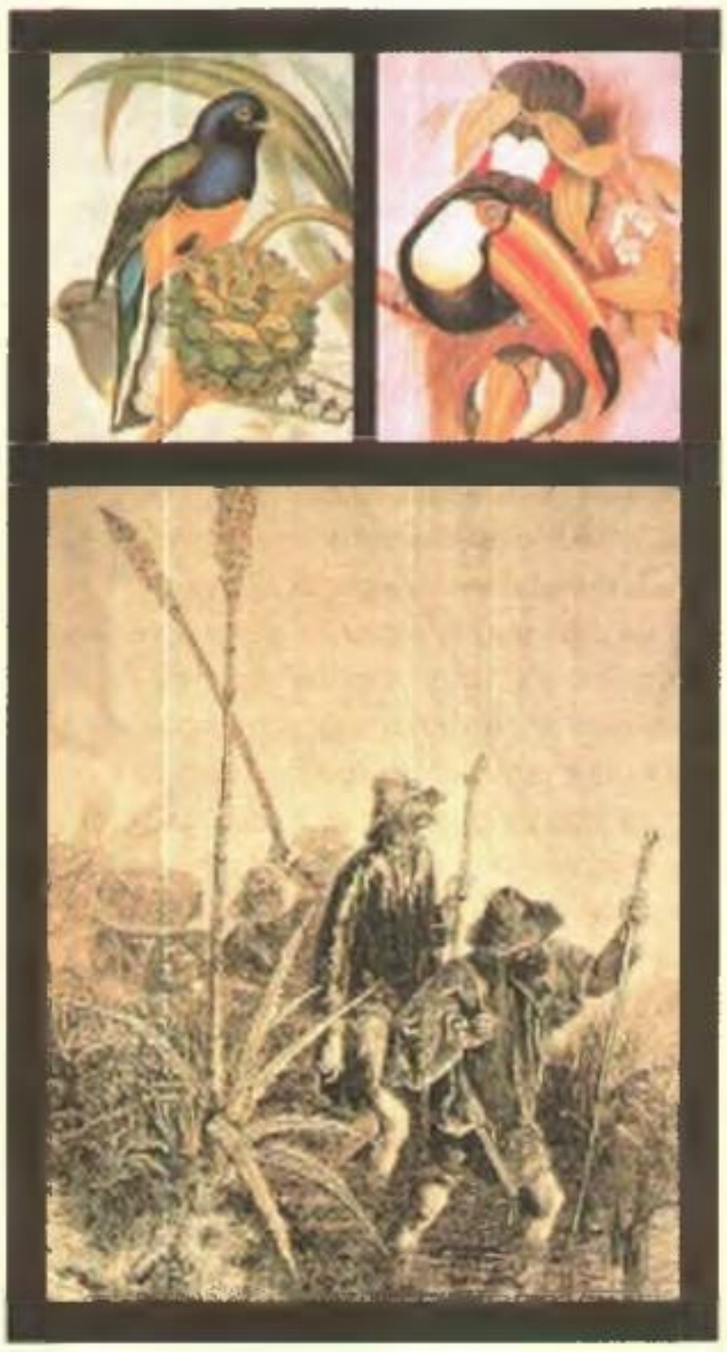
TORRES

"Segunda-feira, 5 de junho de 1820
Enquanto nos dias anteriores só avistávamos uma praia esbranquiçada que se confundia com o céu, hoje, ao menos, deparamos dois montes denominados Torres, porque realmente avançam mar adentro, como duas torres arredondadas (...). O mais meridional dos dois montes principais entra bastante mar adentro e, do lado do oceano, exibe uma chanfradura profunda, onde as ondas vêm quebrar-se contra as negras rochas. De seu topo, frui o mais agradável panorama, pois dele se avistam o alto-mar e uma lagoa doce."

A Amazônia

De "inferno verde" a "rain forest", de floresta sem fim a campo dos sonhos, de última fronteira da civilização a "pulmão do mundo", a Amazônia percorreu uma longa trajetória no imaginário ocidental. Desde que o homem branco a penetrou pela primeira vez, há quase cinco séculos, a floresta permanece praticamente a mesma —e o segundo maior rio do mundo também. O que se modificou foram as imagens que a mata majestosa, seus habitantes (humanos ou não) e sua complexa ecologia passaram a adquirir na mente dos pesquisadores, dos cientistas e da população urbana das maiores cidades do mundo.

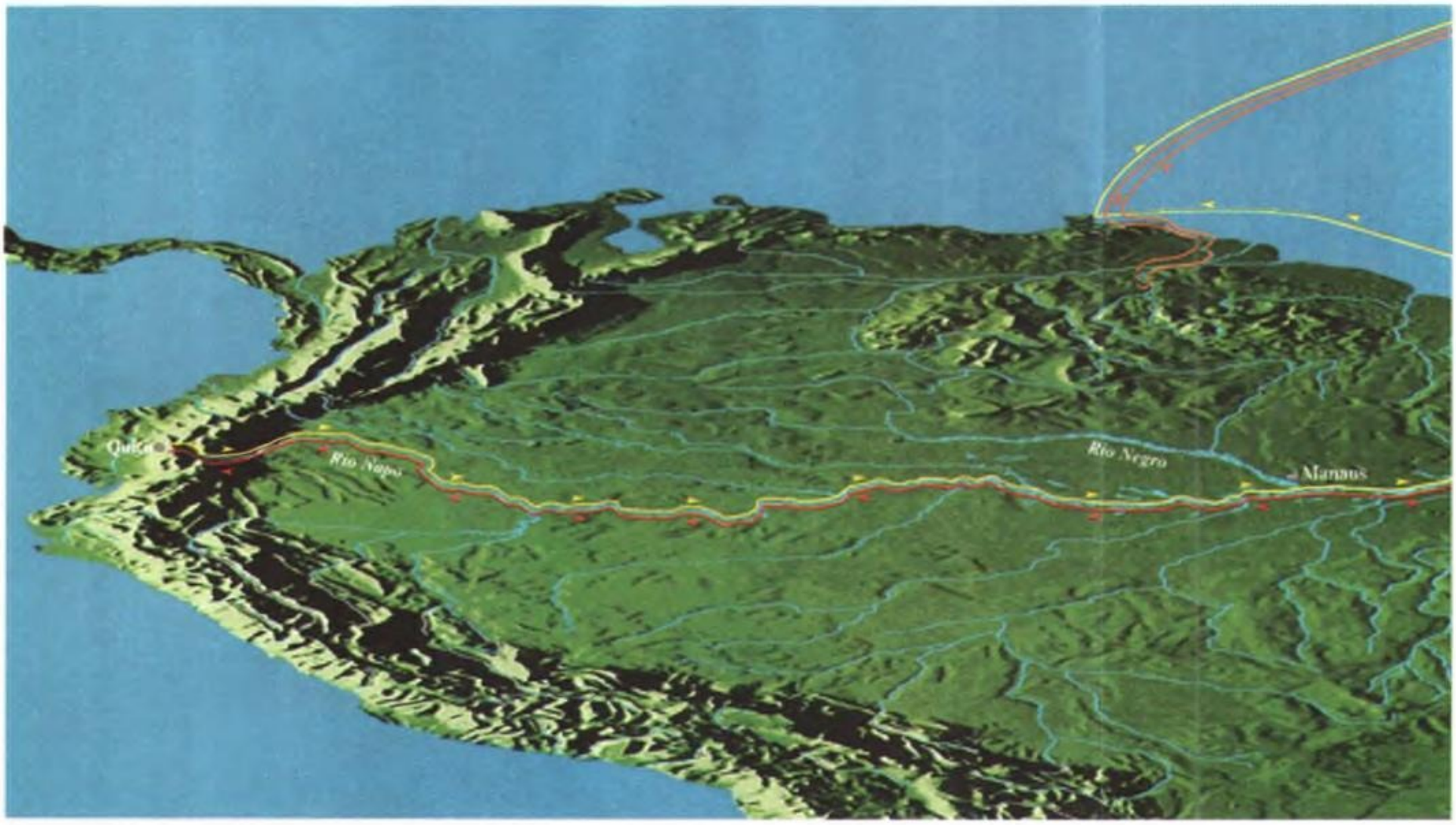
Desde a sua descoberta casual, em 1542, a Amazônia tem funcionado como uma espécie de cabo-de-guerra entre fato e ficção, fantasia e realidade. De imediato, a maior região selvagem do mundo se tornaria o novo palco de dois antigos mitos: a lenda das ferozes guerreiras amazonas e a vertigem de Xangrilá, a cidade perfeita (nos trópicos transfigurada em Eldorado), foram ambas transplantadas para o seio da imensa mata virgem. Esses dois mitos fariam muita gente perder a cabeça —literalmente.



Gonzalo Pizarro, Lope de Aguirre e Walter Raleigh, exploradores que, por anos a fio, procuraram as amazonas e o Eldorado, foram decapitados ao retornar de mãos vazias para a Europa. Mas quem poderia duvidar que, numa região dominada pelos superlativos —onde as árvores tinham 50 metros, as cobras, oito e uma única planta aquática (a vitória-régia) chegava a dois metros de diâmetro—, não pudesse de fato existir uma cidade de ouro e um reino de mulheres guerreiras?

Assim que os delirantes conquistadores do século 16 foram substituídos pelos meticulosos cientistas do século 19 —entre eles o francês La Condamine, o "descobridor" da borracha—, ficou claro que o maior tesouro da Amazônia era vegetal. A borracha seria, então, responsável pela primeira corrida da história provocada não por um minério, mas por uma planta.

Pouco antes, estudos feitos na Amazônia pelos precursores de Darwin estavam ajudando o homem a entender seu papel no planeta. Infelizmente, porém, isso não seria suficiente para fazer com que o homem descobrisse qual, afinal, era o seu papel na Amazônia.



O Rio das Mulheres Guerreiras

Eram mulheres muito alvas e altas, com cabelo longo, entrançado e enrolado na cabeça. São muito robustas e andam nuas em pêlo, tapadas as suas vergonhas, com os arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra quanto dez índios homens e, em verdade, houve uma que enterrou uma flecha a um palmo de profundidade no bergantim, e as outras pouco menos, de modo que, finda a luta, nossos barcos pareciam porcos-espinhos."

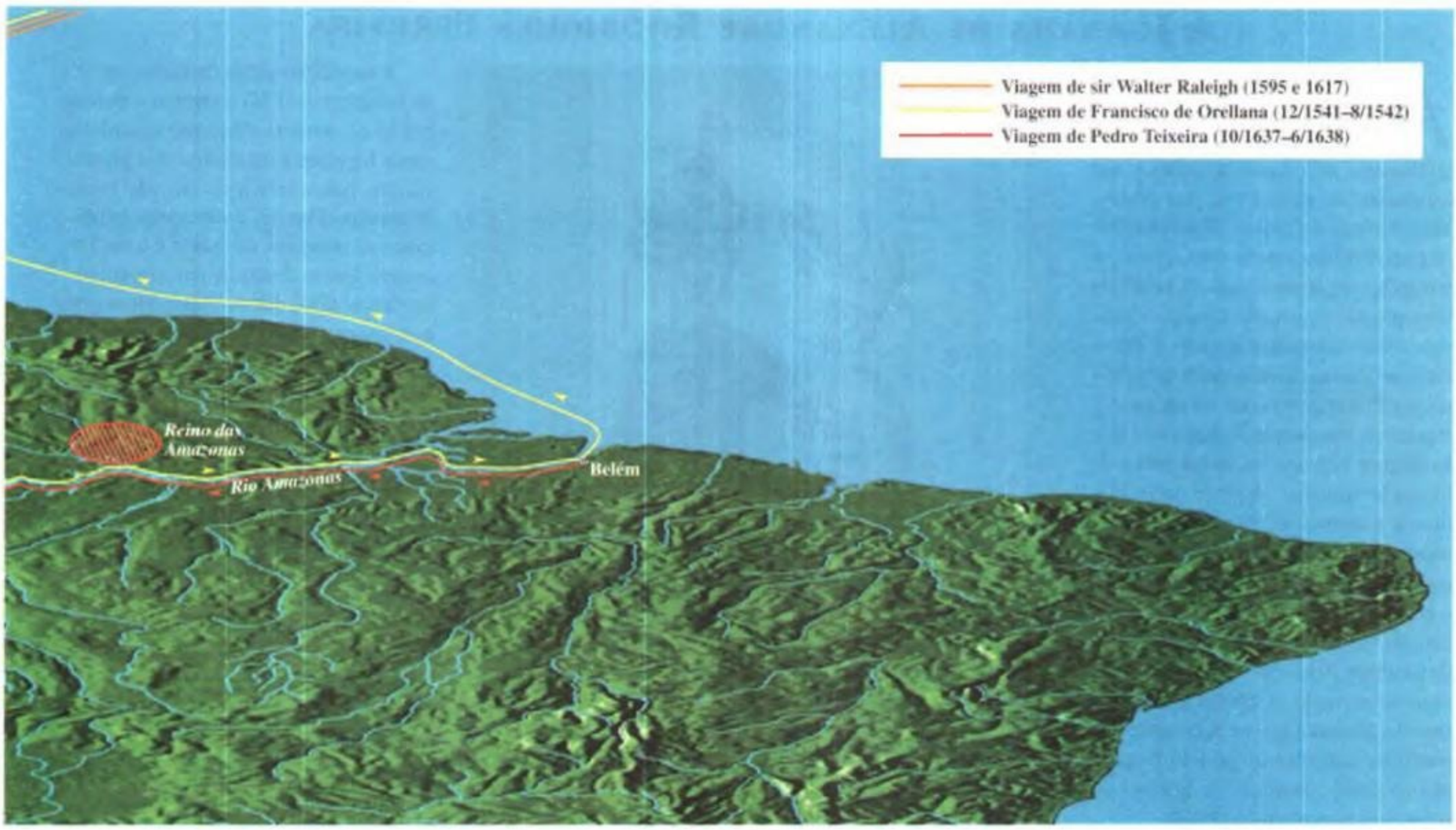
Naquele 24 de julho de 1542, a alquebrada expedição de Francisco de Orellana já estava havia meio ano navegando pelas águas intempestivas de um rio tão largo, grande e forte quanto jamais se vira, quando o frade dominicano Gaspar de Carvajal, cronista oficial da desventura, sacou da pena para registrar a primeira aparição "factual" das mitológicas amazonas na história das Américas. Junto com Orellana e outros 21 homens, Carvajal deixara Quito, no Equador, em fevereiro de 1541. A expedição fora se juntar ao imenso grupo liderado por Gonzalo Pizarro, que partira da capital do império inca em busca do reino da canela —localizado, em tese, além da cordilheira. Boa para o pulmão, anti-séptica e digestiva, a canela era uma riqueza inestimável no século 16. Tanto que poderia valer a vida de 200 cavalos, mil cães (treinados para matar), 2.000 porcos, 4.000 índios e 250 fidalgos espanhóis —o número de sacrificados nessa viagem de danação, cujo único resultado prático seria a descoberta do segundo maior rio do mundo.

No Natal de 1541, quando, famintos e febris, Pizarro e Orellana enfim venceram a árida e gelada barreira dos Andes, mergulharam num ambiente ainda mais ameaçador: a maior floresta jamais vista por qualquer europeu. Lá havia canela, mas poucas árvores esparsas, sem valor comercial. Indignado, Pizarro jogou aos cães metade dos índios e queimou vivos os restantes. Mas em breve não haveria mais cães, porcos ou cavalos para alimentar os espanhóis. Então, no dia 26 de dezembro, Orellana foi autorizado a construir um barco e, com 57 homens, descer o rio que viria a se chamar Coca para saquear as grandes aldeias indígenas que existiriam por lá.

Seria uma viagem sem volta: em seis dias a corrente o empurraria quase mil quilômetros rio abaixo. Não havia aldeias: só mata e água. Os viajantes comeram seus cintos e botas fervidos com ervas. O rio Coca deságua no Napo, que é afluente do Ucayali, o qual no Brasil se chama Solimões, um dos formadores do majestoso rio no qual a nau dos insensatos entrou em 11 de fevereiro de 1542. Na floresta, Pizarro esperou por 40 dias antes de retornar para Quito, amaldiçoando Orellana e acusando-o de traição. Com 80 homens esmaecidos, chegou à cidade em 12 agosto de 1542 —sem canela, sem cães, sem cavalos, sem ouro. Exatas duas semanas mais tarde, em 26 de agosto, um mês depois de enfrentar 12 amazonas (e matar sete delas) e de ter navegado 7.250 km, Orellana e 48 sobreviventes chegaram ao Atlântico. Tornavam-se os primeiros homens a navegar no segundo maior e mais misterioso rio do planeta.

LOPE DE AGUIRRE

Comparadas à delirante jornada de Lope de Aguirre pela Amazônia, as viagens pioneiras de Francisco de Orellana e Pedro Teixeira pelo segundo maior rio do mundo foram piqueniques de escoteiro. Um dos caudilhos mais ensandecidos da história, Aguirre era tenente na expedição liderada pelo governador Pedro de Ursua, que partira de Lima em 1559 em busca do Eldorado. Após um ano de tormento e descaminhos pela selva, Aguirre amotinou-se, matou Ursua e assumiu o comando da expedição, em 1º de janeiro de 1561. "Deus está no céu, o rei está longe. Aqui mando eu", proclamou o líder rebelde, que pretendia fundar um país independente na atual Venezuela, do qual seria rei. Antes de ser preso e decapitado, Aguirre descobriu a ligação entre o Orinoco e o Amazonas —perdida por 200 anos depois dele. Sua alucinada viagem virou filme de Werner Herzog (abaixo, Klaus Kinski no papel do tirano).



O Reino do Eldorado

Ao chegar à ilha de Cubágua, a 200 quilômetros de Trinidad, depois da inacreditável viagem em companhia de Orellana, frei Gaspar de Carvajal tratou de redigir na hora o relato da expedição —e o olho que uma flechada lhe roubara não o atrasou nessa missão. Fora o espanto com as dimensões do rio recém-percorrido, o que mais chamou a atenção em seu diário foi a menção às amazonas, com as quais os expedicionários teriam se confrontado ao chegar à confluência do rio que hoje se chama Madeira. Era um mito antigo, de origem grega como a própria palavra (*amazos*, ou "sem seio"). Embora Carvajal jamais tenha afirmado que as guerreiras que seu grupo enfrentou retiravam o seio para manejar melhor o arco, resolveu chamá-las pelo mesmo nome que Homero utilizara, no século 8º a.C., para batizar as mulheres guerreiras da antiga Cítia.

Carvajal seria criticado ainda em vida pelo cronista López de Gomara: "Dentre os disparates que disse, o maior foi afirmar que havia amazonas [*já que*] nunca tal se viu nem tão pouco se verá neste rio". Para o próprio Gomara, porém, "que mulheres andem com armas e pelejem, ali não é muito pois esse é seu costume nas Índias". Duzentos anos depois, Humboldt e La Condamine ofereceriam as mesmas explicações para a cena descrita por Carvajal: na América, as mulheres iam à luta ao lado dos maridos. Ainda assim, na terceira vez que o Amazonas foi navegado de uma ponta à outra, em 1639, nem o português Pedro Teixeira nem seu cronista, Cristóbal de Acuña, viram sinal das tais amazonas.

Pouco antes de Pedro Teixeira se tornar o primeiro homem a subir o Amazonas e de Cristóbal de Acuña vir a ser o segundo cronista do rio, narrando a viagem de volta, de Quito a Belém (*leia na página seguinte*), o Amazonas generosamente se tornaria berço de outro mito —quase tão longevo quanto o das amazonas. El Dorado era o nome do rei do país dos omáguas e senhor de sua reluzente capital, Manoa, cidade dos telhados de ouro. Todas as manhãs, o Homem Dourado tinha seu corpo polvilhado de ouro (*à esquerda*), antes de mergulhar num lago sagrado, no qual seus súditos jogavam jóias e adornos. Depois que um certo Juan Martínez chegou à ilha de Trinidad afirmando que vivera sete meses como prisioneiro de El Dorado em Manoa, uma nova febre do ouro tomou conta dos conquistadores espanhóis na América —e logo afetaria ingleses, alemães e holandeses.

Misturando elementos da "Utopia" de Thomas Morus, da "Nova Atlântida", de Francis Bacon, e de romances de cavalaria, como "Amadis de Gaula", a lenda do Eldorado se espalhou como fogo na palha. A primeira expedição a meter-se na selva em busca do reino de ouro foi a de Pedro de Ursua e Lope de Aguirre (*leia quadro na página anterior*). As mais alucinadas aventuras em busca do Eldorado, porém, foram patrocinadas por sir Walter Raleigh. Primeiro em 1595 e mais tarde em 1617 (depois de permanecer 13 anos encarcerado na Torre de Londres), Raleigh navegou pelo Orinoco e percorreu o planalto das Guianas em busca de uma cidade que não estava lá. Na volta para Londres, foi decapitado por ordem do rei James.

WALTER RALEIGH

Favorito da rainha Elizabeth 1ª, com quem teve um caso, Walter Raleigh foi uma das figuras mais dinâmicas e controversas da colonização inglesa. Descobridor das Guianas e primeiro colonizador dos EUA (fundou a Virgínia e a Carolina do Norte), sir Walter, tido como introdutor do tabaco na Inglaterra, ficou conhecido como o "homem que pesou a fumaça". Para ganhar uma aposta, colocou um charuto numa balança, fumou-o e pesou as cinzas. A diferença entre uma medida e outra era "o peso da fumaça". O mais romanesco dos ingleses se tornou um herói popular.

A Jornada de Alexandre Rodrigues Ferreira

Ao retornar para Lisboa, em janeiro de 1793, depois de dez anos percorrendo quase 40 mil quilômetros pela região amazônica, nas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, Alexandre Rodrigues Ferreira estava não apenas se tornando o primeiro brasileiro a realizar uma grande expedição científica pelo país como também coroando o breve ciclo de missões exploratórias promovido por Portugal no final do século 18. Apesar de nascido na Bahia, em 1756, Rodrigues Ferreira era um cientista de formação lusitana. Membro da Academia de Coimbra, foi escolhido por Domenico Vandelli para chefiar a grande expedição ao Brasil. Fundador do museu e do jardim botânico da universidade, o italiano Vandelli fora o grande renovador de Coimbra. Apesar de sua influência ser sensível na corte, a missão amazônica que ele planejara jamais seria aprovada não fosse ela parte do projeto lançado pelo poderoso marquês de Pombal de investigar as riquezas do Brasil.

Como o país estava fechado a cientistas estrangeiros, não havia outra opção senão os acadêmicos de Coimbra. Ninguém se arrependeria da decisão: o desempenho de Rodrigues Ferreira à frente da expedição foi exemplar e, até hoje, sua "Viagem Filosófica" permanece um modelo de investigação científica. Os méritos não cabem só a ele: acompanhado pelos ilustradores José Freire e Joaquim Codina e pelo coletor Agostinho do Cabo, Ferreira legou à posteridade um estudo belo e profundo sobre a maior floresta do planeta, apesar do errático destino de seu acervo.

As precisas observações científicas de Alexandre Rodrigues Ferreira foram complementadas pelos desenhos de Joaquim Codina e José Freire

A expedição partiu de Lisboa em 1° de setembro de 1783 e chegou a Belém em 31 de outubro. Enquanto aguardava apoio logístico para realizar sua grande viagem pelos principais rios da bacia amazônica, Ferreira e sua equipe exploraram os arredores da cidade e o rio Tocantins. Foi só depois de um ano, em setembro de 1784, que a equipe pôde seguir para a capitania do Rio Negro, onde fez de Barcelos sua segunda cidade-base. Após cinco anos pesquisando a bacia do Negro, Ferreira partiu para Mato Grosso —acidentada viagem que lhe tomou exatos 13 meses e 18 dias. Instalando-se em Cuiabá, estudou o Pantanal, suas chapadas e a bacia do rio Paraguai. Tendo percorrido 39.372 km, retornou a Belém em janeiro de 1792.

Por quase uma década, tinha feito relatórios sobre a situação urbana, demográfica, administrativa e econômica das povoações que percorrera; escrevera memórias sobre a fauna, a flora e os minerais dessas regiões, ao mesmo tempo que coletava e armazenava milhares de espécies animais, vegetais e minerais, descrevia as etnias indígenas e recolhia os objetos de maior interesse etnográfico.

Quando voltou a Lisboa, Ferreira ganhou o hábito da Ordem de Cristo. Mas nada mais deu certo: bom no campo, ele era fraco no gabinete. Não bastasse o fato de ter catalogado seu material de forma confusa e dispersa, Ferreira ainda o viu saqueado por Geoffroy Saint-Hilaire, que, por ordem do general invasor Junot, levou-o para Paris em 1808. Parte do espólio retornaria a Lisboa em 1814, mas até hoje o acervo recolhido por Ferreira no Brasil não foi plenamente estudado.

Em 5 de fevereiro de 1637, ao desembarcar em Belém, os frades Andrés de Toledo e Domingo de Brieva, mais seis soldados espanhóis, tornavam-se os primeiros homens a navegar toda a extensão do Amazonas, um século depois de Orellana e Carvajal. Ao ser informado da façanha desses oito homens e servindo-se do fato de Portugal e Espanha estarem unidos sob a mesma coroa, o governador do Pará, Jacomé Noronha, decidiu enviar uma expedição pelo mesmo caminho que trouxera os espanhóis. Para comandá-la, designou o capitão-mor Pedro Teixeira (*à esquerda*). Em 28 de outubro de 1637, Teixeira, 70 soldados e 1.200 índios partiram de Belém rio acima, com 47 canoas "de bom porte". Em 24 de junho de 1638 —com menos da metade da tripulação (a maioria dos índios desertou ou morreu)—, Teixeira chegava a Quito realizando a prodigiosa tarefa de remar contra a corrente do Amazonas (cuja velocidade é de seis nós). Mais do que surpreso, o governador de Quito ficou alarmado com o feito —temia que o rio viesse a ser usado como via de acesso para a conquista do Peru. Tratou Teixeira com cortesia, mas mandou-o em seguida de volta a Belém.

Para acompanhar —e descrever— a longa jornada de retorno, a Coroa espanhola escalou os jesuítas Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda. Teixeira e seus dois novos acompanhantes partiram em 16 de fevereiro de 1639. Dez meses mais tarde, em 12 de dezembro, estavam de volta ao porto de partida. Acuña seguiu imediatamente para a Espanha, onde redigiu seu "Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas", livro em tudo superior ao que o dominicano e inquisidor Gaspar de Carvajal produzira um século antes. Embora a viagem fosse atribulada e repleta de imprevistos e, segundo Acuña, as margens do grande rio estivessem ocupadas por 2 milhões de indígenas, nem ele, nem Teixeira, nem ninguém viu sinal algum das fabulosas amazonas. De qualquer forma, não apenas a missão se tornou um marco na história das explorações como, graças ao padrão que Teixeira fincou, em 16 de agosto de 1639, na confluência dos rios Aguarico e Napo, a maior parte da Amazônia e praticamente todo o rio que a percorre passariam a fazer parte do território brasileiro. Como paga pelo feito, Teixeira ganhou 300 casais de escravos indígenas.

A Viagem Filosófica

Alexandre Rodrigues Ferreira foi um observador atento e um cronista meticuloso. A principal função de sua viagem foi investigar a geografia econômica da região. Na interpretação de Emílio Goeldi, "filosófica" queria dizer justamente "de economia social". Isso não impediu Ferreira de fazer pesquisas etnográficas e denúncias ecológicas, como revelam estes dois trechos de seu livro:

Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no Estado do Pará:

"Há certos lugares nos lagos em que eles costumam boiar e brincar uns com os outros, e onde os arpoadores ficam à sua espera. Quando arpoado, o puxam até a borda da canoa e lhe dão com um pau pancadas fortes no focinho e na cabeça. Então o peixe-boi geme de modo que provoca compaixão de quem ouve, parecendo ser um gemido de criança. (...) Este é um dos animais mais utilizados no Estado do Pará. Comem sua carne, que é muito parecida com a do porco, cozida, assada ou frita. Também dela se fazem linguiças e das banhas se preparam as manteigas, com notável consumo em todo o Estado. (...) Sem dúvida, de tantas utilidades quantas são as que deste mamífero se tiram, nenhum policiamento é feito de sua pesca. Um peixe-boi para chegar ao seu devido crescimento gasta anos e todos os que aparecem são arpoados, mesmo fêmeas prenhas. As fêmeas não parem mais de um até dois filhotes por ano. Os filhotes tirados do ventre das mães arpoadas para nada servem. Não se conhece o tempo de criação e o arpoador fica feliz de encontrar um filhote para mais fácil arpoar a mãe. Arpoam-nos em todos os tamanhos, sem distinção de idade. Por isso não deve causar espanto a sua raridade em alguns lagos onde já não os encontramos há alguns anos.

Barcelos, 2 de fevereiro de 1786."

Memória sobre a dança e as festas dos diversos gentios da Amazônia:

"A dança é a paixão favorita dos habitantes desta parte do globo. Sendo eles uns verdadeiros quietistas, a maior parte de seu tempo consomem em um estado de languidez e indolência, sem ocupação que os possa animar e entreter. É verdade que entre eles a dança não se deve chamar de divertimento. Antes é uma ocupação séria e importante que se envolve em todas as circunstâncias de sua vida pública e privada, e que dá princípio e fim a todas as suas deliberações. Se é necessário entenderem-se entre si duas aldeias, dançando é que se apresentam os embaixadores. Se se declara a guerra ao inimigo, por uma dança solene é que de parte a parte se principia a exprimir o ressentimento e vingança que se medita (...). Rara é a dança que acaba sem efusão de sangue. Uns investem às mulheres dos outros, pai não respeita a filha, nem o irmão a irmã. Toda a noite se passa nesta lida, enquanto não caem de todo. No dia seguinte a atitude de seus corpos é o emblema do estado de suas almas. Dormem a maior parte do dia ou deitados se deixam estar em uma inação estúpida e insípida. Faz digna de reparo a cega paixão que tem o gentio por semelhantes festas; outro reparo merece a circunstância de que, sendo naturalmente homens tristes e pensativos, não carece que bebam, mas basta a simples esperança de beberem para logo transbordar em seus rostos a alegria, a esperança, a vivacidade.

Barcelos, 31 de agosto de 1787."

LA CONDAMINE

Enviada para Quito para medir o raio equatorial da Terra —que, segundo a polêmica teoria de Newton, deveria ser menor do que o raio polar (o que tornaria o planeta um "elipsóide achatado")— a missão que o cosmógrafo francês Charles Marie de la Condamine fez à Amazônia, entre 1735 a 1746, inauguraria um novo período na história das viagens à América. Rico, ilustrado amigo de Voltaire, foi La Condamine quem abriu a era das grandes expedições científicas. Desembarcando no Equador em fins de 1735, perambulou por oito anos pela cordilheira dos Andes. Em maio de 1743, decidiu descer o Amazonas da nascente até a foz —viagem que, surpreendentemente, foi autorizado a fazer, tanto pelos espanhóis como pelos portugueses (que, meio século depois, proibiriam a entrada do barão Von Humboldt no Brasil). A jornada durou dez meses, consagrando La Condamine como "descobridor" da borracha, do quinino e da platina.

Em junho de 1800, Lisboa enviou ordens expressas para o governador do Pará, referindo-se a "um tal de barão Von Humboldt, natural de Berlim", determinando que, se ousasse transpor as fronteiras brasileiras, ele, ou qualquer outro estrangeiro, fosse conduzido preso, tratado com toda a decência, mas expulso do país e impedido de fazer quaisquer "indagações políticas ou filosóficas", já que tal atitude "seria sumamente prejudicial aos interesses políticos da Coroa". Foi assim que o Brasil perdeu a chance de ter sua paisagem estudada pelo maior naturalista de todos os tempos, o barão Alexander von Humboldt (*à esquerda*).

Cientista, explorador e diplomata, amigo de Goethe e Schiller, Humboldt (1769-1859) era um humanista versado em botânica, astronomia e geologia. Entre 1799 e 1804, viajou pelo Equador, Venezuela, Colômbia e México, em companhia de Aimé Bonpland. Ambos estudaram a bacia do Orinoco, mas não puderam entrar em seu tão sonhado rio Amazonas. A obra visionária de Humboldt influenciou toda uma geração de cientistas, como Spix e Martius. Em 1845, o barão publicou "Kosmos", monumental obra-prima, subintitulada "Ensaio de uma descrição física do mundo", da qual o Brasil, vergonhosa e lastimavelmente, não pôde fazer parte.

La Condamine foi o primeiro cientista a percorrer a Amazônia, influenciando homens como Humboldt e Ferreira

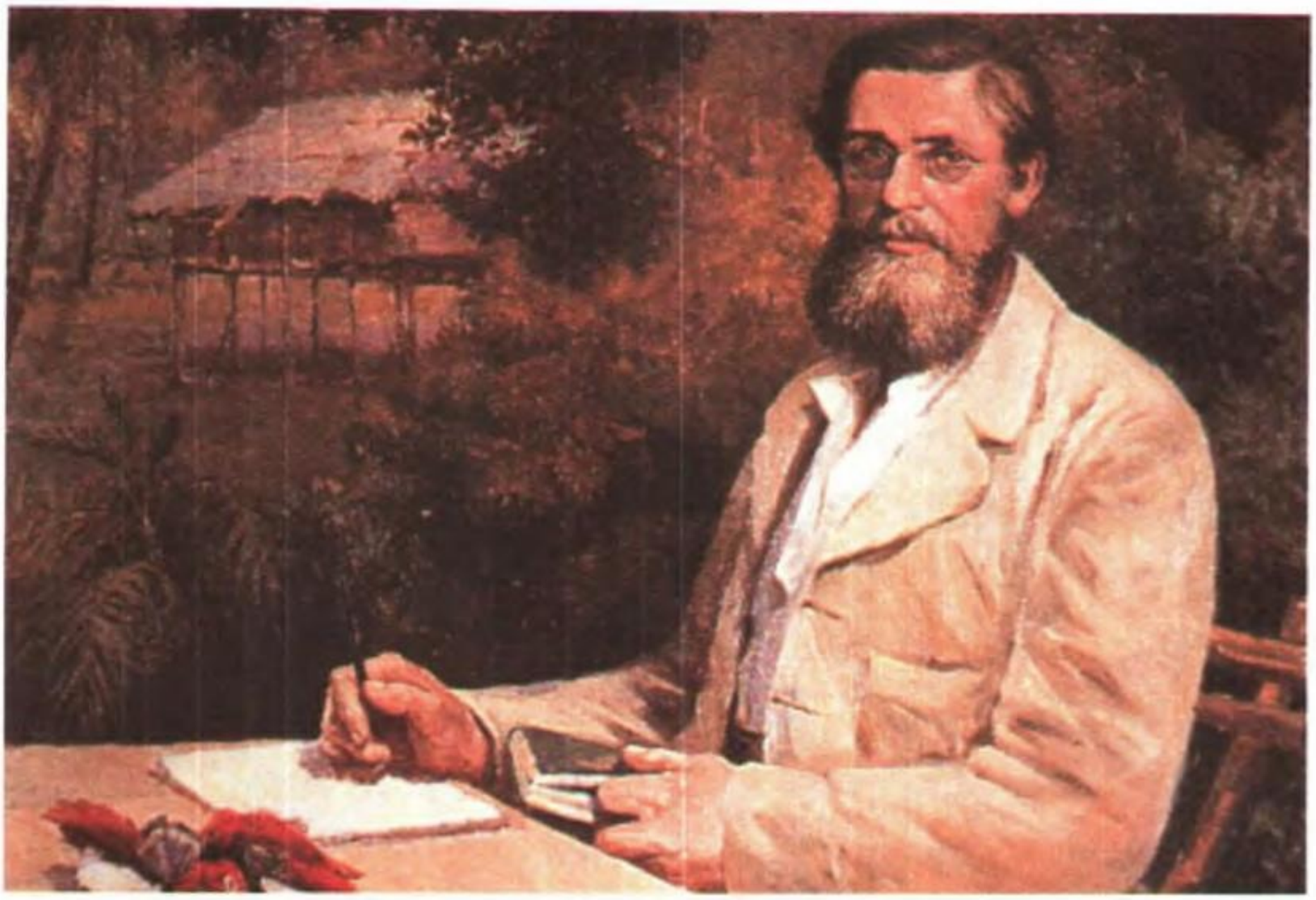
Henry Walter Bates

"Derrubei um tucano com um tiro e ele caiu num vale profundo onde me embrenhei para pegá-lo. Ele estava apenas ferido e fez uma tremenda algazarra. No mesmo instante, como num passe de mágica, o sombrio vale se encheu de seus companheiros, embora eu tivesse certeza de não haver ali nenhum pássaro quando entrei no mato. Vieram todos em minha direção, saltando de galho em galho, alguns balançando-se nos trapézios dos grossos cipós, soltando seus gritos roufenhos e agitando as asas, como um bando de fúrias."

Por volta de 1845, os naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace podiam ser vistos caçando borboletas nos arredores da cidade de Leicester e trocando cartas sobre o assunto de interesse comum. No dia 28 de maio de 1848, os dois jovens cientistas já estavam desembarcando em Belém para iniciar uma longa permanência na Amazônia, durante a qual não apenas capturaram dezenas de milhares de borboletas como ajudaram a mudar os rumos da ciência. Wallace queria que Bates o ajudasse a encontrar uma família de borboletas com o maior número possível de espécies, de modo que eles pudessem estudar de que forma elas se modificavam. Esses estudos seriam a base da teoria da origem das espécies, mais tarde consagrada por Darwin. Filho de um operário têxtil, Bates não dispunha de capital para financiar suas explorações e se sustentava com a venda de espécimes, principalmente insetos, para museus ingleses. Desse modo, permaneceu 11 anos na Amazônia, de 1848 a 1859, recolhendo 14.712 espécies de mamíferos, aves, répteis e insetos, sendo que 8.000 delas eram novidade para a ciência. De início, Bates e Wallace permaneceram juntos em Belém e arredores e percorrendo o Tocantins. Depois, Bates prosseguiu sozinho pelo Solimões até a fronteira com o Peru, retornando mais tarde para Manaus e daí para Londres. Em 1863, ganhou fama com a publicação de "O Naturalista no Rio Amazonas". Ilustrado com desenhos minuciosos feitos por ele próprio e escrito num estilo primorosamente vívido, o livro cativou a imaginacão vitoriana (seria um favorito de George Orwell e D.H. Lawrence, entre outros). Bates se tornou o maior especialista em mimetismo e um dos grandes responsáveis pelo surgimento da teoria que fez a fama de Darwin.

Embora denso e cientificamente acurado, "O Naturalista no Rio Amazonas" pode ser lido como um romance de aventuras, como fica claro nos dois trechos selecionados nesta página: "Uma aventura divertida" (*no quadro à esquerda*) e "Um incidente durante a pesca de tartarugas" (*a seguir*):

"Em 6 de outubro [*de 1850*] deixamos Ega [*no Solimões*] para uma segunda excursão; desta vez o objetivo (...) era encontrar tartarugas nas lagoas da floresta. (...) Depois que a rede estava armada em círculo e os homens haviam mergulhado (com a finalidade de orientar as tartarugas), viu-se que havia um jacaré preso nas malhas da rede. Não houve pânico —apenas receio de que o bicho a rasgasse. Inicialmente, alguém gritou: 'Encostei na cabeça dele'. A seguir outro homem disse: 'Ele raspou na minha perna'. Um índio miranha perdeu o equilíbrio e ninguém mais conseguiu parar de rir e gritar. Finalmente, atendendo às instruções que dei da margem, um rapaz de uns 14 anos segurou o jacaré pelo rabo e o arrastou até a margem... Eu havia cortado um grosso pedaço de pau e, assim que o jacaré foi trazido para terra, dei-lhe uma forte pancada na cabeça, que o matou instantaneamente. Aquele era um caimão grande, que os índios chamam de jacaré-açu. Suas mandíbulas de 50 centímetros eram perfeitamente capazes de cortar ao meio a perna de um homem. (...) Não é exagero dizer que durante a estação seca há tantos jacarés nas águas do Amazonas quanto girinos nos regatos da Inglaterra. Durante uma viagem que fiz, certa vez, pelo Alto Amazonas, os jacarés podiam ser vistos ao longo da margem durante todo o percurso, e os passageiros se divertiam atirando neles da manhã à noite. Quando o vapor passava, eles se amontoavam uns sobre os outros, em grupos compactos, suas couraças se entrechocando".



Alfred Russel Wallace

No dia 1º de julho de 1858, o naturalista Alfred Russel Wallace apresentou para a Linnean Society, em Londres, um artigo chamado "Sobre a tendência das espécies de se afastarem indefinidamente do tipo original". Foi um momento histórico porque, naquela mesma tarde, outro cientista, de nome Charles Darwin, leu o manuscrito do que viria a ser "A Origem das Espécies pela Seleção Natural" —um texto em tudo similar ao de Wallace. Nenhum dos dois foi acusado de plágio, pois a academia sabia que ambos estavam desenvolvendo a mesma teoria, paralela e simultaneamente —e sem contato prévio. Wallace chegara às suas conclusões durante um forte ataque de malária, nas ilhas Molucas, em 1857, enquanto meditava sobre a tese de Malthus a respeito do crescimento das populações. Mas não há dúvida de que ele jamais teria inspiração para desenvolver sua tese se não tivesse permanecido por quatro anos na Amazônia.

Nascido em janeiro de 1823, Wallace chegou a Belém em companhia de Bates. No dia 26 de março de 1850, os dois se separaram em Manaus. Wallace prosseguiu pelas desconhecidas regiões do Alto Rio Negro e pelo Uaupês, coletando borboletas e estudando também a espantosa biodiversidade dos peixes amazônicos, até chegar a território venezuelano. No dia 6 de agosto de 1852, depois de retornar a Belém, Wallace partiu para a Inglaterra. Mas o Helen, navio no qual viajava, se incendiou em alto-mar, queimando todas as coleções e diários que ele juntara. Depois de dez dias à deriva nos escaleres, sedentos e famintos, Wallace e os demais sobreviventes do naufrágio foram resgatados a cerca de 200 milhas da costa das Bermudas. Com ajuda da memória prodigiosa e das coleções de plantas e animais que enviara antes para a Inglaterra, Wallace começou a redigir seu primeiro livro.

Em 1853, "Uma Narrativa das Viagens pelos Rios Amazonas e Negro" foi lançado em Londres, com grande sucesso. O livro agradou a comunidade científica e o público leigo. Lendo dois de seus trechos, não é difícil entender por quê: "Prosseguimos lentamente rio acima. Às vezes velejávamos, mas geralmente tínhamos de usar os remos. A chuva incessante perturbava-nos bastante. Além disso, havia os torturantes mosquitos, todas as noites, conservando-nos num estado de exaltada irritação, pois não conseguíamos fechar os olhos por um minuto sequer. Os índios sofriram tanto quanto nós, pois é um grande erro supor que os mosquitos não os piquem. Podíamos ouvi-los durante toda a noite dando sonoros tapas em seu corpo seminu, tentando matar ou afugentar os infernais insetos. O tormento era por vezes tão grande que eles preferiam enrolar-se no pano da vela, sofrendo a aflição de ficarem semi-sufocados, a ter de aguentar aquele verdadeiro martírio. (...) Já estávamos no fim de dezembro quando chegamos à pequena povoacão de Serpa. No dia de Natal, chegamos a uma casa cujos moradores tinham acabado de fazer proveitosa pesca. Quisemos comprar uns peixes, mas eles se recusaram a vendê-los, não hesitando, porém, em dar-nos uma excelente posta para enriquecer nossa ceia. Compramos alguns ovos e prosseguimos rio abaixo. Quando fizemos a última parada do dia, preparamos um pudim à base de farinha, fritamos o peixe e fizemos o café. Com isso, tivemos uma razoável ceia de Natal. Enquanto comíamos, deixamos que nossos pensamentos nos levassem para o lar distante e para os longínquos e queridos amigos que naquela hora, em torno de suas requintadas mesas, possivelmente estariam também com os pensamentos voltados para nós, aqui tão longe nesta incomensurável Amazônia".

"As copas das árvores formavam um compacto dossel por cima das águas, impedindo a penetração dos raios de sol. A beleza da vegetação ultrapassava tudo o que eu já vira até então. A cada curva do regato surgia algo de novo e surpreendente. Aqui era um formidável cedro cujos galhos pendiam sobre as águas; ali uma enorme paineira, destacando-se como um gigante sobre as demais árvores da mata; a seguir, os majestosos coqueiros-muritis, com seus caules cilíndricos e retilíneos, quais colunas gregas, produzindo uma visão de fato imponente."

O Ciclo da Borracha

A resina chamada cautchu nas terras da província de Quito, vizinhas ao mar, é também muito comum nas margens do Marañón e se presta para os mesmos usos. Quando fresca, pode ser moldada na forma desejada. É impermeável à chuva, mas o que a torna mais notável é sua grande elasticidade. Fazem-se garrafas que não são frágeis, botas, bolas ocas, que se achatam quando apertadas mas retomam a forma original quando cessa a pressão."

No dia 28 de julho de 1743, a seiva da seringueira —em breve batizada de látex— fazia sua entrada oficial no mundo da ciência, pela pena meticulosa do francês Charles Marie de la Condamine. Em poucos anos se tornaria o produto vegetal mais importante e mais cobiçado do planeta —provocando o boom econômico que faria Manaus se transformar, quase da noite para o dia, de aldeia indígena em capital industrial e recolocando (depois do açúcar e antes do café) o Brasil no mapa econômico mundial. O sonho, porém, não duraria muito tempo.

Os portugueses conheciam a borracha havia dois séculos e a utilizavam, como disse o próprio La Condamine, para fazer "seringas", "com a forma de uma pêra oca, com um canudo na ponta, que eles enchem d'água e apertam quando estão cheias". Por isso, batizaram a árvore de seringueira, embora jamais tenham pensado em utilizá-la de outra maneira. La Condamine levou amostras da "cao o'chu" (ou "árvore que chora") para a Europa, e lá a borracha provou ser, senão a maior, pelo menos a primeira das maravilhas vegetais da era industrial. Tudo começou em 1770, quando Joseph Priestley descobriu que ela apagava os traços deixados pelo grafite no papel.

Em 1823, um escocês chamado Charles Mackintosh infiltrou a borracha em tecidos, lã e couro, criando os primeiros "impermeáveis" (que ficavam duros no inverno e derretiam no verão). Em 1839, Charles Goodyear inventou a vulcanização, adicionando enxofre à borracha quente. Em 1888, John Dunlop ajudou seu filho a ganhar uma corrida de bicicletas amarrando uma tira de borracha em cada roda e inflando-as. Três anos antes, Karl Benz criara o primeiro automóvel movido a gasolina, que logo teria pneus de borracha vulcanizada. Foi o começo do boom.

Em 1830, Manaus se chamava Barra e era uma vila de 3.000 habitantes. Em 1880, a cidade tinha 50 mil habitantes e exportava 12 mil toneladas de borracha para a Europa. A terrível seca de 1877-79, no Ceará, provocara um fluxo migratório para o Amazonas e os retirantes viraram seringueiros (*à esquerda, embaixo*), esvaindo a seiva de 8 milhões de árvores espalhadas por 3 milhões de km². As ruas, os hotéis e os cafés de Manaus fervilhavam com banqueiros ingleses, investidores americanos e prostitutas francesas. A cidade tinha 300 telefones, 16 quilômetros de linhas de bondes elétricos e três linhas de navegação que a ligavam à Europa e aos EUA. Em 1896, foi inaugurado o primeiro teatro do Brasil, o fabuloso Amazonas (*acima*), decorado com opulência (*veja o detalhe do teto, à esquerda, acima*). Mas, em 1904, quando Manaus estava no zênite, exportando 80 mil toneladas de borracha por ano, as 7.000 sementes de seringueira contrabandeadas 30 anos antes pelo inglês Henry Wickham, enfim, brotavam na Malásia. Em breve, fariam a produção brasileira ruir como um castelo de cartas. Em 1906, Manaus virara quase uma cidade-fantasma. O teatro fechou —e com ele acabou a farsa do lucro fácil.

A Independência

O príncipe não estava bem. Teria sido a água salobra de Santos ou algum prato condimentado do jantar da noite anterior? Não se sabe —nem ele sabia. O fato é que uma diarréia o atacara, e a cavalgada pela tortuosa estrada que conduzia da Baixada Santista ao platô de São Paulo não tinha ajudado em nada a recuperação do combalido ventre principesco.

De São Paulo para Santos haviam partido o major Antônio Ramos Cordeiro e o correio Paulo Bregaro, com um maço de cartas urgentes para d. Pedro. No instante em que chegaram às margens do riacho chamado Ipiranga, divisaram alguns membros da guarda de honra parados numa colina. Dom Pedro estava à beira do córrego, "quebrando o corpo" —agachado para "responder a mais um chamado da natureza". A correspondência lhe foi entregue enquanto ele abotoava o uniforme. As circunstâncias não eram as mais indicadas para a "perpetração da façanha memorável". Mas as notícias eram de tal forma definitivas e perturbadoras que, depois de ler, amassar e pisotear as cartas, d. Pedro montou "sua bela besta baia", cavalgou até o topo do outeiro e gritou à guarda de honra: "Amigos, as Cortes de Lisboa nos oprimem e querem nos escravizar... Deste dia em diante, nossas relações estão rompidas".

Depois de arrancar a insígnia portuguesa de seu uniforme, o príncipe sacou a espada e, às margens plácidas do Ipiranga, bradou, heróico e retumbante: "Por meu sangue, por minha honra e por Deus: farei do Brasil um país livre". Em seguida, erguendo-se nos estribos e alçando a espada, afirmou: "Brasileiros, de hoje em diante nosso lema será: Independência ou morte". Eram 4 da tarde de 7 de setembro de 1822 e o sol, em raios fúlgidos, brilhou no céu da pátria nesse instante.

As cartas que d. Pedro rasgara tinham sido enviadas pelas Cortes de Lisboa (onde o chamavam de "rapazinho" ou "brasileiro") e acintosamente informavam que, em vez de regente do Brasil, o príncipe passava a ser mero delegado das Cortes; que seus ministros seriam nomeados em Lisboa; e que aqueles que o haviam apoiado no episódio do "Fico" eram traidores. Em meio às cartas, vinha uma de seu conselheiro, José Bonifácio de Andrada e Silva. "A sorte está lançada", dizia Bonifácio, "nada temos a esperar de Portugal, a não ser escravidão e horrores".

A diarréia estragara o dia de d. Pedro, mas, apesar da crise das Cortes e das dores de barriga, o príncipe vivia um período luminoso. Dois dias antes, "numa viela pouco frequentada de Santos", vira uma "mulata de grande beleza" e, "com o gesto rápido de quem não quer perder a caça, embargou-lhe o passo" e a beijou. A moça o esbofeteou e fugiu. Embora tenha tentado comprá-la, ao descobrir que era escrava, o príncipe ignorou a rejeição: fazia uma semana, estava apaixonado. No dia 29 de agosto, em São Paulo, d. Pedro conhecera aquela que, entre incontáveis candidatas, seria a mulher de sua vida: Domitila de Castro Canto e Melo, futura marquesa de Santos. No dia 5 de setembro, quando partiu para uma inspeção a Santos, o príncipe e Domitila já eram amantes —e seriam por sete anos. Mas nem a diarréia nem as vertigens da paixão impediriam d. Pedro, de 24 anos, de tomar a maior decisão de sua vida. O príncipe estava desde os 10 no Brasil. Aqui, tivera seus primeiros cavalos e suas primeiras mulheres; aqui, vencera seus primeiros desafios, políticos e pessoais. Dom Pedro amava o país. Parecia o homem certo para torná-lo uma nação independente. Foi justamente o que ele fez.

AS MULHERES

*A primeira mulher de d. Pedro foi d. Leopoldina, filha do imperador Francisco 1º de Habsburgo. Os noivos casaram sem se conhecer, em maio de 1817, mas d. Leopoldina (*acima*) se apaixonara depois de ver uma imagem do marido. Ao vivo, a partir de novembro de 1817, a paixão aumentou. Nos dois primeiros anos, d. Pedro foi-lhe fiel. Dona Leopoldina lhe deu sete filhos, morrendo em 1826, em consequência de um parto. Em 1829, d. Pedro se casou com a princesa Amélia de Leuchtenberg (*abaixo*), com quem teve uma filha. Viúva aos 22 anos, d. Amélia não mais casaria. Morreu aos 70 anos.*

Um Príncipe Brasileiro

Ao retornar de uma audiência com o regente de Portugal, d. João 6º, o embaixador da França em Lisboa, Andoche Junot, anotou no diário: "Meu Deus! Como é feio! Meu Deus! Como é feia a princesa! Meu Deus! Como são todos feios! Não há um só rosto gracioso entre eles, exceto o do príncipe-herdeiro". Junot, que dali a três anos invadiria o país, estava se referindo ao garoto Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon. O segundo filho varão de d. João e Carlota Joaquina nascera no dia 12 de outubro de 1798, na sala Dom Quixote do palácio de Queluz. Antônio, primogênito de d. João, morreu aos 6 anos, em 1801, tornando d. Pedro o segundo na linha sucessória. Apesar disso, nem o regente nem d. Carlota se preocuparam com a educação do filho. Em 1808, depois que d. Pedro se mudou com os pais para o Brasil, esse desleixo assumiu proporções quase criminosas. Criado solto, na Quinta da Boa Vista ou na fazenda Santa Cruz (propriedade tomada dos jesuítas, a 80 quilômetros do Rio), Pedro andava sozinho na mata, brigava a pau e soco com outras crianças, bolinava as escravas. Ali se tornou um exímio mas imprudente cavaleiro: caiu do cavalo 36 vezes.

A rudeza desses primeiros anos pode ter agravado a epilepsia congênita: aos 18 anos, d. Pedro já sofrera seis ataques da doença. Alguns, durante cerimônias oficiais, que o príncipe não tolerava (no beija-mão, ele a estendia a adultos, mas, se uma criança se aproximava, ele a socava no queixo). Porém, desde a infância, Pedro revelou ser um sujeito despojado e de bom coração. Andava com roupas de algodão e chapéu de palha, tomava banho nu na praia do Flamengo, ria, debochava e zombava de quem quer que fosse.

Era mau poeta e mau latinista, mas bom escultor e excelente músico: tocava clarinete, flauta, violino, fagote, trombone e cravo. Também tocava um instrumento e um ritmo malditos: o violão e o lundu, que aprendera em lugares mal-afamados do Rio, como a taverna da Corneta, na rua das Violas, onde o príncipe conheceu aquele que viria a ser seu melhor amigo, Francisco Gomes da Silva, o Chalaça. Deve ter sido lá também que Pedro teve sua iniciação sexual. E, depois que começou, não parou mais: por toda a vida, d. Pedro foi um amante latino, dândi liberal que tomava o que gostava —cavalos, mulheres ou roupas. Mas quem convivera com ele concordava com algumas de suas últimas palavras: "Orgulho-me de ser verdadeiro, humano e generoso e de ser capaz de esquecer as ofensas que me são feitas".

AS AMANTES

A partir dos 16 anos, d. Pedro adquiriu fama de amante insaciável. Os nobres portugueses e ricos brasileiros escondiam as filhas quando o príncipe passava. A primeira da série de incontáveis amantes foi a bailarina francesa Noémi Thierry, com quem d. Pedro teve um filho (natimorto), antes que a corte enviasse a moça de volta a Paris. Embora tenha tido relações sexuais —ou tentado ter— com praticamente qualquer mulher que visse pela frente, a grande paixão de d. Pedro era Domitila de Castro, que ele fez marquesa de Santos e que lhe deu quatro filhos.

Dom Pedro e Domitila (*à direita*), uma "sensual luso-brasileira de seios e quadris volumosos", conheceram-se em São Paulo, dias antes de o príncipe proclamar a independência. Dom Pedro a levou para morar em frente do palácio. O caso tornou-se público. Dona Leopoldina morreu —de desgosto, segundo o povo. Forçado a se casar de novo, d. Pedro dispensou a amante, em 1829. Mas não sem escândalo: ao descobrir que o imperador tinha um caso com sua irmã, Maria Bendita, Domitila tentou matá-la. A marquesa voltou para São Paulo, casou e morreu aos 70 anos.

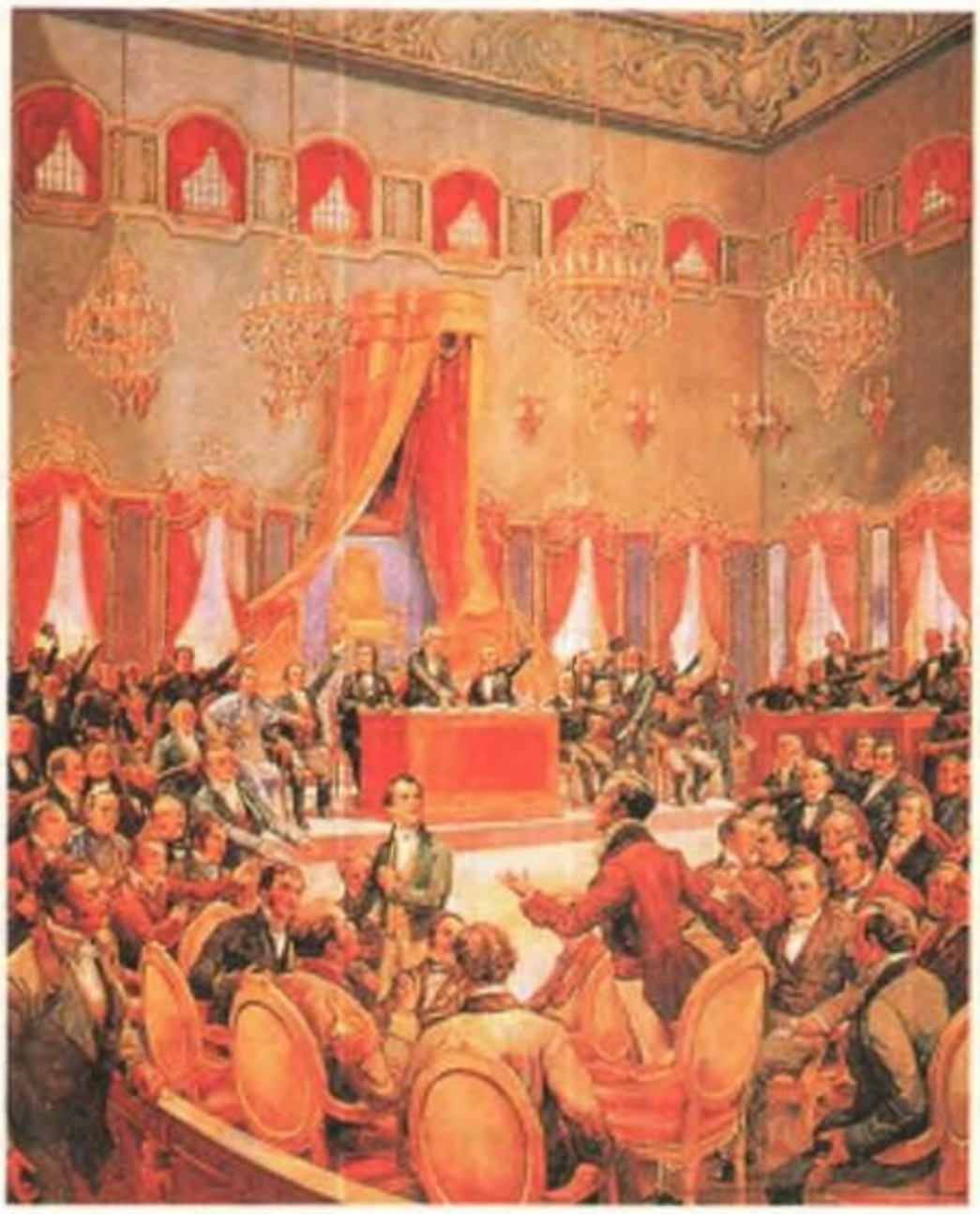
Intriga nas Cortes de Lisboa

Embora o país tenha começado a romper os grilhões coloniais no instante em que d. João 6º abriu os portos "às nações amigas", em janeiro de 1808, os fatos que antecederam a independência do Brasil estão diretamente ligados à Revolução Liberal do Porto, que eclodiu em agosto de 1820.

Portugal era então governado pelo marechal inglês Beresford, que expulsara os franceses do país. Indignados com a situação —e com o fato de custearem a permanência de d. João 6º no Brasil—, os revoltosos se aproveitaram da ida de Beresford ao Rio de Janeiro para deflagrar o movimento. Além de forçar d. João a retornar a Portugal, a junta provisória que assumiu o controle do país decidiu reunir as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, que, noutros tempos, eram convocadas em épocas de crise. E foi graças à intransigência das Cortes que os fatos se precipitaram, não deixando aos brasileiros outra opção que não a luta pela independência. Como Portugal não tivesse uma Constituição, d. João 6º foi forçado a jurar uma nova, baseada na Constituição espanhola de 1812.

Pelas novas regras do jogo, o Brasil —que, desde 1808, ocupava uma posição de supremacia no império português— perdia seus privilégios e teria de voltar a se submeter inteiramente ao governo da metrópole. Mas o novo regime, representativo, permitiria a participação brasileira no governo de Lisboa. O problema era que, de acordo com as novas leis, as colônias eram sub-representadas e as eleições, indiretas. Assim sendo, das 181 cadeiras das Cortes, apenas 72 poderiam ser ocupadas por deputados brasileiros —e, entre esses, havia os que eram francamente favoráveis à metrópole.

Apesar dessas vantagens, as Cortes nem sequer esperaram que todos os representantes do Brasil chegassem a Lisboa para, em 7 de março de 1821 —com somente 46 dos 72 brasileiros presentes no plenário—, votar a emenda que simplesmente dissolvia o reino do Brasil.



Com 46 deputados brasileiros contra 109 lusos, as Cortes de Lisboa decidiram dissolver o reino do Brasil: foi o estopim da independência

Nas lutas que se seguiram às determinações das Cortes, d. Pedro desafiou o general luso Avilez, com cuja mulher mantinha um caso

Na verdade, não era difícil perceber que o propósito básico das Cortes era "recolonizar" o Brasil. Em sessões tensas e tremendamente tumultuadas, com os deputados quase trocando sopapos (*à esquerda*), as Cortes decidiram que o Brasil não apenas deixaria de ser um reino unido a Portugal como também o vice-reinado, com sede no Rio de Janeiro, não seria restabelecido. Em vez de possuir um governo central, o Brasil seria dividido em províncias autônomas, cujos governadores (militares) seriam nomeados pelas próprias Cortes.

Foram eliminados também todos os tribunais de justiça, as agências e repartições públicas estabelecidos depois de 1807. Além disso, estavam sumariamente demitidos todos os juízes, advogados, escreventes e burocratas que ocupavam esses postos. E, como se não bastasse, as Cortes exigiam o retorno imediato a Lisboa do príncipe regente, já que, na opinião dos deputados, não tendo mais o Brasil um governo central, a presença de d. Pedro no Rio passava a ser meramente figurativa.

Porém, as Cortes decidiram ainda que não havia lugar para d. Pedro em Portugal: o príncipe deveria fazer, incognitamente, "uma viagem pela Inglaterra, França e Espanha para aprofundar sua educação, de modo que pudesse, algum dia, ocupar condignamente o trono" lusitano.

Uma declaração de guerra não teria efeito maior: enquanto o Brasil se preparava para entrar no século 19, as Cortes propunham um retorno ao "status quo" do século 17. Embora as determinações fossem absurdas e injustas, d. Pedro estava decidido a cumpri-las. Afinal, as tropas portuguesas estacionadas no Rio e os comerciantes lusitanos residentes no país assim o exigiam. Mas então, em janeiro de 1822, o príncipe recebeu uma petição escrita por José Bonifácio e assinada por toda a junta provincial de São Paulo. Era um documento poderoso, que clamava ao príncipe que desafiasse as Cortes e permanecesse no Brasil. O texto, comovente, emocionou d. Pedro —e mudou o rumo da história do Brasil.

Do Fico ao Grito

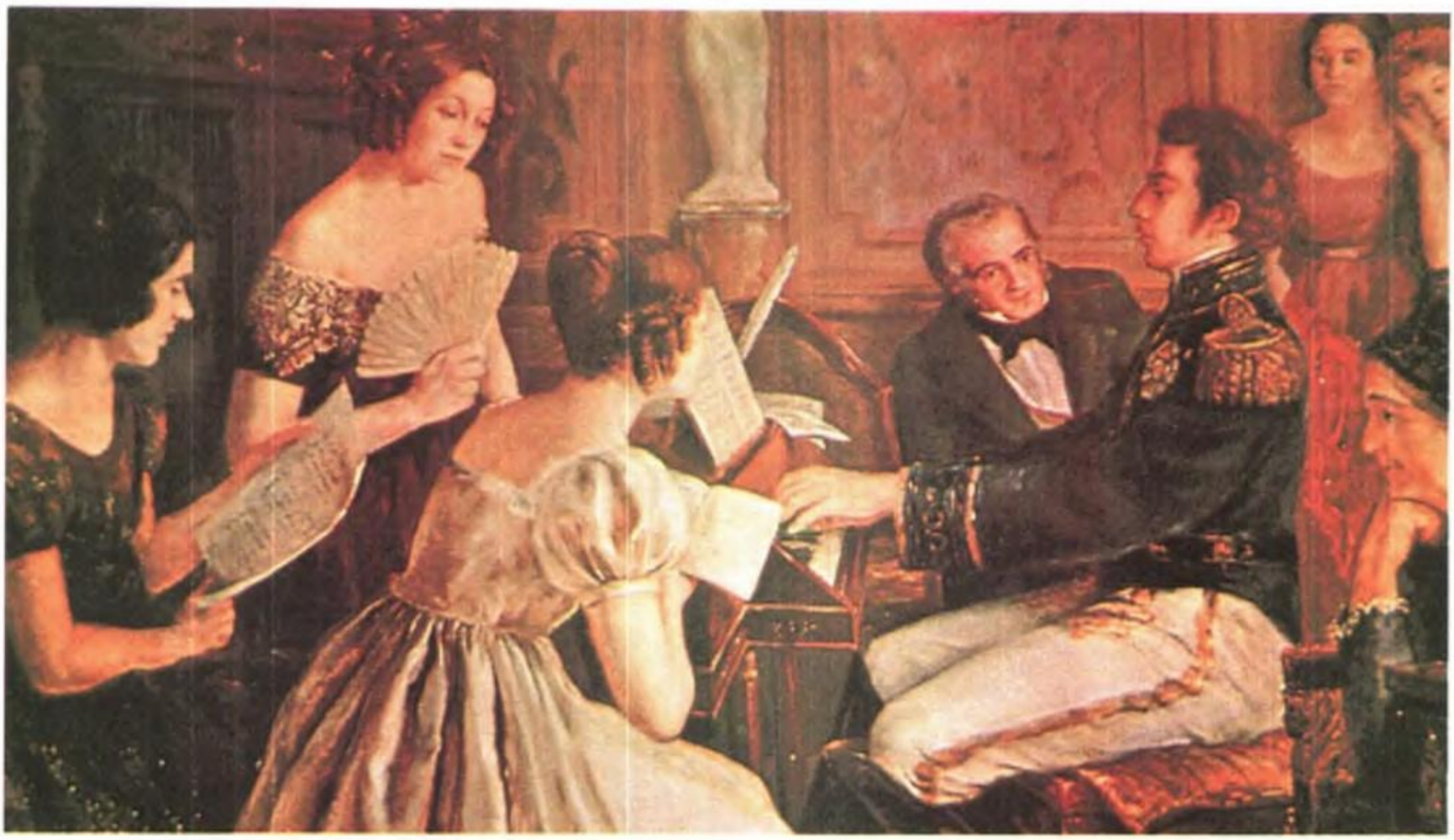
O ano de 1822 começou dramaticamente para d. Pedro. Foi no dia 1º de janeiro que ele recebeu a petição escrita por José Bonifácio e assinada por toda a junta provincial da cidade. Até então, apesar de alguns cartazes espalhados pelas ruas do Rio e das manifestações cada vez mais entusiásticas que vinha recebendo nas ruas ou no teatro, d. Pedro não registrara nenhum sinal claro de apoio à sua permanência no Brasil. Mas a carta de Bonifácio era tocante. Segundo ela, as Cortes de Lisboa, baseadas "no despropósito e no despotismo", buscavam impor ao Brasil "um sistema de anarquia e escravidão". Movidos por uma "nobre indignação", os paulistas estavam "prontos a derramar a última gota do seu sangue e a sacrificar todas as suas posses para não perder o adorado príncipe", em quem colocavam "suas bem-fundamentadas esperanças de felicidade e honra nacional".

Os cariocas, que pensavam da mesma maneira, organizaram um abaixo-assinado com 8.000 nomes e o entregaram ao príncipe uma semana depois, numa cerimônia realizada ao meio-dia de 9 de janeiro. Depois de ler o documento, d. Pedro anunciou solenemente sua decisão: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico". Reunido defronte do Paço Municipal, o povo saudou a decisão do príncipe. No dia 11, as tropas portuguesas tentaram obrigar o príncipe a embarcar para Lisboa. Apoiado pelo povo e por tropas leais, d. Pedro resistiu. A independência, agora, era uma questão de tempo.

O LORDE MERCENÁRIO

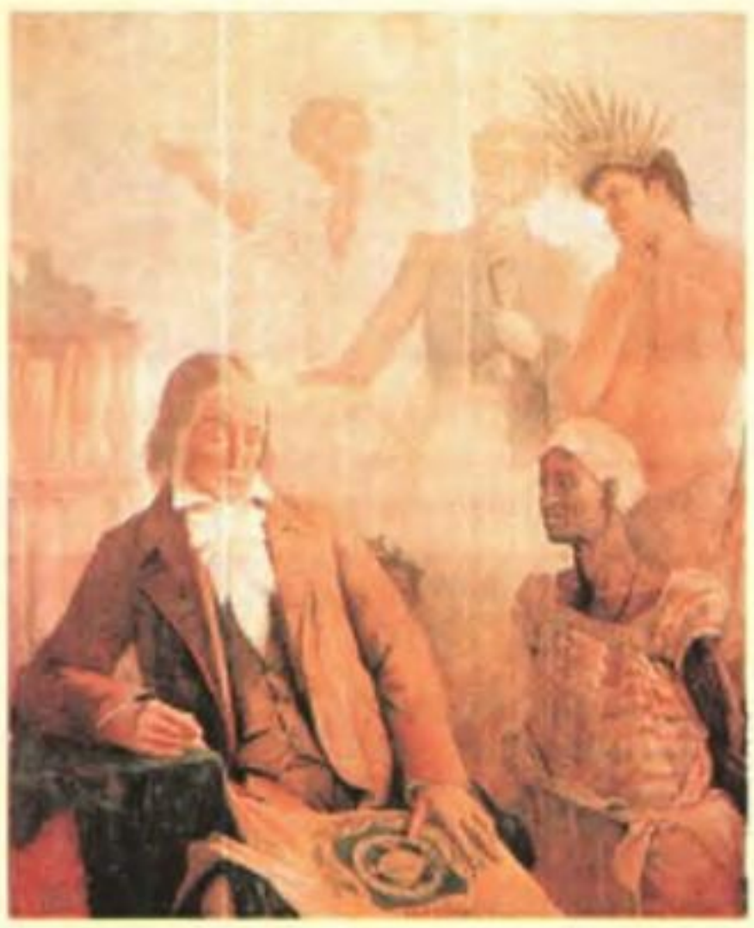
Apelidado de "lobo-do-mar" por Napoleão, lorde Cochrane era um dos mais brilhantes comandantes navais do mundo. Ao se envolver num escândalo na Bolsa de Valores de Londres, foi demitido da Marinha britânica. "Alugou" seus serviços ao Peru e ao Chile, e foi figura-chave na independência desses dois países, até ser contratado por d. Pedro como almirante da Marinha brasileira. Cochrane reprimiu os rebeldes do Maranhão e de Pernambuco, tornando-se personagem polêmico na consolidação da independência.

A petição de José Bonifácio e o abaixo-assinado que resultou no "Dia do Fico" marcaram a aproximação entre d. Pedro e a facção mais conservadora da elite brasileira, formada por homens que, na maioria, tinham frequentado a Universidade de Coimbra e partilhavam da idéia de um império luso-brasileiro —a elite coimbrã. Cinco dias depois de expulsar do Rio as tropas lusas, comandadas pelo general Avilez (com cuja mulher tinha um caso), d. Pedro organizou um novo ministério e, para liderá-lo, escolheu José Bonifácio de Andrada e Silva —o nome mais destacado da elite coimbrã. Em 1º de agosto, declarou inimigas todas as tropas enviadas de Portugal sem o seu consentimento. No dia 14, partiu para São Paulo para contornar uma crise na Província. No dia 2 de setembro, no Rio, d. Leopoldina leu as cartas chegadas de Lisboa com as abusivas decisões das Cortes. Reuniu os ministros (*acima*) e enviou mensageiros a d. Pedro.

No dia 7 de setembro, sofrendo com a diarréia, o príncipe recebeu as cartas às margens do Ipiranga e concluiu que era hora de romper com a metrópole. No dia seguinte, já recuperado, após a noite com a nova amante, iniciou a viagem de retorno ao Rio de Janeiro, onde chegou no tempo recorde de cinco dias, deixando toda a tropa dez horas para trás. Na capital, foi saudado como herói. Em 1º de dezembro, aos 24 anos, foi coroado não rei, mas imperador, para mostrar que, apesar do direito monárquico, também fora eleito pelo "povo". O povo em breve se decepcionaria.

A Constituinte e a Constituição

Ao colocar no trono um rei português, o Brasil fez uma transição relativamente tranquila do regime colonial para o monárquico. Mas, ao longo dos dois anos que se seguiram ao grito do Ipiranga, um conflito entre conservadores e radicais eclodiria na Assembléia Constituinte, eleita para elaborar a Constituição da nova nação. A Constituinte começou a se reunir no Rio em maio de 1823. Na abertura dos trabalhos, d. Pedro citou uma frase colocada por Luís 17 na Carta Constitucional da França que definia bem seus propósitos: o imperador do Brasil juraria defender a futura Constituição "se ela fosse digna do Brasil e dele próprio". Era um sinal claro do que viria a acontecer.

A posição da maioria dos constituintes pode ser definida como "liberal-democrata": seu objetivo era instituir uma monarquia constituinte que respeitasse os direitos individuais e delimitasse claramente o poder do monarca. Mas d. Pedro queria poder de veto e controle total sobre o Legislativo. Por isso, surgiram desavenças entre o imperador e os constituintes. A disputa acabou com a vitória do mais forte: em 12 de novembro de 1823, d. Pedro destituiu a Constituinte e mandou o Exército invadir o plenário. Muitos deputados foram presos e exilados —entre eles o ex-todo-poderoso José Bonifácio. O Brasil independente entrava na era do arbítrio e da exceção.



Fundada na Inglaterra em 1717, a maçonaria —uma sociedade "secreta" de pensamento e filantropia— foi um núcleo antiabsolutista no Brasil. Em seus clubes e "lojas" tramou-se muito pela independência do Brasil —desde antes da revolução de 1817, em Pernambuco, da qual participaram muitos maçons ("pedreiro", em francês): José Bonifácio (*acima*) era maçom da linha monarquista; o deputado Gonçalves Ledo, da linha republicana. Em 1824, d. Pedro fechou todas as lojas maçônicas.

Um projeto de Constituição foi rapidamente elaborado e, em 25 de março de 1824, era promulgada a primeira Carta Magna do Brasil —e ela perduraria, quase inalterada, até fevereiro de 1891. A Constituição de 1824 estabeleceu um governo monárquico, hereditário e constitucional representativo. O imperador, inviolável e sagrado, não estava sujeito a responsabilidade legal alguma; exercia o Poder Executivo com os ministros (escolhidos por ele) e o moderador com seus conselheiros. Também podia escolher um entre os três senadores eleitos por Província e suspender ou convocar os Conselhos Provinciais e a Assembléia Geral.

A eleição para a Câmara dos Deputados (eleitos pelo "povo", por voto indireto) era temporária; a eleição para o Senado era vitalícia (e, graças a manobras políticas, o imperador acabava apontando não um, mas os três senadores de cada Província). Para votar era preciso ter 25 anos e 100 mil-réis (eleitores de paróquia) ou 200 mil-réis (eleitores de província) de renda anual. Para ser deputado era preciso ter 200 mil-réis de renda anual; para senador, a renda necessária chegava a 800 mil-réis por ano. Os presidentes das Províncias eram diretamente escolhidos pelo imperador. Dom Pedro compusera o "Hino da Independência" (*acima*). Agora, o país dançaria conforme sua música. O Brasil independente entrara na era do absolutismo ilustrado.

José Bonifácio

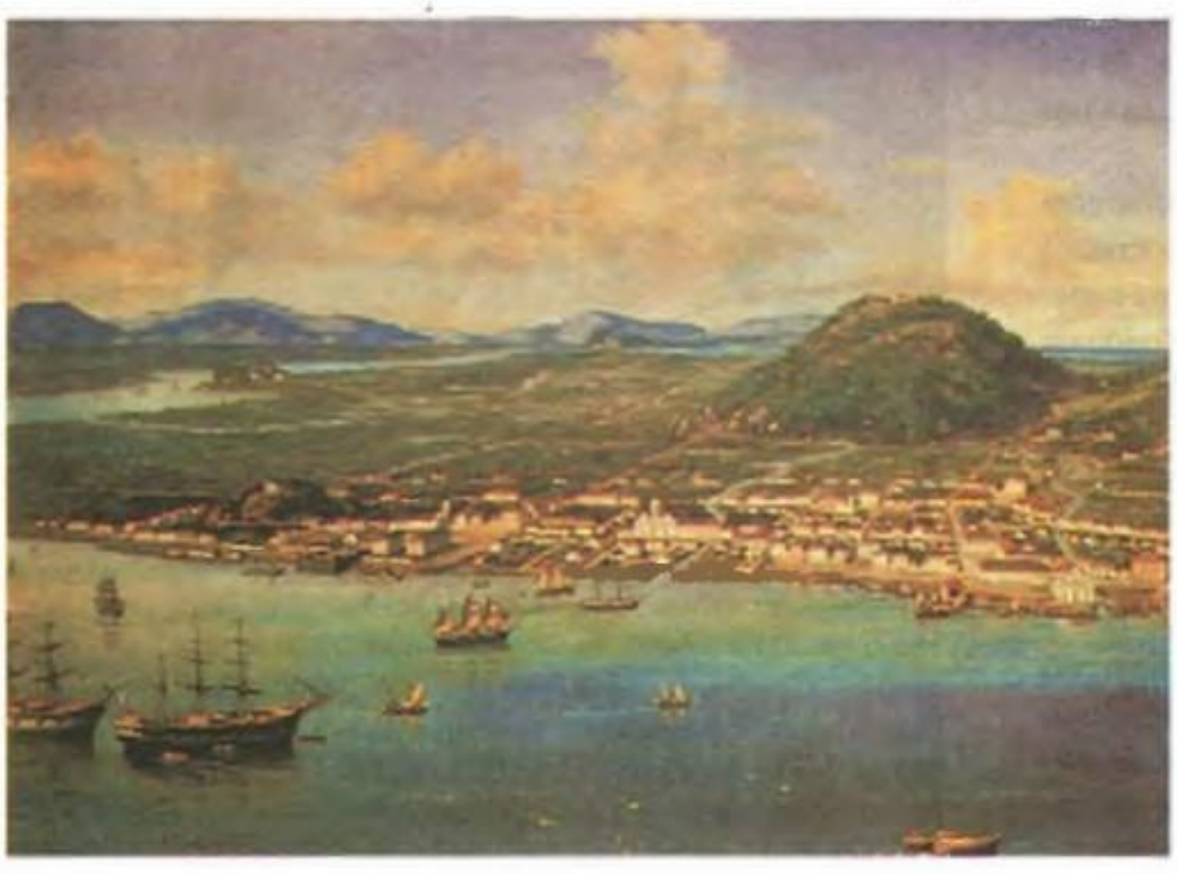
O mais ilustrado político brasileiro de todos os tempos, José Bonifácio de Andrada e Silva, nasceu em Santos em 13 de junho de 1763, filho de um dos comerciantes mais ricos da cidade. Em 1783, foi para a Universidade de Coimbra, onde se formou em direito, filosofia e em ciências naturais. Em 1789, foi denunciado à Inquisição por negar a existência de Deus. Amigos e parentes influentes conseguiram tirar seu nome da lista, enviando-o para os climas intelectualmente mais amenos da Europa do Norte. Durante os anos revolucionários de 1790-91, ele estava na França, estudando química e geologia. Em 92, especializou-se em mineralogia e metalurgia em Freiburg. Durante a década que passou no exterior, conviveu com Humboldt, Priestley, Volta e Lavoisier. Na Suécia, descobriu e deu nome a quatro espécies e oito subespécies minerais. Era especialista em agricultura, ciências florestais, filosofia clássica, etnologia indígena, economia e sociologia.

Em 1800, Bonifácio voltou a Lisboa e foi nomeado intendente das Minas e Metais. Depois, participou da luta contra o invasor francês. Só retornou ao Brasil em 1819. Baixinho, curvado, grisalho, de olhar malicioso; vaidoso, enérgico, teimoso, ateu e mulherengo, José Bonifácio tornou-se o principal arquiteto da Independência.

Não era maçom convicto; virou Grande Irmão do Oriente. Não era, em princípio, favorável à independência; foi mitificado como seu patriarca. Não era absolutista; agiu como tal. Era um liberal a favor de um Executivo forte, mas, por sua intransigência, a Constituinte acabou fechada.

Aos 65 anos, Bonifácio dançava lundus e gerava filhos ilegítimos. "As mulheres", diria, "foram a perdição de minha existência. Eu as amo mas não as estimo". Apesar dos conflitos políticos com d. Pedro, foi o tratamento hostil que Bonifácio dispensava à marquesa de Santos que levou o príncipe a afastar-se dele. Ainda assim, d. Pedro e o Brasil devem muito ao talento ríspido de José Bonifácio.

José Bonifácio (1763-1838), filho de uma das famílias mais ricas de Santos* (abaixo), *virou Patriarca da Independência, embora fosse a favor da união de Brasil e Portugal



Não é fácil rotular o pensamento de José Bonifácio de acordo com as divisões maniqueístas da política brasileira. No campo social, defendia idéias progressistas, como a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão. Exigia um tratamento decente aos índios brasileiros, sobre os quais publicara algumas teses. Era favorável à reforma agrária, à livre entrada de imigrantes no país e ao trabalho assalariado. No campo estritamente político, Bonifácio foi um liberal conservador. Adversário ferrenho das "esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia", defendia uma monarquia representativa. Queria uma assembléia constituída por deputados eleitos indiretamente, pelas camadas dominantes e mais ilustradas da população, mas com mandatos limitados. Os deputados representariam o povo no momento presente; o imperador representaria os interesses permanentes da nação, do passado e do futuro.

Ainda assim, Bonifácio era a favor de um Executivo independente e forte. Apoiava o imperador porque achava que poderia contar com seu apoio no caso de um provável conflito com a maioria parlamentar. E o conflito logo eclodiu, é claro: Bonifácio, como ministro todo-poderoso, e seus irmãos mandaram prender, exilar, investigar e molestar inúmeros adversários políticos no Rio e em São Paulo —especialmente os portugueses.

Foi uma briga quase banal entre soldados lusitanos e um boticário brasileiro que levou d. Pedro a dissolver a Constituinte e mandar para o exílio Bonifácio e seus irmãos —ainda que tenha determinado que os três recebessem polpuda pensão mensal, à custa do Erário. Por seis anos, Bonifácio viveria na Europa, sendo autorizado a voltar ao Brasil em julho de 1829.

Ao abdicar do trono, em 1831, d. Pedro nomearia como tutor de seus "amados filhos o cidadão muito honrado, íntegro e patriota José Bonifácio, meu amigo de verdade". Foi a reconciliação entre velhos camaradas. Bonifácio foi destituído em 1833. Preso, julgado e absolvido, morreria em Niterói em 1838.

As Guerras da Independência

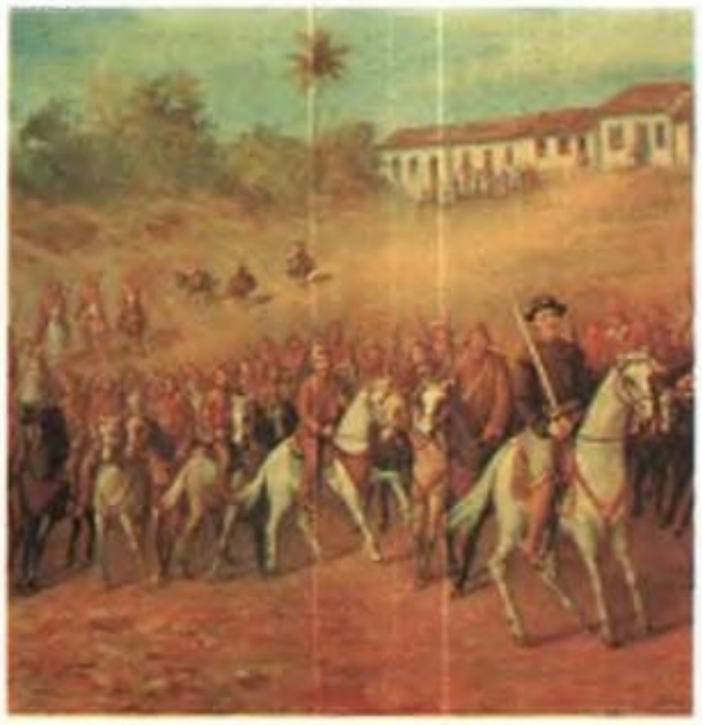
Apesar de o processo de independência ter sido relativamente pacífico e o país ter passado da fase colonial para o regime monárquico praticamente inalterado, com a manutenção de todos os privilégios das elites —inclusive, e especialmente, a escravidão—, uma série de conflitos armados espocaram pelo país após o grito do Ipiranga.

Ainda assim, o Brasil desvencilhou-se do jugo de Portugal de uma forma muito mais amena do que os países da América espanhola e, além de ser o único a manter o regime monárquico, foi também o único a permanecer unido, sem esfacelar-se numa série de repúblicas. Os principais conflitos até a concretização plena da independência se deram na Bahia, no Maranhão e na Cisplatina (atual Uruguai, então território tomado pelo Brasil). Neles se destacaram dois oficiais europeus: o almirante britânico lorde Cochrane e o francês Pedro Labatut, ambos fiéis a d. Pedro 1°.

O maior conflito entre tropas brasileiras e portuguesas se deu na Bahia e dele surgiram duas heroínas: Joana Angélica, abadessa do convento da Lapa, morta a baioneta na porta do convento que soldados portugueses decidiram invadir, e Maria Quitéria de Jesus (*à direita*), que se alistara no Exército patriota sob o nome de José Cordeiro. Ela lutou com bravura, fez dois prisioneiros portugueses e foi condecorada com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Morreu pobre, cega e esquecida.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

O quê: A Confederação do Equador foi um movimento republicano e separatista que eclodiu em protesto contra o fechamento da Assembléia Legislativa Constituinte e contra a Constituição de 1824 (que centralizava o poder nas mãos do imperador, Pedro 1°, e negava autonomia às Províncias). Foi basicamente um levante urbano e popular.
Onde: O movimento se iniciou em Pernambuco —a mais "nativista" das Províncias brasileiras e onde, já em 1817, estourara outra revolta igualmente separatista e republicana. Aderiram a Pernambuco as Províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará —Piauí e Pará se uniriam a seguir. Essas Províncias formariam um Estado federativo independente do Brasil.
Quando: Em 2 de julho de 1824, o chefe ostensivo do levante, Manuel de Carvalho Pais de Andrade (casado com uma americana e grande admirador dos Estados Unidos), publicou um manifesto chamando d. Pedro 1° de traidor e proclamando a Confederação do Equador, cuja bandeira traria os dizeres: Religião, Independência, União e Liberdade. Carvalho obteve o apoio do povo e da imprensa locais.
Como a revolta foi debelada: As tropas comandadas pelo brigadeiro Lima e Silva e pelo almirante Cochrane sitiaram Recife em 28 de agosto de 1824. Em 11 de setembro, invadiram a cidade; no dia 17, a luta acabou. As punições vieram "sem clemência e sem demora". Pais de Andrade fugiu para a Europa; três outros líderes —entre eles frei Caneca (*à esquerda*), que participara da revolução de 1817— foram condenados à morte. Como não havia carrasco que se dispusesse a enforcá-lo, frei Caneca foi fuzilado, em 1825.



Em 2 de julho de 1823, as forças brasileiras, apoiadas por senhores de engenho do Recôncavo Baiano e pela frota liderada por Cochrane, expulsaram as tropas portuguesas do coronel Madeira de Melo. Para os baianos, 2 de julho passou a ser uma data tão significativa quanto o 7 de Setembro e ainda é comemorada em Cachoeira, onde o levante pró-independência se iniciara com o protesto de junho de 1822 (à esquerda).

A Confederação do Equador foi semelhante à revolução de 1817. A reação de d. Pedro 1°, que negou os inúmeros pedidos de clemência aos líderes do movimento, também se assemelhou à atitude de d. João 6°, que reprimiu os revoltosos durante a rebelião de 1817. Na cena à direita, o pai do comandante rebelde José Peregrino convence o filho a se entregar às autoridades. Peregrino acabou fuzilado.

Abdicação e Morte

No mesmo quarto de teto circular e côncavo, localizado na ala sudeste do palácio de Queluz, com paredes adornadas com imagens do Dom Quixote, de Cervantes —no mesmo quarto onde, 36 anos antes, ele nascera, d. Pedro 1° morreu serenamente, às 2 e meia da tarde do dia 24 de setembro de 1834. Não fora um príncipe quixotesco. Em três décadas e meia de vida, o folgado, mulherengo e mão-fechada d. Pedro tivera três coroas, fundara o Império do Brasil, vencera os rancores da mãe e do irmão, d. Miguel, fizera seus sucessores de ambos os lados do Atlântico e, embora tenha centralizado o poder em suas mãos, sempre agiu constitucionalmente. As duas Constituições que criou (em 1824 no Brasil e em 1834 em Portugal) foram as primeiras a garantir os direitos básicos dos cidadãos luso-brasileiros. Dom Pedro não era perfeito —"nem aperfeiçoável", segundo um de seus biógrafos, o americano Neill Macaulay. Ele engravidara freiras, desquitadas e viúvas; dissolvera manifestações populares com baionetas e a Assembléia com fuzis; exilara seus amigos e endividara o Brasil. Ainda assim, seria o melhor monarca português do século 19.

Em março de 1824, d. Pedro 1° dominava a cena política brasileira, tendo poderes para dissolver a Constituinte e baixar uma Constituição. Sete anos mais tarde, seria obrigado a abdicar do trono. O que houve nesse período?

Dom Pedro meteu-se em crises internas e externas. Incompatibilizou-se com o Exército, com o povo e com os políticos. Viu o Brasil se endividar e Portugal rebelar-se. Declarou uma guerra desastrosa contra a Argentina, a partir de dezembro de 1825, sendo vencido em Ituzaingó em 1827. O Exército afastou-se do imperador, indignado com a derrota e com a presença de portugueses no comando. O povo, recrutado à força, passou a odiar d. Pedro. Como se não bastasse, o conflito deixou o Brasil ainda mais endividado. A crise financeira se iniciara em 1825, quando, para obter de Portugal o reconhecimento de sua independência, o Brasil foi forçado a pagar 600 mil libras à metrópole e assumir o pagamento de um empréstimo de 1,4 milhão de libras que Portugal fizera em bancos ingleses. Assim sendo, no mesmo ano o Brasil negociaria seu primeiro empréstimo externo: pegou 3,6 milhões de libras do banco de Nathan Rothschild, com juros anuais de 5% e um desconto inicial de 18,33%. Em 1826, o dinheiro acabou e d. Pedro recorreu à emissão de moedas de cobre, que, além de serem postas em circulação com um valor quatro vezes superior ao valor nominal, ainda seriam grandemente falsificadas. Em 1827, o deputado mineiro Bernardo de Vasconcelos ia ao plenário fazer um alerta contra a "inchação" da economia.

Não era só: surgiram no Rio e em São Paulo inúmeros e "violentíssimos" jornais independentes —e os ataques a d. Pedro se tornaram um esporte nacional. Embora também atuasse como jornalista, o imperador fechou muitos dos pasquins. Mas, quando o jornalista Líbero Badaró foi assassinado em São Paulo, em novembro de 1830, ficou claro que ele não se sustentaria por muito mais tempo no poder. O confronto entre brasileiros e portugueses chegava ao auge. Em 7 de abril de 1831, d. Pedro abdicou em nome de seu filho de 5 anos, d. Pedro 2° —nomeando como seu tutor José Bonifácio. De volta a Portugal, d. Pedro ainda derrubaria seu irmão usurpador, d. Miguel, aliado dos absolutistas. Quando o imperador morreu, em 1834, o Brasil, envolto nas turbulências da Regência, mal percebeu.

O Chalaça

Beberrão, mulherengo, violeiro, capoeirista e ladino, Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, tornou-se o melhor amigo de d. Pedro, seu secretário particular e confessor. Ambos se conheceram, diz a lenda, na mal-afamada taverna das Cornetas, na rua das Violas, no Rio, e viraram inseparáveis. Chalaça estava às margens do Ipiranga em 7 de setembro de 1822. Filho adotivo de um ourives que veio para o Brasil com d. João, o amigo do rei tornou-se o alvo principal dos ataques de brasileiros contra lusos. Em 1830, d. Pedro foi forçado a mandá-lo para fora do país e o fez embaixador em Nápoles, com salário de US$ 5.000 anuais. Quando d. Pedro morreu, seu "parente de espírito" estava ao lado.

A Regência e as Revoluções

Os nove anos do período regencial desvendam todas as mazelas da política brasileira —muitas das quais permanecem inalteradas. Quando d. Pedro 1º abdicou, em 7 de abril de 1831, a maioria dos senadores e deputados nem sequer pôde ser avisada: o Parlamento estava de férias. Como o país não podia ficar sem comando, uma Regência Trina Provisória assumiu o poder: os senadores Carneiro de Campos e Campos Vergueiro e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva foram eleitos pelos poucos parlamentares que se achavam no Rio de Janeiro.

Dois meses depois, uma disputada eleição escolheria os três integrantes da Regência Trina Permanente. Foram eleitos os deputados Costa Carvalho e Bráulio Muniz e, outra vez, o brigadeiro Lima e Silva. Os três eram liberais moderados. Mas, ao chegarem ao poder (*acima, a cerimônia de posse*), esses ex-oposicionistas de d. Pedro 1º não encontraram paz. Os arranjos que d. Pedro fizera para garantir uma transição relativamente tranquila eram frágeis e artificiais e, sem ele, ruíram instantaneamente. As acomodações, composições e conchavos do processo político arquitetado pelo príncipe foram substituídos por uma turbulência generalizada e profunda que quase rachou a nação.

Aos liberais moderados foi reservado o papel do marisco: ficaram entre a ressaca dos exaltados e a dureza de rocha dos absolutistas. Os exaltados defendiam a autonomia das províncias e as liberdades individuais. Os absolutistas, ou caramurus, muitos deles burocratas portugueses, queriam a volta de d. Pedro. As províncias continuavam governadas pelas oligarquias locais: a questão era que, enquanto algumas delas (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) tinham representação e influência no poder central, outras (Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco) estavam quase excluídas do jogo político.

A confusão aumentava porque nem mesmo entre os grupos dominantes havia consenso sobre qual o arranjo institucional mais conveniente para seus interesses, nem sobre o papel do Estado na economia. Cinco revoltas provinciais (Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Farroupilha e Praieira) ameaçaram a unidade nacional. A Constituição foi alterada (com o Ato Adicional de 1834), a regência passou de Trina a Una e o país, convulsionado, mergulhou na "crise da Regência". Para completar a vertigem política desse período, a Regência terminou com um golpe. E o golpe da maioridade foi, surpreendentemente, articulado pelos liberais e não pelos conservadores.

O JOVEM IMPERADOR

Embora no mesmo instante em que seu pai abdicou do trono, d. Pedro 2º, então com 5 anos, se tornasse o novo imperador do Brasil, a Constituição de 1824 afirmava que ele só poderia chefiar a nação a partir dos 18 anos de idade. Junto com d. Pedro 2º, ficaram no Brasil suas irmãs, as princesas d. Januária e d. Paula, de 9 e 8 anos (abaixo). *José Bonifácio era o tutor da jovem família real. Acusado de planejar a volta de d. Pedro 1º, Bonifácio foi destituído do cargo e preso em dezembro de 1833, sendo absolvido um ano e meio depois. Em 1840, com o golpe da maioridade, d. Pedro 2º assumiu o governo do Brasil. Tinha 14 anos.*

As Regências Tríplice e Una

Apesar de terem ficado no poder por apenas dois meses, os três regentes provisórios agiram rapidamente. Sua primeira ação foi reempossar, no ato, o ministério que d. Pedro destituíra no dia 5 de abril —estopim da crise que resultou na abdicação. Em seguida, votaram a lei que regulamentava seus próprios poderes. Ficou decidido que os regentes não poderiam dissolver a Câmara nem conceder títulos nobiliárquicos, mas, como o imperador, escolheriam os senadores, indicados em listas tríplices pelas Províncias. No dia 17 de junho de 1831, a Assembléia Geral elegeu a Regência Permanente.

Embora os regentes tivessem nomeado como ministro da Justiça o enérgico deputado Padre Diogo Antônio Feijó —dando-lhe grande autonomia de ação para "restabelecer a ordem pública"—, o fato é que os quatro anos durante os quais a Regência Trina Permanente ficou no poder estão entre os mais conturbados da história do Brasil. Motins, quarteladas e levantes (a Abrilada, a Setembrada, a Novembrada, a Revolta das Panelas etc.) revelavam um país em convulsão, dividido entre chimangos (ou moderados), caramurus (restauradores absolutistas) e jurujubas (exaltados ou farroupilhas). Foi um período marcado por calúnias, assassinatos e escândalos políticos, no qual brotou o germe dos dois grandes partidos imperiais, o Liberal (formado por padres e proprietários rurais menos tradicionais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, além da classe média urbana) e o Conservador (dos magistrados, burocratas, comerciantes lusos e ruralistas nordestinos). Um ato institucional (ou adicional), de 12 de agosto de 1834, decidiu que a Regência não seria Trina, mas Una. Pior para o futuro regente uno.

GALERIA DE REGENTES

***O padre Diogo Antônio Feijó* (acima) *foi o primeiro regente único, sendo substituído por Araújo Lima* (abaixo, na extrema direita). *Antes deles, foram regentes, entre outros, José Costa Carvalho, Carneiro de Campos e Lima e Silva* (a partir da esquerda)**

No dia 7 de abril de 1835, Diogo Antônio Feijó —padre taciturno e sombrio, filósofo cultor de Kant e clérigo em luta com Roma por ser contra o celibato— venceu a eleição contra o rico senador Holanda Cavalcanti por menos de 600 votos (2.828 a 2.251) e se tornou regente uno. Foi, basicamente, uma vitória de Minas Gerais, pois Feijó tinha muitos adversários no Rio de Janeiro e em São Paulo, e Cavalcanti, fazendeiro em Pernambuco, era o canditado do Nordeste. Com a saúde abalada, Feijó não era mais o ministro enérgico de outros anos. Em minoria no Parlamento, tentou formar um ministério de conciliação, mas seus inimigos o rechaçaram. Quando a Guerra dos Farrapos estourou, em 1835, Feijó estava isolado no poder. Renunciou em setembro de 1837, em favor do menos radical de seus inimigos, o senador Araújo Lima. Ainda assim, após vencer o eterno candidato Holanda Cavalcanti por 4.308 votos a 1.981, Araújo Lima deu início ao período chamado de "regresso" (quase "retrocesso").

"Regressistas" eram os conservadores, favoráveis à centralização e ao "regresso" da autoridade. Adotaram esse nome em reação à tentativa de Feijó de formar um partido que se chamaria Progressista. De qualquer modo, o grupo ligado a Feijó daria origem ao Partido Liberal, e a turma de Araújo Lima fundaria o Partido Conservador. Eleito em abril de 1838, o senhor de engenho Araújo Lima ficaria no poder até 23 de julho de 1840. Em maio desse ano, o regente baseou-se numa "interpretação" do Ato Adicional para mergulhar o país num estado policialesco. Dois meses depois, os liberais articularam uma "reinterpretação" do mesmo ato para dar o golpe da maioridade e empossar d. Pedro 2º.

A Cabanagem e a Sabinada

O quê: Apesar de ter eclodido devido aos desentendimentos entre os dois grupos da elite local a respeito da nomeação do presidente da Província, a Cabanagem foi, na verdade, um levante popular —talvez o maior ocorrido no Brasil—, que uniu cerca de 3.000 mestiços, índios e negros, os chamados "cabanos", em franca ofensiva contra a ordem estabelecida.

Onde: A rebelião ocorreu basicamente na cidade de Belém, mas a febre revolucionária espalhou-se pelo Baixo Tocantins, Santarém, Óbidos e até pelo Amazonas.

Quando: Os conflitos mais sangrentos se deram entre janeiro de 1835 e abril de 1836. Mas as origens da Cabanagem podem recuar até 1831 (quando 256 revoltosos morreram asfixiados no porão do brigue Palhaço) e seu final só se deu em fins de 1840.

Por quê: Supostamente os cabanos lutavam contra a nomeação do presidente da Província feita pelo poder central. Mas na verdade a Cabanagem foi revolta econômica e social.

Como transcorreu a luta: Os cabanos mataram o presidente e o comandante militar do Pará. Durante um ano, mandaram em Belém. Foram duramente reprimidos em 1836. Cerca de 30 mil pessoas morreram.

Apesar de todas elas terem se desenrolado mais ou menos no mesmo período —e terem encontrado na desorganização social e política do período regencial um solo fértil para germinar—, o fato é que as revoltas e rebeliões que eclodiram em quase todas as Províncias do Brasil entre 1830 e 1850 não podem e não devem ser enquadradas numa moldura única. Nem todas foram revoltas políticas —embora praticamente todas tivessem como estopim o conflito entre oligarquias locais. Nem todas foram rebeliões econômicas —mas os interesses comerciais em jogo nunca deixaram de fazer parte de seus entornos. Nem todas foram rebeliões sociais —porém, as incertezas e dificuldades a que as camadas mais pobres da população sempre foram submetidas em geral levaram os rebeldes a contar com o apoio de negros, ex-escravos, índios, jagunços e desvalidos em geral.

Entretanto, como se vê nesta e nas páginas seguintes, cada uma das revoltas ocorridas durante a "crise da Regência" manteve características próprias, resultantes de uma realidade local, fosse em Salvador (acima) *fosse em Belém* (abaixo).

O quê: A Sabinada foi uma revolta separatista e republicana, que pretendia transformar a Província da Bahia em república provisória, independente do Império do Brasil, pelo menos até a maioridade de d. Pedro 2º.

Onde: Apesar das pretensões provinciais, a Sabinada restringiu-se à cidade de Salvador, já que as forças rebeldes não só foram incapazes de conquistar as cidades do Recôncavo Baiano como ainda foram sitiadas pelos exércitos armados pelos senhores de engenho dessa região —e vencidas por eles, com o apoio do Exército imperial.

Quando: A rebelião teve início em 7 de novembro de 1837 e só foi inteiramente sufocada em março de 1838.

Por quê: Embora tenha se levantado contra o poder central, a Sabinada foi um conflito da classe média baiana contra a supremacia dos senhores de engenho. Contou com apoio popular, mas foi liderada pelo médico Francisco Sabino (acusado de matar a mulher).

Como: Os "sabinos" tomaram Salvador em 7 de novembro de 37, e foram cercados por terra e mar pelos legalistas. Em 13 de março puseram fogo na cidade, mas se renderam no dia seguinte. Quatro mil pessoas morreram.

A Balaiada e a Praieira

O quê: Ainda que tivesse ligação com os desmandos da política local e quisesse derrubar o presidente da Província, a Balaiada perdeu o rumo político e se tornou a mais desenfreada manifestação de banditismo sertanejo a assolar o Brasil na Regência. Os saques e as pilhagens feitos por bandos de marginais e desvalidos —jagunços, vaqueiros e escravos libertos— caracterizaram o movimento.
Onde: A anarquia espalhou-se por toda a Província do Maranhão, mas os principais combates ocorreram no sul da Província, na fronteira do Piauí, em São Luís e Caxias.
Quando: A insurreição começou em 13 de dezembro de 1838, quando o vaqueiro cafuzo Raimundo Gomes, o Cara Preta, invadiu a cadeia para libertar o irmão. Juntaram-se a ele Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, apelidado de Balaio (o que deu nome à revolta) —cuja filha fora violentada por um policial— e o negro Cosme, líder de 3.000 escravos libertos. Em agosto de 1839, os revoltosos tomaram a cidade de Caxias, liberada no mesmo mês pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, que se tornou duque de Caxias. Os rebeldes foram anistiados, menos Cosme, enforcado. O movimento só se encerrou em janeiro de 1841.
Por quê: Foi uma revolta social que descambou para o saque puro e simples.

Embora os conflitos mais conhecidos do período regencial sejam as rebeliões regionais, o fato é que os nove turbulentos anos da Regência também foram marcados por motins e protestos ocorridos no centro do país. Somente no Rio, entre 1831 e 1832, houve cinco levantes. O primeiro se deu a 12 de julho de 1831, quando o 26º Batalhão de Infantaria se amotinou. O ministro da Justiça, Diogo Feijó, sufocou o movimento e prendeu os rebeldes. Em 7 de outubro de 31, o Batalhão de Artilharia da Marinha também fez um motim. O regente-brigadeiro Lima e Silva invadiu o quartel da ilha das Cobras e debelou o levante. Em 3 de abril de 1832, foi a vez de as guarnições das fortalezas de Villegaignon e Santa Cruz se rebelarem. O major Luís Alves de Lima e Silva (futuro duque de Caxias) desfez a rebelião. Duas semanas depois, no dia 17, os caramurus (ou conservadores) tentaram dar um golpe e destituir a Regência. Foram vencidos pelo mesmo major. Anos depois, Caxias estava no Maranhão (abaixo) *sufocando a Balaiada. A Rebelião Praieira eclodiu em Recife* (acima) *após a Regência, mas foi muito semelhante às revoltas anteriores.*

O quê: Apesar de ter eclodido durante o Segundo Reinado, a Praieira se assemelha em tudo aos conflitos do período regencial. Foi uma revolta política deflagrada pelos liberais contra os conservadores. Sob a liderança do capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, de Antônio Borges da Fonseca e Nunes Machado, os rebeldes tinham como principal objetivo a convocação de uma Constituinte para redigir outra Constituição, que acabasse com o mandato vitalício dos senadores e determinasse que apenas brasileiros natos fossem juízes, parlamentares e ministros, além de propor nova divisão territorial para o Brasil.
Onde: Começou em Olinda e Recife, onde os rebeldes tinham uma gráfica na rua da Praia (daí o nome da rebelião), mas espalhou-se por toda a Província de Pernambuco.
Quando: De 7 de novembro de 1848 até o fracassado ataque dos rebeldes a Recife, em fevereiro de 1849, que os arruinou.
Por quê: Desde a queda de Feijó, os chimangos (liberais) estavam em desvantagem em relação aos baronistas, guabirus ou trapicheiros (conservadores). As famílias Cavalcanti e Barros formavam um governo oligárquico em Pernambuco e a revolta eclodiu.

A Guerra dos Farrapos

De todas as rebeliões provinciais que abalaram a Regência, nenhuma foi mais duradoura, complexa, violenta e efetiva do que a Guerra dos Farrapos, o conflito que por quase uma década ensanguentou o pampa gaúcho. Embora tenha se prolongado tanto e apresentado inúmeras reviravoltas políticas e táticas, a verdade é que, para o estudioso que se debruça sobre a vasta bibliografia originada por essa luta fragorosa, a sensação é a de estar lidando não com uma, mas com várias guerras distintas —apresentadas em versões absolutamente divergentes.

Comandantes que lutavam de um lado de repente surgem do outro. Batalhas épicas tornam-se massacres cometidos à traição. Grandes feitos militares viram um embuste sem resultados práticos. Heróis são vilões e vilões são heróis. A razão só está do lado dos vivos. E mortos não falam.

O que foi, afinal, a Guerra dos Farrapos? Uma revolta econômica provocada pelo "centralismo rapinante" do Império, que sobretaxava o principal produto gaúcho, o charque? Uma revolução separatista e republicana —ou seja, uma guerra com um ideal? Uma guerra de guerrilhas conduzida por caudilhos, "semibárbaros egressos do regime pastoril"? Uma luta libertária travada por cavaleiros heróicos e altivos, embora "esfarrapados"? Há versões para todos os gostos e tendências —basta escolher o livro certo.

No terreno sólido dos números, a Guerra dos Farrapos prolongou-se por 3.466 dias, teve "56 encontros bélicos" e custou a vida de 3.000 homens —cifra que pode ter chegado a 5.000. O conflito começou no dia 20 de setembro de 1835, com a tomada de Porto Alegre pelos rebeldes, e terminou em 28 de fevereiro de 1845, com um "honroso" tratado de paz.

As singularidades da Guerra dos Farrapos são as próprias singularidades da mais meridional das Províncias do império: uma fronteira em armas, quase uma terra de ninguém, conflituosa já 150 anos antes da eclosão da luta contra o poder imperial. Cada estancieiro gaúcho era dono de um exército; cada peão, um soldado —esfarrapado ou não. Nenhuma Província brasileira tinha o know-how guerreiro do Rio Grande do Sul, e isso o império logo descobriria. O conflito iniciou-se quando, sob o comando de Bento Gonçalves —general monarquista—, o Rio Grande do Sul se levantou contra os desmandos do presidente da Província, Fernando Braga (indicado para o cargo pelo próprio Bento Gonçalves). Vários ressentimentos dos gaúchos eclodiram a seguir. E, então, assim sem mais, um general, Netto, proclamou a "independência" da República Rio-Grandense.

GENERAL NETTO

O "causo" nunca foi bem explicado e talvez nunca venha a ser. O fato é que, em 11 de setembro de 1836, depois de vencer a batalha do Seival, o general Antônio de Sousa Netto entusiasmou-se e disse às tropas: "Camaradas! Nós (...) devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta Província, a qual fica desligada das demais do império e forma um Estado livre e independente, com o título de República Rio-Grandense". Os farrapos viravam, quase sem querer, separatistas.

Bento Gonçalves

Estancieiro de nascença, exímio cavaleiro por herança e estilo, militar por vocação e necessidade, guerrilheiro na prática, contrabandista de gado por feitio e determinismo, bailarino por vaidade e paixão. O que faltaria para tornar Bento Gonçalves da Silva o protótipo do caudilho gaúcho senão se meter numa revolução?

Nascido em setembro de 1788, nas proximidades de Porto Alegre, Bento Gonçalves entrou na luta aos 21 anos: foi soldado nas guerrilhas do Uruguai em 1811, lutou na campanha cisplatina e na Guerra das Províncias do Prata, em 1825, e, a seguir, contra o caudilho Rivera. Em 1833, já coronel, foi chamado ao Rio de Janeiro, acusado de contrabando de gado. Foi absolvido e ainda indicou Fernando Braga para a presidência do Rio Grande do Sul.

Em 1835, no entanto, além de problemas com o irmão de Braga, os futuros farrapos foram surpreendidos com a criação de um imposto territorial rural e com a demissão dos dois comandantes da fronteira, Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro —embora devessem combater o contrabando, ambos tinham fazendas no Rio Grande do Sul e no Uruguai e, como todos, ignoravam a fronteira. Foi a gota d'água: em 20 de setembro de 1835, os rebeldes invadiram Porto Alegre.

Bento Gonçalves era liberal moderado e monarquista convicto. Bento Manuel Ribeiro, idem. Ambos queriam apenas a destituição do presidente e a criação de um regime federalista. No início de 1836, o regente Feijó colocou José Araújo Ribeiro na presidência do Rio Grande do Sul —e a guerra quase acabou.

Primo de Bento Gonçalves, Araújo era respeitado e poderia ter posto fim ao conflito se anistiasse os rebeldes. Mas demorou para fazê-lo e, em setembro de 1836, precipitadamente e sem ordens superiores, o general Netto proclamou a República Rio-Grandense.

Em 2 de outubro, Gonçalves foi preso por Bento Manuel —que trocara de lado, como voltaria a fazer mais duas vezes (*leia o quadro, à direita*). Mesmo preso, Bento Gonçalves foi eleito presidente da nova república. Assumiu o cargo assim que escapou da prisão, em 1837. Só então se tornou separatista, apesar de admirar o imperador. "Bento Gonçalves foi fiel a todos, menos a si próprio", escreveu um cronista do conflito.

A maior derrota militar de Bento Gonçalves se deu no combate da ilha de Fanfa, no rio Jacuí, em outubro de 1836. E o pior é que ele foi vencido por seu ex-companheiro, Bento Manuel Ribeiro, que, logo após o início da revolução, abandonou os farrapos e se passou para os imperiais. Auxiliado pela flotilha do inglês John Greenfell, Manuel cercou Bento Gonçalves na ilha. Cento e vinte rebeldes morreram —muitos deles afogados. Bento Gonçalves se rendeu e Bento Manuel prometeu que, se jurasse lealdade ao império, nem ele nem seus 900 seguidores seriam presos. A promessa não se cumpriu e Gonçalves foi enviado a ferros para o Rio de Janeiro. Na prisão, recebeu a visita de Giuseppe Garibaldi, que aderiu aos farrapos. Após uma tentativa de fuga, transferiram Gonçalves para o forte do Mar, na Bahia —de onde escapou em setembro de 1837, retornando para o Rio Grande do Sul e assumindo a presidência da República Rio-Grandense (ou República de Piratini), para a qual tinha sido eleito em novembro de 1836. De 36 ao fim da guerra, Bento Gonçalves administrou a república e o exército farrapo. Em 1844, exonerou-se do cargo para evitar conflitos internos entre os rebeldes. Ainda assim, teve de matar, em duelo, o velho amigo Onofre Pires. Morreu dois anos após o fim da guerra, só, empobrecido e amargurado.

O VIRA-CASACA

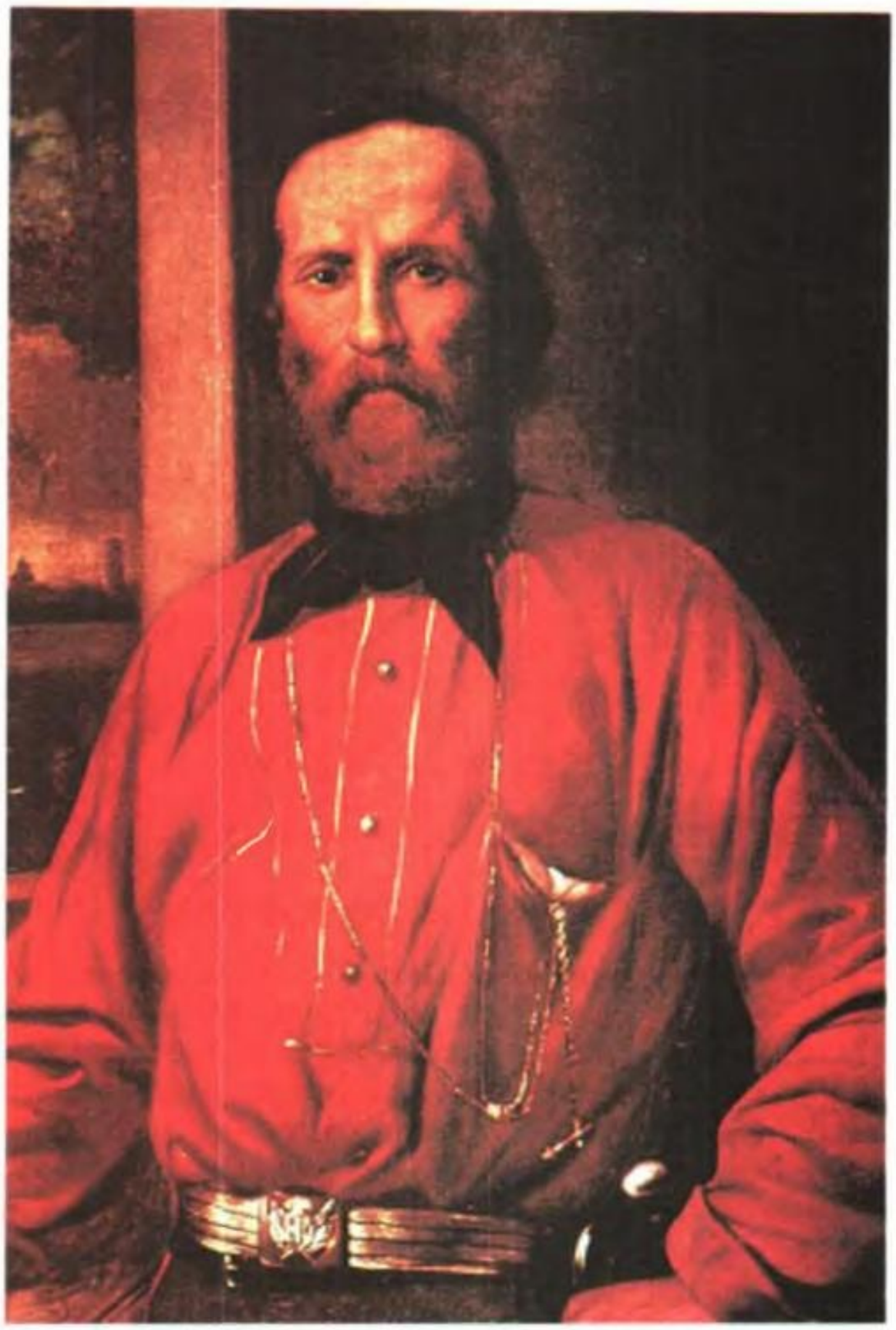
Bento Manuel Ribeiro, paulista de Sorocaba, é, de longe, a figura mais polêmica de uma guerra repleta de sujeitos controversos. Simplesmente trocou de lado quatro vezes ao longo do conflito: começou como farrapo, aderiu aos "imperiais" em dezembro de 1835, venceu Bento Gonçalves em Fanfa (e foi forçado pelo presidente da Província a descumprir a promessa de soltá-lo).

Depois de se tornar líder militar do exército legalista, Bento Manuel se indignou com a nomeação de Antero de Brito para a presidência do Rio Grande do Sul e, em março de 1837, prendeu o presidente e se passou para os farrapos, com os quais esteve entre abril de 38 a meados de 39. Em julho de 1839, alegando que um de seus desafetos fora nomeado coronel, afastou-se dos rebeldes. Em julho de 1840, foi anistiado pelo governo imperial e mudou-se para o Uruguai. Dois anos depois, Caxias o convidou para integrar o Estado-Maior do Exército que deu início à ofensiva final contra os farrapos. Aceitou e tornou-se uma figura-chave para a vitória legalista. Em 1845, foi promovido a marechal-de-campo. Morreu em Porto Alegre em maio de 1855, aos 72 anos.

"Ao contrário de Bento Gonçalves, Bento Manuel Ribeiro traiu a todos, menos a si mesmo", diz Tabajara Ruas, autor de dois romances sobre Farrapos. Também Manuel Osório começou do lado dos farrapos e se passou para os imperiais: apesar de republicano, assim que o Rio Grande se declarou independente abandonou a luta por se dizer "antes de tudo, brasileiro".

Giuseppe Garibaldi

Como sua vida foi brilhantemente romanceada por Alexandre Dumas, em "Memórias de um Camisa-Vermelha", Giuseppe Garibaldi é tido, ainda hoje, como um grande herói libertário. Mas a verdade é que sua participação na Guerra dos Farrapos, embora cheia de cenas épicas e de um romance clássico, foi um fiasco. Nascido em Nice, em 1807, deixou a Europa fugindo da condenação à morte na Itália (onde se tornara revolucionário) e da peste em Marselha. Exilou-se no Rio de Janeiro, onde conheceu o conde italiano e revolucionário Tito Livio Zambecari e seu companheiro Bento Gonçalves —ambos "farroupilhas" presos. Garibaldi falhou na tentativa de resgatá-los do cárcere. Mas em breve já estava no Rio Grande do Sul, portando uma carta de corso: com um lanchão, percorria a lagoa dos Patos saqueando os barcos imperiais. Vários ataques fracassaram. A mais grandiloquente participação de Garibaldi na Guerra dos Farrapos foi a condução por terra dos lanchões Seival e Rio Pardo (*leia o quadro abaixo*). Apesar disso, o ataque a Laguna, com os lanchões, não teve grandes resultados práticos. Pelo menos não para a guerra. Para o mercenário Garibaldi, significou o encontro com a mulher de sua vida, Anita (*leia no quadro à direita*). Em 1845, Garibaldi renegou sua ligação com os farrapos. Em 48, com Anita, voltou para a Itália. Participou das lutas nacionalistas, enfrentou os austríacos, esteve nos EUA, no Peru e na China —sempre em combate. Morreu em 1882. Em seguida, foi eternizado pelo criador de "Os Três Mosqueteiros".



ANITA

Ana Maria de Jesus Ribeiro da Silva era uma costureirinha de Laguna que se apaixonou pelo aventureiro loiro e mercenário Garibaldi, largou o marido, pegou em armas, teve seu batismo de fogo em muitos combates, foi várias vezes abandonada pelo amante, sempre o reencontrou e se tornou um símbolo de paixão e desprendimento. Anita e Garibaldi casaram-se em 1842 (ela se fez passar por solteira), em Montevidéu. Em 1847, com três filhos, partiu para a Itália, onde foi recebida como heroína. Lá, lutou por dois anos junto com o marido. Fugindo dos austríacos, morreu de pneumonia em 4 de agosto de 1849.

O pampa é o mar dos gaúchos. Por conhecerem tão pouco o oceano real, os farroupilhas nunca puderam estabelecer de fato sua República: ela não possuía saída para o mar (Rio Grande foi logo bloqueada pelos imperiais). Numa tentativa desesperada, os farrapos aventuraram-se a conquistar Laguna (SC). Assim, entraram com dois lanchões (de 18 e 12 toneladas) pelo rio Capivari (um dos formadores da lagoa dos Patos), chegaram até a praia. Com o auxílio de 200 bois, levaram os lanchões, numa marcha épica, por quase cem quilômetros, até a foz do Tramandaí, onde entraram no mar e atacaram a desprotegida Laguna, auxiliados pelas tropas terrestres comandadas por Davi Canabarro. Os saques que se seguiram à tomada da cidade, em 22 de julho de 1839, porém, irritaram a população local, que suspendeu o apoio aos rebeldes. A "República Juliana" teria vida efêmera: em novembro de 39, os imperiais retomaram a cidade e os farroupilhas iniciaram sua penosa retirada por terra. Era o começo do fim da guerra. (*Ao lado, cena do filme "Anahy de las Misiones", de 1997, dirigido por Sérgio Silva e estrelado por Marcos Palmeira e Giovanna Gold.*)

O Fim da Guerra

CAXIAS

Veterano na repressão às rebeliões provinciais, Caxias foi nomeado presidente do Rio Grande do Sul em setembro de 1842. Na verdade, seria o chefe militar cuja missão era vencer os farrapos. E foi o que ele fez: revelando "grande percepção da natureza da guerra", Caxias adotou as táticas do inimigo, travou uma guerra de guerrilhas, venceu combates decisivos e ofereceu aos rebeldes uma "paz honrosa". Teve dificuldades de encontrar o chefe real dos farrapos —e optou por Canabarro, com quem fez o acordo de paz. O general Netto não aceitou o acordo, preferindo o exílio no Prata.

Conflito ideológico, econômico e político, a Guerra dos Farrapos foi basicamente uma guerra de guerrilhas típica dos pampas, lutada a cavalo, repleta de atos vãos de heroísmo, guinadas táticas e políticas, combates sangrentos e heróis controversos. Alguns historiadores dividem a guerra em três fases: a primeira, de setembro de 1835 a setembro de 36, a da separação; a segunda, de 36 a 43, a fase da rebelião; e a fase da "reintegração" do Rio Grande do Sul ao império, de 43 à paz de Ponche Verde, assinada em 28 de fevereiro de 1845. Assinada, não: acordada.

Apesar de concessões e da anistia aos rebeldes, Caxias não firmou o tratado de paz. Sabia que não estava lidando com "esfarrapados", mas com a elite estancieira local —indignada com o fato de o charque uruguaio pagar 4% de imposto no Rio de Janeiro, e o charque gaúcho, 25%. A paz foi "honrosa". O único ponto controverso, a liberdade dos escravos que lutaram com os rebeldes, foi resolvido pragmática e cruelmente: o batalhão dos chamados Lanceiros Negros, desarmado por seu comandante, Davi Canabarro, foi massacrado em novembro de 1844, em Porongos. Sem o empecilho dos ex-escravos, a paz veio naturalmente.

O conflito durara quase dez anos —embora as lutas tivessem sido suspensas durante o inverno rigoroso do pampa. O exército rebelde teria 1.700 homens quando da proclamação da República Rio-Grandense e 3.000 no auge da luta. As forças imperiais resumiam-se a 270 homens no início do conflito. Mas, sob o comando de Caxias, o Exército legalista chegou a ter mais de 11 mil soldados (dois terços do Exército brasileiro de então). Apesar dessa diferença numérica, Caxias só venceu a guerra por utilizar as mesmas táticas do inimigo —e ter a ajuda de Bento Manuel e do terrível guerrilheiro Chico Preto.

Entre muitas vítimas da guerra —os guerreiros negros, os imigrantes alemães recrutados à força pelos farrapos, os milhares de bois que tiveram a língua cortada para não ser utilizados pelo inimigo—, uma das principais foi a verdade. Durante anos, a guerra foi tema tabu: era proibido escrever sobre ela. Só em 1870 surgiu no Brasil o primeiro livro sobre o conflito: as "Memórias" de Garibaldi, escritas por Alexandre Dumas. A maior parte dos textos foi escrita no Sul por autores gaúchos e inverte uma tendência da historiografia mundial: faz a apologia dos vencidos.

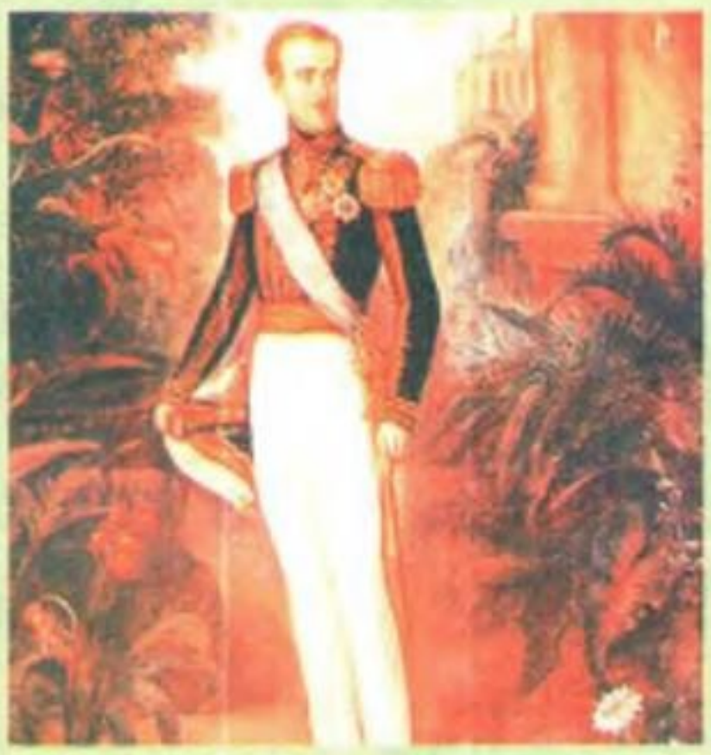
CANABARRO

Ainda que descrito como "rude, extravagante e descuidado de filigranas morais", Davi Canabarro (1796-1867) era um gênio militar. Assumiu o comando do exército farrapo depois de Bento Gonçalves se retirar da luta. Negociou a paz com Caxias. Em 11 de novembro de 1844, mandou desarmar os 600 negros que lutavam com ele. Na mesma noite, esse regimento foi atacado e massacrado pelo Exército imperial. Canabarro jamais se defendeu da acusação de ter traído o grupo. Em 1865, no início da Guerra do Paraguai, não defendeu Uruguaiana da invasão inimiga e foi levado à corte marcial. Morreu antes de ser julgado.

O Segundo Reinado

Passados o Primeiro Reinado e a Regência, o Brasil ingressou na terceira fase de sua vida política independente sob o signo da inconstitucionalidade. A Constituição de 1824 nascera sob o manto do arbítrio. Dez anos mais tarde, tivera sua "pureza" institucional corrompida pelo Ato Adicional de 1834. As duas ações haviam sido maquinadas em tramas palacianas semi-secretas. O Golpe da Maioridade também teria desvãos e desvelos urdidos à sombra da lei. Mas dessa vez, pelo menos, seus próprios articuladores admitiam que se tratava de um golpe.

Derrubados todos os projetos apresentados (em 1835, em 37 e em 39) pelos deputados liberais para alterar o artigo 121 da Constituição (segundo o qual só aos 18 anos d. Pedro 2º poderia assumir a chefia da nação), o deputado Clemente Pereira foi a plenário dizer que a maioridade não seria alcançada por uma reforma constitucional, mas "só por um ato revolucionário, embora [*isso*] seja um golpe de Estado". Achava que golpes eram "lamentáveis", mas "admissíveis em casos extremos". Já para o deputado Rocha Galvão, era "legal todo o ato que satisfaz a vontade do povo". E o povo —pelo menos as 8.000 pessoas que, numa segunda-feira, 23 de junho de 1840, se reuniram para saudar o jovem de 14 anos que assumiria a chefia da nação— parecia estar com a vontade satisfeita.



Dom Pedro 2º, aos 14 anos* (acima, pintado por Rugendas), *e aos 5 e 7 anos de idade

Desde a abdicação forçada de seu pai, em abril de 1831, d. Pedro 2º era formalmente o imperador do Brasil —fora aclamado dois dias depois *(acima)*. O próprio d. Pedro 1º, nos momentos de crise que antecederam sua queda, ouvira gritos de "Viva d. Pedro 2º". Em abril de 1840, quando o regente uno (e escravagista) Araújo Lima fez a Câmara (de maioria conservadora) aprovar a Lei Interpretativa do Ato Adicional, os liberais iniciaram a campanha "maioridade-já". O projeto dos "maioristas" quase adquiriu um verniz de legalidade: por apenas dois votos (18 a 16), a Câmara deixou de aprovar a moção do senador José de Alencar que tornaria d. Pedro 2º apto a assumir o comando da nação. Então, o Clube da Maioridade não parou mais de conspirar. Em 22 de junho de 40, os liberais, liderados por Antônio Carlos de Andrada (irmão de José Bonifácio), abandonaram a "Câmara prostituída" e foram ao paço de São Cristóvão oferecer o governo a d. Pedro 2º. Que outra opção restava ao garoto de 14 anos senão aceitá-lo? Reunido no Campo de Santana, o povo cantava:

"Queremos d. Pedro 2º
Embora não tenha idade
A nação dispensa a lei
E viva a Maioridade."

Muitas nações já dispensaram a lei. Poucas o fizeram tão alegre e explicitamente.

O Segundo Imperador

No início de 1837, em conversa informal na Câmara, o deputado liberal José de Alencar (pai do escritor) diria: "Julgo político irmos arranhando nos ânimos dos povos o amor a esse sujeitinho, porque só a essa âncora poderemos nos agarrar". O "sujeitinho" era Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, filho de Pedro 1° e d. Leopoldina, nascido em 2 de dezembro de 1825 e sobre o qual seria, de fato, jogado o peso de uma nação.

De "constituição débil e temperamento nervoso", d. Pedro 2° perderia a mãe dez dias depois de completar um ano. O pai partiu quando ele tinha 5 —e, apesar da correspondência assídua, jamais voltou a vê-lo. Teve a infância marcada por solidão e austeridade —que viriam a se tornar características marcantes ao longo de seus 66 anos de vida. Afastado dos turbilhões da Regência, d. Pedro 2° foi logo mergulhado nos estudos. "Queriam-no sábio e inofensivo", escreveu o biógrafo Pedro Calmon, "com a timidez dos 'príncipes filósofos' e a ilustração virtuosa do frade, mas inclinado à contemplação e à humildade".

Seu tutor foi o enciclopedista tropical José Bonifácio (derrubado em 1833), e seu principal professor, o pintor Félix Émile Taunay. Cada passo da vida do imperador era controlado: do momento de acordar à hora de se recolher, d. Pedro 2° obedecia sempre à mesma rotina. Segundo Gilberto Freyre, "a juventude fugira dele a galope". Imperador aos 5 anos, chefe da nação aos 14, fazia "a triste figura de um menino amadurecido antes do tempo [*que*] aos 20 e tantos era já um velho com barbas e aspectos de um avô". O "sujeitinho" velho antes da hora governou o país por 50 anos.

Um dos primeiros atos de d. Pedro 2° como imperador foi decretar anistia aos envolvidos nas revoltas internas da Regência. Essa seria uma das marcas de seu meio século de governo: perdão aos rebeldes vencidos. Por isso, o apelidaram "o Magnânimo". Uma de suas ações seguintes foi a dissolução da Câmara e a derrubada do "gabinete maiorista" que lhe dera o poder, ato que promoveu nova ascensão dos conservadores. E essa viria a ser outra característica do governo daquele que certos historiadores chamam de "o maior dos brasileiros": o permanente rodízio no poder entre liberais e conservadores (foram 36 gabinetes em 50 anos de governo —um a cada ano e três meses).

A prática se tornaria ainda mais regular a partir de 1847, quando Pedro 2° recriou o cargo de presidente do Conselho de Ministros (extinto pelo Ato Adicional de 1834) —instalando no país uma espécie de parlamentarismo. Dom Pedro parece ter percebido a verdade contida na frase do senador Holanda Cavalcanti: "Nada se assemelha mais a um 'saquarema' do que um 'luzia' no poder". "Luzias" eram os liberais, e "saquaremas", os conservadores: embora em tese fossem adversários inconciliáveis, eram farinha do mesmo saco. Em 1850, o barão de Cotegipe, conservador, lamentaria que "nossos negócios [*políticos*] infelizmente andam em contínua ação e reação".

Entretanto, em 1853, o marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, líder dos conservadores, formou o chamado Ministério da Conciliação, enfim unindo as duas forças políticas do país. Começaria então um período de paz interna e prosperidade econômica e cultural que o historiador Capistrano de Abreu denominou de "o apogeu do fulgor imperial".

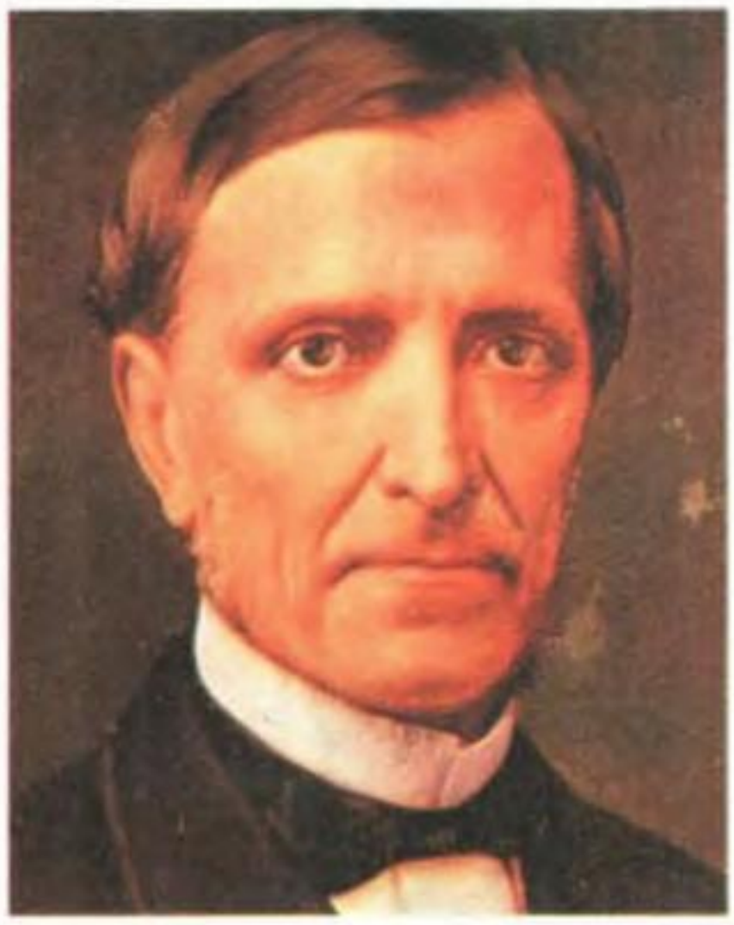
O Café

Ainda hoje há quem lamente o fato de o inglês Henry Wickman ter surrupiado da Amazônia as sementes de seringueira que vingaram na Malásia e encerraram melancolicamente o ciclo da borracha no Brasil. No entanto, não foi muito diferente a maneira como o café —uma riqueza vegetal de potencial ainda mais espetacular— chegou ao país. Em 1727, o oficial português Francisco de Mello Palheta retornou da Guiana Francesa trazendo as primeiras mudas da rubiácea que mudaria a história do Brasil —econômica, política, social e ecologicamente. Palheta não roubara as mudas: ganhou-as de presente de madame d'Orvilliers, mulher do governador de Caiena. Como a saída de mudas ou sementes de café estava proibida, há os que considerem "lícito pensar que o aventureiro português recebeu não só os frutos, mas favores mais doces de madame".

De qualquer modo, não seria a partir do Pará —onde germinaram sem dificuldade— que as plantas se espalhariam pelo resto do Brasil. Em 1781, o funcionário João Alberto de Castello Branco foi transferido de Belém para o Rio e trouxe sementes consigo. A planta —introduzida na América pelo francês Gabriel de Clieu, em fins do século 15, na Martinica— chegava então ao lugar a partir do qual teria sua notável expansão.

Originário da Abissínia, hoje Etiópia, o café (acima, em desenho de Debret) *é a baga do cafeeiro (*Coffea arabica*), planta da família das rubiáceas que os árabes levaram para a Índia e os italianos introduziram na Europa. Além do gosto peculiar, o café logo se popularizou mundialmente por ser um poderoso excitante. Lorde Bacon o definiu como a bebiba que "dá espírito a quem não o tem".*

O mundo descobriu as delícias do café na segunda metade do século 19. Só aí o Brasil perceberia o quão doce lhe poderia ser o amargo grão. O centro de irradiação da cultura cafeeira foi a Baixada Fluminense, de onde a lavoura subiu a serra, atingindo as matas do rio Paraíba do Sul. Depois da libertação das 13 colônias norte-americanas, os EUA —sequiosos por café e dispostos a se afastar dos mercados dominados pela Inglaterra— passaram a importar o produto brasileiro. As florestas foram implacavelmente derrubadas, quase 1 milhão de escravos foram trazidos da África ou do Nordeste, os grandes capitais (imobilizados desde a proibição do tráfico de escravos em 1850) encontraram nova ocupação; novas cidades, novas fortunas e novos latifúndios foram criados —quase que da noite para o dia. Entre 1821 e 1830, o café respondia por apenas 18% do total das exportações brasileiras. De 1831 a 1870, passou a ser responsável por 50%. A partir de 1871, o Brasil começou a colher cerca de 5 milhões de sacas por ano —a metade da produção mundial. O café gerou uma nova classe social — e a seguir, política. Fez o país criar ferrovias e aparelhar os portos do Rio de Janeiro e de Santos. Mais tarde, incentivaria a vinda dos trabalhadores assalariados —e derrubaria o império que ajudara a tornar fulgurante.



Visconde de Mauá

Irineu Evangelista de Sousa, barão e visconde de Mauá, foi o primeiro "self-made man" urbano do Brasil. Tentou introduzir o país no mundo do capitalismo moderno, promover a indústria pesada, estabelecer de vez o trabalho assalariado, a economia de mercado e o liberalismo. Foi incompreendido, desprezado, perseguido, humilhado, ofendido —e faliu. Mauá fez quase tudo certo: apenas esqueceu que vivia num país ruralista, escravocrata e latifundiário, cuja economia era controlada pelo Estado. Ainda assim, a obra de Mauá foi grandiosa e —apesar dos lucros trazidos aos borbotões pelo café— é quase exclusivamente graças a ela que se pode falar no boom econômico do Segundo Reinado.

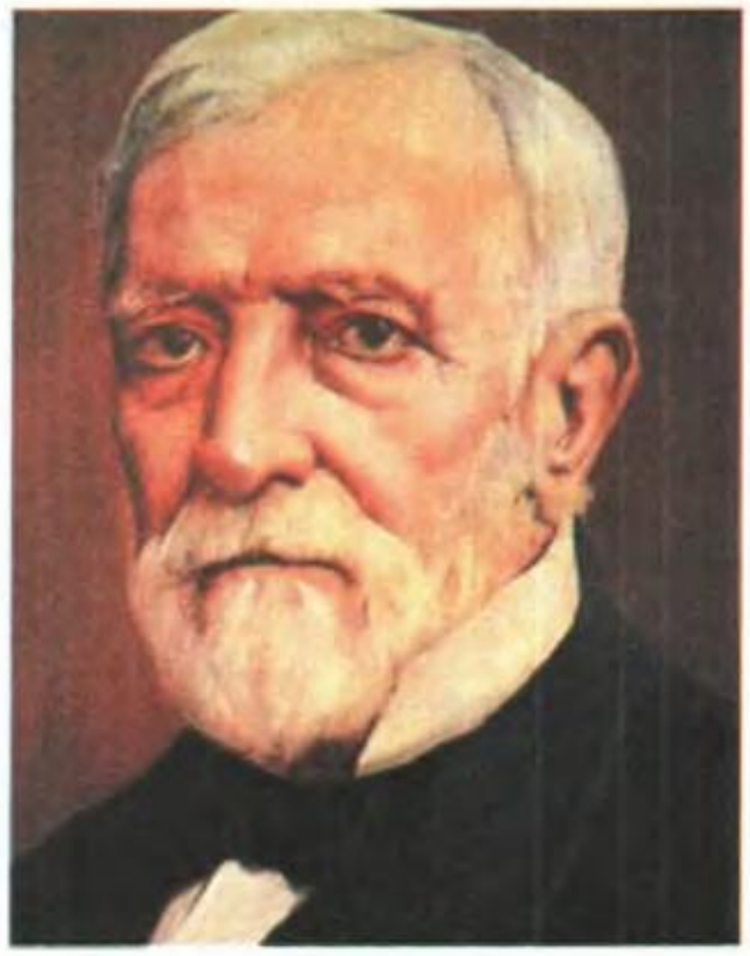
O orçamento das empresas de Mauá era maior que o próprio orçamento do império. O barão criou a primeira multinacional brasileira; foi o precursor do Mercosul (tinha muitos negócios no Uruguai e na Argentina); foi pioneiro da globalização da economia; foi o primeiro (e até hoje um dos únicos) empresário brasileiro respeitado e admirado no exterior. Virou verbete da "Encyclopaedia Britannica" e personagem citado por Júlio Verne. Tinha apoio e respeito do barão Rothschild e dos irmãos Barings —os maiores banqueiros de seu tempo. Mas era desprezado (e talvez invejado) por d. Pedro 2º —o monarca "iluminista", que só admirava as letras quando não eram promissórias e os números se fossem abstratos.

O imperador e o barão jamais tiveram alguma discussão pública, mas, embora fossem vizinhos, sua incompatibilidade de gênios era notória. Mauá cometia o supremo pecado de ser devotado ao lucro —e isso o arqueólogo diletante, linguista e filólogo, astrônomo amador, antropólogo iniciante e botânico de fim-de-semana d. Pedro 2º não podia tolerar. O desprezo pelas idéias e propostas de Mauá —e o torpedeamento de seus projetos feito pelos políticos fiéis ao imperador — configura um dos mais desastrados e lamentáveis episódios da pobre história econômica do Brasil.

Órfão de pai aos 5 anos —João Evangelista foi assassinado—, Irineu Evangelista de Sousa, nascido em Arroio Grande (RS), em dezembro de 1813, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1823. Aos 11 anos, era contínuo. Aos 15, o homem de confiança do patrão. Aos 23, sócio de um escocês excêntrico. Aos 30, um dos comerciantes mais ricos do Brasil. Era pouco: aos 32, Irineu decidiu se tornar industrial —o primeiro do Brasil. A crise de 1875 e a má vontade do governo o levaram à falência, em 78. Mas Mauá pagou tudo que devia. Ao morrer, em outubro de 1889, perdera seu império industrial. No entanto, não devia nada a ninguém.

De acordo com seu mais recente e melhor biógrafo, Jorge Caldeira, autor de "Mauá, Empresário do Império", o barão controlava seu vasto império industrial e econômico sozinho. Não procurava ajuda nem mesmo para manter a ampla correspondência diária, embora —ou talvez por isso mesmo— soubesse que "de seu punho podiam nascer leis no Uruguai, movimentos de tropas na Argentina, um novo ministro no Brasil, uma grande tacada na Bolsa de Londres". De sua escrivaninha, Mauá comandava um império "que envolvia meio mundo", e o fazia "consultando apenas as próprias idéias". Não parecia razoável, mas era assim que ele achava que funcionava.

"De sua mesa saíam ordens para os diretores de 17 empresas instaladas em seis países e informações para um complexo grupo de sócios, no qual despontavam milionários ingleses, nobres franceses, especuladores norte-americanos, comerciantes do Pará, fazendeiros do Rio Grande do Sul. Por meio da correspondência com esses sócios e colaboradores, o barão geria bancos no Brasil, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e França; estaleiros no Brasil e no Uruguai; três estradas de ferro no interior do Brasil; a maior fábrica do país, uma fundição que ocupava 700 operários; uma grande companhia de navegação; empresas de comércio exterior; mineradoras; usinas de gás; fazendas de criação de gado; fábricas variadas. Todas as noites, além de administrar esse império, ele ainda movimentava sua fortuna pessoal, aplicada nos melhores títulos financeiros do planeta. Graças a seu método de controle solitário, só ele sabia o valor total do conjunto de suas empresas (...). Só mais tarde o público teria uma idéia das dimensões de sua riqueza. Quando o barão resolveu, em 1867, reunir a maior parte das empresas num único conglomerado, o valor total dos ativos chegou aos 115 mil contos de réis. Só havia um número no país comparável a esse: o orçamento do Império, que consignava todos os gastos do governo (...) com 97 mil contos de réis naquele mesmo ano."



A Derrocada do Visionário

Apesar de ser empresário multinacional, com muitos negócios no Uruguai e na Argentina e bastante dinheiro aplicado em Londres, Irineu Evangelista de Sousa, barão e visconde de Mauá, era apaixonado pelo Brasil e fez muito pelo desenvolvimento do país, como revelam trechos do livro de Jorge Caldeira:

"Seus negócios se espalhavam do Amazonas ao Rio Grande do Sul. A fronteira norte de sua presença econômica ficava no perdido vilarejo de Tabatinga, na divisa entre Brasil, Peru e Nova Granada (hoje Colômbia). Ali, a cada dois meses, com a pontualidade britânica que convém à empresa de um barão que praguejava em inglês, um vapor interrompia a pasmaceira do vilarejo com duas centenas de almas (...). Completada a troca da carga, o navio partia para Rio Negro, hoje Manaus, onde a sua Companhia de Navegação do Amazonas possuía uma gleba de quase 400 mil hectares, que começava a ocupar com agricultores trazidos da China. Depois seguia para Belém, onde ficava a sede da companhia e uma agência da casa bancária do barão, que funcionava como centro financeiro de toda a região amazônica. Ainda no Norte do Brasil, engenheiros ingleses e escravos brasileiros alugados iniciavam a exploração de jazidas de minérios no Maranhão (...). Em Pernambuco, a estrada de ferro Recife—São Francisco finalmente se tornava realidade. (...) Já a fronteira sul de seus empreendimentos ficava em Rio Grande, quase na divisa com o Uruguai, onde o comércio local girava em torno da agência de seu banco. Um pouco mais ao norte, em São Paulo, Mauá iniciava seu maior empreendimento nas províncias brasileiras. Para tocá-lo, teve que montar três agências bancárias [*mas*] conseguiu viabilizar aquela que era a menina de seus olhos: uma estrada de ferro ligando Santos a Jundiaí.

"Mas a verdadeira fonte de sua reputação de pioneiro vinha dos empreendimentos já montados no Rio de Janeiro, a capital do país e de seu império. O vilarejo colonial transformara-se em metrópole, e todos os signos dessa transformação tinham a marca do barão. Os navios a vela davam lugar aos vapores —fabricados por Mauá nos estaleiros e oficinas da Companhia Ponta de Areia. Os trilhos da Estrada de Ferro de Petrópolis substituíam as estradas poeirentas (...). A vida noturna era outra desde que a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, que ele comandava, trocara os velhos candelabros de óleo de peixe pela farta luminosidade dos lampiões. Mesmo as velas que os pobres consumiam não se fabricavam em casa, mas na companhia (...) da qual era acionista. A água para os habitantes não vinha mais dos aquedutos de pedra, mas dos canos de ferro instalados por seus engenheiros. O mangue que cercava a cidade, impedindo a sua expansão, começava a desaparecer: Mauá tinha ganho a concorrência para fazer a primeira grande obra de drenagem da cidade. (...) O futuro, no Brasil, era dele. Quase todos os empreedimentos no país que não fossem uma fazenda com escravos —um negócio pelo qual o barão definitivamente não se interessava— acabavam passando por suas mãos. Mauá controlava oito de dez das maiores empresas brasileiras. As outras duas (...), o Banco do Brasil e a Estrada de Ferro d. Pedro 2º (hoje Central do Brasil), eram estatais, e mesmo assim deviam muito a seu trabalho. O banco foi rapidamente para a frente porque nasceu pronto. Fundado pelo barão [*havia falido sob d. João 6º*], foi encampado pelo governo depois de um ataque bem dirigido do imperador e dos conservadores. Já a estrada de ferro só andou quando ele deu um aval ao governo: o empreiteiro não suportava as confusões dos dirigentes estatais e queria largar tudo, mas mudou de idéia depois que Mauá empenhou seus bens como garantia (...). Num mundo onde os grandes empresários costumavam ter uma única empresa, Mauá apostou na diversificação. No país onde a agricultura parecia destino manifesto, montou uma indústria atrás da outra. Enquanto os brasileiros lamentavam a falta de escravos, Mauá implementava administrações participativas e distribuição de lucros para empregados. Cercado de nobres em busca de feitores, ele contratava engenheiros para desenvolver a tecnologia de seus novos projetos. (...) O barão não tinha concorrentes, era um gigante em terra de anões. Mas um gigante desconfiado (...): amava a pátria, mas acreditava que não era amado com igual fervor (...). Certa vez, disse: 'Desgraçadamente entre nós entende-se que empresários devem perder, para que o negócio seja bom para o Estado, quando é justamente o contrário' ".

Em 1875, o barão de Mauá pediu moratória por três anos. Passado o prazo, faliu. No final de 1883, apesar das dificuldades impostas pelos burocratas do Império, e após vender tudo que tinha, Mauá limpou seu nome. Sua fortuna —o equivalente hoje a US$ 60 milhões— estava liquidada. Mas a honra permanecia intacta, embora o preço não fosse só financeiro: Mauá envelheceu da noite para o dia.

O barão morreu no dia 21 de outubro de 1889, 19 dias antes da derradeira festa do Império, o baile da ilha Fiscal (para o qual não seria convidado, se vivo fosse) e menos de um mês antes da República. Para a "Britannica", era o "ilustre homem que levara a civilização até as selvas do Amazonas". Para o viajante Phineas Fogg, de "A Volta ao Mundo em 80 Dias", de Júlio Verne, era "o único banqueiro confiável do Hemisfério Sul". Ao morrer, Mauá era apenas um homem rico —não o construtor de uma nação.

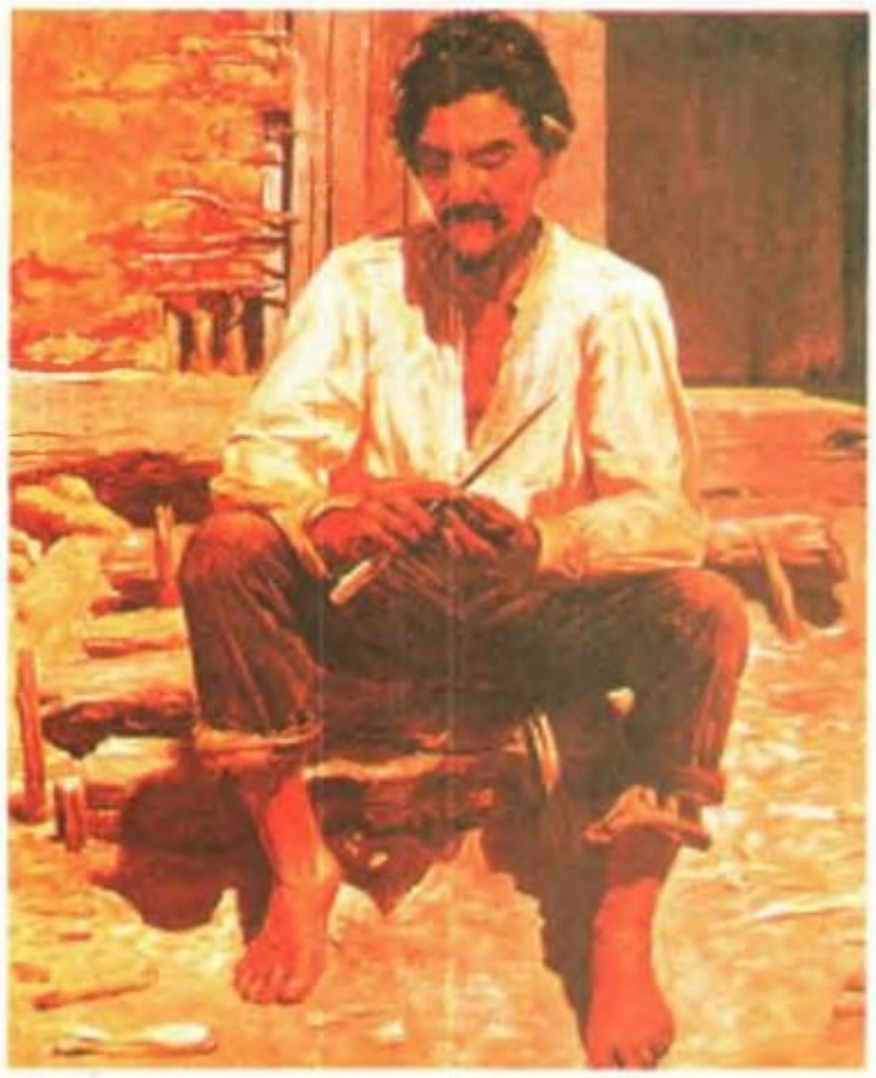
O Império das Letras

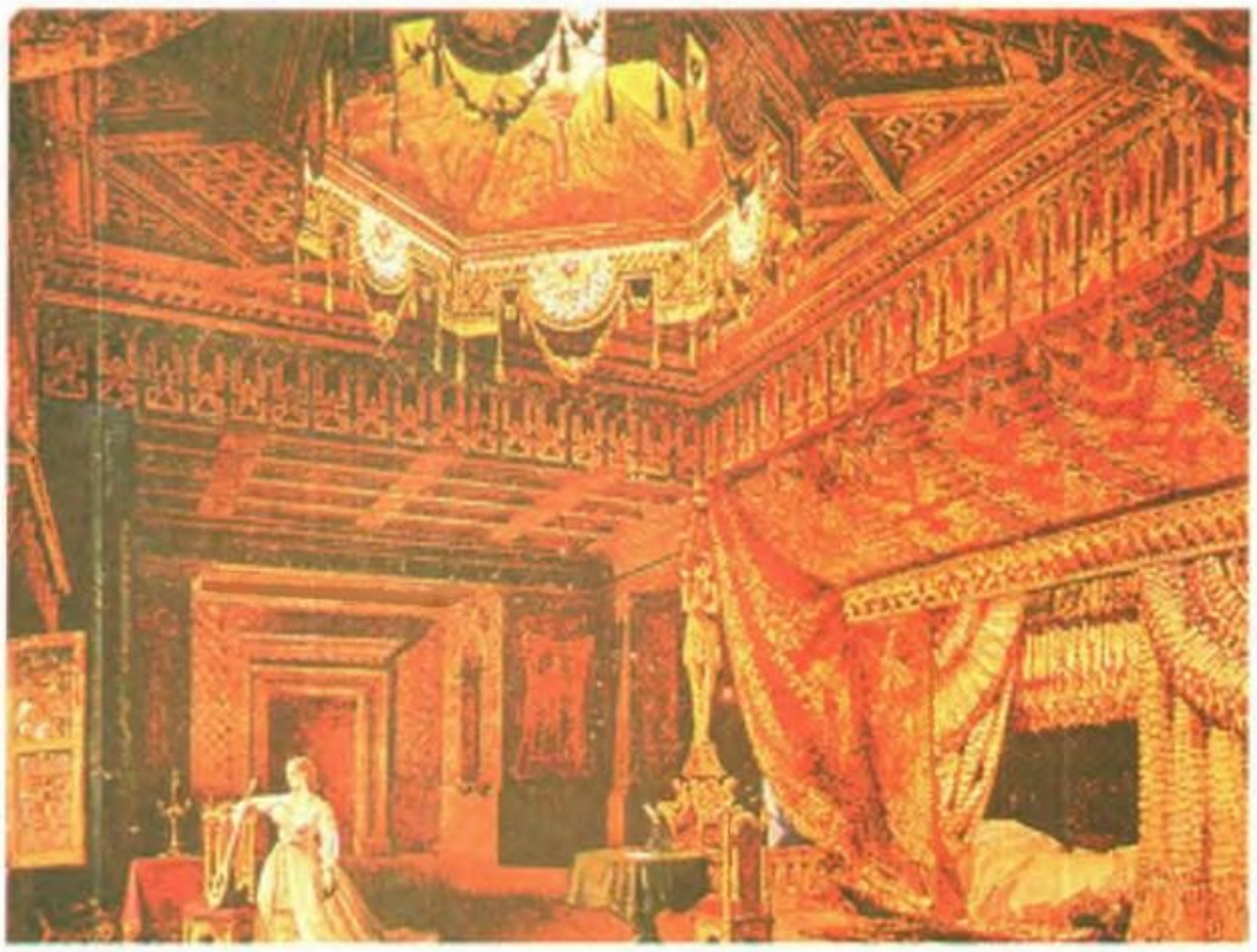
A explosão cultural do Segundo Reinado foi feita à imagem e semelhança de seu mecenas. Tranquilizado pela bonança política resultante da "conciliação" e entusiasmado com a pujança econômica trazida pelo café, d. Pedro 2º decidiu investir em cultura. Por florescer à sombra do imperador, porém, tal movimento cultural se engajou no projeto de "redescoberta" da nação idealizado pelo próprio monarca. Uma "monumentalização" do Brasil —de seu passado (relido pela ótica do romantismo); de suas cores, de suas "coisas"— foi articulada por historiadores, pintores e literatos. Esse "nacionalismo conservador exprimiu-se de modo orgânico nos anos de apogeu do Império escravagista: está nas páginas eruditas da 'Revista do Instituto Histórico e Geográfico'; permeia a rica messe documental da 'História Geral do Brasil' de Varnhagen e é o cimento mítico do romance indianista e colonial de José de Alencar", escreveu o crítico Alfredo Bosi.

De fato, embora tenha sido fundado pelo regente Araújo Lima, o Instituto Histórico e Geográfico contou com os auspícios do imperador —que presidiu mais de 500 de suas sessões. Dom Pedro 2º também enviou bolsistas ao exterior —especialmente para copiar documentos na Torre do Tombo, em Lisboa. Dentre eles, nenhum se destacou mais do que Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), autor da monumental "História Geral do Brasil" (publicada em 1854). Eivada de preconceitos e esgares, a obra de Varnhagen é, ainda assim e até hoje, a mais completa crônica documental da colônia, e seu autor, o pai da historiografia brasileira. Da obra de Varnhagen emerge a construção idealizada de uma nova nacionalidade: o Brasil da civilização branca.

Uma outra face do processo de construção da "identidade" nacional se encontra na fase áurea da literatura romântica indianista —de 1837 até fins de 1869. Nem tanto na obra apocalíptica e fulgurante de Gonçalves Dias (*à esquerda, no alto*), na qual o destino atroz e a morte pavorosa de tribos e raças eventualmente beiram a morbidez. Filho de português com cafuza, Dias (1823-1864) viu o pai abandonar a mãe assim que encontrou uma "branca de sociedade" com quem casar. Escrevendo na época em que a Província do Maranhão ainda fervilhava na luta contra lusos renitentes, Gonçalves Dias viu o massacre dos índios como metáfora de uma sociedade ainda sufocada pelos tentáculos da metrópole.

Foi com José de Alencar (*à esquerda*) que o romance indianista se pôs plenamente a serviço de uma visão mitificadora da "nova" sociedade brasileira. Seus dois livros clássicos, "O Guarani" e "Iracema" —aliás, fundadores do romance nacional—, apresentam os índios como bons selvagens, belos, fortes, livres e plenamente subservientes ao branco. Como em Gonçalves Dias, os índios morrem no fim —mas em Alencar essa morte se realiza numa espécie de altar de sacrifícios e dela emerge o novo Brasil. Iracema, "a virgem dos lábios de mel, cabelo mais negro que a asa da graúna", morre de amor. Peri se deixa tragar pelo dilúvio, sempre servil a sua senhora Ceci —embora o destino desses dois não seja explícito. Em Alencar, não apenas os "autóctones", mas a própria natureza brasileira são postos a serviço do nobre conquistador branco. Ou melhor: existem só para servi-lo. José de Alencar (1829-1877), deputado conservador, fundou o nativismo servil e colonialista. Ao fazê-lo, inventou novo passado para o Brasil. Passado a limpo.





As Cores e os Sons do Monarca

A Academia Imperial de Belas-Artes desempenhou o papel de "braço pictórico" no projeto de "monumentalização" dos fatos históricos do Brasil, concebido pelo Instituto Histórico e Geográfico sob a batuta de d. Pedro 2°. Criada pela missão francesa de 1816, a academia se caracterizou, desde o início, como berço de um certo neoclassicismo temporão; o baluarte seguro e feroz do academicismo, fechado às mudanças artísticas cujos ventos já varriam a Europa.

Dom Pedro 2° adorava a pintura neoclássica. De 1850 a 1880, muitos dos principais pintores brasileiros ganharam bolsas —em geral concedidas pelo próprio monarca— para estudar em Paris ou na Itália. A condição, porém, parecia ser manter-se hostil às novas diretrizes da arte, afastando-se do realismo de Courbet, do romantismo de Delacroix e do paisagismo de Corot. O resultado é que pintores como Pedro Américo e Vítor Meireles, especialistas em pinturas históricas e sacras, e os expoentes de sua época produziram obras clássicas e laboriosas, mas de um alheamento gélido, aprisionadas em disciplina e convencionalismo, empapadas num romantismo repleto de idealizações "europeizantes". Pedro Américo e Vítor Meireles fizeram escola e definiram as novas feições visuais da nação.

Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905) foi descoberto, aos 9 anos de idade, pelo viajante francês Louis Brunet, em Areia, Paraíba. Acompanhou, como desenhista, a expedição do naturalista. Em 1859, já estava em Paris (com bolsa concedida por d. Pedro 2°). Estudou filosofia e literatura na Sorbonne, doutorou-se em física em Bruxelas. Mas sua fama se fez em Florença, onde apresentou as telas "A Batalha do Avaí", em 1877, e "O Grito do Ipiranga", em 1888 —ambas feitas por encomenda do governo do Brasil. Em 1889, Pedro Américo foi eleito deputado constituinte no Rio.

Quando estava na Sorbonne, conhecera Vítor Meireles de Lima (1832-1903). Filho de família pobre, Meireles entrou na Academia em 1847, para estudar pintura histórica. Aos 21 anos, já ganhara bolsa e estava em Paris. Pintou "A Primeira Missa no Brasil" em 1861, exposta no Salão de Paris. Depois, também a pedido do governo, fez "A Batalha Naval do Riachuelo" e "Passagem de Humaitá". Em 1875, foi acusado de plágio ao apresentar "A Batalha dos Guararapes", considerada cópia de "A Batalha do Avaí", que Pedro Américo pintava desde 1872. Duramente criticado, Meireles respondeu pelos jornais. A seguir, dedicou-se à cátedra.

Lecionando na Academia, Vítor Meireles foi o mestre da geração que deu continuidade à grandiloquente representação visual da história do Brasil: Henrique Bernardelli ("Proclamação da República"), Antônio Parreiras ("A Prisão de Tiradentes"), José Maria de Medeiros ("Iracema", *na página anterior*) e Rodolfo Amoêdo ("O Último Tamoio"). A idealização da realidade proposta por tais pintores fica clara em sua representação do índio: os nativos são meras projeções da visão eurocêntrica do homem natural, pintadas com pieguismo tal que só lhes ressalta a estranheza quase alienígena. Além do mais, nesses quadros, índio bom é índio morto. Quanto aos negros, permanecem banidos das artes brasileiras até 1892, quando o pintor espanhol, Modesto Brocos y Gómez mostrou um no quadro "Engenho".

Ainda assim, entre os discípulos de Meireles surgiriam dois grandes inovadores da arte no Brasil: Elyseo Visconti (1866-1944), fundador de um paisagismo autenticamente brasileiro (um Frans Post reencarnado) e Almeida Jr. (1850-1899), que fez eclodir o brasileirismo submerso nesse romantismo pueril ao pintar os homens do campo (*no alto da página, "Caipira Picando Fumo"*) com certa cor européia, mas um lirismo original. Esses homens fabricaram a memória visual da história do Brasil.

O Guarani Sinfônico

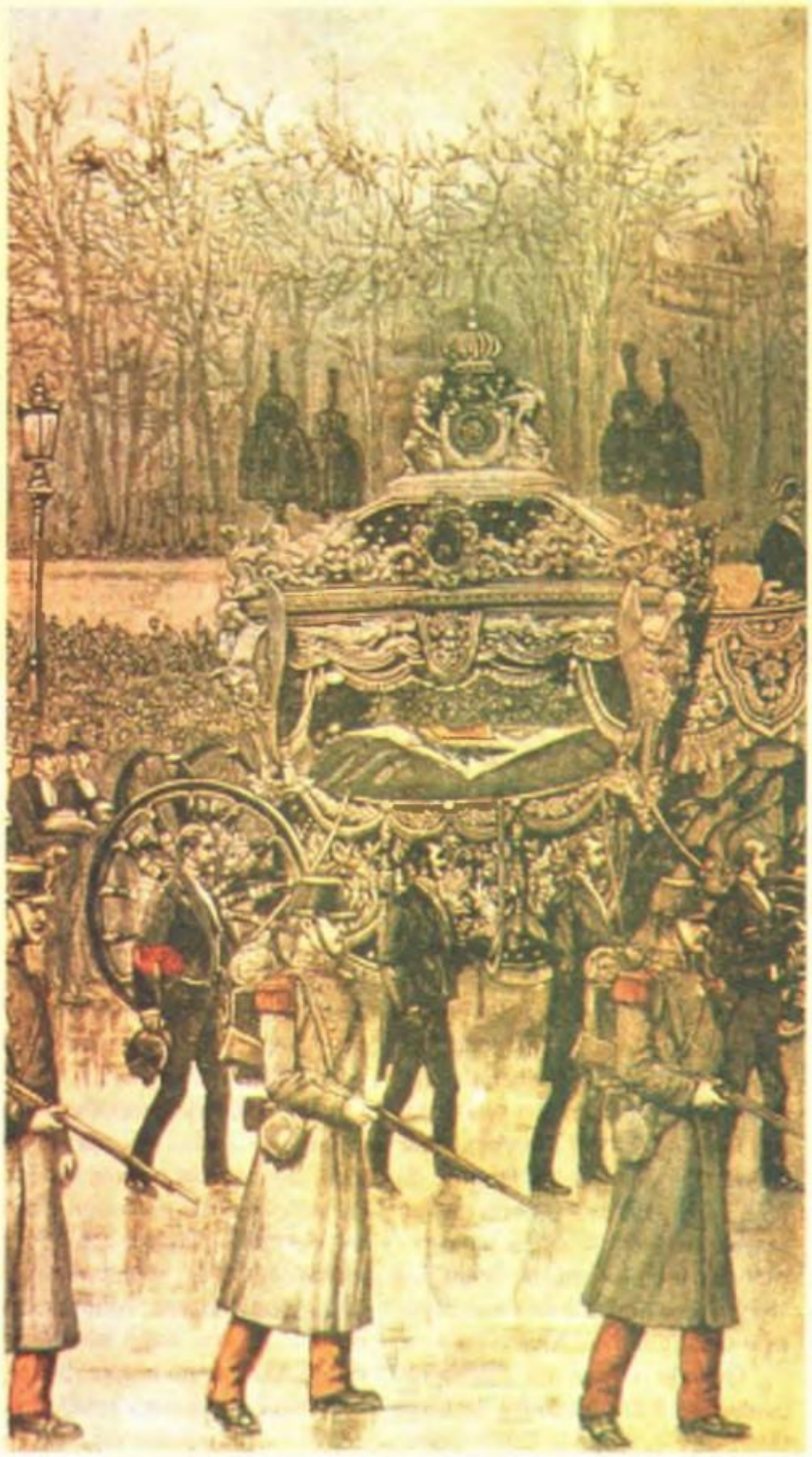
Certa tarde de 1869, sentado num café da Piazza del Duomo, em Milão, Carlos Gomes comprou de um livreiro ambulante o livro "Il Guarani —Romanzo Brasiliano". Nascia ali a inspiração para a mais famosa ópera brasileira de todos os tempos. Em 19 de março de 1870, no Teatro Scala de Milão, com um cenário monumental (acima à direita), *estreava essa extravagante versão musical do romantismo indianista. Embora a mais famosa, "O Guarani" não é a melhor ópera de Carlos Gomes, que estava na Europa graças a uma bolsa concedida por d. Pedro 2°. A "Fosca", de 1873, lhe é superior. Em 1889, Carlos Gomes recusou-se a atender ao pedido do marechal Deodoro da Fonseca de compor o Hino da República. Pagou caro a ousadia: ao morrer, em 1896 —já criticado na Europa— caíra no ostracismo também no Brasil.*

A Derrocada do Imperador

O imperador sentia-se bem neste jubileu de 50, disse o historiador Capistrano de Abreu, referindo-se à época de ouro do Segundo Reinado, os 20 anos durante os quais d. Pedro 2° viveu sem grandes atribulações. Em 1868, porém, a paz política se despediria —e para sempre— do imperador. Tudo começou com a abrupta demissão do gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos. O estopim foi provocado pela nomeação do duque de Caxias —ferrenho conservador— para chefiar o Exército brasileiro na Guerra do Paraguai.

O afastamento de Zacarias e seus ministros não apenas rompeu com os 15 anos de conciliação (de homens e de idéias) entre liberais e conservadores: também desnudou a precariedade do sistema partidário e a real impotência dos deputados. O conselheiro José Saraiva partiu para o ataque: disse que Pedro 2° tinha tanto poder quanto Napoleão 3°. "A Constituição francesa, porém, é a base do poder daquele monarca, ao passo que o falseamento do voto é a origem do excessivo poder do imperador do Brasil (...). Com a escravidão, do homem e do voto, não obstante a liberdade de nossa imprensa, continuaremos a ser, como somos hoje, menosprezados pelo mundo civilizado, que não pode compreender se progrida tão pouco em natureza tão rica."

Os liberais se desvencilharam dos ranços conservadores e formaram novas agremiações —o Centro Liberal e a Reforma—, exigindo eleições diretas e reformas constitucionais.



Os 20 anos que se seguiram foram o oposto das duas décadas anteriores. "A Reforma abriu contra o imperador a guerra do ridículo, veio explorado incessantemente pelos jornais ilustrados, a imprensa popular que surgiu em 1875 com a 'Gazeta de Notícias'", conta Capistrano de Abreu.

"O imperante tolerava que a crítica e o insulto, a própria calúnia, tivessem livre curso e campeassem impunes", diz Pandiá Calógeras. "Nunca se defendeu, seguro como estava em sua consciência de homem de bem de se achar acima de tais misérias."

Fosse ou não um homem de bem —e muito provavelmente era—, d. Pedro 2°, abatido com a morte da filha, Leopoldina, em 1871, e muito afetado pela diabetes a partir de 82, alheou-se do mundo. A volta dos liberais ao poder em 1878 não acalmou a nação. De um jorro, vieram a "questão religiosa"; a "questão militar" (*veja "A República"*); as mortes de Caxias, Osório, Rio Branco, Nabuco, Alencar e Zacarias; o clamor abolicionista; e a fermentação republicana. "O edifício do prestígio oficial fendia-se de alto a baixo; uma atmosfera de chalaça deletéria envolvia tudo", comenta ainda Capistrano. "Só o imperador não dava por isso, embebido em seus estudos de sânscrito, persa, árabe, hebraico e tupi." Pode-se dizer que foi com certo alívio que, na tarde de 16 de novembro de 1889, d. Pedro 2° recebeu do major Sólon Ribeiro, comandante da cavalaria, a comunicação de que fora deposto e deveria deixar o país "no mais breve prazo possível".

Foi no hotel Bedford, modesto estabelecimento em Paris, onde se hospedara no começo de 1890, que d. Pedro 2° passou os dois últimos anos de sua vida —enfim livre para os livros. No exílio, o imperador comportou-se com a dignidade sóbria e o retraimento erudito que o caracterizavam. Recusou-se a receber pensão do governo, recusou-se a utilizar seu grande prestígio internacional para levar uma vida faustuosa, embora quem lhe pagasse as contas fosse o barão de Penedo, provavelmente com dinheiro público. Dom Pedro 2° morreu solitário, em 6 de dezembro de 1891. O escritor Victor Hugo chamou-o de "neto de Marco Aurélio" e o governo francês o enterrou com honras de chefe de Estado, o que irritou os militares republicanos do Brasil. Dom Pedro 2° desceu ao túmulo levando seus mistérios. "É impossível conhecer-lhe o pensamento íntimo, os terrores que lhe perseguiram a infância, tendo feito da dissimulação um instinto de sua natureza e dado ao seu olhar qualquer coisa de intranquilo", escreveu um contemporâneo. Se sua vida não tivesse sido como foi, não teria sido d. Pedro 2° "o maior dos brasileiros"? A resposta é soprada no vento que sacode a floresta da Tijuca, que ele mandou plantar.

A Guerra do Paraguai

Foi uma virada nos rumos da guerra. A esquadra brasileira —uma fragata, quatro corvetas e quatro canhoneiras, com 2.287 homens e 59 canhões— estava na embocadura dos rios Paraná e Paraguai, junto ao afluente Riachuelo, perto de Corrientes. Reinava calma a bordo; os marinheiros preparavam-se para assistir à missa da festa da Santíssima Trindade, quando, às 9 horas, em formação de batalha e com uma velocidade de 12 milhas por hora (a favor da correnteza), duas corvetas, sete vapores e seis chatas paraguaias, com 2.500 homens e 44 canhões a bordo, surgiram a sua frente. Era domingo, 11 de junho de 1865, e uma das maiores batalhas navais do continente ia começar. A esquadra brasileira era comandada pelo chefe-de-divisão Francisco Manuel Barroso, que estava a bordo da fragata Amazonas, na qual mandou içar os letreiros: "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever" e "Atacar o inimigo mais próximo que cada um puder". Foi exatamente o que aconteceu ao longo de mais de dez horas de combate feroz, ao final do qual a sorte mudara de lado na Guerra do Paraguai.

O maior conflito armado da história da América do Sul começara havia seis meses. Desde então, a iniciativa ofensiva pertencia ao Paraguai. Com o maior e mais poderoso exército do continente e sob o comando férreo do ditador Francisco Solano López, o Paraguai vinha se preparando há anos para deflagar um conflito armado. A ambição de López era tornar seu país uma potência continental. Seus interesses bateram de frente com os do Império brasileiro —e, a seguir, com os da jovem nação argentina. Na conflituosa geopolítica da bacia do Prata, López desempenhou o papel do fósforo no paiol de pólvora. Ao longo dos quatro anos que se seguiram à Batalha do Riachuelo, Brasil, Argentina e Uruguai —unidos pelo Tratado da Tríplice Aliança— destroçaram o Paraguai.

Passados quase 150 anos do fim do conflito, a Guerra do Paraguai ainda desperta paixão e polêmica. A historiografia oficial de cada um dos países envolvidos apresenta uma versão diferente, senão dos fatos ao menos de seus objetivos e motivações. A verdade é mais uma das vítimas da guerra.

Nos compêndios brasileiros, a guerra surge como fruto da megalomania e do expansionismo de López. O papel supostamente heróico de líderes militares —Caxias, Osório, Barroso, Tamandaré— e a descrição detalhada das batalhas mais épicas (seguida pelas belas pinturas que d. Pedro 2º encomendou a pintores como Pedro Américo e Vítor Meireles, autor de "A Batalha Naval do Riachuelo", *acima*) substituem qualquer análise mais profunda.

Nos livros argentinos, são outros heróis e outras batalhas —mas o tom celebratório é o mesmo. Para os paraguaios, tudo começou devido à empáfia e truculência dos países vizinhos, poderosos e invejosos. Na verdade, foi uma guerra suja, travada em pântanos e alagadiços, lutada por escravos libertos, índios, mestiços, "voluntários" e até por mulheres, crianças e velhos. Guerra na qual muitos combatentes morreram de tifo, cólera ou malária antes do primeiro tiro. Guerra de interesses expansionistas, travada entre ex-colônias emergentes sonhando em um dia ser metrópole. Guerra trágica, tola e sórdida —como todas.

A Guerra contra Oribe e Rosas

Desde o início, foi um território conflagrado —quase uma terra de ninguém. Ao longo dos três séculos e meio durante os quais foram senhores da América do Sul, Portugal e Espanha não conseguiram estabelecer os limites meridionais de seus impérios coloniais. Portugal tentou sempre prolongá-los até a embocadura do Prata. A Espanha, embora pareça ter desistido de lutar pelos direitos que lhe eram concedidos pelo Tratado de Tordesilhas, jamais se mostrou disposta a ceder tanto terreno para o avanço luso. E assim, desde a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, até a invasão brasileira da Banda Oriental (mais tarde, Uruguai), em 1811-16, a paz nunca reinou na amplidão do pampa. Não seria muito diferente depois que as colônias conseguiram se livrar das metrópoles. O Paraguai, em 1810, tornou-se o primeiro país independente da região —libertando-se não apenas da Espanha, mas também de Buenos Aires (sede do Vice-Reinado do Prata, criado em 1777, englobando, além das províncias platinas, também Tucumán, Cuyo e o Alto Peru, hoje Bolívia). A seguir, foi a Argentina que, em 9 de julho de 1816, também conquistou sua soberania. Em 29 de agosto de 1828, seis anos após a independência brasileira, Argentina e Brasil assinavam, no Rio de Janeiro, um tratado reconhecendo o Uruguai como país independente. A ex-Banda Oriental seria, na verdade, uma espécie de Estado-tampão entre as duas jovens nações expansionistas. A fundação do Uruguai amenizaria mas não solucionaria os conflitos na bacia do Prata, cujo termômetro geopolítico se manteria em temperaturas elevadas e em ritmo taquicárdico por quase um século. De 1830 ao fim do século 19, as coxilhas ondulantes do pampa foram regadas de sangue numa série infindável de conflitos: guerras de caudilhos, guerra de guerrilhas, guerras a cavalo, guerras de degolas. O Brasil se envolveria em quase todas elas, em geral apoiando, em nome dos próprios interesses, o governo constitucionalista do Uruguai —estivesse ele em poder dos "colorados" ou dos "blancos", os dois partidos que rachavam o país ao meio.

Os conflitos da bacia do Prata entre Brasil, Argentina e Uruguai foram herança das lutas entre Espanha e Portugal pela posse da região.

Na Argentina, o poder pertencia aos "colorados" e essa seria sua facção no Uruguai, independentemente de qualquer acontecimento político. Na verdade, o domínio "colorado" na Argentina começou graças à ditadura imposta ao país pelo caudilho Juan Manuel Rosas (*acima, à direita*), no poder desde dezembro de 1829. Acostumado à rudeza dos pampas, onde fora criado, aplicou na administração da nação os mesmos métodos e a mesma disciplina com os quais dirigia sua fazenda no interior. Enquanto isso, no Uruguai, Frutuoso Rivera, do partido "colorado", tornava-se o primeiro presidente constitucional do Uruguai. Numa grande manobra política, nomeou seu maior inimigo, o general Manuel Oribe (*acima, à esquerda*), seu ministro da Guerra. A seguir, Rivera elegeu Oribe seu sucessor. Estimulado por Rosas, Oribe abriu mão do cargo e, quando Rivera voltou ao poder, tornou-se seu opositor. Iniciou-se, então, a "Guerra Grande": o dramático cerco de dez anos a Montevidéu —cidade que, na definição de Alexandre Dumas, se tornaria a "nova Tróia". Ao longo de uma década, os horrores vivenciados pela população sitiada na capital uruguaia comoveram o mundo —embora nenhum país, nem Inglaterra, nem França, nem Brasil, tenha ousado intervir no conflito. Por fim, em 1851 —depois de batalhas nas quais a degola de até 800 homens se tornara comum—, Oribe venceu seu rival. Em breve, incentivaria seus partidários a atacar as estâncias de brasileiros, localizadas tanto em território uruguaio como além da fronteira. Essas incursões, chamadas "califórnias", pois, segundo o historiador Pedro Calmon, "lembravam as violentas cenas da expansão americana rumo ao Oeste", custaram muitas vidas e 800 mil cabeças de gado ao Brasil. Em julho de 1851, o conde de Caxias, presidente da Província do Rio Grande do Sul, foi autorizado a invadir o Uruguai, com 16 mil homens. Após breve campanha, derrubou Oribe, em outubro. A seguir, aliado ao general argentino Urquiza, tramou a derrubada de Rosas, a qual se concretizou em fevereiro de 1852. Mas a paz não duraria muito na conflagrada bacia do Prata.

A Tríplice Aliança Vai à Guerra

A Guerra do Paraguai começou no Uruguai. Pior: começou com o Brasil invadindo o Uruguai —supostamente para apoiar o partido "colorado" e em represália ao partido "blanco", cujos membros continuavam cruzando a fronteira para atacar estâncias no Rio Grande do Sul. Para o ditador paraguaio Solano López —que chegara ao poder em 1862, substituindo o pai, Carlos Antônio— a ação brasileira seria apenas a ponta do iceberg da política expansionista do Brasil no Prata, em tudo nociva aos interesses paraguaios. Se a embocadura do rio da Prata fosse bloqueada, o Paraguai poderia ser mantido na clausura —econômica e política.

López decidiu se defender atacando: aprisionou um navio brasileiro em Assunção e, a seguir, invadiu o vulnerável Mato Grosso, em dezembro de 1864. Em seguida, pediu autorização à Argentina para passar com suas tropas pela Província de Corrientes a fim de atacar o Rio Grande do Sul e o Exército brasileiro que invadira o Uruguai. O pedido foi negado e Solano López cometeu a suprema audácia de declarar guerra também à Argentina. Supostamente, López julgava que poderia contar com o apoio das Províncias argentinas adversárias do presidente Bartolomé Mitre e a ajuda dos "blancos" uruguaios, além da possibilidade de negociar com o Brasil um acordo sobre Mato Grosso. Nada disso, porém, se concretizou.

O PATRONO DA MARINHA BRASILEIRA

O Brasil começou a vencer o Paraguai nas águas dos rios da bacia do Prata. O comandante-chefe das forças navais brasileiras era o almirante Tamandaré. Veterano dos conflitos regionais —combateu a Confederação do Equador, a Cabanagem, a Sabinada, os Farrapos e a Balaiada—, Tamandaré bloqueou os portos inimigos e comandou as operações de transporte na invasão do Paraguai. Seus desafetos, porém, dizem que ele preferia "os prazeres de Buenos Aires" às agruras do campo de batalha.

Embora o Paraguai fosse menor e menos rico do que Brasil e Argentina, estava, ao contrário de seus adversários, pronto para a guerra. Tinha 64 mil homens em armas (e 28 mil reservistas). O Brasil possuía 18 mil soldados efetivos, a Argentina 8.000 e o Uruguai, então governado pelos "colorados", mil. Quarenta dias depois de assinado o Tratado da Tríplice Aliança, a Marinha brasileira destroçou a paraguaia no Riachuelo. Até então, só o Paraguai atacara. Essa vitória praticamente decidiu a guerra em favor da Tríplice Aliança, e os exércitos aliados só não avançaram até Assunção devido a heróica resistência da fortaleza de Humaitá —e, segundo alguns historiadores, em decorrência do "desleixo" do almirante Tamandaré, que julgou o inimigo derrotado.

Mas os paraguaios ainda resistiriam por cinco anos, auxiliados pelas condições geográficas de seu país —onde a guerra passou, então, a ser travada— e pela bravura de seus combatentes, que julgavam lutar por uma causa justa. Depois de o Exército paraguaio ter sido destroçado em Tuiuti, em maio 1886, o conflito se tornou uma guerra de guerrilhas, com os aliados movendo incessante perseguição a um Solano López cada vez mais acossado e paranóico. Em 1° de março de 1870, o líder paraguaio foi morto por tropas brasileiras. "Muero con mi Patria", foram suas últimas palavras. Pura verdade: o Paraguai foi arrasado no combate.

Foi o aprisionamento arbitrário do vapor "Marquês de Olinda" (à esquerda)*, em novembro de 1864, no porto de Assunção, o estopim da Guerra do Paraguai. Submetidos a condições severas na prisão, apenas dois homens da tripulação —os tenentes Coelho e Arouca— conseguiram sobreviver. Um mês depois do episódio, contando com o maior exército do continente, Solano López declarou guerra ao Brasil. No final de dezembro, invadiu Mato Grosso. O tenente brasileiro Antônio João Ribeiro* (à direita) *comandou uma heróica resistência em Dourados. Foi mais um mártir brasileiro no maior conflito armado do continente.*

A Batalha do Tuiuti

O primeiro canhonaço estourou pouco depois do meio-dia de 24 de maio de 1866. Foi o sinal para o início da Batalha do Tuiuti —a maior e mais sangrenta da história do continente. De um lado, cercados por pântanos, lagoas e mato, estavam os exércitos aliados: 21 mil brasileiros, 10 mil argentinos e 1.200 uruguaios. Do outro, 24 mil soldados paraguaios, sob o comando direto de Solano López. Os aliados estavam sob a chefia de Bartolomé Mitre, comandante-geral da Tríplice Aliança. À direita do campo estavam os argentinos; no centro e na esquerda, brasileiros e uruguaios. López investiu com 18 mil homens, divididos em três colunas, levando de roldão dois batalhões uruguaios e o 41° de voluntários brasileiros.

Seu plano consistia em investir contra os flancos e o centro das tropas aliadas, com as alas flanqueantes encarregadas de fecharem tenazes para impedir a eventual fuga dos aliados e surpreendê-los pela retaguarda. Foi um ataque terrível e ruidoso, conforme fica evidente no texto escrito pelo alferes Dionísio Cerqueira, do 4° Batalhão de Voluntários. "Novas colunas de cor avermelhada e armas cintilantes surgiam umas após as outras; eram guerreiros acobreados, espadaúdos, montados em pequenos cavalos, com os estribos de rodela entre dois dedos dos pés e chiripás de lã vermelha; com boleadeiras nos tentos, empunhando lanças enormes, ou brandindo espadas curvas e afiadas, avançando a galope, em alarido infernal, sobre os nossos batalhões, já meio desorientados, pelas cargas repetidas que davam, pelas linhas de atiradores que saíam, pelas fileiras que rareavam, pelos oficiais que morriam, pelos chefes que tombavam. Parecia uma tempestade. (...) Cornetas tocavam à carga; lanças se enristavam; a artilharia rugia; cruzavam-se baionetas; rasgavam-se os corpos sadios dos heróis; espadas brandidas abriam crânios, cortavam braços e decepavam cabeças."

Depois de duas horas de terrível batalha campal, as tropas do general Osório conseguiram conter o ataque ao centro da formação brasileira e, em seguida, depois de auxiliarem as alas, passaram à ofensiva. Às 16h30, o Exército paraguaio batia em retirada, deixando 6.000 mortos, 7.000 feridos. Os aliados tiveram 3.913 baixas. Era o início do fim da guerra contra López.

OSÓRIO

Embora tenha, certa vez, se perdido antes de chegar ao campo de batalha, ficando impedido de participar do combate, o marechal Manuel Luís Osório (1808-1879) foi, de fato, um dos heróis da Guerra do Paraguai —e o maior responsável pela vitória em Tuiuti, onde foi ferido. Mais tarde, na batalha do Avaí, voltaria a sofrer um ferimento. Por estar ligado ao Partido Liberal, naquele momento no poder, tornou-se comandante-chefe do Exército brasileiro, pois Caxias, que o lançara na carreira militar, era do Partido Conservador. "É fácil a missão de comandar homens livres", diria Osório, embora muitos integrantes das tropas que ele chefiava tivessem sido recrutados à força.

A Dezembrada

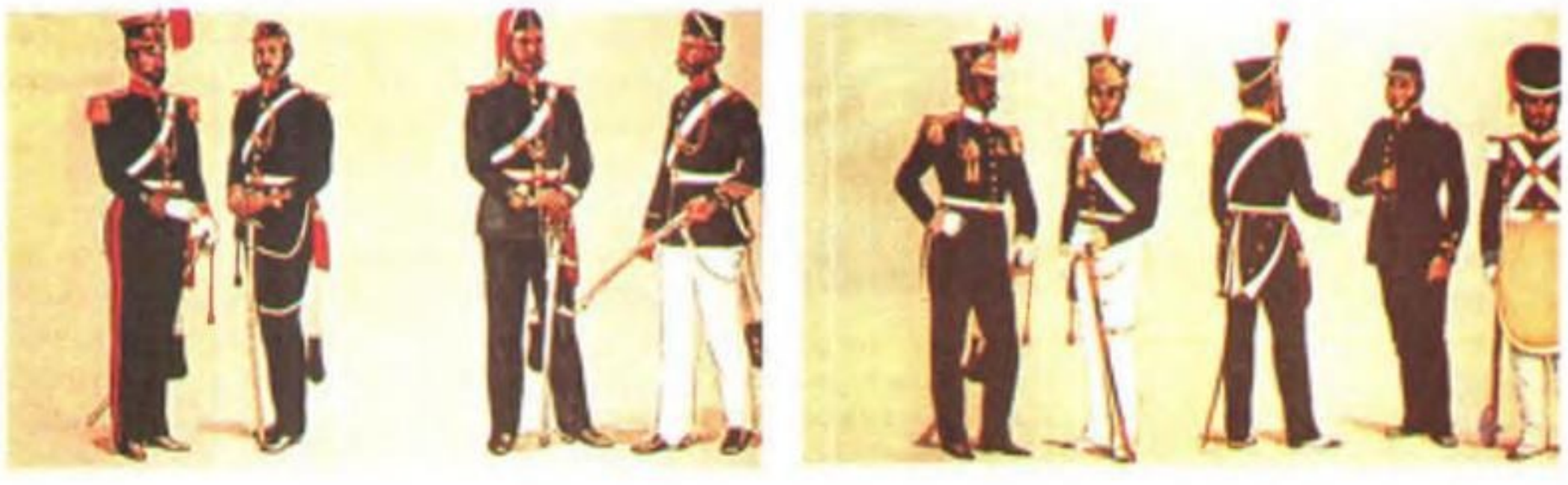
Apesar da vitória esmagadora em Tuiuti, em maio de 1866 a situação da guerra permanecia incerta. Foi quando o Partido Conservador, então na oposição, conseguiu forçar o gabinete liberal a entregar o comando-geral das forças brasileiras ao então marquês de Caxias. Em janeiro de 1868, o general Bartolomé Mitre, presidente da Argentina, foi forçado a retornar a Buenos Aires para enfrentar problemas políticos internos e o comando dos exércitos aliados passou, então, às mãos de Caxias. O Brasil prosseguiria na guerra praticamente sozinho. Mas Caxias — que encontrara o Exército brasileiro mal armado, mal alimentado, indisciplinado e duramente atingido por doenças e epidemias—, reorganizou as tropas iniciando a ofensiva final.

Duas décadas antes, engenheiros militares brasileiros tinham ajudado o governo do Paraguai a erguer a fortaleza de Humaitá, nas margens do rio Paraguai, quase na confluência com o Paraná. Em junho de 1867, o último baluarte do exército de López era justamente o forte erguido com a ajuda de seus inimigos de então. Com o Exército reequipado e remotivado, Caxias deu início ao cerco a Humaitá, contornando a fortaleza e atacando-a pela retaguarda, em fevereiro de 1868. O forte, no entanto, só foi tomado em agosto. Estava aberto o caminho para Assunção —embora a guerra ainda fosse clamar milhares de vidas e exigir mais de uma dezena de batalhas épicas. Depois de tomar Pisiquiri —fazendo uma trilha com 6.000 troncos de palmeiras para poder atravessar o charco, Caxias deu início ao ataque final, que entraria para a história com o nome de Dezembrada. A campanha começou em 4 de dezembro de 1868, com a batalha de Itororó. Depois, vieram os combates de Angostura e Lomas Valentinas —este último com cinco dias de duração. Entre um e outro, no dia 11, foi travada a Batalha do Avaí, que Pedro Américo imortalizaria com um quadro de amplas dimensões (*acima*).

A Dezembrada terminaria no dia 30, com a tomada de Angostura. Uma semana depois, a 5 de janeiro de 1869, os exércitos aliados marchavam sobre Assunção. A guerra, porém, ainda não estava terminada, já que Solano López abandonara a cidade, refugiando-se no norte do Paraguai com seus 13 mil derradeiros soldados.

CAXIAS

Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, seria o comandante natural do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Quando o conflito rebentou, porém, o governo do país era controlado pelos liberais —e o conservador Caxias foi substituído pelo ex-discípulo Manuel Osório. Em julho de 1866, os conservadores chegaram ao poder e Caxias assumiu o comando geral das tropas brasileiras. Um ano mais tarde, tornou-se chefe dos exércitos aliados, imprimindo às operações o estilo ofensivo que sempre caracterizou suas campanhas. Venceu uma sucessão de batalhas e entrou em Assunção em janeiro de 1869. Doente, retirou-se em março, deixando a guerra praticamente ganha.

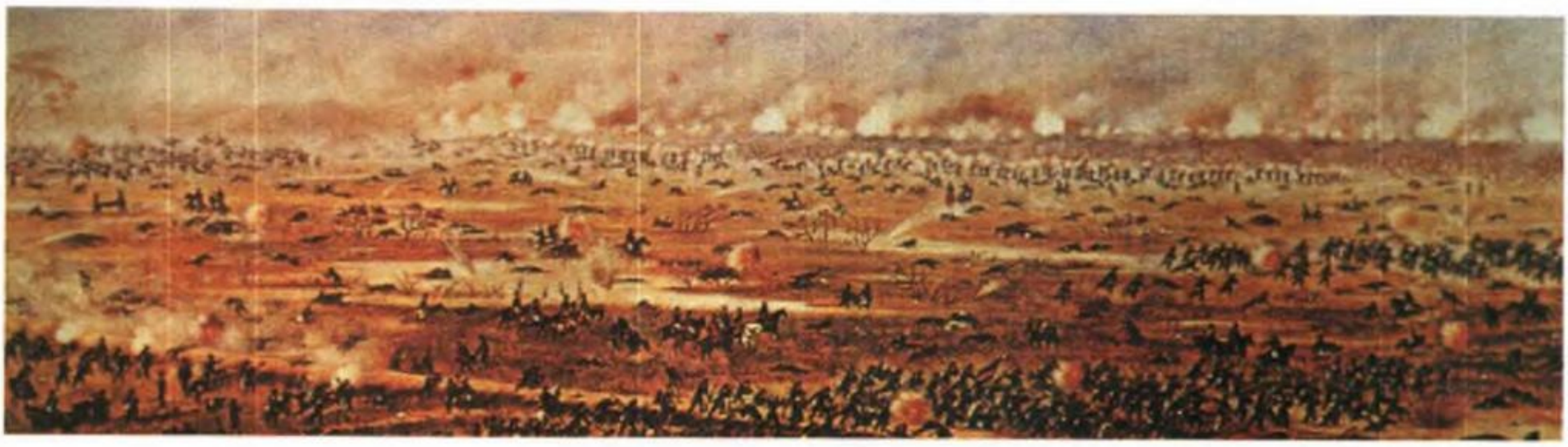


A Retirada da Laguna

Não foram apenas belos (e polêmicos) quadros de batalhas que a Guerra do Paraguai legou às artes brasileiras. Há também pelo menos uma obra-prima literária produzida no campo de batalha. Militarmente, a Retirada da Laguna foi um fiasco e um fracasso. Histórica e literariamente, foi uma vitória maior. Primeiro, os fatos: em maio de 1867, o Brasil ainda não possuía comunicação por terra com o território de Mato Grosso, tomado pelo Paraguai. Uma pequena coluna brasileira, formada por 1.680 homens, comandados pelo coronel Carlos de Morais Camisão, recebeu a incumbência de realizar uma incursão por trás das linhas inimigas e penetrar em Mato Grosso. Foi uma marcha épica, iniciada a 8 de maio, que os levou do Rio de Janeiro a Coxim, em Mato Grosso (via Mogi, Franca e Uberaba). De Coxim, os expedicionários, já vitimados pelo cansaço, pela fome e pelas enchentes, entraram em Laguna, no Paraguai, sendo então atacados pelo inimigo. Forçados a bater em retirada, foram acometidos por epidemias de cólera-morbo e febres palustres. Toda a sorte de perigos e privações, todos os atos de desespero e de heroísmo foram brilhante e minuciosamente descritos por Alfredo d'Escragnolle Taunay, em seu livro "A Retirada da Laguna", escrito originalmente em francês, em 1871 e, três anos mais tarde, traduzido para o português por seu filho, Afonso Taunay.

Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899) era filho do pintor Félix Émile e neto de Nicolas Taunay. Em 1872, escreveu o best seller "Inocência"

Lançado em português dois anos depois de "Inocência" ter consagrado Alfredo Taunay como um escritor tremendamente popular, "A Retirada da Laguna" chocou o público. Não é difícil entender por quê: "Tínhamos muito próximo de nós o termo de tantas misérias, quando outra novidade veio agravar a situação, além de qualquer previsão, por mais sinistra que fosse: circulou de repente pelo acampamento a notícia de que nele havia cólera. Teve esse dia cruel uma tarde e uma noite, como era de prever. Pela manhã, o tempo, a princípio chuvoso, melhorou; e logo tornou-se o sol ardente. Os homens mal se arrastavam, tendo a morte sob os olhos e no coração (...) A que causa devíamos atribuir esta irrupção de cólera ou, melhor, a que causa não a atribuirmos? Seria a carne estragada que éramos obrigados a comer, ou a fome curtida quando as náuseas venciam o apetite, ou ainda, o insuportável ardor dos incêndios que nos escaldavam o sangue, quiçá a infecção oriunda das substâncias vegetais que devorávamos, brotos, frutos verdes e podres, ou, também, enfim, a insalubridade do ar viciado pela água estagnada dos charcos e lodaçais que naquela região abundam? (...) Era terrível ver os coléricos dilacerando os andrajos com os quais tentávamos cobri-los, rolando uns sobre os outros, a se torcerem com câimbras, vociferando: 'Água!', enquanto a chuva caía em seus corpos gélidos".



O Teatro de Operações

Começou no Pantanal e acabou no Chaco. Ainda que por breve período também tenha havido luta no pampa, a Guerra do Paraguai foi travada basicamente nos baixios alagadiços localizados na mesopotâmia dos rios Paraná e Paraguai: zona insalubre, selvagem e febril que vitimou muitos combatentes, especialmente brasileiros e argentinos.

O número total de soldados envolvidos nos seis anos de guerra jamais será plenamente conhecido. As estatísticas mais confiáveis falam em 64 mil soldados paraguaios mobilizados desde o início da guerra, além de um corpo de 28 mil reservistas —do qual fariam parte velhos veteranos e até mulheres e crianças.

O Brasil mobilizou um total de 144 mil combatentes, a Argentina cerca de 25 mil e o Uruguai, 3.000. Aproximadamente 95% dos soldados paraguaios morreram em combate, ou vitimados por doenças.

Cerca de 33 mil aliados sucumbiram somente nos arredores da fortaleza de Humaitá. As baixas entre os soldados da Tríplice Aliança ultrapassaram 40 mil homens —7.000 deles mortos pela cólera ou por febres tropicais.

A Guerra do Paraguai pode ser dividida em quatro fases distintas:

1. O ataque paraguaio

a) Invasão de Mato Grosso (em dezembro de 1864)
b) Invasão da Argentina (em janeiro de 1865)
c) Tomada de Uruguaiana (início de junho de 1865)

2. A reação dos aliados

a) Formação da Tríplice Aliança (em maio de 1865)
b) Batalha do Riachuelo (em 11 de junho de 1865)
c) A invasão do Paraguai (em fins de 1865)

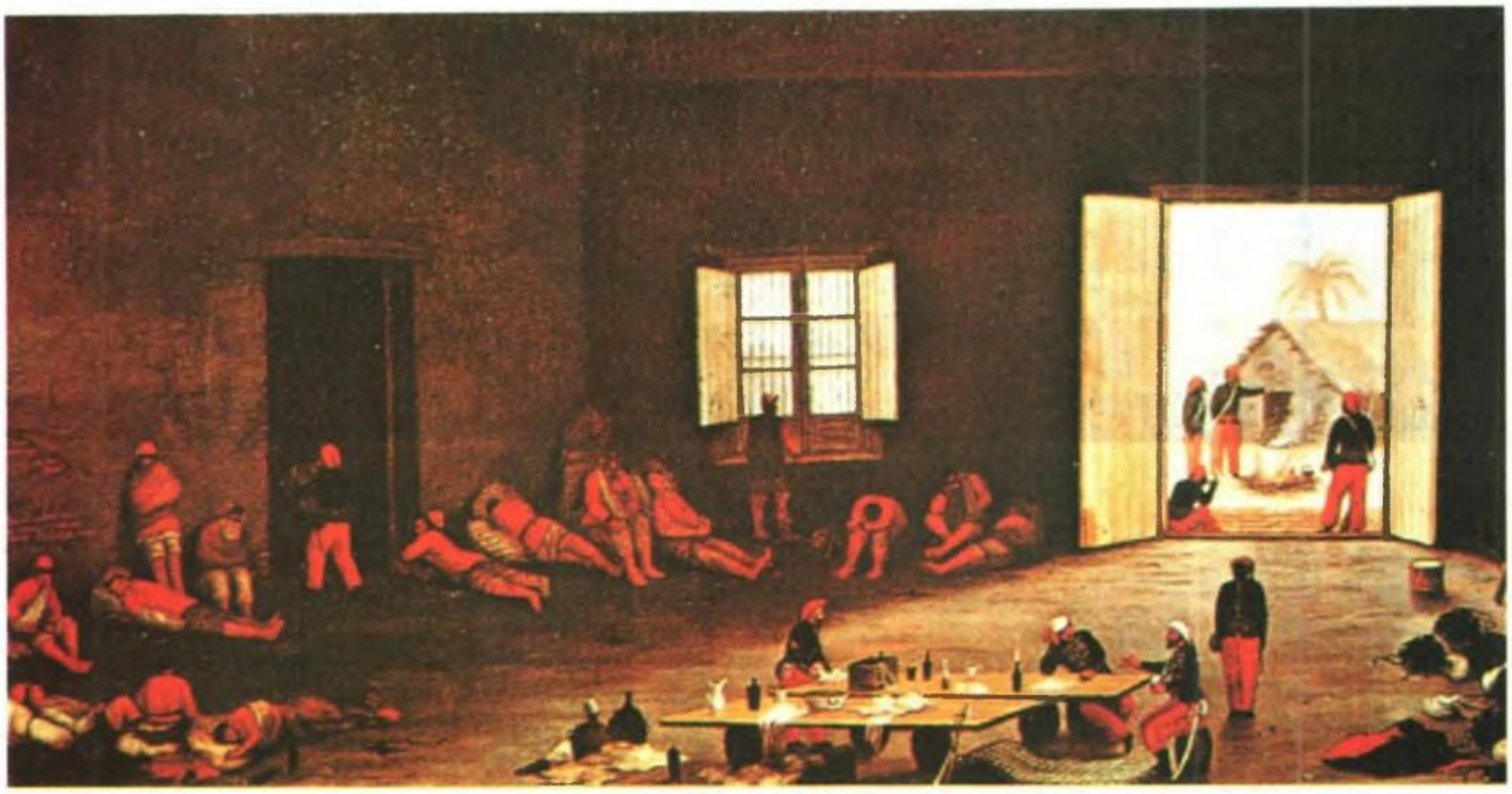
3. O comando de Caxias

(a partir de fins de 1866)
a) Retirada da Laguna (em maio de 1867)
b) Tomada de Humaitá (em agosto de 1868)
c) Dezembrada (em dezembro de 1868)

4) Sob o comando do conde D'Eu

(a partir de março de 1869)
a) A campanha das Cordilheiras (em abril de 1869)
b) Perseguição e morte de Solano López.

O combate derradeiro da Guerra do Paraguai se deu no dia 1º de março de 1870, em Cerro Corá, na região nordeste do Paraguai. Ferido por uma lançada do cabo Lacerca, apelidado de Chico Diabo, López foi morto por um tiro nas barrancas do arroio chamado Aquidabanigui.



As Consequências da Guerra

A Guerra do Paraguai foi um grande negócio. Certamente não para o próprio Paraguai —destroçado pelos exércitos da Tríplice Aliança (especialmente pelo Exército brasileiro), o país perdeu mais da metade de sua população masculina. Sobraram apenas velhos, mulheres e crianças. Para muitos analistas, até hoje a nação ainda não se recuperou do terrível golpe. A guerra com certeza também não foi um bom negócio para o Brasil. Além de perder 33 mil homens, o país contraiu uma enorme dívida de guerra com dois bancos ingleses. O território anexado ao Paraguai não foi suficiente para compensar a crise monetária que se seguiu. A guerra também não foi um bom negócio para os milhares de escravos libertos e ex-escravos mandados para a linha de frente com a promessa de ganharem a liberdade depois do conflito. As piores tarefas da frente de batalha eram sempre as deles. A guerra também não foi um bom negócio para os milhares de índios terenas, guaicurus e guaranis envolvidos no conflito e também convocados para a linha de frente —o trabalho sujo da guerra de guerrilhas também ficou para eles. Os terenas lutaram do lado brasileiro. Os guaicurus lutaram para ambos os países, dependendo de que lado da fronteira ficavam suas aldeias. O grosso das tropas paraguaias era formado por guaranis —descendentes das tribos que, no século 17, foram escravizadas pelos bandeirantes paulistas. A guerra também não foi um bom negócio para os mártires brasileiros Marcílio Dias, João Ribeiro e Mena Barreto, que, para entrarem para a história, saíram da vida. A guerra não foi um bom negócio para a Argentina, que não apenas não conseguiu se apoderar de vastas porções do território paraguaio como também se endividou com os ingleses. A guerra, por fim, não foi um bom negócio para o Uruguai, que não contraiu muitas dívidas, mas perdeu mais de mil homens e não levou nada.

Para quem a guerra do Paraguai foi, então, um grande negócio? Para "o judeu Rothschild e seu colega cristão Barings" —que, segundo um poema de Byron, "são os senhores do mundo (...) / cujos empréstimos (...) fundam uma nação ou derrubam um trono". Ao Brasil, esses bancos emprestaram 10 milhões de libras (entre 1871 e 1889, após a guerra, essa quantia chegou a 45 milhões). A Argentina recebeu 6 milhões de libras (mais 12 milhões ao final do conflito). O fato de os exércitos da Tríplice Aliança serem financiados por bancos britânicos fez com que, nas décadas de 60 e 70 do século 20, surgisse na América Latina, entre historiadores e jornalistas de esquerda, uma nova interpretação da Guerra do Paraguai, segundo a qual o conflito fora incentivado pela Inglaterra, com o objetivo não só de endividar o Brasil e a Argentina como também o de sufocar o modelo econômico paraguaio —supostamente desvinculado do "imperialismo britânico". A tese não se sustenta em provas documentais. Embora o Paraguai buscasse fórmulas "heterodoxas" de desenvolvimento e entre as conquistas de López (*ao lado*) estivesse a virtual erradicação do analfabetismo entre os paraguaios, o país não só negociava com a Inglaterra como estava longe de ser um paraíso democrático: o povo era miserável e López não se enquadra em nenhuma definição que não a de ditador. De qualquer forma, muita gente combateu por ele, achando que a causa era justa —e por isso o fizeram com tanta fúria. Mas a guerra não foi um bom negócio para o povo paraguaio —massacrado, literalmente, até o último homem. Mas a guerra acabou sendo bom negócio para os militares brasileiros, que saíram dela fortalecidos e preparados para a República. Ainda assim, como disse o barão de Mauá —que se opunha ao conflito—, "a maldita guerra será a ruína do vencedor e a destruição do vencido". Foi uma guerra trágica, tola e sórdida —como todas.

A Abolição

A lei tinha apenas dois artigos. Fora redigida por um calígrafo famoso em um pergaminho finíssimo. A princesa assinou-a com uma pena de ouro cravejada de brilhantes, adquirida por subscrição popular e usada aquela única vez. O artigo 1º dizia: "É declarada extinta a escravidão no Brasil". O artigo 2º estabelecia: "Revogam-se as disposições em contrário". O despojamento radical do texto não disfarçava —talvez apenas reforçasse— a complexidade brutal que antecedera (e sucederia) a aprovação da Lei Áurea. A luta pela abolição da escravatura no Brasil —única nação independente que, na aurora do século 20, ainda possuía escravos— fora a mais longa, complexa e tortuosa de todas as campanhas sociais jamais realizadas no país. Durara 80 anos —ao longo do qual cerca de 1,5 milhão de escravos entraram no país (sendo que 700 mil deles ilegalmente)— e envolvera toda a nação, desvendando-lhe as incertezas, as omissões, os descaminhos, a ganância e a covardia.

É evidente que a simples assinatura colocada pela princesa Isabel no rebuscado pergaminho, libertando, a partir daquela data, os 723.719 escravos ainda existentes no país, não poderia resolver a questão. Três séculos de escravidão (durante os quais 4,5 milhões de escravos haviam sido trazidos para o Brasil) não seriam apagados com um simples rabisco num papel —por mais sucinto, requintado e explícito que fosse.

Passados mais de cem anos, a polêmica em torno da abolição persiste —com certas teses tão simplistas quanto a lei que a decretou. Para historiadores com recaídas monarquistas, a princesa Isabel e seu pai, d. Pedro 2º, foram heróis, quase mártires, que aboliram a escravatura e perderam o trono. Para os republicanos, a lei só foi assinada por pressão de abolicionistas radicais (e republicanos), como Luís Gama e Silva Jardim. Para militantes do movimento negro, Isabel não é a "Redentora", mas a princesa que deixou os escravos na miséria e no abandono. Para estudiosos de esquerda, foram as insurreições escravas e o "medo branco diante da onda negra" que precipitaram a lei. Para a chamada Escola Paulista, a pressão dos cafeicultores do oeste de São Paulo (dispostos a usar trabalho livre nas fazendas) acelerou a libertação dos escravos.

O papel de abolicionistas "legalistas" (e monarquistas), como Nabuco, Patrocínio e Rebouças, é às vezes quase esquecido. O espelho da historiografia reflete imagens côncavas e convexas. A imagem real em frente do espelho, porém, parece revelar uma nação rude, dividida, de alma escravagista e antilegalista, que relutou ao máximo antes de alterar sua ordem econômica e social baseada na exploração do trabalho escravo. Uma nação que, às 3h15 de uma tarde ensolarada de domingo, 13 de maio de 1888, não apenas não se livraria de seu passado escravagista como, ainda hoje, parece incapaz de lidar com ele.

No dia 30 de junho de 1887, acossado pela diabetes e pelas pororocas da política, d. Pedro 2º partiu para uma temporada na Europa. Sua filha, a princesa Isabel, assumiu o comando do país como regente. Aos 41 anos, Isabel não lembrava em nada a menina que, transformada em herdeira da Coroa pela morte dos irmãos Pedro e Afonso, assumira o cargo pela primeira vez em 1871, anotando no diário: "muito esquisito ver-me assim, uma espécie de imperador, sem barba e sem barriga". Apesar disso, já na primeira regência Isabel assinaria a polêmica Lei do Ventre Livre. Em 1875, a princesa assumiu outra vez o posto e assinou novas leis. Mas aqueles momentos não se comparavam ao país convulsionado com o qual ela se defrontava agora. O ministério, comandado pelo barão de Cotejipe, se opunha à iminente abolição da escravatura. Mas, em 13 de maio de 1888, interrompendo breve descanso em Petrópolis, a princesa voltou ao Rio de Janeiro e assinou a Lei nº 3.353 —aprovada pelo Parlamento por 85 votos a nove. Embora José do Patrocínio, um dos abolicionistas mais combativos, tenha se ajoelhado aos pés da princesa, beijando-lhe as mãos, certos historiadores acham que a abolição foi um engodo, e Isabel, sua principal manipuladora. De qualquer forma, a assinatura lhe custaria o trono.

O Mercado de Escravos

TABELA DE PREÇOS

O preço dos escravos variou muito ao longo dos três séculos pelos quais a escravidão perdurou no Brasil —e não apenas por causa do passar dos anos, mas também devido às "flutuações" do mercado na América e na África. Em 1622, um escravo valia 29 mil-réis; em 1635, 42 mil-réis, e, no ano de 1652, 55 mil-réis. Em 1835, o preço subira para 375 mil-réis, e, em 1875, chegou a 1.256 mil-réis —um aumento de 235%. Em moeda estrangeira, em 1831, um escravo custava 5 libras na África e 98 libras "colocado" no Brasil. Já no ano de 1846, o preço de 8 dólares na África chegava a 300 no Brasil.

Dos 80 anos durante os quais a luta pela abolição da escravatura se desenrolou no Brasil, metade foi dedicada a acabar com o tráfico entre a África e o Brasil. Nada mais natural. Estruturado ao longo de 300 anos, o tráfico era a parte mais rentável do negócio. Um só exemplo (entre milhares): em 1832, o paulista José Maria Lisboa adquiriu 760 "peças" na África, pagando 20 mil-réis por cabeça. Vendeu-as no Brasil por 250 mil-réis cada uma. Como bloquear um negócio cujos lucros eram frequentemente superiores a 1.000%?

Embora sempre tivesse sido extremamente vantajoso para os luso-brasileiros, o tráfico de escravos jamais fora tão lucrativo como viria a se tornar a partir da segunda década do século 19. Por um simples motivo: no alvorecer da Revolução Industrial, a escravidão deixara de ser um bom negócio para a Inglaterra, até então uma das maiores nações escravagistas do mundo — na qual, em outros tempos, cada novo desembarque de africanos inspirava os presbíteros a fazer longos sermões, agradecendo a Deus pela possibilidade de "conduzir novas almas" ao rebanho divino. Ao se tornar ilegal, o tráfico ficou mais arriscado —e imensamente mais rentável.

Foi em 7 de julho de 1807, depois de sete anos de pendengas parlamentares, que a Câmara dos Lordes enfim proibiu a escravidão na Inglaterra. Interesses meramente econômicos tinham levado o governo a ceder à pressão de grupos humanitários, que contavam com o apoio inflamado dos comerciantes de Bristol e Liverpool (portos dos quais, noutras épocas, mais de 2.000 navios negreiros haviam zarpado). Sancionada a lei, a Inglaterra —e sua poderosa Marinha— passou a se empenhar na difusão de sua "política moralizadora dos mares" com a mesma paixão com que, antes, defendera a escravidão e o tráfico dela decorrente.

Quase um ano e meio depois, em novembro de 1808, a armada britânica escoltava a comitiva de d. João 6º para o exílio no Brasil. O príncipe logo seria forçado a assinar, a contragosto, em 19 de fevereiro de 1810, um tratado no qual se comprometia a "cooperar com Sua Majestade britânica na causa da humanidade e justiça", que era a "gradual abolição do comércio de escravos". Estava começando uma luta que duraria quase 80 anos —durante os quais primeiro Portugal e, a seguir, o Brasil se empenhariam ao máximo em fraudar todos os tratados que se viram forçados a assinar.

Em 22 de janeiro de 1815, em um congresso em Viena, a Inglaterra induziu Portugal a firmar um tratado comprometendo-se a não mais traficar escravos ao norte do Equador. Ratificada em 28 de junho de 1817, a lei teria efeito inverso: o tráfico entre o Brasil e os reinos de Daomé e Benin (ambos a 5 graus de latitude norte) aumentou brutalmente. O motivo era simples: com a proibição, o preço dos escravos caiu a menos da metade nesses dois reinos de tradição escravagista, e isso compensava o risco de o negreiro ser capturado por um navio inglês. Além do mais, no Brasil os escravos sudaneses eram muito mais "estimados" que os bantos de Angola (localizada a 15 graus de latitude sul, zona ainda liberada).

Em 23 de novembro de 1826, no entanto, em troca do reconhecimento da independência, a Inglaterra forçou o Brasil a assinar um novo tratado (ratificado em 13 de março de 1827), segundo o qual "três anos após a troca das ratificações não seria mais lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o tráfico de escravos da costa da África, sob qualquer pretexto ou maneira, sendo a continuação desse comércio (...) tratada como pirataria". Portanto, em 13 de março de 1830, o tráfico foi proibido no país. Nunca se traficaria tanto.

O Fim do Tráfico

O tratado de 1826 causou grande indignação no Brasil escravocrata. O deputado Cunha Matos, de Goiás, foi a plenário deplorar que o país tivesse sido "forçado, obrigado, submetido e compelido pelo governo britânico a assinar uma convenção onerosa e degradante sobre assuntos internos, domésticos e puramente nacionais". Contudo, os escravos continuaram a chegar ao país —e em números cada vez maiores: 30 mil em 1827, 38 mil em 1828 e 45 mil no ano seguinte.

Em novembro de 1831, o padre Diogo Feijó, ministro da Justiça durante a Regência Trina, assinou uma lei decretando que "todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficam livres". Mas em 1838 foram trazidos mais de 40 mil. Em 1843, o número chegou a 64 mil e nenhum deles ficou livre, é evidente. Explica-se: a própria regência aumentara muito o poder dos juízes locais. Vários deles eram donos de fazendas e de escravos. Os que não eram, passaram a cobrar 10,8% do valor de cada africano desembarcado para fazer vista grossa. Os poucos juízes que tentaram impor a lei foram ameaçados de morte —como os juízes italianos que enfrentariam a máfia e os magistrados colombianos inimigos do narcotráfico.

Em 1842, o desrespeito à lei era tal que o dramaturgo Martins Pena incluiu em uma de suas peças a fala: "Há por aí uma costa tão larga e autoridades tão condescendentes..." Os escravos já não desembarcavam no Rio de Janeiro, nem iam direto para a alfândega (*na página anterior*), nem, após a quarentena na ilha de Jesus, para os mercados da rua do Valongo (*acima*). Os novos portos da "costa tão larga" eram na ilha Grande, em Sernampetiba e Marambaia. Os negros eram desembarcados na praia e trocados no ato por sacas de café.

Os traficantes criaram também uma companhia de seguros, que cobrava 10% do valor da carga e, no caso de apreensão do navio por cruzadores ingleses, pagava metade de seu valor total. A proibição fizera o preço dos escravos despencar à quarta parte em Cabinda e Benguela. No Brasil, por outro lado, o boom do café (a partir de 1845) quintuplicara o valor das "peças". Assim, os negreiros passaram a entupir seus navios com uma quantidade brutal de negros. As descrições do interior dos barcos — muito propriamente apelidados "tumbeiros"— suplanta qualquer horror imaginável. Houve —e ainda há— quem preferisse culpar por esses abusos as instituições humanitárias e os "malditos ingleses".

Os "malditos ingleses" não podiam diminuir as costas largas do Brasil, mas podiam reduzir a "condescendência". Foi o que fizeram. Depois que o diplomata lorde Brougham enviou uma carta para Londres dizendo que "a história toda da desfaçatez humana não apresenta passagem que possa rivalizar" com o desrespeito à lei contra a escravidão no Brasil, foi assinado, em 9 de agosto de 1845, o famigerado "Bill Aberdeen" —um ato unilateral que permitia aos britânicos abordar e inspecionar qualquer navio brasileiro em qualquer oceano. Ainda assim, se de 1841 a 45 entraram ilegalmente no Brasil 97.742 negros, de 45 a 51 esse número chegaria a 243.496.

Porém, em 4 de setembro de 1850 o então ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, assinou uma lei rígida que, enfim, foi cumprida (em 1851, só 700 escravos entraram no país). Queirós lamentaria a própria atitude: para ele, como toda a nação praticava o tráfico, era "impossível que fosse um crime e haveria temeridade em chamá-lo de erro". De qualquer forma, após meio século de luta, o tráfico findara. Mas ainda havia 1,5 milhão de cativos no Brasil. Para libertá-los, iniciou-se vigorosa campanha abolicionista na qual se destacaram Patrocínio e Nabuco.

ROBINSON CRUSOE

O personagem mais famoso da literatura inglesa, o náufrago Robinson Crusoe, era traficante de escravos. Crusoe, na verdade, virara senhor de engenho na Bahia, onde chegara por acaso. "Vendo como os traficantes enriqueciam mais rápido do que os fazendeiros", o personagem, criado por Daniel Defoe em 1719, decidiu partir para a África, com seu próprio capital e o de outros plantadores, para adquirir uma "partilha de escravos". Na viagem de ida, o navio afundou e Crusoe, único sobrevivente, viveria por 20 anos em uma ilha deserta.

José do Patrocínio

Se toda a propriedade é roubo, a propriedade escrava é um roubo duplo, contrária aos princípios humanos que qualquer ordem jurídica deve servir." Não se tratava apenas de uma retórica inflamada de nítida inspiração socialista, nem de um mero exercício de propagandismo desabusado que se poderia esperar de um dos jornalistas mais famosos do país. Filho de um padre com uma escrava que vendia frutas, José do Patrocínio (1853-1905) sabia do que estava falando: senhor por parte de pai, escravo por parte de mãe, vivera na pele todas as contradições da escravatura.

Nascido em Campos (RJ), um dos pólos escravagistas do país, mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a vida como servente de pedreiro na Santa Casa de Misericórdia do Rio (*abaixo, no centro*). Pagando o próprio estudo, formou-se em farmácia. Em 1875, porém, descobriu a verdadeira vocação ao fundar um jornal satírico chamado "Os Ferrões". Começava ali a carreira de um dos mais brilhantes jornalistas brasileiros de todos os tempos. Dono de um texto requintado e viril, José do Patrocínio —que de início assinava Proudhon— se tornou um articulista famoso em todo o país. Conheceu a princesa Isabel, fundou seu diário, a "Gazeta da Tarde", virou o "Tigre do Abolicionismo". Em maio de 1883, criou, junto com André Rebouças, uma confederação unindo todos os clubes abolicionistas do país. A revolução se iniciara. "E a revolução se chama Patrocínio", diria Joaquim Nabuco.

No dia 29 de janeiro de 1905, José do Patrocínio sentou-se em frente da sua pequena escrivaninha no modesto barracão em que vivia no bairro de Inhaúma, no Rio de Janeiro. Começou a redigir: "Fala-se na organização definitiva de uma sociedade protetora dos animais. Tenho pelos animais um respeito egípcio. Penso que eles têm alma, ainda que rudimentar, e que têm conscientemente revoltas contra a injustiça humana. Já vi burro suspirar, depois de brutalmente espancado por um carroceiro que atulhara a carroça com carga para uma quadriga, e que queria que o mísero animal a arrancasse do atoleir..." Não terminou a palavra nem a frase. Um jato de sangue jorrou-lhe da boca. O "Tigre do Abolicionismo" —pobre e desamparado— morria, imerso em dívidas e mergulhado no esquecimento.

Pouco depois de a princesa Isabel assinar a Lei Áurea, sob uma chuva de rosas, no paço da cidade, a campanha que, por dez anos, Patrocínio liderara enfim parecia encerrada. "Minha alma sobe de joelhos nestes paços", diria ele, curvando-se para beijar as mãos da "loira mãe dos brasileiros". Aos 35 anos incompletos, era difícil supor que, a partir dali, Patrocínio veria sua carreira ir ladeira abaixo. Mas foi o que aconteceu: seu novo jornal, "A Cidade do Rio" (fundado em 1887), virou porta-voz da monarquia —em tempos republicanos. Patrocínio foi acusado de estimular a formação da "Guarda Negra", um bando de escravos libertos que agiam com violência nos comícios republicanos. Era um "isabelista".

Em 1889, aderiu ao movimento republicano: tarde demais para agradar aos adeptos do novo regime, mas ainda em tempo para ser abandonado pelos ex-aliados. Em 1892, depois de atacar o ditador de plantão, marechal Floriano, Patrocínio foi exilado na Amazônia. Rui Barbosa o defendeu, num texto vigoroso. "Que sociedade é essa, cuja consciência moral mergulha em lama, ao menor capricho da força, as estrelas de sua admiração?" Em 93, Patrocínio voltou ao Rio, mas, como continuou atacando o "Marechal de Ferro", seu jornal foi fechado. A miséria bateu-lhe à porta e Patrocínio mudou-se para um barracão no subúrbio. Por anos, dedicou-se a um projeto delirante: construir um dirigível de 45 metros de comprimento. A nave jamais se ergueria do chão.

André Rebouças

Morreu solitário, sobre uma grande pedra, em frente do mar, na ilha da Madeira. Não estava apenas só; estava também pobre e amargurado. O exílio, porém, era voluntário. André Rebouças (1838-1898) conseguira atingir o maior objetivo de sua vida: a escravidão fora, enfim, abolida do Brasil. Mas o custo lhe pareceu alto demais. Amigo do imperador d. Pedro 2°, que venerava, da princesa Isabel e do marido dela, o conde D'Eu, Rebouças sabia que a abolição fora uma das causas da proclamação da República, e a República, é claro, destronara os monarcas. Assim, o mulato franzino que fora um dos maiores propagandistas e meticuloso estrategista do movimento pela libertação dos escravos deixou o país no mesmo navio no qual a família real partiu para o exílio.

A morte de d. Pedro 2°, em 1891, provocou-lhe distúrbios emocionais. André Rebouças partiu para a África, numa jornada louca que o levou a Moçambique e Zanzibar. Foi-se meter no Transvaal, onde alimentou o plano delirante de vestir toda a população de 300 mil habitantes. Detalhista como sempre, calculou que seriam necessários "mais de 900 mil metros [*de tecido*] a fornecer imediatamente; e como serão indispensáveis seis mudas no verão, serão 5,4 milhões de metros de pano de algodão por ano". Achava que o projeto salvaria as fábricas da Europa da bancarrota.

Embora capaz de dedicar-se a planos tão utópicos quanto vestir toda a população de um país miserável, André Pinto Rebouças era também um homem prático e ativo. Nascido na Bahia, em janeiro de 1838, filho do advogado mulato Antônio Pereira Rebouças (*abaixo, à esquerda*), era tão fraco e doente que ninguém supunha que sobrevivesse. Mas em 1842 o pai foi eleito deputado e a família transferiu-se para o Rio de Janeiro. A mudança fez tão bem para André como para seu irmão, Antônio (*abaixo*). Ambos se formaram em engenharia e, com o diploma na mão, foram para a Europa, visitaram pontes e obras, sobre as quais produziram relatórios detalhados.

Na volta, André não pôde trabalhar: foi convocado para a Guerra do Paraguai. Teve varíola e deu baixa em um ano. Percorreu o Brasil tentando convencer o imperador a modernizar portos e ferrovias. Não eram só as idéias muito avançadas que o impediam de concretizar seus projetos: a cor da pele não ajudava. Ainda assim, André, pioneiro da mecânica de solos no Brasil, fez as docas do Rio e portos no Nordeste; e Antônio fez a ferrovia Paranaguá-Curitiba. A partir de 1872 André se dedicou integralmente ao abolicionismo, influenciando toda a ação do movimento. Era tímido e mau orador, mas, segundo Nabuco, "teve o mais belo dos papéis, embora oculto: foi nosso motor e nossa inspiração".

Se fosse americano, sua vida teria rendido inúmeros livros e uma dezena de filmes. Mas Luís Gama era um pobre negro brasileiro, nascido na Bahia em 1830, e, embora sua biografia pareça um romance dramático, segue praticamente ignorada pelos brasileiros. Nesse sentido, Luís Gama foi, e continua sendo, o nome mais emblemático do movimento abolicionista —além de um dos mais ativos e radicais. Filho de um fidalgo português empobrecido e de Luísa Mahin, "negra africana livre que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã", Gama foi ilegalmente vendido como escravo aos 10 anos pelo próprio pai. Levado para o Rio de Janeiro e para Santos, fugiu da casa de seu "dono", foi soldado, jornalista, poeta e, por fim, advogado. Iniciou, então, monumental batalha judicial, conseguindo a libertação de mais de 500 escravos, baseando-se na lei de 1831, segundo a qual todos os negros entrados no país depois de 7 de novembro daquele ano eram livres. Também obteve a alforria de outros 500 cativos, aproveitando-se de outra brecha da lei. Associou sua luta abolicionista a uma radical propaganda republicana. Foi uma versão "esquerdista" de Rebouças.

Luís Gama morreu aos 52 anos, em São Paulo, em 24 de agosto de 1882. Seu enterro, no cemitério da Consolação, transformou-se numa portentosa manifestação abolicionista (e republicana). Sua obra teria continuação —na verdade, se radicalizaria— nas ações desencadeadas pelo mais fiel e ativo de seus discípulos: Antônio Bento. Branco, rico e filho de fazendeiros, nascera em condições opostas às de Gama. Mas tornou-se um abolicionista fanático, não apenas libertando os escravos da fazenda de sua irmã, mas criando um grupo radical, os Caifazes, que passou a invadir fazendas e articular fugas em massa de centenas de escravos. Para completar os traços invulgares de sua singularíssima biografia, Antônio Bento (à esquerda) era —e continuou sendo até a morte, em 1898— monarquista e conservador. Mas foi também o mais subversivo de todos os abolicionistas, a ponto de ter sua morte tramada por escravocratas e sua mansão invadida várias vezes pela polícia. Bento foi também o principal organizador do quilombo do Jabaquara, localizado em Santos, para onde foram levados mais de 10 mil escravos cuja fuga ele próprio ajudara a organizar.

Joaquim Nabuco

Em 1883, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo estava em Londres. Vivia em Grosvenor Gardens, era o correspondente do "Jornal do Commercio" e amigo pessoal do barão de Penedo, embaixador do Brasil na Inglaterra. Apesar do conforto de uma vida tranquila no bairro mais aristocrático da capital do mundo, Nabuco ainda não se recuperara da derrota eleitoral sofrida dois anos antes no Brasil. Deputado do Partido Liberal, eleito em 1878 por Pernambuco, tornou-se "verdadeiro tormento na Câmara". Em 1880, fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e se tornou o maior porta-voz do abolicionismo legalista e parlamentar.

De formação conservadora, filho de uma das mais tradicionais famílias do país, ligada à economia açucareira nordestina e à política imperial, o monarquista Nabuco (nascido em Recife em agosto de 1849) apresentou, em agosto de 1880, minucioso projeto de lei propondo a abolição da escravatura em 1890 e a indenização de seus proprietários. O projeto se chocava com a proposta dos militantes radicais, em geral republicanos, que queriam abolição imediata e sem indenização. Pego entre dois fogos, Nabuco não conseguiu reeleger-se em 1881.

No agridoce exílio londrino, escreveria então uma das mais densas e belas obras de combate já publicadas em português: "O Abolicionismo" — um livro fulgurante, moderno, incisivo, no qual Nabuco, livre do compromisso com as manobras políticas, defende a abolição imediata e sem indenização —mas legalista.

Em 1884, Joaquim Nabuco retornou ao Brasil e à Câmara: foi reeleito com grande margem de votos. Como permaneceu monarquista e legalista, e achando que a abolição era "negócio de brancos", alguns historiadores o consideram "líder da ala direita do movimento". Nos anos seguintes, a abolição se concretizou, embora logo ficasse claro que seria apenas uma medida jurídica, e em seguida veio a República. Apesar de mais tarde ter sido ministro dos presidentes Prudente de Morais e Campos Sales, Joaquim Nabuco (que morreria como diplomata em Washington em janeiro de 1910) amargurou-se profundamente.

Em janeiro de 1893, escreveu para André Rebouças, o amigo que muito o influenciara e partira para o exílio voluntário na África: "Com que gente andamos metidos! Hoje estou convencido de que não havia uma parcela de amor ao escravo, de desinteresse e de abnegação em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação a mais! A prova é que fizeram essa república e depois dela só advogam a causa dos bolsistas, dos ladrões da finança, piorando infinitamente a condição dos pobres. Onde estariam os propagandistas da nova cruzada? (...) Estávamos metidos com financeiros, e não com puritanos, com fâmulos de banqueiros falidos, mercenários de agiotas etc.; tínhamos de tudo, menos sinceridade e amor pelo oprimido. A transformação do abolicionismo em republicanismo bolsista é tão vergonhosa pelo menos como a do escravagismo".

Era um homem de natureza vulcânica. Tanto que, no início de 1888, depois que sua proposta para desencadear uma "ação popular revolucionária" para derrubar d. Pedro 2º e instaurar a República no Brasil não foi aceita no Congresso Republicano, realizado em São Paulo, o professor, advogado e jornalista Antônio Silva Jardim (1860-1891) decidiu vender, por 500 mil-réis, sua parte num escritório de advocacia. E disse: "Com esse dinheiro, vou derrubar a monarquia. Com alguns níqueis e uma garganta, também se pode abrir caminho para a República". Silva Jardim não era apenas um republicano fanático: era também um abolicionista radical, disposto a burlar qualquer expediente jurídico que barrasse a libertação dos escravos. Para ele, a lei da abolição deveria ter —como de fato teve— apenas dois artigos. "A questão se resolveria assim: o primeiro artigo diria: fica abolida a escravidão no Brasil; e o segundo, pedimos perdão ao mundo por não tê-lo feito há mais tempo."

Silva Jardim foi responsável pela fuga de dezenas de escravos de fazendas paulistas. Mas, pouco após a abolição, quando iniciou sua pregação republicana numa viagem pelo Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fazendo, em um mês, 30 comícios em 27 cidades, teve sérios problemas com a Guarda Negra, milícia de negros libertos encarregada de dissolver a cacetadas as reuniões republicanas. Chegou a discursar de revólver em punho. Certa vez, quando seus companheiros quiseram escoltá-lo até em casa, ele fez questão de ir sozinho. Disse: "Quero ver quem tem mais coragem: se eu para morrer, se essa gente para matar". Depois da Proclamação da República, o rebelde desiludiu-se com o movimento —e perdeu a eleição para senador. Partiu, então, para a Europa. No dia 1º de julho de 1891, estava em Pompéia e resolveu escalar o Vesúvio. Foi tragado numa fenda. José do Patrocínio diria: "Bela sepultura o vulcão, extraordinário destino o do grande brasileiro: até para morrer, transformou-se em lava..."

As Leis da Abolição

Num país que inventou a prerrogativa jurídica segundo a qual as leis "pegam" ou "não pegam", não é de estranhar que as imposições contra o tráfico de escravos e contra a própria escravidão tenham demorado tanto para "pegar". Às pendengas judiciais, aos tortuosos caminhos legais da Câmara e do Senado, aos entraves e recuos provocados por infindáveis discussões partidárias; aos conflitos entre os liberais e conservadores que antecediam a aprovação de qualquer nova lei contra a escravidão, deve-se acrescentar o fato de que, depois de finalmente aprovadas, tais leis se tornavam, no ato e na prática, letra morta. Esse processo sórdido explica por que a luta legal contra a escravidão se prolongou por 80 anos no Brasil.

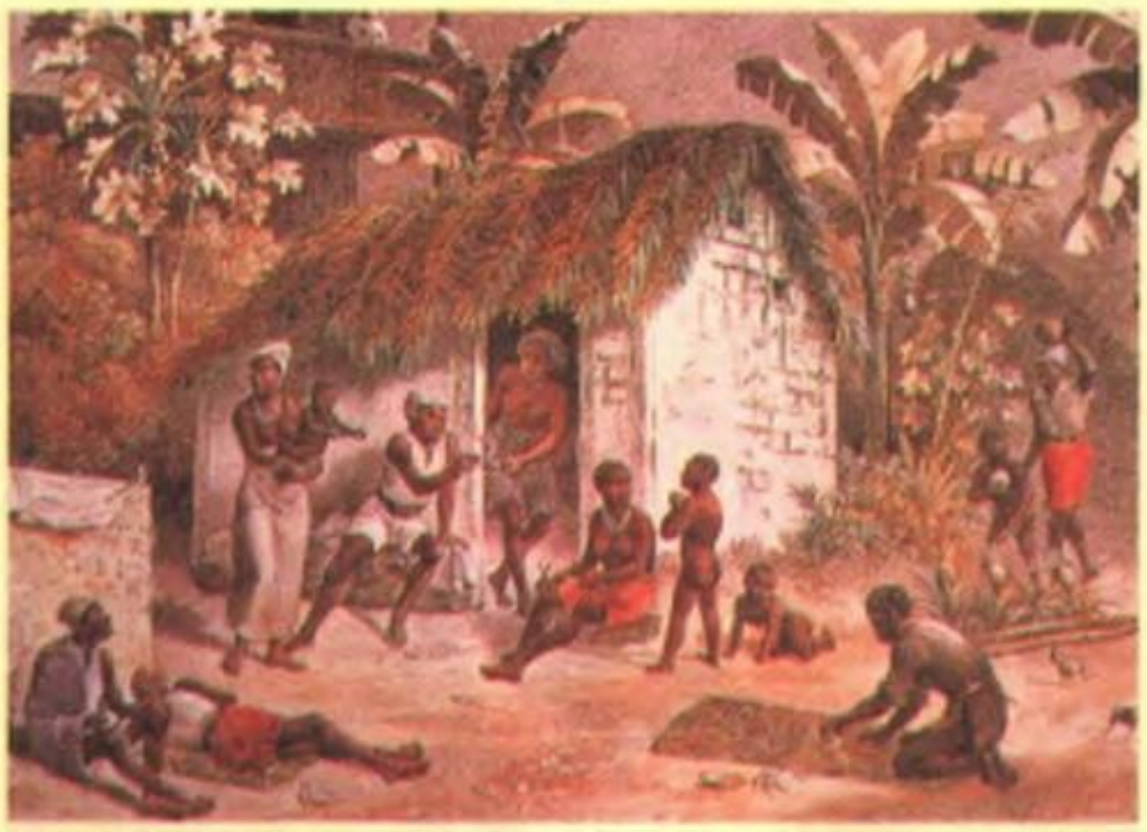
Foi somente após a humilhação internacional resultante do "Bill Aberdeen" que o Brasil, enfim, se dispôs a proibir o tráfico. A abolição se tornou, então, uma questão interna, realmente "nacional". Sem a pressão exterior, seu processo se prolongaria por quase quatro décadas. A maioria dos conservadores era, a priori, contra a libertação dos escravos. Se ela tivesse de ser feita, os proprietários precisariam ser indenizados pelo Estado e o processo deveria ser "lento, gradual e seguro". Em maio de 1855, o conselheiro José Antônio Saraiva propôs que a escravidão fosse extinta em 14 anos e que o Estado pagasse 800 mil-réis por escravo entre 20 e 30 anos, 600 mil-réis pelos de 30 a 40, 400 mil-réis pelos de 40 a 50 e um conto (ou 1 milhão) de réis por escravo com menos de 20 anos.

Entre os liberais, as posições variavam muito. Havia os que pensavam como os conservadores; havia os republicanos radicais; havia os fazendeiros de São Paulo interessados em solucionar logo a questão substituindo os escravos por imigrantes europeus —desde que recebessem incentivos financeiros para o projeto.

De qualquer forma, em 28 de setembro de 1871, numa jogada política sagaz, o gabinete conservador, chefiado pelo visconde do Rio Branco (*acima, à esquerda*), conseguiu aprovar a chamada Lei do Ventre Livre, segundo a qual seria livre qualquer filho de escrava nascido no Brasil. Além de arrancar a bandeira abolicionista das mãos dos liberais, ainda bloquearia por anos a ação dos abolicionistas mais radicais, garantindo, assim, que a libertação dos escravos fosse um processo "lento, gradual e seguro". Na prática, a lei seria burlada desde o início, com a alteração da data de nascimento de inúmeros escravos. O Fundo de Emancipação, criado pela mesma lei e oriundo da Receita Federal —para pagar pela alforria de certos escravos— também foi logo dilapidado, usado em grandes negociatas. Muitos proprietários arrancavam os filhos recém-nascidos de suas mães e os mandavam para instituições de caridade, onde as crianças eram vendidas por enfermeiras que faziam parte do esquema armado para burlar a Lei Rio Branco. Em alguns manuais escolares, o conservador visconde do Rio Branco ainda surge com a mesma imagem que adquiriu aos olhos dos abolicionistas ultramoderados: a imagem de "Abraham Lincoln brasileiro".

Golpeada pela Lei do Ventre Livre, a campanha abolicionista só recomeçaria em 1884. Um ano mais tarde, porém, o Parlamento jogou outra cartada em sua luta para retardar a abolição: em 28 de setembro foi aprovada a Lei Saraiva-Cotejipe, ou Lei dos Sexagenários. Proposta pelo gabinete liberal do conselheiro José Antônio Saraiva e aprovada no Senado, comandado pelo presidente do Conselho de Ministros, o barão de Cotejipe (*acima, à direita*), a lei concedia liberdade aos cativos maiores de 60 anos e estabelecia normas para a libertação gradual de todos os escravos, mediante indenização. Na verdade, a Lei dos Sexagenários voltaria a beneficiar os senhores de escravos, permitindo que se livrassem de velhos "imprestáveis".

No início de 1888, a impopularidade do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Coelho Bastos, fez cair o ministério de Cotejipe, que abertamente afrontava a princesa Isabel. Os conservadores permaneceram no poder, com João Alfredo como presidente do ministério. Em abril de 1888, Alfredo chegou a pensar em propor a abolição imediata da escravatura, porém obrigando os libertos a ficar por "dois anos junto a seus senhores, trabalhando mediante módica retribuição". No mês seguinte, não foi mais possível retardar o processo abolicionista —agora liderado pela própria princesa Isabel. Depois que a regente assinou a lei, Cotejipe estava entre os que foram cumprimentá-la. Ao beijar-lhe a mão, o barão teria dito: "Vossa Majestade redimiu uma raça, mas acaba de perder o trono". A frase se revelaria profética.



Depois da Abolição

A lei sucinta e direta que a princesa Isabel assinou em 13 de maio de 1888 não concedia indenização alguma aos senhores de escravos. De qualquer forma, ao longo dos 17 anos que se estenderam da Lei do Ventre Livre à abolição efetiva, os escravocratas tinham encontrado muitas fórmulas para ressarcir-se de supostas perdas, entre elas o tráfico interprovincial de escravos, as fraudes ao fundo de emancipação e à Lei do Ventre Livre. Mas se os escravocratas não atingiram um de seus objetivos, o fracasso dos abolicionistas foi maior e mais amargo. Afinal, homens como Nabuco, Patrocínio, Rebouças, Gama, Antônio Bento e Rui Barbosa —apesar de suas divergências ideológicas— acreditavam que a abolição era a medida mais urgente de um programa que só se cumpriria com a reforma agrária, a "democracia rural" (a expressão é de Rebouças) e a entrada dos trabalhadores num sistema de oportunidade plena e concorrência. Para eles, como expôs Alfredo Bosi, "o desafio social e ético que a sociedade brasileira teria de enfrentar era o de redimir um passado de abjeção, fazer justiça aos negros, dar-lhes liberdade a curto prazo e integrá-los numa democracia moderna".

Mas nada disso se concretizou. Os negros libertos —quase 800 mil— foram jogados na mais terrível miséria. O Brasil imperial —e, logo a seguir, o jovem Brasil republicano— negou-lhes a posse de qualquer pedaço de terra para viver ou cultivar, de escolas, de assistência social, de hospitais. Deu-lhes, só e sobejamente, discriminação e repressão. Grande parte dos libertos, depois de perambular por estradas e baldios, dirigiu-se às grandes cidades: Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Lá, ergueram os chamados bairros africanos, origem das favelas modernas. Trocaram a senzala (*acima, à direita*) pelos casebres (*à esquerda*). Apesar da impossibilidade de plantar, acharam ali um meio social menos hostil, mesmo que ainda miserável.

O governo brasileiro não pagou indenização alguma aos senhores de escravos ("Indenização monstruosa, já que uma grande parte deles eram africanos ilegalmente escravizados, pois haviam aportado ao Brasil depois da Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831", como disse, em discurso na Câmara, Joaquim Nabuco). O preço para que tal indenização absurda não fosse paga foi, porém, enorme. Teria sido justamente para evitar qualquer petição que pudesse vir a ser feita pelos escravocratas que Rui Barbosa (*ao lado*), ministro das Finanças do primeiro governo republicano, assinou o despacho de 14 de dezembro de 1890, determinando que todos os livros e documentos referentes à escravidão existentes no Ministério das Finanças fossem recolhidos e queimados na sala das caldeiras da Alfândega do Rio de Janeiro. Seis dias mais tarde, em 20 de dezembro, a decisão foi aprovada com a seguinte moção: "O Congresso Nacional felicita o Governo Provisório por ter ordenado a eliminação nos arquivos nacionais dos vestígios da escravatura no Brasil". Em 20 de janeiro de 91, Rui Barbosa deixou de ser ministro das Finanças, mas a destruição dos documentos prosseguiu.

De acordo com o historiador Américo Lacombe, "uma placa de bronze, existente nas oficinas do Loyde brasileiro, contém, de fato, esta inscrição assaz lacônica: '13 de maio de 1891. Aqui foram incendiados os últimos documentos da escravidão no Brasil'". Foi, portanto, com essa espécie de auto-de-fé abolicionista que o Brasil comemorou os três anos da mais tardia emancipação de escravos no hemisfério ocidental. Embora pragmática —e muito mais verossímil do que a versão oficialesca de que os documentos foram queimados para "apagar qualquer lembrança do triste período escravocrata"—, a medida foi torpe. E ajudou a fazer com que, passados mais de cem anos da libertação dos escravos, o Brasil ainda não tenha acertado as contas com seu negro passado.

A Proclamação da República

Não houve um só tiro que pudesse revelar que se tratava de um golpe e não de um desfile. Se ecoassem disparos (de fato, houve dois, mas ninguém os escutou), talvez aqueles 600 soldados percebessem que não estavam ali para participar de uma manobra, e sim para derrubar um regime. Na verdade, vários militares ali presentes sabiam que estavam participando de uma quartelada. Mesmo os que pensavam assim achavam que quem estava caindo era o primeiro-ministro, Ouro Preto. Jamais o imperador d. Pedro 2º —muito menos a monarquia que ele representava.

Não é de estranhar a ignorância dos soldados do 1º e do 3º Regimento de Cavalaria e do 9º Batalhão. Afinal, até poucas horas antes, o próprio líder do golpe se mostrava indeciso. Mais: estava doente, de cama, e só chegou ao Campo de Santana quando os canhões já apontavam para o quartel. Talvez ele não tenha dado o "Viva o imperador" que alguns juraram tê-lo ouvido gritar. Mas com certeza impediu que pelo menos um cadete berrasse o "Viva a república", que supostamente estava entalado em muitas gargantas.

A cena foi bem estranha. Montado em seu belo cavalo, o marechal Deodoro da Fonseca desfilou longa lista de queixas, pessoais e corporativas, contra o governo —o governo do ministro Ouro Preto, não o do imperador. O imperador —isso ele fez questão de deixar claro— era seu amigo: "Devo-lhe favores". O Exército, porém, fora maltratado. Por isso, derrubava-se o ministério. Difícil imaginar que Deodoro estivesse dando um golpe, ainda mais golpe republicano —ele era monarquista. Ao seu lado estava o tenente-coronel Benjamin Constant, militar que odiava andar fardado, não gostava de armas e tiros e, até cinco anos antes, também falava mal da república. Ambos, Deodoro e Constant, contavam agora com o apoio de republicanos civis. Mas não havia sinal de "paisanos" por perto —esses apenas tinham incentivado a aventura golpista dos dois militares (por coincidência ou não, dois militares ressentidos).

O fato é que naquela mesma hora o ministro Ouro Preto foi preso e o gabinete derrubado. Mas ninguém teve coragem de falar em república. Apenas à noite, quando golpistas civis e militares se reuniram, foi que proclamaram —em silêncio e provisoriamente— uma república federativa. "Provisoriamente" porque se aguardaria "o pronunciamento definitivo da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular". E o povo a todas essas? Bem, o povo assistiu a tudo "bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava", disse Aristides Lobo.

Embora Lobo fosse republicano convicto e membro do primeiro ministério, seu depoimento tem sido contestado por certos historiadores (que citam as revoltas populares ocorridas naquela época). De qualquer forma, o segundo reinado, que começara com um golpe branco, terminava agora com um golpe esmaecido. A monarquia, no Brasil, não caiu com um estrondo, mas com um suspiro. E o plebiscito para "referendar" a república foi convocado em 1993 —com 104 anos de atraso. O império já havia terminado.

O Ocaso do Império

Oficialmente, a festa era para recepcionar os oficiais do cruzador chileno Cochrane, que estavam no Brasil havia duas semanas. Na verdade, o baile —o primeiro promovido pela família imperial brasileira e o mais pomposo dos que se tivessem realizado— havia sido organizado para celebrar as bodas de prata da princesa Isabel e do conde D'Eu. Era 9 de novembro de 1889 e tudo foi preparado para tornar a festa inesquecível: milhares de velas iluminavam o palácio da ilha Fiscal, no Rio de Janeiro, ornamentado com balões e lanternas venezianas. Três mil disputadíssimos convites foram enviados para o "melhor da sociedade" imperial. Cascatas de camarão, champanhe e vinho jorraram aos borbotões. A festança se prolongou até o raiar do dia.

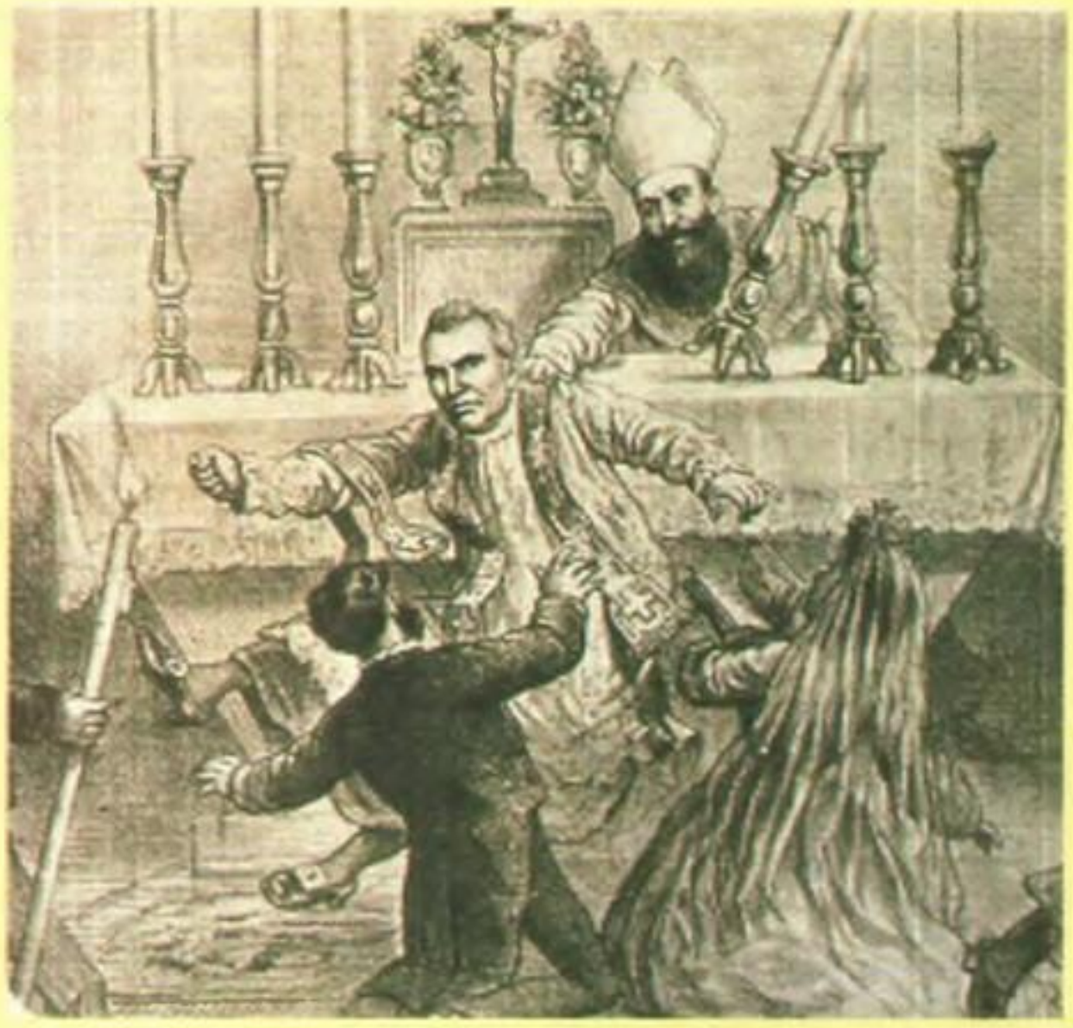
Por uma dessas ironias que parecem construir a história, no instante em que a monarquia, insuflada, fazia ecoar seu canto do cisne numa ilha de fantasia, não longe dali o tenente-coronel e professor Benjamin Constant presidia uma reunião do Clube Militar. Lá, criticou o governo imperial e sua "hostilidade" contra os militares. No fmal, fez um pedido: "Mais do que nunca preciso que me sejam dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a honra e a dignidade. Comprometo-me, sob palavra, se não encontrar dentro de oito dias uma solução honrosa para o Exército e a Pátria, resignar aos empregos públicos e quebrar minha espada". Constant não precisou de oito dias. Uma semana após a festa e a reunião conspiratória, ele encontraria a solução honrosa —na forma de um golpe militar.

As ironias históricas que cercam o baile da ilha Fiscal são muitas. Pedro 2° passou a noite retraído. Era do seu feitio, mas, todos sabiam, o monarca estava doente. Quem o substituiria se ele viesse a "faltar"? Embora os chilenos fossem convidados de honra, os reais homenageados eram Isabel e o conde D'Eu. E ninguém —talvez nem eles próprios— achava que teriam chances de assumir o trono. Além de "estrangeiro", D'Eu era um tipo estranho, vítima de acusações grosseiras —diziam que era homossexual. Fora ainda num encontro com os tais oficiais chilenos, na Escola Militar, dias antes, que Constant tivera seu primeiro grande espasmo público a favor do republicanismo, ao final do qual, afrontando as autoridades presentes, seus alunos gritavam: "Viva a república... do Chile". Mais: ao sair da reunião conspiratória do dia 9, Constant teve de ir até o cais Pharoux, por exigência de sua família, que queria ver a ilha iluminada. Tentou ir até lá no barco dos convidados, "sem desembarcar". Mas não o deixaram ver o império bailando. Duas semanas depois, Constant e a família eram os convidados de honra da festa que o governo republicano deu para se despedir dos chilenos.

Muitos fatores ajudaram na queda do império, mas se pode dizer que a monarquia quase caiu por si —como fruta mais do que madura.

UM FIM MELANCÓLICO

Uma semana depois do baile da ilha Fiscal, d. Pedro 2° foi comunicado por um major que deveria deixar o país. Antes de estender-lhe o papel, o militar gaguejou: "Vossa Excelência", disse; "Vossa Alteza", corrigiu; "Vossa Majestade...", rendeu-se. Algumas horas mais tarde, em nota oficial, d. Pedro anunciava que, "cedendo ao império das circunstâncias", deixava, com a família, o país ao qual dera "constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século". No dia 17 de novembro, a família imperial seguiu para o exílio na Europa.



A Questão Religiosa

O quê: A chamada Questão Religiosa poderia ter se resumido ao conflito entre Igreja Católica e maçonaria. Como ambas as partes radicalizaram suas posições, a querela quase acabou se tornando um confronto entre o próprio imperador e o papa Pio 9º. Na luta entre "o trono e o altar", o primeiro saiu abalado —e logo cairia. O segundo "se manteve em pé".

Onde: O conflito iniciou-se no Rio de Janeiro, em 3 de março de 1872, quando o padre Almeida Martins pronunciou um sermão "em termos tirados da linguagem maçônica" para saudar a aprovação da Lei do Ventre Livre, que fora proposta pelo presidente do Conselho dos Ministros, visconde do Rio Branco, que era grão-mestre da maçonaria. O bispo do Rio, Pedro Lacerda, decidiu suspender o padre de suas funções. O que seria um mero exercício canônico de autoridade eclesiástica, tornou-se uma grave questão nacional porque, em Olinda, em maio do mesmo ano, tomara posse o bispo Vidal de Oliveira, um jovem e rígido capuchinho. Injuriado com as "grosserias" publicadas na imprensa do Rio contra d. Lacerda, d. Vidal (*ao lado, à direita*) afastou de sua diocese dois sacerdotes que se recusaram a abandonar a maçonaria. Dom Vidal impediu ainda que monsenhor Pinto de Campos celebrasse o casamento de um maçom (*alto da página, à direita*). Para agravar a questão, o bispo do Pará, d. Antônio Costa, também interditou os templos cujos padres eram maçons. A pendenga se generalizou.

Quando: O conflito, iniciado em março de 1872, se estenderia até setembro de 1875, quando os bispos —depois de duramente punidos por Pedro 2º— foram anistiados.

Por quê: A "questão religiosa" só ocorreu porque a "união entre o trono e o altar", prevista na Constituição de 1824, era fonte potencial de conflito. O país herdara de Portugal o regime do "padroado": o governo indicava os principais sacerdotes e os padres eram pagos pelo Estado. Mas bulas papais só teriam aplicação no Brasil com o beneplácito do imperador. Em 1848, Pio 9º assumiu o Vaticano criticando as "liberdades modernas" e reafirmando a preponderância da Igreja. Em 1870, o Vaticano aprovou o dogma da infalibilidade papal.

Como a questão terminou: Os bispos de Olinda e do Pará foram presos por ordem de d. Pedro 2º e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, em 1874. Porém, comutou-se a pena para prisão simples. O papa Pio 9º, que a princípio desaprovara o procedimento dos bispos, injuriou-se e o problema se tornou internacional. Resolveu-se a questão com um arranjo: os bispos foram anistiados e o gabinete de Rio Branco (*à esquerda*) acabou substituído pelo gabinete chefiado pelo duque de Caxias.

Consequências: O conflito desgastou o governo imperial aos olhos do povo. Mas não parece ter tido influência maior na queda do regime, já que o povo quase nada teve que ver com o golpe e a Igreja tinha pouca influência sobre militares e republicanos.

A Questão Militar

O quê: A Questão Militar se resume a uma série de eventos que colocou em confronto direto oficiais do Exército e políticos monarquistas e conservadores. O estopim foi o fato de os militares estarem proibidos por lei de discutir assuntos políticos na imprensa. Mas o verdadeiro motivo estava no crescente ressentimento dos militares —que tinham "se arriscado pelo país na Guerra do Paraguai"— com o "pavoroso egoísmo, fundamentalmente impatriótico, da classe política, no momento em que o sangue brasileiro corria em regatos".

Quando: Os episódios principiaram em 1884 e se prolongaram até maio de 1887.

Como: O primeiro incidente ocorreu com o tenente-coronel Senna Madureira, punido por ter apoiado publicamente o fim da escravatura. Em agosto de 1885, o coronel Cunha Matos, ligado ao Partido Liberal, apurou irregularidades em um quartel do Piauí e pediu o afastamento do comandante corrupto, ligado ao Partido Conservador. Foi atacado, na Câmara, pelo deputado Simplício Rezende, que o acusou de covardia no Paraguai. Matos defendeu-se pelo jornal —o que era proibido— e ficou preso dois dias. No mesmo mês, no Rio Grande do Sul, outra vez Senna Madureira (*à direita*) se manifestou publicamente, nos jornais, para "defender sua honra militar". Escolheu o explosivo órgão republicano "A Federação", dirigido por Júlio de Castilhos. O rastilho de pólvora foi aceso.

O tenente-coronel Antônio de Senna Madureira (1836-1889) não era um radical, mas se envolveu em três confrontos que precipitaram a "questão militar". Em 1883, ele se manifestou contra a lei de contribuição obrigatória ao montepio dos militares, apresentada no Senado pelo visconde de Paranaguá, e foi punido. Em 1884, quando comandava a Escola de Tiro Campo Grande, ele organizou uma recepção festiva ao jangadeiro Francisco do Nascimento, que se recusara a transportar escravos em Fortaleza. Foi punido e transferido para a Escola Preparatória de Rio Pardo (RS). No Sul, contestou a decisão do então ministro da Guerra, Franco de Sá, e deflagrou a polêmica.

Em 23 de setembro de 1886, o incendiário Castilhos escreveu, em seu próprio jornal, um artigo chamado "Arbítrio e inépcia", atacando violentamente a Coroa e tornando a "questão militar" uma questão política e nacional. No texto, o Exército era apresentado como a única força que se mantinha "impoluta" em uma "nação em ruínas". Duas semanas antes, o marechal Deodoro, comandante em armas e presidente em exercício da Província do Rio Grande do Sul, decidira que não puniria Senna Madureira —mas o ministro da Guerra, Alfredo Chaves, que antes mandara prender Cunha Matos, já o fizera. Em outubro, os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha (*acima*) — conhecida como "Tabernáculo da Ciência" e berço da chamada "mocidade militar"— engajaram-se na luta de apoio a Deodoro, que fora exonerado e transferido para o Rio de Janeiro, e a Madureira, que se demitiu. Ao chegarem ao Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1887, ambos foram recebidos como heróis pelos cadetes. Após muitas tensões, em maio do mesmo ano, Chaves caiu, Deodoro, Madureira e Cunha Matos foram "perdoados" por d. Pedro e a questão militar se encerrou. Pela primeira vez na história do Brasil os militares revelavam, com vigor e clareza, a existência no país de uma "classe militar" —supostamente unida e coesa. Em breve, essa classe interferiria decisivamente no jogo político.

O Republicanismo

Embora o papel de golpistas tenha sido confiado aos militares e as fricções com a Igreja tenham ajudado a abalar a imagem pública do império —sem falar de todo o desgaste político decorrente da tortuosa luta pela abolição—, o fato é que o movimento de novembro de 1889 jamais se concretizaria sem a base social fornecida por um amplo setor da burguesia cafeeira de São Paulo, politicamente organizada em torno do Partido Republicano Paulista (PRP).

O ideal republicano no Brasil era, evidentemente, anterior à fundação do PRP. Tanto que não só a Inconfidência Mineira como várias das revoltas internas do período regencial planejavam a queda da monarquia. Mas a tais movimentos faltava uma base legalista e econômica e o apoio dos conservadores. Em 1870 surgiu, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano. Em 3 de dezembro do mesmo ano, foi lançado, também no Rio, o célebre "Manifesto Republicano" de 1870, redigido por Quintino Bocaiúva e com 58 signatários. Era um movimento de moderados, ainda que muitos de seus integrantes viessem do "novo" Partido Liberal e, entre eles, houvesse gente como o tempestuoso Lopes Trovão (que, como Silva Jardim, achava que a república deveria vir por meio de uma revolução popular). A base do republicanismo carioca era constituída de profissionais liberais e jornalistas. O partido era favorável a uma transição pacífica entre a monarquia e a república, de preferência com a morte do imperador. Mais tarde, os radicais abandonariam o moderado PR.

O republicanismo brasileiro, porém, só após a fundação do Partido Republicano Paulista adquiriria a solidez conservadora que as elites do país pareciam exigir para sacramentá-lo. O PRP foi criado em 16 de abril de 1873, na convenção de Itu (*acima*). Formado para representar os interesses da oligarquia rural paulista, de seus 133 delegados, 78 eram fazendeiros. Enquanto os republicanos cariocas associavam o novo regime à maior representação política dos cidadãos, aos direitos individuais e ao fim da escravidão, o PRP estava quase inteiramente devotado à luta pelo regime federalista. Descentralização, maior autonomia provincial e uma nova política de empréstimos bancários eram palavras de ordem dos republicanos da grande lavoura, latifundiários do chamado "Oeste Novo" de São Paulo. Na questão abolicionista, o PRP agiu sempre com a mais radical cautela, só aderindo ao movimento na última hora. Para o partido, mais do que o destino dos escravos, interessava saber como substituí-los.

Em 1884, o PRP detinha apenas um quarto do eleitorado paulista. Aliado aos conservadores, elegeu dois deputados —Prudente de Morais e Campos Sales, que viriam a ser os primeiros presidentes civis da república. Embora nunca tenha havido grandes interesses comuns nem mesmo contato intenso entre os militares e o PRP, foi a burguesia cafeeira paulista que, implicitamente, deu aos militares a convicção de que sua aventura golpista contava com uma sólida base de apoio econômica e social.

Bocaiúva

Quintino Antônio Ferreira de Sousa assinava Quintino Bocaiúva nas páginas de "O País" —principal jornal republicano do Brasil—, de que era redator-chefe. Mas os artigos que ele escrevia caçoando da família imperial eram infinitamente mais ásperos do que o tom moderado que ele deu ao "Manifesto Republicano" de 1870, do qual foi o principal redator. Quintino achava que os problemas de saúde do imperador poderiam salvar a nação: se d. Pedro 2º morresse, a república nasceria feliz.

Benjamin Constant

Em março de 1867, do campo de batalha no Paraguai, Benjamin Constant enviou uma carta para sua mulher. "Espero que toda esta porcaria acabe o mais depressa possível", dizia. "Nada mais tenho em vista, mesmo porque não posso, e não devo ser militar com a numerosa família que tenho, e pelos nenhuns recursos que dá esta desgraçada classe em nosso país". O desabafo não poderia ser mais claro: Benjamin Constant não apenas não gostava de armas e batalhas como se julgava mal pago.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães entrara para a carreira militar pela mais pura necessidade. Nascido em Niterói (RJ) no fim de 1836, era filho de um tenente da Marinha portuguesa. Seu pai morreu de tifo em 1849 e a mãe tinha problemas mentais. Aos 12 anos, Constant tentou o suicídio. O único emprego que lhe ofereceram antes do quartel foi o de servente de pedreiro. Na caserna, Constant descobriria suas duas paixões: a matemática e o positivismo de Auguste Comte. Em 1872, entrou para o magistério da Escola Militar da Praia Vermelha e, quatro anos depois, foi um dos fundadores da Sociedade Positivista do Brasil. Mas, numa doutrina marcada pela mais absoluta ortodoxia, Constant logo teve problemas e rompeu com o grupo que ajudara a formar —embora continuasse até o fim de seus dias um fiel e devotado discípulo de Auguste Comte.

Graças ao seu desempenho na Escola da Praia Vermelha, Constant se tornou o líder da mocidade militar: jovens tenentes "científicos", a maioria deles adeptos da racionalíssima "religião da humanidade" fundada por Comte. Muitos desses alunos eram republicanos, e parece ter sido eles que influenciaram o mestre. Afinal, ainda em 1879, Constant falara mal da república. Mas o fato é que, mal pago, desprezado na cátedra como o fora no quartel (suas promoções eram frequentemente adiadas), o "doutor" Benjamin tornou-se um militante. A princípio, defendendo a "classe" na Questão Militar; a seguir atacando o império (que o maltratara tanto, e aos seus colegas de farda, ainda que ele odiasse usá-la e a evitasse ao máximo).

Quando suas "merecidas" promoções vieram, o pacato professor, constantemente imerso num "sonambulismo matemático", já se transformara num ativista que fundara o Clube Militar, em maio de 87, junto com Deodoro. No dia 23 de outubro de 1888, proferiu um surpreendente discurso de quase uma hora, durante a visita de oficiais chilenos à Escola da Praia Vermelha —era a senha pública para o golpe que nascia. A "mocidade militar" encontrara seu líder. Agora faltava apenas unir-se aos militares mais velhos —os "tarimbeiros"— e sair de casa, na calada da noite, para derrubar o regime. Foi o que o dr. Benjamin fez na madrugada de 15 de novembro.

O positivismo é a escola filosófica nascida das idéias do pensador francês Auguste Comte (1798-1857). Em meio a uma série de teorias, baseadas em sua "filosofia da história" e na sua "classificação das ciências", Comte criou o que chamou de "religião da humanidade": culto não-teísta, no qual Deus seria substituído por uma humanidade racional e evoluída que atingiria esse estágio "mais elevado" conduzida por "homens mais esclarecidos". Para Comte, a melhor forma de governo era a ditadura republicana —um "governo de salvação nacional exercido no interesse do povo". O ditador comtiano, em tese, deveria ser representativo, mas poderia "afastar-se" do povo em nome do "bem da república". Não é difícil entender por que os "militares científicos" se apaixonaram tanto pela tese. Ao assumir o poder, depois do golpe de 1889, Deodoro —que não era positivista— e Constant

deram um tom comtiano ao novo regime, centralizador e autocrático. Com a ascensão dos oligarcas de São Paulo —Prudente de Morais e Campos Sales—, a influência positivista se arrefeceu. Mas logo voltaria a fluir entre os tenentes dos anos 20, na Coluna Prestes e na Revolução de 30. Em outra vertente, os esquemas políticos comtianos se codificaram também no trabalhismo gaúcho de Lindolfo Collor, ministro do Trabalho do positivista Getúlio Vargas. A modernização conservadora proposta por Comte ainda fascina facções militares. E um de seus lemas —"o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim"— tremula na bandeira nacional, embora nela "o amor" tenha ficado de fora. Outro mote positivista eventualmente liberta fantasmas no espectro político da nação: segundo Comte, "os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos".

O Poder dos Quartéis

Os profundos ressentimentos de Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca (*leia na página seguinte*) talvez estivessem fundamentados em entraves burocráticos, questiúnculas pessoais e, quem sabe, até numa certa mania de perseguição que, porventura, afetasse os dois oficiais que acabariam proclamando a república no Brasil. De qualquer forma, o tratamento dispensado a ambos pelo governo imperial —constantes adiamentos das promoções anunciadas, baixos soldos, transferências e punições— era claro reflexo da situação de penúria que vivia o Exército brasileiro naquela época. Tanto que mesmo um monarquista convicto como o político e historiador Eduardo Prado admitiu, às vésperas do golpe, existir no Brasil "um exército esquecido, mal organizado, mal instruído e mal pago". Prado lamentava o fato de d. Pedro 2º estar "divorciado das 'coisas' militares".

Embora o imperador tivesse de fato horror às armas, a situação de penúria do Exército começara antes de ele assumir o poder. A participação de oficiais do Exército no governo fora significativa até a abdicação de d. Pedro 1º —o primeiro "golpe" da história do país a contar com participação militar.

A presença da tropa em várias das agitações populares após a Independência fez com que a instituição passasse a ser olhada com certa desconfiança. Tanto é que —temerosos de que um grande exército fizesse surgir "pequenos Napoleões", como já acontecera no México e na Argentina —os liberais da regência, liderados por Feijó, reduziram os efetivos do Exército e criaram a Guarda Nacional.

A partir de então, o quadro de oficiais do Exército perdeu suas características de grupo de elite —ao contrário do que se deu na Marinha. Os jovens oficiais vinham, em maioria, de famílias tradicionais do interior do Nordeste (agora em declínio) ou eram filhos de fazendeiros —também relativamente decadentes— do Rio Grande do Sul. Foi essa a oficialidade mandada à Guerra do Paraguai.

"Em minha vida, só tive um protetor: Solano López. Devo a ele, que provocou a Guerra do Paraguai, a minha carreira", desabafava Deodoro, em agosto de 1889. Ele tinha razão: foi depois da guerra contra López que o Exército adquiriu uma identidade institucional, um orgulho "classista" até então desconhecido. Depois de lutar no Chaco, estava pronto para o lodaçal político.

O centro da fermentação golpista foi a Escola Militar da Praia Vermelha —chamada o "Tabernáculo da Ciência", já que ali se estudavam mais leis, filosofia e matemática do que logística. Seus cadetes, a "mocidade militar", eram os "científicos" —jovens positivistas e republicanos. Eles nada tinham que ver com o marechal Deodoro, militar de carreira, "tarimbeiro" (termo depreciativo que vem de tarimba, o estrado de madeira onde os soldados dormiam nos quartéis, e designava oficiais ligados à tropa, sem estudos superiores). O único elo entre "tarimbeiros" e "científicos" era a ligação entre Constant e Deodoro, por sua vez unidos pelo ressentimento. Foram os "científicos", com a bênção de Deodoro (cooptado por Constant), que encaminharam o golpe de 15 de novembro. Não mais do que a quinta parte do Exército estava ciente da trama. Mas a absoluta maioria da tropa agiu como o próprio povo: "Ficou estranha ao acontecimento, que tomou como fato consumado". "A história escrita pelos protagonistas do golpe de 89 deixou inscrita na história política do país a visão de que um grupo 'esclarecido' de militares pode 'salvar' a Nação, em seu nome", avaliou o historiador Celso Castro.

O Marechal Deodoro

Militar por vocação, destino, herança e necessidade, Manuel Deodoro da Fonseca foi oficial de carreira que ascendeu na tropa brasileira graças à bravura em combate, à determinação e ao comportamento irrepreensível. Participou da repressão à Praieira, do cerco a Montevidéu e de uma dezena de batalhas na Guerra do Paraguai. Sua ascensão foi tal que, em 1883, além de comandante das Armas do Rio Grande do Sul, ele se tornou presidente provisório da Província. Aí, então, ele se envolveu na Questão Militar: "Aliou-se" a Júlio de Castilhos e desafiou a monarquia. Ainda assim, em tese, a Questão Militar acabou bem para todos —menos para Deodoro, que, apesar de continuar comandante das Armas, percebeu que, na verdade, fora "desterrado" para Mato Grosso.

No entanto, em agosto de 1889, o império, sem se dar conta claramente, tornou Deodoro um inimigo. Primeiro, o coronel Cunha Matos, o mesmo da Questão Militar. foi feito presidente de Mato Grosso —seria um coronel mandando num marechal. Depois, Gaspar Silveira Martins —que Deodoro odiava— virou presidente do Rio Grande do Sul. Embora amigo de Castilhos, Assis Brasil, Ramiro Barcelos e dos outros republicanos gaúchos, Deodoro não era um deles. Tanto que, logo ao chegor ao Rio, em 13 de setembro de 1889, depois de deixar Mato Grosso sem mais explicações ao governo, Deodoro escreveu em carta a um sobrinho: "República no Brasil é coisa impossível porque será uma verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal-educados para republicanos. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela". Faltavam 63 dias para o marechal dar o golpe republicano.

Deodoro estava doente; passou quase todo o mês de outubro de cama. Apesar de amargurado com o governo, gostava do imperador e relutou antes de conspirar. Parece ter sido quase um bode expiatório às avessas, um "inocente útil", atraído à rebelião por Benjamin Constant —para fazer a ponte entre a velha guarda e a "mocidade militar". Talvez isso explique os seus vacilos em frente das tropas, no Campo de Santana, quando derrubou o ministro Ouro Preto, mas não ousou proclamar a república. A república de fato só foi proclamada à noite, na casa de Deodoro, com ele na cama. Alguém espalhou o boato de que d. Pedro escolhera Gaspar Silveira Martins para o lugar de Ouro Preto. As hesitações de Deodoro acabaram. Ele chamou Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e disse: "Digam ao povo que a República está feita".

O marechal, que ao proclamar a república estava na cama, doente e de pijama, era um monarquista convicto, que relutou na hora de conspirar.

Deodoro se tornou o primeiro presidente do novo regime e Benjamin Constant, ministro da Guerra. O convívio entre ambos não foi pacífico —como não era o dos "tarimbeiros" com os "científicos". Numa reunião ministerial, em 1890, ambos quase se agrediram e Deodoro desafiou Constant para um duelo. Mas dali a dois anos os dois estariam mortos. Deodoro, que pedira baixa do Exército, exigiu ser enterrado em trajes civis.

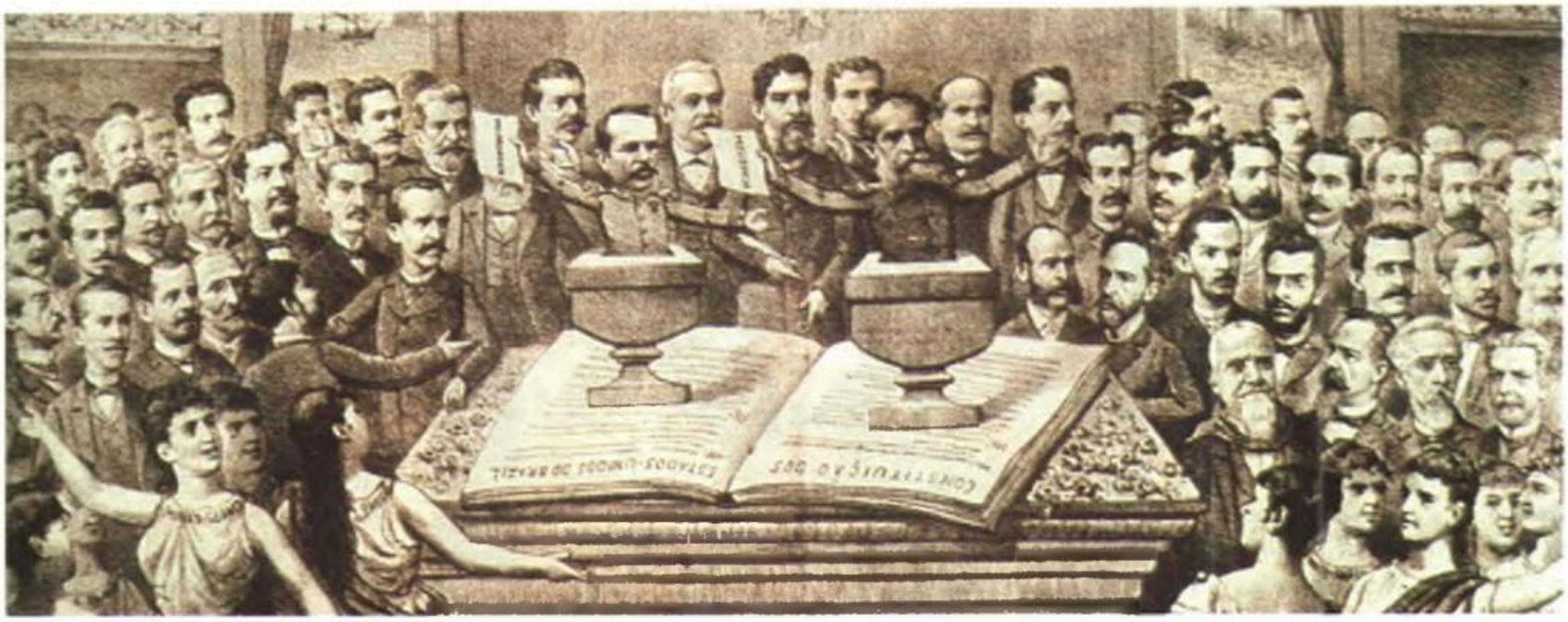
A República de 10 Anos

Todos os velhos descaminhos da política e da economia brasileiras se materializaram plenamente nos dez primeiros anos da república. Escândalos financeiros, arrocho salarial, clientelismo, aumento dos impostos, regime oligárquico, coronelismo, repressão aos movimentos populares, desvio de verbas, impunidade, fraude eleitoral, fechamento do Congresso, estado de sítio, crimes políticos, confronto entre governos civis e governos militares, alternância no poder na forma mais equivocada (o novo governo devastando a obra do governo anterior) —houve de tudo na primeira década republicana. A vertigem econômica, política e social do período foi tal que, num estudo recente, o historiador Renato Lessa escreveu: "Nem mesmo aqueles que acreditam ter a história algum sentido podem honestamente supor que havia ordem subjacente e invisível a regular o caos da primeira década republicana no Brasil". Não bastassem as atribulações advindas do governo central, durante a primeira década da república o país foi ainda sacudido por suas duas maiores guerras civis: a Revolução Federalista de 1893, que por dois anos ensanguentou o pampa gaúcho, e a "guerra do fim do mundo", travada nas lonjuras do sertão baiano, em Canudos. O Brasil ingressou no século 20 da maneira mais turbulenta possível.

Embora a frase de Lessa seja elucidativa, na verdade havia ordem "subjacente e invisível a regular o caos da primeira década republicana". E nem era tão invisível: o que houve nos dez primeiros anos da república foi uma luta feroz pelo poder travada entre grupos antagônicos. Durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (novembro de 1889 a fevereiro de 91), explodiu o confronto entre os militares de carreira e os "científicos", simbolizado pelo choque entre Deodoro e Benjamin Constant —vencido pelo primeiro. Ao longo do breve governo de Deodoro (de fevereiro a novembro de 1891), ficou claro o conflito entre a elite civil —favorável ao governo federalista e descentralizado— e os militares de linha dura. Apesar de Floriano Peixoto ser a favor da centralização, os republicanos paulistas o apoiaram, para dividir ainda mais os militares e provocar a queda de Deodoro. Floriano governou inconstitucionalmente, como "vice-presidente em exercício", de fins de 1891 a novembro de 94. Os civis republicanos também estavam divididos: os jacobinos apoiavam Floriano, mas, com a eleição de Prudente de Morais (presidente de 11/1894 a 11/98) e de Campos Sales (11/1898 a 11/1902), foram os cafeicultores paulistas que assumiram o poder, criando a "República dos Fazendeiros" e deixando a nação, de novo, na mão dos latifundiários.

O confronto entre os militares "tarimbeiros" (oficiais de carreira em geral sem curso superior) e os "científicos" (jovens tenentes da Escola Militar da Praia Vermelha, de formação positivista) mais as desavenças entre os civis republicanos —divididos em jacobinos (revolucionários exaltados, em geral de classe média urbana), positivistas ortodoxos e liberais federalistas (entre os quais se incluíam os cafeicultores paulistas, do PRP)— não se refletiram só nos choques políticos travados na luta pelo poder. Houve conflito também na escolha dos símbolos, entre os quais a bandeira e o hino, que representariam o novo governo. A batalha simbólica —na verdade, a outra face de um combate ideológico— foi vencida pelos positivistas.

No Brasil, como na França e nas antigas Grécia e Roma, a república passaria a ser representada pela imagem de uma mulher. Segundo Gilberto Freyre, a escolha foi favorecida, de um lado, pelo repúdio ao patriarcalismo de d. Pedro 2º e, de outro, pelo culto católico a Virgem Maria. O assunto foi bastante aprofundado pelo historiador José Murilo de Carvalho. No livro "A Formação das Almas", Carvalho revela como, cedo, o Brasil "dessacralizou" a imagem feminina da república. Embora fossem pintados quadros como os de Manuel Lopes Rodrigues (*acima*) e de Décio Vilares (*ao lado*), certos políticos, jornalistas e caricaturistas logo se referiram à república ou a representaram como uma meretriz. A atitude não poderia ser mais reveladora.

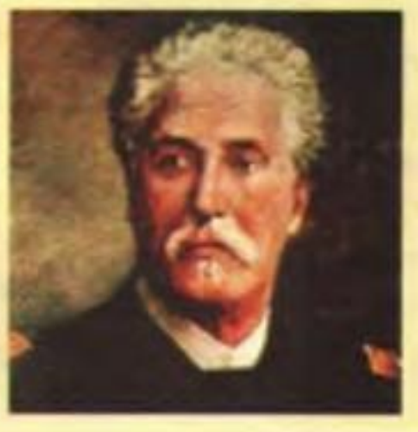


Os Dois Governos de Deodoro

Os governos do marechal Deodoro começaram e terminaram no mesmo lugar: na cama. Deodoro estava doente e, depois de derrubar o ministério de Ouro Preto, na confusa quartelada do alvorecer de 15 de novembro de 1889, proclamou a república na mesma noite, em sua casa, provavelmente de pijama, rodeado pelos golpistas que empossou como membros do ministério do governo provisório, que começou no dia seguinte (*na gravura à direita, esse ministério*). Embora provisório, o novo governo não perdeu tempo: já foi chamado de "fábrica de leis", tal o número de decisões que tomou em menos de um mês.

Antes do final de 1889, o novo aparelho político-administrativo do Estado estava montado. O país tornou-se "provisoriamente" uma república federativa; todos os brasileiros homens e alfabetizados ganharam direito a voto; surgiram a nova bandeira e o novo hino, e os militares golpistas foram promovidos. Em 23 de dezembro nascia a primeira lei de imprensa do país: uma junta militar poderia julgar sumariamente quem "abusasse na manifestação do pensamento" —foi o chamado "Decreto-Rolha". Ao longo de 1890, discutiu-se a nova Constituição do Brasil, aprovada em 24 de fevereiro de 1891. No dia seguinte, Deodoro foi eleito presidente. Mas estava isolado: um mês antes, seu ministério se demitira.

Do ministério do governo provisório do marechal Deodoro fizeram parte os golpistas civis e militares do movimento de 15 de novembro, entre os quais Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva. Em 20 de janeiro de 1891, rompido com Deodoro, o ministério se demitiu coletivamente. À direita, o ministro da Marinha, Eduardo Wandenkolk, candidato a vice-presidente na chapa de Deodoro.



O marechal Deodoro começou a cair no mesmo dia em que tomou posse. Em 25 de fevereiro de 1891, o Congresso o elegeu presidente com 129 votos, contra 97 de Prudente de Morais. No entanto, Floriano Peixoto, candidato a vice na chapa de Prudente, obteve 153 votos (24 a mais que Deodoro e quase o triplo dos 57 votos dados a Eduardo Wandenkolk, vice de Deodoro). No dia da posse (*gravura acima*), o Congresso recebeu Deodoro com um silêncio constrangedor para, minutos depois, aclamar Floriano com urras ensurdecedores.

Em 3 de novembro de 1891, indignado com a aprovação de uma lei que permitiria o impeachment do presidente, Deodoro fechou o Congresso. No dia 23, o almirante Custódio de Melo, a bordo do encouraçado Riachuelo, ameaçou bombardear o Rio. Doente e de cama, Deodoro renunciou em favor de Floriano Peixoto. Teimoso, autoritário e sem experiência administrativa, Deodoro fez um governo desastroso: a política financeira de seu ministro Rui Barbosa mergulhara o país no caos. O fechamento do Congresso e a decretação do estado de sítio candidatam Deodoro ao posto de primeiro ditador brasileiro. Como ditadores não renunciam, o título acabou ficando com seu sucessor, Floriano. Isolado, Deodoro morreu em agosto de 1892. Pediu que fosse enterrado em trajes civis, mas teve um funeral com honras militares.

O Marechal de Ferro

Considerado o primeiro ditador de fato da história do Brasil, o marechal Floriano Peixoto era figura misteriosa e evasiva —tido por certos historiadores como a maior "esfinge" da política brasileira. Um dia antes do golpe de 15 de novembro, Floriano, comandante do Exército no Rio, assegurava ao primeiro-ministro Ouro Preto: "A esta hora, v. ex.ª deve ter conhecimento que tramam algo por aí além: não dê importância (...) confie na lealdade dos chefes que estão alertas". Um dia antes, porém, garantira a Deodoro que estava pronto para o golpe: "Se a coisa é contra os casacas (monarquistas), tenho ainda minha espingarda velha". Não se sabe de que lado Floriano realmente estava. O fato é que, quando os rebeldes tomaram o campo de Santana e Ouro Preto ordenou a Floriano que os combatesse, lembrando sua bravura no Paraguai, o futuro marechal respondeu: "Lá as bocas de fogo eram inimigas; essas que v. ex.ª está vendo são brasileiras..." E não mexeu uma só palha, cedendo ao império das circunstâncias —ou, talvez, à república dos fatos. Em abril de 1890, Floriano tornou-se ministro da Guerra do novo regime, no lugar de Benjamin Constant. Em 20 de janeiro de 1891, todos os ministros de Deodoro —Floriano entre eles— demitiram-se, indignados com a teimosia do presidente. Em 25 de fevereiro, Floriano foi eleito pelo Congresso vice-presidente do Brasil, e uma espécie de "herdeiro presuntivo" da república. Nove meses depois ele seria o presidente.

O que esperar da presidência de um homem que, durante a Questão Militar, em 1877, dissera que o caso revelava "exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e, portanto, a necessidade de uma ditadura militar para expurgá-la"? "Como liberal, não posso querer o governo da espada para meu país, mas não há quem desconheça que ela sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido." Nascido em Alagoas, em 1839, veterano do Paraguai, Floriano assumiu o governo como vice-presidente em exercício, em 23 de novembro de 1891. Restabeleceu o Congresso e suspendeu o estado de sítio. Ainda assim, seu governo era inconstitucional: o artigo 42 dizia que, se o presidente não completasse metade do mandato, novas eleições deveriam ser convocadas. Mas, com o apoio do PRP e da classe média urbana, Floriano sentiu-se à vontade no papel de "consolidador da república" e lançou as bases de uma ditadura de "salvação nacional". Fez um governo nacionalista, austero e centralizador; enfrentou implacavelmente seus inimigos, demitiu (contra a lei) os governadores que tinham apoiado Deodoro; venceu a queda-de-braço contra a Marinha, na segunda Revolta da Armada. No Sul, deu apoio a Júlio de Castilhos. Tornou-se o Marechal de Ferro. Queria a reeleição (que era inconstitucional), mas, ainda assim, se recusou a dar um golpe —articulado por seus aliados jacobinos— contra a posse do civil Prudente de Morais.

Está certo que o nome original —Desterro— não chegava a ser um elogio, nem uma demonstração de apreço ao lugar. Mas Florianópolis, o nome atual, veio na forma de um castigo muito pior. O principal problema que Floriano Peixoto enfrentou em seus três anos como "vice-presidente em exercício" (assim ele assinava seus atos) foi a Revolução Federalista, que estourou no Rio Grande do Sul em fevereiro de 1893 (*leia em "Sangue no Pampa e no Sertão", página 169*). Floriano tomou o partido de Júlio de Castilhos no confronto com os federalistas, ou maragatos, unidos em torno de Gaspar Silveira Martins (prestigiosa figura do Partido Liberal nos tempos do império). Em fins de 1893, os integrantes da Revolta da Armada (*leia na página seguinte*) se uniram aos maragatos de Silveira Martins e tomaram a cidade de Nossa Senhora do Desterro, capital de Santa Catarina, proclamando-a sede do "governo provisório do Brasil". Em abril de 1894, as forças legalistas retomaram a cidade, deflagrando, sob o comando do coronel Moreira César, furiosa repressão aos rebeldes. Em outubro de 1894, depois de muitos fuzilamentos sumários, veio o castigo final à cidade revoltosa: a troca de seu antigo nome "pelo nome em homenagem a seu algoz".

A Revolta da Armada

No momento em que o marechal Deodoro deu o golpe que resultou na República, todas as vezes em que ele citava o Exército, ao seu lado Benjamin Constant observava: "E também a Armada". Mas não era verdade: a Marinha —ou "Armada"— não participou do golpe: a instituição era monarquista. Desde a independência, o governo "fazia diferença" entre as duas armas: a Marinha —que tivera, desde 1822, oficiais ingleses, como o romanesco lorde Cochrane e o impulsivo John Greenfell— era tida como corporação nobre, com soldos melhores. O Exército não era tão bem-visto pelo império.

É evidente que, durante o tumulto que caracterizou os primeiros anos da república, rebeliões eclodiriam na Marinha. Três almirantes eram os chefes mais influentes: Eduardo Wandenkolk, republicano e ministro derrubado por Floriano; Custódio de Melo, monarquista moderado; e Saldanha da Gama, também monarquista, mas, acima de tudo, "legalista". Wandenkolk foi preso e anistiado. Uniu-se aos federalistas gaúchos e foi preso outra vez. Depois, chefiou o Estado-Maior de Campos Sales. Custódio de Melo derrubara Deodoro na Primeira Revolta da Armada, em novembro de 1891. Junto com Gama, liderou a Segunda Revolta da Armada.

Custódio de Melo: monarquista e golpista

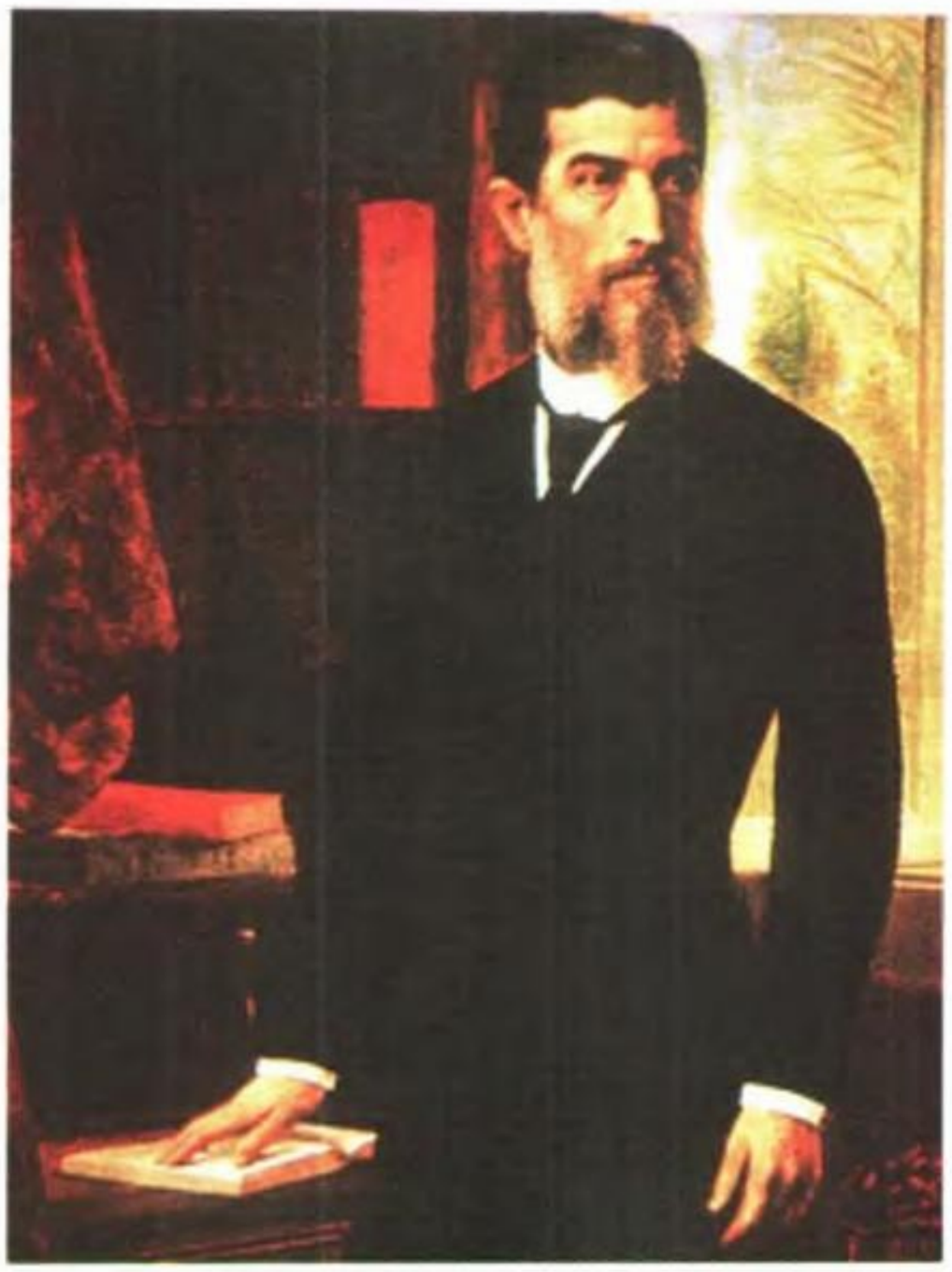
Saldanha da Gama: morto em combate

O quê: A Segunda Revolta da Armada foi um movimento militar que pretendia depor o marechal Floriano. Mais tarde, os revoltosos —liderados pelo almirante Custódio de Melo e, depois, pelo almirante Saldanha da Gama— uniram-se aos federalistas, que travavam, no Rio Grande do Sul, a terrível guerra civil de 1893, contra Júlio de Castilhos e seus aliados.
Quando: A Segunda Revolta da Armada eclodiu às 11 horas da noite de 6 de setembro de 1893, quando Custódio de Melo fez içar, no encouraçado Aquidabã, o pavilhão rubro da rebelião. A ele se uniram 16 vapores de guerra e oito vapores mercantes —navios velhos e quase imprestáveis. Em 13 de março de 1895, depois de um ano e meio de revolta infrutífera na baía de Guanabara, os rebeldes desistiram da luta e pediram asilo em navios portugueses ancorados nas cercanias.
Onde: Os confrontos se concentraram na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Mas os rebeldes não bombardearam a cidade: só trocaram tiros contra a fortaleza Santa Cruz (*acima*).
Como a rebelião acabou: Incapazes de tomar o Rio, Custódio de Melo e Saldanha da Gama, que se odiavam, adotaram táticas diferentes: Melo partiu para o exílio na Europa e Gama se aliou aos rebeldes gaúchos. Morreu em combate, no Rio Grande do Sul, em junho de 1895.

O Primeiro Presidente Civil

O breve período do governo Deodoro não deixou saudade nos círculos civis, especialmente para os cafeicultores paulistas. Por isso as oligarquias e elites rurais deram apoio à candidatura de Floriano, para derrubar Deodoro e dividir os militares. Mas esse foi um acordo de curto prazo, e o governo nacionalista do Marechal de Ferro, de apoio à indústria e à classe média urbana, logo desagradaria à chamada "República dos Fazendeiros" —especialmente porque os jacobinos (republicanos exaltados e radicais, inimigos dos oligarcas) se uniram a Floriano de imediato.

De qualquer modo, as atribulações políticas do governo Floriano —ampliadas pela Revolução Federalista do Rio Grande do Sul— levaram as elites civis ao consenso de que era preciso afastar os militares da política e retomar o controle do país. A eleição de Prudente de Morais, em 15 de novembro de 1894, representou o retorno da classe latifundiária —que fora o sustentáculo do império— ao comando da nação. Sob a vestimenta republicana, o federalismo conservador saiu vitorioso. Embora Prudente tenha sido o primeiro presidente brasileiro eleito pelo voto, o país não teria estabilidade durante os quatro anos de seu mandato: a revolta de Canudos, que eclodiu no interior da Bahia, tumultuou a nação. Desde o início Prudente seria tido por pusilânime.



Prudente de Morais —chamado de Biriba pelo povo— foi submetido a humilhações desde o dia da posse: teve de ir para o Itamarati de carro alugado e, ao chegar lá, "não teve quem lhe segurasse o chapéu". Isso não foi de todo mal: aliados de Floriano haviam articulado um golpe para impedir sua posse. Mas o Marechal de Ferro preferiu ficar em casa, cultivando suas rosas, e frustrou a trama dos jacobinos. O fato de Prudente decidir anistiar os rebeldes gaúchos —acabando com a guerra civil no Sul— foi visto como ato de fraqueza pelos florianistas, e a campanha de desmoralização do presidente começou.

Em novembro de 1896, doente, Prudente teve de se afastar da Presidência —e o vice, Manuel Vitorino Pereira, florianista, assumiu o cargo. Em março de 1897, o presidente retornou ao posto. Em novembro, sofreu um atentado (*leia na página seguinte*). Então, decretou estado de sítio, mandou fechar o Clube Militar, prendeu senadores e deputados, tentou processar o vice Vitorino —e consolidou a República Oligárquica, ou "dos Fazendeiros", que duraria até 1930. Mas, ao assinar novo acordo financeiro com a Inglaterra (*leia na página 167*) e manter a monocultura cafeeira como única opção econômica do Brasil, Prudente de Morais entregou um país estabilizado mas muito endividado ao seu sucessor.

Desde sua fundação, o Partido Republicano Paulista (PRP) sempre se portou de modo ambíguo quanto à abolição da escravatura, à maneira de derrubar o império e até mesmo com relação à melhor forma de governo republicano —embora o ponto central do programa partidário fosse a defesa da federação, com os Estados cada vez mais autônomos em relação ao governo central— e com poderes para exercer uma política bancária própria. Dos 129 delegados que participaram da fundação do partido, 78 eram cafeicultores. Dos 51 restantes, muitos eram advogados formados na Faculdade de Direito de São Paulo (vários deles, entre os quais Campos Sales, Francisco Glicério e Américo de Campos, aparecem na gravura ao lado). Em 1884, aliado ao Partido Conservador, o PRP conseguiu eleger como deputados Prudente de Morais e Campos Sales. Em fevereiro de 1891, o PRP escolheu Floriano Peixoto para vice de Prudente de Morais, na eleição contra a chapa de Deodoro e Wandenkolk. Prudente perdeu para Deodoro, mas Floriano foi eleito vice.

A tomada do poder se configuraria na eleição seguinte, quando Prudente e o PRP fariam, enfim, o comando da nação voltar às mãos dos civis —que também eram conservadores, latifundiários e oligárquicos.

O Atentado contra Prudente de Morais

Em 4 de março de 1897, recuperado da doença, Prudente de Morais retornava à Presidência —para desalento do vice Manuel Vitorino, dos jacobinos e dos florianistas. Esses, exaltados, logo começaram a tramar contra a vida de Prudente. Em 5 de novembro —quando faltavam ainda 375 dias para o fim de seu mandato— veio o atentado. O presidente fora ao embarcadouro do Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro, recepcionar o navio Espírito Santo, que retornava da Bahia com a primeira tropa vitoriosa no combate contra os "fanáticos" de Canudos.

À 1 hora da tarde, ao chegar ao cais, o presidente foi recebido com urras a Floriano e a Vitorino. No meio da multidão, um soldado, Marcelino Bispo de Melo, se aproximou do presidente e sacou uma garrucha. Prudente afastou a arma com a cartola —o que não lhe salvaria a vida caso houvesse o disparo. Mas a arma falhou cinco vezes e o soldado foi desarmado com uma pranchada desferida por um coronel. Antes de ser preso, porém, o criminoso conseguiu esfaquear o ministro da Guerra, Carlos Bittencourt, que morreu.

A morte do marechal Bittencourt era o pretexto de que Prudente de Morais precisava para endurecer seu governo e iniciar uma vingança política. A partir do instante em que ficou claro que Marcelino estava ligado ao jornal "O Jacobino", Prudente partiu para a retaliação. Pediu e obteve do Congresso permissão para instalar 30 dias de estado de sítio. Envolveu o vice Vitorino na conspiração e mandou prender e exilar seus rivais.

Bittencourt tornou-se um mártir —e foi enterrado com a alcunha, reveladora, de Marechal de Ouro (*gravura ao lado*). Enquanto isso, em sua cela, Marcelino revelava sinais de "desarranjo mental", escrevia um soneto chamado "Jesus Cristo e Floriano", pedia para ser fuzilado e, por fim, se enforcava na prisão.

O atentado acabou resultando no fechamento do Clube Militar e no afastamento dos militares da política (que perduraria até o surgimento do tenentismo na década de 20). Ao encerrar seu governo, em novembro de 1898, o homem que os jacobinos tinham apelidado de Prudente Demais se tornara o Floriano civil e o consolidador da República Oligárquica.

Ao assumir a Presidência, em 5 de novembro de 1896, o vice Manuel Vitorino Pereira decidiu substituir todo o ministério, trocando aliados de Prudente de Morais por florianistas convictos. Ao contrário de Prudente, Vitorino (*à esquerda*), baiano nascido em 1853 e primeiro governador de seu Estado depois da república, era um jornalista cujos "dotes cintilantes de orador" o tornavam um "autêntico condutor de massas" —e um jacobino potencial.

Uma vez no poder, Vitorino "escancarou todas as janelas do novo palácio ao ruído exterior". O "novo palácio" era o do Catete, que ele comprou para ser sede do governo, no lugar do Itamarati. E o "ruído exterior" eram os urras a Floriano, que adquiriram um tom verdadeiramente messiânico após a morte do Marechal de Ferro, em junho de 1895. Muitos rezavam em seu túmulo e havia aqueles que distribuíam seu retrato como se fosse um santo. A sombra do marechal nacionalista pairava sobre a República Oligárquica.

A figura "impoluta" do austero, ditatorial e nacionalista Floriano foi adotada como símbolo pelos jacobinos. Estes derivaram o nome de uma das correntes predominantes da Revolução Francesa. Seus membros eram propagandistas exaltados, em geral de classe média baixa —mais alguns operários e militares atingidos pela carestia deflagrada pelo "Encilhamento" (*leia na página 168*). Os jacobinos acreditavam numa república forte e centralista, capaz de enfrentar os monarquistas, que eles, com paranóia, viam em cada esquina, mesmo nas lonjuras do sertão baiano, entre os miseráveis de Canudos.

Os jacobinos eram inimigos de morte da república liberal, descentralizada e federalista com a qual sonhavam os cafeicultores paulistas. Para os jacobinos —neste caso não de todo destituídos de razão—, a ascensão ao poder da "República dos Fazendeiros", representada por Prudente de Morais e por seu sucessor, Campos Sales, era o retorno da nação às mãos dos latifundiários.

O Presidente Café-com-Leite

Político mais habilidoso, orador mais inspirado e propagandista mais eficiente, o paulista Manuel Ferraz de Campos Sales conseguiu consolidar plenamente a "República dos Fazendeiros", idealizada por Prudente de Morais, pelos cafeicultores e pelo PRP. O arranjo político articulado por Campos Sales ao longo de seus quatro anos (1898-1902) de governo foi brilhante: ele criou a chamada "política dos governadores", que perduraria até a Revolução de 30. O jacobinismo se esfacelara após o atentado a Prudente; os militares voltaram aos quartéis e Campos Sales assumiu soberano. Apesar de a Constituição afirmar que o Executivo e o Legislativo eram poderes "harmônicos e independentes entre si", o fato é que frequentemente o Congresso barrava as ações do governo.

Campos Sales inventou então uma nova —e pouco ética— forma de presidencialismo: ignorou os partidos para apoiar os governadores estaduais; escolheu ministros de fora da política, ou alheios a ela, bastando-lhe que lhe fossem fiéis; apagou os últimos vestígios de tradição parlamentar e submeteu a formação do Congresso às conveniências do governo. Criou a "degola política", institucionalizou a fraude eleitoral e converteu a federação em feudos eleitorais. Criou a política do "café com leite" —a aliança entre São Paulo e Minas Gerais, que passaram a se alternar no poder. O "sucesso" do arranjo político de Campos Sales não ajudou a tornar seu governo popular, principalmente por causa das medidas econômicas recessivas que foi forçado a tomar.

Antes do final de seu governo, Prudente de Morais fora obrigado a iniciar negociações com a Casa Rothschild, tradicionais banqueiros ingleses que emprestavam dinheiro ao Brasil, mas pretendiam cancelar os financiamentos. Já eleito, mas ainda não empossado, Campos Sales foi pessoalmente à Inglaterra negociar um "funding loan". "Funding loan" nada mais é do que um empréstimo para pagar os juros das dívidas de um empréstimo anterior. Campos Sales foi bem-sucedido: obteve 10 milhões de libras, com os quais pagou, durante três anos, os juros da dívida total, cuja cobrança foi suspensa até 1911.

Com a moratória, o país escapou da insolvência, mas o preço foi alto. Como garantia, Sales oferecera a renda da alfândega do Rio e se comprometera a não fazer novos empréstimos até 1901. Com o poder nas mãos, tocou adiante a política recessiva idealizada pelo ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho. Iniciou-se um duro programa de deflação, com a incineração de boa parte do papel-moeda em circulação no país, a elevação das taxas cambiais e o aumento brutal dos impostos (foi criado até um "selo", colocado nos alimentos). A agricultura, a indústria e o povo foram prejudicados. Uma onda de greves, protestos e falências ocorreu durante o chamado "pânico de 1900". O esquema político da República Oligárquica foi passado intacto às mãos de Rodrigues Alves. Porém, isso não impediu Campos Sales de se tornar um dos presidentes mais impopulares da história do Brasil. Ele foi vaiado desde o Catete até a estação, onde pegou o trem que o levou de volta para São Paulo.

Campos Sales implodiu por quase cinco anos a política partidária no Brasil. Está certo que o Partido Republicano Federal (PRF), fundado em 1893, em São Paulo —com a fusão do PRP com clubes republicanos de outros Estados—, já se tinha dissolvido devido a crises internas. Afinal, o presidente do PRF, Francisco Glicério (*à direita*), trombara de frente com Prudente de Morais —e, de certa forma, viu-se envolvido até mesmo no atentado contra ele.

Todavia, o golpe de morte, papel desempenhado pelos partidos republicanos no Congresso, foi desferido por Campos Sales, ele próprio um "republicano histórico" e fundador do PRP. Ao instaurar sua "política dos governadores", Sales comandou o país eventualmente afastado até mesmo do Partido Republicano Mineiro (PRM), que, junto com o PRP, apoiara sua candidatura. Campos Sales não estava interessado em lealdade partidária, mas em fidelidade absoluta ao seu programa de governo.

De acordo com o historiador Bóris Fausto, os objetivos da "política dos governadores" podem ser resumidos assim: "reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre a União e os Estados; pôr fim à hostilidade entre o Executivo e o Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da república. Para ajustar a Câmara dos Deputados a esses fins (...), o presidente da Câmara, temporário e de confiança, garantia o mandato de deputado a quem representasse os grupos dominantes nos Estados e fosse fiel ao governo federal. Os não-merecedores desse tipo de confiança eram excluídos, ou 'degolados', como se dizia na época". Era a República Oligárquica —ou "República de Poucos", também chamada "República dos Coronéis" ou "República Café-com-Leite".

Dívida, Inflação e Crise Econômica

De todas as lambanças da política econômica brasileira, poucas foram tão desastrosas quanto o "Encilhamento" —a série de decretos baixada por Rui Barbosa, ministro da Economia do governo provisório de Deodoro. Rui era intelectual de primeira grandeza, dono de biblioteca formidável (a maior do país) e principal responsável pela Constituição aprovada em 1891. Como economista, porém, revelou-se um tremendo fracasso.

Tudo começou com o Decreto nº 165 de 17 de janeiro de 1890. Com ele, o governo permitiu que os bancos emitissem dinheiro, lastreado apenas por bônus governamentais, e não por fundos de reserva. Foram lançados no mercado 450 mil contos —o dobro da quantia então em circulação no país. Na verdade, o decreto foi baixado justamente para suprir a ausência crônica do "meio circulante" (quantidade de moeda em circulação no país).

Desde o império era evidente que não havia papel-moeda suficiente para suprir as necessidades impostas pelo trabalho assalariado, realizado por mais de 1 milhão de escravos libertos e imigrantes recém-chegados. Em tese, portanto, a nova medida estava correta. Todavia, a questão é que o Decreto nº 165 incentivava também a criação de sociedades anônimas e liberava o crédito. Surgiu, assim, a idéia de que a república seria o "reino dos negócios". Desencadeou-se uma corrida desenfreada às bolsas de valores (*gravura acima, à esquerda*) e os bancos faziam "chover" dinheiro. Milhares de empresas —muitas delas fictícias— foram criadas da noite para o dia. A especulação atingiu níveis estratosféricos. A enlouquecida disputa pela preferência dos investidores nos pregões foi logo identificada com o encilhamento dos cavalos antes da largada no hipódromo —instante no qual a atividade dos apostadores se torna frenética. E assim foi que o povo acabou batizando o "pacote".

Em menos de um ano, o balão estourou. Muitas ações não tinham lastro ou correspondência monetária —eram títulos falsos de empresas fantasmas. No início de 1891, a crise começou: o preço das ações despencou; a inflação e o custo de vida dispararam; a falência atingiu milhares de empresas e bancos; o desemprego veio em massa; o valor da moeda brasileira com relação à libra desabou. O projeto do industrialista Rui Barbosa gerara uma febre especulativa extremamente nociva à economia produtiva. Com o país mergulhado no caos, o ministro se demitiu.

A princípio —e por princípio— o decreto de Rui Barbosa indignou os fazendeiros paulistas. Afinal, a medida era parte de uma política industrialista, que visava diminuir a dependência brasileira de produtos vindos do mercado externo. Para os cafeicultores, quanto mais importações, melhor. Houve euforia entre as oligarquias rurais quando Rui Barbosa se demitiu. A alegria durou pouco: o "Encilhamento" deixara o Brasil pesadamente endividado: o país, que devia 30 milhões de libras em 1890, passou a dever 44,2 milhões em 1900. Em 1913, a dívida chegara a 144,3 milhões. Os ministros da Fazenda do governo de Prudente de Morais. Rodrigues Alves (*à esquerda*) e Bernardino de Campos (*à direita*), deram início a uma política deflacionista. No governo seguinte, de Campos Sales, o ministro Joaquim Murtinho submeteria o país às agruras exigidas pelo "funding loan".

Sangue no Pampa e no Sertão

Se a transformação do império em república foi quase um passeio —na verdade, não houve muito mais do que "uma parada militar liderada por Deodoro", à qual, como disse Aristides Lobo, o povo assistiu "bestializado"—, a primeira década do novo regime seria marcada pelo caos político, econômico e social. Essa situação de instabilidade generalizada foi ampliada pela eclosão das duas maiores guerras civis da história do Brasil: a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, travada de fevereiro de 1893 a setembro de 1895, e a "guerra do fim do mundo", ocorrida em Canudos, no sertão da Bahia, na qual milhares de sertanejos pobres, seguidores do beato Antônio Conselheiro, foram massacrados pelo exército republicano.

Esses conflitos não tiveram nada em comum a não ser a brutalidade absurda: as batalhas sem prisioneiros, a crueldade dos vencedores e a degola dos vencidos. A guerra civil de 1893 foi um conflito de caráter eminentemente político —retrato fiel das dissidências que, desde o Segundo Reinado, dividiam o Rio Grande do Sul. Foi uma das raras guerras civis na qual fatores econômicos não tiveram importância, e o único conflito no pampa gaúcho a se equiparar, em violência e crueza, às guerras platinas do século 19. A Revolução Federalista foi um confronto terrível que colocou frente a frente republicanos jacobinos e positivistas —liderados por Júlio de Castilhos— e os antigos liberais do regime monárquico, chefiados por Gaspar Silveira Martins.

Canudos, por seu turno, foi a guerra mais trágica do Brasil —mais dramática e violenta que a derrocada de Palmares. Em Palmares travou-se uma luta pela liberdade. Já em Canudos lutou-se sem motivo ou razão. Só a existência de dois Brasis inteiramente distintos e incompatíveis —o Brasil das elites urbanas e o Brasil dos miseráveis olvidados— pode explicar a "guerra do fim do mundo". Nesse sentido, Canudos foi exemplar, revelando ao país, ao final do século 19, a trágica dicotomia com a qual ele haveria de conviver ao longo de todo o século 20. A república só se consolidou após o batismo com o sangue vertido pelas tropas legalistas, no pampa (*acima*) e nos cafundós do sertão, no arraial desgraçado de Canudos (*abaixo*).

A Revolução Federalista de 1893

Embora houvesse outros interesses em jogo, a Revolução Federalista resumiu-se ao choque frontal entre os aliados de Gaspar Silveira Martins e os partidários de Júlio de Castilhos: uma luta entre o antigo regime e a nova ordem. Alto, corpulento e rico; barba farta e nariz romano, retórica agressiva e oratória inflamada, Silveira Martins —liberal por convicção e autoritário por feitio— era "o estereótipo do caudilho gaúcho". Com fama de imbatível, fora por 20 anos o dono do Rio Grande do Sul. Deodoro só decidiu proclamar a república quando lhe disseram que d. Pedro 2° escolhera o "Tribuno" (apelido de Silveira Martins) para o lugar do ministro Ouro Preto, que o marechal derrubara no dia 15 de novembro. Um dos primeiros atos de Deodoro foi enviar Silveira Martins (*acima, à direita*) para o exílio.

Era o que Júlio de Castilhos esperava. Moreno, baixo e gago, com o rosto marcado pela varíola, mau orador mas dono de vontade férrea e de um texto incandescente, Castilhos (*acima, à esquerda*) era um positivista convicto e advogado (formado em São Paulo) que se revelara um jornalista ambicioso e brilhante, "dono da capacidade especial de inspirar fanatismo em seus seguidores e ódio nos adversários".

Era ele quem envolvera o vaidoso e ingênuo Deodoro na Questão Militar, publicando os artigos do marechal em seu jornal, "A Federação". Embora Deodoro tivesse posto um liberal no governo do Rio Grande do Sul, após a proclamação da república, com o exílio do Tribuno, o Sul passou a ter novo senhor. Um movimento contra Júlio de Castilhos acabaria ajudando a derrubar o marechal Deodoro no Rio de Janeiro. E a queda de Deodoro também arrastou Castilhos.

Não por muito tempo: saindo do poder em novembro de 1891, Castilhos o retomaria com um golpe em junho de 1892. Entre um período e outro, dez governos dirigiram o Rio Grande do Sul. Em fevereiro de 1892, Gaspar Silveira Martins voltou do exílio, transformando o Estado em barril de pólvora. Assustado com o parlamentarismo radical do Tribuno, Floriano Peixoto, o novo presidente, pragmaticamente preferiu apoiar Castilhos —apesar de ele ser antigo aliado de Deodoro.

Com o aval —ou pelo menos a omissão— do governo central, Castilhos, que redigira em julho de 1891 uma constituição estadual que era o elogio da monocracia (governo de um homem só), tornou-se ainda mais autoritário, vingativo, faccioso, intolerante, tirânico, sectário e opressivo do que jamais fora. Aos seus adversários, só restava a rebelião. E ela logo estourou.

CORES E NOMES

No folclore e na tradição do Rio Grande do Sul, a guerra civil de 1893 foi o combate feroz entre "maragatos" e "pica-paus". Maragatos eram chamados os federalistas. O primeiro bando de rebeldes que invadiu o Estado sulista, em fevereiro de 1893, veio do Uruguai, de um departamento povoado por espanhóis oriundos de Maragataría. Os republicanos os apelidaram de "maragatos", insinuando que se tratava de um bando de invasores estrangeiros. Mas o pejorativo foi adotado como distintivo de honra. Os legalistas, por sua vez, foram batizados de "pica-paus". A origem do termo é confusa: para alguns, deve-se ao estampido de suas armas; para outros, era devido ao quepe vermelho das tropas castilhistas. Pelo menos nas cores os dois grupos combinavam: os maragatos usavam um lenço "colorado" ao redor do pescoço.

O Rio Grande Insurreto

Após fraudes escandalosas em duas eleições e uma sucessão de assassinatos políticos, Júlio de Castilhos assumiu a presidência do Rio Grande do Sul em 25 de janeiro de 1893. Uma semana depois, em 2 de fevereiro, rebentava a guerra civil. Contra Castilhos se ergueram não só os federalistas de Silveira Martins, mas os monarquistas, os perseguidos e descontentes em geral e até republicanos (parlamentaristas ou presidencialistas) que o sectarismo do ditador afastara do partido. A força dos revoltosos acabou sendo sua fraqueza: além do ódio a Castilhos, nada mais em comum havia entre os rebeldes. Positivistas de vontade férrea, os castilhistas fechavam colunas sólidas —além de contar com o apoio de Floriano e do Exército paulista. A guerra perduraria por 31 meses, estendendo-se pelos três Estados meridionais (quase chegando a São Paulo) e cobrando, como um sinistro tributo, a vida de pelo menos 10 mil homens —muitos mortos por degola (*leia o quadro abaixo*). Não foi um confronto lírico: a mortandade dos combates não encontra paralelo em nenhuma outra luta travada no Brasil.

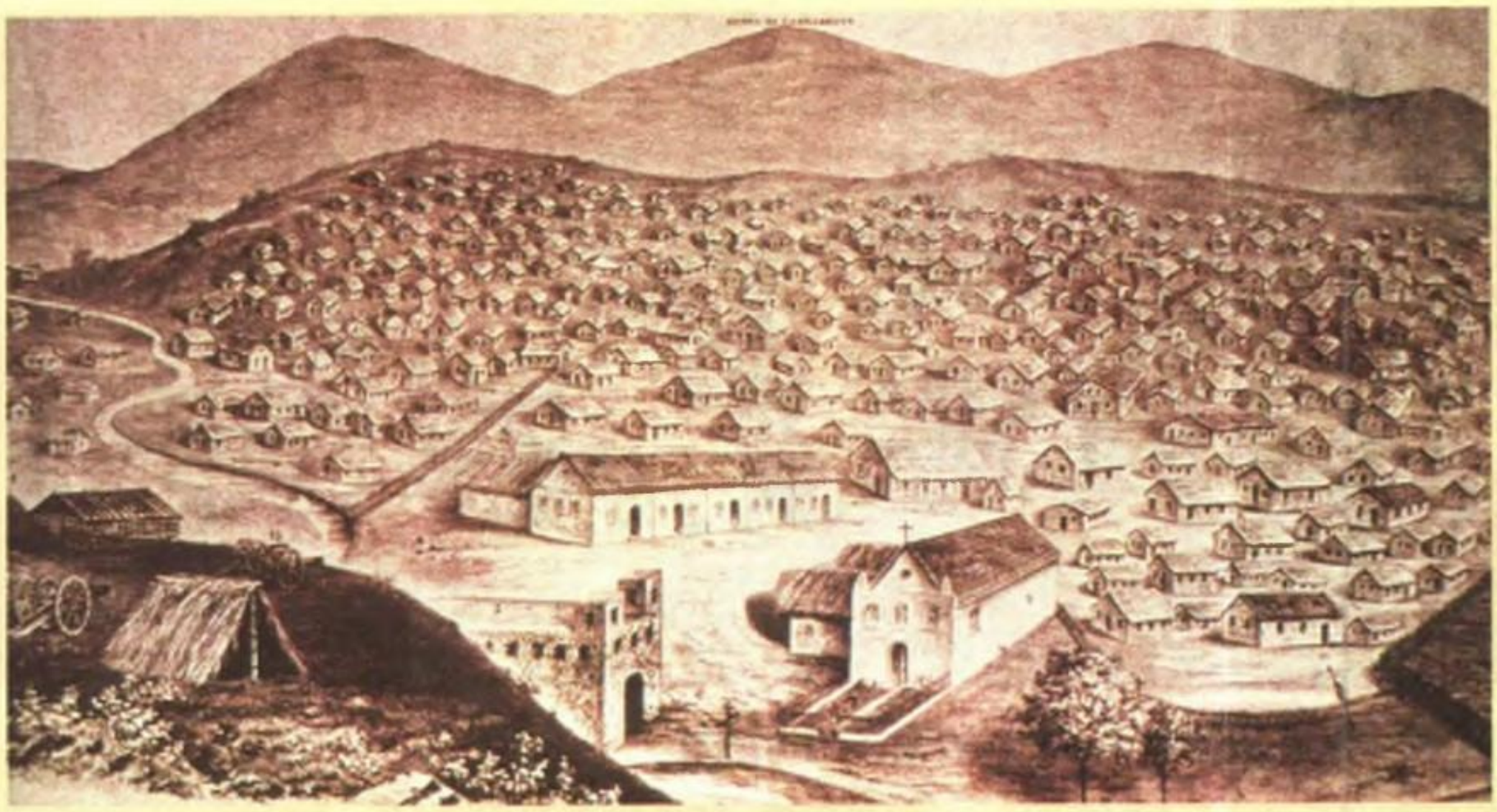
Já envelhecido, Silveira Martins foi omisso e vacilante. O verdadeiro chefe militar dos insurretos era o caudilho brasileiro-uruguaio Gumercindo Saraiva. Os exércitos rebeldes não passavam, em geral, de bandos de peões comandados por estancieiros —alguns veteranos do Paraguai e outros, como Saraiva, das revoluções platinas. Sua tática era a guerrilha, que, várias vezes sufocada, renascia das cinzas. Em setembro de 1893, os rebeldes ganharam novo fôlego graças à eclosão da Revolta da Armada, no Rio de Janeiro. Com a tomada de Desterro pelos revoltosos da Marinha, deu-se o enlace de dois movimentos que nada tinham em comum a não ser o ódio ao "jacobinismo florianista". Ainda assim, com a derrota de Gumercindo em julho de 94, em Passo Fundo —que foi a vitória da arma de fogo contra a arma branca e do quadrado da infantaria contra as cargas de cavalaria—, a guerra virtualmente acabou. A sublevação persistiria na forma de um protesto inútil e sangrento até a posse de Prudente de Morais —o presidente conservador que aplacou o ódio de vencedores e vencidos. Mas o Rio Grande do Sul seguiu violento e dividido até 1930.

UMA ESTRANHA COLIGAÇÃO

No dia 6 de setembro de 1893 estourou, no Rio de Janeiro, a Segunda Revolta da Armada: o movimento liderado pelo almirante Custódio de Melo contra o governo inconstitucional de Floriano Peixoto (que Melo tinha esperança de substituir). Em fins de setembro, impossibilitados de tomar —ou mesmo de bombardear— o Rio, os rebeldes invadiram a cidade de Desterro, em Santa Catarina, lá instalando um "governo provisório". Com a retirada cortada para o sul do Paraná, que acabavam de invadir, as tropas de Gumercindo Saraiva foram para Santa Catarina e os dois movimentos rebeldes (sem quase nada em comum) se uniram. As ciumeiras entre Custódio de Melo e Saldanha da Gama (líderes da Revolta da Armada mas inimigos pessoais), mais as dissidências internas dos federalistas, fizeram com que essa união tivesse poucos resultados.

Rápida, silenciosa e barata, a degola foi a forma favorita de execução ao longo dos dois anos e meio durante os quais a guerra civil de 1893 sangrou o Rio Grande do Sul. As vítimas eram mortas da mesma forma como se abatiam carneiros: forçadas a se ajoelhar ante seu algoz, tinham a cabeça colocada entre as pernas do executor, que então lhes rasgava a carótida com um súbito golpe de faca. Os legalistas degolaram antes e mais do que os federalistas —mas, sempre que possível, houve vingança. Os dois episódios mais infames foram os massacres do Rio Negro e do Boi Preto.

O primeiro se deu em 27 de novembro de 93. Nesse dia, sob as ordens de Silva Tavares, o negro uruguaio Adão Latorre degolou 180 federalistas que tinham se rendido sob a promessa de terem suas vidas poupadas. Em 5 de abril de 94, em Boi Preto, os federalistas se vingaram degolando 250 homens da brigada do general Firmino de Paula. Os principais líderes dos maragatos, ou federalistas, foram os irmãos Gumercindo (*à direita*) e Aparício (*à esquerda*) Saraiva, nascidos na fronteira entre o Uruguai e o Brasil. Os dois falavam mais espanhol que português e eram típicos caudilhos do pampa: contrabandistas de gado, guerrilheiros de vida tempestuosa e ideais supostamente libertários.



Guerra em Canudos

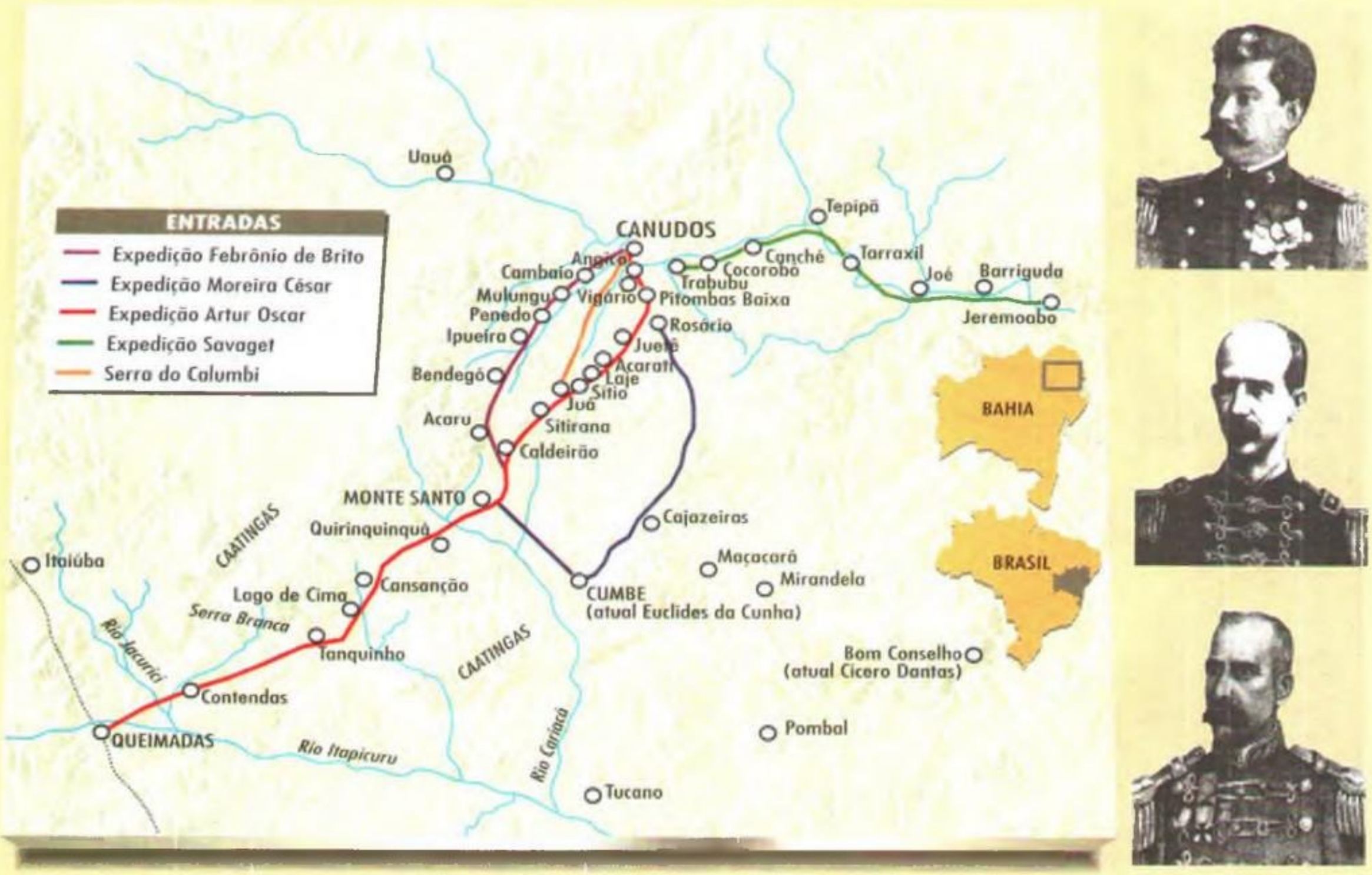
Tremeluzindo sob o sol inclemente do sertão, o arraial de Canudos se erguia onde antes havia apenas os arbustos espinhosos da caatinga. Apesar de parecer uma favela, era um aglomerado impressionante: tinha 5.200 casas e cerca de 20 ou 25 mil habitantes. Eram números espantosos: em fins de 1896, Juazeiro, a maior cidade do norte da Bahia, tinha 3.000 moradores e a capital, Salvador, 200 mil. A maioria absoluta dos habitantes de Canudos era de sertanejos indigentes, agrupados em torno da figura misteriosa do beato Antônio Conselheiro.

No território miserável do sertão, Conselheiro encontrara terreno fértil para sua pregação messiânica. A decadência dos engenhos, o fim da escravidão, a seca terrível de 1878 (durante a qual, só no Ceará, cerca de 100 mil pessoas morreram de fome), a limitação do mercado de trabalho provocada pelo fluxo incessante de imigrantes europeus: tudo conduzira ao caos social no Nordeste. Nesse ambiente de vertigem e desespero, surgiu a figura magnética de Conselheiro.

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu no Ceará em 1828. Filho de um comerciante, que pretendia fazer dele um padre, Antônio fora professor e ambulante, quando problemas financeiros e domésticos (a mulher o abandonara) o converteram em beato —uma espécie de nômade do sertão, um cangaceiro místico e asceta que por 17 anos perambulou pela caatinga, conclamando o povo a construir e reconstruir igrejas, reerguer os muros dos cemitérios e levar uma vida de penitência e meditação. Em 1876, preocupados com o ajuntamento em torno de Conselheiro, a Igreja e o governo começaram a transformá-lo em mártir.

Falsamente acusado de ter matado a mulher e o filho, Conselheiro foi preso. Julgado inocente, foi liberado e retornou à deriva no mar arenoso do sertão. Em 1893, depois de quase duas décadas de peregrinação e já com cerca de 8.000 seguidores, Conselheiro encontrou seu porto seguro em uma fazenda abandonada, às margens do rio Vaza-Barris, norte da Bahia. Lá surgiria o arraial de Belo Monte, mais tarde batizado de Canudos. Em poucos meses, Conselheiro —ajudado por homens como João Abade, Pajeú, Joaquim Tranca-Pés, Raimundo Boca-Torta, Chico Ema, Antônio Beato e Manoel Quadrado— começou a materializar a utopia inverossímil de uma sociedade evangélica auto-suficiente. Em Canudos não havia propriedade privada: terra, rebanhos e lavouras pertenciam a todos. Milho, feijão, mandioca e cana cultivavam-se coletivamente. Cabras forneciam carne, leite e queijo. Suas peles, curtidas, eram vendidas em Juazeiro e exportadas até para os EUA. Canudos se tornou a Meca dos desvalidos. Um outro Brasil.

A proclamação da república, em 1889, desagradara Conselheiro —especialmente por ter separado Igreja e Estado, sacralizado o casamento civil e criado impostos municipais. Em 1893, em Bom Conselho, Conselheiro mandara arrancar e queimar as ordens de cobrança de impostos e se complicara com a lei. Seu culto era sebastianista —antiga seita messiânica que previa o retorno, do fundo do oceano, de d. Sebastião, o rei português morto no Marrocos em 1578. Conselheiro era, por isso, um monarquista. Nesse contexto, um episódio corriqueiro de desonestidade comercial precipitou o início da grande tragédia.



O Vexame do Exército

Em agosto de 1896, a comunidade de Canudos comprara um carregamento de madeira de um comerciante de Juazeiro. A carga —já paga— não chegou ao destino. Injuriado, Conselheiro avisou que seus seguidores iriam à cidade retirar a madeira. Alarmado com o boato de que o "bando de fanáticos" saquearia a cidade, o juiz de Juazeiro (desafiado por Conselheiro em Bom Conselho) pediu ajuda ao governador. Em novembro, uma tropa de cem soldados foi enviada à região e concluiu que o ataque era a melhor defesa e decidiu invadir o arraial.

Em Uauá, os soldados foram surpreendidos por 300 sertanejos armados de paus e pedras. Apesar de 150 homens de Conselheiro terem sido mortos, contra apenas dez mortos e 16 soldados feridos, as forças legais fugiram e o Exército concluiu que o episódio de Uauá clamava por vingança. E ela cedo viria: antes do fim de novembro, 543 soldados, 14 oficiais, duas metralhadoras e dois canhões foram enviados numa expedição punitiva. No dia 20 de janeiro, novamente desmoralizados, famintos e de fardas rasgadas, essa segunda tropa batia em retirada, sob a vaia e o fogo cerrado dos sertanejos.

A derrota da segunda expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito (*no alto, à direita*), não só chocou as instituições estaduais e federais como deixou claro para o Exército, a Igreja e o governo que Canudos era uma séria ameaça à ordem estabelecida. E assim, com apoio do governo central, uma nova força militar foi reunida com o intuito de, agora sim, arrasar o arraial rebelde a qualquer custo. Para chefiá-la foi escolhido o coronel Moreira César.

Apesar de epilético, descontrolado e vingativo —responsável pelo fuzilamento sumário de 49 rebeldes em Desterro (SC), durante a Revolta da Armada—, Moreira César era um herói nacional, com um currículo repleto de vitórias. E, desta vez, com a ajuda de 1.300 soldados, vários oficiais, metralhadoras, fuzis, 15 milhões de cartuchos e quatro canhões, ele tinha tudo para vencer outra vez. A tropa partiu de trem de Salvador no dia 3 de fevereiro. No dia 18, já acampava em Monte Santo, a 60 km de Canudos. Dois ataques epiléticos do comandante atrasaram o assalto ao arraial. Mas em 2 de março, com seus homens já famintos e sedentos, Moreira César, exalando confiança, disse: "Vamos almoçar em Canudos". E ordenou a investida.

O impossível aconteceu de novo: os sertanejos repeliram o primeiro ataque. Cego de ódio, Moreira César (*no alto, ao centro*) ordenou outro assalto. Gritou: "Vamos tomar o arraial sem tiros. À baioneta!" Mas as ruas de Canudos pareciam um labirinto e, ao entrarem na cidade, os soldados viraram alvo fácil para os franco-atiradores postados no alto das torres da nova igreja. Moreira César tomou nova decisão equivocada ao ordenar o avanço da cavalaria, incapaz de manobras entre as ruelas e os casebres que serviam de abrigo aos nativos. Ao investir ele próprio contra o arraial, o arrogante Moreira César tombou morto. Vencidos e humilhados, os soldados bateram em retirada deixando seu arsenal —inclusive os canhões— na mão dos inimigos.

A repercussão da derrota e morte de Moreira César foi retumbante. Setores da imprensa, do governo e do Exército transformaram Canudos em símbolo das ameaças que rondariam a república. Os boatos mais delirantes circulavam pelo Rio de Janeiro. Os jacobinos viam na revolta um levante monarquista. Prudente de Morais foi chamado de "Prudente Demais". Os republicanos radicais clamavam por sangue. Ele logo correria.

O Massacre Final

A paranóia dos jacobinos —que viam em tudo o dedo oculto dos monarquistas—, o sensacionalismo irresponsável da imprensa, os frágeis alicerces da república, a crônica cegueira das elites brasileiras com relação aos problemas sociais do país: tudo contribuiria para tornar um episódio originado pelas centenárias desigualdades da vida no sertão não uma inovadora possibilidade de convívio entre miseráveis e abonados, mas uma tragédia sem paralelo na história do país. Em abril de 1897, o general Arthur Oscar (*página anterior, à direita, abaixo*) começou a formar a tropa escalada para exterminar 20 mil desgraçados.

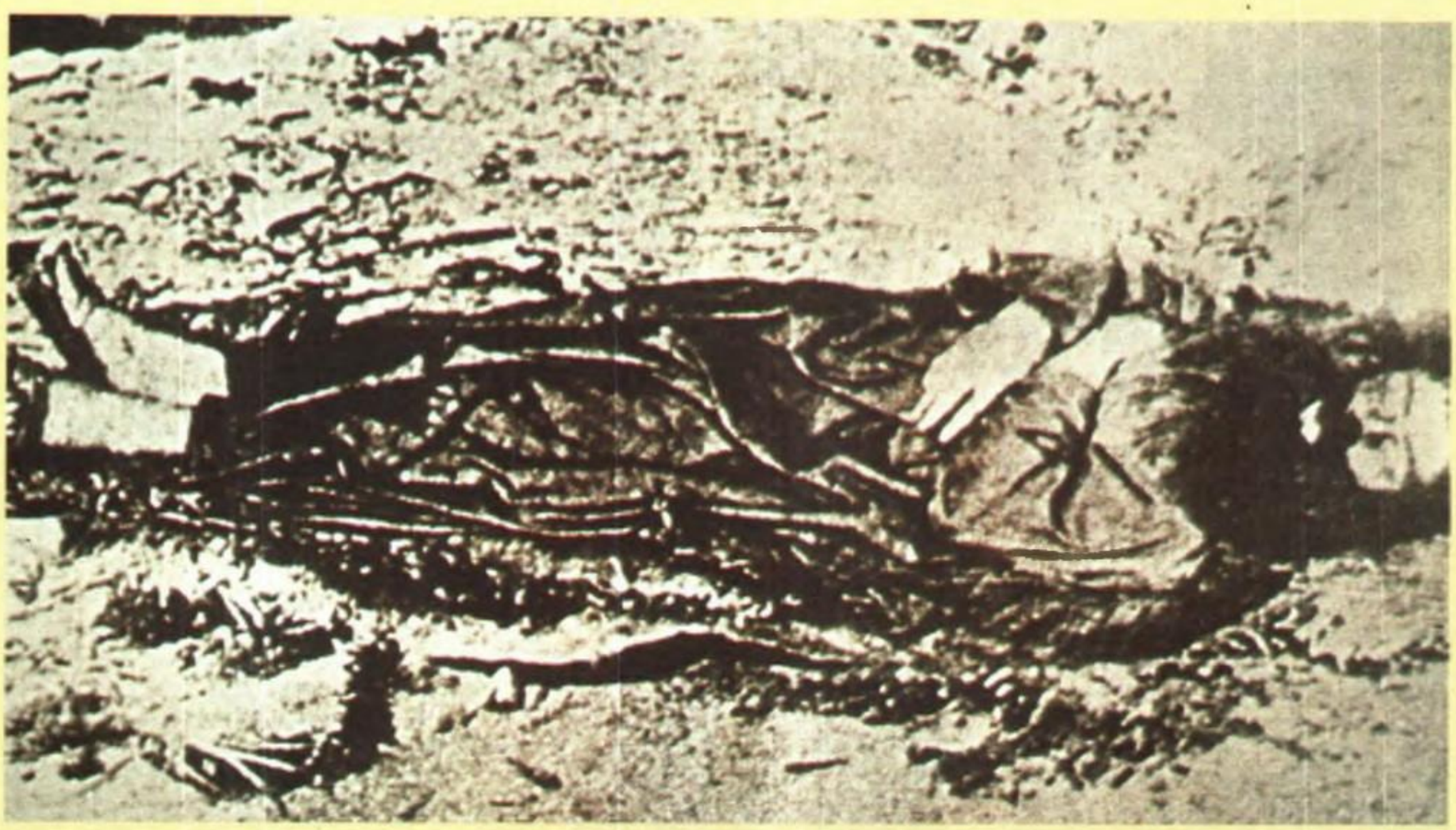
A expedição, minuciosamente planejada, foi dividida em duas colunas: a primeira, na qual seguiria Arthur Oscar, tinha 2.000 homens e partiria de Monte Santo, passando pela serra do Calumbi; a segunda, sob o comando do general Savaget, reunia 2.350 homens e sairia de Sergipe rumo a Jeremoabo, na Bahia (*veja o mapa na página anterior*). Os dois grupos levavam mais de 700 toneladas de munição, metralhadoras e canhões Krupp, além do canhão Withworth 32, chamado de "Matadeira". Era tão grande que necessitava 20 juntas de bois para movimentá-lo pelos morros agrestes e planícies áridas dos cafundós do sertão. Em junho de 1897, duas tropas estavam prontas para a luta.

Mais uma vez, porém, a primeira vitória foi dos rebeldes. No dia 25 de junho, ao partir de Jeremoabo rumo ao arraial, guerrilheiros no planalto de Cocorobó atacaram uma coluna comandada pelo general Savaget. Depois de mais de oito horas de combate, 178 militares estavam mortos. Ao mesmo tempo, na frente sul, a tropa do comandante-chefe Arthur Oscar também estava cercada, no morro da Favela. Os dois acampamentos eram alvos constantes de ataques suicidas: sertanejos cruzavam as linhas e atiravam contra os oficiais.

Em fins de julho, o Exército não apenas não conseguira nenhuma vitória significativa como já tivera mil baixas. Conservando com dificuldade suas posições, as tropas aguardavam desesperadamente por reforços. Eles chegaram em meados de agosto: 3.000 homens que haviam sido reunidos às pressas por todo o país. No dia 24, um disparo da "Matadeira" derrubou o sino da igreja de Canudos. Duas semanas depois, a própria igreja foi reduzida a escombros. Era um sinal claro: raiavam os últimos dias na cidade da utopia evangélica. Quase um mês mais tarde, 22 de setembro, morria Conselheiro. Até hoje não se sabe o que o matou: estilhaços de granada, parada cardíaca, problemas gastrointestinais provocados pela má alimentação, desgosto profundo, pura premonição?

Sem o líder, os sertanejos insurretos arrefeceram seu ânimo. Havia cerca de um ano viviam sitiados. Tinham acumulado dezenas de pequenas vitórias, infligindo muitas humilhações às tropas republicanas, aproveitando-se de todas as vantagens estratégicas que a terra crestada do sertão e as agruras às quais estavam acostumados desde sempre podiam lhes oferecer. Mas agora não era possível resistir mais. No dia 3 de outubro de 1897, uma bandeira branca foi erguida entre as ruínas chamuscadas de Canudos. Dois jagunços —um deles era Antônio Beato, ex-"chefe de polícia" do arraial— foram negociar com o Exército a rendição de 300 mulheres, velhos e crianças.

No dia 3, os combates reiniciaram e, no dia 5, o Exército enfim entrou em Canudos: tinha matado seus quatro últimos defensores —dois adultos, um velho e um garoto. Do arraial restavam apenas escombros fumegantes. A batalha mais inglória do Exército brasileiro tinha sido vencida. Canudos estaria destinado a ser enterrado em cova rasa na vala comum da história, não fosse o fato de a expedição de Arthur Oscar ter sido acompanhada por um repórter do jornal "O Estado de S. Paulo". Euclides da Cunha transformou Canudos numa Tróia sertaneja e imortalizou Conselheiro ao escrever "Os Sertões", talvez o maior clássico da literatura brasileira.



Duas Visões de Conselheiro

Ao chegar ao sertão, em agosto de 1897, Euclides da Cunha percebeu que estava diante de uma história épica. Todos os ingredientes de uma saga trágica e atávica desfilavam diante de seus olhos. Com o talento dos prosadores iluminados, ele redigiu um texto fulgurante, repleto de som e fúria, que tornou aquela luta uma aventura literária comparável às sagas de Homero. Eis sua descrição de Antônio Conselheiro:

"Surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano: abordoado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos (...) Sua entrada nos povoados, seguido pela multidão contrita, em silêncio, alevantando imagens, cruzes e bandeiras do Divino, era solene e impressionadora (...) Prenunciavam-se, em seus sermões, anos sucessivos de desgraças: 'Em 1896 há de rebanhos mil correr da praia para o sertão; então o sertão virará praia e a praia virará sertão (...) Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações (...) das ondas do mar d. Sebastião sairá com todo o seu Exército'. (...) No seio de uma sociedade primitiva que pelas qualidades étnicas e influxo das santas missões malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres (...) aquele dominador foi um títere. Agiu passivo como uma sombra (...) E cresceu tanto que se projetou na História".

Em 1980, o escritor peruano Mario Vargas Llosa cometeu a ousadia suprema de utilizar o episódio de Canudos como tema de seu romance "A Guerra do Fim do Mundo". Sabia que, mais do que inevitáveis, as comparações com "Os Sertões" lhe seriam de todo desvantajosas. Mas Llosa não apenas enfrentou o desafio como produziu uma obra magnífica. Eis o retrato que ele traçou do enigmático Conselheiro:

"O homem era tão alto e tão magro que parecia sempre de perfil. Sua pele era escura, seus ossos proeminentes e seus olhos ardiam como fogo perpétuo. Calçava sandálias de pastor e a túnica azulão que lhe caía sobre o corpo lembrava o hábito dos missionários que, de quando em quando, visitavam os povoados do sertão, batizando multidões de crianças e casando os amancebados. Era impossível saber sua idade, sua procedência, sua história, mas algo havia em seu aspecto tranquilo, em seus costumes frugais, em sua imperturbável seriedade què, mesmo antes de dar conselhos, atraía as pessoas. Aparecia de improviso, no princípio sozinho, sempre a pé, coberto pelo pó do caminho. Sua alta silhueta destacava-se na luz crepuscular ou nascente, enquanto atravessava a única rua do povoado, a grandes trancos, com uma espécie de urgência. Não comia nem bebia antes de chegar à igreja do povoado e comprovar, uma vez mais, uma e cem vezes, que estava em petição de miséria. Entristecia-se o seu rosto com uma dor de retirante a quem a seca matou filhos e animais".

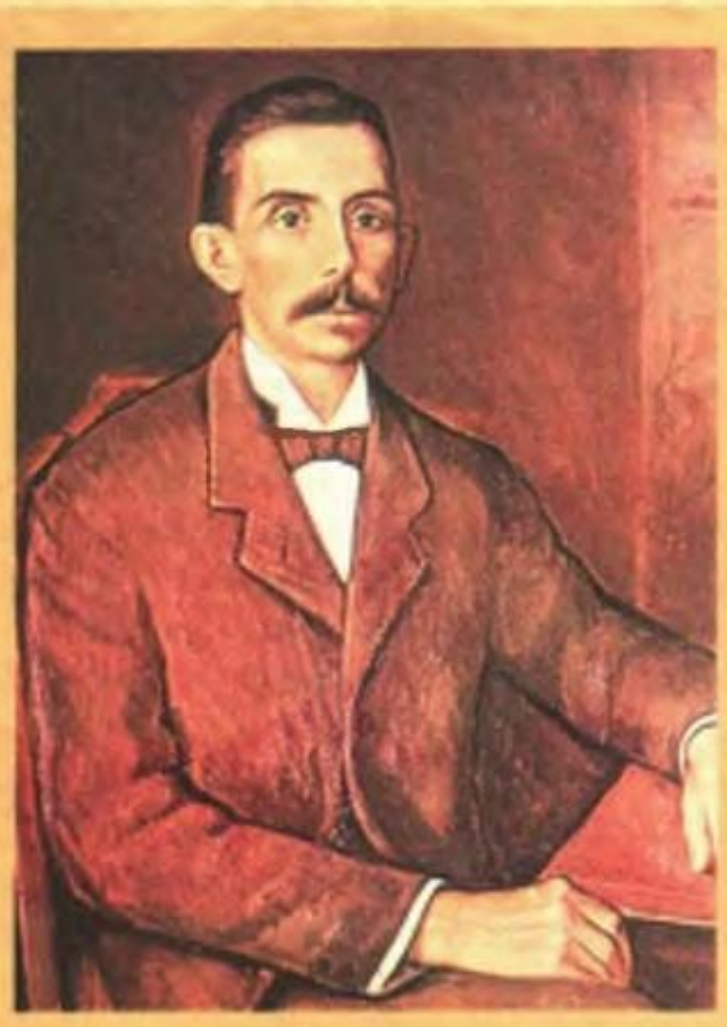
UM CÉREBRO NORMAL

O corpo de Conselheiro foi exumado em 6 de outubro de 1897. Devido ao adiantado estado de putrefação, não foi possível precisar a causa da morte. No entanto, não havia perfurações de bala no cadáver. A cabeça do beato foi cortada e enviada para a Faculdade de Medicina da Bahia, para ser examinada por especialistas. Em tempos lombrosianos, acreditava-se que o estudo de seu cérebro certamente indicaria sinais de anormalidade —quando não as marcas da "criminalidade nata". Mas o diagnóstico do diretor da faculdade, Pacífico Pereira, do psiquiatra Juliano Pereira e do consagrado antropólogo Nina Rodrigues foi frustrante para a imprensa e para o povo. "O crânio de Antônio Conselheiro não apresenta nenhuma anormalidade que demonstre traços de degenerescência. É um crânio normal", dizia o relatório de Nina Rodrigues, um cientista já acusado de ser racista.

Euclides da Cunha e "Os Sertões"

Engenheiro formado pela Escola Militar, sob forte influência positivista, Euclides Pimenta da Cunha (1866-1909) era um republicano convicto que acreditava que uma literatura engajada e de combate —elaborada com paciência, meticulosidade e ciência— poderia ajudar a construir um país melhor. Nesse sentido, e em vários outros, a obra literária desse matemático formado em ciências físicas e naturais que, paralelamente, decidira seguir também a carreira jornalística, não tinha nada a ver com a "República das Letras" da rua do Ouvidor —com seu preciosismo gramatical, seu dandismo, sua arrogância tipicamente "belle époque". Talvez por isso Euclides passasse a noite anterior ao lançamento de seu primeiro livro, "Os Sertões", corrigindo, com canivete e pena, um a um, nos mil exemplares da primeira edição, os 80 erros que encontrara na obra. Tanta meticulosidade talvez nem sequer fosse necessária: ao ser lançado, pela respeitada editora carioca Laemmert, em 11 de dezembro de 1902, "Os Sertões" tornou-se, literalmente da noite para o dia, um estrondoso sucesso.

Embora cinco anos já houvessem passado desde os sangrentos e amedrontadores acontecimentos de Canudos, o episódio tinha permanecido vivo na memória nacional. Além de ter todos os ingredientes necessários para um grande romance —o caráter épico, as tensões dramáticas, as derrotas militares, uma insurreição de miseráveis—, o livro fora escrito em estilo inovador e marcante. Recendia a terra e sangue, era agreste e desconhecido como o próprio sertão; era espantosamente real. Além disso, apresentava aos brasileiros letrados um Brasil que eles jamais tinham visto, suposto ou tentado entender. A sinceridade, o tom quase homérico, as peculiaridades verbais de Euclides —"ele escreve como com um cipó", diria Joaquim Nabuco—, tornaram sua prosa uma febre nacional. A primeira edição logo se esgotou. Noventa anos depois, "Os Sertões" permanece tão admirável quanto no primeiro dia.



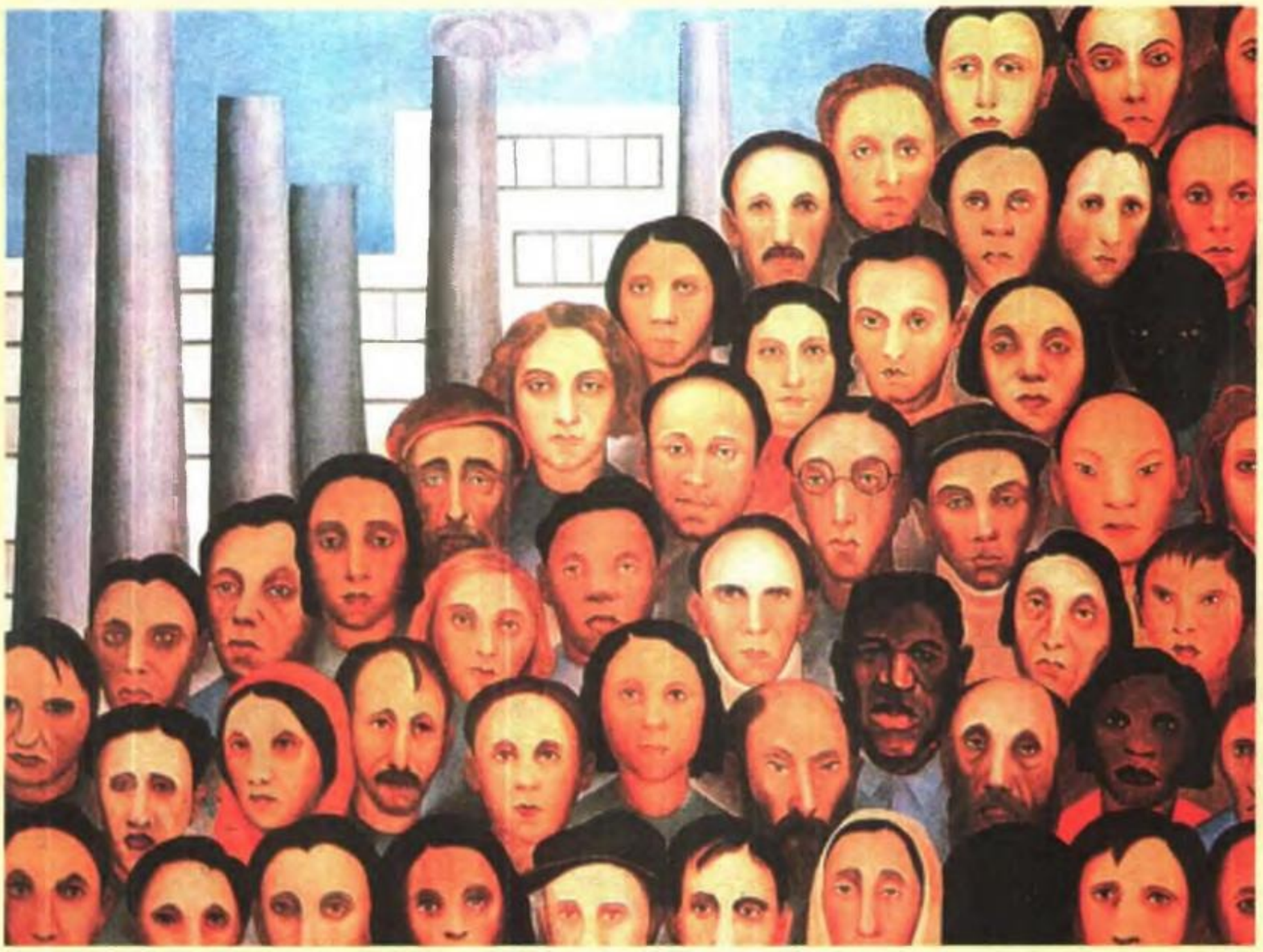
"Nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã —tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disso, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica— o tempo. Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo."

Euclides da Cunha

Euclides da Cunha nasceu em Cantagalo, no Rio de Janeiro, em novembro de 1866. Em março de 1886, incapaz de continuar pagando a Escola Politécnica, entrou na Escola Militar da Praia Vermelha, que era gratuita. Tornou-se aluno de Benjamin Constant e, como tantos de seus pupilos, virou positivista. No dia 4 de novembro de 1888, quando o ministro da Guerra, Tomás Coelho, visitava a escola, Euclides, abolicionista e republicano radical, saiu da formação e jogou o sabre no chão. Foi preso e expulso da escola, mas ficou tão famoso que foi contratado para escrever para o jornal "O Estado de S. Paulo".

Com a república, seria lembrado como o intrépido "estudante da baioneta" e, por ordem do próprio Deodoro, voltou à escola, onde se formou em engenharia militar, matemática e ciências físicas e naturais. Em agosto de 1896, Euclides já era capitão quando uma nova punição —provocada pelo radicalismo de seus artigos em "O Estado"— o levou a desistir da carreira militar e a se reformar. Após um ano exato, Júlio Mesquita, diretor do jornal, decidiu enviá-lo como repórter para o "front", em Canudos. No dia 14 de agosto, com a tropa do marechal Carlos Bittencourt, Euclides partiu para Salvador. Chegou a Canudos a 16 de setembro —seis dias antes da morte de Conselheiro. No dia 5 de outubro, tombaram os últimos defensores do arraial. "Eram quatro apenas", escreveu Euclides. "Um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam 5.000 soldados."

Os ideais românticos de Euclides morriam junto com os quatro derradeiros sertanejos de Canudos. De volta a São Paulo, decidiu escrever seu "livro vingador". Ele o fez à margem do rio Pardo (SP), onde passou três anos supervisionando a construção de uma ponte. Lá, numa cabana de teto de zinco, à sombra de uma paineira, nasceria um dos mais extraordinários livros da literatura brasileira: um texto primoroso capaz de decifrar os mistérios e os horrores do país— que, passado mais de um século, o Brasil segue ignorando.



O Brasil dos Imigrantes

Este é um país forjado por exilados. Foram "povos transplantados" —para usar a expressão de Darcy Ribeiro— aqueles que construíram a nação. Depois de longos anos de abandono, só em 1532, com a criação das capitanias hereditárias, Portugal começou a fincar as raízes da primeira civilização européia a se estabelecer nos trópicos —região que os europeus imaginavam, e até descreviam, ora como paraíso ora como inferno. Massacrados os índios, miscigenados os portugueses, procriados os mamelucos e cafuzos, a nação seria erguida pelo braço escravo: 4,5 milhões de negros foram trazidos da África para o Brasil ao longo de três séculos. Com o fim da escravatura —ou, antes, a partir da efervescência da campanha abolicionista—, o país daria início à "importação em massa" de imigrantes europeus.

De 1886 a 1914, quase 3 milhões de estrangeiros vieram para o Brasil na tentativa de "fazer a América" —foram, mais exatamente, 2,74 milhões os imigrantes que chegaram ao país em 28 anos. Eles fizeram do Brasil uma das três nações do mundo que mais se abriram para o fluxo migratório —Estados Unidos e Canadá são as outras duas. As causas dessa vertiginosa transmigração de povos são várias e suas consequências, complexas e duradouras. Embora seja, em seu fundamento, uma nação luso-africana, o Brasil se tornaria também, especialmente no Sul, um país altamente europeizado.

Japoneses e árabes viriam a seguir, dando sua contribuição. O caldeirão de raças forjou uma nova nação. Não foi um processo tranquilo. Pelo contrário: os conflitos inerentes da adaptação desses povos ao "novo mundo dos trópicos" acabaram por constituir a própria alma contraditória da nação. "A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, senão adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. (...) O certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem", escreveu Sérgio Buarque de Holanda na abertura do seu clássico "Raízes do Brasil".

"Na América onde chegamos
Não encontramos nem palha nem feno
Dormíamos no chão, ao sereno
Como as bestas irracionais
E com o engenho dos nossos italianos
E o esforço de nossos paisanos / Com o passar dos anos
Construímos países e arraiais"
Canção popular dos imigrantes italianos

Depois de portugueses e africanos, foram italianos os que chegaram em maior número ao Brasil: 1,6 milhão em mais de cem anos (921 mil apenas entre 1886 e 1900). O segundo grande contingente de imigrantes veio da Espanha: 694 mil em um século. Os alemães vêm a seguir, com 250 mil. Os japoneses ocupam o quarto lugar, com 229 mil imigrantes. Se não puderam mudar o clima, esses povos mudaram os hábitos, a língua, as formas de pensar, de agir e se alimentar; mudaram a própria imagem que o país fazia de si mesmo. E, sim, mudaram a paisagem: no Sul, o "imperialismo ecológico" dos "povos transplantados" fez brotar um Brasil europeizado, com outras árvores, outros animais, outras raízes. E outras gentes: se na planície litorânea os tupis foram mortos para dar lugar aos lusitanos, nas serrarias do Sul os caingangues seriam exterminados para "liberar" a terra para os teuto-italianos. No caldeirão brasileiro, algumas raças são mais iguais que outras.

Braços para o Café

A vertiginosa expansão da lavoura cafeeira pelo vale do rio Paraíba do Sul coincidiu com o início da campanha abolicionista no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por isso, os grandes cafeicultores da região logo se preocuparam com a questão da mão-de-obra. A própria fundação do Partido Republicano Paulista, em 1873, esteve diretamente ligada à questão. O destino dos escravos nunca foi tema relevante para os fazendeiros filiados ao PRP. Em maio de 1885, quando se discutia a Lei dos Sexagenários, o então deputado Prudente de Morais diria: "Em São Paulo a questão principal não é a da liberdade do escravo. A questão séria é a da substituição do trabalho. E desde que o governo cure seriamente de empregar meios que facilitem a aquisição de braços livres, os paulistas estarão satisfeitos e podem abrir mão dos escravos, mesmo sem indenização, porque a verdadeira indenização está na facilidade de obter trabalhadores livres". O discurso era claro: em troca da adesão à campanha abolicionista, o PRP exigia subsídios oficiais para a obtenção de braços livres —um programa governamental de incentivo à imigração.

Tal desejo político não tardou em ser atendido. Entre 1887 e 1888, uma série de acordos e convênios assinados entre o Brasil e alguns países europeus deu início à "grande imigração": em dois anos 150 mil trabalhadores chegaram ao Brasil, quase todos italianos embarcados em Gênova e desembarcados em Santos. Na maioria, eram camponeses pobres vindos da Lombardia e da Calábria. Partiam com toda a família, amontoados como bestas de carga em navios sujos. Chegavam ao porto santista e eram enviados para a Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo.

O local funcionava como antes funcionara, no Rio de Janeiro, o mercado do Valongo: os fazendeiros "examinavam" os imigrantes; e os escolhidos discutiam as condições sob as quais seriam contratados —trato quase nunca respeitado pelo empregador. Quando a mão-de-obra era escassa, os fazendeiros competiam entre si e então os preços subiam; quando havia braços excedentes, os contratos eram firmados em quantias irrisórias. Entre 1881 e 1890, 530 mil imigrantes entraram no Brasil —e os preços acordados foram, portanto, muito vantajosos para os fazendeiros.

Uma vez contratados, os imigrantes seguiam para os cafezais do oeste paulista —um suposto "Eldorado". A decepção era imediata: obrigava-se cada família a cuidar de cerca de 7.000 pés de café (anteriormente, a um escravo eram "confiados" 6.000 pés, em jornadas diárias de 14 horas), mais cinco ou seis carpas por ano (a limpeza da lavoura para eliminar as ervas daninhas). Além disso, alojados em terras distantes, todos os imigrantes tinham de comprar seus víveres na venda do dono da fazenda, a preços extorsivos. Acabavam devendo mais do que recebiam. Certos fazendeiros os chamavam de "escravos brancos" —e eram. Apesar de o trabalho ser assalariado, a mentalidade patriarcal dos donos das terras continuava escravocrata.

De 1891 a 1900 cerca de 1,2 milhão de imigrantes vieram para o Brasil. Não é de surpreender que 40% tenham retornado ao seu país de origem. Itália, Prússia e Espanha chegaram a cancelar seus acordos com o Brasil —especialmente porque aos imigrantes era virtualmente vetada a possibilidade de permanecer nas cidades: as articulações políticas dos fazendeiros os forçavam a ir para as lavouras.

O pioneiro dúbio

O senador português radicado no Brasil Nicolau Vergueiro (1778-1859) foi o primeiro fazendeiro a trazer imigrantes para trabalhar nos cafezais do Brasil —no caso, seus próprios cafezais. Em 1847, Vergueiro "importou" 3.000 colonos alemães da Prússia para as lides na fazenda Ibicaba, em Limeira (SP). Inspirado na colonização dos EUA, Vergueiro estabeleceu o sistema de parceria. Apesar de abolicionista, o senador era autoritário. Em 1856, revoltados com a semi-escravidão, os colonos se rebelaram. Uma comissão do governo lhes deu ganho de causa. Em 1859, a Prússia decidiu proibir a imigração para o Brasil.

Os Italianos

Os primeiros imigrantes italianos que vieram para o Brasil chegaram ao país duas décadas antes do contingente que iria penar nos cafezais do oeste paulista. Apesar de menos cruel, sua saga também seria amarga e áspera. Ao contrário de seus sucessores, porém, esses primeiros "colonos", por uma série de circunstâncias, foram capazes de construir seu "país" nas verdejantes serras do Brasil meridional. Na verdade, a vinda dos imigrantes italianos —e, antes deles, dos alemães (*veja o quadro abaixo*)— revela a outra face da política governamental da introdução de mão-de-obra livre no Brasil, que se dividiu entre a colonização (voltada para o Sul) e a imigração (destinada aos cafezais de São Paulo). Os colonos italianos foram levados para o Sul a fim de ocupar terras devolutas.

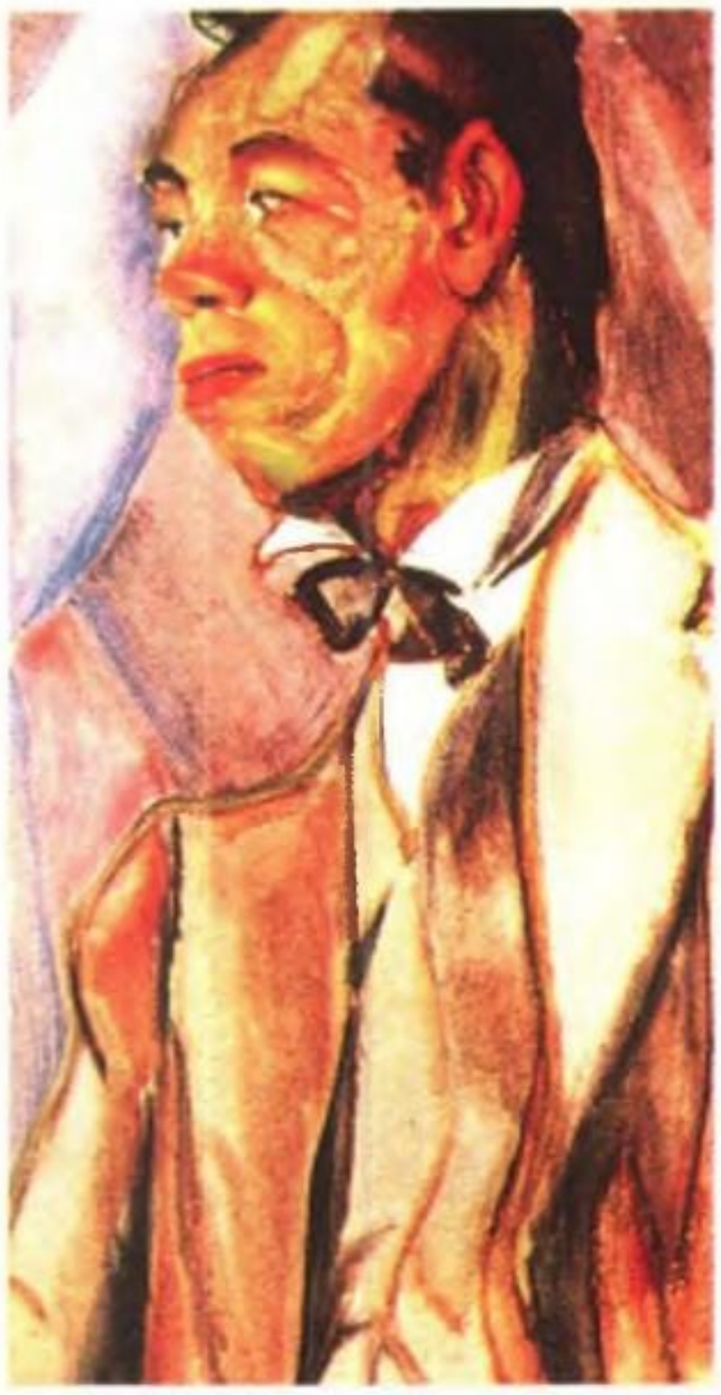
O ciclo da colonização italiana no Rio Grande do Sul se iniciou em 1875. Pequenos agricultores, procedentes em maioria do Tirol e do Vêneto, se estabeleceram em colônias na serra gaúcha, sendo Caxias a mais importante delas. Foi a última fase da colonização do Rio Grande do Sul, ainda uma fronteira em armas e com a agricultura devastada pela Guerra dos Farrapos. Supostamente, os colonos teriam vantagens, como terras, sementes e equipamentos. Mesmo que, na prática, tais benefícios raramente tenham sido concedidos, a verdade é que o império —baseado na crença racista de que os trabalhadores europeus eram superiores— proporcionou aos recém-chegados o que negara a seus súditos. A "nação gaúcha" ficaria reduzida ao pampa, enquanto, na serra, brotava um novo Brasil —refratário e exclusivista.

Se nas longínquas matas gaúchas os italianos só se tornariam de fato brasileiros depois do advento do Estado Novo, em São Paulo os vastos contingentes de imigrantes que se fixaram na cidade logo se mesclariam ao novo país —modificando-lhe os costumes tanto quanto a própria nação modificava os seus. Embora, em plena década de 20, Washington Luís dissesse que "dirigir a corrente imigratória para outro lugar que não a fazenda equivale a destruir a riqueza nacional e atrasar o Brasil", a partir do século 20, cada vez mais italianos preferiam a grande cidade. Enquanto na serra gaúcha os primeiros imigrantes produziam vinho, em São Paulo, alfaiates, padeiros, sapateiros, donos de cantina criavam novos bairros, como o Bexiga, a Mooca e o Brás, mudando para sempre a face da nação.

OS ALEMÃES

Os colonos alemães foram os primeiros imigrantes a chegar ao Brasil, exceto os portugueses, evidentemente. O fluxo migratório se iniciou ainda no Primeiro Reinado, quando José Bonifácio e d. Pedro I°, por razões militares, socioeconômicas e psicossociais —entre as quais o projeto de "branquear" o Sul do Brasil—, promoveram a vinda de colonos alemães e suíços. A primeira (e mais bem-sucedida) colônia alemã foi fundada em São Leopoldo (RS), onde os imigrantes desembarcaram em 1824. A idéia era estabelecê-los longe das áreas onde imperava o latifúndio e incentivá-los a promover novos plantios.

Embora a empresa migratória se revelasse fraudulenta e quase nenhuma das promessas feitas aos imigrantes fosse cumprida, os alemães dedicaram-se à criação de porcos, galinhas, gado leiteiro e ao cultivo de batatas, verduras e frutas até então inexistentes no país, como a maçã. O fracasso das colônias de Santo Amaro (SP), Florianópolis e Nova Friburgo (além da revolta dos colonos trazidos pelo senador Vergueiro em 1847) fez cessar o fluxo de alemães —de 93,5% do total de imigrantes entrados no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1870, eles passaram a 15% entre 1889 e 1914. Ainda assim, fundaram algumas das cidades mais progressistas do Brasil.



As Outras Etnias

Embora alemães, italianos e espanhóis tenham chegado antes e em maior número, vários outros povos e etnias contribuíram para forjar a Babel brasileira. Mujiques russos, mascates turcos, comerciantes judeus, lavradores poloneses, chineses plantadores de chá, americanos rebeldes fugidos da Guerra da Secessão, agricultores japoneses e ambulantes sírio-libaneses não apenas modificaram os costumes, a língua, os hábitos alimentares e as feições do país, como desempenharam um papel fundamental na industrialização e na urbanização do Brasil.

Mesmo que, desde o princípio, a fraude, a ganância, o preconceito, a expoliação e mesmo a matança (não apenas a dos índios no sul do Brasil e no oeste de São Paulo) tenham marcado a saga dos imigrantes no Brasil, a imigração foi uma aventura de dimensões épicas —repleta de vigor, suor, paixão, esperança e dignidade. Uma história grandiosa e comovente que inspirou escritores, cineastas, poetas e pintores brasileiros —como Lasar Segall, judeu russo radicado no Brasil a partir de 1932, autor do quadro "Navio de Emigrantes" (*acima, à esquerda*). Ao ver a pintura, o escritor Stefan Zweig considerou-a "uma síntese visionária da miséria contemporânea", e o poeta Paulo Medeiros e Albuquerque, ao contemplá-lo, escreveu: "Emigrantes, emigrantes / gente que veio de longe, / que não sabe para onde vai / gente triste, gente estranha / estampada a dor na face, tristeza no coração / Eles não estão vendo o tombadilho / nem os mastros, nem mesmo o mar / Eles estão com os olhos voltados para longe, / para suas terras perdidas".

De todos os desacertos que marcaram a chegada dos imigrantes ao Brasil, os mais graves atingiram os orientais. Os japoneses começaram a chegar ao Brasil em 1908, a bordo do navio Kasato Maru, que atracou em Santos. Eram considerados "mais fracos do que fortes" e "capazes de produzir apenas dois terços do trabalho feito por um imigrante branco —sendo seus salários pagos nessa proporção". Entre 1908 e 1914 chegaram 15 mil japoneses, levados para as fazendas de café do leste de São Paulo. Lá, além de trabalho árduo, tinham charque em vez de arroz, café em vez de chá, prato no lugar de tigela, calça e não quimono, garfo substituindo o "ohashi". A triste saga japonesa foi retratada no filme "Gaijin", de Tizuca Yamazaki. Na década de 50, já eram 250 mil os japoneses vivendo no Brasil —quase todos em São Paulo, onde Anita Malfatti pintou, em 1917, a tela "O Japonês" (*acima, à direita*). Embora tenham criado seu próprio bairro, a Liberdade, em São Paulo, a grande contribuição dos japoneses estava na agricultura. O caso dos chineses talvez tenha sido muito grave: trazidos ao Brasil em 1812 por d. João 6° para plantar chá, alguns deles teriam sido soltos nas matas do Rio de Janeiro para ser perseguidos, por "esporte", por caçadores de homens —entre os quais o príncipe d. Miguel. O episódio nunca foi esclarecido.

OS RETIRANTES

A grande seca que assolou o Nordeste de 1877 a 1879 —provocando 220 mil mortes— forçou o êxodo de milhares de sertanejos. Com a produção de açúcar em decadência, muitos se dirigiram para os cafezais de São Paulo. A chegada de imensos contingentes de imigrantes italianos e espanhóis agravaria ainda mais a situação dos nordestinos, já que os fazendeiros preferiam os europeus. Seu fluxo migratório, então, mudou de direção, conduzindo-os para a Amazônia, onde se tornaram seringueiros. Foram os retirantes nordestinos que invadiram o território boliviano que viria a ser o Acre.

O Barão dos Limites

Não chega a ser exatamente uma surpresa o fato de que, em 1891 —ano que registrou o maior número de imigrantes chegados ao Brasil (215 mil)—, o superintendente do Serviço de Imigração na Europa, com sede em Paris, fosse o cônsul José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco. Desde os tempos em que seu pai fora o principal responsável pela assinatura da Lei do Ventre Livre, em 1871, Rio Branco era favorável ao incentivo da imigração para substituir a mão-de-obra escrava. Surpreendente era o fato de um político tão leal ao império continuar na ativa. Como Rio Branco escapara do expurgo?

Jornalista, geógrafo e historiador, Rio Branco, nascido no Rio de Janeiro em 1845, estudara na Escola Militar. Lá conheceu o então tenente Floriano Peixoto, com quem praticava esgrima. O destino levou os amigos a trilhar caminhos distintos: enquanto Floriano foi lutar no Paraguai, Rio Branco se formava em direito em Recife, fundando, ao retornar ao Rio de Janeiro, em 1868, o jornal abolicionista "A Nação". A seguir, apesar da fama de boêmio, mulherengo e inimigo da rotina, o garoto (então com 24 anos), conhecido pelo apelido de Juca, foi eleito deputado de Mato Grosso.

Em 1875, quando quis seguir a carreira diplomática, candidatando-se ao posto de cônsul do Brasil em Liverpool, seu nome foi vetado pelo rígido d. Pedro 2° —incomodado com o fato de Juca ter um caso com a atriz belga Marie Stevens, que ele conhecera no teatro Alcazar em 1872. A oposição do imperador quase causou uma crise no ministério. O poderoso primeiro-ministro João Maurício Wanderley Cotejipe ameaçou se demitir caso Juca não fosse nomeado. Em 1876, Rio Branco foi feito cônsul. E ficaria 26 anos fora do país.

Quando foi proclamada a república, Juca já se tornara o barão de Rio Branco (a honraria lhe fora concedida pela princesa Isabel em maio de 1888). Pensou em abandonar a carreira diplomática por fidelidade ao imperador. Ao saber disso, d. Pedro 2°, que dificultara o início da carreira dele, comentou: "Diga ao Rio Branco que ele é um bom servidor do país (...) que continue a trabalhar pelo Brasil. Eu passo e o Brasil fica". E Rio Branco ficou.

Em 1890, o marechal Deodoro o nomeou superintendente do Serviço de Imigração, que a nova Constituição prometia incentivar. No cargo, como de hábito, o então ex-Juca foi eficientíssimo. Mas o auge de sua carreira estava por vir.

Em novembro de 1891, seu antigo colega de esgrima chegava ao poder. Foi Floriano Peixoto quem fez Rio Branco decolar rumo à glória, ao nomeá-lo para defender o Brasil na espinhosa questão de limites com a Argentina.

Com a vastidão enciclopédica de seus conhecimentos históricos e geográficos, com a ajuda de sua soberba biblioteca (além da incomparável biblioteca de Rui Barbosa), o barão do Rio Branco, no conjunto de sua obra diplomática, obteve a soberania sobre 250 mil km² para o Brasil. A questão da Argentina foi apenas a primeira das muitas vitórias do homem que viria a ser conhecido como "o guardião das fronteiras do Brasil" (*veja na página seguinte*).

Impondo seus argumentos em vários litígios fronteiriços, Rio Branco conquistou para o país um território quase do tamanho da França. Em 1902, quando eclodiu a questão do Acre (*leia na página 183*), o barão foi nomeado ministro das Relações Exteriores, permanecendo no cargo por mais uma década e passando pelo governo de quatro presidentes —Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

A Expansão do Brasil

O barão do Rio Branco conquistou, sozinho e sem disparar um tiro, 500 mil km² para o Brasil —área equivalente a 12 vezes o território da Suíça. O barão venceu todas as "questões de limites" nas quais seus serviços foram requisitados. A seguir, a lista das disputas diplomáticas vencidas por Rio Branco:

1) Questão das Missões: A soberania brasileira na zona de Palmas, no oeste do Paraná e Santa Catarina, (região que fora conquistada pelos bandeirantes, no século 16), seria contestada pela Argentina em 1878. O presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, seria mais tarde escolhido para arbitrar a questão. A minuciosa e erudita documentação apresentada pelo barão do Rio Branco convenceu Cleveland a dar ganho de causa ao Brasil, que recebeu o direito de posse da região em 1895.

2) Questão do Amapá: O confronto entre Brasil e França pela posse do Amapá iniciou-se em 1895 e terminou em 1900. Outra vez, a tese brilhante de Rio Branco convenceu o presidente da Suíça, Walter Hauser, árbitro do litígio, a dar a vitória ao Brasil. Rio Branco baseou-se no Tratado de Utrecht.

3) Questão do Acre: De longe a mais complexa questão de limites nas quais o barão se envolveu, e a única a deflagrar um confronto armado (*leia na página ao lado*).

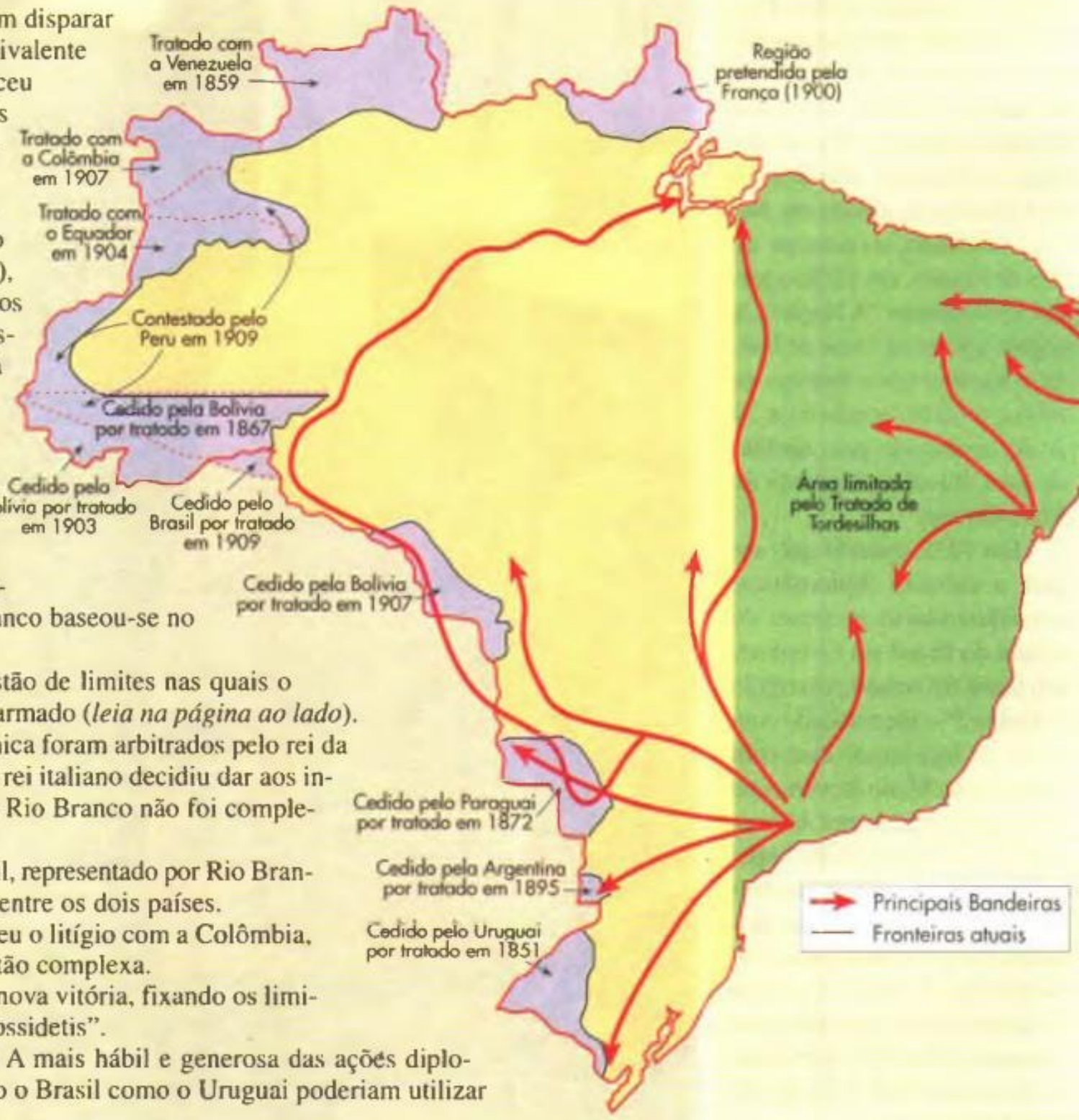
4) Questão do Pirará: Os limites com a Guiana Britânica foram arbitrados pelo rei da Itália, Vítor Emanuel 3º, em 1904. Nesse caso, como o rei italiano decidiu dar aos ingleses uma saída fluvial para o Amazonas, a vitória de Rio Branco não foi completa. Mas o barão conquistou metade da área litigiosa.

5) Limites com a Guiana Holandesa: Em 1906, o Brasil, representado por Rio Branco, e a Holanda resolveram, pacificamente, os limites entre os dois países.

6) Limites com a Colômbia: Em 1907, o barão resolveu o litígio com a Colômbia, pendente desde 1777, obtendo vitória total numa questão complexa.

7) Limites com o Peru: Em 1909, Rio Branco obteve nova vitória, fixando os limites entre Brasil e Peru, baseado no princípio do "uti possidetis".

8) Condomínio da lagoa Mirim e do rio Jaguarão: A mais hábil e generosa das ações diplomáticas de Rio Branco estabeleceu, em 1909, que tanto o Brasil como o Uruguai poderiam utilizar as águas fluviais limítrofes entre os dois países.



A Conquista do Acre

Ao trocar o pampa pela floresta amazônica, o caudilho gaúcho José Plácido de Castro (1873-1908) acabou se tornando, involuntariamente, o braço armado da eficiente política diplomática do barão do Rio Branco. Chefiando o bando de seringueiros que invadiu o território boliviano em 1902, Castro criou uma situação de fato que, após vários conflitos armados, o barão resolveu de direito. Tudo começou com o boom da borracha e com a seca que assolou o Ceará entre 1877 e 1879. Cerca de 30 mil retirantes migraram para a Amazônia. Logo, já ocupavam os então desconhecidos vales dos rios Juruá e Purus, em pleno território boliviano. Era uma área de difícil demarcação e muita riqueza vegetal. Em 1900, insuflada pelos Estados Unidos, a Bolívia exigiu que os brasileiros saíssem do local. Em troca de um abatimento de 50% nos impostos sobre a exportação de sua borracha, a Bolívia cederia o Acre para a multinacional Anglo-Bolivian Syndicate. O gaúcho Rodrigo Carvalho, fiscal da fronteira, conclamou seu conterrâneo Plácido de Castro para liderar a revolta dos seringueiros.

Conhecedor das táticas de guerrilha, maragato veterano da Revolução Federalista de 1893, Plácido de Castro (*à direita*), à frente de 2.000 sertanejos armados de fuzis, tomou Xapuri. Em 7 de agosto de 1902 proclamou a independência do Acre. Vários outros combates sangrentos se seguiram, todos com a vitória do bando de Plácido. O presidente boliviano ameaçou ir ao palco das operações e deflagrar guerra total. Começaram, então, negociações diplomáticas, com Rio Branco à frente da delegação brasileira. Por fim, em novembro de 1903, foi assinado o Tratado de Petrópolis (*foto na página anterior*), segundo o qual a "parte meridional do Acre", reconhecidamente boliviana, mas desbravada e povoada por brasileiros, passava à posse do Brasil em troca de 2 milhões de libras e a promessa da construção da estrada de ferro Madeira–Mamoré (jamais concluída). Foi uma vitória do barão dos limites.

Depois de escrever "Os Sertões", ao longo de três anos, numa cabana de zinco ao lado da ponte sobre o rio Pardo (SP), cuja construção supervisionava, Euclides da Cunha (*à esquerda*) se consagrou como um dos maiores escritores de todos os tempos (*leia na página 176*). Apesar de eleito para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Euclides, que se demitira do cargo de engenheiro, teve de se sustentar apenas com os artigos que escrevia para o jornal "O Estado de S. Paulo". A maior parte dos textos analisava a questão de limites entre o Brasil e o Peru e o abandono da Amazônia —cuja ocupação imediata Euclides defendia entusiasticamente.

Tais reportagens levaram Euclides a conhecer o barão do Rio Branco. E Rio Branco o nomeou chefe da missão exploratória que partiu para o Alto Purus, em abril de 1905, para traçar as fronteiras entre o Brasil e o Peru. Ao longo de seis meses, Euclides viveu todos os dramas da selva: naufrágios, doenças, motins, falta de víveres. Cumpriu a missão que Rio Branco lhe designara e retornou à civilização em 1906. Pretendia escrever um novo épico, "O Paraíso Perdido", mas o livro se resumiria a uma série de artigos esparsos. Neuroses e problemas pessoais arruinaram a vida de Euclides. Em agosto de 1909, o escritor acabaria sendo morto pelo amante de sua mulher.

Sob a Sombra de Rio Branco

Os feitos do barão do Rio Branco são tanto mais importantes e surpreendentes quando se sabe que foram obtidos durante um período em que a jovem república brasileira não se firmara por completo e vivia, domesticamente, sob o reino da turbulência e da instabilidade. "Enfraquecido pelas dissensões internas e pela frustração, o país estava ameaçado de todos os dissabores nos seus interesses estrangeiros", escreveu o historiador Pedro Calmon. Mas, vivendo na Europa havia mais de 20 anos, quando começou a chefiar a diplomacia brasileira Rio Branco estava "distante dos conflitos nacionais" e, segundo Calmon, esse foi um dos principais motivos de seu sucesso e sua unanimidade.

O desempenho reluzente do barão marcaria por anos a fio a política externa brasileira, projetando internacionalmente o nome do país. Rio Branco não apenas ajustou a obra diplomática empreendida pelo império às exigências econômicas e políticas da república, como foi o principal responsável pela tradição pacifista e conciliatória do Itamarati. Por mais de uma década, o Brasil teria uma política exterior muito mais evoluída do que a política interna.

O barão do Rio Branco se tornou uma figura de tal forma alegórica na história do Brasil que alguns episódios de sua vida foram transformados em quadros grandiloquentes, repletos de simbolismo. No grande óleo de Pedro Américo "Pax et Concordia", que ornamenta o Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, Rio Branco é uma das figuras que representa a paz. Ainda mais revelador é o quadro "Barão do Rio Branco no Leito de Morte", de pintor anônimo, exposto no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Nele, o barão, já morto, é velado pela figura mitológica da república, resplandescente como um anjo. Em um país que não costuma cultuar seus heróis, Rio Branco foi quase esquecido. Mas seu legado permanece.

Como toda a unanimidade é burra, Rio Branco —ou, pelo menos, seu legado— sofre contestações. Embora apaixonado pelas mulheres, o barão seria responsável pelo fato de que, por anos, a carreira diplomática no Brasil estivesse vetada a elas. O Itamarati já foi acusado de ter sido reduto machista. O exclusivismo não seria unicamente contra as mulheres: na prática, as portas do Itamarati permanecem fechadas aos negros. Nos mais de 170 anos de existência da instituição, jamais um negro foi seu ministro. E apenas um se tornou embaixador no exterior —durante o governo Jânio Quadros, e sem ter vindo dos quadros do Itamarati.

Mas teriam essas determinações de fato nascido do legado de Rio Branco? Seja qual for a resposta, ao final de sua vida o próprio barão se envolveria em duas polêmicas. Convidado a concorrer à Presidência, em 1909, o barão recusou a proposta. Mas não pôde esquivar-se de decidir entre o civil Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca. Rio Branco deu as costas ao "civilismo" de Rui. A seguir, foi favorável à punição aos marinheiros na Revolta da Chibata. Ainda assim, seria enterrado como herói. Mais de 300 mil pessoas o homenagearam.

O Reinado do Café-com-Leite

O sinal mais evidente de que o Brasil estava de fato entrando no século 20 foi a construção, no Rio de Janeiro, da esplêndida avenida Central. O amplo bulevar de dois quilômetros de comprimento e 33 metros de largura, com calçadas de sete metros ladeadas por prédios suntuosos, rasgou o coração da capital federal, marcando sua transformação de cidade malsã em cidade maravilhosa. O termo "rasgou" deve ser tomado literalmente: agindo com poderes que os jornais definiam como "ditatoriais", a equipe contratada pelo presidente Rodrigues Alves (eleito em março de 1902 e o terceiro paulista a ocupar sucessivamente o cargo), derrubou 614 imóveis em menos de um ano. A obra foi terminada no tempo recorde de 18 meses.

Como as outras ações saneadoras e urbanizadoras do governo Rodrigues Alves —entre as quais a remodelação do porto, a construção da avenida Beira-Mar e o combate à febre amarela, à varíola e à peste bubônica—, essa empreitada foi altamente polêmica e gerou uma série de protestos. Mas, quando a avenida foi inaugurada, em 15 de novembro de 1905, o povo do Rio de Janeiro —e, por extensão, o do resto do Brasil— percebeu que uma nova era se iniciara. O bulevar possuía imenso significado metafórico: era uma vitrine da civilização; era o símbolo quase miraculoso da eficiência, saúde e beleza do país; era a materialização da pujança trazida pelo café. Era o fim da letargia tropical. Mais do que uma rua, era uma proclamação.

Embora refinada e fascinante, a nova avenida recendia a nostalgia parisiense. Em suas fachadas típicas do estilo batizado de "ecletismo francês", em sua volúpia de vidro e ferro fundido, mais lembrava a via principal de uma metrópole européia deslocada no espaço e no tempo. Mas seus cafés e lojas finas, os almofadinhas que flanavam por suas calçadas e os automóveis que logo começariam a circular por seu leito concederam ao país uma ilusão de progresso, riqueza e modernidade. Ao caos urbano seguiu-se o fausto burguês e o fetichismo consumista. E Rodrigues Alves —ex-monarquista e republicano de última hora— passaria à história como o mais eficiente presidente da República Velha. Era o homem que "civilizara" o país.

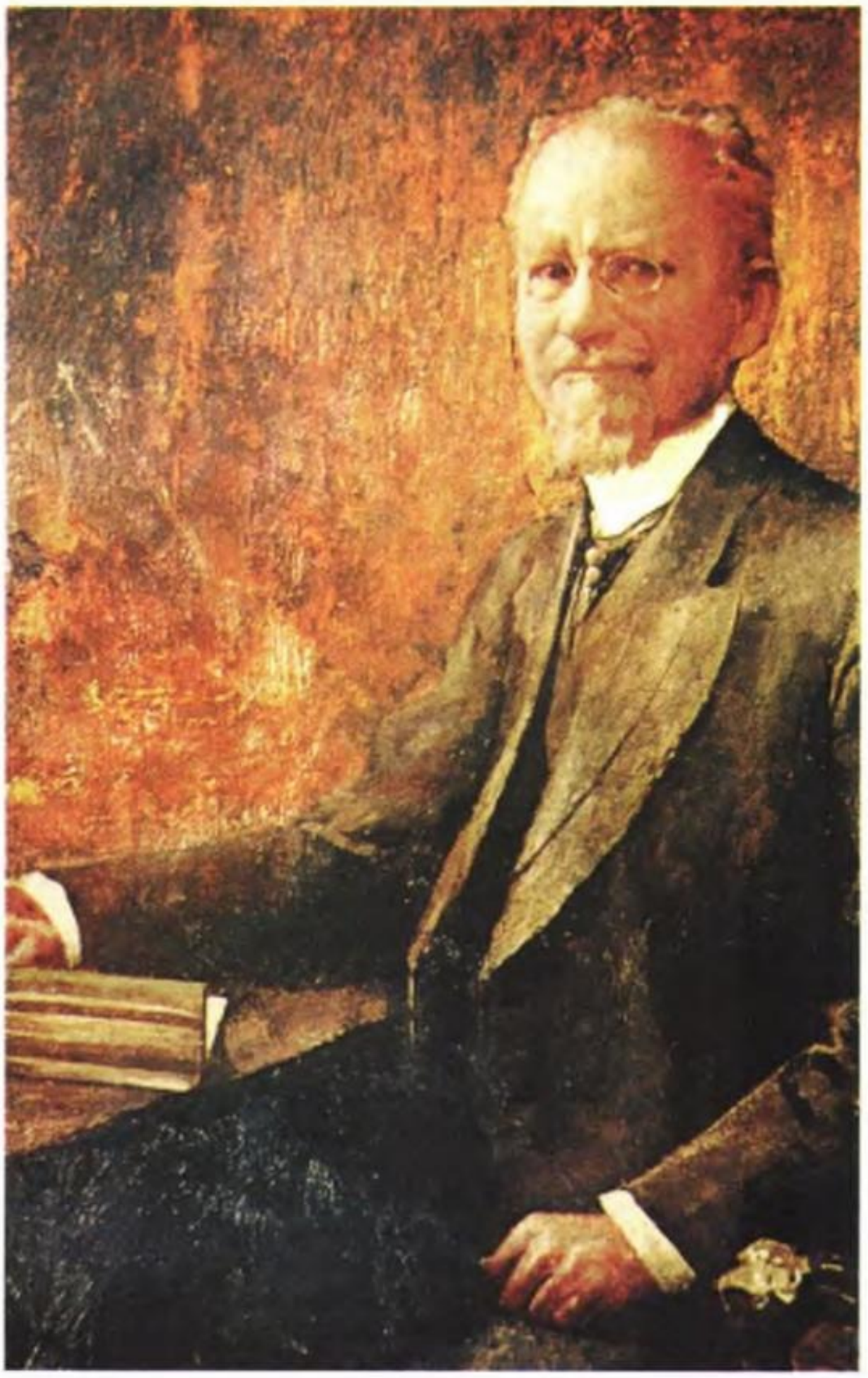
O CRONISTA VISUAL

A reurbanização do Rio teve um documentarista à altura da audácia do projeto. O fotógrafo Marc Ferrez (1843-1923) era um gênio em sua arte. Filho de Zéphyrin Ferrez, que veio para o Brasil com a missão francesa, Marc já documentara muitos aspectos do Brasil quando foi contratado pela equipe do engenheiro Pereira Passos para registrar a construção da grande avenida. As fotos de Ferrez são quase tudo que resta do bulevar que foi o mais lindo do Brasil.

O Governo de Rodrigues Alves

Conselheiro nos tempos do império, abolicionista, jornalista e chefe de redação do jornal "16 de Junho" (do Clube Conservador), juiz de direito, deputado de 1872 a 1879, deputado constituinte, ministro da Fazenda de Floriano e de Prudente de Morais, rico cafeicultor, liberal na economia e conservador na política, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919) fora sempre o primeiro em tudo na vida. Tinha "caráter sisudo, inteligência cultivada e idéias sãs", segundo seus aliados. Em 1900, assumiu a presidência de São Paulo e reurbanizou toda a cidade, trocando lampiões de gás por luz elétrica, fazendo rede de esgotos e abrindo avenidas. Em 1902 foi eleito presidente, com o apoio de São Paulo e de Minas Gerais.

Uma vez no poder, revelou-se mais conservador do que republicano, dirigindo o país com pulso forte e colocando-se acima dos partidos. Para surpresa de seus aliados, Rodrigues Alves agia como um monarquista antioligárquico, ignorando tanto as oligarquias de oposição (do Rio, Rio Grande do Sul e do Norte) quanto as situacionistas (de São Paulo e Minas), que o tinham levado ao poder. Seu governo foi marcado pela fantástica reurbanização do Rio —uma de suas promessas de campanha— e por sua posição radical na eclosão da Revolta da Vacina, em 1904, quando enfrentou os militares rebeldes da Escola da Praia Vermelha e os venceu. O Conselheiro era durão.



Embora cafeicultor e levado ao poder por cafeicultores como ele, Rodrigues Alves se opôs às artimanhas do Convênio de Taubaté —plano dos paulistas para fazer subir os preços internacionais do café (*leia na página 190*). A "traição" tinha explicação: o presidente, além de apologista do liberalismo econômico —portanto, contra a intervenção do Estado na economia, o protecionismo e a quebra do padrão monetário—, precisava ser fiel ao Banco Rothschild, principal credor do Brasil e sustentáculo da política de contenção de emissões, equilíbrio orçamentário e valorização da moeda posta em prática por Rodrigues Alves.

Assim, o Conselheiro acabou fazendo um governo criticado "por cima" (pelas elites oligárquicas) e "por baixo" (pelo povo, empobrecido depois da carestia no governo Campos Sales e ainda expulso do centro do Rio pela especulação imobiliária e o aumento dos aluguéis). Mas Alves se manteve firme até o fim —encarando a Revolta da Vacina (*leia na página 188*) e ainda tentando fazer de Bernardino de Campos seu sucessor. Porém, ele foi derrotado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado, que conseguiu indicar Afonso Pena. Findo o mandato, seus ministros publicaram uma nota nos jornais: "A História dirá, apreciando os atos e acontecimentos desse período de governo, se o honrado sr. dr. Rodrigues Alves poderia ter cumprido melhor o seu dever".

Ao assumir o governo, em novembro de 1902, Rodrigues Alves declarou ao Congresso e à nação que seu objetivo era "atrair mais imigrantes, remodelar o porto do Rio de Janeiro e reurbanizar a cidade". Para tocar esse projeto —e de forma muito mais ousada do que se poderia supor—, o presidente montou uma equipe altamente capacitada e profissional. O time, liderado pelo general catarinense Lauro Müller, ministro de Viação e Obras Públicas, tinha como maior estrela o prefeito Francisco Pereira Passos, de quase 70 anos. Pereira Passos (1836-1913), filho de um barão cafeicultor, preferiu ser engenheiro em vez de cursar a faculdade de direito.

Formado pela Escola Militar, Pereira Passos (*à esquerda, posando para seu busto*) foi para Paris em 1857 e presenciou a grande reurbanização feita por Georges Haussmann. De volta ao Brasil em 1860, tornou-se engenheiro ferroviário e construiu as principais estradas de ferro do país, algumas em associação com o barão de Mauá.

Como prefeito do Rio de Janeiro, de 1903 a 1906, virou a cidade de cabeça para baixo. Teve a ajuda de Paulo de Frontin, responsável pela mais notável das reformas —a abertura da avenida Central—, e de Francisco Bicalho, encarregado da modernização do porto (que ganhou 52 novos armazéns). Além de responsável pelo planejamento global das mudanças, Passos construiu a avenida Beira-Mar, fez ruas e calçadas, pavimentou estradas, abriu o túnel do Leme, iniciou a avenida Atlântica, uniu a cidade aos subúrbios do Flamengo e de Botafogo, embelezou as praças e proibiu a circulação de vacas, porcos e cães vadios pela cidade, a exposição de carne na porta dos açougues, o ato de cuspir no assoalho dos bondes, o descuido com as fachadas e vários outros costumes "bárbaros e incultos", como o "desfile de blocos de Carnaval sem autorização". Foi apelidado de "prefeito bota-abaixo". Seus métodos rígidos e sua "picareta do progresso" foram instrumentos utilizados para "civilizar" —e "afrancesar"— o Rio de Janeiro.

O Rio Civiliza-se

No alvorecer do século 20, o Rio de Janeiro continuava uma cidade de ruas sujas e estreitas, vielas tortuosas e epidemias mortíferas —conservava "o cunho desolador dos velhos tempos do rei e dos vice-reis". Embora fosse tida mundialmente como uma cidade belíssima, era linda apenas vista de um navio. Tanto que muitas linhas de navegação ofereciam "trânsito direto para Buenos Aires, sem passar pelo Brasil e pelos perigosos focos de febre amarela do Rio de Janeiro". Ironicamente, fora através dos navios que as duas doenças mais graves que assolavam a população haviam chegado à cidade. Um cargueiro norte-americano teria trazido a peste bubônica por volta de 1890. Com os navios dos imigrantes chegara a varíola, a partir de 1850. Era justamente para receber mais imigrantes —braços para o café— que o cafeicultor Rodrigues Alves pretendia remodelar a cidade. "A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo", dissera o presidente em seu discurso de posse. Empossado, partiu da teoria para a prática.

Com um empréstimo de 8 milhões de libras tomado na Inglaterra e com uma equipe afinada com seus objetivos, Rodrigues Alves deflagrou a grande revolução urbana, cujo ponto focal era a construção da avenida Central (hoje, avenida Rio Branco). As obras começaram em 29 de fevereiro de 1904. Em nove meses, 614 imóveis foram postos abaixo "sob o hino jubiloso das picaretas regeneradoras". Muita gente perdeu suas propriedades —inclusive o fotógrafo Marc Ferrez, cujo ateliê, na rua São José, foi derrubado. Os aluguéis dispararam e o "povaréu prosaico e mal-indumentado" foi expulso do centro.

"No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. (...) Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas —as picaretas regeneradoras! No seu clamor incessante e rítmico, celebravam a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!"

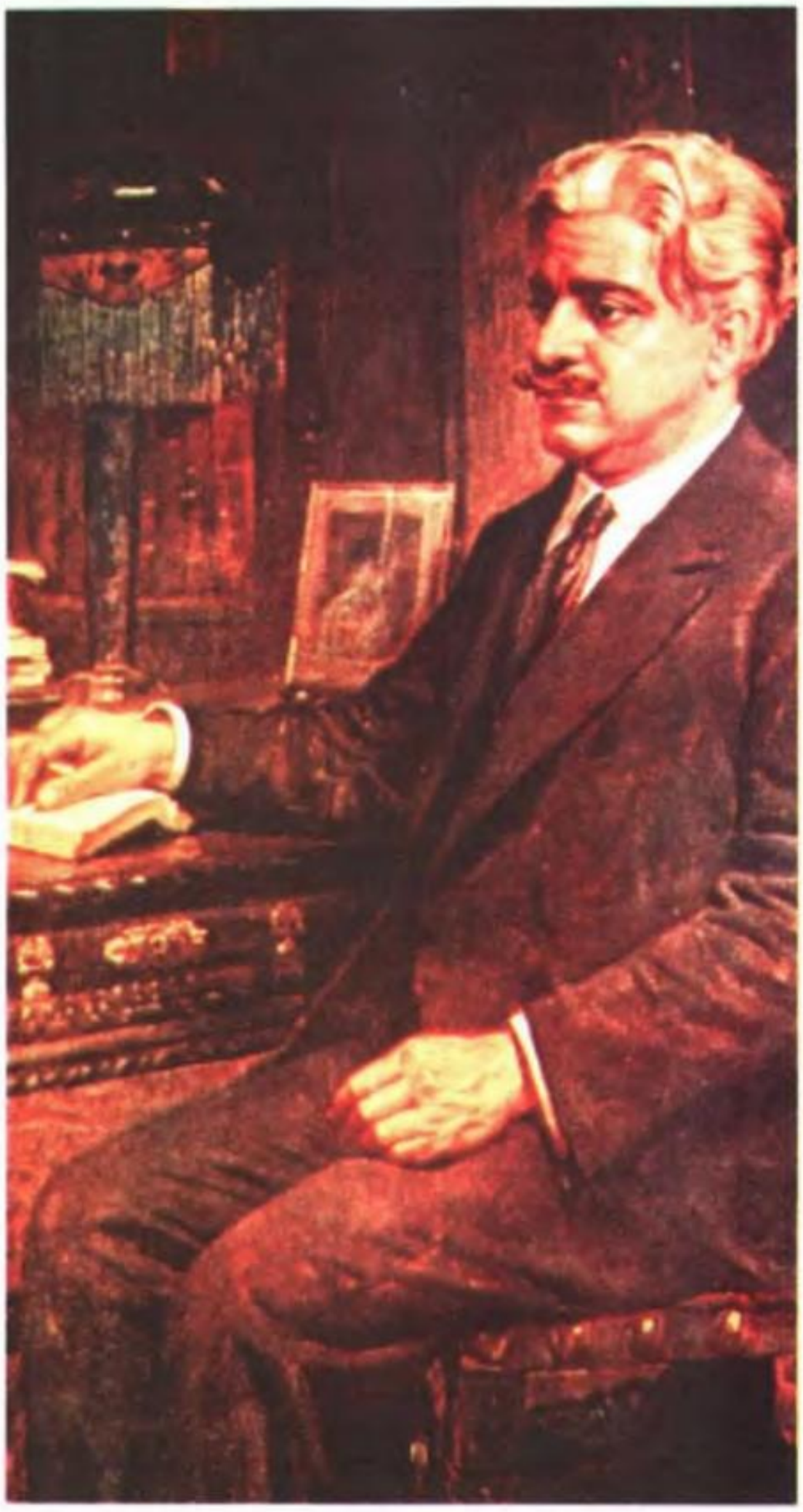
Olavo Bilac

O projeto era de tal forma exclusivista que, para instalar-se na nova avenida, os prédios precisavam ter as fachadas e projetos aprovados por uma comissão, da qual faziam parte Lauro Müller, Frontin, Pereira Passos e sete outros notáveis. Os "cartões-postais" da avenida eram o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, o Palácio Monroe e o prédio do "Jornal do Commercio". Além da avenida Central, foi remodelada a rua do Ouvidor e construída a avenida Beira-Mar (*acima*) —graças à qual os cariocas descobriram quão linda era a orla onde sua cidade se erguia. As ruas mais amplas permitiram também que a população vislumbrasse as montanhas, percebendo que a cidade ficava entre dois monumentos naturais: a serra e o mar. O fascínio com o novo esplendor urbano era tanto que, no Carnaval de 1904, surgiu a marchinha que dizia: "Sem igual no mundo inteiro / Cidade Maravilhosa / Salve o Rio de Janeiro". Um século depois da missão francesa, o Rio de Janeiro "civilizava-se" —e outra vez pelo modelo francês.

Mas nem tudo eram elogios. Enquanto as classes mais altas bebericavam café nas mesinhas na calçada da nova avenida, a insatisfação corroía as classes mais baixas. A política antiinflacionária adotada no governo Campos Sales deixara os pobres mais pobres e os ricos mais ricos. A avenida Central custara mais 4.000 contos —e os trabalhadores, como sempre, pagaram a conta. Seria graças a outro braço da política reurbanizadora do governo Rodrigues Alves —o braço sanitarista, operado pelo jovem cientista Osvaldo Cruz— que uma revolta popular eclodiria em 1904, com o nome inusitado de Revolta da Vacina. Por trás dela, além da insatisfação do povo, escondiam-se as frustrações dos jacobinos positivistas, dispostos a instaurar uma ditadura que restaurasse a "pureza" original dos ideais republicanos.

Osvaldo Cruz e a Revolta da Vacina

Quem é, afinal, esse Osvaldo Cruz?", queria saber Rodrigues Alves. Pai que chorava a morte de um filho pela febre amarela, o presidente estava decidido a sanear o Rio de Janeiro. Por isso, mandou chamar, no Instituto Pasteur, em Paris, o célebre sanitarista Émile Roux. Mas o diretor do instituto preferiu indicar um "brilhante discípulo seu", o jovem Osvaldo Cruz. Com menos de 30 anos, Cruz aceitaria a missão de combater a febre, que assolava a cidade no verão (causando mil mortes por ano); a varíola, que atacava no inverno (4.000 óbitos anuais), e a peste bubônica. "Se eu não exterminar a febre amarela em três anos, pode me fuzilar", diria ele ao presidente. Cruz ganhou "liberdade de ação" e, em 3 de março de 1903, começou a trabalhar, "com métodos ditatoriais". Primeiro, combateu a peste: criou um esquadrão que caçava ratos pela cidade, pagando 300 réis por roedor morto pelo povo. Depois, convencido de que a febre era transmitida por mosquitos, decretou a luta contra o inseto. Criou a "polícia de focos", que interditava mocambos e pulverizava casas e quintais. Batizado de "czar dos mosquitos", o "dr. Cruz" virou o alvo favorito da imprensa caricata. Embora o número de óbitos despencasse, o que era brincadeira virou caso de polícia quando, em 31 de outubro de 1904, por iniciativa de Cruz, o Congresso aprovou a lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola. A "impudente tirania" foi contestada até por Rui Barbosa, que se recusou a ter seu "sangue envenenado por um vírus". O tenente-coronel Lauro Sodré diria que a lei era "um ato de força ao qual se poderia opor a própria força". Em 10 de novembro, ele partiu para a prática. Eclodia a Revolta da Vacina.

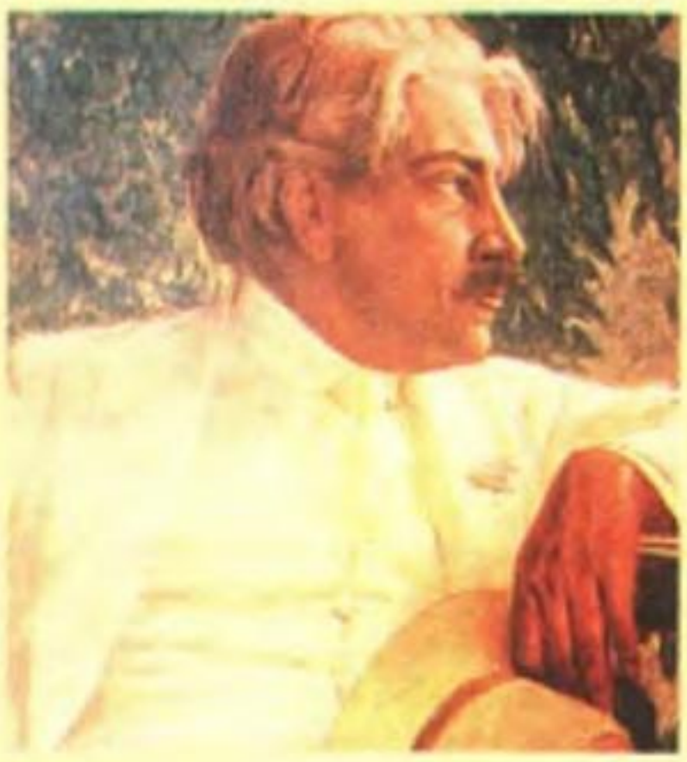


A REVOLTA DA VACINA

O quê: A Revolta da Vacina foi um levante popular que eclodiu no Rio de Janeiro em função da lei que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola. A revolta da população serviu de pretexto para que os militares positivistas da Escola Militar da Praia Vermelha, partidários de Floriano Peixoto e afastados do poder desde a ascensão de Prudente de Morais, tentassem um golpe contra Rodrigues Alves. O movimento "proclamaria ditador" o senador e tenente-coronel Lauro Sodré.

Como começou: Num comício contra a vacina, no dia 10 de novembro, no centro do Rio de Janeiro, um orador foi preso. O povo revoltou-se e tentou soltá-lo. As casas derrubadas pelo prefeito Pereira Passos forneciam muitas pedras para a multidão —empobrecida e predisposta a acatar a pregação antigovernamental dos jacobinos. No dia 14, depois de quatro dias de balbúrdia nas ruas, a Escola Militar sublevou-se contra o governo e tentou dar um golpe.

Como terminou: Na noite do dia 14, o governo iniciou a dura repressão aos rebeldes. Tropas leais a Rodrigues Alves —que, no dia anterior, afirmara que "só morto" sairia do Catete— enfrentaram os militares insurretos. Um general rebelde foi morto e o tenente-coronel Lauro Sodré, ferido. O Congresso aceitou o pedido de Rodrigues Alves e decretou estado de sítio por um mês. A polícia e as tropas leais ao governo invadiram cortiços e favelas, prendendo não apenas quem havia participado do motim, mas os desocupados em geral. Foram todos enfiados, sem perguntas, em porões de navios e enviados para o longínquo Acre. A vacinação foi suspensa, mas a Escola Militar acabou fechada. A ditadura positivista teria de esperar até 1930.



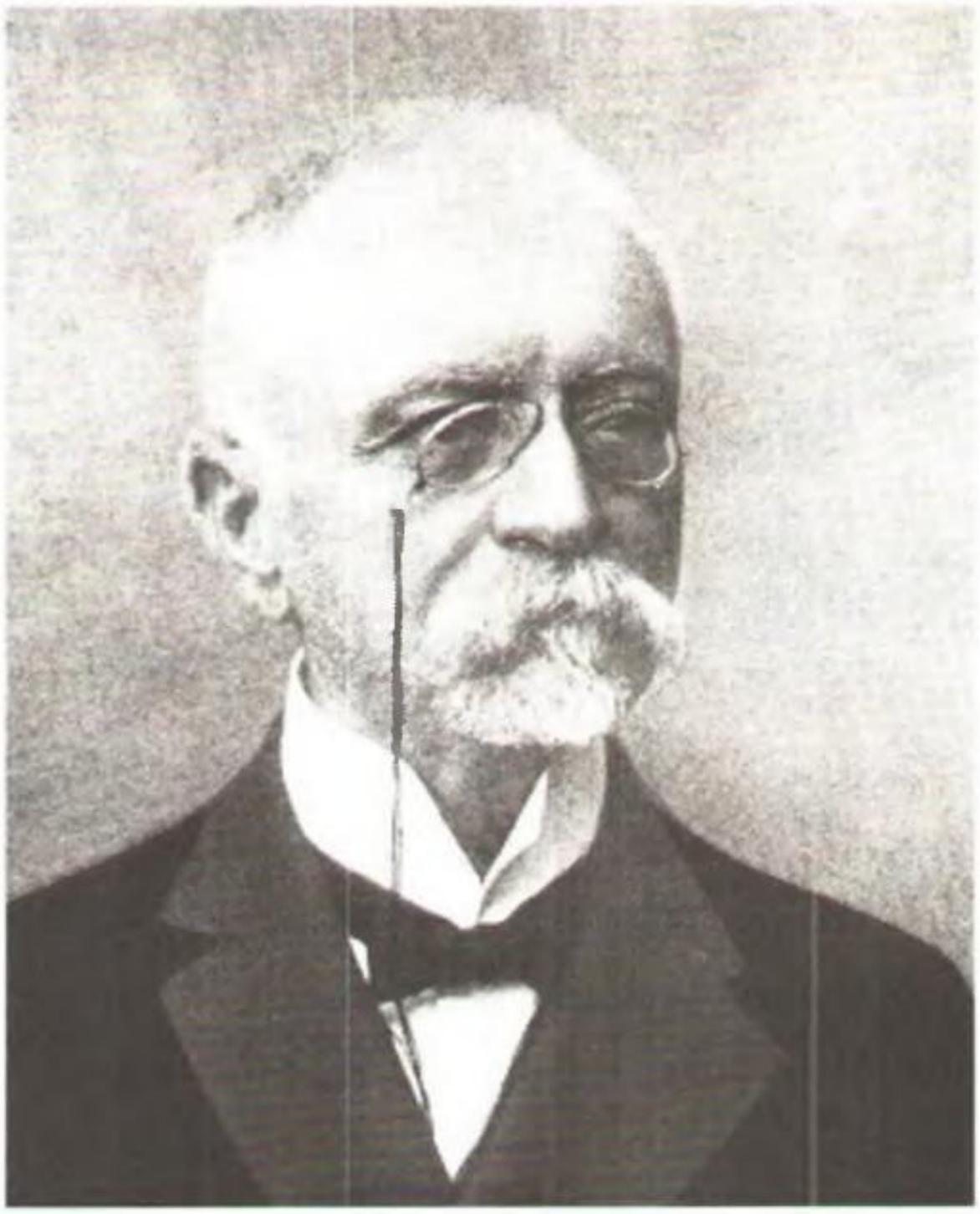
Não foi Osvaldo Cruz quem descobriu que a peste bubônica era provocada pela pulga dos ratos nem que a febre amarela era transmitida por um mosquito. Mas ele sabia que as novas descobertas científicas estavam corretas —especialmente a do médico cubano Carlos Finlay, que identificara, em 1881, o mosquito rajado *Stegomya fasciatta* (hoje *Aedes aegypti*) como transmissor da febre. Osvaldo Cruz (*à esquerda*) era fascinado por um novo ramo da medicina, a microbiologia, e, desde os tempos de estudante, ganhara destaque com a publicação de teses e trabalhos inovadores. Em 1899, de volta ao Brasil depois de estudar no Instituto Pasteur, em Paris, Cruz combateu —e venceu— uma epidemia de peste bubônica no porto de Santos. Em 1902, assumiu a direção-geral do Instituto de Manguinhos (hoje, Osvaldo Cruz, no Rio). Em seguida, começou a remodelação da instituição, por dentro e por fora.

Por fora, construiu um palácio em estilo mourisco. A obra, feita com verbas da Saúde Pública, causou polêmica. Por dentro, selecionou uma equipe de sanitaristas, jovens e brilhantes como ele. Dela faziam parte Adolfo Lutz, bacteriologista especializado em malária, disenteria e febre tifóide; Emílio Ribas, que descobriu, junto com Vital Brasil, um soro antipestoso (estes dois não integravam a equipe, mas eram amigos e colaboradores do dr. Cruz); Carneiro de Mendonça, que viria a ser o chefe da "brigada mata-mosquitos" (apelidado pela imprensa de "mosquiteiro-mor" e "fanático estegomicida"); e, acima de todos, Carlos Chagas, descobridor da moléstia que hoje se chama de doença de Chagas, transmitida pelo inseto "barbeiro" portador do protozoário *Trypanosoma cruzi*. Foram esses homens, trabalhadores incansáveis, que sanearam o Rio de Janeiro, enfrentando, altivos, todas as críticas e chacotas. O Brasil, que passara a ter, com São Paulo, uma cidade fabril, graças à equipe do dr. Cruz, deixaria de ter, no Rio de Janeiro, uma cidade febril.

O Governo de Afonso Pena

Depois de três paulistas terem ocupado sucessivamente a Presidência da República, o mineiro Afonso Pena assumiu o cargo para dar continuidade à política do café-com-leite. Apesar de vir da terra do leite, Pena foi um presidente "cafeeiro". Na verdade, só obteve a vitória contra o candidato paulista Bernardino de Campos porque deixou claro que seria a favor da "política da valorização do café" —estabelecida em 1906 pelo Convênio de Taubaté (*leia na página 190*). Menos ortodoxo em matéria fiscal e financeira do que Rodrigues Alves, Pena bancou um empréstimo de 15 milhões de libras para custear a intervenção do Estado no mercado do café. Incentivou a "internacionalização" do mercado cafeeiro e estabeleceu a política de desvalorização da moeda nacional.

Entre 1906 e 1910, especuladores internacionais retiveram 8,5 milhões de sacas para forçar o aumento do preço do produto. O esquema beneficiou os atravessadores, mas vários produtores ficaram arruinados e a dívida externa brasileira aumentou muito. O café não era a única preocupação de Afonso Pena: ele promoveu a criação de parques industriais (embora não fosse industrial), incentivou a construção de linhas férreas, modernizou os portos de Recife, Vitória e Rio Grande do Sul. Promoveu a conquista do Oeste, a cargo de Rondon, e organizou a Exposição Nacional de 1908, para mostrar que o Rio se civilizara.



Como seu predecessor Rodrigues Alves, Afonso Pena (1847-1909) também fora conselheiro do império. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado de Minas Gerais de 1874 a 1889. Três vezes ministro de d. Pedro 2º —da Guerra (1882), da Agricultura (1883) e da Justiça (1885)—, ajudou a organizar o Código Civil Brasileiro. Depois da República, foi presidente de Minas Gerais e incentivou a construção da nova capital, Belo Horizonte. Eleito em 1906, fez longa viagem pelo Brasil, inaugurando o costume das viagens presidenciais.

"Política faço eu", declarou Afonso Pena pouco depois de assumir o cargo. A frase era uma resposta ao apelido que seu ministério —formado por jovens com pouca experiência em cargos públicos— recebera da imprensa: "Jardim da Infância". O objetivo de Pena era desvincular o governo das pressões articuladas pelas oligarquias estaduais e fortalecer o poder central. A exceção no ministério de Pena era o ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, de 51 anos, modernizador do Exército. Seria justamente ele que desestabilizaria o processo sucessório.

Para sua sucessão na Presidência, Pena queria indicar o presidente de Minas Gerais, João Pinheiro, que morreu. Pena optou então por seu ministro da Fazenda, Davi Campista. Mas, diz a lenda, o marechal Hermes entrou no Catete e, "de modo rude", anunciou que pretendia concorrer à Presidência da República —enfatizando a proposta com um golpe de espada na mesa.

Inconformado com o perfil militarista de Hermes, o eterno candidato ao "trono" presidencial, Rui Barbosa, lançou o próprio nome. Já doente, Afonso Pena não resistiu a três golpes: a briga com o ministro da Guerra, as críticas violentas de ex-aliados, como o oligarca mineiro Bias Fortes, por sua interferência no processo sucessório e, por fim, a morte do filho mais velho. Solitário e isolado —desafiado também por Rui Barbosa—, morreu em junho de 1909, um ano e meio antes do término de seu mandato.

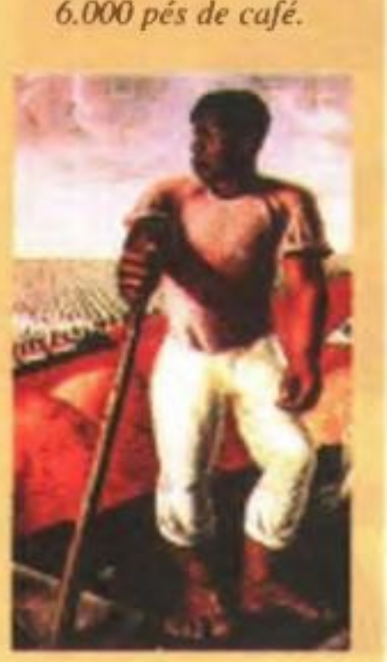
Embora o panorama político estivesse tumultuado pela luta sucessória e faltassem ainda 17 meses para o fim do mandato de Afonso Pena, o vice-presidente Nilo Peçanha assumiu a Presidência dentro da normalidade constitucional. Apesar de terem sido as pretensões presidencialistas e centralizadoras de Pena que abriram as primeiras fissuras na política do café-com-leite, os maiores estragos no esquema montado por Campos Sales seriam provocados pelo próprio Nilo Peçanha: ao apoiar abertamente a candidatura de Hermes da Fonseca, Peçanha foi forçado a romper não só com o Partido Republicano Paulista como também com o Partido Republicano Fluminense, do qual fora um dos fundadores. Peçanha aproximou-se então do Partido Republicano Conservador, fundado pouco antes pelo senador gaúcho Pinheiro Machado.

Apesar de ter aberto seu voto, Nilo Peçanha (*à direita*) procurou montar um ministério de conciliação e fazer um governo moderado e pacifista. Ainda que vários comícios no Rio de Janeiro tenham terminado com derramamento de sangue e o governo sido forçado a intervir na Bahia, em Sergipe, no Maranhão e no Amazonas, Peçanha alcançou seu objetivo e manteve o país sob relativo controle até o fim de seu mandato, em novembro de 1910. Deu prosseguimento à política fiscal e financeira de Afonso Pena, continuou a incentivar a construção de estradas de ferro (para escoar o café) e de frigoríficos. Além disso, criou o Serviço de Proteção aos Índios (entregue a Cândido Rondon) e formou o Ministério da Agricultura. Em 1921, Nilo Peçanha lideraria a reação republicana em combate à candidatura presidencial de Artur Bernardes.

A Semente Amarga do Progresso

O BRAÇO NEGRO

O café é negro e o negro é o café, diziam os escravocratas antes da Abolição. Estavam certos: no início de sua implantação no Brasil, o café só era tocado por mãos negras. Mesmo depois da libertação dos escravos e da chegada dos imigrantes, boa parte da lavoura cafeeira do Brasil continuou sendo cultivada por negros "libertos" (abaixo, em quadro de Portinari). Por um prato de comida e uma cama na senzala, cada um deles cuidava de 6.000 pés de café.



Era a droga ideal para o século que nascia. Ilegal até o século 16, estava agora não apenas plenamente liberada como virara coqueluche mundial. Quente, estimulante e negro; precedido da fama de "provocar idéias" e sorvido de forma quase ritual, o café —cada dia mais barato e acessível— se tornara um hábito irresistível para poetas em Paris, músicos em Viena, banqueiros de Berlim e, em especial, para as multidões de Nova York e os caubóis do Velho Oeste. O Brasil alimentava esse vício mundial: na virada do século, quatro quintos da produção global provinham do país. Só os ingleses continuavam preferindo o chá. Mas e daí? Os 74 milhões de sacas produzidas entre 1891 e 1900 e absorvidas de imediato pelo mercado transformaram o café no "ouro verde" do Brasil —era a "semente do progresso".

Como o que é bom dura pouco e tudo o que sobe um dia desce, a febre cafeeira que incendiou o Brasil logo teria seu reverso. Uma série de supersafras (a primeira ocorrida já em 1896, seguida pelas de 1901 e 1906), a profusão de braços trazida pelo aumento da imigração européia, a liberação franca de empréstimos para a abertura de novas áreas de cultivo, a produtividade inicial das terras virgens e a elevação do preço do café em moeda nacional (devido à queda do câmbio) acabariam causando um desastre: café de mais, barato demais.

Em 1901, o Brasil produziu 16 milhões de sacas de café. O consumo mundial era ligeiramente superior a 15 milhões de sacas. Na supersafra de 1906, 20 milhões de sacas foram colhidos, mas o consumo planetário mal chegava a 16 milhões. Resultado: despencou o preço internacional do café. Para piorar, a queda do preço de mercado se seguiu ao plano do governo de valorizar a moeda nacional, mantendo elevadas taxas de câmbio. Os exportadores perdiam na venda (por preços mais baixos) e na conversão da libra em mil-réis (por cotações artificialmente mais altas). O negócio só era bom para firmas exportadoras (financiadas por capital inglês): atravessadores compravam na época da colheita, estocavam o café e só o revendiam na entressafra, obtendo lucros enormes. Muitos fazendeiros foram à falência.

Em fevereiro de 1906, dispostos a reverter essa situação, os presidentes de São Paulo, Jorge Tibiriçá, do Rio, Nilo Peçanha, e de Minas, Francisco Sales, se reuniram com os maiores cafeicultores do Brasil em Taubaté (SP) para exigir do governo uma "política de valorização do café". O plano consistia, primeiro, em convencer o governo a fazer um empréstimo externo para comprar a produção excedente; depois, forçá-lo a desvalorizar o mil-réis. Embora cafeicultor, Alves se recusou a executar tal projeto.

Os cafeicultores de São Paulo decidiram então agir por conta própria. Firmando o Convênio de Taubaté, tomaram um empréstimo de 15 milhões de libras com o qual, até fins de 1907, foram comprados 8,2 milhões de sacas. Muitas ficaram armazenadas na Europa e nos EUA; outras foram queimadas. Em 1908, o novo presidente, Afonso Pena, convenceu o Congresso a tornar a união fiadora desse empréstimo. Apesar da polêmica, a medida foi aprovada. Embora corretas em tese, as medidas do Convênio de Taubaté acabaram por favorecer apenas grandes produtores, banqueiros internacionais e casas comissárias.

Em 1909, quando o preço do café subiu, muitas fazendas já tinham sido vendidas —algumas para estrangeiros, outras para grandes empresas, como a Prado Chaves, que adquiriu 14 propriedades com cerca de 3,5 milhões de pés de café. Os desdobramentos do Convênio de Taubaté formalizaram um fenômeno econômico-político-social bem brasileiro, batizado de "socialização das perdas" pelo economista Celso Furtado. Ou seja: ao desvalorizar a moeda para favorecer a cafeicultura, o governo encarecia as importações, pagas pelo conjunto da população. Assim, enquanto os lucros do café permaneciam privados —e cada vez mais concentrados—, seus prejuízos eram compartilhados com o país. Era o socialismo tupiniquim.

A Metrópole e a Avenida do Café

Depois de ocupar —e devastar— todo o vale do rio Paraíba do Sul, o café "deu um salto" sobre a área ocupada pela cidade de São Paulo (imprópria para o cultivo) e se instalou nas férteis planícies do noroeste do Estado, onde se desenvolveria como nunca. Nada poderia ter sido melhor para a capital paulista: agora, em seu caminho rumo ao porto de Santos, o café precisava passar por ela. Não apenas isso: por volta da década de 80 do século 19, entediados com a clausura pastoril e estimulados pelas obras de reurbanização feitas na capital, vários cafeicultores decidiram se mudar para São Paulo. Quando a pujança lhes bateu à porta —e o presidente da Província, Rodrigues Alves, saneou a cidade, iluminou-a e a embelezou, contando com o esforço e o vigor do prefeito Antônio Prado—, os barões do café se puseram em marcha, num tipo de "êxodo rural" diferente dos que o Brasil conhecia.

Faltando 15 anos para o final do século 19, São Paulo era uma cidade modesta, com cerca de 200 mil habitantes. A marca de seu desabrochar urbano, iniciado em 1877, ironicamente se chamava viaduto do Chá. Quando a principal obra pública de São Paulo foi enfim inaugurada, em 1892, a cidade já havia se tornado a metrópole do café —e seu requintado viaduto apontava em direção a novos bairros.

São Paulo estava orgulhosamente pronta para receber seus novos e ilustres habitantes: os magnatas do café. Gente tão fina não poderia, é evidente, instalar-se nas áreas infectas do centro, do Brás ou da Mooca, fervilhando de tifo e peste e agitados pelo rebuliço permanente de gente em busca de emprego. Transpondo os alagadiços do Vale do Anhangabaú, o viaduto do Chá apontava para uma região recém-loteada, entre a rua da Consolação e o Pacaembu. Em 1890, era aberta a avenida Higienópolis —sadia e altiva como indicava o nome. Em 1892, no topo do espigão granítico do Caaguaçu ("grande mata", em tupi) era inaugurada a avenida Paulista (*acima*) —um bulevar ladeado de plátanos e carvalhos (árvores européias, plantadas para substituir a vegetação nativa, derrubada para abrir caminho ao progresso e tida por menos "nobre" que as exóticas vindas do Hemisfério Norte).

Na virada do século, os barões do café tinham, à disposição de seu dinheiro, um recanto urbano à sua altura: "redutos de convívio quase exclusivo com gente de seu próprio nível", como diria um cronista da cidade. Em breve, os amplos lotes de 5.000 metros quadrados que ladeavam a Paulista estavam todos vendidos —o mesmo acontecendo com os terrenos ao longo da avenida Higienópolis. A seguir, começariam a surgir os palacetes do fausto e da fartura.

Nas primeiras décadas do século 20, São Paulo começou a se tornar não só a capital do café, mas também um poderoso pólo industrial. Os lucros excedentes do café, a instabilidade dos preços do produto e a abundância de braços europeus oferecida por imigrantes que se recusavam a ir para o campo fizeram com que a criação de indústrias se tornasse opção óbvia para a aplicação dos capitais. E assim, além dos suntuosos casarões neoclássicos e "art nouveau", a avenida Paulista começou a ser ocupada também por palacetes em estilos "estrangeiros regionais", como o florentino e o árabe, e por mansões de caráter arquitetônico francamente indefinível. Eram as casas de industrialistas "nouveaux riches". A Paulista se tornaria o equivalente e o contraponto da avenida Central, no Rio: esta simbolizava a pujança pública; a outra, o lucro privado.

A partir dos anos 50 do século 20, os casarões da Paulista (e os prédios suntuosos da avenida Central) começaram a ser derrubados, dando lugar aos espigões de grandes bancos, instituições financeiras e edifícios residenciais —aos pés dos quais hoje dormem meninos de rua. A avenida Paulista permanece, ainda assim e por isso mesmo, como símbolo das vertigens, das obsessões, do vigor e do exclusivismo das elites brasileiras e do processo socioeconômico que move a nação.

DUAS TRAGÉDIAS

Quando o café chegou ao oeste de São Paulo, duas tragédias ocorreram: primeiro, amplas áreas de florestas virgens foram devastadas —por queimadas ou pelo desmatamento braçal, feito por imigrantes (abaixo, o quadro "O Derrubador", de Pedro Américo)*. Mais tarde, quando foi construída a estrada de ferro que desbravou a região, os índios caingangues, que ocupavam a área, foram massacrados. Suas terras tribais se tornaram imensas fazendas de café.*

O Governo de Hermes da Fonseca

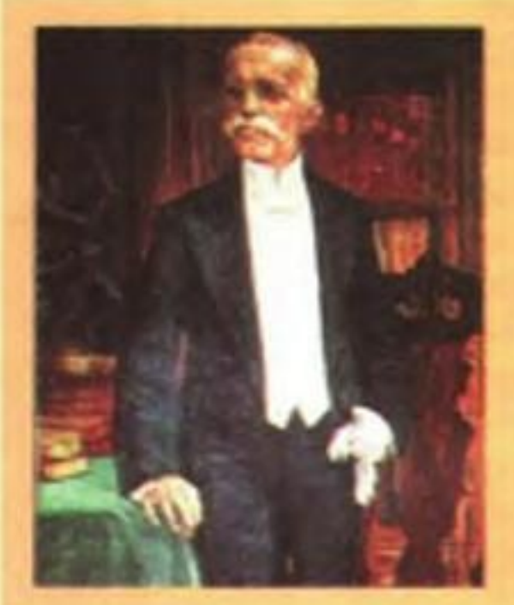
Tendo ou não batido com a espada na mesa do gabinete presidencial de Afonso Pena, o fato é que, ao lançar sua candidatura ao Catete, o marechal Hermes da Fonseca foi de imediato identificado com a "espada providencial" que militares e jacobinos aguardavam para, com ela, "purgar" os equívocos políticos da nação e "restaurar" os ideais de 1889. Mas nem tudo saiu como eles esperavam. A candidatura do gaúcho Hermes, tendo como vice o mineiro Venceslau Brás, teve o apoio do senador Pinheiro Machado, o "fazedor de reis" (*leia na página 197*). Ela indicava uma aliança entre Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Mas, ao ver-se fora da corrida presidencial, o Estado de São Paulo reagiu e, junto com a Bahia, apoiou a candidatura de Rui Barbosa. Iniciava-se "a luta da pena contra a espada" —após duas décadas de regime republicano, o país enfim viveria sua primeira campanha eleitoral de verdade.

As eleições anteriores haviam sido jogo de cartas marcadas. As fraudes eram descaradas e, antes da apuração dos votos, já se sabia que o vencedor seria o nome referendado pelo governo —escolhido para dar continuidade à política do café-com-leite. É provável que Afonso Pena achasse que o esquema se repetiria na sua sucessão. Não aprendera a lição da fracassada tentativa de Rodrigues Alves de fazer Bernardino de Campos seu sucessor. Para seu lugar na Presidência, Pena lançara o nome do ministro Davi Campista, mineiro como ele. Conseguiu desagradar a gregos e troianos: os paulistas se injuriaram, os militares se injuriaram, os gaúchos se injuriaram. Em 14 de maio de 1909, Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, reuniu-se em particular com o presidente. Não se sabe ao certo o que se passou na clausura do gabinete de Pena. Sabe-se, isto sim, que no dia seguinte Hermes saía do governo e, uma semana depois, se lançava como candidato. No início de junho, Rui Barbosa —que perdera o apoio de Pinheiro— decidiu enfrentar o marechal. Na noite do dia 14, morria Afonso Pena.

A morte por desgosto do presidente que rompera com a política do café-com-leite reverteu a cena eleitoral: Hermes passou da oposição para a situação, já que o vice Nilo Peçanha, que substituiu o presidente falecido, decidiu dar apoio ao marechal. Rui Barbosa deflagrou então a "campanha civilista" (*abaixo*), reagindo contra o "militarismo iminente". Após uma campanha incendiária, em 15 de novembro de 1910 Hermes tomou posse como vencedor da eleição, tendo recebido os célebres "400 mil votos redondos". Era a volta dos militares ao poder.

Hermes da Fonseca (1855-1923) era sobrinho do marechal Deodoro. Militar desde a adolescência, durante o império fora ajudante-de-ordens do odiado conde D'Eu. Promovido pelo tio após a Proclamação da República, foi ministro do Supremo Tribunal Militar e ministro da Guerra de Afonso Pena. Modernizou e profissionalizou o Exército, apoiando militares "tarimbeiros" e desferindo o golpe de morte nos "científicos" —já abalados pelo fim da Escola Militar da Praia Vermelha. Uma vez na Presidência —à qual chegara com o apoio não só dos militares e de Pinheiro, mas também da classe média baixa e de radicais remanescentes do florianismo—, Hermes iniciou a política das "salvações nacionais".

Embora representasse, em tese, a oposição às oligarquias regionais, o governo de Hermes não apenas se beneficiara da máquina eleitoral montada por elas como, ao deflagrar o "salvacionismo", simplesmente substituiu um grupo oligárquico por outro, favorável à nova ordem. De qualquer forma, o governo teve de enfrentar duas terríveis revoltas, a da Chibata e a do Contestado (*veja em "A 1ª Guerra e os Anos 20", página 193*). Venceu-as, mas se enfraqueceu. Em 1912, já tido como "uma nulidade", Hermes se casou com a caricaturista Nair de Teffé. A "linda donzela, cujos dotes de espírito lhe inspiraram tão violenta paixão", fez com que o presidente se esquecesse de governar. O país caía nas mãos ardilosas de Pinheiro Machado.



Dono de inteligência privilegiada, oratória inflamada e coragem indômita, Rui Barbosa (1849-1923) representava, para os brasileiros letrados, as mais altas esperanças de uma democracia liberal. Apesar de não ter sido propagandista republicano na década de 80, Rui participara da conspiração que derrubou o antigo regime e dominou o governo provisório de Deodoro, quando redigiu a nova Constituição do país. Caiu em desgraça por causa de sua desastrada política do Encilhamento, não escapando das acusações de ter-se locupletado com ela. Mas se opôs ativamente à ditadura de Floriano, amargando dois anos de exílio. Em 1907, chefiou a delegação do Brasil na Conferência de Paz de Haia, revelando ser jurista brilhante. Apesar de considerado pelo chefe da delegação alemã como o membro "mais enfadonho" do encontro, para os brasileiros Rui virou a "Águia de Haia". Em 1909, preterido tanto por Pinheiro Machado como por Afonso Pena, Rui decidiu lançar sua candidatura.

Percorreu o país inteiro fazendo conferências, tentando atrair o voto da classe média, defendendo princípios democráticos e o voto secreto, dando à campanha um tom de reação contra a intervenção do Exército na política. "Embora a base política mais importante de Rui fosse a oligarquia paulista, sua campanha se apresentou como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário", escreveu o historiador Bóris Fausto. Porém, em 15 de novembro de 1910 Hermes da Fonseca recebeu 403.867 votos contra os 223.784 de Rui Barbosa —uma proporção de dois para um.

A 1ª Guerra e os Anos 20

Depois de adiar a decisão por quase dois anos, o Brasil, enfim, resolveu entrar na 1ª Guerra Mundial em 26 de outubro de 1917 —três anos após o início e um ano antes do fim do conflito. No mesmo dia em que o presidente Venceslau Brás assinou o decreto-lei nº 3.361, Lenin era eleito presidente dos sovietes, 48 horas após a vitória da Revolução Russa. O decreto de Brás reconhecia e proclamava "o estado de guerra, iniciado pelo império alemão contra o Brasil".

O país só decidiu entrar na guerra —tão tardiamente quanto os Estados Unidos, que o fizeram em fevereiro de 1917— depois de três navios mercantes brasileiros terem sido afundados pelos alemães. O primeiro foi o Paraná, torpedeado no canal da Mancha, em 3 de abril de 1917. Oito dias depois, o Brasil rompia relações diplomáticas com a Alemanha. O segundo foi o Tijuca, afundado próximo a Brest, na França, em 22 de maio. Dois dias mais tarde, o Brasil abria mão de sua neutralidade e confiscava todos os navios mercantes alemães ainda ancorados nos portos do país. No dia 25 de outubro, o Macau foi posto a pique em águas espanholas.

Quando afundaram o Tijuca, no mês de maio, o ministro do Exterior, Lauro Müller, descendente de alemães e tido como germanófilo, se demitiu do cargo. Com ele fora do governo, Venceslau Brás sentiu-se à vontade para se reunir no Catete (*acima*) com o ex-presidente Rodrigues Alves, com Rui Barbosa e com o novo ministro do Exterior, Nilo Peçanha, e declarar guerra formalmente à Alemanha.

Ainda assim, o país relutou em enviar reforços para os aliados. A justificativa do ministro da Guerra, José Caetano de Faria, era a de que o Exército brasileiro contava com poucos efetivos e eles eram necessários para assegurar "nossa própria integridade contra os alemães e germanófilos que temos no Sul". No final do ano de 1917, porém, cedendo às pressões internacionais, o Brasil enviou uma divisão naval, uma missão médica e um contingente de aviadores para a Europa. Sua participação na 1ª Guerra Mundial teria sido apenas patética se não tivesse sido trágica.

As jovens equipes médicas brasileiras foram levadas para a França, onde tiveram algum trabalho. Os aviadores praticamente não saíram do chão. A divisão naval, encarregada de patrulhar o oceano Atlântico em frente do Senegal, ancorou em Dacar, onde a gripe espanhola dizimou quase metade da tripulação. Enviada para Gibraltar, a esquadra brasileira abriu fogo contra um cardume de toninhas, julgando se tratar de submarinos alemães. O episódio entrou para a história com o nome de "Batalha das Toninhas". Um dia depois de atracar em Gibraltar, em 10 de novembro de 1917, os brasileiros foram informados de que a Alemanha capitulara. A "guerra para acabar com todas as guerras" tinha terminado.

Bem antes de enviar tropas para torpedear toninhas, contudo, o governo brasileiro concluíra que deveria lutar contra supostos inimigos internos. E, ao combater os marinheiros de João Cândido e os "fanáticos" do Contestado, agiu com muito mais ferocidade e eficiência do que fizera nos campos de batalha da Europa.

GUERRA DA BORRACHA

O Brasil só rompeu sua neutralidade e entrou na 1ª Guerra Mundial porque, se não o fizesse, não teria como nem para quem exportar seus produtos. A guerra, de qualquer modo, propiciou pequena sobrevida para o ciclo da borracha na Amazônia —embora 80% do látex usado no conflito tenha vindo da Malásia. Finda a guerra, o sonho da borracha murchou no Brasil.

A Revolta da Chibata

Antes do vexame da "Batalha das Toninhas", em Gibraltar, a Marinha brasileira viveu, durante o turbulento governo do marechal Hermes da Fonseca, uma séria rebelião interna, de consequências trágicas, que passou para a história com o nome de Revolta da Chibata. Resultou num dos episódios mais infames da repressão a militares rebeldes.

O quê: A Revolta da Chibata, como o próprio nome indica, foi um movimento que eclodiu na Marinha brasileira em protesto contra os castigos corporais a que eram submetidos os marinheiros. Contrastando com a "aristocracia" dos oficiais, o recrutamento dos marinheiros era forçado e feito entre "indivíduos de má conduta" que deveriam "ser corrigidos". Embora um decreto assinado no primeiro dia da república tivesse banido o açoite, um novo decreto, firmado por Rui Barbosa em abril de 1890 por pressão dos oficiais, restabeleceu as "penas disciplinares", que incluíam o "bolo" (palmatória) e a prisão a ferro, na solitária a pão e água.

Quando: No dia 16 de novembro de 1910, um dia após a posse de Hermes da Fonseca, toda a tripulação do encouraçado Minas Gerais foi convocada para assistir à punição ao marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, que ferira um cabo. As 250 chibatadas, aplicadas ao rufar de tambores, foram desferidas pelo comandante João Batista das Neves, conhecido pelo prazer com que chicoteava seus subalternos. Seis dias mais tarde, sob a chefia do marinheiro João Cândido, a tripulação do Minas Gerais se rebelou. Os amotinados tomaram o navio e mataram o comandante Neves. Os encouraçados São Paulo, Deodoro e Bahia aderiram ao movimento e, neles, dois outros oficiais foram assassinados. Ameaçando bombardear o Rio de Janeiro, os amotinados —mais de 2.000 homens, sob a liderança de João Cândido, chamado de Almirante Negro (*nas três fotos desta página*)— exigiam o fim dos castigos físicos, o aumento dos soldos e melhor alimentação a bordo.

Como a crise foi contornada: Reunidos no Congresso e no Catete, o presidente, seus assessores e os influentes Pinheiro Machado e Rui Barbosa concordaram com as exigências dos revoltosos e prometeram anistiá-los.

Quais os desdobramentos da crise: No dia 25 de novembro, os amotinados arriaram as bandeiras rubras da revolta e o episódio parecia encerrado. Porém, em 28 de novembro, um decreto presidencial permitiu ao ministro da Marinha expulsar da corporação os principais envolvidos no movimento. No dia 10 de dezembro, os fuzileiros navais alojados na ilha das Cobras se revoltaram. Para evitar a repressão, os marinheiros dos encouraçados Minas Gerais, Bahia e São Paulo bombardearam os próprios companheiros. Não foi suficiente: alarmado com a onda de conspirações, o governo iniciou uma repressão sangrenta ao levante. E aproveitou a oportunidade para prender 69 marinheiros já anistiados que haviam participado da Revolta da Chibata —embora eles não tivessem nada que ver com a revolta da ilha das Cobras. Muitos foram fuzilados sumariamente. João Cândido foi posto numa cela minúscula, na qual 17 prisioneiros morreram asfixiados depois que cal virgem misturada a água foi jogada dentro do cubículo. Depois de passar 18 meses numa masmorra subterrânea, o Almirante Negro foi internado num hospício por três médicos da Marinha, apesar de os psiquiatras do Hospital de Alienados afirmarem que ele não era louco. Ainda assim, a sorte de João Cândido foi melhor que a de outros 250 marinheiros presos: junto com 250 ladrões, 180 desordeiros, 120 cafetões e 44 meretrizes, eles foram enfiados no cargueiro Satélite e mandados para o Acre. O "navio da morte" zarpou do Rio de Janeiro no dia 24 de dezembro de 1910. No dia 1° de janeiro de 1911, nove marinheiros foram fuzilados a bordo e seus corpos jogados ao mar. Dos que chegaram ao Acre (onde, ironicamente, João Cândido lutara, em 1904, no bando do caudilho Plácido de Castro), 200 foram incorporados à Comissão Rondon, que instalava linhas telegráficas na região, e os demais ficaram abandonados às margens do rio Madeira, para trabalhar junto com os seringueiros. Eram quase todos negros e mulatos. Quanto a João Cândido Felisberto, libertado em 1914, morreu de câncer, na mais completa miséria, numa favela do Rio de Janeiro, em dezembro de 1969.

A Guerra do Contestado

A revolta do Contestado foi a repetição, 15 anos mais tarde e em pleno Sul-Maravilha, do massacre ocorrido em Canudos. Os dois episódios se assemelham em tudo: no messianismo primitivo, no desespero dos "fanáticos", na crueldade quase demente dos soldados que os combateram, nos interesses exclusivistas das elites, nos delírios apocalípticos do "monge" João Maria, tão similares aos de Conselheiro. E, principalmente, se parecem pelo desfecho trágico e sangrento.

O quê: A Guerra do Contestado foi o conflito armado entre o Exército e os camponeses miseráveis da região sudoeste do Paraná e noroeste de Santa Catarina. Território de 48 mil km², disputado desde os tempos do império por Paraná e Santa Catarina, a área "contestada" era limitada pelos rios Uruguai, Iguaçu e do Peixe e pela fronteira com a Argentina. Essa remota "terra de ninguém", rica em pinheirais e ervais, fora ocupada por refugiados das revoluções gaúchas e desvalidos em geral. Em 1900, o governo cedeu uma faixa de 30 quilômetros de largura para a Brazil Railway, no centro da qual seria construída a ferrovia São Paulo–Rio Grande do Sul. Posseiros que ocupavam a área foram desalojados a força. A seguir, a madeireira Southern Brazil Lumber & Colonization se instalou na região e "contratou" milhares de camponeses, transformando-os em mão-de-obra semi-escrava. Ambas as empresas, a Brazil Railway e a Southern Lumber, pertenciam ao americano Percival Farquhar, um dos "donos" do Brasil. Na região do Contestado, quem não trabalhava para Farquhar trabalhava para os "coronéis" da erva-mate, em ervais onde a semi-escravidão também imperava. Em 1906, com a suspensão das obras da ferrovia, 8.000 homens foram demitidos e deixados ao léu pela região. O terreno para a revolta estava pronto.

Quando: Em novembro de 1911 surgiu em Palmas (PR) um homem alto, cabeludo, desdentado e barbudo, um gaúcho mestiço de índio chamado Miguel Lucena de Boaventura, desertor da Força Pública do Paraná. Citando a Bíblia e um livro para crianças sobre Carlos Magno, dizia-se "herdeiro espiritual" do monge João Maria (*ao centro*), líder messiânico que percorrera a mesma região na época da Revolução Federalista. Lucena logo mudou de nome, passou a se autodenominar monge José Maria e reuniu em torno de si 2.000 seguidores.

Como a guerra eclodiu: José Maria pregava a proximidade do fim dos tempos, afirmava que o comércio era coisa do demônio e que d. Sebastião voltaria para reinar sobre os homens. Dizendo-se eleito por Deus para erguer na Terra a "Monarquia Celestial", o monge fundou seu primeiro "quadro santo" no município de Curitibanos (SC). A área era delimitada por cruzes nos quatro cantos e uma tosca capela ao centro. Ali se instalaram seus 2.000 seguidores. Alertado pelos coronéis da região, o Exército foi chamado para expulsar os "fanáticos", depois de José Maria se recusar a depor na delegacia de Palmas (PR). Em outubro de 1912, uma tropa de 400 homens, chefiada pelo capitão João Gualberto, atacou o "quadro santo" de Irani, onde os seguidores do monge tinham se refugiado. Quando a metralhadora da tropa de Gualberto engasgou, os "fanáticos", soprando berrantes, investiram contra os invasores. Embora José Maria tenha sido um dos primeiros a tombar, o capitão Gualberto e mais 13 soldados também foram mortos, e o restante da tropa fugiu, deixando armas e munições para os rebeldes.

Como a guerra acabou: Apesar de José Maria não ter ressuscitado, como anunciara, seus seguidores continuaram combatendo os "peludos". Depois de alguns caboclos terem seus cabelos rapados pela polícia, os "fanáticos" do Contestado também cortaram os seus e decidiram se chamar de "pelados". Os inimigos da "Monarquia Celestial" viraram "peludos". Com outros líderes e adotando táticas de guerrilha, os "pelados" resistiam a todas as investidas dos "peludos". A virgem de 15 anos Maria da Rosa tornou-se chefe militar e o "menino-deus" Joaquim, de 11, era tido como porta-voz de José Maria, que, do além, comandava o exército de 5.000 sertanejos. Os rebeldes chegaram a dominar 25 mil km², vencendo sete expedições enviadas contra eles. Em setembro de 1914, o general Setembrino de Carvalho chegou a Curitiba com ordens do ministro da Guerra para sufocar a rebelião. Com 7.000 homens (80% do total do Exército) bem-armados e os primeiros aviões usados para fins militares no país, Carvalho atacou os "fanáticos" implacavelmente, matando homens, mulheres e crianças. Ainda assim, a "guerra santa" perdurou até janeiro de 1916. Em cinco anos de luta, 9.000 casas haviam sido queimadas e 20 mil pessoas mortas.

O Governo de Venceslau Brás

Tido por seus adversários como um homem "de completa nulidade mental", Hermes da Fonseca, ao sair da Presidência, deixou o país política e economicamente em frangalhos. A batalha por sua sucessão se iniciara enquanto o marechal ainda estava no poder —pelo menos formalmente (já que, na prática, quem mandava no Brasil era o senador Pinheiro Machado). Pinheiro bem que tentou "fazer" o novo presidente —indicando para o cargo, em mais uma de suas manobras divisionistas, o ex-presidente Campos Sales. Mas, dessa vez, paulistas e mineiros reagiram, firmando, em fins de 1913, o Pacto de Ouro Fino, depois do qual se uniram em torno da candidatura do vice-presidente Venceslau Brás. Ironicamente, o mineiro Brás só chegara ao cargo graças às articulações do próprio Pinheiro, que, para obter o apoio do Partido Republicano Mineiro (PRM) à candidatura de Hermes, aceitara a indicação do deputado.

Durante o quatriênio de Hermes, porém, Brás se revelou omisso e ausente, passando a maior parte do tempo em sua fazenda, em Itajubá (MG). Tanto que, quando sua candidatura foi oficialmente lançada, o escritor Emílio Meneses ironizou: "É a primeira vez que vejo um funcionário promovido por abandono de emprego".

Ainda assim, para as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, a candidatura de Venceslau, batizada de "o retorno mineiro", foi de grande importância estratégica, pois marcou a volta da política do café-com-leite e o início do fim do reinado republicano de Pinheiro Machado, que seria assassinado menos de dois anos depois (*leia na próxima página*). Ao assumir o cargo, em novembro de 1914, Venceslau anunciou que governaria "fora e acima dos partidos", o que, na verdade, significava dizer que o faria "fora" do Partido Republicano Conservador (PRC) e "acima" de Pinheiro.

Ao contrário de Rodrigues Alves e de Afonso Pena, o mineiro Venceslau Brás (1868-1966) era um republicano de primeira hora. Deputado estadual em Minas Gerais em 1892 e deputado federal de 1903 a 1908, foi eleito presidente de Minas Gerais no ano seguinte. Deixou o cargo em 1910, para se tornar vice-presidente da República na chapa de Hermes da Fonseca. Em novembro de 1914, tomou posse como presidente do Brasil. Uma vez no poder, revelou-se o típico político mineiro: reticente e ardiloso, afastou-se de Pinheiro. Com a ajuda de um empréstimo, tentou equilibrar as finanças do país.

A GRIPE ESPANHOLA

Como se não bastassem os problemas políticos e econômicos que afligiam o Brasil ao final da segunda década do século 20, o país ainda foi atingido, em 1918, por uma epidemia da chamada "gripe espanhola". O ciclo virótico recebeu esse nome porque irrompeu logo após a chegada ao Rio de Janeiro de um navio que trazia imigrantes da Espanha. Só na capital, 17 mil pessoas morreram em dois meses. As ruas ficaram coalhadas de cadáveres e presidiários foram obrigados a trabalhar como coveiros. A epidemia logo chegou a São Paulo, onde morreram mais de 8.000 pessoas. A morte mais rumorosa foi a de Rodrigues Alves. Eleito presidente pela segunda vez, para contornar a crise que cercara a sucessão de Venceslau Brás, o conselheiro não pôde tomar posse: alquebrado e envelhecido, sucumbiu à "espanhola" em 16 de janeiro de 1919. Em seu lugar, assumiu interinamente, por oito meses, o vice Delfim Moreira, que estava com sífilis terciária e morreria logo depois de ser obrigado a realizar novas eleições.

A Revolução Russa —vitoriosa no mesmo dia em que o Brasil decidiu entrar na 1ª Guerra (e a Rússia, por conseguinte, dela saía)— teve grande repercussão no país. As elites se assustaram com a possibilidade de que, graças ao crescente movimento de reivindicações operárias, os trabalhadores pudessem, um dia, chegar ao poder. Ainda mais que, havia cerca de três meses, São Paulo fora paralisada por uma monumental greve geral, a primeira organizada no Brasil. Cerca de 70 mil trabalhadores cruzaram os braços no dia 12 de julho de 1917, enquanto 10 mil pessoas acompanhavam o enterro de um operário morto pela polícia três dias antes, durante uma manifestação de protesto.

A carestia —consequência direta das perturbações resultantes da 1ª Guerra (que a partir de 1916 praticamente provocara a paralisação completa do comércio marítimo)—, a especulação com gêneros alimentícios e as condições indignas de trabalho a que eram submetidos os operários foram o verdadeiro fermento das manifestações. Embora manipuladas por militantes anarquistas e comunistas, as três greves gerais ocorridas em 1917 em São Paulo não significavam que os trabalhadores estivessem dispostos a fazer uma revolução socialista: o que eles queriam de fato era uma vida e um salário mais decentes. De todo modo, os protestos foram duramente reprimidos pela polícia.

Ascensão e Queda de Pinheiro Machado

A posse de Venceslau Brás deixou claro que a influência do senador José Gomes Pinheiro Machado na política brasileira estava em declínio. Ainda assim, talvez jamais tivesse havido em toda a história do Brasil um homem com tanto poder —pelo menos não durante tanto tempo— quanto o que Pinheiro desfrutara até aquele momento, novembro de 1914. Desde que afastara o paulista Francisco Glicério e assumira, em 1905, a liderança da facção majoritária do Senado —batizada de "Bloco"—, Pinheiro Machado se tornara o homem mais influente da política brasileira. Como chefe das comissões apuradoras do Congresso, ele simplesmente decidia quais políticos tomariam posse, quais não —independentemente do número de votos que tivessem recebido.

Com muita propriedade, a imprensa passou a chamá-lo de "fazedor de reis", ou "o homem que governa o governo"; e os caricaturistas a representá-lo como um galo ("chefe do terreiro") ou uma raposa ("terror dos galinheiros políticos"). Para boa parte da população, Pinheiro era a encarnação de todos os males que afligiam a nação. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo e veterano de duas guerras (a do Paraguai e a Revolução Federalista de 1893, na qual fora o chefe da poderosa divisão do Norte, que derrotara Gumercindo Saraiva), o gaúcho Pinheiro fora feito general por Floriano Peixoto e era um experiente caudilho.

Pinheiro Machado era uma figura imponente. Esguio, com um alfinete de pérola na gravata de seda e uma bengala com o cabo de marfim ("de unicórnio", dizia ele), andava ereto, oferecia banquetes suntuosos, adorava galos de rinha, jogava pôquer e bilhar e utilizava um vocabulário floreado, posto a serviço da retórica agressiva. Poderoso e adulado, Pinheiro fez da política "um meio de se tornar mais rico", segundo o historiador Joseph Love. "Noutras palavras: pairava ao seu redor um ar inconfundível de corrupção."

A vertiginosa ascensão política de Pinheiro Machado começou em 1902, quando ele se tornou o vice-presidente do Senado, cargo que manteve até 1905. De 1905 a 1915, não só se firmou como a figura mais poderosa do Congresso como "fez" todos os presidentes, participando decisivamente das eleições de Rodrigues Alves e Afonso Pena (apesar de ambos não gostarem de seu estilo). Com a posse de Hermes da Fonseca, o poder de Pinheiro se tornou quase absoluto. Ainda assim, não conseguiu lançar o próprio nome para a Presidência.

No início de 1915, Pinheiro cometeu seu maior erro ao tentar impedir a posse de Nilo Peçanha, eleito presidente do Rio de Janeiro. Quando uma multidão cercou seu carro, com o objetivo de linchá-lo na saída do Senado, Pinheiro ordenou ao chofer: "Avance, nem tão devagar que pareça afronta, nem tão depressa que pareça covardia". Homem de frases fabulosas, também diria: "É possível que o braço assassino, impelido pela eloquência delirante das ruas, nos possa atingir". Se o golpe viesse, Pinheiro Machado garantia que não ocultaria, "como César, a face com a toga, e, de frente, olharemos (...) a ignóbil figura do bandido". Essa promessa o caudilho não pôde cumprir: a 8 de setembro de 1915, no saguão de um hotel do Rio de Janeiro, Pinheiro foi assassinado com uma facada pelas costas. O "sicário" chamava-se Francisco Manso de Paiva — e era um zé-ninguém.

Houve carnaval no Rio de Janeiro e em São Paulo quando a notícia de que Pinheiro Machado fora assassinado se espalhou. O povo associava sua figura à carestia, aos desmandos políticos e à manutenção do poder nas mãos dos oligarcas. Embora todas as evidências apontassem em direção a uma conspiração, nunca ficou provado que Francisco Manso de Paiva —padeiro gaúcho desempregado e semi-analfabeto— estivesse agindo sob as ordens de alguns dos inúmeros e poderosos inimigos de Pinheiro. Ao ser preso, a poucas quadras do hotel, o assassino trazia um bilhete no qual pretendia justificar sua atitude, caso fosse morto. A nota, que enfatizava o sofrimento do povo e o atribuía a Pinheiro, parecia redigida por alguém mais letrado do que Paiva. Mas o julgamento, presidido por Flores da Cunha, aliado de Pinheiro, não conseguiu incriminar ninguém além de Paiva.

De qualquer forma, ao desbancar Bahia e Pernambuco, Pinheiro mudara o mapa político do Brasil, tornando o Rio Grande do Sul o terceiro Estado mais importante da federação, atrás de São Paulo e de Minas Gerais. Embora não tivesse sido capaz de impor seu nome à Presidência, Pinheiro deixou o Rio Grande nas mãos de Borges de Medeiros (*à esquerda*) — e Borges, além de se manter como presidente do Estado por quatro mandatos consecutivos, passaria a ser ouvido cada vez que paulistas e mineiros tratavam da sucessão presidencial. Mesmo não tendo força para romper a aliança café-com-leite, e sendo forçado a apoiar a candidatura de Washington Luís, Borges conseguiu fazer de Getúlio Vargas o ministro da Fazenda do presidente paulista que sucedeu ao mineiro Artur Bernardes. Pouco tempo depois, ao fazer a Revolução de 30, Getúlio exportaria o positivismo gaúcho para o resto do Brasil.

Epitácio Pessoa e o Tratado de Versalhes

Se Paris já não fosse uma festa, teria se transformado numa quando, em fevereiro de 1919, uma enorme delegação do Brasil desembarcou na capital francesa, com todas as despesas pagas pelo contribuinte brasileiro. Encerrada a 1ª Guerra, após o pedido de armistício feito pela Alemanha, as 32 nações envolvidas no conflito se reuniram para a Conferência de Paz de Paris —na qual, em 28 de junho de 1919, no salão dos Espelhos, foi assinado o Tratado de Versalhes.

O Brasil, incluído com outros 23 países no grupo de "potências com interesses especiais" (do qual também faziam parte Libéria, Haiti e Sião), enviou à conferência dez delegados oficiais, sob a chefia de Epitácio Pessoa. Junto com os juristas e os representantes oficiais do país, porém, seguiram seus familiares, assessores, convidados e acompanhantes em tal número que o navio que zarpou do Rio de Janeiro, no dia 2 de janeiro de 1919, partiu quase lotado.

Menos mal que, nas negociações, o país se saísse bem: dos 440 artigos do tratado, dois deles se referiam especificamente a interesses brasileiros. No primeiro, a Alemanha era obrigada a pagar 125 milhões de marcos pelas 1,85 milhão de sacas de café que tinha destruído ao atacar navios brasileiros e a devolver as sacas que haviam sido estocadas em Berlim na "valorização" de 1906. No outro, foi concedido ao Brasil o direito de pagar com preços "antigos" —portanto, mais baixos— os 70 navios alemães que o país havia confiscado em seus portos.

Além do chefe da delegação, Epitácio Pessoa, os brasileiros de atuação mais incisiva em Versalhes foram o diplomata e historiador Pandiá Calógeras e os juristas Raul Fernandes e Rodrigo Otávio (acima, assinando o tratado). *Mas, na verdade, o Brasil não precisou fazer muita força para ter seus interesses favorecidos: a disposição geral da Conferência de Paz, comandada pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, era punir o mais exemplarmente possível a Alemanha. E assim, a 2ª Guerra Mundial começou a nascer no salão dos Espelhos do palácio de Versalhes.*

Ao retornar da França com o seu "navio da alegria", em julho de 1919, Epitácio Pessoa, que deixara o país como senador, descobriu que era o novo presidente do Brasil. Os fatos que o tinham conduzido ao cargo retrocediam à sucessão de Venceslau Brás. Apesar de Pinheiro Machado estar morto, a luta pela indicação do sucessor de Brás foi tão renhida quanto nos tempos do senador. Após várias reviravoltas, as oligarquias e feudos políticos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul chegaram a um candidato de consenso: o velho conselheiro do império Rodrigues Alves, então com 70 anos. Concorrendo sozinho, Alves foi eleito em março de 1918, mas não pôde tomar posse em 15 de novembro. Acometido pela "gripe espanhola", morreu em janeiro de 1919. Em seu lugar, assumiu o vice Delfim Moreira.

Como a Constituição previa novas eleições em caso de morte ou renúncia do presidente antes de completada a metade do mandato (e como, dessa vez, não havia marechais de ferro por perto), Delfim Moreira ficou no poder até julho de 1919, quando se realizaram novas eleições. Embora o eterno candidato Rui Barbosa lançasse mais uma vez sua candidatura, atacando arranjos oligárquicos e mesquinharias políticas —, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul decidiram apoiar o nome de Epitácio Pessoa. Apesar de estar ausente do país, seus aliados alardearam os supostos "esplendores" de seu desempenho diplomático em Versalhes. E Pessoa ganhou fácil a "eleição".

Uma vez alçado ao poder, o paraibano Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942) —primeiro nordestino a comandar a nação— revelou-se muito mais ousado e autoritário do que seus aliados poderiam supor. Ainda assim, desde o início de seu governo, tentou assegurar o apoio dos três "grandes" Estados da federação (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Tanto é que seis dos sete ministros que nomeou eram paulistas, mineiros ou gaúchos. Para articular mais plenamente essa composição, Epitácio Pessoa (*à esquerda*) nomeou dois civis para os ministérios da Guerra e da Marinha (respectivamente Pandiá Calógeras, seu companheiro em Versalhes, e Raul Soares). Civis comandando militares era algo que, no Brasil, não se via desde o império. Houve grande indignação nos quartéis.

A atitude "civilista" de Epitácio Pessoa teria amplas consequências —embora o desfecho delas só viesse a ocorrer no governo seguinte, de Artur Bernardes. Além da construção de mais de mil quilômetros de ferrovias no Sul do Brasil, a maior obra do governo Epitácio Pessoa foi o Programa de Combate à Seca no Nordeste. Com investimento de 304 mil contos, o presidente fez mais de 200 açudes na região. Injuriados com o que julgavam ser um "protecionismo ao Nordeste", os paulistas exigiram que uma quantia similar fosse destinada para "valorizar" outra vez o café. Cedendo às pressões, Pessoa liberou 124 mil contos e o governo estocou 4,5 milhões de sacas, forçando novo aumento no preço do produto, que despencara de 50 centavos de dólar para 20 centavos por quilo.

O Governo de Artur Bernardes

Apesar de não ter se envolvido diretamente na dura campanha desencadeada para a sua sucessão, Epitácio Pessoa foi o maior responsável pelos rumos que ela adquiriu. Ao nomear dois civis para os ministérios da Guerra e da Marinha, o presidente gerara grande insatisfação nos quartéis. Embora Epitácio devesse muito de sua canditadura ao apoio dado pelo governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, logo após o início de seu governo Borges praticamente passara para a oposição. Quando, em fins de 1919, o governador de São Paulo, Washington Luís, e o de Minas Gerais, Artur Bernardes, fizeram um acordo para lançar Bernardes como o candidato do café-com-leite às eleições de 1922, Borges iniciou as articulações que desembocariam no movimento "Reação Republicana", contrário à candidatura de Bernardes e favorável à de Nilo Peçanha, governador do Rio de Janeiro. De imediato, os militares apoiaram Borges e Nilo.

Em outubro de 1921, quando os jornais divulgaram cartas de Artur Bernardes atacando o ex-presidente Hermes da Fonseca em particular e os militares em geral, faltou pouco para estourar um golpe militar. Ainda que as cartas fossem falsas (*leia o quadro abaixo*), o clima político polarizou-se e o Brasil se encaminhou para as eleições mais disputadas desde o pleito de 1910. Em março de 1922, Artur Bernardes e Nilo Peçanha se enfrentaram nas urnas. Findas as eleições, os dois lados cantaram vitória. Após disputas ferozes, ameaças de guerra civil, conflitos de rua, tramóias de todos os tipos e fraudes descaradas, Artur Bernardes foi declarado vencedor em julho de 1922.

Artur da Silva Bernardes (1875-1955) se tornou um dos personagens mais controversos da política brasileira. Governou o país sob estado de sítio, enfrentando a rebelião tenentista deflagrada logo após sua eleição. Em 1925, o então congressista Getúlio Vargas diria que, "mais do que um retrógrado, ele é quase um fanático, pela fé religiosa, pela missão presidencial de que se julga investido". Cinco anos depois, Bernardes apoiaria Vargas na Revolução de 30. Mas, em 32, Vargas o enviaria para o exílio, do qual retornaria em 1934.

Artur Bernardes tomou posse em novembro de 1922 sob estado de sítio, declarado desde a Revolução Tenentista de Copacabana (também chamada de Os 18 do Forte), que rebentara no dia 5 de julho (*leia o capítulo "Dos 18 do Forte à Coluna Prestes"*). Autoritário e vingativo, "envenenado pela campanha difamatória que sofrera", Bernardes manteve a "suspensão das garantias constitucionais" ao longo de todo o seu governo. Não concedeu anistia aos rebeldes, censurou a imprensa, mandou prender seus adversários e, acima de tudo, aproveitando-se do recesso da Câmara, graças ao estado de sítio, decretou intervenção federal no Rio de Janeiro e na Bahia, que, junto com o Rio Grande do Sul e Pernambuco, faziam parte da "Reação Republicana".

Em Pernambuco, Bernardes não precisou intervir, pois seu antecessor, Epitácio Pessoa, já o fizera (episódio que resultou na prisão de Hermes da Fonseca, que instigara os militares locais a não cumprir as ordens presidenciais de reprimir as manifestações populares). No Rio Grande do Sul, a eclosão da Revolução de 1923 (*leia o capítulo "Dos 18 do Forte à Coluna Prestes"*) também ajudaria Bernardes, poupando-o do desgaste que uma intervenção no terceiro Estado mais importante da federação certamente provocaria. Em 1924, o presidente enfrentaria nova revolta tenentista, desta vez em São Paulo —sem falar da Coluna Prestes, que se pusera em marcha desde 1922. Por isso, Bernardes governou o Brasil enclausurado no Catete, de onde quase não saía. Ainda assim, manteve intacta a aliança São Paulo–Minas Gerais e conseguiu entregar o país ao candidato café-com-leite Washington Luís.

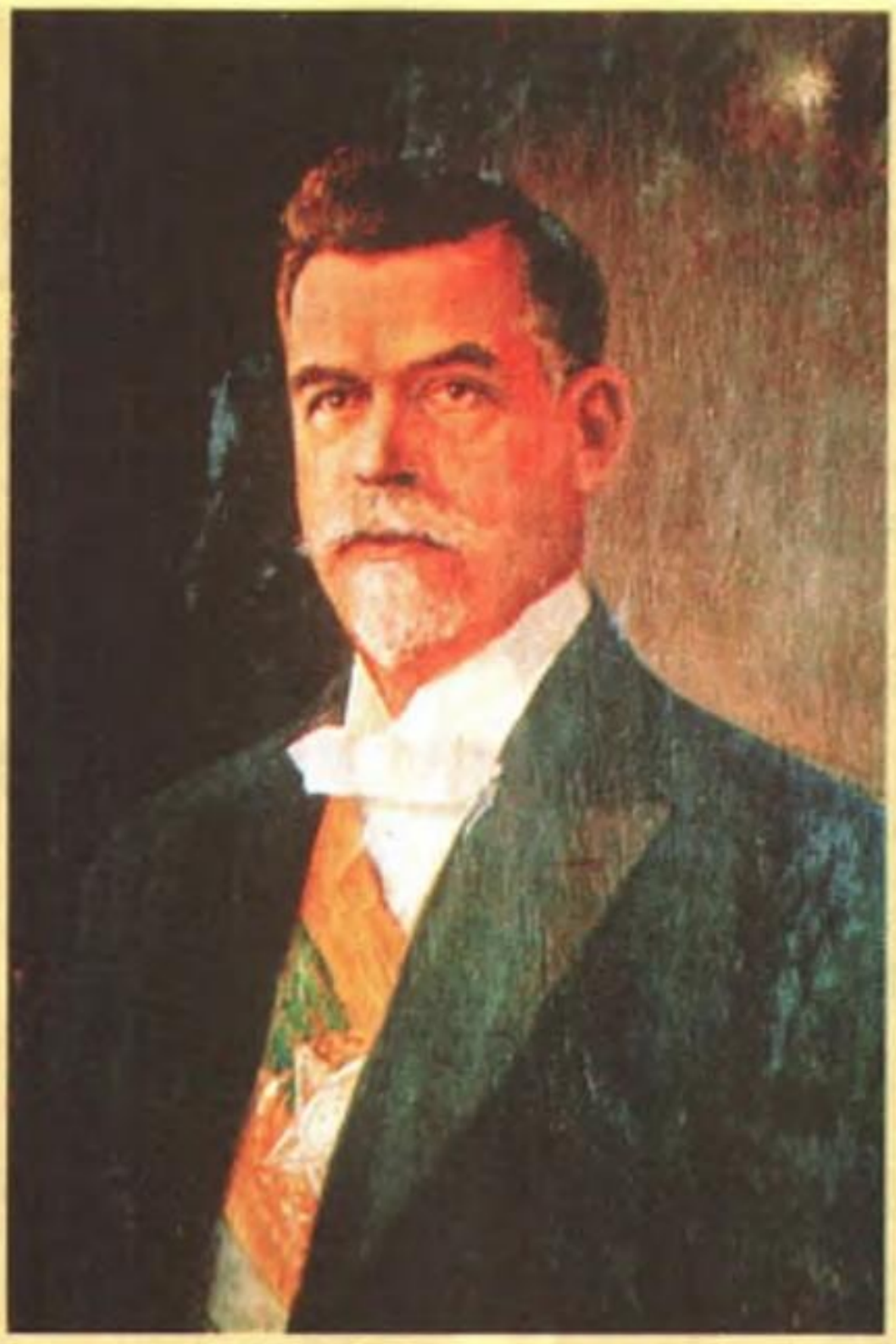
Em 4 de novembro de 1920, depois de passar cinco anos na Europa em companhia de sua jovem esposa, Hermes da Fonseca (*à direita*) retornou ao Brasil. Embora o país não tivesse esquecido seu desastroso desempenho na Presidência, o marechal foi recebido como herói pelos oficiais do Exército. Desagradados com o comportamento "civilista" de Epitácio Pessoa, os militares descontentes logo vislumbraram em Hermes o líder ideal para dar início a uma reação. Em março de 1921, o marechal tomou posse na presidência do Clube Militar e deu todo o apoio à candidatura de Nilo Peçanha, adversário da chapa café-com-leite encabeçada por Artur Bernardes.

Na edição de 9 de outubro de 1921, o jornal "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, publicou uma carta, atribuída a Bernardes, na qual Hermes da Fonseca era chamado de "sargentão sem compostura", Nilo Peçanha de "pobre mulato" e alguns generais de "anarquizadores". A edição do jornal teve o efeito de uma bomba. Bernardes de imediato negou a autoria da carta. No dia seguinte, o mesmo jornal publicou nova missiva —tão ofensiva quanto a primeira. No dia 27 de dezembro, peritos declararam que as cartas eram verdadeiras. O ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, informou Epitácio Pessoa que, caso fosse eleito, Bernardes "não aguentaria 24 horas no Catete". Mas, em março de 1922, Artur Bernardes recebeu 1,5 milhão de votos, contra 700 mil de Peçanha. Hermes da Fonseca foi preso e o Clube Militar fechado em 2 de julho. Setenta e duas horas mais tarde, explodiria a Revolução Tenentista (*leia o capítulo "Dos 18 do Forte à Coluna Prestes"*). Em maio de 1929, dois falsários confessaram ter forjado as cartas da discórdia.

O Governo de Washington Luís

Washington Luís começou a se tornar presidente do país sete anos antes de ser "eleito" por aclamação em março de 1926. Em carta enviada a Borges de Medeiros, em 24 de novembro de 1919, um congressista gaúcho alertava o presidente do Rio Grande do Sul que Artur Bernardes (presidente de Minas) e Washington Luís (de São Paulo) já tinham articulado sua estratégia, na Câmara e entre as lideranças do PRM e do PRP, para se tornarem os próximos presidentes do Brasil. Com a eleição de Bernardes em 1922, ficou claro que assim seria.

No entanto, a aliança café-com-leite poderia ter sido estremecida pelas revoluções tenentistas de 1922, 1924 e 1925, pela Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul e pela marcha épica da Coluna Prestes. Não foi o que aconteceu: ao governar o país com mão de ferro, enclausurado no Catete, Artur Bernardes conseguiu passar o cetro a seu sucessor paulista. As máquinas políticas da Reação Republicana —contrárias à aliança café-com-leite— tinham sido duramente punidas na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. No Sul, Borges de Medeiros —interessado em eleger-se pela quinta vez presidente do Estado e ainda ressabiado com as consequências da Revolução de 1923 (*veja o capítulo "Dos 18 do Forte à Coluna Prestes"*)— aceitou passivamente a fórmula paulista-mineira. Por "sugestão" de Bernardes, cada Estado reuniu uma convenção de líderes municipais; a essa seguiu-se, em setembro de 1925, a convenção nacional na qual Washington Luís foi proclamado formalmente candidato único à Presidência. Em 1° de março de 1926, a chapa unânime recebeu 98% dos votos numa das eleições mais calmas da história brasileira. Foi a consagração final de um sistema trapaceiro.



Apesar de nascido em Macaé (RJ), Washington Luís Pereira de Sousa (1870-1957) era paulista por adoção e opção. Desde 1906, ocupava cargos públicos em São Paulo, para onde se mudara quando jovem. De 1914 a 1919, foi prefeito de São Paulo, modernizando a cidade e reestruturando o Museu Paulista. Além de político, Washington Luís era historiador, autor de vários livros, entre os quais o belo "Contribuições para a História da Capitania de São Paulo". Quando era presidente de São Paulo, foi um dos principais incentivadores e patrocinadores da Semana de Arte Moderna de 1922.

Washington Luís tomou posse em 15 de novembro de 1926, desfilando em carro aberto pela avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, sem proteção policial, sendo entusiasticamente ovacionado pela população. A primeira ação prática do novo presidente foi a suspensão do estado de sítio. Esperava-se que o passo seguinte fosse a anistia aos rebeldes de 22, 23, 24 e 25, para que o país pudesse ingressar, pacificado, em uma nova era. Mas Washington Luís não foi capaz de fazê-lo: sua lealdade ao governo anterior e a hostilidade do Exército ao retorno dos revolucionários aos quartéis impediriam a aprovação da anistia "ampla, geral e irrestrita". A seguir, novos focos de insatisfação política levaram o governo a reforçar a Lei de Imprensa e a aprovar a "Lei Celerada", destinada a reprimir o comunismo. O Partido Comunista (PC), na legalidade desde janeiro de 1927, foi outra vez jogado na clandestinidade.

Reafirmando a aliança café-com-leite, Washington Luís montou um ministério de paulistas e mineiros. Mas para "premiar" a lealdade do Rio Grande do Sul, que não se opusera à sua candidatura, nomeou o deputado Getúlio Vargas ministro da Fazenda, ainda que o próprio Vargas não se achasse qualificado para o cargo. Disposto a "pacificar" definitivamente o Sul, o presidente teve outro gesto de boa vontade após a posse: foi a Porto Alegre, tornando-se o primeiro presidente a visitar o Rio Grande do Sul em 20 anos. Por ordem de Borges, Getúlio aceitou o cargo em dezembro de 1926 —saindo dele em janeiro de 1928 para se tornar governador do Rio Grande, no lugar do próprio Borges. Os 13 meses de Getúlio como ministro da Fazenda foram, de qualquer forma, apenas figurativos: quem de fato mandava na economia era o presidente.

Ao tomar posse em novembro de 1926, Washington Luís pretendia fazer da estabilização cambial e dos preços a medida prioritária de sua administração. Ao estabelecer uma taxa fixa de câmbio, o presidente desvalorizou o mil-réis (rompendo o padrão oficial —e artificial— que, desde 1846, equivalia a 27 dinheiros por mil-réis e passou a ser de seis dinheiros por mil-réis) e restabeleceu a conversibilidade do mil-réis pelo ouro, proibindo a emissão de dinheiro sem lastro e mandando incinerar o saldo orçamentário do exercício anterior.

A medida agradou aos cafeicultores de São Paulo e aos pecuaristas gaúchos. Porém, a classe média, que consumia produtos importados, indignou-se com o "câmbio vil". A outra marca da administração de Washington Luís se sintetizava no slogan "Governar é abrir estradas" . O presidente fez as rodovias Rio–São Paulo e Rio–Petrópolis. O país e a aliança café-com-leite pareciam estar em paz. Só o fracasso da política financeira do governo e o rompimento do acordo São Paulo-Minas Gerais poderiam abalar o "reinado" de Washington Luís. A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e a tentativa do presidente de fazer do paulista Júlio Prestes seu sucessor tornaram reais essas duas terríveis ameaças. E uma revolução acabaria derrubando o governo.

A Cultura: de Machado ao Pau-Brasil

Corria o ano 366 da deglutição do bispo Sardinha e os canibais estavam de volta. Queriam o fígado de Peri. Queriam devorar o Guarani —em prosa e verso. Planejavam trancafiar Castro Alves no navio negreiro, crucificar Vítor Meireles na primeira cruz e esquartejar Pedro Américo como este fizera com Tiradentes. E queriam incomodar a burguesia. A burguesia adormecera sobre sacos de café e dinheiro, como gato de armazém? Era preciso despertá-la, de preferência com barulho. Nem que fosse o de suas próprias vaias, "relinchos e miados". E assim o poeta gritava: "Eu insulto o burguês! O burguês-níquel, / O burguês-burguês! / A digestão bem-feita de São Paulo! / O homem-curva! o homem-nádegas! / (...) Come-te a ti mesmo, oh! gelatina pasma! / Oh, purê de batatas morais / Oh! cabelo nas ventas / oh! carecas! / Ódio aos temperamentos regulares / Ódio aos relógios musculares! / Morte e infâmia! / Ódio à soma! Ódio aos secos e molhados! / (...) Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio! / Morte ao burguês de giolhos, / (...) Ódio fundamento, sem perdão! / Fora! Fu! Fora o bom burguês!..."

Fora, sim. A platéia, enfim, ecoava o poeta. O poeta tímido e pacato, que desferia aquela bofetada no gosto do público. E o público pagara 20 mil-réis para ouvir aqueles poemas sem pé nem cabeça, escutar aquelas partituras dissonantes, ver aquelas pinturas manchadas. Era quarta-feira, 15 de fevereiro de 1922. Palco? O Teatro Municipal de São Paulo. Poeta? Um tal de Mário de Andrade (acompanhado pela música de Villa-Lobos e pelas pinturas de Anita Malfatti). Evento? A Semana de Arte Moderna.

O catálogo da Semana de Arte Moderna foi feito pelo pintor Di Cavalcanti, que sugeriu a realização da mostra. No alto da página, a turma que sacudiu o Teatro Municipal de São Paulo, com Oswald de Andrade à frente

O Brasil nunca mais seria o mesmo após aqueles três dias de vertigem e vaias no teatro mais refinado de São Paulo. A Semana de Arte Moderna, que começara na segunda-feira, 13 de fevereiro, e se encerraria no dia 17, apresentou ao país seus "neotupis": os poetas Mário e Oswald de Andrade, a pintora Anita Malfatti, o compositor Villa-Lobos. Logo, outros os seguiriam; todos dispostos a comer o bispo e a deixar a paulicéia desvairada. E pior: tinham apoio de burgueses, como o cafeicultor Paulo Prado, que bancara a festa, e o diplomata Graça Aranha, que fizera a conferência de abertura daquele bacanal cultural.

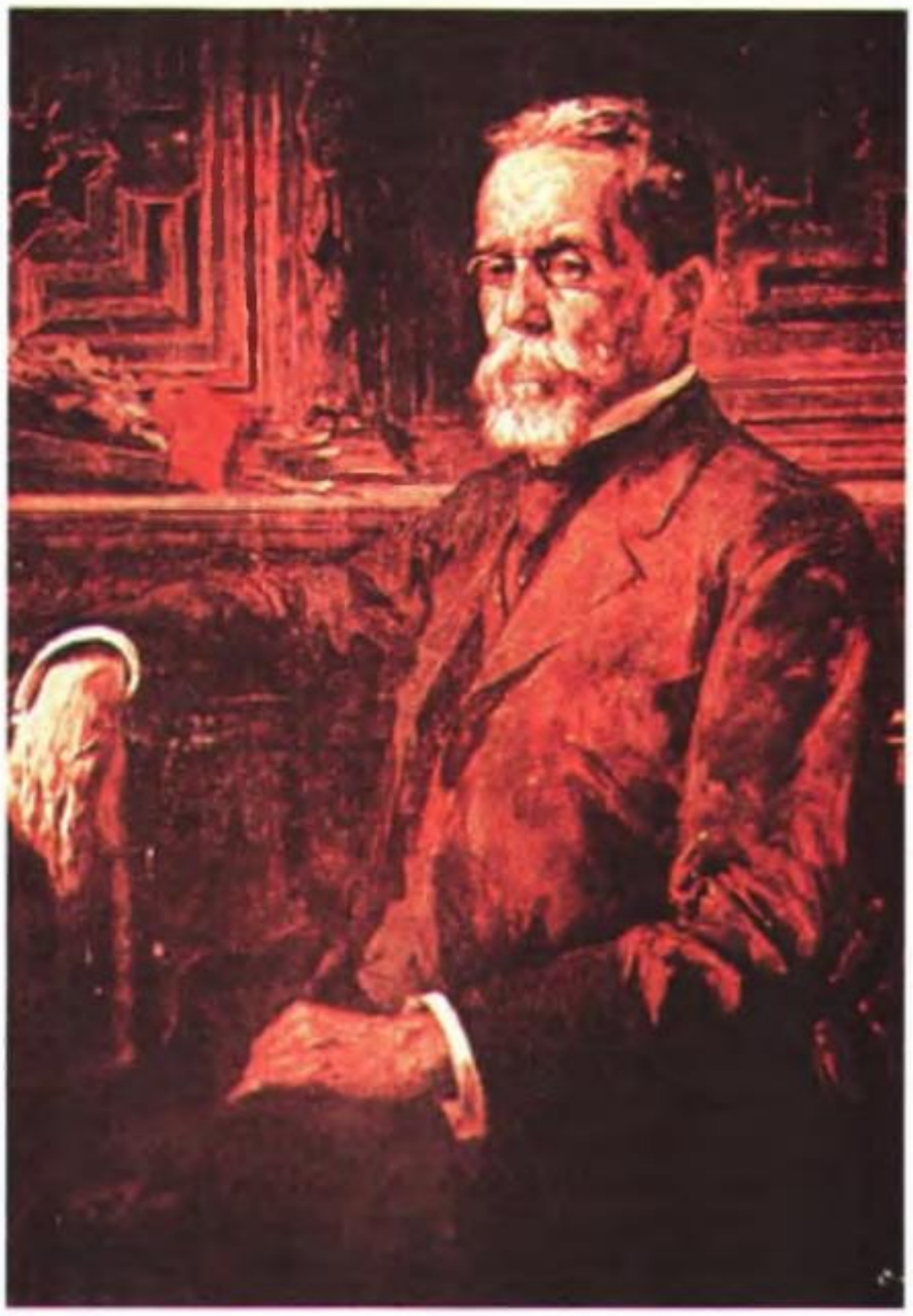
A Semana seria só o começo. A seguir, vieram o "Manifesto da Poesia Pau-Brasil" e o "Manifesto Antropófago". O Brasil dos novos poetas queria ouvir novas rimas e novos sons. Queria acabar com o padre Anchieta, com o padre Vieira, com Alencar e com Carlos Gomes. Queria redescobrir Pindorama na selva das cidades; queria que o novo mundo fosse admirável e industrial. Queria ser índio e negro. Queria acabar com o "passadismo"; queria a vanguarda e a queria já. Para isso, era preciso borrar as velhas pinturas e arruinar a velha música; queimar os velhos livros e pisotear a República das Letras. Se a literatura era "o sorriso da sociedade", os novos canibais queriam transformá-la num esgar de escárnio. Queriam a revolução caraíba e queriam, é claro, "épater le bourgeois". Conseguiram tudo, embora pagassem caro pela conquista. E à vista. A Semana de Arte Moderna rompeu com o passado e apresentou o Brasil das letras ao Brasil das calçadas. Plantou o pau-brasil —e só poupou o Machado.

Memórias Póstumas de Machado de Assis

Foi uma vida marcada pela regularidade burocrática, pela discrição, pelos silêncios repletos de significado, pelo ceticismo e pela desilusão. Homem frio em relação às paixões políticas —ou qualquer outra paixão—, reservado, circunspecto e modesto, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) passou 25 anos indo e vindo do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, na mesma hora e pelo mesmo caminho.

Ao chegar em casa, porém, esse funcionário público de vida descolorida e monótona se transformava num Kafka dos trópicos. No silêncio de seu gabinete, rompido apenas pelo tique-taque do relógio, Machado de Assis compôs aqueles que seriam não só os maiores romances de seu tempo, mas os maiores de todos os tempos da literatura brasileira. De 1881 a 1908, sempre na surdina, escreveu obras-primas como "Dom Casmurro", "Memórias Póstumas de Brás Cubas", "Memorial de Aires", "Quincas Borba", "Esaú e Jacó".

Elaborou sua obra sobre os alicerces das duas gerações românticas que surgiram e desapareceram durante sua juventude. Depois, adaptou e reelaborou elementos de todas as escolas que passaram por sua vida, sem se filiar a nenhuma. Poeta, contista, repórter político, dramaturgo e crítico, Machado desenvolveu um estilo inimitável, destilado de suas próprias reflexões e desapontamentos, baseado numa profunda compreensão da natureza humana. Sua obra é o triunfo de uma sutil sensibilidade psicológica, e o país soube percebê-lo e os modernistas iconoclastas nem ousaram atacá-lo. Mas Machado, mulato, gago e epilético, embora eleito primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, continuou evitando o "alto mundo" e criando, em silêncio, romances capazes de romper o véu das aparências e desvendar a carne viva da fragilidade humana.



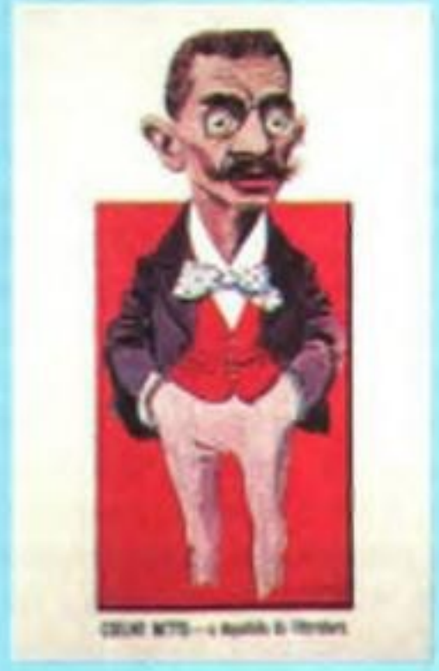
"Um dia começou a guerra do Paraguai e durou cinco anos. João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre dos escravos, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República. João repicou por ela, e repicaria pelo império, se o império retornasse."

Machado de Assis

Crônica sobre a morte do escravo João, sineiro da igreja da Glória, no Rio, publicada em 1897 no jornal "A Semana"

Monarquista liberal, Machado sempre expressou suas opiniões "pondo veludo na voz", com uma reserva crescente, fruto da doença, da desilusão e de uma amarga maturidade. No trabalho, era um burocrata que servia indiferentemente a liberais e a conservadores, a florianistas e a paulistas, embora, desde o advento da República, se tornasse ainda mais circunspecto. Apesar disso, na alquimia que se processava no silêncio de sua casa, nunca deixou de ser o mais astuto e malicioso cronista de seu tempo. Alguns o chamam de "o romancista do Segundo Reinado", já que Machado fez a crônica dos 66 anos da monarquia. "Brás Cubas" situa-se na época de d. Pedro 1º; "Quincas Borba" e "Dom Casmurro" se passam no tempo de d. Pedro 2º; e "Memorial de Aires" e "Esaú e Jacó" narram o ocaso do império, enquanto esse último fala também do desabrochar da República.

Com ceticismo e uma pitada de cinismo, Machado fez a simbiose entre ficção e história, desnudando a mola que impulsionava as vaidades e ambições aninhadas no seio da sociedade e na alma de seus protagonistas. Como o próprio narrador, porém, os personagens machadianos se comportam com um estoicismo e distanciamento que, de certa forma, os projetam para além da história, embora continuem sujeitos a todas suas vicissitudes. Machado faz uma sátira ferina e sem pretensões moralizantes, como Swift ou Sterne. "Nenhum escritor brasileiro estava tão enraizado na realidade nacional quanto ele e, portanto, nenhum outro poderia realizar, tão magistralmente, seu potencial universal", disse o historiador americano Jeffrey Needell, que, como Susan Sontag e Kurt Vonnegut Jr., é fã convicto de Machado. "A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro", disse Machado de Assis. E foi o que ele fez.



No exato instante em que Machado de Assis investigava as profundezas da alma humana, no mesmo Rio de Janeiro do início do século dois outros escritores viviam o apogeu —logo seguido pela decadência— do estilo batizado de "belle époque" carioca. O primeiro deles era Olavo Bilac (1865-1918), coroado Príncipe dos Poetas. Mas não foi sua poesia, parnasiana e conservadora, que o tornou favorito da elite carioca. Seria com sua prosa volumosa —eivada de racismo e eurocentrismo— que Bilac forjaria o estilo que, até 1922, era tido como sinônimo do bom gosto contemporâneo. Se a literatura era "o sorriso da sociedade", ninguém apresentava dentes mais alvos do que Olavo Bilac. Seu único concorrente era seu amigo: Coelho Neto, apontado por Lima Barreto como "o mais nefasto dos intelectuais brasileiros". Nascido na periferia, Coelho Neto (1864-1934) lutou contra a pobreza a vida inteira e o fez com um exército de palavras. Suas obras completas enchem 27 volumes. Com uma prosa francamente francófila, combinando ecos de romantismo com o florescimento do naturalismo, Coelho Neto pôs em movimento uma "linha de montagem" literária, na qual produzia mercadorias verbosas com a maior rapidez possível. Talvez não configurassem a melhor prosa do mundo: o importante é que vendiam bem. Apesar dos méritos esparsos, a obra de Bilac e Coelho Neto era feita para entreter as senhoras da sociedade. E isso ela fazia.

O Triste Fim de Lima Barreto

Pobre e mulato como Machado de Assis —e como João do Rio—, Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) também vislumbrou na literatura sua única possibilidade de ascensão social num país exclusivista e afrancesado como era o Brasil do alvorecer do século 20. Ao contrário de Machado, porém, Lima Barreto teve a imortalidade em vida firme e permanentemente negada por seus contemporâneos. Apesar de ter escrito livros admiráveis —ainda que ríspidos e eventualmente cruéis—, seu talento só seria reconhecido postumamente. E o pior é que Lima Barreto morreu devagar, acossado pela loucura e pela bebida, um boêmio prematuramente envelhecido, maltrapilho e amargo, que nunca sentiu o gosto do sucesso, indispensável para o senso pessoal de valor de um mestiço justificadamente paranóico como ele.

Afonso Henriques de Lima Barreto —"nome de rei para um pobre mulato, hóspede acidental do hospício, dado à cachaça e frequentador habitual de botequins", como escreveu o crítico Nelson Werneck Sodré— nasceu no Rio, de um casal de mulatos que, "apadrinhado" por uma família rica, conseguiu dar ao filho a oportunidade de não só ingressar na Escola Politécnica (uma cidadela positivista) como de arrumar um "emprego decente".

Lima Barreto tornou-se um pequeno burocrata ministerial. Mas, para ele, esse emprego era uma espécie de morte mental lenta. Para libertar-se, iniciou a luta para virar um escritor reconhecido. A grandeza literária se tornou sua obsessão particular "e sua única esperança de vingança em uma sociedade cujas pretensões eurófilas, racismo e preconceitos de classe ele assimilara e sofria diariamente", como observou o historiador Jeffrey Needell no livro "Belle Époque Tropical".

A última vez em que Lima Barreto tentou entrar para a Academia Brasileira de Letras, em 1922, quis fazê-lo para ocupar a vaga aberta com a morte —como a dele próprio, prematura— de João do Rio, em 1921. Também mulato, como Lima Barreto e Machado de Assis, o cronista e jornalista João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, nascido em 1881, era homossexual e cocainômano. Tinha, portanto, ainda mais motivos para ser escorraçado pelo "alto mundo" literário da rua do Ouvidor e se tornar, como Lima Barreto, um marginal da República das Letras. Mas aconteceu justamente o oposto: junto com Olavo Bilac e Coelho Neto, João do Rio tornou-se um dos principais cronistas da "belle époque" carioca e seu principal jornalista. Dono de um estilo surpreendentemente ágil e bem-humorado, João do Rio seria um grande inovador do texto jornalístico.

"Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência e para a inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande Humanidade de que quero fazer parte. (...) O homem, por intermédio da arte, não fica adstrito aos preconceitos e preceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai além disso, mais longe do que pode, para alcançar a vida total do Universo."

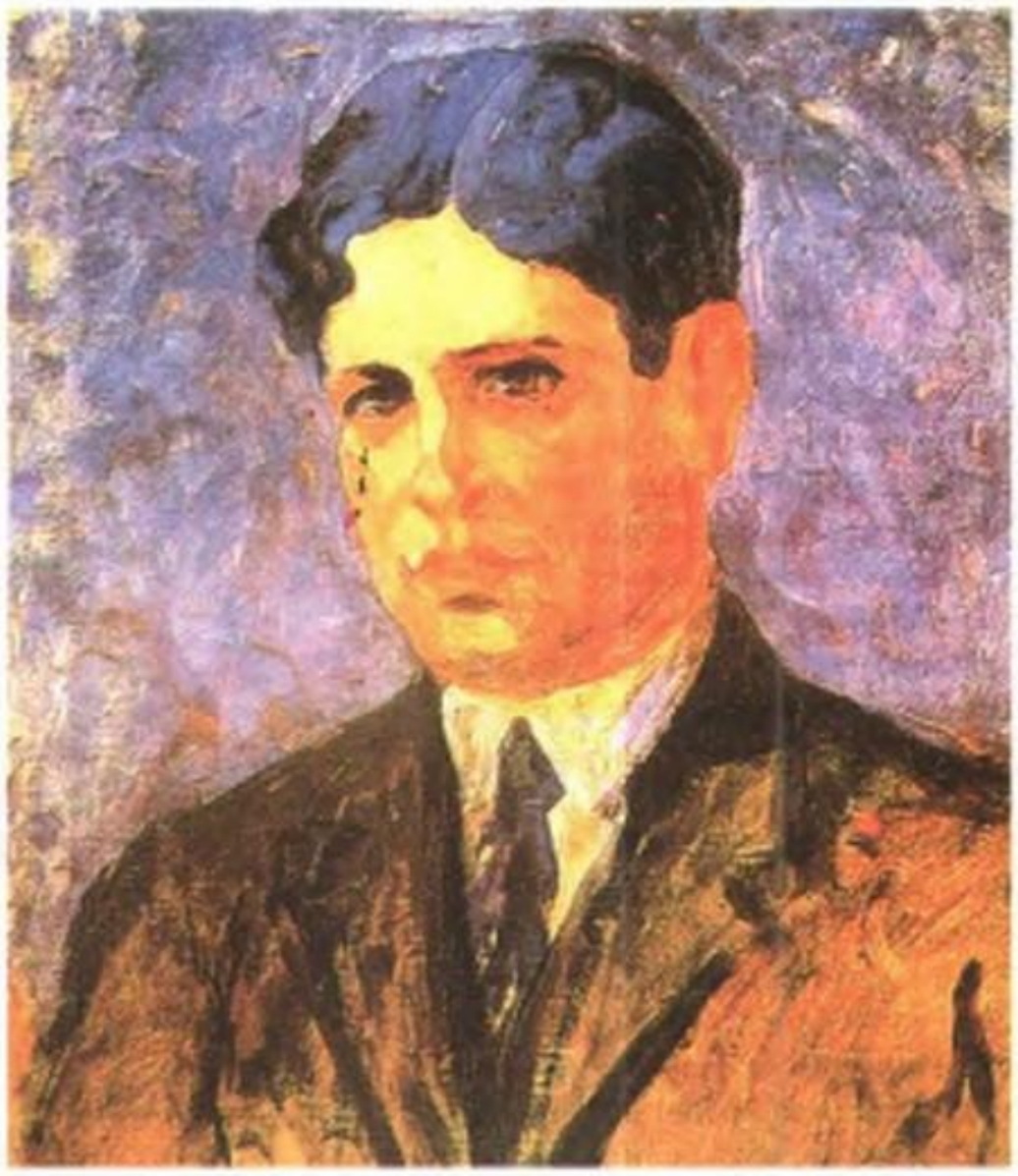
Lima Barreto

Embora, no início de sua carreira, João do Rio (*na caricatura à direita*) escrevesse sobre as favelas, os morros e os prostíbulos, sobre o candomblé e os tipos soturnos que flanavam pelo "bas-fonds" carioca, ele logo mudou de estilo. Passou a assinar uma "coluna social", na qual "alimentava o narcisismo do 'alto mundo', com mexericos, reflexões elegantes, comentários de moda e 'divertissements' picantes". A razão de seu sucesso estrondoso foi, segundo Jeffrey Needell, o fato de ele "escrever sobre o mundo da elite carioca não como ele era, mas como a elite gostaria que fosse".

Gordo e glutão, dândi de ternos bem-cortados, monóculo e chapéu de bico, João do Rio foi plenamente aceito pela sociedade. Mas o advento da Semana de Arte Moderna —na "distante" São Paulo, um ano após a morte de João do Rio— varreria como um tufão o bricabraque luxuriante e edulcorado da "belle époque" carioca.

Se Machado de Assis dissecou o Segundo Reinado, Lima Barreto fez a autópsia da Primeira República. O que provocou o mal-estar de seus contemporâneos não foi apenas a abordagem cínica, escorada num "texto amargo, irônico, flexível e cortante como um florete", que Lima Barreto fez dos "temas nacionais". Num tempo em que o preciosismo gramatical era um bem sagrado, ele incorporou o linguajar das ruas, a gíria, a "fala carioca" à sua prosa urbana e ruidosa. Jamais se importou com "os erros da transcendente gramática dos importantes". Em livros como "Recordações do Escrivão Isaías Caminha" (1909), "Triste Fim de Policarpo Quaresma" (1915) e "Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá" (1919), ele devastou a "república do Kaphet", ridicularizando a burocracia fardada, morna e estúpida, que se arrastava por trás dos jacobinos florianistas; atacou os "escravocratas de quatro costados da administração republicana, cujo objetivo é enriquecer a antiga nobreza agrícola e conservadora, por meio de tarifas, auxílios à lavoura, imigração paga, etc.". Transformou o Brasil em Bruzundanga, o reino dos corruptos, e percebeu que o país era governado pelo "homem que sabia javanês". Mas foi como se Lima Barreto falasse grego: ninguém quis entendê-lo. Por três vezes tentou entrar para a academia —por três vezes foi rejeitado. Morreu em 1922 e por pouco não foi enterrado como indigente.

A Semana de Arte Moderna de São Paulo passou sobre os escombros de seu anonimato. Nem os rebeldes paulistas tinham sabido reconhecer o talento do mulato que uma vez gritara: "Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre?"



Os Dois Andrades

Foi um encontro que mudou a cara do Brasil —e o tornou mais esperto, mais ladino, mais tropical. Menos França e mais Brasil. No dia 21 de novembro de 1917, o escritor e jornalista Mário de Andrade deu uma conferência no Conservatório de Arte Dramática, em São Paulo. Finda a palestra, o repórter do "Jornal do Commercio" se estapeou com um colega de outra publicação para obter as laudas originais. No dia seguinte, seu jornal publicou o texto completo. O repórter do "Jornal do Commercio" se chamava Oswald de Andrade. Estava iniciada a amizade que mudaria os rumos da arte no Brasil.

Menos de um mês depois, em 12 de dezembro, os dois novos amigos foram a uma exposição de pintura. "Os rapazes chegaram numa chuvarada. Começaram a rir a toda e um deles não parava. Fiquei furiosa e pedi satisfação. Quanto mais eu zangava, mais o tal não se continha. Afinal, meio que sossegou e, ao sair, apresentou-se: 'Sou o poeta Mário Sobral'." Mário Sobral era o pseudônimo de Mário de Andrade. Seu companheiro, claro, era Oswald. E a pintora, que registrou o episódio em seu diário, se chamava Anita Malfatti. Dias depois, "Sobral" enviava um poema a Anita. Mais tarde, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou uma crítica devastadora da exposição, assinada pelo respeitado Monteiro Lobato. Oswald logo rebateu as opiniões de Lobato —embora isso não tenha sido suficiente para impedir que vários quadros já vendidos fossem devolvidos.

Passados alguns meses, os amigos, agora inseparáveis, foram procurar o escritor Menotti del Picchia —redator-chefe do "Correio Paulistano" e autor do livro "Juca Mulato"— no hotel onde ele vivia, no Centro de São Paulo. O trio fez um pacto para "botar por terra toda a arte passadista e acadêmica". Mas a turma ainda não estava completa. No dia 14 de janeiro de 1920, Oswald e o pintor Di Cavalcanti descobrem que, no porão do inacabado Palácio das Indústrias, em São Paulo, trabalhava "um escultor, um tipo esquisitão, de pouca prosa, que faz umas estátuas enormes e estranhas". Era Vítor Brecheret. Só então o time —montado pelos "mariscadores de gênios", os Andrades Mário e Oswald— ficou pronto para o jogo decisivo. Em breve, o Brasil ouviria falar deles.

A simbiose entre Mário (*acima, à esquerda, pintado por Lasar Segall*) e Oswald de Andrade (*à direita, por Tarsila do Amaral*) era de fato espantosa. O primeiro era um intelectual tímido e comedido, dono de uma erudição sólida e sossegada; um jornalista de classe média, gênio gentil e generoso. Oswald, milionário excêntrico, boêmio desregrado e "clown", dono de um Cadillac verde (comprado só porque tinha cinzeiro) e de escandalosas luvas brancas com losangos pretos, era audacioso e revolto; um iconoclasta desabusado, perspicaz e bárbaro. Mário lia tudo e não conhecia ninguém. Oswald não lia nada e conhecia todo o mundo. Um completava o outro. Quando se tornaram "Oswaldário dos Andrades", ou "Marioswald de Andrade", o mundo tremeu.

O Teatro Municipal de São Paulo era o prédio mais requintado da metrópole do café. Inaugurado em 11 de setembro de 1911, no mais puro estilo neoclássico, comportava mais de 1.600 espectadores. Fora projetado pelo arquiteto Ramos Azevedo para ser o templo das artes mais refinadas de seu tempo. Como esse santuário do conservadorismo artístico (*à esquerda*), que simbolizava tudo que o modernismo jurara destruir, veio a se tornar o palco da manifestação artística mais iconoclasta e ruidosa já realizada na paroquial cena cultural de São Paulo?

Em novembro de 1921, durante a inauguração de uma exposição de Di Cavalcanti, no Rio, o pintor sugeriu à "mocidade artística de São Paulo" a organização de um evento "espetacular que abalasse, pelo vulto e violência, o povo brasileiro". A idéia contou com o apoio do cafeicultor Paulo Prado, milionário culto e homem do mundo, do riquíssimo deputado e empresário José Freitas e de Washington Luís, presidente de São Paulo e homem de letras. Por influência deles —e pela presença dos consagrados Villa-Lobos e Guiomar Novaes— o teatro foi emprestado.

A Primeira Semana do Novo Brasil

A sugestão dada por Di Cavalcanti aos jovens rebeldes de São Paulo começou a se materializar quando os ricos e refinados Paulo e Marinette Prado —cafeicultores com a vida e a mente voltadas para a Paris dos modernistas— decidiram apoiar o evento. Eles formaram um comitê patrocinador que contou com o apoio do "escol financeiro e mundano da sociedade paulista": Alfredo Pujol, Armando Penteado, José de Freitas e o prefeito Antônio Prado. O "Correio Paulistano", órgão do PRP cujo redator-chefe era Menotti del Picchia, também "agasalhou os avanguardistas, com o consentimento de Washington Luís, presidente do Estado". Com tal apoio logístico, os novos canibais partiram para a ofensiva. A Semana de Arte Moderna durou três dias e reuniu poetas, escultores, pintores, músicos e intelectuais ligados à Nova Arte. Iniciou-se calma e convencional em 13 de fevereiro, com a palestra "A emoção estética na arte moderna", proferida por Graça Aranha, um dos padrinhos do evento (*leia o quadro abaixo*).

A confusão começou dois dias depois, na palestra de Menotti del Picchia ("Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa Arte", disse ele). Apesar de a conferência ter claramente aberto a temporada de caça ao "passadismo", a platéia se conteve e não vaiou. Minutos depois, porém, o que houve foi... Bem, ouçamos a versão da vítima, Oswald de Andrade:

"Apenas Menotti se sentou e, quando me levantei, o teatro estrugiu numa vaia irracional e infrene. Antes mesmo d'eu pronunciar uma só palavra. Esperei de pé, calmo, sorrindo como pude, que o barulho serenasse. (...) Abri a boca. Ia começar a ler, e nova pateada se elevou, imensa, proibitiva. Nova espera. (...) Então pude começar. Devo ter lido baixo e comovido. O que me interessava era acabar depressa e sair. Mário de Andrade me sucedeu, e vaia estrondou de novo. Com aquela santidade que o marcava, Mário gritou: 'Assim não recito mais'. Houve grossas gargalhadas".

Anos depois, Mário de Andrade se questionaria: "Como tive coragem pra dizer versos diante duma platéia tão bulhenta?" A seguir, as coisas se acalmaram graças às melodias tocadas pela "superstar" Guiomar Novaes, que atraíra o público até lá (*leia na página 207*). A terceira e última noite do evento, em 17 de fevereiro, foi inteiramente dedicada a um recital de Villa-Lobos. Embora ele já fosse um pianista respeitado, quando entrou no palco de fraque e chinelos o público voltou a se enraivecer. Os sons fabulosos do jovem maestro e compositor logo domaram a platéia, e a Semana terminaria com aplausos efusivos a Villa-Lobos.

É preciso deixar claro que os modernistas vaiados não foram vítimas inocentes. O jogo perverso entre palco e platéia, os apupos, achincalhes, "miados e relinchos" estavam no programa, faziam parte do espetáculo e talvez fossem até desejados —tanto é que, ainda hoje, há estudiosos que acham que os modernistas "contrataram" gente para uivar contra eles. A vaia era o mais caro sinal de reconhecimento.

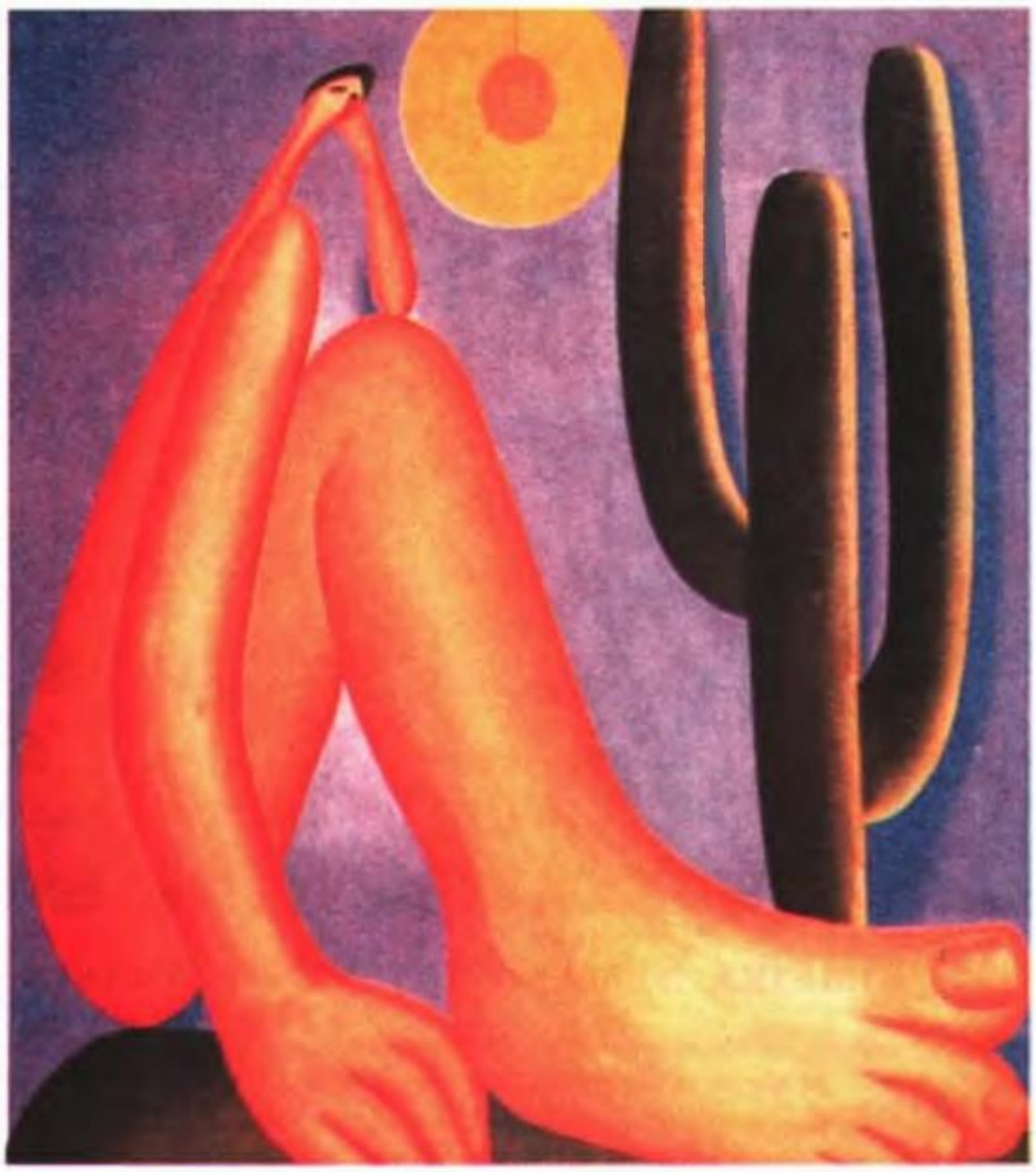
Foi na pequena livraria carioca onde se deu a exposição de Di Cavalcanti que "a mocidade artística e literária de São Paulo" teve o primeiro contato com o escritor e diplomata Graça Aranha. Sob a liderança do autor do "livro tabu" *Canaã* (publicado em 1902 e que, segundo Oswald de Andrade, "ninguém havia lido e todos admiravam"), a Semana adquiriria certo "prestígio oficial". Aranha vivia em Paris e se achava herdeiro da posição olímpica do barão do Rio Branco. Os cafeicultores lhe deviam favores e alguns diziam que, na Europa, ele era visto como "a maior glória do nome brasileiro e orgulho da raça latina". Aranha (*à direita*) não tinha muito que ver com os modernistas. Mas em breve eles também lhe deveriam favores. O próprio Oswald reconheceu que o apoio de Graça Aranha foi "um presente do céu". Afinal, "com o endosso dele poderíamos ser tomados a sério. Do contrário, era difícil". Por prudência e obviedade, o diplomata-filósofo foi escolhido para fazer a palestra da noite de abertura. Ela se chamou "A emoção estética na arte moderna" —e até pode ter sido moderna, mas não foi nem um pouco modernista. Tanto que seria uma das únicas manifestações literárias a escapar das vaias furiosas dos almofadinhas da platéia. Graça Aranha era um "medalhão" inatacável, e parece não haver dúvidas de que foi estrategicamente escolhido para abrir o festim. Os canibais modernistas, ao fim e ao cabo, também precisaram recorrer a padrinhos poderosos.

O Manifesto Antropófago

A pintura teve importância fundamental não apenas no advento da Semana de Arte Moderna como na eclosão de todo o movimento modernista que veio a seguir. De início, é preciso lembrar que o primeiro vislumbre que São Paulo teve de arte moderna ocorreu na exposição do pintor Lasar Segall, em 1913 —mostra que causou espanto a ponto de a sociedade preferir esquecer que havia acontecido. Depois, foi na visita à exposição de Anita Malfatti que Mário de Andrade e Oswald de Andrade não só selaram sua amizade como partiram dali para atitudes mais práticas. Oswald, mais combativo, saiu em defesa de Anita, duramente atacada por Monteiro Lobato (*leia na página seguinte*). Mário, mais introspectivo, escreveu um poema inspirado no quadro "O Homem Amarelo". Anos depois, disse: "Não posso falar pelos meus companheiros, mas eu, pessoalmente, devo a revelação do novo e a convicção de revolta a Anita e à força dos seus quadros".

É preciso lembrar também que a idéia de deflagrar o movimento que Oswald batizaria de "revolução sem sangue" nasceu durante uma mostra do pintor Di Cavalcanti. Mas isso seria apenas o começo.

Foi com a chegada da pintora Tarsila do Amaral ao Brasil (ela vivia em Paris e desembarcou em São Paulo em julho de 1922) que a efervescência passageira da Semana de Arte Moderna adquiriria os contornos mais permanentes de uma revolução estética. A arte de Tarsila inspirou e hipnotizou os modernistas.



Manifesto Antropófago

"Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. (...) Tupy or not tupy, that is the question.(...) Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago. (...) Contra as elites vegetais. Em comunicação com o solo. (...) Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade. A alegria é a prova dos nove. (...) A peste dos chamados povos cultos e cristianizados. É contra ela que estamos agindo."

Oswald de Andrade
Ano 374 da deglutição do bispo Sardinha

Tarsila era linda, era rica, era chique, era talentosa, era exótica. Não bastasse, ainda era amiga de Fernand Léger, de Jean Cocteau, de Blaise Cendrars, de Jean Giraudoux —turma que ela introduziu à feijoada, à caipirinha, aos cigarros de palha de milho e ao café cheiroso, em seu ateliê em Paris. Ao retornar ao Brasil, depois de alguns anos na Europa, caiu nos braços dos "avanguardistas". E o playboy intelectual Oswald ("Osváld", como gostava de ser chamado) logo se apaixonou por ela. E foi correspondido.

O primitivismo, a "simplicidade alcançada" e a crítica ao "nacionalismo postiço" presentes na obra de Tarsila inspiraram o amante —logo marido— Oswald a lançar, em março de 1924, o "Manifesto da Poesia Pau-Brasil". Mas ainda não era tudo.

Em 11 de janeiro de 1928, Tarsila deu de presente de aniversário a Oswald um quadro poderoso, perturbador, onírico, ancestral. Ele mostrava uma figura misteriosa, agigantada, pés e mãos enormes e cabeça minúscula; de cor terrosa, contrastando com o céu de um azul imaculado no qual um sol-laranja-flor tangenciava um cacto selvagem. Oswald, em companhia do poeta Raul Bopp, se transfigurou. "O que será isso?", quis saber Bopp. Oswald achou que deveria se tratar de um gigante e sugeriu que o batizassem com "um nome selvagem". Tarsila arranjou então um dicionário de tupi e, nele, os três encontram o nome: "aba" (homem) "poru" (que come). Nascia "Abaporu", o Antropófago (*acima*). Estava fundado um novo movimento.

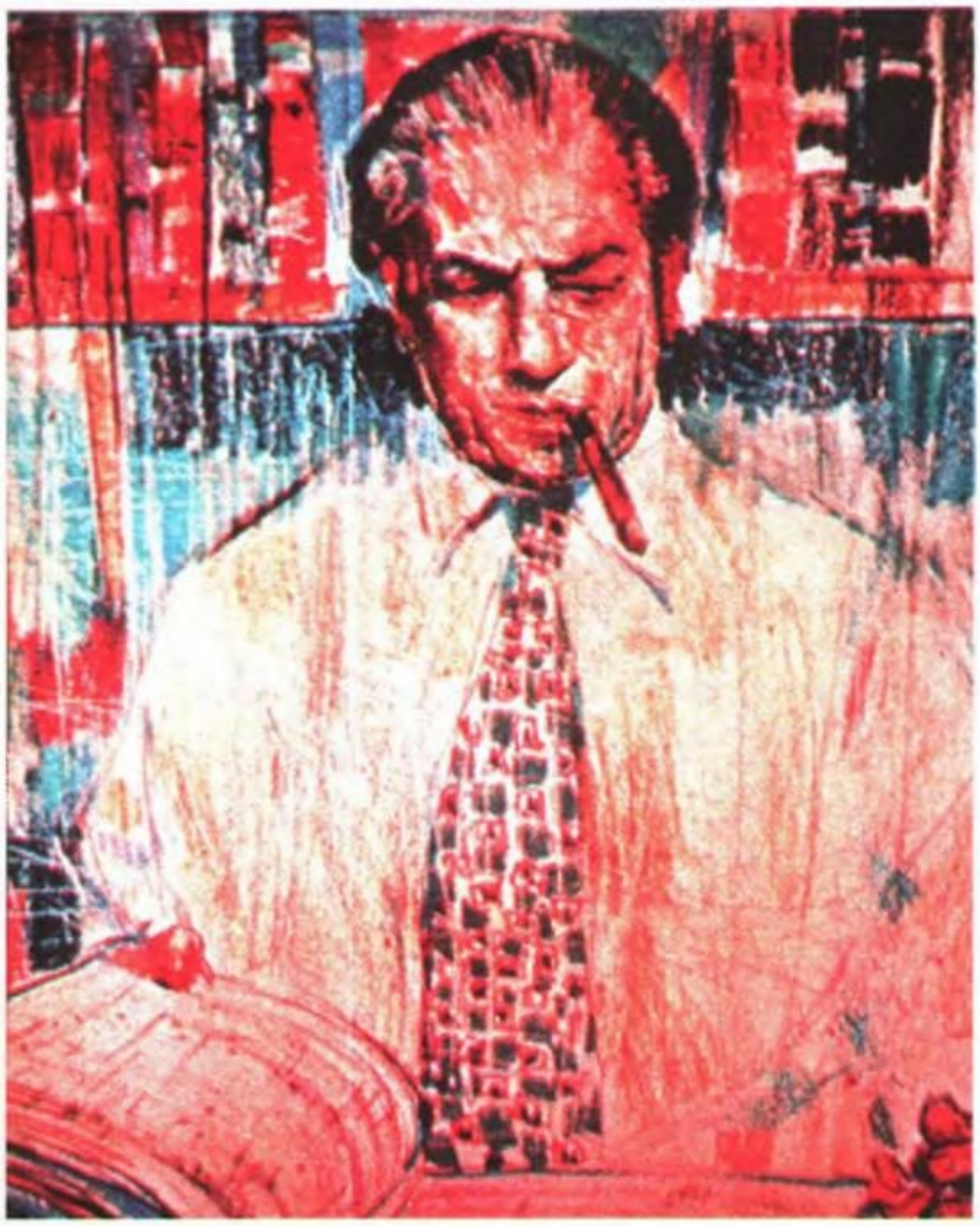
O Brasil não seria o mesmo sem "O Homem Amarelo", sem "A Mulher de Cabelos Verdes", sem "O Japonês", sem "A Estudante Russa" (*à esquerda*). O Brasil não seria como é sem a pintura de Anita Malfatti, porque sem a pintura dela talvez não tivesse acontecido a Semana de Arte Moderna de 1922. Tudo começou em 1917, quando Anita, jovem paulista de classe média alta, que vivera na Europa e nos Estados Unidos (onde conhecera Juan Gris, Marcel Duchamps, Isadora Duncan e Máximo Górki), voltou ao Brasil e decidiu mostrar para alguns conhecidos as pinturas que fizera, inspirada pelo expressionismo e pelo cubismo nascente. "Todos acharam minhas telas feias, dantescas, e todos ficaram tristes; não eram santinhos do colégio."

Anita guardou os quadros. Mas "alguns jornalistas pediram para ver aquelas obras tão malfeitas —e acharam que eu devia fazer uma exposição". A exposição foi inaugurada em dezembro de 1917. Dez dos 53 quadros já tinham sido vendidos quando Monteiro Lobato publicou sua crítica devastadora no "Estadão". As telas foram devolvidas. Mas Anita, sem saber, lançara um movimento. "Pode-se dizer que a pintura de vanguarda, no Brasil, enquanto luta e polêmica, tem o seu ponto de partida numa mulher e o de chegada em outra. A sua conquista de compreensão e a imposição de sua legitimidade, como expressão nova de arte, começam e terminam, respectivamente, em Anita Malfatti e Tarsila do Amaral", escreveu o crítico Mário da Silva Brito.

Os Sons de Villa-Lobos

Se a pintura ajudou a deflagrar o movimento modernista, foi graças à música que os ingressos postos à venda no Teatro Municipal, para as noites de 13, 15 e 17 de fevereiro, se esgotaram na hora. A maioria dos "burgueses" presentes à cena inaugural do modernismo pau-brasil não estava lá para ouvir poesia sem rima, ver borrões emoldurados ou assistir a palestras sobre um futuro para eles distante e alheio. Estava lá para ouvir a pianista Guiomar Novaes e admirar o compositor Heitor Villa-Lobos.

Guiomar Novaes, a pequena-prodígio, desde cedo se revelara tão talentosa que, aos 13 anos, em 1909, foi mandada a Paris para estudar com Debussy. Aos 15 anos, ganhou o grande prêmio do Conservatório de Paris —e foi ovacionada de pé. Passou a percorrer o mundo, num turbilhão de consagração e fama. Em março de 1921, bateu o recorde de lotação do Carnegie Hall, em Nova York. Era a artista brasileira mais conhecida no exterior. Cada apresentação no Brasil era sinônimo de lotação esgotada, tumulto na porta, multidões ensandecidas. E Guiomar fora escalada para tocar na quarta-feira, 15 de fevereiro. De fato, tocou, foi aclamada como sempre e passaria ilesa pela polêmica Semana se não tivesse denunciado, em carta aberta, "o caráter bastante exclusivista e intolerante que assumiu a primeira festa da arte moderna (...) em relação às demais escolas de música das quais sou intérprete e admiradora". Guiomar Novaes estava indignada com o deboche a Chopin. Ou estaria com ciúme do sucesso de Villa-Lobos?



"A música de Villa-Lobos é uma das mais perfeitas expressões da nossa cultura. Palpita nela a chama da nossa raça, do que há de mais belo e original na raça brasileira. Ela não representa um estado parcial da nossa psique. Não é a índole portuguesa, africana ou indígena, ou a simples simbiose dessas quantidades étnicas que percebemos nela. O que ela nos mostra é uma entidade nova, o caráter especial de um povo que principia a se definir livremente, num meio cósmico digno dos deuses e dos heróis."

Ronald de Carvalho
17 de fevereiro de 1922

Aos 35 anos, o maestro Heitor Villa-Lobos era um fenômeno da arte moderna brasileira. A própria programação da Semana fora feita para realçar esse fato: Villa-Lobos era o único artista com participação central durante os três dias do evento. Na primeira noite, toda a parte musical do programa era composta por obras suas, interpretadas, entre outros, por sua mulher Lucília. Na segunda noite, ele teria a honra de ver suas composições tocadas pela fabulosa Guiomar Novaes. Por fim, na terceira e última noitada, o próprio maestro executaria suas obras mais conhecidas.

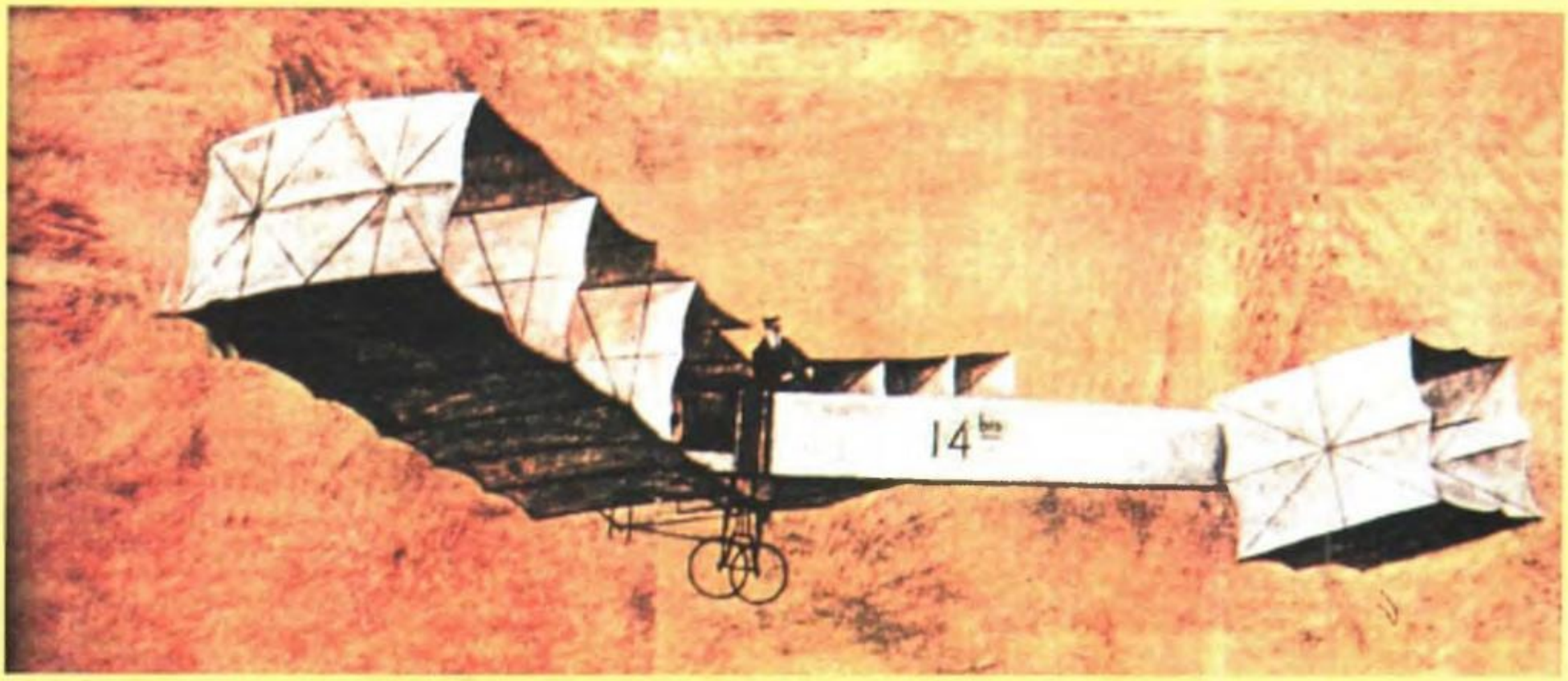
Apesar do início confuso, a apresentação de Heitor Villa-Lobos foi consagradora. Ao entrar no palco, o compositor vestia casaca, conforme o figurino. Porém, atacado por ácido úrico nos pés, calçava... chinelos. Supondo tratar-se de uma manifestação "futurista", o público tentou bagunçar o concerto. Mas Villa-Lobos foi impondo seu talento e terminou a noite sob aplausos estrondosos.

Desde 1915, Villa-Lobos (*à esquerda*) deixava ousadias harmônicas, rítmicas e tímbricas invadirem seu aprendizado tradicional. Uma longa viagem pelo Brasil, realizada de 1905 a 1913, o levara a se apaixonar pelos violeiros nordestinos e pelos sons populares do Brasil. A alquimia sonora que ele forjou imprimiria o conceito de "brasilidade" à música erudita. Depois da semana, Villa-Lobos ganhou uma bolsa do governo de São Paulo e partiu para a Europa. Lá, sua música encantaria Stravinski, Varèse, Prokofiev e De Falla, consagrando-o definitivamente.

Monteiro Lobato ficara famoso em 1916 com sua célebre carta ao jornal "O Estado de S. Paulo" protestando contra as queimadas feitas pelos cafeicultores no oeste de São Paulo. Depois dela, além de se tornar uma figura pública respeitada, virou articulista do jornal. Foi assim que, em dezembro de 17, publicou a resenha "Paranóia ou Mistificação?", devastando a exposição de Anita Malfatti. O respeito que sua opinião despertava era tal que vários quadros já vendidos foram devolvidos.

Até hoje os críticos discutem o que teria levado Lobato a ter a recaída furibunda e conservadora. Afinal, com a publicação de "Urupês", em 1918, e, principalmente, de "Idéias de Jeca Tatu", dois anos depois, Lobato (*à direita*) se alinharia aos modernistas. Mais do que isso: seu estilo cáustico, seu pendor para a ironia e a caricatura, a mordacidade e o azedume com que seu Jeca Tatu simbolizava o caipira até então esquecido ou romantizado —tudo o tornava um apóstolo do espírito moderno.

Além do mais, ao fundar, em 1920, a editora Monteiro Lobato e Cia., ele inovaria a história da indústria editorial no Brasil, profissionalizando e sistematizando a produção de livros, traduzindo e publicando, inovando nas capas e lutando para difundir o gosto pela literatura num país semi-analfabeto. Tanto que, entre as centenas de autores que sua casa editorial viria a publicar, estariam os modernistas (e ex-inimigos) Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e Guilherme de Almeida. Como se não bastasse, Lobato foi também um dos únicos intelectuais a descobrir o talento de Lima Barreto —e, nesse particular, ele superou os modernistas. Anita Malfatti, porém, jamais lhe perdoaria o deslize inicial.



O Brasileiro Voador

Quinze anos antes de os poetas "antropófagos" virarem o Brasil de pernas para o ar, um dândi brasileiro que vivia em Paris tinha elevado o país às nuvens. Alberto Santos Dumont, "o brasileiro voador", era neto de um joalheiro francês que se mudara para Minas Gerais no início do século 19 e filho de um fazendeiro que, depois de ter ficado paralítico devido a uma queda do cavalo, retornou para Paris em 1891. Alberto nascera na fazenda do pai, no interior de Minas, em 1873. Desde criança era obcecado pela idéia de fazer o homem voar. Por isso, a mudança para Paris foi uma bênção para o jovem estudante. Ele logo se matriculou nos cursos de física, mecânica e eletricidade. Todavia, antes de conseguir elevar-se nos ares, apaixonou-se pelo motor de combustão interna, apresentado ao público na Exposição do Palácio das Indústrias, em Paris, em 1891. Apesar do barulho, do mau cheiro e dos enguiços frequentes, Santos Dumont logo vislumbrou o futuro dos transportes naqueles estranhos veículos movidos a motor. Ao retornar a São Paulo, em 1892, em companhia do pai, trouxe um automóvel Peugeot e o fez rodar pelas ruas da cidade. É provável que esse tenha sido o primeiro carro a circular na América do Sul. Mas Alberto não estava satisfeito com o retorno aos tristes trópicos e pediu ao pai para voltar para Paris, onde pretendia dar continuidade ao estudo de uma nova disciplina, a única que de fato o interessava: a aerostação. O velho Henrique Dumont decidiu então doar dois terços de sua fortuna para os filhos, concedendo também a emancipação jurídica a Alberto, que ainda não completara 18 anos.

Naquele mesmo ano, o jovem Santos Dumont estava de volta a Paris. Em breve, toda a cidade e, a seguir, o mundo ouviriam falar dele. Antes, porém, a elite parisiense se deleitaria com as corridas de automóvel que o jovem brasileiro promovia, vencendo-as frequentemente. Em 1898, já tendo trocado seu Peugeot por um possante De Dion, ele bateu o recorde de velocidade da época: chegou a desenvolver espantosos 30 quilômetros por hora. Nesse mesmo ano, chegou a fazer mais de 30 passeios em balões, que alugava por 250 francos por "viagem". Em 4 de julho de 1898, subiria aos céus dentro do primeiro balão que ele mesmo projetara.

Com seis metros de diâmetro e um invólucro de seda japonesa envernizada, foi "o menor, o mais lindo e o único que teve nome, Brasil", entre todos os balões que Santos Dumont viria a fazer. E o único esférico, já que, baseado nas experiências que Henri Giffard fizera ainda em 1852, o jovem brasileiro decidiu projetar balões alongados, com a forma de um charuto —e impulsionados por um motor a gasolina. Vieram os balões de números 1, 2, 3, 4 e 5. Com o número 6, Santos Dumont ganhou, em 12 de outubro de 1901, o Prêmio Deutsch de la Meurthe (de 125 mil francos), oferecido para o primeiro balonista que, partindo da periferia de Paris, circundasse a torre Eiffel e retornasse ao ponto de partida em menos de meia hora. De repente, em toda Paris só se falava no "monsieur Santôs" (como pronunciavam seu nome em francês). Não era para menos: não bastassem seus feitos aéreos, Santos Dumont era uma figura notável. Baixinho, magro e bigodudo, "Santôs" popularizara os ternos com listras verticais (que usava para disfarçar a altura). Seu chapéu panamá, enterrado na cabeça e com as abas caídas, também entrou na moda. Além do mais, ele inventou o relógio de pulso (que havia projetado e encomendou à joalheria Cartier, sem se preocupar em patenteá-lo, embora fosse batizado de "modelo Santôs"), o hangar (onde guardava suas aeronaves) e um esqui movido a motor. E isso era apenas o começo. A consagração definitiva estava marcada para 23 de outubro de 1906.

Nesse dia, Santos Dumont concretizou sua principal obsessão: fez voar um objeto mais pesado do que o ar. Era o lendário aeroplano 14-Bis, o pai de todos os aviões. O 14-Bis (*no alto da página*) tinha asas, um motor de 24 cavalos e foi, no início, erguido pelo balão número 14 —daí seu nome— e, a seguir, puxado por um burrico, antes de voar de forma autônoma. Em 1909, os irmãos americanos Wright exibiram um modelo aperfeiçoado do avião e garantiram que em 1903 —antes de Santos Dumont, portanto— teriam realizado vôos curtos, em segredo. Como não puderam provar o que diziam, Santos Dumont foi reconhecido pela Federação Aeronáutica Internacional como "Pai da Aviação". Em julho de 1932, Santos Dumont suicidou-se no Guarujá (SP). Diz-se que estava deprimido com o uso bélico dado a seu invento.

Dos 18 do Forte à Coluna Prestes

Nos quartéis, a cada dia o comentário se tornava mais frequente e temerário: "A procissão vai sair". O Clube Militar fora fechado —e, o que era mais ultrajante, a interdição fora feita com base na lei de 1921, contra "associações nocivas à sociedade". O marechal Hermes da Fonseca fora preso e, apesar de domiciliar e com duração de apenas um dia, a pena lhe fora imposta de forma "arbitrária e injusta", segundo os militares. Não era só: apesar de Artur Bernardes negar a autoria das cartas nas quais se achincalhava o marechal Hermes, em particular, e o Exército, em geral, grafólogos asseguravam que a letra era realmente de Bernardes, presidente eleito, cuja posse estava marcada para dali a quatro meses. Mais: segundo seus inimigos de farda, Artur Bernardes fraudara as eleições e só por isso tinha vencido o pleito contra Nilo Peçanha, o candidato que recebera o apoio dos quartéis. Era preciso fazer alguma coisa —e o mais rapidamente possível. Por esse motivo, "a procissão" ia sair.

A conspiração militar para derrubar o governo de Venceslau Brás e impedir a posse de Artur Bernardes deveria começar no forte de Copacabana. Quem liderava a tropa era o capitão Euclides Hermes, filho de Hermes da Fonseca —com o auxílio de vários tenentes, entre os quais Siqueira Campos e Eduardo Gomes. À 1 hora da manhã de 5 de julho de 1922, um dos canhões do forte foi disparado: era a senha para os demais fortes do Rio de Janeiro aderirem ao levante. Mas o tiro de pólvora seca ecoou solitário pela baía. As outras guarnições desistiram de juntar-se à conspiração. "Fomos traídos!", gritou o tenente Siqueira Campos. "Perdemos a revolução. Só resta nos entregarmos como covardes ou sairmos lutando por aí." Ao amanhecer, o forte de Copacabana (*abaixo*) foi bombardeado por dois encouraçados e cercado pelas tropas leais ao governo. "Não queremos levar ninguém ao suicídio", voltou a dizer Siqueira Campos. "Estamos cercados por 4.000 soldados. Quem quiser abandonar o forte, deve fazê-lo agora."

Dos 301 homens, 273 deixam a guarnição. Os 28 restantes estão prontos para tudo. O capitão Euclides Hermes da Fonseca vai ao Catete negociar com o ministro da Guerra, o civil Pandiá Calógeras. Chegando lá, é preso. No forte, seus companheiros dividem a bandeira do Brasil em 28 pedaços e decidem sair às ruas, seguindo em direção ao palácio do governo. Começa a Marcha da Morte. Lentamente, armados e de peito estufado, eles caminham pela avenida Atlântica (*acima*). Na altura do hotel de Londres, restam apenas 18; os demais desertaram. A eles, junta-se um transeunte civil, o engenheiro gaúcho Otávio Correia. Nas ruas laterais, 4.000 soldados aguardam as ordens para enfrentá-los. Ouvem-se alguns tiros e, agora, são apenas dez os homens que marcham para a morte —entre eles, Correia. Uma nova saraivada de tiros e oito cadáveres jazem no chão da avenida. Sobrevivem apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes —justamente os dois líderes do movimento que entraria para a história com o nome de Os 18 do Forte.

A quixotesca revolução dos 18 do Forte teria profundas consequências. Foi a primeira eclosão do movimento tenentista —a revolta dos quartéis em oposição ao regime oligárquico que em breve representaria a revolta da classe média contra os desmandos da elite café-com-leite. O dia 5 de julho se tornaria uma data marcante, na medida em que nessa data haveria, no futuro, outras insurreições militares.

Por fim, oito anos mais tarde, em 1930, o tenentismo terminaria chegando ao poder, sob a liderança de Getúlio Vargas. E os tortuosos caminhos da história acabariam por tornar Vargas inimigo número um do mais heróico dos "tenentes": o capitão Luís Carlos Prestes, líder da épica marcha tenentista conhecida como Coluna Prestes.

A Revolução de 1923 no RS

Político, jornalista, poeta e estancieiro, Joaquim Francisco de Assis Brasil (1858-1938) era o líder natural dos opositores ao governo Borges de Medeiros. Eleito deputado em 1884, ainda nos tempos do Império, foi ministro na Argentina em 1890 e embaixador na China em 1893. Dois anos antes, Assis Brasil rompera com o Partido Republicano e com Júlio de Castilhos. Depois dos trágicos acontecimentos da Guerra Civil de 1893, decidiu afastar-se da política. Mas, em 1922, não pôde recusar o convite dos federalistas e dos democratas e voltou à ativa para liderar a revolta de metade dos gaúchos contra Borges.

Seis meses após o episódio dos 18 do Forte e apenas 71 dias depois da posse do presidente Artur Bernardes, uma nova revolução sacudiria o Brasil, dessa vez por mais tempo e com maior derramamento de sangue. Nesse caso, porém, tratava-se de um confronto local —embora, a partir dele, o movimento tenentista adquirisse novo fôlego e se sentisse preparado para se disseminar por outras regiões do país.

A Revolução de 1923 eclodiu a 25 de janeiro, dia da quarta posse consecutiva de Borges de Medeiros no governo do Rio Grande do Sul. A Constituição estadual gaúcha —feita por Júlio de Castilhos em 1891, à sua imagem e semelhança— era de cunho autocrático e positivista. Ainda assim, estabelecia que, para suceder a si mesmo, um governador teria de receber 75% dos votos. Com a certeza de que tal índice só seria obtido por meio da fraude mais descarada, federalistas, estancieiros e democratas —inimigos mortais dos castilhistas e de seu herdeiro político, Borges— deixaram momentaneamente de lado suas divergências e se fundiram numa Aliança Libertadora para extinguir o reinado do Chimango, como Borges fora apelidado.

Sob a liderança de Assis Brasil, os rebeldes se intitularam "libertadores" e iniciaram o combate a Borges. Em janeiro de 1923, quando o governo anunciou que "vencera" as eleições de novembro de 1922 com a margem exigida pela Constituição, a guerra rebentou. Foi quase uma repetição do que ocorrera na Guerra Civil de 1893: os republicanos de Borges, que se denominavam "legalistas", estavam mais bem armados e em maior número. Enfrentaram com modernas metralhadoras os exércitos de lanceiros libertadores (que, como em 1893, usavam o lenço vermelho ao redor do pescoço). Além dos 3.500 homens da Brigada Militar (fundada por Castilhos), Borges contava com os 8.500 soldados dos chamados "corpos provisórios".

Esses ferozes batalhões de peões eram liderados pelos caudilhos da nova geração: Flores da Cunha (*primeiro à esquerda na foto acima*), Osvaldo Aranha (*terceiro a partir da esquerda*) e Getúlio Vargas. Flores comandou a Brigada do Oeste e venceu os rebeldes em cada combate que conseguiu provocar. Os libertadores também tiveram seus heróis, entre eles, Batista Luzardo e Honório Lemes. A revolução durou dez meses e mais de mil homens morreram.

Desde o começo do conflito, Assis Brasil tentou convencer Artur Bernardes a não reconhecer a "vitória" eleitoral de Borges e a intervir no Rio Grande do Sul, como fizera na Bahia e em Pernambuco e logo faria no Rio de Janeiro —punindo os Estados que formaram a Reação Republicana, contrária a sua candidatura. Apesar de ter sido justamente Borges o principal articulador da Reação, Bernardes sabia que intervir no Rio Grande do Sul seria muito arriscado. E, de início, não envolveu o governo central no conflito. Mais tarde, decidiu aliar-se ao próprio Borges, forçando a bancada gaúcha a apoiar, no Congresso, sua intervenção no Rio de Janeiro para derrubar Nilo Peçanha.

Uma vez consolidado seu poder no Rio de Janeiro, Bernardes começou a forçar Borges a fazer certas concessões aos libertadores. Em 14 de dezembro de 1923, na estância de Assis Brasil, foi assinada a paz entre legalistas e libertadores, conhecida como Pacto de Pedras Altas. Borges continuou no poder, mas teve de mudar a Constituição: as reeleições ficaram proibidas e o governador não poderia indicar o seu vice. Foi uma grande vitória de Bernardes. Nos quartéis da fronteira, porém, alguns tenentes achavam que a luta estava só no começo.

A Revolução Paulista de 1924

Para toda uma geração de jovens militares, o dia 5 de julho de 1922 marcou o início da história contemporânea, pois a sublevação "heróica" dos 18 do Forte seria o estopim duma série de revoltas que acabaram destruindo a República Velha. A data se tornara tão simbólica que, no segundo aniversário do levante do Forte de Copacabana, a 5 de julho de 1924, insurreições militares eclodiram em São Paulo, Sergipe e Amazonas. Os movimentos do Norte foram dominados e o governo conseguiu manter os quartéis sob controle. Em São Paulo, porém, os rebeldes tomaram a capital do Estado e a ocuparam por três semanas.

Esse movimento foi comandado pelo general gaúcho Isidoro Dias Lopes (*veja texto à direita*), pelo major Miguel Costa, comandante do Regimento de Cavalaria da Força Pública, e pelo tenente Joaquim Távora. Entre os combatentes mais destacados figuraram os tenentes Eduardo Gomes (líder dos 18 do Forte, que retornou do exílio para participar da luta), Juarez Távora (irmão de Joaquim), o feroz João Cabanas e o ardiloso Filinto Müller. O objetivo do golpe era a deposição do presidente Artur Bernardes —o inimigo número um dos militares.

Embora planejada com antecedência, a revolução começou caoticamente. Às 5 horas da manhã de 5 de julho, 2.600 soldados rebelados tomaram com facilidade os quartéis do Exército e da Força Pública, no bairro da Luz, em São Paulo, mais as estações de trem da Luz e da Sorocabana. Ingenuamente, contudo, os revoltosos esqueceram-se de cortar as comunicações telegráficas e telefônicas, e a notícia da rebelião chegou à capital federal, onde Artur Bernardes se preparou para combatê-la. Antes da chegada das tropas legalistas, os rebeldes abriram fogo contra o palácio dos Campos Elísios, onde estava o presidente do Estado, Carlos de Campos.

No dia 6, o primeiro contingente das tropas federais chegou a São Paulo, mas parte dele aderiu aos revoltosos. No interior do Estado, fazendeiros e comerciantes armaram voluntários para combater o golpe, formando os chamados "pelotões patrióticos". Ao anoitecer do dia 8, impossibilitados de tomar a cidade com seus blindados pesados demais (*acima*) e incapazes de expandir a luta até Santos, os rebeldes enviaram um mensageiro ao palácio bombardeado. Iam propor a rendição em troca de anistia. Depararam com o palácio vazio.

O presidente Carlos de Campos fugira de madrugada. Assim, os rebeldes tomaram o poder. Mas não por muito tempo: Artur Bernardes ordenou o bombardeamento aéreo de São Paulo, embora soubesse que isso provocaria a morte de civis inocentes. As bombas deixaram a cidade entregue ao caos. Em meio ao desespero da população, inúmeros armazéns, mercados e depósitos foram saqueados. A partir do dia 16 de julho, com 15 mil soldados fiéis ao governo cercando a cidade, iniciaram-se as negociações para o armistício.

A princípio, o general Isidoro condicionou a assinatura de um acordo à entrega do poder a um governo provisório e à convocação de uma Constituinte. Bernardes recusou a proposta. A seguir, os revoltosos prometeram depor as armas se fossem anistiados. Quando essa reivindicação também foi negada, as forças rebeldes decidiram abandonar a capital, de trem, partindo no dia 27 de julho rumo a Foz do Iguaçu (PR). Em outubro de 1924, alguns tenentes gaúchos, inconformados com o Pacto de Pedras Altas, se insurgiram e começaram a marcha para se unir aos paulistas no Paraná. Em abril de 1925, os dois grupos se juntaram, formando o que viria a ser o embrião da Coluna Prestes.

Veterano da Revolução Federalista de 1893 e das lutas contra Floriano, o coronel gaúcho Isidoro Dias Lopes, um militar reformado, foi convidado pelos tenentes paulistas para assumir o comando da Revolução de 1924. Ele chegou à cidade de trem, vindo do Rio de Janeiro, na noite de 4 de junho. Logo se desentendeu com o major Miguel Costa, o outro chefe do levante. Foi de Isidoro a decisão de deixar a cidade e partir para o Paraná. Apesar de sugerir que os rebeldes gaúchos se juntassem aos paulistas, Isidoro se mostrou contra o início da marcha da Coluna Prestes. Ele queria depor as armas. Em 1932, participou do levante contra Vargas.

A Coluna Prestes

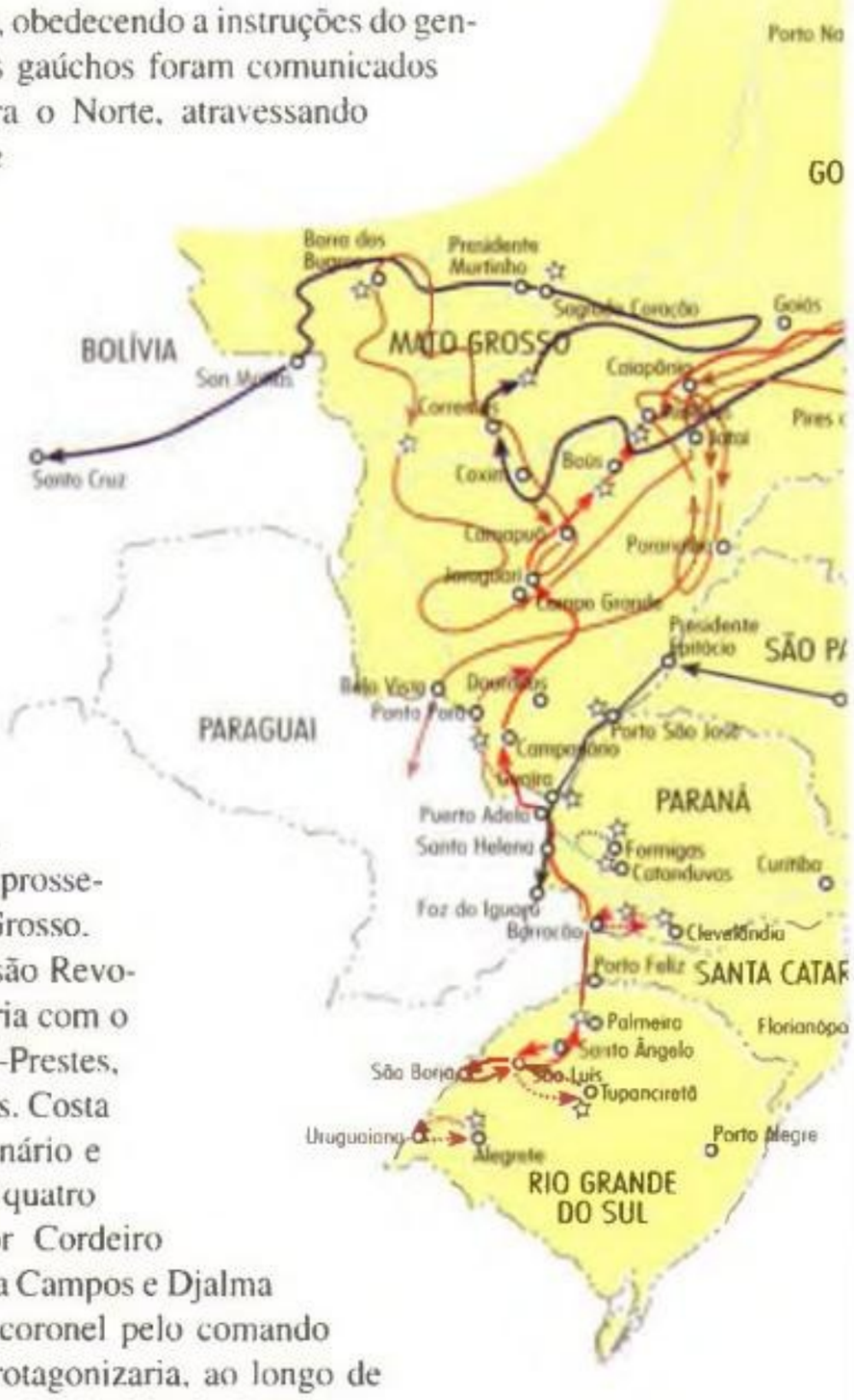
A partida das forças rebeldes de São Paulo, no dia 27 de julho de 1924, foi atribulada e dramática. O tenente João Cabanas, principal líder dos saques aos mercados públicos da cidade, ficou na retaguarda da marcha, combatendo com ferocidade as tropas legalistas que se lançaram em perseguição aos rebeldes. Em setembro, ainda sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, os revoltosos conquistaram Guaíra, no Paraná, e lá estabeleceram seu quartel-general, enfrentando as tropas comandadas pelo general Rondon em combates sangrentos que perduraram até abril de 1925. Antes do início da campanha militar no Paraná, alguns tenentes —entre eles Juarez Távora e João Alberto— partiram para o Rio Grande do Sul a fim de insuflar a revolta nos quartéis onde grassava a insatisfação com o Pacto de Pedras Altas, que dera fim à Revolução de 1923. Assim, em outubro de 1924, a insurreição foi deflagrada também no Sul, com o capitão Luís Carlos Prestes assumindo o comando do 1° Batalhão Ferroviário, com sede em Santo Ângelo.

Logo em seguida, as guarnições de São Luís, São Borja e Uruguaiana, todas no oeste do Rio Grande do Sul, também se rebelaram. Em São Borja, o levante teve a ajuda do tenente Siqueira Campos, que retornara clandestinamente do exílio em Buenos Aires. Em Alegrete, o caudilho Honório Lemes, veterano de 1893 e um dos líderes dos libertadores em 1923, juntou-se aos rebeldes, com seu exército "particular" de 800 homens. Ainda assim, Honório Lemes foi uma vez mais vencido pelas tropas de Flores da Cunha, no combate de Guaçu-Boi.

Lemes e os tenentes Távora, João Alberto e Cordeiro de Farias se refugiaram, então, brevemente, na Argentina. Apenas São Luís Gonzaga permaneceu sob o controle de Prestes. Contando com cerca de 3.000 homens, Luís Carlos Prestes, cercado por 10 mil soldados legalistas, passou cerca de dois meses imobilizado na cidade, em posição francamente defensiva.

Em fins de dezembro de 24, obedecendo a instruções do general Isidoro Lopes, os rebeldes gaúchos foram comunicados de que deveriam marchar para o Norte, atravessando Santa Catarina, para juntar-se aos rebeldes paulistas em Guaíra. Mais de mil gaúchos desertaram. Os 2.000 restantes, sob o comando de Prestes, romperam o cerco e se puseram em movimento. Depois de batalhas ferozes, chegaram ao Paraná em abril de 25. No dia 12, numa reunião entre os generais Isidoro e Bernardo Padilha, o major Miguel Costa e o tenente Prestes, decidiu-se prosseguir a marcha e invadir Mato Grosso.

Formou-se então a 1ª Divisão Revolucionária, que passaria à história com o nome de Coluna Miguel Costa–Prestes, ou simplesmente Coluna Prestes. Costa foi nomeado general revolucionário e Prestes, coronel. Composta por quatro destacamentos —liderados por Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra (também promovidos a coronel pelo comando revolucionário)—, a Coluna protagonizaria, ao longo de dois anos, a marcha mais épica da história do Brasil.

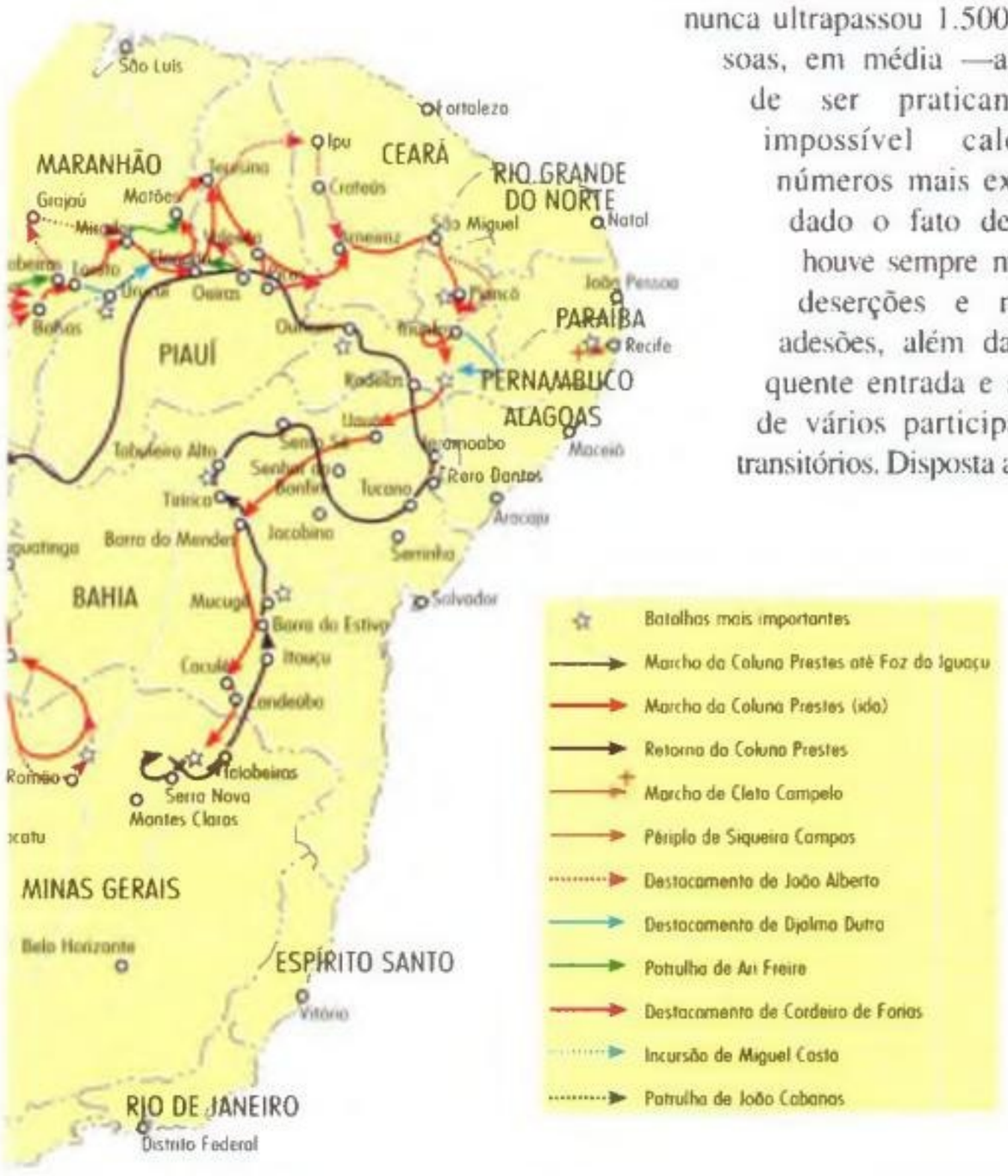


A Marcha Épica

Ao percorrer cerca de 25 mil quilômetros por praticamente todos os Estados do Brasil —mais alguns trechos do Paraguai e da Bolívia—, de abril de 1925 a junho de 1927, a Coluna Prestes serviria de modelo para a grande marcha que Mao Tse-tung e seu exército revolucionário realizariam na China, 20 anos mais tarde. Seria também um dos episódios mais dramáticos e simbólicos da luta revolucionária no Brasil —com seu quixotismo, seus sonhos e seus equívocos; a imensa distância entre suas intenções e suas ações; a nulidade quase total de seus resultados práticos; seu heroísmo vão e sua violência latente.

O objetivo principal da Coluna Prestes, decidido na reunião de 12 de abril de 1925, era o de percorrer todo o interior do Brasil para propagar o ideal revolucionário e conscientizar a população rural, fazendo-a sublevar-se contra o domínio exploratório exercido pelas elites "vegetais". Os revolucionários tinham também a esperança de despertar para si a atenção do governo —o que, supostamente, facilitaria o surgimento de novas revoltas nos centros urbanos.

O contingente da Coluna Prestes nunca ultrapassou 1.500 pessoas, em média —apesar de ser praticamente impossível calcular números mais exatos, dado o fato de que houve sempre muitas deserções e novas adesões, além da frequente entrada e saída de vários participantes transitórios. Disposta a evitar o choque frontal com as tropas legalistas do governo, a Coluna se deslocava rapidamente de um vilarejo para outro —e seu maior efeito parece ter sido inspirar o mais profundo terror entre as populações rurais à simples menção da palavra "revolução".



A marcha da Coluna Prestes começou no final de abril de 1925, quando os revolucionários cruzaram o rio Paraná, penetrando no Paraguai para seguir em direção a Mato Grosso (*acompanhe a linha vermelha no mapa ao lado*). Depois de passar por Dourados, Campo Grande e Baús, a Coluna cruzou Goiás, parte de Minas Gerais, novamente Goiás e prosseguiu rumo ao Nordeste. Em novembro de 1925, a tropa alcançou o Maranhão, onde o tenente-coronel Paulo Krüger foi preso e enviado a São Luís. Em dezembro, os revolucionários chegaram ao Piauí, travando longo e sangrento combate em Teresina contra as forças destacadas para defender a capital do Estado.

Rumando em direção ao Ceará, em janeiro de 1926, a Coluna teria outra baixa importante: Juarez Távora foi capturado na serra de Ibiapina. A Coluna atravessou o Ceará, onde o deputado Floro Bartolomeu, com o apoio do padre Cícero Romão do Juazeiro, enviou um emissário ao sertão convidando o cangaceiro Lampião para combater a Coluna. Mas Lampião e o grupo de Prestes nunca chegaram a se encontrar (*leia nas páginas 215 e 216*). Depois de cruzar o Ceará e o Rio Grande do Norte, o exército de Carlos Prestes invadiu a Paraíba em fevereiro, enfrentando, na vila de Piancó, a ferrenha resistência comandada pelo padre Aristides Ferreira da Cruz, que acabou preso e degolado pelos rebeldes. Prosseguindo em direção ao sul, a Coluna atravessou Pernambuco e a Bahia, rumando para o norte de Minas Gerais.

Na cidadezinha de Taiobeiras (MG), em face da grande concentração de tropas legalistas em Minas Gerais, o comando da Coluna decidiu interromper o avanço para o sul e realizar a manobra chamada de "laço húngaro", iniciando uma contramarcha para a Bahia, o Piauí, Goiás e Mato Grosso, em direção ao exílio na Bolívia (*acompanhe a linha azul no mapa ao lado*).

Em outubro de 1926, depois de uma jornada estafante, a Coluna estava de volta a Mato Grosso. Em março de 1927, após a penosa travessia do Pantanal, parte dos integrantes da Coluna, comandados por Siqueira Campos, chegou ao Paraguai. O restante, sob a liderança de Prestes, ingressou na Bolívia. Após a Revolução de 30, todos os chefes revolucionários retornariam ao Brasil para ocupar cargos no governo Vargas —todos, menos Luís Carlos Prestes.

No exílio, ele se tornara marxista e logo iniciaria a luta pela Revolução Comunista, dentro e fora do Brasil. Embora o apoio da população rural não passasse de ilusão e as possibilidades de êxito militar tivessem sempre sido nulas, a Coluna Prestes surtiu um efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente. Para esses setores, havia esperanças de mudar os destinos da República, como parecia mostrar a marcha heróica dos "cavaleiros da esperança".

A Coluna Prestes marchou por 674 dias, percorrendo mais de 24,5 mil km. O contingente básico girava em torno de 800 homens. Os revolucionários nunca ficaram mais de 48 horas em lugar algum. Cerca de 100 mil cavalos foram usados pelos rebeldes —a maior parte tomada de fazendas à beira do caminho. Mais de 30 mil reses foram abatidas para alimentar a tropa. Nos 53 combates travados com as forças do governo, morreram 600 soldados e 70 oficiais da Coluna Prestes. Mais de 80% dos combatentes encerraram a marcha com pelo menos uma cicatriz de bala. De todos os revoltosos, o mais violento era o tenente João Cabanas (*à direita*), chefe da chamada Coluna da Morte (título também do livro que redigiu em 1929, *à esquerda*). Cabanas não pôde seguir a marcha da Coluna Prestes porque adoeceu em fevereiro de 1925. Antes disso, porém, nos saques aos mercados de São Paulo, na cobertura que deu à fuga dos rebeldes e, sobretudo, ao tomar das tropas legalistas as cidades de Formigas e Catanduvas (PR), revelou-se o mais cruel dos revolucionários.

O Cavaleiro da Esperança

Filho do oficial do Exército Antônio Pereira Prestes e da professora primária dona Leocádia, Luís Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre, em 3 de janeiro de 1898. Estava destinado a se tornar um dos personagens mais lendários da história do Brasil. Olhando-o, porém, seria impossível fazer a profecia. "Pequeno de estatura, o culote subindo-lhe pelos joelhos, montado a cavalo com a sela militar ladeada de alforjes cheios de mapas, constitui um conjunto grotesco, incompatível com a tradição de um chefe gaúcho, sempre vestido a caráter, temerário, desafiador, espetacular", diria dele o tenente João Alberto, um dos principais membros da Coluna. A despeito do depoimento insuspeito, Prestes (*ao centro, na foto da esquerda*) veio a se tornar um homem "temerário, desafiador e espetacular". Mesmo rompendo quase definitivamente com seus laços gaúchos, Prestes nunca deixaria de ser uma espécie de caudilho platino: era um sujeito indômito, autoritário, teimoso, decidido e controverso. Apesar da figura quixotesca, quase chapliniana, ele se transformaria no Cavaleiro da Esperança, projetando sua sombra e sua presença sobre as quatro décadas mais agitadas da política brasileira.

Matriculado no Colégio Militar do Rio de Janeiro, Prestes se formou tenente-engenheiro na Escola Militar do Realengo, na turma de 1920, da qual faziam parte Siqueira Campos e Eduardo Gomes —os líderes dos 18 do Forte. Em 29 de outubro de 1924, de volta ao Sul, ele forjaria um telegrama para sublevar o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, para o qual fora destacado. Após liderar a revolta dos tenentes no Rio Grande do Sul, Prestes conseguiu romper o cerco das tropas federais, seguindo para o Paraná numa marcha audaciosa e se unindo aos rebeldes paulistas.

Em maio de 1930, depois das épicas peripécias da coluna que adquiriu seu nome, Prestes, exilado na Argentina, recusou-se a se envolver nas conspirações que resultaram na Revolução de 30. Ao lançar um manifesto no qual se declarava socialista revolucionário, condenou o apoio dado por seus companheiros às oligarquias dissidentes e anunciou o início de um novo ciclo de luta armada. Mais tarde, Prestes se converteu ao comunismo, viajando para a União Soviética em novembro de 1931. Retornou ao Brasil em abril de 1935, junto com a espiã Olga Benário, que se tornaria sua mulher, para liderar, desastradamente, a Intentona Comunista de novembro de 35.

O movimento, mal-articulado, foi duramente reprimido por Vargas (*leia em "O Estado Novo", página 225*). Perseguidos ao longo de três meses, Prestes e Olga foram presos em março de 1936. Deportaram Olga, judia e comunista, para a Alemanha nazista (*quadro ao lado*). Solto em 1945, Prestes aliou-se a seu maior inimigo, Getúlio Vargas e, como chefe do então legalizado Partido Comunista, elegeu-se senador, com a maior votação do país. Em 48, com o PC de novo na clandestinidade, Prestes fugiu do Brasil e viveu anos na União Soviética, da qual se tornou vassalo leal. Em 57, Prestes obteve o direito de voltar ao país por mandado judicial e apoiou João Goulart em 1961. Com o golpe militar de 64, viu-se forçado a fugir outra vez —deixando para trás documentos que comprometeram vários companheiros. Retornou ao Brasil depois da anistia de 1978 e participou da campanha das Diretas-Já. Stalinista ferrenho, conspirador e conservador, disciplinado e disciplinador, doutrinário e doutrinador, dúbio e drástico, Prestes morreu aos 92 anos, em 1990, mantendo segredo e alimentando o mito de suas várias e fracassadas "ações revolucionárias".

A BELA ESPIÃ

Charmosa, inteligente, revolucionária e decidida, a alemã Olga Benário entrou para o Partido Comunista da Alemanha em 1923, aos 15 anos. Tentou alistar-se no Exército Vermelho em 1926. Mudou-se para Moscou em abril de 1928, depois de resgatar espetacularmente um companheiro da prisão, em Berlim. Em 1934, aos 27 anos, foi mandada ao Brasil para acompanhar e "controlar" Prestes. Os dois se apaixonaram. Olga estava grávida ao ser presa em março de 1936. O governo Vargas a deportou para a Alemanha nazista. Na prisão, Olga deu à luz uma menina, em novembro de 1936. Morreu na câmara de gás, na Páscoa de 1942. A filha, Anita Leocádia, sobreviveu.

Floro Bartolomeu e o Padim Ciço

Quando a Coluna Prestes entrou no Ceará, no início de 1926, o deputado Floro Bartolomeu Costa —após breve consulta ao seu "padrinho" político, o padre Cícero Romão — resolveu enviar um mensageiro atrás do bando do famigerado cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Em troca da patente de capitão do Exército, além de um suprimento de modernos rifles Mauser, Floro Bartolomeu decidiu convidar o rei do cangaço para enfrentar os homens de Luís Carlos Prestes. Se pudesse abandonar suas funções políticas, Floro Bartolomeu Costa certamente partiria para o sertão disposto a enfrentar o inimigo. Afinal, uma década antes, ele mesmo fora capaz de vencer o próprio Exército nacional.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, o dr. Floro Costa chegara ao Vale do Cariri, no Ceará, em 1908. Abriu um consultório e uma farmácia e logo se tornou amigo de todos os homens influentes de Juazeiro —e o grande aliado do principal deles, o padre Cícero Romão. Graças a seus dotes militares e espírito de liderança, Floro Bartolomeu Costa se tornou chefe de um bando de jagunços e se revelou capaz de vencer todos os combates nas muitas guerras travadas entre os coronéis locais. Seu exército particular logo se tornaria o exército privado do "Padim Ciço".

Em janeiro de 1912, quando a "política das salvações", deflagrada pelo presidente Hermes da Fonseca, chegou ao Ceará com o objetivo de derrubar o oligarca Nogueiro Accioly da presidência do Estado, Floro, Padim Ciço e seu exército de jagunços concluíram que chegara a hora de o Brasil ouvir falar deles.

Em março de 1914, depois de inúmeros combates no sertão, Floro tomou Fortaleza, derrubou o presidente nomeado por Hermes da Fonseca e devolveu o poder à oligarquia Accioly. Não houve reação.

Floro Bartolomeu Costa e o padre Cícero (acima) *se conheceram e se associaram em 1908, quando, disposto a explorar as minas de cobre de Coxá (CE), o padre entrou em choque com o fazendeiro Antônio Pequeno e decidiu contratar os "serviços" do dr. Floro. Os dois homens mais conhecidos de Juazeiro formaram um exército de jagunços e assumiram o controle da região. Em 1924, uma imensa estátua do Padim Ciço foi erguida na cidade. O padre morreu em 1934, mas continua sendo venerado como santo no Nordeste.*

Até fins do século 19, o padre Cícero Romão Batista (1844-1934) era apenas um entre os vários beatos que perambulavam pelo Nordeste, solo fértil para o messianismo, especialmente em épocas de seca e miséria. Quase na virada do século, porém, já consagrado como "santo de Juazeiro", ele se tornaria não apenas "líder espiritual" de milhares de sertanejos dispostos a dar a vida por ele, mas também o "padre do coronel Accioly" (verdadeiro dono do Ceará). Por volta de 1908, apesar de não ousar romper sua aliança com a oligarquia Accioly, o Padim Ciço virara, ele mesmo, um dos mais poderosos "coronéis" do Nordeste e "dono" de Juazeiro.

Padre Cícero chegara à principal cidade do Vale do Cariri em 1872, com uma mão na frente e outra atrás. Fora ordenado presbítero dois anos antes, em 1870, apesar do voto contrário do reitor do seminário em que se formara, que o considerava "fantasioso". Perto de 1889, as fantasias do Padim Ciço começaram a virar "milagre": ao receber a comunhão de suas mãos, as beatas "tombavam por terra e as hóstias tingiam-se de sangue".

Em 1892, o padre foi proibido de pregar e receber confissões. No ano de 1894, Roma considerou os "milagres de Juazeiro" nada além de "superstição", ameaçando o padre Cícero de excomunhão caso não saísse da cidade. Três anos depois, durante a campanha contra Antônio Conselheiro, o Padim Ciço achou aconselhável exilar-se no sertão.

No entanto, em 1898 ele retornou a Juazeiro e a transformou na "cidade santa" do Nordeste. Quem ousaria enfrentar seu exército de jagunços, comandado pelo dr. Floro? Quando o novo século raiou, o Padim Ciço tinha se transformado no senhor absoluto do Vale do Cariri. Ainda hoje há uma campanha em prol de sua beatificação. O Vaticano segue ignorando-a.

Os Reis do Cangaço

De todos os cangaceiros que aterrorizaram o sertão nordestino nas primeiras décadas do século 20, nenhum foi mais ousado, temido e famoso do que o capitão Virgulino Ferreira da Silva, que a história consagrou com o nome de Lampião, o rei do cangaço. Virgulino (*acima, à esquerda*) entrou para o cangaço por volta de 1914, para vingar a morte de seu pai, envolvido na briga entre as famílias Carvalho e Pereira, que havia anos ensanguentava o sertão. Embora cedo tenha lavado em sangue a honra do pai assassinado, Virgulino tomou gosto pelas correrias armadas, pelos assaltos, pelos incêndios e tiroteiros, pelos estupros, que caracterizavam a vida bandida dos cangaceiros. E não precisou de muito tempo para se tornar o mais sanguinário de todos eles.

No início da década de 20, já era chamado de Lampião —apelido que ele mesmo criara ao dizer que, nos tiroteios, sua "espingarda nunca deixava de ter clarão, tal qual um lampião". Por volta de 1922, quando os tenentes se rebelavam em Copacabana e os poetas antropofágicos surpreendiam São Paulo, Lampião já se tornara o braço direito do cangaceiro chamado Sinhô Pereira. Em fins de 22, Pereira decidiu seguir os conselhos do Padim Ciço —de quem, como a maioria dos cangaceiros, era devoto— e abandonou as estripulias do sertão. Lampião assumiu então a liderança do enorme bando de cangaceiros que vivia pelos sertões de Sergipe e da Bahia. Expandiu suas atividades fazendo incursões eventuais a Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Virou lenda.

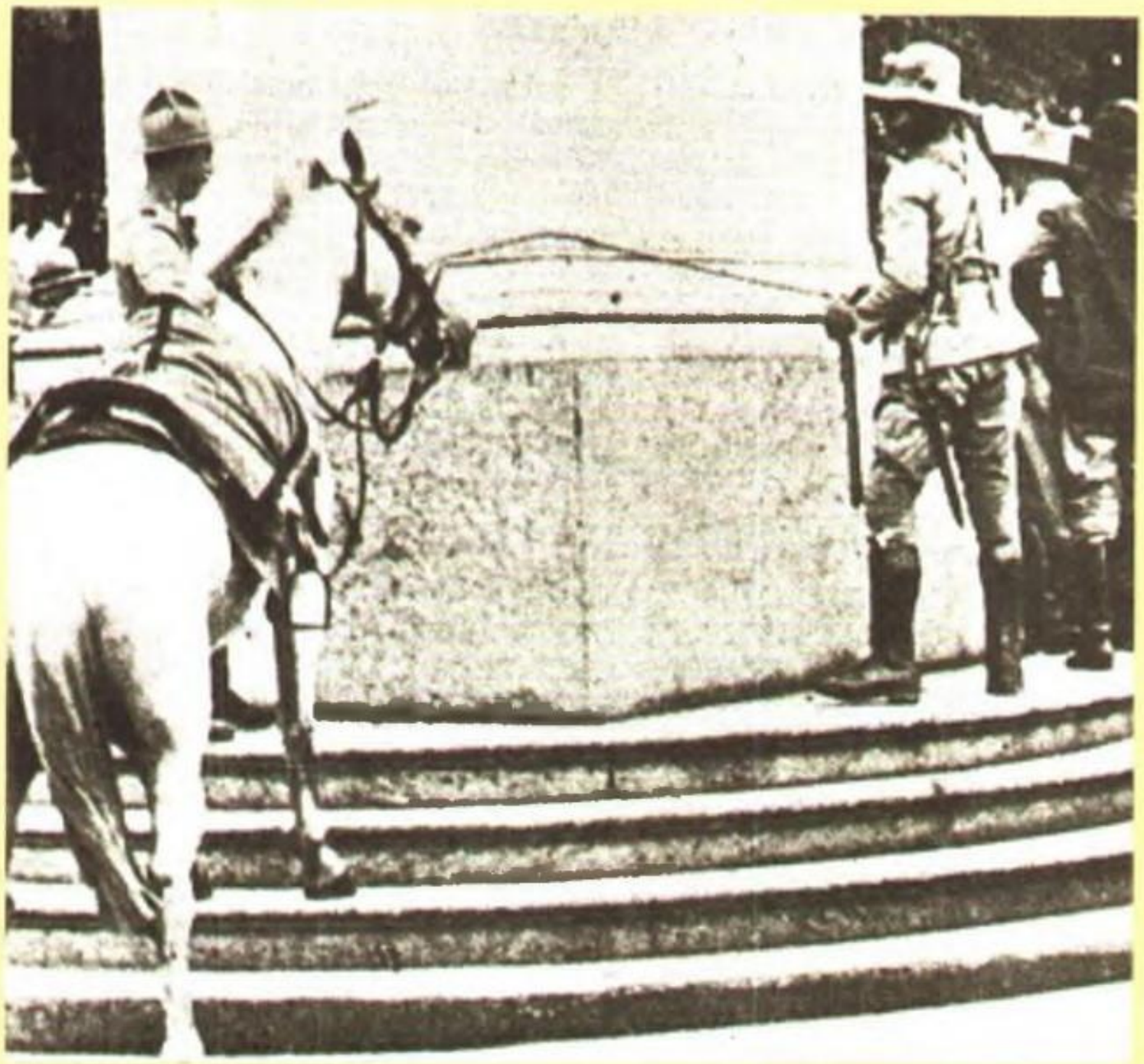
Em 12 de abril de 1926, depois de praticar os mais variados crimes e saques, atacando cidades em plena luz do dia, Lampião foi transformado em "capitão" legalista, recebendo, por ordem do deputado Floro Bartolomeu Costa e do padre Cícero, fuzis Mauser e 300 cartuchos para cada um de seus 300 homens. Tinha ordens de perseguir a Coluna Prestes. Quando descobriu que o governo não pretendia anistiá-lo e que o documento que o tornava capitão do Exército não tinha validade legal, desistiu da caçada humana e —com as novas armas— retornou aos saques, aos assaltos e aos crimes.

Em 1928, Lampião encontrou, na fazenda Malhada, na Bahia, aquela que seria a mulher de sua vida. Encontrou, não: foi encontrado por ela. Embora casada, assim que o viu, a filha do fazendeiro, uma tal de Maria Bonita, teria dito: "Esse é o homem que amo. Como é, quer me levar ou quer que eu te acompanhe?" Foi paixão à primeira vista, e Lampião e Maria Bonita ficaram juntos até a morte. Lampião cercou-a sempre de atenções e carinho, agiu como bom marido e apelidou-a de "Santinha". A influência de Maria Bonita no grupo também foi benéfica. Graças a ela, os bandos de cangaceiros —antes exclusivamente masculinos— se tornaram "mistos" e vários "tenentes" de Lampião também se casaram. A partir de então, a ferocidade e a frequência dos ataques diminuíram. Por três vezes, Lampião tentou abandonar o cangaço. Mas o chamado selvagem acabou sendo sempre mais forte. Seu destino estava selado.

No final de década de 30, com Vargas e o Estado Novo no comando da nação, o cangaço estava com os dias contados e a cabeça de Lampião, a prêmio. Em julho de 1938, o bando do rei do cangaço se instalara numa fazenda em Angico, no interior de Sergipe, quase na fronteira com Alagoas. Um comerciante local, com quem Lampião costumava negociar, delatou o grupo. A volante comandada pelo tenente João Bezerra, da Força Pública de Alagoas, surpreendeu o bando e matou Lampião, Maria Bonita e nove outros cangaceiros. Os corpos foram jogados num riacho seco e as cabeças, decepadas, postas em tonéis de querosene, com sal grosso, e levadas para ser expostas nas escadarias da igreja de Santana do Ipanema (*acima, à direita*), a cidade mais próxima. De lá, foram conduzidas para Maceió e depois para Salvador, onde, mumificadas, passaram a fazer companhia à cabeça de Conselheiro —o beato de Canudos— no tétrico acervo do museu Nina Rodrigues. Foi somente em fins da década de 60 que a filha e os netos de Lampião conseguiram permissão para retirá-las de lá e dar-lhes "um enterro cristão". Desde a morte de Corisco, o Diabo Louro (*leia o quadro ao lado*), em julho de 1940, os horrores do cangaço estavam definitivamente encerrados.

O DIABO LOURO

Depois de Lampião, o mais famoso e sanguinário cangaceiro foi seu companheiro Corisco, conhecido como Diabo Louro. Desertor do Exército e perseguido por um crime, juntou-se ao bando de Lampião em 1926. Em 1928, casou-se com Dadá, uma menina de 13 anos que raptou de uma fazenda. Em 1937, divergências táticas o levaram a separar-se de Lampião e formar o próprio grupo. Após a morte de Lampião, Corisco aterrorizou o sertão. "Se o negócio é de cabeças, vou mandar em quantidade", avisou —e cumpriu a promessa. Em julho de 1940, foi morto à traição. Com ele, acabou-se o cangaço.



A Revolução de 30

No último dia de outubro de 1930, Getúlio Vargas fez sua entrada triunfal no Rio de Janeiro. Vestia uniforme militar, um lenço vermelho no pescoço e um chapéu gaúcho de aba larga. Apesar de o futuro "chefe do governo provisório" ter vindo do Rio Grande do Sul de trem —uma jornada ruidosa e apoteótica—, muitos de seus aliados gaúchos cobriram o percurso de quase 1.500 quilômetros a cavalo.

Diversos desses milicianos, integrantes dos chamados "corpos provisórios", tinham sido recrutados nas estâncias do pampa —alguns eram veteranos da Revolução de 1923. Eles cavalgaram pelas ruas da capital nacional com um misto de desprezo e admiração pelo esplendor urbano. Ao atingir o centro da cidade, decidiram amarrar suas montarias ao pé do obelisco da avenida Rio Branco.

Foi uma cena emblemática. Para muitos dos revoltosos, essa era uma forma de deixar claro que uma nova visão de mundo estava chegando ao poder. Para inúmeros moradores da capital nacional, era uma "vergonhosa profanação" de um requintado símbolo da cultura européia —tão venerada no refinado Rio de Janeiro.

Embora Getúlio Vargas estivesse preparado para se tornar um político ardiloso e disposto a fazer certas concessões para consolidar-se no poder, sua vida e sua carreira o configuravam como o herdeiro de uma longa tradição caudilhista. Uma herança que, ao usar o lenço vermelho e o chapéu de aba larga, ele não apenas não se preocupava em esconder como fazia questão de honrar.

Apesar de boa parte da população do Rio de Janeiro ter saído às ruas para saudar Vargas naquele 31 de outubro, os gaúchos ainda eram vistos com desconfiança na capital federal. Não haviam se passado duas décadas desde a declaração do crítico literário Sílvio Romero de que o Rio Grande do Sul era governado por "almas semibárbaras de egressos do regime pastoril". Seu colega José Veríssimo o ecoara, insinuando que o Estado sulista era "um corpo estranho na Federação".

Foram protestos inócuos: em fins de 1930, depois de anos de revoltas sangrentas e capitulações mais ou menos humilhantes, o Rio Grande do Sul estava maduro para exportar ao resto do país seu modelo político baseado no caudilhismo de influência artiguista e positivista. A fórmula perduraria por 25 anos.

Em 1930, dentre os grupos políticos dominantes, os gaúchos eram os menos dependentes do sistema econômico internacional e, portanto, os menos arruinados por seu colapso —configurado pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. O paulista Washington Luís cometera vários erros políticos, mas a crise econômica mundial bem poderia ter derrubado qualquer presidente num país tão dependente dos mercados estrangeiros.

Militarmente, a Revolução de 30 foi uma vitória das forças estaduais, aliadas aos contingentes rebeldes do Exército, sobre as forças federais legalistas do Rio de Janeiro. E seria a última vez que os Estados poderiam enfrentar o governo federal: 11 dias depois de seus correligionários amarrarem os cavalos no obelisco, Getúlio Vargas —nomeado chefe do governo provisório em 3 de novembro— suspendeu a Constituição e designou interventores para todos os Estados, exceto Minas Gerais, governado por seu aliado Olegário Maciel. Não era apenas o desfecho da revolução: era o fim da aliança café-com-leite e da política dos governadores. O ocaso de uma época e a queda da República Velha. O Brasil tinha um novo regime e um novo ditador.

A Candidatura de Júlio Prestes

No início de 1929 era quase impossível prever que um governo relativamente tranquilo como estava sendo o de Washington Luís (especialmente se comparado com o de seu antecessor, Artur Bernardes) fosse capaz de romper a aliança café-com-leite e ainda provocar a crise que levaria à derrocada da República Velha. Mas foi justamente o que aconteceu —e não apenas por causa da teimosia política e dos equívocos de Washington Luís, mas também graças à crise da economia internacional, provocada pelo "crack" da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929 (*leia no quadro abaixo*).

As eleições presidenciais estavam marcadas para março de 1930 —e, supostamente, seria "a vez" de Minas Gerais ocupar o Catete. A partir de janeiro de 29, porém, Washington Luís começou a deixar claro que romperia o acordo com seus aliados mineiros. Disposto a dar continuidade a sua política econômico-financeira, o presidente estava decidido a lançar a candidatura de Júlio Prestes. Então presidente de São Paulo, Prestes fora por cinco vezes o líder da maioria no Congresso. Com a máquina política do PRP a apoiá-lo, teria todas as condições de garantir a aprovação de qualquer plano econômico do governo.

Os cafeicultores não tinham muitos motivos para apoiar fervorosamente a política econômica ortodoxa e de contenção de Washington Luís. Embora ele já tivesse baixado o padrão de conversão do mil-réis, os paulistas queriam mais "proteção" ao café do que o presidente ousava lhes conceder. De todo modo, qualquer outro possível candidato à sucessão presidencial, com exceção de Prestes, seria ainda mais avesso ao protecionismo ao café. Além do mais, a história já provara que era virtualmente inviável —além de ser quase um suicídio político— apoiar um candidato que não fosse o indicado pelo presidente. Portanto, os barões do café decidiram dar seu aval ao jovem Júlio Prestes de Albuquerque (*à esquerda*), então com 37 anos.

Mas em Minas Gerais a atitude de Washington Luís repercutiu tremendamente mal. O presidente do segundo Estado mais poderoso da federação, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada —descendente do patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva—, tinha certeza de que seria indicado para ocupar o cargo de Washington Luís, dando continuidade à aliança café-com-leite, que vinha funcionando sem percalços desde o Pacto de Ouro Fino (responsável pela eleição de todos os presidentes desde Venceslau Brás, em 1914). Dessa vez, porém, não haveria um novo "retorno mineiro". Quando, na inauguração da estrada Rio–São Paulo (hoje via Dutra), um político paulista subiu ao palanque e saudou Júlio Prestes como "futuro presidente da República", o aveludado, sutil e refinado Antônio Carlos percebeu que seu tapete seria puxado. Não deve, portanto, ter recebido com surpresa o anúncio oficial da candidatura de Prestes, feito por Washington Luís em junho de 1929. Por isso, ele logo partiria para a articulação de uma chapa de oposição —por mais traumático que esse rompimento com São Paulo pudesse vir a ser.

Em julho de 1929, Antônio Carlos enviou um emissário para uma reunião com João Neves, líder da bancada gaúcha no Congresso, informando-o de que, se São Paulo de fato vetasse um candidato mineiro, Minas apoiaria Vargas ou Borges de Medeiros para a Presidência. No dia 17, o PRM e o PRR firmaram o pacto. No dia 19, porém, Getúlio enviou uma carta confidencial para Washington Luís comunicando-lhe a proposta dos mineiros. Irritado, o presidente respondeu que 17 governadores estaduais —todos, salvo os de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba— já haviam dado seu apoio a Prestes. Diante dessa demonstração de força, Vargas escreveu novamente para Washington Luís, em 29 de julho, dizendo-lhe que não concorreria, "se o PRM assim o consentisse". Antônio Carlos não consentiu, é claro. Em breve, a luta pela Presidência se iniciaria com todo o vigor.

Enquanto o Brasil se preparava para entrar a todo o vapor na mais disputada corrida presidencial desde o confronto entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, ocorrido 20 anos antes, explodiu uma tragédia econômica de proporções mundiais. No dia 29 de outubro de 1929 a Bolsa de Nova York quebrou. O reflexo de uma crise tão monumental não demoraria a chegar ao Brasil —país em tudo dependente de mercados exteriores. Antes do final de 1929, já havia quase 2 milhões de desempregados no país: 579 fábricas fecharam as portas em São Paulo e no Rio de Janeiro por não haver quem comprasse o que elas produziam. Muitas indústrias demitiram em massa, funcionando apenas dois ou três dias por semana. Nas cidades e no campo, o salário dos trabalhadores caiu cerca de 40% a 50%. O preço internacional do café despencou: de 200 mil-réis em agosto de 1929, o valor da saca caiu para 21 mil-réis em janeiro de 1930. E o pior: a safra fora ótima e o país havia estocado cerca de 13 milhões de sacas.

Dos seis Estados economicamente mais desenvolvidos no Brasil, o Rio Grande do Sul era o único que não dependia fundamentalmente dos mercados internacionais (uma vez que vendia charque e arroz principalmente para os brasileiros). Ainda assim, embora tenha tardado alguns meses, a crise acabou chegando ao Sul. Os bancos gaúchos —como acontecia em todo o Brasil e em boa parte do mundo— começaram a fechar. Em breve, as atividades agrícolas e pastoris sentiriam o arrocho da liquidação das hipotecas.

A depressão estava destinada a fortalecer, no Rio Grande do Sul, a posição daqueles que eram favoráveis, num primeiro momento, à candidatura de Vargas e, a seguir —caso ela fracassasse—, à revolta armada contra o governo central. Mesmo assim, os cautelosos Borges e Vargas ainda relutavam em enfrentar a máquina política e eleitoral de Washington Luís e a candidatura Prestes, muito apropriadamente batizada de Concentração Conservadora, apesar do cartaz modernista (*ao lado*).

A Aliança Liberal

Em fins de 1929, o Rio Grande do Sul estava quieto no seu canto. Depois de ter articulado a Reação Republicana em 1922 e enfrentado a Revolução de 1923, o ressabiado Borges de Medeiros —e, por extensão, seu herdeiro político Getúlio Vargas— sabia das consequências de uma oposição ao candidato "oficial" à Presidência. Portanto, quando começaram as negociações, Minas Gerais percebeu que a única forma de atrair o Rio Grande do Sul para um novo confronto com o governo central era oferecendo-lhe a Presidência. Ainda assim, depois de Antônio Carlos ter formalizado a proposta, Vargas e Borges mantiveram-se reticentes.

Só em agosto de 1929, depois de Washington Luís ter divulgado as cartas que Vargas lhe enviara sigilosamente, o presidente gaúcho resolveu dar início a sua campanha. Em setembro, Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba formaram a Aliança Liberal, lançando Vargas para a Presidência e João Pessoa, da Paraíba, para a Vice. Sua plataforma eleitoral propunha a reforma eleitoral (com a adoção do voto secreto), a anistia aos rebeldes de 22 e 24 e uma nova política trabalhista.

Se "a questão social", para Washington Luís, era "questão de polícia", a chapa Vargas–João Pessoa decidira acenar com reformas "de base", que dariam mais apoio aos "desvalidos". Para confirmar os "vínculos populares" de sua plataforma, Vargas inovou na forma de apresentá-la à nação: em vez de ler seu programa num banquete da elite política —ao modo de Júlio Prestes e de todos os demais candidatos anteriores—, Getúlio Vargas subiu num palanque e dirigiu suas palavras à multidão compacta que se agrupou para ouvi-lo, no Rio de Janeiro (embora ele tivesse se comprometido com o presidente a não sair do Rio Grande do Sul durante a campanha).

Foi tudo inútil. A eleição se deu em 1º de março de 1930, coincidindo com o primeiro dia de Carnaval. O resultado parecia tão evidente que o povo nem aguardou os números oficiais. Uma marchinha do sambista Sinhô foi o sucesso daquele Carnaval. A letra dizia: "Eu ouço falar / Que para nosso bem / Jesus já designou / Que Seu Julinho é que vem". E "seu Julinho" veio mesmo: em maio, o Congresso anunciou que ele recebera 1 milhão de votos contra 700 mil de Getúlio Vargas.

Apesar de criticar a "máquina eleitoral" do governo e os mecanismos por ela utilizados para fraudar os resultados das eleições, os integrantes da Aliança Liberal se serviram amplamente deles. Tanto que, no Rio Grande do Sul, a contagem "oficial" apontou 298.627 votos para Vargas contra 982 para Júlio Prestes. Nos Estados controlados pelo governo os resultados foram inversamente proporcionais. De qualquer forma, tanto Vargas quanto Borges se apressaram em declarar, mesmo antes do anúncio oficial, que reconheceriam a vitória do adversário e que, embora ainda sustentassem o programa da Aliança Liberal, estavam "prontos para colaborar com o novo governo", caso fossem convidados a fazê-lo. Ambos temiam que o governo punisse duramente o Rio Grande do Sul, não reconhecendo os gaúchos eleitos para o Congresso.

A posição de Borges e Vargas não era compartilhada pela nova geração de políticos gaúchos. Flores da Cunha e João Neves da Fontoura (*na foto à esquerda, em pé, atrás de Borges e Raul Pilla*), mais Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor —a chamada "geração de 1907" (ano em que eles se formaram em direito, na mesma turma que Vargas)—, já conspiravam abertamente, e a palavra "revolução" era pronunciada cada vez mais frequentemente por todos eles. Apesar de Flores e Aranha terem combatido os tenentes em 1924, agora estavam preparados para unir-se a eles e derrubar o governo Washington Luís antes da posse de Júlio Prestes, prevista para novembro. Getúlio Vargas, porém, aparentemente permanecia disposto a "enfiar a viola no saco", como insinuavam as charges. Uma tragédia na Paraíba o faria mudar de idéia.

OS TIROS DA LARGADA

A confeitaria Glória, na rua Nova, em Recife, era o ponto de encontro da elite nordestina. João Pessoa Albuquerque (1878-1930), sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa, era membro da elite nordestina, mas estava na cidade errada, na hora errada. Havia três meses, vivia em Recife o advogado João Dantas, que "fugira" da Paraíba depois de se envolver no conflito entre Pessoa e o coronel José Pereira. Para vingar-se do apoio que Dantas dera ao coronel, aliados de Pessoa publicaram no "Diário Oficial" cartas que Dantas enviara para a sua amante, a professora primária Anaíde Beiriz (roubadas após uma invasão ao escritório de Dantas). Ambos eram solteiros, mas Anaíde caiu em desgraça e foi abandonada pela família. No dia 26 de junho de 1930, Pessoa sorvia seu chá na confeitaria quando um homem que ele nunca vira se aproximou de sua mesa e disse: "Sou João Dantas, a quem tanto humilhastes e maltratastes", e disparou-lhe "nos peitos" três tiros à queima-roupa. A revolução tinha o cadáver que lhe faltava. João Pessoa —que aceitara concorrer a vice de Vargas depois que nenhum candidato do Rio de Janeiro, de Pernambuco ou do Ceará quisera desafiar a chapa de Washington Luís— virou o mártir em nome de quem foi deflagrado o golpe com o qual ele nunca concordara. Um pouco mais tarde, Dantas e Anaíde se suicidaram.

A Morte de João Pessoa

Os resultados ainda não haviam sido anunciados oficialmente quando o presidente da Paraíba, João Pessoa, antecipando-se ao clima conspiratório que incendiaria seus correligionários, disse: "Nunca contarão comigo para um movimento armado. Prefiro dez Júlio Prestes a uma revolução". Na verdade, jamais se saberá com certeza se a frase de fato foi pronunciada, já que só foi divulgada depois que João Pessoa estava morto —e a revolução consumada. De qualquer forma, o episódio é revelador da posição do líder da Paraíba: como Borges, como Getúlio e como o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos (a quem uma anedota também atribui uma frase memorável: "Façamos a revolução antes que o povo a faça"), João Pessoa era contra o golpe de Estado. Ironicamente, seu assassinato seria o pretexto que os jovens políticos gaúchos, a nova geração de políticos mineiros e os sempre conspiradores tenentes esperavam para pegar em armas e seguir a trilha golpista. Mais ironicamente ainda, o assassinato de João Pessoa não estava tão ligado à campanha presidencial quanto a mazelas politiqueiras locais —e a questiúnculas pessoais, que incluíam até um complicado caso de amor (*leia o quadro ao lado*).

Disposto a punir seu ex-aliado, o "coronel" José Pereira —chefe inconteste da cidade de Princesa (hoje, Princesa Isabel, no sul da Paraíba)—, João Pessoa bloqueou a fronteira entre seu Estado e Pernambuco, proibindo os moradores da região de comercializar com Recife (a não ser que pagassem um elevado imposto estadual). Pessoa determinara que todo o comércio deveria ser feito através do porto paraibano de Cabedelos. Em fevereiro de 1930, o "coronel" Pereira juntou 2.000 homens em armas e partiu para o confronto com o governador, declarando, desafiadoramente, a "independência" da cidade de Princesa.

Quando os resultados oficiais do pleito de março foram anunciados, em maio, o Congresso puniu duramente a Paraíba: embora, nesse Estado, a Aliança Liberal tivesse vencido a chapa de Prestes por uma média de três votos a um, nenhum aliado de Pessoa foi empossado pela comissão verificadora do Congresso —enquanto os candidatos paraibanos pró-Prestes conseguiam seis cadeiras (uma no Senado e cinco na Câmara). Ainda assim, Pessoa recusou-se a conspirar contra o governo central. Na guerra civil em Princesa, também preferiu agir com cautela, uma vez que os líderes da Aliança Liberal achavam que o Catete estava incentivando os rebeldes a fim a ter uma desculpa para a intervenção militar na Paraíba.

No dia 26 de junho, contrariando o conselho de todos os seus aliados, João Pessoa resolveu ir a Recife. Na confeitaria mais chique da cidade, enquanto tomava o chá das 5 com políticos e amigos, foi assassinado por João Dantas —membro de uma família tradicional paraibana, aliada do "coronel" Pereira (*leia o quadro à esquerda*). O crime provocou uma comoção nacional. Na Paraíba, seus aliados saíram às ruas saqueando e queimando prédios dos adversários de Pessoa. Cerca de 200 presos foram soltos da cadeia pública, juntando-se à turba, enquanto os bombeiros se recusavam a combater os incêndios.

Quase instantaneamente, o Legislativo paraibano trocou o nome da capital do Estado para João Pessoa. À bandeira estadual logo seria acrescentado o lema "Nego!" —a suposta resposta que Pessoa dera quando Washington Luís lhe pediu que apoiasse Prestes. No dia do crime, o deputado gaúcho Lindolfo Collor subiu à tribuna da Câmara e perguntou: "Caim, que fizeste de teu irmão? Presidente da República, que fizeste do presidente da Paraíba?" Faltava pouco para o golpe.

A Eclosão da Revolução

Apesar do discurso emocionado de Lindolfo Collor no Congresso, no Rio Grande do Sul nem Getúlio nem Borges fizeram declarações bombásticas acerca do assassinato de João Pessoa —embora dessem sinal verde para Osvaldo Aranha retomar os preparativos para o golpe. Aranha, o mais inteligente e brilhante integrante da "geração de 1907" depois de Vargas, conspirava desde dezembro de 29, convencido de que a revolução era "o único meio de conter o rolo compressor paulista". Usando sua posição de secretário do interior do Rio Grande do Sul para encobri-lo, Aranha não apenas encomendara armas da Tchecoslováquia como, no início de 1930, começou a manter contato com os tenentes revoltosos de 22 e 24, exilados no Uruguai e na Argentina. Em maio de 30, essas negociações sofreram um golpe rude quando Luís Carlos Prestes, convertido ao "marxismo revolucionário", anunciou que não participaria de uma "revolução burguesa", que só substituiria "uma oligarquia reacionária por outra". Aranha já havia dado 80 mil dólares para Prestes —e, ironicamente, seria esse o dinheiro que Prestes levaria para Moscou e lhe permitiria "comprar" sua entrada no PC soviético. O mesmo dinheiro financiaria a Intentona Comunista de 35 —a fracassada tentativa de Prestes de derrubar Vargas.

Aranha havia combatido os tenentes na insurreição de 24. Seu companheiro nessa luta fora Flores da Cunha. Caudilho franco e rude, Flores (*acima, com os três filhos*), então senador, era uma espécie de Pinheiro Machado com menos poder e o mais radical entusiasta do "golpe já". Ele apoiou Aranha quando este, declarando-se "farto" das vacilações de Borges e Vargas, decidiu abandonar seu cargo no governo do Rio Grande do Sul, em 28 de junho. Uma semana depois, no entanto, Aranha seria autorizado a reiniciar os planos conspiratórios.

Enquanto isso, em Minas Gerais, o presidente Antonio Carlos também ainda não se decidira a abraçar a revolução. Como logo sairia do governo, resolveu deixar o ônus da decisão para seu sucessor, Olegário Maciel. Em 6 de setembro de 1930, quando Antônio Carlos passou a presidência do Estado para Maciel, por uma dessas coincidências significativas tão frequentes na história, estourava um golpe na Argentina, também convulsionada pela crise provocada pela quebra da Bolsa de Nova York. Era o primeiro em 40 anos —e aos analistas políticos não passou despercebido o fato de que os períodos de estabilidade no Brasil coincidiam com os do vizinho (fenômeno mais tarde batizado de "efeito Orloff": a Argentina era o Brasil no dia seguinte).

Como Aranha e Flores, Olegário Maciel era a favor do golpe. No Nordeste, em chamas desde o assassinato de João Pessoa, a situação também era de pré-insurreição. Lá, os conspiradores sulistas contavam com o apoio de Juarez Távora, um dos tenentes mais ativos desde 1922, que discordara do manifesto de Prestes (*quadro ao lado*). Embora em 24 de agosto de 1930 Vargas informasse a Borges que estava disposto a suspender as atividades conspiratórias, uma semana depois —aparentemente convencido pelo argumento segundo o qual, em meio ao caos econômico, a revolução era inevitável— Borges abandonou sua posição "legalista" e deu sinal verde para o golpe. Getúlio, sempre obediente, concordou e a trama se iniciou. O dia combinado para o início da revolução foi 3 de outubro. No Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, os governos estaduais comandariam o golpe. No Nordeste, a responsabilidade seria de Távora. Ninguém sabia ao certo o que aconteceria no Rio de Janeiro, enquanto a resistência legalista com certeza se daria em São Paulo e na Bahia. Assim foi. Três semanas depois, a luta já estava ganha.

O PRÍNCIPE DOS TENENTES

Se Luís Carlos Prestes era o Cavaleiro da Esperança, seu companheiro Juarez Távora foi "o D'Artagnan do tenentismo", como definiu a enciclopédia "Nosso Século". Aventureiro romântico, Távora revelou-se um herói revolucionário mais ligado à ação do que às teorizações. Tanto é que, ao contrário de Prestes, decidiu aderir à Revolução de 30, embora, de acordo com o líder da Coluna (da qual Távora participara), ela não passasse de "uma revolução burguesa". Preso em janeiro de 1930, Távora escapou da prisão em abril e foi para Pernambuco, de onde chefiou todas as operações militares que deram a vitória à revolução no Norte e no Nordeste do país. Por pressão dos tenentes, tornou-se o chefe do governo provisório nos Estados do Norte e virou "o vice-rei" do Brasil. Afastou-se do alto-comando da revolução em 1931, rompeu com Vargas em 34, opôs-se ao Estado Novo em 37 e ajudou a derrubar o ditador em 45. No ano de 1954, participou ativamente dos episódios que culminaram com o suicídio de Vargas e foi chefe da Casa Militar do governo Café Filho, que assumiu o poder após a morte de Getúlio. Concorreu à Presidência pela UDN, em 1955, sendo derrotado por Juscelino Kubitschek. Em 1958, elegeu-se deputado federal da Guanabara. Ainda que não tivesse participado do golpe de 1964, foi ministro da Viação de Castelo Branco. Morreu em 1975.

O Trem da História

Ao contrário da proclamação da República, o golpe de 1930 não foi uma mera passeata militar. Houve luta e resistência —e os combates se prolongaram por quase um mês. Ainda assim, em termos gerais, a derrubada da Primeira República —embora tenha sido o mais complexo e sangrento golpe a instaurar um novo governo no Brasil —foi uma operação relativamente rápida, razoavelmente fácil e tremendamente bem-sucedida. Como na proclamação da Independência e na derrubada do Império, a antiga ordem caiu como caem as frutas que estão mais que maduras.

A Revolução de 30 começou às 17h30 de 3 de outubro, horário em que terminava o expediente dos quartéis e facilitava a prisão dos oficiais em casa. O foco rebelde foi Porto Alegre, onde, no início da noite, todos os quartéis já haviam sido tomados por Aranha e pelo tenente coronel Góis Monteiro, chefe militar do golpe (*leia página ao lado*). Vinte pessoas morreram. Em Minas Gerais, houve resistência do 12° Regimento e, em Belo Horizonte, os combates duraram cinco dias —até os soldados legalistas ficarem sem víveres. Na Paraíba, um erro de comunicação entre os rebeldes fez o movimento começar apenas na madrugada do dia 4, o que permitiu a articulação das forças do governo. Mas Juarez Távora logo tomou a Paraíba e, a seguir, Recife, onde o povo saiu às ruas para saudá-lo. Os demais Estados nordestinos —menos a Bahia— aderiram aos golpistas. No dia 5, quando as tropas gaúchas se puseram em marcha, logo conquistando Santa Catarina e Paraná, apenas São Paulo, Bahia e Pará se mantinham fiéis ao governo central. No Rio, a situação seguia indefinida.

***O golpe em marcha: Getúlio e suas tropas deixam o Rio Grande do Sul* (fotos de cima), *tomam Joinville* (centro) *e chegam a Ponta Grossa* (acima)**

As tropas gaúchas, partindo de trem e a cavalo de Porto Alegre, não conseguiram conquistar Florianópolis (que só se renderia em 24 de outubro), mas logo tomaram Joinville e, a seguir, Góis Monteiro instalou o quartel-general dos rebeldes em Ponta Grossa (PR). Para lá —após o embarque apoteótico na estação ferroviária de Porto Alegre— partiu Vargas, no dia 12. A chegada a Ponta Grossa, em 17, também se transformou numa celebração. Mas a revolução ainda não estava ganha: em Itararé (SP), na fronteira com o Paraná, mais de 6.000 soldados legalistas, comandados por Pais de Andrade e com o apoio de aviões e quatro canhões, aguardavam a hora do choque contra os 8.000 rebeldes, que tinham 18 canhões. Andrade, aquartelado num penhasco à beira de um rio, recebera as ordens de "defender a cidade a todo o transe". Previa-se um terrível combate. No dia 24, porém, ao serem informados de que Washington Luís fora deposto, no Rio, os legalistas se renderam. Itararé entraria para a história como "a batalha que não aconteceu".

Se tivesse ocorrido, a revolução provavelmente seria, ainda assim, vitoriosa —e o custo da conquista com certeza seria elevado o suficiente para mudar os rumos da história do Brasil. Informado da deposição do presidente (*leia na página seguinte*), Getúlio partiu de Ponta Grossa para São Paulo, onde chegou no dia 29, precedido por 3.000 soldados gaúchos. Foi aclamado com tal entusiasmo que chegou a se assustar. Getúlio ficou apenas 24 horas em São Paulo —tempo suficiente para colocar um interventor no governo do Estado, desagradando aos paulistas. Na madrugada do dia 30, pegou o trem que o levaria ao Rio de Janeiro e ao poder.

A Tomada do Poder

No início da noite de 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha depuseram e prenderam o presidente Washington Luís. No dia seguinte, essa "junta governativa" assumiu o comando da nação. A deposição do presidente (*leia abaixo*) evitou a batalha de Itararé e deu aos rebeldes a convicção de que a revolução estava ganha. Antes de se pôr em movimento, abandonando seu posto temporário no Paraná, Vargas soube, por comentários e insinuações feitas no Rio de Janeiro pelo general Bertoldo Klinger, que a junta tinha planos de permanecer no poder. De imediato, telegrafou para o ministro do Exterior da junta, Mello Franco, alertando-o de que "os membros da junta serão aceitos como nossos colaboradores, porém não como dirigentes, uma vez que seus elementos participaram da revolução quando esta já estava virtualmente vitoriosa".

A posição de Getúlio foi transmitida à própria junta e, de forma ainda mais clara, pelo chefe militar do golpe, coronel Góis Monteiro: "O governo provisório deverá ter por chefe o sr. Getúlio Vargas", dizia o telegrama enviado de São Paulo, de onde Monteiro comandava cerca de 30 mil homens. Um dia depois, 26, a junta anunciou que ficaria no poder apenas até a chegada de Vargas ao Rio de Janeiro. Na manhã do último dia de outubro de 1930, o trem que trazia Vargas chegou ao Rio.

Depois das trapalhadas que frustraram as quarteladas de 1922, no Rio de Janeiro, e de 1924, em São Paulo, os golpistas de 30 compreenderam que um mínimo de estratégia militar era necessário para o sucesso da conspiração. O comando das operações militares foi entregue ao general Miguel Costa (sentado, à esquerda) *e ao tenente-coronel Góis Monteiro* (de pé). *Costa fora um dos principais "tenentes" do movimento de 22 —e líder da coluna depois chamada de Coluna Prestes. Monteiro era nordestino, mas vivera quase toda a vida no Rio Grande do Sul: era membro do Bloco Castilhista e amigo íntimo de Aranha. Em 1937, coordenou o golpe do Estado Novo.*

De uniforme militar, chapéu de aba larga, lenço vermelho no pescoço —uma reveladora concessão aos libertadores (contra os quais ele mesmo lutara)—, Vargas fez sua entrada apoteótica no Rio de Janeiro. O povo lotava as ruas à sua passagem. Contudo, mesmo o mais desatento dos observadores não poderia deixar de notar que o homem que tomava o poder com o objetivo de incentivar a "unidade nacional" chegava à capital federal envolto pela mística caudilhista tão típica de seu Estado natal. O triunfo desse regionalismo de influência nitidamente platina ficaria ainda mais evidente no momento em que os cavalarianos que acompanhavam Getúlio Vargas desafiadoramente amarraram seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco.

Que tipo de "revolução" Vargas e seus aliados estavam fazendo? No dia 4 de outubro, ainda no Rio Grande do Sul, Getúlio declarara que o movimento pretendia "restaurar" a democracia liberal e recuperar a economia. "Estamos ante uma contra-revolução para restaurar a pureza do regime republicano", disse ele, sem especificar outros objetivos sociais e econômicos além da "reconstrução nacional". Sua declaração, publicada no jornal "A Federação" (fundado por Castilhos nos tempos do império), terminava com o apelo: "Rio Grande, de pé pelo Brasil! Não poderás faltar ao teu destino histórico". Que destino era esse o Brasil logo saberia.

No dia 3 de outubro, embora o único comentário a correr pela cidade do Rio de Janeiro fosse a eclosão de um golpe no Sul e no Nordeste, o presidente Washington Luís, instalado no Catete, se recusava a dar crédito ao "boato". Ao longo da semana seguinte, apesar de os golpistas conquistarem cada vez mais Estados, o ministro da Guerra, general Passos, continuava "tranquilizando" o presidente, assegurando-lhe que a rebelião logo seria controlada. Portanto, foi com espanto —e indignação— que Washington Luís viu uma junta governativa, na manhã de 24 de outubro, apoderar-se de uma ala do palácio Catete contígua à que o presidente ocupava. Por mais de sete horas, Washington Luís recusou-se a receber a junta. Por fim, em torno das 18h, por insistência do cardeal d. Leme, o presidente concordou em falar com o general Tasso Fragoso, seu amigo pessoal. Fragoso, então, pediu que Washington Luís renunciasse, "para evitar mais derramamento de sangue".

O presidente foi direto e desafiador: "Não renuncio. Do palácio só saio morto". Uma hora mais tarde, Washington Luís —que o povo chamava de "dr. Barbado" e que tinha fama de "farrista e mulherengo"— saía do palácio do Catete, vivo, mas preso e destituído. O presidente então foi levado para o forte de Copacabana, onde, oito anos antes, um grupo de tenentes tinha tentado derrubar o governo que, mais tarde, daria posse ao autoritário e teimoso Washington Luís.

Houve quem pretendesse "justiçá-lo" já no dia seguinte. Mas, dois dias depois, o ex-presidente (*à esquerda*) embarcava no navio Alcântara, que o levaria para a Europa. O exílio de Washington Luís se prolongaria por 17 anos: só com o fim do Estado Novo, em 1947, é que o último presidente da República Velha retornaria ao Brasil. Júlio Prestes, o presidente que não tomou posse, também partiria para o exílio. Mas Prestes voltou para o país em 1934, embora não se envolvesse mais com política.

O Governo Provisório

Na tarde do dia 3 de novembro de 1930, com o palácio do Catete completamente lotado, Getúlio Vargas —envergando pela última vez na vida seu uniforme militar— tomou posse "provisoriamente" no governo federal. O cargo lhe foi entregue pelo general Tasso Fragoso. Quarenta e um anos antes, Fragoso tomara parte, como cadete de Benjamin Constant, do golpe que derrubara a monarquia no Brasil. Por isso, no seu discurso, além de criticar o autoritarismo do ex-amigo Washington Luís, o general faria referência aos "heróis de 1889". Para Fragoso, foram "o orgulho, a vaidade e a prepotência" do ex-presidente que "acabaram provocando o movimento revolucionário". Afinal, "a violação dos princípios fundamentais do regime republicano e os atentados contra a liberdade" cometidos por Luís iam "aniquilando a obra meritória levada a cabo a 15 de novembro de 1889 em torno de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, na fundada esperança de proporcionar ao Brasil dias mais felizes".

Embora a Revolução de 30 não fosse um movimento militar, ficava claro que os militares positivistas e nacionalistas, ou seja, os jacobinos travestidos de tenentes, que vinham conspirando desde a queda de Floriano, retomavam o poder. Getúlio era seu novo patrono. E o gaúcho tomou posse, promovendo a anistia dos rebeldes de 22 e 24, modificando o sistema eleitoral e tributário e o Judiciário, incentivando a "policultura" e criando o Ministério do Trabalho.

Vargas tomou posse na Presidência "provisoriamente" em novembro de 1930. Somente com a promulgação da nova Constituição, em julho de 1934, ele receberia a faixa e se tornaria presidente de fato, nomeado pela Assembléia, em eleições indiretas.

Desde as primeiras ações, os revolucionários se preocuparam em definir, para a nação, o caráter do movimento. O próprio Getúlio o chamara de "contra-revolução". Seus aliados mineiros se apressavam em definir o golpe como "conservador" e, em fins de outubro, o arcebispo de Porto Alegre telegrafara ao papa Pio 12 assegurando que o movimento não era "de origem nem de caráter comunista". Como Luís Carlos Prestes previra, era "uma revolução burguesa". Em 11 de novembro, Getúlio suspendeu a Constituição e nomeou interventores em todos os Estados, menos Minas Gerais (reforçando seu conflito com São Paulo). Antes, nomeara o seu ministério, do qual faziam parte Osvaldo Aranha (Justiça), Assis Brasil (Agricultura), Juarez Távora (Viação e Obras) e, acima de todos, Lindolfo Collor (Trabalho —*leia "O Estado Novo", na página seguinte*).

No discurso de posse, Getúlio prometera "promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, desmontar a máquina do filhotismo parasitário e sanear o ambiente moral da pátria". Surgia um Estado forte, paternalista, centralizador e nacionalista. Acabava-se o federalismo da "república dos fazendeiros". A intervenção do Estado na economia crescia: os sindicatos e as relações trabalhistas passaram a ser controladas pelo governo. Empresas estrangeiras eram obrigadas a ter dois terços de empregados brasileiros e a pagar um tributo de 8% sobre os lucros enviados ao exterior. Em breve, Vargas se sentiria forte o bastante para tentar perpetuar-se no poder.

O Estado Novo

Trabalhadores carregando a efígie de Getúlio Vargas numa parada colegial organizada em moldes militares —como na foto acima— é uma cena que se tornaria comum no Brasil a partir de 10 de novembro de 1937. Nesse dia, Vargas instaurou o Estado Novo, que nada mais foi do que um golpe dentro do golpe que fora sua eleição indireta em 1934, dado após o golpe revolucionário de 1930. Ao assumir "provisoriamente" o governo, em novembro de 30, Vargas disse que a revolução fora feita para "restituir a liberdade ao povo". Mas a liberdade começou a ser suprimida oito dias depois, com a suspensão da Constituição.

Ao longo dos anos seguintes, embora abandonasse para sempre o uniforme militar com o qual chegara ao Rio, Vargas assumiu progressivamente as facetas mais autoritárias de sua personalidade —chegando ao ponto de romper com muitos aliados, entre os quais Osvaldo Aranha e Borges de Medeiros. Vargas romperia também com os tenentes, embora colocasse em prática muitos preceitos do tenentismo. Ainda assim, apesar de todos os senões, para muitos historiadores foi só a partir da Revolução de 30 que o Brasil entrou de fato no século 20. A questão social deixou de ser "questão de polícia" depois que Lindolfo Collor criou a legislação trabalhista. Mas era uma legislação tutelar e paternalista —100% positivista (*leia o quadro ao lado*). Graças a ela, à medida que se tornava cada vez mais ditador, Vargas ganhava ainda mais popularidade. Virou o "pai do povo". Em breve, se iniciaria o culto a sua personalidade, nos moldes do fascismo.

Mas seria um erro considerar um personagem complexo, contraditório e grandioso como Vargas um mero ditador positivista. Filho de uma família de estancieiros gaúchos da fronteira com a Argentina, com raízes caudilhistas, Getúlio Dorneles Vargas nasceu em abril de 1883. Após breve iniciação na carreira militar, destacou-se na política estudantil. Baixo e atarracado, afável e eficiente, habilidoso e prudente, logo se tornou o favorito de Borges de Medeiros. Foi líder da maioria na Assembléia gaúcha, deputado federal em 1923, lutou contra os libertadores no mesmo ano e virou ministro da Fazenda em 1926.

Disposto a governar mais pela astúcia do que pela força, afastou-se progressivamente não só de Borges, mas da herança caudilhista de Júlio de Castilhos. Transformou-se numa espécie de "revolucionário" de consenso em 30, assumindo o governo provisório sem oposições. Antes de começar a se tornar o primeiro ditador brasileiro com poderes totais, venceu a "guerra" contra São Paulo em 1932 e concordou em convocar uma Assembléia Constituinte em 34, quando foi eleito presidente por voto indireto. Influenciado pela ascensão do nazi-fascismo na Europa, saudou o surgimento do Integralismo no Brasil e depois o dizimou. Primeiro combateu e aniquilou a Intentona Comunista de 1935. Então, utilizou o pretexto dado pela "descoberta" do Plano Cohen (*leia na página 227*) para decretar o Estado Novo, que de novo mesmo só trouxe a inclusão do Brasil no rol de ditaduras nazi-fascistas. Até ser deposto em 45, Vargas mandou no Brasil. Cinco anos depois, voltaria ao poder —eleito pelo voto direto.

O SINDICALISMO POSITIVISTA

Considerado o maior intelectual da geração de 1907, o protestante Lindolfo Collor (acima), nascido em São Leopoldo (RS), foi o primeiro ministro do Trabalho da Era Vargas. Graças a sua legislação trabalhista de cunho positivista, o operariado foi organizado em sindicatos, manipulados pelo governo. O paternalismo tornou-se a regra nas relações trabalho–capital. Em compensação, a jornada de trabalho foi regulamentada, as demissões sem justa causa ficaram proibidas e o trabalho infantil e feminino obtiveram uma legislação especial. As medidas de Collor, aprofundadas nos anos seguintes, ajudaram a transformar Vargas no "pai dos pobres".

A Revolução Paulista de 1932

Ao fazer uma breve parada em São Paulo, em outubro de 1930, antes de partir para o Rio de Janeiro e para o poder, Getúlio Vargas foi recebido com tal entusiasmo pelos paulistas que chegou a se assustar. "Pequenino, de pernas curtas, de apelido 'Petiço', [*Getúlio*] voltou para o trem, pálido e trêmulo, temendo ser vítima dos agrados frenéticos da massa que entupia as plataformas", escreveu uma testemunha da história. Getúlio permaneceria apenas 24 horas em São Paulo —tempo suficiente para, num de seus primeiros erros políticos de 1930, nomear o coronel João Alberto de Barros, "plebeu e forasteiro", como interventor do Estado. Seria o começo das divergências entre Vargas e os paulistas.

Em março de 1932, embora Vargas tivesse substituído João Alberto por Pedro de Toledo, paulista e civil, Toledo —"hermista" na década de 10— não foi um nome bem-recebido em São Paulo. Além disso, comentava-se que Osvaldo Aranha (que acabara de assumir o lugar do paulista José Maria Whitaker como ministro da Fazenda) tentou "impor" todo o gabinete de Toledo. Não bastassem essas ofensas a São Paulo, o Instituto do Café fora "esvaziado" de poderes.

Depois de quatro jovens paulistas serem mortos numa manifestação, vários setores da sociedade de São Paulo se ergueram na campanha pela constitucionalização do Brasil (embora seu lema real fosse "São Paulo livre, civil e paulista"). A classe média, os cafeicultores e os industrialistas paulistas estavam unidos. E Vargas logo enfrentaria a primeira revolta contra seu governo.

A "guerra paulista" em favor da constitucionalização do país e por uma maior autonomia estadual despertou o orgulho de São Paulo. Segundo seus habitantes, que contribuíram com ouro e alianças para um "fundo revolucionário", São Paulo era "uma locomotiva que puxava 20 vagões vazios".

Alguns gaúchos notáveis também estavam descontentes com Vargas, entre eles o interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, e o "padrinho" político de Getúlio, Borges de Medeiros (injuriado por ter sido "alijado" do poder). Os paulistas rebeldes achavam que poderiam contar com o apoio de ambos, mais o auxílio do general Bertoldo Klinger, comandante em Mato Grosso.

No dia 9 de julho de 1932, a revolução rebentou em São Paulo. O plano dos revolucionários era realizar um ataque fulminante contra a capital federal. Mas nada saiu conforme planejado: Flores decidiu mudar de lado e apoiar Getúlio, Klinger só conseguiu uns poucos homens e os rebeldes paulistas se viram sozinhos contra o resto do país. Getúlio enviou 18 mil homens para cercar os 8,5 mil soldados revolucionários. Apesar do desequilíbrio de forças, a luta foi sangrenta e durou quase três meses. Quando a ameaça da ocupação da cidade de São Paulo tornou-se real, os paulistas decidiram se render às tropas chefiadas pelo general Góis Monteiro. Segundo o historiador Bóris Fausto, "a 'guerra paulista' teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe consequências importantes: embora vitorioso, o governo percebeu claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que precisariam fazer alguns arranjos com o poder central".

A Constituição de 1934

Getúlio Vargas foi às urnas em março de 1930 votar em si mesmo (*acima, à esquerda*). Aquela seria a última vez, ao longo de 15 anos, que a cena —um brasileiro colocando seu voto numa urna— se repetiria no Brasil. Em 1932, muitos setores do país clamavam pela volta da legalidade, não apenas os paulistas. Vencida a revolução de São Paulo, Vargas concluiu que, para permanecer no poder, deveria convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. Afinal, era preciso promulgar uma nova Constituição, já que, em 1930, o próprio Vargas dissolvera a Câmara e o Senado, suspendera a Constituição e assumira "provisoriamente" o governo.

Em 3 de maio de 1933, quando o único partido de projeção nacional era a Ação Integralista, 1,2 milhão de eleitores elegeram 214 constituintes. A eles se juntaram 40 representantes de sindicatos de patrões e operários, já que, nos moldes do que ocorria na Itália e na Espanha fascistas, entidades de classe tinham lugar assegurado no Congresso.

O pleito ocorreu de acordo com a nova Lei Eleitoral criada por Vargas: instituía o voto secreto, a Justiça Eleitoral (para coibir fraudes) e o direito das mulheres ao voto —sendo que uma delas, Carlota Pereira de Queirós, foi eleita por São Paulo.

Em 15 de novembro de 1933, os 254 deputados começaram a trabalhar na nova Constituição. Menos de um ano depois, em 16 de julho de 1934, a nova Carta era promulgada. Ao estabelecer uma república federalista, a Constituição se inspirava na da República de Weimar —o regime que governou a Alemanha entre o fim da 1ª Guerra Mundial e a ascensão do nazismo. Era uma coincidência ironicamente profética: como Weimar, a Constituição de 1934 estava destinada a ser meramente transitória, vigorando por apenas três anos, até o advento do Estado Novo. O texto era reticente e híbrido: dava novo fôlego aos oligarcas favoráveis à descentralização, mas, ao mesmo tempo, estabelecia as bases para a doutrina da "segurança nacional"; criava uma nova legislação trabalhista, mas atrelava os sindicatos à máquina governamental.

Ao longo de oito meses, discutiu-se por tudo e por nada. A expressão "Pondo nossa confiança em Deus", que abria a Constituição, irritou os constituintes agnósticos. Em abril de 1931, a Academia Brasileira de Letras fizera uma reforma ortográfica na língua escrita no Brasil: alguns constituintes se recusaram a segui-la. Mas, após muita confusão, a Carta de 1934 manteve Deus no seu lugar e foi redigida com a mesma ortografia da de 1891.

No mesmo dia em que a nova Constituição foi aprovada —15 de julho de 1934— os constituintes elegeram Vargas presidente do Brasil. Vargas recebeu 175 votos. Em segundo lugar, com 59 votos, ficou Borges de Medeiros —homem que "inventara" Getúlio e com quem já não se sentava à mesma mesa. Ficou também decidido que o mandato de Vargas, cuja reeleição era vetada pela própria Constituição, se prolongaria até 3 de maio de 1938, quando haveria novas eleições.

Depois dos tumultos decorrentes da Intentona Comunista (*na página seguinte*) e da aprovação da Lei de Segurança Nacional, em 1935, os candidatos à sucessão de Vargas se definiram em fins de 1936. O candidato "oficial" era o paraibano José Américo de Almeida (*acima, à direita*), um "tenente civil" que fora ministro de Vargas e tinha o apoio de Minas Gerais, do Nordeste e do Rio Grande do Sul. O outro candidato era Armando de Salles Oliveira, governador de São Paulo, apoiado por Flores da Cunha —incompatibilizado com Vargas e disposto a "pegar em armas" se as eleições não se realizassem. Em julho de 1937, o integralista Plínio Salgado também lançaria sua candidatura, com aparente incentivo de Vargas. No entanto, nenhum deles se elegeria, simplesmente porque não haveria eleições.

A Intentona Comunista de 35

A Constituição de 1934 concedeu um verniz de legalidade ao governo Vargas. A carta constitucional, porém, não era exatamente aquela que o presidente eleito pelo voto indireto desejava. Em breve, uma série de episódios daria a Vargas o pretexto para modificar as regras do jogo. Como o novo e frágil Estado liberal abrira brechas para o aparecimento de outros partidos, em março de 1935 surgiu, no Rio, a Aliança Nacional Libertadora. Se o programa da ANL, que defendia a suspensão unilateral da dívida externa e a reforma agrária imediata, não fosse suficiente para definir seu radicalismo, o fato de um jovem e então desconhecido estudante de direito chamado Carlos Lacerda ter indicado Luís Carlos Prestes para "presidente honorário" do partido foi, para o governo, a "prova" definitiva de que aquela era uma organização comunista. E, de fato, era: por trás dela estava a Internacional Comunista, com sede em Moscou.

Em maio de 35, a ANL já contava com cerca de 80 mil membros. No dia 5 de julho, 13º aniversário do levante dos 18 do Forte, o mesmo Lacerda leu um manifesto de Prestes (que continuava na clandestinidade), no qual desafiava o "odioso" governo Vargas, propondo abertamente a eclosão de uma insurreição revolucionária. O manifesto terminava com as palavras de ordem determinadas por Moscou: "Todo o poder à ANL". Para o jornalista William Waack, autor de "Camaradas", livro que desmitifica inúmeros episódios do movimento de 35, a declaração de Prestes foi "uma das mais tonitruantes bravatas da história política do Brasil". Ainda mais que, no dia 4 de abril de 35, Vargas conseguira aprovar, no Congresso, a Lei de Segurança Nacional.

Baseado nessa lei repressiva —criada menos de uma semana após a ANL—, o governo fechou a organização no dia 11 de julho. Então, auxiliado por meia dúzia de agentes vindos de Moscou, Prestes, que entrara clandestinamente no Brasil, começou a planejar uma revolução. Ela eclodiu primeiro em Natal (RN), em 23 de novembro de 1935, quando cabos e sargentos do 21º Batalhão se sublevaram. Após 19 horas de luta, eles tomaram o quartel e, a seguir, o governo do Estado. O levante durou 80 horas. Segundo o historiador Hélio Silva, "foi mais uma festa popular, um Carnaval exaltado, do que uma revolução". Tropas leais ao governo debelaram o levante em Natal e no Recife, onde durara poucas horas. No dia 26, Vargas obteve do Congresso a decretação do estado de sítio. Ainda assim, a 27, Prestes determinou que a insurreição eclodisse também no Rio. O movimento se restringiria a uma quartelada malsucedida, à qual aderiram apenas o 3º Regimento de Infantaria e a Escola Militar de Aviação. No 3º RI, o levante foi comandado pelo capitão Agildo Barata, que recebera ordens diretas de Prestes. Barata —mais tarde acusado (sem que se provasse) de ter assassinado alguns oficiais enquanto dormiam— fora um dos tenentes que aderira à Revolução de 30. Ele manteve o comando do 3º RI até as 13h do dia 28, quando, com o quartel cercado e em chamas, os rebeldes hastearam uma bandeira branca num cabo de vassoura e se renderam. Saíram do quartel desarmados, de braços dados e rindo (*acima*), direto para a prisão. Em breve, a polícia política de Vargas —chefiada pelo temível Filinto Müller (*leia na página 231*)— prenderia, torturaria e até mataria muitos dos implicados no golpe.

A QUEDA DE PRESTES

No dia 5 de março de 1936, em uma casinha no bairro do Méier (Rio), Luís Carlos Prestes foi preso pela polícia política de Vargas; junto com ele, sua companheira, Olga —mais tarde deportada grávida para a Alemanha, onde morreria na câmara de gás (em "Dos 18 do Forte à Coluna Prestes", veja o quadro da página 214). *Em fevereiro de 37, Prestes depôs no Conselho de Justiça Militar* (foto). *Foi condenado, passou nove anos na solitária e só foi libertado com a anistia de 1945. Até a morte, em 1990, negou o evidente (e hoje documentado) apoio tático e financeiro que Moscou deu à fracassada Intentona Comunista de 1935.*

O Golpe do Estado Novo

O frágil Estado liberal estabelecido pela Carta de 1934 se debatia entre as circunstâncias políticas criadas no exterior e seus reflexos no Brasil: a ascensão do nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália, a guerra civil na Espanha, o stalinismo na União Soviética. No Brasil, a ameaça de guerra civil nos moldes do conflito espanhol parecia afastada, embora comunistas e integralistas —fascistas em versão nacional (*leia na página 232*)— brigassem nas ruas. Ainda assim, a radicalização da política internacional era um bom pretexto para o endurecimento do regime. A Intentona Comunista de 35 daria novo ímpeto à repressão governista. Ao longo de 1936, o Congresso aprovou todas as medidas de exceção solicitadas pelo governo. Em março de 36, a polícia invadiu o Congresso e prendeu cinco parlamentares que supostamente apoiavam a ANL. Os congressistas deram autorização para o governo processá-los. Até julho de 37, o Brasil viveria sob "estado de guerra". Mas, para que um novo golpe ainda mais duro se concretizasse, era preciso um novo pretexto. Se os fatos não o fornecessem, talvez fosse preciso fabricá-lo. E foi justamente o que aconteceu: no dia 28 de setembro de 1937, o capitão Olímpio Mourão Filho —integralista que mais tarde teria participação decisiva no golpe militar de 1964— foi "surpreendido" datilografando um documento no Ministério da Guerra. Era o resumo de uma suposta insurreição comunista que tinha o nome de Plano Cohen.

A Constituição de 1937, que aparece nas mãos de Getúlio Vargas no quadro acima, já estava pronta antes do golpe que decretou o início do Estado Novo, em 10 de novembro. Com ela, o presidente tentou transformar sua ditadura em regime legal. Baseada na Constituição da Polônia, a Carta brasileira de 1937 fazia o elogio jurídico do Estado autoritário.

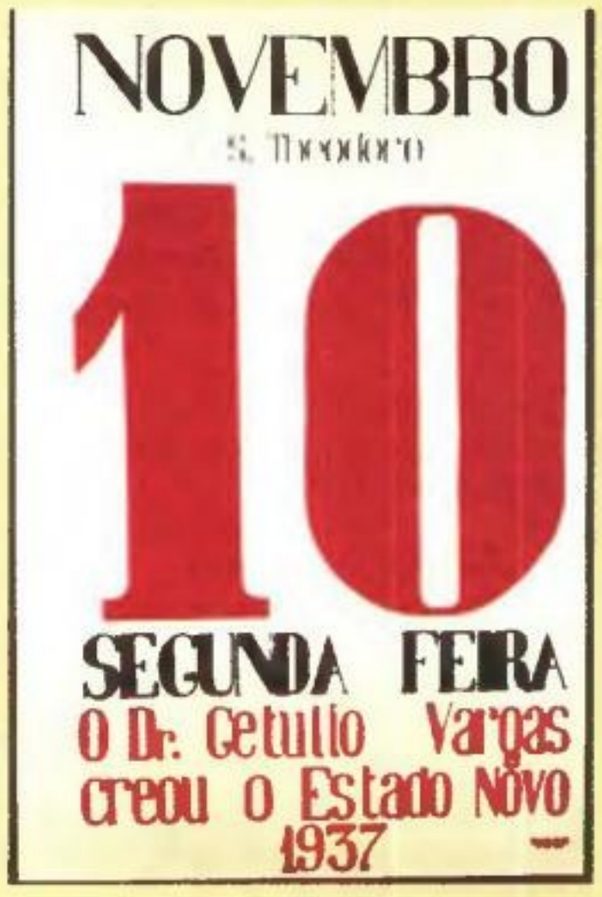
Foi o oficial Caiado de Castro quem viu o capitão Olímpio Mourão redigindo o que seria uma cópia do "plano comunista para a subversão da ordem no Brasil". Interpelado por Castro por que ainda não denunciara a trama, Mourão respondeu que, por ser ele um integralista, "a autenticidade do documento poderia ser posta em dúvida". Por intermédio de Caiado, o "documento" chegou às mãos do chefe do Estado-Maior, Góis Monteiro. Em 30 de setembro, trechos do "plano" foram lidos no programa radiofônico "Hora do Brasil" e divulgados por jornais de tendência governista. No dia 1º de outubro, Góis e o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra (maior repressor da Revolução de 32 em São Paulo e da Intentona Comunista de 35), obtiveram no Congresso, por 138 votos contra 52, a decretação de um novo "estado de guerra" e a consequente suspensão das garantias constitucionais. Mas, 40 dias depois, Vargas poderia dispensar novas votações: em 10 de novembro, a polícia militar fechou o Congresso, vários parlamentares foram presos e o Estado Novo instaurado. Era um golpe radical dentro do golpe brando que fora a eleição indireta de 34, após o golpe revolucionário de 1930. O golpe dentro do golpe dentro do golpe, portanto. E foi dado sem grande esforço: a "ameaça comunista", a aliança momentânea do governo com os integralistas, o apoio das forças econômicas a Getúlio, a passividade do Congresso e a prisão dos comunistas —tudo isso faria de Vargas um ditador sem adversários.

Na noite de 10 de novembro de 1937, segunda-feira, Getúlio Vargas fez um pronunciamento radiofônico à nação. "Quero instituir um governo de autoridade, liberto das peias da chamada democracia liberal, que inspirou a Constituição de 1934", disse. "Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos (...) subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação", explicou o ditador.

Naquela manhã, para afastar tal "perigo", Vargas aboliu os partidos e o Parlamento, prendeu seus adversários e baixou uma nova Constituição. Redigida pelo jurista Francisco Campos, a Carta de 37 se baseava na Constituição autoritária da Polônia, imposta ao país em 1926 pelo general Pilsudski. Por isso, a quarta Carta Magna brasileira foi batizada de "A Polaca" —ainda que o nome do regime recém-instaurado, Estado Novo, se inspirasse na ditadura instituída por Salazar em Portugal, em 1933.

Como prêmio pela redação da "Polaca", Campos se tornou ministro da Justiça de um país que a suprimia. Os colegas juristas o apelidaram de "Chico Ciência", por sua "capacidade de transformar atos arbitrários em fórmulas legais". Um quarto de século mais tarde, Francisco Campos confirmaria a fama de jurista da exceção ao redigir o Ato Institucional nº 1 —o AI-1—, primeira Emenda à Constituição de 1946 outorgada pelo regime militar de 1964.

Respaldado por uma ordem jurídica fascista, manipulando os sindicatos com uma legislação sindical corporativa (também de inspiração fascista), cultuado nas escolas (cujo currículo, reformado por Campos, incluía educação moral e cívica), apoiado pelos grandes investidores e industriais, aclamado pelos trabalhadores, venerado pelos militares golpistas, com seus inimigos presos, mortos ou no exílio e a imprensa censurada, Vargas, liberto "das peias da chamada democracia liberal", se tornaria o primeiro ditador brasileiro a adquirir poderes virtualmente absolutos. Assim se manteria por quase dez anos.



Osvaldo Aranha

Apesar de ter cursado o Colégio Militar de Porto Alegre —onde, mais tarde, os futuros generais Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo também estudariam—, Osvaldo Aranha decidiu, contra a vontade dos pais, ser advogado e não militar. Ainda assim, por sua participação decisiva em várias batalhas das revoluções de 23 e 24, sempre lutando do lado de Borges de Medeiros, Aranha se tornou um "tenente civil". Nascido em Itaqui (RS), em fevereiro de 1894, Osvaldo Euclides de Sousa Aranha era descendente direto da baronesa de Campinas —uma das pioneiras no plantio de café em São Paulo. Em 1927, Borges o escolheu para ocupar a vaga de Vargas, que deixava a Câmara Federal para se tornar ministro da Fazenda de Washington Luís —o presidente que em breve ele derrubaria. Mas Aranha logo retornou ao Rio Grande do Sul, pois, ao assumir a presidência do Estado, em novembro de 1927, Vargas o nomeou secretário da Justiça. Foi enquanto ocupava esse cargo que Aranha começou a articular a Revolução de 30. Depois de a chapa Vargas–João Pessoa ser derrotada nas urnas, Aranha ficou francamente favorável ao golpe contra o governo eleito de Júlio Prestes. Chegou a comprar 16 mil contos em armas da Tchecoslováquia. Irritou-se profundamente com os recuos e vacilos de Borges e Vargas, que receavam atirar-se à aventura golpista. Ao receber sinal verde de ambos, liderou, junto com o velho colega de luta Flores da Cunha, o ataque aos quartéis de Porto Alegre.

Vitorioso o golpe, Aranha foi feito ministro da Justiça. Ao tomar posse, anunciou: "A revolução não reconhece direitos adquiridos". No dia 11 de novembro de 1930, baixou o decreto nº 19.398, que institucionalizava os poderes discricionários do chefe do governo provisório. Aranha seria um dos principais responsáveis pela eclosão da Revolução de 32 em São Paulo. Primeiro, porque queria manter no cargo o interventor, o coronel João Alberto; depois, porque queria montar o gabinete do novo interventor, Pedro de Toledo. Por fim, depois de acusar o ministro da Fazenda, José Maria Whitaker —único paulista do ministério—, de recusar-se a averiguar o desvio de 240 mil contos do Banco do Brasil, Aranha o derrubou e assumiu a pasta. Como homem forte da economia brasileira, foi Aranha quem enfrentou as consequências da crise da Bolsa de Nova York. Assinou nova renegociação da dívida externa, que já chegava a 250 milhões de libras. A seguir, lançou o Plano Aranha, baseado na política do "dinheiro caro", juros altíssimos e recessão. Durante a Constituinte de 34, foi líder da maioria no Congresso. Mas não gostou da nova Constituição, acusando-a de "diminuir os brios revolucionários para evitar choques, ressentimentos e crises de interesses políticos irrepreensíveis". Abandonou a pasta da Fazenda e não fez parte do novo ministério de Vargas. Em vez disso, foi nomeado embaixador em Washington. Antes de ir para os Estados Unidos, tentou, sem sucesso, uma audiência com Benito Mussolini, ditador da Itália.

Em novembro de 37, Osvaldo Aranha estava nos Estados Unidos, praticamente rompido com Vargas, quando foi informado pelo próprio presidente da decretação do Estado Novo. Ele logo renunciou ao cargo de embaixador, declarando que a nova Constituição, a "Polaca", "desrespeitava as tradições do povo que lutou cem anos por sua liberdade". De volta ao Brasil, em janeiro de 38, Aranha acabou aceitando, após inúmeras reuniões com Vargas, o cargo de ministro das Relações Exteriores. Seria o início de sua projeção internacional. A primeira exigência de Aranha para ocupar o posto foi a de orientar a política externa brasileira no sentido contrário às teses totalitárias abraçadas por Vargas, afastando-se da Alemanha e fortalecendo a união pan-americana.

De 1938 a 1944, Aranha conduziu a política internacional brasileira. Embora o Estado Novo fosse frequentemente acusado de anti-semita, caberia a Aranha, por uma dessas ironias do destino, presidir o Conselho de Segurança de ONU (*à direita*) quando, no segundo semestre de 1947, foi decidida a criação do Estado de Israel, do qual ele passaria a ser considerado grande benemérito.

Em julho de 1953, depois de algum tempo afastado da vida pública, Aranha aceitou o convite de Vargas (que retornara ao poder pelo voto popular) para ser, novamente, seu ministro da Fazenda. Ficou no cargo até o suicídio de Getúlio, em agosto de 1954. Foi cogitado para a sucessão presidencial em 55 e para a Vice-Presidência em 1960, ano no qual veio a morrer.

O Poder do DIP

Ao assumir o comando da nação com poderes totais, Getúlio Vargas deu início à estratégia que os ditadores das décadas de 30 e 40 estavam tornando comum: o culto à própria personalidade. Os braços "armados" dessa política de "fabricação" da imagem do ditador brasileiro eram o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério da Educação, embora ambos tivessem atuação bem diferente. Sob o comando do mineiro Gustavo Capanema, o Ministério da Educação desempenhou um papel mais brando no processo de mitificação de Vargas, deixando brechas para que artistas como o poeta Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e o pintor Cândido Portinari trabalhassem na "repartição". Ainda assim, o ministério seguia a ideologia autoritária e nacionalista do Estado Novo. O decreto-lei de 8 de março de 1940 instituiu a uniformização do ensino e criou a disciplina de educação moral e cívica. Os alunos eram obrigados a participar de inúmeras paradas e desfiles (nos dias da Bandeira, da Pátria, do Soldado, da Juventude, da Raça, do Trabalho etc.). A efígie de Vargas tornou-se onipresente. Cartilhas e livros de adoção obrigatória em todas as escolas apresentavam versão altamente sectária da história do Brasil e saudavam não só o ditador como também o surgimento do Estado Novo.

Mas, perto do DIP, o Ministério da Educação era um jardim da infância. Criado em dezembro de 1939, o DIP substituiu o Departamento Oficial de Propaganda, formado em 1931. Dirigido pelo jornalista Lorival Flores e diretamente subordinado à Presidência da República, o DIP surgiu para "centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa (...), fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas, (...) da radiodifusão, da literatura (...) e da imprensa". Com suas cartilhas para crianças (*ilustração acima*), seus "jornais nacionais" (de exibição obrigatória em todos os cinemas), com a "Hora do Brasil" (programa radiofônico que o povo apelidou de "O Fala-Sozinho"), com seus cartazes, o DIP se encarregou de divulgar a imagem e a ideologia de Vargas em todas as instâncias da vida nacional, imitando a tática nazista de Joseph Goebbels. Por outro lado, o DIP censurava furiosamente todas as manifestações artísticas que pudessem, ainda que de leve, contrariar o regime. Em março de 1940, numa de suas investidas mais ousadas e infames, o DIP decretou intervenção no jornal "O Estado de S. Paulo", que teve sua direção destituída e ficou sob o controle do governo até 1945. O DIP foi extinto em maio de 1945, mas em seu lugar surgiu o DNI (Departamento Nacional de Informações), avô do famigerado SNI.

Nenhum nome simbolizou com tanta precisão os horrores e desmandos do Estado Novo quanto o de Filinto Strubing Müller (1900-1973). Chefe da brutal polícia política de Vargas, Müller já foi apontado por alguns historiadores como "o patrono das armas dos torturadores". E era mesmo: depois que, nas masmorras do Estado Novo, a tortura tornou-se, sob a supervisão de Müller, prática habitual para arrancar confissões verdadeiras ou falsas, nunca mais se deixou de torturar no Brasil. Nos anos 70, a tortura se voltou contra "terroristas" de esquerda. Depois da abertura, marginais, desvalidos e presos comuns se tornaram as novas vítimas. Filinto Müller jamais negou sua participação nas torturas: "Fico com a responsabilidade. Não a atiro nem para cima nem para baixo", disse ele em 1973.

Filinto Müller (*esquerda*) nasceu em Cuiabá, filho do prefeito local. Participou dos levantes tenentistas de 22 e 24. Acusado de covardia, foi expulso da Coluna Prestes pelo próprio Luís Carlos Prestes. Dez anos depois, após a Intentona de 35, Müller seria o principal responsável pela prisão de Prestes e deportação de Olga Benário. Teve pouca participação na Revolução de 30, mas virou chefe de polícia do Distrito Federal em 1933. Ficou no cargo até 45 —período no qual cerca de 20 mil pessoas foram presas. Em fins de 37, visitou Heinrich Himmler, chefe da Gestapo alemã, a quem admirava. Perseguiu tanto comunistas quanto integralistas, apesar de simpatizar com os últimos. Foi deputado de 47 a 51 e de 55 a 73. Morreu incinerado num acidente de avião em Paris, em julho de 73. Houve quem festejasse.

O Integralismo

Eles usavam uniformes oliva e se comportavam com certa histeria. Por isso, seus inimigos os apelidaram de "galinhas verdes". Durante cinco anos, porém, os integralistas cantaram de galo no Brasil. Especialmente depois que o próprio presidente, Getúlio Vargas —cujas recaídas autoritárias se tornavam cada vez mais frequentes—, saudou calorosamente o surgimento da organização que unia todos os partidos brasileiros de tendências fascistas. A Ação Integralista Brasileira foi fundada em abril de 1933 e logo se espalhou por todo o Brasil, entrando em choque com grupos democráticos. Depois da fundação da ANL, em 1935, esses conflitos se intensificaram, tomando as ruas de várias capitais brasileiras. Os líderes intelectuais do integralismo no Brasil eram Jackson Figueiredo, Alberto Torres e Oliveira Vianna, embora a figura-chave do partido viesse a se tornar seu diretor, Plínio Salgado (*caricatura à direita*).

Romancista que participara ativamente da efervescência modernista em 1922 —fundando, junto com Menotti del Picchia, os movimentos Verde-Amarelo e da Anta, na década de 20—, o paulista Salgado (1895-1975) foi o principal responsável pela sistematização da Teoria do Estado Integral e o mentor dos símbolos, uniformes, hábitos e costumes adotados pelos integralistas, alguns dos quais beiravam o ridículo. Os integrantes do movimento —300 mil, segundo seus porta-vozes, mas, na verdade, não mais de 100 mil— cumprimentavam-se uns aos outros com a palavra tupi "Anauê!", exclamada a plenos pulmões, seguida de uma saudação com o braço esticado e a mão espalmada. Seu maior símbolo era a letra grega sigma (Σ), que significa soma. Todos os membros da organização andavam uniformizados: bonés e camisas verdes, calças azuis, gravatas pretas. Com sua bandeira azul com um círculo branco no centro, dentro do qual o sigma se sobrepunha ao mapa do Brasil, os integralistas desfilavam com pompa em paradas militares pelas ruas do Rio e de São Paulo. Uma de suas maiores passeatas se deu no dia seguinte à implantação do Estado Novo.

Ideologicamente, o integralismo padecia de profundas contradições. Embora o movimento fosse "contrário ao capitalismo internacional", jamais questionava a propriedade privada dos meios de produção. Apesar de ferrenhamente nacionalista, baseava sua forma de ação e de seus conceitos no fascismo italiano, do qual era quase uma cópia escarrada. Misturando autoritarismo, catolicismo e nacionalismo, o movimento era anti-socialista, anti-semita e antiliberal. Portanto, o Estado Novo parecia feito a sua imagem e semelhança. Aliás, o pretexto para o golpe fora dado por um integralista, o capitão Olímpio Mourão Filho, que forjou (como, anos mais tarde, ele próprio admitiria) o documento chamado de Plano Cohen.

No entanto, disposto a implantar um regime autoritário menos histriônico que o integralismo, assim que se viu senhor da situação Vargas tratou de tramar a derrubada dos integralistas. Em primeiro lugar, não convidou Plínio Salgado para ser ministro da Educação, como, segundo Salgado, disse que faria. Depois, jogou a Ação Integralista na ilegalidade. Injuriados, 2.000 integralistas do Exército tentaram derrubar Getúlio em março de 1938. O golpe fracassou e, surpreendentemente, a repressão foi branda. Incentivados pelo que julgaram ser uma certa fraqueza de Vargas, os fascistas brasileiros lançaram uma nova intentona em 10 de maio de 1938. Cerca de 80 integralistas atacaram o palácio Guanabara para tomar o governo. Muitos deles foram mortos (alguns fuzilados sumariamente), 1.500 foram presos (vários deles caindo nas garras de Filinto Müller) e Plínio Salgado, enviado para o exílio. Foi o fim do integralismo no Brasil —embora não o do fascismo nos trópicos.

O Fim da Era Vargas

Vinte e quatro de agosto de 1954 há de ter sido o dia mais dramático da história do Brasil para pelo menos três gerações de brasileiros. Às 4h30 da manhã, no seu quarto, no palácio do Catete, no Rio de Janeiro, o presidente Getúlio Vargas se suicidou com um tiro no coração. Ao fazê-lo, alvejou não apenas a si mesmo, mas a própria nação: o coração de seus aliados e a mente de seus inimigos. Ao longo de um quarto de século, Vargas fora o principal personagem do país. Naquele instante, como ele mesmo profetizara, saía "da vida para entrar na história".

Que Getúlio seria aquele que se matava, de pijama, com um balaço no peito? De certa forma, com certeza não era o caudilho revolucionário de 1930, muito menos o ditador policialesco de 1937. Nem o presidente eleito pelo voto indireto em 1934 ou o positivista com constantes recaídas nazistas. Quem se matava era o presidente que voltara ao Catete "nos braços do povo", o "Pai dos Pobres", o protetor dos trabalhadores, o nacionalista fervoroso. Mais do que qualquer personagem incorporado por Vargas ao longo de 25 anos, morria o mais astuto político brasileiro de todos os tempos: o homem de conciliação, o ditador disposto a anistiar seus inimigos, o mais mineiro dos caudilhos gaúchos, risonho e misterioso "como um mandarim chinês". O homem que, em tese, era um livro aberto para seus adversários e um enigma indecifrável para os amigos mais íntimos.

O suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, provocou um clamor popular raras vezes visto no Brasil. Por todo o país, o povo saiu às ruas perseguindo e punindo jornais e instituições contrárias a Vargas. Foi a última e definitiva vitória de Vargas contra seus inimigos históricos.

Como se acompanhasse os meandros da carreira de Vargas, a história do Brasil dera tantos volteios desde a Revolução de 30 que o homem que se suicidava o fazia para impedir o avanço dos conservadores. Era um "libertário" que morria, sacrificando-se em nome do que o país tinha de melhor. A morte de Vargas abalaria profundamente seus admiradores, mas causaria estragos muito maiores entre aqueles que conspiravam contra o seu governo. Os generais Sílvio Frota e Golbery do Couto e Silva, o jornalista Carlos Lacerda, o ex-integralista Olímpio Mourão: eles teriam de aguardar mais uma década antes de concretizar seu golpe de direita. A reação popular à imolação do grande líder foi tal que a conspiração em curso teve que ser suspensa por dez anos.

Numa última, definitiva e dramática vitória contra seus acusadores, Vargas ofereceu a própria vida em nome de convicções das quais ele talvez abrisse mão se lhe restasse outro caminho. Mas não lhe sobrava saída, e o mais brilhante articulador político que o Brasil jamais tivera preferiu recorrer à última artimanha para assegurar uma vitória incontestável —que teve o cuidado de deixar minuciosamente explicada numa carta-testamento (*leia na página 240*) irretocável e emocionante. Vivo, Getúlio Vargas comandara por quase 20 anos os destinos do Brasil. Morto, projetaria sua sombra e sua influência até o alvorecer da sexta década do século que, no Brasil, foi quase inteiramente dele.

A Cultura na Era Vargas

Em agosto de 1941, Getúlio Vargas, chefe supremo do Estado Novo, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Embora, de acordo com o depoimento do poeta Manuel Bandeira, Vargas, ao participar das reuniões da sociedade, se comportasse como "um perfeito acadêmico", a verdade é que a "obra literária" do ditador se reduzia a algumas dezenas de discursos áridos e eventualmente sinuosos —muitos dos quais nem sequer haviam sido escritos por ele. De qualquer maneira, apesar da "obra" insossa e de toda a censura e perseguição que impôs a escritores que não se mostravam dispostos a seguir os desmandos de seu regime de exceção, Vargas veria florescer, ao longo de seu extenso domínio político, uma nova era para a cultura brasileira (ainda que, muitas vezes, isso se desse não por causa dele, mas apesar dele).

O fato é que, após a Revolução de 30, o Brasil passou a refletir sobre si próprio e seus destinos de uma forma inovadora e surpreendente. Em 1933, surgiram dois livros-chave para a interpretação do país: "Casa Grande & Senzala", de Gilberto Freyre, e "Evolução Política do Brasil", de Caio Prado Júnior. A eles se juntaria, em 1936, "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda. Essas três obras clássicas desvendariam uma nação multicultural e mestiça, litorânea e predatória, dividida entre a "cordialidade" e a crueza, dominada pelas elites "vegetais", adaptada aos hábitos indígenas, construída pelo braço negro e pela mão operária. Um Brasil épico e trágico.

Já o ano de 1930 fora grandioso para a poesia brasileira: nele, surgiram os primeiros livros de Carlos Drummond de Andrade (*acima, à esquerda*), Manuel Bandeira, Murilo Mendes e Augusto Frederico Schmidt. No ano anterior, aparecera Cecília Meireles e, no seguinte, Raul Bopp. Em 1931, Vargas convidaria Manuel Bandeira para presidir o Salão Nacional de Belas-Artes. Seria a primeira aproximação entre o governo e os modernistas —mas estava longe de ser a última.

Apesar da censura e das perseguições, Vargas, disposto a revelar sua face conciliadora e paternalista, passou a desenvolver uma política sistemática de "assimilação da inteligência nacional", desenvolvida em especial pelo Ministério da Educação —a princípio sob o comando do jurista Francisco Campos e, depois, de Gustavo Capanema. Nessa repartição trabalharam Drummond (chefe de gabinete) e Augusto Meyer (diretor do Instituto Nacional do Livro), enquanto o Departamento Cultural da Prefeitura de São Paulo era entregue a Mário de Andrade. Ao mesmo tempo, os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer eram contratados para fazer o projeto do novo prédio do Ministério da Educação, cuja decoração foi entregue aos pintores Portinari, Pancetti e Guignard e ao paisagista Burle Marx. Com tais atitudes, Vargas lutava para obter, no mundo das artes, a mesma aceitação —e o mesmo grau de cooptação— que sua política trabalhista, baseada no paternalismo positivista, estava conseguindo entre os trabalhadores.

Mas sempre houve atrito entre o regime e os artistas "dissidentes". O caso mais rumoroso foi o de Graciliano Ramos (*no centro*). Prefeito no interior de Alagoas, destituído pela Revolução de 30, ele estreou na literatura em 1933 com o pungente "Caetés", logo seguido pelo clássico "São Bernardo" (1934). Em março de 1936, sob suspeita de ter participado da ANL, Graciliano foi preso pela polícia de Vargas. Levado para a terrível prisão da ilha Grande (RJ), ficou lá um ano, sem acusação formal. Defendido pelo advogado Sobral Pinto, foi solto em 1937. Um ano depois, lançou "Vidas Secas". A experiência na prisão foi relatada em "Memórias do Cárcere".

O pintor Di Cavalcanti e os escritores Jorge Amado e Érico Veríssimo tiveram também seus problemas com o regime. Em 1949, na obra "O Tempo e o Vento", Veríssimo deu sua opinião sobre Vargas pela boca de um personagem: "Tudo nele é mediano e medíocre. Jamais teve o pitoresco dum Flores da Cunha, o brilho dum Osvaldo Aranha, a eloquência de um João Neves. (...) É um homem frio, reservado, cauteloso, impessoal (...) calmo numa terra de esquentados. Disciplinado numa terra de indisciplinados. Prudente numa terra de imprudentes. Sóbrio numa terra de esbanjadores. Um silencioso numa terra de papagaios".

João Guimarães Rosa (*acima, à direita*), um dos maiores escritores brasileiros, viveu durante a Era Vargas. Embora militar e diplomata, forjou sua alquimia do verbo na surdina, nos sertões de Minas Gerais, longe do mundo.

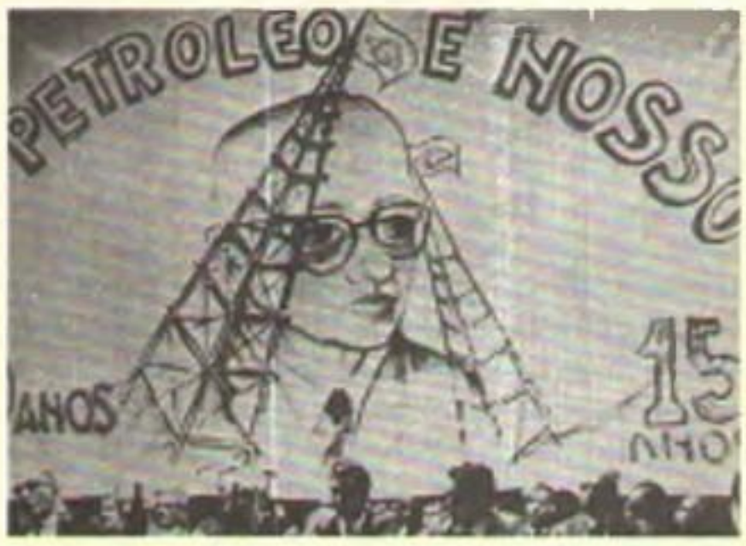
O Aço e o Petróleo São Nossos

No campo econômico, o mesmo paternalismo com que Vargas tentou cooptar escritores e artistas se repetiria não só no conjunto de regras que estabelecia as relações de trabalho, mas, principalmente, no nacionalismo intervencionista de uma economia fortemente estatizada. O Estado foi o principal "empresário" do Brasil na Era Vargas e seu campo de atuação essencial se deu nas medidas protecionistas à indústria e na nacionalização dos recursos minerais. Em 1934, surgiu o Departamento Nacional de Produção Mineral e, durante o Estado Novo, foram criados o Conselho Nacional de Petróleo (1938), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a mineradora Vale do Rio Doce (1943) —germes daquelas que se tornariam, nas décadas seguintes, as três estatais gigantes de um Brasil ainda fechado ao livre mercado e cuja privatização geraria mais polêmica do que sua própria fundação.

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em plena 2ª Guerra Mundial (em que o Brasil ainda não se envolvera diretamente), foi um marco na história da nação. No começo dos anos 40, as importações de aço, feitas especialmente dos Estados Unidos, representavam o maior fator de desequilíbrio da balança comercial. Disposto a expandir seu sistema de transportes e instalar indústrias de base (além de diminuir sua dependência exterior), o governo iniciou estudos para a criação de uma siderúrgica. Embora considerasse o projeto nacional exequível, a United States Steel Corp. —primeiro parceiro procurado pelo Brasil— desistiu do negócio em janeiro de 1940. Apesar de a desculpa oficial dos Estados Unidos ser a de que, para o Brasil, seria "mais barato continuar importando aço", o motivo real da desistência parece ter sido o temor com relação "à grande incerteza nos assuntos brasileiros".

A isso se somava o receio com o fervor nacionalista do governo (justificável, já que em janeiro de 1940 surgiu o Código de Minas, que proibia a participação de estrangeiros na mineração e metalurgia). Desde 1938, porém, o chefe da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, coronel Macedo Soares, mantinha contatos com o governo de Hitler, e a empresa alemã Krupp, além de fornecer peças de artilharia ao Brasil, mostrou-se disposta a financiar a siderurgia brasileira. Assessores do presidente americano Roosevelt consideraram a medida desastrosa, já que essa associação "asseguraria a predominância da Alemanha na vida econômica e militar do Brasil por anos". Assim sendo, em troca da instalação de uma base americana em Natal (RN), os Estados Unidos emprestaram US$ 20 milhões ao Brasil. Com outros US$ 25 milhões do governo brasileiro, Volta Redonda foi inaugurada em 1946.

Embora, ao contrário do aço, o petróleo não fosse premente nos anos 30, houve muita discussão sobre a nacionalização das reservas depois que o primeiro poço brasileiro foi perfurado na Bahia, em 1939. Vargas já criara, em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo. Em 1936, Monteiro Lobato, favorável ao uso de capital privado nacional na exploração das jazidas, acendera a polêmica com a publicação do livro "O Escândalo do Petróleo". A partir do fim da 2ª Guerra o petróleo se revelou um produto tão importante quanto o aço. Companhias americanas, como Texaco e Standard Oil, controlavam a produção e a distribuição de petróleo no Brasil. Em 1947, no governo Dutra, surgiria a campanha nacionalista "O Petróleo É Nosso".



O principal líder da campanha foi o general Horta Barbosa (*retratado no cartaz ao lado*). A resolução da polêmica caberia ao segundo governo Vargas: depois de discussões, prisões e acusações, nascia, em 3 de outubro de 1953, a Petrobrás —empresa mais estatizada do que Vargas pretendia. Com capital de US$ 20,3 bilhões, a Petrobrás detém, ainda em 1997, o monopólio do petróleo no Brasil. Deficitária (US$ 415 milhões de perdas anuais), a Companhia Siderúrgica Nacional foi privatizada em abril de 93. Vendida por 1,6 bilhão, passou a dar lucro de US$ 202 milhões anuais. Já a mineradora Vale do Rio Doce, também criada por Vargas, era superavitária, faturando US$ 2,97 bilhões por ano, quando foi privatizada em maio de 1997, vendida por US$ 3,3 bilhões.

O Brasil Vai à Guerra

O empréstimo dos Estados Unidos ao Brasil para a construção de Volta Redonda foi aprovado seis meses antes do ataque japonês a Pearl Harbor, que resultou na entrada dos americanos na guerra. Essa associação com os EUA acabou se tornando um momento-chave na história do Brasil, já que, até aquele momento, o governo Vargas jogara habilmente com os antagonismos entre as nações democráticas e o nazi-fascismo, fazendo um jogo já definido como "neutralidade interesseira". Mas não era apenas um jogo: Vargas e seus assessores estavam de fato divididos. Em julho de 1940 —coincidindo com a invasão da França pelos nazistas—, o presidente fizera um discurso dúbio que deixou americanos e ingleses temerosos de que o Brasil se alinhasse aos países do Eixo. Os generais Dutra e Góis Monteiro eram francamente favoráveis à aliança com a Alemanha, tanto que, em 1940, Dutra chegara a sugerir que o Brasil declarasse guerra à Inglaterra e, em janeiro de 1942, Monteiro ainda era contrário ao rompimento das relações com os nazi-fascistas. Além disso, colaboradores íntimos de Vargas, como o jurista Francisco de Campos e o chefe de polícia Filinto Müller, também eram admiradores do regime de Hitler. E o próprio Vargas muitas vezes se comportara como um totalitário.

O brilhantismo vigoroso do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Osvaldo Aranha, fazia a balança pender para o outro lado. Em 15 de janeiro de 1942, Aranha foi a principal estrela da Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro. Foi ele quem propôs o rompimento de todas as relações comerciais, políticas, militares e diplomáticas entre as nações da União Pan-Americana e os países do Eixo. Os EUA preferiam declaração de guerra, mas aceitaram essa decisão —e se comprometeram a garantir a defesa territorial do Brasil. Embora o país não tivesse declarado guerra à Alemanha —que, na época, ainda era o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás dos EUA—, Hitler determinou o torpedeamento de navios brasileiros. O primeiro foi afundado em fevereiro de 1942. O povo saiu às ruas clamando por vingança e em agosto o Brasil entrou na guerra (*leia o quadro abaixo*). Em janeiro de 1943, Roosevelt visitou a base que o Brasil autorizara os EUA a construir em Natal. Encontrou-se com Vargas (*acima*), a quem chamou de "dictator in defense of democracy" ("ditador em defesa da democracia"), e sugeriu que o Brasil fosse um dos fundadores da futura Organização das Nações Unidas. Vargas aceitou e, em troca de dinheiro e armas, enviou tropas brasileiras para a Europa.

Como na 1ª Guerra Mundial, o Brasil só decidiu entrar na luta contra o Eixo depois que seus navios começaram a ser afundados pela Alemanha. A diferença é que, em 1942, o torpedeamento aos mercantes brasileiros ocorreu com muito mais violência e determinação. Ao todo, 36 navios foram postos a pique, matando quase mil pessoas. Mas os primeiros incidentes com navios brasileiros em alto-mar se deram com a Inglaterra, em fins de 1940, quando três mercantes carregados de canhões comprados pelo Brasil da Alemanha foram interceptados por embarcações de guerra britânicas. Em março de 1941, aviões alemães da Luftwaffe atacaram o Taubaté no canal de Suez, fazendo a primeira vítima brasileira na guerra. Em 14 de fevereiro de 1942, enquanto os nazistas planejavam atacar e ocupar a "saliência" do Nordeste brasileiro (na qual os Estados Unidos fariam a base de Natal), o mercante Cabedelo sumiu em alto-mar. Mais tarde, ficou provado que fora afundado por alemães.

De fevereiro a julho de 1942, mais 13 mercantes do Brasil seriam afundados. Em 15 de agosto, porém, deu-se o primeiro ataque realizado em águas territoriais brasileiras. Nesse dia, o submarino nazista U-507 afundou o Baapendi, matando seus 270 tripulantes. Nos quatro dias seguintes, o mesmo submarino afundaria outros quatro navios brasileiros, todos no litoral entre Sergipe e Bahia. Os ataques causaram grande comoção nacional e nem mesmo os simpatizantes do nazismo que faziam parte do governo Vargas conseguiram impedir (como haviam feito antes) dezenas de passeatas de estudantes e do povo, todas favoráveis à declaração de guerra. No dia 22 de agosto de 1942, Vargas reuniu-se com seu ministério e reconheceu "a situação de beligerância entre o Brasil e a Alemanha". Em 31 de agosto, o "estado de guerra" foi declarado em todo o território nacional. E, ao contrário do que ocorrera no Estado Novo, dessa vez o inimigo era externo.

Os Pracinhas na Europa

Nem todas as nações aliadas eram favoráveis à presença do Exército brasileiro nos combates na Europa, uma vez que as tropas do país eram consideradas despreparadas e mal-equipadas —o que era fato. O projeto inicial era enviar os expedicionários brasileiros para combater na África. Em agosto de 1943, um decreto criara a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Esperava-se que cerca de 100 mil brasileiros se alistassem. No início de 1944, porém, apenas 28 mil soldados estavam prontos para entrar na guerra —muitos deles negros, havendo até todo um regimento, o Andrade Neves, cujos 300 integrantes tinham sido recrutados nas favelas. A derrota alemã na África forçaria uma mudança nos planos dos aliados com relação à FEB, escalada, então, para lutar na Itália. Na noite de 30 de junho de 1944, numa operação sigilosa, mais de 5.000 soldados brasileiros embarcaram, no Rio de Janeiro, no navio americano General Mann, com destino ainda desconhecido. Era o primeiro contingente dos 25.334 homens que, sob o comando do general Mascarenhas de Morais, se incorporariam ao 4º Corpo do Exército americano, por sua vez integrante do 15º Grupo de Exércitos Aliados.

Desacostumados com os métodos americanos de comando (já que o Exército brasileiro seguia a escola francesa), sofrendo com o rigoroso inverno europeu, recebendo a rala ração C, forçados a se adaptar a "uns troços com pranchas largas e umas bengalas pontudas" (os esquis), os soldados brasileiros não fizeram feio nos campos de batalha da Itália. Ao longo de 239 dias de luta (de 6/9/44 a 2/5/45), a FEB participou da guerra pela conquista dos Apeninos, a cadeia montanhosa do norte da Itália, de grande importância estratégica por dar acesso aos vales dos rios Reno e Pó. A tomada de Monte Castelo —que fracassara em três ocasiões anteriores— ocorreu em 21 de fevereiro de 1945, depois de 12 horas de combate. Foi o ponto alto da ação bélica brasileira. Ao todo, o Exército do Brasil teve 465 mortos (444 soldados, 13 oficiais do Exército e 8 oficiais da FEB) e 1.517 feridos em combate (mais 658 "acidentados"). A FEB capturou mais de 20 mil alemães, 80 canhões e 1.500 viaturas. No dia 18 de julho de 1945, os primeiros 4.931 pracinhas brasileiros retornaram ao Rio de Janeiro. Ao desfilarem pela avenida Rio Branco (*acima*), foram recebidos apoteoticamente. Ao longo das semanas seguintes, a cerimônia se repetiria para os demais contingentes.

Os dois anos durante os quais o Brasil esteve oficialmente em guerra contra a Alemanha modificaram o cotidiano da nação, como já acontecera em praticamente todos os países do mundo. Mesmo antes da declaração formal de guerra, o Brasil já capturara espiões alemães, tivera seus navios afundados e fora obrigado a racionar alguns produtos. Durante quatro anos, o maior racionamento seria o da gasolina e, por esse motivo, os carros que circulavam no país eram movidos a gasogênio (aparelho que queimava carvão, produzindo gás combustível). A partir de agosto de 1942, a população das grandes cidades foi forçada a fazer blecautes eventuais: todas as luzes deveriam ficar apagadas. Sirenes soavam preparando os cidadãos para supostos bombardeios. Ao mesmo tempo, a base americana em Natal e a aliança com os Estados Unidos davam início ao processo de americanização do país, cujos reflexos são evidentes até hoje.

A imprensa nacional ficou mais ágil e mais "americana". Surgiu o famoso "Repórter Esso", noticiário radiofônico, cujas transmissões diárias paravam a nação. A revista "O Cruzeiro" fez uma cobertura dinâmica da luta na Europa. Um dos correspondentes de guerra foi Rubem Braga, o maior dos cronistas brasileiros. Outro grande intelectual que se envolveu no "esforço de guerra" foi o poeta Guilherme de Almeida, autor da letra da "Canção do Expedicionário" ("Por mais terras que eu percorra, / não permita Deus que eu morra / sem que volte para lá; / sem que leve por divisa / este "V" que simboliza / a vitória que virá"). Nos campos de batalha da Itália lutaram o general Cordeiro de Farias, que fora um dos tenentes da Coluna Prestes, e o então tenente-coronel Castelo Branco, chefe da Seção de Planejamento e Operações. Além da FEB, a FAB (Força Aérea Brasileira) também participou da guerra, realizando 400 missões.

O Governo do Marechal Dutra

Quando os pracinhas retornaram ao Brasil, em julho de 1945, uma contradição ficou clara: na Europa, o Exército nacional lutara pela democracia; em casa, o país vivia sob regime ditatorial. Um ano e meio antes, a insatisfação de vários segmentos da nação com a ditadura Vargas já ficara clara com o surgimento do chamado "Manifesto dos Mineiros". Lançado em 24 de outubro de 1943, no 13º aniversário da Revolução de 30, o documento clamava: "Queremos liberdade de pensamento, sobretudo do pensamento político". Em 1942, nascera a UNE (União Nacional dos Estudantes), responsável por passeatas de protesto no país inteiro (uma delas provocou a demissão de Filinto Müller e de Francisco de Campos). Em janeiro de 1945, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, também exigia a redemocratização. Em 22 de fevereiro, o ex-ministro José Américo, em entrevista a Carlos Lacerda, rompeu a censura, criticando abertamente o governo. Vargas baixou a guarda e, no dia 28, assinou o Ato Adicional nº 9, fixando o prazo de 90 dias para a realização de eleições.

Os novos partidos se organizaram rapidamente: em 7 de abril nascia a UDN (União Democrática Nacional), formada pela antiga oposição liberal, associada a banqueiros e ao setor privado. A UDN lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes —um dos líderes dos 18 do Forte. Em julho de 1945, surgia, dentro da máquina político-administrativa do Estado Novo, o PSD (Partido Social Democrático), que lançou o general Dutra como candidato.

O marechal Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) nasceu em Cuiabá. Participou da Revolta da Vacina em 1904, reprimiu os levantes tenentistas de 1922 e 1924, aderiu à Revolução de 30, combateu os paulistas em 1932 e os comunistas em 1935, apoiou o golpe do Estado Novo em 1937, foi ministro de Vargas por nove anos e o derrubou em 1945. Como presidente, proibiu o jogo e promulgou a nova Constituição —que chamava de "livrinho". Introduziu o Brasil na guerra fria, criando a Escola Superior de Guerra, banindo o PC, rompendo relações com a União Soviética e se aproximando dos Estados Unidos de Harry Truman. Dutra era uma figura caricata, sobre a qual surgiram muitas piadas. Uma delas contava que, ao ser cumprimentado por Truman, que dissera "How do you do, Dutra?", o marechal de imediato respondeu: "How tru you tru, Truman?"

Com as eleições marcadas para 2 de dezembro, novas ações políticas agitam o segundo semestre de 1945. No dia 15 de julho, numa manifestação gigante em São Paulo, Luís Carlos Prestes lança a campanha "Constituinte com Getúlio", que era uma tentativa de "golpe branco": em vez de eleições, uma nova Assembléia Constituinte seria convocada, com Vargas ainda no comando da nação. Em agosto, líderes sindicais e funcionários do Ministério do Trabalho entoam o lema: "Queremos Getúlio" —e nasce o "movimento queremista". Em setembro, surge, também sob a batuta de Vargas, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Três meses antes de sua realização, as eleições de dezembro já parecem definidas: a UDN não terá como vencer Vargas e seus aliados. Em fins de outubro, porém, o presidente insiste em fazer de seu irmão, Bejo Vargas, o chefe de polícia do Rio de Janeiro. Liderado pelos generais Góis Monteiro e Dutra, um golpe militar depõe o ditador. Entre humilhado e conciliador, o presidente declara à nação que renunciara ao cargo por vontade própria —e sai do Catete, sem ser exilado e sem perder os direitos políticos. As eleições de dezembro se realizam sob sua vasta sombra e o general Dutra, do PSD, apoiado por Vargas e pelo PTB, vence com certa facilidade a UDN de Eduardo Gomes: dos 6 milhões de votos (13,4% da população), 3,25 milhões são para Dutra. Em setembro de 1946 uma nova Constituição é promulgada. Pelos 18 anos seguintes, o Brasil voltará a conviver com a democracia.

Embora afastado do governo por um golpe brando, Getúlio Vargas acabaria sendo um dos grandes vencedores das eleições de dezembro de 1945. Não apenas figurativamente: Vargas foi eleito senador por dois Estados (Rio Grande do Sul e São Paulo) e deputado por outros sete. Ainda assim, praticamente não apareceu no Senado: preferiu o auto-exílio na fazenda Itu, em São Borja (*onde aparece, ao lado do pai, na gravura ao lado*), na qual recebia o beija-mão dos políticos e articulava sua volta ao poder. Na verdade, as manobras para a sucessão de Dutra se iniciaram antes de o marechal ter completado a metade de seu mandato. Embora Dutra se recusasse a apoiar a candidatura Vargas, ela logo surgiu, sendo lançada por João Goulart, durante a comemoração do 67º aniversário do ex-presidente, em 19 de abril de 1950, na fazenda Itu. Vargas concorreu pelo PTB, tendo como vice João Café Filho, do Partido Social Progressista (PSP), indicado pelo presidente do partido, o governador paulista Ademar de Barros (que popularizara o slogan "rouba mas faz"). O acordo era simples: Vargas em 1950, Ademar em 1955. Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Vargas concorreu contra Cristiano Machado, do PSD, e Eduardo Gomes, outra vez candidato da UDN. Baseando sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliara legislação trabalhista, Vargas venceu fácil, obtendo 48,7% dos votos. A UDN tentou impugnar a eleição, alegando que só poderia ser considerado vencedor o candidato que obtivesse a metade do total de votos mais um. O Tribunal Superior Eleitoral rejeitou a exigência e Vargas recebeu a faixa presidencial das mãos de Dutra, em janeiro de 1951.

O Escândalo que Derrubou Vargas

Em 31 de janeiro de 1951, cinco anos, três meses e dois dias depois de ser escorraçado do Catete como ditador deposto, Getúlio Vargas voltou ao governo "nos braços do povo" para mais quatro anos na Presidência. Dessa vez, porém, não sairia mais do palácio do governo —pelo menos, não vivo. O país com o qual Vargas deparou era muito diferente daquele que comandara cinco anos antes. De início, o presidente se viu forçado a manobrar num mar de correntes contraditórias, como disse o historiador Boris Fausto: "De um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores, atingidos pela alta do custo de vida; de outro, precisava tomar medidas impopulares para controlar a inflação". Vargas tentou resolver a equação lutando para fazer um governo popular com um ministério conservador (no qual predominava o PSD). Tentou aproximar-se até mesmo da UDN.

O "tigre da inflação", sobre o qual Getúlio prometeu montar, começou a "mover-se de forma inquietante" em fins de 1951. Um ano depois, 500 mil pessoas participavam dos protestos contra a carestia na campanha da "Panela Vazia". O país se debatia entre o nacionalismo, o entreguismo e o estatismo. Em 3 de outubro de 1953, Vargas dá a virada decisiva de seu segundo governo, firmando a imagem de "Pai dos Pobres": pressionado pelos sindicatos, ele começa a afastar-se dos Estados Unidos, cria a Petrobrás, faz uma lei sobre remessa de lucros para o exterior e muda o ministério.

Para a pasta do Trabalho, convoca João Goulart, o Jango, um estancieiro de São Borja. Embora sua função fosse conter a influência comunista nos sindicatos, Jango foi transformado pela UDN, por setores da classe média e pelos militares antigetulistas num personagem perigoso, que simbolizava o avanço da "república sindicalista" e personificava a chegada do peronismo no Brasil. Quando Jango propôs aumento de 100% no salário mínimo, o estopim da crise foi aceso. Em fevereiro de 1954, após o lançamento do "Manifesto dos Coronéis" (assinado, entre outros, por Sílvio Frota e Golbery do Couto e Silva), Vargas foi obrigado a demitir Jango. Mas em 1º de maio ele não só aprovou o aumento salarial como discursou aos trabalhadores: "Hoje vocês estão com o governo. Amanhã serão governo". Foi o que bastou: para a UDN, para os conservadores e os militares, era preciso derrubar Vargas. Faltava apenas um pretexto. Ele logo viria.

De todos os opositores de Getúlio, o mais ruidoso e radical era o jornalista Carlos Lacerda. Muito jovem, Lacerda lançara o nome de Prestes para a presidência da ANL. Com o tempo, não apenas se afastou dos comunistas como virou um de seus maiores inimigos. À frente de seu jornal, "Tribuna da Imprensa", Lacerda desfechava os mais violentos ataques contra Vargas. A partir de 1953, Roberto Marinho ofereceu a Lacerda os microfones da rádio Globo e Assis Chateaubriand o pôs no ar na TV Tupi. Com mídia nacional, Lacerda exigia a renúncia de Vargas e apelava às Forças Armadas para que elas "restabelecessem a democracia no Brasil". Nos círculos getulistas, surgiu a convicção de que era preciso "dar um jeito" em Lacerda. O chefe da guarda presidencial, Gregório Fortunato —fiel servidor de Getúlio por mais de 30 anos (*abaixo*)—, decidiu tramar o assassinato de Lacerda. Se a idéia era desastrada, mais desastrada ainda seria sua execução.

Na madrugada de 5 de agosto de 1954, dois pistoleiros tentaram matar Lacerda na porta de sua casa, na rua Toneleros, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Os tiros o feriram levemente no pé (*acima, à direita*), mas mataram o major da Aeronáutica, Rubens Vaz —que se oferecera espontaneamente para protegê-lo. "Este tiro é uma punhalada em minhas costas", disse Vargas ao saber do atentado. Desautorizando o ministro da Justiça, Tancredo Neves, a Aeronáutica decidiu investigar o crime por conta própria e instaurou um inquérito que, em 29 horas, conseguiu prender os culpados. Em poucos dias ficou claro que Gregório Fortunato, preso no dia 11 de agosto, fora o mandante do crime. Na Base Aérea do Galeão, Fortunato sofreu todo o tipo de pressão para denunciar um nome que derrubasse Vargas. Naqueles dias de tensão, o país passou a ser governado pela chamada "República do Galeão". Muitos colaboradores de Vargas foram presos e ameaçados de ser jogados de aviões no mar. Uma década e meia depois, a ameaça se tornaria realidade para os prisioneiros do regime militar que tomou o poder em 1964.

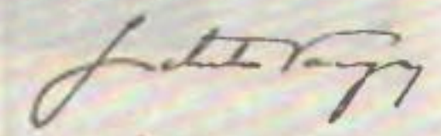
Em 22 de agosto, os brigadeiros se reuniram no Clube da Aeronáutica para pedir a renúncia de Vargas. No dia 23, cerca de 30 generais —entre os quais Juarez Távora e Mascarenhas de Morais— lançaram um "Manifesto à Nação" que, na verdade, era um ultimato a Getúlio. Um dia antes, quando o vice-presidente Café Filho sugeriu a Vargas que ambos renunciassem, o presidente respondeu: "Se tentarem tomar o Catete, terão de passar por sobre meu cadáver". A agonia política do presidente durou 19 dias. Na noite do dia 23, Bejo Vargas informou ao irmão que fora convocado para depor na "República do Galeão". Vargas comentou: "A UDN está preparando um banquete. Na hora em que sentarem à mesa, eu puxo a toalha". Na mesma noite, convocou uma reunião ministerial e declarou: "Só morto saio do Catete". Às 4 da manhã, dois oficiais foram ao palácio convocar Bejo para depor. Por volta das 4h30, um tiro ecoou no Catete. Em breve, ressoaria em toda a nação.

A Carta-Testamento

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam —e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar minha voz e impedir minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei dos lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam ódios. Quis criar a liberdade nacional da potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás: mal começa essa a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos, existiam fraudes de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Redigida na madrugada de 23 para 24 de agosto, a carta-testamento de Getúlio Vargas foi sua última e definitiva estocada em velhos inimigos. Lida pelas rádios já no alvorecer do dia 24 e publicada pelos jornais no dia seguinte, a carta multiplicaria o clima de comoção e revolta que cercou a morte do "Pai dos Pobres". Enquanto instituições antigetulistas eram atacadas em todo o Brasil, Jango, Tancredo e JK —três futuros chefes de governo— velavam o corpo do líder político mais polêmico e mais amado da história do Brasil.

"Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."

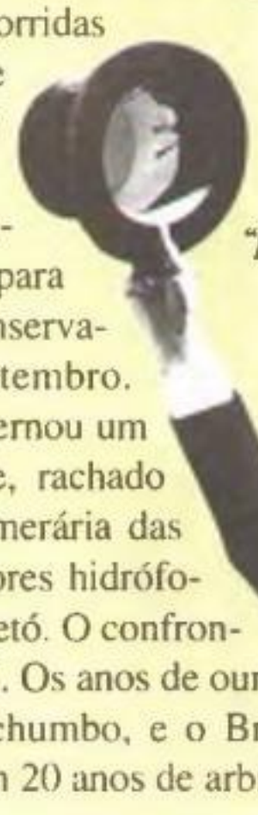


A Era JK, Jânio e Jango

Foi um tempo em que, para usar a expressão do ensaísta Roberto Schwarz, o país estava "irreconhecivelmente inteligente". Havia a bossa nova, o cinema novo e a Novacap. A política externa era independente —o que, talvez, quisesse dizer apenas que estava "desvinculada" dos Estados Unidos. Falava-se cada vez mais em "libertação nacional" e ela se ligava diretamente a slogans ultra-otimistas, do tipo "50 anos em 5", "transformações estruturais", "reformas de base". O "nacional-desenvolvimentismo" parecia ser "caminho do meio" entre nacionalismo e "entreguismo", entre economia estatizada e liberalismo. O latifúndio recuava e a reforma agrária se punha em movimento. Árvores caíam e carros roncavam —e isso era visto como símbolo inequívoco de progresso. Em 41 meses, uma cidade futurista surgira no meio do nada e o presidente era um sujeito jovial e sorridente, alto e boa-pinta: o presidente bossa-nova.

Após quase duas décadas de democracia, o país se sentia jovem e ousado, esperançoso e otimista. A instabilidade política e econômica permaneciam as mesmas —mas pelo menos, naqueles anos de ouro, pararam de fazer "tabelinha": era uma ou outra; quase nunca as duas ao mesmo tempo. Ainda assim, o ovo da serpente estava em gestação e, em menos de uma década, a nação se confrontaria outra vez com seus equívocos e descaminhos, com sua alma dúbia, suas recaídas autoritárias, sua elite irredutível e seu povo despreparado ou omisso, seus temores e seu desleixo. Mas, dos anos JK ao turbulento reinado populista de João Goulart, ao Brasil foi permitido sonhar. A segunda metade dos anos 50 e a primeira parte da década de 60 foram muito mais arejadas e auspiciosas do que os 20 anos que vieram antes e os 20 que viriam depois.

Ainda assim, a posse de JK (*acima*), em janeiro de 1956, seria um retrato das atribulações que estavam por vir. Eleito em outubro de 1955, Kubitschek só tomou posse graças a um golpe militar —o único golpe legalista da história brasileira. Com ele, assumiu o vice João Goulart, o Jango —cuja atuação como ministro de Vargas fora um dos estopins da crise que acabou desembocando no suicídio de Getúlio. JK conseguiu estabilizar o país politicamente, mas o entregou endividado ao sucessor, Jânio Quadros, que tomou posse em janeiro de 1961. Jânio —certa vez definido como "marxista da linha Groucho"— era um político desequilibrado e instável, que governou enviando "bilhetinhos" a seus assessores, regulamentou o tamanho do maiô das misses, proibiu corridas de cavalos "em dias úteis" e renunciou abruptamente em agosto de 1961.



Um dos governantes mais amados do Brasil, JK foi apelidado de "presidente bossa-nova" e por cinco anos comandou um país otimista

Ocupando outra vez a Vice-Presidência, João Goulart —para horror dos militares e dos conservadores— tomou posse em setembro. Durante três anos e meio, governou um país em turbilhão permanente, rachado entre a miragem utópica e temerária das esquerdas e os receios e rancores hidrófobos da direita de farda e de paletó. O confronto teria um resultado previsível. Os anos de ouro desembocaram nos anos de chumbo, e o Brasil "inteligente" seria soterrado em 20 anos de arbítrio.

CAFÉ FILHO NO PODER

Embora tivesse sugerido que ambos renunciassem, assim que Getúlio Vargas se matou o vice-presidente Café Filho assumiu a chefia da nação. O impacto provocado pelo suicídio de Vargas impediu que a "República do Galeão" tomasse o poder. A posse de Café Filho foi a solução constitucional. O potiguar João Café Filho (1899-1970) era um político com um passado de esquerda que, como bom fisiologista, se ligara ao populismo ademarista. Fora o próprio Ademar de Barros quem o indicara para vice de Vargas nas eleições de 1950. Ao ser empossado, Café Filho manteve a posição que adotara durante a crise que levou Vargas ao suicídio: permaneceu na oposição e montou um ministério no qual o predomínio da UDN era evidente. Ainda assim, Café Filho se comprometeu a cumprir o calendário eleitoral, mantendo as eleições para Câmara, Senado e governos estaduais (marcadas para outubro de 54) e as eleições presidenciais, previstas para outubro de 1955. E cumpriu a promessa. Após a eleição de JK, porém, Café Filho (abaixo) *teria participação indireta na tentativa de golpe com a qual a UDN tentou impedir a posse do presidente eleito.*

Lott e o Golpe Preventivo

Em novembro de 1954, Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, lançou sua candidatura à Presidência pelo PSD. Em abril do ano seguinte, o PTB decidiu fazer aliança com o PSD e lançou João Goulart para vice de Juscelino. Formava-se novamente a dobradinha entre os dois partidos nascidos à sombra de Vargas —cuja união, em 1945, dera ampla vitória a Dutra contra a UDN, que a chamara de "coligação maldita". Em maio de 1955, depois de muita hesitação, o general Juarez Távora enfim aceitou o convite feito por Jânio Quadros para ser o novo candidato militar da UDN. Nas semanas seguintes, apesar de derrotado por Jânio nas eleições para o governo de São Paulo (em outubro de 1954), Ademar de Barros decidiu concorrer pelo PSP. Se Vargas estivesse vivo, Ademar seria o candidato oficial à sucessão, mas agora estava desamparado. O quadro eleitoral se completou com o lançamento da candidatura do integralista Plínio Salgado. Embora os rumores de um golpe militar fossem cada vez mais frequentes, as eleições se realizaram no dia 3 de outubro de 1955.

As urnas deram a vitória a Juscelino por uma margem estreita. JK teve 36% (3.077.411 votos) contra 30% (ou 2.610.462 votos) de Juarez Távora. Ao obter 26% dos votos, Ademar de Barros teve um papel decisivo na eleição. Plínio Salgado não passou dos 8%. Derrotada nas urnas, a UDN —supostamente um partido legalista— começou a propor abertamente a mudança das regras do jogo eleitoral: só poderia assumir o candidato que tivesse recebido a metade dos votos mais um. Era um artifício para impedir a posse de JK.

De acordo com o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, a UDN não tinha nada contra JK: "Nosso problema é o Jango". Desde os tempos em que era ministro de Vargas, Jango era visto como "incitador de greves e articulador da república sindicalista". Em setembro de 1955, o jornalista Carlos Lacerda já tentara envolvê-lo em um episódio de cartas falsas, similar ao que abalara Artur Bernardes em 1922. Em 1º de novembro de 1955, no enterro do presidente do Clube Militar, o coronel Bizarria Mamede atacou a "mentira democrática" e disse que "a vitória da minoria" estabelecia uma "pseudolegalidade imoral e corrompida". O general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra —um militar legalista que já anunciara que o Exército seria "a espada neutra" no processo sucessório—, pretendia punir Mamede. Como o coronel era diretor da Escola Superior de Guerra, estava submetido diretamente ao presidente.

Em 5 de novembro, porém, Café Filho teve um ataque cardíaco —ou fingiu que tivera, de acordo com JK. O presidente da Câmara, deputado Carlos Luz, tomou posse provisoriamente —e se recusou a punir o coronel. Em 11 de novembro, depois de se demitir do ministério, o general Lott botou as tropas na rua e destituiu Carlos Luz, dando o chamado "golpe preventivo", não para impedir, mas para garantir a posse de JK. Lacerda ainda tentou articular uma reação, mas o presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu o governo sob estado de sítio. No dia 21 de novembro, dizendo-se recuperado, Café Filho anunciou-se disposto a retomar a Presidência, mas foi declarado "impedido" pelo Congresso. Em 31 de janeiro de 1956, JK foi, afinal, empossado.

JK, o Presidente Bossa-Nova

Quando, durante a campanha de 55, um repórter da revista "O Cruzeiro" lhe perguntou sobre "o problema do café", o então candidato à Presidência JK replicou: "Qual deles? O vegetal ou o animal?" Dono de um sorriso luminoso, Juscelino Kubitschek de Oliveira era bem-humorado, esguio, boa-pinta, "moderno". Estava pronto para ser o presidente bossa-nova e comandar um país que voltava a acreditar em si mesmo. Descendente de tchecos, nascido em Diamantina (MG), em setembro de 1902, JK, apesar da infância pobre, se formou em medicina em 1927. Foi eleito deputado federal em 34, prefeito de Belo Horizonte em 40 e governador de Minas Gerais em 50. Em 55, era o nome ideal para encabeçar a dobradinha PSD-PTB —articulada por Osvaldo Aranha e Tancredo Neves no enterro de Vargas.

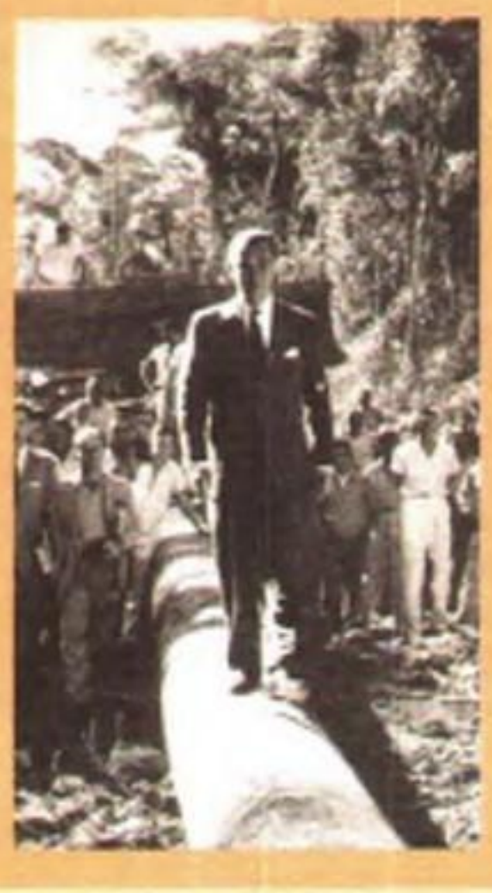
Uma vez no poder, JK revelou-se dinâmico, empreendedor, competente e astuto, e seu otimismo contagiou a nação. Apesar de conciliador, JK não fez concessões à UDN: dos 24 ministros civis, 16 eram do PSD e seis do PTB. O "partido golpista" não recebeu uma única pasta. Ainda assim, os anos JK seriam marcados pela estabilidade política: a cúpula militar se acalmara; os golpistas tinham perdido duas paradas altas —a renúncia de Vargas acabou se tornando o suicídio de um "mártir" e a tentativa de impedir a posse de JK esbarrou na "espada neutra" do general Lott (*no alto da página anterior, ao lado de Jango*). Embora tivesse ocorrido em Jacareacanga, no Pará, uma pequena rebelião liderada por dois oficiais da Aeronáutica, deflagrada duas semanas após a posse do presidente, em fevereiro de 56, JK teria toda a tranquilidade para governar.

Para executar seu ambicioso Programa de Metas —resumido no slogan "50 anos em 5" e baseado no binômio "energia e transportes" (*leia na página 245*)—, JK, disposto a derrotar a burocracia, criou órgãos paralelos e horários alternativos de trabalho. Ao obter recursos que lhe permitissem concretizar seus planos, ele acabou forjando a expressão "nacional-desenvolvimentismo" —uma astuciosa política econômica que combinava a ação do Estado com a empresa privada nacional e o capital estrangeiro. Entre muitas ações que marcaram um surto desenvolvimentista sem precedentes no país, o governo JK se notabilizou pelo grande impulso dado à indústria automobilística. Ainda em 56 o presidente criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia). Graças a incentivos fiscais, empresas automobilísticas multinacionais, como a Ford e a General Motors (que estavam no Brasil desde 1919 e 1925, respectivamente), passaram a fabricar utilitários em 57 e outras montadoras se instalaram na região do ABC (SP).

Devido ao interesse primordial dos Estados Unidos no mercado da Europa, foram justamente empresas européias as que vieram para o país, entre elas a Volkswagen, alemã, e a Simca, francesa. Em 1959 foi lançado o primeiro Fusca montado no Brasil —e JK orgulhosamente desfilou a bordo do automóvel, que se tornaria um dos mais vendidos e amados do país. Também em 59 a Simca lançou a luxuosa linha Chambord, logo transformada em símbolo de requinte e eficiência, que seriam associados à era JK. Entre 57 e 60, foram produzidos mais de 320 mil veículos, 90% acima do previsto. O Brasil se movia sobre quatros rodas.

O PREÇO DO PROGRESSO

Ao encontrar-se com o engenheiro Bernardo Saião, responsável pela construção da estrada Belém–Brasília, JK lhe disse: "Vamos arrombar esta selva". Disposto a "integrar" o Brasil e estimular o consumo de automóveis, JK determinou a abertura de "um cruzeiro de estradas" cortando o Brasil dos quatro pontos cardeais ao centro de Brasília. De 1955, ano anterior a sua posse, a 1961, foram abertos 13 mil quilômetros de estradas e pavimentados 7.000. Era uma época em que as florestas, que JK queria "arrombar", eram tidas como "mato" e representavam um "entrave" ao progresso. O surto desenvolvimentista do governo JK foi acompanhado por uma devastação ecológica sem par na história do Brasil. A assessoria de imprensa do presidente distribuía fotos de JK derrubando árvores centenárias a bordo de tratores, ou caminhando sobre troncos tombados. A expansão da indústria automobilística enfraqueceu o transporte fluvial e ferroviário no Brasil, mas JK era adorado, e o menestrel Juca Chaves compôs uma elegia a ele: "Bossa nova mesmo é ser presidente / Desta terra descoberta por Cabral / Para tanto basta ser / Simpático, risonho, original". Quanto a Bernardo Saião, morreu esmagado por uma árvore.



Brasília: A Nova Capital

Era uma cidade longamente profetizada. Já em 1883, ela aparecera, reluzente, nas visões do santo italiano João Bosco. Um século antes, fizera parte dos sonhos libertários dos inconfidentes, fulminados em 1789. Em 1813, o jornalista Hipólito José da Costa, redator do "Correio Braziliense", editado em Londres, deu novo alento à idéia de transferir a capital do Brasil para o interior, "junto às cabeceiras do rio São Francisco". No início de 1822 surgiria, em Lisboa, um livreto, redigido nas Cortes, determinando que "no centro do Brasil, entre as nascentes dos confluentes do Paraguai e do Amazonas fundar-se-á a capital do Brasil, com a denominação de Brasília". No mesmo ano, após a Independência, José Bonifácio defenderia, na Constituinte, a idéia de erguer a nova capital "na latitude de 15°, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por rio navegável". Em 1852, o historiador Varnhagen tornou-se o principal defensor de Brasília e, em 1877, seria o primeiro a viajar ao Planalto Central tentando demarcar o ponto ideal.

Achou-o "no triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, pelo fato de fluírem para o Amazonas, o São Francisco e o Prata". Proclamada a república, o artigo 3° da nova Constituição estabeleceu que a capital de fato seria mudada para o Planalto Central. Por isso, em 1892, à frente da recém-formada Comissão Exploradora do Planalto Central, o cientista Luís Cruls demarcou "um quadrilátero de 14.400 km para nele ser erguida a nova cidade". Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa baixou um decreto determinando que no dia 7 de setembro daquele ano (centenário da Independência) fosse assentada a pedra fundamental da nova capital, na cidade de Planaltina (GO), localizada no "quadrilátero Cruls", hoje perímetro urbano de Brasília. A idéia de transferir a capital para os longínquos descampados do cerrado seria mantida nas Constituições de 1934 e 1946. Mas só começou a sair do papel no dia 4 de abril de 1955, num comício em Jataí (GO), quando o então candidato à Presidência Juscelino Kubitschek decidiu fazer a mais óbvia das promessas de campanha: jurou que iria "cumprir a Constituição". Então, como o próprio JK conta no livro "Por Que Construí Brasília", algo de surpreendente aconteceu —e mudou os destinos do Brasil.

De acordo com JK, ao final do comício em Jataí, "uma voz forte se impôs" e o interpelou. "O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática a mudança da capital federal para o Planalto Central." JK olhou para a platéia e identificou o interpelante: era um certo Toniquinho. Embora considerasse a pergunta embaraçosa e já tivesse seu Programa de Metas pronto, JK respondeu que construiria a nova capital. A partir daí, Brasília virou a "meta-síntese" de seu governo. Ao assumir a Presidência, apresentou o projeto ao Congresso como fato consumado. Em setembro de 1956 foi aprovada a lei 2.874, que criou a Cia. Urbanizadora da Nova Capital. As obras se iniciaram em fevereiro de 1957, com apenas 3.000 trabalhadores —batizados de "candangos". Os arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa foram encarregados de projetar a cidade "futurista".

Nove meses depois, cerca de 12 mil pessoas viviam e trabalhavam em Brasília. Mais de 45 milhões de m³ de terra vermelha foram deslocados numa terraplanagem monumental. Redigida por Santiago Dantas, a Lei da Novacap permitia ao governo fazer todas as operações de crédito sem passar pelo Congresso. Houve corrupção e desvios de verbas, é claro, mas, em 41 meses, onde antes havia apenas deserto e se escutava só "o miado da onça", erguia-se uma das cidades mais modernas do mundo. O ritmo de construção, "excessivamente rápido", foi duramente criticado por políticos e empresários. Lançado em 1991, o filme "Companheiros Velhos de Guerra", de Vladimir Carvalho —um pungente documentário sobre a construção da cidade—, revela como, a partir de Brasília, o Brasil se tornaria o campeão mundial de acidentes de trabalho: centenas de operários morreram. Os acidentes eram rapidamente abafados e JK tinha o apoio de intelectuais, estudantes, líderes sindicais e, é evidente, dos grandes empreiteiros. Embora ousado e inovador, o projeto de Brasília prima pela frieza —e um presidente já declarou que "Niemeyer deveria ser condenado a morar no Palácio da Alvorada". De qualquer forma, em fins de 1987, Brasília foi tombada pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade, sendo o único monumento arquitetônico com menos de cem anos a receber tal honraria.

O Plano de Metas: 50 Anos em 5

A construção de Brasília tornou-se a "meta-síntese" do ousado Plano de Metas de JK, cujo objetivo estava explícito no slogan "50 anos em 5". Brasília simbolizava a conclusão e o sucesso de um programa de 31 metas divididas em cinco grupos, que eram o coração do sonho desenvolvimentista de JK. Informe publicado pelo governo divulgava os percentuais do Plano de Metas (apesar de ultrapassarem 100%). O grupo 1, o da "Energia", receberia 43,4% dos investimentos e teria cinco metas: energia elétrica, energia nuclear, carvão, petróleo e refinamento de petróleo. O grupo 2 era o dos "Transportes", dono de 29,6% dos investimentos. Suas oito metas eram: reequipamento e construção de estradas de ferro, construção e pavimentação de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante e transportes aéreos. O grupo 3, dos "Alimentos", teria 3,2% e seis metas: trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes. As "Indústrias de Base" compunham o grupo 4 e, com 20,4% dos investimentos, tinham 12 metas: cimento, aço, alumínio, metais não-ferrosos, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, construção naval, equipamento elétrico, indústria de veículos motorizados e maquinaria pesada. O quinto grupo era o da "Educação". Com 4,3% dos investimentos, tinha como meta um programa de alfabetização.

Os resultados do Plano de Metas, nas áreas industrial, de transportes e de energia, foram excepcionais. O sucesso no setor de energia foi tal que, em 1960, o Congresso aprovou a criação do Ministério de Minas e Energia (que voltaria a receber grande impulso durante o regime militar, após o golpe de 1964). No setor da indústria de base, as metas do aço, da indústria automobilística, do cimento e da construção naval alcançaram praticamente 100% dos objetivos propostos. A construção de estradas foi igualmente bem-sucedida.

Apesar de ter fracassado quase que por completo nas áreas de educação e agricultura —às quais talvez faltasse o "charme" futurista e a sanha desenvolvimentista—, o enorme sucesso do Plano de Metas provocou, entre 1957 e 1961, o crescimento do PIB em taxas de 7% ao ano. Em termos comparativos, o crescimento do PIB brasileiro durante a década de 50 foi três vezes maior do que o dos demais países da América Latina. Segundo dados citados pelo historiador Boris Fausto, o valor da produção industrial no Brasil, entre 1955 e 1961, cresceu 80%, descontada a inflação, com as porcentagens mais altas registradas nas indústrias do aço (110%), comunicações (380%), mecânicas (125%) e de material de transporte (600%).

Empregados, empregadores, políticos e militares, sindicalistas e estudantes estavam todos satisfeitos com o "nacional-desenvolvimentismo" dos anos JK. Ao combinar habilmente um forte intervencionismo estatal com os interesses da indústria privada nacional e o estímulo à entrada do capital estrangeiro, JK livrou o país do aflitivo debate entre "nacionalismo" e "entreguismo", que tanto agitara os últimos anos do governo Vargas.

Sob muitos aspectos, a política econômica de JK prenunciaria os rumos do surto desenvolvimentista do "Brasil Grande", forjado, em outro contexto, pelos governos militares pós-64. Como voltaria a acontecer nos anos 70, o Plano de Metas de JK, embora reluzente e febril, geraria, já a partir de 1958, uma crise econômica (provocada pela dívida externa e por uma "corrida inflacionária"), que seria herdada pelo governo seguinte, de Jânio Quadros.

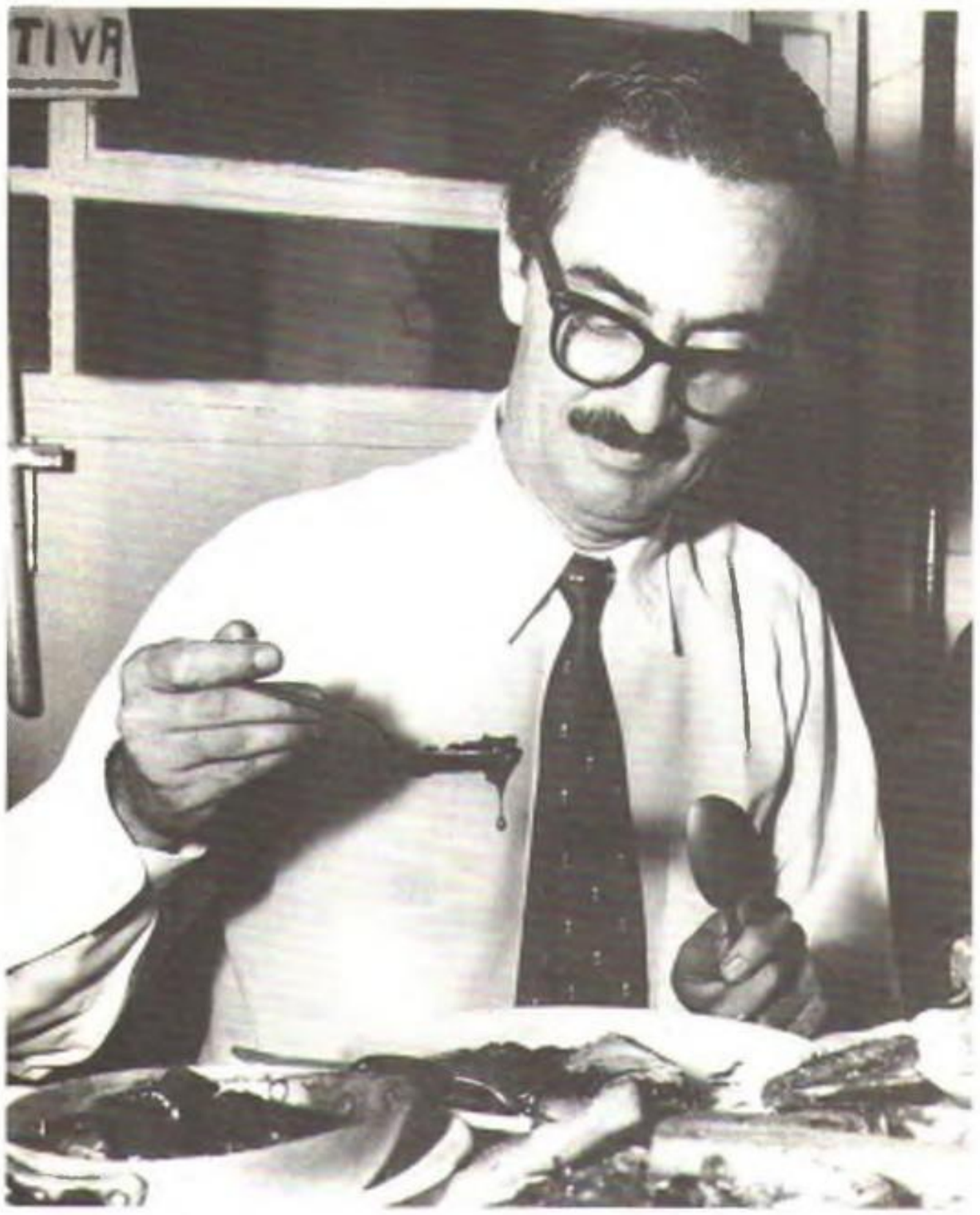
Como metáfora de um país que, a partir de então, mais inchou do que cresceu, Brasília não tem só 700 mil habitantes como queriam seus criadores, Oscar Niemeyer (*acima, na foto, à direita*) e Lúcio Costa (*ao lado*). Em 1997, já havia passado de 2 milhões.

Em maio de 1959, JK recebeu Fidel Castro no Rio de Janeiro (à esquerda) *e homenageou o líder da Revolução Cubana. Em junho, no ato mais espetaculoso de seu governo, JK rompeu negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), afirmando que o Brasil não era "mais o parente pobre relegado à cozinha". Era o início de uma política externa "desalinhada" da dos Estados Unidos —que acabou desembocando no golpe militar de 1964. Com a posse de Jânio Quadros, em 1961, o Brasil manteria a mesma postura da era JK. Jânio não apenas se recusou a apoiar o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba como —além de enviar Jango à China e à Alemanha Oriental e saudar o astronauta soviético Gagárin— voltou a homenagear Fidel e concedeu ao guerrilheiro Che Guevara, em Brasília* (à direita), *a mais alta insígnia nacional: a Ordem do Cruzeiro do Sul.*

Eleição e Renúncia de Jânio Quadros

Embora acusado de articular "planos continuístas", JK nunca tentou alterar a Constituição, que o impedia de concorrer à reeleição em 1960. De todo modo, tinha certeza de que venceria o pleito de 1965. Mantendo-se fiel à dobradinha PSD-PTB, o presidente bossa-nova decidiu apoiar o general Lott, o candidato da aliança às eleições de outubro de 1960. Mas a inflação e a carestia resultantes do Plano de Metas de JK acabariam sendo responsáveis pelo surgimento de uma das candidaturas mais surpreendentes da política brasileira: em abril de 1959, com o apoio de Lacerda e sob a legenda do minúsculo PTN, o governador de São Paulo, Jânio Quadros, foi feito candidato de uma chapa que, mais tarde, iria compor a bizarra coligação entre UDN, PTN, PDC, PR e PL (mais dissidências do PTB, PSD e PSB).

Com um discurso populista e tom marcadamente moralista, Jânio (*ao lado*) apresentava-se como "o homem do tostão contra o milhão" que iria "sanear" a nação. Não bastasse o fato de Jânio ter conquistado o apoio maciço da classe média e de setores militares, Lott revelou-se um candidato desastroso, que, além de ser artificial em sua defesa do getulismo, falava mal em público. O terceiro candidato era Ademar de Barros, do PSP, já derrotado por Jânio na eleição ao governo de São Paulo em 1954. Em outubro de 1960, Jânio recebeu uma das mais expressivas votações da história: teve 48% dos votos.



Nascido em 1917 em Campo Grande, no atual Mato Grosso do Sul, o advogado Jânio da Silva Quadros fez uma carreira política meteórica. Eleito vereador em São Paulo, em 1947, tornou-se deputado estadual em 1950 e elegeu-se prefeito da maior cidade da América do Sul em 1953. Sua administração moralizante o credenciou como o principal candidato ao governo de São Paulo. Em 1954, bateu Ademar de Barros e se elegeu governador de São Paulo. Cassado por dez anos em 1964, foi eleito prefeito de São Paulo em 1985, vencendo o candidato Fernando Henrique Cardoso. Individualista, desajeitado e imprevisível, morreu em fevereiro de 1992.

Apoiada em quase 6 milhões de votos, a vitória de Jânio só não foi total porque, graças à desvinculação dos votos, Jango, da chapa de Lott, se elegeu vice-presidente. Articulada à revelia de seus dois integrantes, a dobradinha Jan-Jan nascera de uma dissidência do PTB e fora lançada pelo Movimento de Renovação Sindical, o MRS. Em sua campanha, Jânio usara como símbolo uma vassoura e o jingle "Varre, varre vassourinha / Varre, varre a bandalheira / O povo já está cansado / De viver dessa maneira". No poder, revelou-se tão histriônico quanto se poderia supor. Enviava centenas de "bilhetinhos" (mais de 2.000 em 206 dias de trabalho) a ministros e assessores.

Jânio proibiu a propaganda em cinemas, regulamentou os horários e as normas do jogo de cartas em clubes e a participação de crianças em programas de TV e rádio, entre outras medidas. Mas governava sem base política: o PTB e o PSD dominavam o Congresso. Lacerda passara para a oposição, Jânio não consultava a UDN e o país estava endividado. A 24 de agosto de 61, Lacerda fez um discurso no rádio denunciando uma suposta tentativa de golpe articulada por Jânio. No dia seguinte, após quase sete meses no governo, o primeiro presidente a tomar posse em Brasília estarrecia a nação ao anunciar sua renúncia. Embora se referisse a "forças terríveis", Jânio nunca explicou o episódio. Provavelmente, era apenas um blefe. Mas o tiro saiu pela culatra e resultou em desastre.

Em 30 de junho de 1961, a revista "Time" dedicou sua capa a Jânio (e contratou Portinari para retratá-lo). O texto dizia: "Saindo não se sabe de onde para liderar a maior votação popular da história, Jânio Quadros aparece ao mundo como a própria imagem do Brasil —temperamental, brilhando com independência, ambicioso, assombrado com a pobreza, lutando para aprender, ávido de grandeza". Já a revista "France Soir" foi mais irônica e o comparou a "Marx —não Karl, mas Harpo". Ao mesmo tempo, no Brasil, aliados e inimigos esforçavam-se para definir o "enigma político" que comandava a nação.

Para o udenista Mário Martins, cinco personagens históricos pareciam ter influenciado Jânio: Cristo, Shakespeare, Lincoln, Lenin e Chaplin. "O problema é que nunca se sabe quando ele imita esse ou aquele (...). Às vezes procuramos Cristo e damos de cara com Lenin." Para Lacerda —que durante a campanha dissera que Jânio tinha "cheiro de povo"—, o presidente era "o mais mutável, o mais desequilibrado, o mais pérfido de todos os homens públicos que apareceram no Brasil". A melhor definição, porém, parece ter sido a de Afonso Arinos. Para o ministro das Relações Exteriores de Jânio, ele era "a UDN de porre".

O Governo Goulart

Como se não bastassem as acusações que militares e udenistas havia anos lhe faziam, no momento em que Jânio Quadros renunciou, João Goulart estava na China Comunista. Embora se tratasse de uma visita oficial, eram tempos de guerra fria e Jango sempre fora visto como o "líder da república sindicalista", um comunista travestido de democrata. O próprio Jânio parecia compartilhar dessa opinião e tentou o blefe da renúncia por achar que nem os militares nem o Congresso entregariam o país "a um louco que iria incendiá-lo". Porém, não havia ninguém ao lado de Jânio e a encenação falhou. Isso não significava que ministros militares e conservadores estivessem dispostos a deixar o mais destacado político do final da era Vargas tomar o poder. Mas, além de o Congresso se negar a vetar a posse de Jango, o general Augusto Lopes, chefe do 3º Exército (com sede no Rio Grande do Sul), instigado pelo governador Brizola, declarou-se disposto a pegar em armas para garantir o cumprimento da Constituição.

A crise foi contornada com a criação de uma comissão no Congresso que propôs a diminuição dos poderes do presidente e a adoção de um regime parlamentarista. Assim sendo, depois de tortuosa viagem de volta, Jango chegou ao Brasil em 31 de agosto de 1961 e, no aniversário da Independência, tomou posse em Brasília. A situação estava parcialmente resolvida. Tancredo Neves foi nomeado primeiro-ministro. Em julho de 1962, Tancredo renunciou e houve nova crise quando Jango quis nomear San Tiago Dantas (favorável ao afastamento dos Estados Unidos e à aliança com nações socialistas). No final, Brochado da Rocha assumiu o cargo. Em janeiro de 1963, um plebiscito deu ampla vitória ao presidencialismo (9 milhões de votos) sobre o parlamentarismo (2 milhões). E Jango virou presidente de verdade.

O fato de se tornar presidente com seus plenos poderes restaurados não trouxe tranquilidade para Jango. Ele assumia a chefia de um país cada vez mais polarizado, volátil e inquieto. Constantemente fustigado pela esquerda (que queria reformas imediatas) e pela direita (que temia qualquer avanço social), Jango foi pego entre dois fogos. De um lado, Brizola, Miguel Arraes e Francisco Julião. De outro, Lacerda, Olímpio Mourão e Costa e Silva. Após quase 20 anos de democracia, a sociedade civil estava dividida mas organizada: se os trabalhadores tinham o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), os empresários criaram o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), um dos núcleos civis do golpe de 64. Se os estudantes de esquerda se aglutinavam na UNE (União Nacional dos Estudantes), seus adversários fundaram o hidrófobo MAC (Movimento Anticomunista). Havia as "revolucionárias" Ligas Camponesas, mas havia também o ultraconservador Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Se a esquerda cristã tinha a Ação Popular, as mulheres católicas formaram a UCF (União Cívica Feminina), organizadora da Marcha da Família, em março de 1964. Pelos primeiros, Jango era visto como "frouxo"; pelos outros, como um "incendiário".

De janeiro a julho de 1963, sob o comando do ministro Celso Furtado, Goulart pôs em prática o Plano Trienal, baseado em "reformas de base". O Congresso recusou-se a cooperar com o projeto. Greves estouravam pelo país. Jango —que, embora fosse um estancieiro nascido em São Borja, não era (apesar da indumentária) o típico caudilho gaúcho— se sentiu forçado a dar uma guinada à esquerda. Para pressionar o Congresso a aprovar as reformas, realizou um comício monstro, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. Ao fazê-lo, decretou o começo do fim de seu governo (*leia na página 250*).

"Quando Jacqueline Kennedy, pela manhã, pergunta ao seu espelhinho mágico: 'Qual a mais linda primeira-dama na face da Terra?', já não está certa de ouvir unicamente o seu próprio nome. Porque no espelhinho (...) outro rosto se reflete (...) do qual se irradia um sorriso que parece triste e que mostra uns olhos maternalmente preocupados com o destino do Brasil."

Se João Goulart estava longe de ser uma unanimidade nacional, sua mulher, Maria Teresa Fontelle Goulart (à esquerda), era, como revela o trecho acima publicado na revista "O Cruzeiro" (de 23/2/63), admirada por todo o país. Aos 23 anos, ela era "a mais jovem (...) e a mais bonita primeira-dama do Brasil", como definiu a enciclopédia "Nosso Século". De todo o modo, Maria Teresa —que casara com Jango em 1955— jamais se interessou por política. O primeiro e último comício a que compareceu foi no dia 13 de março de 1964. Duas semanas depois, os militares derrubaram Jango.

Leonel Brizola

No dia 31 de agosto de 1961, João Goulart chegou a Porto Alegre, vindo da China (via Paris–Nova York–Montevidéu). Foi aclamado na "capital da legalidade". O Rio Grande do Sul, governado por seu cunhado, Leonel Brizola, liderava o movimento favorável à posse do vice-presidente. Desde a renúncia de Jânio, Brizola ocupara militarmente as principais rádios da cidade, organizando a "rede da legalidade", com mais de cem estações. Apesar de o ministro da Guerra, Odílio Denys, ter determinado que o comandante do 3º Exército enfrentasse Brizola (dando ordens para bombardear o palácio e, se preciso, assassinar o governador), o general Machado Lopes ficou a favor da Constituição. Graças a essas movimentações, Jango tomou posse no dia 7 de setembro. Brizola —que cercara o palácio Piratini com barricadas e armara a população— foi um dos maiores responsáveis pela solução constitucional e um dos principais adversários da "saída" parlamentarista. Após o retorno do presidencialismo, porém, o mesmo Brizola se tornaria um dos maiores agentes da desestabilização do governo, devido a suas pregações exaltadas e medidas "antiimperialistas", que incluíram a nacionalização das companhias telefônica e eletricitária do Rio Grande do Sul (ambas americanas). Em 1964, o radicalismo de Brizola teve o efeito inverso do que tivera em 1961.

Brizola discursa na "Rede da Legalidade", em agosto de 1961

Filho de pequenos lavradores, Leonel Brizola nasceu no planalto do Rio Grande do Sul em janeiro de 1922. Seu pai, que apoiava as forças federalistas de Assis Brasil, foi tirado de casa e morto pelos republicanos de Borges de Medeiros, na Revolução de 1923. Brizola mudou-se para Porto Alegre em 1936. Em 1939, empregou-se como graxeiro numa refinaria de Gravataí. No ano de 1945, quando conseguiu entrar para a Escola de Engenharia, filiou-se ao PTB. Dois anos depois elegeu-se deputado. Casou com Neuza Goulart, irmã de Jango, em 1950 —e Getúlio Vargas foi seu padrinho. Ainda em 1950, Brizola seria um dos principais articuladores da candidatura de Vargas à Presidência. Eleito deputado federal em 1954, virou o maior opositor de Lacerda, após o suicídio de Vargas. Eleito prefeito de Porto Alegre em 1955, derrotando a coligação PSD, PL e UDN, sua administração o qualificou a eleger-se governador do Rio Grande do Sul em 1958. Brizola então construiu mais de 6.000 escolas e contratou 40 mil professores, além de nacionalizar duas grandes empresas americanas —ligadas às multinacionais Bond and Share e ITT—, provocando uma crise entre o Brasil e os Estados Unidos que explodiria na Presidência de Jango. Em outubro de 1962, ao receber quase 300 mil votos, Brizola se tornou o deputado federal mais votado do Brasil. Um ano e meio depois, era forçado a se exilar no Uruguai.

Após o golpe militar de 31 de março de 1964 —que, de certa forma, suas próprias pressões sobre o governo Jango tinham ajudado a precipitar—, Brizola se tornou o inimigo público número 1 do novo regime. Depois que Jango chegou a Porto Alegre, no dia 2 de abril, Brizola ainda tentou organizar a resistência ao golpe. Mas o 3º Exército aderiu ao novo regime e, enquanto Jango partia para o Uruguai, Brizola passou dois meses escondido em fazendas da fronteira, exilando-se no Uruguai em fins de maio. Durante dois anos, conspirou contra os militares, apesar de viver sob vigilância de policiais uruguaios, no balneário de Atlântida. Em setembro de 1977, Brizola foi expulso pelo governo do Uruguai, sob a alegação de violar as normas de asilo. Surpreendentemente, mudou-se para Nova York, amparado pela política de direitos humanos do presidente Jimmy Carter, que retirou o apoio que os Estados Unidos davam às ditaduras militares do Cone Sul.

Em janeiro de 1978, Brizola transferiu-se para Lisboa, onde o socialista Mário Soares chegara ao poder depois da queda da ditadura salazarista. De Lisboa, coordenou o ressurgimento do PTB no retorno do Brasil ao pluripartidarismo. Perdeu a sigla para Ivete Vargas e fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Acusado de "divisionista" pela oposição do regime militar, Brizola voltou ao Brasil (à esquerda), em 6 de setembro de 1979, visitando os túmulos de Jango e Vargas em São Borja. Em novembro de 1982, foi eleito governador do Rio de Janeiro pelo PDT, fazendo uma gestão polêmica e contestada. Concorreu à Presidência em 1989, mas não chegou ao segundo turno, disputado por Fernando Collor e Lula. Voltou a concorrer em 1994, mas, desgastado, ficou num constrangedor quinto lugar, com 2 milhões de votos.

O Golpe de 1964

Era um golpe há muito premeditado. Os tambores da conspiração já haviam rufado, ruidosos, em 1954. O tiro que rebentou o coração de Vargas os abafou. Os rumores da intriga voltariam a ecoar em 1955 e em 1961. Mas só uma década após o suicídio do homem que vislumbrava o populismo como o caminho para a reforma social no Brasil é que seus inimigos enfim conseguiram tomar o poder, derrubando João Goulart e Leonel Brizola —herdeiros à esquerda de Vargas. O motivo "oficial" para o desfecho do golpe de 1964 foi o "espectro do comunismo". Nas Forças Armadas, esse era um sentimento genuíno. Mas não foi apenas ele —alimentado pelos delírios estatizantes do governo Goulart— que moveu golpistas militares e civis. O que se travou no Brasil, da posse (em setembro de 61) à queda (em abril de 64) de Goulart, foi o choque entre duas visões conflitantes da política e, especialmente, da economia. Em vez das "reformas de base" propostas por Jango, o binômio "segurança e desenvolvimento", sugerido pelos teóricos da Escola Superior de Guerra (ESG). Em lugar da "república sindicalista", a concentração de renda, o arrocho salarial e o alinhamento subserviente ao grande capital internacional. No confronto entre dois modelos desenvolvimentistas distintos, venceu a "modernização conservadora" proposta pela ESG, com o apoio dos Estados Unidos. Para concretizá-la, foi preciso romper o jogo democrático e promover o fechamento político —e assim se fez. Chamado de "revolução" durante anos —e festejado como tal nos quartéis, até 1997—, o movimento político-militar deflagrado em 31 de março de 1964 foi, na verdade, um golpe de Estado. Mas não apenas um golpe militar: a sociedade civil e o Congresso tiveram participação decisiva nele.

A conspiração de 1964, que teve apoio financeiro, logístico e militar dos Estados Unidos, nasceu como um movimento político-militar cujo objetivo inicial (supostamente o único) era derrubar o governo Goulart e, no âmbito interno do Exército, restabelecer a hierarquia "vertical", abalada pelo provocativo apoio que o presidente dava à luta emancipatória dos marinheiros e sargentos, que queriam obter o direito de candidatar-se a cargos públicos. Em tese, a Constituição, as eleições e a "normalidade democrática" seriam preservadas. Militarmente, o movimento de março de 64 foi —como já o fora a própria proclamação da República— pouco mais do que um desfile de tropas rebeldes, que partiram de Minas Gerais até o Rio de Janeiro, sendo saudadas pelas classes média e alta. No dia 27 de outubro de 1965, porém, o primeiro general-presidente, Humberto Castelo Branco —coordenador da ação militar que depôs Jango—, baixou o ato institucional nº 2 (AI-2), suspendendo a Constituição e mergulhando o país numa genuína ditadura militar. Dois dias antes, os principais golpistas civis, os governadores Carlos Lacerda (RJ) e Magalhães Pinto (MG), tinham rompido com Castelo. O regime de exceção perduraria por 20 anos, e só dali a 21 um civil voltaria à Presidência. Embora firmemente estabelecidos no poder, os militares não estavam unidos. Em fins de abril de 1964, ao visitar Porto Alegre —de onde Jango e Brizola haviam partido para o exílio no Uruguai—, Castelo Branco estava dividido entre a "linha dura", cujo porta-voz, naquele instante, era o general Costa e Silva, e o "grupo da Sorbonne", vindo da ESG, do qual fazia parte o general Orlando Geisel (*os três na foto acima*). O AI-2 e a posse de Costa e Silva dali a três anos revelariam para que lado Castelo se inclinara.

A Ruidosa Agonia de Jango

Após o fracasso do Plano Trienal e convencido de que suas "reformas de base" não seriam aprovadas, João Goulart programou um comício monstro no Rio de Janeiro, disposto a pressionar o Congresso a mudar alguns artigos da Constituição, concedendo ao presidente poderes para executar seus projetos. Alguns deles, como a Lei de Remessa de Lucros e o congelamento dos aluguéis, já tinham sido aprovados. Mas, pressionado pela esquerda sindical, Jango iniciara a luta pela reforma agrária, pela concessão do voto aos analfabetos e pela elegibilidade dos sargentos. Planejado desde janeiro de 1964, o Comício da Central do Brasil —ou Comício das Reformas, como ficou conhecido— foi marcado para uma sexta-feira, 13 de março, dois dias antes do reinício das atividades do Congresso.

Organizada pelas maiores centrais sindicais do país, a manifestação reuniu cerca de 200 mil pessoas na praça da República. Ladeado pelos governadores Brizola (Rio Grande do Sul) e Miguel Arraes (Pernambuco), Jango —que perdera o apoio do PSD e sabia que a direita tramava para derrubá-lo— deu, naquele instante, a guinada à esquerda que, de certa forma, ele próprio temia e até então evitara. Entre milhares de bandeiras vermelhas, cartazes pedindo a legalização do PC e urras de "Reformas já", Jango anunciou a assinatura de mais dois decretos. O primeiro, quase simbólico, encampava refinarias de petróleo "particulares" que ainda não pertenciam à Petrobrás; o segundo, o da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), desapropriava terras improdutivas localizadas à beira de estradas e ferrovias.

O presidente assegurou, porém, que aqueles eram apenas os primeiros passos rumo às reformas bancária e urbana, que apavorava os proprietários de imóveis. Aclamado, Jango, ao lado da mulher, Maria Teresa, encerrou seu discurso (*acima, à esquerda*) conclamando a multidão a "ajudar o governo a fiscalizar os exploradores do povo".

Transmitido pela TV para todo o Brasil, o pronunciamento de Jango teve um efeito ainda mais explosivo do que o discurso que, dez anos antes, Vargas fizera, em 1° de maio de 1954, afirmando que, em breve, os trabalhadores estariam no poder. O caudilhismo de Vargas, que em algum momento da história, entre sua deposição em 1945 e seu retorno em 1951, se tornara um populismo reformista, voltava a reencarnar na figura de um estancieiro de São Borja (RS) e a assombrar as forças conservadoras da nação. E elas não tardariam a reagir: seis dias após o Comício das Reformas, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade saiu às ruas em São Paulo, clamando "contra o perigo do comunismo" e emitindo sinais de que o golpe era iminente.

Ainda assim, o alerta parece não ter sido suficiente para refrear o ímpeto do presidente. Depois de desafiar abertamente o comando militar ao anistiar, em 27 de março, os participantes da Revolta dos Marinheiros (*quadro ao lado*), Jango decidiu —apesar dos conselhos contrários— discursar numa assembléia de sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março. O movimento lutava pela elegibilidade dos sargentos. Ao contrário do tenentismo —um dos pilares da Revolução de 30—, a reivindicação dos sargentos era vista como uma quebra da hierarquia militar (já que dava igualdade política a não-oficiais).

Que outro argumento a direita ainda necessitaria? Reforma agrária no campo, imóveis desapropriados na cidade, empresas estrangeiras nacionalizadas, reformas bancárias em andamento, ligas camponesas no sertão, voto para os analfabetos e elegibilidade para os sargentos, o que viria a seguir? —perguntavam-se os empresários, a classe média, o clero conservador e os militares de linha dura. Enquanto João Goulart discursava entusiasticamente para os sargentos (*acima, à direita*), o golpe dos generais e dos coronéis já estava em andamento em quartéis de todo o país.

OS MARINHEIROS

No dia 25 de março de 1964, membros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais se reuniram no Rio de Janeiro para reivindicar melhores salários e elegibilidade. A entidade, liderada pelo cabo Anselmo dos Santos, não era reconhecida pela Marinha. Na presença de João Cândido, líder da Revolta da Chibata, de 1910, o grupo assistiu ao filme "Encouraçado Potemkin", sobre a revolta dos marinheiros russos em 1905. O prédio foi cercado pela Polícia do Exército e os marinheiros presos. No dia 27, quando Goulart soltou e anistiou os rebeldes, a Marinha decidiu aderir ao golpe. Em 1972, comprovou-se que o cabo Anselmo era agente policial infiltrado.

A Marcha da Família

Se o Comício das Reformas fora uma poderosa manifestação de força do movimento sindical, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um sinal ainda mais impressionante de que a classe média e as "forças reacionárias" estavam unidas, temerosas e, acima de tudo, prontas para a ação. A Marcha da Família começou a nascer depois que Jango dissera, no comício do dia 13, que "os rosários da fé" não podiam "ser levantados contra o povo". O presidente se referia ao episódio no qual um grupo de mulheres com rosários nas mãos impedira Brizola de discursar em Belo Horizonte, no início de março.

Organizada pela União Cívica Feminina e pela Campanha da Mulher pela Democracia, com o apoio do deputado Cunha Bueno e do governo de São Paulo, a Marcha da Família reuniu em torno de 500 mil pessoas, no dia 19 de março. A manifestação saiu da praça da República e, duas horas depois, chegou à praça da Sé, na qual foi rezada uma missa "pela salvação da democracia". O padre norte-americano Patrick Peyton —braço religioso da conspiração dos Estados Unidos contra o governo Goulart e articulador da campanha "Família que reza unida permanece unida"— também participou da marcha. Após o golpe, o deputado Cunha Bueno diria: "Sabíamos que os militares só definiriam sua posição depois que houvesse uma manifestação pública e inequívoca de que ninguém mais suportava aquela situação". A Marcha da Família (*à direita*) foi o aval civil para o golpe militar.

Cerca de meio milhão de pessoas saíram às ruas em 19 de março de 1964, em São Paulo, para, ao fim e ao cabo, clamar pela derrubada do governo constitucional de Jango. Uma das faixas dizia: "Nossa Senhora Aparecida, iluminai os reacionários".

As duas principais articuladoras da Marcha da Família, a União Cívica Feminina (UCF) e, principalmente, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), eram patrocinadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. O Ipes, fundado por empresários paulistas e cariocas em novembro de 1961 —logo após a posse de Jango, portanto—, era uma entidade civil que acabaria sendo dirigida por um militar. Com a chegada de Jango ao poder, em setembro de 61, o general Golbery do Couto e Silva pedira sua passagem para a reserva. Foi, então, promovido à chefia do instituto, cujo objetivo primordial era a derrubada de Jango.

O Ipes, que investiria cerca de US$ 500 mil em dois anos (obtidos com a colaboração de quase 300 empresas americanas), ocupava 13 salas no 27º andar do edifício Avenida Central, no Rio de Janeiro. A partir dali, Golbery fora capaz de grampear cerca de 3.000 telefones de colaboradores ou simpatizantes do presidente João Goulart. O general também fez a ponte entre o Ipes e a Escola Superior de Guerra, então chamada de "Sorbonne brasileira", na qual surgira a doutrina "desenvolvimento e segurança": uma visão em tudo similar à do Ipes, favorável à concentração de renda e ao arrocho salarial como forma de expansão capitalista. Apesar de preferir conspirar nas sombras —ao estilo de Golbery—, o Ipes mostrou sua força durante a Marcha da Família, embora, para fazê-lo, usasse não os seus empresários, mas as esposas deles e as empregadas domésticas delas.

Embora a Marcha da Família com Deus pela Liberdade fosse o sinal definitivo de que grande parte da classe média e alta do Brasil —representada pela burguesia paulista— era francamente favorável ao golpe, as grandes manifestações públicas seriam virtualmente banidas depois que os militares tomaram o poder. Não antes, porém, de o Rio de Janeiro "ecoar" a marcha paulista: no dia 2 de abril de 1964, com a vitória dos militares já assegurada, cerca de um milhão de pessoas saiu às ruas para saudar o novo regime. Foi a ruidosa "Marcha da Vitória", da qual participaram Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

Essa foi uma das últimas vezes que as pessoas puderam sair livremente às ruas. As manifestações que vieram a seguir —todas contrárias ao novo governo, é claro— foram duramente reprimidas. Ainda assim, duas saíram às ruas —ambas em 1968, o mais rebelde dos anos. Em 29 de março, 50 mil pessoas acompanharam o enterro do estudante Édson Luís, morto pela polícia, no Rio de Janeiro. Em 26 de junho, ainda em consequência da morte do estudante, houve a Passeata dos 100 Mil (*à esquerda*), no Rio. Mas, ao contrário do governo Goulart, o regime militar já havia se solidificado o suficiente para não ser derrubado por uma passeata.

Os Conspiradores Civis

Apesar de vários segmentos da sociedade civil —dos quais faziam parte empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, uma boa parcela das classes médias urbanas e a maioria do patronato rural— estarem dispostos a apoiar um complô para derrubar o governo constitucional de Jango, foi o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, quem se escalou para "assumir a liderança civil do movimento anti-Goulart". No dia seguinte à Revolta dos Marinheiros, três representantes do governador mineiro procuraram o general Humberto Castelo Branco —cientes de que ele era "o coordenador-geral dos grupos militares da conspiração"— para comunicar a decisão de Magalhães Pinto.

Nascido em 1909, Magalhães fora um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, que ajudou a derrubar Vargas em 45, e um dos fundadores da UDN. Já como banqueiro (era dono do Banco Nacional, criado em 44) e governador de Minas Gerais (eleito em 60), lutou contra a posse de Jango em 61 e, a partir de 63, virou chefe da conspiração civil. Chegou a armar 20 mil homens da Polícia Militar de Minas e, junto com os governadores do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda (*com quem aparece na foto ao alto, à esquerda*), de São Paulo, Ademar de Barros, e do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti (*ambos acima, à direita*), tramou a derrubada de Jango.

Magalhães acabaria tendo participação decisiva no desfecho do golpe, pois, quando Castelo Branco considerou "precipitada" a partida das tropas de Olímpio Mourão de Minas para o Rio e ligou para Magalhães ordenando que o movimento fosse detido, o governador recusou-se a transmitir o recado.

Outro conspirador civil de grande importância para o desfecho do golpe foi Carlos Lacerda. Na verdade, esse jornalista esteve envolvido em quase todas as conspirações que agitaram a nação desde os anos 30. No ano de 1935, quando era comunista, lançara o nome de Prestes para a presidência da recém-fundada ANL, o que provocou o fechamento da entidade, a eclosão da Intentona Comunista de 35 e o golpe do Estado Novo. Em 1939, rompido com os comunistas, Lacerda passou a colaborar com o DIP. Seis anos depois, em 45, já afastado de Vargas, fez uma entrevista (com o ex-candidato à Presidência José Américo) que ajudou a acabar com a censura, forçou Vargas a marcar eleições para 46 e precipitou a queda do ditador. Em 49, vereador pela UDN e convertido ao catolicismo, Lacerda fundou a "Tribuna da Imprensa". O jornal se tornaria o mais violento foco da oposição a Vargas, fazendo com que colaboradores íntimos do presidente tentassem assassinar Lacerda.

A crise após o atentado da rua Toneleros levou Vargas ao suicídio. Em 55, Lacerda conspirou contra a posse de JK. Dois anos depois, tornou-se o líder da UDN na Câmara e em 60 foi eleito governador da Guanabara. Iniciou a oposição a Jânio e, ao acusar o presidente de tramar um golpe, foi o maior responsável pela renúncia dele. Lacerda passou então a conspirar de todas as formas imagináveis, primeiro contra a posse e a seguir contra o governo de Goulart (ele publicara cartas falsas em 55, tentando vincular Jango a Perón). Censurou jornais, fez aliança com militares do Brasil e dos Estados Unidos e envolveu os governadores Ney Braga (Paraná) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul) na trama.

A terceira ponta do tripé dos governadores golpistas era ocupada por Ademar de Barros —cujo slogan, nos anos 50, fora "rouba mas faz". Filho da oligarquia cafeeira, Ademar participara da luta dos paulistas contra Vargas, em 32. Mas, em 37, após o Estado Novo, conseguiu, por indicação de Filinto Müller, ser nomeado interventor em São Paulo, ocupando o cargo até 41. Fundador do PSP, Ademar se tornou um dos expoentes do populismo à brasileira. Governador de São Paulo em 1947, não se reelegeu em 54, perdendo para Jânio Quadros. Em 55, foi vencido por JK nas eleições para presidente, mas, em 62, elegeu-se outra vez governador paulista. Em abril de 63, lançou contra Goulart o "Manifesto dos governadores democratas", assinado, entre outros, por Ney Braga e Ildo Meneghetti.

Prefeito de Porto Alegre em 1951 (quando venceu Brizola) e governador em 1954, Ildo Meneghetti voltaria a se eleger em 1962. Em 55, fora contra a posse de JK, e em 61, contra a de Jango. Durante o estouro do golpe de 64, retirou-se para Passo Fundo e só voltou à capital após a vitória da "revolução".

O clero conservador, liderado pelo cardeal d. Jaime Barros, do Rio, e pelo padre americano Patrick Peyton, também se envolveu na trama contra o governo. No Congresso, a oposição a Goulart era liderada pelo presidente da UDN, deputado Olavo Bilac Pinto, e pelo bloco Ação Democrática Popular, cujos parlamentares, em sua maioria, tinham sido eleitos com apoio financeiro dos Estados Unidos.

Em outubro de 1964, Magalhães Pinto, Lacerda e Ademar romperam com Castelo Branco por discordarem de sua política econômica.

Os Conspiradores Militares

A conspiração militar contra o governo de João Goulart começara antes mesmo de sua posse, em setembro de 1961. Após a renúncia de Jânio Quadros, os três ministros militares —general Odílio Denys, da Guerra; brigadeiro Grün Moss, da Aeronáutica; almirante Sílvio Heck, da Marinha— foram contrários ao retorno de Goulart ao Brasil, "por razões de segurança nacional". Quando o arranjo parlamentarista permitiu não só a volta, mas a posse de Jango, que estava em visita oficial à China, teve início a trama para derrubá-lo. Na verdade, a arqueologia do golpe de 64 remete ao movimento que encurralara Vargas em 54 —e acabaria sendo abortado por seu dramático suicídio.

Pouco antes da morte de Getúlio, fora lançado o "Manifesto dos Coronéis". Criticando a proposta de aumento de 100% do salário mínimo (feita por Jango, então ministro do Trabalho), o documento era assinado por 42 coronéis, entre os quais Amauri Kruel e Antônio Carlos Murici, mais 39 tenentes-coronéis, como Sílvio Frota, Ednardo Melo e Golbery do Couto e Silva. Liderada por Odílio Denys e pelo general Cordeiro de Farias, revolucionário de 30, a conspiração dos coronéis se reaqueceu assim que Jango assumiu a Presidência. A esse grupo juntou-se o general Olímpio Mourão Filho, líder do Exército em Minas Gerais. Ironicamente, fora graças a um documento forjado por Mourão —o "Plano Cohen"— que Vargas encontrara o pretexto para decretar o Estado Novo, em 37. Um quarto de século depois, Mourão (*no alto, à esquerda*) lutava contra o principal herdeiro da Era Vargas.

Apesar do temor e do ódio comuns à suposta "república sindicalista" que Goulart estaria disposto a instaurar no Brasil, os militares não compartilhavam as mesmas idéias. A Escola Superior de Guerra reunia o grupo dos chamados "modernizadores", no qual se incluíam Ernesto e Orlando Geisel, Antônio Carlos Murici (*acima, à direita*), Cordeiro de Farias e Golbery. Tal grupo estava diretamente articulado com o empresariado, através do Ipes, e defendia a tese definida pelo binômio "segurança e desenvolvimento", segundo o qual a concentração de renda (e o arrocho salarial) era o melhor caminho para a promoção de um "capitalismo brasileiro", mais ajustado às necessidades desenvolvimentistas da nação.

Mas havia também os militares "tradicionalistas" —na verdade, a linha dura da instituição, para a qual o mais importante era defender a nação, a qualquer custo, do "espectro comunista". Entre eles estavam os generais Artur da Costa e Silva, Olímpio Mourão, Odílio Denys e Muniz de Aragão. Os "modernizadores" tinham mais representatividade de classe e vínculos com a sociedade civil. Os "tradicionalistas", porém, possuíam a força das armas e a estratégia militar. Desde fins de 63, eles já haviam até articulado o plano formal para a tomada do poder "manu militare": concebido pelo general Ulhoa Cintra, a tática previa a movimentação das tropas paulistas e mineiras anti-Jango em direção ao Rio de Janeiro, onde boa parte do Exército ainda se mantinha leal ao presidente. Tal seria o plano posto em prática por Mourão Filho e Murici na madrugada de 31 de março de 1964.

Para que o golpe se concretizasse, porém, era preciso encontrar um personagem capaz de unir "modernizadores" e "tradicionalistas". Embora ligado à Escola Superior de Guerra, o general Castelo Branco tinha bom trânsito na linha dura. No entanto, o então chefe do Estado-Maior do Exército era um oficial "legalista" que hesitou bem antes de se unir aos conspiradores. Em janeiro de 63, Castelo reuniu-se com Cordeiro de Farias e o encontro marcou a aproximação entre legalistas e golpistas. Em março de 63, surgiria o documento apócrifo "Lealdade ao Exército", ou Leex, cujo objetivo era diminuir, "dentro dos limites da lei", o dever de obediência dos militares ao presidente, em nome da "lealdade ao Exército". Segundo o general Murici, o documento foi posto em circulação para insinuar que Castelo Branco estava integrado ao movimento golpista.

Um ano depois, o próprio Castelo —alarmado pelo Comício das Reformas, pela Revolta dos Marinheiros e pela presença de Goulart no encontro dos sargentos— enviava uma "Circular Reservada" aos generais e oficiais do Estado-Maior alertando para a ruptura da hierarquia que estaria prestes a ocorrer nas Forças Armadas caso "a ordem" não fosse restabelecida. Só então Castelo aderiu formalmente ao golpe.

No oficialato, ainda havia segmentos leais a Goulart, dos quais faziam parte os generais Assis Brasil, Ladário Teles e Morais Âncora. O general Amauri Kruel, chefe do 2º Exército, era a grande interrogação: amigo de Jango, a quem tentava afastar dos "comunistas", Kruel só aderiu ao golpe na tarde de 31 de março.

O Golpe em Marcha

Apesar de os inimigos do golpe maliciosamente afirmarem, ao longo dos anos, que o movimento militar de 1964 só se teria concretizado em 1° de abril —dia dos bobos, ou da mentira—, a trama de fato se desenlaçou na madrugada de 31 de março. Ainda assim, uma curiosa nota de pé de página pode ser acrescentada à discussão relativa à data marcada para o desfecho da conspiração que derrubou Goulart. Numa reunião em Juiz de Fora, em 28 de março, Magalhães Pinto e os generais Odílio Denys e Mourão Filho estabeleceram 4 de abril como o dia para o levante. Mas o general Carlos Guedes, da 4ª Divisão de Infantaria, foi contrário à decisão, pois, segundo ele, "tudo o que começa com a Lua em quarto minguante não dá certo". Assim sendo, o movimento deveria ser deflagrado "antes do dia 2 ou depois do dia 8". O levante foi então adiado para depois do dia 8.

Às 3 horas da manhã de 31 de março, porém, depois de passar a noite em claro, Olímpio Mourão partiu com suas tropas de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro. Ao saber da "manobra intempestiva" de Mourão, o líder militar do levante, Castelo Branco, telefonou para Magalhães Pinto ordenando a volta aos quartéis. Magalhães argumentou que era "tarde demais", uma vez que as tropas já estariam na fronteira com o Rio. Ao ser questionado pelo deputado golpista Armando Falcão se estava "articulado com alguém", Mourão —que, anos depois, diria que, em política, era "uma vaca fardada"— respondeu: "Estou articulado com minha consciência. Quem quiser que me siga". Em breve, todo o Exército o seguiria —e uma boa parcela da sociedade civil também.

A "precipitação" do general Mourão poderia ter resultado em desastre —ou provocado uma guerra civil, caso João Goulart estivesse articulado com os segmentos do Exército que ainda lhe eram leais. Embora isso não viesse a ocorrer, houve um momento de muita tensão na marcha golpista. A ponte do rio Paraibuna, na fronteira entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, fora tomada pelo Destacamento Tiradentes, vanguarda das tropas de Mourão (3.000 homens chefiados pelo general Murici, a quem, um ano antes, Brizola chamara de "gorila golpista"). No Vale do Paraíba, os rebeldes defrontaram com o poderoso Destacamento Sampaio, enviado do Rio para combatê-los pelo ministro do Exército, general Morais Âncora (ainda leal a Goulart, embora, horas antes, tivesse se recusado a cumprir a ordem de prisão contra Castelo Branco, dada pelo presidente).

Quando as tropas se encontraram, não houve combate: os oficiais cariocas aderiram aos golpistas e, naquele instante, 17 horas de 31 de março, a conspiração se viu virtualmente vitoriosa. No fim da tarde, o general Amauri Kruel, comandante do 2° Exército e amigo de Goulart, travou um dramático diálogo telefônico com o presidente e pediu-lhe que, em troca de seu apoio, fechasse a CGT. Com a negativa de Goulart, Kruel e as tropas de São Paulo aderiram ao golpe, partiram pela via Dutra e se juntaram aos cadetes da Academia de Agulhas Negras (chefiados pelo general Garrastazu Médici, que mandara bloquear a estrada, em Resende). E foi em Resende, na tarde do dia 1°, que, após uma reunião com Kruel, o legalista Morais Âncora desistiu de opor qualquer resistência ao golpe.

Enquanto isso, no Nordeste, os golpistas precisaram executar apenas uma ação ofensiva: a prisão dos governadores Miguel Arraes (Pernambuco) e João Dória (Sergipe). No dia 1°, o general Justino Bastos, comandante do 4° Exército, já era o senhor absoluto da situação. O único problema poderia vir do Sul, onde, em 1961, o 3° Exército frustrara as articulações contra a posse de Goulart. Dessa vez, porém, embora o general Ladário Teles se mantivesse leal ao governo e Goulart tivesse buscado refúgio em Porto Alegre, não haveria resistência. Surpreendido pelo golpe no Rio, Goulart voara para Brasília na tarde do dia 1°. Seguiu para o Rio Grande do Sul na mesma noite, deixando o chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, com a incumbência de comunicar ao Congresso o fato de que o presidente permanecia em território nacional.

O comunicado, lido numa sessão tumultuada, foi ignorado pelo presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade. Às 3h45 da madrugada do dia 2, Andrade declarou vaga a Presidência da República e, numa cerimônia apressada, empossou o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, como novo presidente do país. Foi após esse "golpe" de interpretação da lei, dado por Moura Andrade, com a aprovação ou o silêncio do Congresso, que Jango —embora ainda contasse com o apoio do general Ladário e o estímulo de seu cunhado, Leonel Brizola— desistiu de tentar articular qualquer reação armada ao golpe, só então concretizado. No dia 4 de abril, o presidente deposto fugiu para o Uruguai. As ruas e parques de sua Porto Alegre (*nas fotos acima*) já estavam tomados pelas tropas leais ao novo regime.

A Operação Brother Sam

Pouco depois de chegar a Porto Alegre, na alta madrugada de 2 de abril, João Goulart foi informado de que os Estados Unidos já haviam reconhecido o "novo governo" de Ranieri Mazzilli, embora o presidente não tivesse abandonado nem o cargo nem o país. Tal notícia deu a Goulart a convicção de que qualquer resistência resultaria em guerra civil —na qual ele e seus aliados provavelmente seriam derrotados. O que Goulart talvez não soubesse é que, naquele instante, o governo americano não havia tomado apenas uma decisão diplomática: já iniciara também a "Operação Brother Sam".

Ciente da instabilidade do governo de Jango, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, que mantinha contato com os militares golpistas, solicitara a Washington "apoio logístico" aos rebeldes. Na tarde de 31 de março, foi deflagrada a operação, que consistia no envio de seis destróieres, um porta-aviões, um navio para transporte de helicópteros, uma esquadrilha de aviões de caça e quatro petroleiros com capacidade para 130 mil barris para o abastecimento das tropas rebeldes, além de 100 toneladas de armas leves e munições, que foram reunidas numa base em Nova Jersey e seriam transportadas, se necessário, em aviões C-135. Mas não houve resistência e a "Operação Brother Sam" foi suspensa, virando uma pilha de documentos, arquivados na biblioteca Lyndon Johnson, no Texas. Em 1976, foram redescobertos e publicados pela historiadora americana Phyllis Parker. Os papéis provam que os Estados Unidos não apenas ajudariam os militares golpistas como, se fosse preciso, seus soldados entrariam de fato na luta.

Era uma posição previsível. Havia mais de três anos, os Estados Unidos vinham incentivando os golpistas militares e civis no país. Brasil e Estados Unidos estreitaram relações durante a 2ª Guerra Mundial. Em 1946, em plena guerra fria, o Brasil se alinhou aos Estados Unidos após o encontro entre os presidentes Dutra e Truman, promotor da idelogia da "segurança nacional". Dutra fundou a Escola Superior de Guerra, inspirada nos "war colleges" americanos, onde a elite do Exército brasileiro passou a estudar. Em 55, JK começou a ensaiar uma política externa independente, o que desagradou aos americanos.

Após a construção do muro de Berlim, a guerra fria esquentou e, depois da Revolução Cubana, chegou de vez na América Latina. JK e Jânio homenagearam Fidel e Che. Com a posse de Jango, as preocupações dos Estados Unidos com o Brasil se multiplicaram. Em janeiro de 62, o Brasil se recusou a adotar sanções contra Cuba. No mês seguinte, Brizola estatizou a Cia. Telefônica do Rio Grande do Sul, pertencente à ITT, americana. Em setembro, o Congresso aprovou a Lei da Remessa de Lucros, prejudicial aos Estados Unidos (donos de um terço dos US$ 3,5 bilhões investidos e de 31 das 55 maiores empresas do país). Embora Goulart visitasse os Estados Unidos e houvesse simpatia recíproca entre ele e o presidente Kennedy (*acima, à esquerda*), os dólares da Aliança para o Progresso não iriam para a União: seriam usados na campanha de 11 governadores, 15 senadores e 750 deputados ou vereadores contrários a Jango e, depois, repartidos entre os Estados onde a oposição venceria (áreas que o embaixador Gordon chamava de "ilhas de sanidade administrativa").

Lincoln Gordon (*acima*) era um "scholar" formado em Harvard e Oxford e fora um dos idealizadores da Aliança para o Progresso. Chegara ao Brasil em setembro de 1961. Ligado ao Partido Democrata, de início agiu com tato e diplomacia e não se vinculou aos golpistas. Após os acontecimentos de 62, porém, não apenas passou a financiar a oposição como, em outubro daquele ano, fez do coronel Vernon Walters o adido militar de sua embaixada. Walters trabalhara como intérprete da FEB na Itália, era amigo pessoal de Castelo Branco e de Cordeiro de Farias e um conspirador nato, ligado à CIA e aos republicanos (trabalhando, mais tarde, para os presidentes Nixon e Reagan e se envolvendo no caso Watergate). Embora Walters e a CIA já estivessem tramando (tanto que o assessor militar Dan Mitrione estava em Minas Gerais, a pedido de Magalhães Pinto, treinando 10 mil homens da PM), foi só após o assassinato de Kennedy e a posse de Lyndon Johnson, em novembro de 1963, que os conspiradores americanos receberam sinal verde.

Em 17 de janeiro de 64, Goulart sancionou a Lei da Remessa de Lucros, decretando o início do fim de seu governo. Em 3 de março, um editorial do jornal "The New York Times" anunciava que "os Estados Unidos não mais procurariam punir juntas militares por derrubarem governos democráticos". Foi a senha para o golpe. Depois dele, o novo regime se alinharia definitivamente à política externa e econômica dos EUA. Em 1979, Gordon se diria "chocado com o desvirtuamento dos ideais do movimento de 64" e o governo Jimmy Carter concederia abrigo político a Brizola. Tarde demais para salvar a democracia no Brasil.

Humberto Castelo Branco

Se já hesitara em assumir a chefia da conspiração contra Goulart, o general Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967) vacilaria ainda mais antes de aceitar a Presidência do novo regime, mesmo porque não era o único candidato. Dutra, Kruel, Mourão Filho e Magalhães Pinto também estavam cotados, embora o general Costa e Silva —falando em nome da linha dura— fosse favorável à manutenção do poder nas mãos do Comando Supremo da Revolução, que ele próprio chefiava. No dia 9 de abril, a Junta Militar liderada por Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que cassou os direitos políticos de 102 brasileiros, entre os quais Goulart, Brizola, Jânio, Arraes e Prestes, mas também marcou eleições presidenciais para outubro de 1965 e o "retorno à normalidade democrática" para 31 de janeiro de 66. No dia 11 de abril, com a concordância relutante de Costa e Silva, Castelo foi eleito presidente "provisório", com 361 votos dados por um Congresso já expurgado. Formou-se um novo ministério —com Costa e Silva na pasta da Guerra, Roberto Campos na do Planejamento e Gouveia Bulhões na da Fazenda, para promover o que Lacerda chamaria de "americanalhação" do Brasil. No dia 13 de junho, Castelo criou o Serviço Nacional de Informações e colocou Golbery na chefia. No dia 17, seu mandato foi prorrogado até 15 de março de 67.

O cearense Castelo Branco, parente dos escritores José de Alencar e Rachel de Queirós, estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, fundado por Júlio de Castilhos no século 19. Os quatro generais-presidentes que sucederam a ele estudaram na mesma escola.

Para a linha dura a prorrogação do mandato de Castelo não era suficiente. No dia 3 de outubro de 65, as eleições para governador deram o poder a aliados de JK em Minas Gerais (Israel Pinheiro) e Negrão de Lima (Rio de Janeiro). No dia 26, JK (que fora cassado em 8 de junho) voltou da França e foi recebido festivamente. No dia seguinte, Castelo cedia às pressões da linha dura e assinava o AI-2, tornando-se o que até então temera: um ditador de fato. O AI-2 acabou com a Constituição de 1946, ampliou os poderes do presidente (que passaria a ser eleito por votação indireta), deixou o país nas mãos da Justiça Militar e suprimiu o multipartidarismo, criando a Arena (ligada ao governo e à UDN) e o MDB (a oposição, vinda do PTB e do PSD). A partir de então, Castelo parece ter-se sentido à vontade no papel que, um ano antes, em conversa com o presidente De Gaulle, dissera desprezar (*leia o quadro abaixo*). O fechamento progressivo do regime prosseguiu em 12 de fevereiro de 66, quando o AI-3 estabeleceu eleições indiretas também para governos estaduais. Em maio de 66, a Arena homologou a candidatura de Costa e Silva —e Castelo a aceitou. Em janeiro de 67, o presidente fez aprovar a nova Constituição, que institucionalizava a ditadura. Em fevereiro, surgiria a Lei de Imprensa, que cerceava a liberdade de pensamento e informação e era a expressão definitiva do fechamento do regime.

Castelo não teve só problemas políticos. Ao assinar, em de-zembro de 1964, a lei que permitia a exploração do subsolo brasileiro por capitais privados, o presidente perdeu o apoio de Magalhães e Lacerda, que denunciaram a "doação" do ferro de Minas Gerais à americana Hanna Mining Co. Não só na economia, mas também na política externa, o Brasil voltava a se alinhar com os Estados Unidos: o país rompeu relações com Cuba em maio de 64 e enviou tropas para participar da intervenção militar na República Dominicana, em maio de 1965. Ainda assim, o primeiro grande mandatário a visitar o Brasil após o golpe foi o general Charles de Gaulle. No dia 4 de outubro de 64, em Brasília, o presidente da França travou um diálogo memorável com Castelo Branco.

A conversa foi registrada pelo então ministro Roberto Campos. "Senhor marechal", perguntou De Gaulle, "sempre me preocupou saber o que é um ditador sul-americano e por que a história os registra tão numerosos". "Senhor presidente", respondeu Castelo, "um ditador sul-americano é um homem, não necessariamente um militar como nós dois, que acha extremamente agradável agarrar o poder e extremamente desagradável deixá-lo. Eu deixarei o poder em 15 de março de 1967. E o senhor, que planos tem?" Ao deixar o poder, em 15 de março de 1967, Castelo tinha cassado os direitos políticos de mais de 2.000 brasileiros e assinado mais de 700 leis, 11 emendas constitucionais, 312 decretos-leis e 19.259 decretos, além de ter baixado a Constituição de 67.

Os Anos de Chumbo

Logo após a vitória do golpe de 64, seus líderes se apressaram em defini-lo como um "movimento legalista". O general Mourão Filho declarou que Jango fora afastado do poder, "de que abusava", para que, "de acordo com a lei, se opere sua sucessão". Já o general Kruel garantiu que o Exército iria "se manter fiel à Constituição e aos poderes constituídos". Porém, quando Castelo baixou o AI-2, reduzindo a farrapos a Constituição de 1946, o movimento de 64 se tornou uma ditadura militar de fato. Com a posse de Costa e Silva, em 1967, a linha dura chegou ao poder. Embora, mais tarde, o segundo general-presidente quisesse promover a redemocratização, as circunstâncias históricas o tornariam o maior responsável pelo fechamento definitivo do regime.

Pressionado pela linha dura e pelas greves operárias e manifestações estudantis, Costa e Silva encontrou um pretexto fútil para decretar, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, chamado de "golpe dentro do golpe". Apesar de a expressão ter virado chavão, ela continua refletindo a realidade: o AI-5 concretizou o golpe de 1964 e deixou claro que os militares estavam dispostos a abandonar sua posição de "poder moderador". Desde a proclamação da República, os militares eram chamados a intervir no processo político da nação em momentos de crise —e retornavam aos quartéis tão logo tais problemas estivessem contornados. Dessa vez, dispostos a colocar em prática suas teses desenvolvimentistas, eles se manteriam por duas décadas no poder, promovendo o fechamento político do país e se impondo à sociedade civil.

O auge do binômio "fechamento político–euforia desenvolvimentista" se deu no governo de Garrastazu Médici. O AI-5 (*leia o quadro abaixo*) convencera vários setores de oposição de que o único caminho que restava para combater o regime e destituir os militares era a luta armada. Tanto é que, em setembro de 1969, no início de uma série de ações similares, o embaixador americano foi sequestrado e trocado por 15 presos políticos. Médici, o terceiro e mais brutal dos generais-presidentes, começou o combate sem trégua aos "terroristas" —e os venceu. Com o surto desenvolvimentista batizado de "milagre econômico", repressão e ufanismo andaram de braços dados. Médici se tornaria presidente de um país esquizofrênico: numa nação em crise, jornais e TVs, sob censura, só davam "notícias boas".

As boas notícias de fato vieram, embora devagar, com a posse de Ernesto Geisel em março de 1974. Disposto a promover o retorno aos quartéis e acabar com o "poder paralelo" da linha dura (que trouxera de volta o fantasma da quebra da hierarquia militar), Geisel deu início ao processo de abertura "lenta, gradual e segura". Realmente lenta e gradual, a abertura —concretizada por João Figueiredo, o quinto general-presidente— foi muito insegura. Além da crise econômica global e da falência do "milagre", a ultradireita reagiu com bombas à anistia assinada por Figueiredo. A medida beneficiou não só guerrilheiros de esquerda, mas torturadores e terroristas de direita. Nos anos 90, famílias de militantes de esquerda receberiam indenizações da União. Porém a nação não foi indenizada por 21 anos de arbítrio.

Em 28 de março de 1968, a Polícia Militar invadiu o restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, e, no choque que se seguiu, foi morto o estudante Édson Luís. No dia seguinte, 50 mil pessoas saíram às ruas para protestar. Três meses depois, 100 mil estudantes fizeram uma enorme passeata no Rio de Janeiro. No início de setembro, depois de a PM ter invadido a Universidade de Brasília, o deputado carioca Márcio Moreira Alves (*à direita*), do MDB, em discurso no Congresso, sugeriu que a população boicotasse o desfile do 7 de Setembro e as mulheres se recusassem a namorar oficiais que não denunciassem a violência. O discurso foi considerado uma ofensa às Forças Armadas e os ministros militares decidiram processar o deputado. Para isso, precisavam que o Congresso suspendesse a imunidade parlamentar de Alves. Em 12 de dezembro de 1968 o Congresso corajosamente se negou a fazê-lo.

No dia seguinte, disposto a punir o deputado, Costa e Silva decretou o AI-5. Naquele instante, o governo militar abriu mão de qualquer escrúpulo, abandonando de vez sua suposta busca pelo retorno à legalidade constitucional. De fato, a punição a Márcio Moreira Alves foi só o pretexto para a decretação do AI-5. O ato pisoteou a Constituição de 1967, decretando o fechamento do Congresso, autorizando o Executivo a legislar "em todas as matérias previstas nas Constituições", suspendendo as "garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamobilidade e estabilidade" e permitindo ao presidente "demitir, remover, aposentar, transferir" juízes, empregados de autarquias e militares. Na prática, o ato concentrava nas mãos de Costa e Silva uma quantidade monumental de poder, tornando-o um ditador no sentido pleno da palavra. O AI-5 perduraria por 11 longos anos.

O Governo Costa e Silva

Embora durante o desenlace da conspiração de 64 Artur da Costa e Silva tenha desempenhado apenas o papel de coordenador das tropas golpistas no Rio de Janeiro, após a vitória do movimento esse general "tradicionalista" foi assumindo uma posição cada vez mais influente até se tornar o porta-voz da linha dura. A princípio, Costa e Silva foi contrário à posse de Castelo Branco, sugerindo que o poder permanecesse nas mãos do Comando Supremo da Revolução, a Junta Militar que ele mesmo comandava e fora responsável pela decretação do AI-1. Poucos dias depois, em nome da "unidade do Exército", Costa e Silva apoiou a posse de Castelo —embora se mantivesse sempre à direita do primeiro general-presidente. Como ministro da Guerra, Costa e Silva solidificaria essa posição e teria um papel decisivo não apenas na cassação de JK, mas também na decretação do AI-2 —o ato que institucionalizou a ditadura.

Em janeiro de 1966, Costa e Silva embarcou para uma longa viagem ao exterior (e 3.000 oficiais "prestigiaram" seu embarque, para apoiá-lo). Em entrevista em Paris, lançou sua candidatura à Presidência —"preferencialmente pelo partido do governo; senão, pela oposição". Foi um desrespeito explícito à determinação de Castelo Branco, que já o alertara sobre a existência de outros candidatos (entre eles os generais Cordeiro de Farias e Juraci Magalhães e os civis Nei Braga e Olavo Bilac Pinto). Cordeiro de Farias se enfureceu, já que, cumprindo as ordens do presidente, não saíra em campanha. De qualquer modo, em outubro de 1966, com a abstenção do MDB (que se retirou do plenário), Costa e Silva foi eleito presidente e o civil Pedro Aleixo, vice. Depois da posse, em 15 de março de 1967, em vez de contar com o apoio, Costa e Silva teria de enfrentar a oposição e a ousadia crescentes da linha dura, cada vez mais radical.

Mesmo sem ter ligações com o "grupo da Sorbonne", Costa e Silva —chamado de "tio velho" pelos conspiradores de 64— assumiu o poder com planos de restabelecer a democracia. Mas, ao fazer de Delfim Netto seu todo-poderoso ministro da Fazenda, o presidente passou a ser visto como inimigo pela linha dura ultranacionalista. Pressionado pela direita e pela esquerda —visto que, pelo país, explodiam manifestações estudantis e greves operárias—, Costa e Silva abriu mão dos planos liberalizantes e respondeu com o endurecimento político. Após a morte do estudante Édson Luís, em março de 1968, a passeata dos 100 mil, em junho, e o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, em setembro, o general capitulou e decretou o AI-5 —o ato que sacramentou o arbítrio. Em agosto de 1969, quando Costa e Silva ficou doente e uma junta militar assumiu o poder, a vitória da linha dura já estava plenamente consolidada.

Quando o general Costa e Silva sofreu um derrame, em agosto de 1969, a Constituição determinava que o vice, Pedro Aleixo, assumisse o poder. Embora a Constituição tivesse sido promulgada pelo próprio regime militar, ela foi simplesmente ignorada. Uma junta militar assumiu o controle da nação —e acelerou a escalada repressiva. Com as esquerdas já tendo deflagrado a luta armada e sequestrado o embaixador americano Charles Elbrick, no dia 4 de setembro (*página 260*), a Junta baixou novos atos institucionais: o AI-13, criando a pena de banimento do território nacional, aplicável a todo o cidadão que se tornasse "inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional"; e o AI-14, que estabeleceu a "pena de morte para os casos de guerra externa, psicológica, revolucionária ou subversiva". Ao mesmo tempo que endurecia as regras políticas, a Junta também institucionalizava a tortura, que se tornaria uma prática comum nos porões da ditadura.

Mas, em nome da "segurança nacional", a linha dura contestava até mesmo as decisões da Junta —como o fato de ela ter negociado com os sequestradores de Elbrick, trocando-o por 15 presos políticos. No dia 14 de outubro, por pressão da "comunidade de informações" do Exército —liderada pelo SNI—, a Junta, convencida de que Costa e Silva não se recuperaria, decretou o AI-16, declarando vagos os cargos de presidente e vice. Iniciou-se então a luta pela sucessão, vencida com facilidade pelo general Garrastazu Médici —não por acaso ex-chefe do SNI (posto que assumira depois que o general Golbery, incompatibilizado com a linha dura, se afastara do cargo, no fim do governo Castelo Branco). Médici foi escolhido por 240 generais, e não pelos habituais 1.300 oficiais das três armas. Em 17 de dezembro de 1969, o "tradicionalista" Costa e Silva estava morto (*à esquerda*), e o poder passara para mãos muito mais radicais do que ele previra ou desejara.

O Governo Médici

Durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, a linha dura não mostrou a cara: agiu nas sombras, em nome da "segurança nacional" e sob a denominação vaga de "sistema militar". Ao assumir o poder, no dia 30 de outubro de 1969, o terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, foi muito mais explícito. Disposto a consolidar o poder da "comunidade de informações" e a combater a esquerda utilizando as mesmas táticas da "guerra suja" (supostamente começada pelos "terroristas"), Médici deu início àquele que talvez tenha sido o período mais repressivo da história do Brasil.

Seu governo também se transformaria num dos períodos mais esquizofrênicos na vida da nação: oficialmente tudo ia às mil maravilhas —o Brasil era o "país grande" que ninguém segurava, o "país que vai pra frente". Enquanto isso, nos porões da ditadura, havia tortura, repressão e morte.

O próprio Médici acabou se tornando o melhor intérprete dessa incongruência ao declarar, em uma de suas raríssimas entrevistas, que "o Brasil vai bem, mas o povo vai mal". Gaúcho (como seu antecessor, Costa e Silva, e seu sucessor, Ernesto Geisel), Médici, neto de um combatente maragato, estudara no Colégio Militar de Porto Alegre, fora a favor da Revolução de 30 e contra a posse de Goulart em 1961: três características comuns aos cinco generais-presidentes. Mas, dentre eles, apenas Médici faria o país retroceder aos tempos do Estado Novo, não apenas pela utilização maciça da propaganda para promover o regime, como pelo fato de ter feito do deputado Filinto Müller (o carrasco que servira Vargas) presidente do Congresso e chefe do partido do governo, a Arena. De todo o modo, durante o governo Médici o Legislativo seria reduzido à condição de mero homologador das decisões de um Executivo ultracentralizador.

Apesar de serem várias as semelhanças, o Brasil do general Médici se mostraria um país ainda mais repressivo do que fora na época do Estado Novo. Nunca houve tanta censura à imprensa, nunca houve tanto cerceamento das liberdades individuais e de pensamento. E nunca se escutaram tão poucas críticas —a não ser quando espocavam os tiros disparados pela guerrilha urbana e rural (das quais Médici veria o apogeu e a decadência). Em outubro de 1972, Médici enterrou outra vez as esperanças de redemocratização do país, promulgando a Emenda Constitucional nº 2, modificando a Carta outorgada pela Junta Militar, que previa eleições diretas para os governos de Estado em outubro de 1974. Mas, então, um grupo de generais "castelistas" concluiu que era hora de tentar restituir um mínimo de normalidade constitucional à nação —e lançou Ernesto Geisel como candidato à sucessão de Médici. As trevas começaram a se dissipar.

De todas as "boas notícias" alardeadas nos tempos do "Brasil Grande" —a época do "ame-o ou deixe-o"—, a única verdadeira talvez tenha sido a conquista da Copa do Mundo no México, em 1970. Ainda assim, embora a seleção que arrebatou o tri fosse de fato deslumbrante, o uso que a máquina de propaganda do governo fez dessa conquista histórica foi tal que os segmentos mais intelectualizados da nação nem conseguiram festejá-la. O pior é que o general Médici realmente adorava futebol, chegando a palpitar (equivocadamente) na escalação da seleção, deixando-se fotografar brincando com bola e erguendo a taça Jules Rimet assim que o time vencedor voltou para casa. Os índices de popularidade do governo chegaram à estratosfera. O ufanismo era completado pelo plano de construção da Transamazônica (que fracassou) e pelo delírio da soberania sobre 200 milhas marítimas, em lugar das 12 milhas internacionalmente aceitas (outro plano que não vingou).

Mais euforia seria trazida pelo "milagre econômico". De 1969 a 1973, de fato ocorreu um extraordinário crescimento econômico no país, aliado a baixos índices de inflação (18% ao ano). O PIB cresceu na espantosa média anual de 11% (chegando a 13% em 1973). Houve uma febre de investimentos, grandes obras (muitas delas faraônicas e desnecessárias) e muito dinheiro vindo do exterior, com juros baixos. O ministro Delfim Netto foi o articulador-mor do "milagre".

Logo o processo de crescimento se revelaria mais terreno do que "milagroso". Com a crise do petróleo, iniciada em 1974, e a consequente retração do capitalismo internacional, o "milagre" mostrou sua face mais real: o que ocorreu no Brasil durante o governo Médici foi um brutal processo de concentração de renda e o crescimento desmedido da dívida externa e do fosso social que separava ricos de pobres. O país ia bem, e o povo, de mal a pior.

Marighella e a Guerrilha Urbana

Apesar de o Partido Comunista Brasileiro ter sido contrário à luta armada como forma de combater a ditadura, o endurecimento do regime militar levou vários militantes a contrariar a posição do principal partido da esquerda brasileira e a pegar em armas para enfrentar o avanço da linha dura. Um dos primeiros a romper com a determinação do PCB foi Carlos Marighella, velho militante de esquerda que participara da Intentona Comunista de 1935. Em 1967, aos 56 anos, ele fundou a ALN (Ação Libertadora Nacional) e partiu para a luta armada. "Expropriou" vários bancos e, na ação mais espetacular, tomou uma estação da rádio Nacional, em agosto de 1969, lendo um "manifesto revolucionário".

Inspirados pelo exemplo de Carlos Marighella, pela Revolução Cubana e pelo slogan dos revolucionários de todo o mundo —"criar um, dois, três, mil Vietnãs"—, centenas de jovens militantes (muitos deles estudantes de classe média) aderiram à guerrilha urbana nos dois últimos anos da década de 60. Houve inúmeras dissidências internas, divergências táticas e ideológicas e posições ensandecidas.

Em fins de 1969, a morte de Marighella se tornara questão de honra para os grupos encarregados da repressão. Após a tortura de dois frades dominicanos que mantinham ligação com o "terrorista", os homens do delegado Sérgio Paranhos Fleury, liderados por ele mesmo, surpreenderam Marighella numa rua de um bairro chique de São Paulo, na noite de 4 de novembro de 1969.

Antes que pudesse reagir, Marighella —autor de vários livros sobre guerrilha, publicados em todo o mundo— foi crivado de balas (*à direita, no alto*). Segundo a versão oficial, ele morreu ao tentar "resistir à prisão". A morte de Marighella não foi suficiente para sufocar a guerrilha, que, com o sequestro de vários diplomatas, adquiriria repercussão nacional e internacional.

É uma lei da física que vale para a história: toda ação gera reação igual e em sentido contrário. Se o endurecimento do regime resultou na eclosão da guerrilha —com o surgimento de várias organizações, como ALN, VPR, MR-8 e VAR-Palmares—, o início da "guerra suja" levaria o governo —especialmente depois da posse de Médici— a radicalizar ainda mais a repressão.

Nesse contexto, surgiram primeiro a Operação Bandeirantes (Oban) e depois os DOI-CODIs. Criada em julho de 1969, a Oban reuniu todos os órgãos que combatiam a luta armada e foi financiada por empresários (entre os quais Henning Boilesen, morto pela guerrilha). Mais tarde, o Exército passou a agir por meio dos DOIs (Destacamentos de Operações e Informações) e CODIs (Centros de Operações de Defesa Interna), órgãos coordenados pelo Centro de Informações do Exército (CIE).

Na prática, essas casas de tortura acabariam se tornando um poder paralelo que mais tarde desafiaria o próprio governo. Embora não fosse militar, ninguém simbolizou melhor esse período negro da história do Brasil do que o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury.

Filho de um médico legista que morreu vítima de contaminação durante uma autópsia, Fleury (*à esquerda, abaixo*) entrou para o DOPS com 17 anos. Logo ingressou na Ronda Noturna Especial (Ronde), notabilizando-se como o ferrenho caçador de bandidos que andava acompanhado por um cão policial.

São dessa época as acusações de que Fleury fazia parte do Esquadrão da Morte, grupo de extermínio montado dentro da polícia. A partir de 1968, convocado para a luta contra a "subversão", ele prendeu, torturou e, em alguns casos, matou muitos "terroristas". Foi condecorado várias vezes. Levado a julgamento, nunca foi punido, embora houvesse provas. Contrário à anistia, que o beneficiou, Fleury morreu em circunstâncias misteriosas em 1979.

Cinco dias depois de a Junta Militar assumir o poder no lugar do adoentado Costa e Silva e endurecer ainda mais as regras do jogo político no país, militantes do MR-8 e da ALN decidiram, numa audaciosa ação conjunta, sequestrar o embaixador dos Estados Unidos no Brasil. E assim, em 4 de setembro de 1969, Charles Burke Elbrick se tornaria o primeiro diplomata dos Estados Unidos a ser sequestrado em todo o mundo, e a ação seria a primeira desse tipo realizada na América do Sul. Elbrick, que substituíra John Tuthill (por sua vez, substituto de Lincoln Gordon), era um democrata liberal contrário à ditadura. Mas os Estados Unidos estavam por demais envolvidos com o regime militar brasileiro para que seu embaixador não fosse a vítima ideal.

Apesar de os "revolucionários" quase terem pego por engano o embaixador de Portugal, que, pouco antes, passou pelo caminho normalmente percorrido pelo diplomata norte-americano, o sequestro foi bem-sucedido. Elbrick acabou sendo trocado por 15 prisioneiros políticos, que no dia 6 de setembro embarcaram para o México. Além da libertação dos companheiros, os guerrilheiros conseguiram divulgar nas rádios e jornais de todo o país um "manifesto contra a ditadura", o que despertou a atenção nacional e internacional para sua luta contra os militares —até então mantida pela censura na mais rigorosa clandestinidade.

O sequestro do embaixador Burke Elbrick deflagraria uma onda de novas ações da mesma natureza e novas trocas de prisioneiros (*leia o quadro na página seguinte*).

Lamarca e a Guerrilha Rural

Entre as inúmeras teses que faziam os "revolucionários" se consumir em debates intermináveis estava aquela que dividia as ações armadas em guerrilha urbana e guerrilha rural. Uma das teorias mais aceitas entre os que partiram para a luta contra o regime militar era a de que a guerrilha urbana serviria para "arrecadar fundos" (por meio de assaltos a bancos, na época chamados pelos guerrilheiros de "expropriações"), que financiariam a guerrilha rural.

O primeiro foco de guerrilha no campo surgiu em fins de 1966, na serra do Caparaó, fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecido por integrantes do Movimento Nacional Revolucionário. Com apenas 14 guerrilheiros, esse "núcleo" revolucionário logo foi desbaratado pelo Exército, em janeiro de 1967. Mas o MNR deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária e, sob a liderança do capitão Carlos Lamarca —desertor do Exército—, a VPR criou um novo foco de guerrilha rural, no Vale do Ribeira, região sul do Estado de São Paulo. Com apenas nove homens, a guerrilha do Vale do Ribeira também foi vencida com facilidade, em maio de 1970.

Mas Lamarca já se tornara um herói revolucionário.

Em janeiro de 1969, o capitão Carlos Lamarca fugira do quartel de Quitaúna, em Osasco (SP), com 63 fuzis FAL, dez metralhadoras INA e três bazucas. Nacionalista de esquerda, Lamarca, nascido em 1937, escapara do expurgo do exército em 1964 e se tornara instrutor de tiro dos funcionários do Bradesco —para "protegê-los" dos "terroristas". Mas desde 1957 era marxista e desde 1967 fazia parte da VPR. Escapando do Vale do Ribeira, Lamarca e sua companheira, Iara Iavelberg, então filiados ao MR-8, foram para a Bahia. Iara ficou em Salvador. Foi presa e morta —embora a versão oficial falasse em "suicídio"— em agosto de 1971. Poucos dias depois, em 17 de setembro, esgotado depois de percorrer o sertão baiano, Lamarca foi surpreendido, junto com o metalúrgico José Barreto, dormindo sob arbustos. Foram ambos fuzilados (*acima, Lamarca morto*). Em 1972, o PC do B criou um novo foco guerrilheiro no Araguaia. Cerca de 70 homens resistiram por três anos ao cerco de 10 mil soldados. Em 1973, sem o apoio dos "camponeses", a guerrilha rural foi sufocada no país.

Se as críticas da linha dura ao fato de a Junta Militar ter aceitado negociar com os sequestradores de Elbrick tinham sido feitas devido ao "perigoso precedente" que tal atitude abriria, então a linha dura estava coberta de razão. A ação contra o embaixador americano foi a primeira de uma série de sequestros bem-sucedidos. Em março de 1970, o cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, foi sequestrado pela VPR e trocado por 11 presos políticos. Em junho, a ALN e a VPR voltaram a executar uma ação conjunta, desta vez pegando o embaixador da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, no Rio de Janeiro, e trocando-o por 40 presos. Em dezembro do mesmo ano, o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, no Rio, possibilitou a libertação de 70 prisioneiros dos porões do regime militar. A partir de 1971, a onda de sequestros arrefeceu.

De todo o modo, nenhum sequestro ficaria mais "famoso" e seria tão falado quanto o de Elbrick, não só por ter sido o primeiro e por ter capturado um americano, mas também por se transformar num best seller, ao ser narrado pelo jornalista Fernando Gabeira (que participou da ação). Gabeira não só veria seu livro "O Que É Isso, Companheiro?", lançado em 1980, se tornar o "romance da abertura" como seria ele próprio —com sua sunga de crochê, seu discurso amoroso e suas posições libertárias— levado à condição de "símbolo" da anistia e da volta para casa.

Evidentemente, as novas posições de Fernando Gabeira e o papel que a mídia lhe reservou causaram polêmica entre os velhos militantes da esquerda. Em 1994, Gabeira foi eleito deputado federal pelo PV (Partido Verde). Seu livro virou filme de sucesso em 1996.

O Governo Geisel

Como chefe da Casa Militar de Castelo Branco, o general Ernesto Geisel (1908-1996) ajudara a manter a linha dura a distância. Membro permanente da Escola Superior de Guerra, Geisel tinha notórias ligações com o grupo castelista. Sua indicação para a Presidência representou uma derrota para Médici e seus seguidores mais radicais. Com a posse de Geisel, em 15 de março de 1974, o general Golbery do Couto e Silva voltou ao poder. Ambos, Golbery e Geisel, articularam um projeto de abertura "lenta, gradual e segura" rumo a uma indefinida "democracia relativa". A abertura de fato se concretizaria —e seria lenta e gradual, embora fosse também tremendamente insegura. Não apenas uma economia em crise, mas também a reação ousada e petulante da linha dura colocariam permanentemente em cheque os planos de "distensão" imaginados por Golbery e implantados por Geisel.

Embora disposto a levar em frente seu projeto reformista, Geisel não hesitaria em "endurecer" sua relação com a oposição todas as vezes em que achasse necessário, usando amplamente os poderes que lhe eram concedidos pelo AI-5 —o ato institucional que mais tarde ele próprio extinguiria.

A atitude mais ríspida de Geisel contra a oposição foi o fechamento do Congresso, em abril de 1977. Em novembro de 1974, o MDB vencera as eleições, aumentando sua bancada na Câmara e no Senado. Dois anos depois, nas eleições municipais, nova vitória da oposição. Assim, em março de 1977, o MDB pôde impedir a aprovação de um projeto do governo para a reforma do Judiciário. Denunciando a existência no país de uma "ditadura da minoria", Geisel fechou o Congresso e, além de implantar a reforma do Judiciário, baixou uma série de medidas "casuísticas", freando o avanço do MDB e garantindo a supremacia da Arena (*leia no quadro abaixo*). Com o apoio do ministro do Planejamento, Reis Velloso; do chefe do SNI, João Figueiredo; do chefe da Casa Militar, general Hugo Abreu; e do chefe da Casa Civil, general Golbery, Geisel ainda contava com o respaldo político de três governadores importantes: Paulo Egydio (SP), Aureliano Chaves (MG) e Sinval Guazelli (RS). Embora com essa sustentação e com a ajuda dos "casuísmos" Geisel pudesse dobrar a oposição, na hora de enfrentar os espasmos da linha dura ele seria forçado a empregar toda a força de sua personalidade (*leia na página 263*).

Apesar dos pesares, Geisel colocaria em prática várias medidas para implementar a "distensão". A primeira delas foi a suspensão da censura prévia à imprensa escrita, no início de 1975 —embora o rádio e a TV continuassem sob vigilância. De qualquer forma, o centralismo do governo permanecia inalterado em muitos aspectos e, em julho de 1975, Geisel assinou um vultoso "programa de cooperação nuclear" entre Brasil e Alemanha, sem consultar a comunidade científica e a sociedade civil (*leia o quadro abaixo*). Na área econômica, Geisel herdou de seu sucessor um país com inflação anual de 18,7% e uma dívida externa de US$ 12,5 bilhões. Apesar de durante seu governo o PIB ter crescido espantosos 41%, a inflação chegou aos 40% anuais e a dívida externa disparou para US$ 43 bilhões.

Mesmo com todas as crises políticas e econômicas, Geisel não apenas seria o único general-presidente a fazer seu sucessor —depois de vencer a queda-de-braço com o general Sílvio Frota, da linha dura (*leia na próxima página*)— como conseguiria cumprir a promessa de concretizar sua "abertura lenta e gradual". No dia 1º de janeiro de 1979, extinguiu o AI-5. Em 15 de março, João Figueiredo tomou posse.

Disposto a manter as rédeas do poder em suas mãos, o presidente Geisel alterou bruscamente as regras do jogo político ao baixar, no "dia da mentira" (1º de abril) de 1977, o chamado "Pacote de Abril". Ao fazê-lo, Geisel não apenas decretou a reforma do Poder Judiciário —que o MDB bloqueara na Câmara— como baixou várias medidas favorecendo a Arena: as eleições para os governos estaduais voltaram a ser indiretas, a aprovação de medidas passou a ser feita por maioria absoluta (e não por dois terços do Congresso) e um terço dos senadores viraram "biônicos": ou seja, eram escolhidos diretamente pelo governo.

O acordo entre Brasil e Alemanha previa a construção de oito usinas nucleares. Só uma saiu do papel

Dois anos antes do "pacote de abril", Geisel já deixara claro à nação que quem mandava no país era ele. Em julho de 1975, o presidente assinou um acordo de "cooperação nuclear" com a Alemanha: pela astronômica soma de US$ 10 bilhões, a Alemanha instalaria no Brasil oito centrais termonucleares. Em troca, o governo brasileiro forneceria urânio para os alemães. Além de absurdamente caro, o acordo quase provocou o rompimento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Duramente criticado pela comunidade científica brasileira, o acordo revelou-se um fracasso. A única usina construída, Angra-1, é um fiasco.

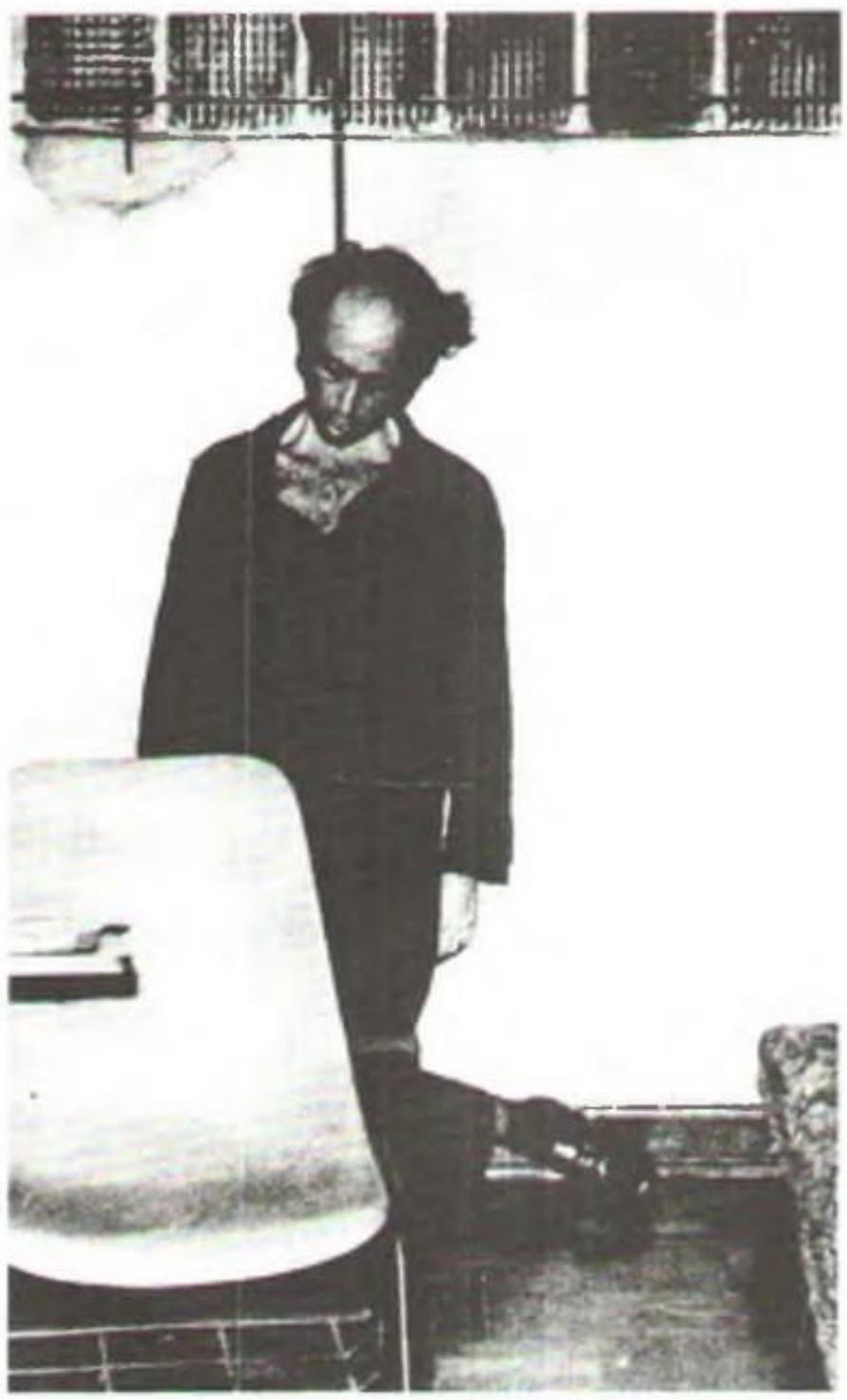
A Morte de Herzog

Apesar de toda a crise política provocada pelo "pacote de abril", o momento de maior tensão vivido pelo governo Geisel —e, por extensão, por toda a nação— se deu em 26 de outubro de 1975. Um dia antes, o jornalista Vladimir Herzog, chefe do Departamento de Jornalismo da TV Cultura (SP) —emissora estatal— e editor de cultura da revista "Visão", fora preso e levado para o DOI-CODI paulista. Herzog era simpatizante do PCB, mas nunca se envolvera em ações armadas. Após o que se supõe ter sido uma brutal sessão de tortura, o jornalista morreu nas mãos de seus algozes. Então, montou-se uma farsa trágica e sórdida numa das celas do DOI-CODI: o corpo de Herzog foi colocado numa posição absurda (*foto ao lado*) e fontes do 2º Exército anunciaram que ele se enforcara com o cinto de seu macacão.

Herzog assumira o cargo de chefia na TV Cultura por indicação do secretário de Tecnologia e Cultura do Estado de São Paulo, com aprovação do governador Paulo Egydio. Sua morte causou profunda comoção em São Paulo e em todo o país. O velório foi proibido e o enterro realizado sob vigilância militar. No dia 31 de outubro, porém, cerca de 8.000 pessoas se reuniram na catedral da Sé (SP), para assistir ao culto ecumênico celebrado pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns, os rabinos Henry Sobel e Marcelo Rittner e o reverendo Jaime Wright.

Além de se tornar a primeira manifestação de peso contra a ditadura desde 1968, foi também um dos instantes mais tensos da história recente do Brasil —e obviamente repercutiu em Brasília.

De acordo com depoimento do general Hugo Abreu, logo após a morte de Herzog, Geisel foi a São Paulo e se encontrou com o general Ednardo d'Ávila Mello, chefe do 2º Exército. "O presidente então avisou-o, de forma clara, que não seria tolerada mais nenhuma morte naquelas circunstâncias", revelou Abreu. Já o general Golbery do Couto e Silva achou prudente avisar a alguns jornalistas que o governo, de certa forma, perdera o controle sobre São Paulo.



O choque entre Geisel e a linha dura após a morte de Herzog e do operário Manuel Fiel Filho (*leia o quadro abaixo*) foi apenas o primeiro assalto no confronto entre o governo e a linha dura. O último e decisivo embate se deu quase dois anos após a morte de Vlado Herzog. No início do segundo semestre de 1977, apesar de Geisel ter deixado claro que não abriria mão de chefiar o processo sucessório, o general Sílvio Frota (*à esquerda, abaixo*) não só estava articulando o lançamento de sua candidatura como já contava com o apoio de um bloco parlamentar (do qual faziam parte até membros do MDB).

Em agosto de 1977, Frota fora a favor da ocupação militar da Universidade de Brasília, contrariando Geisel. Em setembro, o ministro do Exército impedira a volta ao Brasil de Leonel Brizola —outra vez em desacordo com o presidente. Em outubro, Geisel soube que a candidatura de Frota lhe seria apresentada como fato consumado no dia 14 e que no dia 16 o ministro se reuniria com o marechal Odílio Denys e integrantes da linha dura, que o apoiariam publicamente. Então, às 7 horas da manhã de 12 de outubro de 1977, Geisel convocou Frota para uma reunião e, após dez minutos de áspero diálogo, demitiu-o. Frota tentou obter apoio do Alto Comando do Exército, mas Geisel chamara os principais chefes militares do país para Brasília e eles estavam no aeroporto, sendo recebidos por oficiais de sua confiança. O general Hugo Abreu, embora amigo de Frota e entusiasta de sua candidatura, ficou do lado do presidente e ajudou a abortar qualquer revolta no nascedouro.

Em 31 de dezembro, Geisel comunicou formalmente ao general Figueiredo, do SNI, que o indicaria como seu sucessor. Em 4 de janeiro de 1978, Geisel era forçado a exonerar Hugo Abreu, que discordava da indicação. "Eu o servi lealmente e fui traído por ele", diria Abreu. Mas a linha dura e seu "governo paralelo" estavam vencidos e, em 15 de março de 79, Figueiredo assumiu a Presidência do país.

Embora o aviso de Geisel tivesse sido taxativo, menos de três meses após a morte de Vladimir Herzog um caso em tudo semelhante se repetiu em São Paulo. No dia 17 de janeiro de 1976, o metalúrgico Manuel Fiel Filho (*à esquerda*) morreu nos porões do DOI-CODI. A versão oficial novamente falava em enforcamento: dessa vez, o detento teria usado "as próprias meias". O laudo do Instituto Médico-Legal, atestando suicídio, foi, outra vez, assinado pelo legista Harry Shibata (mais tarde punido pelo Conselho de Medicina de São Paulo). Dois dias após a morte de Fiel Filho ter sido anunciada, Geisel viajou para São Paulo e demitiu sumariamente o general Ednardo, sem sequer consultar o ministro do Exército, Sílvio Frota.

O confronto entre Geisel e Ednardo —naquele instante a face mais visível do choque entre o governo e a linha dura— já se manifestara em 31 de março de 1975, quando, na comemoração do 11º aniversário da "revolução", o comandante do 2º Exército afirmara ser "uma balela" a informação de que "o terrorismo fora dominado". Trinta dias antes, fora justamente isso que Geisel dissera. Ednardo passou para a reserva. Embora uma sentença, proferida em 1978, tenha responsabilizado a União pelas mortes de Herzog e Fiel Filho, o general Ednardo foi liberado de prestar depoimento. Em junho de 1996, as viúvas dos dois mortos foram indenizadas: a de Herzog recebeu o equivalente a US$ 100 mil e a de Fiel Filho US$ 290 mil.

O Governo Figueiredo

Como Garrastazu Médici, o quinto general-presidente, João Baptista Figueiredo, também chegou ao poder depois de chefiar o SNI. Mas, ao contrário de seu predecessor, Figueiredo foi levado ao cargo com a missão de concretizar a abertura iniciada por Ernesto Geisel —o único dos generais-presidentes a fazer o próprio sucessor. De uma truculência quase caricatural, dono de frases que seriam hilárias se, antes, não soassem absurdas na boca de um presidente militar, Figueiredo foi um retrato fiel das incongruências do Brasil: a um homem da "comunidade de informações" acabaria sendo dada a missão de reconduzir o país à normalidade democrática.

Não seria uma missão simples: embora contasse com as maquinações eficientes do general Golbery e o apoio irrestrito do ministro da Justiça, Petrônio Portela, Figueiredo teria de enfrentar não só uma das maiores crises econômicas da história do Brasil —uma das heranças do "milagre"— como também os últimos (e por isso mesmo violentos) espasmos da linha dura e da direita radical.

Se durante o governo Médici a economia ia bem e o povo mal, durante os seis longos anos do governo Figueiredo tanto a economia quanto o povo foram tremendamente mal. A uma série de medidas "heterodoxas", drásticas e equivocadas —tomadas pela equipe econômica, ainda sob o comando de Delfim Netto, com a participação de Mário Henrique Simonsen—, se juntaria a segunda crise internacional do petróleo. A inflação e a dívida externa dispararam. No final de 1983, o PIB caiu em 2,5%, e a dívida externa (que passara de US$ 81 bilhões para US$ 91 bilhões) era responsável por juros anuais de US$ 9,5 bilhões.

Ainda assim, graças ao modelo concentrador de renda e ao arrocho salarial, muitas empresas e empresários lucraram com a inflação e a manipulação das taxas de correção monetária. Por outro lado, a crise econômica reforçou os argumentos da oposição (que pôde se rearticular longe da ameaça do AI-5), fortaleceu os políticos contrários ao governo, fez espocar as greves no ABC paulista (berço do PT) e ajudou a deflagrar a campanha pelas diretas-já.

De qualquer forma, o general João Figueiredo —que chegara a pedir ao povo que o chamasse só de "João" e, até se envolver numa briga com estudantes em Florianópolis em 1979, desenvolvera um tipo particularíssimo de comportamento populista— não só fingiu ignorar as mazelas econômicas como, ao decretar a anistia, em agosto de 1979, arrancou da oposição sua maior bandeira (*leia no quadro abaixo*).

Porém, para cumprir a promessa de que faria "deste país uma democracia", ele precisou enfrentar as bombas da linha dura —que no início da década de 80 fez o país retornar à época da "guerra suja". Beneficiados pela anistia, os terroristas de direita nunca foram punidos. Apesar de contemporizar com a linha dura no caso Riocentro (*abaixo*), Figueiredo manteve o calendário eleitoral, que previa eleições estaduais para novembro de 1982, embora forçasse o Congresso a adotar medidas restritivas à oposição. Por isso, em abril de 1984, a emenda das diretas-já não foi aprovada. Mas, em janeiro de 1985, Tancredo Neves acabou eleito pelo Colégio Eleitoral e Figueiredo pôde deixar o poder com a promessa cumprida.

Chefe do Gabinete Militar no governo Médici e do SNI no governo Geisel, João Baptista Figueiredo entrou para a história não só por ser o último general-presidente do movimento de 64, mas pelas frases típicas de seu estilo "rude e franco". Eis algumas: "Não posso obrigar o povo a gostar de mim. Sou o que sou, não vou mudar para que o povo goste". "Me envaideço de ser grosso." "Prefiro cheiro de cavalo do que cheiro de povo." "Se ganhasse salário mínimo, eu dava um tiro no coco." "O que eu gosto mesmo é de clarim e de quartel." E, por fim, a frase pronunciada em 27 de junho de 1979, depois de assinar a 48ª anistia da história do Brasil: "Eu não disse que fazia? Eu não disse que fazia?"

Figueiredo fez o que disse que faria —mas a direita radical também cumpriu a promessa de tumultuar a abertura. De janeiro a agosto de 1980, terroristas explodiram bombas em todo o país. O atentado mais grave não se concretizou: no dia 1º de maio de 1981, uma bomba explodiu no colo de um sargento, dentro de um carro, no estacionamento do Riocentro (RJ), onde se desenrolava um show comemorativo ao Dia do Trabalho. O caso foi investigado por militares de forma parcial e os envolvidos isentados de culpa. Como os torturadores dos anos 70, os terroristas de direita ficariam impunes. Por outro lado, a partir de 1995, famílias de vários "guerrilheiros" de esquerda foram indenizadas pela União.

A Cultura nos Anos 60 e 70

Tomates e vaias, ovos e uivos. Dissonância no palco, discordância na platéia. A platéia está de costas para o palco. Os artistas no palco estão de costas para a platéia. Só o cantor, um poeta franzino, abre o peito e abre a voz: "Mas é isso a juventude que quer tomar o poder? Vocês têm coragem de aplaudir este ano uma música que não teriam coragem de aplaudir no ano passado. São a mesma juventude que vai sempre matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem. Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada..." As vaias viram urros e os urros se tornam ofensas. O poeta segue berrando, sob os "riffs" lancinantes da guitarra: "Vocês estão por fora. Vocês não dão pra entender. Mas que juventude é essa? Vocês são iguais sabem a quem? Sabem a quem? Àqueles que foram na 'Roda Viva' e espancaram os atores. Não diferem em nada deles". Era 12 de setembro de 1968 e, acompanhado pelos Mutantes, Caetano Veloso estava tentando apresentar a canção "É Proibido Proibir". A música, inscrita no 3º Festival Internacional da Canção, fora inspirada pelos grafites que cobriram os muros de Paris na rebelião estudantil de maio de 68. Ironicamente, a canção prenunciava o início da época em que, no Brasil, se tornaria permitido proibir.

Exatos três meses após aquela apresentação de Caetano e dos Mutantes no teatro da Universidade Católica, em São Paulo, o general Costa e Silva decretou o AI-5, o ato que permitiria à censura submeter a cultura nacional a uma espécie de lavagem cerebral. Embora atingisse a literatura, o cinema, o teatro e a imprensa, a censura seria especialmente dura com a música. Por quê? Porque desde o sucesso mundial da bossa nova, no início dos anos 60, a música se tornara a manifestação cultural mais vibrante no Brasil. Com o advento da Jovem Guarda, por volta de 1965, a música entraria na era da cultura de massa e logo se associaria à televisão —tanto que não apenas a rebeldia "inocente" do iê-iê-iê de Roberto Carlos (preocupada em "denunciar" que era "proibido fumar" —maconha, presumivelmente) tinha seu próprio programa de TV como também eram as grandes redes de televisão que promoviam festivais como o FIC. Neles, explodiria o choque entre a "música de protesto", de veia nacionalista, e a música pop, americanizada e supostamente "alienada".

Embora em breve os militares e seus censores se revelassem bem menos suscetíveis a tais divergências estéticas —podando tanto as canções "nacionalistas" quanto os "exotismos estrangeiros"—, o que levou o público a vaiar Caetano naquela noite foi justamente o confronto entre a juventude "engajada" e de esquerda e a vanguarda artística que Caetano e Gilberto Gil (que logo subiria ao palco para se solidarizar com o amigo e conterrâneo) representavam. Qualquer semelhança entre esse "happening" que saiu pela culatra e a primeira noite da Semana de Arte Moderna em 1922 deixa de ser mera coincidência quando se sabe que, pouco antes, os dois baianos tinham criado o movimento Tropicalista —releitura pop e hippie da Antropofagia de "Marioswald" de Andrade. Baseados em tudo que acontecia de novo e de jovem em um país ainda fervilhante —o Cinema Novo, os experimentalismos do Teatro de Arena e Teatro Opinião, os ecos da bossa nova, a "rebeldia" pop da Jovem Guarda, a cultura televisiva, Chacrinha e as telenovelas, a poesia concretista, a pintura de Hélio Oiticica—, Caetano e Gil fermentaram a geléia geral brasileira, acima e além da caretice. "Eu e Gil tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas", continuava Caetano em seu discurso irado, enquanto a massa ululava e os Mutantes faziam gemer as guitarras. "E vocês? Se vocês forem em política como são em estética, estamos feitos. Me desclassifiquem junto com Gil (...). Chega!"

Duas semanas depois de Caetano se autodesclassificar (*acima, à esquerda*), os Mutantes, com roupas escandalosas, e Rita Lee de noiva (*acima, à direita*) se apresentaram nas finais do mesmo FIC, no Rio de Janeiro. Mas, então, nem foram vaiados: o povo guardou todos os apupos para "Sabiá", de Chico Buarque e Tom Jobim, que venceu "Caminhando", de Geraldo Vandré, em novo desdobramento do choque entre engajamento e lirismo. A TV mostrou tudo, como continuaria fazendo ao longo das décadas que vieram a seguir. Menos de um ano depois, Caetano e Gil (que tinham sido presos pelo governo militar) e Chico Buarque (o mais censurado dos compositores brasileiros) partiam para o exílio na Europa. A bossa nova e o Cinema Novo já tinham ficado velhos, e o Tropicalismo daria os últimos suspiros. Depois deles, o dilúvio de censura.

A Bossa Nova

Chovia a cântaros em Nova York na noite de 21 de novembro de 1962. Ainda assim, mais de 3.000 pessoas lotavam o Carnegie Hall, em Manhattan. Embora boa parte da platéia fosse de brasileiros, nas primeiras filas sentavam-se gênios do jazz como Miles Davis, Dizzy Gillespie, Gerry Mulligan, Herbie Mann e até Tony Bennet. Estavam todos ali para ouvir um novo estilo musical —a bossa nova— e as estrelas que o tinham inventado. Na verdade, embora viesse a se tornar quase um "braço paralelo" do jazz dos anos 60, a bossa nova devia muito ao estilo que iria influenciar.

Criada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro por jovens músicos de classe média, a bossa nova nada mais era do que uma nova maneira de tratar o samba. Mas que maneira: a nova batida —presente no violão de João Gilberto, no piano de João Donato e Tom Jobim e na flexão vocal de Johnny Alf— consubstanciava a fusão entre técnicas típicas da música do Brasil (como síncopes e jogos de tempos entre o solista e o acompanhamento) com influências do jazz (em especial o estilo de cantar do cool jazz, tão adaptável à voz íntima e emotiva de João Gilberto, e o acompanhamento de piano, baixo e bateria, ao qual se juntavam as harmonias batidas em violão dissonante), propondo a integração entre melodia e ritmo, valorizada pelas letras depuradas e intrigantes.

Donato e Alf não foram aos Estados Unidos, mas Jobim e João estavam lá. Ainda assim, aquele "début" nova-iorquino da bossa nova por pouco não virou um trem da alegria para músicos mais ou menos obscuros. Acontece que o show se tornara uma iniciativa "oficial" do Itamaraty para promover a música brasileira nos Estados Unidos —e João Gilberto e Jobim acabaram precedidos por artistas que nada tinham que ver com a bossa nova. Entre os mitos que cercam o show do Carnegie Hall, um é o de que a bossa nova foi descoberta naquela noite. Não é verdade: "Desafinado", sua canção-símbolo, havia vendido 1 milhão de cópias nos Estados Unidos naquele ano. Por isso Sidney Frey, presidente da gravadora Audio-Fidelity, veio buscar gente para tocar em Nova York e o Itamaraty quis patrocinar a noitada.

"O que é bossa nova? Bossa nova é mais a solidão de uma rua de Ipanema do que a agitação comercial de Copacabana. Bossa nova é mais um olhar que um beijo; mais uma ternura que uma paixão, mais um recado do que uma mensagem. Bossa nova é o canto puro e solitário de João Gilberto eternamente trancado em seu apartamento, buscando uma harmonia cada vez mais extremada e simples nas cordas de seu violão e uma emissão cada vez mais perfeita para os sons e palavras da sua canção. Bossa nova é o novo segredo da mocidade."

Vinicius de Moraes

Outro mito a respeito da noite da bossa nova no Carnegie Hall é o de que o show foi um fracasso. Embora o inglês de vários dos artistas brasileiros fosse macarrônico, figurantes fizessem malabarismos com pandeiros, Bola Sete tocasse violão nas costas e Roberto Menescal e até Tom Jobim esquecessem a letra das canções, João Gilberto, Agostinho dos Santos e o próprio Jobim arrasaram.

Por que, então, as notícias divulgadas no Brasil falavam em vexame? A história é elucidada por Ruy Castro no livro "Chega de Saudade", lançado em 1990. Tudo começou com a reportagem publicada pela revista "O Cruzeiro", em dezembro de 1962, com o título "Bossa nova desafinou nos EUA". O texto tinhoso, assinado por José Ramos Tinhorão, foi chamado de "mediúnico", já que seu autor não fora a Nova York. Como pudera então descrever o que se passara no palco e no camarim? Fora informado por um freelancer da revista, o cubano Orlando Suero. E o informante de Suero era o compositor Sérgio Ricardo, que literalmente se escalara para tocar naquela noite.

O episódio seria premonitório do racha que logo dividiria a bossa nova em "direita" e "esquerda", em "participantes" e "alienados". Após o golpe de 64, o compositor Geraldo Vandré dissera: "Temos de fazer música 'participante'. Os militares estão prendendo e torturando. A música tem de servir para alertar o povo" ("Quem alerta é corneta de regimento", respondeu Roberto Menescal). Sérgio Ricardo seguiria a linha proposta por Geraldo Vandré.

Mas o disco que de fato rachou a bossa nova foi "Opinião de Nara", de Nara Leão, base do show "Opinião", de Oduvaldo Viana Filho e Paulo Pontes, dirigido por Augusto Boal, o qual, além de ser um dos pontos altos do Teatro Opinião, foi a primeira reação artística da esquerda ao golpe, inaugurando a "ideologia da pobreza" que tanto importunaria a cultura brasileira.

Os gênios da bossa nova, porém, nem deram bola e seguiram seu caminho —não deixando de ser menos libertários e ousados por causa disso. Na verdade, sua música permanece eterna enquanto as "canções de protesto" daquela época soam enfadonhamente datadas.

Em 1968, mundialmente consagrado como um dos pais-fundadores da bossa nova, Tom Jobim pediu para o cantor e compositor Chico Buarque colocar a letra numa canção chamada "Gávea". Chico a transformou em "Sabiá" e os dois a inscreveram no 3º FIC. Em 29 de setembro de 1968, anunciada como vencedora do Festival, "Sabiá" mal pôde ser ouvida: num Maracanãzinho lotado por 25 mil pessoas, a bela e "hermética" música de Tom e Chico —releitura profética da "Canção do Exílio", de Gonçalves Dias— foi implacavelmente vaiada. A massa exigia que o primeiro lugar ficasse com "Caminhando (Pra Não Dizer que Não Falei de Flores)", de Geraldo Vandré. A vaia foi tal que o próprio Vandré subiu ao palco (à esquerda) *e disse: "Gente, por favor, vocês não me ajudam desrespeitando Jobim e Chico. A vida não se resume a festivais".*

Embora classificada em segundo lugar, "Caminhando" se tornou a canção-símbolo da luta contra a ditadura. Fazia referência às passeatas de protesto ("Caminhando e cantando / e seguindo a canção / somos todos iguais / braços dados ou não") e aos soldados ("quase todos perdidos, / de armas na mão / nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição / de morrer pela pátria / E viver sem razão"). A música foi proibida, os militares se ergueram contra ela e Vandré partiu para o exílio. Fora do Brasil, envelheceu tanto quanto a própria canção, amargurou-se, ensimesmou-se e abandonou a carreira artística. Nos anos 80, a cantora Simone lançou uma versão de "Caminhando", supostamente para celebrar o fim do regime militar. Em 1997, a história voltou a se repetir como farsa e a música foi cantada por policiais em greve por melhores salários.

A Jovem Guarda

Dois anos depois de a nata dos jazzistas americanos ter se reunido na platéia do Carnegie Hall para assistir aos mestres da bossa nova, os Estados Unidos foram tomados por uma invasão sonora muito mais avassaladora: a beatleamania. A beatlemania logo desembarcaria no Brasil, gerando, a partir de 1965, o fenômeno chamado de Jovem Guarda. Como o primeiro movimento genuinamente pop a chegar no país, o iê-iê-iê da Jovem Guarda (versão tupiniquim do "yeah, yeah yeah" dos Beatles) foi uma manifestação típica da cultura de massas. Desde o início, sua explosão esteve ligada à televisão e a um projeto publicitário de marketing. Como a bossa nova, a Jovem Guarda também fora influenciada pela música anglo-americana. Ao contrário dela, porém, não ajudaria a transformar a matriz. Na verdade, diluiu-a. Ainda assim, além de conectar o Brasil com o mundo alucinado do pop e criar os primeiros ídolos "jovens" do país —tão diferentes dos ídolos das décadas anteriores, como Francisco Alves e Orlando Silva—, a Jovem Guarda era engraçada, descompromissada e moderna. Gostava de calhambeques, botinhas sem meia, cabelos na testa, anéis brucutu e queria que tudo o mais fosse para o inferno. Com sua alegria contagiante, arrombou a festa da bossa nova, do samba e da MPB.

A Jovem Guarda fabricou alguns ídolos efêmeros como o "príncipe" Ronnie Von, a "garota papo-firme" Wanderléia, o "bom" Eduardo Araújo, Martinha, a "garota barra-limpa" e uma gíria própria, que era uma brasa, mora?! Os dois integrantes do movimento que realmente se projetaram foram Erasmo Carlos e seu parceiro, o "rei" Roberto Carlos (*acima*). Talvez por ser considerada "infantil" demais para merecer críticas, a Jovem Guarda passou incólume pela "patrulha ideológica" dos "engajados". A peça "Roda Viva", de Chico Buarque, no entanto, contava a história de um ídolo da juventude pré-fabricado pela TV, que acabava sendo destruído pelo sucesso. Embora permaneça na ativa, Roberto Carlos —que alguém já definiu como "uma mistura de Sinatra com Elvis"— submeteu sua obra de tal forma às exigências do mercado que preferiu deixar de ser o Presley brasileiro para se tornar uma espécie de Julio Iglesias verde-amarelo. Como o maior vendedor de discos da história do país e o grande "chansonier" nacional, Roberto Carlos lança todos os anos trabalhos repetitivos. Lutando para se manter "na crista da onda", já fez músicas para Jesus Cristo, para as baleias, para as florestas, para os caminhoneiros e para as gordinhas.

A vaia para "Sabiá" no FIC de 1968 não foi novidade alguma na turbulenta história dos festivais. No ano anterior, no 3º Festival de MPB da TV Record, houve um caso mais rumoroso. No dia 21 de outubro de 67, na finalíssima da competição, depois de "Alegria, Alegria", de Caetano, e "Domingo no Parque", de Gil (classificadas em 4º e 2º lugares, respectivamente), terem sido duramente vaiadas pela "linha dura" da platéia, o cantor Sérgio Ricardo subiu ao palco para tocar "Beto Bom de Bola".

Embora Sérgio Ricardo fosse um egresso da bossa nova que abandonara o intimismo para se tornar um compositor "engajado", autor das trilhas sonoras de "Deus e o Diabo na Terra do Sol" e "Terra em Transe", de Glauber Rocha, nem assim foi poupado.

"Beto Bom de Bola" era vista como um "retrocesso" em sua obra. Por vários minutos, Sérgio Ricardo tentou "dialogar" com a platéia. De repente, perdeu a calma e vociferou: "Vocês ganharam! Isso é o Brasil subdesenvolvido! Vocês são uns animais!" Estraçalhou o violão contra um pedestal de madeira e o arremessou contra a platéia. Foi desclassificado no ato. Naquele ano, a música vencedora foi "Ponteio", de Edu Lobo e Capinam. Chico Buarque ficou em terceiro com "Roda Viva". Ao final da competição, o compositor Carlos Imperial diria: "Este festival da esquerda festiva vai atrasar a música brasileira em uns bons dez anos".

O Teatro em Transe

Indignado com as vaias da platéia, Caetano Veloso desabafou: "Vocês são iguais sabe a quem? Àqueles que foram na "Roda Viva" e espancaram os atores". Era um evidente exagero. Caetano se referia a um episódio brutal e recente no qual membros do grupo de direita hidrófoba Comando de Caça aos Comunistas (CCC) tinham invadido os camarins do teatro Galpão, em São Paulo, em julho de 1968, e espancado atores, músicos e contra-regras, depredando o teatro todo. Apesar da prisão de três dos agressores —gente ligada à Faculdade de Direito do Mackenzie—, ninguém foi julgado ou condenado. Tanto é que, meses mais tarde, quando a peça de Chico Buarque, que estreara no Rio em janeiro de 68, foi montada em Porto Alegre (*acima*), a agressão se repetiu. De certa forma, tais conflitos eram reflexo do choque entre o CCC e os egressos do Centro Popular de Cultura (CPC), movimento cultural ligado à UNE que defendia a arte "engajada" e fora desbaratado após o golpe militar.

Do CPC faziam parte os dramaturgos Oduvaldo Viana Filho, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri. Em 1962, esse grupo fundara a versão carioca do Teatro de Arena, que, em São Paulo, existia desde 1955. Como a música e o cinema, o teatro brasileiro ingressava nos anos 60 com a certeza de que poderia mudar o mundo.

Embora tivesse apresentado peças de mérito, como "Eles Não Usam Black-Tie" (de Guarnieri) e "Chapetuba F.C." (de Vianinha), o Arena, em sua tentativa de recontar a história do Brasil, produziu espetáculos "engajados" —como "Arena Conta Zumbi" e "Arena Conta Tiradentes"— aos quais, mesmo então, só se ia assistir se isso fosse tarefa ideológica ou partidária (e ainda assim penosa).

O musical "Opinião" —montado pelo pessoal ligado ao Arena, com Nara Leão cantando canções de protesto— e "Arena Conta Zumbi" ajudaram a precipitar o racha que dividiu a bossa nova entre "participantes" e "alienados". Baseado nas teorias de Bertold Brecht e Constantin Stanislavski, o Arena logo gerou novos frutos.

Nascido sob influência direta do Arena, o Teatro Oficina, criado em 1961, em São Paulo, por José Celso Martinez Correa, também se baseava em Brecht e fazia um teatro "nitidamente comprometido na luta contra o imperialismo estrangeiro". Sua montagem de "Os Pequenos Burgueses", de Górki, é ainda considerada um dos espetáculos realistas mais perfeitos já montados no Brasil. Em 1963, porém, ao montar "Um Bonde Chamado Desejo", de Tennessee Williams, o Oficina começaria a se afastar do Arena, buscando seus próprios caminhos. Em breve, o Oficina se aproximaria do teatro de vanguarda europeu, antiacadêmico, "sujo" e agressivo, disposto a seguir uma linha de "provocação cruel e total". O Oficina já estava nessa fase quando, em janeiro de 1968, montou "Roda Viva", de Chico Buarque. A reação da direita foi, no mínimo, previsível. No ano anterior, Zé Celso e o Oficina já haviam decretado uma grande ruptura no teatro brasileiro ao montarem "O Rei da Vela", de Oswald de Andrade (*leia o quadro abaixo*).

Disposto a romper com o repertório político da época —atacando a direita, mas também desprezando o dogmatismo da esquerda—, José Celso Martinez Correa (à esquerda) *e o seu Teatro Oficina montaram "O Rei da Vela" em 1967. A peça marca uma virada libertária no teatro do Brasil, afastando-o do ideário nacionalista-populista, cuja fixação na "mensagem" e no conteúdo tanto havia enfraquecido a forma. "Fomos encontrar no Oswald dos anos de 33, anterior a toda a baboseira de ufanismo do Estado Novo, de todo o desenvolvimentismo, das crenças da burguesia progressista (...) uma visão generosa, furiosa, anarquizante, revolucionária", diria Zé Celso. "'O Rei da Vela' não embarcava nessas canoas furadas."*

Muito mais do que "Roda Viva", foi "O Rei da Vela" que aproximou o teatro brasileiro dos anos 60 de várias outras áreas da produção cultural. "O Rei da Vela" significou para o teatro o mesmo que "Terra em Transe", de Glauber Rocha, significou para o cinema. A montagem de Zé Celso também influenciou o artista plástico Hélio Oiticica e, de certa forma, ao flertar tão claramente com a Antropofagia, antecipou em alguns meses o surgimento do Tropicalismo, configurado com o lançamento, em 1968, do LP "Tropicália ou Panis et Circensis". Tanto é que, ainda em 67, Caetano Veloso declarara: "Eu sou o Rei da Vela de Oswald de Andrade montado pelo grupo Oficina". José Celso Martinez Correa, um autêntico Rei da Vela, agradeceu, comovido.

O Cinema Novo

Em outubro de 1967, quando Gilberto Gil e Caetano Veloso apresentaram "Domingo no Parque" e "Alegria, Alegria", no 3º Festival da TV Record, logo houve quem percebesse que as duas canções eram influenciadas pela narrativa cinematográfica: repletas de "cut-ups", justaposições e flashbacks. Tal suposição seria confirmada pelo próprio Caetano quando ele declarou que fora "mais influenciado por Godard e Glauber do que pelos Beatles ou Dylan". Na verdade, em 1967, no Brasil, o cinema era o que havia de mais intenso e "revolucionário", superando o próprio teatro, cuja inquietação e cujo experimentalismo tinham incentivado os cineastas a iniciar o movimento que ficou conhecido como Cinema Novo.

O Cinema Novo nasceu na virada da década de 50 para a de 60, sobre as cinzas dos estúdios Vera Cruz (empresa paulista que faliu em 1957 depois de produzir 18 filmes), sob a tirania da "chanchada" (gênero humorístico chulo) e por inspiração do neo-realismo italiano e dos textos dos críticos e cineastas Paulo Emílio Sales Gomes, Gustavo Dahl, Jean-Claude Bernardet e, sobretudo, Glauber Rocha. Todos faziam parte de um grupo que tentava encontrar "um caminho" para o cinema brasileiro.

"Nossa geração sabe o que quer", dizia o baiano Glauber Rocha já em 1963. "Queremos fazer filmes antiindustriais; queremos fazer filmes de autor, quando o cineasta passa a ser um artista comprometido com os grandes problemas de seu tempo; queremos filmes de combate na hora do combate". Inspirado por "Rio 40 Graus" e por "Vidas Secas", que Nelson Pereira dos Santos lançara em 1954 e 1963, Glauber Rocha —com "uma câmera na mão e uma idéia na cabeça"— transformaria a precariedade de meios em recurso estético, mudando, com "Deus e o Diabo na Terra do Sol", a história do cinema no Brasil.

"Onde houver um cineasta disposto a filmar a verdade e a enfrentar os padrões hipócritas e policialescos da censura intelectual, ai haverá um germe vivo do Cinema Novo. Onde houver um cineasta disposto a enfrentar o comercialismo, a exploração, a pornografia, o tecnicismo, ai haverá um germe do Cinema Novo. Onde houver um cineasta (...) pronto a pôr seu cinema e sua profissão a serviço das causas de seu tempo, ai haverá um germe do Cinema Novo."

Glauber Rocha – "Uma Estética da Fome"

Com seu "estranho surrealismo tropical" e a violência imagística inerente a cada plano, "Deus e o Diabo na Terra do Sol" (*acima e à esquerda*) não apenas causou sensação no Festival de Cannes de 1965 como, ao abordar de forma onírica dois fenômenos sociais típicos da caatinga —o messianismo (estilo Antônio Conselheiro) e o cangaço (à la Lampião–Corisco)— pôs em xeque a tradicional narrativa dramática do cinema "ideológico". Dois anos depois, ainda mergulhado em sua sensibilidade estética alegórica e profética, Glauber lançou "Terra em Transe", filme que, ao discutir a "crise de consciência" das esquerdas e do populismo, talvez tenha marcado o auge do Cinema Novo, além de ter sido uma das fontes de inspiração do Tropicalismo.

A ponte entre Cinema Novo e Tropicalismo ficaria mais evidente com o lançamento, em 1969, de "Macunaíma", de Joaquim Pedro de Andrade. Não só pela óbvia aproximação com a Antropofagia inerente à rapsódia de Mário de Andrade, mas também porque, ao fazer o filme, Joaquim Pedro esforçou-se por torná-lo um "produto" afinado com a "cultura de massa". "A proposição de consumo de massa no Brasil é uma proposição moderna, é algo novo. A grande audiência de TV entre nós é um fenômeno novo. É uma posição avançada para o cineasta tentar ocupar um lugar dentro dessa situação", disse ele.

Incapaz de satisfazer plenamente as exigências do mercado, o Cinema Novo deu seus últimos suspiros em fins da década de 70 —período que marcou o auge das potencialidades comerciais do cinema feito no Brasil. Em 1992, o então presidente Collor acabou com a Embrafilme, e a indústria cinematográfica do país entrou numa fase negra, da qual só começou a se recuperar na metade da década de 90, com filmes como "Carlota Joaquina" e "O Quatrilho".

Rebeldes e Malditos

Depois de se autodesclassificarem do FIC, em setembro de 1968, Caetano e Gil decidiram fazer uma temporada de shows na boate Sucata, no Rio de Janeiro, apresentando, junto com os Mutantes, as músicas que haviam tirado do festival. Na platéia, quase todas as noites, podiam ser vistos os cineastas Glauber Rocha, Leon Hirszman e Arnaldo Jabor, ligados ao Cinema Novo. No palco, ao lado de uma faixa com os dizeres "Yes, Nós Temos Bananas", havia uma espécie de bandeira com o lema "Seja marginal, seja herói" e, acima da frase, o corpo tombado de Cara de Cavalo, famoso bandido carioca recém-abatido pela polícia. A bandeira fora feita pelo artista plástico Hélio Oiticica. Diz a lenda que, depois de ver o show, um juiz de direito denunciou Caetano e Gil por fazerem uma paródia do Hino Nacional Brasileiro. Embora o hino tocado fosse na verdade o da França, Gil e Caetano foram presos no dia 27 de dezembro, duas semanas depois da promulgação do AI-5.

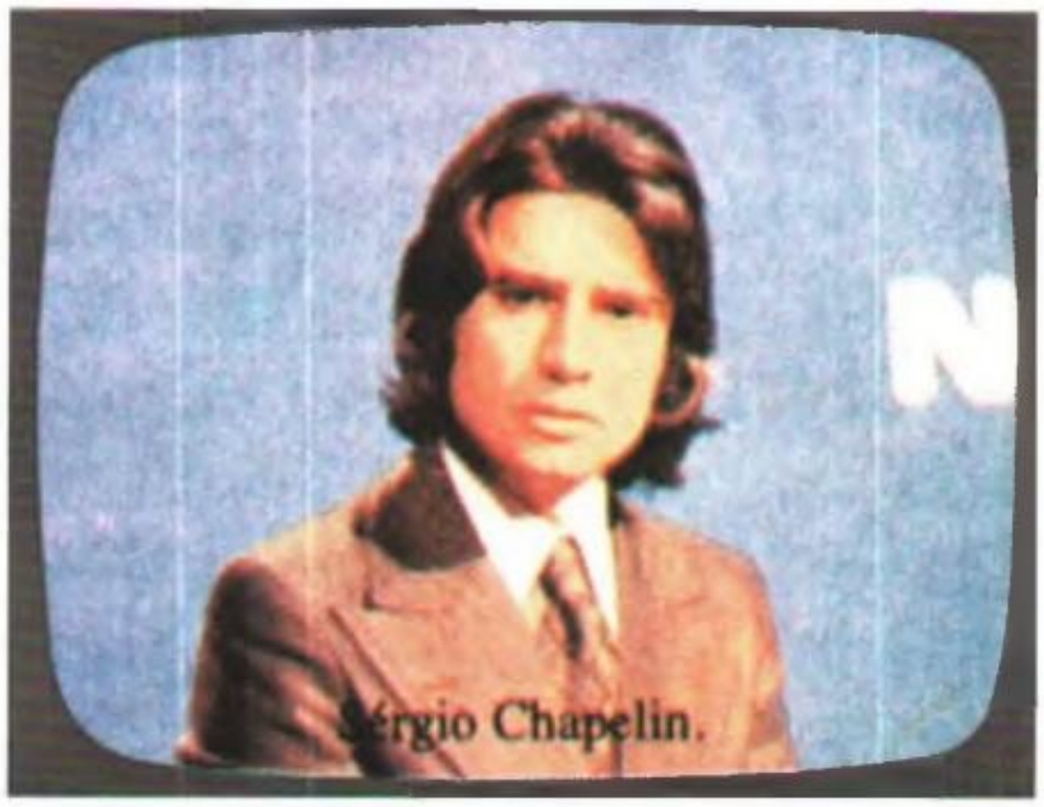
Após dois meses de prisão, ambos foram para o exílio, em Londres. Sua partida não apenas marcou o fim do Tropicalismo como, de certa forma, os transformaria em "velhos compositores baianos" já que, cerca de um ano mais tarde, irrompia na cena musical brasileira um grupo chamado Novos Baianos (*acima*). Cabeludos, anárquicos e doidões, vivendo em comunidade e dispostos a fazer amor e não a guerra, os Novos Baianos eram a ponta do iceberg hippie, que emergia do oceano de repressão no qual se afogava a cultura brasileira.

O desregramento dos sentidos, o hermetismo lisérgico, a visão marginal, o inconformismo radical —ingredientes já presentes no Tropicalismo— adquiriram dimensões ainda mais definitivas nesta cena "underground" (ou "udigrude", em versão nacional). Em tese, aqueles eram anos de chumbo, mas os Novos Baianos e os poetas marginais ajudaram a transformá-los também em anos coloridos, repletos de ação e de culto às drogas. E, então, boa parte da produção cultural, além de ser divulgada por meios alternativos, mostrou estar além da "compreensão" dos censores. Mas não apenas da deles: os artistas "engajados" também não entendiam nada daquilo. A ruptura provocada pela cultura "udigrude" tivera seu pioneiro na figura do poeta, romancista e cantor Jorge Mautner (*no alto, à direita*), que em 1962 lançara o livro "Deus da Chuva e da Morte", primeira parte da chamada trilogia do Kaos.

Misturando existencialismo e surrealismo, Mautner deslocou o eixo da crítica política da questão da "revolução" para a da "rebeldia sem causa aparente". Como o próprio Caetano Veloso mais tarde observaria, Mautner inaugurou o Tropicalismo e a antibossa nova, rompendo com o dilema "arte popular engajada *versus* esteticismo de vanguarda". Como Mautner, outros poetas "malditos" se uniram ao Tropicalismo: entre eles, o pai-de-todos Torquato Neto (cujo livro "Os Últimos Dias de Paupéria" foi publicado postumamente em 1972) e Capinam (autor das letras de "Soy Loco por Ti América" e "Miserere Nobis").

Torquato e Capinam eram apenas dois dos poetas cuja palavra tomou de assalto a década de 70. Como a poesia dos beatniks americanos, a obra poética da chamada "geração-mimeógrafo" rompeu os limites acadêmicos e ganhou as ruas: seus poemas apareciam em folhetos, em fotocópias, em pôsteres, em postais e até em grafites pichados em muros e paredes. Os grandes nomes dessa geração foram Chacal, Charles, Cacaso, Geraldo Carneiro, Ana Cristina César, Roberto Piva, Cláudio Willer e Wally Salomão, autor do clássico "udigride" "Me Segura Qu'Eu Vou Dar um Troço", lançado em 1972.

Ao publicar revistas, jornais e "jornalivros" como "Navilouca", "Flor do Mal", "Almanaque Biotônico Vitalidade" e "Bondinho", os poetas "marginais" também se colocaram na vanguarda do movimento que ficaria conhecido como "imprensa alternativa" ou "nanica", do qual o representante mais ilustre foi o semanário carioca "O Pasquim", feito por humoristas e intelectuais como Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes, Henfil e Paulo Francis. No "Pasquim", o jornalista Luís Carlos Maciel mantinha uma coluna na qual pregava o advento de "uma nova consciência" e divulgava as notícias do delirante "udigrude" brasileiro. O "braço pictórico" dessa rebelião conceitual se materializou na obra do pintor e escultor Hélio Oiticica, depois biografado por Wally Salomão (*no alto*). Os "parangolés" de Oiticica —"espetáculos" que profetizaram os eventos multimídia do pós-modernismo e tinham um "caráter tanto construído quanto desconstrutor"— foram a mais perfeita tradução da geléia geral com a qual os rebeldes e malditos dos anos 70 tentaram azedar o humor e "azarar" as mentes dos censores, dos militares, dos caretas e de quem mais não estivesse na deles. Era o desembarque dos bichos depois do dilúvio universal.



TV: A Aldeia Global

O general Emílio Garrastazu Médici deu poucas declarações durante seu governo, mas, todas as vezes em que o fez, disse coisas memoráveis. Em 22 de março de 1973, por exemplo, comentou: "Sinto-me feliz todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho". De certo modo, Médici tinha razão. Qualquer pessoa medianamente informada que assistisse ao "jornal" nos primeiros anos da década de 70 teria a nítida impressão de que não só o presidente, mas a própria imprensa brasileira tinham sido submetidos a um tratamento à base de sedativos —a ponto de estar quase lobotomizados.

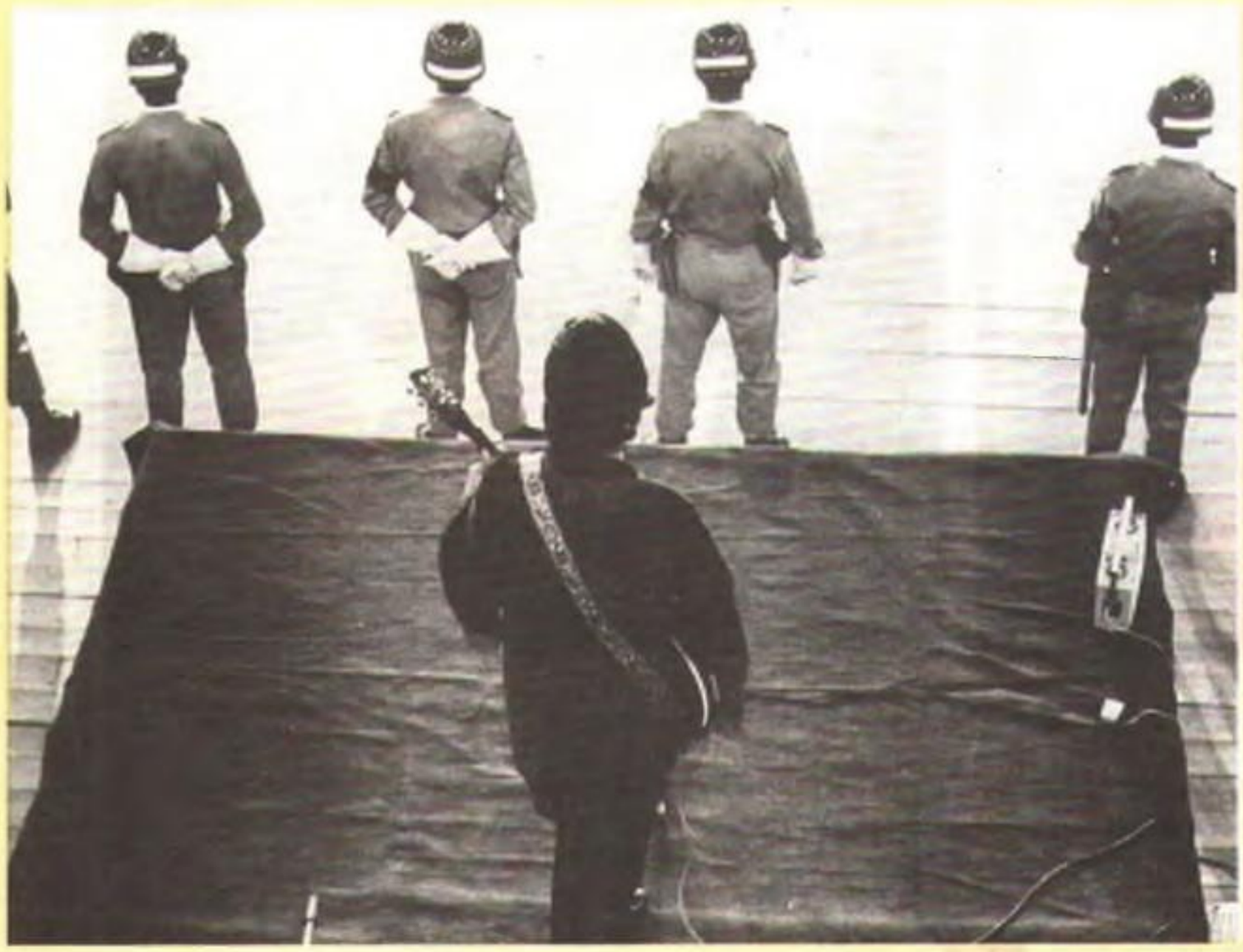
A censura era total (*leia na próxima página*): só as "boas" notícias podiam ser divulgadas. O "jornal" a que Médici se referia era, evidentemente, o "Jornal Nacional", veiculado pela Rede Globo. O "JN" fora ao ar pela primeira vez no dia 1º de setembro de 1969. Depois de anunciar que, naquele momento, inaugurava-se "um serviço de notícias integrando um Brasil novo", o apresentador Hilton Gomes noticiou que o então presidente Costa e Silva, adoentado, acabara de ser substituído por uma junta militar. Era o início da escalada repressiva, que coincidiria com o começo da supremacia absoluta do "JN", já que, quatro meses mais tarde, no último dia de 1969, silenciariam-se os clarins e tambores que, durante anos, primeiro no rádio e depois na TV, marcavam o início do "Repórter Esso".

Pouco tempo depois, já apresentado por Cid Moreira e por Sérgio Chapelin —que, de certa forma, se tornariam símbolos desse "novo Brasil"—, o "JN" se transformaria não só na mais completa tradução do projeto de "integração nacional", tão desejado pelos generais Médici e Geisel, mas também numa espécie de porta-voz eletrônico do regime militar. Mas não foi apenas o visual "clean" e colorido dos apresentadores do "JN" e seu jornalismo subserviente que ajudaram a TV Globo a definir o chamado "padrão Globo de qualidade", que a tornaria a quarta maior rede de TV do mundo. No núcleo de produção da emissora nasceram algumas das melhores telenovelas já rodadas no planeta. Elas não só transformaram o Brasil numa espécie de aldeia global como viraram sucesso mundial em latitudes tão distintas quanto Cuba e China, Portugal ou Rússia (*leia abaixo*).

Ainda assim, nada do que a TV brasileira jamais produziu —nem os festivais de música, os programas da Jovem Guarda ou os comerciais "pós-modernos" premiados em Cannes— foi mais tropicalista, antropofágico e macunaímico do que o animador de auditório conhecido como Chacrinha (*à esquerda*). José Abelardo Barbosa de Medeiros, o "velho guerreiro" e "velho palhaço", o homem que balançava a pança e buzinava a moça e, em vez de biscoito fino, oferecia bacalhau para a massa, foi também o profeta que descobriu que "quem não comunica se trumbica". Chacrinha desvendou o papel da TV como o circo eletrônico no qual os palhaços eventualmente somos todos nós. Ao morrer em 1988, aos 80 anos, deixou o Brasil mais triste e mais tolo. Oito anos depois, em outra espécie de sinal dos tempos, o apresentador Cid Moreira daria seu "boa-noite" final a uma multidão de telespectadores, despedindo-se de vez do "Jornal Nacional". Ele e Sérgio Chapelin foram substituídos por William Bonner e Lilian Witte Fibbe, numa tentativa de deixar o "Jornal Nacional" mais próximo da realidade.

Ser tropicalista é ver o "Direito de Nascer", disse Caetano Veloso no alvorecer do movimento. Além de antecipar o que se tornaria uma febre nacional, Caetano estava profetizando também o culto à TV trash, já que "O Direito de Nascer", levada ao ar em 1964 pela TV Tupi, embora fosse a primeira telenovela de sucesso nacional, era também um rematado dramalhão no estilo mexicano. Inspiradas na fórmula descoberta pelos folhetins do século 19, as telenovelas brasileiras se tornariam coqueluche nacional e, em pouco tempo, encontrariam novas receitas, mais picantes e dinâmicas. A renovação, inaugurada com "Antônio Maria", em 1968, se solidificou no mesmo ano com "Beto Rockfeller", dirigida por Lima Duarte (à direita, Plínio Marcos e Luís Gustavo em ação num dos 300 capítulos).

Nos anos 70, a TV Globo irrompe avassaladoramente em cena produzindo novelas que (literalmente) pararam a nação: "Irmãos Coragem", "Selva de Pedra", "O Bem Amado", "Gabriela", "Estúpido Cupido" (conta mais, danadinha), "Saramandaia", "O Astro" (quem matou Salomão Ayala?), "Dancin' Days" (que deflagrou a febre das discotecas), "Roque Santeiro" (proibida pela censura), consagrando atores como Tarcísio Meira e Glória Menezes, Francisco Cuoco e Regina Duarte e autores como Janete Clair, Dias Gomes, Benedito Ruy Barbosa e Gilberto Braga, que escreveu "Vale Tudo" (quem matou Odete Roitman?), novela com música de Cazuza e trama na qual o mal compensa e o vilão se dá bem, fugindo cheio da grana do Brasil. "Vale Tudo" foi ao ar em 1989, ano da eleição de Fernando Collor.



É Permitido Proibir

Foi uma época de obscurantismo tão medieval que, sendo parte do passado, hoje pode parecer cômica. E seria mesmo se, antes, não tivesse sido trágica. Inaugurada oficialmente com o decreto-lei 1.077, de janeiro de 1970, proibindo obras que "obedeciam a um plano subversivo para pôr em risco a segurança nacional", a censura imposta pelo regime militar se iniciara de fato a partir da promulgação da Lei de Imprensa de 1967, do AI-5 em 1968 e da nova Lei de Segurança Nacional, de 1969. A partir delas, a presença dos censores nas redações dos principais jornais, revistas e TVs tornou-se fato corriqueiro, e a lista de assuntos "proibidos" progressivamente abrangente. Os "bilhetinhos" dos censores eram diários. Um deles dizia: "Fica proibida a divulgação em matéria de qualquer natureza, inclusive tradução e transcrição, referência ou comentários sobre publicação em jornais e revistas estrangeiras de matérias abordando temas ofensivos ao Brasil —assinado, Agente Benigno".

Os "lembretes" também eram enviados pelos agentes "Dario", "Hugo" e "Stenio" da vida. A imprensa publicava receitas culinárias e poemas no lugar dos textos censurados. Os jornais mais atingidos foram os da imprensa alternativa —chamada de "nanica"—, como "O Pasquim", "Opinião" e "Coojornal". Entre 1973 e 1978, só a TV Globo, por exemplo, recebeu 270 ordens de censura —a maioria por telefone. Uma delas chegou a vetar a divulgação de uma reportagem sobre um surto de meningite, na qual o alerta à população fora feito pelo próprio ministro da Saúde.

O delírio inquisitorial da censura de então, atualmente reunido na sede do Arquivo Nacional em Brasília, parecia não ter fim —nem critérios. Os 600 metros de documentos produzidos pela Divisão de Censura de Diversões Públicas revelam um anedotário funesto sobre o festival de besteiras que assolou o país. Entre os livros proibidos, por exemplo, figuravam "Minha Luta", de Adolf Hitler, "O Machão", de Harold Robbins, e o "Relatório Hite", além de ensaios do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Na TV, a novela "Roque Santeiro", de Dias Gomes, foi proibida dias antes de ir ao ar. "Selva de Pedra" foi toda podada e "O Casarão" (exibida em época de eleições) enquadrada na Lei Falcão, que regulamentava a propaganda eleitoral —para a censura, a novela tinha mensagens subjetivas de apoio a candidatos.

A lei recebera esse nome por ter sido promulgada por Armando Falcão, um dos ministros da Justiça que mais emitiu vetos. Falcão proibiu que o balé russo Bolshoi se apresentasse no país, além de vetar a publicação de livros da URSS, inclusive clássicos como Dostoievski e Tolstoi. Alfredo Buzaid e Luís Antônio da Gama Filho —antecessores de Falcão no cargo— também têm lugar reservado na lista de ministros infames da história do Brasil. Diferentemente de Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler —que, quando ouvia falar em cultura, tinha ganas de "empunhar o revólver"—, Falcão e sua turma sacavam a tesoura. A eles deve se juntar Flávio Suplicy de Lacerda, ministro da Educação de Castelo Branco, que, quando reitor da Universidade do Paraná, mandara arrancar páginas que considerava "obscenas" das obras de Eça de Queirós e Émile Zola, além de proibir livros de Jorge Amado, Graciliano Ramos e Jean-Paul Sartre.

A censura não se restringiu à palavra escrita. No teatro, dezenas de peças foram vetadas, entre elas "Roda Viva", de Chico Buarque, pela "aplicação dos mais comezinhos princípios do comunismo". Na música popular, Chico se tornou a "vítima" favorita dos censores: a simples presença de seu nome nos créditos de uma canção era uma espécie de senha para a tesoura entrar em ação (tanto que ele passou a compor sob o pseudônimo de Julinho da Adelaide). Mas foi no cinema que se deram os casos mais patéticos. Entre inúmeros filmes, clássicos como "Roma de Fellini" e "O Último Tango em Paris" foram proibidos. "O Último Tango" acabou sendo liberado depois que se soube que o filho de um ministro, menor de idade, assistira ao filme numa sessão privada, em Brasília.

"A Laranja Mecânica", de Stanley Kubrick, também foi liberado, mas com ridículas bolinhas cobrindo a genitália de personagens nus (como os personagens se movimentavam, as bolinhas às vezes erravam o alvo, para delírio da platéia). Um comunicado do diretor da Polícia Federal, Waldemar dos Santos, assegurava que os filmes de kung-fu eram "portadores de mensagens subjetivas que podem predispor os jovens a identificar-se com a violência da ideologia proposta por Mao Tse-tung". Quando a censura arrefeceu, a direita radical recorreu a bombas, como a que explodiu na livraria Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, em 1968 (*acima, à direita*) contra as bancas que vendiam jornais da imprensa "nanica". Após o fim do regime militar, o filme "Je Vous Salue Marie", de Godard, foi proibido pelo governo de José Sarney, por pressão da CNBB. A censura acabou oficialmente com a promulgação da Constituição de 1988.

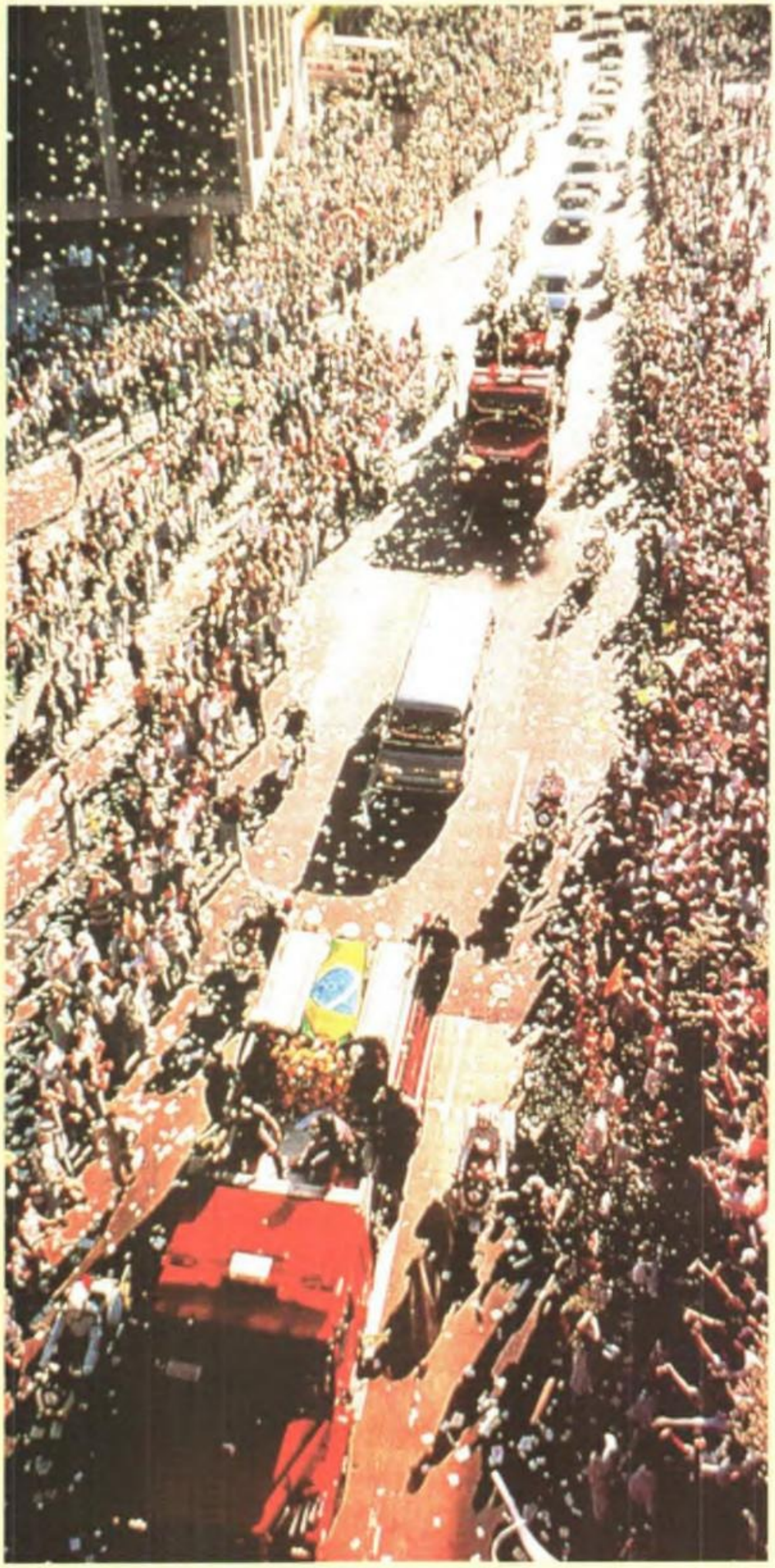
Das Diretas a Sarney

Depois de dez anos impedida de realizar passeatas ou participar de comícios, boa parte da população urbana do Brasil saiu às ruas para promover, em abril de 1984 e em abril do ano seguinte, enormes manifestações populares, comoventes e intensas, que trouxeram a história de volta às praças e avenidas do país. Ironicamente, os dois movimentos teriam a marca da frustração. No dia 10 de abril de 1984, cerca de 1 milhão de pessoas participaram de um comício monstro na praça da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, para clamar por eleições diretas para a Presidência da República. No dia 16 seguinte, no vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, outro comício, em tudo similar ao do Rio de Janeiro, se revelou a ponta mais reluzente do iceberg da campanha pelas diretas-já, que agitou o país no verão–outono de 1984. Embora os anseios da campanha (e da absoluta maioria da população urbana do Brasil) fossem frustrados pela votação da Câmara dos Deputados (onde faltaram 22 votos para a aprovação da emenda que estabelecia eleições diretas para presidente), tais manifestações virtualmente marcaram o fim do regime militar.

Onze meses após a derrota da emenda, o Brasil teria seu primeiro presidente civil em mais de 20 anos. Eleito pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves recebeu 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf. Desgraçadamente, um dia antes da posse, prevista para 15 de março, Tancredo foi internado devido a um tumor no intestino. Durante 37 dias, o país viveria horas inesgotáveis de aflição e suspense, refém de boletins médicos fantasiosos, até que em 21 de abril —Dia de Tiradentes— Tancredo foi declarado morto. Então, as ruas do Brasil, especialmente as de São Paulo (*foto à direita*), Belo Horizonte e São João del Rei, voltariam a ser tomadas por multidões, saudando, entre lágrimas e desmaios, o presidente que não foi e, mais ainda, o presidente que poderia ter sido.

Com a morte de Tancredo, tornou-se presidente o vice José Sarney, que já ocupava o cargo interinamente desde 15 de março. Sarney deu início à redemocratização do país, que se configurou com uma nova Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988. Graças à nova Carta, Sarney acabou permanecendo cinco anos no poder, prolongando em um ano o que, para muitos, era só um período de transição entre a ditadura (à qual Sarney estivera vinculado) e a democracia plena. Por algum tempo, Sarney quase se tornou um herói popular por causa do seu Plano Cruzado, o plano econômico que congelou os preços e elevou brutalmente o consumo de leite, carne, cerveja, produtos eletroeletrônicos, discos, livros e carros no país. Mas o plano acabou naufragando (até pelo aumento desenfreado do consumo) e frustrando a atuação dos "fiscais do Sarney" —como eram chamados os cidadãos que pretendiam conferir se os preços estavam de fato congelados, num dos únicos exercícios de cidadania já levados a cabo no país.

Sarney não se envolveu nas eleições para seu sucessor. De todo modo, o Brasil teria de esperar até o último mês do último ano da década de 80 antes de, enfim, eleger por voto direto seu primeiro presidente em quase 30 anos (o último fora Jânio Quadros, eleito em 1961). Em dezembro de 1989, após uma campanha acirrada e votação equilibrada, o país saía de fato dos anos de chumbo (já muito desgastados) para mergulhar nos anos de lama da era Collor.



A Campanha pelas Diretas-Já

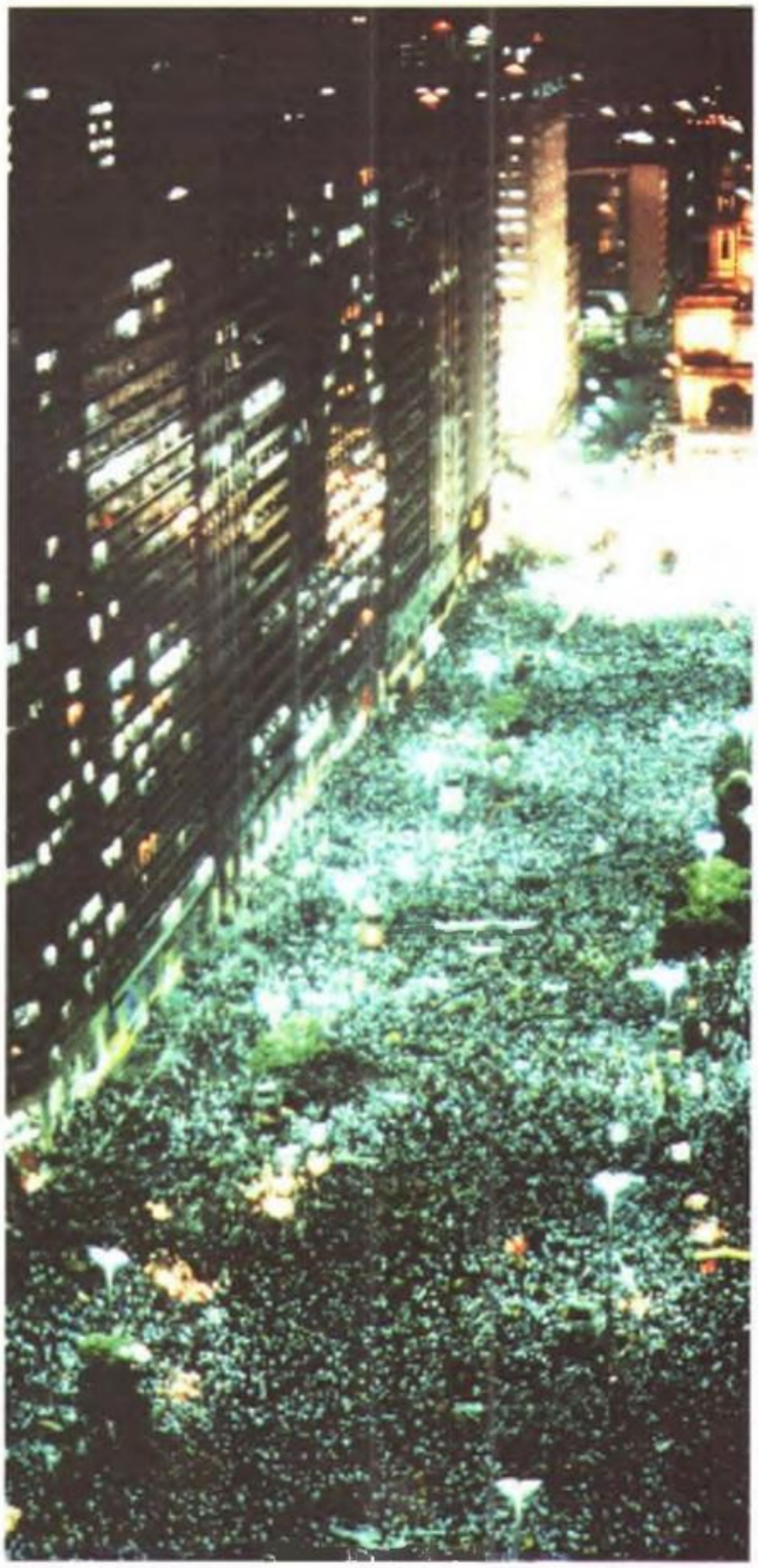
Foram as maiores manifestações públicas da história do Brasil. Nos dias 10 e 16 de abril de 1984, cerca de 1 milhão de pessoas se concentraram primeiro na praça da Candelária, no Rio de Janeiro (*à direita*), e depois no vale do Anhangabaú, em São Paulo, dispostas a derrubar o legado mais claro da ditadura militar e exigir eleições diretas para a Presidência da República. Esses comícios monstro foram o apogeu de um movimento nacional que começara dois anos antes, por iniciativa de um novo partido, o dos Trabalhadores (PT). Fundado em 1980, após a reforma partidária que acabou com a Arena e o MDB, o PT estava acostumado a desafiar a ditadura: dirigentes sindicais da região do ABC paulista (onde surgira o embrião do partido) tinham organizado greves progressivamente ruidosas e bem-sucedidas, desde 1975.

Mal o PT lançou a campanha pelas diretas-já, o PMDB não só se uniu a ela como faltou pouco para se apoderar de tal bandeira. Tanto é que seu presidente, Ulysses Guimarães, ficaria conhecido como Sr. Diretas (*leia abaixo*). O governador de São Paulo, Franco Montoro, também do PMDB, não apenas acolheu o movimento como, ao marcar um comício para 25 de janeiro de 1984 (feriado em São Paulo), foi responsável pela primeira grande manifestação pelas diretas-já, que reuniu 300 mil pessoas na praça da Sé (onde a Marcha da Família avalizara o golpe militar de 64, duas décadas antes). A partir de então, e especialmente após os comícios do Anhangabaú e da Candelária (apoiado pelo governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, do PDT), todo o Brasil se engajou na campanha, com grandes manifestações no Rio Grande do Sul e em Minas (onde o governador Tancredo Neves também apoiava as diretas).

Mas uma coisa eram os devaneios populares e os anseios oposicionistas. Outra, bem diferente, eram as amarras constitucionais que impediam eleições diretas. Para que o presidente do Brasil fosse eleito por voto popular, era preciso modificar a Constituição. Para modificá-la, era necessário obter o voto de dois terços do Congresso. E o Congresso, desde as artimanhas do Pacote de Abril de 1977, era dominado pelo PDS. O deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, propusera emenda constitucional que introduzia eleições diretas. No dia 25 de abril de 1984, sob grande comoção e com o Congresso cercado pela PM, a emenda foi votada. Obteve 298 votos dos 479 congressistas, contando com várias e inesperadas adesões do PDS, mas precisava de 320 para ser aprovada. Depois de promover intensas e comoventes manifestações de rua, o Brasil civil foi derrotado por 22 votos.

Porém, o clamor cívico das diretas revelara um novo país: o Brasil da força sindical, das multidões participantes e da imprensa atuante. A posição independente do jornal **Folha de S.Paulo**, que apoiou abertamente a campanha, ajudou a torná-lo o principal diário brasileiro nos anos 80 e 90. Após a ressaca pela derrota das diretas, iniciaram-se as articulações para a escolha do sucessor de Figueiredo, que seria feita no Colégio Eleitoral.

O PDS tinha dois candidatos: o vice-presidente Aureliano Chaves e o coronel Mário Andreazza. Andreazza era o favorito dos militares, mas ambos foram atropelados por Paulo Maluf. Aureliano retirou a candidatura e se uniu a um novo partido, o PFL, que lançou José Sarney, ex-presidente do PDS, para vice de Tancredo Neves, candidato do PMDB. E, assim, Tancredo e Sarney foram para o Colégio Eleitoral enfrentar Paulo Maluf.



Uma das figuras mais emblemáticas da campanha pelas diretas-já foi o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães (à esquerda), *tanto que se tornou conhecido como Sr. Diretas. Como Tancredo Neves, de quem fora ministro da Indústria durante o breve regime parlamentarista, em 1961, Ulysses Guimarães (1916-1992) possuía qualidades raras no mundo político: era digno, honesto e equilibrado e sempre soube ser magnânimo. Advogado formado pela USP, foi líder da União Nacional dos Estudantes em 1940. Deputado federal em todas as legislaturas desde 1950, foi presidente da Câmara de 1956 a 1958, como membro da Ala Moça (jovem) do PSD. Após o golpe de 1964, manteve-se na Câmara, iniciando sua permanente oposição ao regime militar.*

Em 1966, Ulysses se filiou ao MDB, do qual se tornou vice-presidente. Em 1974, decidiu "concorrer" à Presidência da República, lançando-se como "anticandidato" em contraposição ao candidato dos militares, general Ernesto Geisel. Foi uma corajosa denúncia do regime autoritário. Em 1987, Ulysses foi presidente do Congresso Nacional Constituinte, que votou a Constituição de 1988 (que proibia a reeleição). Em 1989, foi candidato do PMDB à Presidência, mas o partido já estava desgastado e o próprio Ulysses, então com 73 anos, parecia um homem cansado. Em 1991, deixou a presidência do PMDB, sendo substituído por Orestes Quércia. Em outubro de 1992, sua morte, num acidente aéreo, comoveu o país.

O Surgimento do PT

A Nova Lei Orgânica dos Partidos, aprovada em dezembro de 1979 numa das últimas artimanhas do general Golbery do Couto e Silva, extinguiu o bipartidarismo no Brasil e, ao acabar com a Arena e o MDB, abriu caminho, entre os escombros desses dois partidos mastodônticos, para o surgimento de várias novas siglas, entre as quais a mais inovadora foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Ao patrocinar o ressurgimento do pluripartidarismo, o verdadeiro objetivo do governo era acabar com o gigantismo do MDB. Os estrategistas do Planalto imaginavam que, além da Arena (rebatizada de PDS), não haveria no cenário político do país espaço para mais do que três partidos: um de centro, comandado por Tancredo Neves; outro populista, à sombra de Leonel Brizola; e o terceiro, agrupando alas mais radicais da esquerda em torno de Miguel Arraes.

Os cálculos falharam: o Partido Popular (PP) de Tancredo surgiu, mas jamais teve força. Brizola perdeu a sigla PTB para Ivete Vargas e teve de criar o PDT, enquanto o recém-criado PMDB manteve muito da estrutura do antigo MDB. Tida como "uma infâmia" por seu presidente, Ulysses Guimarães, a extinção do MDB seria saudada pelo ministro da Justiça, Petrônio Portella, como "o arquivamento da camisa-de-força do bipartidarismo" e o início efetivo da redemocratização. De qualquer maneira, foi tal reforma que permitiu ao governo afastar o fantasma do desastre nas eleições diretas para governador, convocadas pelo presidente Figueiredo em 1980 e realizadas em 1982. Mesmo após o fim do bipartidarismo, quase tudo permaneceria como dantes no quartel de Abrantes, não fosse o surgimento e o surpreendente crescimento do PT.

O PT nasceu fraco e menosprezado, numa mesa de um restaurante frango-com-polenta, em 1980, em São Bernardo do Campo (SP). Era a ponta-de-lança do movimento sindicalista na região do ABC, que desafiara o governo militar ao deflagrar, em 1978 e 1979, greves gerais nas quais mais de 300 mil metalúrgicos cruzaram os braços. Aos operários da indústria automobilística juntaram-se intelectuais de esquerda, as comunidades eclesiais de base, a Pastoral da Terra e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Tendo como palavras de ordem autogestão e democracia social, o PT cresceria brutalmente sob a liderança de seu presidente, Luís Inácio Lula da Silva, líder dos sindicalistas do ABC. A consagração definitiva de Lula e do PT se daria em 1989, quando, pela primeira vez na história do Brasil, um operário —o próprio Lula, é claro— disputou a Presidência da República. Lula não ganhou (assim como voltaria a perder em 1994), mas seu desempenho eleitoral foi um dos fenômenos mais surpreendentes dos anais da política brasileira.

Na verdade, a biografia de Lula teima em contrariar o destino. Nascido em 27 de outubro de 1945, em Garanhuns, nos cafundós do sertão de Pernambuco, sétimo de 18 filhos dos lavradores Eurídice e Aristides da Silva, Lula mudou-se com a família para São Paulo aos 7 anos. Aos 15, empregou-se como metalúrgico. Em 1969 foi eleito diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no qual chegou à presidência em 1975. Foi várias vezes preso com base na Lei de Segurança Nacional e destituído do cargo de presidente de seu sindicato. Mas em 1986 elegeu-se deputado federal constituinte com 650 mil votos, a maior votação do país. Após as duas derrotas nas disputas presidenciais (para Fernando Collor em 1989 e para Fernando Henrique Cardoso em 1994), Lula não voltou ao trabalho, vive numa casa emprestada e ocupa o cargo de presidente de honra do PT. Em 1997, foi acusado —sem que nada se provasse— de solicitar que certa empresa fosse favorecida por prefeituras ocupadas pelo PT. Aglutinando as principais tendências de esquerda do país, o PT se debate entre os delírios de sua ala radical e as alianças propostas pela ala moderada.

HERÓI DA CLASSE OPERÁRIA

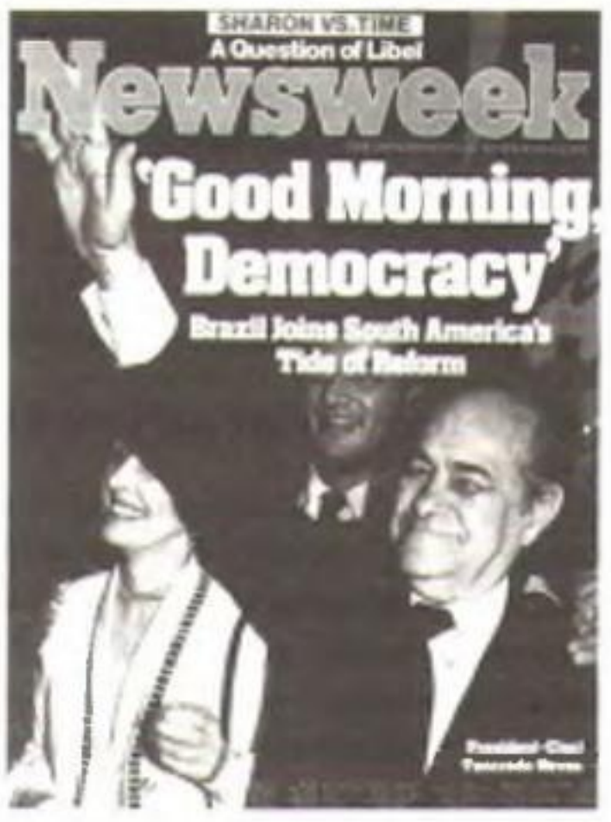
Dos confins de Pernambuco às páginas da revista "Time" (acima), *Lula adquiriu notoriedade ao comandar as greves de metalúrgicos do ABC paulista, no final dos anos 70, ainda sob a ditadura militar. Ajudou a construir o PT e tornou-se um símbolo do movimento operário no Brasil.*

O Presidente que Não Foi

Tancredo de Almeida Neves integrava a especialíssima linhagem de políticos cujas ações não só ajudaram a tornar viáveis as transformações do Brasil nas últimas décadas como, com suas frequentes demonstrações de maleabilidade e guinadas estratégicas (eventualmente oportunistas), permitiram desvendar o caráter sinuoso dos meandros da política. Disposto a retroceder sobre os próprios passos, aliar-se com os inimigos, perdoá-los e esquecer suas ofensas, Tancredo foi o típico político mineiro. Calado sempre que possível, reticente quando necessário, corajoso em momentos-chave, tornou-se especialista em caminhar no fio da navalha. Tais habilidades de malabarismo político não o impediram de ser eventualmente forçado a descer do muro —ora à esquerda, ora à direita. Depois de ir às ruas pedindo eleições diretas-já, rendeu-se às evidências de que o período mais nebuloso da vida pública brasileira estava atrelado ao "entulho autoritário" e candidatou-se à Presidência da República em pleito indireto.

Em 1985, aos 75 anos, seria eleito presidente, mas morreria antes da posse. Tragédia de tal proporção levou Tancredo ao patamar reservado aos mártires nacionais —e impediu que sua vida e obra fossem analisadas sob o ângulo frio dos fatos concretos. Mais do que se tornar o presidente que não foi, Tancredo Neves passou à história como o presidente que poderia ter sido —no sentido ideal da expressão.

Descendente de açorianos, Tancredo nasceu em 4 de março de 1910 em São João del Rei (MG), quinto dos 12 filhos de Francisco Neves e Antonina de Almeida. O pai, vereador, morreu aos 48 anos, mas inoculou no filho o gosto pela política. Em 1932, Tancredo tornou-se advogado. Três anos depois, elegeu-se vereador pelo Partido Progressista.



Com o golpe do Estado Novo, em 1937, Tancredo perdeu o mandato. Em 1945, com a queda da ditadura, novos ventos o levaram ao Partido Social Democrata (PSD). Elegeu-se deputado em 1946 e apoiou a candidatura de Dutra à Presidência. Em 1953, tornou-se ministro da Justiça de Vargas (que o cassara 15 anos antes). Foi ignorado pela "República do Galeão", que investigou por si o atentado a Lacerda, e assistiu da ante-sala do poder ao dramático desfecho da madrugada de 24 de agosto de 1954, quando Getúlio deixou "a vida para entrar na história". Depois de atacar duramente o novo governo de Café Filho, Tancredo foi um dos maiores articuladores da campanha de JK, de quem se tornou conselheiro.

Em 1961, quando a turbulência de um golpe de Estado já se desenhava nos céus do país, Tancredo foi encarregado de negociar com João Goulart as condições para que os militares aceitassem a posse do vice-presidente após a renúncia de Jânio Quadros. Graças ao êxito da missão, assumiu como primeiro-ministro do governo parlamentarista. Quando o governo Goulart começou a pender para a esquerda, Tancredo se demitiu. Mas o golpe era página já escrita e, quando ele explodiu, Tancredo se manteve no posto de deputado federal. Da trincheira do MDB, equilibrou com rara eficiência papéis antagônicos como a negociação com o governo e a oposição a um regime militar de ferocidade crescente, função que o fez manter-se calado inúmeras vezes e o impediu de ser cassado. Senador em 1978, aliou-se ao seu inimigo histórico Magalhães Pinto para formar o PP, que se fundiu com o PMDB quando Tancredo se tornou, junto com Ulysses Guimarães, uma das principais figuras da campanha das diretas e "candidato natural" à Presidência da República, ainda que por caminhos indiretos.

Eleição e Agonia de Tancredo

Os brasileiros despertaram cedo naquele 15 de março de 1985, agitados com a saudável expectativa de assistir à posse de um presidente eleito —ainda que indiretamente. Acabaram tendo uma desagradável surpresa ao ligar a TV e assistir à posse de José Sarney, um vice que parecia ter entrado na chapa como mero complemento. Aquela altura, Tancredo Neves embarcava numa viagem sem volta num leito do Hospital de Base, em Brasília.

Internado às pressas, estava destinado a jamais assumir a condição de ocupante do Palácio do Planalto. As dores se manifestavam havia vários meses, mas, apesar da insistência de sua mulher, Risoleta, e de amigos e assessores mais próximos, Tancredo estava decidido a levar até o fim o papel de candidato viável —o que naquele momento significava alguém de perfil suficientemente liberal para canalizar as esperanças da retomada da democracia, e conservador bastante para não cutucar demais a moribunda ditadura militar.

Em 15 de janeiro de 1985, o Congresso elegeu Tancredo Neves como 34º presidente do Brasil, conferindo-lhe 480 votos, contra os 180 dados a Paulo Salim Maluf *(acima)*. A herança do regime militar incluía a maior inflação da história, uma dívida de US$ 100 bilhões e uma lista de incontáveis escândalos financeiros. Tancredo carregava o sonho dos brasileiros de ver o país ingressar num período de liberdades políticas, transparência da administração pública e crescimento econômico sustentável.

O sonho de Tancredo de conduzir o processo, no entanto, não chegou a se concretizar. Em 13 de março, a dois dias da posse, submetido a exames, foi informado pelos médicos da existência de um processo infeccioso agudo no abdome. Precisava ser operado com urgência. "Os senhores precisam saber que até o dia 17, às 5 horas da tarde, eu não posso me submeter a essa cirurgia", disse taxativamente. Para o dia e horário citados, estava marcada a primeira reunião ministerial do novo governo. A partir dali, imaginava, sua internação já não provocaria turbulências graves e os militares não interviriam no processo de redemocratização.

Na noite do dia 14, o quadro clínico indicava possibilidade de parada cardíaca, parada respiratória e morte. Mesmo alertado dos riscos, Tancredo Neves só concordou em ir ao hospital para tomar soro. Foi o truque encontrado pelos médicos para interná-lo. Começava a longa agonia de Tancredo e de todos os brasileiros.

Enquanto se iniciava a cirurgia, numa sala reservada do Hospital de Base alguns dos caciques da "Nova República", entre os quais os novos ministros Marco Maciel, Aureliano Chaves, Leônidas Pires Gonçalves e Affonso Camargo e o senador Fernando Henrique Cardoso decidiam que era preciso preparar com rapidez a posse do vice-presidente eleito José Sarney. Havia temores de que a linha dura não aceitasse a posse de Sarney e aproveitasse o pretexto para criar nova crise institucional de consequências realmente imprevisíveis.

O MARTÍRIO

Embora os médicos se referissem a um "divertículo de Meckel", o que Tancredo Neves de fato tinha era um tumor no abdome. Para oferecer ao país um quadro otimista, médicos e assessores mentiram durante um mês para toda a nação. "O presidente andou pelo quarto, fez exercícios respiratórios. Está sem febre e acabou o risco de complicações respiratórias", bradava o primeiro comunicado oficial, dando o tom de falsa esperança que se reproduziria a partir daí. O coordenador da junta médica formada para acompanhar o caso, Henrique Walter Pinotti (que se denominava "professor doutor"), não revelou à família as reais condições de Tancredo. Além de Pinotti, outro personagem que adquiriu notoriedade nacional durante a agonia de Tancredo foi o jornalista Antônio Britto (que depois ingressaria na carreira política, tornando-se governador do Rio Grande do Sul em 94). Britto (abaixo)*, convidado para ocupar a Secretaria de Imprensa no novo governo, acabou se tornando o porta-voz do calvário. Em 25 de março, Tancredo teve uma gravíssima hemorragia interna. No dia seguinte, foi levado para o Instituto do Coração, em São Paulo, onde lutaria contra a morte por quase um mês. Ao todo, o presidente foi submetido a sete cirurgias. Na noite de 21 de abril —dia do mártir Tiradentes—, as TVs de todo o país interromperam sua programação para mais um boletim de Britto. Seria o último. A frase "lamento informar" e a expressão grave do porta-voz prepararam o país para a tragédia: Tancredo estava morto. A comoção causada pela agonia, morte e funeral de Tancredo pode ser comparada à emoção suscitada pelo suicídio de Vargas, 31 anos antes. E, assim que morreu Neves, o país, liberto do transe, passou a perguntar em uníssono: "E agora, José?"*

Filho de libaneses, Paulo Salim Maluf nasceu em São Paulo em setembro de 1931. Amigo do presidente Costa e Silva, entrou na política pela porta dos fundos em 1969, ao ser nomeado prefeito de São Paulo. Dez anos depois, tornou-se governador, também por eleição indireta. Foi então que desafiou pela primeira vez o regime que o criara: os militares preferiam Laudo Natel para o cargo, mas Maluf conseguiu impor seu nome. Em 1982, elegeu-se deputado federal com 673 mil votos e sentiu-se pronto para concorrer à Presidência pelo voto indireto do Colégio Eleitoral.

Sua candidatura mudou os rumos da eleição e da história do Brasil. Sem Maluf, talvez Mário Andreazza fosse eleito. Mais: foi por causa dele que Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Sarney, que haviam sido contra as diretas-já, romperam com o PDS, formaram o PFL e se aliaram ao PMDB, impondo o nome de Sarney como vice de Tancredo e, com tal base parlamentar, vencendo as eleições no Colégio.

Todo o Poder a Sarney

Ao assumir o poder, em 15 de março de 1985, como presidente em exercício, o maranhense José Sarney o fez em meio a uma tragédia nacional e numa situação politicamente precária. Escolhido para integrar a chapa de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral como candidato a vice-presidente, Sarney era um oposicionista de ocasião cuja indicação fora, na melhor das hipóteses, engolida pelo PMDB, que, para compor a Aliança Democrática, precisou dessa aproximação com o homem que havia sido presidente da Arena e do PDS.

Sarney estava longe de ser o candidato dos sonhos dos brasileiros e poderia ter passado despercebido ao longo dos quatro anos de mandato, não tivesse Tancredo morrido sem chegar a assumir a Presidência. Ao deixar o governo em 15 de março de 1990, porém, José Sarney entrara para a história como o presidente da redemocratização, o homem que havia legado ao país uma nova Constituição e provocado imensa mobilização nacional em torno de um pacote econômico, o Plano Cruzado. Graças a astuciosas manobras na Constituinte, Sarney também prolongara seu mandato em um ano, permanecendo cinco na chefia da nação.

Era um sonho que poucos anos antes nem ele próprio seria capaz de imaginar, embora, desde cedo, estivesse ligado à política. José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro, no Maranhão, em 1930. Entrou na vida pública pelas mãos do "coronel" Vitorino Freire, "dono" da política maranhense, e do pai, José Sarney Costa, de quem adotou legalmente o nome, já que, no início da carreira, só era chamado de "Zé do Sarney".

Formado em direito, foi eleito quarto suplente de deputado federal pelo PSD em 1954. Quatro anos depois, rompeu com o "vitorinismo" e trocou o PSD pela UDN. Passou a fazer parte da chamada "bossa nova" da UDN e vinculou-se à candidatura vitoriosa de Jânio Quadros, eleito presidente em outubro de 1960.

Tidos como "filocomunistas" por seus adversários, os integrantes da "bossa nova" eram favoráveis aos projetos reformistas de Jânio Quadros. Após a renúncia do presidente, o grupo —com José Sarney à frente— apoiou a posse de João Goulart, o Plano Trienal e as reformas urbana, agrária e bancária. Dias antes do golpe de 1964, Sarney ocupou a tribuna da Câmara para declarar corajosamente que "um regime de opressão e de opróbrio jamais satisfaz o povo". Seria uma de suas últimas críticas à ditadura.

Sarney logo se transformou em um dos principais articuladores políticos do regime militar. Tornou-se protegido do presidente Castelo Branco, que apoiou ostensivamente sua candidatura ao governo do Maranhão, enviando o então coronel João Figueiredo para esse Estado a fim de persuadir aliados e alertar os inimigos. José Sarney foi eleito em março de 1966, e no seu governo se deu o chamado "milagre maranhense", um boom econômico no típico estilo do "Brasil Grande". Esse período marcou o início do "sarneísmo" no Maranhão.

Em 1971, Sarney elegeu-se senador. Ao longo do governo Geisel, a partir de 1974, defendeu a "distensão" e a abertura. Quatro anos depois foi acusado de ter-se apossado de milhares de hectares, aumentando a área da fazenda Maguari, que teria herdado do sogro. Em janeiro de 1979, foi feito presidente da Arena por indicação do presidente eleito (por voto indireto) João Figueiredo.

Inicialmente favorável à manutenção do bipartidarismo, José Sarney logo se adaptou às novas regras do jogo e foi um dos fundadores, o coordenador e primeiro presidente do PDS, do qual só sairia para formar com Tancredo Neves a vitoriosa Aliança Democrática. Apesar de sua ligação fisiológica e de sua inegável intimidade com o regime militar, o governo Sarney proporcionou avanços para a democracia no Brasil. Em maio de 1985 foi aprovada a eleição direta para a Presidência da República, e os partidos de esquerda passaram à legalidade. Na verdade, saíram da clandestinidade para a obscuridade ante a estrela do PT —e de Lula, levado, no imaginário das esquerdas brasileiras, ao papel desempenhado por Luís Carlos Prestes havia mais de 50 anos.

Filiado ao PMDB, Sarney e seu Plano Cruzado (lançado em fevereiro de 1986), foram os principais responsáveis pela monumental vitória do partido nas eleições de novembro de 1986, nas quais o PMDB elegeu os governadores de todos os Estados do país, exceto Sergipe. Mas a principal conquista de um governo que não venceu a inflação foi a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988 —o que marcou a retomada plena das liberdades civis.

Assim, Sarney acabou cumprindo a mais importante obrigação que se exigia dele: foi o último presidente a não ser eleito pelo voto direto e não influiu na sucessão. Seu sucessor, Fernando Collor de Mello, seria levado ao poder por 35 milhões de votos e pela soberana e incontestável vontade popular.

O Plano Cruzado

Apesar de suficientemente vacinados contra planos antiinflacionários milagrosos e fórmulas mágicas que lhes permitiriam dormir no Brasil e acordar na Suíça, os brasileiros tiveram motivos extras para acreditar que, daquela vez, seria diferente. Em 28 de fevereiro de 1986, o presidente José Sarney serviu-se de uma cadeia de rádio e televisão (*acima*) para anunciar ao país a mais radical mudança na economia nos últimos anos: o Plano Cruzado.

O combalido cruzeiro, privado dos três zeros inúteis que tinha à direita, foi substituído pelo cruzado, que nascia como a nova moeda "forte" nacional. Os preços e o câmbio foram congelados, o mesmo ocorrendo com os aluguéis; as prestações, que começaram a sofrer a chamada "deflação", eram calculadas por meio da "tablita". Os salários, é claro, foram igualmente congelados, mas só após terem sido reajustados pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. A livre negociação estava liberada, desde que os valores de eventuais aumentos não fossem repassados aos preços. Quando a inflação ultrapassasse os 20%, seria automaticamente disparado o "gatilho salarial", que reajustaria os salários nesse mesmo percentual.

Embora estivesse disposto a redemocratizar o país, Sarney lançou o plano na forma de um decreto-lei, impondo-o à sociedade de cima para baixo, sem discussões, como as medidas tomadas pelo regime militar. Ainda assim, o plano pareceu satisfazer os anseios da população por uma maior participação nos destinos do país. Tanto é que, servindo-se amplamente do bordão "brasileiras e brasileiros", o presidente conseguiu convencer o povo a se engajar na cruzada econômica, a ponto de logo surgir a figura dos "fiscais do Sarney". Era comum se assistir, com ampla divulgação da mídia, a cidadãos comuns, travestidos de xerifes do congelamento, fechando supermercados, ou mesmo dando voz de prisão a comerciantes dispostos a burlar a cruzada da moralidade dos preços. Por mais burlesca que acabasse se revelando, essa foi a primeira manifestação coletiva de defesa dos direitos do consumidor e de exercício pleno da cidadania ocorrida no Brasil

Mas, capitaneado pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e pelos economistas ligados ao PMDB que o urdiram em segredo, o Plano Cruzado logo começou a revelar sua fragilidade, fruto de seu desvínculo com a realidade efetiva dos números do Brasil. O congelamento, com a consequente corrida ao consumo, acarretou dois problemas: a queda na produção, que levou ao aumento excessivo das importações, provocando um preocupante desequilíbrio da balança comercial, e o surgimento do ágio, quantia cobrada "por fora" de quem quisesse ter acesso aos produtos escondidos pelo comércio e pela indústria na expectativa de uma eventual liberação dos preços.

O aspecto mais grave do fracasso do plano reside no fato de que, caso tivesse sofrido reajustes a tempo, ele poderia ter sido mais eficaz. Mas, disposto a lucrar com os dividendos políticos que a ilusão monetária provocara nas classes baixa e média, o governo recusou-se a fazer qualquer mudança real (o "Cruzadinho", lançado em 24 de julho de 1986, revelou-se um paliativo inútil) antes das eleições marcadas para novembro. Ao irem às urnas naquele mês, os "brasileiros e brasileiras" conferiram uma esmagadora vitória ao PMDB, ludibriados pelo pretenso sucesso do Cruzado, cujo real fracasso o governo se encarregou de esconder até garantir o êxito eleitoral. Passado o pleito, o aumento de tarifas e impostos ressuscitou o pesadelo da inflação. O Cruzado fora apenas nuvem passageira.

NO FIO DO BIGODE

Embora tenha alcançado elevados índices de popularidade durante o período em que o Plano Cruzado permitiu a muitos "pobres" beber leite e cerveja como nunca na vida, José Sarney chegara à Presidência por caminhos tortuosos e (duplamente) indiretos. Talvez por isso, talvez por sua ligação uterina com o regime militar, talvez por certos aspectos caricaturais de sua figura e de sua personalidade (o bigode peculiar, os jaquetões no estilo "safári", o discurso pomposo e vazio), Sarney tornou-se o alvo favorito de alguns intelectuais e jornalistas de língua e pena afiadas. Entre eles, destacam-se Paulo Francis e Millôr Fernandes. Para o primeiro, Sarney, ao visitar Nova York, cometeu um deslize imperdoável: alugou uma limusine branca. "Até a máfia já desistiu das limusines brancas por sabê-las jecas demais", escreveu Francis, que assegurou ter sentido "o cheiro de capim" um quarteirão antes de chegar ao hotel que hospedou a comitiva brasileira. Ao se dedicar à análise da obra literária de Sarney —dez livros, entre ensaios, contos e poesias, que o levaram a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1980, quando era presidente da Arena—, Millôr foi ainda mais devastador. Na verdade, Millôr concentrou-se em "Brejal dos Guajas" (sic), "uma obra-prima sem similar na literatura de todos os tempos, pois só um gênio poderia fazer um livro errado da primeira à última frase". Para Millôr, "em qualquer país civilizado 'Brejal dos Guajas' seria motivo para impeachment". Quando Sarney lançou o livro de poesias "Marimbondos de Fogo", o grupo Casseta & Planeta disse que a obra era parte da trilogia "completada por 'Marimbondos de Porre' e Marimbondos de Ressaca".

A Cultura nos Anos 80

Se tantas vezes o Brasil parece uma piada sem graça, por que não fazer de sua arte um chiste mordaz? Foi com o espírito da irreverência macunaímica, típica do país tropical abençoado por Deus, que a cultura brasileira —em fase definitivamente pop— deu boas-vindas aos anos 80. Descendente virtual do grupo teatral mais dissonante do país —o Asdrúbal Trouxe o Trombone, que desde 1974 mixou música e zombaria nos palcos da vida—, o grupo musical Blitz (*acima, à esquerda*) serviu chope e batata frita na mesa dos brasileiros a partir de setembro de 1982, com o lançamento do álbum "As Aventuras da Blitz". O humor da banda liderada por Evandro Mesquita, ex-integrante do Asdrúbal, foi responsável pela explosão do rock no Brasil. Quinze anos depois, o deboche da Blitz (que tinha nos vocais a futura diva da "dance music" nacional, Fernanda Abreu) seria o tempero utilizado pelo maior fenômeno de vendas da indústria fonográfica no país: os Mamonas Assassinas, que venderam 2 milhões de cópias de seu disco. Também nos anos 90, e com o mesmo bom humor, uma nova safra de bandas —Raimundos, Chico Science e Skank— redefiniria os caminhos do rock "brazuca", dando-lhe, enfim, um sotaque nacional.

Depois que a Jovem Guarda envelheceu e a MPB virou a principal voz musical da nação ao longo da década de 70, o rock só tinha conseguido voltar às paradas em 1980, com o humor descompromissado e carioca da Gang 90, precursora da "new wave" nacional, fundada por Júlio Barroso, poeta ligado ao movimento "udigrude" dos anos 70. A Blitz aproveitou a mesma onda e a propagou em escala muito maior com o sucesso "Você Não Soube me Amar". Mas foi com sotaque anglo-saxão e letras politizadas que o rock se estabeleceu de vez entre a moçada tupiniquim e se tornou o fato cultural mais significativo dos anos 80 no Brasil.

Tudo começou com roqueiros que moravam em Brasília —a cidade na qual o poder está tão próximo e tão longe: o reino do tédio para rebeldes com causa. Foi nas proximidades do Planalto que o Aborto Elétrico, grupo do vocalista Renato Russo, fez seu primeiro show, em janeiro de 1980. Cinco anos depois, a Legião Urbana do mesmo Renato lançaria seu primeiro disco, batizaria sua geração —Coca-Cola— e começaria a percorrer uma estrada de sucessos que só acabou em 1996, com a morte de seu fundador. Renato Manfredi Júnior, o Renato Russo (*acima, à direita, no alto*), foi o mais carismático letrista e vocalista de seu tempo. Divide tal posto e tal glória com o carioca Agenor de Miranda Araújo Neto, o Cazuza (*acima, à direita, abaixo*), líder da banda Barão Vermelho. Ambos injetaram poesia no rock. Ambos percorreram a estrada dos excessos em busca do palácio da sabedoria. Ambos fizeram o Brasil mostrar a sua cara com questões simples e diretas, como o rock deve ser e fazer: afinal, "Que país é este?" Ambos morreram no auge da fama, como convém a roqueiros rebeldes. Ambos vitimados pela Aids, o mal do fim do século que os dois cantaram.

Brincadeira no começo da década, o rock virou coisa séria quando passou a render milhões de cruzados: a adoção do Plano Cruzado, em 1986, deu o impulso definitivo à indústria do disco no Brasil. Embalado pelo sabor de sucesso de suas Louras Geladas, o RPM se tornaria o maior fenômeno comercial da geração Coca-Cola. O rock nacional emplacou um produto atrás do outro: Ultraje a Rigor, Titãs, Camisa de Vênus, Lobão. Até a maior estrela infantil do país em todos os tempos, a "rainha dos baixinhos" Xuxa, que estreou na TV Globo em junho de 1986, vendeu LPs aos milhões e desbancou Roberto Carlos do posto de maior vendedor de discos do país.

Se nos anos 80 o Brasil da Blitz, do Barão e da Legião e de seus amigos de Brasília Paralamas do Sucesso (que nos anos 90, em alto e bom som, chamaram os congressistas nacionais de "300 picaretas") foi mais roqueiro que qualquer outra coisa, isso se deu também pela deficiência de suas demais expressões artísticas, que ou não aproveitaram as benesses do cruzado ou mergulharam no mais puro comercialismo.

O cinema começou a década de 80 com grande perda: Glauber Rocha morreu em agosto de 1982. O profeta que criara a estética da fome não viveria para ver sua definição adquirir um sentido mais perverso: em 1987 a Embrafilme, criada pelo governo para subsidiar produções nacionais, foi desativada e o cinema nacional ficou à míngua. A era Collor deixaria as coisas ainda piores: as produtoras entraram no vermelho e os anos passaram em branco. O teatro, com exceções como as peças de Antunes Filho (que em 1978 dirigira "Macunaíma"), virou um desfile de estrelas globais. As artes plásticas se enclausuraram no circuito das galerias, leilões e vernissages. A indústria editorial faturou muito com o cruzado, mas, embora a década das letras tenha começado com o best seller "Feliz Ano Velho", de Marcelo Rubens Paiva, lançado em 1982, a literatura se manteve opaca.

Em um país que costuma se entender melhor pela piada, os gozadores de plantão prosperaram. Em 1988, ano da morte de Chacrinha, estreou "TV Pirata", programa de que faziam parte os atores Regina Casé e Luís Fernando Guimarães, do Asdrúbal. Seu humor escrachado abriu caminho para o sucesso da turma do Casseta & Planeta, grupo de humoristas furiosos que em 97 estarreceria a nação ao fazer uma das mais alarmantes denúncias da história dos escândalos políticos do país: "Deputados comprados vieram com defeito!" No Brasil, só dói quando respiramos. O resto todo é muito engraçado.

De Collor a FHC

O presidente empertigou-se, fungou, franziu o cenho, fungou de novo e garantiu que iria punir todos os culpados. Para reforçar a disposição justiceira, fungou outra vez e assegurou que estava disposto a cumprir a lei "duela a quien duela". Na noite histórica de 25 de agosto de 1992, Fernando Collor precisou recorrer a um portunhol de corar secundarista porque estava falando para a TV argentina e, em tese, a entrevista não seria exibida no Brasil. Mas, havia meses, Collor parecia viver seu inferno astral, e a imagem (*acima*) acabou sendo captada pelo jornal "Zero Hora". A nação, então, se estarreceria ao ouvir o presidente dizer aos vizinhos do Sul que o que estava ocorrendo no Brasil "es normal, es normal". Mas, mesmo num país acostumado às vertigens políticas, o que se passava desde maio de 1992 definitivamente não era normal. De fato, mais parecia um roteiro da série de TV "Dallas", repleto de cobiça e corrupção, intriga e morte. Ainda assim, se alguém apresentasse tal enredo para os chefões de Hollywood, provavelmente teria seu trabalho recusado pela inverossimilhança da trama e pelo fato de parecer um dramalhão mexicano.

Em linhas gerais, a "story line" seria a seguinte: em certa república sul-americana, um jovem e promissor candidato concorre à Presidência competindo contra um ex-líder sindical ligado ao movimento operário. Obtém o apoio das elites e, para administrar os polpudos donativos da campanha, convida um velho amigo, o ex-seminarista e vendedor de carros usados antes chamado de Paulinho Gasolina. Depois de uma campanha acirrada —durante a qual afirma que, se o ex-operário vencer, vai "confiscar a poupança do povo"—, o jovem candidato vence por margem estreita. No dia seguinte à posse, o novo presidente e sua ministra da Economia anunciam um plano de combate à inflação em nome do qual bloqueiam o dinheiro depositado em todas as poupanças e contas correntes de todos os bancos do país.

O palácio do governo começaria a se tornar o centro de uma vasta rede de corrupção e negociatas, na qual projetos só andam se movidos a propina. No instante em que a ilegalidade parece dominar a nação, o irmão mais moço do presidente decide, por motivos insondáveis (inveja? vingança? revolta pelo suposto assédio que o irmão teria feito a sua bela esposa?), denunciar Paulinho Gasolina (apresentado ao irmão por ele mesmo) como chefe da quadrilha que se apoderara dos cofres públicos. A mãe defende o presidente e diz que o filho mais moço é desequilibrado mental e o afasta das empresas da família. Exames médicos provam que o caçula não está louco e as denúncias, depois de averiguadas, desvendam um gigantesco esquema de corrupção que acabava por envolver o presidente, que é afastado do cargo.

Enquanto multidões saem às ruas com a cara pintada exigindo a renúncia, a mãe do presidente entra em coma, a cunhada se torna "musa do impeachment" e o irmão morre de câncer na cabeça. O ex-tesoureiro foge do país e é preso na Tailândia. O presidente sofre impeachment, mas se livra da prisão. Após alguns meses na cadeia, Paulinho Gasolina (cuja mulher morrera nesse meio tempo) é solto, mas logo é assassinado pela namorada (ou junto com ela?), que conhecera em visitas íntimas na cadeia. No dia do crime, o jovem ex-presidente (já não tão jovem) e a esposa (também envolvida em desvio de verbas públicas e com a qual ele se reconciliara depois de ter deixado de usar a aliança) estavam numa ilha do Taiti, vestidos de havaianos. O casal se muda para Miami, onde o ex-presidente nega ter a Ferrari de US$ 120 mil e a casa com torneiras folheadas a ouro que estaria construindo.

Para piorar as chances de aprovação em Hollywood, o suposto roteiro é uma obra aberta, ou seja, ainda não tem fim. Quem matou o tesoureiro? Onde estão os (talvez) US$ 2 bilhões roubados? Com que recursos o ex-presidente vive no exterior? O que acontecerá a seguir? Independentemente do desfecho e de quais venham a ser as respostas (se é que algum dia haverá respostas), a era Collor se configura como o mais negro capítulo da história política do Brasil.

O Caçador de Marajás

É possível que Ulysses Guimarães e Mário Covas tenham achado graça quando Fernando Collor de Mello os procurou, no final de 1988, oferecendo-se para concorrer como candidato a vice-presidente na chapa do PMDB ou do PSDB. Muita gente continuou rindo quando, no início de 1989, esse mesmo Collor criou o Partido da Renovação Nacional (PRN) e se lançou candidato a presidente. Os gracejos logo cessariam, dando, a seguir, lugar ao receio que, ainda mais rápido, foi substituído por surpresa e espanto. Partindo de apenas 1% nas pesquisas eleitorais, Collor iniciou uma ascensão meteórica que o levou ao primeiro lugar na preferência dos eleitores brasileiros. Como a história se encarregaria de provar, sua posse na Presidência, em 15 de março de 1990, foi, decididamente, coisa muito séria. Um olhar atento teria revelado motivos para, desde o início, dar mais atenção ao candidato e a seu plano aparentemente delirante de chegar ao poder.

Descendente de uma família de políticos de projeção nacional —cujo nome mais importante era Lindolfo Collor, o mais ativo dos ministros do Trabalho da era Vargas (*leia na página 225*)—, aos 39 anos Collor já havia sido prefeito (indicado) de Maceió, deputado federal bem votado e governador eleito de Alagoas. Nesse cargo, ancorado em violentas críticas ao governo "conservador" de Sarney, Collor começara a adquirir certa projeção nacional ao iniciar uma pretensa campanha contra os altos salários de determinados segmentos do funcionalismo alagoano —ações (de pouca eficácia mas de muito impacto na mídia) que lhe valeram o apelido de "caçador de marajás".

Jovem, bem-apessoado, dinâmico, Collor soube aproveitar o vácuo deixado pelo desgaste e pela perda de carisma de antigos líderes como o "doutor" Ulysses Guimarães e Leonel Brizola. Com um discurso "moderno", de teor neoliberal, Collor, que subia aos palanques para esbravejar, com o punho cerrado contra "os privilégios das elites", acabou por conquistá-las de vez. Talvez porque não restasse a elas outra opção: após surpreendente votação no primeiro turno, Collor passou para o segundo tendo como adversário Luís Inácio Lula da Silva, o ex-sindicalista, o "amedrontador" candidato das esquerdas e dos trabalhadores.

O temor das classes média e alta quanto aos efeitos de uma eventual vitória de Lula no segundo turno deu ânimo redobrado a Collor nos momentos decisivos de uma campanha acirrada que polarizou a nação. Ainda no primeiro turno, o líder dos empresários paulistas, Mário Amato, proferiu uma bravata que se tornaria célebre: se Lula fosse eleito, todos os empresários iriam embora do Brasil no dia seguinte. Collor aproveitou a deixa e, num debate com Lula na TV —além de dizer que o adversário tinha "um aparelho de som melhor" que o dele—, afirmou que, se fosse eleito, Lula iria "confiscar a poupança" de todos os brasileiros.

Embora o PT de Lula não se saísse mal nos grandes centros, o furacão Collor varreu o interior do país. Com jeito de garotão impetuoso e prometendo matar a inflação "com um só tiro", Collor obteve 51,5% dos votos válidos contra os 48,5% de Lula e, em 18 de dezembro de 1989, se tornou o primeiro presidente eleito por voto direto desde Jânio Quadros (que assumira em 1961). O Brasil supostamente entraria nos anos 90 sob o signo do liberalismo e da "modernidade".

Quando ficou claro que Fernando Collor era o único obstáculo a se interpor entre Lula e a Presidência (e o advento de uma suposta "república sindicalista"), a campanha do "caçador de marajás" adquiriu novo vulto e uma nova dimensão. Milhões de dólares foram canalizados para catapultar o jovem neoliberal alagoano para o palácio do Planalto. Foi nesse contexto que Paulo César Farias, o PC, tesoureiro da campanha de Collor, passou a desempenhar papel-chave não só na campanha em si, mas no próprio projeto de poder de Collor. PC fora apresentado a Collor pelo irmão Pedro, que o conhecia quase desde os tempos em que PC era chamado de Paulinho Gasolina, época em que vendia carros usados.

Ex-seminarista (*foto à direita*), PC largara a batina ao descobrir que sua vocação estava mais nos números do que nas almas. E nas contas, PC de fato era um prodígio. Aos 17 anos, ele passara em primeiro lugar no vestibular para direito, no qual se formou aos 22, embora nunca viesse a exercer a profissão. Aos 21 anos, PC foi o representante dos estudantes no conselho que referendou o nome do primeiro governador "biônico" de Alagoas, Lamenha Filho, e se tornou seu secretário particular. Mais tarde, além de empresário, Paulo César Farias virou tesoureiro da campanha do senador João Lyra, que lhe apresentou ao marido de sua filha Teresa, Pedro Collor. Pedro, por sua vez, fez a ponte entre PC e Fernando, estabelecendo a parceria que levaria Collor ao governo de Alagoas e, em seguida, à Presidência. Parceria que o próprio Pedro se encarregaria de implodir com uma denúncia explosiva.

Collor: o Governo e o Plano

No dia seguinte a sua posse, em 15 de março de 1990, o governo Collor apoderou-se de praticamente todo o dinheiro que estava depositado nos bancos e instituições financeiras do país. O pretexto para tal espólio foi a decretação do maior choque da história econômica do país e o início do Plano Collor. Idealizado pela equipe da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o plano acabou com o cruzado, que voltou a se chamar cruzeiro, e, por meio de um "pacote" com 17 medidas provisórias, bloqueou por 18 meses todo o dinheiro existente nas contas correntes e na poupança dos brasileiros —com exceção de Cr$ 50 mil (equivalentes a US$ 50), que podiam ser sacados de imediato. Foi uma das mais brutais intervenções nos direitos civis dos brasileiros, quase tão radical quanto as atitudes arbitrárias tomadas pelos militares.

Embora o dinheiro de fato tenha sido devolvido após 18 meses, bastante desvalorizado, apesar da correção monetária e de juros anuais de 6% (ao contrário do que ocorrera, por exemplo, com os "empréstimos compulsórios" tomados durante o Plano Cruzado do governo Sarney, que foram pura e simplesmente surrupiados), tudo que se passou nos meses seguintes do governo Collor permite supor que o objetivo primordial do plano estava ligado, mais que a um projeto de "saneamento" das finanças da nação, à fome de dinheiro que caracterizou o governo Collor. Embora a mão leve e onipresente de PC Farias não estivesse por trás do plano, o fato é que, além das acusações de que a ministra Zélia avisara determinadas empresas da iminência do confisco, ela e o próprio presidente Collor dispunham de pouco dinheiro em caixa no dia da expropriação.

Mais tarde, denúncias feitas por Pedro Collor, irmão do presidente, permitiram à imprensa e a uma CPI (comissão parlamentar de inquérito) desvendar, ao menos em parte, um gigantesco esquema de propinas e desvio de verbas comandado por PC de dentro ou das proximidades do palácio do Planalto. O escândalo PC iria obscurecer, em todos os sentidos, qualquer outro acontecimento do governo Collor. De todo modo, nos dois anos e dois meses em que governou antes do início do processo que desembocaria no impeachment, Collor fez um governo marcado pela falsa polêmica, por declarações de mau gosto, pelo neoliberalismo de fachada, por suas "proezas" atléticas e seu ar de Indiana Jones, suas gravatas Hermès, canetas Montblanc e o esnobismo "nouveau riche". Era a República das Alagoas no poder. Ela chegara lá nos braços do povo. De lá sairia pelo braço do povo.

A República das Alagoas

Se os brasileiros já se tinham indignado com a República de Mombaça (provisoriamente instalada em Brasília, quando José Sarney deixou interinamente a Presidência nas mãos do senador Paes de Andrade e este usou o Boeing presidencial para visitar sua cidade natal, no Ceará), a República das Alagoas, capital Canapi, que Collor levou ao poder, reservaria surpresas muito mais alarmantes. Canapi, reduto da família Malta, da então primeira-dama Rosane Collor (abaixo)*, é uma espécie de faroeste no qual ecoam os tiros de Joãozinho Malta, irmão de Rosane, e cidade para a qual ela própria enviava verbas desviadas da LBA, uma entidade beneficente da qual se tornara presidente. Rosane também bancou para uma amiga uma apoteótica festa de aniversário, digna de uma marani (mulher de marajá). Tudo bem, se para isso não tivesse usado dinheiro público. Numa viagem à Europa, gastou centenas de dólares em roupas íntimas. Essas e outras extravagâncias levaram o sempre zeloso tesoureiro PC a reclamar para o presidente: "Madame está gastando demais". Humilhada pelo marido, que passou a circular sem aliança, Rosane chorou em público. Mas, após o impeachment, o casal voltou a ficar junto —e em várias partes do globo, esquiando, mergulhando e gastando um dinheiro que ele diz receber das Organizações Arnon de Mello. Outra dama da era Collor, embora não de Alagoas, foi Zélia Cardoso de Mello, a ministra que idealizou o confisco do dinheiro dos brasileiros. Apesar de ter, de início, despertado paixões, a ponto de ser tema de uma biografia escrita por Fernando Sabino, e ter dançado um "caliente" bolero com o então ministro da Justiça Bernardo Cabral, Zélia (que se casou com o humorista Chico Anysio e se mudou para os Estados Unidos) deixou o poder sob suspeita de irregularidades em sua gestão no governo Collor.*

Por intermédio de PC Farias (*à esquerda*) foram arrecadados os milhões de dólares que contribuíram para a eleição de Collor. Não se sabe ao certo quanto PC amealhou. Sabe-se apenas que o dinheiro não apenas não parou de entrar depois da vitória de Collor como, ao contrário, passou a fluir em quantidade ainda maior após a eleição. Baseado em sua ligação com as empreiteiras, PC teria armado o maior esquema de propina já concebido no Brasil —uma rede de influências que envolveria "porcentagens" de até 22% para a aprovação de qualquer projeto.

O esquema começaria a ser desmontado depois que Pedro Collor, irmão do presidente e ex-amigo de PC, denunciou a "parceria" entre Fernando e o tesoureiro. De acordo com Pedro, PC Farias dizia abertamente que, do dinheiro arrecadado, "70% é do chefe, 30% é meu". Após as denúncias, que incluíam a acusação de que Fernando era "contumaz consumidor de cocaína", PC decidiu pagar US$ 1,4 milhão à Receita Federal, muito mais do que pagara até então. Mas o primeiro-amigo continuou voando em seu jatinho, o Morcego Negro, ouvindo óperas em CDV.

O Impeachment

O INÍCIO DO FIM

"Vou derrubar o governo", alertara Pedro Collor antes de conceder à revista "Veja", em fins de maio de 1992, uma das mais bombásticas entrevistas já publicadas no Brasil. Sentindo-se prejudicado pelo irmão e por PC Farias em negociações que envolviam a disputa pelo mercado jornalístico em Maceió, Pedro Collor abasteceu "Veja" com documentos que revelaram negócios de PC no exterior. Dias mais tarde, deu a entrevista na qual afirmou que PC era "traficante de influência" e "testa-de-ferro de Fernando", que o irmão cheirava cocaína e abordara insinuantemente sua mulher, Teresa; que a campanha de Collor arrecadara cerca de US$ 100 milhões só no segundo turno e que PC dizia "que 70% do dinheiro é do chefe [Collor] e 30% é meu [PC]".

Fernando Collor de Mello, o homem que, após sua eleição, posara para o Brasil e para o mundo na figura de um grande estadista, o jovem e dinâmico político que conduziria o país em direção à "modernidade", a opção única contra o atraso estatizante proposto por Lula e pelas alas radicais do PT, o profeta do neoliberalismo, a personificação tupiniquim do fenômeno que o filósofo Max Weber certa vez chamou de "escatologia messiânica", o jovem e dinâmico "jogger" e piloto de jatos, o Indiana Jones que "caçava marajás", acabaria se revelando uma das maiores fraudes políticas de todos os tempos no Brasil.

A partir da incendiária entrevista dada pelo caçula da família Collor, Pedro, a grande imprensa brasileira, em primeiro lugar, e, a seguir, uma comissão parlamentar de inquérito (conduzida pelo então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro) acabariam desvendando o que talvez tenha sido apenas a ponta de um monumental iceberg de fraude, corrupção, roubo descarado, tráfico de influência, propinas e extorsão sem igual na história nada impoluta da política e da malversação das finanças públicas do Brasil. Nem Fernão de Noronha, o armador que em 1502 arrendara o país da Coroa portuguesa; nem Mem de Sá, o terceiro governador-geral, homem que exerceu o poder em benefício próprio, teriam sido responsáveis por uma sangria tão violenta como a que o chamado "esquema PC" provocou nos cofres públicos. Quanto de fato foi roubado é algo que talvez jamais venha a ser descoberto.

O que se sabe já é bastante amedrontador. Através de uma ampla teia de contas fantasma em vários bancos do país, cerca de 40 mil cheques —totalizando pelo menos US$ 350 milhões— chegaram aos bolsos de gente de carne e osso, a maioria ligada direta ou indiretamente a Collor. As investigações revelaram figuras tão surpreendentes e díspares entre si como o motorista Eriberto França (que levava cheques distribuídos pela secretária de Collor, Ana Acyolli, para beneficiários do esquema e, corajosamente, em entrevista à revista "IstoÉ", em julho de 1992, denunciou o esquema) e o piloto Jorge Bandeira, que era um dos sócios de PC e teria desviado US$ 1 milhão.

Entre as pessoas que se locupletaram com o "esquema PC", foram acusadas, conforme apurado pela CPI e publicado na imprensa: Rosane Collor (mulher do presidente, que recebeu US$ 510 mil), Leda Collor (mãe do presidente, US$ 35 mil), Lilibeth Monteiro de Carvalho (ex-mulher de Collor, US$ 41 mil), Cláudio Humberto (porta-voz do presidente, US$ 70 mil), Cláudio Vieira (secretário do presidente, US$ 89 mil), Maria Izabel Teixeira (secretária de Rosane Collor, US$ 802 mil), José Roberto César (dono da Brasil's Garden, empresa que fez os fabulosos "jardins da casa da Dinda", residência de Collor, US$ 866 mil), Sig Bergamin (arquiteto, US$ 15 mil), Uajara Cabral (vendedor de jóias, com livre acesso ao palácio do Planalto, US$ 15 mil), Elizabeth Luporini (secretária de Marcos Coimbra, cunhado de Collor, US$ 48,8 mil. Está em nome de Coimbra a casa de torneiras douradas de Miami).

No dia 1° de setembro de 1992, os então presidentes da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, e da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavenere, encaminharam à Câmara o pedido de impeachment do presidente. Um mês depois —após 84 dias de investigações feitas pela CPI—, a Câmara concluiu que a conduta de Collor fora "incompatível com a dignidade do cargo" e autorizou o Senado a julgar o presidente, o que o obrigou a deixar o cargo e aguardar a decisão. Enquanto o Senado examinava o processo, multidões de estudantes (*no alto, à esquerda*) saíram às ruas com a cara pintada, exigindo a derrubada de Collor, num protesto ruidoso, colorido, irreverente e, de certa forma, irresponsável —foi uma reedição descompromissada das marchas estudantis dos anos 60, sem os cassetetes da repressão.

Num julgamento de contornos muito mais políticos do que jurídicos, Collor acabou acusado de "crime de responsabilidade" e teve seus direitos políticos cassados por um período de oito anos. Um dia antes, em 29 de dezembro de 1992, o presidente renunciara ao cargo tentando escapar do processo (*no alto, à direita*). Mas o tempo havia se esgotado para ele e suas horas no poder estavam contadas. Mais de 700 dias antes do fim de seu mandato, Fernando Collor de Mello, que 35 milhões de votos haviam tornado o mais jovem cidadão a ocupar a Presidência do Brasil, era forçado a deixá-la, saindo temporariamente da vida pública para entrar na história universal da infâmia.

A Misteriosa Morte de PC

Paulo César Farias teria enriquecido de modo ainda mais suspeito do que rápido. Galgou seu caminho de Maceió até o topo do mundo brasileiro, tornou-se inimigo público número um, empreendeu uma fuga cinematográfica do país (graças ao desleixo da Polícia Federal, a disfarces fajutos e rotas falsas, com direito a passagens por Buenos Aires e Londres). Depois de 152 dias foragido, foi preso na Tailândia, sob a acusação de estar com o visto de turista vencido. Extraditado, cumpriu 755 dias de detenção numa cela especial em Brasília e, apesar de indiciado em mais de cem inquéritos, saiu da cadeia para responder por seus crimes em liberdade. Tudo isso apenas para terminar seus dias assassinado por um tiro desferido por uma namorada (que, a seguir, se suicidaria), na cama de sua bela casa de praia, em Guaxuma, a 8 quilômetros de Maceió. Pelo menos é isso —esse desfecho prosaico— que afirma o laudo oficial divulgado pelos peritos que analisaram a causa da morte de Paulo César Farias e de sua namorada, Suzana Marcolino, encontrados mortos na manhã de 23 de junho de 1996 (*acima*). O mais ruidoso caso de corrupção do Brasil se encerraria assim, com um crime passional, desfecho de um romance no qual talvez jamais tenha havido paixão.

O laudo oficial da morte de PC Farias continua sendo contestado, e nada permite supor que o caso esteja de fato encerrado. Vivo, PC era um arquivo ambulante de um esquema de corrupção que talvez tenha movimentado até US$ 2 bilhões e envolvia pelo menos 52 empresas e 400 autoridades públicas e empresários. Baleado, tornou-se, literalmente, um arquivo morto —circunstância que permite afirmar que, voluntariamente ou não, Suzana Marcolino envolveu-se num crime que, tendo ou não sido passional, se tornou, acima de tudo, uma "queima de arquivo". Muitos fatos continuam inexplicados: por que existe tanta discordância entre os peritos? Por que os irmãos de PC mandaram lavar o quarto e queimar o colchão no dia seguinte ao crime? Onde está a fortuna que PC com certeza arrecadou? PC esteve mesmo envolvido com o narcotráfico, como várias vezes se insinuou? As acusações de que PC também mantinha ligações com a máfia são procedentes? Quantas pessoas respiraram aliviadas depois que PC amanheceu morto? As respostas ainda não são conhecidas —e talvez nunca venham a sê-lo. Como também permanece sem réplica a indagação que Elma Farias, a mulher de PC, fez quando da prisão do marido: "Por que só o Paulo César?"

ENQUANTO ISSO...

No instante em que três tiros abateram PC Farias, seu ex-amigo e patrão Fernando Collor encontrava-se do outro lado do mundo, na paradisíaca ilha de Moorea, na Polinésia. Se fosse para ser um álibi, a imagem de Collor travestido de havaiano, durante uma festa realizada no hotel onde estava hospedado, seria o mais inatacável deles. Não se tratava, porém, de uma escusa, mas do fiel retrato da vida que o ex-presidente passou a levar após o impeachment. Ao lado da esposa Rosane, Collor se mudou para Miami —onde possuía (embora negasse) uma Ferrari de US$ 120 mil e onde talvez esteja construindo uma casa com torneiras folheadas a ouro. Disposto a voltar à política, quer ganhar na Justiça o direito de concorrer a uma eleição já em 1998.

A suposta quadrilha comandada por PC Farias não foi a primeira e, durante a era Collor em Brasília, não seria a única a saquear os cofres da nação. Na época em que Collor estava no poder, José Carlos Alves dos Santos (*à esquerda*) era diretor do Orçamento da União, órgão que define os caminhos do dinheiro público. Parecia ser um funcionário eficiente e discreto. Até que, em novembro de 1992, denunciou à polícia que sua mulher fora sequestrada.

As investigações mostraram que o próprio José Carlos levara a esposa para os arredores de Brasília, onde assassinos de aluguel, contratados por ele, a golpearam na cabeça com uma picareta e a enterraram ainda com vida. Não era tudo: José Carlos promovia orgias, usava drogas e mantinha encontros frequentes com prostitutas.

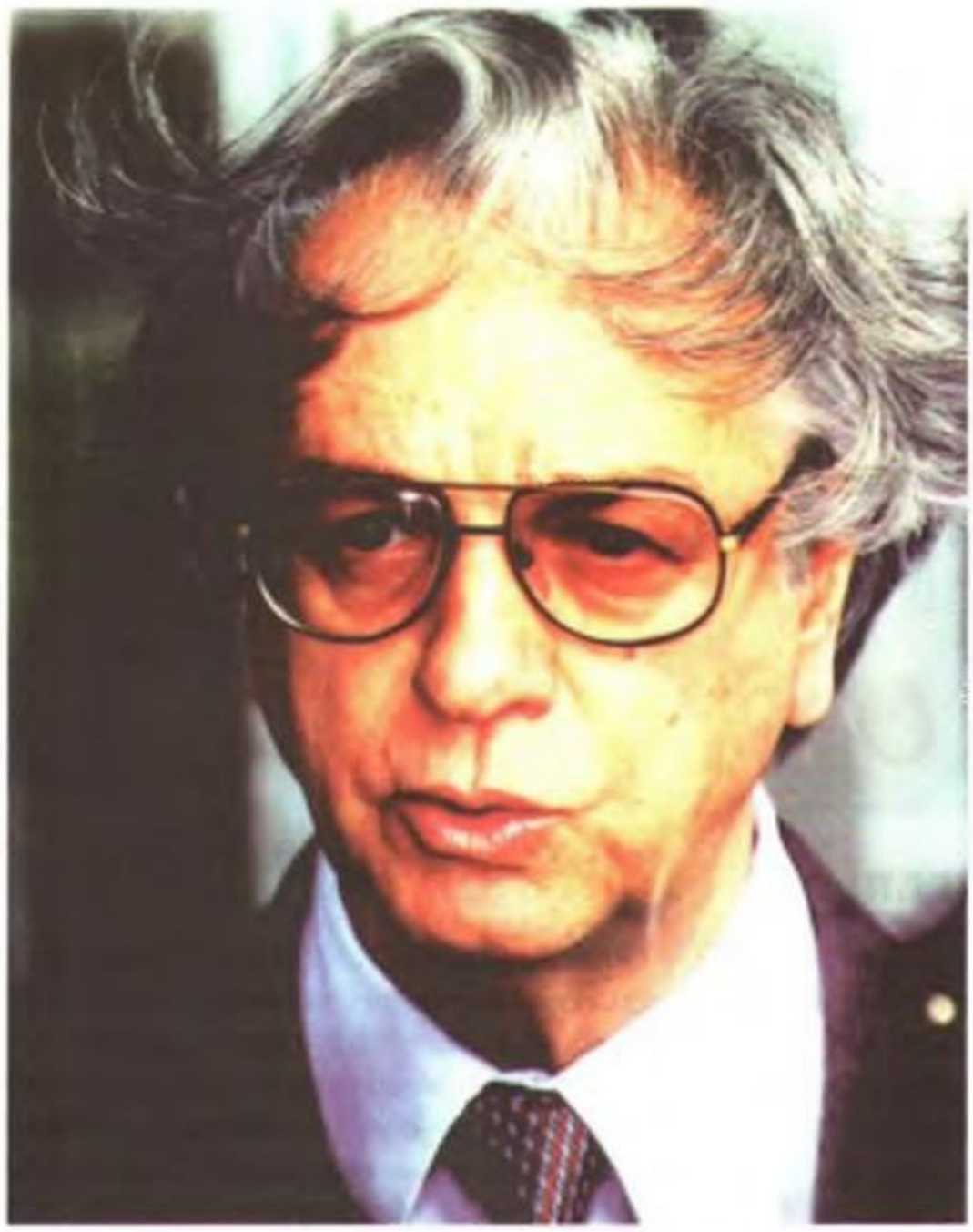
Abandonado pelos aliados políticos, que ajudara a enriquecer com dinheiro público, decidiu abrir a boca e denunciar um imenso esquema de desvio de verbas da União. Suas denúncias envolveram sete deputados que, devido à baixa estatura física e moral, ficariam conhecidos como "Anões do Orçamento". O grupo era liderado por João Alves, especialista em lavar dinheiro sob o pretexto de ter —"graças a Deus"— ganho 121 vezes na loteria. O escândalo do Orçamento acabaria provocando a cassação do deputado Ibsen Pinheiro, tido como uma espécie de baluarte da moralidade da nação, já que fora ele quem comandara, na frente e atrás das câmeras, o processo de impeachment de Collor.

O Governo Itamar

A morte de Tancredo Neves antes de assumir a Presidência e a consequente posse de José Sarney em 1985 deveriam ter ensinado aos brasileiros a lição de que, fosse quem fosse, o vice-presidente deveria ser levado em conta na hora de eleger um presidente. No entanto, durante as eleições que levaram Fernando Collor ao Planalto, o trauma parecia superado e eram poucos os eleitores que conheciam os vices do vencedor Collor e do vencido Lula. Mas, quando Collor foi forçado a deixar o cargo pela porta dos fundos, o Brasil viu-se outra vez nas mãos de um "reserva" elevado à condição de titular.

Quem, então, de fato conhecia a biografia de Itamar Augusto Cautieiro Franco? A exemplo do maranhense Sarney, o mineiro Itamar jamais habitara os anseios dos brasileiros. Ainda assim, a Constituição lhe destinou a árdua missão de comandar um país combalido pela inflação rediviva e assombrado pela ciranda da corrupção. E Itamar —turrão e teimoso, idiossincrático como solteirão ranzinza— acabaria se saindo bem na dura tarefa de administrar uma nação traumatizada.

Ao fim e ao cabo, o governo Itamar Franco, que durou do final de 1992 a janeiro de 1995, lançou o mais bem-sucedido de todos os planos econômicos urdidos até então e ainda foi capaz de fazer seu sucessor. Foi sob a gestão do despenteado Itamar que o país veria nascer o Plano Real, que apresentou às jovens gerações de brasileiros a vida fora da hiperinflação e acabou conduzindo à Presidência seu principal mentor, o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.



Itamar Franco nasceu em junho de 1930, a bordo de um navio que ia do Rio de Janeiro para a Bahia. Apesar de registrado em Salvador, sempre foi mineiro, de coração e adoção. Seu pai morreu e ele teve uma infância pobre. Formou-se em engenharia eletrotécnica em 1954. Perdeu a primeira eleição de que participou, em 1958 (vereador em Juiz de Fora, pelo PTB). Perdeu a segunda, para vice-prefeito, em 1962. Foi secretário de Obras de Juiz de Fora em 1963 e se elegeu prefeito pelo MDB em 1966. Reelegeu-se em 1972. Aconselhado por seu motorista, largou a prefeitura e se elegeu senador em 1974: os relógios da prefeitura tiveram de ser atrasados em 45 minutos, pois o prazo para a desincompatibilização estava vencido. Foi reeleito senador, pelo PMDB, em 1982. Em 1986, já bandeado para o Partido Liberal (uma dissidência do PFL), perdeu a eleição para o governo de Minas. Em 1989, fez chapa com Collor.

Embora não se tenha caracterizado pela energia e pelo vigor, nem pela firmeza das decisões do mandatário, o governo Itamar entrou para a história menos por seus feitos políticos e façanhas econômicas do que pelas atitudes polêmicas de seu protagonista. Foi assim, por exemplo, quando Itamar Franco, decidido a proporcionar a milhões de brasileiros a possibilidade de realizar o sonho de adquirir um carro, pediu —e conseguiu— que a Volkswagen voltasse a produzir o velho Fusca (sem levar em conta que os avanços da indústria o haviam tornado obsoleto e dispendioso). Apesar de ter fracassado, a iniciativa de Itamar lançou as bases de uma nova geração de carros "populares", a preços mais acessíveis. Essa talvez seja uma boa metáfora de um governo que muitas vezes acertou errando —ou deu certo sem se saber bem por quê.

De todo modo, os brasileiros também se viram envolvidos na busca de uma namorada para o solitário morador do palácio da Alvorada. Candidatas sempre houve, entre elas Lisle Lucena —filha do senador Humberto Lucena— e a professora June Drummond. Mas nenhuma mulher que se aproximou do presidente causou tanta polêmica quanto Lilian Ramos, a modelo que dividiu o camarote com Itamar no Carnaval de 1993, no que poderia ter sido apenas uma noite divertida para o presidente não estivesse ela sem calcinha. A intimidade de Lilian, revelada na capa de todos os jornais, virou um caso nacional. Pior: durante alguns dias, Itamar transmitiu à nação a nítida sensação de que estava apaixonado pela atriz e modelo. Itamar Franco deixou o poder no primeiro dia útil de 1995.

Com fama de temperamental e "difícil" —Tancredo Neves, certa vez, chegou a dizer que ele "guarda os rancores na geladeira"—, Itamar Franco teve 55 ministros (alguns dos quais chamou de "pífios"). Só a pasta da Fazenda chegou a ter seis ocupantes durante os dois anos e três meses do governo Itamar, sem contar o período em que o próprio presidente desempenhou a função. De todo modo, em maio de 1993, ao empossar seu quarto ministro da Fazenda, Itamar julgou ter acertado na mosca. Embora fosse um sociólogo respeitado internacionalmente, o senador Fernando Henrique Cardoso assumiu a pasta da Fazenda sob o mesmo olhar de desconfiança dirigido pelos brasileiros aos demais ocupantes do cargo.

O desafio do novo ministro era o mesmo que havia derrotado todos os seus antecessores: controlar a inflação e colocar o país no rumo do crescimento com estabilidade. Enquanto negociava com o Congresso a aprovação de medidas para cortar gastos públicos e engordar a receita da União, FHC obteve dos bancos credores um acordo da dívida externa, empacado havia uma década. Ao mesmo tempo, assessorado por economistas afinados com seus projetos supostamente desestatizantes, preparou o terreno para lançar um novo plano econômico.

O primeiro passo, dado em maio de 1993, foi a criação da "Unidade Real de Valor", um indexador para preços e salários, cujo índice evoluiria de acordo com o mercado até que pudesse ser fixado, transformando-se, então, na nova moeda, o real. Assim, não foi necessário recorrer ao congelamento, já tentado sem êxito no governo Sarney, nem ao confisco, empreendido pelo Plano Collor.

Quando o real, a décima moeda da história do país, começou a circular, no dia 1º de julho de 1994, com seu valor unitário artificialmente equiparado ao dólar, FHC já não era ministro da Fazenda —cargo então ocupado por Rubens Ricúpero—, e sim candidato à Presidência. Com a inflação aparentemente controlada (e o frango e o pãozinho com preços quase irrisórios) e com o Brasil campeão da Copa do Mundo, o governo Itamar se viu preparado para assegurar uma das sucessões mais tranquilas da história.

FHC: Eleição e Perfil

Graças ao sucesso do Plano Real e ao temor ancestral que o ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, do PT, continuava despertando nas elites brasileiras, Fernando Henrique Cardoso, então com 63 anos, elegeu-se com facilidade, em 2 de outubro de 1994, como 38° presidente do Brasil (*acima*). Ao contrário do que acontecera em 1989, as eleições foram decididas no primeiro turno porque FHC obteve 55% dos votos válidos. Lula foi o segundo colocado. Dessa vez, porém, o PT não soube perder: seu candidato chegou a declarar que FHC assumiria "com menos autoridade moral do que alguém eleito com base num processo totalmente limpo". Para Lula, FHC servira-se da máquina governamental para assegurar sua vitória. Mas, em 1° de janeiro de 1995, quando o novo presidente tomou posse —para cumprir um mandato de quatro anos—, ele representava, para milhões de brasileiros letrados e participativos, esperanças efetivas de moralidade, competência e dignidade. Os motivos para tais expectativas encontravam uma base sólida no passado social e político do novo presidente —sociólogo que sempre se opusera ao governo militar (pelo qual fora punido) e político de atuação destacada no PMDB, do qual fora um dos fundadores.

No entanto, ao assumir o poder, recebendo a faixa das mãos de Itamar Franco, FHC não só já não pertencia ao PMDB como fazia questão de deixar claro que abrira mão de várias de suas antigas convicções (tanto que, em certa ocasião, chegara a dizer: "Esqueçam tudo que eu escrevi"). Desde 1988, FHC fazia parte do PSDB, partido que também ajudara a fundar e do qual fora líder no Senado, de onde saiu para ser, primeiro, ministro das Relações Exteriores e, a seguir, ministro da Fazenda (e pai do Real) do governo Itamar.

Até então, FHC fora inteiramente coerente com sua biografia. Nascido no Rio de Janeiro, em 1931, filho de uma família de classe média, iniciou carreira universitária em 1952, formando-se em sociologia (*abaixo*) e se vinculando à chamada "escola paulista", cujo mestre era Florestan Fernandes e da qual também faziam parte Octávio Ianni e Eunice Durham. Sob a liderança de Florestan, o grupo foi o pioneiro da "sociologia crítica", unindo materialismo dialético a métodos funcionalistas para tentar uma nova interpretação da sociedade brasileira. Após o golpe militar de 64, foram todos indiciados em um inquérito e aposentados compulsoriamente. FHC exilou-se então na Argentina, no Chile e na França.

Em 1967, com o arquivamento do inquérito, o futuro presidente voltou ao Brasil, mas em 1969 foi cassado pelo AI-5. Em 1978, FHC se candidatou ao Senado pelo MDB, ao qual estava ligado desde fins dos anos 70 (época em que "panfletou" em companhia de Lula, seu futuro rival). Em 1980, depois de participar da fundação do PMDB, elegeu-se suplente de Franco Montoro no Senado, assumindo a vaga em 1983 quando Montoro se tornou governador de São Paulo.

No ano de 1985, Tancredo Neves o escolheu para líder do governo no Congresso, mas a Nova República se transformou no governo Sarney e, o que é pior, nesse mesmo ano FHC perdeu as eleições à prefeitura de São Paulo para Jânio Quadros, depois de ter-se deixado fotografar ocupando o gabinete do prefeito e de ter insinuado que era ateu e experimentara maconha. Em 1986, virou líder do PMDB no Senado —a essa altura o próprio Sarney já saíra do PFL e se filiara ao PMDB. Em 1988, FHC abandonou o PMDB —então à beira da esclerose— e fundou o PSDB, que no ano seguinte, com a candidatura de Mário Covas, fracassaria nas eleições presidenciais. Disposto a não perder de novo em 1994, o PSDB e FHC fizeram uma coligação com o PFL.

Durante a campanha e após sua eleição, FHC sugeriu a seus críticos que "esquecessem" tudo que ele escrevera. No entanto, o professor Cardoso é autor de ampla obra que durante duas décadas ajudou a formar o pensamento de jovens sociólogos. O primeiro livro de FHC se tornou clássico —pelo menos enquanto as idéias de esquerda pareciam ser a forma mais efetiva de interpretar os fatos históricos. "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional", publicado em 1962, virou um dos textos-chave da análise que a "escola paulista" fez da escravidão. O livro é considerado ultrapassado pelos novos estudiosos da escravidão no Brasil.

Logo depois de "Capitalismo e Escravidão", FHC devotou-se ao estudo do desenvolvimento capitalista nas "sociedades dependentes". Escreveu, entre outros, "Desenvolvimento e Dependência na América Latina" (com Enzo Falleto, 1970) e "Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes" (1971). Desses livros, porém, quem parece não ter se esquecido é o próprio presidente: ao manter a reserva de mercado para a informática (o Brasil não é signatário do Acordo de Cingapura, que visa a total liberação do comércio de tecnologia e informática até o ano 2000), o professor Cardoso —embora aparentemente convertido ao neoliberalismo— ainda não conseguiu derrubar as barreiras alfandegárias e integrar o país na globalização.

O Governo de FHC

Não é só o prenome que Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor têm em comum. Ambos são filhos de boas famílias, vestem-se com elegância, falam mais de duas línguas, sabem se portar com a fineza dos grandes estadistas (Collor foi irretocável durante a Rio-92, encontro internacional sobre ecologia e desenvolvimento, ocorrido em junho daquele ano). Mas, entre os dois, existem pelo menos três diferenças abissais. A primeira é que Fernando Collor deixou a Presidência sob a acusação de ser corrupto, e FHC é um homem de bem. A segunda é que, para chegar ao poder, Collor escolheu para vice um adversário do regime militar, enquanto FHC fez aliança com antigos aliados da ditadura. A terceira é que Collor, enquanto foi presidente, não se empenhou em alterar a Constituição em benefício próprio.

Ao fazer uma coligação com o PFL, FHC seguiu os passos de Tancredo Neves, que também se unira ao mesmo partido (aliança que resultou na Presidência de José Sarney). Ao formar uma chapa com o líder do PFL, Marco Maciel, FHC não estava rompendo apenas com sua bibliografia, estava alterando os rumos de sua biografia. Criado em 1984, o PFL nada mais é do que uma dissidência do PDS, formada por políticos ligados ao regime militar (como Sarney e Marco Maciel, mais Jorge Bornhausen e Aureliano Chaves, vice de João Figueiredo).

Coligações, é claro, fazem parte —na verdade estão na base— do jogo democrático. Reeleição também. Mas o fato é que a aliança com o PFL ajudou a estabelecer um perfil muito mais conservador ao governo FHC do que se poderia supor a partir da análise da vida pregressa do 38º presidente. Quanto à emenda constitucional que permitiu a FHC candidatar-se à reeleição —cuja aprovação foi colocada sob suspeita (*leia abaixo*)—, o fato foi considerado por alguns dos mais respeitáveis analistas políticos do país como uma espécie de "golpe brando", já que alterou as regras do jogo sucessório em benefício do próprio governo.

De todo o modo, é possível que o governo FHC passe para a história sob a égide do sucesso do Plano Real, que, apesar dos índices de desemprego, da crise na saúde pública e do flagelo social que ainda assola cerca de 20 milhões de miseráveis, melhorou a vida dos brasileiros: 8 milhões deles teriam saído da "linha de pobreza". As estrelas do Real foram o frango (cuja produção aumentou em 1 milhão de toneladas, entre 1993 e 1997), o iogurte (a produção dobrou em três anos), as TVs (8,5 milhões foram vendidas em 96), as geladeiras (4 milhões vendidas em 96) e, segundo o próprio FHC, as dentaduras ("O povo está botando dente", disse ele em setembro de 97. Dados oficiais informam que 1,4 milhão de brasileiros não têm um só dente na boca). Ainda assim, a transparência do governo foi comprometida por escândalos políticos e financeiros que, embora não envolvam pessoalmente o presidente, rivalizam, pelo menos nos números, com a roubalheira dos anos de lama da era Collor.

No dia 4 de junho de 1997, o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL–BA), promulgou a emenda que permite ao presidente da República (e aos governadores e prefeitos) o direito de concorrer ao segundo mandato. Após dois anos e três meses de tramitação, a mais polêmica mudança na Constituição de 1988 foi aprovada por larga margem: 62 votos a favor, 14 contrários e duas abstenções. No mesmo dia, o PSDB, partido do presidente, anunciou o que a nação já sabia: FHC é candidato à reeleição. Para o jornalista Elio Gaspari, um dos mais respeitados do país, tal alteração constitucional se assemelha ao "golpe da Maioridade", que em 1840 levou d. Pedro 2º ao trono.

Independentemente dos aspectos históricos conflitantes inerentes a mais essa alteração na Constituição, o processo para a aprovação da emenda da reeleição na Câmara dos Deputados (onde ela precisava de 308 dos 513 votos) foi colocado sob suspeita por uma série de reportagens do jornal **Folha de S.Paulo**, publicadas em maio de 1997. Segundo gravações obtidas pelo jornal, pelo menos dois deputados —Ronivon Santiago e João Maia, ambos do Acre— teriam "vendido" seus votos por cerca de US$ 200 mil. Depois da denúncia, os deputados foram expulsos da Câmara, onde, em 28 de janeiro, contra todas as previsões anteriores, a emenda da reeleição tinha sido aprovada, recebendo 336 votos.

O PROER E OS PRECATÓRIOS

Um dos projetos mais polêmicos —e moralmente discutíveis— do governo FHC foi criado em 1995 e atende pelo nome de Proer, ou Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro. O Proer surgiu para socorrer instituições financeiras em dificuldades, mas acabou sendo usado para sanear, com dinheiro público, bancos falidos pelas falcatruas de seus donos. Até o segundo semestre de 1997, o governo repassou mais de US$ 15 bilhões para os bancos que compraram os bancos falidos. Em tese, o dinheiro do Proer vem do depósito compulsório que todos os bancos são obrigados a repassar ao Banco Central (BC) em função dos depósitos que recebem. O Proer destinou US$ 5,9 bilhões para viabilizar a compra do Nacional pelo Unibanco, US$ 4,6 bilhões para a venda do Econômico ao Excel e US$ 5,5 bilhões para o HSBC comprar o Bamerindus. O BC e o Senado se envolveram num dos maiores escândalos ocorridos durante o governo FHC, o dos Precatórios. Para que os Estados pudessem pagar dívidas já executadas pela Justiça (precatórios), o BC autorizava a emissão de títulos públicos e o Senado os aprovava em regime de urgência. Acontece que, dos US$ 2,5 bilhões de títulos emitidos, nem 10% foram utilizados no pagamento dos precatórios —o resto foi negociado no sistema financeiro. Depois de sete meses de investigações, o relatório original da CPI dos Precatórios, com 1.200 páginas, divulgado em julho de 1997, acusava mais de 50 pessoas. Entre elas, três governadores: Paulo Afonso, de Santa Catarina (Estado que emitiu US$ 600 milhões), Miguel Arraes, de Pernambuco (US$ 450 milhões emitidos) e Divaldo Suruagy, de Alagoas (US$ 340 milhões em títulos). Foram acusados também o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e seu antecessor, Paulo Maluf. Depois de um conflito político envolvendo Câmara e Senado, um novo relatório, mais brando e omisso, foi produzido. Ninguém foi condenado pelo desvio de US$ 2 bilhões.

O Brasil do Terceiro Milênio

O país do futuro é uma terra de contrastes. Mais do que dois chavões desgastados, as definições dadas ao Brasil, nos anos 50, pelo escritor austríaco Stefan Zweig e pelo sociólogo francês Roger Bastide se tornaram expressões perturbadoras. No alvorecer do terceiro milênio, o Brasil continua sendo, e é cada vez mais, um país de contrastes: a nação que possui a 11ª economia do mundo é a mesma que ocupa o 74º lugar no ranking de qualidade de vida. Em São Paulo, cidade mais rica da América Latina, pagam-se os salários mais baixos do continente. No país da quarta maior rede de televisão do mundo, os índices de analfabetismo são comparáveis aos das nações mais miseráveis da África. Na nação que possui a maior floresta e o segundo maior rio do mundo, quase todos os rios são esgotos e o desmatamento engole milhares de hectares todos os dias.

A alma política, econômica, social e ecológica da nação parece sofrer da síndrome da personalidade bipartida: este país ainda não decidiu se deve ser o "médico" ou o "monstro". É o país que, muito propriamente, já foi batizado de Belíndia: uma inquietante mistura da Bélgica com a Índia. Ao chamar o Brasil de "terra de contrastes" em 1954, Roger Bastide se referia a complexidades muito menos cruéis; muito mais geográficas e impressionistas do que sociais e econômicas. Mas a pátria do homem cordial acabou se tornando também o paraíso da injustiça social.

O BRASIL DAS CRIANÇAS

Apesar de não ser mais um país predominantemente "jovem", vivem no Brasil cerca de 35 milhões de crianças. Mais de 70% delas são pobres e cerca de 7 milhões trabalham até 12 horas por dia.

Quase meio século depois do suicídio do escritor Stefan Zweig, o Brasil continua sendo o "país do futuro" —só que do pretérito. Austríaco de nascimento, Zweig chegou ao país após a Segunda Guerra Mundial. Mudou-se para Petrópolis e lá, encantado com o viço da natureza tropical, com a harmonia contrita com a qual os imigrantes alemães construíram suas vidas, com a amplitude das possibilidades, as benesses do clima e a fecundidade da terra, Zweig compôs um hino de louvação ao Brasil. Lido hoje, seu livro adquire um tom profundamente melancólico.

Ainda assim, o país que tentou construir 50 anos em 5; que sobreviveu aos anos de chumbo e aos anos "colloridos"; que mudou três vezes de moeda em menos de uma década; que tem a maior dívida externa do mundo e gasta mais do que arrecada; que maltrata seus velhos e suas crianças tem todas as chances de transformar "seria" em "será" e o "será", por fim, em "é". Não se trata de simples retórica: apontado pelo "The Wall Street Journal" como uma das três potências emergentes deste final de século, o Brasil dispõe das condições necessárias para se tornar uma das nações mais poderosas do mundo. Mas, como ao longo dos primeiros 500 anos de sua história, os descaminhos do país têm sido maiores que os acertos, a radiografia do presente implica uma previsão sombria do futuro. Futuro que, de qualquer maneira, depende de todos nós.

A Terra da Devastação

Independentemente de divagações etimológicas, esta é a Terra do Brasil. Ou era: extraído com ganância e sofreguidão —cerca de 70 milhões de árvores foram derrubadas em dois séculos—, o pau-brasil, mais do que uma metáfora, se tornou o símbolo da devastação ecológica que assolou o país ao longo de 500 anos de história. Única nação cujo nome está relacionado com o de uma árvore, o Brasil é hoje o paraíso dos desflorestadores.

O pau-brasil é uma raridade, quase só encontrado em jardins botânicos. O jacarandá está em extinção. O mogno é extraído ilegalmente em quantidades alarmantes. Dos 4 milhões de hectares cobertos por araucárias, restam 200 mil: cerca de 50 milhões de pinheiros já foram derrubados. Não são apenas as árvores que tombam: ao final do segundo milênio, 14 ecossistemas brasileiros estão seriamente ameaçados.

Apesar de a Amazônia ser a grande estrela da mídia internacional, a mata atlântica —floresta que possui a maior diversidade de vegetais do planeta— é a região cuja situação representa a maior preocupação dos ecologistas de todo o mundo.

Mais de 90% de quase 1 milhão de quilômetros quadrados da área original da floresta (que possui 150 espécies por hectare e abriga um total 25 mil espécies) já foram destruídos. Muitos animais em extinção vivem nas últimas "ilhas" da mata remanescente, entre eles o mico-leão-dourado, o símbolo da luta ecológica no Brasil.

Áreas menos luxuriantes (por isso menos "qualificadas" para a cobertura da mídia) também estão sob ataque. No cerrado, que já ocupou 25% do território nacional, cem mil árvores tombam a cada dia para a fabricação de carvão —trabalho feito por crianças em regime semi-escravo.

O Pantanal, cujos 210 mil km² formam a maior área inundável do mundo, está com os rios assoreados e poluídos pelo mercúrio proveniente dos garimpos. A região abriga 262 espécies de peixes, muitas sob risco de extinção. Dois milhões de jacarés são mortos por ano no Pantanal —uma média de 5.500 por dia.

Dos 4,9 milhões de quilômetros quadrados ocupados pela chamada Amazônia legal (equivalentes a nada menos do que 60% do território nacional), 500 mil quilômetros quadrados (ou a mesma área de dois Estados de São Paulo) já foram devastados. A caatinga, o pampa, as restingas, os manguezais, a zona dos cocais, os campos rupestres: todas essas áreas estão ameaçadas.

O Brasil possui 31 milhões de hectares de áreas de preservação (apenas 3,7% da superfície do país), mas nenhum parque nacional brasileiro está de fato protegido: as invasões e devastações são constantes.

De acordo com o brasilianista Warren Dean, autor do livro "A Ferro e Fogo" —um relato sobre a destruição da mata atlântica—, no futuro os livros de história do Brasil deverão começar com a seguinte frase: "Crianças, vocês vivem em um deserto. Vamos contar como vocês foram deserdadas". Se nada mudar, assim será.

O Reino da Biodiversidade

Independentemente de divagações etimológicas, esta é a Terra da Bem-Aventurança: o país da segunda chance, o paraíso na Terra. O Brasil de São Brandão. O que o Brasil precisa para cumprir seu destino profético? De desenvolvimento auto-sustentável, de preservação, de bom senso, decência e dignidade no trato com a terra. As alternativas existem, e são muitas.

Na Amazônia, as queimadas já consumiram o equivalente a US$ 2 bilhões em árvores que poderiam ter sido vendidas. Vendidas, sim, mas não pelas madeireiras da Malásia, que, depois de devastar florestas da Tailândia, Bornéu e Vietnã, se instalaram na Amazônia em 1997. Vendidas pela empresa suíça Precious Woods, a única que atua na região e possui a aprovação dos ambientalistas, pois dividiu sua área de 50 mil hectares em 25 lotes de 2 mil hectares, explorando um por ano e recuperando os demais. Outro caminho efetivo para a exploração da Amazônia é o extrativismo com manejo ecológico de produtos como copaíba, castanha, cacau, açaí, dendê, babaçu, guaraná e látex.

A pesquisa de plantas medicinais (25% de todas as drogas utilizadas na medicina moderna, como o quinino e a vincristina, por exemplo, nasceram de princípios ativos vindos da selva) é mais uma boa opção natural para a preservação e valorização da floresta, enquanto o Floran, projeto de reflorestamento que mescla espécies nativas e exóticas, desenvolvido por técnicos da Universidade de São Paulo (USP), seria a solução para as áreas já devastadas.

A mata atlântica —cujos principais inimigos no passado foram a extração do pau-brasil e as lavouras de cana e café e cuja ameaça atual é a especulação imobiliária— também pode ser salva, desde que se faça um plano de zoneamento e ocupação. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo lançou 15 toneladas de sementes de plantas nativas sobre a serra do Mar.

Quando se sabe que, por ordem do imperador d. Pedro 2º, toda a floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, foi replantada após ser devastada, não há por que não acreditar que o projeto de São Paulo não vá vingar. O turismo ecológico no Pantanal (e na Amazônia) é outra fonte que alia interesses econômicos e preservacionistas.

Para os animais selvagens também há chances plenas de sobrevivência, como provam os luminosos projetos desenvolvidos pelo Tamar, que já salvou mais de 1 milhão de filhotes de cinco espécies de tartarugas na Bahia; pelo Biodiversitas, que luta pela sobrevivência do raríssimo macaco mono-carvoeiro em Minas Gerais; pelo Centro Nacional de Sirênios, da ilha de Itamaracá, que defende o peixe-boi; e pelo projeto que a World Wildlife Foundation desenvolveu em Poço das Antas, no Rio de Janeiro, elegendo o mico-leão-dourado como o "urso panda brasileiro": o símbolo da luta ecológica no trópico. Esses são alguns dos caminhos para que o Brasil possa se reconciliar com a grandiosidade de seu destino há muito profetizado: o país da segunda chance, o paraíso na Terra. O Brasil de São Brandão, a Terra da Bem-Aventurança.

Um dos grandes vilões da vida urbana brasileira é o automóvel. Além de ter congestionado as cidades, poluí-las e aumentar seus ruídos, foi o responsável pela saturação diurna e pelo abandono noturno de seus centros. Para a frota automobilística brasileira, o século 21 já chegou. Pelo menos em números brutos (já que, como disse o ex-presidente Collor, "o carro brasileiro é uma carroça").

Sétimo maior fabricante mundial (embora tenha apenas um carro para cada 11 habitantes, índice considerado muito baixo), o Brasil produziu 2,45 milhões de veículos em 1997. Esse número só deveria ser atingido em 2001. A frota brasileira atual é de 18 milhões de veículos. As previsões indicam que será de 25 milhões no ano 2000 e de 36 milhões em 2003. Como será possível circular pela avenida Paulista? (Acima, em 1997; ao lado, em 1892.)

Infernos Urbanos

São Paulo é a mais perfeita tradução do caos urbano do Brasil. São Paulo da garoa ácida, São Paulo do grito do Ipiranga com a avenida São João: a segunda maior metrópole do planeta, vibrante e milionária mas congestionada e poluída. São Paulo "black rain", São Paulo "black tie": a cidade que reflete o vertiginoso processo da urbanização brasileira. Em 1930, São Paulo tinha 1 milhão de habitantes (e o Brasil 35 milhões). Hoje, a grande São Paulo tem 25 milhões (e o Brasil 157 milhões). No ano 2000, o Brasil terá quase 200 milhões e São Paulo quase 30 milhões. Se São Paulo resolver seus problemas, o Brasil urbano estará salvo. Mas quem pode resolver os problemas de São Paulo?

A cidade se expandiu para além das margens do Tietê, hoje o rio mais poluído do mundo. Ao lado do antigo rio das monções foi construída a via expressa mais movimentada do Brasil, a Marginal. Por São Paulo circula 25% da frota brasileira de automóveis. Existem duas periferias em São Paulo: a periferia rica, dos condomínios fechados, e a periferia pobre, das favelas medonhas. O centro de São Paulo é um aglomerado de prédios históricos descaracterizados, praças malcuidadas, ambulantes e trombadinhas, mau cheiro e mau gosto. O que acontece em São Paulo espelha o futuro de quase todas as outras metrópoles brasileiras, caso elas permaneçam crescendo da forma como cresceram até agora.

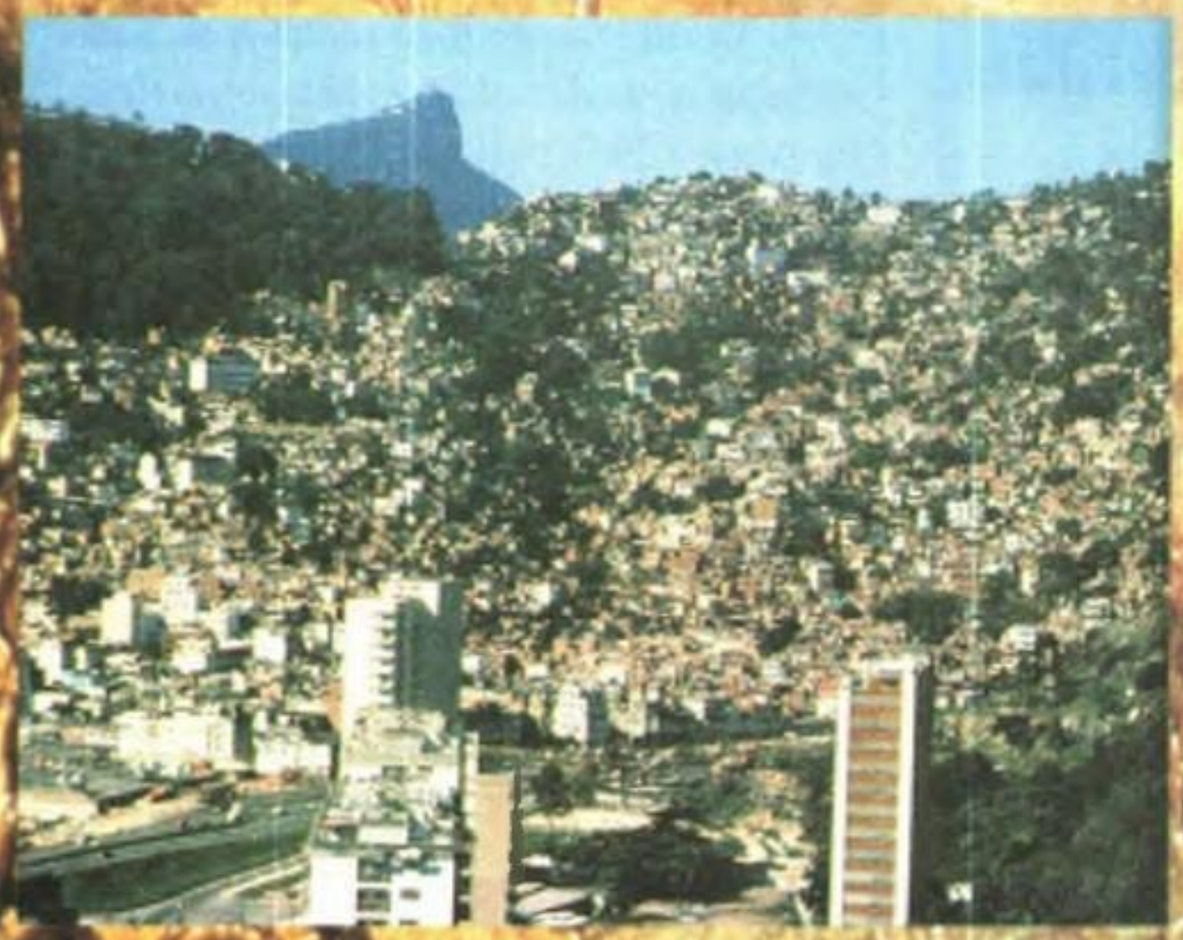
Até 1960, o Brasil era, como se dizia então, "um país essencialmente agrícola". Hoje, é preponderantemente urbano: a vida nas cidades, por inúmeros motivos, tornou-se a opção de 71% da população brasileira (segundo dados de 1993, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Embora a tendência seja a diminuição desta proporção, o futuro das metrópoles brasileiras (pelo menos quatro delas a caminho de se tornarem uma megalópole, como São Paulo) permanece incerto. Graças a uma política habitacional caolha e a uma política imobiliária canalha, o Brasil reprisa nas cidades a pirâmide de desigualdade que define seu perfil socioeconômico.

Nas grandes cidades brasileiras se misturam os prédios "inteligentes" (controlados por computador) com as favelas da burrice, numa vertigem real. "Queremos (...) motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa Arte", disse Menotti del Picchia para uma platéia atônita no Teatro Municipal de São Paulo, na abertura da Semana de Arte Moderna de 1922. Com exceção do "sonho", o desejo de Del Picchia se concretizou. São Paulo é um poema concreto, sem rima e sem rumo.

As Cidades Maravilhosas

O Rio de Janeiro continua lindo. O Rio de Janeiro continua sendo a cidade mais emblemática do Brasil. Isso não impede que seus problemas sejam de tal forma evidentes que o impossibilitaram de ultrapassar a fase classificatória entre as cidades que se inscreveram para sediar as primeiras Olimpíadas do terceiro milênio, em 2004. Poderá o Rio voltar a refulgir como a cidade maravilhosa que um dia foi? A resposta, evidentemente, é sim. "Os problemas urbanos são complexos, mas as soluções podem ser muito simples", disse, certa vez, Jaime Lerner. E Lerner foi o prefeito que ajudou a estabelecer a fama mundial de Curitiba como "capital ecológica" e "cidade-modelo": um paraíso urbano do Brasil. Curitiba completou 300 anos em abril de 1993.

Embora tenha inchado com o êxodo rural (passando de 500 mil habitantes em 1970 para 1,4 milhão em 1990), a cidade tem 54m² de área verde por habitante (mais que o triplo recomendado pela Organização Mundial da Saúde e 13 vezes mais que São Paulo). Setenta e cinco por cento da população usa ônibus (graças a um sistema de 500 km de linhas bem-planejadas), economizando 25% de combustível e baixando os índices de poluição para 68 microgramas de dióxido de enxofre no ar do centro da cidade (menos da metade que São Paulo). Noventa e cinco por cento dos moradores de Curitiba fazem coleta seletiva de lixo, novidade quase desconhecida no resto do Brasil. "Se houver uma cidade-modelo para o futuro, ela terá de fazer o que Curitiba está fazendo", disse Albert Appleton, responsável pela proteção ambiental de Nova York, cidade que 60% dos moradores gostariam de abandonar. Dos curitibanos, 99% querem ficar onde estão.



O Brasil entrou no século 20 sob o signo da favelização. Expulsas dos cortiços que ocupavam no centro do Rio de Janeiro, em função das obras de urbanização feitas entre 1903 e 1906, milhares de pessoas se mudaram para barracos que ergueram no morro da Providência. O local passou a se chamar morro da Favela, em alusão a uma elevação existente em Canudos (BA), onde o exército massacrara os seguidores do Conselheiro.

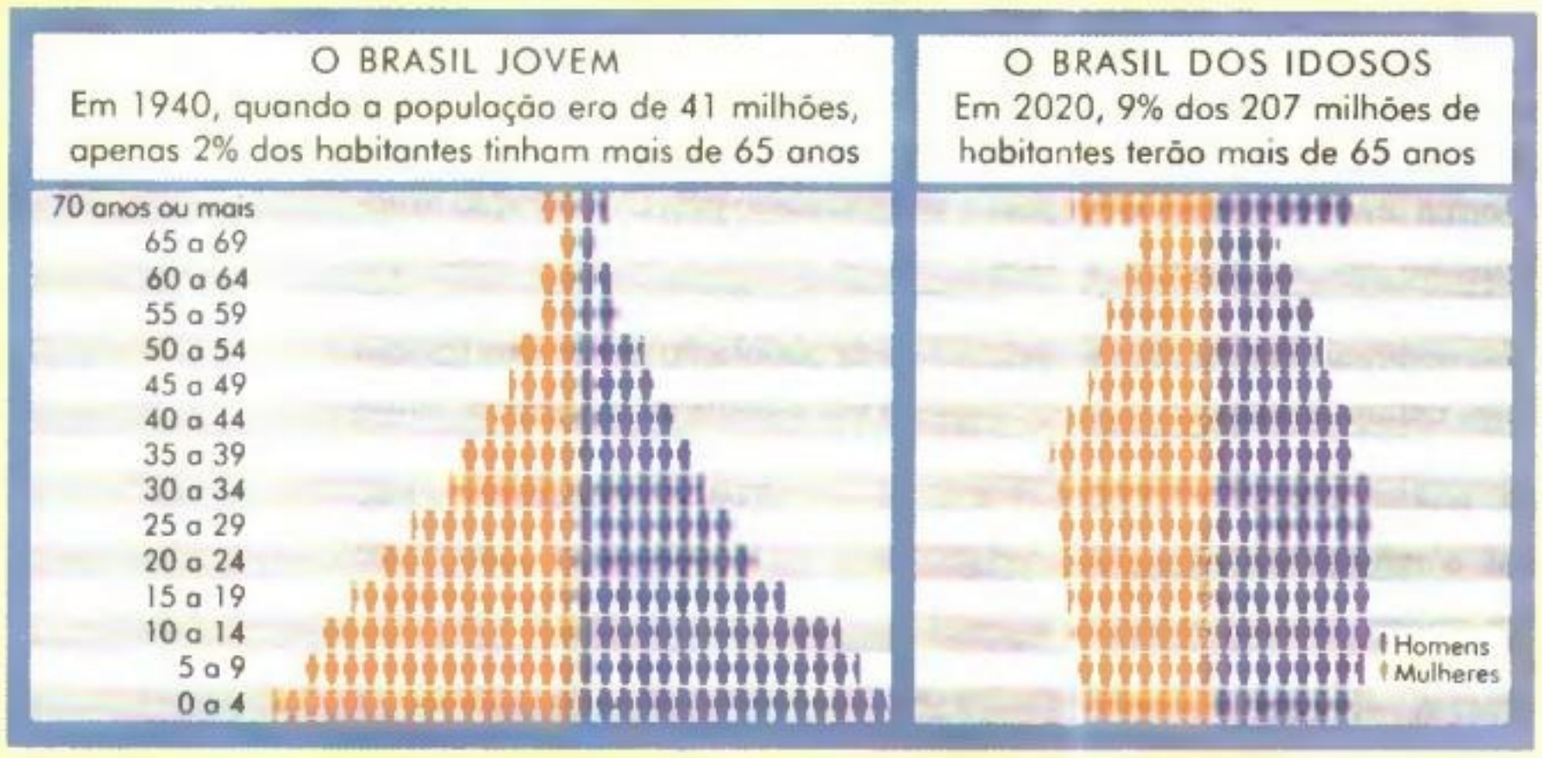
Na aurora do terceiro milênio, cerca de 20 milhões de brasileiros vivem em favelas: são 5,572 milhões de famílias. O Brasil possui uma das maiores favelas do mundo, a da Rocinha (à esquerda), no Rio de Janeiro. Mas o Rio, pioneiro na favelização, está longe de ser a única cidade a enfrentar o problema: em Recife, 43% da população vive em favelas; em Salvador, 33%; em São Paulo, 20%; no Rio, 25%. Em 1996, o governo federal investiu US$ 195 milhões em habitações populares. Por outro lado, destinou US$ 15 bilhões ao Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), destinado a "salvar" bancos falidos.

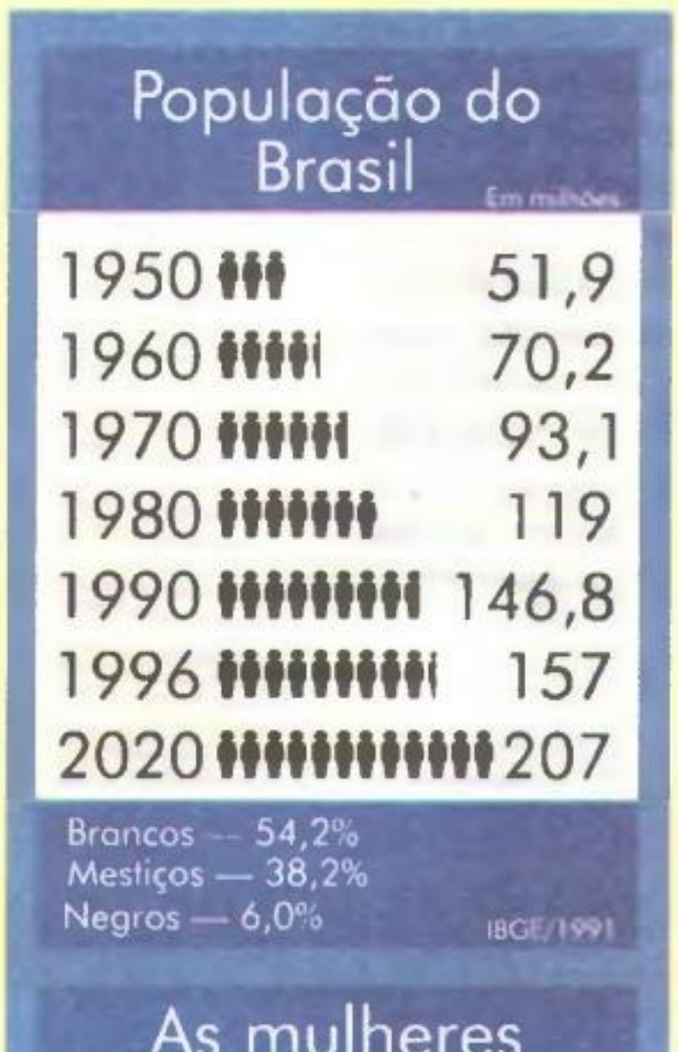
O Brasil Real

Que país é este? Ao concluir, em 1954, que era "um país de contrastes", o sociólogo francês Roger Bastide talvez tenha apenas encontrado uma forma elegante de dizer que o Brasil, na verdade, é o reino da desigualdade. Social, econômica e até vegetativamente, esta é uma nação desequilibrada e cruel.

Naquela que já foi a oitava economia do planeta (atualmente é a 11ª), naquele que foi o país cujo PIB mais cresceu no mundo desde o pós-guerra (com exceção do Japão), o cidadão típico ganha um dos menores salários do mundo, mora a um passo da favela, não tem esgoto, não tem telefone, não tem geladeira, não tem carro, não completou o segundo grau, não tem plano de saúde, não está garantido no emprego. Os índices de qualidade de vida são baixos —virtualmente rasteiros— no Brasil real.

Educação, renda e expectativa de vida são os indicadores que a ONU escolheu para definir o grau de "desenvolvimento humano" de cada nação. O Brasil está mal nos três (*veja quadros na página ao lado*). Noutros indicadores óbvios, como no investimento em saúde, o país revela o grau de sua crueldade social. Cerca de 120 milhões de brasileiros dependem do governo para tratar da saúde (37 milhões têm planos privados), mas o Brasil jamais investiu mais de US$ 90 ao ano por habitante em saúde, média de US$ 12 bilhões anuais (cerca de 2,6% do PIB).





O país do futuro será um país de idosos e de mulheres. No Brasil, a população feminina e o número de velhos têm crescido em taxas superiores à dos homens, dos jovens e das crianças. As mulheres já são mais da metade da população brasileira (51%, segundo o senso de 1991; 53% de acordo com projeções atuais do IBGE). Elas ocupam 23% do mercado de trabalho, mas ganham, em média, 43% menos que os homens. Talvez por isso haja cada vez mais emprego para elas do que para eles. De todo o modo, no Brasil, as mulheres vivem, em média, oito anos mais do que os homens (70 contra 62 anos de expectativa de vida, uma das diferenças mais altas do mundo).

O Brasil tem mantido milhões de suas crianças no mais completo abandono (*leia na página 296*), mas não tem tratado seus idosos melhor: a velhice é desprezada neste país. No entanto, na segunda década do terceiro milênio, os brasileiros com mais de 60 anos serão 33 milhões, ou 15% da população do país. Atualmente, os brasileiros com idade acima de 60 anos somam 11,7 milhões (ou 7,8% da população), e os sistemas de saúde e de seguro social se mostram incapazes de atendê-los. Essas condições tendem a piorar ainda mais quando o terceiro milênio chegar.

O País da Desigualdade

Uma pesquisa recente feita entre os cem homens mais influentes do país, publicada pela revista "Veja" em junho de 1996, revelou que 42% dos integrantes da elite brasileira acham que "investir em educação" constitui o melhor caminho para mudar o Brasil e acabar com a miséria, e que a "valorização da educação" é aquilo que os países do Primeiro Mundo têm de mais admirável. O problema é que de todos os índices degradantes que compõem a radiografia socioeconômica do Brasil, a educação talvez seja o mais vergonhoso.

O Brasil tem 19,7 milhões de analfabetos com mais de 14 anos. Dos 137,3 milhões que sabem assinar o próprio nome, 60% (ou cerca de 90 milhões de pessoas) são "analfabetos funcionais" —incapazes de escrever, por exemplo, uma carta. Dez milhões, dos 14 milhões de crianças entre 3 e 6 anos, não vão à pré-escola, e, de cada cem que chegam ao primeiro grau, só 33 concluem a 8ª série.

Não é de admirar que a Unesco seja impiedosa ao situar o ensino no Brasil como o terceiro pior do mundo, acima só de Bangladesh e Guiné-Bissau, e que, numa análise do "grau de instrução básica", o país tenha superado somente Moçambique.

A educação é um dos três indicadores de progresso que medem o "índice de desenvolvimento humano" de um país, de acordo com a ONU. Os outros dois são renda per capita e expectativa de vida —e em ambos a colocação do Brasil é lastimável.

O PIB per capita ajustado é de US$ 3.469 por ano, o que coloca o Brasil em 68º entre as nações do mundo. Acontece que, em números reais, os 50% mais pobres da população detêm apenas 13,6% da renda total do país, enquanto os 10% mais ricos se apropriam de 42,6% do bolo. Quase 50% dos brasileiros ganham menos de US$ 150 mensais. A expectativa de vida é de 66 anos (70 anos para as mulheres, 62 para os homens). Com ela, o Brasil fica em 68º lugar entre 150 nações.

Educação

O Brasil tem
19,7 milhões
de analfabetos com mais de 14 anos e
10 milhões
de crianças entre 3 e 6 anos que não vão à pré-escola.

A riqueza	A pobreza
O PIB do Brasil é de **US$ 492 bilhões** o que o torna a **11ª** economia do planeta e o **9º** país mais rico do mundo (segundo a paridade do poder de compra do dólar) Fonte: FMI	**74º** lugar no ranking de qualidade de vida **18,7%** da população vive abaixo da linha de pobreza **26,1** é o número de vezes que a renda dos mais ricos é maior que a dos mais pobres

A terra

No Brasil existem
35.083
latifúndios improdutivos ocupando
352 milhões
de hectares.
Existem também
4 milhões
de famílias sem terra, que precisam de
60 milhões
de hectares para serem assentadas.

O Brasil sem

telefone	108,7 milhões
esgoto	84,6 milhões
carteira assinada	42 milhões
previdência social	39,6 milhões
TV	28,7 milhões
terra	20 milhões
educação	19 milhões
luz elétrica	11,5 milhões
rendimentos	10 milhões
trabalho	4,5 milhões

Os Meninos do Brasil

O Brasil tem cerca de 7,5 milhões de trabalhadores com menos de 18 anos de idade (ou 11,6% do total de empregados do país). O mais grave é que, desse total, pelo menos 3 milhões são crianças entre 10 e 14 anos que trabalham pelo menos 8 horas por dia, frequentemente em troca de salários miseráveis (70% delas recebem meio salário mínimo —ou até menos).

O Brasil come, veste, se locomove e até dorme em produtos feitos pelo trabalho infantil. Segundo o IBGE, 55% das meninas brasileiras entre 12 e 14 anos ganham a vida como empregadas domésticas. Lavar, passar, varrer e cozinhar pode ser um trabalho duro, mas há crianças cortando mil pés de cana por dia, recolhendo 250 quilos de laranja, carregando 30 quilos de argila de uma só vez, ou fazendo carvão e respirando fuligem —aos 10 anos de idade.

O trabalho infantil é ilegal no Brasil. De acordo com o artigo 277 da Constituição de 1988, a idade limite do trabalhador é de 14 anos —um a menos do que os 15 anos, que é o padrão médio internacional. Um subterfúgio da lei permite que crianças possam ser contratadas a partir dos 12 anos —desde que a ocupação tenha "caráter de aprendizado". Mas o que se pode aprender cortando cana, ou carregando laranja, ou queimando o cerrado para fazer carvão, como fazem 2.000 crianças só em Mato Grosso?

Se fosse considerado uma categoria profissional, esse verdadeiro exército de crianças seria cinco vezes maior do que o contingente de trabalhadores da construção civil, hoje o maior do Brasil (com 1,5 milhão de pessoas). Que destino aguarda os 35 milhões de meninos e meninas do Brasil no raiar do terceiro milênio?

Iconografia Comentada

O Brasil Projeta Sua Imagem no Mundo

Uma Breve Análise da Obra dos Pintores, dos Ilustradores e dos Fotógrafos que Fabricaram o Imaginário Visual do Brasil

Primeiras Visões da Terra do Brasil

A clausura na qual Portugal manteve o Brasil durante os três primeiros séculos de colonização teria profundos reflexos no surgimento das imagens referentes à nova terra. Por cerca de 300 anos os portugueses não produziram um único quadro ou gravura retratando seu vasto império tropical. Mas isso não impediu que visões do Brasil se espalhassem pela Europa, estimulando o imaginário de príncipes e plebeus, já que vários viajantes estrangeiros se encarregaram de descrever o país. A primeira imagem do Brasil a surgir na Europa seria uma xilogravura que retratava os índios do litoral (*no alto, à esquerda*). Feita pelo gravador alemão Johann Froschauer, em 1505, a imagem foi criada para ilustrar a carta "Mundus Novus", escrita por Américo Vespúcio em 1503.

Meio século se passaria antes que novas imagens dos povos, animais e plantas do Brasil voltassem a fascinar os europeus. Outra vez, não seriam obras de portugueses, mas de seus rivais estrangeiros. O padre franciscano francês André Thevet (*à direita*) veio ao Brasil com a expedição de Villegaignon, responsável pela fundação da França Antártica em 1555. Thevet deixou o Rio de Janeiro antes que o fracasso da colônia se configurasse. De volta a Paris, lançou em 1558 seu extraordinário "As Singularidades da França Antártica" —um relato precioso, ricamente ilustrado, sobre sua estada de dez meses no Brasil. Os costumes indígenas, os animais exóticos, as frutas tropicais, tudo foi registrado pelo olhar "antropológico" de Thevet, que, além de escrever bem, produziu várias xilogravuras ou orientou sua produção.

A França Antártica foi destruída pela cisão interna entre católicos e protestantes. Após a partida de Thevet, chegou ao Rio de Janeiro o pastor calvinista Jean de Léry, que também descreveria sua estada no país. Como no caso de Thevet, o livro "Viagem à Terra do Brasil", de Léry, é um relato deslumbrante e "enciclopédico", fartamente ilustrado. A diferença é que as gravuras originais de Léry seriam, mais tarde, refeitas pelo gravador flamengo Théodore de Bry na obra monumental "Grandes Viagens". De Bry se dispôs a ilustrar toda a história da descoberta e conquista da América. Foi o trabalho de uma vida —e teve continuidade na obra de seus filhos, Israel e Johann.

De Bry também refez aquelas que se tornaram as imagens de maior impacto do Brasil colonial. Lançadas para ilustrar o extraordinário relato do marinheiro Hans Staden, as xilogravuras, que revelam minuciosamente o ritual antropofágico dos tupinambás viraram o ponto alto não apenas do livro de Staden, mas também do próprio trabalho de De Bry. Ao contrário de Léry e Thevet, Staden era um mercenário sem lustro cujo relato é eventualmente fantasioso ou vulgar. Mas sua descrição do banquete antropofágico continua sendo a fonte fundamental para o estudo do canibalismo. Retrabalhadas por De Bry, as gravuras originais de Staden se transformariam na imagem mais tétrica —e fascinante— do Brasil colonial. E numa das mais duradouras também: por mais de dois séculos a Europa veria o Brasil como uma espécie de paraíso canibal. Uma imagem que Portugal —com o "silêncio" visual que impôs à sua colônia— não se preocupou em desfazer.

Do Brasil Holandês à Missão Francesa

Na terceira década do século 17, os índios, os animais e as paisagens do Brasil serviram de inspiração para a criação de meia centena de obras-primas realizadas pelos pintores holandeses que o príncipe Maurício de Nassau trouxe para Pernambuco. Durante os 24 anos da ocupação holandesa da zona açucareira do litoral nordestino, os sete anos do "reinado" de Nassau foram uma espécie de época de ouro. Como um príncipe renascentista, Nassau era um mecenas disposto a estimular as artes e proteger os artistas. Junto com ele, desembarcaram em Recife, em 1637, os pintores Frans Post e Albert Eckhout, dois gênios da terra de Rubens e Rembrandt. A eles caberia a missão de produzir os primeiros retratos absolutamente fiéis —e ao mesmo tempo irretocavelmente artísticos— dos homens e da natureza do Novo Mundo.

Embora tenha feito inúmeros registros da fauna e da flora brasileiras, Albert Eckhout se notabilizaria pela produção dos "três casais" —seis telas monumentais registrando um casal de índios tapuias, um casal de tupinambás, um de negros e um de cafuzos, com uma dignidade que parece saltar da tela. Frans Post (*à direita*) era basicamente paisagista, mas a precisão e o fervor com os quais se dedicou a registrar suas cenas brasileiras o transformaram num dos maiores artistas a jamais pisar nos trópicos. O legado dos pintores de Nassau nos permite ter, após mais de três séculos, uma visão grandiosa de um período fascinante da história do Brasil.

Dias depois de desembarcar na Bahia, em janeiro de 1808, d. João 6º abriu os portos do Brasil "às nações amigas". Ao mesmo tempo parecem ter-se aberto também as mentes da corte para as potencialidades da colônia. Ao transformar o Brasil em Reino Unido a Portugal, d. João decidiu tornar o Rio de Janeiro a capital tropical do império luso. Para isso, fez desembarcar na cidade a missão artística francesa. Embora a discórdia interna e a inveja externa tenham sido marcas primordiais da estada da missão no Brasil, seu legado artístico e cultural foi monumental —e duradouro.

Com a missão, desembarcou no Brasil o pintor Debret, cuja obra se tornaria a mais perfeita tradução do Brasil colonial e formaria a imagem que todos os brasileiros letrados fazem desse período. A obra de Debret se confunde com a de Rugendas, o pintor alemão que chegou ao Brasil pouco depois. Rugendas veio acompanhando a expedição de Langsdorff, uma das primeiras entre as inúmeras missões científicas que aportaram no Brasil após a abertura dos portos. Rugendas e Debret permanecem como fontes principais, mas as imagens produzidas pela expedição de Spix e Martius, como "Lagoa das Aves no Rio São Francisco" (*acima, à direita*), também se tornariam referências iconográficas definitivas não só para a visualização de um tempo que se foi, mas para sua plena compreensão. Não fosse a obra dos artistas holandeses, franceses e alemães, a jornada visual aos tempos coloniais seria, hoje, uma tarefa impraticável.

A Monumentalização do Brasil

A missão francesa, trazida ao Brasil por d. João 6º em 1816, era formada por pintores, escultores e gravadores que haviam caído em desgraça na França após a derrocada de Napoleão. Esses homens, que tinham ajudado a criar os "símbolos" e a estética da "nova" França, seriam responsáveis, entre outras tantas obras, pela fundação, no Rio de Janeiro, da Academia e Escola Real de Artes, que mais tarde se tornaria Academia Imperial de Belas-Artes (e, após a Proclamação da República, viria a ser Escola Nacional de Belas-Artes). Durante mais de um século, a academia ditou as normas da produção artística no país e, especialmente na segunda metade do reinado de d. Pedro 2º, entre 1855 e 1885, se envolveria no processo que já foi chamado de "monumentalização" da história do Brasil.

Sob os auspícios do imperador —ele próprio arqueólogo e historiador diletante—, iniciou-se um período em que, pela ótica de um nacionalismo conservador e exultante, toda a história pregressa do Brasil foi "redescoberta" e relida por uma visão "brasileira", embora ainda reverente à herança lusitana. Os frutos historiográficos mais notáveis produzidos nesse período são os estudos eruditos publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na esplendorosa "História Geral do Brasil", de Varnhagen. Tal projeto encontraria seu "braço pictórico" na obra de Pedro Américo, Vítor Meireles, Almeida Júnior, Rodolfo Amoêdo, Henrique Bernardelli, José Zeferino da Costa e Antônio Parreiras —pintores que, financiados por d. Pedro 2º, se encarregaram de produzir novas imagens do velho Brasil.

Polêmica desde o dia de sua fundação, a Academia Imperial de Belas-Artes já foi acusada de ter "destruído" o que de mais inventivo havia na arte brasileira: o barroco, "espécie de espírito genético da nossa estética", como apontou o crítico Wilson Coutinho. Mas a gênese do barroco era basicamente medieval e, de certa forma, a vinda da missão "civilizatória" francesa significaria uma modernização nos padrões artísticos brasileiros de então. Se, após a morte de seu principal defensor, o conde da Barca, e do falecimento de seu diretor, Joachim Lebreton, o comando da academia tivesse passado às mãos de Nicolas-Antoine Taunay (*à esquerda*), os destinos da arte no Brasil teriam sido outros. Mas quem assumiu a direção da instituição foi o pintor lusitano Henrique José da Silva, que imprimiu uma linha reacionária e burocratizante.

A academia se tornaria um baluarte irremovível do neoclassicismo e assim se manteria por mais de 50 anos, especialmente durante o reinado de d. Pedro 2º. Embora boa parte dos pintores prediletos de d. Pedro 2º ganhasse bolsas para estudar na Itália —como Almeida Jr., cumprimentando o imperador antes de partir (*no alto, à esquerda*)—, a condição para permanecer nas graças do mecenas parecia ser manter-se longe das revoluções artísticas cujos ventos já varriam a Europa. Junto com as gravuras de Debret, são as obras produzidas pela academia —principalmente os quadros de Pedro Américo e de Vítor Meireles— que ilustram os livros didáticos de história do Brasil. As imagens produzidas pelos "invasores" franceses e holandeses em geral são desprezadas.

A Fabricação das Imagens

É próprio da imaginação histórica edificar mitos que, muitas vezes, ajudam a compreender antes o tempo que os forjou do que o universo remoto para o qual foram inventados." A frase do crítico Alfredo Bosi, construída a partir de uma revisão da literatura romântica de José de Alencar, serve perfeitamente para definir as pinturas históricas feitas por Pedro Américo, Vítor Meireles e congêneres. Como o romance "O Guarani", de Alencar, as pinturas da academia faziam parte do esforço do império para definir a "identidade nacional", estabelecendo um novo conceito de povo, raça e cidadania.

Da mesma forma que "O Guarani", quadros como "A Primeira Missa no Brasil", de Meireles, "Elevação da Cruz", de Pedro Peres, e "O Descobrimento do Brasil", de Oscar Pereira da Silva (*página 17, no alto*), procuram mostrar a união simbólica de brancos e índios num ambiente de exuberância tropical. Tanto os livros como os quadros —a estes se somam a polêmica "A Batalha dos Guararapes", de Meireles (acusado de tê-la copiado de "A Batalha do Avaí", de Pedro Américo), "Tiradentes Esquartejado" (*página 81, no alto*) e "O Grito do Ipiranga" (*no alto, à direita*), ambos de Pedro Américo (o segundo, descaradamente plagiado de "Napoleão em Friedland", de Meissonier)— pretendiam lançar as bases de um conceito de nacionalidade e estabelecer seu "domínio" também no campo do imaginário. Assim, o classicismo da academia não era só um estilo artístico, mas, como disse o historiador José Murilo de Carvalho, representava e se punha a serviço de "um conjunto de valores sociais e políticos", no seu esforço de criar a nova imagem da nação.

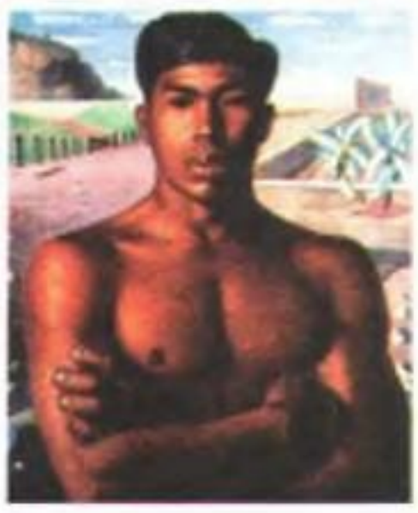
Após a Proclamação da República, a Academia Imperial de Belas-Artes não apenas mudou de nome: mudou de direção e baniu os artistas ligados ao antigo regime. Mas como a República foi incapaz de produzir uma estética própria, nem tentou redefinir politicamente o uso da estética anterior, a pintura histórica continuou sendo feita nos moldes anteriores —eventualmente até pelos mesmos pintores (Pedro Américo, por exemplo, pintou Tiradentes, logo elevado à categoria de "símbolo" do novo regime, em 1894). Não só a estética era a mesma: seus fins permaneceram inalterados. E o quadro "A Proclamação da República", de Henrique Bernardelli (não por acaso, novo diretor da academia), é exemplar nesse sentido, como revela J.M. Carvalho no livro "A Formação das Almas": "O estilo do quadro é a clássica exaltação do herói militar, elevado sobre os comuns mortais montando fogoso animal. É a exaltação do grande homem, fazedor da história".

Pouco importa que a realidade tenha sido bem distinta da imagem. Em 1895, fundado o Museu Paulista, dirigido por Hermann von Ihering, que propusera o extermínio dos índios caingangues, iniciou-se o projeto de fabricação do mito do bandeirante impávido (justamente na mesma época em que São Paulo começava a usufruir a pujança trazida pelo café). O processo continuou sob a batuta do historiador Afonso Taunay (bisneto do pintor Taunay). A ele se juntaram os pintores-historiadores Benedito Calixto (*no centro*), Teodoro Braga e Oscar Pereira da Silva. Lutando para reproduzir o passado, acabaram revelando mais a sua própria época —apesar de seus quadros ainda serem considerados retrato fiel da realidade.

O Legado dos Pintores Modernistas

O senhor não teria algumas flores?", perguntou o duque de Windsor a Cândido Portinari ao visitar a mostra individual do pintor em Paris, em 1946. "Flores, não", respondeu o artista. "Só miséria." Pintor das vidas secas e das tristes sinas, dos "casebres de açafrão e de ocre nos verdes da favela", retratista dos retirantes e dos desvalidos, Portinari, autor de "Menino Morto" *(acima, à direita)* tinha ajudado a romper com o academicismo e a introduzir a "ideologia da pobreza" na arte brasileira, tornando-a "engajada" e esquerdista. Aquilo que, três décadas antes do diálogo entre Portinari e o duque de Windsor, seria absolutamente impossível, começara a se materializar no Brasil a partir da exposição de Anita Malfatti em São Paulo, em dezembro de 1917 (*leia em "A Cultura: de Machado ao Pau-Brasil"*).

Influenciada por mestres franceses e alemães, Anita fazia uma combinação eclética de estilos, e sua exposição introduziu o Brasil na era da arte moderna. Na verdade, tal pioneirismo deve ser atribuído ao pintor Lasar Segall, lituano naturalizado brasileiro, cuja exposição, feita em 1911, em São Paulo, foi o primeiro vislumbre do modernismo a relampejar no Brasil. Mas o estranhamento provocado pela intensidade fauvista, pela distorção expressionista e a geometrização cubista fundidas na pintura de Segall foi tal que sua mostra repercutiu pouco. A exposição de Anita, por sua vez, se tornaria um dos marcos iniciais da Semana de Arte Moderna, do Manifesto Pau-Brasil e da Antropofagia, que tanta importância teriam na fabricação de outra visão do Brasil. O que mostrava essa nova imagem?



Mostrava um Brasil mulato, mestiço e múltiplo. Um Brasil de segunda classe; crioulo, criança, crispado que, apesar de todas as mazelas, conseguia ser tropicalista e carnavalesco. O Brasil que os pintores modernistas descobriram em Paris, onde eles todos estudaram, ajudaria a abrir caminho para os ensaios de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., também dispostos a investigar a multiplicidade e os miasmas da brasilidade. Entre os pintores modernistas talvez a mais importante tenha sido Tarsila do Amaral (*auto-retrato à esquerda e "Segunda Classe", no alto, à esquerda*), cuja força fertilizadora e síntese de brasilidade, emocional e vibrante, só podem ser comparadas às da obra musical de Villa-Lobos. A ela se juntaria Di Cavalcanti com suas mulatas ardentes, palmeiras balouçantes e camas desfeitas.

Os modernistas desfeririam o golpe de misericórdia no academicismo, tão bem definido pelo diálogo travado entre Portinari e seu velho professor, Rodolfo Amoêdo. "No seu tempo", disse Portinari, "a gente passava horas e horas pintando uma laranja. Hoje eu faço um disco amarelo e pronto: 'é' uma laranja". As laranjas, bananas e palmeiras, os cactos, as chaminés e os miseráveis de Tarsila, Di, Portinari e Anita ajudariam o Brasil a se (re)descobrir. Ao desvendar o país através da distorção figurativa de suas obras, os modernistas se aproximaram muito mais do Brasil real do que jamais fez o realismo neoclássico dos pintores que os antecederam. Ainda assim, ou talvez por isso mesmo, seus quadros raramente são usados para ilustrar as obras didáticas sobre a história do Brasil.

Ao contrário de Portinari, que começara a carreira estudando na Escola de Belas-Artes, Di Cavalcanti dera início a sua trajetória artística como ilustrador da revista "Fon-Fon!". No alvorecer do novo século, a imprensa brasileira fora convulsionada pelo surgimento de dezenas de novas revistas, entre as quais as mais famosas seriam "Fon-Fon!" (fundada em 1907 e reduto dos simbolistas), "Careta" (surgida em 1908 e agrupando parnasianos) e a pioneira "O Malho", fundada em 1902 e uma das mais importantes revistas de crítica de sua época.

Todas elas reuniam um time admirável de ilustradores e caricaturistas. Artistas como J Carlos, Belmont, K Lixto, Raul Pederneiras, Seth e Voltolino não só desenvolveram um estilo incisivo e insidioso, original e ágil, inspirado no "art nouveau" e resplandecente em modernidade, como acabaram desempenhando um papel fundamental na formação do imaginário da nação. Afinal, seria nessas revistas e através do trabalho desses ilustradores brilhantes que o esforço estético e ideológico da República de utilizar como símbolo uma mulher altiva e pura acabaria sendo francamente detonado.

Enquanto pintores positivistas militantes, como Décio Vilares, se empenhavam em representar a República como Palas Atena, na pena debochada e cruel dos cartunistas ela se transformaria numa velha senhora abatida, ou numa prostituta lasciva, ou numa mulher de seios fartos, como a desenhada por Vasco Lima. "É a nudez crua da verdade", diria esse ilustrador ao saber que o marechal Hermes da Fonseca reclamara do desenho. "A República dá de mamar a tanta gente!" Numa fina ironia da história, o marechal Hermes acabaria se casando com Nair de Teffé, uma caricaturista dessa equipe e desse tempo.

Como nos cartuns feitos na época do governo militar de 1964, pode-se encontrar uma imagem muito mais fiel da nação nas ilustrações dos anos 10 e 20 do que na arte subserviente da Escola de Belas-Artes dirigida pelo mexicano Henrique Bernardelli.

O Olhar dos Fotógrafos

Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e na França —onde a fotografia desempenha, há anos, papel decisivo na pesquisa e no registro antropológico—, a reprodução fotográfica do fato histórico ainda não obteve, no Brasil, sua autonomia como fonte documental desvinculada ou independente do discurso escrito. Não só isso: mesmo enquanto fonte subsidiária de informação histórica, a fotografia tem sido subutilizada no Brasil. Ainda assim, e também por isso, jogadas em arquivos ou empoeirando-se em museus, milhares de fotografias aguardam o momento em que serão transformadas num painel elucidativo e histórico do Brasil. Esse estado de coisas é especialmente lamentável e paradoxal quando se sabe que a fotografia talvez tenha sido inventada no Brasil, pelo artista francês Hercule Florence, em 1833.

Florence, que acompanhara a expedição de Langsdorff e fora o responsável pela mais admirável iconografia das monções, radicou-se no país e, em Campinas, teria descoberto o processo de fixação das imagens no papel. Por uma feliz coincidência, vários outros fotógrafos franceses realizariam um esplendoroso trabalho fotográfico no país. Marc Ferrez (*à direita, acima*) não só registrou a abertura da avenida Central, em 1904, como compôs um painel da vida cotidiana no Rio de Janeiro da virada do século. Na mesma época, Augusto Malta, um pioneiro do fotojornalismo, também registrou o dia-a-dia do Rio de Janeiro, enquanto em São Paulo esse trabalho seria brilhantemente realizado por Militão de Azevedo, que registrou minuciosamente a evolução urbana da cidade.

Outros pioneiros, em geral franceses, se destacariam no ofício de "congelar" na película as coisas do Brasil desde os primórdios da fotografia. Em torno de 1860, por exemplo, Victor Frond obteve os mais antigos registros fotográficos remanescentes da vida brasileira de então, publicando-o, na forma de litografias, no álbum "Brazil Pittoresco", de Charles Ribeyrolles. Ao realizar um suntuoso registro etnográfico da Amazônia em 1865, o suíço Frisch também se tornaria um dos "descobridores" da fotografia antropológica. Seu trabalho teria continuidade na obra de Christiano Júnior, que, no fim do século 19, compôs um apurado painel antropológico dos usos e costumes afro-brasileiros no Rio de Janeiro e na Bahia. Anos mais tarde, o antropólogo Lévi-Strauss também faria belas fotos para ilustrar seus trabalhos, como o garoto integralista fotografado em Santa Catarina, nos anos 30 (*no alto, à esquerda*).

O etnólogo Pierre Verger (*à esquerda, abaixo*), além de se tornar o maior estudioso da cultura afro-brasileira da Bahia, conferiu rigor antropológico e virtuosismo artístico às fotos que fez do candomblé e dos costumes dos descendentes de escravos. Nos anos 50, Jean Manzon, que fazia dupla com o repórter David Nasser em "O Cruzeiro", realizou, antes de virar documentarista cinematográfico (a serviço do "Brasil Grande" dos anos 70), um admirável registro fotográfico do país. Graças ao legado desses homens —e também à expressão dos retratados, sua disposição, seus trajes e o cenário que os cerca—, podemos obter uma visão da realidade brasileira que, de outro modo, seria muito difícil, senão impossível, recuperar.

Mesmo depois de a fotografia jornalística ter conquistado e imposto seu papel na tarefa de registrar os fatos históricos, a partir da Segunda Guerra Mundial, o Brasil continuou devendo muito ao trabalho de fotógrafos de origem estrangeira. Destaca-se aí a obra do húngaro naturalizado Thomas Farkas, autor de um belo registro da construção de Brasília, do já citado Jean Manzon, de Maureen Bisilliat e sua suntuosa visão dos índios do Xingu e da equipe da revista "Realidade", da qual faziam parte George Love, David Drew Zing e Luigi Mamprin, cujo trabalho aprimorou o fotojornalismo no Brasil na década de 60.

Mas brasileiros natos também realizaram um trabalho poderoso. Entre eles, deve-se citar a obra de José Medeiros, que, antes de virar diretor de fotografia no cinema (de filmes como "Aleluia, Gretchen" e "Memórias do Cárcere"), realizou, entre 1946 e 1962, um esplêndido trabalho em "O Cruzeiro", influenciando toda uma geração de fotógrafos com fotos como as que fez dos índios do Xingu (*à direita*). Mais tarde, os anos de chumbo do regime militar foram registrados pelas lentes de Walter Firmo, Evandro Teixeira e, especialmente, de Orlando Brito, autor do livro "Perfil do Poder", no qual faz um apanhado elucidativo dos governos militares e de onde foi tirada a foto de Ernesto Geisel que ilustra o alto desta página. Embora tenha se tornado "globe-trotter", o brasileiro Sebastião Salgado é um dos maiores fotógrafos do mundo. Em 1997, ele produziu um documentário sobre o movimento dos sem-terra no Brasil.

O melhor apanhado da fotografia como documento histórico no país é aquele que ilustra as páginas da coleção "Nosso Século", da editora Abril (que também fez um balanço inigualável do trabalho dos ilustradores citados na página anterior). A Fundação Getúlio Vargas, que já lançou vários livros, entre os quais um documentário fotográfico da Revolução de 30 e um CD-ROM sobre a era Vargas, é a principal instituição a servir-se da fotografia como fonte histórica.

As Coleções Iconográficas

Em plena era do CD-ROM, da editoração eletrônica e do domínio da imagem sobre a palavra, os livros de história do Brasil —e grande parte das publicações didáticas utilizadas nas escolas do país— continuam tendo poucas imagens, e a maioria delas em preto e branco. Com o lançamento de fascículos colecionáveis, encartados em jornais ou revistas, e o surgimento de CD-ROMs dedicados à história do Brasil, as imagens tendem a desempenhar um papel progressivamente importante não só para uma "visualização" mais plena como para uma compreensão mais efetiva do processo histórico que forjou o Brasil.

De todo modo, a história do país não apenas já foi contada com a ajuda de quadros e gravuras de época, como algumas das obras que se dedicaram a fazê-lo acabaram se tornando as maiores responsáveis pela ampla divulgação das imagens-padrão que —graças a tais livros— se estabeleceram em nosso imaginário e se tornaram a "idéia" mais próxima que brasileiros letrados fazem dos quatro primeiros séculos do Brasil.

Provavelmente a obra primordial no desempenho dessa função tenha sido a coleção "Grandes Personagens da Nossa História", lançada pela editora Abril em 1969. Embora produzida sob a coordenação do magistral Sérgio Buarque de Holanda e com vários dos perfis desses "grandes personagens" escritos por jornalistas de texto elegante, a coleção foi lançada nos tempos do regime militar, a época do "Brasil Grande" do general Médici, e acabou refletindo o tom desse período.

Assim sendo, não apenas sua abordagem dos fatos históricos é laudatória e conservadora como seu acervo iconográfico, embora admirável, está irremediavelmente comprometido com a trama ideológica que, desde os tempos da Academia Imperial de Belas-Artes, vem regendo o processo de "fabricação" das imagens, as quais, com o passar do tempo, acabaram se tornando mais reais do que a própria realidade. Apesar disso, "Grandes Personagens" percorreu os melhores (e pouco visitados) museus do país, reproduzindo os principais quadros, gravuras, murais e pinturas históricas já produzidos no Brasil —e tornando-os muito mais familiares.

Poucos anos após o lançamento de "Grandes Personagens", a editora Bloch publicaria a coleção "História do Brasil" (relançada, com modificações, em agosto de 1997), na qual foi feito um apanhado ainda mais abrangente do acervo iconográfico que os museus e instituições públicas têm para oferecer. Apesar de suas imagens serem fabulosas, a coleção original da Bloch, publicada em 1972, padece do ranço das obras lançadas na época do "ame-o ou deixe-o". Nos últimos anos do regime militar foi lançada no Brasil, outra vez pela editora Abril, a mais fascinante e completa das coleções sobre a história moderna do Brasil. Baseada na série "This Fabulous Century", da "Time-Life", a coleção "Nosso Século" não apenas constitui o melhor, mais preciso e mais bonito levantamento de imagens históricas do Brasil no século 20 como sua abordagem, seu texto e seus "insights" a tornam uma obra saborosa e indispensável —que, desde então, vem servindo de fonte de inspiração (muitas vezes não creditada) para inúmeros trabalhos.

Outra tentativa, nesse caso bem mais modesta, de reler o Brasil pela ótica de suas imagens foi feita pelos historiadores Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez no belo volume "O Brasil Revisitado", no qual algumas das melhores e mais conhecidas imagens do país são contrapostas a textos clássicos da historiografia nacional ou a poemas e declarações de artistas, escritores, poetas e "notáveis", com efeito bastante revelador.

Dois outros trabalhos suntuosos se serviram de imagens para analisar o país. O mais extraordinário deles é a série em três volumes "O Brasil dos Viajantes", que reúne o magnífico acervo que fez parte da exposição de mesmo nome, exibida pelo Masp (Museu de Arte de São Paulo) em 1994. O texto instigante e provocador da professora Ana Maria de Morais Beluzzo faz uma bela análise do registro visual legado por artistas e cientistas-viajantes que percorreram o Brasil, desde a descoberta até fins do século 19. Outra análise do Brasil que privilegia o registro iconográfico foi editada pela Fundação Museu Aberto do Descobrimento. Tentando chamar a atenção do país para os perigos que se abatem sobre o cenário primordial do Brasil, o editor Roberto Costa Pinto reuniu textos de Caetano Veloso, Arnaldo Jabor e Antônio Risério e também uma linda amostra de imagens brasileiras ligadas ao descobrimento, unindo-as com fotos atuais de vários aspectos da brasilidade (samba, índios, futebol, favelas, carnaval, queimadas e florestas).

As imagens do Brasil começam a entrar na era digital. Ao clicar do mouse, pode-se acessar imagens nunca dantes navegadas, como a maioria das 232 fotografias do extraordinário CD-ROM "Era Vargas — 1º Tempo", lançado pela Fundação Getúlio Vargas (*leia mais em "Bibliografia Crítica"*). Há boas imagens também (embora não inéditas) no CD-ROM "Viagem pela História do Brasil", de Jorge Caldeira "et alii", lançado em junho de 1997.

Créditos das Imagens

Para encontrar o crédito de determinada imagem, procure-a pelo número da página em que ela se encontra (representada abaixo por números em negrito) e por sua localização na página, de acordo com este código: ***a*** alto; ***ae*** alto, esquerda; ***ac*** alto, centro; ***aca*** alto, centro, acima; ***acb*** alto, centro, embaixo; ***ad*** alto, direita; ***c*** centro; ***ca*** centro, acima; ***cb*** centro, embaixo; ***ce*** centro, esquerda; ***cd*** centro, direita; ***b*** embaixo; ***be*** embaixo, esquerda; ***bd*** embaixo, direita; ***bce*** embaixo, centro, esquerda; ***bcd*** embaixo, centro, direita; ***bea*** embaixo, esquerda, acima; ***beb*** embaixo, esquerda, abaixo; ***d*** direita; ***e*** esquerda.

As siglas utilizadas são as seguintes, por ordem alfabética: AE: Agência Estado. AJB: Agência do Jornal do Brasil; BMA: Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo, SP); BDZH: Banco de Dados/Zero Hora/RBS; CPDoc: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas; EBN: Empresa Brasileira de Notícias; FI: Folha Imagem; IAHGP: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; IGHB: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; IEB: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo; MAC: Museu de Arte Contemporânea (São Paulo, SP); Masp: Museu de Arte de São Paulo; MHN: Museu Histórico Nacional; MI: Museu Imperial de Petrópolis; MNBA: Museu Nacional de Belas-Artes; MP: Museu Paulista; MR: Museu da República (Rio de Janeiro, RJ); MRI: Museu Republicano de Itu (SP); ZH: Zero Hora/RBS Jornal.

Abreviaturas utilizadas nos créditos: arq. (arquivo); atr. (atribuído a); bas. (baseado em); col. (coleção); cor. (colorização); fot. (reprodução fotográfica); inf. (infográfico); orig. (original); repr. (reproduzido de).

4: ***ac*** "D. Pedro" e ***ce*** "Dragão da Independência", Marco Pillar, bas. Pedro Américo, MP. ***be*** "Deodoro", Marco Pillar, bas. H. Bernardelli, Academia Militar de Agulhas Negras (RJ). **5:** Marco Pillar; ***cd*** "Jânio Quadros", bas. foto Hélio Erlich, AJB; ***be*** "Figueiredo", bas. foto Orlando Brito/Ágil; ***ac*** "Collor", bas. foto Agência Stills. **6:** infs. Fernando Gonda. **7:** ils. Marco Pillar. **8:** AE. **9:** ***a*** "O Último Tamoio", Rodolfo Amoêdo, MNBA; ***be***, Ricardo Chaves/AE. **10:** ***e*** inf. Fernando Gonda; ***bc*** "Louis-Henri Tupinambá Catequizado", Leonard Gauthier, col. José Mindlin (SP); ***be*** e ***bd*** chefes tupinambás, Hans Staden, repr. "Duas Viagens ao Brasil" (Itatiaia), cor. Ana Adams. **11:** ***a*** "Preparo da Carne Humana em Episódio Canibal", Théodore de Bry, BMA, cor. Ana Adams; ***c*** mesma gravura (detalhe). **12:** ***a*** "Figure des Brésiliens", anônimo (1550), col. José Mindlin (SP), cor. Ana Adams; ***c*** Pierre Firens, Bibliothèque Mazarine (Paris). **13:** ***ad*** auto-retrato, Lévi-Strauss, repr. "Saudades do Brasil" (Cia. das Letras); ***be*** e ***bd*** Museu do Louvre (Paris); ***bc*** "Michel de Montaigne", Bibliothèque Principale de Paris. **14:** ***ac*** e ***cd***, Marco Pillar; ***be*** irmãos Villas-Boas, acervo Dana/Albarus, do livro "Guerreiros sem Espadas", Maureen Bisilliat (Empresa das Artes). **15:** ***ac*** e ***c*** ianomâmis, AE; ***be*** Juruna, ZH; ***bd*** Raoni, FI. **16:** ***a*** FI; ***c*** mapa, Fernando Gonda; ***be*** ZH; ***bd*** AE. **17:** ***a*** "O Descobrimento do Brasil", Oscar Pereira da Silva, MP, fot. Rômulo Fialdini; ***cd*** índio tupiniquim (Philip Schmid, 1867; ***be*** Cabral, Marco Pillar, bas. Aurélio Figueiredo, MNBA). **18:** ***a*** inf. Fernando Gonda; ***bc*** "Porto de Lisboa", gravura século 16, Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa; ***bd*** "Camões", anônimo (Goa, Índia, 1581); ***ce*** "D. Henrique", repr. "Grandes Personagens da Nossa História" (Abril). **19:** c e ***ed***, Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa; ***bd*** mapa, Marco Pillar. **20:** ***a*** inf. Fernando Gonda; ***c*** "Elevação da Cruz", Pedro Peres, MNBA. **21:** ***a*** inf. Fernando Gonda; ***c*** "A Primeira Missa", Vítor Meireles, MNBA. **22:** ***bc*** mapa (1515), Lopo de Homem, "Atlas Miller". **22-23:** pau-brasil, Heroe Sasaki. **23:** ***bd*** mapa de Cantino (1502), Biblioteca Universitária de Modena (Itália). **24:** ***ac*** João Farkas; ***cd*** Fernando Gomes, ZH/RBS; ***be*** inf. Fernando Gonda. **25:** ***a*** il. século 16, Biblioteca do Congresso dos EUA, cor. Ana Adams; ***bc*** Johann Froschauer (1505), ***bd*** "Thomas Morus", Rubens, Museu do Prado (Espanha). **26:** ***e*** inf. Fernando Gonda. **27:** ***a*** "Fundação de São Vicente", Benedito Calixto, MP, fot. Rômulo Fialdini; ***c*** "Martim Afonso de Sousa", J. Wasth Rodrigues, MP. **28:** ***e*** mapa das Capitanias (1595), Biblioteca da Ajuda (Portugal); ***b*** brasões, repr. "História da Colonização Portuguesa do Brasil" (Porto, 1921). **29:** ***ad*** "Caramuru" (detalhe), Tito Batista, IGHB; ***cd*** "João Ramalho" (detalhe), de J. Wasth Rodrigues, MP. **30:** ***a*** "Machine à Exprimer le Jus de la Canne à Sucre" (1822); ***c*** "Canne à Sucre", ambos Debret, Museus Castro Maya (RJ). **31:** ***ac*** "Chegada de Tomé de Sousa à Bahia", anônimo, BMA; ***bd*** "Hans Staden", Théodore de Bry, BMA. **32:** ***ac*** "Mem de Sá", Manuel Vítor Filho; ***be*** "Morte do Bispo Sardinha", anônimo, repr. "História Geral do Brasil", Varnhagen. **33:** ***a*** Oscar Pereira da Silva, MP, fot. Rômulo Fialdini; ***bd*** "Ignacio de Loyola", Museu de São Roque (Lisboa). **34:** Marco Pillar, bas. "Anchieta e Nóbrega na Cabana de Pindobuçu", Benedito Calixto, MP. **34-35:** mapa Fernando Gonda, bas. "História da Companhia de Jesus no Brasil", Serafim Leite (Portugália, 1938). **35:** ***be*** "Anchieta", Maria Luiza; ***bc*** "Nóbrega", Francisco Franco (1938); ***ad*** repr. "Vida Ilustrada do Padre Anchieta", pe. Frota Gentil (Rio). **36:** ***a*** Leonid Streliaev; ***ce*** ZH. **37:** ***c*** e ***b*** ZH; ***d*** inf. Fernando Gonda. **38:** ***ae*** "Inquisição", acervo L&PM Editores; ***bd*** "Marquês do Pombal", L.M. van Loo, Câmara Municipal de Oeiras (Portugal). **39:** ***c*** mural (detalhe), Carlos Osvaldo, Palácio São Joaquim (RJ), ***bd*** Jean de Léry, repr. "Viagem à Terra do Brasil". **40:** ***c*** Arquivo Ultramarino de Lisboa; ***b*** BMA. **41:** ***a*** Marco Pillar, bas. "Bandeirantes de Mogi das Cruzes em Combate", Debret, BMA; ***e*** e ***c*** armas (detalhe), Belmonte, repr. "No Tempo dos Bandeirantes" (Melhoramentos, 1954). **42:** ***d*** inf. Fernando Gonda, cor. Ana Adams; ***be*** "Selvagens Civilizados Conduzindo Índios Apresados", Debret, MI. **43:** ***e*** inf. Fernando Gonda, cor. Ana Adams; ***ad*** "Combate de Bandeirantes de Mogi das Cruzes com Guaicurus", M.J. Botelho Egas, bas. Debret, MP. **44:** ***ad*** inf. Fernando Gonda; ***bd*** "Raposo Tavares", Manuel Vítor; ***be*** "Partida de Raposo Tavares", Teodoro Braga, Pinacoteca do Estado (SP). **45:** ***ae*** inf. Fernando Gonda; ***be*** "Fernão Dias", Manuel Vítor; ***bd*** "Morte de Fernão Dias", Rafael Falco, ambos MP. **46:** ***ac*** "Anhanguera", Teodoro Braga, MP; ***be*** "Sabará", Johann Grimm, col. particular. **47:** ***ac*** "Domingos Jorge Velho", Benedito Calixto, MP; ***be*** "Zumbi", Antônio Parreiras, Museu Antônio Parreiras; ***bd*** "Botocudos", Debret, BMA. **48:** ***a*** "A Partida da Monção", Almeida Jr., MP, fot. Rômulo Fialdini; ***c*** inf. Fernando Gonda, cor. Ana Adams. **49:** ***a*** Marco Pillar; ***bd*** mapa (século 16), MHN. **50:** ***a*** "Pirates", N.C. Wyeth; ***e*** British Museum (Londres); ***bc*** "Jesuítas Sendo Torturados", il. século 16, MHN. **51:** ***a*** mural, Carlos Oswaldo, Palácio São Joaquim (RJ); ***bd*** Biblioteca Protestante de Paris (França). **52:** ***a*** mural, Carlos Oswaldo, Palácio São Joaquim (RJ); ***cd*** "Araribóia", Péricles Gomide; ***bd*** "Carta do Maranhão no Século 17", MHN. **53:** ***a*** "Esquadra de Duguay-Trouin" e ***c*** "Duguay-Trouin", ambas Ferdinand Perrot, MHN. **54:** ***c*** "Filipe 2º", Museu do Prado (Espanha); ***be*** "Dom Sebastião", Cristóvão de Morais, Museu de Arte Antiga (Lisboa); ***bd*** MHN. **55:** ***d*** "Filipe 3º"; ***bd*** "Filipe 4º", ambos Velázquez, Museu do Prado (Espanha). **56:** ***ae*** e ***ad*** Leonid Streliaev/ZH; ***be*** e ***bd***, Museo de la Municipalidad de Colonia (Uruguai), fot. L. Streliaev. **57:** ***a*** "Vista do Recife e Seu Porto", Gillis Peters, col. Gilberto Daccache (SP); ***c*** "Nassau", anônimo, col. J. de Sousa Leão (RJ). **58:** ***a*** "S. Salvador. Ocupação Holandesa", anônimo, col. Luiz Viana Filho (BA); ***c*** "Matias de Albuquerque", anônimo, IAHGP. **59:** ***a*** "Mauritsstad e Recife em 1653", Frans Post, col. particupar (SP); ***bc*** "Palácio das Torres", anônimo, Museu do Estado (PE). **60:** ***a*** "Paisagem com Jibóia", Frans Post, MNBA; ***ce*** "Frans Post", anônimo, Museu do Estado (PE) **60** ***b*** atr. Albert Eckhout, Biblioteka Jagiellonska (Cracóvia, Polônia). **61:** ***ae*** "Mameluca", ***ac*** "Mestiço", ***ad*** "Negra", Albert Eckhout, Museu Nacional da Dinamarca; ***b*** e ***d*** atr. Albert Eckhout, Biblioteka Jagiellonska (Cracóvia, Polônia). **62:** ***a*** "Batalha de Guararapes", Vítor Meireles, MNBA; ***c*** "Cabeça de Guerreiro Holandês", MHN. **63:** ***a*** "Henrique Dias Sendo Tratado pelo Médico", Baltasar da Câmara, Arquivo Público de Recife (PE); ***b*** IAHGP. **64:** ***a*** "Batavia", Rijksmuseum (Amsterdã); ***c*** "Artistas Burgueses", Jan de Bray, Rijksmuseum (Amsterdã). **65:** ***a*** "Entrada para as Minas", Benedito Calixto, MP; ***c*** Belmonte, col. particular. **66:** ***a*** Museu de Ouro Preto (MG). **67:** ***a*** "Rancho de Tropeiros", Charles Landseer, col. particular; ***c*** e ***ce*** Belmonte, col. particular. **68:** ***a*** "Lavagem de Ouro", Rugendas, BMA; ***c*** Museu do Ouro (MG). **69:** ***ae*** "Ciclo do Ouro", Rodolfo Amoêdo, MP; ***ad*** "Provedor das Minas", Joaquim Ferreira, MP; ***c*** Museu do Ouro (MG). **70:** ***a*** e ***b*** Image Bank/Brasil. **71:** ***ae*** "Aleijadinho", Arquivo Público Mineiro; ***cd***, Image Bank/Brasil. **72:** ***a*** "Cata de Diamantes", Spix e Martius; ***bd*** BDZH. **73:** ***a*** "Negros no Porão do Navio", Rugendas, BMA; ***c*** repr. "African Exploration", David Mountfield, Hamlyn (Londres). **74:** ***ae*** "Mercado de Escravos", Rugendas, BMA; ***aeb*** "Negros de Várias Nações", Debret, BMA; ***ce*** escultura de Benin, Museum of Mankind (Londres). **74-75:** mapa, Fernando Gonda; **75:** ***ad***, "Caravana de Escravos", repr. "African Exploration", David Mountfield (Hamyln, Londres); ***adb*** "Rostos de Negros", Rugendas, BMA. **76:** ***a*** e ***c***, Debret, BMA. **77:** ***a*** Benedito Calixto, MP; ***C*** Debret, BMA; ***b*** "Figuras Populares do Rio de Janeiro", Joaquim Cândido, col. Paulo F. Geyer (RJ). **78:** "Dança de Negros", anônimo, MHN; ***be*** "Jogo da Capoeira", Rugendas, BMA; **79:** ***c*** "Negro", Albert Eckhout, Museu Nacional da Dinamarca; ***bd*** "Guerrilhas", Rugendas, BMA. **80:** ***c*** "Zumbi", Antônio Parreiras, Museu Antônio Parreiras (RJ); ***be*** "Retrato de Zumbi", Manuel Vítor, col. particular; ***bd***, Péricles Gomide. **81:** ***a*** "Tiradentes Esquartejado", Pedro Américo, Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora, MG); ***bc*** "D. Maria 1ª", Leandro de Carvalho, MHN. **82:** ***a*** "Beckman no Sertão do Alto Mearim", Antônio Parreiras, Museu Antônio Parreiras (RJ); ***b*** MHN. **83:** ***a*** "Cidade do Recife", Emil Bauch, col. particular; ***c*** "D. João 6º", Museu de Coches (Lisboa); ***b*** MHN. **84:** ***a***, "Vila Rica", Rugendas, BMA. **85:** ***ae*** "Casa dos Inconfidentes", A. Baldissara, MHN; ***ad*** "Casa dos Contos", A. Nortini, MHN; ***bd*** "Marília de Dirceu", Guignard, col. Rodrigo de Andrade. **86:** ***a*** "Prisão de Tiradentes", Antônio Parreiras, Museu Júlio de Castilhos (RS), fot. Ruy Varela; ***c*** "Alferes Joaquim José da Silva Xavier", J. Wasth Rodrigues, MHN. **87:** ***a*** "Jornada dos Mártires", Antônio Parreiras, Museu Mariano Procópio (MG). **88:** ***ac*** "Martírio de Tiradentes", Aurélio de Figueiredo, MHN; ***be*** "Tiradentes" (detalhe), Autran, Vila Militar (RJ); ***bd*** "Tiradentes", João Batista da Costa, MHN. **89:** ***a*** "Chegada do Príncipe Dom João à Igreja do Rosário", Armando Viana, Museu da Cidade (RJ); ***cd*** "Visconde de Cairu", Vieira de Campos, Associação Comercial de Salvador. **90:** ***a*** "Batalha de Vimeiro", anônimo, século 19; ***bd*** "Napoleão Bonaparte", Rouillard, Museu de Versalhes (França). **91:** ***a*** "Rua Direita", Rugendas, BMA; ***b*** "Quinta da Boa Vista", Friedrich Hagedorn, col. particular. **92:** ***ac*** "Projeto da Fachada da Praça do Comércio", Grandjean de Montigny, MNBA; ***c*** Debret, BMA; ***cb*** auto-retrato, Nicolas-Antoine Taunay, MI; ***b*** "Vista do Rio", Emil Bauch, Museus Castro Maya (RJ). **93:** ***ae*** e ***ad***, Debret, BMA; ***c*** "Debret", Thierry, MI (Petrópolis, RJ); ***bc*** "Retratos de Debret", Manuel Araújo Porto Alegre, Museu D. João 6º (Rio de Janeiro, RJ). **94:** ***a*** "Um Funcionário a Passeio com Sua Família", Debret, BMA; ***bd*** Fundação Banco do Brasil. **95:** ***ac*** "Retrato Equestre de D. Carlota", atr. Domingos de Sequeira, MI; ***ce*** Debret, BMA; ***c*** anônimo, Museu de Coches (Lisboa); ***bc*** "Embarque da Rainha e Sua Corte para Portugal", Debret, IEB. **96:** ***c*** "D. João VI", Debret, MI; ***bd*** "Mártires", Antônio Parreiras, Museu Antônio Parreiras (RJ). **97:** ***a*** "Cachoeira de Paulo Afonso", E. Schute, Masp; ***c*** "Sir Richard Francis Burton", col. Rodney Searight (Londres). **98:** ***ae*** "James Cook", Nathaniel Dance, Museu Nacional da Marinha (Londres); ***aca*** Marco Pillar, bas. il. "National Geographic"; ***acb*** século 16, col. Granger; ***ad*** "Charles Darwin", Charles Richmond (1840); ***bd*** "Bouganville", Sydney Parkinson, The Natural History Museum (Londres). **99:** ***a*** "Luta entre Botocudos"; ***c*** "Príncipe Maximiliano e o Botocudo Quark", ambas BMA; ***b*** atr. príncipe Maximiliano, IEB , fot. Rômulo Fialdini, BMA. **100:** ***ae*** e ***ad*** Erich Correns (1850), ambas catálogo 33, Museum für Völkerkunde (Munique, Alemanha); ***b*** atr. Spix e Martius. **101:** ***ae*** "Lagoa das Aves no Rio São Francisco", atr. Martius, Fundação Maria Luiza e Oscar Americano (SP), fot. Rômulo Fialdini; ***ada*** e ***ade*** atr. Martius, catálogo 50, Museum für Völkerkunde (Munique); ***bc*** e ***be*** atr. Spix e Martius; ***bd*** "Von Martius", Leo Schöninger, Museum für Völkerkunde (Munique). **102:** ***a*** "Habitation des Apiacas sur l'Arinos, 1828", Hercule Florence; ***c*** Adrien Taunay; ***cb*** retrato de Langsdorff, Hercule Florence, todas Academia de Ciências da Rússia. **103:** ***c*** "Índio Flechando Onça", Rugendas, col. particular; ***be*** auto-retrato, Rugendas, BMA; ***cd*** auto-retrato, Adrien Taunay, MNBA; ***bd*** auto-retrato, Hercule Florence, Academia de Ciências da Rússia. **104:** ***c*** "Auguste de Saint-Hilaire", Henrique Mauro, MP; ***be*** Martin Streibel. **105:** ***a*** "Les Indiens de l'Amazonie Adorant le Dieu Soleil", François Auguste Biard, col. Kuge (França); ***ce*** "The Black Trougon" e ***cd*** "Tucano", John Gould, Natural History Museum (Londres); ***bc*** "Viajantes na Chuva", Carlos Wiener, repr. "Viaje al Rio de Las Amazonas" (Guayaquil, 1879). **106:** ***be*** "Aguirre, a Cólera dos Deuses", BDZH; ***c*** "Amazona", L. Mailet, Louvre (Paris). **106-107:** ***a*** inf. Fernando Gonda; c "El Dorado", Théodore de Bry, British Museum (Londres); ***bd*** "Sir Walter Raleigh", Guido Zucchero (1616), National Gallery (Londres). **108:** ***ac*** "Duas Figuras com Máscaras" e ***c*** "Animais do Amazonas", Joaquim Codina e José Freire, Museu Bocage (Lisboa); ***be*** "Pedro Teixeira", anônimo, MP. **109:** ***a*** "Índios da Amazônia", Joaquim Codina e José Freire, Museu Bocage (Lisboa); ***be*** "Humboldt na Venezuela", F.G. Weisch, National Galerie (Berlim); ***bd*** "Condamine", Marco Pillar, bas. aquarela séc. 18, Musée de Condé (Chantilly, França).

110: ***ae*** borboletas; ***a*** "Caçada ao Jacaré"; ***be*** "Ataque de Tucanos", todas Henry Bates, British Museum (Londres). **111:** ***a*** "A. Wallace", anônimo, British Museum (Londres); ***ad*** Henry Bates, British Museum (Londres); ***bd*** "Um Regato na Floresta", atr. Alfred Wallace, repr. "Viagens pelos Rios Amazonas e Negro", A.H. Wallace (Itatiaia). **112:** ***a***, ***ca*** e ***cb*** AE; ***c*** "Hevea brasiliensis", British Museum (Londres). **113:** ***a*** "O Grito do Ipiranga", Pedro Américo, MP, fot. Rômulo Fialdini; ***c*** bandeira do Império, BMA; ***bc*** "Dom Pedro 1º, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil", Henrique J. da Silva, MI. **114:** ***ae*** "D. Pedro aos 5 anos", Carlota Joaquina, Palácio Grão-Pará (Petrópolis, RJ); ***ac*** "D. Pedro aos 10 anos", anônimo; ***ad*** "Imperatriz Leopoldina com Seus Filhos", A. Failutti, MI; ***cd*** "Retrado de D. Amélia", anônimo, MI; ***be*** "D. Pedro 1º", Simplício R. de Sá, MI; ***bd*** "Marquesa de Santos", atr. A.F.P. do Amaral, MHN. **115:** ***ac*** "Sessão das Cortes de Lisboa" e ***bc*** "D. Pedro e Jorge de Avilez na Fragata União", ambos Oscar Pereira da Silva, MP. **116:** ***a*** "Sessão do Conselho de 2 de Setembro de 1822", Georgina de Albuquerque, MHN; ***c*** "Lorde Cochrane", Debret, BMA. **117:** ***a*** "Primeiros Sons do Hino da Independência", Augusto Bracet, MHN; ***c*** "Fundação da Pátria Brasileira", Eduardo Sá, Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. **118:** ***ac*** "José Bonifácio", ***bc*** "Porto de Santos em 1822", ambos Benedito Calixto, MP. **119:** ***ce*** "Dona Maria Quitéria", D. Failutti, MP; ***cd*** "A Execução de Frei Caneca", Murilo La Greca, ***be*** "Os Encouraçados do Pedrão", Oseas (1940), IGHB; ***bd*** "José Peregrino", Antônio Parreiras, Palácio da Redenção (PB). **120:** ***a*** "Morte de D. Pedro 1º", anônimo, Palácio Grão-Pará (RJ); ***bd*** "O Chalaça", anônimo, MHN. **121:** ***a*** "Juramento da Regência Trina", Manuel Araújo Porto Alegre, MI; ***bd*** "D. Pedro 2º e Suas Irmãs", Lemercier, bas. Afonso Taunay, MI. **122:** ***c*** "Regente Feijó", Oscar Pereira da Silva, MP; ***be*** "Marquês de Monte Alegre", ***bce*** "Marquês de Caravelas", ***bcd*** "Francisco de Lima e Silva", todos A. Sisson, BMA; ***bd*** "Araújo Lima", anônimo, IAHGP. **123:** ***a*** "Panorama da Cidade de Salvador", Friedrich Salathé (1830), col. João Moreira Garcez (SP); ***b*** "Vista do Belém do Pará em 1872", Joseph L. Righini, Biblioteca Nacional (RJ). **124:** ***a*** "Panorama de Pernambuco, 1826-1832", F. Salathé, col. João Moreira Garcez (SP); ***b*** "Vista de São Luís do Maranhão, 1862", J.L. Righini, col. Paulo F. Geyer (RJ). **125:** ***a*** "Carga da Cavalaria Farroupilha", Litran, Museu Júlio de Castilhos (RS), fot. Ruy Varela; ***bd*** "General Sousa Neto", Azevedo Dutra, Museu Júlio de Castilhos (RS). **126:** ***ac*** "Bento Gonçalves", MHN; ***bd*** "General Bento Manuel", Museu Júlio de Castilhos (RS). **127:** ***ac*** "José Garibaldi", MHN; ***cd*** "Anita Garibaldi", J.R. Ferreira, MHN; ***be*** Sérgio Silva, BDZH. **128:** ***a*** "Guerra dos Farrapos", José Wasth Rodrigues, MHN; ***ce*** "Caxias", MHN; ***bd*** "Davi Canabarro", A. Grasselli, Museu Júlio de Castilhos (RS). **129:** ***a*** "Aclamação de D. Pedro 2º", Debret, BMA; ***c*** "D. Pedro 2º aos 14 anos", Rugendas; ***be*** "Pedro 2º", Armand J. Palière, MI; ***bd*** "Pedro 2º", IAHGP. **130:** ***ae*** "D. Pedro 2º", Júlio le Chevrel, MI; ***ad*** "D. Pedro 2º na Abertura da Assembléia Geral", Pedro Américo, MI; ***ce*** "D. Pedro 2º em 1865", MHN; ***cd*** "Pedro 2º", M.J. Ferdinando Krunholz, MI; ***be*** "D. Pedro 2º", Almeida Jr., MP; ***bd*** "Pedro 2º", Karl Linde, MI. **131:** ***a*** "Colheita do Café", Rugendas, BMA; ***c*** "Café", Debret, Museus Castro Maya (RJ). **132:** ***ae*** "Visconde de Mauá" (detalhe), Viendt, col. Paulo César de Andrade (RJ); ***ad*** "Emissão do Banco Mauá & Cia", col. Heloísa de Faria (RJ); c "Barão de Mauá", A. Sisson, MHN. **133:** ***ae*** "Estação Ferroviária em Vassouras, RJ", IEB; ***ad*** "Visconde de Mauá", R. Soares, col. Antônio Augusto de Azevedo Sodré (RJ). **134:** ***a*** "Iracema", José Maria Madeiros, MNBH; ***c*** e ***bc***, MHN. **135:** ***ae*** "Caipira Picando Fumo", Almeida Júnior; ***ad*** "Cenário do Guarani", MHN; ***ad*** "Carlos Gomes", MHN. **136:** ***ac*** "Os Funerais do Imperador do Brasil", H. Meyer, col. família de Joaquim Nabuco; ***be*** "D. Pedro 2º", S.E. Novak, MHN; ***bd*** "D. Pedro 2º", Vítor Meireles, MI. **137:** ***a*** "Batalha Naval do Riachuelo", Vítor Meireles, Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. **138:** ***ae*** "Manuel Oribe"; ***ad*** "General Rosas", ambos MHN. **139:** ***ac*** "Tamandaré", Miranda Jr., Museu Naval; ***be*** "O Vapor Marquês de Olinda diante de Assunção", Eduardo de Martino, MHN; ***bd*** "Antônio João Ribeiro", Zeary Paes Brasil, Colônia Militar dos Dourados (MT). **140:** ***a*** "Batalha de Tuiuti", José Wasth Rodrigues, MHN; ***be*** "Osório", Autran, Ministério do Exército (RJ); ***bc*** e ***bd*** "Soldados", J.W. Rodrigues, MHN. **141:** ***a*** "A Batalha do Avaí", Pedro Américo, MNBH; ***be*** e ***bc*** "Soldados", J.W. Rodrigues, MHN; ***bd*** "Duque de Caxias", MNH. **142:** ***a*** "A Retirada da Laguna", M. Ferreira; ***c*** "Visconde de Taunay", MI. **143:** ***a*** "Batalha de Curupaytí", Candido López, MNBA; ***e*** mapa, Fernando Gonda. **144:** ***a*** "Soldados Paraguaios Feridos", Candido López, MNBA; ***c*** "Solano López", Marco Pillar. **145:** ***ac*** "Princesa Isabel", José Irineu de Sousa, MI; ***be*** "Princesa Isabel em Trajes de Passeio", Carneiro e Gaspar de Courtois, Palácio Grão-Pará (RJ); ***bd*** "D. Isabel", Rovello, MHN. **146:** ***ae*** "Desembarque de Escravos Negros Vindos da África", Rugendas, BMA; ***ad*** "Rostos de Negros de Nações Escravizadas", Rugendas, BMA; ***be*** recibo de venda de escravo em 1854, MHN. **147:** ***ad*** "Loja de Escravos no Rio", anônimo, MHN; ***bd*** "Robinson Crusoe", N.C. Wyeth; ***ae*** "Rostos de Negros de Nações Escravizadas", Rugendas, BMA. **148:** ***ac*** "José do Patrocínio", Manuel Vítor Filho; ***bc*** "Santa Casa de Misericórdia", A. Sisson, IEB; ***be*** "Revista Ilustrada" (1888); ***bd*** "José do Patrocínio", Rodolfo Amoêdo, col. Thiers Martins Moreira. **149:** ***ac*** André Rebouças, Túlio Mugnaine, MP; ***ce*** "André Pereira Rebouças, pai" e ***cd*** "Antônio Rebouças em Paris", col. Péricles da Silva Pinheiro; ***bc*** "Antônio Bento", MHN. **150:** ***ac*** "Joaquim Nabuco", Academia Brasileira Letras (RJ); ***bc*** "Antônio da Silva Jardim", Oscar Pereira da Silva, MRI. **151:** ***ae*** "Visconde do Rio Branco", Sousa Lobo Nascimento, MI; ***ad*** "Barão de Cotejipe", col. Virgínia Ottoni de Araújo Pinho (RJ). **152:** ***ae*** "Habitação de Negros", Rugendas, BMA; ***ad*** "Antes da Partida para a Roça" e ***bc*** "Trabalhador da Roça", ambas Victor Frond, BMA; ***c*** "Rui Barbosa", Lucílio Albuquerque, IGHB. **153:** ***a*** "Proclamação da República" (detalhe), Benedito Calixto, Prefeitura Municipal de S.Paulo; ***bd*** Marco Pillar, bas. H. Bernardelli, orig. Academia Militar de Agulhas Negras (RJ). **154:** ***a*** "O Último Baile da Monarquia", Aurélio Figueireiredo, MHN; ***bd*** "D. Pedro 2º em Paris", Andrée Semant, col. viúva Otto Sachs (RJ). **155:** ***ae*** "Os Partidos e a Questão Religiosa" e ***ad*** "Monsenhor Pinto de Campos", "Revista Ilustrada" (1876), IEB; ***c*** "Dom Vital", S. Capparoni, IAHGP; ***bc*** "Visconde do Rio Branco", João Francisco Lopes, IHGB. **156:** ***a***, Marc Ferrez, Biblioteca Nacional (RJ); ***bc*** "Antônio Sena Madureira", "Revista Ilustrada", IEB. **157:** ***a*** "A Convenção de Itu", J. Barros, e ***bd*** "Quintino Bocaiúva", de Távola, ambos MRI. **158:** ***ac*** "Benjamin Constant", anônimo, MHN; ***bc*** "Augusto Comte", Rodolfo Amoêdo, Igreja Positivista do Brasil (RJ). **159:** ***a*** "Deodoro Entrega a Bandeira da República à Nação", anônimo, col. Gilberto Daccache (SP). **160:** ***d*** "Deodoro", Décio Vilares, MR. **161:** ***ac*** "Alegoria da República", Manuel Lopes Rodrigues, Museu do Estado (Bahia); ***bc*** "República", Décio Vilares, MR. **162:** ***a*** "Deodoro e a Constituição", Pereira Neto, "Revista Ilustrada", IEB; ***c*** "Primeiro Ministério da República, MR; ***bc*** "Eduardo Wandenkolk", Távola, MRI. **163:** ***a*** "Marechal Floriano", Oscar Pereira da Silva, MP; ***c*** "Floriano Peixoto", A. Agostini, revista "D. Quixote" (29/6/1895), col. Ângela Agostini; ***bd*** "Desterro", Joseph Brüggeman, MI. **164:** ***a*** "Fortaleza de Santa Cruz", Batista da Costa, MR; ***bc*** "Almirante Saldanha da Gama", O. Rapetto, IGHB; ***c*** "Contra-Almirante Custódio de Melo; MR. **165:** ***ac*** "Prudente de Morais", Almeida Jr., MP; ***c*** "Revista Ilustrada", IEB; ***be***, painel, Cândido Portinari, col. "O Estado de S. Paulo". **166:** ***ac*** "Atentado a Prudente de Morais", Ângelo Agostini, col. Angelina Agostini; ***be*** "Manuel Vitorino", MR. **167:** ***ac*** "Campos Salles", J. Barros, MP; ***ad*** "Francisco Glicério", Oscar Pereira da Silva, MRI. **168:** ***ac*** e ***ad*** "Revista Ilustrada", IEB; ***be*** "Rodrigues Alves", MR; ***bd*** "Bernardino de Campos", De Servi, MP. **169:** ***a*** arq. Carlos Reverbel; ***b*** Flávio de Barros, MHN. **170:** ***ae*** "Júlio de Castilhos", Museu Júlio de Castilhos (RS); ***ad*** "Gaspar Silveira Martins", João Fahrion, Assembléia Legislativa do RS. **171:** ***a*** e ***bd*** Pedro Obino; ***be*** "Aparício Saraiva", anônimo, todas arq. Carlos Reverbel. **172:** ***a*** "Arraial de Canudos", ***c*** e ***bc*** MHN. **173:** ***ae*** mapa, Fernando Gonda; ***ad*** MHN. **174:** ***a*** "O Último Fanático de Canudos", Murilo LaGreca, col. Murilo LaGreca (PE). **175:** Casa Euclidiana (S. José do Rio Pardo, SP). **176:** ***ae*** e ***ad*** il. Ib Andersen, "Os Sertões" (edição alemã), BMA; ***c*** "Euclides da Cunha", F. Domingo, col. "O Estado de S. Paulo". **177:** ***a*** "Operários", Tarsila do Amaral, MAC; ***bc*** "Imigrantes no Paraná", repr. "Brasil Revisitado" (Ed. Rios). **178:** ***a*** "Colheita do Café", Georgina de Albuquerque, Pinacoteca do Estado de São Paulo; ***bd*** retrato de Nicolau Vergueiro, Túlio Mugnaine, MP. **179:** ***a*** e ***be*** Leonid Strelaiev. **180:** ***ae*** "Navio de Imigrantes", Lasar Segall, Museu Lasar Segall (SP); ***ad*** "Japonês", Anita Malfatti, Masp; ***bd*** "Retirantes", Portinari, MNBA, repr. Rômulo Fialdini. **181:** ***c*** Cadmo Fausto, MR. **182:** ***a*** MHN; ***cd*** mapa, Fernando Gonda. **183:** ***ad*** "Plácido de Castro", MR; ***be*** retrato de Euclides da Cunha, anônimo, Casa Euclidiana (São José do Rio Pardo, SP). **184:** ***a*** "Rio Branco na Véspera da Sua Morte", De Servi, MR; ***bc*** "Barão do Rio Branco no Leito de Morte", anônimo, IGHB. **185:** ***a*** e ***bd***, "Avenida Central" e auto-retrato, Marc Ferrez, col. Gilberto Ferrez; ***b*** MNBH. **186:** ***c*** "Rodrigues Alves", MR; ***be*** Museu da Imagem e do Som (RJ). **187:** ***a*** Avenida Beira-Mar e ***c*** Rua 1º de Março, Marc Ferrez, col. Gilberto Ferrez. **188:** ***ac*** "Osvaldo Cruz", J. Batista da Costa, Faculdade de Medicina da Univ. Federal do RJ; ***be*** "Oswaldo Cruz no Alpendre de Sua Casa", J. Batista da Costa, col. Joaquim Vidal (RJ). **189:** ***c*** "Afonso Pena" e ***bd*** "Nilo Peçanha", MR. **190:** ***a*** "Café", Cândido Portinari, MNBA; ***be*** "O Lavrador de Café", Cândido Portinari, Masp. **191:** ***a*** Avenida Paulista, Jules Victor André Martin, MP; ***bd*** "O Derrubador", Pedro Américo, MNBH. **192:** ***ac*** "Hermes da Fonseca", H. Bernardelli, MR; ***be*** "Rui Barbosa", Lucílio Albuquerque, IGHB. **193:** ***a*** MHN; ***bd*** repr. revista "Careta". **194:** todas AE. **195:** todas AE. **196:** ***ac*** MR; ***bd*** AE. **197:** ***ac*** MR; ***be*** "Borges de Medeiros", Oscar Pereira da Silva, Biblioteca Pública do RS. **198:** ***ac*** Belmiro, Ministério das Relações Exteriores; ***be*** "Epitácio Pessoa", Kronstrand, MR. **199:** ***ac*** "Arthur Bernardes", Kronstrand, MR; ***bd*** "Marechal Hermes", MHN. **200:** ***ac*** "Washington Luís", Álvaro Teixeira, MR; ***bd*** MR. **201:** ***a*** Secretaria Municipal de Cultura (S. Paulo, SP); ***c***, Di Cavalcanti, BMA. **202:** ***ac*** Henrique Bernardelli, Academia Brasileira de Letras; ***be*** e ***bd*** repr. revista "Careta". **203:** ***ac*** repr. "Brasilianische Literatur" (Ministério das Relações Exteriores); ***bd*** repr. revista "O Malho". **204:** ***ae*** "Mário de Andrade", Lasar Segall, MAC; ***ad*** "Oswald de Andrade", Tarsila do Amaral, Masp; ***be*** AE. **205:** ***a*** Menotti del Picchia, BMA; ***bd*** Manchete Press. **206:** ***ac*** "Abaporu", Tarsila do Amaral, col. particular; ***be*** "A Estudande Russa", Anita Malfatti, MAC. **207:** ***ac*** "Villa-Lobos", Agostinelli, MNBA; ***bd*** repr. "Brasilianische Literatur" (Ministério das Relações Exteriores). **208:** ***a*** "14-Bis", Richard Green, Fundação Santos Dumont; ***c*** "Santos Dumont", Trajano Dias, IGHB. **209:** CPDoc. **Pág 210:** ***a*** CPDoc; ***be*** arq. Carlos Reverbel. **211** ***a*** CPDoc; ***bd*** BDZH. **212:** ***a*** CPDoc. **212-213:** mapa, Fernando Gonda; **213:** ***be*** e ***bd*** CPDoc. **214:** ***ae*** CPDoc; ***ad*** ZH/RBS. **215:** ***ac*** col. Amália Xavier de Oliveira (Juazeiro do Norte, CE). **216:** ***ae*** e ***ad***, Diários Associados; ***bd*** AE. **217:** ***ae*** BDZH; ***ad*** "Getúlio nos Pampas", Scheffell, MR. **218:** ***ae*** CPDoc; ***bd*** BDZH. **219:** ***a*** col. Josaphat Cleto (PR); ***c*** repr. "O Malho" (2/11/1929); ***be*** col. de Sinval Saldanha Filho (RS). **220:** ZH/RBS. **221:** CPDoc. **222:** CPDoc. **223:** CPDoc. **224:** ***a*** CPDoc; ***c*** "Getúlio Vargas", Armando Viana, MR. **225:** ***a*** FBN/BDZH; ***cd*** BDZH. **226:** ***a*** CPDoc; ***c*** fot. AE. **227:** ***ae*** e ***ad*** BDZH. **228:** FBN/BDZH. **229:** ***ac***, "Getúlio e a Constiuição de 37", Armando Viana, MR; ***bd*** BDZH. **230:** BDZH. **231:** ***a*** cartilha do DIP; ***be*** BDZH. **232:** ***a*** Manchete Press; ***c*** Alvarus (1938), cor. Ana Adams. **233:** BDZH. **234:** ***ae*** acervo ed. José Olympio; ***ac*** e ***ad*** repr. "Brasilianische Literatur" (Ministério das Relações Exteriores). **235:** EBN/BDZH. **236:** ***a*** "Getúlio e Roosevelt em Natal, 1943", Raymond P.R. Neilson, MR; ***be*** BDZH. **237:** ***a*** "A Volta dos Expedicionários", Manuel Madruga, MR; ***c*** acervo Monumento Nacional dos Mortos na 2ª Guerra; ***bd*** repr. revista "O Cruzeiro". **238:** ***a*** "Presidente Dutra", Kronstrand, MR; ***bd*** "Getúlio Vargas e Seu Pai", BDZH. **239:** BDZH. **240:** BDZH. **241:** EBN/BDZH. **242:** ZH/RBS. **243:** Memorial JK. **244:** Memorial JK. **245:** Memorial JK. **246:** ***a*** ZH/RBS; ***be*** e ***bd*** "Diários Associados" ***bc*** revista "Time" (30/6/61). **247:** ZH/RBS. **248:** ZH/RBS. **249:** ZH/RBS. **250:** ***ae*** AE; ***ad*** AJB. **251:** ***ac*** AE; ***bc*** AJB. **252:** ZH/RBS. **253:** ZH/RBS. **254:** ZH/RBS. **255:** EBN/BDZH. **256:** ZH/RBS. **257:** ***ac*** Orlando Brito; ***bd*** AE. **258:** ZH/RBS. **259:** ZH/RBS. **260:** AE. **261:** AE. **262:** ZH/RBS. **263:** AE. **264:** ZH/RBS. **265:** ***ae*** e ***c*** divulgação; ***ad*** AE. **266:** ***a*** ZH; ***be*** AE. **267:** ***a*** ZH; ***c*** divulgação; ***bd*** AE. **268:** ZH/RBS. **269:** divulgação/BDZH. **270:** ***ae*** e ***ada*** ZH/RBS; ***ade*** FI; ***c*** AE. **271:** divulgação. **272:** BDZH. **273:** AE. **274-280:** BDZH. **281:** ZH/RBS. **282:** ZH/RBS. **283:** ZH/RBS. **284:** ***ae*** Fernando Gomes ZH/RBS; ***ad*** Ricardo Chaves ZH/RBS; ***be*** ZH/RBS. **285:** ***a*** Polícia Federal; ***be*** AE; ***bd*** Marco Pillar. **286:** ***ac*** AE; ***be*** ZH. **287:** ***a*** Pisco Del Gaiso/FI; ***bd*** BDZH. **288:** Sílvio Ávila/ZH. **289:** AJB. **290-91:** BDZH. **292:** ***e*** AE; ***bd*** Jules Martin, MP. **293:** "Vista do Rio de Janeiro Tomada do Bairro de Santa Teresa", Friedrich Hagedorn, col. particular; ***be*** ZH/RBS. **294-95:** fundo, "Operários", Tarsila do Amaral, MAC; infs. Adams Design. **296:** AE. **297:** ***ae*** "Atlas de Cosmografia", 1557, João Baptista Lavagna, Biblioteca Reale, Turim; ***bd*** Nasa. **298:** ***ae*** "Imagem do Novo Mundo", Johann Frosschauer, The New York Public Library; ***ad*** "Lagoa das Aves no Rio São Francisco", atr. Martius, Fundação Maria Luiza e Oscar Americano, fot. Rômulo Fialdini; ***ca*** auto-retrato, André Thevet, BMA; "Frans Post", anônimo, Museu do Estado (PE); **299** ***ae*** "D. Pedro 2º se despede de Almeida Júnior", Gerson Pompeu Pinheiro, MNBA; ***ad*** "O Grito do Ipiranga", Pedro Américo, MP, fot. Rômulo Fialdini; ***ca*** auto-retrato, Nicolas-Antoine Taunay, MI; ***cb*** auto-retrato, Benedito Calixto, Pinacoteca do Estado de São Paulo; **300** ***ae*** "Segunda Classe", Tarsila do Amaral, IEB; ***ad*** "Retirantes", Cândido Portinari, Masp; ***ca*** auto-retrato, Tarila do Amaral, IEB; ***ce*** "Mulato", Di Cavalcanti, col. particular; ***be*** revista "Careta", col. Edgar Luís de Barros. **301:** ***ae*** Lévi-Strauss, repr. "Saudades do Brasil" (Cia. das Letras); ***ad*** Orlando Brito, repr. "Perfil do Poder" (ed. Ágil); ***ca*** auto-retrato, Marc Ferrez, col. Gilberto Ferrez; ***cb*** divulgação, ed. Corrupio; ***bd*** José Medeiros, "O Cruzeiro". **302:** Adams Design. **305:** Adams Design; **306:** ***ae*** "Varnhagen", Rodolfo Amoêdo, MHN; ***be*** "Capistrano de Abreu", Sociedade Capistrano de Abreu; ***bd*** "Jaime Cortesão", Antônio Carneiro. **307:** ***ad*** e ***bd*** repr. "Brasilianische Literatur" (Ministério das Relações Exteriores). **308:** BDZH. **309:** ***ad*** divulgação, Cia. das Letras; ***bd*** e ***be*** BDZH. **310:** ***ae*** e ***be*** divulgação, Cia. das Letras; ***bd*** divulgação, Zahar Editores. **311:** ***ad*** BDZH; ***be*** e ***bd*** divulgação, Cia. das Letras. **312:** ***bea*** e ***beb*** divulgação, Cia. das Letras.

© Zero Hora/RBS Jornal

Bibliografia Crítica

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), visconde de Porto Seguro, é o pai-fundador da historiografia brasileira. Servindo-se de seu cargo diplomático em Madri e Viena, mergulhou nos arquivos europeus e extraiu deles a maior massa documental já reunida por um historiador brasileiro. Varnhagen, cujo estilo era pesado e monocórdio, jamais foi bom escritor. Talvez por isso mesmo, ao publicar, em 1854, sua grandiosa "História Geral do Brasil", tenha se tornado o primeiro historiador do país a suplantar a crônica pessoal e a se desvincular do "romance histórico" (únicas fórmulas utilizadas até então para narrar a "história pátria"). Embora oficialista, parcial, preconceituoso e racista, o livro de Varnhagen ainda não foi superado. Nenhum outro historiador brasileiro descobriu e publicou tantas fontes inéditas. Nenhum fincou tão profundamente as raízes do nacionalismo brasileiro, ao qual o visconde de Porto Seguro deu base histórica.

Índios, Descobridores e Pioneiros

Os livros de geologia em geral são escritos em "geologês", fato que afugenta o leitor leigo da fascinante trama geológica. Uma boa fonte é "Geologia do Brasil", de Setembrino Petri e Vicente Fúlfaro (Edusp). O mesmo se passa com livros sobre a Pré-História, quase sempre maçantes. "Arqueologia do Brasil" (vários autores, UnB) é o mais completo. Muito já se escreveu sobre os índios brasileiros. O livro mais abrangente é "História dos Índios do Brasil" (org. Manuela C. da Cunha, Cia. das Letras), com um capítulo escrito por Niède Guidon. A festa dos índios brasileiros na França e sua influência no mito do bom selvagem foram estudadas por Afonso de Mello Franco no delicioso "O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa" (J. Olympio, 1937). O massacre dos índios no período colonial foi retratado por John Hemming em "Red Gold" (Macmillan, 1978), inédito em português. Os estudos e fotos de Lévi-Strauss estão disponíveis pela Cia. das Letras.

Embora muitas questões sobre a descoberta do Brasil permaneçam em aberto, o tema parece ter deixado de interessar aos historiadores. O texto clássico ainda é o de Capistrano de Abreu, mas T.O. Marcondes de Souza lançou bom e documentado estudo sobre esse assunto: "O Descobrimento do Brasil" (Michalany, 1956). "Gloriosa e Trágica Viagem de Cabral", de Carlos Heitor Castello Branco (Ed. do Escritor, 1975) é a melhor análise dessa expedição. "A Carta de Caminha" tem várias edições e estudos. Os melhores são os de Capistrano de Abreu e Jaime Cortesão. Rubem Braga fez uma bela versão da "Carta" (Record), ilustrada por Carybé. O pau-brasil e a questão do nome do Brasil são analisados em três livros fundamentais: "O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga", de Gustavo Barroso, e "O Pau-Brasil na História Nacional", de Bernardino José de Sousa (ambos da col. Brasiliana, da Cia. Editora Nacional), mais "Terra de Ibirapitanga", de A. L. Pereira Ferraz (Imprensa Nacional, 1939). Sobre o projeto do Museu Aberto do Descobrimento, a fundação de mesmo nome lançou, em 1994, um álbum suntuoso.

As viagens e a biografia de Américo Vespúcio, por sua vez, são questão complexa. As cartas de Vespúcio foram editadas pela L&PM, e o livro "A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio", de Moacyr S. Pereira (Ed. Asa, 1984), é bastante elucidativo. O jesuíta Herbert Wetzel fez um belo trabalho em "Mem de Sá, Terceiro Governador-Geral" (Conselho Federal de Cultura, 1972). As melhores fontes gerais sobre o período colonial são a monumental "História da Colonização Portuguesa do Brasil" (Litografia Nacional, Porto, 1921, org. de Malheiro Dias) e "Formação do Brasil Colonial", de Arno e Maria José Wehling (Nova Fronteira). O conjunto de ensaios sobre o Brasil reunidos por Leslie Bethell em "The Cambridge History of Latin America" forma um painel elucidativo. "O Império Luso-Brasileiro", org. de Harold Johnson e Maria B. Nizza da Silva (Estampa), e "Dicionário de História da Colonização Portuguesa do Brasil" (Maria B. Nizza da Silva, Verbo) também são fontes importantes para o estudo dos primórdios do Brasil.

Jesuítas, Bandeirantes e Invasores

As cartas escritas pelos primeiros jesuítas do Brasil permanecem uma fonte extraordinariamente profícua para o estudo do Brasil colonial. Nelas se incluem os relatos de Anchieta e Nóbrega. As melhores edições são as organizadas pelo padre Serafim Leite, autor da admirável "História da Companhia de Jesus no Brasil" (Portugália, 1938), uma das mais grandiosas obras historiográficas já escritas sobre o país. "Os Sermões", do padre Antônio Vieira, são um tesouro da língua portuguesa. O texto sobre Vieira desta coleção se baseia no ensaio de José Honório Rodrigues publicado em "História e Historiografia" (Vozes). Wilson Coutinho (em "História da Inteligência Brasileira", Cultrix) e Alfredo Bosi (em "Dialética da Colonização", Cia. das Letras) fizeram bela análise literária sobre a obra de Vieira e Anchieta. Existe vasta bibliografia sobre as missões. As fontes mais usadas foram "Conquista Espiritual", de Ruiz de Montoya (Martins Livreiro) e o ótimo "Os Jesuítas", de Jean Lacouture (L&PM).

A inquisição no Brasil foi bem estudada por Ronaldo Vainfas em "Trópico dos Pecados" (Campus) e Laura de M. e Souza em "O Diabo e a Terra da Santa Cruz" (Cia. das Letras). Sobre as outras ordens, fonte fundamental é "História da Igreja no Brasil" (Vozes, vários autores). A melhor biografia do marquês de Pombal é de Kenneth Maxwell (Paz & Terra). Embora ótimos autores tenham escrito sobre os bandeirantes, nada se compara aos dez volumes da "História Geral das Bandeiras Paulistas", obra definitiva de Afonso Taunay (Museu Paulista, 1949). Alfredo Ellis Jr. foi o continuador natural da obra de Taunay, com menos brilho. Os textos de Capistrano de Abreu, Jaime Cortesão, Sérgio Buarque de Holanda e John Monteiro (*veja quadros nas laterais e rodapés das páginas deste fascículo*) também foram utilizados. Outros dois textos fundamentais são o "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", de F. Carvalho Franco (S. Paulo, 1954), e o clássico "Vida e Morte do Bandeirante", de Alcântara Machado (Itatiaia).

O Brasil francês ainda é um tema mal pesquisado, embora existam duas fontes primárias do mais alto nível: "Singularidades da França Antártica", de André Thevet (Itatiaia), e "Viagem à Terra do Brasil", de Jean de Léry (Ed. do Exército, 1961, na ótima tradução de Sérgio Milliet), apesar de essas edições suprimirem as ilustrações originais. O melhor estudo sobre esse período continua sendo "Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle", escrito em 1878 por Paul Gaffarel e inédito em português. Villegaignon é personagem quase ignorado pela historiografia nacional. Sua melhor biografia é a de Alves Nogueira (Epasa, 1944). A bibliografia sobre o Brasil espanhol também é fraca. "Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640", de José V. Serrão (Cia. Ed. Nacional), é uma boa fonte. O autor também escreveu "Rio de Janeiro no Século 16" (Lisboa, 1965), relato preciso sobre a França Antártica. Sobre os piratas ingleses, a melhor fonte é "Geociências no Brasil: a Contribuição Britânica", de Othon H. Leonardos (Forum, 1970).

De certa forma a obra de Varnhagen teve continuação no trabalho genial de João Capistrano de Abreu (1853-1927), talvez o maior historiador brasileiro de todos os tempos. Em 1906, Capistrano (à esquerda) anotou o primeiro dos três volumes da "História" de Varnhagen (trabalho continuado por Rodolfo Garcia nos volumes 2 e 3). Embora nunca tenha escrito uma história geral do Brasil, Capistrano suplantou o mestre. Seus estudos sobre o "Descobrimento do Brasil" (1883) e os clássicos "Caminhos Antigos e Povoação do Brasil" e "Capítulos de História Colonial" (1907) são as melhores obras já escritas a respeito do período colonial brasileiro.

Com erudição inigualável e elegância estilística, Capistrano de Abreu abriu novos caminhos para a historiografia brasileira. Os temas que mais o atraíam foram aprofundados nas obras magistrais de Afonso E. Taunay, "História Geral das Bandeiras Paulistas", e de Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", e por Jaime Cortesão (à direita), português exilado no Brasil, autor da melhor biografia sobre a vida de Raposo Tavares e compilador da fabulosa coleção "De Angelis", composta de documentos seiscentistas.

Holandeses, Ouro e Escravos

A bibliografia sobre a ocupação holandesa do Brasil é vasta e repleta de textos clássicos escritos pelos próprios invasores, como "História dos Feitos Recentemente Praticados (...) sob o Governo do Conde de Nassau", de Gaspar Barleus (Itatiaia), "Memorável Viagem ao Brasil", de Joan Nieuhof (Martins, 1942), e "Relatório sobre as Capitanias Conquistadas pelos Holandeses", de Adrien van der Dussen (Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947). Vários estudos recentes são da melhor qualidade. Destacam-se "Os Holandeses no Brasil" (Difel), de Charles R. Boxer, "Tempo de Flamengos", de J.A. Gonçalves de Melo Neto (José Olympio, 1947), "Civilização Holandesa no Brasil", de José Honório Rodrigues (Cia. Ed. Nacional, 1940), e "Fórmulas Políticas no Brasil Holandês", de Mário Neme (Difel), além dos extraordinários "Olinda Restaurada" (Edusp), "Rubro Veio: o Imaginário da Restauração Pernambucana" (Nova Fronteira), ambos de Evaldo Cabral de Melo. Porém, a inexistência de uma boa biografia de Nassau prejudica tal bibliografia.

O ciclo da mineração no Brasil também pode ser estudado em textos clássicos. A citada "História Geral das Bandeiras Paulistas", de Taunay, é a melhor fonte, mas "Viagem ao País dos Paulistas", de Ernane Bruno (José Olympio, 1966), "História Antiga das Minas Gerais", de Diogo Vasconcelos (Itatiaia), e vários livros de Alfredo Ellis Jr. também foram consultados. O relato dos viajantes John Mawe, "Viagem ao Interior do Brasil", e W. von Eschwege, "Pluto Brasiliensis" (ambos da Itatiaia), são fontes indispensáveis. Uma boa visão geral pode ser encontrada em "História da Mineração no Brasil", editada pela Atlas Copco em 1986. O livro do padre Antonil, "Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas" (INL), e o clássico "História Econômica do Brasil", de Roberto Simonsen, foram utilizados (também nos textos sobre o açúcar e o pau-brasil). Das biografias de Aleijadinho, a mais consultada foi "O Aleijadinho de Vila Rica", de Waldemar Barbosa (Itatiaia). Outra fonte primordial é "Memórias do Distrito Diamantino", de Joaquim Felício dos Santos (Vozes).

Igualmente muito vasta é a bibliografia sobre a escravidão. Dois livros lançados em 1997 já se incluem entre os melhores escritos sobre o tema. São eles "Em Costas Negras", de Manoelo Florentino (Cia. das Letras), e "Liberdade por um Fio", org. de João J. Reis e Flávio S. Gomes (Cia. das Letras). Entre os textos clássicos estão "Casa-Grande & Senzala", de Gilberto Freyre (José Olympio), "O Escravagismo Colonial", de Jacob Gorender (Ática), e "A Escravidão no Brasil", de Perdigão Malheiro (Vozes). "Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia", de Pierre Verger (Corrupio), é indispensável. Foram usados também os livros dos brasilianistas Robert Conrad, "Tumbeiros" (Brasiliense) e "Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil" (INL/Brasiliense), e A. Russel-Wood, "The Black Man in Slavery and Freedom in Brazil" (Universidade de Nova York), mais "Rebeliões da Senzala", de Clóvis Moura (Ed. Conquista), "O Quilombo dos Palmares", de Edison Carneiro (Nacional), e "Palmares: a Guerra dos Escravos", de Décio Freitas (Mercado Aberto).

Os Inconfidentes e a Família Real

Existem vários livros sobre a Inconfidência Mineira. A fonte primordial, de leitura árdua, continua sendo "Autos da Devassa", publicado em dez volumes pela Câmara dos Deputados de Minas Gerais em 1976. Mas o capítulo sobre a Inconfidência deve muito ao melhor livro escrito sobre o assunto, "A Devassa da Devassa", de Kenneth Maxwell (Paz & Terra), que elucida e desfaz muitos dos mitos perpetrados pela historiografia brasileira relativa ao tema. Uma bem-documentada biografia de Tiradentes foi escrita por Luís Wanderley Torres (Oren Editora, 1977). A obra completa sobre Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto foi publicada em 1996, em requintada edição em papel-bíblia, pela editora Nova Aguilar, com organização de Domício Proença Filho. A tese sobre Tiradentes como herói cívico do Brasil e sua transformação em símbolo da república foi elaborada por José Murilo de Carvalho em "A Formação das Almas —o Imaginário da República no Brasil" (Cia. das Letras).

"As Cartas Chilenas", de Tomás Antônio Gonzaga, receberam uma edição recente, organizada por Joaci P. Furtado (Cia. das Letras, 1997). A vinda da família real para o Brasil foi detalhadamente estudada na obra-prima de Oliveira Lima, "D. João VI no Brasil" (Top Books), um texto apologético, em tudo distinto de outro estudo clássico, "A Corte de D. João no Rio de Janeiro", que Luiz Edmundo da Costa lançou em 1940 (Imprensa Nacional), que traça um perfil cruel da família real. "Dom João VI, Príncipe e Rei", de Angelo Teixeira (Lisboa, 1953), apóia-se em documentos inéditos e apresenta uma visão mais equilibrada do monarca. Boa fonte é "A Corte de Portugal no Brasil", de Luís Norton (Cia. Ed. Nacional), diplomata lusitano que veio para o Brasil em 1939 e pesquisou nos arquivos do Itamaraty. Um retrato arrasador da rainha Carlota Joaquina foi escrito pelo inglês William Beckford em "The Travel Diaries" (Penguin). Livro polêmico é "Memórias Secretas de D. Carlota Joaquina", de d. José Presas (Pongetti, 1940).

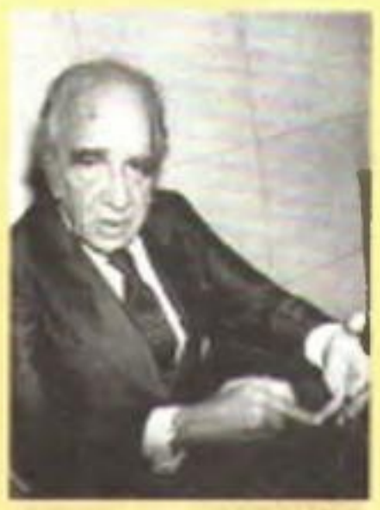
A abertura dos portos do Brasil foi estudada por Pinto de Aguiar em livro do mesmo título (Ed. da Câmara Municipal de Salvador, 1960). Wilson Coutinho publicou em novembro de 1990 "Missão Artística Francesa e Pintores Viajantes", catálogo da exposição patrocinada pela Fundação França–Brasil. O texto sobre o assunto, publicado na página 92 desta coleção da **Folha de S.Paulo**, se baseia nessa fonte. Além das pinturas de Debret e Rugendas, reproduzidas à exaustão (em geral com má qualidade), a obra desses dois artistas foi discutida por J. F. de Almeida Prado em "O Artista Debret e o Brasil" (Cia. Ed. Nacional) e por Newton Carneiro em "Rugendas no Brasil" (Kosmos, 1976). Outra boa análise da importância de Rugendas e Debret, além de reproduções de primeira qualidade da obra desses artistas, foi realizada pela professora Ana Maria de Moraes Beluzzo, no capítulo "A Viagem Pitoresca de Debret e Rugendas", no livro "A Construção da Paisagem", volume 3º da refinada série "O Brasil dos Viajantes" (Metalivros).

O ano de 1933 se tornou um marco na historiografia brasileira. Naquela data foram publicados os clássicos "Casa-Grande & Senzala", de Gilberto Freyre (acima), e "Evolução Política do Brasil", de Caio Prado Jr.. Freyre (1900-1987) foi o primeiro a estudar o papel decisivo de negros e mestiços na história e na cultura brasileiras e, embora tenha desenvolvido a tese do "bom senhor" e da "docilidade" dos escravos no Brasil, compôs uma obra genial, que derrubou mitos eurocêntricos. Caio Prado Jr. (1907-1990) foi o primeiro a analisar a história do Brasil de acordo com o materialismo dialético, rompendo com o oficialismo que imperava na historiografia brasileira, destacando o papel das massas nos rumos da história, resgatando acontecimentos como a Balaiada e a Praieira e, acima de tudo, interpretando o Brasil pela ótica da luta de classes. Sua obra iria influenciar e abrir caminho para duas gerações de historiadores de esquerda.

É possível que Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) tenha sido o maior historiador brasileiro depois de Capistrano de Abreu, cuja obra ele ampliou. Em 1936, três anos após o lançamento dos livros de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. (à direita), Sérgio Buarque de Holanda publicou "Raízes do Brasil". Um texto clássico no qual ele lançou a tese do "homem cordial" que, apesar de desleixado e indolente, mais afeito aos ócios que aos negócios, possuiria a originalidade dos indisciplinados e a adaptabilidade dos aventureiros: o brasileiro nato.

Apesar de "Raízes do Brasil" ter-se tornado um texto tremendamente influente, depois dele Sérgio Buarque de Holanda abandonaria a interpretação sociológica, trocando-a pela análise de teor rigorosamente histórico. Foi então que surgiram livros ainda melhores, como, por exemplo, "Caminhos e Fronteiras" (1957), "Monções" (1945) e, principalmente, "Visão do Paraíso" (1959), o primeiro livro de história das mentalidades escrito no Brasil.

Ao organizar uma "História Geral da Civilização Brasileira", Sérgio Buarque de Holanda coroou sua obra literária, tornando-se o grande intérprete da história do Brasil.



Considerado em determinados círculos do mundo acadêmico como um mero "ajuntador de episódios", ainda por cima contaminado por uma verborragia irrefreável, Hélio Silva (1904-1995) foi, na verdade, autor de uma obra prolífera (mais de 80 livros), na qual revelou documentos inéditos da vida republicana do país. Como não se filiou a nenhuma escola tradicional e era católico praticante, Hélio Silva (acima) *se inclui na lista dos historiadores cuja obra é vista com preconceito nos meios intelectuais. Médico e jornalista, só publicou seu primeiro livro em 1958, aos 54 anos. Mas então não parou mais, escrevendo os 16 volumes do "Ciclo de Vargas", os 20 da "História da República Brasileira", mais biografias de todos os presidentes, de Deodoro a Sarney. Ao morrer, em março de 1995, tinha se tornado monge beneditino e se enclausurara num mosteiro. Aos poucos, o valor de sua obra começa a se impor.*

Os Viajantes e a Independência

A magistral coleção "Reconquista do Brasil", lançada a partir dos anos 70 pela editora mineira Itatiaia, republicou os relatos de praticamente todos os viajantes que estiveram no Brasil durante o século 19, refazendo, assim, o trabalho pioneiro que a coleção "Brasiliana", da Cia. Ed. Nacional, realizara entre 1931 e 1940. Mas as experiências de alguns viajantes também foram publicadas por outras editoras. Dos circunavegadores que estiveram no país, o livro de Pigafetta, "Primeira Viagem ao Redor do Mundo", saiu pela L&PM. O diário de Darwin, "Viagem de um Naturalista ao Redor do Mundo", foi publicado pela Cia. Brasil Editora (1937), enquanto os "Diários" do capitão Cook foram lançados pela Brasiliense (1948). "A Expedição do Acadêmico Langsdorff ao Brasil", de G.G. Manizer (Cia. Ed. Nacional, 1947), é uma boa fonte sobre a mais trágica viagem científica realizada no Brasil. A bela "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas", de Hercule Florence, saiu pela Cultrix, e a Melhoramentos editou os três volumes de "Viagem ao Brasil", de Spix e Martius. "A Viagem ao Brasil" do príncipe Maximiliano foi publicada pela Cia. Ed. Nacional (1940), e a jornada de Saint-Hilaire, com oito volumes, pela Itatiaia.

O livro "O Brasil dos Viajantes", de Ana M. de Moraes Beluzzo, publicado pela Odebrecht, que patrocinou a exposição do mesmo nome, forma o mais admirável painel das imagens deixadas por esses exploradores e pelos artistas que os acompanhavam. "A História das Expedições Científicas no Brasil", de C. Mello Leitão (Cia. Ed. Nacional, 1941), faz um bom apanhado geral do ciclo de jornadas exploratórias. A obra "Sobre a Amazônia: os Relatos Primordiais", de Gaspar de Carvajal e Cristobal de Acuña, foi traduzida e reunida em um volume por Mello Leitão (Cia. Ed. Nacional, 1941). "A Viagem Filosófica" de Alexandre Rodrigues Ferreira recebeu bela edição do Conselho Federal de Cultura em 1972. Os relatos de Alfred Wallace e Henry Bates, publicados pela Itatiaia, infelizmente não contêm as gravuras originais —fato comum na coleção "Reconquista do Brasil".

O capítulo sobre a Independência deve muito à excelente biografia de Neill Macaulay, "D. Pedro I —A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal" (Record). Outra fonte consultada foi "História da Independência do Brasil", de Francisco Adolfo de Varnhagen (Melhoramentos, 1957), embora este esteja longe de ser o melhor livro do grande historiador: como Joaquim Bonifácio e seus irmãos eram inimigos do pai de Varnhagen, na obra ele os trata com muito preconceito. Também são fundamentais os dez volumes da "História dos Fundadores do Império do Brasil", de Octávio Tarquínio de Sousa (José Olympio, 1960), que além de ter uma excelente biografia de d. Pedro 1º traz também a melhor biografia de José Bonifácio, base do texto publicado na página 118 deste trabalho. Fonte primária de leitura árida são as "Actas das Sessões das Cortes Geraes", publicadas em Lisboa em 1823. Em contrapartida, as "Cartas de D. Pedro I à Marquesa de Santos", reunidas por Alberto Rangel e lançadas pela editora Nova Fronteira em 1986, são leitura muito mais estimulante e fogosa.

A Regência e as Revoluções

Dois autores indispensáveis para o estudo do Primeiro Reinado, do período regencial, da época das revoluções internas e do golpe da maioridade são Octávio Tarquínio de Sousa e Tobias Monteiro. Tarquínio escreveu preciosas biografias do padre Diogo Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos e de Evaristo Veiga, parte de sua "História dos Fundadores do Império do Brasil", já citada. Embora a biografia do padre Feijó, de Tarquínio, seja boa, a grandiosidade do personagem clama pela realização de novos trabalhos e novas biografias. Tobias Monteiro, por vezes demasiadamente prolixo, é autor de "História do Império: a Elaboração da Independência" (José Olympio, 1933) e sua sequência, "O Primeiro Reinado", livro no qual os episódios que desembocaram na abdicação de d. Pedro 1º e na consequente crise da Regência são minuciosamente relatados.

Outras fontes importantes para o estudo de um dos mais conturbados períodos da história do país estão reunidas no quarto volume da "Cambridge History of Latin America". Os dois textos mais importantes são "Brazil from Independence to the Middle of the Nineteenth Century", de Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, e "Brazil from the Middle of the Nineteenth Century to the Paraguayan War", de Richard Graham. Também foram consultados (como na análise de vários outros períodos da história do Brasil) os volumes 3 e 4 da "História Geral da Civilização Brasileira" (Difel), organizada por Sérgio Buarque de Holanda (*leia sobre esse livro na página 312*).

Há uma vasta bibliografia a respeito das revoluções provinciais que abalaram o período regencial. Mas os livros são muito desiguais em sua abordagem sobre essas revoltas. A melhor análise da Sabinada permanece inédita em português: é "The Conservative Revolution of Independence", do historiador canadense F.W. Morton (Oxford, 1974). Outro bom livro sobre o tema é "A Sabinada: Revolta Separatista na Bahia", de Paulo Cesar Souza (Brasiliense). Sobre a Cabanagem a fonte principal foi "A Cabanagem", de Dilke B. Rodrigues (Ed. Brasil, 1934). Astolfo Serra é o que conta melhor a Balaiada em livro homônimo (Bedeschi, 1946). Já o estudo mais completo da Praieira é o de Edison Carneiro, "A Revolução Praieira" (Ed. Conquista, 1959). Por fim, a Guerra dos Farrapos é a que possui a mais ampla bibliografia entre todos os conflitos regenciais. Uma fonte clássica, embora controversa e nem sempre confiável, é a "História da Grande Revolução", de Alfredo Varela (Porto Alegre, 1925).

Leitura fascinante é "Mémoires de un Chemise-Rouge", a "autobiografia" de Garibaldi feita por Alexandre Dumas. Um texto fundamental é "Modelo Político dos Farrapos", de Moacyr Flores (Mercado Aberto). "Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos", de Spencer Leitman (Graal), e "A Paz dos Farrapos" (Copesul, org. Elmar Bones) também foram consultados, bem como "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos", que Lindolfo Collor dedicou à filha Leda (José Olympio, 1937).

A obra de certos historiadores brasileiros é analisada sob o prisma dos preconceitos ideológicos, que obscurece a interpretação de seus trabalhos. Ministro da Educação do governo do marechal Dutra, Pedro Calmon (1902-1985) era bisneto, neto e sobrinho de ministros e políticos ligados a d. Pedro 2º. Recaídas monarquistas e biografias apologéticas, além de vínculos com o regime militar de 64, tornaram Calmon (à esquerda) *um nome "maldito" nos círculos acadêmicos.*

Mas com seu texto vetusto e suas fontes copiosas, ele escreveu duas grandes e úteis histórias gerais do Brasil, que somam 14 volumes, uma biografia de Pedro 2º em cinco tomos e 15 outros livros.

Ministro como Calmon, João Pandiá Calógeras (1879-1934) foi o único civil a ocupar a pasta militar —o que causou grande consternação nos quartéis, em 1919. Embora sua nomeação tenha precipitado o episódio dos 18 do Forte, os livros de Calógeras (à direita), *especialmente "Formação Histórica do Brasil", são os mais recomendados pelas escolas e instituições militares do país. Seus melhores e mais expressivos trabalhos são "A Política Exterior do Império" (1927) e "As Minas do Brasil e Sua Legislação" (1904).*

A Guerra do Paraguai e o Segundo Reinado

A bibliografia sobre a Guerra do Paraguai ainda aguarda o livro definitivo, desvinculado das interpretações tendenciosas às quais o conflito tem sido submetido. As fontes fundamentais para a redação desse capítulo foram "O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata", de L. A. Moniz Bandeira (UnB), e "Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército", de Ricardo Salles (Paz & Terra). Também foram consultados o minucioso "Antes y Después de la Triplice Alianza", de Luis Alberto Herrera (Montevidéu, 1990), "A Guerra do Paraguai", de Leon Polmer (Global, 1980) —uma visão de "esquerda" do conflito—, e a admiravelmente bem-documentada "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", obra em três volumes escrita pelo general Tasso Fragoso (Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934). Uma fonte primária redigida em estilo literário é o clássico "A Retirada da Laguna", de Alfredo E. Taunay (Biblioteca do Exército Ed., 1959), traduzido por Afonso Taunay.

A mais completa biografia de d. Pedro 2º, cujo título é o nome do monarca, continua sendo a publicada pela José Olympio, que Pedro Calmon escreveu em 1975. O fato de o homem que governou o país por quase 50 anos não ter ainda uma biografia definitiva é bastante perturbador. O próprio imperador, de qualquer modo, redigiu o interessante "Diário da Viagem ao Norte do Brasil" (Universidade da Bahia, 1959), no qual revela algo de suas idéias sobre história e arqueologia. A vasta correspondência de d. Pedro 2º, reunida no Museu Imperial de Petrópolis, também aguarda uma boa investigação.

Sobre o império, um livro fundamental é "Teatro de Sombras: a Política do Império", de José Murilo de Carvalho (Vértice). A instigante biografia de Irineu Evangelista de Sousa, "Mauá, Empresário do Império", de Jorge Caldeira (Cia. das Letras), supera todas as demais e se tornou um texto-chave a respeito do assunto, além de apresentar um bom panorama geral sobre o Segundo Reinado e a personalidade de d. Pedro 2º.

Um retrato mundano e fascinante do apogeu do império foi traçado por Vanderlei Pinho em "Salões e Damas do Segundo Reinado" (Martins, 1938). Já sobre o café, dois trabalhos indispensáveis são a monumental "História do Café no Brasil", obra em 12 volumes de Afonso Taunay (Typographia Ideal, 1936), publicada também em edição resumida, pela Melhoramentos, em 1954, e "Roteiro do Café", de Sergio Milliet (São Paulo, 1939). Sobre a obra de Pedro Américo e Vítor Meirelles e o papel desempenhado pela Academia Nacional de Belas-Artes, a fonte consultada foi "Artes Plásticas no Brasil —Mercados e Leilões", de Júlio Louzada (Inter Artes, 1992). Outra obra consultada, a mais completa sobre o assunto, foi "História Geral da Arte no Brasil", org. de Walter Zanini (Inst. Moreira Salles). A análise da obra literária de Gonçalves Dias e José de Alencar deve muito ao capítulo "Um Mito Sacrificial: o Indianismo de Alencar", de Alfredo Bosi, no já citado "Dialética da Colonização", mas a "História Concisa da Literatura Brasileira" (Cultrix), do mesmo autor, também foi uma fonte preciosa para a análise das obras.

A Abolição e a República

A abolição é um dos assuntos mais estudados da história do Brasil e existem muitos livros bons sobre o tema. A fonte clássica para a compreensão da ideologia abolicionista é o libelo de Joaquim Nabuco, "O Abolicionismo" (Vozes), uma das mais belas e densas obras de combate já escritas em português. Outros livros de Nabuco, como "Minha Formação", "Escravos" e "Um Estadista do Império", também foram consultados e constituem vigorosa denúncia contra a escravidão. O texto de Leslie Bethell, "A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil" (Edusp), e "Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil", de Robert Conrad (INL/Brasiliense), também são indispensáveis. O livro de Suely R. Reis de Queiroz, "Abolição da Escravidão" (Brasiliense), faz um bom apanhado geral sobre o assunto.

A melhor biografia de José do Patrocínio é "O Tigre da Abolição", de Osvaldo Orico (José Olympio, 1956), e a mais completa biografia de Luís Gama é "O Precursor do Abolicionismo no Brasil", de autoria de Sud Menucci (Cia. Ed. Nacional, 1938). Há uma biografia da princesa Isabel escrita por Pedro Calmon em 1941, "Princesa Isabel, a Redentora" (José Olympio), bem-documentada, embora apologética. Outros textos consultados foram "A Escravidão Reabilitada", de Jacob Gorender (Ática), e "Os Republicanos Paulistas e a Abolição", de José Maria dos Santos (Martins, 1942). Uma inspiração decisiva veio do capítulo "A Escravidão entre Dois Liberalismos", do livro "Dialética da Colonização", de Alfredo Bosi, já citado.

As fontes mais utilizadas na redação dos textos sobre a Proclamação da República foram "Os Militares e a República", de Celso Castro (Zahar), e "Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que Não Foi", de José Murilo de Carvalho (Cia. das Letras), ambas as melhores análises sobre o movimento militar que derrubou a monarquia. Uma visão de "esquerda" da Proclamação da República pode ser encontrada em "A República: uma Revisão Histórica", de Nelson Werneck Sodré (UFRS).

Existem poucas biografias de Deodoro da Fonseca e de Benjamin Constant, e em geral a maioria dos autores recorre aos textos clássicos "Benjamin Constant: Esboço de uma Apreciação Sintética da Vida e da Obra do Fundador da República Brasileira", de Raimundo Teixeira Mendes (Apostolado Positivista do Brasil, 1913), e "Deodoro: a Espada contra o Império", de Roberto Magalhães Júnior (Cia. Ed. Nacional, 1957), apesar de nenhuma das duas obras se caracterizar pelo distanciamento crítico. Na verdade, como apontou Celso Castro, ambas estabeleceram uma espécie de "ditadura" bibliográfica sobre o assunto. Duas fontes fundamentais para o estudo do papel dos militares na Proclamação da República foram escritas por brasilianistas: "O Exército na Política", de John Schultz (Edusp), e "Relações entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898)", de June Hahner (Pioneira). Josué Montello escreveu um instigante romance histórico sobre o tão significativo "Baile da Ilha Fiscal" (Nova Fronteira).

Embora para um "libertário" como Darcy Ribeiro (1922-1997) um homem como Gilberto Freyre seja, necessariamente, um "conservador" com eventuais recaídas racistas, não há dúvida que suas obras não só se assemelham como parecem dar continuidade uma à outra. Como Freyre, Darcy Ribeiro (acima) *misturou antropologia e sociologia para fazer história e se tornar um dos principais articuladores de uma "teoria do Brasil" —no caso dele, baseada na inquietante indagação: "Por que o Brasil não deu certo?" Darcy se tornaria também o principal "profeta" do Brasil moreno, o país mestiço que tanto deve a índios e negros. Desabusado, combativo, irônico, "engajado", Darcy Ribeiro esteve vinculado ao trabalhismo, dos tempos de João Goulart (de quem foi ministro da Educação) a Leonel Brizola. Mas, na palavra escrita, sempre manteve absoluta independência intelectual. Sua obra está sintetizada em "O Povo Brasileiro", publicado em 1995.*

Apesar de ter sido um historiador "engajado", autor de livros de "combate", José Honório Rodrigues (1913-1987) sempre acreditou que o rigor documental e o mergulho nas fontes primárias eram mais importantes que os contornos ideológicos e o "método" empregado na análise histórica.

De certo modo, ele foi o continuador da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, João Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda (de quem foi aluno). Rodrigues (à esquerda) *foi também o principal analista da historiografia brasileira, autor de obras clássicas como "História da História do Brasil" (1979).*

Nelson Werneck Sodré (1911) é outro escritor que também se considera um historiador de "combate". Ao contrário de José Honório Rodrigues, porém, ele sempre acreditou que o "método" é mais importante do que a devoção às fontes documentais.

Dessa forma, para Werneck (à direita), *marxista convicto, a única ótica plausível para compreender a história é o materialismo dialético. Ironicamente, sua obra mais útil talvez seja a compilação "O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil" (1960). Outro historiador marxista, autor de obra respeitável, é Edgard Carone, especializado na história da república.*

Boris Fausto é o autor da melhor e mais legível história geral do Brasil escrita nos últimos 25 anos por um único autor em um único volume. Não por acaso, Fausto (acima) *também foi o substituto de Sérgio Buarque de Holanda na edição e organização da "História Geral da Civilização Brasileira", lançada a partir de 1960* (leia sobre esse livro na página 312)*. Devotado pesquisador de movimentos operários e grevistas e dos conflitos sociais, Fausto jamais se deixou capturar por certas arapucas do marxismo e sua obra constitui um conjunto orgânico e fluente, cujo ponto alto está na análise precisa da República Velha ("Pequenos Ensaios de História da República", 1972), da Revolução de 30 ("A Revolução de 30: Historiografia e História", 1976) e dos movimentos trabalhistas ("Trabalho Urbano e Conflito Social", 1977), além de sua bela "História do Brasil". Seu trabalho suplanta o de Edgard Carone e também o de Werneck Sodré.*

A República Velha

O texto de abertura de "A República de Dez Anos" foi inspirado pela leitura de "A Invenção Republicana", de Renato Lessa (Vértice), e pelo mencionado "Os Militares e a República", de Celso Castro. Outra boa fonte acerca da primeira década republicana é "Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira", de Annibal V. Villela e Wilson Suzigan (Inpes). Nos textos do governo de Prudente de Morais e de Campos Sales, a fonte utilizada foi "Como se Faziam Presidentes", de Dunshee de Abranches (José Olympio, 1973).

Sobre o Encilhamento e a política econômica da primeira década da república (e os outros planos econômicos que assolaram o Brasil até 1989) boa fonte é "A Ordem do Progresso", org. Marcelo de Abreu (Campus), ainda que escrita em "economês". Para o texto da guerra civil de 1893 no Rio Grande do Sul, foram usados basicamente dois livros, sintéticos mas muito bons: "Guerra Civil de 1893", de Sérgio da Costa Franco (UFRS), e "Maragatos e Pica-Paus", de Carlos Reverbel (L&PM).

A melhor referência de Canudos continua sendo, evidentemente, "Os Sertões", de Euclides da Cunha. Contudo, merecem ser vistos "Antônio Conselheiro e Canudos" (Cia. Ed. Nacional), no qual Ataliba Nogueira reuniu os discursos e prédicas do Conselheiro, e o pequeno "Guerra de Canudos", de Antônio Carlos Olivieri, da série "Guerras e Revoluções Brasileiras" (Ática). "A Guerra do Fim do Mundo", bela leitura que Mario Vargas Llosa fez do episódio de Canudos, foi publicada pela Nova Fronteira.

Existe uma vasta bibliografia sobre a imigração. Foram consultados basicamente "Imigrantes para o Café", de Thomas Holloway (Paz & Terra), e o tocante "Memória e Sociedade", de Ecléa Bosi (Cia. das Letras). Especificamente sobre italianos e alemães, a fonte pesquisada foi "RS: Imigração & Colonização", org. José H. Dacanal (Mercado Aberto). A respeito da formação territorial do Brasil, nenhuma fonte se compara à poderosa obra do barão do Rio Branco "Questões de Limites", publicada em dez volumes pelo Ministério das Relações Exteriores em 1945 —um prodígio de erudição e pesquisa. Outra fonte consultada foi "História da Formação das Fronteiras do Brasil", de Teixeira Soares (Conselho Federal de Cultura, 1972). Os dados coletados a respeito do Acre vieram de "A Conquista do Deserto Ocidental", de Craveiro Costa (Cia. Ed. Nacional).

As informações sobre a reforma urbana do Rio de Janeiro e a construção da avenida Central (*leia em "O Reinado do Café-com-Leite"*) saíram basicamente de "Belle Époque Tropical", o ótimo livro de Jeffrey D. Needell. As informações sobre São Paulo e a inauguração da avenida Paulista foram extraídas da obra de um brasilianista, Richard M. Morse, autor de "Formação Histórica de São Paulo" (Difel). O magnífico registro visual de Marc Ferrez sobre o Rio e a construção da avenida Central foi publicado pelo Museu Nacional de Belas-Artes no suntuoso álbum "Construção da Av. Rio Branco" (1982). Boas análises sobre a Revolta da Vacina são e "A Revolta da Vacina", de Nicolau Sevcenko (Brasiliense) e "Cidade Febril", de Sidney Chalhoub (Cia. das Letras).

Da Primeira Guerra à Revolução de 30

É parca a bibliografia sobre a participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial. A principal fonte utilizada foi a enciclopédia "Nosso Século" (Abril). As informações a respeito da viagem da delegação brasileira a Paris vêm de "O Tratado de Versalhes", de Ruth Hening (Ática). Sobre a Revolta da Chibata, a fonte foi "1910: a Revolta dos Marinheiros", de Mário Maestri (Global). Acerca do episódio do Contestado, foram consultados "O Contestado", livro de Eduardo José Afonso da série "Guerras e Revoluções Brasileiras" (Ática), e "Guerra Camponesa no Contestado", de Jean-Claude Bernardet (Global, 1979). O perfil do senador Pinheiro Machado deve muito ao esplêndido "O Regionalismo Gaúcho", escrito por Joseph Love (Perspectiva, 1975), de onde também foram extraídas as informações a respeito dos governos de Venceslau Brás e Artur Bernardes, além de vários dados da Revolução de 30, inclusive a descrição da triunfal entrada de Vargas no Rio e sua posse no Catete (*leia em "A Revolução de 30"*).

Outra fonte primordial sobre os anos 20 no Brasil é a obra de Edgard Carone, da qual foram consultados os volumes "A República Velha (Instituições e Classes Sociais)", "A República Velha (Evolução Política)" e "O Tenentismo" (todos da Difel). A melhor fonte de consulta acerca dos 18 do Forte é "Sangue na Areia de Copacabana", de Hélio Silva (Civilização Brasileira, 1971). Sobre a Coluna Prestes há dezenas de livros. Foram pesquisados "A Coluna Prestes: Revolução no Brasil", de Neill Macaulay (Difel), "A Coluna Prestes (Marchas e Combates)", de Lourenço Lima (Brasiliense, 1954), "A Coluna da Morte", do tenente João Cabanas (s/ed., 1926) e "O Cavaleiro da Esperança" (Martins, 1968), biografia de Prestes escrita por Jorge Amado. Os melhores estudos sobre Lampião, padre Cícero e o messianismo no Brasil são os de Maria Isaura Pereira de Queiroz, de quem foram consultados "Os Cangaceiros" (Duas Cidades, 1977), "História do Cangaço" (Global) e "O Messianismo no Brasil e no Mundo" (Alfa-Omega).

A bibliografia a respeito da Semana de Arte Moderna é ampla. A fonte mais utilizada foi o estimulante "Orfeu Extático na Metrópole: SP Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20", de Nicolau Sevcenko (Cia. das Letras). Mas o livrinho "A Semana de Arte Moderna", de Neide Rezende (Ática), e as minibiografias de Oswald de Andrade, escrita por Maria Augusta Fonseca, e de Tarsila do Amaral, por Nádia B. Gotlib (ambas da Brasiliense), também foram consultadas. Já os fascículos de "Grandes Personagens da Nossa História" (Abril) forneceram informações sobre Mário e Oswald de Andrade. Os textos a respeito de Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto, Lima Barreto e João do Rio se baseiam na análise precisa de Jeffrey D. Needell feita no citado "Belle Époque Tropical". Sobre Machado de Assis foi consultado o artigo de Ivo Barbieri "Machado e a História", publicado pela "Revista Machadiana Espelho" (UFRS). Sobre Santos Dumont, a fonte básica foi "Meus Balões", dele próprio (Biblioteca do Exército, 1973).

É provável que José Murilo de Carvalho (à esquerda) *seja o melhor intérprete da transição do império para a república e do apogeu e queda do império. Seu "Bestializados e a República que Não Foi" (Cia. das Letras, 1987) já se tornou uma obra indispensável.*

A elegância e a fluência de seus textos, baseados na pesquisa em fontes primárias e numa visão inspirada e estimulante dos processos ideológicos que impulsionam a história do Brasil, podem ser encontradas ainda em "A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial" (Cia. das Letras, 1980) e "Teatro de Sombras: a Política Imperial" (Cia. das Letras, 1988). Murilo de Carvalho também é autor de um bom estudo sobre o envolvimento do Exército na vida pública em "Forças Armadas e Política —1930–45".

Celso Castro (à direita)*, por sua vez, é um dos mais novos talentos da historiografia brasileira e tem feito alguns dos melhores estudos sobre o papel político dos militares em boas obras como "O Espírito Militar" (1990) e "Os Militares e a República" (1995) —ambos da Jorge Zahar—, além de ter sido um dos organizadores da trilogia sobre o regime pós-64, composta por "Visões do Golpe", "Os Anos de Chumbo" e "A Volta aos Quartéis" (1994).*

Da Revolução de 30 ao Golpe de 64

O texto clássico do período que vai da Revolução de 30 ao golpe de 64 é "Brasil: de Getúlio a Castelo", do brasilianista Thomas Skidmore (Paz & Terra), amplamente utilizado nesta obra nos capítulos sobre o governo de Getúlio Vargas e o golpe militar. No entanto, a fonte mais consultada foi o excelente "Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930–1983" (Forense–Finep), feito pela equipe da Fundação Getúlio Vargas (*leia sobre esse livro na página 312*). É muito vasta a bibliografia sobre a Revolução de 30. Um dos livros mais completos a respeito do assunto é "Simpósio sobre a Revolução de 30" (Erus). E o belo álbum de fotografias "A Revolução de 30 e Seus Antecedentes" (Nova Fronteira) também se tornou fonte preciosa. Mas a melhor bibliografia acerca do assunto foi reunida por Lúcia Oliveira em "Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30" (analisando 143 livros editados sobre o tema entre 1929 e 1936).

Sobre a Revolução Paulista de 1932, foi consultado "A Guerra Civil Brasileira", de Stanley Hilton (Nova Fronteira), talvez o melhor livro sobre o assunto. Dois outros textos clássicos acerca do período pós-Revolução de 30 são "Brasil: Anos de Crise/1930–1945", de Edgard Carone (Ática), e "O Regime Vargas (1934–38): Os Anos Críticos" (Nova Fronteira), de Robert Levine. Além desses foram consultados (e são recomendados) livros de Hélio Silva sobre essa mesma época. A principal fonte a respeito da Intentona Comunista foi "Camaradas", de William Waack (Cia. das Letras), que modificou a bibliografia sobre o acontecimento. As informações referentes ao Estado Novo são amplas. Além dos livros de Stanley Hilton, Edgard Carone e Hélio Silva, também foi consultada a biografia de Vargas escrita por John Foster Dulles (Renes, 1974). Sobre a 2ª Guerra Mundial, as fontes foram a enciclopédia "Nosso Século" (Abril) mais "A FEB pelo Seu Comandante", de J. B. Mascarenhas de Morais (Biblioteca do Exército, 1969).

A respeito de Juscelino Kubitschek são indispensáveis os livros escritos por ele próprio, "Meu Caminho para Brasília —Cinquenta Anos em Cinco" e "Por Que Construí Brasília" (ambos da Bloch Editores). Foram pesquisados ainda "JK: uma Revisão da Política Brasileira", de F.A. Barbosa (José Olympio) e "O Governo JK", de Maria Benevides (Paz & Terra). A mesma autora escreveu "O Governo Jânio Quadros" (Brasiliense), uma boa síntese sobre a atuação desse presidente. Utilizou-se também "A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Pré-64", de L.M. Bandeira (Brasiliense). Acerca do governo Goulart a maior fonte foi "O Colapso do Populismo no Brasil", de Octávio Ianni (Civilização Brasileira). Sobre o golpe de 64, a fonte primordial foi o verbete "Revolução de 1964", do citado "Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro", mais "1964: o Papel dos EUA no Golpe de Estado de 31 de Março", de Phyllis Parker (Civilização Brasileira, 1977), "1964 Visto e Comentado pela Casa Branca", de Marcos Sá Corrêa (L&PM), "Memórias de um Revolucionário", de Olympio Mourão (L&PM), e "Os Motivos da Revolução", A. C. Murici (Imprensa Oficial, PE). A melhor biografia de Castelo Branco é a de John Foster Dulles (José Olympio).

Dos Anos de Chumbo aos Anos de Lama

Apesar da censura, muito se escreveu sobre os "anos de chumbo" enquanto eles ainda estavam ocorrendo. Uma das melhores análises desse período está em "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964–1969)", de Eliézer de Oliveira (Vozes, 1976). Completo apanhado geral dessa época sombria pode ser encontrado na trilogia "Visões do Golpe", "Anos de Chumbo" e "A Volta aos Quartéis", org. Celso Castro (Relume-Dumará). Outras referências fundamentais são os livros de memórias "Os Carbonários", de Alfredo Sirkis (Global), "O Que é Isso, Companheiro?", de Fernando Gabeira (Cia. das Letras), e "Batismo de Sangue: os Dominicanos e a Morte de Marighella", de frei Betto (Civilização Brasileira). Foram consultados ainda "O Dossiê Herzog", de Fernando Jordão (Global), "Tortura: a História da Repressão Política no Brasil", de Antônio Carlos Fon (Global), "Os Anos Geisel" (edição nº 549 da revista "Veja") e "O Outro Lado do Poder", de Hugo Abreu (Nova Fronteira).

Uma fonte fundamental para a redação de "Cultura nos anos 60 e 70" foi o livro "Cultura e Participação nos Anos 60", de Heloísa Buarque de Holanda e Marcos A. Gonçalves (Brasiliense). Sobre a bossa nova, foram consultados "Chega de Saudade", de Ruy Castro (Cia. das Letras), e "Balanço da Bossa", de Augusto de Campos (Perspectiva). A base para os textos da Jovem Guarda foi o colecionável da revista "Caras" lançado em 1997. "A Revolução do Cinema Novo", de Glauber Rocha (Alhambra, 1981), forneceu bom panorama do cinema brasileiro. Sobre TV a fonte foi "Anos 70/Televisão", de Elisabeth Carvalho, Santuza Ribeiro e Maria Rita Kehl (Europa). Outra fonte importante foi "A Divina Comédia dos Mutantes", de Carlos Calado (Editora 34).

A partir do capítulo "Das Diretas a Sarney", jornais e revistas tornaram-se indispensáveis, além dos livros "Tancredo", de Augusto Nunes (série "Grandes Líderes", Abril), "Assim Morreu Tancredo", de Antônio Britto (L&PM), e "Autoritarismo e Democratização", de Fernando Henrique Cardoso (Paz & Terra). "Uma História da República", de Lincoln de Abreu Penna (Nova Fronteira), vai até o fim do governo Sarney e também foi consultado. O álbum "Folha de S.Paulo —Primeira Página/1921–1995" (Folha da Manhã S/A) traça um bom panorama dos últimos 70 anos no Brasil e foi usado na redação de trechos sobre as diretas, a morte de Tancredo, a posse de Sarney e a era Collor. A crítica de Millôr sobre o livro "Brejal dos Guajas", de Sarney, está no "Diário da Nova República", volume 3 (L&PM). Os verbetes sobre Tancredo, Sarney, Ulysses Guimarães e Itamar do "Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro" foram úteis. Edições da revista "Veja", entre elas as duas com as explosivas entrevistas de Pedro Collor (nºs 1.235 e 1.236, de maio de 1992), tornaram-se históricas e foram utilizadas. A edição nº 1.366, de novembro de 1994 ("Os Anos Itamar"), faz um bom apanhado do tema. Os dados sobre PC Farias e sua morte e o governo FHC foram pesquisados no jornal "Zero Hora".

O pioneiro da fornada de jornalistas-historiadores é Fernando Morais (acima) *que, no início dos anos 80, lançou "Olga", a melhor biografia da companheira de Luís Carlos Prestes. Seguindo a trilha que ele mesmo abrira, Morais publicou em 1994 ampla biografia sobre o magnata da imprensa Assis Chateaubriand. O livro "Chatô, o Rei do Brasil" acabou se constituindo um vívido painel do Brasil do século 20. Dos jornalistas que recentemente mergulharam na história, nenhum emergiu com dados mais reveladores do que William Waack* (abaixo), *cujo livro "Camaradas" (1993) provocou uma reviravolta historiográfica. Ao pesquisar nos arquivos soviéticos sobre a Intentona Comunista de 35, Waack desfez a névoa que envolvia o episódio e redimensionou o papel de Prestes, vinculando definitivamente o movimento aos desígnios ditados por Moscou.*

Garimpar o veio fértil da história com as ferramentas do jornalismo é uma tarefa perigosa. Mas o coloquialismo, a leveza e o salvo-conduto para certas simplificações concedidas pelo texto jornalístico têm levado determinados profissionais da imprensa brasileira a se lançar no arriscado ofício de "reler" os caminhos tortuosos percorridos pela historiografia nacional.

Com texto mais fluente e mais direto e com abordagens não-acadêmicas, portanto, muito mais próximas da vida real, alguns jornalistas têm conseguido obter excelentes resultados em suas ousadas tentativas.

A despeito de não ter sido o pioneiro da recente safra de jornalistas travestidos de historiadores, quem mais tem se destacado nela é Jorge Caldeira (à esquerda).

Sua densa e cativante biografia sobre a vida do Visconde de Mauá, "Mauá, Empresário do Império" (1995), é a melhor abordagem a respeito desse personagem grandioso. Logo após a conclusão desse trabalho, Jorge Caldeira se lançou na produção de uma história geral do Brasil, a melhor já feita em CD-ROM. Como sua obra anterior —e as de seus colegas—, esse trabalho também se tornou um best seller.

OS BRASILIANISTAS

O melhor da história do Brasil pode ser lido em inglês. Embora as traduções permitam que quase todos os livros citados a seguir já possam ser consultados em português, eles foram escritos por autores norte-americanos. E, ainda que essa seja uma afirmação polêmica, o fato é que se constituem, quase sempre, as abordagens mais instigantes feitas sobre os episódios mais significativos da história do Brasil. Com estilo a um só tempo pragmático e requintado, com mais ritmo e mais fluência, com mais tempo, mais fontes e mais dinheiro para pesquisas, os brasilianistas produziram uma obra magistral sobre o Brasil de todas as épocas. Betty G. Meggers, do Smithsonian Institute, escreveu brilhantemente sobre a pré-história brasileira. O melhor livro a respeito das relações entre brancos e índios no Brasil colonial é de Alexander Marchand, "Escambo e Escravidão" (Cia. Ed. Nacional, 1943). A mais fremente denúncia sobre o massacre dos índios em tempos recentes está em "Vítimas do Milagre", de Shelton Davis (Record, 77). As melhores sínteses sobre o Brasil colonial são a de Leslie Bethell (Cambridge, 84) e a de Harold D. Johnson em "O Império Luso-Brasileiro: 1500–1620" (Estampa, 1992).

As Histórias Gerais do Brasil

A melhor história geral do Brasil foi organizada por Sérgio Buarque de Hollanda e publicada pela Difel em 1960 em três tomos (divididos em dez volumes), sobre o título de "História Geral da Civilização Brasileira". Mais de cinquenta autores colaboraram com esse projeto que constitui um amplo painel da formação do Brasil e foi idealizado sob inspiração da série francesa "História Geral das Civilizações", dirigida por Maurice Crouzet. "História Geral da Civilização Brasileira" foi um projeto admirável e ousado que bem merecia uma reedição atualizada (especialmente dada a proximidade dos 500 anos da descoberta do Brasil).

Entre as obras atuais, disponíveis no mercado, a melhor, e a mais legível, história geral do Brasil escrita por um só autor num único volume é a "História do Brasil" de Boris Fausto (Edusp, 1994). O livro de Fausto é um dos frutos mais recentes de uma tradição que remonta a 1627, quando frei Vicente do Salvador (1564-1639?) escreveu a primeira "História do Brasil", só publicada na íntegra em 1888. É obra saborosíssima, de estilo simples, pragmático e ingênuo, que pode ser lida como uma coleção de contos históricos fidedignos.

O sucessor de frei Vicente foi o senhor de engenho Sebastião da Rocha Pita. (1660-1739) autor de "História da América Portuguesa", publicada em 1730, com texto refinado, mas repleta de incorreções e preconceitos.

A seguir, surge a primeira história do Brasil de maior fôlego e que, ao mesmo tempo uniu rigor factual com requinte literário: a belíssima "História do Brasil" escrita pelo historiador e poeta inglês Robert Southey (1774-1843). Livro repleto de alvura, luminoso e iluminista, foi publicado de 1810 a 1819. Em 1854 surgiu a monumental "História Geral do Brasil", de Varnhagen, a mais profunda investigação documental sobre os fatos históricos do país já levada a cabo até hoje.

Em 1860, o alemão Heinrich Handelmann (1825-1891) lançou uma ótima "História do Brasil" que, injusta e inexplicavelmente caiu no esquecimento (a última edição brasileira desse trabalho foi publicada em 1931).

A primeira grande história do país lançada no século 20 foi obra de José Francisco da Rocha Pompo (1857-1933), que em 1906 lançou o primeiro dos dez volumes de sua abrangente, além de esmerada e graciosa, "História do Brasil". Rocha Pompo morreu na penúria —e o mesmo destino foi reservado à sua obra (editada apenas em edição escolar, em um só volume). Há uma certa continuidade de propósito e de estilo entre Rocha Pompo e Pedro Calmon (1902-1985), que, mesmo publicando livros desde 1923, só lançou sua vetusta "História do Brasil" em sete volumes em 1959. Trata-se de uma obra fundamentada em pesquisa exaustiva e extremamente útil para o estudo do Brasil colonial.

Hélio Vianna (1908-1972), anotador da obra de Rocha Pompo, lançou em 1961 a sua "História do Brasil", mas resume-se a um trabalho por demais genérico e eventualmente enfadonho. Em 1988, Maria Yedda Linhares lançou uma boa "História Geral do Brasil", da editora Campus.

A melhor história geral do Brasil lançada em fascículos é "Saga —A Grande História do Brasil", obra repleta de ilustrações, com texto sucinto e preciso, publicada pela editora Abril em 1981, com a direção de Elizabeth di Cropani. Sob a mesma supervisão, uma equipe similar produzira a fascinante enciclopédia "Nosso Século", de longe a melhor, mais completa, mais bonita e mais instigante história do Brasil no século 20.

Ainda em fascículos foi publicada também uma "História do Brasil", lançada pela Bloch Editores em 1972. Coordenada por Herculano Mathias, a obra faz um bom apanhado geral da história do Brasil e, embora a abordagem bastante acadêmica e eventualmente conservadora, é muito rica como fonte iconográfica. Com pequenas modificações, essa mesma obra começou a ser reeditada em agosto de 1997.

Apesar de estar longe de ser uma história geral, o "Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983" (Forense), coordenado por Israel Beloch e Alzira A. de Abreu e preparado por um grupo de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, é uma fonte indispensável de pesquisa, principalmente agora que está sendo ampliado, revisto e lançado em CD-ROM.

O CD-ROM também foi a tecnologia empregada na mais recente obra a respeito da história geral do Brasil: "Viagem pela História do Brasil", projeto concebido por Jorge Caldeira. Composto de um livro e um CD-ROM, propõe uma abordagem estimulante e não-acadêmica de várias questões nacionais. Por fim, duas boas fontes de consulta sobre o assunto são os dicionários "Brasil de A a Z", publicado pela Larousse e Abril (1988), e o "Dicionário de História do Brasil", de Moacyr Flores (PUC-RS, 1996).

O trabalho dos brasilianistas foi responsável ainda pela melhor revisão crítica dos bandeirantes, levada a cabo por John Manuel Monteiro (à esquerda, acima) em "Negros da Terra" (Cia. das Letras, 1995). Alguns dos estudos mais elucidativos sobre a atuação dos jesuítas no Brasil-colônia foram feitos por Dauril Alden, organizador de uma antologia de textos sobre os primórdios do Brasil (Berkeley, 1981). O estudo definitivo a respeito da economia açucareira é o de Stuart Schwartz em "Segredos Internos" (Cia. das Letras, 1989). Dean Warren estudou a extinção dos índios e a destruição da mata atlântica no tocante "A Ferro e Fogo" (Cia. das Letras, 1997). Kenneth Maxwell fez "A Devassa da Devassa" (Paz & Terra, 1978), livro que revolucionou o estudo da Inconfidência Mineira.

Alguns dos melhores estudos sobre a escravidão no Brasil também são obra de brasilianistas, entre os quais os dois livros indispensáveis de Robert E. Conrad, "Tumbeiros" (Brasiliense, 1985) e "Os Últimos Dias da Escravatura no Brasil" (INL/Brasiliense). A melhor biografia de d. Pedro 1º e a mais fluente análise do processo que conduziu à independência do Brasil foram feitas por Neil Macaulay em "Dom Pedro I" (Record, 1986). O texto mais fluente e mais luminoso sobre o Brasil da virada do século 19 é de Jeffrey D. Needell (à esquerda, abaixo), em "Belle Époque Tropical" (Cia. das Letras, 1993).

Trabalhando em conjunto, mas em livros separados, os americanos Joseph Love, Robert Levine e John D. Wirth produziram os ensaios mais instigantes acerca de histórias regionais brasileiras. Love é o autor dos admiráveis "O Regionalismo Gaúcho" (Perspectiva, 1975) e "Locomotiva: SP na Federação Brasileira". Wirth, por sua vez, escreveu "O Fiel da Balança: MG na Federação Brasileira", e Levine é autor de "A Velha Usina: PE na Federação Brasileira" (todos da Paz & Terra, 1982). Levine escreveu uma das melhores análises sobre o início da Era Vargas: "Anos de Crise —1934–1938" (Nova Fronteira, 1977).

Levine ainda trabalhou em conjunto com aquele que provavelmente é o mais famoso dos brasilianistas norte-americanos, Thomas Skidmore, autor, além da excelente "The Historiography of Brazil, 1889–1964" (Oxford, 1974), ainda inédita no país, também do clássico "Brasil: de Getúlio a Castelo" (Paz & Terra, 1979).

Os brasilianistas ainda se dedicaram com afinco ao estudo do militarismo no Brasil (que seu país ajudou a colocar no poder em 1964). Três textos primordiais sobre o assunto são "O Exército na Política", de John Schulz (Edusp, 1994), "Relações entre Civis e Militares no Brasil", de June Hahner (Pioneira, 1975), e o inédito "The Political System of Brazil", de Ronald Schneider (Columbia, 1971). Por fim, a historiografia a respeito do golpe de 64 não seria a mesma sem a obra de Phyllis Parker, "1964: o Papel dos EUA no Golpe de 31 de Março" (Civilização Brasileira, 1977).

Nota: Todas as opiniões emitidas nesta "Bibliografia Crítica" são pessoais e de responsabilidade exclusiva do autor.

CRONOLOGIA

Nestas oito páginas estão relacionados por data os principais acontecimentos políticos e econômicos do Brasil e do mundo, de 1500 aos dias de hoje.

1500–1550

BRASIL

1500 O Brasil é descoberto por Pedro Álvares Cabral.
1501 Américo Vespúcio vem à costa brasileira em missão exploratória.
1504 Os franceses vêm pela primeira vez ao Brasil.
1519 Fernão de Magalhães aporta no Rio de Janeiro, durante sua expedição de circunavegação.
1530 Martim Afonso de Souza sai de Portugal com a missão de levar a ordem e a lei para o Brasil.
1532 Inicia-se a cultura da cana-de-açúcar no Brasil.
1532 Dom João 3º emprega o sistema de capitanias hereditárias no Brasil.
1541 Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana penetram na floresta amazônica.
1542 Francisco Orellana entra no rio Amazonas. A expedição espanhola registra a aparição das amazonas.
1549 Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira vêm ao Brasil catequizar os índios.
1549 O português Tomé de Souza é nomeado governador-geral do Brasil.
1550 Trezentos índios são expostos no primeiro show brasileiro na Europa, em Rouen, França.

MUNDO

1517 Alemanha: Martinho Lutero divulga uma lista com 95 tópicos atacando atitudes da Igreja; é o início da Reforma Protestante.
1517 Otomanos tomam o Cairo e selam a conquista do Egito.
1519 América do Norte: Espanha domina o Império Asteca (no atual México).
1520 O navegador português Fernão de Magalhães descobre o estreito que liga o Atlântico ao Pacífico, que passa a se chamar estreito de Magalhães.
1531 África: Portugal instala posto comercial em Moçambique.
1533 América do Sul: O espanhol Francisco Pizarro conquista o Império Inca.
1534 Inglaterra: Henrique 8º rompe com a Igreja Católica Romana e proclama-se chefe da Igreja Anglicana.
1536 Acordo une Inglaterra e Gales sob mesma legislação e administração.
1536 França e Inglaterra iniciam conquistas no mar do Caribe.
1538 América do Sul: Espanha conquista a região da atual Bolívia.
1539 Espanha: Ignacio de Loyola funda a Companhia de Jesus.
1541 Turcos conquistam a Hungria, que se torna província de seu império.
1545 Roma: É criado o Concílio de Trento para avaliar a posição da Igreja Católica diante do crescimento do protestantismo.

1551–1600

1553 Duarte da Costa torna-se governador-geral do Brasil.
1555 Fundação da França Antártica, no Rio de Janeiro.
1567 Mem de Sá ataca a França Antártica e reconquista o Rio de Janeiro.
1571 A captura de índios no sertão passa a se tornar um negócio rentável.
1580 Carmelitas se estabelecem no Brasil. Um ano depois vêm os beneditinos.
1587 Os piratas Robert Withrington e Christopher Lister assolam o recôncavo baiano, mas são expulsos pelos "índios flecheiros".
1591 Francisco de Souza, sétimo governador-geral do país, cria o "bandeirismo defensivo" —incursões para "caçar" índios.
1591 O pirata Thomas Cavendish ataca Santos e a domina durante dois meses.
1595 O porto de Recife é tomado por James Lancaster, que realiza a pilhagem mais lucrativa ocorrida no Brasil.

1555 China: Os portugueses criam colônia em Macau.
1562 França: Começa a guerra religiosa entre católicos e huguenotes (seguidores de Ítalo Calvino). Os conflitos se estenderão até 1598.
1567 Tem início a revolta calvinista nos Países Baixos.
1574 África: Portugal inicia a colonização de Angola.
1577 O corsário inglês Francis Drake realiza viagem de circunavegação.
1579 Países Baixos: Províncias holandesas do Norte dominadas pela Espanha criam a União de Utrecht e proclamam sua independência.
1580 Espanha: Felipe 2º anexa Portugal aos seus domínios, unificando a península Ibérica.
1582 Japão: O "ditador civil" Toyotomi Hideyoshi unifica o reino.

1601–1650

1602 Fundação do Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga (AL).
1609 Jesuítas fundam as primeiras missões às margens do Paranapanema.
1610 Novas missões são fundadas pela Companhia de Jesus nas margens dos rios Paraná, Uruguai e Iguaçu.
1612 Os franceses fundam a França Equinocial, no Maranhão.
1614 O Exército luso-brasileiro vence confronto com a França Equinocial.
1615 Daniel de la Touche, colonizador da França Equinocial, rende-se em São Luís e é levado para Lisboa, onde fica preso na Torre de Belém.
1624 Os holandeses dominam Salvador por um ano, até serem atacados pelos espanhóis e capitularem.

1602 Turquia e Pérsia entram em guerra. Os combates terminarão em 1618.
1603 Inglaterra: O rei escocês Jaime 6º assume o trono, passa a se chamar Jaime 1º e a governar a Escócia e a Inglaterra.
1606 Tripulantes de navio holandês são os primeiros europeus a avistar a Austrália.
1607 América do Norte: Ingleses fundam Jamestown, na Virgínia (nos atuais EUA).
1608 América do Norte: Franceses fundam Québec (no atual Canadá).
1609 Espanha concede a independência à Holanda.
1609 Portugal toma o Ceilão (atual Sri Lanka) dos holandeses.

1601–1650

Brasil

1628 Já há cerca de 235 engenhos de cana no Nordeste brasileiro.
1630 Armada holandesa ataca Olinda e Recife e domina as cidades.
1637 Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte produzem mais de 1 milhão de arrobas de açúcar.
1637 Maurício de Nassau torna-se governador-geral do Brasil holandês.
1641 No arroio de M'bororé, índios guaranis entram em conflito com bandeirantes e vencem o confronto, matando mais de 200 mamelucos.
1644 Maurício de Nassau renuncia ao governo-geral do Recife.
1648 Batalha dos Guararapes. Cerca de 2.500 luso-brasileiros vencem forças de 5.000 holandeses, mas não os expulsam.
1649 Segunda Batalha dos Guararapes. Os holandeses resistem a várias investidas.

Mundo

1618 Europa: Conflitos religiosos entre protestantes e católicos têm início na Boêmia e se espalham pela Europa (Guerra dos Trinta Anos).
1620 América do Norte: Famílias de católicos ingleses chegam no navio Mayflower à costa leste dos atuais Estados Unidos; começa a colonização.
1640 Inglaterra: Estoura a guerra civil.
1640 Portugal torna-se independente da Espanha; d. João 4° é declarado rei e funda a dinastia de Bragança.
1642 América do Norte: Montreal (atual capital do Canadá) é fundada.
1644 China: O imperador Ming Chongzhen se suicida; encerra-se a dinastia Ming e sobe ao trono a dinastia Qing.
1648 Europa: Tratado de Westfalia põe fim à Guerra dos Trinta Anos; persistem combates entre França e Espanha.
1649 Grã-Bretanha: Rei Carlos 1°, da Inglaterra, é decapitado sob acusação de traidor, assassino e inimigo do povo. A Grã-Bretanha é declarada Estado livre; o Conselho de Estado passa a tratar dos assuntos de governo.
1650 América do Norte: Franceses iniciam a colonização do Canadá.

1651–1700

Brasil

1654 Holandeses enfim capitulam em Recife; desistem de lutar pela posse do local por causa das guerras que travam na Europa e na Zelândia.
1661 A Holanda recebe 4 milhões de cruzados de indenização de Portugal e deixa definitivamente o Brasil.
1684 O senhor de engenho Manuel Beckman lidera a Insurreição de Beckman contra o governo do Maranhão.
1685 O governador Gomes Freire de Andrade ataca São Luís —Beckman é preso e enforcado.
1688 Rio Grande do Norte: Domingos Jorge Velho combate uma rebelião de índios (Confederação do Cariri). O confronto terminará em 1713.
1693 Minas Gerais: Deste ano até 1694, são descobertas jazidas de ouro.
1694 Alagoas/Pernambuco: O Quilombo dos Palmares é destruído.

Mundo

1651 Inglaterra proíbe a entrada no país de produtos que não sejam transportados por navios britânicos. A medida visa enfraquecer o porto de Amsterdã (Holanda), o maior da Europa.
1652 Holandeses impedem que ingleses revistem um de seus navios; Inglaterra declara guerra à Holanda. Os combates durarão dois anos.
1653 Inglaterra passa a ser governada por um lorde protetor —Oliver Cromwell—, um Conselho de Estado e um Parlamento eleito.
1655 Inglaterra conquista a Jamaica aos espanhóis.
1659 Europa: Tratado dos Pirineus encerra combates entre França e Espanha.
1661 França: Luís 14, o Rei Sol, é coroado.
1668 Espanha reconhece a independência de Portugal.
1682 Rússia: Alexandre, o Grande, torna-se czar.
1699 América do Norte: Franceses iniciam a colonização da Louisiana (no Sul dos atuais EUA).

1701–1750

Brasil

1707 Minas Gerais: Paulistas e "forasteiros" lutam pela exploração do ouro (Guerra dos Emboabas). O conflito terminará em 1709.
1710 Franceses comandados por Jean-François Duclerc atacam o Rio de Janeiro, mas perdem o combate. Duclerc é preso.
1710 Guerra dos Mascates. O governador de Recife, Sebastião de Castro Caldas, é assassinado. Iniciam-se confrontos entre a milícia e a elite olindense, que ataca Recife. Os combates durarão três meses.
1711 Duclerc é assassinado. Para vingar Duclerc, Duguay-Trouin ataca o Rio. O governador do Rio paga o "resgate" para que a cidade não seja destruída.
1720 Revolta de Vila Rica. O povo se rebela contra a criação das casas de fundição, proibição da circulação do ouro em pó etc.
1720 Começam as monções até Bom Jesus do Cuiabá (MT), onde o sertanista Miguel Sutil afirma haver ouro à flor da terra.
1727 O português Francisco de Mello Palheta traz sementes de café ao Brasil.
1735 Na Amazônia, o francês Charles Marie de la Condamine descobre a borracha.

Mundo

1707 Grã-Bretanha: Parlamentos inglês e escocês se unem.
1713 Europa: Tratado de Utrecht encerra a Guerra da Sucessão Espanhola, confirmando Filipe 5° como rei da Espanha e definindo os domínios da França, Espanha, Grã-Bretanha (que ganha Gibraltar), Sicília e Sardenha.
1715 França: Rei Luís 14 morre de gangrena; o governo fica sob a responsabilidade de Filipe de Orleãs, pois o herdeiro do trono tem apenas 5 anos.
1718 O Sacro Império Romano junta-se à aliança formada por Grã-Bretanha, Províncias Unidas (Holanda) e França contra a Espanha, que, no ano anterior, violara o Tratado de Utrecht, invadindo a Sicília e a Sardenha.
1720 Espanha assina o Tratato de Haia, pelo qual concorda em retirar-se da Sicília e da Sardenha, pondo fim à guerra.
1725 Tratado de Viena, entre Sacro Império Romano e Espanha, afasta os dois impérios da aliança com França, Grã-Bretanha e Províncias Unidas.
1750 Grã-Bretanha: Fazendeiros cercam suas terras para agricultura e criação de gado —o sistema de "cercados". Intensificam-se o uso do arado puxado por animais e o fornecimento de matérias-primas para manufaturas. São os primórdios da Revolução Industrial.

1751–1800

Brasil

1760 Marquês de Pombal deporta 119 de 550 padres que estão no Brasil, na tentativa de acabar com a Companhia de Jesus.
1783 Alexandre Rodrigues Ferreira parte para a primeira expedição científica realizada por um brasileiro no país. A viagem durará dez anos.
1789 Um grupo de revolucionários trama a independência de Minas Gerais. O plano é suspenso e os inconfidentes são presos.
1789 O inconfidente Cláudio Manuel da Costa é encontrado morto em sua casa. A notícia oficial fala em suicídio.
1792 Das 11 condenações à morte dos inconfidentes de Minas Gerais, apenas uma é mantida. Joaquim José da Silva Xavier é enforcado; seu corpo esquartejado é exposto em várias localidades.
1800 A coroa portuguesa proíbe a entrada do barão von Humboldt no Brasil.

Mundo

1756 A Prússia, aliada à Grã-Bretanha, invade a Saxônia e declara guerra ao Sacro Império Romano e à França (Guerra dos Sete Anos).
1763 Tratado de Paris encerra a Guerra dos Sete Anos na Europa.
1776 América do Norte: As 13 colônias inglesas declaram sua independência da Grã-Bretanha. Começa a Guerra da Independência.
1783 Paris: Grã-Bretanha reconhece os Estados Unidos da América.
1789 França: População toma a prisão da Bastilha, símbolo da repressão monárquica. Começa a Revolução Francesa.
1789 França: Assembléia promulga a Declaração dos Direitos do Homem.
1791 Canadá é dividido em duas províncias, uma inglesa, outra francesa. Cada região tem sua própria Assembléia Legislativa.
1793 França: Revolucionários executam o rei Luís 16 na guilhotina.
1794 França: Napoleão Bonaparte é nomeado comandante-chefe do Exército.
1798 Napoleão conquista o Egito.
1799 França: Napoleão toma o poder, dividindo-o com Ducklos e Sieyes.
1800 Irlanda: O Parlamento decide dissolver-se e se unir ao Parlamento da Inglaterra.

1801–1850

1803 O barão Langsdorff vem pela primeira vez ao Brasil.
1808 A família real portuguesa chega ao Brasil.
1808 Dom João 6º assina um decreto abrindo os portos do Brasil a "todas as nações amigas" e funda o Banco do Brasil.
1815 Langsdorff volta ao Brasil em missão exploratória oficial.
1815 O príncipe Maximiliano inicia expedição científica pelo Brasil (até 1817).
1816 A missão francesa chega ao Rio de Janeiro.
1816 Auguste de Saint-Hilaire junta-se à missão francesa. Após alguns meses no Rio, inicia viagem pelo Brasil (até 1820).
1817 Spix e Martius iniciam expedição naturalista.
1821 O café responde por 18% do total das exportações brasileiras.
1821 As Cortes portuguesas dividem o Brasil em províncias autônomas e estabelecem que d. Pedro parta em viagem pela Europa.
1822 Dom Pedro anuncia que ficará no país ("Dia do Fico"). Oito meses depois ele proclama a Independência do Brasil.
1822 O pintor Rugendas chega ao Brasil com Langsdorff.
1823 É elaborada a nova Constituição do Brasil. As leis limitam o poder de d. Pedro, que manda o Exército invadir o plenário e dissolve a Constituinte.
1824 É promulgada a primeira Constituição do Brasil.
1824 Pernambuco: Movimento republicano e separatista (Confederação do Equador) contra a dissolução da Assembléia Constituinte e a Constituição de 1824. Várias províncias aderem ao movimento.
1825 D. Pedro 1º paga 600 mil libras à Corte portuguesa e assume dívida de 1,4 milhão de libras com a Inglaterra para que Portugal reconheça o Império do Brasil.
1826 A Inglaterra, para reconhecer a independência do Brasil, força o país a assinar um tratado abolindo a escravidão a partir de 1830.
1830 O tráfico de escravos fica proibido no Brasil, mas persiste.
1831 Até 1870, o café responderá por 50% das exportações brasileiras.
1831 O naturalista Charles Darwin passa por Fernando de Noronha e pela Bahia, durante sua expedição científica pelo globo terrestre.
1831 Após críticas sobre empréstimo feito à Inglaterra e a desestabilização da economia, d. Pedro 1º abdica; nomeia seu filho como príncipe regente.
1831 Brasil é comandado por uma Regência Trina Provisória.

1803 Inglaterra declara guerra à França.
1803 EUA compram a Louisiana da França, duplicando seu território.
1804 França: Napoleão Bonaparte torna-se imperador.
1805 Costa sudoeste da Espanha: Frota franco-espanhola é derrotada pelos ingleses na batalha naval de Trafalgar.
1806 Sacro Império Romano é desfeito com a abdicação de Francisco 2º diante de ultimato de Napoleão Bonaparte.
1807 Grã-Bretanha extingue o tráfico de escravos.
1807 França invade Portugal; família real portuguesa foge para o Brasil.
1809 América do Sul: Equador torna-se independente da Espanha.
1811 América do Sul: Paraguai e Venezuela tornam-se independentes da Espanha.
1812 Estados Unidos declaram guerra à Grã-Bretanha, devido às restrições de venda de mercadorias impostas pela coroa britânica aos americanos.
1812 Napoleão inicia em junho invasão à Rússia, mas bate em retirada em novembro, diante do rigoroso inverno.
1815 Termina a guerra entre Estados Unidos e Grã-Bretanha.
1815 Napoleão perde a batalha de Waterloo (na atual Bélgica) para os ingleses; é exilado na ilha de Santa Helena.
1815 Congresso de Viena redefine as fronteiras da Europa.
1816 América do Sul: Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina) declaram sua independência da Espanha.
1817 América do Sul: O Exército dos Andes, comandado por José de San Martín, derrota os espanhóis e declara a independência do Chile.
1819 América do Sul: O venezuelano Simon Bolívar proclama a independência da Colômbia.
1821 América do Norte: México declara-se independente da Espanha.
1821 Ilha de Santa Helena: Napoleão Bonaparte morre no exílio.
1821 Começam os movimentos de independência da Grécia, dominada pelo Império Otomano.
1825 Inglaterra: É inaugurada a primeira estrada de ferro com locomotiva a vapor do mundo.
1825 Peru torna-se definitivamente indepentente da coroa espanhola, mas permanece unido à Colômbia.

1801–1850

Brasil

1831 Diogo Feijó assina lei que proíbe o tráfico de escravos no Brasil, o que não impede que negros sejam trazidos para o país.
1834 Imigrantes alemães desembarcam em São Leopoldo (RS) e fundam a primeira e mais bem-sucedida colônia germânica do Brasil.
1835 Pará: Levante popular de negros, mestiços e índios contra a ordem estabelecida pela elite de Belém (a Cabanagem).
1835 O padre Feijó torna-se regente uno. Permanecerá no poder até 1837.
1835 Rio Grande do Sul: Rebeldes liderados por Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro invadem Porto Alegre e pedem a destituição do presidente da província e a criação de um regime federalista. A Guerra dos Farrapos terminará em 1845.
1836 Durante a Guerra dos Farrapos, o general Antônio de Souza Netto proclama a República Rio-Grandense. Bento Gonçalves é preso.
1837 Começa a fase áurea da literatura romântica indianista brasileira. Destacam-se autores como Gonçalves Dias e José de Alencar.
1837 Bento Gonçalves assume a presidência da República Rio-Grandense.
1837 Bahia: Explode a Sabinada, que terminará em 1838. A revolta visa transformar a província em república independente do Brasil.
1838 Araújo Lima é eleito regente uno; ficará no cargo até 1840.
1838 Maranhão: Raimundo Gomes, Francisco Ferreira e Cosme (líder de 300 negros libertos) comandam uma série de saques. A Balaiada terminará em janeiro de 1841.
1840 Dom Pedro 2º, então com 14 anos, assume o Império do Brasil.
1845 Inglaterra baixa ato que permite a seus navios interceptar e inspecionar embarcações brasileiras, para coibir o tráfico de escravos.
1847 Dom Pedro 2º instala um tipo de parlamentarismo no país.
1848 Os ingleses Henry W. Bates e Alfred R. Wallace vêm ao Brasil estudar tipos diversos de borboletas. As análises tornam-se a base da Teoria da Origem das Espécies pela Seleção Natural, de Charles Darwin.
1848 Liberais querem redigir uma nova Constituição e entram em choque com conservadores. Inicia-se a Revolta Praieira, que terminará em 1849.
1850 O ministro da Justiça, Euzébio Queirós, assina lei que proíbe definitivamente o tráfico de escravos no Brasil.

Mundo

1825 Simon Bolívar conquista a independência da região Sudeste do Peru, que passa a se chamar Bolívia em homenagem ao libertador.
1827 Peru declara-se Estado independente da Colômbia.
1828 Cria-se, na Banda Oriental, entre o Brasil e a Argentina, a República do Uruguai.
1832 Grã-Bretanha: Parlamento estabelece reformas políticas que estendem o direito de voto a donos de pequenas propriedades e fazendas.
1834 Acaba a escravidão nas colônias britânicas, com a libertação de todos os escravos.
1836 Ingleses inventam o telégrafo; o americano Samuel Morse cria o código telegráfico formado por traços e pontos, que leva seu nome.
1837 Grã-Bretanha: Com a morte de Guilherme 4º, a princesa Vitória é coroada rainha da Grã-Bretanha e Irlanda.
1840 Grã-Bretanha: Governo concede a independência ao Canadá.
1840 Tratado de Waitangi anexa a Nova Zelândia à Grã-Bretanha.
1840 Grã-Bretanha: Entra em circulação o primeiro selo postal do mundo.
1845 Grã-Bretanha e Irlanda: Crise no abastecimento agrícola, que perdurará até 1851, deixa mais de 6 milhões de pessoas sem alimentação adequada.
1846 Estados Unidos declaram guerra ao México, em disputa pelo território de Rio Grande (atual Califórnia).
1847 México: O Exército americano ataca a Cidade do México, selando sua vitória na guerra de conquista territorial.
1847 Alemanha: Karl Marx, Friedrich Engels e Stefan Born fundam a Liga Comunista.
1848 México cede o Texas, a Califórnia e o Novo México aos Estados Unidos, após dois anos de guerra.
1848 Alemanha: Marx e Engels publicam o "Manifesto Comunista", em que conclamam os trabalhadores do mundo a lutar por seus direitos.
1848 Europa: Estouram revoluções na França, nos reinos italianos, na Áustria e na Alemanha.
1849 EUA: Começa a corrida ao ouro na Califórnia. Em poucos meses, San Francisco passa da condição de vila a cidade, abrigando 25 mil pessoas.
1850 Europa e América do Norte: Estradas de ferro expandem-se.

1851–1900

Brasil

1854 É inaugurada a primeira estrada de ferro brasileira, entre a baía de Guanabara e a serra do Mar.
1864 Solano López aprisiona o navio brasileiro Assunção e invade Mato Grosso. Começa a Guerra do Paraguai, que terminará em 1870.
1865 Batalha do Riachuelo, o maior conflito naval da Guerra do Paraguai.
1866 O Exército paraguaio é destroçado na Batalha do Tuiuti.
1867 Retirada da Laguna. Brasileiros fracassam na tentativa de penetrar no Mato Grosso, tomado pelos paraguaios.
1868 Caxias organiza o ataque final aos paraguaios, conhecido por Dezembrada —série de batalhas, entre elas a do Itororó e a do Avaí.
1869 Aliados da Guerra do Paraguai entram em Assunção e selam a vitória.
1871 O Brasil colhe 5 milhões de sacas de café por ano.
1871 Lei do Ventre Livre liberta os filhos de escravos nascidos no Brasil.
1873 É criado o Partido Republicano Paulista para representar os interesses da oligarquia rural de São Paulo.

Mundo

1851 Inglaterra: A Grande Exposição das Obras da Indústria, de várias nações do mundo, apresenta as mais modernas tecnologias industriais.
1851 França: Plebiscito aprova Constituição apresentada pelo presidente Luís Napoleão Bonaparte, após golpe em que anulou a Carta anterior.
1851 Austrália: Começa a corrida ao ouro.
1852 França: Luís Napoleão Bonaparte promove-se a imperador, sob o nome de Napoleão 3º.
1854 Rússia: Disputa entre o Império Otomano, a França e a Rússia pela proteção dos santuários na Terra Santa deflagra a Guerra da Criméia.
1856 França: Conferência de paz em Paris leva a Rússia a aceitar a desmilitarização do mar Negro como condição para o fim da Guerra da Criméia.
1861 Turim: Vítor Emanuel, rei do Piemonte-Sardenha, é reconhecido como primeiro rei da Itália unificada.
1861 EUA: Sete Estados do Sul formam confederação independente dos demais Estados do país. Começa a Guerra de Secessão.

1851–1900

Brasil

1875 Começa o ciclo da imigração italiana ao Sul e Sudeste do país.
1880 Joaquim Nabuco funda a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e torna-se o maior porta-voz do abolicionismo.
1880 Manaus torna-se o centro mundial de exportação de borracha.
1884 Questão Militar. Conflitos envolvendo a punição de militares partidários de questões políticas nacionais. Os episódios prolongam-se até 1887.
1884 A Lei dos Sexagenários liberta os escravos com mais de 60 anos.
1886 A partir desse ano, e até 1914, 3 milhões de imigrantes entram no Brasil.
1887 Assinados convênios entre Brasil e Europa para a vinda de mão-de-obra.
1888 Lei Áurea liberta os 723.719 escravos existentes no Brasil.
1888 Rio de Janeiro: Discurso de Benjamin Constant na Escola Militar lança a "senha pública" para o golpe que derrubaria a monarquia.
1889 Rio de Janeiro: O marechal Deodoro proclama a república e torna-se o primeiro presidente do Brasil.
1889 Dom Pedro 2º é deposto e a família real parte para o exílio na Europa.
1890 Rui Barbosa ordena que todos os registros sobre a escravidão no Brasil sejam queimados. Em 13 de maio de 1891 os arquivos são destruídos.
1891 O país mergulha no caos econômico e Rui Barbosa pede demissão.
1891 Aprovada a nova Constituição; Deodoro é eleito presidente da República.
1891 Congresso Nacional aprova lei que permite o impeachment do presidente. O marechal Deodoro fecha o Congresso e o almirante Custódio de Melo, a bordo do encouraçado Riachuelo, ameaça bombardear o Rio de Janeiro (Primeira Revolta da Armada). Deodoro renuncia em favor do vice Floriano Peixoto, que governará até 1894.
1893 Antônio Conselheiro estabelece o arraial de Canudos, na Bahia.
1893 Rio Grande do Sul: Estoura a Revolução Federalista, entre liberais monarquistas e republicanos, que terminará em setembro de 1895.
1893 Eclode a Segunda Revolta da Armada, movimento militar que pretende depor o marechal Floriano.
1894 Prudente de Morais é eleito primeiro presidente civil do Brasil.
1896 Prudente de Morais se afasta da Presidência e o vice Manuel Vitorino Pereira assume o governo.
1896 Guerra de Canudos, que terminará em 1897, com vitória do governo.
1897 Bahia: Morre Antônio Conselheiro, líder do arraial de Canudos.
1897 Prudente de Morais reassume a Presidência do Brasil.
1898 Campos Sales assume a Presidência e instaura a política dos governadores.

Mundo

1863 Inglaterra: É inaugurado o metrô de Londres —primeiro meio de transporte subterrâneo do mundo—, com cinco estações.
1863 EUA: O presidente Abraham Lincoln assina a Proclamação da Emancipação, que liberta todos os escravos dos Estados confederados.
1864 França ocupa o México e impõe o arquiduque austríaco Maximiliano como imperador.
1865 EUA: O presidente Abraham Lincoln é assassinado em Washintgon.
1866 EUA: Racistas do Sul formam a Ku Klux Klan.
1867 Europa: É fundado o Império Austro-Húngaro.
1867 Rússia vende o Alasca para os Estados Unidos, por US$ 7,2 milhões.
1869 Egito: Canal de Suez é inaugurado.
1870 Europa: Começa a Guerra Franco-Prussiana, em disputa pela sucessão do trono do império espanhol.
1871 Tratado de Frankfurt encerra a Guerra Franco-Prussiana e dá a Alsácia e a Lorena para a Prússia.
1876 EUA: A 7ª Cavalaria, comandada pelo general Custer, é exterminada em Little Big Horn em batalha com os índios sioux, cheyennes e crows.
1877 A rainha Vitória, da Grã-Bretanha, torna-se imperadora da Índia.
1879 Alemanha forma aliança com o Império Austro-Húngaro.
1880 África: Começa a Primeira Guerra dos Bôeres no Transvaal.
1882 Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro formam a Tríplice Aliança.
1884 Indochina: Começa a guerra sino-francesa, motivada por disputas comerciais e territoriais.
1885 Alemanha: Karl Benz cria em Mannheim o primeiro motor movido a gasolina e aperfeiçoa a "carruagem sem cavalos".
1886 Cuba abole a escravatura.
1888 EUA: Exército americano massacra índios sioux-teton em insurreição na reserva indígena de Wounded Knee, Dakota do Sul.
1888 Grã-Bretanha e Alemanha iniciam a partilha da África Oriental.
1888 África: Começa a corrida ao ouro, descoberto no território do Transvaal.
1893 África: Costa do Marfim torna-se possessão francesa.
1893 Sudeste Asiático: França anexa o Laos.
1896 França: O escritor judeu-húngaro Theodor Herzl lança o livro "O Estado Judeu". Herzl ficará conhecido como fundador do sionismo.
1896 França conquista nova colônia: Madagascar, no Sudeste da África.
1898 Estados Unidos compram Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas.
1899 África: Sudão cai sob domínio anglo-egípcio.

1901–1950

1902 Rodrigues Alves é eleito presidente da República.
1903 O Barão do Rio Branco conquista o Acre para o Brasil.
1904 Manaus exporta 80 mil toneladas de borracha por ano.
1904 Rio de Janeiro: População pobre se revolta contra campanha de higienização e vacinação obrigatória (Revolta da Vacina).
1904 Militares tentam depor o presidente Rodrigues Alves; o Congresso instaura o estado de sítio por um mês.
1906 Amazonas: Cai a exportação de borracha diante da concorrência da Malásia; Manaus vira cidade fantasma.
1906 Afonso Pena toma posse na Presidência da República.
1907 A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, chefiada pelo militar Cândido Rondon, inicia a construção das linhas de comunicação. Até 1917 serão passados 2.000 km de fios.
1908 O navio Kasato Maru traz os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil.

1901 Austrália, possessão britânica, torna-se federação com a união de suas seis províncias.
1902 Grã-Bretanha vence Guerra dos Bôeres e conquista o Transvaal.
1902 Cuba proclama-se uma república.
1903 Estados Unidos adquirem a zona do Canal do Panamá.
1904 Disputa pela Manchúria deflagra a Guerra Russo-Japonesa.
1904 "Entente Cordiale" (acordo amigável) entre França e Grã-Bretanha concede ao primeiro país soberania sobre o Marrocos, e ao segundo sobre o Egito.
1906 França: O brasileiro Santos Dumont voa com o 14-Bis, em Paris.
1910 México: Começa a Revolução Mexicana.
1910 Portugal: Golpe derruba o monarca Manuel 2º e instaura a república.
1911 México: Guerrilheiros comandados por Francisco Madero, Emiliano Zapata e Pancho Villa depõem o presidente Porfirio Díaz.

BRASIL

1910 É criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), chefiado por Rondon.
1910 Marechal Hermes da Fonseca é eleito presidente.
1910 Rio de Janeiro: Marinheiros se insurgem contra os castigos corporais a que são submetidos (Revolta da Chibata).
1912 Paraná/Santa Catarina: Tropas do Exército atacam o "quadro santo" fundado pelo pregador José Maria, uma espécie de Antônio Conselheiro. A Guerra do Contestado terminará em 1916.
1914 Venceslau Brás assume a Presidência da República.
1917 Brasil envia tropas para a 1ª Guerra Mundial.
1919 Epitácio Pessoa assume a Presidência, em virtude da morte de Rodrigues Alves.
1919 Brasil assina o Tratado de Versalhes, pelo qual a Alemanha se obriga a pagar indenização pelo afundamento de navios brasileiros e pelo café confiscado em Berlim; o Brasil deve pagar em valores antigos os navios alemães que encampou.
1922 São Paulo: É realizada no Teatro Municipal a Semana de Arte Moderna.
1922 Rio de Janeiro: Fracassa o movimento dos 18 do Forte, que visa derrubar Venceslau Brás e impedir a posse de Artur Bernardes.
1922 Artur Bernardes toma posse na Presidência da República.
1923 Rio Grande do Sul: Estancieiros, federalistas e democratas se revoltam contra a eleição fraudulenta de Borges de Medeiros (Revolução de 23). A paz se dará 11 meses depois.
1924 São Paulo: Movimento militar tenta depor o presidente Artur Bernardes (Revolução Paulista).
1925 Forma-se a Coluna Prestes, integrada por insurretos da Revolução Paulista e militares revoltosos do Sul, liderada especialmente pelo capitão Luís Carlos Prestes.
1926 Washington Luís toma posse como presidente. Recebeu 98% dos votos.
1930 Em janeiro ocorre a eleição que leva Júlio Prestes à Presidência. Ele vence Getúlio Vargas por 300 mil votos e assume o cargo em novembro.
1930 Começa a Revolução de 30. O presidente Washington Luís é deposto e uma junta governativa assume o comando do Brasil.
1930 Rio de Janeiro: Vargas toma posse no palácio do Catete, suspende a Constituição e nomeia interventores em todos os Estados e territórios do país, exceto Minas Gerais.
1932 Estoura a Revolução Constitucionalista. Articuladores paulistas, gaúchos e mato-grossenses se unem para depor Getúlio Vargas.
1934 É aprovada a nova Constituição brasileira.
1935 Sucessão de levantes militares (em Natal, Recife e Rio de Janeiro) orquestrada pela Aliança Nacional Libertadora e pelo Partido Comunista fracassa em depor o governo Vargas (Intentona Comunista).
1937 A polícia militar fecha o Congresso; Vargas instaura o Estado Novo.
1942 Brasil declara guerra à Alemanha depois do afundamento de 36 de seus navios pela aviação e por submarinos alemães.
1944 Soldados brasileiros embarcam para a Europa para lutar na 2ª Guerra.
1945 O Exército brasileiro derrota os alemães em Monte Castelo (Itália).
1945 Dutra e o general Góis Monteiro articulam um golpe e depõem Vargas.
1946 Presidente Dutra promulga a nova Constituição do Brasil.
1950 Indigenistas irmãos Villas Boas contataram e pacificaram nos últimos dois anos os índios xavantes, jurunas e caiabis.
1950 Getúlio Vargas vence as eleições presidenciais.

MUNDO

1911 África do Norte: Itália conquista a Líbia.
1914 Império Austro-Húngaro: Assassinato do herdeiro do trono, Francisco Ferdinando, provoca crise na Europa; vários países, cumprindo alianças anteriores, iniciam conflito armado que viria ser a 1ª Guerra Mundial.
1914 É inaugurado o Canal do Panamá.
1914 Egito torna-se protetorado britânico.
1917 Arthur Balfour, ministro do Exterior britânico, assina declaração que promete o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina.
1917 Rússia: Revolução de Outubro (no calendário russo) derruba governo de Kerênski; governo comunista liderado por Lênin assume o poder.
1918 Armistício encerra a 1ª Guerra Mundial, que matou 10 milhões.
1918 Oriente Médio: Grã-Bretanha derrota Forças do Império Otomano e da Alemanha na Palestina e passa a dominar o território.
1919 Rússia: É fundada a Rússia Soviética, primeiro país comunista.
1920 Rússia: Comunistas derrotam "russos-brancos"; termina a guerra civil.
1920 Liga das Nações é criada por 27 países; EUA não participam.
1921 China: É fundado o Partido Comunista Chinês.
1922 É criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
1923 Império Otomano é extinto; territórios do Oriente Médio são partilhados entre Grã-Bretanha e França.
1924 URSS: Josef Stálin sucede a Lênin como dirigente do país.
1929 Bolsa de Nova York quebra, dando início à Grande Depressão.
1929 O Tratado de Latrão, assinado pelo ditador italiano, Benito Mussolini, e por representante do papa Pio 11, cria o Estado do Vaticano.
1933 Alemanha: Adolf Hitler torna-se chanceler.
1934 China: Começa a Longa Marcha comunista, liderada por Mao Tse-tung.
1936 Espanha: Estoura a Guerra Civil.
1936 Japão e Alemanha assinam pacto contra o comunismo; Itália adere.
1938 Alemanha ocupa a Áustria.
1939 Espanha: "Generalíssimo" Francisco Franco derruba o governo republicano e instaura uma ditadura.
1939 Alemanha invade a Tchecoslováquia e a Polônia. Começa a 2ª Guerra Mundial.
1941 Japão ataca a base americana de Pearl Harbor, no Pacífico; Estados Unidos entram oficialmente na Segunda Guerra Mundial.
1941 Alemanha invade a União Soviética.
1943 Itália capitula diante dos aliados.
1943 URSS: Exército alemão rende-se em Stalingrado.
1944 França: Aliados desembarcam na Normandia (Dia-D).
1944 Argentina: Juan Perón assume a Presidência.
1945 Alemanha rende-se aos aliados. Termina a guerra na Europa.
1945 Japão: EUA lançam bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Termina a 2ª Guerra Mundial.
1945 É criada a Organização das Nações Unidas (ONU).
1945 Surge a República da Iugoslávia, governada por Josip Broz Tito.
1946 Começa a guerra civil na Indochina, envolvendo a França.
1947 Independência da Índia e do Paquistão.
1948 África do Sul implanta a política segregacionista do apartheid.
1948 É formada a Organização dos Estados Americanos (OEA).
1948 Índia: Líder pacifista indiano Mahatma Gandhi é assassinado.
1948 ONU cria o Estado de Israel pela partilha da Palestina.
1948 Oriente Médio: Inicia-se a primeira guerra árabe-israelense.
1949 Alemanha é dividida em Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental.
1949 China: Comunistas vencem guerra civil e assumem o governo.
1949 É formada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).
1950 Começa a Guerra da Coréia.

Brasil

1951 Vargas toma posse como presidente da República eleito.
1953 É fundada a Petrobrás.
1954 Rio de Janeiro: Carlos Lacerda sofre atentado. Inquérito acusa Gregório Fortunato, ajudante do presidente Vargas, como mandante do crime.
1954 Rio de Janeiro: Getúlio Vargas se suicida com um tiro no peito. O vice-presidente, Café Filho, assume o governo.
1955 São realizadas eleições presidenciais; Juscelino Kubitschek vence.
1956 Juscelino Kubistchek assume a Presidência.
1957 Começa a construção de Brasília, no Planalto Central.
1960 Brasília é inaugurada.
1961 Jânio Quadros toma posse como presidente; seis meses depois, renuncia. O vice João Goulart assume a Presidência após resistência de conservadores e militares.
1962 É realizada em Nova York a noite da bossa nova, que divulga a mais recente onda musical brasileira no exterior.
1964 Golpe militar depõe João Goulart.
1964 Junta militar edita o Ato Institucional nº 1 (AI-1), cassando os direitos políticos de 102 brasileiros e marcando eleições presidenciais para outubro de 1965.
1964 Marechal Castelo Branco assume a Presidência provisória do país.
1964 É criado o Serviço Nacional de Informações (SNI).
1964 Mandato de Castelo Branco é prorrogado até março de 1967.
1965 A Jovem Guarda faz enorme sucesso, liderada por Roberto Carlos.
1967 O general Artur da Costa e Silva assume a Presidência.
1967 Antigo comunista Carlos Marighella funda a Ação Libertadora Nacional (ALN) e inicia luta armada contra o governo militar.
1968 Estão em atividade várias organizações revolucionárias de esquerda, além da ALN, como MR-8, VPR e VAR-Palmares.
1968 Rio de Janeiro: Passeata dos 100 Mil sai às ruas.
1968 Costa e Silva assina o Ato Institucional nº 5 (AI-5), fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais da população.
1968 Compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil lançam novo movimento musical, a Tropicália; ambos são presos no mesmo ano.
1969 Osasco (SP): O capitão Carlos Lamarca deserta do quartel de Quitaúna levando armas e munições.
1969 ALN toma estação da rádio Nacional para ler manifesto revolucionário.
1969 A presença dos censores torna-se uma constante nas redações de jornais, revistas e emissoras de televisão e de rádio.
1969 Caetano Veloso e Gilberto Gil se exilam em Londres.
1969 O diplomata americano Burke Elbrick é sequestrado por um grupo de militantes políticos.
1969 O general Emílio Garrastazu Médici assume a Presidência.
1969 São Paulo: Marighella, líder da ALN, é morto pelas forças de segurança.
1971 Bahia: Guerrilheiro Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), é morto no sertão baiano.
1974 General Ernesto Geisel toma posse como presidente.
1975 São Paulo: O jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura, é morto no DOI-CODI.
1976 São Paulo: Operário Fiel Filho é morto no DOI-CODI; presidente Geisel demite o chefe do 2º Exército, Ednardo d'Ávila Melo.
1977 Geisel demite o ministro do Exército, Sílvio Frota, por lançar sua candidatura à Presidência da República.
1979 Geisel extingue o AI-5.
1979 General João Figueiredo assume a Presidência.
1979 Figueiredo assina a Lei de Anistia.
1980 Nasce, em São Bernardo do Campo (SP), o PT, Partido dos Trabalhadores.

Mundo

1951 São instaladas as primeiras usinas elétricas nucleares.
1952 EUA detonam a primeira bomba de hidrogênio.
1954 Vietnã é dividido em dois países: Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.
1955 Países comunistas do Leste Europeu formam o Pacto de Varsóvia, liderado pela URSS.
1956 Forças da URSS esmagam insurreição na Hungria contra o regime soviético.
1957 Itália: Tratado de Roma cria a Comunidade Econômica Européia, integrada por França, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo, Bélgica e Holanda.
1957 URSS lança o primeiro satélite artificial, Sputnik 1.
1959 Cuba: Fidel Castro depõe Fulgencio Batista e toma o poder.
1959 Sonda espacial soviética fotografa pela primeira vez o lado oculto da Lua.
1961 Iúri Gagárin torna-se o primeiro homem a subir ao espaço (Vostok 1), dando uma volta na Terra em 89 minutos.
1961 Cuba: Exército cubano esmaga tentativa de exilados —apoiados pelos EUA— de invadir o país pela baía dos Porcos.
1961 Alemanha Oriental: Soviéticos erguem o Muro de Berlim, separando seu setor do setor dos ocupantes aliados (EUA, França, Inglaterra).
1962 Eclode a guerra entre Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.
1963 EUA: Presidente John F. Kennedy é assassinado em Dallas, Texas.
1964 EUA promulgam a Carta dos Direitos Civis.
1964 EUA enviam tropas à Guerra do Vietnã.
1967 Israel vence a Guerra dos Seis Dias contra países árabes.
1968 EUA: Líder pacifista negro Martin Luther King é assassinado.
1968 Protesto de movimentos estudantis em vários países, como França, Estados Unidos e Brasil.
1968 URSS invade a Tchecoslováquia.
1969 Americano Neil Armstrong é o primeiro homem a pisar na Lua.
1971 EUA iniciam política de conversações amistosas com URSS e China.
1973 Grã-Bretanha torna-se membro da Comunidade Econômica Européia.
1973 Chile: Violento golpe de Estado comandado pelo general Augusto Pinochet, apoiado pelos EUA, depõe o governo marxista de Salvador Allende.
1973 EUA retiram tropas do Vietnã.
1974 Portugal: Movimento militar depõe o presidente Marcelo Caetano, encerrando os 40 anos de ditadura salazarista.
1974 EUA: Presidente Richard Nixon renuncia para evitar impeachment devido ao escândalo Watergate.
1975 Vietnã: Termina a guerra entre Norte e Sul; o país se unifica, sob regime comunista.
1978 EUA: Anuar Sadat (Egito) e Menachem Beguin (Israel) assinam o Tratado de Camp David, que levará à paz entre os dois países.
1979 Irã: Cai a monarquia e se estabelece uma República Islâmica, governada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini.
1979 Nicarágua: Sandinistas derrubam ditadura de Anastasio Somoza.
1979 URSS invade o Afeganistão.
1980 Golfo Pérsico: Começa a guerra entre Irã e Iraque (até 1988).
1981 Egito: Presidente Sadat é assassinado por fundamentalistas.
1981 EUA: Surgem os primeiros registros da Aids.
1982 Argentina é derrotada pela Grã-Bretanha em guerra pela posse das ilhas Falklands/Malvinas.
1986 URSS: Secretário-geral Mikhail Gorbatchov propõe abertura política e econômica (a "glasnost" e a "perestroika").
1989 Alemanha: Muro de Berlim é derrubado.
1989 URSS retira-se do Afeganistão.
1990 Independência da Armênia e da Lituânia, ex-repúblicas da URSS.

1951–1996

BRASIL

1981 Rio de Janeiro: Explode uma bomba no Riocentro dentro de carro ocupado por dois militares.
1984 Manifestações no Rio e em São Paulo reivindicam eleições diretas.
1984 A emenda da eleição direta é derrotada em votação no Congresso.
1985 Tancredo Neves é eleito pelo colégio eleitoral presidente do Brasil.
1985 Doença de Tancredo faz o vice José Sarney assumir a Presidência.
1985 São Paulo: Morre Tancredo Neves.
1986 José Sarney anuncia o Plano Cruzado. Com ele, vem o congelamento de preços, dos salários e do câmbio.
1986 O cruzado sofre outro corte nos zeros.
1989 Fernando Collor de Mello é eleito na primeira eleição presidencial por voto direto desde 1961.
1990 Fernando Collor divulga seu plano econômico, o Plano Collor, que confisca cadernetas de poupança e congela depósitos bancários.
1992 Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, denuncia esquema de corrupção e desvio de dinheiro no governo federal.
1992 Collor renuncia, mas sofre impeachment e tem seus direitos políticos cassados até o ano 2000.
1992 Vice-presidente Itamar Franco assume o governo.
1993 É criada a Unidade Real de Valor (URV), artifício econômico para a mudança de moeda.
1994 Entra em vigor a nova moeda brasileira: o real.
1994 Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente, com 55% dos votos.
1995 Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência da República.
1996 Maceió (AL): PC Farias, envolvido no escândalo que levou à queda de Collor, e sua namorada são encontrados mortos.

MUNDO

1990 Iraque invade o Kuait.
1990 Alemanha é reunificada.
1991 Iugoslávia: Começa a guerra civil.
1991 Ex-URSS: É formada a Comunidade de Estados Independentes.
1991 Iraque: EUA e aliados atacam o país para libertar o Kuait (Guerra do Golfo); Iraque fica sob tutela da ONU.
1991 Ex-Iugoslávia: Independência da Croácia, Eslovênia e Macedônia.
1991 Ex-URSS: Independência das repúblicas remanescentes.
1992 Ex-Iugoslávia: Independência da Bósnia e da Herzegovina.
1993 Tchecoslováquia divide-se em República Tcheca e República da Eslováquia.
1994 Grã-Bretanha e Exército Republicano Irlandês (IRA) assinam cessar-fogo.
1994 África do Sul: Líder negro Nelson Mandela torna-se presidente.
1995 EUA: Yitzhak Rabin (Israel) e Yasser Arafat (OLP) assinam acordo ampliando o controle palestino sobre a Cisjordânia (Oriente Médio).
1995 Israel: Fanático religioso judeu mata o primeiro-ministro Yitzhak Rabin.
1995 França: Dirigentes da Bósnia, da Croácia e da Sérvia assinam acordo de paz, encerrando guerra civil de quatro anos na ex-Iugoslávia.
1995 Cuba: Parlamento aprova investimento estrangeiro no país com controle de 100% do capital, exceto em educação, saúde e defesa.
1996 África do Sul: Presidente Mandela assina nova Constituição, que proíbe de vez o apartheid.
1996 Guatemala: Acordo entre governo e forças guerrilheiras encerra 36 anos de conflito.
1996 México: Governo e Exército Zapatista de Libertação Nacional assinam acordo sobre direitos e cultura indígenas.
1996 EUA: Presidente Bill Clinton promulga Lei Helms-Burton, que pune empresas estrangeiras que mantenham comércio com Cuba.
1996 EUA, Grã-Bretanha, China e Rússia (potências nucleares) e mais cem países assinam o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares.

Todos os acontecimentos fundamentais da história do Brasil, os personagens decisivos e as datas mais importantes

•

Mais de 700 imagens, entre reproduções, gráficos, mapas, fotos de satélite e ilustrações exclusivas

•

Enfoque que vai além da abordagem tradicional, centrada na política e na economia, e explora também o campo social e cultural

•

Análise dos escândalos financeiros, corrupção e dependência econômica que afetaram o desenvolvimento brasileiro

•

Cronologia de 1500 até hoje, com os principais acontecimentos da história mundial e da história do Brasil

•

Bibliografia crítica que sugere fontes de pesquisa e livros sobre os temas abordados

•

Abrange desde a Pré-História até a atualidade

FOLHA DE S.PAULO